

ENIC 2019

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INTERDISCIPLINARIDADE

23 E 24
DE OUTUBRO

Inscrição e informações acesse o site www.unifaminas.edu.br

Educação levada a sério.

SUPLEMENTO
REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS

Volume 15– Número 1 – Suplemento 1 –2019

XII ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS
23 e 24 de outubro de 2018

EDITORA  FAMINAS

Suplemento n. 1 - Anais do XVI Encontro de Iniciação Científica FAMINAS da Zona da Mata - XII Encontro de Pós-Graduação da UNIFAFAMINAS – 24 e 25 de outubro de 2018 (Editor: Alexandre Horácio Couto Bittencourt)

Quadrimestral.

ISSN: 1807-6912.

Revista Científica da FAMINAS - Periódicos. I. UNIFAMINAS II. Anais.

Revista Científica da FAMINAS (Faculdade de Minas)

Muriae (MG) – Volume 15 - Número 1 - Suplemento 1 - Jan-Abr 2018

MANTENEDORA: LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA:

Diretor Presidente – Bel. **Lael Vieira Varella Filho**

Diretor Administrativo e Financeiro - Bel. **Esp. Luciano Ferreira Varella**

Diretora Executiva – Bel. **Luisa Vieira Varella**

Gerente administrativo e financeiro - **Eduardo Goulart Gomes**

MANTIDA: FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – Campus Muriae

Reitor – Bel. Esp. **Luciano Ferreira Varella**

Pró Reitor de Ensino- Prof. Ms. **Everton Ricardo Reis**

Vice-reitora- **Luisa Vieira Varella**

Pro-Reitor de Administração - **Eduardo Goulart Gomes**

Diretora dos Institutos -**Roberta de Freitas Gouveia**

CONSELHO EDITORIAL DO ENIC

Editor geral - **Msc. Alexandre Horácio Couto Bittencourt**

Revisor - **Msc. Fernanda Cristina Rocha Abrão**

Revisor - **Msc. Nilton Freitas Junior**

Coordenação de Extensão –**Nilton Freitas Junior**

Coordenação de Pesquisa –**Alexandre Horácio Couto Bittencourt**

COORDENAÇÃO DE CURSOS

Administração de Empresas– **Samira Novaes Alcon**

Arquitetura - **Regina Coeli Gouveia Varella**

Biomedicina - **Luciana de Andrade Agostinho**

Ciências Contábeis – **Wisley de Jesus Vieira**

Direito – **Margarida Maria Espósito dos Santos**

Educação Física –**Daniela Fantoni de Lima Alexandrino**

Enfermagem – **Soraya Lúcia do Carmo da Silva Loures**

Engenharia Civil- **Leandro Moreno de Souza**

Engenharia de Produção- **Elias Gomes Figueira Junior**

Farmácia – **Micheline Luiza Souza Lopes**

Fisioterapia – **Clarissana Araújo Botaro**

Gastronomia: **Mayla Cardoso Cardoso Fernandes Toffolo**

Medicina - **Cristina Maria Ganns Chaves Dias**

Nutrição: **Mayla Cardoso Cardoso Fernandes Toffolo**

Odontologia: **Neliana Salomão Rodrigues**

Psicologia– **Frabrcia Creton Nery**

EDITORA FAMINAS

Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 - Bairro Universitário CEP: 36880-000 - Muriaé – MG
Telefone: 0/xx/32/3729-7555 e-mail: editora@faminas.edu.br

CIENTÍFICA DO XVI ENIC e XIII EPGUNIFAMINAS

**Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Fabrícia Creton Nery
Fernanda Mara Fernandes
Fernanda Cristina Rocha Abrão
Luciana de Andrade Agostinho
Micheline Luisa de Souza Lopes
Nilton Freitas Junior
Sérgio Gomes da Silva**

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XVI ENIC E XIII EPG UNIFAMINAS

**Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Ana Elisa Aredes Neves
Denise Soares Araujo
Grasielia e Silva Fernandes
Nilton de Freitas Junior
Silmara da Silva Motta
Roberta de Freitas Gouveia**

SUMÁRIO TRABALHOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CBS

TÍTULO	AUTORES	No. TRABAHO
A INCIDÊNCIA DE BACTÉRIAS GRAM POSITIVAS EM UTENSÍLIOS DE COZINHAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ITAMARATI DE MINAS	Leticia S. F. M. de PAULA Alice P. SOARES Gabriela A. SANTOS Davison do A. COSTA Isabela R. PEREIRA	001
A RELAÇÃO ENTRE O AÇAÍ E A DOENÇA DE CHAGAS	Nickolas Franzini LOPES Fernanda Mara Fernandes	002
A VIA DA PI3K γ CONTRIBUI PARA A REDUÇÃO DA REPLICAÇÃO E MORTE NEURONAL INDUZIDA PELO <i>Zika virus</i>	TEIXEIRA D. C. MARIM F. M, QUEIROZ-JUNIOR CM SOUZA D.G TEIXEIRA M. M COSTA V. V	003
AÇÃO SOCIOEDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA NO COMBATE A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Fernanda Tamires de SOUZA Ana Flávia Santos LINHARES Heloisa de Matos ANTUNES Renato Policarpo da SILVA Wallysson da Rocha PLANES Danúbia Mariane JARDIM	004
ANÁLISE ARBÓREA DE QUATRO CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA	Nickolas Franzini LOPES Giovanna Ladeira MARQUES Kayra Pacheco CURVELO Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	005
ANÁLISE DA ACIDEZ TITULÁVEL E PH DE CERVEJAS TIPO PILSEN COMERCIALIZADAS EM CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA	Giovanna L. MARQUES Nickolas F. LOPES Thyago CUNHA Samuel F. da SILVA	006
ANÁLISE DA GENOTOXICIDADE DO HERBICIDA FLUMIOXAZINA PELO BIOENSAIO COM <i>Allium cepa</i>	Lais Gonçalves PARVAN Thaís Gonçalves LEITE Thaynara Barbosa FREITAS, Luciana de Andrade AGOSTINHO	007
ANÁLISE DE AÇÚCARES REDUTORES, NÃO REDUTORES, TOTAIS ACIDEZ TOTAL EM REFRIGERANTES PELO MÉTODO TITULOMÉTRICO DE EYNON-LANE	Thalita CORDEIRO Isabela Aparecida de SOUZA Larissa Mercês OSÓRIO Samuel Ferreira da SILVA	008
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ÁGUA DA MINA E ÁGUA DO POÇO NA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Larissa Mercês OSÓRIO Thalita CORDEIRO Isabela Aparecida de SOUZA Alexandre H. C. BITTENCOURT	009
ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DA QUALIDADE DA ÁGUA DE UMA NASCENTE E UM POÇO PROVENIENTES DA ZONA RURAL DA CIDADE DE MIRÁI-MG	Giovanna Ladeira MARQUES Kayra Pacheco CURVELO, Nickolas Franzini LOPES Alexandre H.C.BITTENCOURT	010
ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ESPONJAS DE COZINHA DE POLIURETANO	Isabela A. Rezende CASTRO, Larissa G. OLIVEIRA Ana Lívia M. OLIVEIRA Davison do A. COSTA Fernanda M. FERNANDES	011

ANÁLISES FÍSICO - QUÍMICAS E MICROSCÓPICAS URINÁRIAS DE IDOSOS DO LAR OZANAM DA CIDADE DE MURIAÉ - MG	Isabela Aparecida de SOUZA, Larissa Mercês OSÓRIO Thalita CORDEIRO Fernanda Mara FERNANDES	012
ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DE APARELHOS CELULARES DE ALUNOS DO UNIFAMINAS – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINAS- MURIAÉ/MG	Giovanna L. MARQUES Isabela A. de SOUZA Nickolas F. LOPES Fernanda M. FERNANDES	013
ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DO ÓLEO ESSENCIAL DE <i>Mentha piperita</i> FRENTE BACTÉRIAS PATOGÊNICAS	Maria Eduarda Leandro ASSIS Davison Amaral COSTA Elder Silva CALHEIROS Fernanda Mara FERNANDES	014
AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE MEL ARTESANAL E INDUSTRIAL FRENTE AO <i>Staphylococcus aureus</i>	Davison do A. COSTA Leticia S. F. Moreira de PAULA Isabela A. Rezende CASTRO, Fernanda M. FERNANDES	015
AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE ÁGUAS UTILIZADAS PARA PREPARO DE ALIMENTOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE ITAMARATI DE MINAS - MG	Leticia Stefani Fernandes Moreira de PAULA Davison do Amaral COSTA Alexandre H. C. BITTENCOURT	016
BACTÉRIAS MULTIRRESISTENTES EM AMOSTRAS AXILARES E INGUINAIS/RETAIS DE PACIENTES ONCOLÓGICOS TRANSFERIDOS VIA SUS FÁCIL PARA O HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ-MG	Ariana Archeti Duarte VICENTE Sérgio Gomes da SILVA Isabela Resende PEREIRA	017
CONSUMO DE PRODUTOS ESTÉTICOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Mariana AMARAL Natália Leal da SILVA Érica MANGARAVITE	018
DETERMINAÇÃO DE AÇÚCARES REDUTORES DE CERVEJAS TIPO PILSEN COMERCIALIZADAS EM CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA	Nickolas Franzini LOPES Giovanna Ladeira MARQUES Thyago CUNHA Samuel Ferreira da SILVA	019
ESTUDO DE PRÁTICAS MICROBIOLÓGICAS NO LABORATÓRIO DO UNIFAMINAS, MURIAÉ-MG	Isabela Aparecida de SOUZA Larissa Mercês OSÓRIO Thalita CORDEIRO Fernanda Mara FERNANDES	020
FEBRE AMARELA: UMA QUESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL	Isabela Aparecida de SOUZA Thalita CORDEIRO Larissa Mercês OSÓRIO Sonia Maria Dal SASSO	021
FREQUÊNCIA DE ANTICORPOS IRREGULARES EM PACIENTES ONCOLÓGICOS DA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA EM MURIAÉ-MG	Thaynara Barbosa FREITAS Lais Gonçalves PARVAN Thais Gonçalves LEITE Christiane MARIOTINI-MOURA	022
QUALIDADE DA ÁGUA DE POÇOS ARTESIANOS RURAIS E URBANOS: CONFIRMAÇÃO DE COLIFORMES DE NÚMERO MAIS PROVÁVEL	Gabriela Aleixo SANTOS Maria Eduarda Leandro ASSIS Leticia Stefani Fernandes Moreira de PAULA Érica MANGARAVITE	023
ÍNDICE DE INTERAÇÕES FARMACOLÓGICAS PERTINENTES À POLIFARMÁCIA EM IDOSOS DO LAR OZANAM DA CIDADE DE MURIAÉ - MG	Thalita CORDEIRO Isabela Aparecida de SOUZA Larissa Mercês OSÓRIO Fernanda Mara FERNANDES	024
INVESTIGAÇÃO DA ORIGEM ANCESTRAL DAS VARIANTES GENÉTICAS DOS GENES <i>BRCA1</i> E <i>BRCA2</i> NO CÂNCER DE OVÁRIO	Giovana Gomes ESTANISLAU Caio Agostini Calheiros GROSSO Tiago César Gouvêa MOREIRA Luciana AGOSTINHO	025

INVESTIGAÇÃO DE <i>S. aureus</i> EM EQUIPAMENTOS DE MUSCULAÇÃO EM ACADEMIAS DE MURIAÉ-MG	Larissa Mercês OSÓRIO Thalita CORDEIRO Isabela Aparecida de SOUZA Fernanda Mara FERNANDES	026
PADRONIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE CARIÓTIPO EM LABORATÓRIOS MULTIUSUÁRIOS TINHO	Bianca de Matos MOREIRA Isabela Aparecida de SOUZA Rúzia Pimentel OLIVEIRA , Luciana de Andrade AGOS	027
PESQUISA DE BACTÉRIAS CATALASE-COAGULASE POSITIVAS EM MÃOS DE GRADUANDOS EM ODONTOLOGIA EM UMA FACULDADE DE MURIAÉ-MG	Nickolas Franzini LOPES- Giovanna Ladeira MARQUES Fernanda Mara FERNANDES	028
DESAFIOS EXISTENTES NA CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO À DOENÇA DE HUNTINGTON	Thalita CORDEIRO Isabela SOUZA Luciana DE Andrade AGOSTINHO	029
ANÁLISE DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC) DURANTE 5 ANOS DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA	Higor da Silva ROCHA Wellington da Silva RIBAS Renan Pacheco FURTADO Bernardo Minelli RODRIGUES	030
COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC) EM PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA EM INDIVÍDUOS ACIMA DE 50 ANOS	Higor da Silva ROCHA Wellington da Silva RIBAS Renan Pacheco FURTADO Bernardo Minelli RODRIGUES	031
COMPARAÇÃO DO PERCENTUAL DE GORDURA EM HOMENS E MULHERES NO INÍCIO, MEIO E FIM DO ANO DE 2018	Wellington da Silva Ribas Bernardo Minelli Rodrigues	032
COMPARAÇÃO DO PERCENTUAL DE GORDURA EM HOMENS NO INÍCIO, MEIO E FIM DO ANO DE 2018	Wellington da Silva Ribas Bernardo Minelli Rodrigues	033
COMPARAÇÃO DO PERCENTUAL DE GORDURA EM MULHERES NO INÍCIO, MEIO E FIM DO ANO DE 2018	Wellington da Silva Ribas Bernado Minelli Rodrigues	034
COMPARAÇÃO DO RISCO CARDÍACO DE PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA	Higor da Silva ROCHA Wellington da Silva RIBAS Renan Pacheco FURTADO Bernardo Minelli RODRIGUES	035
NÍVEL DE FLEXIBILIDADE EM MULHERES PARTICIPANTES DO GRUPO DE ATIVIDADE FÍSICA “EXERCITAR” DO NASF EUGENÓPOLIS	Isaura Maria de Oliveira da SILVA , Higor da Silva ROCHA Renan Pacheco FURTADO Bernardo RODRIGUES	036
IMAGEM CORPORAL DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA	Higor da Silva ROCHA Wellington da Silva RIBAS Renan Pacheco FURTADO Bernardo Minelli RODRIGUES	037
NÍVEL DE DESIDRATAÇÃO EM IDOSAS DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS	Isaura Maria de Oliveira da SILVA , Bernardo Minelli RODRIGUES	038
PERCEPÇÃO SUBJETIVA DE ESFORÇO APÓS A APLICAÇÃO DO TESTE DE COOPER NA CATEGORIA SUB-17 DO TIME CLUBE ESPORTE DO PORTO DA CIDADE DE MURIAÉ-MG.	Mateus Ribeiro SILVA Victor Hugo Rodrigues Pires da SILVA Bernardo Minelli RODRIGUES	039

PERCEÇÃO SUBJETIVA DE ESFORÇO EM TREINAMENTO DE RESISTÊNCIA MUSCULAR LOCALIZADA EM INDIVÍDUOS PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.	Mateus Ribeiro SILVA Bernardo Minelli RODRIGUES	040
VARIAÇÕES DO CONSUMO MÁXIMO DE OXIGÊNIO POR POSIÇÃO EM ATLETAS DO SUB-17 DO TIME FUTEBOL CLUBE ESPORTE DO PORTO DA CIDADE DE MURIAÉ-MG.	Mateus Ribeiro SILVA Bernardo Minelli RODRIGUES	041
VARIAÇÕES FISIOLÓGICAS DO EXERCÍCIO EM INDIVÍDUOS PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.	Mateus Ribeiro SILVA Bernardo Minelli RODRIGUES	042
A EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DA SÍNDROME DE BOURNOT	CAMINHAS, V.F.M MARTINS, R.R FERREIRA, J. M.S. SILVA, S. A. SILVA, K. C. B. SOUSA, D.P. B	043
A IMPORTÂNCIA DA NOTIFICAÇÃO PARA MONITORIZAÇÃO, CONTROLE E TOMADA DE DECISÕES SOBRE A SÍFILIS EM PIRANGA-MG	Sebastião Ezequiel VIEIRA Pablo Henrique Leandro CARVALHO	044
A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA CONSULTA DE PRÉ NATAL NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	Karina Pereira da SILVA Elane Cristina Costa do NASCIMENTO , Marcelina Márcia Carneiro de MENDONÇA Cristina Fernandes MACHADO Vanderleia Pereira VIEIRA Danúbia Mariane Barbosa JARDIM	045
A VIVÊNCIA NO CURSO DE EXTENSÃO SENTIDOS DO NASCER POR DISCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Karina Pereira da SILVA Fernando Ferreira DIAS Elane Cristina Costa do NASCIMENTO Cristina Fernandes MACHADO Vanderleia Pereira VIEIRA Danúbia Mariane Barbosa JARDIM	046
AÇÃO SOCIOEDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO E PREVENÇÃO AO CÂNCER: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Renato Policarpo da SILVA Priscila Hoffmann SOARES Raquel Santos Coelho BARBOSA Gleicielly Pereira LOPES Bruno da Silva CORREIA Rodrigo SILVA	047
ANÁLISE DE CARTÕES ESPELHOS DA VACINA TRIPLICE VIRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE-MG	Jackson Ferrari ANGELO Edmundo Júnior BENTO Juliana Camargo de Melo Pena	048
ATENDIMENTO A CASOS DE SUSPEITA DE DENGUE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Letícia Pereira da Silva BARBOSA Grazielle BARBOSA Nicolly Dilaylla Souza CESARIO Raquel Santos Coelho BARBOSA Renato Policarpo da SILVA Danúbia Mariane JARDIM	049
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A LAVAGEM DAS MÃOS SEGUNDO O PROTOCOLO DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS EM UM PRONTO ATENDIMENTO DE BELO HORIZONTE.	Gleicielly Pereira LOPES Alessandra Sodré de OLIVEIRA Amanda Viegas TAMEIRÃO Aline Silva SUDRÉ Andréa Ferreira BARBOSA Rodrigo SILVA	050

CAPACITAÇÃO DE ENFERMEIROS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Renato Policarpo da SILVA Fernanda Alves dos Santos CARREGAL Letícia Pereira da Silva BARBOSA Gleicielly Pereira LOPES Danúbia Mariane JARDIM	051
PERFIL DA COBERTURA VACINAL DA FEBRE AMARELA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE - MINAS GERAIS	Edmundo Junior BENTO Jackson Ferrari ANGELO Juliana Camargo de Melo Pena	052
EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA CRIANÇAS: ESTRATÉGIA DE COMBATE A DENGUE	GERALDO JUNIO ABREU NATÁLIA ALVES DE CARVALHO INGRID SOARES CALDEIRA DA CRUZ PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA FABIANE VIEIRA SOARES GLEISY KELLY NEVES GONÇALVES	053
ERROS DE ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM UM HOSPITAL DA ZONA DA MATA MINEIRA	Pedro Paulo de Sousa JUNIOR Sebastião Ezequiel VIEIRA Mônica Félix de ALVARENGA	054
FATORES DIFICULTADORES À IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE ENFERMAGEM EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: RELATO DE EXPERIENCIA	Renato Policarpo da SILVA Fernanda Alves dos Santos CARREGAL Letícia Pereira da Silva BARBOSA Gleicielly Pereira LOPES Danúbia Mariane JARDIM	055
MIELOMENINGOCELE NA PERSPECTIVA DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE-MG: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Vanderleia Pereira VIEIRA Elane Cristina Costa do NASCIMENTO Karina Pereira da SILVA Cristina Fernandes MACHADO Rodrigo Gomes da SILVA	056
O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM RELAÇÃO AO PROTOCOLO DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS)	Priscila Hoffmann SOARES Renato Policarpo da SILVA Bruno da Silva CORREIA Matheus Siqueira BORGES Letícia Pereira da Silva BARBOSA Danúbia Mariane JARDIM	057
SIGNIFICADOS ATRIBUIDOS À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	Karina Pereira da SILVA Elane Cristina Costa do NASCIMENTO Fernanda Alves dos Santos CARREGAL Cristina Fernandes MACHADO Vanderleia Pereira VIEIRA Danúbia Mariane Barbosa JARDIM	058
O JÚRI SIMULADO COMO METODOLOGIA ATIVA NO APRENDIZADO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM	Israel Lucas dos Santos FERNANDES , Fabiane Vieira SOARES Geraldo Junio ABREU Gleisy Kelly Neves GONÇALVES	059
SIMULAÇÃO REALÍSTICA COMO METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM. RELATO DE EXPERIÊNCIA	Ferreira, Ana Luiza Soares Guimarães, Verônica Azar Junqueira, Marcela Fraga Barra, Juliana Silva	060
TRANSTORNO DEPRESSIVO EM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO	MOREIRA , Lorena Maria Righi GOMES , Rodrigo.	061
VIOLÊNCIA CONTRA O ADOLESCENTE E O PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDE SOCIAL - RELATO DE EXPERIÊNCIA	Israel Lucas dos Santos FERNANDES Carla Maria QUEIROZ Brenda Linique Sousa da CRUZ Janyne Alves Silva Martins VIANA Desireé Lima dos SANTOS Danúbia Mariane JARDIM	062
ANÁLISE DO ALOPURINOL POR ESPECTROFOTOMETRIA	Acса Pedrosa RIBEIRO Thalia PAULINO , Joice MASSI , Geovana RIBEIRO Adriana Freitas SOARES	063

ANÁLISE ESPECTROFOTOMÉTRICA DE COMPRIMIDOS DE METFORMINA 850MG GENÉRICO DE DIFERENTES INDÚSTRIAS PARA AVALIAÇÃO DO TEOR DE PRINCÍPIO ATIVO.	Janahina Testa ALEIXO Aline Moreira de Andrade Talita Ap. Camargo de Paula Adriana Freitas SOARES	064
ANÁLISE FÍSICO QUÍMICA DE COMPRIMIDOS DE DIPIRONA 500 MG GENÉRICO, SIMILAR E REFERÊNCIA	Janahina Testa ALEIXO Aline Moreira de Andrade alita Ap. Camargo de Paula Adriana Freitas SOARES	065
AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE DO EXTRATO AQUOSO DE FOLHAS DE <i>TEPHROSIA VOGELII</i> CONTRA LARVAS DE <i>AEDES AEGYPTI</i> (DIPTERA: CULICIDAE).	Geovanna Caris BERARDI Arthur Goulart de Oliveira BOTTINO Gedir José Gomes MEIRELES Leonardo Figueira Reis DE SÁ	066
DOSEAMENTO DA DIPIRONA SÓDICA EM GOTAS	Thalia PAULINO (Acsa RIBEIRO , Adriana Freitas SOARES	067
EUTANÁSIA: MORTE DIGNA OU AUXÍLIO AO SUICÍDIO?	Lorena C. GARCIA Marcela A. da SILVA Silvana P. S. BASTOS Emílio Santana de ABREU Micheline Luiza de Souza LOPES	068
PERFIL DA DISPENSAÇÃO DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS MEDICINAIS EM UMA FARMÁCIA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ	Aline Moreira de ANDRADE Janahina Testa ALEIXO Talita Aparecida Camargo de Paula Micheline Luiza de Souza LOPES	069
A PRÁTICA DO USO DE PLANTAS COM FINS MEDICINAIS NO MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO	Aline Moreira de ANDRADE Janahina Testa Aleixo Talita Ap. Camargo de Paula Alexandre Horácio Couto BITTENCOUR T	070
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL NAS ATIVIDADES BÁSICAS DE VIDA DIÁRIA E SUA RELAÇÃO QUANTO A IDADE E GÊNERO EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	Bárbara Regina Dias BATISTA Karen Aline Coelho GUERSON Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	071
AVALIAÇÃO FUNCIONAL E MOTOR DA FORMA JUVENIL DA DOENÇA DE HUNTINGTON: RELATO DE CASO	Guilherme Wilson Souza SILVEIRA , Dionatan Costa RODRIGUES Clarissana Araújo BOTARO Luciana de Andrade AGOSTINHO	072
IMPACTO DO ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR NO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO	Amanda Silva COSTA Neliana Salomão RODRIGUES Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Clarissana Araújo BOTARO	073
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA	Marina Soares MILIÃO Clarissana ARAÚJO-BOTARO	074
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES PEDIÁTRICOS SUBMETIDOS AO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO	Milena Maria Pires MARQUES Estefani Alice Mendonça PEREIRA Rafael Gonzalez de -OLIVEIRA	075
A EFICÁCIA E SEGURANÇA DA PSICOTERAPIA ASSISTIDA COM 3,4- METILEN-DIOXIMETANFETAMINA PARA O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS TRAUMÁTICO	Hellen Louize Pacheco Di Firmo , Bárbara Linhares Calácio e Silva, Felipe Augusto Biccas Mourão , Larissa Gontijo Silva Maia, Patricia Guerra Moura, Lauro Eustáquio Guirlanda de Moura	076

<p>A TRAJETÓRIA DA LIGA ACADÊMICA MULTIPROFISSIONAL À LUZ DE PAULO FREIRE: RELATO DE EXPERIÊNCIA</p>	<p>Elzy Lorena PEREIRA Carla Maria QUEIROZ Fernanda Alves dos Santos CARREGAL Natiely Pereira SILVA Danúbia Mariane JARDIM</p>	<p>077</p>
<p>A TUBERCULOSE NA ATENÇÃO BÁSICA</p>	<p>Rafael Lavarini LOPES André Feng Shih TSAI Rafael Matos MORAIS André Marinho de Andrade FIGUEIRA Beatriz Martins BORELLI</p>	<p>078</p>
<p>ÓBITOS FETAIS: ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO NA MACROREGIÃO SUDESTE DE MINAS GERAIS</p>	<p>SOUZA, Iasmim Sand Ferreira de GARCIA, Ana Clara Ribeiro VAZ, André Marinho ARAUJO, Beatriz Almeida GUEDES, Juliana Barroso Rodrigues</p>	<p>079</p>
<p>AMEBÍASE: UMA BREVE REVISÃO SISTEMÁTICA</p>	<p>NASCIMENTO THAYNA BARBOSA, GONÇALVES ANDRESSA SIMONASSI, ROMANELLI ANA TERESA BAHIA CARDOSO, OLIVEIRA MYSSMA VIDAL DE, COSTA, DANIELA CAMARGOS</p>	<p>080</p>
<p>ANÁLISE DOS CASOS DE SÍFILIS GESTACIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS</p>	<p>Henrique Marreiros Veloso CARNEIRO Isabella Doriguêto MOREIRA Gabriela Benedini Strini Portinari BEJA Iara Helena de Meireles MARINHO Mariana Moreira PENEDO Juliana Barroso Rodrigues GUEDES</p>	<p>081</p>
<p>ANÁLISE DOS HIPOGLICEMIANTE UTILIZADOS POR PACIENTES COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 NA UBS-SERRA VERDE/BELO HORIZONTE-MG</p>	<p>Maria Fernanda Alves VIEIRA Rafael Barbosa SILVEIRA Valeria Cristina JARDIM Emilly Andrade COTA Maria Eduarda Venturim Almeida VIEIRA Nivaldo Pires BICALHO</p>	<p>082</p>
<p>ANÁLISE QUANTITATIVA DE EQUIPAMENTOS MAMOGRÁFICOS NO ANO DE 2018 EM MURIAÉ – MG</p>	<p>Késia Cristina Araújo ANDRADE Lais Cunha SCALLA Paula Figueiredo MORETZSOHN Rebeca de Paula PEDROSA Juliana Barroso Rodrigues GUEDES</p>	<p>083</p>
<p>ASSÉDIO MORAL NO MEIO MÉDICO E SUAS REPERCUSSÕES</p>	<p>LUCCA AIRES PORTO RODRIGUES, ANDRESSA SIMONASSI GONÇALVES DALILA PERCILIA SIQUEIRA POSSA, JOSÉ HELVÉCIO KALIL DE SOUZA</p>	<p>084</p>
<p>AVALIAÇÃO DE ATENDIMENTO MEDICO NA ATENÇÃO PRIMARIA À SAÚDE DISCRIMINADA POR SEXO NA UNIDADE BÁSICA DE ATENDIMENTO DO BAIRRO SANTANA EM MURIAÉ-MG</p>	<p>Felipe Araújo ROCHA Adrieli Tavares POLATE Luísa de Almeida FONSECA Marcia Luísa Vieira GUILHERME Samara Soares Mendonça CONRADO Richard Duvanel RODRIGUES</p>	<p>085</p>
<p>AVALIAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DE PACIENTES QUE POSSUEM DIABETES MELLITUS ASSISTIDOS PELA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA NO BAIRRO DO PRIMAVERA EM MURIAÉ - MG</p>	<p>Adrieli Tavares Felipe Araújo ROCHA Luma Luíza Godoi FERREIRA Luísa de Almeida FONSECA Samara Soares Mendonça CONRADO Richard Duvanel RODRIGUES</p>	<p>086</p>
<p>BIOMARCADORES PARA DIAGNOSTICO DE ENDOMETRIOSE</p>	<p>Gustavo Henrique Silva Sidrim</p>	<p>087</p>

	Arthur Khalil Assis Tum Caio Henrique Santana Juan Mendes Cangussu Aline Garcia Felizari José Helvercio Kalil de Souza	
COINFECÇÃO ENTRE CHIKUNGUNYA E LÚPUS ERYTEMATOSO SISTÊMICO: RELATO DE CASO	Isabela Alves BANDEIRA Maria Vitória de Macedo Simeão BRASILEIRO Júlia Eduarda Nóbrega de Melo e CASTRO Lívia de Paiva VARDIEIRO	088
CONTRIBUIÇÕES DO NASF PARA A ESF INCONFIDÊNCIA, MURIAÉ, MINAS GERAIS, BRASIL	Grazielle Ferreira de Mello Ali MERE Flávia Luciana COSTA Carla Tavares JORDÃO Ângela Cristina Tureta FELISBERTO Luívia Oliveira da SILVA Paulo Roberto Novais de CASTRO	089
DEFEITOS DO FECHAMENTO DO TUBO NEURAL NO BRASIL E FATORES QUE INFLUENCIAM EM SEU APARECIMENTO	Henrique Marreiros veloso CARNEIRO Thiago ABREU Fellype MATOS Larissa Picanço Damian RESENDE	090
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: INCENTIVO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA IRENE PEREIRA DIAS NUNES	Myra Yamaguchi ALONSO Rafaela Reusing BENEDETI Nicole Mendonça de ALMEIDA Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	091
O USO DA TECNOLOGIA PARA A APRENDIZAGEM DE VIAS METABÓLICAS E SUAS CORRELAÇÕES CLÍNICAS NO MEIO ACADÊMICO	Leonardo Alves MUZZY Vitor Diniz SCHUABB	092
PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO GRUPO DE ATIVIDADES FÍSICAS DE UMA UBS NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG	Rebeca Blanco Gomes BARRETO Robson da Costa CLEMENTE Larissa Chaves Feitosa Maria Paula Navarro VARELLA Mayanne CORREA Alexandre H. C. BITENCOURT	093
EPIDEMIOLOGIA DA HEPATITE B EM GESTANTES NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ	Manuella Corrêa Barrias Nara ROCHA Karyne Lopes SOARES Clara Borborema Reis PEREIRA Hamanda Veggi Dumba BRAGA Débora Pereira FERREIRA Carlos Wilson Dala Paula ABREU	094
EPILEPSIA E GRAVIDEZ	Laryssa Vieira GONÇALVES Ana Beatriz Guimarães CUSTÓDIO Antônio Mascarenhas OLIVEIRA Elba Cristina CHAVES Antonio Carlos Vieira CABRAL	095
ESCABIOSE NEONATAL: RELATO DE CASO	Karyne Lopes SOARES Maria Vitória de Macedo Simeão BRASILEIRO Júlia Eduarda Nóbrega de Melo e CASTRO Laiza Barcelos Coelho ROCHA Larissa Paes RETAMEIRO Thais Pereira MOREIRA	096
EXAME CITOPATOLÓGICO E A RELAÇÃO COM MORBIDADE DO CANCER DE COLO DE ÚTERO	Cheyline Fonseca REZENDE Gabriela de Castro ROSA Georgina Emerick Alvim Perpetuo COELHO , Helena Guimaraes PIRES Juliana GUEDES	097

HEMORRAGIA PÓS-PARTO COM NECESSIDADE DE HISTERECTOMIA: UM RELATO DE CASO	Larissa Alves da ROCHA Barbara Braga COSTA Amanda Brandão LOPES Isabelle Lolli PASCOAL Victor Andrade Siman Maria Aparecida Braga COSTA	098
EPIDEMIOLOGIA DA HEPATITE C EM GESTANTES ASSISTIDAS PELA MATERNIDADE DA CASA DE CARIDADE MURIAÉ HOSPITAL SÃO PAULO	Sthefanie Ferreira Clara Borborema Reis PEREIRA Eduarda Ramos de MOURA Rafaela Theofilo do Nascimento SOUZA Caires AGUIAR Débora Pereira FERREIRA Carlos Wilson Dala Paula ABREU	099
HISTERECTOMIA TOTAL VIA ABDOMINAL E TRAUMA CIRÚRGICO DE URETER: UM RELATO DE CASO	Amanda Brandão LOPES Ana Luiza Ferreira de AZEVEDO Isabelle Lolli Bárbara Braga COSTA Damaris Alves LOLLI Roberto Paulo Machado LOPES	100
INCIDÊNCIA DE DIABETES MELLITUS NA POPULAÇÃO ADSCRITA PELA ESF PRIMAVERA, MURIAÉ, MINAS GERAIS, BRASIL	Luívia Oliveira da SILVA Flávia Luciana COSTA Carla Tavares JORDÃO Ângela Cristina Tureta FELISBERTO João Romário Gomes da SILVA Richard Duvanel RODRIGUES	101
INCIDÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA NA POPULAÇÃO ADSCRITA PELA ESF INCONFIDÊNCIA, MURIAÉ, MINAS GERAIS, BRASIL	Flávia Luciana COSTA Luívia Oliveira da SILVA Ângela Cristina Tureta FELISBERTO Grazielle Ferreira de Mello Ali MERE João Romário Gomes da SILVA Richard Duvanel RODRIGUES	102
INTOXICAÇÃO MEDICAMENTOSA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG	Mateus Valle de Melo e POSSA Júlia Carvalho Brasil MALAQUIAS Karoline de Lira FLOR Rizza Chierici BAPTISTA Vitória Gonçalves GUEDES Juliana Barroso Rodrigues GUEDES	103
LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DE CÂNCER EM UM HOSPITAL REFERÊNCIA EM MINAS GERAIS, BRASIL	Larissa Bonato Bertoni Murta SILVA Sérgio Gomes da SILVA Érica MANGARAVITE	104
MASTITE GRANULOMATOSA IDIOPÁTICA: RELATO DE CASO	Júlia Eduarda Nóbrega de Melo e CASTRO Isabela Alves BANDEIRA Maria Vitória de Macedo Simeão BRASILEIRO Débora Pereira FERREIRA Lívia de Paiva VARDIERO	105
MEDICINA PREVENTIVA NA GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA: A IMPORTÂNCIA DO CALENDÁRIO VACINAL FEMININO	Gustavo Vinicius Jadir REIS Maiara Peixoto PAIVA Letícia COSTA Júlia Marques VIEIRA Sabrina Sthefany Meireles ARAÚJO Eduardo Batista CÂNDIDO	106
MELANOMA DESMOPLÁSICO: RELATO DE CASO	Nathalia Ferreira NUNES Vitória Gonçalves GUEDES Carlos Eduardo Gaudard FLORIDO Narrymam Albino TEIXEIRA Vitória Tinoco BOECHAT Adymila Salim Moreira de REZENDE	107
MIELORRADICULOPATIA ESQUISTOSSOMÓTICA	Danyelle Dias CARDOSO Lara Carvalho do CARMO Bruno Almeida SILQUEIRA Brunno Pinto NEVES	108

MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS: ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG	Vinicius Ferreira LACERDA Ana Carolina Moreira Mello da FONSECA Caroline de Souza ALMEIDA Fernanda Hottz QUINTANILHA Juliana Barroso Rodrigues GUEDES	109
NASCIDOS VIVOS: PREMATURIDADE	CONCEIÇÃO, Cristiane Leal da TEIXEIRA, Nárrymam Albino SOUZA, Raquel Theofilo do Nascimento SOUZA, Sylvia Faria de GUEDES, Juliana Barroso Rodrigues	110
O USO DE IMPLANTES HORMONAIS CONTENDO GESTRINONA PARA FINS ESTÉTICOS E POSSÍVEIS COMPLICAÇÕES ASSOCIADAS	Anna Cecília Viana Maia COCOLO Gabriela Costa PINTO Rafaella Coscarelli FORTES Ana Julia Melo AMARAL Marielle Caroline BARCELOS José Helvecio Kalil de SOUZA	111
O USO DE INIBIDORES DA AROMATASE NA PROFILAXIA DO CÂNCER DE MAMA E NO TRATAMENTO DA DOENÇA METASTÁTICA	LEANDRO JOSÉ REZENDE RUBIM , SOPHIA FILGUEIRAS VIEIRA LETICIA FERNANDA FORTES FALLER LARISSA ALVES DA ROCHA JOSÉ HELVÉCIO KALIL DE SOUZA JOANA CAROLINA DE RESENDE PAULA	112
O USO INDISCRIMADO DE BENZODIAZEPÍNICOS E A IMPORTANCIA DAS TERAPIAS ALTERNATIVAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA O CONTROLE DA ANSIEDADE	SILVA , Bárbara Linhares Calácio SOUZA , Mirelle Caroline MOURA , Lauro Eustáquio Guirlanda	113
OCORRÊNCIA DE DIABETES MELLITUS NA ESF INCONFIDÊNCIA, MURIAÉ, MINAS GERAIS, BRASIL: O COMPONENTE EMOCIONAL DAS DOENÇAS CRÔNICAS E ESTRATÉGIAS ADOTADAS	Ângela Cristina Tureta FELISBERTO Grazielle Ferreira de Mello Ali MERE , Carla Tavares JORDÃO Luívia Oliveira da SILVA Flávia Luciana COSTA Paulo Roberto Novais de Castro	114
PERFIL DE MORBIMORTALIDADE ENTRE IDOSOS NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG	VILELA , Maria Eduarda BRINATI , Ana Luiza Sales DA SILVA , Alberto Guedes Ezaquiel QUEIROZ , Alessandra Carneiro BARBOSA , Camila Pereira; VARDIERO , Livia de Paiva	115
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SIFILIS CONGÊNITA E GESTACIONAL EM MINAS GERAIS: A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL	Mateus Valle de Melo e POSSA Karoline de Lira FLOR Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	116
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES PORTADORES DE ÚLCERAS TRATADOS COM LASERTERAPIA DE BAIXA POTÊNCIA NA CLÍNICA ESCOLA DO UNIFAMINAS	Tais Barbosa SOBRINHO Micaela do Amaral FARIA Micaelly Saraiva dos SANTOS Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	117
POLIPECTOMIA, TURBINECTOMIA E SINUSOPLASTIA NO TRATAMENTO DO PÓLIPO DE KILLIAN: UM RELATO DE CASO	Anna Cecilia Viana Maia COCOLO Gabriela Costa PINTO Marielle Caroline BARCELOS Ana Julia Amaral MELO Rafaella Coscarelli FORTES	118

	Rogério Simião de QUEIROZ	
PRESSÕES ATMOSFÉRICAS ANORMAIS: APLICAÇÕES E PATOLOGIAS RELACIONADAS	Maria Eduarda Venturim Almeida VIEIRA Roberta Machado Moura da SILVA Raquel Astoni MOREIRA Sthefanie Ferreira Caires AGUIAR Arthur Baldim TERRA Raquel Martins Pereira ALVES	119
PREVALÊNCIA DA SÍFILIS EM PARTURIENTES ATENDIDAS NA MATERNIDADE DA CASA DE CARIDADE HOSPITAL SÃO PAULO DE MURIAÉ	Maria Eduarda Venturim Almeida VIEIRA Hamanda Veggi Dumba BRAGA Laiza Barcelos Coelho ROCHA Larissa Paes RETAMEIRO Danyelle Dias CARDOSO Carlos Wilson Dala Paula ABREU	120
PÚRPURA DE HENOCH-SCHONLEIN: RELATO DE CASO	Rubens Lopes OLIVEIRA Eduardo Melado de Souza COELHO Andressa Chaves CASSOLI Flavia Elisa PEDROSA	121
RELATO DE CASO: ATONIA UTERINA	MARINA SILVEIRA BRAGA GABRIELLE BAIA PIMENTA DE MORAES LUIZA ROCHA PINTO COELHO HUGO DRUMOND RIBEIRO	122
DESMISTIFICAÇÃO DA DENSITOMETRIA ÓSSEA COMO RASTREIO DE OSTEOPOROSE NA MULHER CLIMATÉRICA	GABRIELLE BAIA PIMENTA DE MORAES LUIZA FERREIRA DE AZEVEDO CAROLINA SILVA VIANA MARINA SILVEIRA BRAGA MARTHA PANTEL DOS SANTOS MOTA HELVÉCIO KALIL DE SOUZA	123
A EFICÁCIA E SEGURANÇA DA PSICOTERAPIA ASSISTIDA COM 3,4- METILENDIOXIMETANFETAMINA PARA O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS TRAUMÁTICO	SILVA , Bárbara Linhares Calácio MOURÃO , Felipe Augusto Biccas DI FIRMO , Hellen Louize Pacheco MAIA , Larissa Gontijo Silva MOURA , Patricia Guerra MOURA , Lauro Eustáquio Guirlanda	124
SEGURANÇA DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE DA UTI PARA O DOMICÍLIO: REVISÃO DA LITERATURA	BARBARA BRAGA COSTA LARISSA ALVES DA ROCHA RICARDO RÚBIO CAMPOS SILVA WILSON SANTANA SILVA JUNIOR AMANDA BRANDÃO LOPES MARIA APARECIDA BRAGA COSTA	125
SIGILO MÉDICO: DILEMAS QUE PERMEIAM A CONDUTA PROFISSIONAL EM SITUAÇÕES QUE ENVOLVEM "MOTIVO JUSTO"	GABRIELA SAMPAIO LIMA ARAÚJO , EMILLY ANDRADE COTA EMILLY DAMACENO MARTIN VALERIA CRISTINA JARDIM JOSÉ HELVÉCIO KHALIL DE SOUZA	126
SÍNDROME DE DRESS: RELATO DE CASO	Maria Vitória de Macedo Simeão BRASILEIRO Isabela Alves BANDEIRA Júlia Eduarda Nóbrega de Melo e CASTRO Laiza Barcelos Coelho ROCHA Karyne Lopes SOARES Ciro Lemos de PÁDUA	127

SUPLEMENTAÇÃO COM GH NA PUBERDADE PRECOCE FEMININA	Vitor Hugo Cardoso MEIRELES Pedro Henrique Novais MACIEL Gabriella Lucas da Cruz FERREIRA , Christiane Marize Garcia ROCHA José Helvécio Kalil de SOUZA	128
TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS AO ENSINO DE PARASITOLOGIA PARA ALUNOS DE MEDICINA DA FAMINAS BH	Tayná Alessandra Bellintani Pompiani Taís Larissa Resende Maria Fernanda de Oliveira Filardi Daniela Camargos Costa	129
TRATAMENTO DA GESTANTE PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL CRÔNICA COM O USO DO CARVEDILOL	Thiago DENONI Pedro Henrique Novais MACIEL Vitor Hugo Cardoso MEIRELES Elba Cristina CHAVES Antônio Carlos Vieira CABRAL	130
TUMOR DE FIBROADENOMA DE MAMA: RELATO DE CASO	BAPTISTA , Rizza Chierici PENEDO , Mariana Moreira REZENDE , Adymila Salim Moreira	131
ULTRASSONOGRAFIA DE PRIMEIRO TRIMESTRE: ABORDAGEM BIOÉTICA PÓS-DIAGNÓSTICO	Lara Marzano SILVA Ana Clara Miranda SARAIVA Gabriella Rocha VILELA Isabella Vilaça de Oliveira MELO José Helvécio Kalil de SOUZA Antônio Carlos Vieira CABRAL	132
USO DA RADIOTERAPIA PALIATIVA NO SANGRAMENTO ANORMAL POR NEOPLASIA DE COLO UTERINO	Rubens Lopes OLIVEIRA Eduardo Melado de Souza COELHO Andressa Chaves CASSOLI Flavia Elisa PEDROSA	133
USO DE POLIMEDICAÇÃO EM IDOSOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA	Victória L. C. NARDE Soraya L. C. S. LOURES	134
USO DE POLIMEDICAÇÃO EM IDOSOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA	Victória L. C. NARDE Soraya L. C. S. LOURES	135
USO E LIMITAÇÕES DA INSULINA INALÁVEL	Ana Cristina Mendes Pereira Bruna Gonçalves Antunes Ana Flávia Santos Almeida	136
USO INDEVIDO DE BENZODIAZEPÍNICOS PELA POPULAÇÃO DO BAIRRO DE JOANÓPOLIS/MURIAÉ-MG	Júlia Pinheiro de Carvalho CARNEIRO Raíssa Maria MARTINS Alexandre Horácio Couto BITENCOURT	137
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DA PREDOMINÂNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	TEIXEIRA , Mansi Peres ANDRÉ , Maria Isabella de Mattos PAULA , Lays Teixeira de FERREIRA , Maria Clara Lopes GUEDES , Juliana Barroso RODRIGUES	138
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL - DESAFIOS ENCONTRADOS PELAS GESTANTES	Letícia COSTA Júlia Marques VIEIRA Maiara Peixoto PAIVA Gustavo Vinícius Jadir REIS Sabrina Sthefany Meireles ARAUJO José Helvécio Kalil de SOUZA	139
VULVECTOMIA RADICAL NA ABORDAGEM DO CÂNCER DE VULVA	Thaís Fernandes Theophilo de Almeida RODRIGUES	140

	Ana Vivian de Miranda TRINDADE Pedro Henrique Novais MACIEL Poliana Silva de OLIVEIRA José Helvécio Kalil SOUZA	
A IMPORTÂNCIA DE BONS HÁBITOS ALIMENTARES PARA A TERCEIRA IDADE	Marcella Dutra TOSO Daniele Ferrari MENDES Vanessa FONTES	141
ACEITABILIDADE DE BISCOITO TIPO COOKIE ENRIQUECIDO COM O MINERAL SELÊNIO POR ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MURIAÉ-MG	Tábata Muniz do Carmo da Silva ALMEIDA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	142
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: OFICINA DE SUCOS EM COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA – COOPAF DE MURIAÉ-MG	Lorraine Fernandes ALVES Ana Paula FURTADO Daniel Paulo Silva FRANCISCO Rafael Berbert Ferreira CALCAGNO Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Vanessa Sequeira FONTES	143
ANÁLISE DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MURIAÉ-MG PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO “ANTROPOMETRIA NA ESCOLA”	Nayara Rizzo de ALMEIDA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	144
ANÁLISE QUALITATIVA DO CONSUMO DE ALIMENTOS POR ESCOLARES NO PERÍODO RECREATIVO	Mayara Cândida de Jesus VIEIRA Nayara Rizzo de ALMEIDA Lívia Botelho da Silva SARKIS Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	145
AVALIAÇÃO DA ACIDEZ E pH DE PREPARADOS SÓLIDOS PARA REFRESCO SABOR LIMÃO	Diovana Raspate de Oliveira SOUZA Flávia da Silva MACHADO Erlaine Maria da SILVA Bruna Lourenço NOGUEIRA	146
AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E FATORES ASSOCIADOS EM PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA DE ALTA INTENSIDADE	Sarah Mairink de OLIVEIRA Karine Augusta SILVA Lamaira Condack GONÇALVES Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	147
AVALIAÇÃO DO PERFIL NUTRICIONAL DE PACIENTES IDOSOS ADMITIDOS EM UM HOSPITAL PARTICULAR NA CIDADE DE MURIAÉ – MG	Ana Clara da Silva, SIMONINE Roberta Passos ANDRADE Mayla Fernandes Cardoso TOFFOLO	148
AVALIAÇÃO DO TEOR DE PROTEÍNA DO LEITE DE VACAS DE DIFERENTES RAÇAS	Kelle Fernanda Torres VEGGI Bruna Lourenço NOGUEIRA	149
CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMO DO CAFÉ DA MANHÃ DE ESCOLARES DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG	Mayara Cândida de Jesus VIEIRA Lívia Botelho da Silva SARKIS Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	150
CURSO DE PANIFICAÇÃO SEM GLÚTEN REALIZADO NA COOPAF NA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Lara Coutinho de SOUZA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Vanessa Sequeira FONTES	151
AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DE PÃES INTEGRAIS COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE RECREIO-MG	Lara Coutinho de SOUZA Bruna Lourenço NOGUEIRA	152
COMPOSIÇÃO CORPORAL E RISCO CARDÍACO EM MULHERES	Milena Aparecida Soares de MORAIS Renan Pacheco FURTADO Higor da Silva ROCHA Bernardo Minelli RODRIGUES	153

COMPREENSÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL POR ACADÊMICOS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ - MG	Flávia da Silva MACHADO Diovana Raspante de Oliveira SOUZA Erlaine Maria da SILVA Naruna Pereira ROCHA	154
CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ - MG SOBRE O <i>Clostridium botulinum</i>	Ana Victória de Souza SILVA Diovana Raspante de Oliveira SOUZA Fernanda Mara FERNANDES	155
CONHECIMENTO SOBRE SALMONELOSE ENTRE MORADORES DA ZONA RURAL E ZONA URBANA DA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA	Fernanda M. LIMA Isadora M. ALONSO Deborah H. ROCHA Alice M. MARTINO Caroline A. LOBO Fernanda M. FERNANDES	156
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O RISCO DE CONSUMO BEBIDAS ADOÇADAS EM ESCOLARES DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA	Mayara Cândida de Jesus VIEIRA Nayara Rizzo de ALMEIDA Lívia Botelho da Silva SARKIS Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	157
ELABORAÇÃO DE BISCOITOS TIPO COOKIE A BASE DE FARINHA DE CASTANHA DE PARÁ COMO ESTRATEGIA PARA ENRIQUECIMENTO DO MINERAL SELÊNIO	Tábata Muniz do Carmo da Silva ALMEIDA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	158
DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE SENSORIAL DE KAFTA COM ESPINAFRE ENRIQUECIDO COM FERRO PARA ADOLESCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MIRAÍ - MG.	Flávia da Silva MACHADO Erlaine Maria da SILVA Diovana Raspante de Oliveira SOUZA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	159
EFEITO DE UMA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL EM IDOSOS DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA DE MIRADOURO – MG	Lorraine Fernandes ALVES Luana Antenor Rodrigues ALVES Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Lívia Botelho da Silva SARKIS Vanessa Sequeira FONTES	160
EFEITO DE UMA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL SOBRE HÁBITO ALIMENTAR, COMPOSIÇÃO CORPORAL E PERFIL BIOQUÍMICO DE UMA MULHER ADULTA DE MURIAÉ-MG	Camila Randolpho PAIVA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	161
ELABORAÇÃO DE UM PRODUTO FUNCIONAL A BASE DE FIBRAS: BROWNIE FIBER	Lorraine Fernandes ALVES Luana Antenor Rodrigues ALVES Letícia Fonseca BRAGA Maria Giulia de Sousa MENTA Vanessa Sequeira FONTES Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	162
ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇA NOS PRIMEIROS MIL DIAS DE VIDA MATRICULADAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG	Larissa Ferreira MARINHO Nathalya Zangirolami LACERDA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	163
ESTADO NUTRICIONAL DE PRÉ-ESCOLARES E ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Larissa Ferreira MARINHO Nathalya Zangirolami LACERDA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	164
HÁBITOS ALIMENTARES DE PACIENTES ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA PARTICULAR DA CIDADE DE MURIAÉ – MG	MYLENA MARTINS BIANCA TRAMBAIOLI RAISSA DIAS CAMILA RANDOLPHO	165

	WALTER FERREIRA NARUNA ROCHA	
HÁBITOS ALIMENTARES E PRESENÇA DE PATOLOGIAS EM GESTANTES COM EXCESSO DE PESO ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ/MG	Viviane de Oliveira LIMA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	166
HÁBITOS DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM IDOSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MURIAÉ-MG	TÁBATA MUNIZ DO CARMO DA SILVA ALMEIDA NARUNA PEREIRA ROCHA	167
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MINAS GERAIS	Lorraine Fernandes ALVES Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Vanessa Sequeira FONTES	168
IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL UTILIZANDO METAS EM ADULTOS OBESOS DE CATAGUASES – MG	Flávia da Silva MACHADO Diovana Raspante de Oliveira SOUZA Erlaine Maria da SILVA Naruna Pereira ROCHA	169
INVESTIGAÇÃO DE DIABETES MELLITUS GESTACIONAL E FATORES DE RISCO EM GESTANTES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ/MG	Viviane de Oliveira LIMA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	170
INVESTIGAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA DESENVOLVIMENTO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM GESTANTES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG	Viviane de Oliveira LIMA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	171
MERCADINHO DO “BEM” E DO “MAL”: ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NUTRICIONAL EM ESCOLARES DE UMA ESCOLA PRIVADA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG	Mayara Cândida de Jesus VIEIRA Nayara Rizzo de ALMEIDA Lívia Botelho da Silva SARKIS Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	172
PERFIL NUTRICIONAL DE IDOSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MURIAÉ-MG	TÁBATA MUNIZ DO CARMO DA SILVA ALMEIDA NARUNA PEREIRA ROCHA	173
PRESCRIÇÃO DE SUPLEMENTOS E FATORES MOTIVACIONAIS PARA A COMPRA POR PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA	Lamaira Condack GONÇALVES Sarah Mairink de OLIVEIRA Karine Augusta SILVA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	174
PRESCRIÇÃO E FREQUÊNCIA DE USO DE CREATINA EM PRATICANTES DE CROSSFIT®	Karine Augusta da Silva Lamaira Condack Gonçalves Sarah Mairink de Oliveira Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	175
PREVALÊNCIA DE ANEMIA FERROPRIVA E HÁBITOS ALIMENTARES DE GESTANTES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Viviane de Oliveira LIMA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	176

PREVALÊNCIA DE DISLIPIDEMIA AUTORELATADA E FATORES ASSOCIADOS EM PACIENTES ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA PARTICULAR DE MURIAÉ – MG	MYLENA MARTINS RAISSA DIAS BIANCA TRAMBAIOLI CAMILA RANDOLPHO WALTER FERREIRA NARUNA ROCHA	177
PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO E FATORES ASSOCIADOS EM ADULTOS E IDOSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL – MG	lasmin Cristiano TONY Nathalya Zangirolami LACERDA Julia Maria Moreira TORQUATO Larissa Ferreira MARINHO Naruna Pereira ROCHA	178
PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO E FATORES ASSOCIADOS EM PACIENTES DE UMA CLÍNICA PARTICULAR DE MURIAÉ – MG	MYLENA MARTINS BIANCA TRAMBAIOLI RAISSA DIAS CAMILA RANDOLPHO WALTER FERREIRA NARUNA ROCHA	179
QUAL É A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA DA FAMINAS/BH EM RELAÇÃO AO INTERESSE DA INSTITUIÇÃO SOBRE O ESTADO DE SAÚDE MENTAL DE SEUS ALUNOS?	João Marcelo G. de ABREU Flávia Bedeti NEVES Fernanda Ribeiro FARIA Luísa Pettz Oliveira HOSTT Martinho de Meneses Sousa FILHO	180
PREVALÊNCIA DE FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM ADULTOS E IDOSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-MG.	Nathalya Zangirolami LACERDA Julia Maria Torquato de Souza MOREIRA lasmin Cristiano TONY Larissa Ferreira MARINHO Fabiana Rodrigues LOPES Naruna Pereira ROCHA	181
ANÁLISE DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MURIAÉ-MG PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO ANTROPOMETRIA NA ESCOLA	Nayara Rizzo de ALMEIDA Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	182
CONSUMO DE BEBIDAS ADOÇADAS POR ESCOLARES DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DO MUNICIPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA.	Nayara Rizzo de ALMEIDA Mayara Cândida de Jesus VIEIRA Lívia Botelho da Silva SARKIS Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	183
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE CÁRIE DENTÁRIA EM UM GRUPO DE ACADÊMICOS DO UNIFAMINAS E DE MORADORES DA ZONA RURAL DE MURIAÉ-MG	Maria Eduarda N. D. dos SANTOS Quézia S. de PAULA Rafaela Dias VITAL Maria Eduarda dos S. TOMASCO Renata S. C. de CARVALHO Fernanda M. FERNANDES	184
A IMPORTÂNCIA DA SIMULAÇÃO REALÍSTICA NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EM REANIMAÇÃO CARDIORRESPIRATÓRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Renato Policarpo da SILVA Fernanda Alves dos Santos CARREGAL Daniel dos Santos FERNANDES Letícia Pereira da Silva BARBOSA Gleicielly Pereira LOPES Danúbia Mariane JARDIM	185
HIDRADENITE SUPURATIVA EM PACIENTE PORTADORA DE DOENÇA DE CHRON: RELATO DE CASO	Eduardo Melado de Souza COELHO Andressa Chaves CASSOLI Rubens Lopes OLIVEIRA Flavia Elisa PEDROSA	186

<p>ANÁLISE DO PERFIL DE CONSULTAS PRÉ-NATAL NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ, EM COMPARATIVO COM AS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL.</p>	<p>GOULART, César Augusto Campos SOUSA, Greziela BRAGA, Hamanda Veggi Dumbá MEDINA, Paula PEDROSA, Pedro Paulo GUEDES, Juliana Barroso Rodrigues</p>	<p>187</p>
<p>CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE SAÚDE EM ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL COM TELEMEDICINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA</p>	<p>Alberto Guedes Ezaquiel DA SILVA, Brenda Andrade MARQUESINE Elisa Corrêa MIRANDA Gleyciane Delfino FERREIRA Maria Eduarda Venturim Almeida VIEIRA Pascale Gonçalves MASSENA Juliana Barroso Rodrigues GUEDES</p>	<p>188</p>
<p>RELATO DE CASO: TRATAMENTO DE PTERÍGEOS POPLÍTEOS COM FIVE-FLAP EM CRIANÇA PORTADORA DE ARTROGRIPOSE CONGÊNITA MÚLTIPLA.</p>	<p>Maria Elisa LATINI VIANA Mariangela Latini de MIRANDA</p>	<p>189</p>
<p>COMPOSIÇÃO CORPORAL E RISCO CARDÍACO EM HOMENS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO</p>	<p>Milena Aparecida Soares de MORAIS, Renan Pacheco FURTADO Higor da Silva ROCHA Bernardo Minelli RODRIGUES</p>	<p>190</p>
<p>ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE INFECÇÕES POR HIV UTILIZANDO TESTES RÁPIDOS EM PARTURIENTES DA MATERNIDADE DA CASA DE CARIDADE HOSPITAL SÃO PAULO – MURIAE</p>	<p>Camila Pereira BARBOSA Rafaela Theófilo do Nascimento Souza Larissa Paes Retameiro Danyelle Dias Cardoso Karyne Lopes Soares Carlos Wilson Dala Paula ABREU</p>	<p>191</p>
<p>COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE CRIANÇAS DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DE MURIAÉ-MG</p>	<p>Nayara Rizzo de ALMEIDA Lívia Botelho da Silva SARKIS Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO</p>	<p>192</p>
<p>A EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DA SÍNDROME DE BOURNOT</p>	<p>Valquíria de Freitas Mourão CAMINHAS Rocilandia Rodrigues MARTINS Julcileia Maria dos Santos FERREIRA Sidneia Aparecida da SILVA Kelly Christina Barros da SILVA Dionéia Paula Bodevan de SOUSA</p>	<p>193</p>
<p>PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO EM HIPERTENSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LARANJAL- MG</p>	<p>Júlia Maria Torquato de Souza MOREIRA Iasmin Cristiano TONY Nathalya Zangirolami LACERDA¹ Larissa Ferreira MARINHO Fabiana Lopes RODRIGUES Naruna Pereira ROCHA</p>	<p>194</p>

SUMÁRIO TRABALHOS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CSA

TÍTULO	AUTORES	No. TRABALHO
BENEFÍCIOS DO CONTROLE DE ESTOQUE NO SEGMENTO MONTAGENS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM EMPRESAS DE MÉDIO PORTE NA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Tiago Moreira da Silva BARROS Jaqueline Pereira Oliveira SOARES Beatriz Fernandes GONÇALVES Francisco de Assis FERREIRA	001
DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO E DOS RECURSOS DE MARKETING DIGITAL EM UMA MICRO EMPRESA DO RAMO DE RESTAURANTE	Beatriz Fernandes GONÇALVES Jaqueline Pereira Oliveira SOARES Tiago Moreira da Silva BARROS Aline Reis AMIM Sâmira Novaes	002
SUPERMERCADO LOURENÇO DE MURIAÉ-MG E O PIONEIRISMO EM VENDAS ON-LINE	Jaqueline Pereira Oliveira SOARES Beatriz Fernandes GONÇALVES Tiago Moreira da Silva BARROS Aline Reis AMIM	003
OS ESTUDOS SOBRE OS TERREIROS DE CANDOMBLÉ NAS REVISTAS BRAIEIRAS DE GEOGRAFIA: MAPEANDO TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS SÓCIO-ESPACIAIS	LUIZ PHELIPE LEAL PEREIRA EMERSON COSTA DE MELO	004
ROMPENDO FRONTEIRAS, GEOGRAFIA PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE -MG	FABRÍCIO DE ARAUJO JOÃO PEDRO DA SILVA EMERSON MELO	005
ESTILO DE VIDA PÓS-MODERNO E A VELOCIDADE DO MUNDO ATUAL	Alex Marinho PETRILLO Tamyres Virginia Lopes SILVEIRA	006
A COMPARAÇÃO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO EGRESSO COM A ÁREA DE ATUAÇÃO DESEJADA: UM ESTUDO DE CASO COM OS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FAMINAS-BH	Gabriella Godinho FILGUEIRA Isadora Correia e MAGALHÃES , Rosália Gonçalves Costa SANTOS	007
AS PERSPECTIVAS DO PROFISSIONAL CONTÁBIL MEDIANTE OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS E A CONTINUIDADE DA PROFISSÃO	Marco Antônio Santos DIAS Ricardo Augusto PEREIRA Rosália Gonçalves Costa SANTOS	008
CROWDFUNDING E A CULTURA DO INVESTIMENTO EM MURIAÉ E REGIÃO – NOVOS TEMPOS E NOVAS OPORTUNIDADES	Bruno Pereira de SOUSA Pyettra Cardoso Amorim Felipe Souza CARNEIRO Luana Rodrigues SILVA Pablo da Silva CANDINHO Luis Claudio SOARES	009
ESTRESSE OCUPACIONAL DO CONTADOR: UMA ANÁLISE A RESPEITO DO ESTRESSE NA	Pyettra Cardoso AMORIM Bruno Pereira de SOUZA	010

ATIVIDADE PROFISSIONAL DO CONTADOR NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE MURIAÉ – MG.	Felipe Souza CARNEIRO , Luana Rodrigues SILVA Pablo da Silva CANDINHO Francisco de Assis FERREIRA	
ALTERAÇÃO DE PRENOME E DO GÊNERO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL	Taynara DUTRA <u>Lorena DUTRA</u> Pedro FRAGA	011
A ANALOGIA A FAVOR DA AFETIVIDADE NA ADOÇÃO HOMOAFETIVA EM PROL DO INTERESSE DO ADOTANDO	Carolina Luzia Bombier de OLIVEIRA Nara Ferreira de Andrade CARVALHO Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	012
APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR NO DIREITO BRASILEIRO	Luísa BRAGA Tathyangela SANTOS, Karen PIMENTEL, Roberta MEDEIROS Francisco CORREA	013
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE O HOMEM E A MULHER NO PODER FAMILIAR	Wenderson da Silva REIS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	014
ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: A DÍVIDA PÚBLICA E A REPERCUSSÃO PARA OS CONTRIBUINTE	Fabricio Carvalho de JESUS Keyla Viviane Barbosa de ALMEIDA Rayssa Rodrigues MENEGHETTI	015
A DESAPROPRIAÇÃO DE CADÁVER PARA FINS CIENTÍFICOS.	Leticia de Lima FREITAS Sulanita dos Reis SANTANA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	016
A DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA	Leticia de Lima FREITAS ; Sulanita dos Reis SANTANA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	017
A DIFERENÇA ENTRE A ASSISTÊNCIA JURÍDICA, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E GRATUIDADE DE JUSTIÇA	Karla Maria Penido da FONSECA Vinicius César Miranda FERREIRA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	018
A DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL COMO GARANTIA DE DIREITOS À PROLE	Thalya de SOUZA Maik W. M. RODRIGUES Thaiz Fabiana da SILVA Rayane Berriel de OLIVEIRA Monyze Dias FERNANDES Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	019
A ÉTICA DO ADVOGADO	Roberta MEDEIROS, Luísa BRAGA, Karen PIMENTEL, Tathyangela SANTOS Stefanini LACERDA	020
A EUTANÁSIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	Luísa BRAGA Tathyangela SANTOS Karen PIMENTEL, Roberta MEDEIROS Anderson Kristhian LOURENÇO	021
A EXECUÇÃO PENAL À LUZ DO MÉTODO APAC EM DETRIMENTO AO SISTEMA PENITENCIÁRIO CONVENCIONAL	Leticia MARTINS Eduarda GUIMARÃES Anderson Kristhian LOURENÇO	022

A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS) ²	Roberta MEDEIROS, Karen PIMENTEL, Luísa BRAGA, Tathyangela SANTOS Stefanini LACERDA	023
A INEFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA FISCAL E SEUS EFEITOS NA VIDA DO CIDADÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E DINAMARCA.	Thays Magalhães e SILVA Jarbas Avelino RABELO	024
A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DECORRENTE DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA	Pedro Henrique Santos PASSOS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	025
A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E O ROMPIMENTO DE PARADIGMAS NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC)	Letícia MARTINS Eduarda GUIMARÃES Anderson Kristhian LOURENÇO	026
A POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM FUNÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO FEMININA	Ana Luiza Magalhães Ferreira CARDOSO Luiza de Souza RODRIGUES Fabrício Veiga COSTA	027
A PRECARIEDADE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	Karen PIMENTEL, Luísa BRAGA, Roberta MEDEIROS, Tathyangela SANTOS Stefanini LACERDA	028
A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS MAIORES EM RELAÇÃO AOS PAIS IDOSOS	Wenderson da Silva REIS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	029
A SOLIDARIEDADE COMO ÉGIDE À DIGNIDADE HUMANA FRENTE À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	Maurício Silva SOARES Rejane Hellen Assis SANTOS Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	030
IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO À LESIVIDADE DA INTIMIDADE.	Eloá Pedrosa FURTADO Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	031
A TÉCNOLOGIA A FAVOR DO DIREITO: O USO DE SISTEMAS NA PERSECUÇÃO PENAL.	Eloá Pedrosa FURTADO Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	032
ACESSO A JUSTIÇA E PRÁTICAS DE CIDADANIA: ELOS INDISPENSÁVEIS A DIGNIDADE HUMANA	Maurício Silva SOARES Rejane Hellen Assis SANTOS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	033
ADMISSIBILIDADE DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DA INFIDELIDADE CONJUGAL	Wenderson da Silva REIS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	034
ADOÇÃO UNILATERAL E ADOÇÃO CONJUNTA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Thaiz Fabiana da SILVA Maik Willian Mariano DOMINGOS Monyze Dias FERNANDES Priscila Nascimento REIS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	035
ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA COMO INSTRUMENTO GARANTIDOR DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA	Karine Vieira de LIMA Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	036

CIDADANIA ALÉM DO VOTO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA A.A.H.T DE MURIAÉ	Igor Silva GARCIA Isaque C. FONSECA Álvaro Benini RAMOS Ana Paola M. Oliveira CARNEIRO	037
CRIMES CIBERNÉTICOS E O AMPARO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	Jorge SANTOS Deiziane CAMILO Leandro BELINATO Stefanine LACERDA	038
DA POSSIBILIDADE DA USUCAPIÃO DE BEM PÚBLICO DOMINICAL.	Débora CARNEIRO Pedro FRAGA	039
DEFERIMENTO TÁCITO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA: (in) segurança jurídica?	Karine Vieira de LIMA Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	040
DESAPROPRIAÇÃO E RESSARCIMENTO.	Leticia de Lima FREITAS Sulanita dos Reis SANTANA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	041
DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA.	Leticia de Lima FREITAS Sulanita dos Reis SANTANA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	042
DIFERENÇAS ENTRE UNIÃO ESTÁVEL E NAMORO QUALIFICADO	Karla Maria Penido da FONSECA Vinicius César Miranda FERREIRA , Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	043
DIFERENÇAS ENTRE O CONCUBINATO E A UNIÃO ESTÁVEL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DIREITO BRASILEIRO	Thaiz Fabiana da SILVA Priscila Nascimento REIS Monyze Dias FERNANDES Rayanne Berriel de OLIVEIRA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	044
UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO: O DIÁLOGO ENTRE A IDENTIDADE GENÉTICA HUMANA E O DIREITO TRANSGERACIONAL	Adrielle AMORIM Tamires BRAGA Pedro GOMES Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	045
DIREITO SISTÊMICO: A APLICAÇÃO DAS CONSTELAÇÕES FAMILIARES DE BERT HELLINGER COMO FERRAMENTA EM PROL DA PACIFICAÇÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA	Karine Vieira de LIMA Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	046
DIVÓRCIO IMPOSITIVO EXTRAJUDICIAL	Karla Maria Penido da FONSECA Vinicius César Miranda FERREIRA , Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	047
FEMINICÍDIO: O ÓDIO EM RAZÃO DO GÊNERO	Taynara DUTRA <u>Lorena DUTRA</u> Pedro FRAGA	048
UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO: HOMESCHOOLING COMO AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO OU COMO PRIVATIZAÇÃO?	Adrielle AMORIM Tamires BRAGA Pedro GOMES Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	049
NOMEAÇÃO DE ADVOGADOS DATIVOS E O FENÔMENO DO ATIVISMO JUDICIAL	Karine Vieira de LIMA Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	050

INFILTRAÇÃO POLICIAL NA INTERNET PARA A REPRESSÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL INFANTO-JUVENIL	Jorge SANTOS Deiziane CAMILO Leandro BELINATO Stefanine LACERDA	051
INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS	Jorge SANTOS Deiziane CAMILO Leandro BELINATO Stefanine LACERDA	052
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E OS DADOS OBTIDOS EM APARELHOS CELULARES	Jorge SANTOS Deiziane CAMILO Leandro BELINATO Stefanine LACERDA	053
LAVA JATO: DESTINAÇÃO DO DINHEIRO RECUPERADO PELA OPERAÇÃO	Gustavo Daher Valois Ferreira de OLIVEIRA Bernardo Aloisio Silva NUNES , Rayssa Rodrigues MENEGHETTI	054
O ABUSO DO PODER FAMILIAR PELA AUTORIDADE PARENTAL	Thaiz Fabiana da SILVA Monyze Dias FERNANDES Priscila Nascimento REIS Thalya de SOUZA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	055
O CONSUMIDOR COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO NA TUTELA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Wleidice Ferreira DORNELLAS Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	056
O DIREITO A ALIMENTOS NO ESTATUTO DO IDOSO	Igor Silva GARCIA Isaque C. FONSECA Álvaro Benini RAMOS Ana Paola M. Oliveira CARNEIRO	057
O DIREITO FUNDAMENTAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR SOB A ÉGIDE DA ADOÇÃO	Carolina Luzia Bombier de OLIVEIRA Nara Ferreira de Andrade CARVALHO ; Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	058
A SOBERANIA DO ESTADO VINCULADA AOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE FRENTE AS TERRAS OCUPADAS TRADICIONALMENTE PELOS POVOS NATIVOS	Aline Trindade ROLA Amanda Cristina Madureira REIS Raphael MAIA	059
O PREJUÍZO DA AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA	Karla Maria Penido da FONSECA , Vinicius César Miranda FERREIRA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	060
O USO DO QR CODE COMO FERRAMENTA BENÉFICA AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL E DA AMPLA DEFESA	Vinicius Rodrigues VILELA , Rafaela Aparecida Medeiros GARCIA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	061
OS BENEFÍCIOS DA APLICAÇÃO DA APAC NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	Karen PIMENTEL , Luísa BRAGA , Roberta MEDEIROS Tathyangela SANTOS Stefanini LACERDA	062
OS TRANSGÊNEROS E A MUDANÇA DE NOME: UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE	Thalya de SOUZA Maik W. M. RODRIGUE Thaiz Fabiana da SILVA Rayane Berriel de OLIVEIRA , Priscila Nascimento REIS Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO (PQ)	063

PARES HOMOAFETIVOS E ADOÇÃO: O FOCO SOBRE O INTERESSE DO ADOTANDO	Thalya de SOUZA Maik W. M. RODRIGUES Priscila Nascimento REIS Rayane Berriel de OLIVEIRA Monyze Dias FERNANDES Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	064
PARES HOMOAFETIVOS E O CASAMENTO CIVIL: O APELO SOCIAL COMO FONTE PARA O DIREITO	Thalya de SOUZA Maik W. M. RODRIGUES Thaiz Fabiana da SILVA Priscila Nascimento REIS Monyze Dias FERNANDES Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	065
POESIA SOCIAL: A LITERATURA SE OPONDO AO REGIME MILITAR E INFLUENCIANDO A EVOLUÇÃO NORMATIVA	Igor Silva GARCIA Isaque C. FONSECA Álvaro Benini RAMOS Ana Paola M. Oliveira CARNEIRO	066
A ALTERAÇÃO DE PRENOME E DO GÊNERO PELA VIA DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL	Taynara DUTRA <u>Lorena</u> DUTRA Pedro FRAGA	067
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATO DISCRICIONÁRIO LÍCITO: UMA ANÁLISE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 0618 DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS.	Jamerson Lizardo de ASSUNÇÃO Fabrício Victor Carvalho de JESUS Rayssa Rodrigues MENEGHETTI	068
RESPONSABILIDADE ÉTICA: SANÇÕES DISCIPLINARES DO MÉDICO	Yasmin Longhi PEREIRA , Andressa Chaves CASSOLI Rubens Lopes Oliveira Eduardo Melado de Souza COELHO Mariane Silva BORGES , Francisco Carvalho CORREA	069
RESPONSABILIDADES DECORRENTES DO ABANDONO DO IDOSO POR SUA FAMÍLIA	Thaiz Fabiana da SILVA Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	070
TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO	Paulo COSMO JR Rayssa Rodrigues MENEGHETTI	071
USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA POR ABANDONO DE LAR CONJUGAL	Pedro Henrique Santos PASSOS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	072
DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITOS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS DE UM CENTRO POP	Flaviana dos Santos VENANCIO Laís Ramos SANCHES	073
O BRINCAR NA CLÍNICA PSICOLÓGICA INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SUPERVISÃO DE ABORDAGEM PSICANALÍTICA	Letícia Montenari de OLIVEIRA Júlia dos Santos FERREIRA Kerolayne Souza RIBEIRO Pollyane Andrade de CARVALHO	074
PSICOLOGIA E A DOENÇA DE HUNTINGTON: A IMPORTÂNCIA DO LÍDER NA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE APOIO	Karina Santos ROCHA Milena Luzia MOTA , Mariana Bernardes SILVA Luciana de Andrade AGOSTINHO	075
RELIGIOSIDADE NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA: A PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES	Katia Antunes RIBEIRO Laís Ramos SANCHES	076

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO DE PSICOLOGIA	Mariana Bernardes SILVA Laís Ramos SANCHES	077
A SEPARAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010	Wenderson da Silva REIS , Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	078
POSSIBILIDADE DE REGRESSO NA EXCLUDENTE DE ILICITUDE ESTADO DE NECESSIDADE	Pedro Henrique Santos PASSOS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	079
PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE DECORRENTE DA RECUSA EM FAZER EXAME DE DNA	Pedro Henrique Santos PASSOS Wilson Sebastião Rodrigues SOARES	080
OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS FORMADORES DO MÉTODO APAC NA ASCENSÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA	Letícia MARTINS Eduarda GUIMARÃES Stefanine LACERDA	081
O MÉTODO APAC COMO ALTERNATIVA À EXECUÇÃO PENAL: UMA BUSCA EFETIVA DA RESSOCIALIZAÇÃO	Letícia MARTINS Eduarda GUIMARÃES Anderson Kristhian LOURENÇO	082
A RESPONSABILIDADE DA ESCOLA PELA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA HOMOFOBIA	Bruna Cristina Oliveira dos SANTOS Valesca Mara Alves PINTO Fabrício Veiga COSTA	083
TRIBUTAÇÃO DE GRANDES FORTUNAS COMO FORMA DE AUXÍLIO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DIMINUIÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.	Gabriel Cristian Da Silva Rayssa Rodrigues MENEGETTI	084
UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO: O DIREITO DE NÃO SABER	Adrielle AMORIM Tamires BRAGA Pedro GOMES Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	085
UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO: O DIÁLOGO ENTRE A IDENTIDADE GENÉTICA HUMANA E O DIREITO TRANSGERACIONAL	Adrielle AMORIM Tamires BRAGA Pedro GOMES Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO	086

SUMÁRIO TRABALHOS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

CET

TÍTULO	AUTORES	No. TRABALHO
ANÁLISE DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) EM MURIAÉ	Waysamele OLIVEIRA , Priscila OLIVEIRA Juliana AQUINO	001
ANALISE SOBRE PROJETO DE REASSENTAMENTO URBANO DOS MORADORES EM AREAS DE RISCO EM MURIAÉ.	LUDMILA OLIVEIRA AREDES, REGINALDO BALBINO DE SOUZA ,	002
ARQUITETURA DE UM CENTRO DIA PARA IDOSOS	Maria Luiza Tavares, Procópio Natália Maria Garcia de Oliveira	003
ASPECTOS DA DINÂMICA DE EXPANSÃO URBANA EM MURIAÉ-MG	Michelly SANTOS , Gabriela BRAZ , Josielle ROCHA (004
O INDIVÍDUO E A CIDADE	Helen Dayane de Souza Costa Tamyres Virginia Lopes Silveira	005
PLANEJAMENTO URBANO E TRANSPORTE DE CARGA NA CIDADE DE MURIAÉ-MG	Ana Carolina Antunes Carolina Grossi Landim LIVIA MARIA DE SOUZA ALMEIDA COURA	006
QUALIDADE E FUNCIONALIDADE DOS PASSEIOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO NO BAIRRO CHÁCARA GÁVEA MURIAÉ – MG.	Lorena MONTEIRO , Breno SILVA Hemanuely MORAES Veronica MEDEIROS	007
REVITALIZAÇÃO URBANA EM ÁREAS DETERIORADAS: CASO PLAZA CISNEROS	LUDMILA OLIVEIRA AREDES LARISSA CHAVES CORRÊA DÉBORA MONTEZANO PACHECO REGINALDO BALBINO DE SOUZA TAMYRES LOPES SILVEIRA	008
TELHADO VERDE, A NATUREZA PROMOVENDO BEM-ESTAR E CONFORTO TÉRMICO	Laila da Costa LIMA Bárbara Correa COUTINHO	009
VALORIZAÇÃO DOS ACESSOS DA CIDADE ATRAVÉS DE INTERVENÇÕES URBANAS E VALORIZAÇÃO CULTURAL	Nathany Barbosa Costa Antônio Renato Guarino Lopes	010
ANÁLISE DAS IRREGULARIDADES QUE AFETAM A MOBILIDADE URBANA NAS RUAS PRÓXIMAS AO HOSPITAL SÃO PAULO EM MURIAÉ-MG	Juliana Gonçalves MACHADO Adriana Ribeiro Santana da SILVA Isabella Vieira NOGUEIRA Laís Pereira PESSOA Gustavo Mello COSENDEY	011

<p>APLICAÇÃO DE PNEUS DESCARTADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DAS PROPRIEDADES DO ASFALTO-BORRACHA</p>	<p>Lucas Andrade NUNES Taíne Martinhão de FREITAS Maicow Roberto Falco dos SANTOS Thúlio da Silva MADRIAGA Beatryz Cardoso MENDES</p>	<p>012</p>
<p>ANÁLISE DAS FERRAMENTAS DE PREVENÇÃO UTILIZADAS NA EXTRAÇÃO DE BAUXITA NA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA</p>	<p>Rafaela da Silva ARAGÃO Gustavo Mello COSENDEY</p>	<p>013</p>
<p>CIMENTO PORTLAND: FABRICAÇÃO SEM COMPROMETER AS FUTURAS GERAÇÕES</p>	<p>Jane Aparecida dos SANTOS, Roniel Souza da SILVA, Nilce Maria da SILVA e Beatryz Cardoso MENDES</p>	<p>014</p>
<p>CONCRETO ESPECIAL</p>	<p>Roniel Souza da SILVA Jane Ap. dos SANTOS Nilce M. da SILVA, Beatriz C. MENDES</p>	<p>015</p>
<p>MÉTODO CONSTRUTIVO LIGHT STEEL FRAMING: VANTAGENS E DESVANTAGENS</p>	<p>Nilce Maria da SILVA Nayara Conceição Souza OLIVEIRA Jane Aparecida dos SANTOS Roniel Souza da SILVA Beatryz Cardoso MENDES</p>	<p>016</p>
<p>SISTEMAS CONSTRUTIVOS DAS EDIFICAÇÕES DA RUA CEL. DOMICIANO EM MURIAÉ - MG</p>	<p>Aryclenis GOULART João Paulo MENDES Maurício SOUZA Rafael PANZA Gustavo Mello COSENDEY</p>	<p>017</p>
<p>INTERVENÇÕES URBANAS E SEUS ASPECTOS: UMA ANÁLISE DO PORTO MARAVILHA.</p>	<p>Hemanuely MORAES Breno SILVA Lorena MONTEIRO TAMYRES LOPES SILVEIRA</p>	<p>018</p>
<p>TÓPICOS DE HUMANIZAÇÃO NA ARQUITETURA AFRICANA DA CIVILIZAÇÃO BANTO</p>	<p>Francislaine Graveli de ASSIS Natália Maria Garcia de OLIVEIRA</p>	<p>019</p>
<p>PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO BRASIL: REVISÃO LITERÁRIA</p>	<p>João Paulo MENDES Aryclenis GOULART Maurício SOUZA Rafael PANZA Gustavo Mello COSENDEY</p>	<p>020</p>
<p>ABORDAGEM LITERÁRIA DA PROGRAMAÇÃO LINEAR EM PROBLEMAS DE MIX DE PRODUÇÃO</p>	<p>João Marcos de Oliveira LOPES Nícollas Nogueira CRETTON</p>	<p>021</p>

SUMÁRIO TRABALHOS ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

EPG

TÍTULO	AUTORES	No. TRABALHO
A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO CAFÉ PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ALTO CAPARAÓ – MINAS GERAIS	Millaine Cherigate Bândoli Pittize RIBEIRO Luan Carvalho ESTRELA Elisângela Freitas da SILVA Marília Costa MACHADO Nilton Freitas JUNIOR	001
ALDO ROSSI E A CIDADE COMO ARQUITETURA CONSTRUÍDA NO TEMPO	Antonio Renato Guarino LOPES	002
ANÁLISE DA DINÂMICA COLABORATIVA EM PARCERIAS DE CAPACITAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO	Plinio dos Santos SOUZA	003
ANÁLISE DE UM CRIME DE DEFLORAMENTO EM CARANGOLA (1940).	Érika Oliveira Amorim Tannus CHEIM ; Thalia de Melo OLIVEIRA	004
ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS E DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS QUE RESIDEM AS MARGENS DO RIBEIRÃO DO JORGE, NO MUNICÍPIO DE FERVEDOURO EM MINAS GERAIS.	Leismarque Adelino Junior SILVA Filipe Zaniratti DAMICA Douglas Ribeiro LUCAS Gabriely Zaniratti DAMICA Sabrina Paradizo Silva Guedes GOMES	005
ANÁLISE MACROSCÓPICA E MICROSCÓPICA DA TOXICIDADE DE UM HERBICIDA COM FLUMIOXAZINA PELO BIOENSAIO <i>ALLIUM CEPA</i> Toxicity analysis of an herbicide with Flumioxazin by <i>Allium cepa</i> test	Polyana A. Almeida PEDROSA ; Lais Gonçalves PARVAN Thais Gonçalves LEITE Juliana Sena CALIXTO Luciana de Andrade AGOSTINHO	006
APRENDIZADO DE MÁQUINA APLICADO A ENZIMAS BACTERIANAS DEGRADADORAS DE COMPOSTOS XENOBIÓTICOS	Rodrigo Oliveira Almeida ¹	007
QUALIDADE MICROBIOLÓGICA DE SALGADOS COMERCIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES E MURIAÉ.	Fernanda Mara Fernandes Larissa Gonçalves de OLIVEIRA Ana Livia Marzoque Oliveira ISABELA Aparecida Rezende CASTRO Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO Adriana de Freitas SOARES	008
JORGE STREET E O DIREITO SOCIAL TRABALHISTA NA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO	Arthur Bastos RODRIGUES	009
AS PERMANÊNCIAS DO CARÁTER SIMBÓLICO NO PENSAMENTO E LITERATURA DO BAIXO MEDIEVO PORTUGUÊS	Jonathan Mendes GOMES	010
AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE EXTRATOS AQUOSOS DE <i>HANDROANTHUS IMPETIGINOSUS</i> E <i>SYZYGIIUM CUMINI</i> SOBRE	Douglas Ribeiro LUCAS Filipe Zaniratti DAMICA Leismarque Adelino Junior SILVA Sabrina Paradizo Silva Guedes GOMES Gabriely Zaniratti DAMICA	011

ESCHERICHIA COLI E STAPHYLOCOCCUS AUREUS.		
BNCC: UM OLHAR PARA INCLUSÃO ESCOLAR.	Ana Paula Silva Andrade JORGE Bianka Pires ANDRE	012
CONCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA NO PENSAMENTO DO BAIXO MEDIEVO PORTUGUÊS	Jonathan Mendes GOMES	013
O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS\FUNDEB: IMPORTÂNCIA E ATUAÇÃO	Elizete Oliveira de ANDRADE _Maria Aparecida da SILVA Marisa Cristina MACEDO	014
VIOLENÇA E JUSTIÇA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: SANTA LUZIA DO CARANGOLA (1873-1892)	Randolpho Radsack Corrêa Patricia Guerra	015
ESCRavidÃO, CRIMINALIDADE E JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO CRIMINAL NO IMPÉRIO BRASILEIRO	Randolpho Radsack CORRÊA Patricia GUERRA	016
REFLEXÕES SOBRE UMA NOVA PERSPECTIVA “CIENTÍFICA” DO CONHECIMENTO NO PENSAMENTO DO BAIXO MEDIEVO PORTUGUÊS	Jonathan Mendes GOMES	017
NOVAS POSTURAS DO HOMEM COM A NATUREZA COMO FONTE DE SABER NO BAIXO MEDIEVO PORTUGUÊS	Jonathan Mendes GOMES	018
ENSINO HÍBRIDO: A AUTONOMIA COMO METODOLOGIA PARA INCENTIVAR OS ALUNOS A BUSCAR CONHECIMENTO	Filipe Zaniratti DAMICA Douglas Ribeiro LUCAS Leismarque Adelino Junior SILVA Gabriely Zaniratti DAMICA Sabrina Paradizo Silva Guedes GOMES Nilson Sergio Peres STHAL	019
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DA ZONA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ, MINAS GERAIS, ATRAVÉS DO USO DE QUESTIONÁRIOS	Daniel da Silva FERRAZ Laila Henriques de Amorim RIBEIRO Ruan Marcio Ruas NUNES	020
O TURISMO RURAL E A CONTRIBUIÇÃO DAS TORREFAÇÕES DE CAFÉS ESPECIAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ-MG	Miguel Hottz KLEIN JUNIOR Elisângela Freitas da SILVA Luciane da Silva OLIVEIRA Nilton Freitas JUNIOR	021
OCUPAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ESCRavidÃO: SANTA LUZIA DO CARANGOLA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.	Randolpho Radsack CORRÊA Patricia GUERRA	022
PERSPECTIVA DOS ALUNOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS QUANTO AO USO DE RECURSOS DE INFORMÁTICA EM SALA DE AULA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.	Anderson Raimundo Sousa SANTOS Gisele MARQUES Jonatha Pacheco TOLENTINO Myrian A. Silva SCHETTINO	023
ESTRUTURA FILOGEOGRÁFICA DE ESPÉCIES RARAS DE ROEDORES SIGMODONTÍNEOS	Michel Barros FARIA Maria Clara Santos RIBEIRO	024

(RODENTIA, SIGMODONTINAE) PODE INFERIR HIPÓTESE DE DIVERSIFICAÇÃO PARA A ZONA DA MATA MINEIRA		
SERTÕES DO MACACU CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO – SÉC. XVIII PEQUENA HISTORIOGRAFIA COMENTADA	Vinicius Maia CARDOSO Randolpho Radsack CORRÊA	025
APLICAÇÃO DE INTEGRAL DUPLA NO CÁLCULO DE MOMENTO DE INÉRCIA APPLICATION OF DUAL INTEGRAL IN THE CALCULATION OF MOMENT OF INERTIA	Myrian Aparecida Silva Schettino Ana Theresa Cascelli Braga Antônio Weuller de Oliveira Souza Nayara Dias Machado Sara Teixeira da Silva Assis Victoria Maria Coelho Quirino	026
VIOLÊNCIA CONJUGAL: UM ESTUDO QUANTITATIVO EM CARANGOLA – MG (2006-2016)	Érika Oliveira Amorim Tannus CHEIM Maria Beatriz NADER	027
AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE ALIMENTOS <i>IN NATURA</i> , MINIMAMENTE PROCESSADOS, PROCESSADOS E ULTRAPROCESSADOS EM ADULTOS	NARUNA PEREIRA ROCHA SHIRLEI DE OLIVEIRA FERREIRA	028
ANÁLISE SENSORIAL E INFLUÊNCIA DA MARCA NA ACEITAÇÃO DE IOGURTE	Mariana de Melo CAZAL Michele de Oliveira MAGALHÃES	029
AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE ALIMENTOS <i>IN NATURA</i> E INDUSTRIALIZADOS ENTRE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE MURIAÉ-MG	Mayla Cardoso Fernandes Toffolo Sarah Mairink de Oliveira , Lamaira Condack Gonçalves , Isabela de Souza Fernandes Anna Carolina Costa Passos Zaiden	030
CADASTRO AMBIENTAL RURAL E RESERVA PARTICULAR DE PATRIMÔNIO NATURAL: A ALIANÇA ENTRE O DIREITO AO MEIO AMBIENTE E O SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO BRASILEIRO	Lays CAMPOS Maria Eduarda Ribeiro NEVES	031
DE FILHO A ESTORVO: O DIREITO CONSTITUCIONAL DE NÃO SER ABANDONADO PELO PAI ADOTIVO	Eduardo de Assis PINHEIRO Fernando Gomes SCHETTINI	032
PROSPECÇÃO FITOQUÍMICA PRELIMINAR E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE BACTERIOSTÁTICA DE <i>Bauhinia Forficata</i> Link E <i>Equisetum arvense</i> L.	Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT Mariana Garcia da SILVA Jaqueline Souza MACHADO	033
O USO DE MODELOS DIDÁTICOS NO ENSINO E APRENDIZAGEM EM BOTÂNICA	Alexandre Horácio Couto Bittencourt Braz Antônio Pereira Cosenza	034
AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DOS CARDÁPIOS E ACEITABILIDADE DA ALIMENTAÇÃO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO, RJ	Mariana de Melo Cazal Laryssa Ataíde Bartolazz	035
e		

CBS 001

A INCIDÊNCIA DE BACTÉRIAS GRAM POSITIVAS EM UTENSÍLIOS DE COZINHAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ITAMARATI DE MINAS

Leticia S. F. M. de PAULA (IC - leticias201153@gmail.com)¹, Alice P. SOARES, Gabriela A. SANTOS¹, Davison do A. COSTA¹, Isabela R. PEREIRA (PQ)².

1 -Curso de Biomedicina; 2 – Professor Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial da Saúde define que as Doenças Transmitidas por Alimentos são aquelas causadas pela ingestão de águas ou alimentos contaminados capazes de ocasionar doenças de caráter infecciosas ou tóxica[1]. Existem diversos meios de transmissão de microrganismos prejudiciais a saúde humana, sendo assim é de extrema importância fiscalizar as condições higiênico-sanitárias de estabelecimentos no qual é realizado o preparo de refeições, principalmente em instituições que atendem um elevado número de pessoas, como escolas [3]. Equipamentos e utensílios de cozinha possuem umidade e nutrientes necessários para o desenvolvimento microbiano, uma vez que as bactérias dependem de meios adequados para se reproduzir com eficiência[2]. As bactérias gram positivas são classificadas pela cor que adquirem após aplicação de um processo químico denominado coloração de Gram. Alguns destes microrganismos compõem a microbiota humana, outros causam infecções, que podem ser leves, moderadas e graves. Além disso, as bactérias gram positivas estão se tornando cada vez mais resistentes a antibióticos, tornando-se um grande problema de saúde pública. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo avaliar a presença de bactérias gram positivas em utensílios de cozinha das escolas públicas de Itamarati de Minas. **MÉTODOS:** As amostras foram obtidas de sete superfícies (liquidificador, tampa de panela, prato, panela, colher, bancada, tábua) consideradas limpas. Para a coleta do material, utilizamos *swabs* umedecidos em solução salina [2]. As amostras foram transportadas em tubos de ensaio estéreis, em caixas isotérmicas devidamente refrigeradas até ao laboratório do Centro Universitário Unifaminas. As amostras foram semeadas em meio de cultura Cled, e incubadas por 24 horas em estufa bacteriológica. Após este período, realizamos a coloração de Gram nas amostras que tiveram crescimento positivo. Para as amostras que se obteve resultado de coloração gram positivas, realizamos os métodos de catalase e coagulase para a identificação das espécies bacterianas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Do total de superfícies analisadas, 57% apresentaram contaminação bacteriana. Destas, 75% das amostras foram catalase positiva sendo, portanto necessário a realização dos testes de coagulase com tais cepas, as outras 25% catalase negativa sugerem ser dos gêneros *Streptococcus.spp* ou *Enterococcus.spp*. Após a execução do teste de coagulase (nas bactérias catalase +), 83% delas foram coagulase positiva, sendo, portanto, *Staphylococcus aureus* e 17% coagulase negativa. Tais resultados são indicativos de alta contaminação, demonstrando precariedade na higienização dos utensílios. A alta porcentagem de contaminação por *S. Aureus* é associada a uma contaminação por manipulação, uma vez que essa bactéria se encontra principalmente em microbiota nasal e pele [2]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que houve um alto índice de contaminação bacteriana nos utensílios analisados, o que pode ser indicativo de falta de orientação técnica sobre a correta manipulação e higienização no ambiente da cozinha, que conseqüentemente pode levar os usuários à quadros infecciosos. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] Disponível em <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/doencas-transmitidas-por-alimentos>>Acessado em 22 de agosto de 2019. [2]OBLADEN, K.; **Aspectos Higiênicos e Sanitários do Preparo da Merenda Escolar na Rede Estadual de Ensino de Curitiba**. Tese (Mestrado em Tecnologia de Alimentos) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. [3]THIMOTÉO, D.; STEDELFDIT, E.; VERA, V.; **Boas Práticas E Qualidade Microbiológica Nos Serviços De Alimentação Escolar: Uma Revisão Sistemática**. Rev. Bras. Pesq. Saúde, Vitória, 14(4): 108-121, dez, 2012.

Palavras-chave: Bactérias, utensílios de cozinha; higienização.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2- Biomedicina

CBS 002

A RELAÇÃO ENTRE O AÇAÍ E A DOENÇA DE CHAGAS

Nickolas Franzini **LOPES** (IC-nickolas.franzini@gmail.com)¹, e Fernanda Mara **Fernandes** (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor

Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A *Euterpe oleracea* é uma palmeira nativa das regiões amazônicas que produz um fruto roxo, o açaí, que possui grande importância na econômica regional, além de possuir alto teor nutricional e, também, propriedades medicinais [1]. Já a Doença de Chagas (DCA) é uma infecção causada pelo parasita *Trypanosoma cruzi*, que é encontrado principalmente nas fezes do inseto barbeiro (*Triatoma infestans*). Comumente, a DCA é associada ao consumo do açaí, já que o inseto pode ser encontrado em meio aos frutos e assim, futuramente, consumido com o contaminante [2]. Assim, o presente estudo teve como objetivo evidenciar a relação entre o açaí e a DCA. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizada uma pesquisa de reportagens sobre a doença e o fruto; sobre os números de casos confirmados da doença de Chagas na plataforma DATASUS e uma revisão em artigos científicos. Avaliaram-se os casos confirmados da doença dos últimos onze anos (2007-2017), comparou-se os resultados com artigos e reportagens, e correlacionou-se o consumo do açaí com os resultados obtidos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao observar os dados, notou-se um total de 2.345 casos confirmados, sendo 95,31% (2.235) dos casos no norte do país e especificamente 81,45% (1.910) no estado do Pará [3]. Observou-se que o Pará é o 5º estado mais pobre do Brasil, mas o mais ativo na produção do açaí. Além disso, é estimado um aumento do consumo do fruto em 15% por ano, o que pode-se relacionar com o aumento da doença e, paralelamente, da contaminação via oral a partir de 2013, com exceção do ano de 2017 [4]. Em relação ao modo de infecção da doença, 68,70% das vezes se dá por via oral, 8,82% por via vetorial (picada do inseto) e os outros 22,48% por outras vias [3]. Além disso, verificou-se que na culinária da região norte do país, existe o costume de alimentar-se do açaí *in natura*, por exemplo sendo servido juntamente com outras farinhas [5]. Diferindo-se assim das outras regiões, em que utiliza-se a polpa do fruto e que passa por diversos processos de industrialização, como a pasteurização, que é um modo que mostrou-se eficiente na remoção de contaminantes [6]. Tal fato pode ser relacionado com a condição de dados da doença nas regiões sul e sudeste, tendo respectivamente, 0,17% (4) e 0,30% (7) de casos da DCA [3]. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que, a doença de Chagas pode ser relacionada com o consumo do açaí, principalmente *in natura* e que, por conta disto, a maior parte dos casos ser encontrada nos estados do norte do país (95,31%) por ser a região com maior ênfase na produção do fruto, e nos estados em que o consumo de açaí difere da região norte, os casos da doença não estão relacionados com o consumo do fruto devido principalmente ao processo de industrialização do açaí que leva a eliminação e/ou inativação do protozoário. **REFERÊNCIAS:** [1] – MATHEUS, M. E. et al. Ação de extratos do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) sobre a produção de óxido nítrico em células RAW 264.7. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, São Paulo, v. 13. p. 03-05, 2013. [2] – MATOS, C. Santos. Doença de Chagas em Bambuí: estado atual e vigilância. 2014. 136 p. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde com concentração em Doenças Infecciosas e Parasitárias) - Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Pesquisa René Rachou. Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde. Belo Horizonte. 2015, [3] – Ministério da Saúde. DATASUS. <<http://datasus.saude.gov.br>>. Acesso em: 14 de out. 2018. [4] – AGÊNCIA NOTÍCIAS IBGE. **Safra de açaí foi de 1,1 milhão de toneladas em 2016**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16821-safra-de-acai-foi-de-1-1-milhao-de-toneladas-em-2016>>. Acesso em: 14 out. 2018. [5] – BELÉM. **Gastronomia paraense**. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/belemtur/site/?page_id=92>. Acesso em: 14 out. 2018. [6] – PASSOS, L. A. C.; GUARALDO, A. M. A.; LABELLO BARBOSA, R.; DIAS, V. L.; PEREIRA, K. S.; SCHMIDT, F. L.; FRANCO, R. M. B.; ALVES, D. P. **Sobrevivência e infectividade do *Trypanosoma cruzi* na polpa de açaí: estudo in vitro e in vivo**. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 21(2), p. 213-222, abr. 2012.

Palavras-Chave: Açaí; Doença de Chagas; Barbeiro.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.13.00.00-3 - Parasitologia

CBS 003

A VIA DA PI3K γ CONTRIBUI PARA A REDUÇÃO DA REPLICAÇÃO E MORTE NEURONAL INDUZIDA PELO *Zika virus*

TEIXEIRA D. C¹ (IC)., MARIM F. M² (PQ) , QUEIROZ-JUNIOR CM¹ (PQ)., SOUZA D.G 3 (PQ)., TEIXEIRA M. M² (PQ)., COSTA V. V¹² (PQ).

¹Departamento de Morfologia; ¹²Orientador Departamento de Morfologia; ²Departamento de Bioquímica e Imunologia; ³Departamento de Microbiologia; Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; E-mail: daniellecunhateixeira@hotmail.com

Palavras-chave: ZIKV; PI3K γ ; morte neuronal.

INTRODUÇÃO: O *Zika virus* (ZIKV) é um vírus que pertence à família *Flaviviridae* do gênero *Flavivirus*, sendo principalmente transmitido pelo mosquito *Aedes*, mas também pode ser transmitido através de contato sexual, transmissão materna e por transfusão de sangue (1). O zika vírus surgiu como uma emergência global a saúde pública devido a sua associação com a microcefalia e outras doenças neurológicas graves, incluindo a Síndrome de Guillain-Barré (SGB) e a Síndrome congênita do Zika (SCZ) (2). Além disso, o ZIKV apresenta também neurotropismo para o sistema nervoso central (SNC) e promove a neuroinflamação e a morte neuronal (3). A enzima fosfatidilinositol 3-quinase γ (PI3K γ) está envolvida em processos essenciais das células, como crescimento, proliferação e apoptose, sendo constitutivamente expressa em diversos tipos celulares, incluindo células neuronais (4). O objetivo deste trabalho foi avaliar o papel da via PI3K γ na patogênese induzida pela infecção pelo ZIKV. **MATERIAIS E METODOS:** Inicialmente, culturas primárias de neurônios obtidas de camundongos selvagens (C57BL/6), deficientes para a enzima PI3K γ (PI3K γ ^{-/-}), ou para a subunidade catalítica da enzima (PI3K γ ^{kd/kd}); além da linhagem de célula humana SH-SY5Y foram infectadas com ZIKV na presença ou ausência do inibidor da via de PI3K γ (AS605240). Após 24 e 48 horas, a viabilidade celular (MTT, LDH ou Live/Dead) e o título viral foram avaliados. Em paralelo, camundongos deficientes para o receptor de Interferon do tipo I (IFN $\alpha\beta$ R^{-/-}) foram infectados com o ZIKV por via intravenosa e tratados diariamente com o inibidor de PI3K γ por via subcutânea para avaliação de perda de peso e pressão intraocular (IOP). No quinto dia após a infecção, os animais foram eutanasiados e o sangue e órgãos coletados para análises posteriores: carga viral, contagem total e diferencial de leucócitos no sangue e recrutamento de neutrófilos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nossos resultados demonstram que a inibição da via de PI3K γ em neurônios murinos e na linhagem SH-SY5Y promoveu uma redução significativa da carga viral e da morte neuronal após 48h. O tratamento *in vivo* com inibidor AS605240 atenuou a IOP e diminuiu a leucocitose induzida pelo ZIKV. Ainda, interferiu na capacidade de replicação do vírus, reduzindo o título viral no cérebro destes animais. **CONCLUSÃO:** Os resultados indicam que o bloqueio da via de PI3K γ apresenta efeito antiviral e neuroprotetor frente a infecção pelo ZIKV.

Suporte financeiro: CAPES, CNPq, INCT-Dengue e FAPEMIG.

BIBLIOGRAFIA: (1) CUNHA MS *et al.* First Complete Genome Sequence of Zika Virus (*Flaviviridae*, *Flavivirus*) from an Autochthonous Transmission in Brazil. **Genome Announc**, v. 4, n. 2, p. e00032-16, 2016. (2) GULLAND A. Zika virus is a global public health emergency, declares WHO. **BMJ**, v. 352, p. i657, 2016. (3) ROLFE AJ *et al.* Bioinformatic analysis reveals the expression of unique transcriptomic signatures in Zika virus infected human neural stem cells. **Cell Biosci**, v.6 n.42, 2016. (4) HAWKINS, P. T.; STEPHENS, L. R. PI3K signalling in inflammation. **Biochim Biophys Acta**, v. 1851, p. 882–897, 2015.

CBS 004

**AÇÃO SOCIOEDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA NO COMBATE A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA:
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Fernanda Tamires de **SOUZA** (IC – fernandatamires181@gmail.com)¹, Ana Flávia Santos **LINHARES** (IC)¹,
Heloisa de Matos **ANTUNES** (IC)³, Renato Policarpo da **SILVA** (IC)², Wallysson da Rocha **PLANES** (IC)¹, Danúbia
Mariane **JARDIM** (PQ)⁴

1. Curso de Biomedicina; 2. Curso de Enfermagem; 3. Curso de medicina; 4. Professora Faculdade de Minas FAMINAS
- FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG.

INTRODUÇÃO: A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica caracterizada por elevada pressão do sangue no interior das artérias, sendo a pressão sistólica maior ou igual a 140mmHg e a diastólica, por sua vez, maior ou igual a 90mmHg. Essa enfermidade é uma das principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), afetando milhões de pessoas ao redor do mundo e tem como fatores associados ao seu desencadeamento: obesidade, baixa escolaridade, tabagismo, etilismo, sedentarismo e o consumo excessivo de sal. Além disso, é uma das causas medulares para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Frente à relevância do assunto em questão e seu impacto na saúde pública, o Plano Global das DCNT estabeleceu uma meta para redução da HAS em 25%, entre os anos de 2015 e 2025¹. Desta forma, observa-se a importância da elaboração de ações voltadas para a população com intuito de informar e incentivar o combate a HAS. O objetivo desse estudo é apresentar os dados coletados pelos acadêmicos da liga multiprofissional em saúde comunitária (LASC) em uma ação socioeducativa que teve como temática a HAS. **MATERIAS E MÉTODOS:** O estudo foi desenvolvido em uma escola pública na região metropolitana de Belo Horizonte – MG no primeiro semestre de 2019. A LASC recebeu um convite da direção escolar para realização de uma ação socioeducativa com ênfase na HAS, durante a “Festa da Família”, um evento que seria realizado no local, aberto a comunidade. Para execução da ação, utilizou-se de: esfigmomanômetros, estetoscópios e panfletos informativos. A escola disponibilizou uma de suas salas para que os membros da liga realizassem a aferição da Pressão Arterial (PA) dos participantes e posteriormente, orientações de saúde com a entrega dos panfletos contendo informações sobre hábitos saudáveis de vida. Os dados coletados durante ação foram registrados através de uma planilha do Excel para interpretações estatísticas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Analisando os dados obtidos pela aferição da PA dos participantes na ação, constatou-se que dos 56 participantes, 27 (48,2%) apresentaram PA igual ou inferior a 120 por 80, destas, apenas 3 (5,4%) relataram ser hipertensos, 12 (21,4%) apresentaram PA sistólica entre 121 e 129 e diastólica igual ou menor que 80, não houve relato deste grupo em relação a algum problema de saúde, 10 (17,9%) participantes apresentaram entre 130 e 139 a PA sistólica e 80 e 89 para a diastólica, tendo 4 (7,2%) participantes relatado que possuíam hipertensão arterial e 2 (3,6%) também possuindo diabetes mellitus tipo II. Por fim, 7 (12,5%) participantes tiveram uma PA sistólica ≥ 140 e ≥ 90 para a diastólica, onde 3 (5,4%) relataram possuir hipertensão arterial e diabetes mellitus tipo II e 2 (3,6%) apenas a hipertensão arterial. Associando as informações tabuladas com a nova classificação de hipertensão arterial apresentada pela American Heart Association, 48,2% dos participantes se enquadram nos valores normais de PA e 51,8% apresentaram alteração na pressão arterial. Destes que possuíam alteração, 21,4% classificavam-se como PA alterada, 17,9% como hipertensão estágio I e 12,5% hipertensão estágio II. Conforme demonstrado mais da metade dos atendidos possuem risco de desenvolvimento de doença cardiovascular em decorrência dos resultados alterados demonstrados. A conscientização dos participantes após a assistência prestada pelos acadêmicos configurou-se como uma estratégia de prevenção primária que objetivou incentivar a introdução de hábitos alimentares saudáveis, prática de atividade física e demonstrar às pessoas a importância do acompanhamento clínico na evolução da doença. **CONCLUSÃO:** Diante da gravidade da HAS e devido o perfil de cronicidade apresentado por esta doença, à mesma é caracterizada como um grande problema de saúde pública, que apesar de prevenível, quando não tratada, pode contribuir para o desenvolvimento de outras doenças de alto risco. Os resultados da ação reforçaram a incidência presente na literatura e reafirma a necessidade de atividades que promovam a saúde e educação. Portanto, a conscientização da população através de estratégias educativas caracteriza-se como ferramenta importante na prevenção e possível redução do número de casos e melhorias na promoção e prevenção à saúde do coletivo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ANDRADE, S. S. A.; STOPA, S. R.; BRITO, A. S. et al. Prevalência de hipertensão arterial autorreferida na população brasileira: análise da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 2971 Brasília, 24(2): 297-304, abr-jun 2015.

Palavras-chave: Hipertensão arterial sistêmica, saúde pública, doenças crônicas.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

CBS 005

ANÁLISE ARBÓREA DE QUATRO CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA

Nickolas Franzini **LOPES** (IC-nickolas.franzini@gmail.com)¹, Giovanna Ladeira **MARQUES**¹, Kayra Pacheco **CURVELO**¹ e Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor
Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: O desenvolvimento econômico no Brasil foi costumeiramente realizado de forma poluidora e degradadora. Sem qualquer preocupação com a sustentabilidade, os produtos eram extraídos da natureza. O processo de industrialização foi realizado sem nenhuma preocupação com a preservação ambiental, o que também ocorreu na maioria dos países [1]. Além disso, o desequilíbrio populacional tem como consequência a ampliação de áreas habitáveis e, quanto mais pessoas têm no ambiente, menor é a capacidade de suportar o impacto que é gerado [2]. O efeito estufa é um processo comprovadamente agravado devido ao efeito deletério do desmatamento, o que está ligado diretamente com o aquecimento global [3]. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a arborização de ruas dos centros de algumas cidades da zona da mata mineira, visando correlacionar e discutir a prevalência e importância dos aspectos ambientais na zona urbana.

MATERIAL E MÉTODOS: Realizou-se a contagem das árvores de 2 ruas de comprimento de 200 a 250 metros, de 4 cidades diferentes (A, B, C e D), no período de março a abril de 2019. Além disso, calculou-se a Circunferência a Altura do Peito (CAP) das árvores, sua altura e a sua área, de folhas, ocupada. E por fim, realizou-se o levantamento das espécies e também análises estatísticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Ao analisar-se os dados coletados, notou-se que a cidade A apresentava a maior quantidade de árvores (84), representando 38,35% do total de árvores quantificadas (219). Já a cidade C, apresentou-se com o menor número de árvores (11), representando apenas 5,02% das árvores totais. Além disso, a rua A2 apresentou o maior número de árvores (46), e a rua C1 apresentou o menor número de árvores (5). Ao comparar-se a distância média entre as árvores da rua A2, notou-se que as árvores tinham, em média, 9,41 metros de distância entre si, em ambos os lados da rua. Já a rua C1, apresentou uma média de distância de 73,3 metros, em um lado da rua, e 110 metros do outro lado da rua. Calculou-se também a porcentagem de área da copa das árvores ocupadas nas ruas das suas respectivas cidades, e notou-se que a cidade A detinha a maior porcentagem de área ocupada pelas copas das árvores, tendo a rua A1 com 23,91% e a rua A2 com 34,97%. Ao calcular-se o Diâmetro a Altura do Peito (DAP), a partir dos valores de CAP, notou-se que a cidade B tinha os maiores valores de média dos resultados. Porém, o maior valor encontrado de DAP, foi na cidade D (99,68 cm), e o menor valor foi encontrado na cidade A (3,02 cm). Em relação a altura das árvores quantificadas, notou-se que na cidade D foi encontrada a maior árvore (12 metros), já a menor árvore foi encontrada na cidade A (1,5 metros). E, por fim, foram identificadas 7 espécies diferentes de árvores, dentre as 219, sendo as espécies oiti (*Licania tomentosa*), a murta ou dama da noite (*Murraya paniculata*) e a Ficus (*Ficus bejamina*) as mais comuns.

CONCLUSÃO: Pode-se concluir que, a importância da arborização urbana vai muito além de apenas questões estéticas, a presença de árvores está envolvida no processo geral de melhoria de qualidade de vida. O clima urbano difere consideravelmente do ambiente natural, assim quanto maior a presença de materiais como ferro, aço, pinche, vidro e outros, maior a retenção de calor levando a formação de ilhas de calor, destarte a arborização urbana entra em contraste a este cenário proporcionando a população um ambiente com sombreamento, absorção dos raios solares, diminuição da poluição atmosférica e sonora, reorientação do vento e proteção quanto ao mesmo e além disso um embelezamento paisagístico elevando a valorização da propriedade.

REFERÊNCIAS: [1] – IBRAHIM, F. J.; RAMOS, E. C. **Análise Ambiental Gerenciamento de Resíduos**. 1º ed. São Paulo: Érica, 2015. [2] – PINTO, Terezinha de Jesus Andreoli. **Sistema de gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. [3] – SILVA, Robson W. da Costa; PAULA, Beatriz Lima de. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terra e didática**, São Paulo, v. 5, n.1, p. 42-49, 2009.

Palavras-Chave: Árvores; Arborização; Vegetação

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

CBS 006

ANÁLISE DA ACIDEZ TITULÁVEL E PH DE CERVEJAS TIPO PILSEN COMERCIALIZADAS EM CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA

Giovanna L. **MARQUES** (IC – giobiomed@outlook.com)¹, Nickolas F. **LOPES** (IC)¹, Thyago **CUNHA** (IC)¹ e Samuel F. da **SILVA** (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor
Universidade de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: Produzidas de forma industrial ou artesanal, as cervejas são compostas por água, lúpulo, malte e leveduras, podendo apresentar outros componentes. Tendo uma média de consumo de 11,6 bilhões de litros por ano no Brasil é uma das bebidas mais consumidas. Sendo o pH e acidez um dos principais parâmetros a ser analisado devido ao seu caráter ácido que influencia tanto no fator sensorial como na qualidade evitando contaminações e na detecção de fraudes [1; 2]. O objetivo tem por base a análise da acidez titulável e pH em diferentes marcas de cerveja do tipo *Pilsen* comercializadas em cidades da Zona da Mata Mineira. **METODOLOGIA:** Foi analisada 21 amostras de cervejas de 7 marcas diferentes do tipo *Pilsen* comercializadas em três cidades da Zona da Mata Mineira. A análise foi realizada nos laboratórios do Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS no mês de maio de 2019. Foi analisado a acidez titulável e pH de acordo com as normas do Instituto Adolfo Lutz [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Percebe-se que o pH apresentou média 4,62 ±0,2 valores esses de acordo com o ideal para cerveja (±4), essa acidez impede a proliferação de microrganismos como *Clostridium Botulinum*, entretanto pode causar erosões dentárias, já que o pH do esmalte e dentina (4,5 a 5,5) é maior que o da cerveja, sendo que a saliva (pH 6,8) não é capaz de suprir toda a acidez do meio e agregando ao fato de 30 min. de exposição ao ar desta bebida torna o pH cada vez mais baixo [2,4]. Sendo que a matéria prima também influencia no pH final, como cervejas feitas a partir do chá verde obteve pH média 3,87. A acidez também relaciona ao processo de identificação de contaminantes e fraudes, tendo uma média 26,89 meq/L e 0,26% (ácido láctico), valores estes (%) que estiveram de acordo com o padrão ANVISA (0,1 – 0,3%). Há concentração dos aditivos influencia diretamente no fator sensorial da bebida que varia do perceptível de ácido a azedo de acordo com a concentração de tal ácido, sendo o principal o ácido láctico [2]. Para o ANOVA (análise de variância) considerando o nível de significância de 5% (p<0,05), no teste de pH apenas a amostra da marca 1 apresentou p>0,05, indicando uma grande variação entre suas amostras, as demais estiveram abaixo de 0,05, já na acidez (%) todas obtiveram p<0,05. Em relação a variação dentro e entre os grupos, para pH obteve 61% de variação entre grupos e 39% dentro do grupo, já na acidez 66% entre grupos e 34% dentro do grupo, evidenciando uma maior variação entre as marcas do que dentro da marca. **CONCLUSÃO:** Evidencia-se que as amostras apresentaram valores de pH e acidez de acordo com o padrão da ANVISA e com o encontrado por outros autores, entretanto houve variações consideráveis entre amostras da mesma marca comercializadas em cidades diferentes o que aponta uma falta de padronização de lotes ou fatores externos (local, temperatura de armazenamento, entre outros). A acidez e pH são parâmetros muito importante na cerveja que evidenciam tanto contaminações como na detecção de fraudes, tornado imprescindível uma fiscalização sobre esses produtos visto o grande consumo pela população. **REFERENCIAS:** [1] - MORI, C; MINELLA, E. **Aspectos econômicos e conjunturais da cultura da cevada**. Embrapa trigo documentos online. N. 139, p.28, 2012. [2] - ALVES, Lindemberg Martins Ferreira. **Análise físico-química de cervejas tipo pilsen comercializadas em Campina Grande na Paraíba**. 2014. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química Industrial) – Univesidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, 2014. [3] - INSTITUTO ADOLFO LUTZ (IAL). **Métodos físico-químicos para análise de alimentos**. Coordenadores Odair Zenebon, Neus Sadocco Pascuet e Paulo Tiglia. 4. ed. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. [4] - BRANCO, Carolina Assaf; VALDIVIA, Andréa Dolores Correia Miranda; SOARES, Priscilla Barbosa Ferreira; FONSECA, Rodrigo Borges; FERNANDES NETO, Alfredo Júlio; SOARES, Carlos José. Erosão dental: diagnóstico e opções de tratamento. *Revista de Odontologia da UNESP*, v. 37, n. 3, p. 235-242, 2008.

Palavras-Chave: Cerveja, acidez titulável, Ph

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

CBS 007

ANÁLISE DA GENOTOXICIDADE DO HERBICIDA FLUMIOXAZINA PELO BIOENSAIO COM *Allium cepa*

Lais Gonçalves **PARVAN** (IC – laispav@hotmai.com)¹, Thaís Gonçalves **LEITE** (IC)¹, Thaynara Barbosa **FREITAS** (IC)¹, Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor Orientador
Centro Universitário UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O crescimento desenfreado das atividades associadas à agricultura e ao comércio têm gerado progressivas consequências prejudiciais à saúde humana e ambiental. Diversos estudos tem evidenciado a presença de resíduos de substâncias químicas nos alimentos, nas águas, no solo, e em diversos organismos [1]. Dos principais causadores do aparecimento desses resíduos, o uso indiscriminado de agrotóxicos é o maior deles por esses produtos possuírem propriedades bioacumulativas [2]. O sistema teste *Allium cepa* apresenta-se como bioindicador ideal na análise dos efeitos citotóxicos e mutagênicos, permitindo considerações estatísticas e obtenção de valores de efeito-concentração. É um teste que auxilia nos estudos de prevenção e controle de danos ao meio ambiente não demandando tempos prolongados tampouco altos investimentos [3]. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi baseado nas metodologias do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP, Kruger (2011) e AIUB (2011). O composto testado foi um herbicida com flumioxazina nas concentrações de 0,5 g/L e 1,0 g/L. Foi utilizado um n amostral de 30 bulbos de cebola. Estes foram mantidos em água por 48 horas para crescimento das raízes e após, foram aleatoriamente submetidos às substâncias teste e controles: positivo (Benzoato de Sódio) e negativo (água destilada), por mais 48 horas. Após o completo período de exposição, foi feita a análise macroscópica e microscópica. A análise estatística foi realizada no programa SPSS (versão 17). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O composto apresentou efeitos de citotoxicidade e genotoxicidade na concentração recomendada para o uso (0,5 g/dL) quando comparada ao controle positivo (p=0,04), apresentando o mesmo efeito. Um estudo com plantas de sorgo tratadas com o herbicida Atrazina, também apresentou maior número de cromossomos e anormalidades em células-mãe, comprovando a interferência do herbicida na estabilidade da meiose [4]. Ao se comparar o controle positivo à flumioxazina, foi possível observar que ambos possuem o mesmo efeito em nível microscópico (p>0,5). Um estudo feito com o benzoato de sódio mostrou que essa substância apresentou toxicidade ao reduzir o crescimento das raízes e causar danos celulares. O estudo também mostrou estresse nas raízes ao apresentarem diferenciação celular precoce. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que a flumioxazina em nível microscópico apresentou efeitos de citotoxicidade e genotoxicidade na concentração recomendada para o uso (0,5 g/dL). Dessa forma, o estudo traz um alerta tanto à população quanto aos produtores rurais na manipulação e exposições excessivas a essa substância, que num momento superior, pode vir a provocar alterações irreversíveis, devido seu potencial carcinogênico. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas pela execução do projeto, ao Instituto Federal Sudeste Unidade Rural pelo apoio à pesquisa e ao CNPq pelo suporte financeiro. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VENTURA, B.C. Avaliação dos efeitos citotóxicos, genotóxicos e mutagênicos do herbicida Atrazina, utilizando *Allium cepa* e *Oreochromis niloticus* como sistemas-teste. **Dissertação** (Mestrado) UEP, São Paulo, 2004 [2] FERNANDES, T.C.C. Investigação dos efeitos tóxicos, mutagênicos e genotóxicos do herbicida trifluralina, utilizando *Allium cepa* e *Oreochromis niloticus* como sistemas-testes. **Dissertação**. Rio Claro, 2005 [3] BAGATINI, M. D.; DA SILVA, A. C. F.; TEDESCO, S. B. Uso do sistema teste de *Allium cepa* como bioindicador de genotoxicidade de infusões de plantas medicinais. **Rev Bras de Farmacognosia** 17(3): 444-447, 2007. [4] LIANE, G.H.L.; FELTNER, K.C.; LIANG, Y.T.S.; MORRILL, J.L. Cytogenetic effects and responses of agronomic characters in grain sorghum (*Sorghum vulgare* Pers.) following atrazine application. **Crop Science**, New York, v. 7, n. 3, p. 245-248, 1967.

Palavras-chave: Genotoxicidade, Herbicida, *Allium cepa*.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina
Área do Conhecimento (CNPq): 5.01.00.00-9 - Agronomia

CBS 008

ANÁLISE DE AÇÚCARES REDUTORES, NÃO REDUTORES, TOTAIS ACIDEZ TOTAL EM REFRIGERANTES PELO MÉTODO TITULOMÉTRICO DE EYNON-LANE

Thalita **CORDEIRO** (IC- thatacords45@gmail.com)¹, Isabela Aparecida de **SOUZA** (IC)¹, Larissa Mercês **OSÓRIO** (IC)¹, Samuel Ferreira da **SILVA** (IC)².

1. Biomedicina; 2. Farmácia. Centro Universitário – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: O refrigerante é uma bebida não alcoólica, composta por 88% de água e como segundo maior componente, os açúcares. Conforme as propriedades químicas, os açúcares são subclassificados no grupo de carboidratos em carboidratos simples (monossacarídeos) e complexos (constituídos de dois ou mais monossacarídeos ligados), os monossacarídeos são classificados em açúcares redutores (AR), visto que esses possuem em sua molécula um grupo de cetona ou aldeído que em solução aquosa ficam livres e reduzem sais de cobre e prata. Os oligossacarídeos e dissacarídeos são classificados em açúcares não redutores (ANR), porque não têm a capacidade de reduzir o bromo [1]. Objetivou-se mensurar por método titulométrico os açúcares redutores, não redutores e açúcares totais além da acidez por ácido cítrico e total em refrigerantes de distintas marcas comercializadas na cidade de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Seguiu-se as normas da Instituição Adolf Lutz para analisar 9 marcas de refrigerante em triplicata. Inicialmente, mediu-se o volume destes com e sem CO₂, aferiu-se o pH das amostras com fita e pHmetro, mensurou-se a quantidade de açúcares redutores, não redutores e totais pelo método titulométrico Eynon-Lane de oxirredução. Ao fim, calculou a acidez total e referente ao ácido cítrico por titulação potenciométrica, encontrando o volume de NaOH gasto através da segunda derivada plotada no software OriginPRO 8 [2]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao abrir a garrafa o gás é liberado e há perda de uma alíquota do volume, dentre a análise, somente a marca E apresentou-se com um volume inicial de 0,5% abaixo do que é indicado no rótulo, seguido de um decréscimo de 1,3% com a retirada do gás, os demais estão dentro da margem de erro [3]. Segundo o Ministério da Saúde (2017) entre 2006 e 2016, o índice de brasileiros com obesidade cresceu em mais de 60%, por este motivo, muitas empresas vem promovendo a redução gradativa da quantidade de açúcares presentes em seus produtos, como em F com redução de 56% dos açúcares presentes. Pode-se perceber esta mobilização, ao compararmos os resultados obtidos neste trabalho, entre 2,38% a 6,37% de açúcares totais, com Demiate e colaboradores (2002) que encontraram para refrigerantes a base de Guaraná valores de 11,10% de açúcares totais, já Santos, Gemmer e Oliveira (2016) obtiveram 9% de açúcares totais para refrigerantes do mesmo sabor. Além das diferenças na formulação, tais diferenças encontradas em relação a este estudo, estão associadas ao fato de a análise ser de marcas e lotes diferentes [4]. Dentre a acidez total, existe acidez específica do ácido cítrico que proporciona ao produto a retenção da carbonatação, potencializa os conservantes, previne a turbidez, entre outros. Após aplicar as fórmulas, os refrigerantes das marcas B, F e G se encontram dentro dos valores permitidos, enquanto as demais apresentaram valores inferiores aos referidos na portaria nº. 544, de 16 de novembro de 1998 [3]. **CONCLUSÃO:** Mediante aos resultados, constatou que as distintas marcas de refrigerantes apresentam diferentes quantidades de açúcares não redutores e redutores em suas produções. Mostra-se importante a averiguação da acidez e das características físico-químicas, uma vez que são estas que impedem o desenvolvimento de microrganismos e proporcionam o consumo seguro. **REFERÊNCIAS:** [1] DEMIATE, Ivo M. et al. Determinação de açúcares redutores e totais em alimentos: comparação entre método colorimétrico e titulométrico. Revista Publicatio UEPG. Paraná, v. 8, n. 1, p. 65-78, 2002. [2] INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Métodos físico-químicos para análise de alimentos. 4. Ed. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. [3] SKUPIEN, J. A.; BERGOLI, C. D.; POZZOBON, R. T.; BRANDÃO, L. Avaliação do pH de refrigerantes do tipo normal e light. Saúde, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 33-36, 2009. [4] SANTOS, G. L.; GEMMER, R. E.; OLIVEIRA, E. C. Análise de açúcares totais, redutores e não redutores em refrigerantes pelo método titulométrico de Eynon-Lane. Destaques Acadêmicos, Lajeado, v. 8, n. 4, p. 186-197, 2016.

Palavras-chave: Refrigerante, açúcar redutor, açúcar não redutor, acidez

CBS 009

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ÁGUA DA MINA E ÁGUA DO POÇO NA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Larissa Mercês **OSÓRIO** (IC- larissammerces112010@gmail.com)¹, Thalita **CORDEIRO** (IC)¹, Isabela Aparecida de **SOUZA** (IC)¹, Alexandre **BITTENCOURT** (IC)².

1. Biomedicina; 2. Ciências Biológicas.

Centro Universitário – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: A água é essencial para a existência dos seres vivos, sabe-se que aproximadamente 60% do corpo humano é formado desta substância. Entretanto, o crescimento gradativo da poluição hídrica, seja por resíduos industriais, domésticos e/ou chorume proveniente de aterros sanitários, gera na população a nível mundial uma preocupação com a qualidade da água e a busca cada vez maior por fontes minerais como poços artesianos e minas. Sabe-se que inúmeros fatores podem influenciar os componentes químicos da água, alterando as características quantitativas e qualitativas dessa. Desse modo, o consumo de água contaminada estabelece um risco a saúde humana, visto que pode causar efeitos tóxicos ao organismo, resultando em uma toxicidade crônica ou aguda [1]. Este estudo tem como objetivo analisar quimicamente águas provenientes de mina e poço da cidade de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Coletou-se 500 mL de água em duas fontes distintas, sendo uma de poço e outra de mina, armazenadas em garrafas pets e levadas para análise no laboratório do UNIFAMINAS. Inicialmente, mensurou-se o pH das amostras por meio de uma fita reativa. A seguir, fez-se o teste da alcalinidade incluindo 3 gotas do indicador verde de Bromocresol vermelho de metila em um erlenmeyer contendo 250 mL de amostra. Determinou-se posteriormente a dureza total da água, preparando em um erlenmeyer uma mistura contendo 50 mL da amostra e aproximadamente 0,05 gramas do indicador negro de eriocromo T, onde foi titulado com EDTA até obter-se a viragem da cor inicial. Por fim, mensurou-se o conteúdo de cloreto por meio da titulação de nitrato de prata em um erlenmeyer contendo 100 mL de amostra e 4 mL de cromato de potássio. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante a análise física, não se encontrou turbidez, resultado de amostras sem presença de materiais sólidos suspensos, aparentemente límpidas e translúcidas [1]. Em seguida, aferiu-se o pH, encontrando-se aproximadamente 6,0 para ambas as amostras, a qual, segundo a Portaria nº518/2004 do Ministério da Saúde deve-se apresentar pH entre 6,0 e 9,5 para que a água seja considerada potável e ideal para consumo humano. Já ao analisar a alcalinidade das amostras, avaliou-se a capacidade de neutralização de ácidos devido à presença dos íons hidróxido, carbonato e bicarbonato, se ao término da titulação a água apresentar coloração azul, como encontrada na amostra da mina, significa alcalinidade, já se a amostra apresentar-se roxa, refere-se à uma amostra não alcalina e com baixo poder de neutralização, como a do poço [2]. Sabendo-se que a dureza total da água considerada potável deve ser no máximo 500 mg/L em termos de CaCO₃ segundo a Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde, obteve-se como resultados 4 mg/L CaCO₃ para a água de poço e 10 mg/L CaCO₃ para a da mina, valores explicados por prováveis erros analíticos como a utilização de poucos mL das amostras para o procedimento, falta de padronização, além da não adição de solução tampão para elevar o pH da amostra até 10 [3]. Por fim, determinou-se o teor de cloreto, onde, o Ministério da Saúde em sua portaria citada anteriormente informa que, 250 mg/L de Cl⁻ é o teor máximo permitido para o consumo, podendo provocar efeitos laxativos em altas concentrações, as amostras encontram-se dentro dos padrões com teores de 9,94 mg/L presentes na mina e 11,36 mg/L na água do poço [2]. **CONCLUSÃO:** Assim, ambas as amostras analisadas no município apresentam boas condições ao consumo humano, os resultados obtidos apontam para um padrão de qualidade satisfatório. Fazendo-se necessário monitoramento periódico para prevenir contaminações e danos aos consumidores. **REFERÊNCIAS:** [1] NOBREGA, M. D. A. C.; *et al.* Análise físico-química e bacteriológica da água de abastecimento da cidade de São Domingos-PB. **INTESA**, v. 9, n. 1, p. 10 - 14, 2015. [2] BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Manual prático de análise de água. 2 ed. Brasília: FUNASA, 2013. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 518**, de 25.03.04. Dispõe sobre normas e padrões de potabilidade de água para consumo humano. Brasília: SVS, 2004.

Palavras-chave: Análise de água, Água da mina, Água do poço.

CBS 010

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DA QUALIDADE DA ÁGUA DE UMA NASCENTE E UM POÇO PROVENIENTES DA ZONA RURAL DA CIDADE DE MIRAÍ-MG

Giovanna Ladeira **MARQUES**¹ (IC – giobiomed@outlook.com), Kayra Pacheco **CURVELO**¹, Nickolas Franzini **LOPES**¹ e Alexandre H.C. **BITTENCOURT** (PQ - alexandre.couto@unifaminas.edu.br)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor

Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: água, poço, nascente, análise.

INTRODUÇÃO: O saneamento básico são ações socioeconômicas com finalidade de proteger e melhorar as condições de vida de populações, entre estas ações, destaca-se o abastecimento de água potável, a coleta e disposição de resíduos líquidos [1]. A qualidade da água é essencial pois contaminações podem levar a patologias, suas características estão relacionadas com os aspectos químicos, como: alcalinidade e acidez da água; presença de íons, sais e outros. Entre os aspectos físicos destacam-se a cor e odor. Além destes aspectos, inclui-se também aspectos biológicos, como a presença de seres vivos [2]. Assim, o objetivo deste estudo é avaliar a qualidade dos aspectos físico-químicos da água de um poço e uma nascente localizados na zona rural da cidade de Mirai-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Coletou o material para análise (água de nascente e poço) em garrafas de água mineral, no mês de maio 2019 em um sítio localizado na zona rural da cidade de Mirai-MG. A análise foi realizada no laboratório do centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS. Realizou o teste de determinação de dureza da água, determinação do conteúdo de cloreto, alcalinidade e pH sendo a realização destes testes baseado no Manual prático de análise de água da Fundação Nacional da Saúde [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para o teste de determinação de dureza da água obteve um resultado de 0,06 mg/ICaCO₃ para a nascente e 0,08 mg/ICaCO₃ para o poço, valores dentro do permitido pelo Ministério da Saúde que estipula um valor máximo de 500 mg/L de ICaCO₃, classificando tal água como macia devido ao seu baixo grau de carbonato de cálcio. O índice de dureza está relacionado a concentração de sais, uma água macia indica pouco sais, a variação da natureza da água depende do solo no qual ela se encontra, sendo águas macias características de solos graníticos ou basálticos, entretanto estes valores não são os ideais para consumo que de acordo com a legislação é de 170 a 330 mg/ICaCO₃ [4;5]. Para o conteúdo de cloreto estes apresentaram na nascente igual 0,004 mg/L Cl e 0,005 mg/L Cl no poço sendo o máximo permitido por legislação de 250mg/L, o cloreto está normalmente presente em águas brutas, esse caráter pode explicar o nível baixo encontrado já que trata-se de águas macias e que não passaram por nenhum tipo de tratamento [3]. Para o ensaio de alcalinidade as duas amostras são classificadas como alcalina, fator este importante pois indica que tal apresenta capacidade de neutralizar ácidos, sendo o indicado para águas [5]. O pH foi medido pela fita, o valor obtido na análise realizada na amostra que passou pelo teste de alcalinidade obteve 6 de pH para as duas amostras, contudo quando medido o pH diretamente da garrafa contendo a amostra obteve um pH de 6 na nascente e pH 7 no poço, valores esses dentro permitido pela a legislação (pH entre 6 e 9), índices abaixo ou acima deste podem interferir na qualidade da água levando a proliferação de microrganismos [4;5]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, após fazer um comparativo entre as águas, tanto a da nascente quanto a do poço, encontram-se dentro do permitido, apesar de estes valores não serem propícios para consumo humano, pois a presença de águas macias e do baixo índice de cloreto não é favorável. **REFERENCIAS:** [1] – BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3 ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. [2] – VON SPERLING, M., **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 2º ed. Belo Horizonte: DESA-UFMG, 1996. [3] – Brasil. Fundação Nacional de Saúde. **Manual prático de análise de água**. 1ª ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. [4] – Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria MS n.º 518/2004**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. [5] – Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de controle da qualidade da água para técnicos que trabalham em ETAS**. Brasília: Funasa, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.00.00.00-6 - Ciências Biológicas

CBS 011
ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ESPONJAS DE COZINHA DE POLIURETANO

Isabela A. Rezende **CASTRO** (IC - isabelacastro17@outlook.com)¹, Larissa G. **OLIVEIRA**¹, Ana Lívia M. **OLIVEIRA**¹, Davison do A. **COSTA**¹, Fernanda M. **FERNANDES** (PQ)²

1-Curso de Biomedicina; 2- Professora.

Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: As esponjas de limpeza, geralmente são utilizadas para diversas funções dentro da cozinha, desde a limpeza de alimentos até fogão e outros utensílios domésticos, podendo transferir quantidades significativas de microrganismos para a superfície e utensílios utilizados na preparação de alimentos [1]. Essa transferência de bactérias torna-se uma preocupação nas cozinhas, pois a presença de microrganismos nas superfícies aumenta os riscos de contaminação cruzada elevando o número de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) [2]. Estudos têm demonstrado que os principais microrganismos isolados em esponjas foram: coliformes fecais, *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Salmonellasp.*, Fungos filamentosos, leveduras, *Klebsiellapneumoniae* e *Enterobactercloacae* [3]. O presente estudo teve como objetivo realizar análise microbiológica de esponjas de cozinha, atendo para o crescimento das bactérias: *E. coli*, *S. aureus*, *Salmonellasp.* e *Shigella sp.*
MATERIAIS E MÉTODOS: Coletou-se 15 esponjas sintéticas de espuma de poliuretano em casas residenciais dos municípios de Cataguases, Leopoldina e Eugenópolis, em uso por pelo menos uma semana. As coletas ocorreram após contato prévio e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Em seguida as amostras foram transportadas a temperatura ambiente, em sacos plásticos estéreis e lacrados individualmente até o laboratório de microbiologia do UNIFAMINAS, as esponjas foram cortadas e colocadas de volta ao saco plástico para serem hidratadas. Adicionou-se 100 mL de água peptonada a 0,1% e 0,1 mL de tiosulfato de sódio 0,01 mol para neutralizar os resíduos de detergentes, e então agitou-as por 60 segundos. Após este período, pipetou-se 1 mL de cada solução da amostra (água peptonada 0,1% com a bucha) que foram plaqueadas em Ágar McConkey, Ágar Nutriente, Ágar SS e Ágar Manitol pela técnica de cultivo em superfície com alça de Drigalski. Incubou-as a 35 °C por 48 hs. Após o tempo de incubação, realizou-se a quantificação das unidades formadoras de colônias (UFC) e por seguinte as análises macroscópicas e microscópicas (Coloração de Gram), de acordo com a metodologia descrita por Rossi (2010). Os microrganismos foram identificados através de provas bioquímicas.
RESULTADO E DISCUSSÃO: Dentre as esponjas analisadas, todas apresentaram contaminação por microrganismos e incontáveis UFCs, o que sugere a presença de coliformes fecais (*E. coli*), pois se observou crescimento em meio de cultura específico, além do teste bioquímico e da observação de bacilos Gram negativos microscopicamente. Não houve crescimento de *Salmonellasp.* e *Shigellasp.*, já que não se obteve a formação de colônias características do gênero no Ágar SS. No Ágar Manitol, 27 % das amostras apresentaram crescimento bacteriano sugestivo de *S. aureus*, constatado pelo crescimento em meio seletivo, teste bioquímico e a observação de Cocos Gram positivos em cacho de uva.
CONCLUSÃO: Concluiu-se que nenhuma das esponjas estavam livres de contaminação microbiana, constatando a presença de coliformes fecais e *S. aureus*, o que indica a extrema importância nas medidas higiênico-sanitárias.
REFERÊNCIAS: [1] SOUSA, T. M. et al. **Análise microbiológica de esponjas de poliuretano utilizadas em cozinhas domésticas.** Revista científica da Faminas, Muriaé/BH, v.9, n.1, p. 27-37, abr., 2013. [2] REZENDE, A. K. N. et al., **Avaliação microbiológica em esponjas de uso doméstico.** Unicef. [3] KUSUMANINGRUM, H. D. et al. **Effects of dishwashing liquid on foodborne pathogens and competitive microorganisms in kitchen sponges.** Journal of food protection, v.65, n.1, p. 61-65, 2002. [4] ROSSI, E. M. **Avaliação da contaminação microbiológica e de procedimentos de desinfecção de esponjas utilizadas em serviços de alimentação.** 2010. Dissertação (Mestrado em Microbiologia Agrícola e do Ambiente). Univ. Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

Palavras-chave: Esponja de cozinha; Coliformes fecais; Contaminação.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2- Biomedicina

CBS 012

ANÁLISES FÍSICO - QUÍMICAS E MICROSCÓPICAS URINÁRIAS DE IDOSOS DO LAR OZANAM DA CIDADE DE MURIAÉ - MG

Isabela Aparecida de **SOUZA** (IC- souzazabs@hotmail.com)¹, Larissa Mercês **OSÓRIO** (IC)¹, Thalita **CORDEIRO** (IC)¹, Fernanda Mara **FERNANDES** (IC)².

1. Biomedicina; 2. Professora. Centro Universitário – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a definição de idoso em países em desenvolvimento é todo o indivíduo de 60 anos ou mais, já em países desenvolvidos são considerados idosos aqueles que se encontram na faixa etária de 65 anos ou mais. Esta população é mais suscetível à redução da função renal, em razão da diminuição fisiológica da filtração glomerular referente à idade juntamente com o comprometimento renal em doenças predominantes desta faixa etária, como diabetes mellitus, hipertensão arterial e as doenças primárias renais, tais como as glomerulonefrites e as nefrites túbulo-intersticiais [1]. Assim, objetivou-se avaliar a incidência de alterações na urina de idosos do Lar Ozanam da cidade de Muriaé-MG, através de análises físicas, químicas, microscópicas e microbiológicas. **MATERIAL E MÉTODOS:** Após a permissão do responsável pelos idosos do lar Ozanam através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), realizou-se a seleção aleatória de 22 idosos e as coletas foram feitas do jato médio da primeira urina do dia em coletores estéreis. Dentro de 2 horas após a coleta, foram feitos os testes físicos e químicos da urina, efetuados por meio do teste de fita química. Para as amostras que apresentaram nitrito positivo realizou-se urocultura em meio de ágar CLED sendo incubado em estufa bacteriológica por 24 horas à 37° C. Por fim, obteve-se o sedimento da urina através da centrifugação das amostras, para a visualização das lâminas foram utilizadas a microscopia de 10 campos de acordo com metodologia descrita por Strasinger, 2009 [1]. O trabalho foi registrado na plataforma Brasil com o seguinte número de registro: CAAE/61084716.3.0000.5105. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No teste físico, observou-se alterações na coloração das urinas em 9,1% das amostras, com coloração âmbar sendo predominante (34,4%). Em relação a turbidez, 18,2% apresentavam-se semi-turvos, 36,4% com aspecto turvo e 4,5% leitoso. Durante a análise química, 54,5% das amostras apontaram a presença de leucócitos e 13,6% para a presença de sangue, sendo que estes dados indicam processo inflamatório infeccioso [2]. Em 13,6% das amostras obteve-se nitrito positivo, o que é sugestivo de infecção devido à redução de nitrito a nitrito feito por bactérias gram-negativas, o que deve ser confirmado por urocultura [3]. Em relação ao pH urinário, o ideal da urina é este se encontrar entre 5 e 6, pelo fato dos rins serem o principal meio de eliminação dos ácidos do organismo. Em 18,2% das amostras observou-se alterações de pH acima dos valores esperados, o que pode ser explicado pelo grande número de medicamentos ingeridos ou pela presença de bactérias que alcalinizam a urina [3]. Obteve-se alteração de 18,2% de positividade para urobilinogênio e bilirrubina 63,6% (4,5% com alteração visível pelo exame físico de coloração). Em 31,8% das amostras foram observadas alterações quanto a densidade, e em 4,5% das amostras foram positivas para glicose. Em relação à análise do sedimento observou-se a presença de células epiteliais em 59% das amostras, essas células podem estar presentes devido a descamação da região genital ou por falta de higienização anteriormente a coleta [3]. Além disso, outras estruturas foram observadas: muco e leucócitos (31,8%), hemácias e flora bacteriana (18%) e cristais de oxalato de cálcio (86,3%) [2]. **CONCLUSÃO:** Através de métodos simples e baratos pode-se obter resultados de alta relevância. Além disso, por mais que sejam muito bem tratados no lar onde vivem, idosos apresentam alterações relevantes, principalmente relacionadas à bacteriúria e desidratação ligadas às disfunções referentes à idade, polifármacos e uso de fraldas. **REFERÊNCIAS:** [1] BASTOS, M. G.; ABREU, P. F. **Doença renal crônica em pacientes idosos. Jornal Brasileiro de Nefrologia**, v. 31, n. 1, 2009. [2] MAGNUS, L. D. A urinálise no diagnóstico de doenças renais. Programa de Pós-Graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. [3] STRASINGER, Susan King. **Urinálise e fluidos corporais**. 5.ed. São Paulo: Livraria Médica Paulista Editora, 2009. p. 329.

Palavras-chave: Uroanálise, idosos, alterações.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2- Biomedicina

CBS 013

ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DE APARELHOS CELULARES DE ALUNOS DO UNIFAMINAS – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINAS- MURIAÉ/MG

Giovanna L. **MARQUES** (IC – giobiomed@outlook.com)¹, Isabela A. de **SOUZA** (IC)¹, Nickolas F. **LOPES** (IC)¹ e Fernanda M. **FERNANDES** (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor Universidade de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: Em 1983 surgiram os primeiros celulares, desde então se espalharam pelo mundo. Sua versatilidade de funções, tamanho compacto e fácil transporte que de forma conjunta com seus anexos (fones de ouvido) estão a todo tempo nas mãos de indivíduos, atingindo mucosas e propiciando manifestações de diversos microrganismos nestes aparelhos [1]. Neste sentido, há um destaque para o *Staphylococcus aureus*, sendo este um dos microrganismos mais frequentemente encontrado na microbiota da pele e mucosa levando a infecções, além disso, a capacidade de adquirir resistência antimicrobiana aumenta sua patogenicidade tornando limitada a ação terapêutica [1;2]. O objetivo deste estudo é avaliar a presença de microrganismos na superfície de celulares e fones de ouvido e verificar a resistência frente a diferentes antibióticos. **METODOLOGIA:** O trabalho foi registrado na Plataforma Brasil, nº CAAE: 57872516.0.0000.5105 e as coletas e análises foram realizadas no Centro Universitário de Minas (UNIFAMINAS), no mês de maio de 2019. Foram coletadas 20 amostras de celulares e 20 amostras de fones de ouvido com auxílio de *swabs* estéreis umedecidos em caldo BHI (*Brain Heart Infusion Broth*) mantidos em tubos, em seguida foram incubados em estufa por 24 horas à 35° C. Após turvação, foram realizados repiques para o meio *Mannitol Salt Ágar* (24 hrs a 35° C). Nas placas com crescimento bacteriano foram realizados Teste de Catalase e Coloração de Gram [3]. Em seguida foram realizados o Teste do Antibiograma pelo método de difusão de discos, utilizando 4 tipos de antibióticos: Imipenem (I), Penicilina G (P), Amoxicilina + ac. Clavulanato (AC) e Ampicilina+sulbactam (AS) [4]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nos tubos contendo o caldo BHI, 100% foi observado turvação, indicando a presença de microrganismos. Já no meio *Ágar Manitol*, observou-se 87,5% de crescimento, dentre estes 57% com conversão da coloração do meio para amarelo, indicando assim a mudança do pH para ácido, 43% atingiu cor vermelha sendo indicativo de estafilococos não-patogênicos. No teste de catalase 100% foram positivos, confirmando assim estes microrganismos pertencerem ao gênero *Staphylococcus sp.* Em relação a coloração de Gram, 57% apresentaram como Gram positivas, com arranjo característico de estafilococos, presuntivo de *Staphylococcus aureus*, 43% Gram negativos de arranjos diversos, indicativo de enterobactérias, sendo que em uma das amostras foram observados bastonetes Gram negativos [3]. No antibiograma 20% exibiu ineficientes, 80% eficientes e 100% obteve resistência a P; 100% sensibilidade ao I; 43% resistência e 57% sensibilidade a AC; e a AS 3% resistentes, 86% sensíveis e 11% intermediários, demonstrando a eficiente do I frente as cepas e ação oposto do P [4]. Estima-se que 70% das causas de perda auditiva é relacionada a infecções de microrganismo como o *S.aureus*, sendo responsáveis por 30% de infecções hospitalares, medidas preventivas de higiene visam reduzir estes índices [5]. **CONCLUSÃO:** Os resultados evidenciaram o potencial de veículo de contaminação destes celulares, demonstrando assim sua capacidade de propagação de bactérias patogênicas que podem levar a infecções cutâneas, sistêmicas e até fatais, além da presença de cepas resistentes a antibióticos. **REFERENCIAS:** [1] - TEIXEIRA, F. N.; SILVA, C. V. da. Análise microbiológica em telefones celulares. *Revista F@pciência*, Apucarana-PR, v.11, n. 3, p. 15 – 24, 2017. [2] – MENDES, A. B. G.; PEREIRA, V. R.; REZENDE, C. Aparelhos Celulares: Importante Instrumento de Transmissão de Patógenos na Comunidade. *NewsLab*, São Paulo, ano. 24, ed. 139, p. 24-29, dez/jan, 2017. [3] - BRASIL. Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Módulo 6: Detecção e identificação de bactérias de importância médica – Brasília: Anvisa, 2013. [4] - CLSI publication M100-S23 Suggested Grouping of US-FDA Approved Antimicrobial Agents That Should Be Considered for Routine Testing and Reporting on Nonfastidious Organisms by Clinical Laboratories, 2013. [5] - VALENTE, M. C. M. B.; SOARES, F. P. de A.; MELO, L. de A.; SILVA, J. F.C.; PORFÍRIO, Z.; BARROS, Y. V. R. *Análise da Contaminação e Perfil de Resistência aos Antimicrobianos de Staphylococcus Aureus Isolados de Fones de Ouvido*. 69ª Reunião Anual da SBPC, UFMG, Belo Horizonte/MG, 2017.

Palavras-Chave: Celular, fones de ouvido, contaminação

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 - Microbiologia

CBS 014

ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DO ÓLEO ESSENCIAL DE *Mentha piperita* FRENTE BACTÉRIAS PATOGÊNICAS

Maria Eduarda Leandro **ASSIS** (IC – eduardaaleandroassis@gmail.com)¹, Davison Amaral **COSTA** (IC – davison.amaral@gmail.com)¹, Elder Silva **CALHEIROS** (IC -elder.1996@outlook.com)¹, Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)²

1 -Curso de Biomedicina; 2 – Professor Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: As propriedades antimicrobianas, antioxidantes e as características físico-químicas das plantas se tornaram um grande motivador de pesquisas científicas em todo mundo [1]. Nesse contexto trabalhos com os óleos essenciais provenientes de algumas plantas vem sendo amplamente desenvolvidos como alternativa terapêutica contra os efeitos indesejáveis dos antibióticos convencionais [2]. Devido a divergência de resultados entre os estudos e aos mecanismos de resistência dos microorganismos é de extrema importância o desenvolvimento de pesquisas acerca desse assunto [3]. O presente estudo teve como objetivo verificar a ação antimicrobiana do óleo essencial de *Mentha piperita* popularmente conhecido como hortelã-pimenta frente às bactérias patogênicas *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*. **MÉTODOS:** Os óleos essenciais foram obtidos comercialmente, já as linhagens de *Staphylococcus aureus* (ATCC BAA-976) e de *Escherichia coli* (ATCC 35218) foram doadas pelo laboratório de microbiologia da Fundação Cristiano Varella de Muriaé- MG. Adicionaram-se 20uL de óleo essencial em 4mL de meio Tryptic Soy Broth (TSB) e incubou-se o mesmo em estufa a 37 °C durante 24hs. Para a análise antimicrobiana foram depositados discos de papel filtro embebidos com 20uL do produto na sua concentração absoluta em placas de petri contendo Ágar Nutriente para *S.aureus* e Ágar Mac Conkey para *E.coli*, as placas foram incubadas a 37 °C por 24 horas, sendo considerado possuidor de atividade antibacteriana um halo de inibição ≥ 10mm [4]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após 24 horas em estufa o meio TSB com o óleo essencial não apresentou turvação, indicando ausência de contaminação. Na análise antimicrobiana obteve-se uma média de 30mm de diâmetro para os halos de *S.aureus* sendo os valores máximos e mínimos respectivamente de 40mm e 20mm. Já para a *E.coli* a média dos halos de inibição encontrados foram de 19mm sendo os valores máximos e mínimos respectivamente de 15mm e 30mm. Mediante os resultados encontrados, observou-se que a bactéria gram-positiva possuiu maior sensibilidade ao óleo essencial analisado, isso pode ser atribuído ao fato da membrana externa das gram-negativas serem mais impermeáveis, tornando mais difícil a penetração do agente antimicrobiano [5]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o óleo essencial analisado teve atividade antimicrobiana frente ambas bactérias e devido aos efeitos indesejáveis causados pelos antibióticos convencionais, é importante novas pesquisas envolvendo os produtos naturais ampliando assim as alternativas terapêuticas. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS por possibilitar a realização desse trabalho. **BIBLIOGRAFIAS:** [1] PORTE, A. GODOY, O.L.R. **Alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.): Propriedades antimicrobiana e química do óleo essencial.** Curitiba, v. 19, n. 2, p. 193-210, jul/dez. 2001. [2] OLIVEIRA, B.J **Perfil de sensibilidade de *Staphylococcus* SP. Frente á *Cymbopogon citratus* staff (capim-cidrao): Estudo experimental in vitro e in vivo.** Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre – MG. 2016. [3] SANTURIO, F.D; COSTA, M.M; MABONI, G; PASQUALIN, C.C; FACCO, S.M; POZZO, D.M; ALVEZ, H.S; MARTINS, F.L.L. **Atividade antimicrobiana de óleos essenciais de condimentos frente a amostras de *Escherichia coli* isoladas de aves e bovinos.** Departamento de Ciência e Tecnologia dos Alimentos Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mar. 2011. [4] ZAGO, A.A.J; USHIMARU, I.P; BARBOSA, N.L; FERNANDES, J.A. **Sinergismo entre óleos essenciais e drogas antimicrobianas sobre linhagens de *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli* isoladas de casos clínicos humanos.** Revista Brasileira de Farmacognosia. Universidade Estadual Paulista, nov. 2008. [5] KREWERL, Ca.C; GRESSLERLL, L.T; COSTAL, M.M; KREWERL, Cr.C; VARGASLL, C.A. **Suscetibilidade a desinfetantes e perfil de resistência a antimicrobianos em isolados de *Escherichia coli*.** Universidade Federal do Vale do São Francisco, nov. 2012.

Palavras-chaves: Óleos essenciais, hortelã-pimenta, ação antimicrobiana

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 - Microbiologia

CBS 015

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE MEL ARTESANAL E INDUSTRIAL FRENTE AO *Staphylococcus aureus*

Davison do A. COSTA (IC-davison.amaral@gmail.com)¹, Leticia S. F. Moreira de PAULA¹, Isabela A. Rezende CASTRO¹,
Fernanda M. FERNANDES(PQ)².

1 -Curso de Biomedicina; 2 – Professor Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 –
Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: O mel é um alimento natural açucarado produzido por abelhas da espécie *Apis mellifera* [1]. Estudos científicos comprovam que o mel natural tem sido eficaz na cicatrização de feridas infectadas pelo *Staphylococcus aureus* [2]. Este microrganismo é um dos principais agentes causadores de infecções em recém-nascidos, crianças e adultos, podendo causar pneumonia, meningite e outros tipos de infecções [3]. O mel tem sido considerado uma das principais substâncias com efeito inibitório frente a 60 espécies de bactérias, desde as mais simples, até as resistentes [2]. Neste sentido, há um destaque para o uso de produtos naturais, pois estes tem sido reconsiderado como tratamento medicinal contra novas linhagens de microrganismos resistentes a certos antibióticos [2]. O presente trabalho teve como objetivo analisar as amostras de mel artesanal e industrial investigando sua atividade antimicrobiana frente à cepa de *S.aureus*. **MATERIAL E MÉTODOS:** Os méis foram obtidos na cidade de Espera Feliz-MG, sendo o mel artesanal colhido diretamente da colméia por profissional especializado, transferido para compotas estéreis, lacradas e identificadas. Já o mel industrial foi comprado em um supermercado da cidade e a cepa bacteriana de *S.aureus* (ATCC BAA-976) foi cedida pelo laboratório de microbiologia do Hospital do Câncer de Muriaé-MG. Para verificação de contaminação das amostras, adicionou-se 10uL de cada produto em tubos de ensaio contendo 5 mL do meio Tryptic Soy Broth (TSB), que em seguida foram incubados em estufa à 37°C durante 24 hs. Para análise da acidez, foram diluídas em bquer 10g das amostras em 75 mL de água destilada, e o pH foi verificado com o auxílio de um pHmetro. Na análise antimicrobiana foram adaptados discos de papel filtro embebidos de 10 µL de cada mel em placas de Petri contendo Ágar Muller Hinton, incubadas à 37 °C por 24 hs. Halos de inibição ≥ 10mm foram considerados inibitórios contra a bactéria [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao avaliar os resultados, observou-se que no meio TSB testado com objetivo de verificar contaminação das amostras (artesanal e industrial) não turvaram, sendo assim isento de contaminantes. Na análise da acidez, os méis artesanal e industrial obtiveram valores de 3,55 e 3,71, respectivamente, apresentando-se totalmente ácidos. Em relação à análise antimicrobiana do mel artesanal obteve-se uma média de 12,63 mm de diâmetro dos halos sendo que os valores máximos e mínimos são de 34mm e 0mm. Enquanto o mel industrial obteve-se média de 8,63 mm de diâmetro, apresentando-se inferior ao valor de referência (≥10mm), sendo que os valores máximos e mínimos respectivamente são 30mm e 0mm. Mediante a isto, foi possível verificar que as amostras com mel artesanal obtiveram maior potencial inibitório frente à cepa de *S. aureus*, com uma maior formação de halos comparada ao mel industrial, podendo ter sido atribuído devido a diferentes componentes presentes nas amostras, fatores climáticos ou até mesmo o transporte para o fornecedor [2]. A maior inibição do mel artesanal pode ser influenciada pelo fato de ser natural e colhido diretamente da colméia. Logo, pode-se afirmar que a acidez presente nos dois tipos de mel contribuiu totalmente na inibição da bactéria, uma vez que os microrganismos preferem um ambiente neutro ou alcalino para se desenvolverem [2]. **CONCLUSÕES:** Ambas as amostras de mel obtiveram atividade antimicrobiana frente à bactéria *S.aureus*, podendo ser uma alternativa terapêutica frente à resistência bacteriana. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**[1] OLIVEIRA, E. N. A; SANTOS, D.C. **Análise físico-química de méis de abelhas africanizada e nativa.** Inst.Adolfo Lutz, SP, v.70,2011.[2] PERALTA, Edna D. **Atividade antimicrobiana e composição química de méis do Estado da Bahia.** Univ. Estadual de Feira de Santana,2010.[3] BOBANY, Denise.*et al.*, **Atividade antimicrobiana do mel de abelhas Jataí (*Tetragonisca angustula*) em cultivo de microrganismos do conduto auditivo de caninos domésticos (*Canis familiaris*).** Rev.Ciência animal br, V. 11, 2010.

Palavras-chave: Resistência; mel; atividade antimicrobiana.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2- Biomedicina

CBS 016
AValiação MICROBIOLÓGICA DE ÁGUAS UTILIZADAS PARA PREPARO DE ALIMENTOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE ITAMARATI DE MINAS - MG

Leticia Stefani Fernandes Moreira de PAULA (IC - leticias201153@gmail.com)¹ Davison do Amaral **COSTA** (IC - davison.amaral@gmail.com)¹, Alexandre H.C. **BITTENCOURT** (PQ)²

1 -Curso de Biomedicina; 2 – Professor Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: No Brasil é de caráter governamental garantir que indivíduos que frequentam escolas públicas tenham acesso a uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais desejáveis, dentro dos padrões higiênicos mínimos exigidos [1]. Sendo assim é de extrema importância além de adequadas condições higiênico-sanitárias das refeições oferecidas nas escolas, a avaliação da qualidade da água seja ela para preparo dos alimentos ou para consumo próprio, uma vez que a mesma também serve de veículo para a transferência de alguns tipos de microrganismos prejudiciais à saúde [2]. Portanto mesmo que os alimentos passem por um rigoroso controle durante sua conservação, se durante seu preparo obtiver o contato com água previamente contaminada, como consequência, teremos a ingestão de alimentos contaminados, podendo ocasionar casos de toxinfecção alimentar [2]. A Portaria de nº 518 de março de 2014 define como padrão microbiológico para água potável, a ausência de coliformes totais na saída do tratamento [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a presença de microrganismos em águas das torneiras de cozinhas de escolas públicas da cidade de Itamarati de Minas - MG.

MÉTODOS: Os recipientes utilizados para transporte das amostras foram devidamente esterilizados com 0,1 ml de tiosulfato de sódio a 10%. O transporte foi realizado em caixas isotérmicas com gelo [3]. O material foi coletado diretamente de torneiras de cozinhas das escolas da cidade de Itamarati de Minas. Para a coleta, esterilizou-se as torneiras com álcool 70 % após isso foram mantidas abertas por 2 a 3 minutos para o escoamento da água antes da coleta. O protocolo utilizado foi o método dos tubos múltiplos, conforme o Manual Prático de Análise de Água da FUNASA (2013), sem modificações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Após os testes realizados, observou-se que nenhuma das amostras apresentou valores positivos para o teste presuntivo, tornando-se desnecessário realizar o teste confirmativo para coliformes totais e termotolerantes. Os resultados obtidos neste trabalho, demonstram que dentro do padrão de conformidade de qualidade de água, as escolas atendem estes requisitos apresentando ausência de resultados positivos para coliformes totais [2].

CONCLUSÃO: Os resultados mostram que no momento dos testes realizados a água utilizada para o preparo dos alimentos oferecidos pelas instituições apresentam-se de acordo com a portaria de nº 518 de março de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] KARINA, A.; **Avaliação das Condições Higiênico-Sanitárias de Manipuladores de Alimentos e Utensílios de Mesa de Escolas Públicas Municipal de Natal, RN.** Tese (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2009. [2] POLIANA, L.; CRISTIANE, S.; QUEIROZ, R. **Análise das boas práticas de fabricação de alimentos em cozinhas das escolas estaduais de Passos - MG: da escolha do produto até o seu reaproveitamento.** Ciência et Práxis v. 5, n. 9, 2012. [3] BRASÍLIA. **Manual Prático de Análise de Água.** Manual Prático de Análise de Água. Fundação Nacional de Saúde. IV Ed. 2013. [4] FLORÊNCIO, M.; BRAGA, A. **Avaliação das Condições Higiênico-Sanitárias da Cozinha de Uma Escola Municipal de Campo Mourão-Paraná.** SaBios: Rev. Saúde e Biol., v 7, n3, p.60-66, set\ dez, 2012.

Palavras-chave: Água, contaminação, análises.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2- Biomedicina

CBS 017

BACTÉRIAS MULTIRRESISTENTES EM AMOSTRAS AXILARES E INGUINAIS/RETAIS DE PACIENTES ONCOLÓGICOS TRANSFERIDOS VIA SUS FÁCIL PARA O HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ-MG

Ariana Archeti Duarte VICENTE (IC – ariarcheti@hotmail.com)¹, Sérgio Gomes da SILVA (PQ)², Isabela Resende PEREIRA(PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Definidas como quaisquer processos infecciosos adquiridos ou transmitidos no ambiente hospitalar, as infecções hospitalares (IH), surgiram desde a Idade Média e destacaram-se nesta época em que abrigos foram criados para alojar doentes, inválidos, pobres e peregrinos. A vigilância ativa vem sendo apontada como importante estratégia dos programas de controle de microrganismos multirresistentes, uma vez que permite a detecção precoce de patógenos emergentes. Nos pacientes oncológicos, a neutropenia, induzida pela quimioterapia, é um dos maiores riscos para infecção nessa população [1]. O presente estudo teve como objetivo investigar a prevalência de cepas *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina (MRSA), de cepas *Enterococcus sp.* resistente à vancomicina (VRE) e de cepas *Enterobacteriaceae* produtoras de beta-lactamases de espectro ampliado (ESBL) em culturas de vigilância de pacientes oncológicos transferidos de outras instituições hospitalares para o Hospital do Câncer de Muriaé. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo retrospectivo e quantitativo de dados obtidos do Registro Hospitalar de Câncer (RHC) do Hospital do Câncer de Muriaé – Fundação Cristiano Varella (FCV) de janeiro a dezembro de 2018. Os dados resultantes deste estudo foram digitados no programa *Microsoft Excel* (versão 2016) e analisados por meio de estatística descritiva e associativa no programa SPSS Statistics 17.0. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram encontrados, de janeiro a dezembro de 2018, 107 pacientes provenientes de outras instituições hospitalares e que realizaram o exame de cultura de vigilância no pronto-atendimento da FCV. 218 amostras (x da região axilar e x inguinal/retal) foram obtidas e destas, 164 (75%) foram negativas, não demonstrando qualquer crescimento bacteriano. Em contrapartida, 54 (25%) amostras positivaram, sendo isoladas de 42 (39%) pacientes. Menos da metade dos pacientes obtiveram resultados positivos, porém, tendo em vista a alta probabilidade de disseminação desses microrganismos e o estado imunológico dos pacientes oncológicos, faz-se necessário o monitoramento das tendências epidemiológicas da região, para que essas bactérias sejam identificadas e se realizem as medidas profiláticas e de controle. Das culturas positivas, 31 (57%) obtiveram bactérias que produzem enzimas beta-lactamases (ESBL), sendo as mais prevalentes *Klebsiellasp.* (48%) e *Escherichia coli* (32%). Um número significativo de bactérias produz esta enzima, o que pode ser explicado devido a falhas no tratamento com beta-lactâmicos de amplo espectro e a necessidade de uso dos carbapenêmicos como opção terapêutica eficaz [2]. Foi identificado, uma (2%) bactéria da espécie *Pseudomonas aeruginosa* resistente à vancomicina e uma (2%) *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina. As 21(39%) culturas positivas restantes, apresentaram microrganismos sensíveis aos antimicrobianos, bactérias que possivelmente produzem carbapenemases (KPCs) e presença de dois microrganismos (microbiota mista). **CONCLUSÕES:** O impacto das bactérias multirresistentes é mundial e representa ameaça para a humanidade. É um grave problema de saúde pública e de grande amplitude médico-social, cujas consequências, para muitos estudiosos já estão no nosso cotidiano e, se não forem freadas, no futuro elas serão ainda mais devastadoras. **BIBLIOGRAFIA:**[1]MAZUCHI, Cristiane et al. **Aspectos Relevantes das Infecções Hospitalares** 2012.[2]MEYER, Gabriela; PICOLI, Simone Ulrich. Fenótipos de betalactamases em *Klebsiellapneumoniae* de hospital de emergência de Porto Alegre. **J. Bras. Patol. Med. Lab.**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 24-31, Feb. 2011

Palavras-chave: Bactérias multirresistentes, Infecção hospitalar e Vigilância epidemiológica.

Área do conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia

CBS 018
CONSUMO DE PRODUTOS ESTÉTICOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Mariana **AMARAL** (IC – marianaamaralcm@gmail.com) ¹, Natália Leal da **SILVA** (IC lealnatalia620@gmail.com) ¹ Érica **MANGARAVITE** (PQ) ²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor.Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 – Muriaé - MG

INTRODUÇÃO Produtos cosméticos são usados em larga escala pelo mundo todo. Muito tem se discutido a respeito da relação entre o consumo de tais produtos e sustentabilidade ambiental, já que a maioria das empresas visa ainda e não se preocupa com o impacto que esses itens irão causar no meio ambiente. Dentre os itens utilizados em produtos cosméticos, existem os denominados Poluentes Orgânicos Persistentes (POP's). Os POP's são químicos insolúveis em água e tem a capacidade de bioacumular em seres vivos, ou seja, aumentar sua concentração ao longo da cadeia, afetando também o ser humano que irá fazer a ingestão desses produtos[1]. Um exemplo de POP são os microplásticos comumente usados na indústria estética em sabonetes, esfoliantes, shampoos e muitos outros produtos de uso comum no dia a dia, que além de conter a substância nociva, tem embalagens feitas de plástico. Os microplásticos são demasiados pequenos e passam direto em estações de tratamento de esgoto, e assim, vão parar diretamente nos oceanos [2]. Este trabalho tem como objetivo analisar a forma que as pessoas têm consumido produtos estéticos no Brasil. **MATERIAL E MÉTODOS:** A coleta dos dados foi a partir de questionário on line, realizada nos Brasil. Este trabalho foi aprovado no comitê de ética e pesquisa da Unifaminas – MG e na plataforma Brasil (número do parecer: 3.356.554 e CAAE: 13603519.4.0000.5105). Três perguntas do questionário foram: “qual sua renda? ” “Quanto à sua alimentação, você é: onívoro; ovolactovegetariano; vegetariano estrito”, “ Qual a maior relevância, para você, dos seguintes critérios de compra de algum cosmético: qualidade; sustentabilidade; marca; preço; custo X benefício; design do produto”. Análise descritivas destas respostas foram obtidas e a comparação entre elas, de acordo com cada grupo, foi realizada. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Das 323 respostas às perguntas, 72,7% ganham acima de 1000 reais, 85,8% são onívoros e apenas 5,9% preferem um produto cosmético pelo fator sustentabilidade, 39% escolhem pela qualidade e a maioria, que foi 48,6%, marcou custo X benefício em sua resposta. Ao analisar a amostra de pessoas que escolheram o fator sustentabilidade, 8 dos 12 analisados, são onívoras, que já desmistifica o senso comum de que para se preocupar com o meio ambiente, você precisa necessariamente ser vegetariano. Além disso, foram poucos indivíduos que marcaram marca (1,9%) e preço (5%) como fator de escolha cosmética. A partir dos resultados obtidos é recomendado para empresas voltadas para o meio sustentável, usufruir de melhores estratégias de marketing, com propósito de chamar a atenção do consumidor para adquirir de maneira mais consciente produtos que não vão prejudicar a saúde dos indivíduos nem o meio ambiente. **CONCLUSÃO:** É necessário que empresas se atentem a esses dados e chamem a atenção do consumidor de produtos estéticos para o fator da sustentabilidade entrelaçada à qualidade e custo benefício de produtos. A mídia e redes sociais são ferramentas essenciais para divulgar o consumo consciente. **AGRADECIMENTOS:** À professora Érica Mangaravite, por toda assistência e dedicação ao trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DUARTE, M. A. I. (2002). **Poluentes orgânicos persistentes (MS)**. Monografia (apresentada ao curso de Gestão Ambiental para título de especialista) – Escola Politécnica da Universidade do Brasil – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, 40p. [2] JULIANO, C.; MAGRINI, G. A. (2017). **Cosmetics ingredients as emerging pollutants of environmental and health concern. A Mini-Review.** *Cosmetics* v. 4, n. 2.

Palavras Chave: Cosmetologia, microplásticos, contaminação

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

CBS 019

DETERMINAÇÃO DE AÇÚCARES REDUTORES DE CERVEJAS TIPO PILSEN COMERCIALIZADAS EM CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA

Nickolas Franzini **LOPES** (IC-nickolas.franzini@gmail.com)¹, Giovanna Ladeira **MARQUES**¹ e Thyago **CUNHA**¹, Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: As cervejas *pilsen*, tendo a água, lúpulo, malte e leveduras como essenciais na sua produção, possuem como características um sabor meio amargo, de cor amarela a dourada, límpida e de aroma floral. Possui um teor alcoólico variável de 4,5 a 5,5%. Além disso, dentre as suas características físico-químicas, pode-se destacar os açúcares redutores é de extrema importância na manutenção da qualidade do produto [1][2]. Assim, este estudo possui como objetivo determinar a quantidade de açúcares redutores em cervejas comercializadas em cidades da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram selecionadas sete marcas diferentes de cervejas do tipo Pilsen, comercializadas em estabelecimentos de cidades localizadas na Zona da Mata Mineira, no mês de maio de 2019, totalizando vinte e uma amostras, sendo que todas se encontravam dentro do período de validade e todas as embalagens de 473 mL de amostra. As marcas foram representadas pelo algarismo de 1 até 7, sendo utilizados 3 unidades de cada marca, denominadas de A, B e C, e para determinação dos açúcares redutores, seguiu-se as normas da Instituição Adolfo Lutz, sendo as análises de titulação realizadas em duplicatas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao analisar-se os valores obtidos de maltose, notou-se que todas as amostras estão dentre os valores padrões estabelecidos, sendo estes semelhantes ao encontrado em outros artigos [2]. Também notou-se uma média de 1,173, desvio padrão de aproximadamente 0,415, sendo 2,22% o maior resultado encontrado e 0,7% o menor encontrado. Os açúcares redutores são compostos pelos grupos de açúcares monossacarídeos, pela glicose, frutose e entre outros. Estes açúcares possuem em sua estrutura a presença de grupos carbonílicos e cetônicos livres e, assim, garantindo sua característica de serem oxidados na presença de agentes oxidantes, em soluções alcalinas. Nota-se que todos os monossacarídeos possuem o grupo carbonila (-C=O) em sua estrutura, então todo monossacarídeo é um açúcar redutor. Além disso, as funções cetônicas e aldeídicas livres influenciam na ação de redução de íons catiônicos, como o cobre e o ferro. Já os açúcares não redutores, precisam passar pelo processo de hidrólise em sua ligação glicosídica para que possam sofrer oxidação. Estes açúcares são hidrolisados geralmente por ácidos fortes ou por enzimas. Além disso, pode-se citar a sacarose como um açúcar não redutor [3]. Além disso, ao comparar-se com a literatura, nota-se a relação do grau de concentração de açúcares redutores com as leveduras utilizadas para a fermentação. Outro fato que está diretamente relacionado a concentração de açúcares nas amostras é a densidade, uma densidade alta pode ser indicativa de muita matéria orgânica na amostra, sendo esta a maltose. **CONCLUSÃO:** Mediante às todas análises realizadas se comparadas durante a conclusão deste projeto, verifica-se que todas cervejas do tipo pilsen avaliadas neste, encontram-se dentro dos padrões estabelecidos pela ANVISA, como também se equipara às variações de estudos científicos disponível na literatura. **REFERENCIAS:** [1] – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CERVEJA DE PORTUGAL (APCV). Cerveja e cultura: história e tradição. Disponível em: <<http://www.apcv.pt/cevejacultural.php>>. Acesso em 10 jun. 2019. [2] – ALVES, Lindemberg Martins Ferreira. **Análise físico-química de cervejas tipo pilsen comercializadas em Campina Grande na Paraíba**. 2014. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química Industrial) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, 2014. [3] – DEMIATE, Ivo Mottin; WOSIACKI, Gilvan; CZELUSNIAK, Cristina; NOGUEIRA, Alessandro. Determinação de Açúcares Redutores e Totais em Alimentos. Comparação entre Método Colorimétrico e Titulométrico. **Publicatio UEPG – Exact and Soil Sciences, Agrarian Sciences and Engineering**, v. 8, n. 1, p. 65-78, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/exatas/article/view/772/677>>. Acesso em 18 jun. 2019.

Palavras-Chave: Cerveja; titulação; maltose.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.06.00.00-0 – Química

CBS 020

ESTUDO DE PRÁTICAS MICROBIOLÓGICAS NO LABORATÓRIO DO UNIFAMINAS, MURIAÉ-MG

Isabela Aparecida de **SOUZA** (IC- souzazabs@hotmail.com)¹, Larissa Mercês **OSÓRIO** (IC)¹, Thalita **CORDEIRO** (IC)¹,
Fernanda Mara **FERNANDES** (IC)².

1. Biomedicina; 2. Farmácia. Centro Universitário – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: No decorrer da evolução da humanidade, tornou-se mais evidente a função exercida pelos microrganismos na manutenção da vida dos seres vivos na Terra, visto que esses reciclam elementos essenciais para os seres vivos. Entretanto, uma pequena parte destes microrganismos possuem determinado grau de patogenicidade para a saúde humana, causando assim a morte de milhares de pessoas pelo mundo. O uso da microbiologia permitiu compreender e avançar os estudos sobre a virologia, micologia, parasitologia e a bacteriologia, assim, a ciência pode ser subdividida em microbiologia básica, aplicada e médica, podendo ser caracterizada como uma especialidade da área da Biomedicina, estudando microrganismos patogênicos, ou seja, aqueles que causam doenças infecciosas [1]. Assim, o presente trabalho teve como objetivo a descrição de um projeto de extensão, onde métodos e técnicas estudadas durante a disciplina de microbiologia clínica foram aprimoradas. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O presente projeto foi desenvolvido durante o segundo semestre de 2018, do dia 25 de outubro ao dia 4 de dezembro. Após a seleção dos participantes por meio de carta de interesse, os encontros foram marcados durante dois dias da semana, às terças e às quintas-feiras, das 15:00 horas até às 18:00 horas no laboratório de microbiologia do UNIFAMINAS, com a presença de alunos do segundo, quarto e sexto período do curso de Biomedicina. Trabalhou-se com o aprimoramento de técnicas microbiológicas, tais como: catalase, coagulase, antibiograma, coloração de GRAM e preparo de meios sólidos e líquidos. Fez-se também a manutenção das cepas ATCCs (American Type Culture Collection), estas fornecidas pela Fundação Cristiano Varella, que foram cultivadas em meio Ágar nutriente, dispostas em 30 placas e armazenadas em estufa a 37°C, ficando à disposição do centro universitário. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Todas as técnicas foram desenvolvidas mais de duas vezes por cada aluno, para a melhor execução e entendimento do funcionamento destas. Realizou-se práticas relacionadas a confecção de diversos meios e suas seletividades, à diferenciação de cepas bacterianas em *Staphylococcus* e *Streptococcus* por meio do teste de GRAM, catalase, enzima encontrada nas bactérias *Staphylococcus*, considerada, catalase positiva. Foram realizados testes de coagulase que identifica o *Staphylococcus aureus* (coagulase positiva). E por último o projeto contou com a execução do antibiograma, sendo este um teste de identificar a resistência bacteriana a diferentes tipos de antibióticos [2]. Um dos problemas observados foi durante a manutenção das cepas ATCCs, pois não observou-se crescimento microbiano em nenhuma das placas confeccionadas, estando este fato possivelmente ligado a contaminação das cepas, má conservação dos meios de cultura ou instabilidade de temperatura da estufa, e por isso, foram realizadas análises da temperatura em dias diferentes, estando em média 4° C de diferença da temperatura exposta pelo termômetro. Ao fim, os alunos apresentaram seminário sobre tudo o que foi aplicado e a importância do projeto para a formação acadêmica [3]. **CONCLUSÃO:** Através do projeto, foi possível entender a dinâmica do funcionamento de um laboratório de microbiologia, principalmente o do UNIFAMINAS, adquirindo responsabilidade, entendimento do trabalho em grupo, proatividade e ação multidisciplinar. Além disso, há o aprimoramento de técnicas de microbiologia, e por fim, a possibilidade de uma maior interação entre os períodos da Biomedicina. **REFERÊNCIAS:** [1] FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L.; TORTORA, Gerard J. **Microbiologia**. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 894 p. [2] CHAN, E. C. S.; PELCZAR JUNIOR, Michael J.; KRIEG, Noel R. **Microbiologia: conceitos e aplicações**. v.1. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 1997. 524 p. [3] MILLER, R. N. G.; CAPDEVILLE, G.; KRUGER, R. H. **Manual de práticas laboratoriais em microbiologia**. Brasília: Editora Universa, 2003. 145 p.

Palavras-chave: Microbiologia, manutenção de cepas ATCCs, Extensão.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

CBS 021

FEBRE AMARELA: UMA QUESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Isabela Aparecida de **SOUZA** (IC- souzazabs@hotmail.com)¹, Thalita **CORDEIRO** (IC)¹, Larissa Mercês **OSÓRIO** (IC)¹,
Sonia Maria Dal **SASSO** (IC)².

1. Discentes Biomedicina; 2. Professora.

Centro Universitário – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: A febre amarela é uma doença infecciosa viral não contagiosa, causada pelo vírus do gênero *Flavivirus*, família *Flaviviridae*, transmitida por vetores artrópodes, acarretando surtos isolados ou epidemias com impacto na saúde pública. Por ser um país tropical, o território brasileiro ofereceu condições favoráveis para dispersão da doença. A doença, que já possui vacina efetiva desde 1930, era considerada sob controle ou privativa a regiões endêmicas, mas o aparecimento de epidemias recentes trouxe a febre amarela novamente ao debate [1]. Essa, apresenta-se em duas formas endêmicas, a febre amarela urbana, controlada e sem registro de transmissão desde 1942, e a silvestre, responsável pelas atuais epidemias no Brasil. No ciclo silvestre, o vetor da febre amarela é principalmente o mosquito *Haemagogus* [2]. A infecção ocorre quando uma pessoa que nunca tenha contraído a febre amarela ou se vacinado circula em áreas florestais e é picada por um mosquito infectado. Ao contrair a doença, a pessoa pode se tornar fonte de infecção para o *Aedes aegypti* no meio urbano, assim como, os macacos acometidos pelo vírus tornam-se fonte para esses vetores na forma silvestre, conservando-se um ciclo de transmissão [3]. O presente estudo teve como objetivo identificar por meio de coleta de dados das taxas de morbidade e mortalidade relacionadas a Febre amarela no Brasil, com enfoque no estado de Minas Gerais e, sua correlação com as questões ambientais que afetaram e afetam a região. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizada uma pesquisa quantitativa no banco de dados do dataSUS e Portal da Saúde das taxas de morbidade e mortalidade relacionadas à febre amarela no Brasil, com enfoque em Minas Gerais, no período de 2013 a 2017, em indivíduos de ambos os sexos e faixas etárias. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A febre amarela é ligada a fatores ambientais, o habitat do macaco e o local de proliferação dos vetores são relevantes ao realizar a análise. Observou-se que a partir de 2015 as taxas de casos confirmados começaram a subir, chegando ao ápice com mais de 1500 casos confirmados de dezembro de 2016 a abril de 2017. O agravante é que cerca de 64% dos casos são referentes ao estado de Minas Gerais, em sua maior parte homens e com mais de 159 mortes confirmadas [4]. Esses resultados estão ligados ao desastre de Mariana-MG em 2015, uma das maiores catástrofes ambientais já registradas no estado, com destruição de fauna, flora e mananciais, causou um grande desequilíbrio ambiental e grande impacto nos ecossistemas deles dependentes e, por consequência na saúde pública [5]. **CONCLUSÃO:** Embora a vacina seja uma importante ferramenta desde sua criação, ela ainda possui restrições para determinados grupos de indivíduos. O número de pesquisas envolvendo o combate à doença é insignificante, com isso, nota-se a extrema importância do biomédico nesse contexto, visto que esse profissional está habilitado para realizar análises e pesquisas que visam soluções e melhoramentos envolvidos ao combate da patologia e análise do ambiente. **REFERÊNCIAS:** [1] PIVETTA, M. A ameaça da febre amarela. **Pesquisa FAPESP**. São Paulo, v.1, n. 253, p. 60-3, 2017. [2] VASCONCELOS, P. F. da C. Febre amarela. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. Minas Gerais, v. 36, n. 2, p. 275-293, 2003. [3] VASCONCELOS, P. F. da C. Febre amarela: reflexões sobre a doença, as perspectivas para o século XXI e o risco da reurbanização. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 244-258, 2002. [4] Ministério da Saúde. DATASUS. Disponível em: <:http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?idb20 12/d0106. def:>. Acesso em: 28 de out. 2017. [5] Ministério da Saúde. Portal da Saúde. Disponível em:

<:http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/situacao-epidemiologica-dados-febreamarela:>. Acesso em: 28 de out. 2017.

Palavras-chave: Febre amarela, Minas Gerais, ambiente.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

CBS 022

FREQUÊNCIA DE ANTICORPOS IRREGULARES EM PACIENTES ONCOLÓGICOS DA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA EM MURIAÉ-MG

Thaynara Barbosa **FREITAS** (IC-thaynarafreitas@gmail.com)¹, Lais Gonçalves **PARVAN** (IC)¹, Thaís Gonçalves **LEITE** (IC)¹, Christiane **MARIOTINI-MOURA**(PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professora Orientadora. *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

INTRODUÇÃO: Os anticorpos anti-eritrocitários classificam-se em regulares e irregulares. Os regulares, anticorpos do sistema ABO, se desenvolvem de forma natural após o nascimento. Os irregulares se desenvolvem devido a transfusões ou gestações incompatíveis, não sendo encontrados normalmente [1]. Os anticorpos irregulares são encontrados em aproximadamente 0,3 a 2,0% da população em geral, porém, em pacientes oncológicos, ocorre um comprometimento da resposta imunológica decorrente da própria doença ou da quimioterapia, tornando esse grupo mais susceptível a ocorrência de aloimunização eritrocitária [2]. De acordo com a Hemovigilância, mais de 80% das notificações de reações transfusionais tardias correspondem à formação de anticorpos irregulares/aloinunização [3]. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo avaliar a frequência de anticorpos irregulares e descrever o perfil fenotípico dos pacientes oncológicos analisados.

MATERIAL E MÉTODO: O estudo realizado foi do tipo transversal retrospectivo no qual analisou-se dados de fichas transfusionais de pacientes com resultados positivos para Pesquisa de Anticorpos Irregulares (PAI) da Fundação Cristiano Varella, Muriaé - MG entre os anos de 2015 a 2018, totalizando um n amostral de 149 pacientes. As análises estatísticas foram realizadas através do software SPSS®, versão 21. Além disso, a pesquisa já foi aprovada pelo CEP UNIFAMINAS e pela Plataforma Brasil. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No presente estudo, o perfil de pacientes oncológicos com PAI positivos se caracteriza pela maior frequência no sexo feminino (59,7%) e com a média de idade de aproximadamente 60 anos. A alta prevalência de aloimunização entre pessoas do sexo feminino também é similar em outros estudos, podendo ser explicado pela ocorrência de sensibilização durante a gestação, entre outros fatores [4]. No que se refere aos grupos sanguíneos e fator Rh, houve uma prevalência do grupo O+ (34,9%) e fator Rh positivo (77,9%). Em relação a identificação dos anticorpos, 55% dos anticorpos foram de especificidade não determinada e os que tiveram uma maior prevalência foram: anti-E (24,2%), anti-C (15,4%), anti-D (10,1%), anti-K (8,1%), anti-M (6%), anticorpos específicos de indivíduos aloimunizados. Dentre os pacientes analisados, 14,8% apresentaram a Neoplasia Maligna da Mama, 22,8% dos pacientes foram detectados com anemia grave e 32,7% são pacientes transfundidos, o que caracteriza uma amostra mais propícia a desencadear a aloimunização. **CONCLUSÃO:** O estudo mostrou que 45% dos pacientes PAI positivos são indivíduos que apresentaram anticorpos irregulares que são característicos de uma aloimunização. Evidenciou-se também a importância da identificação desses anticorpos irregulares e a relevância clínica de estudos envolvendo os fatores e mecanismos imunológicos relacionadas a transfusões sanguíneas principalmente em pacientes oncológicos. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS e a minha orientadora Christiane pela colaboração e apoio. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] BAPTISTA-GONZÁLEZ HA, ROSENFELD-MANN F, PÉREZ-PÉREZ JD, QUINTANAR-GARCIA E. **Anticuerpos irregulares antieritrocitarios fuera del sistema ABO en el periodo perinatal.** Bol Med Hosp Infant Mex 1991;48(11):814-19. [2] GIRELLO AL, KÜHN TIB. **Fundamentos de imuno-hematologia eritrocitária.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo; 2002. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência.** Caderno de informação: sangue e hemoderivados. 7a ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014. p.158. [4] SCHONEWILLE H, WATERING LMG, LOOMANS DSE, BRAND A. **Red blood cell alloantibodies after transfusion: factors influencing incidence and specificity.** Transfusion 2006; 46: 250-6.

Palavras-chave: Aloimunização, Anticorpos irregulares, Transfusão Sanguínea

Área do conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

CBS 023

QUALIDADE DA ÁGUA DE POÇOS ARTESIANOS RURAIS E URBANOS: CONFIRMAÇÃO DE COLIFORMES DE NÚMERO MAIS PROVÁVEL

Gabriela Aleixo **SANTOS** (IC – gabi.aleixoss@gmail.com)¹, Maria Eduarda Leandro **ASSIS** (IC – eduardaaleandroassis@gmail.com)¹, Leticia Stefani Fernandes Moreira de **PAULA** (IC – leticias201153@gmail.com)¹, Érica **MANGARAVITE**(PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor.Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 – Muriaé - MG

INTRODUÇÃO: A água é um recurso natural essencial para todos os seres vivos, sendo indispensável para manutenção da vida no nosso planeta [1]. As reservas do planeta constituem cerca de 3% de água doce, sendo somente 0,3% própria para o consumo humano [2]. A saúde do ser humano depende da qualidade da água consumida para manutenção da composição corporal, já que 60% do peso de um adulto é de água [3]. A água também funciona como um veículo para alguns patógenos que causam doenças infecciosas no homem [4]. A obtenção da água para consumo humano pode ser adquirida de diferentes fontes, uma delas é a água subterrânea, que é utilizada pela grande maioria da população brasileira [5]. Este trabalho tem como objetivo analisar a água de poços artesianos presentes em residências de municípios da Zona da Mata de Minas Gerais.

MATERIAL E MÉTODOS: A coleta foi realizada nos municípios de Visconde do Rio Branco, Guiricema, Viçosa, Teixeira e Muriaé. Foram analisadas 16 amostras de 8 poços artesianos (em duplicata). Para determinação do número mais provável de coliformes foi utilizado o método de tubos múltiplos a partir da prova presuntiva e confirmativa para coliformes totais e termotolerantes, de acordo com a metodologia descrita no Manual Prático de Análise de Água da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), 2013 [6].

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Das 16 amostras, 8 apresentaram resultado positivo para coliformes em teste presuntivo, sendo 3 amostras confirmadas para contaminação por coliformes totais. Analisando as fontes das amostras (Visconde do Rio Branco e Guiricema), observamos que a menor profundidade dos poços (3 metros, 1,5 metros e 2,5 metros), pode aumentar a suscetibilidade a contaminação. Além disso, outros fatores de contaminação foram observados ao redor destes poços, tais como: foças, dejetos de animais e plantação agrícola. A partir dos resultados obtidos, recomenda-se a utilização de tampas fixas, tratamento adequado da água, e a distância correta das fontes prováveis de contaminantes.

CONCLUSÃO: As amostras contaminadas não são próprias para consumo humano, de acordo com o padrão de potabilidade descrito na Portaria Nº 2.914, de 12 de Dezembro de 2011 do Ministério da Saúde [7].

AGRADECIMENTOS: À professora Érica Mangaravite, por todo empenho e dedicação ao trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] CAPP, N.; AYACH, L.R.; SANTOS, T.M.B.; GUIMARÃES, S.T.L. **Qualidade da água e fatores de contaminação de poços rasos na área urbana de Anastácio (MS)**. Geografia Ensino & Pesquisa, Anastácio, MS. V.16, n. 3, Set./Dez. 2012. [2] COSTA, C.L.; LIMA, R.F.; PAIXÃO, G.C.; PONTOJA, L.D.M. **Avaliação da Qualidade de Águas Subterrâneas em Poços do Estado do Ceará, Brasil**. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 33, n. 2, p. 171-180, Jul./Dez. 2012. [3] IGINO, L.V. **Análise Microbiológica e Físico-Química da Água dos Poços Artesianos do Bairro Água da Jacutinga, na Cidade de Andirá - PR**. 2014. [4] MUKHOPADHYAY, C., VISHWANATH, S., ESHWARA, V.K., SHANKARANARAYANA, S.A., SAGIR, A. **Microbial quality of well water from rural and urban households in Karnataka, India: A cross-sectional study**. Journal of Infection and Public Health, vol. 5, is. 3, pag. 257 – 262. June 2012. [5] OTENIO, M.H., RAVANHANI, C., CLARO, E.M.T., SILVA, M.I., RONCON, T.J. **Qualidade da Água Utilizada para Consumo Humano de Comunidades Rurais do Município de Bandeirantes – PR**. Saluvista, Bauru, v. 26, n. 2, pag. 85-91, 2007. [6] FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Manual Prático de Análise de Água**. 4ª ed. Rev. Brasília, FUNASA, 2013. [7] BRASIL, **Ministério da Saúde (MS)**. Portaria Nº 2.914, de 12 de Dezembro de 2011. Procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

Palavras Chave: Zona da Mata, contaminação, microbiologia.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

CBS 024

ÍNDICE DE INTERAÇÕES FARMACOLÓGICAS PERTINENTES À POLIFARMÁCIA EM IDOSOS DO LAR OZANAM DA CIDADE DE MURIAÉ - MG

Thalita **CORDEIRO** (IC- thatacords45@gmail.com)¹, Isabela Aparecida de **SOUZA** (IC)¹, Larissa Mercês **OSÓRIO** (IC)¹, Fernanda Mara **FERNANDES** (IC)².

1. Biomedicina; 2. Farmácia. Centro Universitário – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo populacional se resume em torno de 210 milhões de habitantes, sendo o índice de envelhecimento de 45,02% [1]. Através do status da população idosa brasileira, nota-se a correlação com o aumento do consumo de fármacos por esses indivíduos, em que cerca de 80% desses usam no mínimo um medicamento por dia e por volta de um terço desses utilizam de cinco a mais concomitantemente. Este público é considerado o grupo etário mais medicalizado na sociedade, sendo esse fato explicado pelo aumento da prevalência de disfunções crônicas, como as renais. Assim, tem-se como consequência o benefício e malefício, na qual os mesmos fármacos que tendem a prolongar a vida do indivíduo podem em contrapartida diminuir a qualidade de vida do mesmo [2]. Objetivou-se com este estudo, avaliar as possíveis interações farmacológicas nas prescrições aos idosos do Lar Ozanam na cidade de Muriaé - MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Após a permissão da instituição envolvida através do termo de consentimento livre e esclarecido, o trabalho foi registrado na plataforma Brasil com o seguinte número de registro: CAAE/61084716.3.0000.5105. Os dados foram coletados durante análises urinárias do grupo de idosos, onde selecionou-se aleatoriamente 25 idosos e realizou-se a coleta dos dados básicos como sexo e idade, além das medicações utilizadas pelos mesmos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Constatou-se que os 25 idosos da instituição utilizam 77 fármacos distintos, sendo 55,8 % desses presentes na RENAME (Relação Nacional de Medicamentos) e cedidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) [3]. Nesse contexto, 40% dos idosos fazem uso de 5 a 6 fármacos, 32 % usam de 7 a 8 e 28% utilizam de 10 a 14 fármacos por dia, contribuindo para o surgimento de reações adversas que, segundo Pereira et al. (2017), essas aumentam exponencialmente em torno de 50% quando se faz uso de 5 fármacos e ultrapassam 95% quando se usa 8 ou mais [4]. Além disso, notou-se maior índice de polifarmácia com o sexo feminino, sendo confirmado com estudos epidemiológicos que explicam o fato, pois as mulheres possuem maior expectativa de vida e convivem por mais tempo com problemas de saúde não fatais, logo expressam mais sinais e sintomas para os profissionais de saúde, resultando em prescrições [4]. Dentre as prescrições analisadas com as respectivas doses e horários, obteve-se um índice médio em torno de 63,3% de interações entre medicamentos, sendo que as que mais se repetem são de antagonistas do receptor da angiotensina II com AAS (8,95%) e benzodiazepínicos com inibidores seletivos da recaptção da serotonina, antipsicóticos com benzodiazepínicos, antipsicóticos com antipsicóticos, antidiabéticos e AAS, antidiabéticos e antipsicóticos, antagonistas do receptor da angiotensina II e antidiabéticos, que representam 7,46% cada [5]. **CONCLUSÃO:** O uso de polifármacos por vezes é necessário, uma vez que a maioria dos idosos são portadores de múltiplas doenças, como foi observado no estudo. Entretanto, a prática é necessária, pois estes atuam na prevenção de avanços dessas patologias. Tal prática não aponta que a prescrição e/ou o uso de medicamentos estejam errados, mas que um tratamento mais criterioso e o monitoramento desse perfil de idosos são necessários. **REFERÊNCIAS:** [1] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação - Brasília - 2008. [2] COSTA, R. M. et al. Uso de medicamentos por idosos: algumas considerações. *Geriatrics e Gerontologia*, Goiás, v.3, p. 126-131, out. 2008. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Relação Nacional de Medicamentos Essenciais*. Brasília – DF, 2018. [4] PEREIRA, K. G. et al. Polifarmácia em idosos: um estudo de base populacional. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. v. 20, n. 02, 2017. [5] BALEN, E. et al. Interações medicamentosas potenciais entre medicamentos psicotrópicos dispensados. *Jornal brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, Set, 2017.

Palavras-chave: Idosos, interações farmacológicas, polifarmácia.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

CBS 025

INVESTIGAÇÃO DA ORIGEM ANCESTRAL DAS VARIANTES GENÉTICAS DOS GENES *BRCA1* E *BRCA2* NO CÂNCER DE OVÁRIO

Giovana Gomes ESTANISLAU (IC)¹Caio Agostini Calheiros GROSSO (IC)¹, Tiago César Gouvêa MOREIRA (IC)¹, Luciana AGOSTINHO (PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Introdução: Variantes patogênicas nos genes *BRCA1* e *BRCA2* são os preditores mais poderosos do desenvolvimento de câncer de mama e ovário, com 40-80% de predisposição em desenvolver câncer de mama, e 11-50% de câncer de ovário, respectivamente [1]. A incidência estimada no Brasil para o câncer de mama e ovário, conforme o INCA em 2018, foi de 59.700 e 6.150 indivíduos afetados, respectivamente [2]. É importante conhecer o perfil genético associado a uma condição genética em cada população étnica. A análise deste perfil poderá proporcionar informações que auxiliam no aconselhamento genético, prognóstico e tratamento de pacientes afetados[3][4]. Este estudo teve como objetivo realizar uma análise das variantes encontradas nos genes *BRCA1* e *BRCA2* de pacientes brasileiras com câncer de ovário em relação a sua origem ancestral. **Metodologia:** A análise das 48 variantes de 13 pacientes com câncer de ovário seroso de alto grau foram gentilmente cedidos, sem dados de identificação dos pacientes, pelo biomédico Gabriel Macedo do Hospital das Clínicas de Porto Alegre. A interpretação clínica dessas variantes foi realizada em conformidade com o banco de dados ClinVar, utilizando a referência genômica *GRCh37.p13*. Buscou-se a frequência de cada variante em bancos de dados populacionais (1000 Genomas e o gnomAD – Exomes) com diferentes origens ancestrais. As populações investigadas foram as provenientes da América, da África, da Europa, do Leste e do Sul Asiático. **Resultados e Discussão:** Foram descritas 48 variantes genéticas nos genes *BRCA1* e *BRCA2* de 13 pacientes, sendo 2 portadoras de variantes patogênicas. No total foram observadas 30 variantes benignas, 8 provavelmente benignas, 6 com significado clínico incerto, 2 patogênicas e 2 provavelmente patogênicas. Em relação aos tipos das variantes, 37 eram mutações pontuais (SNP) e 11, pequenas inserções e deleções (InDel). As variantes foram encontradas em diferentes regiões: 14 em introns, 6 em regiões de *splicing*, 27 em exons e apenas 1 em regiões UTR5 (não traduzidas). Existem populações que possuem mutações fundadoras como as famílias portuguesas com incidência elevada da mutação c.156.157insAlu (exon 3, *BRCA2*). Vinte e sete por cento das alterações deletérias em *BRCA* ocorrem no *BRCA2*[5]. Na população judaica de Ashkenazi ocorre um predomínio da variante patogênica c.5266dupC entre os indivíduos com câncer de ovário[6], mostrando associação das variantes com a origem ancestral. Nesse presente estudo, a variante patogênica que teve maior prevalência foi a c.2957delA. A frequência dessa mutação não foi descrita em literatura. **Conclusão:** Após a análise da origem ancestral das variantes encontradas nos genes *BRCA1* e *BRCA2* de pacientes brasileiras com câncer de ovário, observou-se que as variantes benignas tem origem com maior frequência no Sul da Ásia, as variantes provavelmente benignas e as VUS, são encontradas com maior frequência na Europa e as patogênicas e provavelmente patogênicas não foram descritas em literatura. A descoberta das associações existentes entre as populações e as variantes mais frequentes podem colaborar para a cura de doenças pelo silenciamento genético, uma vez que é uma técnica de alta especificidade e permite distinguir os alelos referentes a doenças dos alelos normais por apenas poucos nucleotídeos. **Referências:**[1] Ford D, Easton DF, M Stratton, Narod S, Goldgar D., Devilee P, et al. **Heterogeneidade genética e análise de penetrância dos genes *BRCA1* e *BRCA2* em famílias de câncer de mama.** O Consórcio de Ligação ao Cancro da Mama . Am J Hum Genet . 1998; 62 (3): 676-89.[2] INCA. **Incidência de Câncer no Brasil.**2018. disponível em <http://www1.inca.gov.br/estimativa/2018/sintese-de-resultados-comentarios.asp>. [3]Neuhausen, s.l. **Ethnic differences in cancer risk resulting from genetic variation.** Cancer, v. 86, p. 2575-2582, 1999.[4] Walsh, T. et al. **Spectrum of mutations in *BRCA1*, *BRCA2*, *CHEK2*, e *TP53* in families at high risk of breast cancer.** Journal of American Medical Association, v. 295, n. 12, 2006.[5] Zalcberg , Gaburo .**Prevenção do câncer de mama familiar: A evolução da detecção de mutações nos genes *BRCA 1* e *2*.** 2018 .[6] Kauff ND, Satagopan JM, Robson ME et al. **Salpingo-ooforectomia redutora de risco em mulheres com uma mutação *BRCA1* ou *BRCA2*.** N Engl J Med. 2002; 346 : 1609-15.

Palavras-chave: Ancestralidade genética, *BRCA1* e *BRCA2*.

Área de conhecimento: 2.02.00.00-5 – Genética.

CBS 026

INVESTIGAÇÃO DE *S. aureus* EM EQUIPAMENTOS DE MUSCULAÇÃO EM ACADEMIAS DE MURIAÉ-MG

Larissa Mercês OSÓRIO (IC- Larissammerces112010@gmail.com)¹, Thalita CORDEIRO (IC)¹, Isabela Aparecida de SOUZA (IC)¹, Fernanda Mara FERNANDES (IC)².

1. Biomedicina; 2. Farmácia. Centro Universitário – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

INTRODUÇÃO: O *Staphylococcus aureus* é uma bactéria da família *Micrococcaceae*, do grupo cocos gram-positivos, são resistentes à dessecação e perduram por muito tempo em locais com limpeza inadequada. Em pessoas saudáveis é encontrada na pele e fossas nasais, podendo provocar desde doenças infecciosas simples como espinhas até infecções graves como septicemia, sendo assim a espécie de maior interesse médico de sua família. Sua transmissão pode ocorrer por contato direto entre pessoas e através de objetos contaminados, como os equipamentos de musculação de uma academia [1]. Objetivou-se avaliar a presença de *S. aureus* em 5 equipamentos de musculação de 3 academias localizadas no centro, periferia e ao ar livre em Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Após a permissão dos envolvidos através do termo de consentimento livre e esclarecido, nos períodos matutino e vespertino realizou-se a coleta do material em 5 aparelhos de musculação nos locais de maior contato manual, friccionando e rolando os swabs estéreis recém embebidos em 10 mL do meio líquido BHI contidos em tubos com tampa e por fim, inoculou-se novamente no meio. Totalizando 30 amostras, as mesmas foram acondicionadas em uma caixa de isopor e transportadas para o laboratório de microbiologia do UNIFAMINAS, na qual foram incubadas por 24 horas em estufa até as mesmas turvarem. Semeou-se as amostras em placas de Ágar Sal Manitol com os próprios swabs da coleta e incubou-se em estufa à 37°C por 24 - 48 horas. Observou-se quais placas tiveram crescimento bacteriano e realizou-se nelas os testes de catalase, coagulase e coloração de gram, para diferenciação e identificação dos *Staphylococcus*. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dentre as 30 placas avaliadas, houve o crescimento bacteriano em 25 placas (83,4%), dentre as quais obteve-se alteração na coloração do meio que inicialmente era vermelho e após o crescimento ficou amarelo, além de colônias douradas, com aspecto cremoso caracterizando macroscopicamente *S. aureus*. Após a realização dos testes bioquímicos, as 25 amostras apresentaram catalase positiva, sendo o *S. aureus* capaz de produzir catalase em abundância, que ao reagir com o peróxido de hidrogênio, resulta na produção de oxigênio [2]. Já no teste da coagulase que consiste na presença da coagulase livre que produz um complexo com o fator plasmático agindo sobre o fibrinogênio e levando a formação da fibrina que é visualizada como coágulo, constatou-se coagulase negativa em apenas 1 amostra [3]. Já no teste de coloração pelo método de Gram na qual dentre as 25 amostras, 100% apresentaram-se cocos gram-positivos, o que caracteriza o *S. aureus*, visto que estes detêm o cristal violeta devido à existência de uma camada espessa de peptidoglicano na parede celular [2]. Nesta mesma análise, além de cocos constatou-se também a presença de bacilos gram positivos. Evidenciou-se, portanto, 100% de crescimento bacteriano durante os dois horários analisados na academia da periferia, 70% na academia do centro e 80% na academia ao ar livre, todas com índices elevados da presença de *S. aureus* em seus equipamentos, o que está de acordo com as análises feitas por TORRES et al. (2007), que sugere que muitos microrganismos da flora transitória dos atletas podem permanecer nos aparelhos e estes podem então servir como fontes de infecções na comunidade [1]. **CONCLUSÃO:** A contaminação dos equipamentos de musculação estudados é um provável reflexo da inexistência de higienização adequada. Desse modo, o emprego de ações de higiene correta é de suma importância para atenuar a propagação de agentes infecciosos na população, entre eles o *S. aureus*. **REFERÊNCIAS:** [1] TORRES, M. A.; et al. Contaminação por *Staphylococcus aureus* resistentes a oxacilina (orsa) nos equipamentos atléticos das academias. EPCC, 5, 2007, Paraná: CESUMAR, 2007. [2] ZURITA, J.; MEJFA, C.; GUZMÁN-BLANCO, M. Diagnóstico e teste de sensibilidade para *Staphylococcus aureus* resistente à metilina na América Latina. *Brazilian Journal of Infectious Diseases*, v.14, n. 2, p. 97-107, 2010. [3] ANVISA. Detecção e Identificação de Bactérias de Importância Médica. 2004.

Palavras-chave: *S. aureus*, academia, análise microbiológica.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

CBS 027

PADRONIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE CARIÓTIPO EM LABORATÓRIOS MULTIUSUÁRIOS

Bianca de Matos **MOREIRA** (IC- biabiubis@outlook.com)¹, Isabela Aparecida de **SOUZA** (IC)¹, Rúzivia Pimentel **OLIVEIRA**³, Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)^{2,4}

1. Curso de Biomedicina; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG;
3. Mestranda – UFV; 4. Hospital do Câncer de Muriaé - FCV

INTRODUÇÃO: O cariótipo é um dos principais exames de triagem na genética médica de baixo custo [1]. Por ter a execução complexa, seu protocolo pode sofrer interferência de fatores externos como da temperatura e umidade, dentre outras condições encontradas em laboratórios multiusuários. A realização do cariótipo de forma minuciosa é importante para a obtenção de metáfases com qualidade para uso em pesquisa, ensino e diagnóstico [2]. O presente estudo teve como objetivo padronizar o protocolo de cariótipo em um laboratório multiusuário de um centro universitário (UNIFAMINAS). **MATERIAL E MÉTODOS:** Este projeto e sua metodologia foi iniciado em 2018 [3]. Neste estudo, as condições de ajuste do protocolo testadas, para a obtenção de boa qualidade de células, foram: o meio de cultivo e o processo de hipotonia. O sangue periférico foi coletado com heparina e o cultivo foi realizado em meio RPMI, com soro fetal bovino e fitohemaglutinina. Após 48 horas, da amostra em estufa (37°C), a colchicina foi inserida. A hipotonia com KCl 6% foi realizada para fragilização das membranas celulares. Posteriormente, as células foram isoladas e o lançamento realizado em lâminas de vidro previamente aquecidas e limpas. As lâminas foram colocadas em caixa de madeira na geladeira por uma semana antes da coloração com panótico. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dois cultivos foram realizados neste estudo. No primeiro cultivo, o meio RPMI se encontrava contaminado com fungo, desfavorecendo o crescimento dos leucócitos. Na tentativa de remover os fungos do meio, esterilizou-se o mesmo por meio de autoclave (cultivo 1.1) e pelo uso de luz germicida (UV) (cultivo 1.2). A hipotonia foi feita com KCl e, a agitação das células, de forma manual com um pipetador (pêra). Observou-se menor crescimento de leucócitos nas no cultivo 1.1. Sugere-se que a temperatura da autoclave possa ter desnaturado as proteínas presentes no meio pela sua baixa eficiência (cultivo 2.1). No cultivo 1.2, as lâminas obtidas estavam com o fundo mais limpo, facilitando a visualização. Foram realizados 04 cultivos em tubos diferentes com o mesmo sangue e foram observados cromossomos espalhados pela lâmina com baixa qualidade e poucas metáfases. Os meios de cultivo devem ser armazenados adequadamente para evitar o crescimento de microorganismos indesejados. Além disso, o técnico deve usar EPIs adequados, realizar a assepsia do local e evitar a manipulação quando estiver com gripe [4]. No segundo cultivo, utilizou-se o meio aplicado no germicida apenas e a hipotonia foi realizada com KCl, porém agitou-se com um vortex o meio. Foram realizados 04 cultivos em tubos diferentes com o mesmo sangue e foram observadas mais de 10 metáfases/lâmina com espalhamento adequado dos cromossomos, assim como seu crescimento celular. Em relação a finalização e coloração das lâminas, colocá-las em geladeira por uma semana depois de coradas favoreceu a visualização dos cromossomos devido a ocorrência de termocromismo, o qual promove a fixação e maior adesão do corante pelas células. A melhor qualidade das lâminas permite melhor análise das metáfases [5]. **CONCLUSÕES:** As condições do protocolo testadas foram diferentes tipos de meios e a hipotonia. Observou-se que cada etapa deste protocolo, quando adequadamente realizada e ajustada de acordo com cada laboratório possui menos interferentes no cultivo e melhor visualização cromossômica. De acordo com as condições ambientais do laboratório usado, por possuir diferentes condições ambientais e de uso, devem padronizar seu protocolo. A realização do mesmo auxilia a execução de aulas práticas e auxiliam pesquisas e diagnóstico na área da Citogenética, principalmente em laboratórios universitários. **REFERÊNCIAS:**[1] MALUF, S. W. **Citogenética Humana**. Porto Alegre: Artmed, 2011. [2] ÉDER, S., et.al. **Citogenética de algumas espécies frutíferas nativas do nordeste do Brasil**. Revista Brasileira de Fruticultura.2007. [3] PIMENTEL, R. **Padronização do protocolo da técnica de cariótipo com bandeamento g_{tg} em laboratórios do unifaminas**. 47p. Monografia – Centro Universitário de Minas, Muriaé, 2018. [4] MEZZARI, A. **Micologia no laboratório**. 2.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001. 139p. [5] SOUZA, H. **A termocromia, os brinquedos e o ensino de química contextualizado**. 47p. Monografia – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. **Palavras-chave:** Cariótipo; Citogenética; Padronização.

Área do conhecimento (CNPq): 2.02.00.00-5 - Genética

CBS 028

PESQUISA DE BACTÉRIAS CATALASE-COAGULASE POSITIVAS EM MÃOS DE GRADUANDOS EM ODONTOLOGIA EM UMA FACULDADE DE MURIAÉ-MG

Nickolas Franzini **LOPES** (IC-nickolas.franzini@gmail.com)¹, Giovanna Ladeira **MARQUES**¹ Fernanda Mara **FERNANDES** e (PQ)²

¹Curso de Biomedicina; ²Professor

Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: Infecções causadas pelo contato direto das mãos com mucosas, como boca e olhos, é considerado algo comum nos dias atuais, devido ao alto contato com superfícies contaminadas e pela má higienização das mãos [1]. O Centers for Disease Control and Prevention (CDC) divulgou uma pesquisa que apontou que, nos anos de 1999 a 2008, 37,8% dos casos de infecções alimentares são provenientes de restaurantes, instituições de ensino e refeitórios [2]. Porém, deve-se atentar a esta devida higienização das mãos não só por parte de manipuladores de alimentos, mas também de profissionais da saúde, como dentistas, mesmo com o uso de luvas [1]. Entre as principais bactérias envolvidas no processo de infecções alimentares, pode-se citar a *Staphylococcus aureus*, uma bactéria gram-positiva catalase-coagulase positiva comumente encontrada em mãos de indivíduos saudáveis [3]. Assim, o objetivo deste estudo é realizar a pesquisa de bactérias catalase-coagulase positivas em mãos de graduandos em odontologia de faculdade em Muriaé – MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** As amostras foram obtidas através do swab, contendo água peptonada, das mãos de 30 voluntários de ambos os sexos e em seguida armazenou-se os swabs em tubos de ensaio contendo a água peptonada. No laboratório, realizou-se a semeadura por esgotamento em meio ágar Baird-Parker (BP) e em seguida encubou-se as amostras a 36°C por 24 horas. Passado as 48 horas, observou-se o crescimento de colônias características e em seguida realizou-se os testes de coagulase e catalase e, por fim, realizou-se a coloração de Gram. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao observar-se o crescimento das colônias no meio BP, notou-se que apenas 2 placas (6,67%) não apresentou crescimento bacteriano. Além disso, observou-se que em nenhuma das placas apresentou crescimento característico de bactérias *Staphylococcus aureus*. Ao realizar-se os testes presuntivos de coagulase e catalase, notou-se que todas as placas (100%) apresentaram bactérias coagulase negativas e catalase positivas. Ao observar-se o crescimento de bactérias de colônias brancas/acinzentadas e em conjunto do teste de coagulase negativo, pode-se presumir que a bactéria presente no meio são bactérias do gênero *Staphylococcus*, porém descarta-se a presença da *S. aureus* devido a coagulação negativa. Porém, ao realizar-se a coloração de Gram, notou-se a presença de cocos Gram negativos, o que contradiz com o esperado, já que o meio BP é considerado um meio relativamente seletivos para bactérias do gênero *Staphylococcus*. Além disso, ao realizar-se a revisão bibliográfica, notou-se que estudos parecidos apresentaram resultados diferentes, evidenciando a presença de bactérias como a *S. aureus* [4]. **CONCLUSÃO:** Assim, pode-se concluir que não identificou-se crescimento de bactérias catalase-coagulase positivas a partir da coleta das mãos dos voluntários, porém, a pesquisa é inconclusiva, devido a contradição dos resultados. Além disso, seria recomendável uma nova realização da semeadura, dos testes bioquímicos e da coloração de Gram utilizando novos reagentes para uma melhor confiabilidade nos resultados. **REFERENCIAS:** [1] – MEDEIROS, M. G. G. A.; CARVALHO, L. R.; FRANCO, R. M. Percepção sobre a higiene dos manipuladores de alimentos e perfil microbiológico em restaurante universitário. *Ciência e saúde*. v. 22, p. 383-392, 2017. [2] – SANTOS, André Luis dos, et al. *Staphylococcus aureus*: visitando uma cepa de importância hospitalar. *J. Bras. Patol. Med. Lab.*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 413-423, dec. 2007. [3] – BORGES, Maria de Fatima; NASSU, Renata Tieko. PEREIRA, José Luiz. ANDRADE, Ana Paula Colares de. KUAYE, Arnaldo Yoshiteru. Perfil de contaminação por *Staphylococcus* e suas enterotoxinas e monitorização das condições de higiene em uma linha de produção de queijo de coalho. *Ciência rural*. v. 38, p. 1431-1438., ago. 2008. [4] – BRESOLIN, Bruna Maria Zvolinski; DALL'STELLA, Julia K.; FONTOURA-DA-SILVA, Sérgio Eduardo. Pesquisa sobre a bactéria *Staphylococcus aureus* na mucosa nasal e mãos de manipuladores de alimentos em Curitiba/Paraná/Brasil. *Estud. Biolog.*, Curitiba, v. 27, p. 27-32, abr. 2005.

Palavras-Chave: Microbiologia; Mãos; Bactérias.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 - Microbiologia

CBS 029

DESAFIOS EXISTENTES NA CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO À DOENÇA DE HUNTINGTON

Thalita CORDEIRO (*thatacords45@gmail.com*) (IC)¹, Isabela SOUZA (IC)¹, Luciana AGOSTINHO (IC)^{1,2}

1 - Centro Universitário de Minas, Unifaminas – Muriaé, Programa de Graduação e Pós Graduação. 2 - Hospital do Câncer de Muriaé (Fundação Cristiano Varella)

INTRODUÇÃO: A doença de Huntington (DH) é neurodegenerativa, autossômica dominante e rara, caracterizada por distúrbios motores, comportamentais e cognitivos [1]. Devido à escassez de informações relacionadas às doenças raras, torna-se imprescindível o apoio às famílias, para que a informação científica e a assistência por uma equipe multidisciplinar sejam mais frequentes. A existência de associações auxilia na divulgação de informação científica e de contatos para atendimento clínico. Contribuem também para o incentivo à pesquisa, esclarecem dúvidas e divulgam informações atualizadas sobre tratamentos [2]. Por isso, faz-se necessária a criação de grupos de apoio para proporcionar suporte aos afetados, cuidadores e familiares [3]. O objetivo deste estudo foi investigar os sentimentos, as expectativas, e o conhecimento científico sobre a DH em pacientes e familiares. Além disso, delinear os desafios existentes na criação de um grupo de apoio multidisciplinar para os envolvidos de uma doença rara. **METODOLOGIA:** Este estudo foi realizado de 2018 a 2019, por meio de reuniões mensais com os portadores e familiares da DH no município de Ervália-MG. Um questionário sobre os conhecimentos científicos, sentimentos e expectativas sobre o tema foi aplicado durante as reuniões. Este projeto está aprovado pelo CEP-UNIFAMINAS (CAAE 71244117.0.0000.5105). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram realizados 6 encontros, o número de participantes variou de 9 a 30. Das quinze pessoas que responderam o questionário, 8 procuram informações sobre a DH em redes sociais, sites, revistas, livros, documentários e com profissionais especializados. Treze pessoas relataram não se sentir confortáveis ao falar sobre a doença, quatorze nunca fizeram acompanhamento psicológico, oito revelaram que se sentem ansiosos/apreensivos ao falarem sobre a DH e doze têm vontade de participar de rodas de conversas sobre a DH. Alguns desafios encontrados durante as reuniões foram: dificuldade de exposição de cada caso por medo de estigmatização, falta de conhecimento sobre a DH e a falta de conhecimento sobre os benefícios que podem ser proporcionados em se criar um grupo de apoio à DH. Pacientes com doenças raras encontram diversos desafios, como por exemplo, escassez de informação sobre a doença, diagnóstico e tratamento. Além disso, a estigmatização da doença representa uma barreira social, diminuindo a interação dos envolvidos a sociedade [4]. Com o processo de globalização, a distribuição das informações acontece de forma rápida, além disso, entidades como associações promovem circulação constante de informações em na internet. Porém, em municípios menores, parte da população não tem o hábito de utilizar tecnologias em busca conhecimento [5]. **CONCLUSÃO:** Os desafios encontrados devem ser identificados em cada grupo investigado, para que possam ser trabalhados, com apoio de profissionais de saúde. A troca de informações entre profissionais, cuidadores e pacientes, pode auxiliar na conscientização sobre a importância e o benefício em se criar um grupo de apoio para os pacientes e familiares. Além disso, há escassez de informação científica sobre a doença entre os portadores e familiares afetados pela DH. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] GIL-MOHAPEL, J.M., REGO, A.C. Doença de Huntington: Uma Revisão Dos Aspectos Fisiopatológicos, 2011. [2] MARTINS, A. R. B.; OURO, T. A.; NERI, M. Compartilhando vivências: contribuição de um grupo de Apoio para mulheres com câncer de mama. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 131-151, jun. 2015. [3] MARTELLI, A., Aspectos Clínicos e Fisiopatológicos da Doença de Huntington, 2014. [4] GURGEL, G. Doenças raras: Conhecimento é o primeiro passo para a inclusão. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2019. [5] ASSOCIAÇÃO BRASIL HUNTINGTON (ABH). Doença de Huntington - Guia Familiar, 2003. Disponível em: http://abh.org.br/wp-content/uploads/biblioteca/guias-e-manuais/guia_familiar_hdsa_ed_2003.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

Palavras-chaves: Grupo de apoio, doença de Huntington, estigmatização, desafios.

Área do conhecimento (CNPq): 2.02.00.00-5 - Genética

CBS 030

ANÁLISE DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC) DURANTE 5 ANOS DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

Higor da Silva **ROCHA** (IC – higidasilvarocha@gmail.com)¹, Wellington da Silva **RIBAS** (IC)¹, Renan Pacheco **FURTADO** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso bacharelado em Educação Física; 2. Professor
Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36888-233 – MURIAÉ-MG

Palavras-chave: IMC, massa corporal, idosos.

INTRODUÇÃO: As modificações relacionadas com o envelhecimento sobre o sistema musculoesquelético constituem uma fonte de preocupação para os idosos¹. Para Vale e colaboradores [1], a diminuição da massa muscular e da força muscular é uma das manifestações mais conhecidas nesta fase da vida. Essa perda, chamada de sarcopenia, mostra-se como um importante fator de contribuição para a redução da capacidade funcional no envelhecimento, dificultando a execução das atividades diárias [1]. A Organização Mundial de Saúde recomenda a utilização do Índice de Massa Corporal (IMC) para o diagnóstico do estado nutricional de grupos populacionais por ser um método não-invasivo, válido e de baixo custo [2]. O excesso de peso corporal pode ser estimado por diferentes métodos ou técnicas, como pregas cutâneas, relação cintura-quadril, ultrassom, ressonância magnética, entre outras. Entretanto, devido a sua simplicidade de obtenção, baixo custo e correlação com a gordura corporal, o Índice de Massa Corporal (IMC) tem sido amplamente utilizado e aceito para estudos epidemiológicos [3]. A obesidade caracteriza-se como um dos principais males deste século, sendo responsável por grande quantidade de doenças. A interface gráfica para calcular e classificar o IMC de indivíduos adultos reforça a importância do cálculo do Índice de Massa Corporal, pois ele pode ser um primeiro indicativo de que a pessoa está fora dos padrões ideais de saúde, tanto no que se refere à obesidade quanto à desnutrição [4]. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Os participantes foram 12 idosos de ambos os sexos (acima de 65 anos), sendo 3 do sexo masculino e 9 do sexo feminino, praticantes de um grupo de atividade física onde é praticado atividades aeróbias e de alongamento, residentes no município de Muriaé – MG. Os dados utilizados foram fornecidos pela UBS-Aeroporto da cidade de Muriaé. Para análise foi utilizado os dados dos praticantes de atividade física durante 5 anos (2014 a 2019). Foi utilizada estatística descritiva e para comparar a resistência foi utilizado teste T pareado. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. O nível de significância foi de $p < 0,05$. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi possível observar que durante esse período a classificação do IMC de 3 indivíduos (25%) desceram de sobrepeso para normal, 2 indivíduos (16,66%) subiram de sobrepeso para obesidade e 7 indivíduos (58,33%) mantiveram sua classificação do IMC iguais durante esses 5 anos. **CONCLUSÕES:** Com base nesse estudo é possível observar que a atividade física no público idosos é importante pois pode manter ou até mesmo melhorar a parte física dessa população, e mantendo também a autonomia dessa população durante a vida. **AGRADECIMENTOS:** A Unidade Básica de Saúde do bairro Aeroporto. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VALE, R. G. S.; BARRETO, A. C. G.; NOVAES, J. S.; Efeitos do treinamento resistido na força máxima, na flexibilidade e na autonomia funcional de mulheres idosas. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v. 8, n. 4, p. 52-58, dezembro 2006. [2] VALTER C. B. F.; TERESA M. B. de Q.; EVANICE A. de S.; ALEX P. G.; WAGNER de C. **A utilização do critério da Organização Mundial de Saúde para classificação do estado nutricional em crianças.** Motriz, Rio Claro, v.16 n.4 p.811-819, out./dez. 2010. [3] COSTA, Humberto; JÚNIOR, Jarbas Barbosa da Silva; SOLLA, Jorge; TEMPORÃO, José Gomes. **Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos Não Transmissíveis.** 15 capitais e Distrito Federal p. 69; 2002–2003, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2003. disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inquerito/docs/sobrepesoobesidade.pdf>>. Acesso em: 08/06/2019. [4] BERTOL, Omero Francisco; DUTRA Géri Natalino; NOHAMA, Percy. **Sistema para calcular e classificar o índice de massa corporal de indivíduos adultos.** Disponível em: <http://www.iiis.org/CDs2013/CD2013SCI/CISCI_2013/PapersPdf/CA923BD.pdf>. Acesso em: 08/06/2019.

Área do conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

CBS 031

COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC) EM PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA EM INDIVÍDUOS ACIMA DE 50 ANOS

Higor da Silva **ROCHA** (IC – higordasilvarocha@gmail.com)¹, Wellington da Silva **RIBAS** (IC)¹, Renan Pacheco **FURTADO** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso bacharelado em Educação Física; 2. Professor
Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36888-233 – MURIAÉ-MG

Palavras-chave: IMC, massa corporal, sedentarismo.

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1995) recomenda a utilização do Índice de Massa Corporal (IMC) para o diagnóstico do estado nutricional de grupos populacionais por ser um método não-invasivo, válido e de baixo custo [1]. O excesso de peso corporal pode ser estimado por diferentes métodos ou técnicas, como pregas cutâneas, relação cintura-quadril, ultrassom, ressonância magnética, entre outras. Entretanto, devido a sua simplicidade de obtenção, baixo custo e correlação com a gordura corporal, o Índice de Massa Corporal (IMC) tem sido amplamente utilizado e aceito para estudos epidemiológicos [2]. A obesidade caracteriza-se como um dos principais males deste século, sendo responsável por grande quantidade de doenças. A interface gráfica para calcular e classificar o IMC de indivíduos adultos reforça a importância do cálculo do Índice de Massa Corporal, pois ele pode ser um primeiro indicativo de que a pessoa está fora dos padrões ideais de saúde, tanto no que se refere à obesidade quanto à desnutrição [3]. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Os participantes foram 10 pessoas entre 50 a 70 anos, sendo 4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino do bairro Aeroporto, município de Muriaé – MG, sendo que 5 são praticantes regulares de atividade física (3 mulheres e 2 homens) e 5 são sedentárias (3 mulheres e 2 homens). Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Para avaliação das características antropométricas, utilizou-se uma balança (Filizola, Brasil) para aferir o peso em quilogramas (kg), com precisão de 0,1 kg e um estadiômetro Sanny (Sanny, Brasil) para verificação da altura, onde para esta medida em metros (m), a precisão foi regulada a 0,1 centímetros (cm). O Índice de Massa Corporal (IMC) foi determinado pelo quociente massa corporal / (estatura)², sendo a massa corporal expressa em quilogramas (kg) e a estatura, em metros (m). Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após serem realizados os cálculos foi observado que os participantes 3 participante do sexo feminino fisicamente ativos (30%) tinham em média um IMC de 23,73, portanto estavam no IMC adequado. Os do sexo masculino fisicamente ativos (20%) tinham em média um IMC de 23,65, portanto estavam no IMC adequado. Já os participantes sedentários do sexo masculino (20%) apresentaram em média um IMC de 35,35, portanto estão com obesidade grau II. As do sexo feminino (30%) apresentaram em média um IMC de 26,66, portanto estão levemente acima do peso, todos esses dados foram comparados com a tabela de IMC fornecida pela OMS. **CONCLUSÕES:** Com base nos números encontrados, é possível atestar a relevância da atividade física no combate a obesidade e a desnutrição. Sendo que um acompanhamento nutricional também se tornar importante para o controle do peso. **AGRADECIMENTOS:** A POPULAÇÃO do bairro Aeroporto e a UNIFAMINAS pela colaboração.

BIBLIOGRAFIA: [1] FILHO, V. C. B.; QUADROS, T. M. B.; SOUZA, E. A.; GORDIA, A. P.; CAMPOS, W. A utilização do critério da Organização Mundial de Saúde para classificação do estado nutricional em crianças. *Motriz*, Rio Claro, v.16 n.4 p.811-819, out./dez. 2010 [2] COSTA, Humberto; JÚNIOR, Jarbas Barbosa da Silva; SOLLA, Jorge; TEMPORÃO, José Gomes. *Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos Não Transmissíveis*. 15 capitais e Distrito Federal p. 69; 2002–2003, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2003. disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inquerito/docs/sobrepesoobesidade.pdf>>. Acesso em: 08/06/2019. [3] BERTOL, Omero Francisco; DUTRA Géri Natalino; NOHAMA, Percy. *Sistema para calcular e classificar o índice de massa corporal de indivíduos adultos*. Disponível em: <http://www.iiis.org/CDs2013/CD2013SCI/CISCI_2013/PapersPdf/CA923BD.pdf>. Acesso em: 08/06/2019.

Área do conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

CBS 032

COMPARAÇÃO DO PERCENTUAL DE GORDURA EM HOMENS E MULHERES NO INÍCIO, MEIO E FIM DO ANO DE 2018

Wellington da Silva **Ribas**(IC - ellingtonpersonal@hotmail.com)¹, Bernardo Minelli **Rodrigues**(PQ)¹

1. Curso de Educação Física; 2. Professores Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé – MG

INTRODUÇÃO: A obesidade é um dos maiores problemas de saúde da atualidade, relacionando-se a inúmeras doenças crônicas[1]. A prática regular de exercícios físicos, associados a uma alimentação equilibrada contribuem favoravelmente para a redução dos índices de obesidade[2]. Existem métodos de analisar a composição por meios diretos e indiretos, para simplificar a composição corporal é quando se consegue quantificar os principais componentes do organismo humano: osso, musculatura e gordura corporal, muitos métodos apareceram depois dos estudos de Behnke cit. Clarys, Martin & Drinkwater (1984), com objetivo de estabelecer métodos indiretos para determinar a composição corporal. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para a pesquisa usou banco de dados de uma academia da cidade de Muriaé-MG do ano de 2018, iniciou-se com 20 mulheres e 20 homens praticantes de musculação na cidade de Muriaé-MG com idade entre 15 e 63 anos, porém somente 18 mulheres e 11 homens finalizaram a pesquisa. Os voluntários assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Foi realizada avaliação antropométrica seguindo protocolo de Pollock 3 dobras com uso de adipômetro científico[3], aferição da massa corporal utilizou-se balança antropométrica com precisão de 100g. Para inclusão cada indivíduo deveria estar em dia com os treinos no decorrer do ano de 2018 realizando avaliações no início, meio e fim do ano. Foi usada estatística descritiva, usando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Média masculina de massa corporal em Janeiro foi 74,54Kg e percentual de gordura 14,86%. Em Junho massa corporal era 73,94Kg e massa gorda 13,34%. Em Dezembro era 74,77Kg e massa gorda 12,90%. Entre estes homens a menor taxa de massa corporal em Janeiro foi 61Kg e maior 97Kg, menor porcentagem de gordura 2,8% e a maior 27%. Em Junho a menor taxa de massa corporal foi 54Kg e a maior 97,5Kg, já a menor porcentagem de gordura foi 3% e a maior 24%. Em Dezembro menor taxa de massa corporal foi 58Kg e maior 97Kg, a menor taxa de porcentagem de gordura foi 3% e maior de 20,7%. Resultados femininos teve uma média de massa corporal em Janeiro de 66,14Kg e massa gorda 26,68%. Em Junho era 65Kg e massa gorda 26,16%. Em Dezembro era 64,58Kg e percentual de gordura 25,80%. A menor taxa de massa em Janeiro foi 40,4Kg e maior de 101,9Kg, menor porcentagem de gordura foi 17% e maior de 36,8%. Em Junho foi 34Kg e maior de 93,5Kg, a menor “ % ” de gordura foi 16,5% e maior 33%. Em Dezembro menor massa 35Kg e maior de 89Kg, menor “ % “ de gordura foi 16,5% e maior de 39%. Como resultado em Dezembro a gordura corporal é diminuída por buscarem a estética como padrão de beleza e cuidados da saúde. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que existe uma oscilação nos dados no decorrer do ano, porém, épocas de verão pessoas visam muito a prática de exercício físico para melhorias estéticas e físicas. Nota-se a necessidade não somente da prática regular de exercícios, mas também de uma alimentação balanceada como estratégia do controle absoluto sobre o peso corporal. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABESO- Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica. **Diretrizes Brasileiras de Obesidade.** 3ª ed. 2009/2010. [2] MONTEIRO, Ana Beatriz; FERNANDES FILHO, José. Análise da composição corporal: uma revisão de métodos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v.4, n.1, p.80-92, 2002; [3] POLOCK, M.L., WILMORE, J.H. **Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação.** 2ª ed. Filadélfia: medsi, 1993.

Palavras-chave: *Percentual de gordura, Massa corpórea, Condicionamento físico.*

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 – Saúde Coletiva

CBS 033

COMPARAÇÃO DO PERCENTUAL DE GORDURA EM HOMENS NO INÍCIO, MEIO E FIM DO ANO DE 2018

Wellington da Silva **Ribas**(IC - wellingtonpersonal@hotmail.com)¹, Bernardo Minelli **Rodrigues** (PQ)¹

1. Curso de Educação Física; 2. Professores *CentroUniversitárioFAMINAS–UNIFAMINAS-MURIAÉ*- 36880-000 -
Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A obesidade é caracterizada como um dos maiores problemas de saúde da atualidade, relacionando-se a inúmeras doenças crônicas [1] A prática regular de exercícios físicos, associados a uma alimentação equilibrada contribuem favoravelmente para a redução dos índices de obesidade[2]. Existem vários métodos se analisar a composição sendo diretos e indiretos e com isso para simplificar a composição corporal é quando se consegue quantificar os principais componentes do organismo humano: osso, musculatura e gordura corporal, muitos métodos apareceram depois dos estudos iniciais de Behnke cit. Clarys, Martin & Drinkwater (1984), tinham como objetivo estabelecer métodos indiretos (*in vivo*) para determinar a composição antropométrica. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para esta pesquisa utilizou banco de dados providos de uma academia da cidade de Muriaé-MG do ano de 2018, iniciou-se com 20 homens praticantes de musculação na cidade de Muriaé-MG com idade entre 15 e 47 anos de idade, porém somente 11 concluíram o tempo para pesquisa. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Foi realizada avaliação antropométrica seguindo protocolo de Pollock de 3 dobras cutâneas com uso de adipômetro científico[3], para pesagem da massa corporal utilizou-se balança antropométrica com precisão de 100g. Critério de inclusão foi que cada indivíduo deveria estar em dia com os treinos no decorrer do mês de janeiro à dezembro do ano de 2018 realizando avaliações no início, meio e fim do ano. Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados mostraram uma média de massa corporal em Janeiro de 74,54 Kg e percentual de gordura em média 14,86%. Em Junho massa corporal a média era 73,94 Kg e percentual de gordura era 13,34%. Em Dezembro a média da massa corporal 74,77 Kg e percentual de gordura 12,90%. Entre estes homens a menor taxa de massa corporal em Janeiro foi de 61 Kg e maior de 97 Kg, menor porcentagem de gordura foi de 2,8% e maior de 27%. Em Junho menor taxa de massa corporal foi de 54 Kg e maior de 97,5 Kg, já a menor porcentagem de gordura foi de 3% e a maior é de 24%. Em Dezembro menor taxa de massa corporal foi de 58 Kg e maior de 97 Kg, menor taxa de porcentagem de gordura foi de 3% e maior de 20,7%. Como resultado é notável que apesar de estarem mais pesados em Dezembro época de verão a gordura corporal é muito baixa pelo fato de homens buscarem a estética perfeita como padrão de beleza. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que na existe uma grande oscilação na massa corporal e percentual de gordura no decorrer do ano, porém, época de verão pessoas visam muito mais a prática de exercício físico para fins estéticos e físicos. Nota-se a necessidade não somente da prática regular de exercícios, mas também de uma alimentação balanceada como estratégia do controle absoluto sobre o peso corporal.. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela colaboração ao trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABESO- Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica. **Diretrizes Brasileiras de Obesidade.** 3ª ed. 2009/2010. [2] MONTEIRO, Ana Beatriz; FERNANDES FILHO, José. Análise da composição corporal: uma revisão de métodos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v.4, n.1, p.80-92, 2002; [3] POLOCK, M. L., WILMORE, J. H. **Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação.** 2ª ed. Filadélfia: medsi, 1993;

Palavras-chave: *Percentual de gordura, Massa corpórea, Condicionamento físico.*

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 –Saúde Coletiva

CBS 034

COMPARAÇÃO DO PERCENTUAL DE GORDURA EM MULHERES NO INÍCIO, MEIO E FIM DO ANO DE 2018

Wellington da Silva **Ribas** (IC - wellingtonpersonal@hotmail.com)¹, Bernardo Minelli **Rodrigues** (PQ)¹
1. Curso de Educação Física; 2. Professores Centro Universitário FAMINAS–UNIFAMINAS-MURIAÉ- 36880-000 -
Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A obesidade é caracterizada como um dos maiores problemas de saúde da atualidade, relacionando-se a inúmeras doenças crônicas[1]. A prática regular de exercícios físicos, associados a uma alimentação equilibrada contribuem favoravelmente para a redução dos índices de obesidade[3]. Existem vários métodos possíveis de se analisar a composição por meios diretos e indiretos e com isso para simplificar a composição corporal é quando se consegue quantificar os principais componentes do organismo humano: osso, musculatura e gordura corporal, muitos métodos de análise da composição corporal apareceram depois dos estudos iniciais de Behnke cit. Clarys, Martin & Drinkwater (1984), estes que tinham como objetivo estabelecer métodos indiretos (*in vivo*) para determinar a composição corporal.

MATERIAIS E MÉTODOS: Para esta pesquisa utilizou-se banco de dados providos de uma academia da cidade de Muriaé-MG do ano de 2018, iniciou-se com 20 mulheres praticantes de musculação na cidade de Muriaé-MG com idade entre 18 e 63 anos de idade, porém somente 18 concluíram o tempo estimado para pesquisa. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Foi realizada avaliação antropométrica seguindo protocolo de Pollock 3 dobras com uso de adipômetro científico[3], para pesagem da massa corporal utilizou-se balança antropométrica com precisão de 100g. Critério de inclusão da pesquisa era que cada indivíduo deveria estar em dia com os treinos no decorrer do mês de janeiro à dezembro do ano de 2018 realizando avaliações no início, meio e fim do ano. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados mostraram uma média de massa corporal em Janeiro de 66,14Kg e percentual de gordura em média 26,68%. Em Junho massa corporal a média era 65,0Kg e percentual de gordura era 26,16%. Em Dezembro a média da massa corporal era 64,58Kg e percentual de gordura era 25,80%. Entre elas a menor taxa de massa corporal em Janeiro foi de 40,4Kg e maior de 101,9Kg, menor porcentagem de gordura foi de 17% e maior de 36,8%. Em Junho menor taxa de massa corporal foi 34Kg e maior de 93,5Kg, já a menor porcentagem de gordura foi 16,5% e a maior de 33%. Em Dezembro menor taxa de massa corporal foi 35Kg e maior 89Kg, menor taxa de porcentagem de gordura foi 16,5% e maior 39%. Como resultado é notável que apesar em Dezembro época de verão a gordura corporal é diminuída pelo fato de buscarem a estética perfeita como padrão de beleza por cuidarem da saúde. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que na amostra estudada existe uma grande oscilação na massa corporal e percentual de gordura no decorrer do ano, porém, época de verão pessoas visam muito mais a prática de exercício físico para melhorias estéticas e físicas. Nota-se a necessidade não somente da prática regular de exercícios, mas também de uma alimentação balanceada como estratégia do controle absoluto sobre o peso corporal, sendo a atividade física um meio propício para a regulamentação dos praticantes para se ter uma vida saudável e sem riscos à obesidade. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABESO- Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica. **Diretrizes Brasileiras de Obesidade**. 3ª ed. 2009/2010. [2] MONTEIRO, Ana Beatriz; FERNANDES FILHO, José. Análise da composição corporal: uma revisão de métodos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v.4, n.1, p.80-92, 2002; [3] POLLOCK, M. L., WILMORE, J. H. **Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação**. 2ª ed. Filadélfia: medsi, 1993;

Palavras-chave: *Percentual de gordura, Massa corpórea, Condicionamento físico*

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física
Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 – Saúde Coletiva

CBS 035

COMPARAÇÃO DO RISCO CARDÍACO DE PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

1. Higor da Silva **ROCHA** (IC – higidasilvarocha@gmail.com)¹, Wellington da Silva **RIBAS** (IC)¹, Renan Pacheco **FURTADO** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

2. Curso bacharelado em Educação Física; 2. Professor
Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36888-233 – MURIAÉ-MG

Palavras-chave: RCQ, doenças cardiovasculares, atividade física.

INTRODUÇÃO: A relação cintura-quadril (RCQ) é o cálculo que se faz a partir das medidas da cintura e do quadril para verificar o risco que uma pessoa tem de desenvolver uma doença cardiovascular. Isso acontece porque, quanto maior a concentração da gordura abdominal, maior o risco de ter problemas como colesterol alto, diabetes, pressão alta ou aterosclerose [1]. Várias investigações sobre diagnóstico de obesidade e determinação de tipo de distribuição de gordura usam, de forma simultânea ou não, os índices antropométricos índice de massa corporal (IMC), relação cintura quadril (RCQ) e perímetro da cintura (PC) [2]. As medidas da circunferência da cintura (CC) e a relação cintura/quadril (RCQ) são os indicadores mais utilizados na aferição da distribuição centralizada do tecido adiposo em avaliações individuais e coletivas, contudo as diferenças na composição corporal dos diversos grupos etários e raciais dificultam o desenvolvimento de pontos de corte universais. O conhecimento desses pontos de corte é útil na detecção do risco de desenvolvimento de doenças, tanto na vigilância da saúde quanto em estudos de diagnóstico populacional [3]. O presente estudo teve como objetivo comparar a relação de RCQ de pessoas acima de 50 anos que praticam atividades físicas com pessoas sedentárias. **MATERIAL E MÉTODOS:** A amostra foi composta por 10 indivíduos, de ambos os sexos, entre 50 a 70 anos, sendo cinco praticantes de atividades físicas e 05 indivíduos sedentários, residentes da cidade de Muriaé-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Para avaliação das características antropométricas, utilizou-se uma fita métrica para aferir a circunferência de cintura e de quadril, os participantes eram 10 pessoas acima de 50 anos, tanto do sexo masculino quanto do feminino do bairro Aeroporto, município de Muriaé – MG. Para avaliar o risco coronariano foi utilizado o IRAQ (índice cintura/quadril), a circunferência abdominal será avaliada com fita métrica no ponto médio entre a crista ilíaca e o rebordo costal, com o paciente em pé, com os braços posicionados ao longo do corpo e na fase expiratória da respiração [4]. Consideramos circunferência de risco para doença cardiovascular uma medida maior ou igual 94 cm nos homens e nas mulheres será maior ou igual a 88 cm. A circunferência característica de síndrome metabólica nos homens, 102 cm [4]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os 3 participantes do sexo feminino fisicamente ativos (30%) apresentaram uma média RCQ de 0,79, (segundo a OMS mulheres abaixo de 0,80 apresentam baixo risco a doenças cardiovasculares), os 2 do sexo masculino fisicamente ativos (20%) apresentaram uma média de 0,93 (segundo a OMS homens abaixo de 0,95 apresentam baixo risco a doenças cardiovasculares). Já os participantes sedentários apresentaram RCQ acima do normal, 3 mulheres (30%) com média de 0,87 e 2 homens (20%) com média 1,02 (segundo a OMS mulheres superiores há 0,86 e homens acima de 1,0 apresentam alto risco de desenvolver doenças cardiovasculares). **CONCLUSÕES:** com base nos números encontrados, é possível atestar a relevância da atividade física na prevenção de doenças cardiovasculares. Não somente a prática de atividade física que garantem um RCQ adequado, um acompanhamento nutricional também se faz necessário. **AGRADECIMENTOS:** Aos voluntários que fizeram parte da pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LIMA, Ana Luiza. **Relação cintura-quadril (rcq): o que é e como calcular.** In: TUA SAÚDE, 2007 – 2019. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/relacao-cintura-quadril/>. Acesso em: 08/06/2019. [2] CLAUDIA S.; FRANCISCO de A. G. de V.; MARIA A. A. de A. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(6):1609-1616, p.1, nov-dez, 2004; [3] DANILO R. H; FRANCISCO J. G. P.; INES L. **Razão cintura/estatura comparado a outros indicadores antropométricos de obesidade como preditor de risco coronariano elevado:** Rev. Assoc. Med. Bras. vol.55 no.6 São Paulo 2009; e [4] MARFELL-JONES, T. O. M.; STEWART, A.; CARTER, L. **International standards for anthropometric assessment: ISAK.** África do Sul: International Society for the Advancement of Kinanthropometry, 2006.

Área do conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

CBS 036

NÍVEL DE FLEXIBILIDADE EM MULHERES PARTICIPANTES DO GRUPO DE ATIVIDADE FÍSICA “EXERCITAR” DO NASF EUGENÓPOLIS

Isaura Maria de Oliveira da **SILVA**, (IC – isaurasilva9@hotmail.com)¹; Higor da Silva **ROCHA** (IC)¹, Renan Pacheco **FURTADO** (IC)¹; Bernardo **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Educação Física; 2. Professor do Curso de Educação Física e Farmácia – Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras- Chave: Flexibilidade, Mulheres, Atividade Física.

INTRODUÇÃO: Definida como a capacidade de uma articulação se mover em uma amplitude ótima de movimento, a flexibilidade ganhou especial atenção nos últimos 20 anos principalmente depois que instituições importantes como o *American College of Sports Medicine (ACSM)* e o *American Heart Association* passaram a recomendar seu treinamento para diferentes populações. Antes do início de um programa de treinamento a realização de uma boa avaliação da flexibilidade se torna imprescindível. Um dos testes mais utilizados para este fim é o teste de sentar e alcançar (TSA) proposto por Wells e Dillon em 1952, que devido sua fácil aplicação e baixo custo operacional é recomendado e utilizado pelas principais baterias de testes já padronizadas em todo o mundo. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa, na qual foi composta por 25 mulheres com idade entre 35 e 78 anos, que participam duas vezes por semana do grupo de atividade física “Exercitar” do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) do município de Eugénópolis-MG. Para coleta dos dados com o intuito de avaliar a flexibilidade das mulheres, foi utilizado o teste de flexibilidade (FLEX) sentar e alcançar da bateria de testes da American Alliance for Health, Physical Education, Recreation and Dance (AAHPERD). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dentre as 25 mulheres que fizeram parte do teste, 84% (21) foram classificadas como regular, 16% (4) como fraco, (0%) 0 como muito fraco, (0%) 0 como bom e (0%) 0 como muito bom. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que, a prática de atividade física regular dessas mulheres parece contribuir para a melhoria e/ou manutenção da flexibilidade. Neste sentido, verificou-se que a frequência semanal de 2 sessões foram suficiente para que as mulheres ficassem categorizadas como tendo mediana flexibilidade. Por outro lado, questiona-se a frequência semanal, ou seja, se a frequência semanal fosse maior, as mulheres poderiam aumentar a flexibilidade. **AGRADECIMENTOS:** Às mulheres participantes da pesquisa e ao Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** BENEDETTI, Tânia R.; MAZO, Bertoldo Giovana Zarpellon; GONÇALVEZ, Lucia Hisako Takase. **Bateria de testes da AAHPERD: adaptação para idosos institucionalizados.** Rev. Bras. Cineantropom Desempenho Hum 2014, 16 (1):1-14. DANTAS, E. H. M. **Flexibilidade: Alongamento e Flexionamento.** Rio de Janeiro: Shape, 3ª Ed., 1995.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 037

IMAGEM CORPORAL DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

Higor da Silva **ROCHA** (IC – higidasilvarocha@gmail.com)¹, Wellington da Silva **RIBAS** (IC)¹, Renan Pacheco **FURTADO** (IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso bacharelado em Educação Física; 2. Professor
Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36888-233 – MURIAÉ-MG

Palavras-chave: Idosos, imagem corporal, educação física.

INTRODUÇÃO: O envelhecimento é um processo complexo que envolve muitas variáveis, como genética, estilo de vida e doenças crônicas, as quais interagem entre si, influenciando grandemente a maneira como se envelhece [1]. O treinamento contra resistência tem disso apontado como um dos meios mais eficazes para o incremento da força muscular. Ao se incluir exercícios contra resistência, como, por exemplo, a musculação, no cotidiano de pessoas idosas, estar-se-á fazendo um bem inquestionável para esta população, desde que sejam respeitados os princípios do treinamento esportivo [2]. A imagem corporal é o modo pelo qual o corpo apresenta-se para nós, ou seja, a representação mental que possuímos do nosso corpo, sendo considerada uma construção multifatorial que envolve percepção, afeto e componentes cognitivos [3]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a imagem corporal de idosos praticantes de atividade física. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Os participantes foram 10 idosos, voluntários, sendo 5 homens e 5 mulheres, praticantes de um grupo de atividade física onde é praticado atividades aeróbias e de alongamento, município de Muriaé – MG. Foi utilizado para o teste o SMT (Silhouette Matching Task) ou Teste para avaliação da imagem corporal proposto por Stunkard et al (1983) [4]. O teste é composto por duas fileiras de imagens de escala progressiva, onde o indivíduo deve marca a silhueta atual (SA) e a silhueta ideal (SI). Desse jeito poderemos ver o nível de satisfação dos idosos quanto a sua aparência física atual. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a aplicação dos teste podemos observar que os idosos tiveram uma aceitação boa quanto a sua aparência física atual, pois a SA e a SI foram iguais em 7 idosos (70%) sendo 4 homens e 3 mulheres e em 3 idosos (30%) 1 homem e 2 mulheres a SA foi uma imagem maior que a SI, portanto eles ainda desejam emagrecer. **CONCLUSÕES:** Com base nesses dados podemos observar que estes idosos praticantes de atividade física possuem satisfação com sua imagem corporal. **AGRADECIMENTOS:** Os voluntários da pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CÉSAR, E. P.; ALMEIDA, O. V.; PERNAMBUCO, C. S.; VALE, R. G. S.; DANTAS, E. H. M. Aplicação de quatro testes do protocolo GDLAM – grupo de desenvolvimento láctico-americano para maturidade. *Revista Mineira de Educação Física*, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 18-37, 2004; [2] FILHO, M. L. M.; FERREIRA, R. W.; CÉSAR, E. P. Os benefícios do treinamento de força na autonomia funcional do indivíduo idoso. *Revista de educação física Nº 134*, Juiz de Fora, p. 57-68, 2006. [3] MATSU, R. F.; VELARDI M.; BRANDÃO, M. R. F.; MIRANDA, M. L. J. Imagem corporal de idosos e atividade física. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 37-43 2007; e [4] STUNKARD, A. J.; SORENSEN, T.; SCHULSINGER, F. *The genetics of neurological and psychiatric disorders*. New York: Raven Press, p. 115, 1983.

Área do conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física

CBS 038

NÍVEL DE DESIDRATAÇÃO EM IDOSAS DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS

Isaura Maria de Oliveira da SILVA, (IC – isaurasilva9@hotmail.com)¹; Bernardo Minelli RODRIGUES (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Educação Física; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras- Chave: Hidratação, Sudorese, Idosas.

INTRODUÇÃO: A água representa de 40 a 70% da massa corporal, dependendo de idade, sexo e composição corporal. A água constitui também de 65 a 75% do peso do músculo e cerca de 10% da massa de gordura [1]. A perda hídrica pela sudorese durante o exercício pode levar o organismo à desidratação. A desidratação ocorre quando há perda de líquidos (através de suor, urina e respiração) é maior do que seu consumo (através de comidas e bebidas) e pode ocorrer a qualquer momento, por isso a hidratação é especialmente importante e benéfica quando se pratica exercícios [2]. Sendo assim, presente estudo teve como objetivo verificar o nível de sudorese em um grupo de idosas de atividade física. **MATERIAL E MÉTODOS:** Participaram do estudo 20 idosas com idades entre 60 e 81 anos de idade inseridas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Eugenópolis-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários, assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Para avaliação do nível de desidratação, utilizou-se uma balança (Filizola, Brasil) para aferir o peso em quilogramas (kg), com precisão de 0,1 kg [4]; que foi utilizado antes e após o programa de exercícios. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dentre as 20 idosas participantes do estudo, 12 (60%) delas tiveram seu peso corporal diminuído após a realização dos exercícios; 5 (20%) mantiveram o mesmo peso e 3 (15%) apresentaram peso corporal acima do peso inicial. **CONCLUSÕES:** Pode-se concluir que maior parte das idosas não mantiveram seu peso corporal inicial, ou seja, tiveram uma grande perda no nível de sudorese após a realização da sessão de exercícios. Neste caso, cabe uma orientação em relação a quantidade de líquidos que esse grupo deve ingerir antes, durante e após os exercícios. **AGRADECIMENTOS:** Ao Grupo Exercitar do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Eugenópolis-MG pela participação no estudo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS, A. F. C.; Hidratação no Exercício Físico. **Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentos**, Porto, 2008. [2] MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano**. Guanabara Koogan, 7ª edição.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 039

PERCEPÇÃO SUBJETIVA DE ESFORÇO APÓS A APLICAÇÃO DO TESTE DE COOPER NA CATEGORIA SUB-17 DO TIME CLUBE ESPORTE DO PORTO DA CIDADE DE MURIAÉ-MG.

Mateus Ribeiro SILVA (IC – mateus_ribeiro01@outlook.com)¹, Victor Hugo Rodrigues Pires da SILVA(IC)¹, Bernardo Minelli RODRIGUES (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor
Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Treinamento, futebol, fadiga muscular.

INTRODUÇÃO: Na atualidade existem vários meios de se avaliar ou monitorar um treinamento ou uma variável fisiológica relacionada a treinamento, um desses métodos é o da Percepção Subjetiva de Esforço (PSE). Robertson e Noble [1]. Explicam a PSE como sendo a intensidade do esforço, tensão, desconforto e/ou fadiga que são experimentados durante os exercícios físicos aeróbicos e de força pelo indivíduo. Sua área de aplicabilidade é grande, tendo como ponto principal a mensuração do esforço físico [2]. A PSE é um método de mensuração e monitoração da intensidade do esforço utilizada em áreas do treinamento físico. Principalmente empregada em exercícios de características aeróbicas, o uso da PSE auxilia na determinação da intensidade utilizada na atividade ou exercício físico aplicado [3]. O sueco Gunnar Borg criou uma escala (Escala de Borg ou Tabela de Borg) para classificar a PSE, a utilização dessa tabela consiste em o próprio indivíduo apontar na escala/tabela de 0 a 10 (Escala de Borg adaptada) a sua percepção de esforço durante ou após determinando exercício ou atividade física. Sendo assim, o objetivo foi comprar a percepção subjetiva de esforço após um teste de Cooper para jogadores de futebol sub-17 de acordo com a posição de jogo. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foram avaliados 27 indivíduos do sexo masculino, integrantes do time sub-17 do time Clube Esporte do Porto, da cidade de Muriaé-mg, após a realização do teste de Cooper (12 minutos). Foi explicado o real motivo do seguinte trabalho e aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Os voluntários foram separados por goleiros e setor de atuação no campo (zagueiros, meio-campistas, atacantes). Foram coletados dos indivíduos idade, peso e altura. O teste constituiu correr por 12 minutos em volta do campo com uma velocidade constante durante todo o teste, buscando percorrer a maior distância possível. Ao final dos 12 minutos seria contabilizada a distância. No presente estudo, a PSE foi medida imediatamente após o término do esforço, o indivíduo deveria responder a sua PSE durante o teste apontando na tabela de 0 a 10 seu nível de fadiga percebido, aonde zero significa o valor mínimo (repouso) e o 10 o valor máximo (maior esforço). Foi utilizada estatística descritiva e para comparar a PSE foi utilizado teste ANOVA. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. O nível de significância foi de $p < 0,05$. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dos 27 voluntários observou-se média de (16,48 ± 0,5 anos), peso (60,63 ± 5,4 kg), altura (1,74 ± 0,1 metros) para todo o grupo. A distância percorrida e PSE foram obtidos por grupos separados da seguinte maneira. Goleiros; distância percorrida (1.264,00 ± 53,69 metros), PSE (8,00 ± 1,00), Defesa; distância percorrida (1.470,75 ± 209,31 metros), PSE (6,75 ± 0,71), Meio-campistas; distância percorrida (1.572,5 ± 98,89 metros) PSE (6,50 ± 0,76), Ataque; distância percorrida (1.612,75 ± 90,46 metros), PSE (6,63 ± 0,74). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que os valores da PSE são semelhantes entre os voluntários do estudo independente da posição de jogo.

BIBLIOGRAFIA: [1] Robertson RJ, Noble BJ. Perception of Physical Exertion: Methods, Mediators, and Applications. Exercise and Sport Sciences Reviews 1997; 25:407-52. [2] Noble BJ, Robertson RJ. Perceived exertion. Human Kinetics: Champaign, 1996. [3] Borg G. Escalas de Borg para a Dor e Esforço Percebido. Manole: São Paulo, 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 040

PERCEPÇÃO SUBJETIVA DE ESFORÇO EM TREINAMENTO DE RESISTÊNCIA MUSCULAR LOCALIZADA EM INDIVÍDUOS PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.

Mateus Ribeiro SILVA (IC – mateus_ribeiro01@outlook.com)¹, Bernardo Minelli RODRIGUES (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A percepção de subjetiva de esforço (PSE) é definida por Robertson e Noble como sendo a intensidade subjetiva de esforço, tensão, desconforto e/ou fadiga que são experimentados durante os exercícios físicos aeróbicos e de força. Sua aplicabilidade é bastante grande, tendo como ponto principal a mensuração do esforço físico. [1]. O treino de resistência muscular é definido como trabalho contra a resistência as forças dos músculos por longos períodos de tempo. Isto é, treinar a capacidade do músculo para suportar a carga por mais tempo, resistindo mais repetições de determinado exercício. A Resistência Muscular Localizada (RML) é a capacidade de resistir à fadiga frente ao desempenho prolongado de força. Este tipo de força engloba o treinamento de hipertrofia [2]. Este estudo tem como objetivo avaliar a PSE em exercícios de RML, em indivíduos fisicamente ativos e não ativos de ambos os sexos. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foram avaliados 20 indivíduos com faixa etária entre 18 a 35 anos, 10 do sexo feminino 5 ativas fisicamente e 5 sedentárias, e 10 do sexo masculino 5 ativos fisicamente e 5 sedentários. Dos ativos fisicamente foi usado como critério ser praticante de atividade física há pelo menos 6 meses. Para a realização da pesquisa foram utilizados: Balança de controle corporal “Balança de Bioimpedância” da marca OMRON, modelo HBF 514C, para obter os dados de peso e percentual de gordura e estadiômetro. O exercício proposto foi abdominal supra. Os dados foram analisados de forma descritiva, onde os avaliados foram submetidos ao estudo, logo após serem previamente esclarecidos sobre os propósitos da investigação e procedimentos aos quais seriam submetidos, com isso eles deveriam responder negativamente para todos os itens do Questionário de Prontidão para Atividade Física / PAR-Q [3]. E teria 1 minuto para executar o máximo de repetições de maneira qualitativa. No final da execução do exercício o indivíduo deveria apontar na escala de OMNI-RES o seu nível de esforço atingido com a execução do exercício. Foi utilizado estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Para estatística inferencial foi utilizado teste Anova (one-way) seguido de post hoc de Bonferroni, sendo estabelecido o nível de significância de $p > 0,05$. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 10 indivíduos do sexo masculino com médias de idade de 26,7 anos, de peso ($73,72 \pm 8,7$ kg), estatura ($174,80 \pm 4,6$ cm) percentual de gordura de $16,64 \pm 0,6$. E 10 indivíduos do sexo Feminino com médias de idade de 26,7 anos, de peso ($60,66 \pm 6,6$ kg), estatura ($166,20 \pm 6,6$ cm) percentual de gordura de $28,86 \pm 3,3$. Os níveis da PSE entre homens e mulheres pelo seu status de atividade física esta representado pelo gráfico I abaixo:

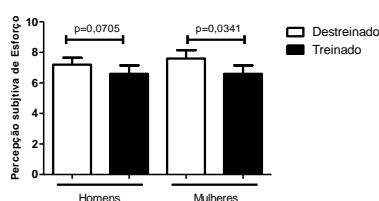


Gráfico I - Análise da PSE entre sedentários e fisicamente ativo para ambos os sexos.

Valores semelhantes nos níveis de PSE, foi notado entre homens independente do seu nível de atividade física. Maiores valores no nível da PSE foi percebido em mulheres destreinadas em relação às treinadas. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que mulheres praticantes de atividade física apresentam menores valores da PSE em relação as não praticantes. O mesmo efeito não foi verificado em homens que apresentaram seus valores semelhantes em relação à prática de atividade física.

BIBLIOGRAFIA: [1] ROBERTSON RJ, NOBLE BJ. Perception of Physical Exertion: Methods, Mediators, and Applications. *Exercise and Sport Sciences Reviews*, n. 25, p. 407-452, 1997. [2] WEINECK, J. **Treinamento Ideal**. São Paulo. Manole. 1999. [3] SHEPHARD, R.J. Par-q Canadian Home Fitness Test and exercise screening alternatives. *International Journal Sports Medicine*, v. 5, n. 3, p. 185-195, 1988.

Palavras-chave: Treinamento de força, Percepção subjetiva, Resistência.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 041

VARIAÇÕES DO CONSUMO MÁXIMO DE OXIGÊNIO POR POSIÇÃO EM ATLETAS DO SUB-17 DO TIME FUTEBOL
CLUBE ESPORTE DO PORTO DA CIDADE DE MURIAÉ-MG.

Mateus Ribeiro **SILVA** (IC – mateus_ribeiro01@outlook.com)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: O futebol é uma modalidade esportiva complexa caracterizada por esforços de grande intensidade e curta duração, que exige do jogador ou praticante o desenvolvimento de diversas capacidades físicas, motoras e psíquicas. **[1]** A capacidade do ser humano para realizar exercícios de média e longa duração, depende principalmente do metabolismo aeróbio. Para avaliar essa capacidade o modo mais utilizado, é o consumo máximo de oxigênio (VO_2max). **[2]** O trabalho específico sobre o sistema aeróbio de fornecimento de energia visa aumentar a aptidão cardiovascular do indivíduo, que é de extrema importância no trabalho de preparação física do atleta de futebol **[3]**. Além de diagnosticar a variável cardiorrespiratória, a avaliação do VO_2max é também utilizada para acompanhamento e prescrição do treinamento aeróbio em atletas. **[4]**. Visando as definições de consumo máximo de oxigênio esse trabalho tem como finalidade avaliar essa variável em atletas de uma equipe futebol da cidade de Muriaé-MG, especificando o teste por cada setor do campo de atuação do atleta/voluntário, defesa, meio-campo e ataque. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Participaram desse presente estudo 24 indivíduos jovens saudáveis com faixa etária de 16 a 17 anos, que foram divididos por área de atuação em campo no time, 8 indivíduos (DEFESA), 8 indivíduos (MEIO-CAMPO) e 8 indivíduos (ATAQUE). Foi usado como critério de inclusão para esse estudo os indivíduos estarem treinando frequentemente no time a 6 meses. Logo após foi aplicado o termo de livre consentimento aos participantes, constando que os resultados de seu teste seria usado nesse estudo. O teste utilizado para avaliar o consumo máximo de oxigênio (VO_2max) dos indivíduos foi o teste de Cooper de 12 minutos idealizado pelo médico e preparador físico norte-americano Kenneth H. Cooper em 1968. Os testes foram realizados no campo de treinamento do time Futebol Clube Esporte do Porto da cidade de Muriaé-MG onde treinam que tem a de 110 metros de comprimento e 75 metro de largura. Foram coletados também o peso e idade de cada participante a fim de avaliar o Índice de massa corporal (IMC = peso do indivíduo (massa) dividido pela a altura ao quadrado. Foi utilizado para marca o tempo cronometro Cronômetro Digital Mormaii MO09442/8L. Para a pesagem Balança Digital Eletrônica Gonew CB301 e Estadiômetro Portátil Personal Caprice Sanny para a altura. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 24 atletas com média de idade de ($16,5 \pm 0,51$ anos), de peso ($58,92 \pm 5,24$ kg), estatura ($1,71 \pm 0,07$ metros). O IMC, a distância percorrida e o VO_2max observou através da separação por setores do campo os seguintes resultados, defesa; IMC ($20,41 \pm 2,88$ kg/m²), distância percorrida ($1470,75 \pm 209,31$ metros), VO_2max ($21,48 \pm 4,65$ ml/kg·min), meio campo; IMC ($19,98 \pm 0,86$ kg/m²), distância percorrida ($1572,50 \pm 98,89$ metros), VO_2max ($23,74 \pm 2,20$ ml/kg·min), ataque; IMC ($19,28 \pm 1,83$ kg/m²) distância percorrida ($1612,75 \pm 90,46$ metros), VO_2max ($24,43 \pm 2,13$ ml/kg·min). **CONCLUSÃO:** Conclui-se observando os resultados, obtido pelo grupo experimental que a capacidade de VO_2max dividida por setores se manteve semelhante entre eles. **BIBLIOGRAFIA:** **[1]** Reilly T. Energetics of high-intensity exercise (soccer) with particular reference to fatigue. J Sports Sci 1997;15:257-63. **[2]** DENADA, Benedito Sérgio. Consumo máximo de oxigênio: fatores determinantes e limitantes. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 1, n. 1, p. 85-94, 1995. **[3]** Miller, T.A.; Thierry-Aguilera, R.; Congleton, J.J.; Amendola, A.A.; Clark, M.J.; Crouse, S.F.; Martin, S.M.; Jenkins, O.C. Seasonal changes in VO_2max among division 1A collegiate women soccer players. J.Strength Cond. Res. Vol. 21. Num. 1. 2007. p.48-51. **[4]** -Wilmore, J.; Costill, D. Fisiologia do Exercício. Manole. 2001.

Palavras-chave: Variações, Consumo máximo de oxigênio, Futebol.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 042

VARIAÇÕES FISIOLÓGICAS DO EXERCÍCIO EM INDIVÍDUOS PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.

Mateus Ribeiro **SILVA**(IC – mateus_ribeiro01@outlook.com)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: Em 1889 já se demonstrava que a PAS e a FC se elevavam durante e imediatamente após o trabalho muscular, em geral, essa elevação da PAS é acompanhada de redução ou nenhuma modificação na pressão arterial diastólica (PAD) [1]. O exercício físico, em si, é um comportamento que provoca importantes modificações no funcionamento do sistema cardiovascular e em seus mecanismos de ajustes autonômicos. [2]. Este estudo tem como objetivo avaliar a variação da pressão arterial (PA), frequência cardíaca (FC) em exercícios de resistência muscular localizada, em indivíduos fisicamente ativos e não ativos de ambos os sexos. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foram avaliados 20 indivíduos com faixa etária entre 18 a 35 anos, 10 do sexo feminino 5 ativas fisicamente e 5 sedentárias, e 10 do sexo masculino 5 ativos fisicamente e 5 sedentários. Dos ativos fisicamente foi usado como critério ser praticante de atividade física há pelo menos 6 meses. Para a realização da pesquisa foram utilizados: Balança de controle corporal “Balança de Bioimpedância” da marca OMRON, modelo HBF 514C, foi utilizado Monitor de Pressão Arterial Automático OMRON, modelo HEM-7200 para a coleta de dados de pressão arterial e frequência cardíaca e estadiômetro. O exercício proposto foi abdominal supra. Os dados foram analisados de forma descritiva, onde os avaliados foram submetidos ao estudo, logo após serem previamente esclarecidos sobre os propósitos da investigação e procedimentos aos quais seriam submetidos, com isso eles deveriam responder negativamente para todos os itens do Questionário de Prontidão para Atividade Física / PAR-Q [3]. Logo em seguida o indivíduo deveria ficar 5 minutos deitado com os braços e pernas esticados, em um ambiente tranquilo, para que fossem coletados os dados de PA, FC. E teria 1 minuto para executar o máximo de repetições de maneira qualitativa. Foi utilizada estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Para estatística inferencial foi utilizado teste Anova (one-way) seguido de post hoc de Bonferroni, sendo estabelecido o nível de significância de $p > 0,05$. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 10 indivíduos do sexo masculino com médias de idade de 26,7 anos, de peso ($73,72 \pm 8,7$ kg), estatura ($174,80 \pm 4,6$ cm) percentual de gordura de $16,64 \pm 0,6$. E 10 indivíduos do sexo Feminino com médias de idade de 26,7 anos, de peso ($60,66 \pm 6,6$ kg), estatura ($166,20 \pm 6,6$ cm) percentual de gordura de $28,86 \pm 3,3$. Os dados da variação das variáveis PAS, PAD e FC para os homens estão representados abaixo pelo gráfico I.

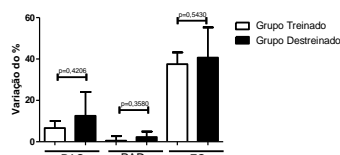


Gráfico I. Análise do % entre pré e pós das variáveis em homens.

Os dados da variação das variáveis PAS, PAD e FC para as mulheres estão representado abaixo pelo gráfico II.

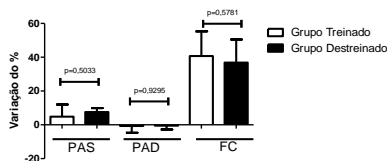


Gráfico II. Análise do % entre pré e pós das variáveis em mulheres.

CONCLUSÃO: Conclui-se que tanto para homens quanto mulheres, as variações fisiológicas se mostram semelhantes entre praticantes e não praticantes de atividade física. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COMESS, K. A.; FENSTER, P.E. Clinical implications of the blood pressure response to exercise. *Circulation*, n. 68, p. 233-244, 1981. [2] GALLO JR, L.; MACIEL, B. C.; MARIN NETO, J. A.; MARTINS, L. E. B. Sympathetic and parasympathetic changes in heart rate control during dynamic exercise induced by endurance training in man. *Brazilian Journal Medicine Biology Research*, n. 22, p. 631-643, 1989. [3] SHEPHARD, R. J. Par-q Canadian Home Fitness Test and exercise screening alternatives. *International Journal Sports Medicine*, v. 5, n. 3, p. 185-195, 1988.

Palavras-chave: Variações Fisiológicas, Treinamento de Força, Resistência

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 043
A EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DA SÍNDROME DE BOURNOT

CAMINHAS, V.F.M(1); MARTINS, R.R(2); FERREIRA, J. M.S.(3); SILVA, S. A.(4); SILVA, K. C. B.(5); SOUSA, D.P.B(6);

(1,2,3,4,5 graduandas do curso de enfermagem. 3 Docente especialista) Curso de Enfermagem – FAMINAS BH

APRESENTAÇÃO: Essa pesquisa investiga sobre a possibilidade da Síndrome de Burnout (SB) acometer acadêmicos de enfermagem que ainda não fazem parte do mercado ativo de trabalho, ou seja, não possuem as representações sociais provenientes ao pertencimento de uma categoria profissional. A SB é conceituada pela Organização Mundial de Saúde como resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso. Pode ser caracterizada de acordo com sintomas: sentimentos de exaustão; distanciamento mental do trabalho; sentimentos de negativismo relacionados ao próprio trabalho e redução da eficácia profissional. Segundo Ginasi e Oliveira, (2014); Nogueira *et al.* (2018), a SB é definida como a desarmonia entre as esferas somática, intelectual e emocional, processo progressivo de esgotamento emocional e diminuição de interesse profissional podendo levar a consequências complexas nas áreas pessoal, familiar e profissional. A SB é resultante de situações de trabalho desgastante e em excesso, que demandam muita responsabilidade. Compreendendo que o acadêmico de enfermagem, vivencia situações e ambientes semelhantes às experiências dos profissionais que atuam na prática profissional de enfermagem seja nas dimensões física e ou psicológica, percebe-se a relevância de pesquisas que contribuam para a expansão do entendimento sobre a SB e sobre as pessoas com possibilidade de serem acometidas por essa síndrome. **MÉTODO:** O presente estudo é parte dos resultados de um trabalho desenvolvido pela disciplina Trabalho Interdisciplinar Supervisionado do Curso de Enfermagem da FAMINAS – BH. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa com uma amostra de conveniência totalizando 45 sujeitos. O critério de inclusão para escolha do público alvo foi o aluno estar matriculado no curso de Enfermagem da FAMINAS e já ter cursado o quarto período. A técnica de expressão eleita foi o relato de experiência. Para fundamentação teórica, procedeu-se o levantamento bibliográfico de artigos científicos publicados no período de 2014 a 2018, nos idiomas português, inglês e espanhol. O instrumento de coleta de dados utilizado foram: entrevistas contendo a técnica de evocações livres, cuja análise se deu por meio do uso da construção de categorias por meio da associação e comparação dos relatos, classificando-os de acordo os discursos dos sujeitos investigados. Os objetivos foram: identificar se existem pessoas fora do mercado formal de trabalho acometidas pela SB; Contribuir para a divulgação do conceito, sinais e sintomas associados ao SB.; Prevenir o comprometimento da saúde mental de futuros profissionais por meio de ações educativas preventivas da SB. **DESENVOLVIMENTO:** Após o levantamento dos sujeitos disponíveis a participar da entrevista coletiva, os sujeitos se reuniram dentro do espaço acadêmico da FAMINAS – BH e vivenciaram uma experiência de psicodrama conduzido por um psicólogo master coach. Em um segundo momento, foi realizado uma oficina com a apresentação de conceitos científicos sobre SB, os tratamentos existentes com especial atenção para as ações educativas de prevenção da SB. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados apontaram que os sujeitos investigados se percebem como pessoas vulneráveis à Síndrome de Burnout sendo registrado relatos expressões como “esgotamento”, “estresse”, “cansaço”. A maior parte dos sujeitos se reconheceram com dois ou mais sintomas da SB. Importante contribuição desse estudo foi a constatação que cada indivíduo percebe as experiências no mundo acadêmico e profissional de forma singular e diversa. Sugere-se a realização de novos estudos que avaliem o papel do enfermeiro como promotor da saúde mental voltado para prevenção da SB promovendo ações educativas que auxiliem na manutenção da saúde dos profissionais desde a sua formação. **Bibliografia:** Gianasi, L.B.S.; Oliveira, D.C. A síndrome de burnout e suas representações entre profissionais de saúde. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, 2014. Nogueira LS, Sousa RMC, Guedes ES, Santos MA, Turrini RNT, Cruz DALM. Burnout and nursing work environment in public health institutions. *Rev Bras Enferm.* 2018.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout, Enfermagem, Estudantes Enfermagem

CBS 044
A IMPORTÂNCIA DA NOTIFICAÇÃO PARA MONITORIZAÇÃO, CONTROLE E TOMADA DE DECISÕES SOBRE A SÍFILIS EM PIRANGA-MG

Sebastião Ezequiel **VIEIRA** (PQ-ezequielvieira@hotmail.com) (PQ) ²

Pablo Henrique Leandro **CARVALHO**¹ (IC).

1. Discente em Enfermagem; 2. Professor Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS - 36.880-000 – Muriaé – MG

INTRODUÇÃO: No Brasil, nos últimos cinco anos foi observado um aumento constante no número de casos de sífilis em gestantes, congênita e adquirida. A Sífilis, doença infectocontagiosa que vem assolando o mundo com suas polêmicas a mais de 500 anos. É transmitida pela via sexual e verticalmente durante a gestação. Caracteriza-se por períodos de atividade e latência; pelo acometimento sistêmico disseminado e pela evolução para complicações graves em parte dos pacientes que não trataram ou que foram tratados inadequadamente [1]. A notificação é a comunicação, por profissional de saúde ou qualquer cidadão, feita à autoridade sanitária, de doença ou agravamento à saúde. Sua confiabilidade é dependente da capacidade dos profissionais de saúde diagnosticarem corretamente esses eventos. Para isso, eles devem ser capacitados e ter conhecimento das normas técnicas ou normatizações. A definição de caso é fundamental para a vigilância epidemiológica, possibilitando a identificação de indivíduos que apresentam um agravamento ou doença de interesse, de forma a padronizar critérios para o monitoramento das condições de saúde e para a descrição da ocorrência desse evento [2]. Podemos perceber na atual conjuntura mundial que a sífilis antes era uma doença desconhecida, hoje toma proporções endêmicas, levando assim a uma situação catastrófica entre a população. Além de afetar o maior grupo de risco que são os jovens, hoje a sífilis é um dos problemas na gestão pública de saúde. Este aumento na notificação pode ser atribuído, pela ampliação do uso de testes rápidos, redução do uso de preservativo, a não administração da penicilina na Atenção Básica, desabastecimento mundial de penicilina, entre outros. Além disso, o aprimoramento do sistema de vigilância pode se refletir no aumento de casos notificados, já que a notificação de sífilis passou a ser obrigatória a partir de 2017. **OBJETIVO:** Objetiva-se neste estudo analisar as notificações de casos de sífilis demonstrando através de gráficos e indicadores numéricos, podendo apresentar assim a importância da notificação para estabelecer estratégias de combate. **METODOLOGIA:** Para obter os resultados e respostas acerca do tema apresentado neste trabalho, realizou-se a análise de documentos indicadores do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN) [3]. Foram realizadas também buscas por artigos nos bancos de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) para melhor entendimento acerca do assunto. Os resultados obtidos foram interpretados, contabilizados e apresentados em forma de gráficos para apreciação acadêmica. **JUSTIFICATIVA:** A aplicação deste projeto tem como ideia demonstrar à sociedade a importância da notificação para monitorização, controle e tomadas de decisões sobre a doença. **RESULTADOS:** Com este estudo encontramos como resultado os efeitos da orientação do Ministério da Saúde quanto às notificações. Em 2015 quando não era obrigatória a notificação, tivemos 01 caso notificado; em 2016 foram 03 casos; já em 2017, após ser obrigatória a notificação, foram registrados 12 casos; 2018 notificaram 03 casos e em 2019, 02 casos até o momento da pesquisa. Totalizando assim 21 casos (100%) notificados de sífilis no município a partir de 2015. Sendo que 12 casos (57%) representam casos de Sífilis não especificadas e notificadas; 5 casos (14%) representam casos de Sífilis em Gestantes; e 04 casos (19%) representam casos de Sífilis Congênitas [4]. **CONCLUSÃO:** Com isso podemos observar a importância na iniciativa de se notificar, tornando isso significativo no índice de Sífilis no município, podendo assim traçar metas para promoção e prevenção. **REFERÊNCIAS:** 1. Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais; **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO MINEIRO – SÍFILIS**; Belo Horizonte; 2017; 2. MEGDA, João Diogo Libero, BONAFÉ, Simone Martins; **SUBNOTIFICAÇÃO DE DOENÇAS INFECCIOSAS COMO REALIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO**; Encontro de Iniciação Científica Unicesumar; Maringá; Paraná; 2013; 3. LAGUARDIA, Josué et al; **SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO EM SAÚDE (SINAN): DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE**. Epidemiol. Serv. Saúde [online]. 2004, vol.13, n3; 4. HADDAD, Marinéia L. e VENDRAMIM, José D; **COMPARAÇÃO DE PORCENTAGENS OBSERVADAS COM CASOS EXTREMOS DE 0 E 100%**; An. Soc. Entomol. Brasil; Dezembro 2000. **Palavras-chaves:** Sífilis; Incidência; Notificação;

CBS 045

A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA CONSULTA DE PRÉ NATAL NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

Karina Pereira da SILVA (IC -karina_cmd2@hotmail.com)¹, Elane Cristina Costa do NASCIMENTO¹, Marcelina Márcia Carneiro de MENDONÇA¹, Cristina Fernandes MACHADO¹, Vanderleia Pereira VIEIRA¹, Danúbia Mariane Barbosa JARDIM (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Faculdade de Minas –FAMINAS - BH - 31744-007- Belo Horizonte - MG.

APRESENTAÇÃO: No Brasil, a Atenção Primária em Saúde (APS) foi instituída com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, aproximando o usuário dos serviços de saúde. Desta forma a APS é intitulada como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), onde o paciente adquire o primeiro contato com as ações de prevenção e promoção da saúde, e se necessário o seu encaminhamento para serviços que ofertem maior complexidade tecnológica [1]. Desta forma, destaca-se o Decreto nº 944006/87 que dispõe sobre o exercício profissional da Enfermagem, e dá outras providências, e esclarece que o profissional enfermeiro é habilitado para realizar o pré-natal de baixo risco na rede básica de saúde, de acordo com o Ministério da Saúde (MS) [3]. Este profissional na APS recebe total autonomia para o acolhimento da gestante na 1ª consulta de pré natal e conforme as necessidades apresentadas estas consultas vão sendo intercaladas com o médico. Assim, este trabalho tem como objetivo descrever a importância do profissional enfermeiro na realização do pré-natal na atenção básica a saúde. **DESENVOLVIMENTO:** O processo metodológico em revisão integrativa, e percorreu criteriosamente as seguintes etapas: 1) seleção da questão de pesquisa: “Quais as contribuições do enfermeiro da APS para o acompanhamento da gestante no pré-natal de risco habitual?” 2) definição das características das pesquisas primárias da amostra; 3) seleção, por pares, das pesquisas que compuseram a amostra; 4) análise dos achados dos artigos incluídos na revisão; 5) interpretação dos resultados; e 6) apresentação de uma síntese crítica dos achados. A busca dos artigos ocorreu nas bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde. Utilizaram-se os Descritores em Ciências da Saúde: Gravidez, Atenção Primária à Saúde, Serviços de Planejamento Familiar, associados ao operador booleano “AND”. Estabeleceu-se como critérios de inclusão artigos disponíveis nos idiomas português e inglês, publicados no período de 2015 a 2019 que discorriam sobre o tema do estudo. Excluiu-se da pesquisa artigos fora do recorte temporal, duplicados, monografias e teses. **Desenvolvimento:** O compilado de artigos selecionados nesta revisão integrativa viabilizou a realização deste estudo evidenciado os seguintes aspectos acerca do papel do enfermeiro no pré-natal, na APS. A Portaria nº 569, de 01 de junho de 2001, estabeleceu o Programa de Humanização do Pré-natal e identificou a necessidade de aprimorar as ações já existentes no intuito fornecer a gestante melhor qualidade, acesso e acompanhamento do pré-natal e nascimento, bem como as demandas do recém-nascido [2]. Assim, o pré-natal é um momento fundamental de preparação da mulher para se tornar mãe e torna-se possível o acompanhamento do desenvolvimento da gestação e das condições de saúde da mãe e do bebê. Conforme supracitado, a Lei habilita o profissional enfermeiro para realização do pré-natal, no entanto para que a assistência seja realizada com qualidade faz-se necessário que este profissional possua conhecimento técnico científico adequado para execução das ações e as demandas que o ciclo gravídico- puerperal apresenta [4]. O papel desempenhado pelo enfermeiro envolve a identificação precoce de intercorrências além do monitoramento de gestantes que se encontram em situações de riscos e que podem acometer o bem estar do binômio mãe e filho [5]. Além de fornecer orientações quanto as principais condutas e rotinas que farão parte da vida da gestante a partir desse momento, tais como: consultas, exames, alimentação, mudança hormonal e mudança de humor, desta forma as ações do profissional precisam ser assertivas resguardando-se de qualquer negligência, imprudência e imperícia [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conforme as considerações supracitadas, o enfermeiro é um profissional capacitado para atender as demandas gravídicas desde o momento da descoberta da gestão até o puerpério e desenvolvimento da criança, uma vez que este atua na identificação dos principais agravos que comprometam a saúde da mãe e do bebê. Assim, este profissional é capacitado para realizar consultas de pré-natal de risco habitual, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de humanização do parto e nascimento. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnab>. Acesso em: 06 de Mar.2019. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Humanização do Parto: Humanização no Pré-natal e Nascimento**. 43. ed. Brasília-df: Ms, 2002. 28 p. (C). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019. [3] BRASIL. Constituição (1987). Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987. Decreto N 94.406/87: Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Seção 1, p. 8.853-8.855. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html. Acesso em: 23 abr. 2017. [4] CUNHA, M. A.; MAMEDE, M. V.; DOTTO, L. M. G.; MAMEDE, F. V. Assistência pré-natal: competências essenciais desempenhadas por enfermeiros. Revista de Enfermagem, Rio Branco, v. 13, n. 1, p. 146-153, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452009000100020>. Acesso em: out. 2015. [5] DIAS, E. G.; SANTO, F. G. E.; SANTOS, I. G. R.; ALVES, J. C. S.; SANTOS, T. M. F. Percepção das gestantes quanto a importância das ações educativas promovida pelo enfermeiro no pré-natal em um unidade básica de saúde. Revista Eletrônica Gestão & Saúde. v. 6, n. 3, p. 2695-10. 2015a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18673/gsv6i3.22431>. Acesso em: 23 ago. 2019.

Palavras-chave: Atenção Primária, Enfermeiro, Pré-natal.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 046

**A VIVÊNCIA NO CURSO DE EXTENSÃO SENTIDOS DO NASCER POR DISCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM:
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Karina Pereira da **SILVA**¹ (IC -karina_cmd2@hotmail.com)¹, Fernando Ferreira **DIAS**¹, Elane Cristina Costa do **NASCIMENTO**¹, Cristina Fernandes **MACHADO**¹, Vanderleia Pereira **VIEIRA**¹, Danúbia Mariane Barbosa **JARDIM**(PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 - Belo Horizonte - MG.

APRESENTAÇÃO: A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza-se que apenas 15% dos partos realizados sejam procedimentos do tipo cesarianas, e a maioria dos países desenvolvidos respeitam esta orientação de saúde. No entanto o Brasil apresenta 56% de partos cesarianas, garantindo assim o posto de liderança na América Latina [2]. Desta forma, o Ministério da Saúde (MS) por meio da Portaria nº 306, de 28 de março de 2016, aprova as Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação cesariana, que contribui diretamente para diminuição da mortalidade materna e perinatal associada a esse procedimento [1]. Contudo, cabe ressaltar que esta não é uma realidade no país, visto que se torna cada vez mais comum a utilização desta cirurgia sem justificativa médica que possam esclarecer altas taxas observadas em nosso país. Nesse sentido, destaca-se a Exposição Sentidos do Nascer, que se tornou um importante veículo de mobilização para desconstrução da percepção dolorosa e assustadora que a mulher adota acerca do parto normal por desconhecer o evento ou por conhecer experiências falidas de pessoas próximas. A informação advinda para experiência pode contribuir também na redução dos índices de cesariana desnecessária pela conscientização da mulher. Este trabalho tem como objetivo descrever a experiência dos acadêmicos de enfermagem vinculados à Faculdade de Minas (FAMINAS-BH), e Universidade Federal de Minas Gerais no curso de Extensão promovido pela Exposição Sentidos do Nascer. **DESENVOLVIMENTO:** O processo metodológico consiste em um estudo descritivo, do tipo relato de experiência no âmbito da participação no Curso de extensão da Exposição Sentidos do Nascer no ano de 2019, no Parque das Mangabeiras em Belo Horizonte, Minas Gerais, com ênfase nos princípios éticos e legais, assim como na evidência científica acerca do parto normal. A participação dos discentes no curso de extensão sentidos do nascer contribuiu de forma significativa para esclarecimento da temática sobre o parto normal, e também para fixação do conteúdo transmitido em classe na disciplina Saúde da Mulher/Obstetrícia. Durante a realização do curso os participantes são levados a desenvolver e produzir vários momentos de reflexão ao que concerne o processo de nascimento. Estes são indagados quanto à importância de se conhecer os benefícios do parto normal para o desenvolvimento fetal e recuperação materna, além de desmistificar percepções construídas pelo senso comum, o que auxiliará para consolidação do conhecimento enquanto futuros profissionais, e também para o fornecimento de orientações para gestantes que receberão sua assistência e comunidade. Desta forma, cabe ressaltar que essa experiência proporciona aos discentes o desenvolver de habilidades e competências necessárias para atuação como monitora neste curso, bem como para ser formador de opiniões e desconstrução de culturas já implantadas no seio da sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, torna-se notória a importância do curso promovido pela Exposição Sentidos do Nascer como ferramenta de disseminação da informação sobre o parto vaginal, mobilização social e acadêmica para acréscimo no debate pela melhoria e humanização do atendimento perinatal no sistema de saúde local e a nível nacional. Além de evidenciar os malefícios da cirurgia cesariana quando esta é realizada de forma banalizada para atender a preceitos estéticos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Portaria N 306, de 28 de março de 2016:** Aprova as Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação cesariana.. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/31/MINUTA-de-Portaria-SAS-Cesariana-03-03-2016.pdf>>. Acesso em: 12 ago 2019. [2] BRASIL, Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção à Gestante:** a operação Cesariana. Brasília-df: Conitec. 2015. 101 p. (Relatório de recomendações). Disponível em: <http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2015/Relatorio_PCDCesariana_CP.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

Palavras-chave: Saúde da mulher, Obstetrícia, Parto humanizado.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 047

AÇÃO SOCIOEDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO E PREVENÇÃO AO CÂNCER: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renato Policarpo da **SILVA** (IC – renatopolicarpo1@gmail.com)¹, Priscila Hoffmann **SOARES** (IC)¹, Raquel Santos Coelho **BARBOSA** (IC)¹, Gleicielly Pereira **LOPES** (IC)¹, Bruno da Silva **CORREIA** (IC)¹, Rodrigo **SILVA** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professor Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG. **INTRODUÇÃO:** O Câncer (CA) é uma doença crônico-degenerativa, decorrente do crescimento desordenado de células que invadem tecidos e órgãos. Enquanto grande parte das células sadias cresce, multiplica-se e passa pelo processo de apoptose celular de forma ordenada, as células cancerosas, por sua vez, não morrem, crescem continuamente e multiplicam-se rapidamente, acumulando novas células que se diferem das que compõem o tecido saudável. Além disso, possuem capacidade de realizar angiogênese e migrar para outras regiões do corpo, processo esse denominado de metástase¹. A incidência do câncer aumentou consideravelmente em todo o mundo, constituindo-se em um alarmante problema de saúde pública, causando impactos principalmente em países de média e baixa renda². Mais de 12 milhões de pessoas no mundo são diagnosticadas anualmente com CA. Se medidas efetivas não forem tomadas, estima-se que haverá 26 milhões de casos novos e 17 milhões de mortes por ano no mundo em 2030, sendo 2/3 das vítimas residentes de países subdesenvolvidos¹. Estudos mostram que a maioria dos CAs podem ser prevenidos com mudanças dos hábitos de vida, pois, apesar das causas internas e externas estarem inter-relacionadas, os fatores ambientais são responsáveis pelo surgimento da doença em 80% a 90% dos casos¹. Nessa perspectiva, torna-se indispensável a adoção de estratégias que possam minimizar o número de pessoas acometidas por essa enfermidade, destacando a prevenção como principal medida a ser tomada. Esse trabalho tem como objetivo descrever uma ação socioeducativa realizada por acadêmicos de enfermagem em uma escola com alunos do terceiro ano do ensino médio abordando ações de prevenção ao câncer. **MATERIAL E MÉTODOS:** O trabalho foi realizado em uma escola pública de Belo Horizonte – MG, com estudantes do terceiro ano do ensino médio. Utilizou-se de recursos audiovisuais, questionários e jogo interativo para execução das atividades. Após a autorização por escrito da diretora da escola e dos pais dos alunos menores de idade, foi realizada uma reunião no local para apresentar o projeto a duas professoras da instituição que lecionam a disciplina de biologia, para as quais foi enviado o conteúdo das atividades a serem realizadas a fim de obter o devido consentimento. A primeira etapa consistiu na mensuração do conhecimento dos alunos sobre o câncer através de um questionário contendo 10 perguntas objetivas. A segunda etapa contou com uma apresentação de aproximadamente uma hora, abordando a temática do estudo, por meio de retroprojetor. Em seguida os alunos foram divididos em duas equipes para uma competição, onde era projetada uma afirmativa e eles tinham que responder sobre sua veracidade. Ao final, a equipe que acertasse o maior número de afirmativas receberia uma premiação. Logo após o jogo, foi passado o segundo questionário contendo as mesmas questões do primeiro, com intuito de mensurar o conhecimento adquirido pelos participantes durante as atividades. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao todo participaram da ação 45 estudantes, sendo 27 do sexo feminino e 18 do sexo masculino. Após a aplicação do primeiro questionário foram obtidos os seguintes resultados: apenas 2 alunos acertaram todas as questões atingindo 100% de aproveitamento, 18 conseguiram 70% de acertos, 12 - 60%, 7 - 50%, 3 - 40% e outros 3 alunos acertaram 30% do questionário. A média global de rendimento dos alunos resultou em um aproveitamento de 61%. Na análise dos dados da segunda etapa constatou-se os seguintes resultados: dos 45 alunos que responderam o questionário pós-ação, 27 acertaram todas as 10 perguntas, contabilizando 100% de aproveitamento, 10 alcançaram 90% de acertos, 6 - 80% e 2 - 70%. A média global de rendimento dos alunos na segunda etapa resultou em um aproveitamento de 94%. Observa-se um aumento significativo no aproveitamento dos alunos no pós-teste em comparação ao pré-teste, demonstrando que as atividades desenvolvidas contribuíram para uma maior compreensão dos estudantes sobre CA. **CONCLUSÃO:** Considerando os dados supracitados, nota-se a importância das ações socioeducativas como forma de estimular o aprendizado dos alunos sobre temas de relevância atual que envolva a saúde pública, principalmente ao envolvê-los através de metodologias ativas de ensino. Sugere-se que as atividades realizadas durante a ação contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do conhecimento dos estudantes quanto aos fatores de risco e formas de prevenção do câncer. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). **Estimativa | 2018 Incidência de Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ INCA 2018. [2] BRASIL. Instituto Nacional de Câncer. **Câncer de colo de útero. Estimativa 2014: Incidência de Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA; 2014.

Palavras-chave: Câncer, saúde pública, incidência

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

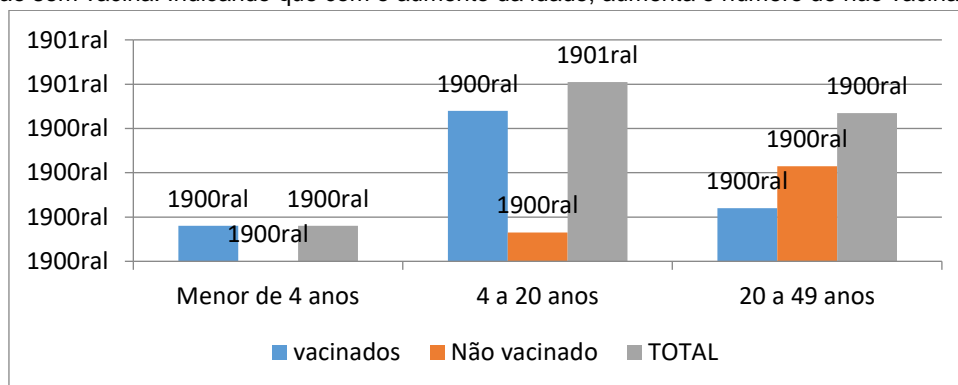
CBS 048

ANÁLISE DE CARTÕES ESPELHOS DA VACINA TRÍPLICE VIRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE-MG

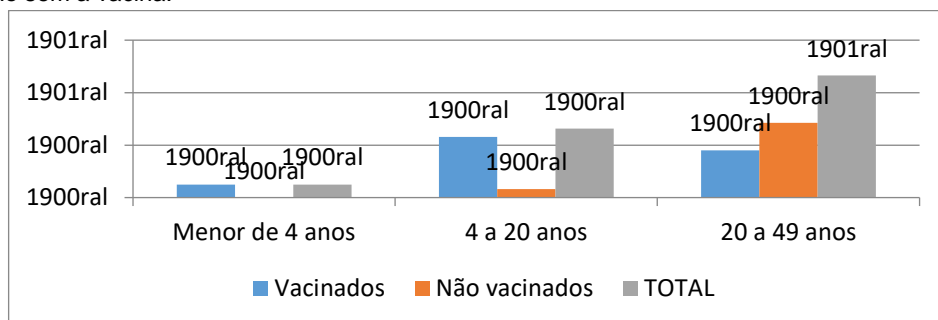
Jackson Ferrari **ANGELO** (IC –jacksonferrariangelo@hotmail.com)¹; Edmundo Júnior **BENTO**¹; Juliana Camargo de Melo **Pena** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O sarampo é uma doença infecciosa aguda, extremamente contagiosa, transmitida pelo contato com secreções nasofaríngeas emitidas por pessoas infectadas durante quatro dias antes e até quatro dias após o aparecimento do exantema[1]. Os sintomas iniciais apresentados pelo doente são: febre acompanhada de tosse persistente, irritação ocular, coriza e congestão nasal e mal estar intenso[2]. A primeira dose da vacina tríplice viral deve ser ministrada aos 12 meses de idade. Aos 15 meses, uma dose da vacina tetraviral que corresponde à segunda dose da vacina tríplice e uma dose da varicela. De cinco até os 29 anos de idade, duas doses com a vacina tríplice viral. De 30 a 49 anos de idade devem receber uma dose[2]. O objetivo desta pesquisa é identificar o número de pessoas vacinadas e não vacinadas de febre amarela no município São Sebastião da Vargem Alegre – Minas Gerais. **MATERIAL E MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo cujos dados foram coletados na sala de vacina através de cartão espelho de vacina da Unidade Básica de Saúde, em São Sebastião da Vargem Alegre – Minas Gerais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados 1598 cartões espelhos de ambos os sexos. No gráfico abaixo o perfil de sexo masculino de 0 a 4 anos obteve 100% de cobertura vacinal. Na amostra de 4 a 20 anos de 405, 65 não estão vacinados. Já os de 20 a 49 anos em 335 cartões, 215 estão sem vacina. Indicando que com o aumento da idade, aumenta o número de não vacinados.



No gráfico abaixo apresenta-se o perfil epidemiológico do sexo feminino. Na faixa etária de 0 a 4 anos 100% verificou-se de vacinação contra o sarampo. Entre 4 e 20 dos 263 cartões 32 não tomaram a vacina. No grupo de 20 a 60 anos em 465 cartões, 285 estão sem a vacina.



CONCLUSÃO: No município de São Sebastião da Vargem Alegre-MG, os dados mostram que a cobertura vacinal apresenta-se com maior eficácia na população até 20 anos. Estes resultados reforçam a necessidade de intensificar os programas de imunização visando a melhoria da qualidade de vida da população do município. **BIBLIOGRÁFICAS:** [1] SOCIEDADE Brasileira de Infectologista. Disponível em: <<http://www.infectologia.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

[2] FIOCRUZ (RIO DE JANEIRO); GABRIELLA PONTE. **Orientações para vacinação contra sarampo.** rio de janeiro, 16 jul. 2018. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/orientacoes-para-vacinacao-contra-sarampo>. Acesso em: 25 ago. 2019.

Palavras-chave: vacinação, sarampo, cartão de vacina.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

CBS 049

ATENDIMENTO A CASOS DE SUSPEITA DE DENGUE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Letícia Pereira da Silva **BARBOSA** (IC – leticia_silva001@hotmail.com)¹, Grazielle **BARBOSA** (IC)¹, Nicolly Dilaylla Souza **CESARIO** (IC)¹, Raquel Santos Coelho **BARBOSA** (IC)¹, Renato Policarpo da **SILVA** (IC)¹, Danúbia Mariane **JARDIM** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG.

INTRODUÇÃO: A dengue é uma doença infecciosa febril aguda transmitida através da picada do mosquito *Aedes aegypti* fêmea infectado¹. Devido aos altos níveis de morbidade e riscos de mortalidade da doença, a dengue é considerada como um dos principais desafios em saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde, o número de casos prováveis de dengue no Brasil em janeiro de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, registrou um aumento de 149%, passando de 21.992 para 54.777 casos prováveis da doença³. Em Belo Horizonte, até a semana epidemiológica de 12 a 20 de maio de 2019, a Prefeitura Municipal identificou 10.400 casos confirmados somente na Regional Norte. Mediante a esse cenário, observa-se a necessidade da implementação de novas estratégias no enfrentamento da dengue junto à população. O objetivo desse trabalho é descrever um relato de experiência das ações realizadas por acadêmicos do curso de enfermagem durante o estágio curricular na Atenção Primária de Saúde no atendimento a casos de suspeita de dengue. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo de análise quantitativa realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada em Belo Horizonte - MG. As intervenções ocorreram no período de Abril a Junho de 2019. Os acadêmicos elaboraram um fluxograma juntamente com a gestão da UBS para o atendimento específico aos indivíduos com quadro clínico sugestivo de dengue. Ao aguardarem o atendimento na sala de espera, os pacientes assistiam a palestras sobre a dengue com a exposição de cartazes informativos sobre a doença. Após anamnese, aferição dos dados vitais e exame físico, os pacientes eram submetidos ao Termo de Consentimento e ao questionário para coleta de dados contendo questões específicas da dengue e aos sintomas apresentados no momento. Adotou-se como critérios de inclusão: idade acima de 18 anos, presença de sintomas sugestivos de dengue e consentimento em participar do estudo. Excluiu-se os indivíduos com sintomas atípicos ou atenuados. Os dados obtidos foram registrados e analisados através de uma planilha do Excel. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 45 indivíduos na faixa etária de 21 a 56 anos de idade, dos quais 39% eram homens e 61% mulheres. Desses, 91% apresentaram sintomas de febre, artralgia e cefaleia, 11% possuíam um dos sinais de alarme, como sangramento em mucosas ou dor abdominal intensa. Uma das questões que mais repercutiu na análise dos acadêmicos foi o conhecimento dos participantes aos sinais de alarme: 84% relataram como sinal de alarme somente a presença de algum tipo de sangramento e, 56% além da opção anterior, acrescentaram a hipotensão e/ou síncope. Referente aos conhecimentos específicos sobre a doença, 70% relataram sua transmissão em decorrência da picada do mosquito fêmea infectado. Todos os participantes alegaram conhecimento sobre meios de prevenção da dengue, porém, apenas 53% realizavam a fiscalização desses métodos em sua moradia semanalmente, 31% quinzenalmente e 16% mensalmente, revelando um descuido por parte da população na adoção de medidas de combate à dengue. **CONCLUSÃO:** Dessa forma, nota-se a necessidade e a importância de atendimentos diferenciados voltados para a população, visto que os métodos preventivos e de educação em saúde são os principais meios de reduzir a incidência da dengue no município. Muitos usuários desconhecem os sinais de alarme, fator esse preocupante, uma vez que aumentam a possibilidade de agravamento da doença e sua mortalidade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz. **Dengue Zika e Chikungunya: entenda as diferenças**. Publicado em 14 de dez. de 2015. [2] COSTA, I. M. P.; CALADO, D. C. Incidência dos casos de dengue (2007-2013) e distribuição sazonal de culicídeos (2012-2013) em Barreiras, Bahia. **Epidemiol. Serv. Saúde**. v. 25, n. 4, Brasília Oct./Dec. 2016. [3] BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de políticas de saúde. Ministério da Saúde alerta para aumento de 149% dos casos de dengue no país. Brasília: MS, 2019.

Palavras-chave: Doenças infecciosas; dengue, enfermagem.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde
Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 050

AValiação DO CONHECIMENTO DOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A LAVAGEM DAS MÃOS SEGUNDO O PROTOCOLO DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS EM UM PRONTO ATENDIMENTO DE BELO HORIZONTE.

Gleicielly Pereira **LOPES** (IC – gleicielly-lobes@hotmail.com)¹, Alessandra Sodré de **OLIVEIRA** (IC)¹, Amanda Viegas **TAMEIRÃO** (IC)¹, Aline Silva **SUDRÉ** (IC)¹, Andréa Ferreira **BARBOSA** (IC)¹ e Rodrigo **SILVA** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem 2. Professor

Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte – MG.

INTRODUÇÃO: A higieniza o das mãos e uma medida eficaz para a preven o e controle das infec es relacionadas   assistência a saúde (IRAS) que vem sendo adquiridas durante a assistência prestada ao paciente. Acredita-se que em nosso país de 3 a 15% dos pacientes hospitalizados acabam tendo (IRAS) e dentre esses até 12% morrem em consequência disso. A contamina o pode ocorrer até por contato com os equipamentos que estão ao redor do paciente. [1] De acordo com estudos realizados em um hospital público, de 1316 casos identificados como oportunidade de lavagens das mãos 390 (29,6%) a adesão ocorreu nos bloco cirúrgico, 319 (24,2%) na clínica médica, 215 (16,3%) na UTI cirúrgica, 211 (16,0%) na Terapia Intensiva e 181 (13,8%) no pronto Atendimento. Pode-se observar que a menor aderência foi no Pronto Atendimento, que   preocupante, por ser um setor que funciona como porta de entrada do hospital, onde passa vários pacientes com diversas patologias que ainda não foram identificadas, e que, na maioria das vezes, são encaminhados de outras institui es com quadro infeccioso por agentes desconhecidos. [2] Todo profissional da saúde deve ter conhecimento do protocolo e assim colocar em prática, cabendo às institui es monitorar, reciclar, treinar de forma per dica para lembrar aos colaboradores da eficácia deste processo, visando   segurança do paciente e de quem presta a assistência. Esse trabalho teve como objetivo avaliar o conhecimento dos técnicos de enfermagem sobre a importância da lavagem das mãos no Pronto Atendimento. **MATERIAL E METODOS:** Trata-se de um estudo descritivo e exploratório de caráter qualitativo, realizado em um Pronto Atendimento de hospital privado, localizado na região norte de Belo horizonte- MG. O delineamento deste estudo constituiu em uma coleta de dados através da observa o do setor, com o objetivo de levantar possíveis fragilidades existentes. Os critérios de inclusão para a constru o da aço foram: aplica o das fragilidades nas ferramentas de gestão como: matriz GUT, diagrama de Ishikawa e o 5W2H, elabora o do projeto do estudo, participa o dos técnicos de enfermagem. Foi aplicado uma didática em uma sala do PA, contendo uma roleta com 8 perguntas, além do pré-teste e pós-teste relacionadas ao protocolo de higieniza o das mãos elaborado pelos pesquisadores. **RESULTADO:** Ao todo participaram da aço 26 profissionais de enfermagem, sendo 13 de cada plantão noturno, tendo 100% da amostra. De acordo com o pré-teste na questão n  1 “Qual e o tempo correto para as lavagens das mãos”? 90 % responderam a alternativa correta. Na questão n  2 “Quando devemos higienizar as mãos com sabonete líquido?”, 70% responderam a alternativa correta. Questão n  3 “Qual bactéria   resistente ao álcool?”, 40 % responderam a alternativa correta. Questão n  4 “Segundo a NR-32, item 32.2.4.3.2 o uso das luvas substitui a lavagem das mãos?”, 80% responderam a alternativa correta. Questão n  5 “O intuito das lavagens das mãos tem qual finalidade?”, 60% responderam a alternativa correta. **DISCUSSÃO:** Observamos que os participantes tiveram certa dificuldade para responder a questão de n  4, “Qual bactéria e resistente ao álcool?” no qual obteve apenas 40% de acerto, mesmo tendo livre acesso ao protocolo de higieniza o das mãos e participarem de vários treinamentos ofertados pela institui o. O que chamou a aten o dos pesquisadores do trabalho foi   aderência dos profissionais a lavagens das mãos após uma observa o no dia seguinte, além dos feedbacks dados pelos enfermeiros do setor sobre a eficácia da aço no processo do cuidado ao paciente. **CONCLUSÃO:** Em vista dos argumentos apresentados, entende-se que o conhecimento do protocolo de higieniza o das mãos pelos profissionais de enfermagem   de suma importância para que se preste uma assistência qualificada e humanizada, com menos propor o de danos causados ao paciente durante o processo de cuidado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ANACLETO, A. S. C. B.; PETERLINI, M. A. S.; PEDREIRA, M. L. G. Higieniza o das mãos como prática do cuidar: reflexão acerca da responsabilidade profissional, **Rev Bras Enferm** [Internet]. 2017 mar-abr; 70(2): 461-4 [2] FELIX, C. C.; KAZUE, A. M. A adesão   técnica de lavagens das mãos por alunos de um curso de Gradua o em enfermagem, **Rev Esc Enferm USP** 2009; 43(1):139-45.

Palavra-chave: Higieniza o das mãos, enfermagem.

 rea do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde
 rea do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0- Enfermagem

CBS 051

CAPACITAÇÃO DE ENFERMEIROS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renato Policarpo da **SILVA** (IC – renatopolicarpo1@gmail.com)¹, Fernanda Alves dos Santos **CARREGAL** (IC)¹,
Letícia Pereira da Silva **BARBOSA** (IC)¹, Gleicielly Pereira **LOPES** (IC)¹, Danúbia Mariane **JARDIM** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG.

APRESENTAÇÃO: O trabalho em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) requer a capacitação profissional do enfermeiro para exercer atividades de maior complexidade, sendo necessário o domínio do conhecimento científico e habilidades para a tomada de decisão prudente e a condução da assistência segura ao paciente crítico. Desse modo, torna-se imprescindível a qualificação e atualização dos conhecimentos para o aperfeiçoamento da prática, visando à qualidade contínua do processo do cuidado oferecido em UTI [1]. Este estudo teve como objetivo relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de enfermagem no processo de capacitação de profissionais realizada em uma Unidade de Terapia Intensiva Adulto. Trata-se de um relato de experiência que tem como foco a realização de ações de capacitação da equipe de enfermagem da Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital de grande porte da região metropolitana de Belo Horizonte. As ações educativas foram realizadas nos meses de Agosto a Outubro no ano de 2018 por acadêmicos de enfermagem do 08º período durante as atividades práticas em campo de estágio. **DESENVOLVIMENTO:** O plano de ação foi dividido em três etapas previamente estabelecidas, sendo previsto a avaliação do nível de conhecimento dos participantes antes e depois das intervenções (pré e pós-teste). Na primeira etapa houve a observação criteriosa do processo de trabalho da equipe de enfermagem do serviço de terapia intensiva adulto, conhecendo-se as fragilidades do cuidado prestado ao paciente crítico. Na segunda etapa o grupo de acadêmicos de enfermagem aplicou a Matriz GUT, ferramenta de auxílio para a priorização da resolução de problemas, a partir de sua gravidade, urgência e tendência [2]. Sendo definidas como temáticas prioritárias as boas práticas de manutenção e curativo de *cateter venoso central* (CVC). A terceira etapa consistiu na implantação de ações educativas participativas e *dialógicas*, visando o engajamento profissional para o alcance da qualidade da assistência prestada ao paciente crítico. Obteve-se o feedback *positivo* após as *ações educativas* e a aplicação dos *pós-testes* apontaram uma diferença significativa no nível de conhecimento dos enfermeiros que participaram das ações antes e após. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A vivência dos acadêmicos de enfermagem no cenário hospitalar possibilitou a conexão do conhecimento teórico com a prática, foi possível desenvolver as competências de liderança e de *educador* em saúde na condução das ações de capacitação profissional. Além disso, a partir da experiência adquirida os acadêmicos de enfermagem reconheceram a importância da identificação das fragilidades do cuidado ofertado pela equipe, sendo necessária a elaboração de estratégias educativas que visem à melhoria da assistência aos pacientes internados em unidade de terapia intensiva.

BIBLIOGRAFIA: [1] BACKES, M. T. S.; ERDMANN A. L.; BÜSCHER, A. O ambiente vivo, dinâmico e complexo de cuidados em Unidade de Terapia Intensiva. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v.23,n.3,p.411-418,2015. [2] FÁVERI, R.; SILVA A. D. Método GUT aplicado à gestão de risco de desastres: uma ferramenta de auxílio para hierarquização de riscos. *Revista ordem pública e defesa social*, v. 9, n. 1, p.93-107,2016.

Palavras-chave: Enfermagem, Cuidado de enfermagem, Unidade de terapia intensiva.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

CBS 052

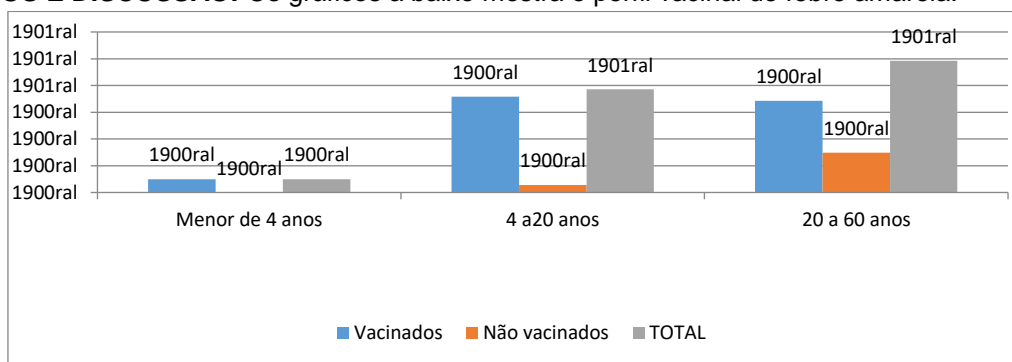
PERFIL DA COBERTURA VACINAL DA FEBRE AMARELA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE - MINAS GERAIS

Edmundo Junior **BENTO** (IC –Edmundo.juniorssva@gmail.com)¹; Jackson Ferrari **ANGELO**¹; Juliana Camargo de Melo **Pen**a (PQ)²

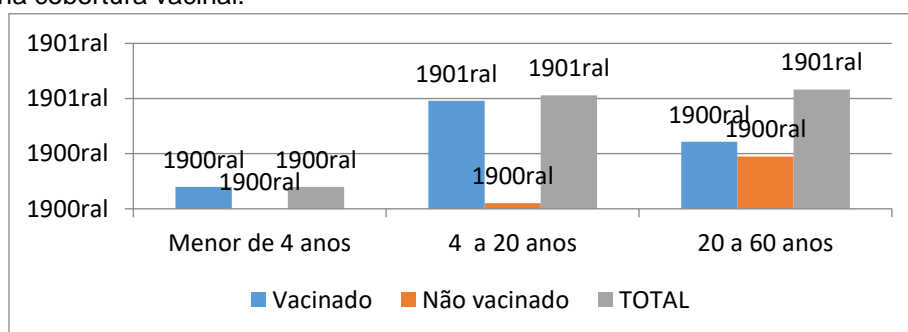
1. Curso de Enfermagem; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: cobertura, vacina, febre amarela.

INTRODUÇÃO: A febre amarela é uma doença infecciosa não contagiosa, causada por um vírus do gênero *Flavivirus* da família *Flaviviridae*. sendo uma arbovirose (doença transmitida por artrópode), sendo uma causa importante de morbidade e alta letalidade. Em aproximadamente 90%, o quadro clínico é assintomático ou oligossintomático. Pode ser assintomática, leve, moderada, grave e maligna, com letalidade entre 5% a 10 [1]. Precisam se imunizar crianças a partir de nove meses e adultos até 59 anos, com apenas uma dose da vacina.[2]. O objetivo desta pesquisa é identificar o numero de pessoas vacinadas e não vacinadas de febre amarela no município de São Sebastião da Vargem Alegre – Minas Gerais. **MATERIAL E MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo cujos dados foram coletados na sala de vacina através de cartão espelho da vacina na Unidade Básica de Saúde, em São Sebastião da Vargem Alegre – Minas Gerais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os gráficos a baixo mostra o perfil vacinal de febre amarela:



No gráfico acima apresenta o perfil do sexo feminino na vacinação de febre amarela, obtendo na idade de 0 a 4 anos 100% de cobertura vacinal. De 4 a 20 anos dos 386 cartões 28 apresenta sem a vacina de febre amarela. Já nos de 20 a 60 anos que são 492 cartões, 149 estão sem vacina, mostrando que com aumento da idade tem uma diminuição na cobertura vacinal.



No gráfico acima, demonstra a cobertura do sexo masculino com 100% de cobertura da vacinação da febre amarela na faixa etária de 0 a 4 anos. De 4 a 20 de 412 cartões, 20 não tem registro da vacina, já no de 20 a 60 anos apresenta 433 cartões, tendo 190 sem a vacina. **CONCLUSÃO:** Este trabalho contribui para o entendimento do processo saúde doença, sabendo que a vacina contra febre amarela é a medida mais importante para prevenção e controle da doença. Acredita-se que este trabalho possa estimular pesquisas relacionadas ao tema e proporcionar ao município atrasar estratégias para aumentar sua cobertura vacinal de acordo com resultados apresentado. **Referencias BIBLIOGRÁFICAS:** [1] SOCIEDADE Brasileira de Infectologista. Disponível em: <http://www.infectologia.org.br>. Acesso em: 18 ago. 2019.[2] FIOCRUZ. Disponível em:

<<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/ministerio-da-saude-adota-dose-unica-da-vacina-contra-febre-amarela>>.
Acesso em: 18 ago. 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

CBS 053

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA CRIANÇAS: ESTRATÉGIA DE COMBATE A DENGUE

GERALDO JUNIO ABREU(IC)¹·NATÁLIA ALVES DE CARVALHO(IC)¹·INGRID SOARES CALDEIRA DA (IC), PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA(IC)¹·FABIANE VIEIRA SOARES(IC)¹·GLEISY KELLY NEVES GONÇALVES PQ)²

1. Graduando do curso de Enfermagem; 2. Professora OrientadorA Centro Universitário FAMINAS – FAMINAS -BH - 31744-007 - Belo Horizonte-MG

INTRODUÇÃO: A Dengue é uma infecção febril aguda de etiologia viral, transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Aedes aegypti*. Nos países tropicais, é um grande problema de saúde pública, onde as circunstâncias socioambientais ajudam na propagação e na multiplicação do vetor [1]. Além da importância dos serviços de zoonose, a participação ativa dos cidadãos é indispensável para o controle da doença. Dentre estes, as crianças são importantes disseminadoras de informação intradomiciliar [2,3]. Este estudo teve como objetivo realizar uma intervenção com foco na educação em saúde com os alunos do ensino fundamental, avaliando o impacto de tal intervenção sobre os achados prévios nesse grupo de indivíduos.

MATERIAL E MÉTODOS: O projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAMINAS e aprovado sob o número CAAE: 13119119.8.0000.5105 (Muriaé, 29 de Maio de 2019). A amostra consistiu de 164 alunos da 2ª à 5ª série de ambos os sexos (feminino e masculino), com faixa etária de 7 a 10 anos de idade, em uma escola do ensino fundamental da região nordeste de BH. Inicialmente foi realizado um pré-teste sobre a Dengue. Esse pré-teste consistiu de 8 (oito) questões sobre o tema para avaliar o nível de conhecimento que os estudantes tinham sobre a dengue. Em cada questão do teste continha uma classificação do grau de dificuldade, sendo de nível fácil, médio e difícil. Cada aluno iria assinalar na questão a sua percepção de dificuldade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: No pré-teste, os acertos variaram de 7 a 95% e erros de 5 a 93%; em sua maioria, os alunos classificaram todas as questões como fáceis, oscilando entre 57% a 90% do total da amostra. Baseado no pré-teste, foram desenvolvidas intervenções na escola, de forma lúdica, através de gincanas, atividades educativas para ampliar o conhecimento e brindes, que incentivavam o envolvimento das atividades. Esta estratégia resultou em uma melhora dos resultados prévios dos alunos demonstrado no pós-teste. Neste, os acertos variaram de 59 a 95% e erros de 5 a 39% entre os alunos. Todas as questões continuaram sendo classificadas como fáceis pelos estudantes, oscilando entre 70 a 94% do total da amostra que, no pós teste foi de 147 alunos. Os estudantes tiveram dificuldade em responder questões específicas do nosso questionário (questões 3, 4 e 7) mas avaliaram-nas como fáceis, por talvez ainda terem um conhecimento frágil sobre o assunto. Estas, se referiram à possibilidade da existência de vacina, modo de transmissão e formas de prevenção da dengue. A elevação do número de acertos nestas questões ocorreu em mais de 50% dos estudantes após a realização das intervenções. Ao analisar esse rendimento pelo pré-teste e pós-teste, apresentamos os seguintes resultados, respectivamente: questão de número 3 (três) obteve 40% e após 68% de acertos; questão de número 4 (quatro) alcançou 20% e após 61% de acertos; e por último a questão de número 7 (sete) obteve 7% e após 59% de acertos. Após a intervenção (nomeada gincana do conhecimento), as crianças foram capacitadas, o que foi evidenciado pelos resultados do pós-teste.

CONCLUSÕES: Com base nos testes aplicados evidenciou-se um aprendizado satisfatório sobre o tema pelos estudantes, sendo que o período de tempo entre os testes foi usado para que os alunos conhecessem mais sobre a temática Dengue, utilizando metodologias ativas para aprofundamento no assunto. Os índices de aprendizado aumentaram de forma perceptível no pós-teste. Assim, fica em evidência que a proposta do trabalho foi efetiva. Porém, ressalta-se que, a educação deve ser continuada e não somente em situação de surtos da dengue, para que a população cresça já com uma base de conhecimento acerca da doença e de seu controle.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS-BH; à Prefeitura de Belo Horizonte; à Escola Estadual Carlos Campos e a nossa orientadora Gleisy Gonçalves.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de bolso**. Brasília 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_a_bolso.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019. [2] BRASIL. Prefeitura de Belo Horizonte. **Dengue**. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/vigilancia/vigilancia-epidemiologica/doencas-transmissiveis/dengue>>. Acesso em: 22 mar. 2019. [3] SANTANA, Eleilson Bezerra de. **A importância do brincar na educação infantil: Jogos e Brincadeiras**. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/6066/4/ImportBrincarEduca%C3%A7%C3%A3o_Monografia_2017>. Acesso em: 22 mar. 2019.

Palavras-chave: Dengue; Educação em Saúde; Prevenção; Jogos experimentais.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

CBS 054

ERROS DE ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM UM HOSPITAL DA ZONA DA MATA MINEIRA

Pedro Paulo de Sousa JÚNIOR¹ (IC-pedro.junior35@hotmail.com)

Sebastião Ezequiel VIEIRA (PQ)² Mônica Félix de ALVARENGA (PQ)².

1. Curso de Enfermagem; 2. Professores Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS - 36.880-000 – Muriaé – MG

INTRODUÇÃO: Pode-se afirmar que a administração de medicamentos constitui um multi-sistema em um processo multidisciplinar, tendo início no processo da prescrição médica, continuando com a análise por parte do farmacêutico e terminando com sua preparação e administração aos clientes por parte da equipe de Enfermagem. Erros ou intercorrências podem ocorrer em qualquer uma dessas etapas. [1] Nos hospitais, é responsabilidade da equipe de Enfermagem assegurar uma assistência aos pacientes, livre de imperícia, imprudência e negligência. No entanto, erros relacionados à administração de medicamentos ocorrem em diversas instituições, podendo trazer sérias consequências aos pacientes, profissionais e instituição. Um erro na administração de medicamento consiste como uma discrepância entre a terapia medicamentosa recebida pelo paciente e a terapia planejada pelo médico. [2] O tema proposto neste trabalho tem como objetivo levantar por meio de uma pesquisa documental o índice de erros na administração de medicamentos, bem como os principais fatores associados à sua ocorrência. O local escolhido foi a Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa documental, quantitativa com abordagem descritiva e exploratória. As informações foram coletadas do banco de dados da instituição referentes ao número de erros de medicação ocorridos no período de 2015 à 2018. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em relação ao percentual total dos erros de medicação, observou-se que 43% representavam erros de prescrição, 36% de administração e 21 % de dispensação. No segundo momento, caracterizando os erros de administração, percebeu-se que o horário incorreto foi responsável por 62% do erros, seguido por medicação incorreta 18% e dose incorreta 8%. No terceiro momento os erros foram quantificados por setor hospitalar, sendo que: o Centro de Terapia Intensiva (CTI) apresentou 38% dos erros, seguido do setor de internação particular 32% e setor de internação SUS 15%. Num quarto momento foram quantificados os dados referentes aos tipos de incidentes, circunstância notificável representou 49,5%, seguido por incidente com dano 18%, incidente sem dano 14,5 % e Near Miss 9,45%. **CONCLUSÃO:** O presente trabalho pôde evidenciar facetas importantes sobre os profissionais de enfermagem e a administração de medicamentos. Observou-se que diversos fatores fazem parte deste processo. Dessa forma, percebe-se a importância de uma melhor compreensão a respeito do assunto, o que representaria mais segurança no atendimento, tanto para o paciente, quanto para o profissional. **BIBLIOGRAFIA:**[1] CASSIANI, S.H.B.; BUENO, E. Erros na administração de medicamentos segundo um grupo de enfermeiros em um hospital universitário do interior paulista: fatores de risco e medidas empregadas. *Revista Latino-am Enfermagem*, 1998. [2] PEPPER, G.A. Errors in drug administration by nurses. *Am.J.Health System Pharm*, v. 52, p. 390-5, 1995.

Palavras-chaves: Perfil Epidemiológico, Notificação, Medicamentos

Área de conhecimento(CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 055

FATORES DIFICULTADORES À IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE ENFERMAGEM EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: RELATO DE EXPERIENCIA

Renato Policarpo da **SILVA** (IC – renatopolicarpo1@gmail.com)¹, Fernanda Alves dos Santos **CARREGAL** (IC)¹,
Letícia Pereira da Silva **BARBOSA** (IC)¹, Gleicielly Pereira **LOPES** (IC)¹, Danúbia Mariane **JARDIM** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora
Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG.

APRESENTAÇÃO: No decorrer dos anos, com o avanço da ciência, muitos conhecimentos foram produzidos e aperfeiçoados pela enfermagem, como o Processo de Enfermagem (PE), uma importante ferramenta para elaborações de ações sistematizadas do cuidado, sendo aplicável em qualquer instituição pública ou privada, prestadora de cuidados saúde, a qual possua em seu corpo de funcionários o profissional enfermeiro [1]. É por meio do PE que o enfermeiro consegue identificar as fragilidades de saúde e com isso, planejar, implementar, e avaliar os resultados das ações [2]. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de enfermagem na análise da aplicação do Processo de Enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Trata-se de um relato de experiência sobre a análise dos fatores dificultadores da implementação do PE na UTI de um Hospital de grande porte da região metropolitana de Belo Horizonte - MG, realizada no mês de setembro de 2018 por alunos do curso de Bacharelado em *Enfermagem durante o estágio supervisionado curricular*. **DESENVOLVIMENTO:** O grupo de acadêmicos de enfermagem utilizou um questionário semiestruturado para identificar os fatores dificultadores da implementação do PE na unidade de terapia intensiva, como parte integrante da construção do diagnóstico situacional do serviço. Quinze enfermeiros profissionais do campo de estágio responderam o questionário e emergiram três grupos predominantes na análise das respostas: sobrecarga de trabalho, déficit na educação permanente e número insuficiente de profissionais devido ao absenteísmo. Com base nas respostas, foi possível observar que os participantes reconhecem a necessidade da capacitação em saúde para a implementação do PE, proporcionando a integralidade do cuidado e minimizando a fragmentação da assistência, e, além disso, identificou-se o reconhecimento da importância da motivação e envolvimento de toda a equipe de enfermagem para a implantação efetiva, visando superar os entraves do absenteísmo e sobrecarga de trabalho através da sistematização e planejamento criterioso da organização do trabalho em equipe. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A análise dos fatores dificultadores demonstra que apesar do reconhecimento da importância da aplicação do Processo de Enfermagem não há o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento dos entraves existentes na aplicabilidade desta ferramenta, afetando o fortalecimento da enfermagem como ciência. Portanto, para que se tenha uma assistência de enfermagem qualificada em unidade de terapia intensiva torna-se necessário o engajamento profissional e o desenvolvimento de competências gerenciais para o rompimento com o modelo biomédico e implantação da ferramenta assistencial denominada processo de enfermagem, pautada em um modelo teórico e fundamentada em conhecimento científico atualizado.

BIBLIOGRAFIA: [1] GARCIA, T. R. Processo de enfermagem: da teoria à prática assistencial e de pesquisa. *Esc Anna Nery Rev Enferm*, v.13, n.1,p. 188-193,2009. [2] SOUZA, M. F. G.; SANTOS, A. D. B.; MONTEIRO, A. I. O processo de enfermagem na concepção de profissionais de Enfermagem de um hospital de ensino. *Rev. bras. enferm.* v. 66, n.2, 2013.

Palavras-chave: Enfermagem, Processo de Enfermagem, capacitação.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 056

MIELOMENINGOCELE NA PERSPECTIVA DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE-MG: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanderleia Pereira **VIEIRA**¹ (IC - vanderleiapv@hotmail.com)¹, Elane Cristina Costa do **NASCIMENTO**¹, Karina Pereira da **SILVA**¹, Cristina Fernandes **MACHADO**¹, Rodrigo Gomes da **SILVA** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professor Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG.

APRESENTAÇÃO: A mielomeningocele (MMC) é uma malformação congênita que ocorre nas primeiras quatro semanas de gestação decorrente de um defeito no fechamento do tubo neural embrionário. Essa falha resulta numa alteração funcional da medula espinhal em graus variados, dependendo do nível medular em que ocorrem [1]. Lesões localizadas em segmentos medulares mais craniais determinam maiores prejuízos neurológicos. Os defeitos de fechamento do tubo neural podem ocorrer na sua porção cranial, que resulta em malformações como anencefalia e encefalocele ou na porção caudal resultando em malformações que em grupo são conhecidas como espinha bífida que correspondem em cerca de 75% de todos os casos. Atualmente, com os avanços dos tratamentos de saúde, a sobrevivência até a idade adulta é mais de 50% [2]. A sobrevivência durante o primeiro ano de vida para estes pacientes aumentou nos últimos anos de 10% para mais de 90% com a realização de tratamento como fechamento precoce da bolsa e a realização de DVP. Essas medidas associadas à melhora do tratamento da bexiga neurogênica tornaram possíveis a esses pacientes atingir a idade adulta. Com esses avanços a sobrevivência até a idade adulta é mais de 50% [2]. Assim, este trabalho tem como objetivo descrever a experiência dos acadêmicos de enfermagem vinculados à Faculdade de Minas (FAMINAS-BH) na elaboração do estudo de caso acerca da Mielomeningocele, em uma Instituição de saúde localizada em Belo Horizonte. **DESENVOLVIMENTO:** O processo metodológico consiste em um estudo descritivo, do tipo relato de experiência no âmbito das atividades obrigatórias do estágio supervisionado I, da faculdade FAMINAS-BH. No que tange a coleta dos dados para construção do caso, realizou-se a coleta através de um roteiro semiestruturado de exame físico, procurou-se seguir as etapas apresentadas pelo Processo de Enfermagem, ou seja, coleta de dados, diagnóstico de enfermagem, planejamento da assistência, implementação dos cuidados e avaliação. A construção deste estudo possibilitou aos discentes a consolidação do conhecimento teórico acerca da patologia supracitada, uma vez que, através desde elaborou-se um plano de cuidados em conformidade com as necessidades da paciente em questão. A paciente S.H.M., 21 anos, 1,20 de altura, 35 kg, sexo feminino, branca, solteira, estudante, natural de Santa Luzia-MG. Reside em casa própria com saneamento básico em Santa Luzia, Mora com a mãe. Ela foi diagnosticada com mielomeningocele há cerca de 21 anos. Relata já ter realizado 9 cirurgias, sendo 2 na medula, 1 para a hidrocefalia, 1 para o aumento da bexiga, 2 para colocação de derivação ventricular externa (DVE), 2 exploratória neurológica, 1 laparoscópica abdominal devido a uma perfuração do intestino. No dia 05/03/19 Paciente veio de transferência do hospital das clínicas UFMG, decorrente de uma cirurgia de aumento da bexiga. No HCUFMG foi submetida à ampliação vesical eletiva + Mitranoff (tubo de monti), a laparotomia exploradora que evidenciou perfuração do CECO. Confeccionado cecostomia, ileostomia, cistostomia e exteriorização de derivação de ventrículo peritoneal (DVP). Paciente evoluiu com evisceração de conteúdo abdominal, sendo posicionada bolsa de Bogotá. Na internação atual no HFR paciente evoluiu com dispnéia, taquicardia, hipotensão, sonolência e febre acompanhada de vômitos. Diante disso foi realizada uma ressuscitação volêmica. No dia 13/03/19 foi submetida à retirada de DVP + implante de DVE + endoscopia cerebral. A partir da realização do exame físico e de relatos do paciente, foram identificados alguns diagnósticos de enfermagem e escolhidos os três de maior relevância para o caso em estudo, a saber: Sobrecarga de estresse, risco de aspiração e integridade da pele prejudicada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir da elaboração do estudo de caso, ficou eminente a importância da aplicação do processo de enfermagem para obter a integralidade do cuidado. O trabalho em campo permite colocar em prática o que aprendemos na teoria ao longo da graduação. A partir da exploração do caso clínico torna-se possível compreender a patologia de base e os impactos socioeconômicos e psicossociais na vida do paciente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BIZZI, Jorge W. Junqueira; MACHADO, Alessandro. Mielomeningocele: conceitos básicos e avanços recentes. J Bras Neurocirurg, Brasil, v. 23, n. 2, p.138-151, 2012.[2] FREITAS, Giselle Lima de et al. Reabilitação de crianças e adolescentes com mielomeningocele: o cotidiano de mães cuidadoras. Revista Gaúcha de Enfermagem, [s.l.], v. 37, n. 4, p.1-8, 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198314472016000400410&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 25 mar. 2019.

Palavras-chave: Mielomeningocele, Estudo de Caso, Enfermagem.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 057

O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM RELAÇÃO AO PROTOCOLO DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS)

Priscila Hoffmann **SOARES** (IC – priscilahoffmann01@gmail.com)¹, Renato Policarpo da **SILVA** (IC)¹, Bruno da Silva **CORREIA** (IC)¹, Matheus Siqueira **BORGES** (IC)¹, Letícia Pereira da Silva **BARBOSA** (IC)¹, Danúbia Mariane **JARDIM** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG.

INTRODUÇÃO: As Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) são infecções adquiridas durante o atendimento prestado ao paciente e que devem ser prevenidas e controladas para uma melhor qualidade da assistência prestada. Uma das formas de prevenção é através do procedimento de higienização das mãos, sendo considerada uma das mais importantes e essenciais técnicas para a prevenção de IRAS nas unidades de saúde¹. Um estudo publicado em 2010, realizado em um Hospital Universitário (HU), identificou que em 72,3% das oportunidades de lavagem das mãos a prática não foi realizada². Em 2016, uma pesquisa realizada com 50 profissionais em uma Unidade de Terapia Intensiva de um HU, constatou que apenas 10% dos estudantes realizaram as técnicas de higienização das mãos de forma correta e todos os técnicos de enfermagem executaram de forma incorreta³. A partir desses dados, observa-se um déficit na adesão dos profissionais de saúde à higienização das mãos associado a uma execução incorreta da técnica, podendo favorecer a transmissão de IRAS nos serviços de saúde. Esse trabalho teve como objetivo analisar o conhecimento dos profissionais de enfermagem em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em relação ao protocolo de higienização das mãos. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo, exploratório de natureza quantitativa, realizado em uma UBS em Belo Horizonte–MG. A UBS atualmente conta com 13 profissionais da enfermagem. A parte prática desse estudo consistiu na coleta de dados baseada em testes que foram aplicados em uma sala da UBS com os profissionais de enfermagem. Os critérios de inclusão para a pesquisa foram: estar presente no dia da ação e aceitar participar espontaneamente das atividades. Os participantes que apresentaram concordância em relação à coleta de dados forneceram a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado segundo a Resolução nº 466/2012. Foi aplicado um teste aos profissionais da unidade, utilizando-se de tinta como simulador de agente séptico para a apresentação da técnica correta de higienização das mãos preconizada pelo Ministério da Saúde. Os participantes tiveram os olhos vendados antes da aplicação da tinta e foram orientados a realizar a técnica. Partiu-se, então, de uma avaliação observacional, analisando se a tinta atingiu toda a extensão das mãos após o procedimento. O segundo teste consistiu em um questionário elaborado pelos pesquisadores contendo 5 perguntas relacionadas ao protocolo em estudo. Os dados coletados foram registrados através de uma planilha do Excel para que fossem procedidas as análises estatísticas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram das atividades 8 profissionais de enfermagem, computando 61,5% da amostra inicial. Destes, 25% eram enfermeiros e 75% técnicos de enfermagem. Em relação ao questionário aplicado, na questão nº1 “Você conhece a técnica correta de higienização das mãos?”, 100% responderam sim. Questão nº2 “Você aplica a higienização das mãos antes e após os atendimentos?”, 37,5% responderam sim. Questão nº3 “Você sabe quais são os cinco momentos de higienização das mãos?”, todos responderam não. Questão nº4 “Você sabe em quais situações é necessário à utilização de água e sabão ou preparação alcoólica para a higienização das mãos?”, 37,5% responderam sim. Na questão nº5 “O uso de luvas substitui a higienização das mãos?”, todos responderam não. No teste da tinta, apenas 25% dos participantes conseguiram alcançar toda a extensão das mãos, atingindo o objetivo do teste. Um dos achados que despertou a atenção dos pesquisadores do trabalho foi o fato de 100% dos profissionais que afirmaram conhecer a técnica correta de higienização das mãos, apenas 37,5% conseguem aplicá-la durante os atendimentos. No entanto, foi observado um ponto positivo na questão de Nº 5, onde 100% dos participantes alegaram que o uso das luvas não substitui a higienização das mãos, mas nenhum deles tinham conhecimento e/ou não lembravam os 5 cinco momentos de higienização das mãos. No teste da tinta, somente 25% conseguiram atingir o objetivo do teste, o que diverge da primeira pergunta em que todos afirmaram saber aplicar a técnica correta de higienização das mãos. **CONCLUSÃO:** Sugere-se com esse trabalho que a adesão e conhecimento do protocolo de higienização das mãos são deficientes pelos profissionais de enfermagem, o que pode resultar em uma assistência com maior propensão de danos para o paciente e profissional durante a realização dos cuidados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MELO, M. H. C.; LEAL, A. C. A. M. Controle das infecções na assistência à saúde relacionada à higienização das mãos. *Rev. Interd.* v. 8, n. 1, p. 91-97, jan. fev. mar. 2015. [2] PRIMO, M. G. B.; RIBEIRO L. C. M.; FIGUEIREDO L. F. S. et al. Adesão à prática de higienização das mãos por profissionais de um Hospital Universitário. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. UFG, junho, 2010. [3] ALMEIDA, C. G. P.; MALAFAIA, E. A. A. RANGEL, P. M. B. et al. Higienização das Mãos em Alta Complexidade. *Rev. Interd.* n. 01, v. 04, artigo 04, junho, 2018.

Palavras-chave: Higienização das mãos, Enfermagem, Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

CBS 058

SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Karina Pereira da **SILVA** (IC -karina_cmd2@hotmail.com)¹, Elane Cristina Costa do **NASCIMENTO**¹, Fernanda Alves dos Santos **CARREGAL**¹, Cristina Fernandes **MACHADO**¹, Vanderleia Pereira **VIEIRA**¹, Danúbia Mariane Barbosa **JARDIM** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG.

APRESENTAÇÃO: A maternidade tem passado por inúmeras transformações ao longo dos séculos, desconstruindo paradigmas que outrora eram consolidados. Algumas mulheres vivenciam o parto como o fim de um processo e o iniciar de um novo ciclo, estas acreditam que seja o momento em que ocorre a concretização do papel feminino, mesmo que esteja atrelado à dor e sofrimento [3]. No entanto, o que muitas parturientes desconhecem é que a dor e o sofrimento vivenciados podem estar vinculados aos atos de violência obstétrica (VO). Considerando os aspectos supracitados, o Ministério da Saúde (MS) por meio do Programa de Humanização do Parto e Nascimento expõem duas grandes vertentes para esclarecer as concepções de atendimento humanizado, sendo estes: a compreensão de que os serviços de saúde tem a obrigação de ofertar aos seus usuários uma assistência de qualidade abordando o paciente e seus familiares em consonância com os princípios do respeito, da humanização e da ética. Outro aspecto que se refere ao ato de manter e adquirir ações que proporcione bem estar durante o trabalho de parto como mínimas intervenções possíveis e a prática clínica baseada em evidências científicas [2]. Assim o objetivo deste estudo é identificar na literatura os significados atribuídos à VO na assistência ao parto por profissionais de saúde. **DESENVOLVIMENTO:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, sendo desenvolvida em seis etapas: 1) seleção da questão norteadora da pesquisa: “Quais são os conceitos que a literatura aponta acerca do fenômeno da VO para os profissionais de saúde?” 2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; 3) seleção da amostra; 4) análise dos achados dos artigos incluídos na revisão; 5) interpretação dos resultados; e 6) apresentação da revisão integrativa. A busca dos artigos ocorreu nas bases de dados Banco de Dados de Enfermagem – BDEF, Literatura latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS e Manuais do Ministério da Saúde e SCIELO, através da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS com os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Violência, Parto, Saúde da mulher e obstetria, associados ao operador booleano “AND”. Estabeleceu-se como critérios de inclusão artigos disponíveis nos idiomas português e inglês, publicados no período de 2012 a 2019 que discorriam sobre o tema do estudo. Excluiu-se da pesquisa trabalhos fora do recorte temporal, duplicados nas bases de dados, monografias e teses. O conjunto de estudos selecionados nesta revisão integrativa, de 29 artigos científicos mostra que existem divergências quanto ao conceito de VO pelos profissionais de saúde, impactando na qualidade da assistência ao parto. Os significados atribuídos à VO são múltiplos e variam conforme a categoria profissional. O significado de VO, por vezes é interligado a casos de violência física e sexual por profissionais de saúde, minimizando e banalizando as condutas baseadas em estereótipos de classe e gênero e intervenções desnecessárias [5]. Desse modo, a literatura aponta a necessidade de uniformizar as medidas de enfrentamento da violência obstétrica através da promoção do bem estar durante o trabalho de parto com as mínimas intervenções possíveis e a implantação de medidas de humanização. Neste contexto, cabe mencionar a importância do direito à escolha do tipo de parto, os profissionais precisam se conscientizar sobre o direito da mulher, considerando as raízes culturais e o contexto de saúde [1]. A concepção de VO adotada pelos profissionais de saúde pode contribuir para desestimular a escolha pelo parto vaginal como desfecho natural para o trabalho de parto. Os significados de VO precisam estar em consonância com os princípios do respeito e da ética, sendo necessária a qualificação profissional por meio de ações de capacitação para o parto humanizado e reconhecimento das práticas assistenciais desnecessárias e desrespeitosas à saúde da mulher [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Portanto, diante do contexto supracitado, cabe ressaltar que os conceitos atribuídos a VO por parte dos profissionais de saúde passam por inúmeras configurações, no entanto as semelhanças nas definições abordadas abrangem todo ciclo gravídico-puerperal, implicando assim em ações que desencorajam as parturientes a tomarem decisões pautadas nos princípios da autonomia, privando-as do seu direito de escolha principalmente no que tange as intervenções relacionadas ao processo de nascimento. **BIBLIOGRAFIA:** [1] AGUIAR, J.M; D'OLIVEIRA, A.F.P.L; SCHRAIBER, L. B. **Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde.** 2013.[2] BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. **Programa de Humanização do Parto: Humanização no Pré-natal e Nascimento.** 43. ed. Brasília-df: Ms, 2002. 28 p. (C).. [3] CARDOSO, F.J.C. Violência Obstétrica Institucional No Parto: Percepção De Profissionais Da Saúde. **Rev Enferm Ufpe On Line**, Recife, v. 11, n. 9, p.3346-3353, set. 2017. 4] TESSE, C.D; KNOBEL, R; ANDREZZO, H.F.A; DINIZ, S.G. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 35, p.1-12, 21 dez. 2014. [5] World Health Organization. The prevention and elimination of disrespect and abuse during facilitybased childbirth: WHO statement. Geneva: World Health Organization. 2014

Palavras-chave: Violência, Saúde da mulher, Obstetria

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 059

O JÚRI SIMULADO COMO METODOLOGIA ATIVA NO APRENDIZADO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

Israel Lucas dos Santos **FERNANDES** (IC)¹, Fabiane Vieira **SOARES** (IC)¹, Geraldo Junio **ABREU** (IC)¹ e Gleisy Kelly Neves **GONÇALVES** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora orientadora. *Faculdade de Minas* – FAMINAS-BH – BELO HORIZONTE -31744007 - BELO HORIZONTE-MG

APRESENTAÇÃO: Os erros relacionados à prática assistencial na área da saúde são recorrentes. Estes atos podem acontecer com qualquer profissional e estão relacionados às características individuais e coletivas no ambiente de trabalho [1]. Quando esse processo ocorre, não se deve culpar um profissional sem antes entender todo o processo e elaborar parecer embasado em fontes científicas, respeitando sempre o Código de Ética Profissional [1]. Uma forma de trabalhar preventivamente os erros com profissionais da saúde é através de metodologias ativas, que ensinam e expõem para o aluno os desafios de um caso, evitando a fragmentação das informações em matérias e avaliações que visam a ação de aprender o conteúdo aplicado, colocando o professor como coadjuvante e o aluno no papel principal [2]. A teoria e a prática devem ser posicionadas, constantemente, durante os cursos da área de saúde [3]. Assim, o júri simulado representa uma importante estratégia de ensino. O objetivo desse estudo foi analisar na literatura e na experiência do Trabalho Interdisciplinar Supervisionado (TIS) de Júri simulado a importância das metodologias ativas e dar enfoque no aprendizado do acadêmico de enfermagem e no júri simulado. **DESENVOLVIMENTO:** A metodologia ativa do júri simulado se enquadra nos princípios da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e da Metodologia da Problematização (MP) [3]. A proposta do Júri Simulado foi elaborada como TIS, entre as disciplinas de fisiologia, farmacologia e educação em saúde do curso de Enfermagem, na modalidade de Graduação da Faculdade de Minas-BH. O assunto contemplado foi a respeito dos erros na administração de medicamentos. O júri simulado é dividido em quatro fases (separação dos discentes em defesa, acusação e jurados; estudo do tema, simulação (replica e treplica e julgamento) e *feedback* dos alunos) [3]. Assim, a educação passa por diversas alterações a respeito da forma de ensino. Diante desse fato, a aula tradicional deixa de ser a única estratégia didática e passa a contar com outras metodologias ativas que enriquecem o aprendizado. As diretrizes curriculares da graduação em Enfermagem visam mudanças político-pedagógicas na intenção de melhorar a qualidade do ensino, sugerindo investimentos em estratégias didáticas que incentivam o aluno a refletir sobre a sociedade, transformando seu contexto [3]. Dessa forma é válido buscar diversas formas de metodologia. Assim o acadêmico foi colocado como principal agente do seu aprendizado, estimulando um maior interesse pela matéria e em sua transformação, gerando pensamento crítico-reflexivo sobre a determinação social do processo saúde-doença. Esta estratégia permitiu ao futuro profissional selecionar diagnósticos e intervenções para atender às necessidades de saúde dos clientes utilizando a clareza, conhecimento e postura ética para defender ou acusar casos ponderando todos os fatores determinantes destes. **CONCLUSÃO:** O Júri Simulado mostrou-se como uma alternativa complexa e ao mesmo tempo lógica para o ensino, pois, promoveu iniciativa, interação e reflexão entre os acadêmicos. É, portanto, uma ferramenta efetiva no ensino superior. **AGRADECIMENTOS:** À Doutora Gleisy Kelly Neves Gonçalves pela orientação e à FAMINAS-BH pelo apoio. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DE CARVALHO, V. T.; CASSIANI, S. H. B. Erros na medicação e consequências para profissionais de enfermagem e clientes: um estudo exploratório. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 523-529, 2002. [2] SOUZA, C. O; BARBOSA, C. A; GONÇALVES, D. P.; MIRANDA, L. C. P.; PACCOLA, R. A. Júri simulado: estratégia a contribuir para a construção do conhecimento sobre SUS. *Revista Saúde e Desenvolvimento*, São Paulo, v. 10, n. 5, p. 101-109, 2016. [3] VEIGA, L. A.; FONSECA, L. R. O júri simulado como proposta didático-pedagógica para a formação inicial do professor de geografia na perspectiva da aprendizagem baseada em problemas (PBL). *Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 153-171, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

Palavras-chave: Metodologia ativa, educação em saúde, enfermagem.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

CBS 060

SIMULAÇÃO REALÍSTICA COMO METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ferreira, Ana Luiza Soares¹; Guimarães, Verônica Azar¹; Junqueira, Marcela Fraga²; Barra, Juliana Silva³

1. Curso de Enfermagem 2. Curso de Biomedicina 3. Professora Adjunta da FAMINAS–BH – 31744-007 – Belo Horizonte – MG.

APRESENTAÇÃO: A Enfermagem tem discutido inovações no ensino que possibilitem aos alunos realizar as práticas profissionais com segurança, e estas podem ser desenvolvidas a partir do uso das metodologias ativas, utilizando para isso os ambientes simulados, no qual permite o desenvolvimento de competências psicomotoras, atitudinais e cognitivas, favorecendo a aquisição de pensamento crítico, habilidades e conhecimento[1]. Neste contexto de discussão, este estudo tem por objetivo relatar como a simulação clínica contribuiu para o desenvolvimento da competência de habilidades práticas e autoconfiança de graduandos de enfermagem. **DESENVOLVIMENTO:** Simulação é um dos métodos de ensino efetivo com alta satisfação dos alunos. Nossa hipótese foi que, a introdução das disciplinas básicas do Curso de Enfermagem na simulação de habilidades, traria ganho de conhecimento imediato e similar às primeiras semanas de um semestre após exposição teórica tradicional, porém com maior retenção de conhecimento e maior satisfação como método de ensino, além de facilitar a inserção dos alunos nos campos de prática. Como metodologia foi realizado um estudo prospectivo, usando um desenho cruzado para método de ensino atual, e uma pesquisa de satisfação. Alunos foram questionados sobre o grau de satisfação e segurança para cada disciplina após início do semestre em ambiente simulado e com a presença do professor comparados a exposição tradicional. As simulações foram desenvolvidas ao longo do semestre acadêmico pelos professores a partir de guias para cada caso clínico conforme o conteúdo programático, sendo executadas pelos alunos selecionados aleatoriamente para compor grupos de três a cinco pessoas. Configuram-se nas seguintes etapas: 1) Apresentação do caso clínico pelos professores à equipe com informações específicas, tais como: perfil do paciente estudado, tipo de doença ou agravo à saúde, levantamento de problemas de enfermagem; 2) Constituição e um professor: Cada grupo intera-se de seu caso clínico, tendo como tarefas: trabalhar em equipe, elencar os cuidados prioritários para a situação, listar os materiais necessários para as intervenções e realizar as anotações de enfermagem; 3) Separação de materiais e realização dos procedimentos de enfermagem referentes aos casos clínicos. Após realização da simulação, os alunos são estimulados a avaliar sua experiência juntamente com os colegas participando do processo identificado por *debriefing*. Esse momento é guiado pelo professor que acompanhou a simulação e os alunos são encorajados a refletir sobre suas habilidades, reconhecendo fragilidades e também sendo estimulados pelos seus acertos. Para a coleta de dados, foram utilizados portfólio, que é um documento elaborado pelos alunos com suas reflexões acerca de atividades didáticas no decorrer do semestre letivo, fazendo aqui especificamente relato da prática simulada intitulada “Ateliê de cuidados integrais. Evidenciou-se os benefícios resultantes do uso da simulação aos estudantes de enfermagem no desenvolvimento de competências interpessoais e aprimoramento de habilidades para a prática profissional e satisfação dos acadêmicos no processo de aprendizagem em ambiente simulado comparado com a exposição tradicional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O uso de simulação no ensino de graduação em enfermagem permeia o desenvolvimento de competências que favorecem o acadêmico. A contribuição deste estudo está na possibilidade de estratégias pedagógicas que fortaleçam não apenas a formação, mas também formar profissionais mais seguros no cuidado, desenvolvendo estratégias de ensino nas quais o aluno possa ser protagonista de seu aprendizado e ter segurança no cuidado prestado é um imperativo na educação em enfermagem. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FERREIRA, R. P., et. al, (2018). SIMULAÇÃO REALÍSTICA COMO MÉTODO DE ENSINO NO APRENDIZADO DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, p. 1-9. Disponível em: <<file:///C:/Users/Geral/Downloads/artigo%20para%20referencia.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

Palavras Chaves: Simulação; Aprendizado ativo; Educação em saúde; Modelos educacionais
Área de conhecimento: 7.08.00.00-6 - Educação

CBS 061

TRANSTORNO DEPRESSIVO EM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO

¹MOREIRA, Lorena Maria Righi; ²GOMES, Rodrigo.

1. Curso de Enfermagem 2. Professor Faculdade de Minas, FAMINAS – BH 31744-007 – Belo Horizonte – MG.

INTRODUÇÃO: O estado de saúde e doença das pessoas depende das condições de vida aos quais elas nascem, vivem e morrem. A OMS, em 1948, determina que saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, não significando apenas ausência de doença ou enfermidades. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (2013), às doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes, enfermidades respiratórias crônicas e doenças neuropsiquiátricas são as principais DCNT acometida no público jovem e tem respondido por grande parte das mortes e perda da qualidade de vida, gerando incapacidades e limitações dos mesmos em suas atividades de trabalho e lazer. Diante do exposto, a temática escolhida a ser estudada é a Depressão (DCNT), visto que é uma doença que acomete grande parte dos adolescentes e vem sendo reconhecida mundialmente devido ao aumento constante de casos clínicos como as suas conseqüências. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa foi realizada em uma escola particular na cidade de Belo Horizonte, com os alunos cuja a idade varia entre 17 e 19 anos de idade, cursando o segundo e o terceiro ano do ensino médio. A pesquisa foi realizada mediante autorização dos responsáveis legais através de assinatura de TCLE. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Após a apresentação da problemática aos alunos e a realização das intervenções, foi identificado um percentual significativo de alunos que apresentavam sintomas de depressão já instalados, conforme escala de HAMILTON (1964). Dos 26 alunos pesquisados, percebe-se que 18 alunos apresentavam sintomas de depressão, contribuindo aproximadamente com 69% do total dos entrevistados. Em distribuição percentual por idade, foram identificados sintomas em 3,8% dos alunos com 15 anos de idade, 34,6% dos alunos com 16 anos, 57,7% dos alunos com 17 anos e 3,8% dos alunos de 18 anos de idade. Observados o total de 53,8% dos alunos com sinais e sintomas de depressão correspondendo ao 3º ano do ensino médio. Ainda, do total de alunos sintomáticos, 69,2% eram do sexo feminino. **CONCLUSÕES:** Nota-se que o quadro depressivo apresentado pelos adolescentes pode causar efeitos no desenvolvimento do mesmo, portanto é importante o acompanhamento da família, da instituição escolar juntamente a um psicólogo para que o tratamento seja efetivo. O enfermeiro com sua visão holística, pode observar os sinais e sintomas acometidos ao indivíduo, alertar aos responsáveis sobre o estado de saúde ao qual o mesmo se encontra, observando os riscos e realizar orientações sobre as medidas e atitudes que deverão ser tomadas, levando em consideração o nível de conhecimento técnico-científico, e embasamento teórico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BAPTISTA, M. N.; BAPTISTA, A. S. D.; DIAS, R. R.. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. **Psicologia: ciência e profissão.** Brasília, v. 21, n. 2, p. 52-61, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932001000200007&ln g=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2019. [2] FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Fiocruz. **OMS alerta sobre depressão no Dia Mundial da Saúde, 2017.** Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/oms-alerta-sobre-depressao-no-dia-mundial-da-saude-2017>>. Acesso em: 12 ago. 2019. [3] Gallucci Neto J, Campos Júnior MS, Hübner CK. Escala de Depressão de Hamilton (HAM-D): revisão dos 40 anos de sua utilização. *Rev Fac Ciênc Méd.* 2001;3(1):10-4. **Palavras-chave:** Depressão em adolescente, escala de Hamilton, enfermagem psiquiátrica

ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq) 4.04.00.00-0 Enfermagem

CBS 062

VIOLÊNCIA CONTRA O ADOLESCENTE E O PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA REDE SOCIAL - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Israel Lucas dos Santos **FERNANDES** (IC - ezreal.spok@gmail.com)¹, Carla Maria **QUEIROZ** (IC)¹ Brenda Linique Sousa da **CRUZ** (IC)¹, Janyne Alves Silva Martins **VIANA** (IC)¹, Desireé Lima dos **SANTOS** (IC)¹ e Danúbia Mariane **JARDIM** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora. *Faculdade de Minas – FAMINAS-BH – 31744-007 - Belo Horizonte – MG*

APRESENTAÇÃO: Durante a vida o ser humano passa por diversas fases e transformações, a adolescência é considerada a mais conturbada por se tratar de uma transição da infância para a vida adulta e pela ocorrência mudanças intelectuais, emocionais, físicas e sociais [1]. O adolescente passa, durante o seu dia a dia, por um fenômeno histórico e cultural, caracterizado atualmente como problema de saúde pública mundial, a violência. No Brasil a temática passou a ser discutida na década de 70, sendo implantado o Estatuto da Criança e do Adolescente na década de 90 que conseguiu assegurar alguns direitos básicos [2]. Além da agressão física ou verbal, a violência também é uma ocorrência social que afeta fortemente os adolescentes por estarem passando por um momento de adaptações na vida. Constituindo-se um grupo vulnerável, torna-se importante o desenvolvimento de políticas para a promoção à saúde e prevenção de doenças e agravos [1]. O trabalho teve como objetivo promover a educação em saúde com a temática da violência na população adolescente tendo como instrumento de trabalho um vídeo de conscientização sobre o assunto. **DESENVOLVIMENTO:** A proposta da ação educativa foi elaborada como Trabalho Interdisciplinar (TIS) com metodologia do tipo intervenção ação voltada ao público adolescente. Para realizar deste trabalho de caráter educativo com vistas a conscientizar os adolescentes sobre a violência, foi empregado o processo de aprendizagem de forma lúdica através de um vídeo, dando enfoque aos tipos de violências sofridas pelos adolescentes. Para a construção do vídeo e da proposta de trabalho foi selecionado a música mais escutada pelo público alvo e logo após elaborado uma paródia. Propomos um roteiro de gravação do vídeo, lembrando sempre do público alvo, de forma a causar danos mínimos ao psicológico e ao emocional. Na montagem do vídeo foram apresentados dados de incidência da violência contra o adolescente no Brasil em 2013, demonstrado os quatro tipos de violências mais comuns: física, psicológica, sexual e negligência. As imagens e a letra da paródia alertam para os tipos de agressão e impulsionam o adolescente a denunciar, seja para a família, amigos, equipe de saúde, polícia e conselho tutelar. O vídeo foi postado na rede social (“Facebook”) da própria faculdade (FAMINAS BH), onde recebeu mais de mil visualizações em dois dias, obtendo diversas curtidas, comentários e compartilhamento em diversos grupos, páginas e em outras redes sociais, como por exemplo, “WhatsApp” e “Instagram”. Alguns integrantes do grupo receberam relatos de adolescentes, elogiando e agradecendo, relatando que gostaram da forma com que a informação foi repassada. O gênero musical “Funk” foi atrativo para o público que mesma já passando por situações semelhantes não sabiam como denunciar ou buscar por ajuda. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A equipe de saúde é responsável em realizar ações educativas de promoção, prevenção e controle de agravos. Uma intervenção na rede social favorece o repasse da informação de forma rápida, por interligar as pessoas, mesmo estando em locais diferentes. Isso possibilitou que o vídeo fosse visualizado por inúmeros adolescentes, dando a oportunidade de ter acesso ao conhecimento e aumentando a velocidade que a informação. Portanto, a intervenção obteve um feedback positivo, aumentando o conhecimento da população através de um vídeo em rede social. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS; à Doutoranda Danúbia Mariane Jardim pela oportunidade e apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ARAGÃO, A. S.; FERRIANI, M. G. C.; VENDRUSCOLLO, T. S.; SOUZA, S. L.; GOMES R. Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, vol. 21, pp. 1-7, jan.-fev.2011. [2] NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & saúde coletiva*, v. 21, p. 871-880, mar. 2016.

Palavras-chave: Educação em saúde, enfermagem, violência, adolescente
Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

CBS 063

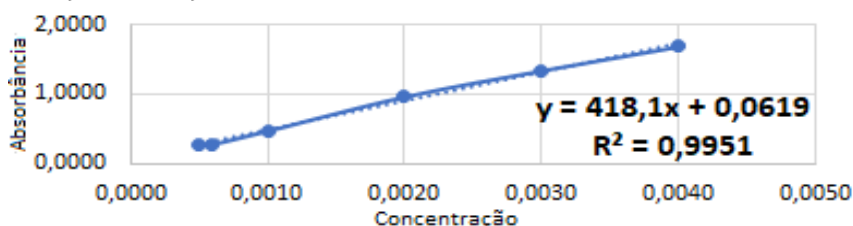
ANÁLISE DO ALOPURINOL POR ESPECTROFOTOMETRIA

Acsa Pedrosa **RIBEIRO** (IC - acsamariap@gmail.com)¹, Thalia **PAULINO**, Joice **MASSI**, Geovana **RIBEIRO** (IC)¹, Adriana **SOARES** (PQ)²

1. Alunos do Curso de Farmácia 2. Professor
Centro Universitário UNIFAMINAS-Muriaé-MG
(Tel: (32) 3729-7500)

INTRODUÇÃO: O alopurinol ($C_5H_4N_4O$) é indicado para prevenir crises de gota, cálculos nos rins e algumas doenças renais ligadas ao acúmulo de ácido úrico no corpo. Se administrado via oral tem sua biodisponibilidade em 90%, é metabolizado quase todo no fígado e eliminado pelos rins [1]. O seu principal metabólito ativo é o oxipurinol que tem a função de inibir a xantina oxidase e reduzir a síntese de ácido úrico diminuindo os níveis plasmáticos e a excreção renal [2]. Para que o alopurinol seja eficaz em tratamentos medicamentosos é necessário que sua qualidade seja comprovada, e segundo a Farmacopeia Brasileira 5ª ed. o teste essencial é doseamento [3]. O objetivo do trabalho foi avaliar a quantidade de princípio ativo de alopurinol em comprimidos 100 mg de laboratórios distintos. **METODOLOGIA:** Foram utilizados comprimidos de alopurinol 100mg, referência (R) e genéricos (G1 e G2) de distintos laboratórios, adquiridos na cidade de Rosário da Limeira/MG. Elaborou-se uma curva de calibração, quantificou-se o teor de princípio ativo das amostras macerando 10 comprimidos de alopurinol e preparando uma diluição de concentração 0,001% (triplicata). Realizou-se então as leituras das absorbâncias no espectrofotômetro em 250nm [4]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Após a análise da solução estoque, obteve-se o gráfico 1 e observa-se que a curva de calibração se apresentou viável, pois o valor de R^2 foi próximo de 1, obtendo um linear na curva. Após a análise, pode-se notar que a absorbância encontrada para G2 foi a mesma da solução estoque, resultando em 100% da concentração do princípio ativo. Já o R e G1, apresentaram valores superiores, com suas concentrações estando em 110%, sendo acima do desejado, já que o valor de $C_5H_4N_4O$ de acordo com a Farmacopeia Brasileira 5ª ed. é de 92,5% a 107,5%. Em comparação com o artigo de Lago *et al.* (2012), as amostras testadas apresentaram o teor entre 99 e 101%, mas não são evidenciados os laboratórios usados, então não se pode confirmar que os fármacos testados apresentam realmente essa variância, na qual não implicará em problemas graves à saúde do paciente, pois a taxa de $C_5H_4N_4O$ observada constata maiores chances de reações adversas. Já que ocorre a superdosagem relativa, que é quando um fármaco é administrado em dose terapêutica, e apesar disso suas concentrações são acima do esperado [5]. **CONCLUSÃO:** O medicamento alopurinol genérico 2 se apresentou dentro do desejado, já o referência e genérico 1 não estão nos padrões farmacopeicos, devido seus elevados teores de princípio ativo. Verifica-se então a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada para se obter conhecimento das incompatibilidades entre os componentes da fórmula. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo aprendizado e apoio.

Gráfico 1: Curva de calibração da solução estoque de alopurinol



Fonte: Própria

REFERÊNCIA:[1] SANDOZ, **Alopurinol**; Sandoz do Brasil Industria Farmacêutica Ltda. 2014 [2] BATISTUZZO, J.A; ITAYA, M; ETO, Y. **Formulário Médico-Farmacêutico**. Tecnopress, 3ª Ed. SP, 2006 [4] Compri-Nardy M., Stella M.B., Oliveira C; **Práticas de Laboratório de Bioquímica e Biofísica**, Guanabara Koogan, 2009 [4] ANVISA, **Farmacopeia brasileira 5ª ed.** Brasília, 2010 [5] LAGO *et al.* **Propriedades micrométricas e análise físico-química de matérias-primas de alopurinol**. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada; RS, 2012.

Palavras-chave: Medicamento, absorbância, farmacologia.
Área do Conhecimento (CNPq): 2.10.00.00-0-Farmacologia

CBS 064

ANÁLISE ESPECTROFOTOMÉTRICA DE COMPRIMIDOS DE METFORMINA 850MG GENÉRICO DE DIFERENTES INDÚSTRIAS PARA AVALIAÇÃO DO TEOR DE PRINCÍPIO ATIVO.

Janahina Testa ALEIXO (IC- ajanahina@yahoo.com.br)¹ Aline Moreira de Andrade (IC)¹ Talita Ap. Camargo de Paula (IC)¹ Adriana Freitas SOARES (PQ- adrianafreitassoares@gmail.com)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professores *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

INTRODUÇÃO: A metformina (C₄H₁₁N₅.HCl) é um fármaco oral da classe das biguanidas indicado para o tratamento da diabetes *mellitus* e está entre os mais prescritos no mundo. O número de pessoas portadoras de diabetes cresce a cada ano, e o tratamento com um medicamento seguro e eficaz auxilia no tratamento da doença [1,2]. A verificação da qualidade dos medicamentos garante a segurança, eficácia e credibilidade e ressalta a importância em certificar se o medicamento cumpre com os testes farmacopéicos [3]. Dentre os testes, o ensaio de doseamento permite obter o teor de princípio ativo em determinada forma farmacêutica, contribuindo para o sucesso do tratamento farmacológico e a diminuição dos efeitos adversos [4,5]. O objetivo deste trabalho é determinar o teor de insumo ativo em comprimidos de metformina. **MATERIAL E MÉTODOS:** As análises de doseamento foram realizadas em medicamentos genéricos de três laboratórios diferentes nomeados como: G1, G2, G3 conforme descrito pela monografia de cloridrato de metformina comprimidos, segundo Farmacopéia Brasileira 5ªed. O padrão e as amostras foram preparados na concentração 0,001%*p/v* com diluições realizada em triplicata e a leitura no espectrofotômetro Biospectro sp 220, no comprimento de onda 232nm, no laboratório do Centro Universitário Unifaminas Muriaé. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos através do doseamento para os laboratórios G1, G2 e G3, foram respectivamente 103,31%, 92,71% e 101,98%. A Farmacopeia Brasileira estabelece uma variação de no mínimo 95% e, no máximo 105% da quantidade declarada de C₄H₁₁N₅.HCl. A administração de um medicamento com concentração de princípio ativo acima ou abaixo da concentração declarada pode causar intoxicação ou falha terapêutica [7]. Portanto, a amostra G2 foi reprovada, o que corresponde a 33,33% das amostras. Em uma análise semelhante Peres (2013), obteve resultados que diferem do presente estudo pois o teor de fármaco de todas as amostras por ele avaliadas encontravam-se dentro do determinado pelo compêndio oficial. **CONCLUSÕES:** Com base nos resultados, conclui-se que uma das amostras (G2), não poderia ser comercializada por não estar dentro da especificação estabelecida pela Farmacopeia Brasileira 5ªed, o que deixa evidente a necessidade das indústrias farmacêuticas estabelecerem critérios de qualidade mais rigorosos impedindo a comercialização de medicamentos sem qualidade. **BIBLIOGRAFIAS:** [1] SANTOMAURO JUN, Augusto César et al. Metformina e AMPK: um antigo fármaco e uma nova enzima no contexto da síndrome metabólica. *Arq Bras Endocrinol Metab*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 120-125, Fev. 2008; [2] LEITE, Silmara A. Oliveira et al. Pontos básicos de um programa de educação ao paciente com diabetes melito tipo 1. *Arq Bras Endocrinol Metab*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 233-242, Mar. 2008.; [3] ROCHA, Tiago; GALENDE, Sharize. A importância do controle de qualidade na indústria farmacêutica. *Rev. UNINGÁ*, v. 20, n.2, pp.97-103, Out - Dez 2014.; [4] SILVEIRA, R; ORTIZ, J. Controle de qualidade em paracetamol matéria-prima. *Rev. CBQ*, 2012.; [5] CIECHORKR, F. et.al. Determinação do Teor de Ácido Acetilsalicílico 100mg Dispensados em Farmácia de Manipulação na Zona da Mata/RO. *Rev. Saberes, Rolim de Moura*, vol. 4, n. 1, jan./jun., p. 108-116, 2016.; [6].PERES, F.G. **Validação de metodologia analítica para cápsulas magistrais e estudo de equivalência farmacêutica do cloridrato de metformina 850mg referência, genérico e similar.** 2013. 54 f.. Dissertação (Título de mestre ciências da saúde) – Universidade Católica de Brasília.; [7] MARCATTO, A. P. et al. Análise de cápsulas de captopril manipuladas em farmácias. *Revista Ciências Farmacêutica Básica Aplicada*. v. 26, n. 3, p. 221-225, 2005.

Palavras-chave: Metformina, Doseamento, Controle de Qualidade
ÁREA DO CONHECIMENTO: (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

CBS 065

ANÁLISE FÍSICO QUÍMICA DE COMPRIMIDOS DE DIPIRONA 500 MG GENÉRICO, SIMILAR E REFERÊNCIA

Janahina Testa ALEIXO (IC- ajanahina@yahoo.com.br)¹ Aline Moreira de Andrade (IC)¹ Talita Ap. Camargo de Paula (IC)¹ Adriana Freitas SOARES (PQ- adrianafreitassoares@gmail.com)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professores Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A dipirona é um analgésico e antitérmico muito usada no Brasil desde 1922. Ela pode ser usada para dores leves e moderadas [3]. Os testes analíticos são realizados em vista de garantir a qualidade e segurança dos medicamentos, a farmacopeia brasileira é quem define as exigências de qualidade que as indústrias devem seguir na fabricação dos medicamentos [4]. O presente estudo tem como objetivo desempenhar o controle de qualidade físico-químico em comprimidos de dipirona na forma de referência, genérico e similar. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram realizadas análises físico químicas de comprimidos de dipirona 500mg (similar, genérico e referência) segundo a metodologia descrita na Farmacopeia Brasileira, V edição[1]. Os testes de executados foram: determinação de peso médio, identificação, doseamento, friabilidade, dureza, desintegração e dissolução. As análises foram realizadas no laboratório de Controle de Qualidade do Centro Universitário- UNIFAMINAS. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O resultado das de qualidade de identificação detectou dipirona em todas as amostras, sendo, portanto, todas as amostras aprovadas para este teste. No ensaio de peso médio o medicamento genérico e referência foram reprovados visto que o limite de variação do peso dos comprimidos excedeu ao aceitável que é de 250 mg de $\pm 5\%$ [5]. Através do teste de friabilidade o resultado obtido pelos comprimidos analisados, foi uma perda inferior a 1,5%, que atende ao parâmetro determinado pela Farmacopeia Brasileira[1] e confere aos comprimidos a resistência ao atrito [5]. Os comprimidos devem apresentar uma dureza acima de 30 N, o que corresponde ao que foi verificado em todos os comprimidos analisados[1]. A desintegração do fármaco deve ocorrer em um tempo de até 30 minutos, o que se observou em todas as amostras analisadas [6]. As formas farmacêuticas sólidas, como os comprimidos, utilizam-se de vários adjuvantes farmacotécnicos em sua fabricação que podem afetar a dissolução do fármaco, comprometendo sua absorção e, conseqüentemente, o efeito terapêutico esperado, tornando evidente a importância da realização do teste de dissolução. As amostras apresentaram conformidade no teste de dissolução indo de encontro ao limite estabelecido pela Farmacopeia. O teor de dipirona, ou seja, a concentração de princípio ativo na amostra é detectada pelo doseamento e deve estar entre 95% e 105% da quantidade declarada de acordo com o compendio oficial, sendo que os resultados observados em todas amostras estão entre esses limites. Lanna e colaboradores (2013) destacam a importância deste ensaio, uma vez que a administração de um medicamento com concentração acima do valor declarado pode causar intoxicação, ou abaixo da concentração uma falha terapêutica, o que compromete diretamente o quadro clínico do usuário. **CONCLUSÕES:** Os medicamentos genérico e referência não poderiam ser comercializadas visto que não atenderam ao teste de peso médio, apenas o medicamento similar apresentou todos resultados referentes as análises de qualidade conforme padrões estabelecidos pelo compendio oficial. **BIBLIOGRAFIAS:** [1] FARMACOPEIA BRASILEIRA. Volume 1 e 2. Agência Nacional de vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2010. [3] PIVELLO, V.L. Farmacologia: como agem os medicamentos. Ed. Atheneu. São Paulo, 2014.[4]VALENTINI, S.R; SOMMER, W.A; MATIOLI, G. Validação de métodos analíticos. Arq mudi, Maringá, 2007. [5]KÖHLER, Luis Fernando et al. Avaliação biofarmacotécnica e perfil de dissolução de comprimidos de dipirona: equivalências farmacêutica entre medicamentos de referência, genéricos e similares. *Rev. Bras. Farm*, v. 90, n. 4, p. 309-315, 2009.[6]LANNA, Elisa Gomes et al. Avaliação comparativa da qualidade de comprimidos de dipirona sódica referência, genérico e similar. *REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS*, v. 9, n. 3, 2016.

Palavras-chave: Dipirona, Análise, Qualidade

ÁREA DO CONHECIMENTO: (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

CBS 066

AValiação DA TOXICIDADE DO EXTRATO AQUOSO DE FOLHAS DE *TEPHROSIA VOGELII* CONTRA LARVAS DE *Aedes Aegypti* (DIPTERA: CULICIDAE).

Geovanna Caris **BERARDI** (IC geovanna.c.berardi@hotmail.com)¹, Arthur Goulart de Oliveira **BOTTINO** (IC)², Gedir José Gomes **MEIRELES** (IC)², Leonardo Figueira Reis **DE SÁ** (PQ)³.

1. Curso de Farmácia; 2. Curso de Biomedicina; 3. Professor. Centro Universitário Fundação São José – UNIFSJ – 28300-000 – Itaperuna-RJ

INTRODUÇÃO: A dengue é uma arbovirose transmitida por pelo menos duas espécies de vetores do gênero *Aedes*: *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. O aparecimento de resistência em diversas populações de insetos com a utilização dos inseticidas químicos convencionais originou uma busca por outras classes de compostos, como os de origem botânica. Diferentes estudos verificaram a eficácia de extratos de diferentes partes da planta *Tephrosia vogelii* contra o besouro *Hypothenemus hampei* [1] larvas de *Aedes albopictus* [2], o percevejo *Euschistus heros* [3] e ácaros de interesse agrícola [4]. Embora a *T. vogelii* já tenha sido utilizada como medida de controle de insetos e outros organismos, seu efeito é desconhecido sobre o inseto *Aedes aegypti*. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar e quantificar a eficácia de diferentes concentrações de extratos aquosos de folhas de *T. vogelii* contra os estágios larvais do mosquito *A. aegypti*. **MATERIAL E MÉTODOS:** Logo após a coleta o material botânico foi processado na presença de nitrogênio líquido e o pó resultante foi utilizado na confecção dos extratos aquosos. Para a atividade larvicida o extrato foi utilizado nas concentrações de 0, 0,1, 0,2, 0,4, 0,8 e 1,6 µg/mL contra os 4 estágios larvas do mosquito, em diferentes tempos. Como controle positivo, foram utilizadas placas contendo rotenona comercial e como controle negativo foi utilizada água destilada. A concentração de rotenona nos extratos aquosos de *T. vogelii* foi determinada por cromatografia líquida de alta eficiência. Todos os experimentos foram realizados em triplicata. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após 24 horas de exposição à rotenona comercial foi observado que as concentrações de 0,1, 0,2, 0,2 e 0,4 µg/mL causaram uma mortalidade de aproximadamente 50% em larvas de 1º, 2º, 3º e 4º estágio, respectivamente. Por outro lado, no extrato aquoso de folhas de *T. vogelii* foi demonstrado que, no mesmo período de teste com a concentração de 0,8 µg/mL causou uma mortalidade de aproximadamente 65, 80, 90 e 90% em larvas de 1º, 2º, 3º e 4º estágio, respectivamente. Em exposições superiores a 24 horas foi observada uma resistência, a ambos os tratamentos, proporcional ao avanço do desenvolvimento larval. Após as quantificações cromatográficas, foi observada a presença de altas concentrações de rotenona em todas as concentrações do extrato aquoso de folhas de *T. vogelii*. Embora exista a necessidade de estudos adicionais, a utilização das folhas dessa planta, seja na forma de pó ou extrato aquoso, pode representar uma fonte de biomoléculas com uma utilização ambientalmente correta e de baixo custo para o controle do inseto e, conseqüentemente, da doença. **CONCLUSÃO:** Os resultados sugerem que extratos aquosos de folhas de *T. vogelii* pode representar uma alternativa ambientalmente correta no combate ao inseto *A. aegypti* através da eliminação das larvas. Esse efeito pode estar relacionado às altas concentrações de rotenona presentes no extrato. **REFERÊNCIAS:** [1] DUTRA, V. Mortalidade da broca-do-café *Hypothenemus hampei* (Ferrari, 1867) (Coleoptera: Curculionidae) por extratos de sementes de anonáceas e *Tephrosia vogelii* Hook (Fabaceae). Universidade Estadual de Londrina; 2012. [2] LI, W; HUANG, C; WANG, K; FU, J; CHENG, D; ZHANG, Z. Laboratory evaluation of aqueous leaf extract of *Tephrosia vogelii* against larvae of *Aedes albopictus* (Diptera: Culicidae) and non-target aquatic organisms. Acta Tropica. Netherlands. v. 146, p. 36-41, 2015. [3] OLIVEIRA, L.C. P. Identificação de rotenóides por CG-EM e avaliação inseticida de *Tephrosia vogelii* Hook. Universidade Estadual de Londrina; 2011. [4] NEWS, C.; CHIKOYE, D.; SCHULTHESS, F.; TEPHROSIA, V. Bulletin du Centre d'information et d'échanges sur les plantes de couverture en Afrique (CIEPCA). Plant Dis. 2001. p.1-8.

Palavras-Chaves: Atividade larvicida, *Tephrosia vogelii*, *Aedes aegypti*, Extrato aquoso

Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 – Botânica.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.08.00.00-2 – Bioquímica.

CBS 067

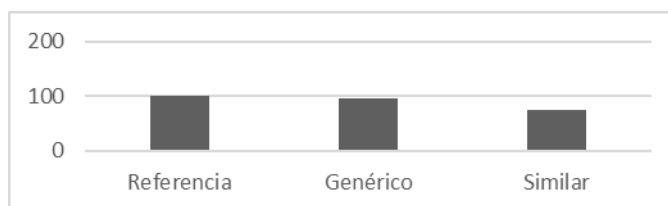
DOSEAMENTO DA DIPIRONA SÓDICA EM GOTAS

Thalia **PAULINO** (IC – thaliarmartins427@gmail.com)¹, Acsa **RIBEIRO**, Adriana **SOARES**(PQ)²

1. Alunos do Curso de Farmácia; 2. Professor Centro Universitário UNIFAMINAS-Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Dipirona é um sal sódico do ácido (2,3-diidro-1,5- dimetil-3-oxo-2-fenil-1H-pirazol-4-ona) que em 1922 foi adicionada nas terapias. Classificado como um analgésico não-opiáceo, é derivado da pirazolona que apresenta propriedades analgésicas antitérmicas e anti-inflamatórias relacionadas na inibição do sistema enzimático da cicloxigenase [1]. No Brasil, é de amplo acesso por ser um medicamento que não necessita de prescrição médica, devido a isso, é necessário avaliar os padrões da dipirona sódica sendo essencial para construção de monografias farmacopeicas confiáveis e dar suporte as ações da vigilância sanitária, permitindo a segurança e a eficácia do medicamento consumido pela população [2]. O objetivo deste trabalho é verificar o teor de princípio ativo presente em três especialidades distintas de dipirona sódica. **METODOLOGIA:** Foi realizado uma pesquisa quantitativa e qualitativa no centro universitário Unifaminas, a partir de métodos elaborados de acordo com a Farmacopeia brasileira 5ª edição, e utilizando a dipirona sódica líquida, sendo um referência (R), um genérico (G) e um similar (S), adquiridas na cidade de Muriaé/MG. As análises foram feitas pelo método de titulação em triplicatas [3]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Na oxidação da dipirona pelo iodo, ocorre inicialmente, a formação de 4-hidroxidimetilaminoantipirina e liberação de sulfato, iodeto H⁺ que se decompõe em seguida, e forma aldeído e 4-metilaminoantipirina (MAA). O ponto final se caracterizou pelo aparecimento de cor azul-cobalto, isso devido a complexação do amido com o iodo. A visualização do ponto final mostrou-se subjetiva, e obteve os seguintes resultados após os cálculos: referência (R) 102%, genérico (G) 96,6% e similar (S) 75,6% como evidenciado no gráfico 1. De acordo com a farmacopeia brasileira 5ª edição, a dipirona de solução oral, contém no mínimo 95,0% e, no máximo 110,0% da quantidade declarada de dipirona (C₁₃H₃N₃NaO₄S.H₂O), assim constatou-se que o R e o G estão atendendo a farmacopeia, já o S, possui uma concentração abaixo do esperado, que pode comprometer seu efeito farmacológico. Os medicamentos G e S são considerados cópias da referência, cuja a sua segurança e eficácia foi comprovada cientificamente junto aos órgãos federais competentes na ocasião do registro, no entanto, o similar e referência, tem que conter a biodisponibilidade e equivalência farmacêutica iguais à referência. **CONCLUSÃO:** O método de titulação mostrou-se viável para o doseamento proposto, podendo ser empregado em análises rotineiras de controle de qualidade, entretanto o dipirona similar apresentou estar fora da especificação determinada pela farmacopeia. Observa-se então que o laboratório apresenta a necessidade de maiores cuidados com as boas práticas de fabricação. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo aprendizado e apoio.

Gráfico 1: Teor de dipirona em cada medicamento usado



Fonte: Própria.

REFERÊNCIA: [1] PESTANA, J. L.; PRADO, M. A. F.; CAMPOS, L. M. M. **Desenvolvimento de método por iodimetria alternativo para doseamento da dipirona sódica em matéria-prima e medicamentos**, 2008 [2] TEIXEIRA, D. A., et. Al. **Avaliação do controle de qualidade da dipirona sódica: de referência, similar, genérica e manipulada, comercializadas no município de teófilo- Otoni, MG**, 2016 [3] ANVISA. **Farmacopeia brasileira** vol. 1, 2010.

Palavras-chave: Dipirona, titulação, farmacopeia

Área do Conhecimento (CNPq): 2.10.00.00-0-Farmacologia

CBS 068

EUTANÁSIA: MORTE DIGNA OU AUXÍLIO AO SUICÍDIO?

Lorena C. **GARCIA**(IC-lorena.costagarcia@hotmail.com)¹, Marcela A. da **SILVA**(IC)¹; Silvana P. S. **BASTOS**(IC)¹; Emílio Santana de **ABREU**(PQ)², Micheline Luiza de Souza **LOPES**(PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A eutanásia é interpretada como boa morte, e significa dar a morte por compaixão a alguém que se encontra em estágio terminal de uma doença ou que vive em estado vegetativo[1]. No Brasil, a eutanásia é vista como um homicídio, segundo o artigo 121 do Código Penal[2]. Este é um tema relacionado à bioética, uma vez que, de acordo com MALUF, trata-se da interdisciplinaridade entre as áreas da medicina, ética e direito, retratando as condições éticas-morais da vida humana[3]. O presente trabalho tem por objetivo realizar uma pesquisa sobre a percepção e opinião de estudantes de Psicologia a respeito da eutanásia. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e abordagem quantitativa, tendo como universo e amostra, trinta estudantes de Psicologia de um Centro Universitário de Muriaé-MG. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado com perguntas objetivas. O período de coleta de dados foi de 3 a 15 de junho de 2019. Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e foi garantido sigilo aos mesmos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa através da Plataforma Brasil(CAAE: 12041519.0.0000.5105). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Quando questionados sobre o conhecimento do termo eutanásia, 97% sabiam o significado, enquanto 3% não conheciam sobre o assunto. Devido à polissemia da palavra eutanásia, alguns desconhecem o significado, confundido eutanásia e ortotanásia[4]. Com relação à prática da eutanásia, 66% dos entrevistados afirmam ser a favor, cerca de 27% são contra e 7% não responderam. Os que defendem a prática acreditam que é melhor a morte do que viver no sofrimento, sendo a morte como um “ato humanitário” [5]. Os estudantes contra a prática consideram que cada pessoa deve escolher como deve seguir sua vida, sendo que pacientes em estados terminais podem retornar a um quadro clínico saudável. O código deontológico da medicina, artigo 50, afirma que é dever dos médicos respeitar a vida do paciente e proíbe a eutanásia[6]. Cerca de 64% dos estudantes acreditam que a prática deveria estar disponível para pessoas em estado terminal e 36% são contra. Em conformidade com estes resultados, segundo BATISTA, os favoráveis enxergam como uma forma de tirar o sofrimento de alguém, enquanto os contrários acham que todos devem ter o direito de buscar meios para permanecer vivo[7]. Cerca de 60% dos participantes consideram que a eutanásia é garantia de uma morte digna, enquanto 37% não consideram e 3% não declararam. **CONCLUSÃO:** A eutanásia não tem sido vista apenas como a possibilidade de ocasionar a morte, é um termo de grande amplitude e pode ter diferentes interpretações. A maior parte dos alunos entrevistados (97%) possui conhecimento do tema, prevalecendo a opinião favorável à disponibilidade da prática (64%) na afirmação de tirar o sofrimento do paciente. Com base em questões éticas e religiosas, os opositores defendem que a vida humana é um direito de todos. **AGRADECIMENTOS:** Ao Unifaminas. **BIBLIOGRAFIA:**[1]TABET, L.; GARRAFA, V. **Fim da vida: morte e eutanásia.** Revista Brasileira De Bioética, v.12,p.1-16, 2016.[2]SANTOS, D. A.; ALMEIDA, E. R. P.; SILVA, F. F.; ANDRADE, L. H. C.; AZEVÉDO, L. A.; NEVES, N. M. B. C. **Reflexões bioéticas sobre a eutanásia a partir de caso paradigmático.** Código Penal. 9a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2004.[3]MALUF, A. C. R. F. D.**Curso de bioética e biodireito.** 2 ed. S. P:Atlas, 2013.[4]BATISTA, R. S.; SCHRAMM, F. R.**Eutanásia: pelas veredas da morte e da autonomia.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2003.[5]YUNTA, E.**A eutanásia e seus argumentos.**ARS medica, n. 2,2016.[6] SOUZA, C. O.; MAIORAL, D. F. **Reflexões sobre eutanásia.** Psicologia.pt, 2015. [7]BATISTA, A. D. **A eutanásia, o direito à vida e sua tutela penal.**Revista Consultor Jurídico,2009. Disponível em:<<https://www.conjur.com.br/2009-dez-21/eutanasia-direito-vida-tutela-penal-luz-constituicao>>.

Palavras-chave: Eutanásia, Bioética.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

CBS 069

PERFIL DA DISPENSAÇÃO DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS MEDICINAIS EM UMA FARMÁCIA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ

Aline Moreira de **ANDRADE** (IC- alinechicareli_1995@hotmail.com)¹, Janahina Testa **ALEIXO** (IC)¹ Talita Aparecida Camargo de Paula(IC)¹, Micheline Luiza de Souza **LOPES** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professora Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 – Muriaé –

MG.

INTRODUÇÃO: Fitoterápicos são medicamentos obtidos a partir de plantas medicinais. Eles são obtidos empregando-se exclusivamente derivados de droga vegetal (extrato, tintura, óleo, cera, exsudato, suco, e outros) [1]. A fitoterapia baseia-se no uso interno ou externo de vegetais para tratamento de doenças. Essa prática vem crescendo na sociedade devido à busca por tratamentos de origem Natural [4]. O primeiro relato do uso de plantas como medicamentos data-se de 2800 a. C., porém a fitoterapia teve início no final do século XVIII. A fitoterapia surgiu através da procura do homem por alimentos, que resultaram na observação e aplicação de certas plantas para o tratamento de patologias [5]. Objetivo deste trabalho é analisar o perfil da dispensação de fitoterápicos e plantas medicinais em uma farmácia do município de Muriaé. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma análise sobre todos os fitoterápicos manipulados em uma farmácia de manipulação do município de Muriaé - MG, para isso foram verificadas todas as fichas de pesagem no mês de outubro de 2016. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O levantamento das fórmulas manipuladas no mês de outubro mostrou que, dentre os diversos medicamentos dispensados, os fitoterápicos compuseram um total de 33%. Percebeu-se assim que, mesmo com o avanço no estudo científico das plantas medicinais, a credibilidade por parte da população e dos médicos escritores ainda é baixa, [3] O fitoterápico mais dispensado é o de emagrecimento com 39,40%, sendo que para a circulação cerebral é 20,58% e circulação sanguínea 8,82%. O tratamento da obesidade engloba a diminuição da ingestão energética e o aumento do gasto energético através da atividade física. No entanto, é cada vez maior a procura por diferentes alternativas para perda peso, incluindo o uso de plantas medicinais [2]. Dentre a planta medicinal mais dispensada na farmácia, podemos destacar a *Camellia sinensis*, que a partir de suas folhas são produzidos os chás como o chá verde e o chá branco, que são divididos em categorias dependendo do tipo de processo a que são submetidas. [4] Em estudo comparado a esse que afirma plantas com efeitos ansiolíticos, tendo como justificativa de prescrição a correlação com o aumento de peso corporal. **CONCLUSÕES:** Através da pesquisa verificou-se que os medicamentos fitoterápicos são pouco manipulados pela população de Muriaé e região, e os fitoterápicos mais dispensados e para emagrecimentos, onde a planta medicinal mais usada para a manipulação *Camellia sinensis*, que tem por finalidade a perda de peso. **BIBLIOGRAFIAS:** Resolução - RE nº 899, de 29 de maio de 2003. **Guia para validação de métodos analíticos e bioanalíticos.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de junho de 2003. Disponível em: <<http://www.lawes.com.br/legislacao2/899.pdf>>. Acesso em: 21 de Out de 2016. [2] CORDEIRO, P. B. M. H. et al. Os Fitoterápicos como Coadjuvantes no Tratamento da Obesidade. **Caderno UNIFOA**, 2013. [3] RIBEIRO, A. Q.; LEITE, J. P. V.; BARROS, A. M. Perfil de utilização de fitoterápicos em farmácias comunitárias de Belo Horizonte sob a influência da legislação nacional. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, 2005. [4] TOMAZZONI, M. I.; NEGRELLE, R. R. B.; CENTA, M. L. Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 115-121, mar. 2006. [5] YUNES, R. A.; PEDROSA, R. C.; CECHINEL FILHO, V. Fármacos e fitoterápicos: a necessidade do desenvolvimento da indústria de fitoterápicos e fitofármacos no Brasil. **Química nova**, v. 24, n. 1, p. 147-152, 2001.

ÁREA DO CONHECIMENTO: (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácias.

CBS 070

A PRÁTICA DO USO DE PLANTAS COM FINS MEDICINAIS NO MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO

Aline Moreira de **ANDRADE** (IC- alinechicareli_1995@hotmail.com)¹, Janahina Testa Aleixo (IC)¹ Talita Ap. Camargo de Paula (IC)¹ Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor

Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial de Saúde define como planta medicinal “todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semi-sintéticos” [1]. No decorrer do processo evolutivo, o homem passou a adquirir conhecimento das espécies e consequentemente utilizá-las de modo experimental para tratar patologias[2]. As plantas medicinais continuam beneficiando a humanidade, mesmo com a evolução da medicina alopática, por se associar a fácil obtenção e possuir grande credibilidade passada de geração em geração e também por serem usadas no desenvolvimento de fármacos sintéticos[3]. O objetivo deste trabalho é analisar o nível do conhecimento da população de Barão do Monte Alto a respeito de plantas medicinais.

MATERIAL E MÉTODOS: O levantamento de caráter qualitativo e descritivo, foi realizado no município de Barão do Monte Alto- MG, a uma amostra de 60 pessoas através da aplicação de questionário contendo questões referentes a dados pessoais como sexo e faixa etária de idade, ao reconhecimento dos tipos de plantas listadas, ao uso e cultivo de plantas medicinais e por quem eram indicadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Setenta e cinco por cento dos entrevistados foram do sexo feminino e 25% do sexo masculino. A faixa etária de idade dos entrevistados entre 19 a 29 anos foram 30%, entre 30 a 49 anos 46%, entre 50 a 69 20% e acima de 70 anos 3,3%. Todos os entrevistados responderam que já fizeram ou fazem uso de planta medicinal, e essas eram indicadas por avós, mães e livros de plantas medicinais. Oitenta e cinco por cento das plantas listadas, foram reconhecidas pelos entrevistados. Setenta por cento dos entrevistados cultivam plantas medicinais enquanto as três plantas medicinais mais utilizadas foram boldo (50%), erva doce (38%) e camomila (25%). Em comparação, este estudo é semelhante ao de [4], que afirma que o conhecimento é passado por parentes e pessoas conhecidas, de geração para geração, enquanto os que mais cultivam são idosos e pessoas com mais de 55 anos, e o conhecimento está essencialmente relacionado ao sexo feminino. **CONCLUSÕES:** O estudo demonstrou que mesmo com o passar do anos e evolução da indústria farmacêutica o uso de plantas medicinais é comum e que grande parte da população tem um bom conhecimento sobre plantas medicinais.

BIBLIOGRAFIAS: [1] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos** – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. [2] TOMAZZONI, Marisa Ines; NEGRELLE, Raquel Rejane Bonato; CENTA, Maria de Lourdes. Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêuta. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 115-121, mar. 2006..[3] VEIGA JUNIOR, Valdir F.; PINTO, Angelo C.; MACIEL, Maria Aparecida M. Plantas medicinais: cura segura?. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 28, n. 3, p.519-528, Jun .2005 [4] SPAGNUOLO, RS; BALDO, RCS. Plantas Medicinais e Seu Uso Caseiro: o Conhecimento Popular. **UNOPAR Cient., Ciênc. Biol. Saúde**. 2009;11(1):31-4.

Palavras-chave: Fitoterapia, Plantas medicinais, etnobotânica
ÁREA DO CONHECIMENTO: (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

CBS 071

AValiação DA CAPACIDADE FUNCIONAL NAS ATIVIDADES BÁSICAS DE VIDA DIÁRIA E SUA RELAÇÃO QUANTO A IDADE E GÊNERO EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Bárbara Regina Dias **BATISTA** (IC – barbdbatista@gmail.com) ¹, Karen Aline Coelho **GUERSON** ¹, Rafael Gonzalez de **OLIVEIRA** (PQ) ²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé – MG*

INTRODUÇÃO: Capacidade funcional (CF) pode ser definida como a capacidade do indivíduo de cuidar de si mesmo e viver de forma independente [1]. O processo no qual há perda de habilidades para manter as tarefas cotidianas necessárias para uma vida independente e autônoma é entendido como incapacidade funcional. Do ponto de vista prático, essas habilidades podem ser medidas por meio do desempenho das atividades diárias que são divididas em atividades básicas de vida diária (ABVD) tais como tomar banho, comer, usar o banheiro e andar pelos cômodos da casa e atividades instrumentais de vida diária (AIVD), como fazer compras, realizar trabalhos domésticos e preparar refeições. Tem-se evidenciado uma relação entre idade e prevalência de incapacidade funcional e que o envelhecimento é diferente para homens e mulheres [2]. Este estudo teve como objetivo avaliar a CF e sua relação por idade e gênero em idosos institucionalizados de uma cidade no interior da Zona da Mata Mineira. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo de caráter exploratório. Para traçar o perfil sócio demográfico dos idosos, foi feita a aplicação de um questionário semi-estruturado. Para a avaliação da CF nas ABVD's, foi aplicada a versão abreviada do Índice de Barthel que avalia a independência funcional em sete itens: alimentação, banho, higiene pessoal, vestuário, continência urinária, continência fecal, uso do banheiro, transferência (cadeira-cama), deambulação e escadas. Cada item é pontuado de acordo com o desempenho do paciente na realização de tarefas de forma independente, com alguma ajuda ou de forma dependente, e assim, são classificados como independentes (IN), ligeiramente dependentes (LD), moderadamente dependentes (MD) e severamente dependentes (SD). **RESULTADOS:** A amostra foi composta por 19 idosos, destes, 10 (52,64%) eram do sexo masculino e 9 (47,36%) do sexo feminino. A média de idade dos participantes foi de 77,26 anos. O tempo médio de moradia na instituição para o sexo masculino foi de 7,6 anos e para o sexo feminino foi de 7,3 anos. Ao avaliar a CF ao realizar as ABVD'S dos idosos pelo índice de Barthel, a maioria, 11 (57,9%) se apresentaram como IN, 5 (26,31%) se apresentaram como LD e 3 (15,79%) como MD. Ao relacionar idade e CF, 3 (15,8%) apresentavam idade entre 60 a 70 anos, destes, 2 (66,6%) eram IN e 1 (33,4%) era LD. 9 (47,36%) com idade entre 71 a 80 anos, dos quais, 7 (77,7%) se apresentaram como IN e 2 (22,3%) como LD. 7 (36,84%) com idade superior a 80 anos, destes, 3 (42,86%) eram IN, 1 (14,28%) LD e 3 (42,86%) MD. Na avaliação entre sexo e CF, no sexo masculino, 6 (60%) se apresentaram como IN e 3 (30%) como LD e 1 (10%) como MD. No sexo feminino, 6 (66,66%) eram IN, 1 (11,11) se apresentou como LD e 2 (22,22%) MD. **CONCLUSÃO:** Foi possível observar que os idosos institucionalizados avaliados neste estudo apresentaram boa CF, onde a maioria se apresentou independente na realização das ABVD's. Ao avaliar a CF com a idade, sugere-se que idosos com mais de 80 anos apresentam maior dependência em relação aos idosos mais jovens, e, ao avaliar CF em relação ao sexo, observou-se que em ambos os sexos, a maioria eram independentes. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KAGAWA, C. A.; CORRENTE, J. E. Analysis of elderly functional capacity in the municipality of Avaré, São Paulo: associated factors. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 03, p. 577-586, 2015. [2] VIANA CAMPOS, A. C; et al. Prevalência de incapacidade funcional por gênero em idosos brasileiros: uma revisão sistemática com metanálise. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia* [en linea] 2016, 19 (Julio-Septiembre): [Fecha de consulta: 7 de agosto de 2019] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403846785015>> ISSN 1809-9823.

Palavras-chave: *envelhecimento; idosos institucionalizados; capacidade funcional.*

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia

CBS 072

AValiação Funcional e Motor da Forma Juvenil da Doença de Huntington: Relato de Caso

Guilherme Wilson Souza **SILVEIRA** (IC- guib45@hotmail.com)¹, Dionatan Costa **RODRIGUES** (PQ)³, Clarissana Araújo **BOTARO** (PQ)² e Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)^{2,3,4}

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor do Centro Universitário UNIFAMINAS; 3. Programa de Pós Graduação em Neurologia – Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro; 4. Fundação Cristiano Varella.

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A doença de Huntington (DH) é uma desordem neurodegenerativa autossômica dominante e rara, com comprometimento motor, cognitivo e comportamental causadas por uma expansão das repetições de trinucleotídeos CAG no gene *HTT* [1]. Em 3 a 16 % dos casos, o início dos sintomas surge mais precocemente, afetando pacientes com menos de 20 anos, o que caracteriza a forma infanto-juvenil da DH [2]. O acompanhamento da evolução da doença, por meio da avaliação do grau de dependência em relação às atividades da vida diária, é importante e permite determinar as limitações funcionais de acordo com a progressão de cada caso [3]. Este estudo teve como objetivo relatar um caso juvenil da doença de Huntington em seu genótipo-fenótipo. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um relato de caso de DH na forma juvenil, nascido de Minas Gerais. A escala *Unified Huntington's Disease Rating Scale* (UHDRS), validada em português, foi aplicada, utilizando as seções: Avaliação do Estado Funcional (FAS); Escala de Capacidade Funcional Total (TFC); Escala de Independência (IS). Utilizou-se também o método CAP, interpretado como um índice da toxicidade cumulativa do huntingtina mutante, como critério de inclusão. A sua fórmula utiliza é $[Comprimento\ de\ repetição\ HTT\ CAG - 33,66] \times idade$. Os exames genéticos foram realizados na UNIRIO por meio de pesquisa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O indivíduo investigado é do sexo masculino com início dos sintomas motores aos 18 anos. Em 2019, o jovem tinha 12 anos de tempo de doença e alelos em heterozigose com 19/53 repetições CAG. A mutação foi herdada por transmissão materna, que teve início da doença antes dos 30 anos. Uma tia materna afetada tinha alelos em heterozigose com 30 e 51 CAGs e iniciou a doença aos 28 anos. O indivíduo com DH Juvenil investigado apresenta boa independência funcional, com necessidade de auxílio apenas em atividades de nível difícil. Além disso, marcha com base alargada e lenta, coréia leve a moderada em membro superior (MSD e MSE), na face, na língua/boca e no tronco, distonia leve/intermitente em MS e Membro Inferior de ambos os lados. Rigidez leve/moderada em MSD e acentuada em MSE. Amplitude incompleta em movimento sacádico ocular. As avaliações realizadas com a escala UHDRS associada à avaliação funcional e motora, obteve os seguintes escores: UHDRS FAS = 18 pontos, UHDRS TFC = 13, UHDRS IS = 90% e UHDRS TMS = 57 pontos. Em exames por imagem, por meio da tomografia computadorizada, foi observada hipotrofia da cabeça dos núcleos caudada bilateralmente, alargando os cornos frontais dos ventrículos laterais. Os valores relacionados à FAS, TFC e IS foram superiores ou semelhantes aos encontrados por outros autores. Observa-se fraca evidência em relação ao benefício da fisioterapia antes do agravamento da doença em pacientes que a realizam [4]. **CONCLUSÃO:** Pela variabilidade clínica associada à forma juvenil, o paciente deve ter tratamento personalizado, condizente com o comprometimento motor, funcional e comportamental apresentado. A UHDRS é escala mais amplamente usada para avaliar indivíduos afetados pela DH, principalmente pelo alto grau de consistência e confiabilidade clínica.

BIBLIOGRAFIA: [1] GATTO, Emilia Mabel *et al.* Juvenile Huntington disease in Argentina. *Arq. Neuropsiquiatr.*; 74(1):50-54, 2016. [2] MALFETANO, Fabíola Rachid; LEON, Soniza Vieira Alves. Huntington's disease of precocious beginning: case report. *Cadernos Brasileiros de Medicina*, v.20, janeiro-dezembro, 2007. [3] OLIVEIRA, Rafael Gonzalez *et al.* Avaliação funcional em indivíduos com doença de huntington: uma série de casos. *Revista Brasileira de Neurologia*, Volume 54, Nº 3, Jul/Ago/Set, 2018. [4] VIEIRA, Renata Teles *et al.* Atuação Fisioterapêutica na Doença de Huntington: Relatos de Casos. *Rev Neurocienc.* 2011;19(3):504-511

Palavras-chave: Doença de Huntington, funcionalidade, motor e forma juvenil.

Área de conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8- Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 073

IMPACTO DO ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR NO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Amanda Silva **COSTA** (IC - amandacostafisio@outlook.com)¹; Neliana Salomão **RODRIGUES** (PQ)²; Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)² e Clarissana Araujo **BOTARO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professores *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

INTRODUÇÃO: O aleitamento materno exclusivo, até 6 meses de vida, encontra-se condicionado a diferentes fatores. O desmame precoce está relacionado às dificuldades inerentes à técnica da amamentação. Como fatores de risco para o desmame, temos a presença da dor e lesão mamilar, ingurgitamento mamário, fadiga, além da presença de dificuldades na pega e na sucção, a agitação do bebê e a percepção de oferta insuficiente de leite pela mãe [1]. Para que ocorram sucção e deglutição eficazes, dependemos do correto funcionamento da língua. A anquiloglossia é uma anomalia congênita, na qual o frênulo lingual é anormalmente curto e espesso (ou delgado), podendo restringir os movimentos da língua em diferentes graus [2]. As ações de promoção e apoio devem ocorrer no conjunto multiprofissional, durante o pré-natal, o pré-parto, o nascimento. O objetivo deste trabalho consiste em realizar uma intervenção interdisciplinar na díade mãe-filho. **METODOLOGIA:** Puérpera de 23 anos, em 30 dias de amamentação exclusiva, realizado no mês de maio de 2019, na Clínica Escola. A paciente apresentou-se a clínica com lesão mamária pós início da amamentação. Foi realizada avaliação das características da mama, díade mãe-filho e bebê, pela equipe. Posteriormente foi instituído o manejo clínico. O protocolo fisioterapêutico constituiu de 10 sessões de aplicação de laser tipo AsGaAl, com comprimento de onda de 830 nm, modo contínuo, método free, densidade de energia de 5,4 J/cm, com duração de 3 minutos em cada lesão mamilar, foi utilizado o equipamento móvel, nome comercial Laserpulse, da marca Ibramed®, acompanhado de óculos de proteção com o objetivo de promover a resolução anti-inflamatória e contração das feridas. A avaliação no campo odontológico, observou-se a presença de uma inserção anormal do freio lingual, desse modo, optou-se pela realização da frenectomia lingual do bebê, a fim de proporcionar bem-estar à puérpera. Já o nutricional consistiu em correção da postura durante a amamentação e orientações visando auxílio da pega adequada e tratamento do ingurgitamento mamário, com treinamento *in loco* com a puérpera. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Diminuição das lesões mamilares na 3ª sessão, indicam que o laser é uma alternativa realmente promissora para o tratamento das fissuras mamilares, observados também em outros estudos[3]. Ao avaliar os fatores associados ao trauma mamilar a intervenção de orientação de técnica correta da amamentação foi eficiente, ressaltando a importância da realização de ações de apoio ao aleitamento materno. **CONCLUSÕES:** Este trabalho sinaliza que atenção especial multidisciplinar deve ser dada díade mãe-filho e possuindo um desfecho positivo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Brasil – Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde**. 2nd ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. [2] Roig AO, Martínez MR, García JC, Hoyos SP, Navidad GL, Alvarez JC, et al. Fatores associados ao abandono do aleitamento materno durante os primeiros seis meses de vida. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**;2010;18:80–6. [3] FUJINAGA CRISTINA IDE, CHAVES JOSIANE CRISTINA, KARKOW ISABELLA KARINA, KLOSSOWSKI DIULIA GOMES, SILVA FERNANDA ROBERTA, RODRIGUES ALCIR HUMBERTO. Frênulo lingual e aleitamento materno: estudo descritivo. **Audiol. Commun. Res.**; 2017.

Palavras-chave: Aleitamento Materno Exclusivo, díade mãe-filho, Atendimento Interdisciplinar

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

CBS 074

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA

Marina Soares MILIÃO (IC – marinamiliao@gmail.com)¹ Clarissana ARAÚJO-BOTARO (PQ)²

¹Curso de Fisioterapia; ²Professor – Faculdade de Minas – UNIFAMINAS

INTRODUÇÃO: O envelhecer faz com que o indivíduo proporcione uma habilidade funcional diminuída, tornando-se dependente ao realizar determinadas atividades de sua vida diária [1]. A fisioterapia tem um papel importante na atenção à saúde do idoso, seja na prevenção, no diagnóstico ou no tratamento. O fisioterapeuta pode contribuir para a diminuição ou ausência do aparecimento das doenças crônicas degenerativas que surgem principalmente com o envelhecimento, trazendo melhora na qualidade de vida dos pacientes [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar o perfil epidemiológico de pacientes idosos atendidos na clínica escola da faculdade UNIFAMINAS. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo com abordagem retrospectiva, baseado em prontuários de pacientes atendidos na Clínica Escola do UNIFAMINAS – Campus Muriaé - MG. Foram analisadas as seguintes variáveis: idade, sexo, peso, altura, atividade ocupacional, diagnóstico clínico e cinético/funcional, atividade física, hábitos de vida, período e métodos de tratamento. O responsável pela Clínica manifestou sua autorização assinando a carta de autorização. Os dados serão armazenados em uma planilha gerada no programa Microsoft Excel® 2013. A análise estatística dos dados será realizada de forma descritiva simples, onde as variáveis serão apresentadas por meio de frequências relativas (percentuais) e de frequências absolutas (N), médias e desvio-padrão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na amostra, foram analisados 33 prontuários de pacientes idosos, referentes ao período de março de 2016 a dezembro de 2017. Onde a média de idade foi de 70,27, sendo superior no sexo feminino (18). Com base no diagnóstico, o mais prevalente foi de Úlcera de Pressão, correspondente a 21,21% (7 casos), seguidos da Artrose com 15,15% (5 casos), AVE- Acidente Vascular Encefálico e Tendinite com 9,09% (3 casos), Parkinson e a Lombociatalgia com 6,06% (2 casos). Dentre as principais queixas coletadas a dor foi a que se destacou com 72,73% (24 casos), a falta de movimento e feridas foram as outras queixas mais relatadas com um percentual de 9,09% equivalente a 3 casos. Em relação à fisioterapia prévia, 69,70% relataram ter sido submetido a tratamentos fisioterapêuticos anteriormente, com valores iguais (n=23). Dos idosos analisados, baixa prevalência foi encontrada de indivíduos tabagistas (n=6) e etilistas (n=4). O exercício físico regular é uma importante estratégia na prevenção e manutenção da força, equilíbrio e postura em pacientes idosos. Na amostra, prevalências aumentadas foram observadas de indivíduos sedentários (n=23, 29,70%), ou seja, que não praticam atividade física regular. Ortopedia, Neurologia, Vascular e Dermatologia, foram às especialidades encontradas nos prontuários analisados, tendo uma prevalência superior de indivíduos com doenças ortopédicas (54,54%). Portanto os resultados do trabalho pesquisados não apresentam 100% de saldo positivo, uma vez que o índice de indivíduos que não praticam exercícios físicos foi elevado e tivemos também um percentual de tabagista e etilista, o que não é benéfico para a saúde do idoso. **CONCLUSÃO:** Com base no Perfil Epidemiológico dos pacientes idosos da Clínica Escola de Fisioterapia do Unifaminas-Muriaé, consideram-se necessário que estratégias de prevenção sejam implementadas com o intuito de evitar o aparecimento de doenças nesta população. Além disso, será relevante a criação e o desenvolvimento de políticas e programas de prevenção destes agravos a população adulta jovem, de forma que tenhamos um envelhecimento populacional saudável.

BIBLIOGRAFIA: [1] GOMES, Cíntia Sulino; BURANELLO, Mariana Colombini; CASTRO, Shamyry Sulyvan. Instrumentos de avaliação de funcionamento em idosos brasileiros e na CIF: uma revisão sistemática. *Fisioter. mov.*, vol.30, no. 3, Curitiba julho / setembro 2017. [2] FELIPE, Lais Keylla; ZIMMERMANN, Anita. Doenças crônicas degenerativas em idosos: Dados fisioterapêuticos. *Revista Brasileira em promoção da saúde*, vol: 24, no: 3, Fortaleza Jul./Set, 2011.

Palavras-Chave: Epidemiologia, Idoso, Fisioterapia.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 075

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES PEDIÁTRICOS SUBMETIDOS AO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO

Milena Maria Pires **MARQUES** (IC)¹ (IC – milena_marques_@hotmail.com)¹, Estefani Alice Mendonça **PEREIRA** (IC)¹ e Rafael Gonzalez de **-OLIVEIRA** (PQ)²

¹Curso de Fisioterapia; ²Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ 3680 000 – Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O câncer pediátrico é uma grande preocupação de saúde pública, possuindo distinções entre o câncer na faixa pediátrica e no adulto. Na criança, afeta o sistema hematopoiético e os tecidos de sustentação, não se associa com fatores de risco comportamentais e ambientais. Sendo que o câncer infanto-juvenis mais comum em todo o mundo é a leucemia (de 25% a 35% dos casos). A fisioterapia possui papel importante no tratamento oncológico pediátrico, garantindo melhora da qualidade de vida por meio da manutenção da integridade física e cognitiva [1]. O objetivo deste trabalho é traçar o perfil epidemiológico de crianças submetidas ao atendimento prestado pela fisioterapia no setor pediátrico de um centro oncológico. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo quantitativo, realizado em uma unidade de internação pediátrica de um hospital oncológico, onde foram analisados prontuários de crianças de zero a onze anos no período de 01/01/2016 a 01/03/2019. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** Foram incluídos no estudo 90 pacientes, 58% do sexo masculino e 42% feminino, com idade média de $7,08 \pm 2,6$ anos. As neoplasias mais frequentes foram as leucemias (36%) seguidas pelos sarcomas de partes moles (17%) e tumores renais (16%). Foram encontrados na população, distintas complicações, sendo a dor (24%), fraqueza muscular (22%) e dispneia (12%) as mais frequentes. Os principais tratamentos utilizados para o câncer pediátrico foram a quimioterapia e as cirurgias representando 93% das intervenções utilizadas. Quanto a realização de fisioterapia, 46% dos pacientes realizaram o tratamento durante o período de internação, destes 41% já possuíam complicações, do total que não realizou a fisioterapia 24% apresentaram complicações. Em relação as condutas utilizadas as mais comuns foram os exercícios respiratórios (18%), seguido por cinesioterapia motora (17%) e estimulação a tosse (14%). Na análise estatística foi utilizado o teste ANOVA onde encontrou um $p=2E-99$, demonstrando a relação entre idade, sexo, etnia e a realização da fisioterapia, no teste de *Tukey* observou que apenas a idade obteve diferença significativa ($p<0,05$). Do total analisado, 82% evoluíram com alta, em relação aos óbitos, 13% estavam em tratamento com a fisioterapia, sendo 9% em cuidados paliativos. Ao analisar estudos recentes, o diagnóstico de maior prevalência nos pacientes avaliados são as leucemias, corroborando os dados do INCA. Já em relação ao sexo predominante, vai a favor de alguns estudos, que apontam o gênero masculino como o mais prevalente. Segundo alguns autores, os objetivos e as condutas fisioterapêuticas corroboram entre si, utilizando condutas e técnicas de acordo com as necessidades individuais. Outros estudos relatam a eletroterapia, terapia manual e crioterapia como as condutas mais utilizadas. Diversos autores concordam com a dor sendo a principal complicação do tratamento oncológico infantil [3; 4]. **CONCLUSÃO:** Mediante aos dados obtidos é possível concluir que a maioria dos pacientes pediátricos oncológicos em tratamento evoluem com alguma complicação associada durante a internação e a fisioterapia atua diretamente em tais complicações, porém os pacientes são encaminhados aos tratamentos fisioterapêuticos de forma tardia o que limita o resultado do tratamento. **BIBLIOGRAFIA:** [1] HADAS, T. C.; GAETE, A. E. G.; PIANOVSKI, M. A. D. Câncer pediátrico: perfil epidemiológico dos pacientes atendidos no serviço de oncologia pediátrica do hospital de clínicas da UFPR. *Rev. Med. UFPR* 1(4):141-149 Out/Dez 2014. [2] INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). **Câncer infanto-juvenil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-infantojuvenil>>. Acesso em: 08 de maio de 2019. [3] PAIÃO, R. C. N.; DIAS, L. I. N. A atuação da fisioterapia nos cuidados paliativos da criança com câncer. *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*. Vol. 16, Nº. 4, Ano 2012. p. 153-169.

Palavras-Chave: Câncer, Pediatria, Fisioterapia.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 076

A EFICÁCIA E SEGURANÇA DA PSICOTERAPIA ASSISTIDA COM 3,4- METILENDIOXIMETANFETAMINA PARA O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS TRAUMÁTICO

¹ Hellen Louize Pacheco Di Firmo , Bárbara Linhares Calácio e Silva, Felipe Augusto Biccas Mourão , Larissa Gontijo Silva Maia, Patricia Guerra Moura, Lauro Eustáquio Guirlanda de Moura

1. Acadêmicos do curso de Medicina; 2. Orientador Centro Universitário FAMINAS – BH, Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: MDMA; PTSD.

Introdução: O Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT) pode ser caracterizado como uma resposta anormal a um evento traumático e significativo, causando perda sustentada de funcionalidade, acompanhada por altos índices de comorbidades psiquiátricas e risco de suicídio. O tratamento convencional (ISRS associado à psicoterapia) para o TEPT tem se mostrado pouco eficaz na remissão completa dos sintomas. Logo, é imperioso que surjam soluções eficazes e seguras para o seu tratamento. Assim se apresenta a psicoterapia assistida com 3,4- metilendioximetanfetamina (MDMA), popularmente conhecido como droga de abuso (ecstasy), mas em microdoses. Sua ação, segundo alguns estudos, produziria efeitos ansiolíticos e pró-sociais, desencadeando um aumento na confiança e redução da reatividade às memórias traumáticas, proporcionando um estado psicológico que aprimore o processo terapêutico. **Objetivo:** Avaliar a eficácia e a segurança da psicoterapia assistida com MDMA para o TEPT. **Metodologia:** Revisão sistemática na base de dados PubMed, utilizando os descritores: MDMA; PTSD para os últimos 10 anos. Foram incluídas onze publicações que se adequaram aos critérios de elegibilidade definidos para o estudo. **Resultados:** O TEPT é um problema de saúde mental de alta incidência no Brasil. Este transtorno se caracteriza como uma resposta anormal a um evento traumático e significativo, desencadeando sintomas de ansiedade ao lembrar lembranças do evento traumático. A psicoterapia assistida com MDMA tem se mostrado uma resposta segura e eficaz para o tratamento deste transtorno. Sua ação produz efeitos ansiolíticos e pró-sociais. Isso se dá através da diminuição da atividade na amígdala e hipocampo, e aumento do fluxo sanguíneo para o córtex pré-frontal. Estudos de fase II, duplo cegos, controlados por placebo compararam o MDMA e placebo na psicoterapia em 25 indivíduos com TEPT resistente ao tratamento. Foi observado que 85% dos pacientes com TEPT não mais preenchiam os critérios para o transtorno após três sessões de psicoterapia assistida por MDMA, enquanto 15% dos pacientes do grupo placebo tiveram remissão do quadro de TEPT. Um subsequente acompanhamento desse estudo evidenciou que, mesmo sem novas administrações de MDMA, não houveram efeitos neurocognitivos adversos. Os resultados originais foram sustentados quatro anos depois. **Conclusão:** As pesquisas em torno do uso do MDMA demonstram potencial terapêutico significativo na remissão dos sintomas de TEPT em pacientes refratários aos tratamentos convencionais. Mais estudos estão em avanço e espera-se a aprovação do tratamento com MDMA para o TEPT pelo FDA em um prazo de dois anos. **Referências** Mithoefer MC, Wagner TM, Mithoefer AT, Jerome L, Doblin R. The safety and efficacy of \pm 3,4-methylenedioxymethamphetamine-assisted psychotherapy in subjects with chronic, treatment-resistant posttraumatic stress disorder: the first randomized controlled pilot study. *J Psychopharmacol.* (2010) Oehen P, Traber R, Widmer V, Schnyder U. A randomized, controlled pilot study of MDMA (\pm 3,4-methylenedioxymethamphetamine)- assisted psychotherapy for treatment of resistant, chronic posttraumatic stress disorder (PTSD). *J Psychopharmacol.* (2013) Chabrol H, Oehen P. MDMA assisted psychotherapy found to have a large effect for chronic post-traumatic stress disorder. *J Psychopharmacol.* (2013)27:865–6. Vizeli P, Liechti ME. Safety pharmacology of acute MDMA administration in healthy subjects. *J Psychopharmacol.* (2017) 31:576–88 Mithoefer MC, Wagner MT, Mithoefer AT, Jerome L, Martin SF, YazarKlosinski B, et al. Durability of improvement in post-traumatic stress disorder symptoms and absence of harmful effects or drug dependence after 3,4 methylenedioxymethamphetamine-assisted psychotherapy: a prospective long-term follow-up study. *J Psychopharmacol.* (2013) Amoroso T., Workman M. (2016). Treating posttraumatic stress disorder with MDMA-assisted psychotherapy: a preliminary meta-analysis and comparison to prolonged exposure therapy. *J. Psychopharmacol.* Mithoefer MC, Feduccia, Jerome, Mithoefer , Wagner, Walsh , Hamilton, Yazar-Klosinski, Emerson, Doblin. MDMA-assisted psychotherapy for treatment of PTSD: study design and rationale for phase 3 trials based on pooled analysis of six phase 2 randomized controlled trials. *Psychopharmacology (Berl).* 2019 May 7 Mithoefer MC, Mithoefer AT, Feduccia AA, Jerome L, Wagner M, Wymer J, Holland J, Hamilton S, Yazar-Klosinski B, Emerson A, et al. 3,4 methylenedioxymethamphetamine (MDMA)-assisted psychotherapy for post-

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 077

A TRAJETÓRIA DA LIGA ACADÊMICA MULTIPROFISSIONAL À LUZ DE PAULO FREIRE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elzy Lorena PEREIRA (IC)¹, Carla Maria QUEIROZ (IC)², Fernanda Alves dos Santos CARREGAL (IC)², Natiely Pereira SILVA (IC)³, Danúbia Mariane JARDIM.(PQ)⁴

1. Curso de Medicina; 2. Curso de Enfermagem; 3. Curso de Biomedicina; 4. Professora. *Faculdade de Minas – FAMINAS-BH – BELO HORIZONTE - 31744007 - BELO HORIZONTE-MG*

APRESENTAÇÃO: As Ligas Acadêmicas são caracterizadas como atividades extracurriculares desenvolvidas por acadêmicos com a supervisão de docentes, tendo como objetivo principal a consolidação da tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão. As ligas proporcionam o protagonismo estudantil no processo de ensino aprendizagem e sanam as lacunas existentes na formação, corroborando com a abordagem educacional proposta pelo educador Paulo Freire (2015) que preconiza a mobilização do aluno para a construção do conhecimento através da educação dialógica [1] [2]. Neste contexto, destaca-se a Liga Acadêmica Multidisciplinar em Saúde Comunitária (LASC), como uma potente ferramenta para o desenvolvimento do aluno, a liga favorece o contato direto do aluno com a comunidade, ampliando o raciocínio crítico reflexivo subsidiado pelo conhecimento científico. Este estudo tem como objetivo relatar a trajetória da Liga Acadêmica Multidisciplinar em Saúde Comunitária e sua relação com a abordagem freireana. Trata-se de um relato de experiência sobre a trajetória da LASC com enfoque na concepção de educação libertadora de Paulo Freire. Utilizou-se o relatório das atividades exigido aos acadêmicos pela Coordenadoria de Extensão da instituição de ensino ao qual ela está vinculada, entre novembro de 2016 a agosto de 2019. **DESENVOLVIMENTO:** A Liga Acadêmica Multidisciplinar em Saúde Comunitária foi criada no ano de 2016 por acadêmicos de enfermagem vinculados a uma instituição de ensino da região metropolitana de Belo Horizonte, tendo como propósito o desenvolvimento de ações de cunho educativo na comunidade promovendo a prevenção e promoção a saúde. Frente ao reconhecimento da importância do trabalho em equipe a LASC tornou-se uma liga multidisciplinar, incluindo também os alunos do curso de medicina e biomedicina. As ações extensionistas ocupam um papel de destaque na liga, proporcionando o elo entre a pesquisa e ensino, as ações de promoção da saúde realizadas na comunidade geram dados que são analisados e publicados em eventos científicos. Desse modo, há uma ruptura com o modelo tradicional de ensino sendo a liga caracterizada como uma metodologia ativa efetiva e corrobora *com a abordagem* freireana. Nesses três anos de existência da LASC os acadêmicos desenvolveram eventos para a instituição acadêmica, ações educativas na comunidade, atuaram em todos os ciclos de vida e publicaram trabalhos científicos em eventos, desempenhando de forma efetiva o protagonismo estudantil e a formação científica contextualizada e participativa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A liga acadêmica proporciona o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais nos estudantes participantes, além de permitir a autonomia necessária para a efetividade do processo educacional num contexto de ensino-aprendizagem voltada para a integração com a comunidade e construção coletiva do sujeito educador contemporâneo.

BIBLIOGRÁFICAS: [1] FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. [2] Silva, S.A.D, Flores O. Ligas Acadêmicas no Processo de Formação dos Estudantes. *Revista Brasileira de Educação Médica*. 2015; 39 (3): 410-425.

Palavras-chave: Educação, ligas acadêmicas, ensino.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

CBS 078
A TUBERCULOSE NA ATENÇÃO BÁSICA

Rafael Lavarini **LOPES** (IC-rafaellavarini07@gmail.com)¹, André Feng Shiuh **TSAI** (IC)¹, Rafael Matos **MORAIS** (IC)¹, André Marinho de Andrade **FIGUEIRA** (IC)¹, Beatriz Martins **BORELLI** (PQ)²

1. Curso de Medicina; 2. Professora da Faminas-BH.

INTRODUÇÃO: A tuberculose (TB) é uma doença infecciosa e transmissível, cujo o agente etiológico é o *Mycobacterium tuberculosis*, também conhecido como bacilo de Koch. Essa doença afeta principalmente o sistema respiratório, mas também pode comprometer outros órgãos e sistemas (1). Sua transmissão ocorre por aerossóis, como tosse ou espirro, sendo o que os seres humanos são considerados como o principal reservatório da doença. Estudos descrevem que a doença prevalece em populações de países em desenvolvimento (2). O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece gratuitamente a vacina BCG (bacilo de Calmette-Guérin) considerada como bastante eficaz como medida para prevenção da tuberculose. Além disso, a TB é uma afecção tratável, porém com alta taxa de abandono ao tratamento (3). O presente trabalho teve como objetivo avaliar o índice epidemiológico de tuberculose na atenção primária e na descrição dos serviços oferecidos para o diagnóstico da doença TB, avaliando a taxa de adesão ao tratamento. **MATERIAL E MÉTODOS:** As informações foram coletadas no município de Santa Luzia-MG, por meio do registro de pacientes da UBS São Geraldo e do caderno de casos suspeitos de TB. Também, foram avaliados os métodos diagnósticos mais utilizados no posto e o desfecho sobre os casos confirmados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram encontrados 343 casos suspeitos de tuberculose entre os anos de 2012 a 2019. Entre eles, 20 pacientes foram confirmados com TB nesses anos, sendo o ano de 2017 com o maior número de casos confirmados (5 casos). A partir da análise dos dados verificou-se uma maior prevalência da doença nos indivíduos do sexo masculino, sendo que a prevalência da tuberculose na população masculina foi 9 vezes maior quando comparada com a feminina (18 homens para 2 mulheres). Com relação à idade dos pacientes observou-se que a média era de 43 anos. A idade mínima foi de 16 anos e a máxima foi de 71 anos, ambos do sexo masculino. Vários métodos diagnósticos foram utilizados na UBS para confirmação dos casos da doença, sendo que os mais utilizados foram raio X de tórax, baciloscopia de escarro e teste tuberculínico (PPD), sendo utilizados 16, 15 e 4 vezes, respectivamente. Realizou-se o teste de HIV em todos os pacientes suspeitos de TB, apresentando resultado negativo para todos os casos. O tratamento foi bem-sucedido em 8 casos, sendo considerados curados, os pacientes que apresentaram resultado negativo em três testes de baciloscopia negativos num intervalo de três meses entre eles. Nove pacientes ainda se encontram em tratamento e três abandonaram. O motivo do abandono não foi registrado nos registros dos pacientes em acompanhamento. Nessa perspectiva, para Pinto et al. (4), a adesão ao tratamento compreende não apenas à ingestão medicamentosa, mas um processo dinâmico e multidimensional que envolve aspectos comportamentais, psíquicos e sociais, e requer decisões e responsabilidades compartilhadas entre usuário, equipe de saúde e rede social de apoio, com abordagens que atendam às singularidades dos indivíduos de tal forma que alie as orientações e adequações dos esquemas terapêuticos ao estilo de vida do doente. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que a TB é uma doença difundida na população circunscrita, pois apesar de haver opções de imunização e tratamento ainda há um número elevado de paciente que abandonam a terapêutica, devido aos: efeitos colaterais dos medicamentos; a longa duração do tratamento; e a suspensão medicamentosa sem a recomendação médica quando o quadro clínico apresenta melhoras. Desse modo, a TB continua sendo um problema de saúde pública mundial que exige novas estratégias para o seu controle. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS, ao corpo docente, direção e administração pelo apoio na realização deste trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** (1) - Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília-DF. Volume Único, 360-397, 2016. (2) - **Global tuberculosis report 2016**. World Health Organization. Dados organizados pelo CFM a partir das informações da Fig. 2.2 (pág. 12) e Tabela A4.1 (págs. 182-185). (3) - Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. 2011**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_recomendacoes_controle_tuberculose_brasil.pdf. Acesso em: 10 maio. 2019. (4) - BERALDO AA, ANDRADE RLP, ORFÃO NH, SILVA-SOBRINHO RA, PINTO ESG, WY SOCKI AD, et al. **Adesão ao tratamento da tuberculose na Atenção Básica: percepção de doentes e profissionais em município de grande porte**. Esc Anna Nery; (4), 2017.

Palavras-chave: Tuberculose; *Mycobacterium tuberculosis*; Tratamento

CBS 079

ÓBITOS FETAIS: ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO NA MACROREGIÃO SUDESTE DE MINAS GERAIS

SOUZA, Iasmim Sand Ferreira de¹ (iasmim_souza08@hotmail.com); GARCIA, Ana Clara Ribeiro¹; VAZ, André Marinho¹; ARAUJO, Beatriz Almeida¹; GUEDES, Juliana Barroso Rodrigues²

1-Graduando do Curso de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS-MURIAÉ; 2. Mestre Orientadora Centro Universitário UNIFAMINAS -MURIAÉ.

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que gestantes realizem 6 consultas durante o pré-natal, isso é feito para garantir a saúde da mãe e feto. De acordo com o Ministério da Saúde, considera-se óbito fetal a morte do produto da concepção, ocorrida antes da sua completa expulsão ou extração do organismo materno, independentemente do tempo de gestação². A taxa de mortalidade fetal (TMF) é considerada um dos melhores indicadores de qualidade de assistência prestada à gestante e ao parto². Seu cálculo é feito através do número total óbitos fetais no numerador e o número de nascimentos totais no denominador, tendo como variância a idade gestacional e o peso do feto³. Apesar da relevância, o indicador não foi incluído pela ONU como um dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio¹ e os óbitos fetais permanecem ignorados nas políticas e programas públicos de saúde, tanto no nível internacional quanto local. **OBJETIVO:** Analisar as taxas de óbitos fetais no município nos anos de 2007 a 2017 em relação a idade gestacional e peso do feto. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva realizada a partir de dados disponíveis no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), através do acesso ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), referentes a óbitos fetais, levando em consideração características como peso ao nascer e idade gestacional. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados mostram que houve cerca de 79 óbitos fetais em fetos com menos de 1000g em 2007. Já em 2017 esse resultado foi de 47 óbitos fetais em fetos com menos de 1000g. Destaca-se um declínio de 40% nas mortalidades em que o feto é inviável. Em termos práticos esses resultados são promissores, uma vez que demonstram que o número de gestações que conseguiram alcançar o terceiro trimestre gestacional é maior. **CONCLUSÃO:** A partir dos dados apresentados, é possível observar que, ainda hoje, a questão dos óbitos fetais não tem seu devido reconhecimento nas obras de políticas públicas nos cenários nacional e internacional, é possível observar que, apesar de um declínio satisfatório entre 2007 e 2017, ainda sim os números são alarmantes. Frente ao exposto, se faz necessário a análise dos fatores relacionados às causas dos óbitos que ainda se fazem presente, incluindo nas políticas públicas medidas de ação e prevenção quanto a saúde de mãe e feto, especialmente no que tange o pré-natal, preconizado e de fundamental importância para uma gestação e parto saudáveis. Além disso, o investimento em infraestrutura para suporte de recém-nascidos prematuros é de fundamental importância, visto que também tem influência nos dados coletados no presente estudo. **BIBLIOGRAFIA** Lawn JE, Gravett MG, Nunes TM, Rubens CE, Stanton C, Gapps Review Group. Global report on preterm birth and stillbirth (1 of 7): definitions, description of the burden and opportunities to improve data. BMC Pregnancy Childbirth. 2010;10(Suppl). Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal. 2.ed. Brasília (DF); 2009 [citado 2012 abr 10]. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/manual_obito_infantil_fetal_2ed.pdf Stantos C, Lawn C, Lawn JE, Rahaman H, WilczynskaKetende K, Hill K. Stillbirth rates: delivering estimates in 190 countries. Lancet. 2006;367(9521):1487-94. DOI:10.1016/S0140 6736(06)68586 3. World Health Organization, Department of Reproductive Health and Research. National, regional, and worldwide estimates of stillbirth rates in 2009 with trends since 1995: policy brief. Geneva; 2011 [citado 2013 dez 19]. Disponível em: http://www.who.int/reproductivehealth/publications/maternal_perinatal_health/rhr_11_03/en/index.html.

4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 080
AMEBÍASE: UMA BREVE REVISÃO SISTEMÁTICA

NASCIMENTO THAYNA BARBOSA, **GONÇALVES** ANDRESSA SIMONASSI ¹, **ROMANELLI** ANA TERESA BAHIA **CARDOSO**, OLIVEIRA MYSMA VIDAL DE ¹, **COSTA**, DANIELA CAMARGOS ²

1. Acadêmico do curso de graduação do curso Medicina da Faculdade de Minas-BH;
2. Professora titular da disciplina de parasitologia no curso de medicina na instituição FAMINAS-BH

Centro Universitário FAMINAS-BH - 31744-007- Belo Horizonte- MG

INTRODUÇÃO: A amebíase é uma parasitose causada pelo protozoário *Entamoeba histolytica*, da família Entamoebidae, filo Sarcostomata e classe Loba. A transmissão da parasitose ocorre de indivíduo para indivíduo através da ingestão de alimentos e de água contaminados pelos cistos do parasito. Tem-se como foco primário o acometimento do intestino causando disenteria, colite e enterocolite amebiana. O protozoário em questão apresenta distribuição cosmopolita e risco à saúde nos países onde as barreiras sanitárias são inadequadas, constituindo um problema de saúde pública.

DESENVOLVIMENTO: A amebíase representa um problema de saúde pública em países subdesenvolvidos de clima tropical e subtropical, principalmente em locais onde há precariedade no saneamento básico e no abastecimento de água potável. No Brasil, a parasitose tem maior incidência nas populações com menor nível socioeconômico, sendo prevalente nas regiões Norte e Nordeste. A *E. histolytica* apresenta um ciclo biológico monoxênico, no qual completa o seu ciclo evolutivo no intestino grosso do hospedeiro. A transmissão da parasitose ocorre pela ingestão de alimentos e água contaminados com cistos do parasito, provenientes de material fecal. Nesse contexto, a amebíase apresenta um ciclo patogênico intestinal, causando disenteria, colite e enterocolite amebiana, caracterizadas por dores abdominais, fezes aquosas e mucosas, náuseas e vômitos. Além disso, em casos de complicação, pode evoluir para o ciclo patogênico extraintestinal, que acomete, sobretudo, o tecido hepático. O diagnóstico efetivo constitui-se de uma boa anamnese, exames laboratoriais, a exemplo do EPF (exame parasitológico de fezes) para avaliar a presença do parasito nas fezes, exames sorológicos, como o ELISA e moleculares, tal como o PCR (Proteína C Reativa). O tratamento consiste em três grupos de medicamentos: amebicidas tissulares, amebicidas que atuam na luz intestinal e amebicidas que atuam tanto na luz intestinal quanto em outros tecidos. A profilaxia baseia-se no acesso ao saneamento básico e à água potável, higiene pessoal e alimentar além da criação de um programa de saúde pública em combate à amebíase.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A amebíase é uma protozoose que pode ser classificada como um problema de saúde pública mundial, visto que ela é influenciada por aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais. Pode-se perceber que em locais onde há uma ausência de saneamento básico ou este de forma ineficaz, o *Entamoeba histolytica* apresenta-se com ampla distribuição, principalmente entre as crianças. Diante disso, determinadas ações são necessárias de forma a reduzir os índices de contração de amebíase no Brasil, tais como maiores investimentos em saneamento básico, ações de educação em saúde e higiene pessoal e alimentar mais eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] SANTO, Fred Luciano Neves; SOARES, Neci Matos. Mecanismos fisiopatogênicos e diagnóstico laboratorial da infecção causada pela *Entamoeba histolytica*. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, v. 44, n. 4, p. 249-260, 2008. [2] CHAVES, Palermo Carlos Antônio; FILHO, José Teixeira de Seixas; DANTAS, Marcia Macedo Lima. Revisão do mecanismo fisiopatológico da amebíase. *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, 2010, v.14, n.19, p.74-87, Fev. 2010. [3] VIEIRA, M.R. Amebíase e outras parasitoses intestinais no município de São João do Piauí-Pi Brasil. Tese de mestrado em patologia da Universidade Federal Fluminense, 2004. [4] CARLI, G. A. Parasitologia clínica. Editora Atheneu. São Paulo, 2005. [6] SANTOS, F. L. N.; SOARES, N.M. Mecanismo fisiopatogênico e diagnóstico laboratorial da infecção pela *Entamoeba histolytica*. *Jornal Brasileiro Med. Lab.* v. 44, n. 4, p. 249-261, ago, 2008.

Palavras-chave: Amebíase, *Entamoeba histolytica*, parasitose, saneamento básico, epidemiologia, contaminação.

CBS 081

ANÁLISE DOS CASOS DE SÍFILIS GESTACIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Henrique Marreiros Veloso **CARNEIRO** (IC – henriquemvc@gmail.com), Isabella Doriguêto **MOREIRA** (IC)¹, Gabriela Benedini Strini Portinari **BEJA** (IC)¹, Iara Helena de Meireles **MARINHO** (IC)¹, Mariana Moreira **PENEDO** (IC)¹ e Juliana Barroso Rodrigues **GUEDES** (PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST) causada pela bactéria *Treponema pallidum* que pode ser transmitida verticalmente, da mãe para o feto, por transfusão de sangue ou por contato direto com o sangue contaminado.¹ Essa, constitui uma doença sistêmica e infecciosa de grande abrangência, de desenvolvimento crônico e de altas taxas de mortalidade gestacional caso não seja diagnosticada e tratada o mais precoce possível.⁵ Pode afetar todas as classes econômicas, porém sua prevalência está associada ao baixo nível cultural e econômico³, gravidez na adolescência, uso de drogas, falta de conscientização sexual, além de ter coinfeção por HIV.¹ Em relação a sua incidência, no estado de Minas Gerais, segundo o DATASUS-SINAN, a taxa de detecção foi de 19.425 casos no período de 2010 a 2018.² Portanto, a baixa prevenção por parte da população, a falta de notificação e reconhecimento da doença justifica o aumento dos dados epidemiológicos. Logo, tendo em vista a relevância do assunto, esse presente estudo tem como objetivo apresentar os índices da doença no estado de Minas Gerais (MG). **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de levantamento de dados epidemiológicos e bibliográficos sobre a incidência de sífilis no estado de Minas Gerais. O primeiro foi obtido pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Já o segundo foi realizado nas base de dado do Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período dos anos de 2010 a 2018. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Analisando de forma estratificada a incidência, houve um expressivo aumento em Minas Gerais nos anos de 2010 a 2018, os quais foram notificados, respectivamente, 383, 591, 939, 1.254, 1.859, 2.663, 2.915, 4.084 e 4.732 casos.² Em decorrência desse crescimento totaliza-se 19.425 notificações que em comparação com o total de dados do Brasil, nos mesmos períodos, corresponde a 6,83%.² Isso pode ser explicado por diversas variáveis, dentre elas estão o número de gestantes que relatam não usar nenhum método de prevenção por motivos pessoais e fatores externos.⁴ Outra causa é o aumento do número de casos em adolescentes, que configura uma população vulnerável, sendo a relação sexual cada vez mais precoce e vinculada à negligência ao uso de preservativos.^{3 e 4} Além disso, outro ponto que corrobora com os dados de notificação é a baixa escolaridade que pode ser marcador importante do pouco acesso aos serviços de saúde.⁵ **CONCLUSÃO:** Os resultados deste estudo demonstram que o número de sífilis ainda é um problema crescente de saúde pública no país, visto que os dados encontrados ratificam a alta taxa de casos notificados no estado de Minas Gerais (6,83%) em comparação com os dados do Brasil, nos anos de 2010 a 2018. Diante desse fato, a baixa escolaridade, não adesão aos métodos preventivos e a vulnerabilidade dos adolescentes são variáveis que permitem justificar os resultados encontrados. Para diminuir o predomínio de sífilis gestacional é importante que os órgãos de saúde e a comunidade se engajem na relevância do diagnóstico precoce e do tratamento efetivo e abrangente da mulher e de seu parceiro. Para esse fim, é necessário que haja uma equipe multidisciplinar focada na busca ativa das gestantes que não participam da consulta de pré-natal, além de realizar ações de prevenção e promoção com foco na conscientização da população quanto aos agravos da prática sexual desprotegida e do valor do autocuidado, principalmente entre os mais frágeis e suscetíveis a doença. **BIBLIOGRAFIAS:** [1] PEREIRA, Bianca de Souza et al. Fatores associados à infecção pelo HIV/AIDS entre adolescentes e adultos jovens matriculados em Centro de Testagem e Aconselhamento no Estado da Bahia, Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 747-758, Mar. 2014.; [2] DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS - DATASUS. Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade: banco de dados. Disponível: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/sifilisgestanteMG.def>>. Acesso em: 03 jun. 2019.; [3] MAGALHÃES, Daniela Mendes dos Santos et al. A sífilis na gestação e sua influência na morbimortalidade materno-infantil. *Comunicação em Ciências da Saúde*, p. 43-54, 2011.; [4] PADOVANI, Camila; OLIVEIRA, Rosana Rosseto de; PELLOSO, Sandra Marisa. Sífilis na gestação: associação das características maternas e perinatais em região do sul do Brasil. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 26, e3019, 2018.; [5] SONDA, Eduardo Chaida et al. Sífilis Congênita: uma revisão da literatura. *Revista de Epidemiologia E Controle de Infecção*, v. 3, n. 1, p. 28-30, 2013.

Palavras-chave: Sífilis congênita; Doenças sexualmente transmissíveis; Infecções por treponema

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 082

ANÁLISE DOS HIPOGLICEMIANTES UTILIZADOS POR PACIENTES COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 NA UBS-SERRA VERDE/BELO HORIZONTE-MG

Maria Fernanda Alves **VIEIRA** (IC- mariafermandavieira65@gmail.com)¹, Rafael Barbosa **SILVEIRA** (IC)¹, Valeria Cristina **JARDIM** (IC)¹, Emilly Andrade **COTA** (IC)¹, Maria Eduarda Venturim Almeida **VIEIRA** (IC)², Nivaldo Pires **BICALHO** (PQ)³

1. Graduando do curso de medicina da Faculdade de Minas-BH; 2. Graduando do curso de medicina do UNIFAMINAS-Muriaé; 3. Preceptor da disciplina de atenção à saúde da Faculdade de Minas-BH e médico da família e comunidade da UBS Serra Verde/Belo Horizonte-MG

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus é um importante problema de saúde para todos os países, se especificando como uma epidemia mundial. O Diabetes Mellitus tipo 2 é caracterizado por hiperglicemia persistente, decorrente de deficiência na produção de insulina ou na sua ação, qual acarretará complicações em longo prazo, disfunções e insuficiência de vários órgãos, como distúrbios microvasculares e macrovasculares, aumento de morbidade, redução da qualidade de vida e elevação da taxa de mortalidade. Atualmente, a classificação do DM baseia-se na sua etiologia. O DM2 possui etiologia complexa e multifatorial, envolvendo componentes genéticos e ambientais, ou seja, poligênica com contribuição significativa de fatores ambientais. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo transversal realizado em uma amostra composta por 50 pacientes (n=50) acompanhados por um período que se estendeu de agosto a outubro de 2018 na Unidade Básica de Saúde Serra Verde (Belo Horizonte – MG). Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: i) ser paciente com diagnóstico prévio de DM tipo 2; ii) ser pertencente à equipe 2 da referida unidade de saúde. Como critério de exclusão foi definida a idade superior a 75 anos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A busca ativa foi realizada de acordo com análise do prontuário e ação do Agente comunitário de saúde (ACS). Após a busca ativa dos pacientes, foi feita a avaliação de alguns pontos do questionário elaborado pelo grupo. Esse questionário envolvia questões objetivas e subjetivas, englobando fármacos utilizados, peso, altura, avaliação de exames, hábitos de vida, comorbidades. Percebeu-se dentre os pacientes estudados que 50% fazem uso de insulina, sendo 18% de forma isolada, 24% em terapia com um hipoglicemiante oral. Monoterapia com metformina foi descrito por 22%, e em associação, 64% dos pacientes. 44% dos pacientes utilizam mais de um agente para a busca da hemoglobina glicada (Hb1AC) na faixa controle. Foi observado que 66% dos pacientes possuem Hb1AC superior à 7%, o que pode evidenciar falha no esquema terapêutico, baixa adesão ao tratamento e que muitos tem dificuldade no entendimento e aceite da doença. O controle glicêmico é descrito como importante precursor para minimizar alterações micro e macro vasculares, buscando manter o paciente assintomático e com maior qualidade de vida. O Ministério da Saúde sugere a avaliação semestral da glicemia de jejum e HbA1C aos pacientes dentro da meta glicêmica e de três em três meses para os pacientes que estão acima da meta. **CONCLUSÃO:** há necessidade da implementação de novas medidas governamentais e estudos epidemiológicos para a enumeração de problemas e possíveis soluções a serem realizadas de forma local e objetiva. Diante dos resultados, percebeu-se a relevância de avaliar a adesão, efetividade e eficácia do tratamento, o acompanhamento propedêutico e medidas de intervenção. Isso pode refletir o que se vê de modo geral na atenção básica, mostrando a necessidade de novas ações para esse público-alvo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] International Diabetes Federation. IDF Atlas. 7th ed. Brussels, Belgium: International Diabetes Federation; 2015; [2] World Health Organization. Global report on diabetes [Internet]. Geneva; 2016. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/204871/1/9789241565257_eng.pdf. Acesso em: 23 de abril de 2019; [3] American Diabetes Association. Standards of medical care in diabetes. Diabetes Care. 2017;40(Suppl 1):S1-131; [4] Goldman L, Ausiello D. Cecil Medicina Interna. 24. ed. SaundersElsevier, 2012; [5] Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018 / Organização José Egídio Paulo de Oliveira, Renan Magalhães Montenegro Junior, Sérgio Vencio. -- São Paulo: Editora Clannad, 2017.

Palavras-chave: diabetes mellitus; adesão ao tratamento; busca ativa
Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 083

ANÁLISE QUANTITATIVA DE EQUIPAMENTOS MAMOGRAFÍCOS NO ANO DE 2018 EM MURIAÉ – MG

Késia Cristina Araújo **ANDRADE**¹, Lais Cunha **SCALLA**¹, Paula Figueiredo **MORETZSOHN**¹, Rebeca de Paula **PEDROSA**¹, Juliana Barroso Rodrigues **GUEDES**²

¹ Acadêmicos do curso de Medicina do Unifaminas Muriaé. ² Professora do Unifaminas Muriaé.

INTRODUÇÃO: Em 2002, o câncer de mama foi considerado o mais prevalente em todo o mundo, sendo também a principal causa de morte por câncer e o tipo mais frequente entre as mulheres - 23% de todas as neoplasias - (GONÇALVES, 2007). O Instituto Nacional de Câncer (INCA) estimou, em 49.470, o número de casos novos de câncer de mama no Brasil em 2005, com um risco estimado de 53 casos a cada 100 mil mulheres (GONÇALVES, 2007). A detecção precoce possibilita redução da mortalidade e manutenção da qualidade de vida, com possibilidade de sobrevida maior entre os doentes. Dentre as estratégias para tal, o diagnóstico precoce (abordagem de pessoas com sinais ou sintomas iniciais da doença) e o rastreamento (aplicação de exame em população assintomática, a fim de identificar lesões sugestivas, e encaminhar resultados alterados para investigação e tratamento), se aplicam como as principais estratégias. No Brasil, a mamografia é o método preconizado para rastreamento na rotina da atenção integral à saúde da mulher, sendo recomendada para as mulheres de 50 a 69 anos a cada dois anos. Nesse sentido, a mamografia de rastreamento para mulheres de 40 a 79 anos pode reduzir a mortalidade, sendo benefício maior encontrado na faixa de 50 a 69 anos, com redução da mortalidade em torno de 25%. Segundo o ministério de saúde, é preconizado a existência de 1 (um) mamógrafo – aparelho que realiza mamografias - para cada grupo de 240 mil habitantes. **OBJETIVO:** Quantificar de forma sistemática o número de mamógrafos e a quantidade de mamografias bilaterais de rastreio realizadas no município de Muriaé em comparação ao estado de Minas Gerais, levando em consideração o que é preconizado pelo ministério da saúde. **METODOLOGIA:** Os dados utilizados no trabalho foram obtidos através do acesso a plataforma DATASUS, sendo analisados os itens “Demográfico e Socioeconômico” e “Assistência a Saúde”, referentes aos anos de 2012 e 2018, respectivamente, sendo os mais recentes. Determinou-se a base da pesquisa o estado de Minas Gerais e o município de Muriaé. Ademais, realizou-se ainda um levantamento bibliográfico utilizando as bases SCIELO e PUBMED. **RESULTADOS ENCONTRADOS:** Foram realizados análises comparativas entre o número de equipamentos mamográficos no município de Muriaé-MG e o número de equipamentos no estado de Minas Gerais. Em Minas Gerais, segundo levantamento do DATASUS, há 19.855.332 habitantes e 550 (quinhentos e cinquenta) mamógrafos prestando serviço para o SUS, superando o preconizado pelo Ministério da Saúde (MS). Realidade essa que se repete no município de Muriaé – MG, com 7 (sete) mamógrafos para uma população de 102.074 pessoas. Além disso, os dados levantados sobre número de procedimentos de rastreamentos de câncer de mama em Muriaé foram de 8.381 aprovados, sendo em Minas Gerais 415.084 procedimentos aprovados. Ademais, dentro do total de aproximadamente 102 mil habitantes, estima-se que 9.758 são mulheres que se encontra na faixa etária de 50 a 69 anos, sendo essa faixa de cobertura para a realização do exame de mamografia para rastreio de câncer de mama, de acordo com o Ministério da Saúde. Por fim, a população de mulheres dentro da faixa etária de 50 a 69 anos em Minas Gerais corresponde a 1.752.676 indivíduos, e em Minas Gerais população total é de aproximadamente 19.855.332 pessoas segundo o senso realizado em 2012, disponibilizado no DATASUS. **CONCLUSÃO:** Considerando os equipamentos em uso analisados, percebe-se que na cidade de Muriaé-MG, o número de mamógrafos é superior ao preconizado pelo Ministério da Saúde, interferindo no quantitativo de verbas destinadas a aquisição de equipamentos para o rastreio de câncer de mama. **REFERÊNCIAS:** FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA. Disponível em: <<http://www.fcv.org.br/site/conteudo/detalhe/87>> Acesso em: 30 de Maio, 2019. GONÇALVES, A. T. C. et al; **Câncer de mama: mortalidade crescente na Região Sul do Brasil entre 1980 e 2002.** Caderno de Saúde Pública, vol. 28, n° 4, págs. 1785-1790, ago., Rio de Janeiro, 2007. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Detecção precoce do câncer de mama.** Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-de-mama/acoes-de-controle/deteccao-precoce>>. Acesso em: 25 de Maio, 2019. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde da Mulher.** Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br/saudedamulher>>. Acesso em: 26 de Maio, 2019.

Palavras-chave: Mamografia, Câncer de mama, Rastreamento

CBS 084

ASSÉDIO MORAL NO MEIO MÉDICO E SUAS REPERCUSSÕES

LUCCA AIRES PORTO RODRIGUES¹, ANDRESSA SIMONASSI GONÇALVES¹, DALILA PERCILIA SIQUEIRA
POSSA¹, JOSÉ HELVÉCIO KALIL DE SOUZA²

1. Acadêmico do curso de graduação do curso Medicina da Faculdade de Minas-BH; 2. Médico, Doutor em Reprodução Humana, e Professor Titular de Ginecologia na Faculdade de Minas (FAMINAS-BH).

Centro Universitário FAMINAS-BH - 31744-007- Belo Horizonte- MG

APRESENTAÇÃO: O assédio moral (AM) está estritamente relacionado a condição natural do ser humano, encontrando-se em todos os seguimentos da sociedade e principalmente no ambiente de trabalho, pois está associado ao poder patronal principalmente. Do AM praticado, independentemente do modo que a ação se desencadeia, o que está sempre à frente da conduta é a pura incapacidade de compreender o outro indivíduo como ser humano^[1]. Assim, o presente trabalho tem como objetivo definir assédio moral e suas implicações no âmbito da saúde, abordando seus efeitos no ambiente de trabalho e na saúde do trabalhador. Além de discorrer sobre como são tratados os processos de assédio moral sofridos pelos médicos^{[1],[2]}.

DESENVOLVIMENTO: O diagnóstico de situações de assédio moral é difícil e caracteriza-se por pequenas atitudes, que não acontecem de forma brutal, instantânea e perceptível. Por isso, a dificuldade de perceber o assédio o torna um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho. Para que ações e atitudes no mundo do trabalho enquadrem-se em AM, devem ser observados alguns critérios, além de ser preciso considerar a influência dos aspectos culturais e dos objetivos do assediador.^{[2],[3]}. Ao que tange o trabalho dos profissionais de saúde, é importante enfatizar a necessidade de estarem alertas para as possíveis situações de assédio moral, vez que suas atividades são estressantes. Além do fator agravante que é o processo hierárquico dos serviços de saúde, o qual, historicamente, confere aos médicos em detrimento das demais categorias profissionais. Nestas circunstâncias, há a necessidade de redobrar a atenção para identificar possíveis situações de assédio moral.^{[3],[4]}. Ao afetar os profissionais médicos, pode gerar quadros de estresse pós traumático, o que afeta não apenas a vida pessoal mas também a profissional, podendo prejudicar a qualidade de vida e suas atuações nos cuidados dos pacientes assistidos por eles. Destarte, é de suma importância reconhecer os sintomas de estresse pós-traumático nas vítimas de assédio moral no trabalho e atender às necessidade delas com o intuito de auxiliá-las no tratamento e melhora de qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As situações de assédio moral estão presentes no ambiente de trabalho, principalmente ao que tange o setor da saúde e está relacionado em especial no desenvolvimento de distúrbios psíquico emocionais. Assim, há uma necessidade de preservar a saúde mental dos trabalhadores e reduzir os impactos. O primeiro passo está em adotar medidas preventivas como a criação de ambientes saudáveis e relações de confiança, igualdade e equidade entre as pessoas; a implantação de um código de ética e/ou de condutas nas instituições e programas de treinamento para a prevenção de comportamentos violentos no trabalho, além de estabelecer uma convergência multidisciplinar com a participação de diversos segmentos como sindicatos, enfermeiros, médicos, psicólogos, entre outros profissionais para criar um grupo de reflexão com intuito de estabelecer melhores estratégias de como montar um ambiente de labor justo e saudável com menos riscos e conseqüentemente proporcionando menos sofrimento aos profissionais.

REFERÊNCIAS:[1]. Matthiesen SB, Einarsen S. Psychiatric distress and symptoms of PTSD among victims of bullying at work. Br J Guid Counc. 2004;32(3):33556, <http://dx.doi.org/10.1080/03069880410001723558>. [2] Nielsen MB, Matthiesen SB, Einarsen S. Sense of coherence as a protective mechanism among targets of workplace bullying. J Occup Health Psychol. 2008;13(2):128–36, <http://dx.doi.org/10.1037/1076-8998.13.2.128>. [3] Haoka T, Sasahara S, Tomotsune Y, Yoshino S, Maeno T, Matsuzaki I. The effect of stress-related factors on mental health status among resident doctors in Japan. Med Educ. 2010;44(8):826–34, <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2923.2010.03725.x>. [4] Assédio moral no trabalho. [Internet]. [acesso 15 ago. 2012]. Disponível: <http://www.assediomoral.org/spip.php?rubrique3>

Palavras-chave: Assédio moral; trabalho; médico

CBS 085

AValiação de Atendimento Médico na Atenção Primária à Saúde Discriminada por Sexo na Unidade Básica de Atendimento do Bairro Santana em Muriaé-MG

Felipe Araújo **ROCHA** (IC- felipetokio@hotmail.com)¹, Adrieli Tavares **POLATE**(IC)¹, Luísa de Almeida **FONSECA**(IC)¹, Marcia Luísa Vieira **GUILHERME**(IC)¹, Samara Soares Mendonça **CONRADO**(IC)¹ e Richard Duvanel **RODRIGUES**(PQ)²

1. Curso de Medicina; 2. Professor da Universidade Faculdade de Minas - UNIFAMINAS - Muriaé -36880-000 – Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A Atenção Primária à Saúde (APS) tem como seus pilares a promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação dos indivíduos, em âmbito individual e coletivo [1]. Sendo assim, a Unidade Básica de Saúde (UBS) é a porta de entrada de indivíduos que buscam assistência à saúde. Podemos observar também que culturalmente as mulheres procuram mais a assistência médica do que os homens [2]. Baseando-se nisso o presente estudo tem como objetivo avaliar quantitativamente a proporção de pessoas do gênero masculino e feminino que buscaram atendimento médico na UBS do bairro Primavera na cidade de Muriaé. **MATERIAL E MÉTODOS:** O levantamento de dados foi feito a partir de análise descritiva quantitativa do Relatório de Atendimento Individual gerado pelo Ministério da Saúde na UBS do bairro Primavera da cidade de Muriaé em Minas Gerais. Esse relatório é gerado a partir do atendimento médico. Foi analisada a quantidade de consultas médicas realizada no período de um ano, de julho de 2018 a junho de 2019. Foi discriminado a quantidade de pacientes do gênero masculino e feminino que foram à consulta médica nesse período. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A amostra foi composta por todas as consultas médicas realizadas nos doze meses, sendo um total de 6640 consultas (100%). O resultado encontrado foi que 70,15%(4.658) dos pacientes foi do gênero feminino e 29,85% (1.982) foi do gênero masculino. A partir desses dados podemos observar que o número de mulheres que procuram atendimento médico é muito mais expressivo do que de homens, fato esse já mencionado por Pinheiros,2002. A compreensão dos motivos pelos quais os pacientes do gênero masculino não têm procurado assistência médica é ampla e complexa, porém um dos fatores que levam a baixa procura dos homens por atendimento médico é a dificuldade de acesso às unidades de saúde[3]. Outra justificativa muito comumente encontrada, é que os pacientes do gênero masculino não se sentem como público alvo de ações geradas pelas unidades de saúde, que promovem muitas ações para a população do gênero feminino[3][4]. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que, a proporção de pacientes do gênero masculino que compareceram à consulta médica é de 42,55% do número pacientes do gênero feminino, revelando uma grande discrepância entre os públicos estudados. Diante disso, verifica-se a necessidade de fomentar uma maior procura dos pacientes do gênero masculino pela Atenção Primária de Saúde, afim de que seus princípios sejam cumpridos. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA** [1]. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE – CONASS. Atenção primária. Seminário para a estruturação de consensos. **Caderno de informação técnica e memória de Progestores.** Brasília; CONASS, 2004. (CONASS Documenta,2);[2]. Pinheiro RS, Viacava F, Travassos C, Brito AS. **Gênero, morbidade, acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil.** Ciênc Saúde Coletiva 2002; 7:687-707; [3]. Kalckmann S, Batista LE, Souza LCF. **Homens de baixa renda falam sobre saúde reprodutiva e sexual.** In: Adorno R, Alvarenga A, Vasconcelos MP, organizadores. Jovens, trajetória, masculinidades e direitos. São Paulo: Edusp; 2005. p. 199-217;[4]. Schraiber LB. **Eqüidade de gênero e saúde: o cotidiano das práticas no Programa Saúde da Família do Recife.** In: Villela W, Monteiro S, organizadores. Gênero e saúde: Programa Saúde da Família em questão. Rio de Janeiro: ABRASCO/Brasília: Fundo de População das Nações Unidas; 2005. p. 39-61.

Palavras-chave: consulta médica, gênero masculino, gênero feminino.

CBS 086

AValiação Epidemiológica de Pacientes que Possuem Diabetes Mellitus Assistidos pela Unidade de Saúde Básica no Bairro do Primavera em Muriaé - MG

Adrieli Tavares **POLATE** (IC- adrielitavares2012@gmail.com) ¹; Felipe Araújo **ROCHA** ¹, Luma Luíza Godoi **FERREIRA** ¹; Luísa de Almeida **FONSECA** ¹; Samara Soares Mendonça **CONRADO** ¹; Richard Duvanel **RODRIGUES** (PQ) ²

1. Curso de Medicina; 2. Professor da UNIFAMINAS
Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: De grande prevalência no mundo, essa síndrome metabólica pode gerar consequência sistêmicas. É associada com atividade inflamatória, obesidade e resistência à ação da insulina, conveniente atuação dos diversos mediadores imunoinflamatórios sobre a homeostase glicêmica. Este trabalho teve como objetivo realizar avaliação quantitativa de pacientes assistidos por uma Unidade Básica de Saúde de a cidade de Muriaé. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma análise descritiva quantitativa realizado, em Unidade De Saúde Básica no Bairro Primavera, com pacientes entre 1 ano ou menos a 80 anos ou mais, no período de julho de 2018 até julho de 2019, do sexo masculino e feminino. Foi realizada pesquisa observacional, que investigou dados coletados, em um período de tempo, para quantificar os pacientes com diabetes mellitus. O dados foram demonstrados através de análise do Relatório de Atendimento Individual, disponibilizado pelo Programa Saúde Atenção Básica E- SUS, de o Ministério Da Saúde Estado de Minas Gerais do Município De Muriaé , de a Unidade De Saúde UBS Primavera. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A amostra foi composta por todos os pacientes assistidos pela Unidade De Saúde Básica Primavera, totalizando 7124 pacientes. Desses pacientes 224 tem condição avaliada para diabetes e pelo Classificação Internacional de Doença, dos pacientes atendidos 12 pacientes apresentam diabetes mellitus insulino dependente. Assim, 3,14% dos pacientes atendidos apresentam Diabetes Mellitus, o que seria uma estimativa abaixo da média brasileira (8,9%) [1]. Complicações podem ocorrer em diagnósticos tardios, que contribuem para elevar os gastos de o tratamento, que chega a R\$ 500 a R\$ 800 por mês, dependendo do tipo de medicamento utilizado em farmácias comerciais [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que os pacientes desta Unidade De Saúde Básica apresentaram baixa prevalência de Diabetes, porém ocorre complicações da patologia, que aumenta os custos financeiros para o correto tratamento de pacientes. Diante disso, verifica-se a necessidade de intervenção de profissionais de saúde, neste público para prevenir complicações desses pacientes eliminando doenças futuras. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVA-E-OLIVEIRA, Julia et al. **Variabilidade da frequência cardíaca com base na estratificação de risco para diabetes mellitus tipo 2**. Editora: Einstein, São Paulo, vol.15, n.2, pp.141-147, 2017. [2] International Diabetes Federation. **Diabetes Atlas**. 7edição. 2015. Endereço eletrônico: <<http://www.diabetesatlas.org/>> . Acesso em: 18 agost. 2019.

Palavras-Chave: Diabetes Mellitus, incidência, complicação

CBS 087
BIOMARCADORES PARA DIAGNOSTICO DE ENDOMETRIOSE

Gustavo Henrique Silva Sidrim; Arthur Khalil Assis Tum; Caio Henrique Santana; Juan Mendes Cangussu

Aline Garcia Felizari; José Helvercio Kalil de Souza

1. Acadêmicos do curso de Medicina da Faculdade de Minas - BH; 2. Ginecologista, Mestre e Doutor pela UFMG, professor titular da disciplina de ginecologia do curso de medicina da FAMINAS-BH.

*FAMINASBH-Avenida Cristiano Machado, 12001, Vila Cloris, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CEP: 31744007
jhalil@mail.com.br

APRESENTAÇÃO: A endometriose é uma doença crônica que se define pela presença de tecido endometrial (estroma e/ou glândulas) fora da cavidade uterina e incide em 10% das mulheres entre 25 a 40 anos de idade. Acomete em até 50% mulheres inférteis e possui sua maior frequência em nulíparas. Em pacientes assintomáticas pode incidir de 6% até 43%.¹ Para diagnóstico, atualmente, é utilizado a laparoscopia (diagnóstico padrão ouro). Porém esse é caracterizado como um procedimento invasivo, e dessa forma, buscamos, a partir de revisão bibliográfica, a viabilidade de utilização de biomarcadores, com ênfase em proteínas (como CA-125) e fatores genéticos para reconhecimento da doença sem ter que recorrer ao procedimento cirúrgico. **DESENVOLVIMENTO:** É possível perceber divergência entre estudos de mesmo foco. Atualmente, não são aceitos biomarcadores para substituição da laparoscopia, pois assim, como afirma Vodolazkaia et al (2013)², os estudos que deram resultados positivos possivelmente incluem um número limitado de pacientes ou até mesmo os números sofrem interferência dependendo da fase do ciclo. Também é necessário pontuar que a elevação ou diminuição de alguns marcadores pode não estar relacionado apenas com a Endometriose, mas também, de câncer de ovário. Já a análise de proteínas do citoesqueleto, glicodeína e leptina foi possível perceber que nenhuma consegue diagnosticar a doença em todos seus níveis de complexidade, além de haver estudos divergentes em relação a seu potencial.³ Porém se considerado a análise conjunta de proteínas do citoesqueleto, as quais foram ditas reconhecer endometriose mínima a leve com sensibilidade de 90% e especificidade de 93,3%, com CA-125 que reconhece os níveis moderados e intensos, pode-se obter um espectro mais amplo para o diagnóstico envolvendo todas as fases da doença. Caldesmon apresentou ser um possível biomarcador, porém a falta de mais estudos que comprovem foi relatada. Os estudos de fatores genéticos se mostraram interessantes alternativas, como o micro-RNA, porém apresenta o mesmo empecilho de outros potenciais marcadores, a falta de especificidade para a doença.⁴ Porém a partir disso é possível levantar dois questionamentos quanto associação desses biomarcadores: Exclusividade para a doença, custo para a paciente. Não é interessante associar vários fatores, sendo que nenhum deles é alterado apenas para a Endometriose, pois assim a dúvida ainda poderia existir. E, também, a associação geraria um custo mais alto para a paciente uma vez que a Laparoscopia é apenas um exame e que apenas com ele o diagnóstico é certeza. Apesar de análises genéticas apresentarem um bom futuro para achados clínicos, elas por si só apresentam custo elevado, associados a outro exame elevaria ainda mais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É possível perceber que até agora nenhum biomarcador nem um painel de biomarcadores foi validado como um teste não invasivo para endometriose. E, principalmente, a Laparoscopia apesar de invasiva, continua sendo o melhor método para diagnóstico. Análises genéticas poderão no futuro ser mais específicas, porém hoje ainda temos pouco estudo sobre tal fator, além de o custo ser maior.

Bibliografia utilizada para resumo: Tobias-Machado M, Di Giuseppe R, Barbosa CP, Borrelli, M & Wroclawski ER. Endometriose vesical: aspectos diagnósticos e terapêuticos. Revista da Associação Médica Brasileira, 2001; 47(1), 37-40. Fassbender A, Vodolazkaia A, Saunders P, et al. Biomarkers of endometriosis. Fertil Steril 2013;99(4):1135-45. Kocbek V, Vouk K, Bersinger NA, et al. Panels of Cytokines and Other Secretory Proteins as Potential Biomarkers of Ovarian Endometriosis. J Mol Diagn 2015; 17(3):325-34. Nisenblat V, Bossuyt PMM, Shaikh R, et al. Blood biomarkers for the non-invasive diagnosis of endometriosis. Cochrane Database Syst Rev 2016; (5):CD012179.

Área do conhecimento: 2.02.00.00-5 – Genética

CBS 088

COINFEÇÃO ENTRE CHIKUNGUNYA E LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO: RELATO DE CASO

Isabela Alves **BANDEIRA**¹ (IC - belaalves09@hotmail.com); Maria Vitória de Macedo Simeão **BRASILEIRO**¹ (IC); Júlia Eduarda Nóbrega de Melo e **CASTRO**¹ (IC); Lívia de Paiva **VARDIEIRO**² (PQ)

¹Curso de Medicina do Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé/MG;

²Reumatologista da Casa de Caridade de Muriaé - Hospital São Paulo.

APRESENTAÇÃO: Chikungunya é uma arbovirose transmitida pelo vírus CHIKV e sua sintomatologia baseia-se em febre de início súbito e artralgia e/ou artrite de padrão simétrico, poliarticular e incapacitante. As principais manifestações atípicas são gastrointestinais, conjuntivite e linfadenopatia e seu diagnóstico é clínico-epidemiológico [1]. O tratamento constitui-se em medicações sintomatológicas, salvo em casos refratários, nos quais são usados imunossupressores [2]. Lúpus eritematoso sistêmico (LES) é uma doença autoimune caracterizada pela deposição de imunocomplexos em diversos órgãos. A doença pode cursar com sintomas constitucionais, artrite, serosite e manifestações mucocutâneas. O diagnóstico é estabelecido a partir da presença de pelo menos 4 dos 11 critérios de classificação propostos pelo American College of Rheumatology (ACR). O tratamento envolve medidas não farmacológicas, antimaláricos, corticoides (GCs) e poupadores de GCs [3]. **DESENVOLVIMENTO:** O presente trabalho tem como objetivo abordar a caracterização clínica e diagnóstica da Chikungunya e LES e os materiais e métodos baseiam-se em coleta de dados no prontuário da paciente acompanhada no Hospital São Paulo. O projeto refere-se ao relato de caso sobre MBT, 47 anos, sexo feminino, com quadro de febre, rash cutâneo, hiporexia, dispneia e dor pleurítica. Ao exame físico, apresentava artrite de metacarpofalangeanas e de joelho esquerdo. Os exames complementares evidenciaram anemia, trombocitose, IgM positivo para CHIKV, fator antinuclear (FAN) 1/640 de pontilhado homogêneo, anti-DNA 1/90, velocidade de hemossedimentação 70 mm, proteína C reativa 12 mg/dL, C3 e C4 consumidos, proteinúria 773 mg/dL. O ecocardiograma relevou pericardite e a tomografia de tórax demonstrou ascite subfrênica e derrame pleural à esquerda. Sendo assim, os dados permitiram o diagnóstico de LES e Chikungunya e a instituição terapêutica com prednisona, azatioprina, hidroxicloroquina e enalapril. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ambas as doenças têm aumento dos níveis da interleucina 6, a qual está relacionada à gravidade do quadro. A infecção pelo CHIKV pode modificar o curso do LES. Apesar dos estudos não estabelecerem ligação entre aumento dos títulos de anti-DNA com a infecção pelo CHIKV, essa relação deve ser especulada. Ademais, a Chikungunya cursa tanto com sintomas articulares e sistêmicos similares aos do LES quanto com mediadores inflamatórios semelhantes, gerando incertezas no acompanhamento de pacientes lúpicos [4]. A persistência de sintomas articulares refratários ao tratamento medicamentoso e a possibilidade de coinfeção entre as doenças devem estimular a investigação de diagnósticos diferenciais, já que pesquisas apontam que a coexistência é responsável pelo aumento da morbimortalidade [4]. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS, ao Hospital São Paulo e demais colaboradores pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Marques CDL, et. al. Recomendações da Sociedade Brasileira de Reumatologia para diagnóstico e tratamento da febre chikungunya. Parte 1 – Diagnóstico e situações especiais. **RBR** [Internet]. 2017 [acesso em 2019 ago. 7]. 57 (S2):S421-S437. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbr/v57s2/pt_0482-5004-rbr-57-s2-s421.pdf. Marques CDL, et. al. Recomendações da Sociedade Brasileira de Reumatologia para diagnóstico e tratamento da febre chikungunya. Parte 2 - Tratamento. **RBR** [Internet]. 2017 [acesso em 2019 ago. 7]. 57 (S2):S438-S451. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbr/v57s2/pt_0482-5004-rbr-57-s2-s438.pdf. Mocarzel LOC, Lanzieri PG, Montes RA, Gismondi RAOC, Mesquista CT. Lúpus Eritematoso Sistêmico: Revisão das Manifestações Cardiovasculares. **IJCM** [Internet]. 2015 [acesso em 2019 ago. 7]. 28 (3):251-261. Disponível em: <http://www.onlineijcs.org/english/sumario/28/pdf/v28n3a12.pdf>. Guimarães MFBR, Monteiro DP, Muratori CA, Jensen TA. Diagnóstico simultâneo de lúpus eritematoso sistêmico e chikungunya. **RMMG** [Internet]. 2018 [acesso em 2019 ago. 7]. 28: e-1948. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2372>.

Palavras-chave: Vírus Chikungunya; Lúpus Eritematoso Sistêmico; Coinfeção.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 089

CONTRIBUIÇÕES DO NASF PARA A ESF INCONFIDÊNCIA, MURIAÉ, MINAS GERAIS, BRASIL

Grazielle Ferreira de Mello Ali MERE (IC- grazielleferreira5@hotmail.com)¹, Flávia Luciana COSTA¹, Carla Tavares JORDÃO¹, Ângela Cristina Tureta FELISBERTO¹, Luívia Oliveira da SILVA¹, Paulo Roberto Novais de CASTRO (PQ)².

1. Curso de Medicina; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

APRESENTAÇÃO: A Estratégia Saúde da Família (ESF) se configura como estratégia de fortalecimento e reorganização da atenção à saúde no Brasil, principalmente por promover intervenções multiprofissionais direcionadas a prevenção e promoção à saúde através do NASF. Nesta perspectiva, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), atuam a fim de complementar as ações das Unidades de Saúde às quais os núcleos estão vinculadas. O NASF visa ampliar as ações da ESF através do suporte social com os serviços de saúde existentes no território, por meio do estudo da realidade epidemiológica e socioeconômica das famílias adscritas no território. A equipe identifica ainda a população prioritária para o desenvolvimento de ações educativas interdisciplinares [1]. A partir da análise dos roteiros de entrevista semi-estruturado aplicado aos profissionais que atuam na equipe do NASF na ESF Inconfidência correlacionando com os achados na literatura, buscou-se avaliar as contribuições resultantes da atuação da equipe do NASF na ESF Inconfidência, Muriaé, Minas Gerais, Brasil.

DESENVOLVIMENTO: O NASF, tem como principal objetivo oferecer apoio e ampliar as ações que são desenvolvidas pela ESF, seguindo os princípios da regionalização e da territorialização. Outro objetivo baseia-se no aperfeiçoamento dos atendimentos realizados pela atenção primária, fortalecendo e qualificando a rede de cuidados em saúde. Além disso, através do NASF, espera-se concretizar o cuidado de forma integral à população e reduzir o número de encaminhamentos para os outros diferentes níveis de atenção [2]. Nesse contexto, os discursos dos profissionais reforçam a importância dos espaços de prática de educação em saúde, como *locus* de mudanças de comportamentos e de humanização. Além disso, os especialistas do núcleo relatam a participação em reuniões integradas entre a equipe do NASF e a da ESF adscrita, bem como o acompanhamento de pacientes através de visitas domiciliares. Quando questionados sobre o perfil dos pacientes que aderem aos atendimentos do NASF, os respondentes da pesquisa enfatizaram que os sujeitos geralmente são portadores de doenças crônicas não transmissíveis, de diferentes faixa etária, idade e sexo. A humanização deve ser compreendida a partir de concepções coletivas entre usuários, trabalhadores, gestores e atores sociais, envolvidos nas práticas de produção e promoção à saúde [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir dos resultados obtidos no presente estudo foi possível desenvolver uma descrição detalhada sobre as atividades desenvolvidas na ESF, pelos profissionais vinculados a equipe do NASF, bem como o perfil dos pacientes acompanhados. Os dados desvelam a incidência de pacientes portadores de doenças crônicas, o que denota a necessidade de práticas de saúde voltadas para a prevenção dessas patologias, além da importância das práticas de saúde em espaços de educação em saúde. Nesta perspectiva os resultados de estudos, voltados para esta abordagem poderão contribuir para a reformulação e reflexões no que tange a atuação da equipe do NASF, no entanto, ainda são escassas as pesquisas que se dedicam a essa temática. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e a equipe do NASF da ESF Inconfidência, Muriaé-MG. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOUZA, F.D.; CHACUR, E. P.; RABELO, M. R. G.; SILVA, L. A. M.; VILLELA, W. V. Implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família: percepção do usuário. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p. 233-240, 2013. [2] GONCALVES, R. M. A. G.; LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I.; CORDONE, N. G.; BARROS, J. O. Estudo do trabalho em Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), São Paulo, Brasil. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo, v. 40, n. 131, p. 59-74, 2015.

Palavras-chave: NASF; Estratégia de Saúde da Família; Sistema Único de Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 090

DEFEITOS DO FECHAMENTO DO TUBO NEURAL NO BRASIL E FATORES QUE INFLUENCIAM EM SEU APARECIMENTO

Henrique Marreiros veloso **CARNEIRO** (IC – henriquemvc@gmail.com)¹, Thiago **ABREU** (IC)¹, Fellype **MATOS** (IC)¹, Larissa Picanço Damian **RESENDE** (PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Defeitos de fechamento do tubo neural (DFTN) são malformações relacionadas ao seu fechamento embrionário, na quarta semana após a concepção, sendo a anencefalia e espinha bífida os mais frequentes. A primeira está relacionada ao não fechamento da extremidade superior do tubo neural, resultando na ausência parcial ou total do cérebro, já a segunda se refere ao não fechamento da extremidade inferior, comprometendo todo tubo neural ou uma área limitada.³ A sua incidência no território brasileiro é de caráter heterogêneo, pois uma das principais variáveis relacionadas a não adesão ao método preventivo é o baixo acesso aos serviços de saúde.⁵ Logo, ao analisar o predomínio dos DFTN no Brasil torna-se de suma relevância o presente estudo que teve como objetivo evidenciar a prevalência dos Defeitos do Fechamento do Tubo Neural no Brasil, correlacionando com os motivos que influenciam em seu aparecimento. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de levantamento de dados epidemiológicos extraídos no DATASUS (TABNET) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e bibliográficos coletados nas bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed (National Center for Biotechnology Information, U.S. National Library of Medicine), Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) e Ministério da Saúde. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Ainda existem poucos estudos sobre a prevalência dos DFTN, mas dados coletados mostram números que variam de 0,83/1000 a 1,87/1000 nascimentos em que defeitos do fechamento de tubo neural estão presentes.⁸ Em correlação, no Brasil, segundo o DATASUS - SINASC, a taxa de nascidos vivos no mesmo período selecionado foi de 2.861.868.⁴ Indagando esse valor em relação a prevalência de casos no Brasil, é de notável desfecho que a incidência é alta. Em relação aos valores supracitados, de fato, há um fator genético envolvido, mas em grande parte essas ocorrências estão associadas a fatores socioeconômicos, visto que quanto menor o nível desses, maior a prevalência dos DFTN.⁵ Assim, mulheres menos escolarizadas tendem a iniciar o pré-natal mais tarde, implicando na possibilidade de não receber ácido fólico no primeiro trimestre de gravidez, sendo que esse é fundamental no que tange a prevenção dos DFTN.^{1 e 7} Ademais, outro estudo infere que a ingestão de AF por gestantes atendidas na rede privada é duas vezes maior que aquelas no Sistema Único de Saúde – SUS.⁶ **CONCLUSÃO:** Apesar da carência de trabalhos sobre o assunto e da baixa notificação da doença, os resultados desse estudo comprovam que os DFTN ainda constituem um problema de saúde brasileiro. Esse fato acontece, dado que as variáveis que estão relacionadas com a sua incidência continuam presentes no cenário brasileiro. Desse modo, é importante que os órgãos de saúde, bem como toda a rede de atenção primária engajem no quesito prevenção. Sendo necessário uma maior relação de equipe multidisciplinar com foco na busca ativa de gestantes para realizarem a consulta de pré-natal e fazer a suplementação de ácido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ALMEIDA, Lana Carneiro; CARDOSO, Marly Augusto. Recommendations for folate intake in women: implications for public health strategies. Cadernos de saúde pública, v. 26, p. 2011-2026, 2010.; [2] BARUA, Subit; KUIZON, Salomon; JUNAID, Mohammed A. Folic acid supplementation in pregnancy and implications in health and disease. Journal of biomedical science, v. 21, n. 1, p. 77, 2014.; [3] BLENCOWE, Hannah et al. Folic acid to reduce neonatal mortality from neural tube disorders. International journal of epidemiology, v. 39, n. suppl_1, p. i110-i121, 2010.; [4] DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS - DATASUS. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC): banco de dados. Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>>. Acesso em: 03 jun. 2019.; [5] FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA et al. Recomendação sobre a suplementação periconcepcional de ácido fólico na prevenção de defeitos de fechamento do tubo neural (ANENCEFALIA E OUTROS DEFEITOS ABERTOS DO TUBO NEURAL). Rio de Janeiro: FEBRASGO, 2012.; [6] MEZZOMO, Cíntia Leal Scowitz et al. Prevenção de defeitos do tubo neural: prevalência do uso da suplementação de ácido fólico e fatores associados em gestantes na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, p. 2716-2726, 2007.; [7] Ministério da Saúde. Uma análise da desigualdade em saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2006 e [8] UEHARA, Sofia Kimi; ROSA, Glorimar. Associação da deficiência de ácido fólico com alterações patológicas e estratégias para sua prevenção: uma visão crítica. Revista de Nutrição, 2010.

Palavras-chave: tubo Neural; defeitos do tubo Neural; anormalidades congênitas; epidemiologia

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 091

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: INCENTIVO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA IRENE PEREIRA DIAS NUNES

Myra Yamaguchi **ALONSO**¹ (IC – myrayamaalonso@icloud.com), Rafaela Reusing **BENEDETI**¹ (IC), **Nicole** Mendonça de **ALMEIDA**¹ (IC), **Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT**² (PQ)

1. Curso de Medicina 2. Professor orientador Centro Universitário UNIFAMINAS-MURIAÉ, 36880-000, Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A partir do final do século XX, o novo cenário trabalhista, com a mulher mais inserida, ampliou a adesão ao regime escolar integral. Assim, os filhos acabam por sofrer as consequências dessa nova realidade, como o consumo de alimentos fartos de gordura e carentes de nutrientes. Diante dessas novas práticas alimentares, os prejuízos às saúdes física, clínica e psicológica são crescentes. [1] A alimentação é indubitavelmente uma responsabilidade da saúde, o Ministério da Saúde do Brasil reconhece que o tema é essencial à promoção da saúde e qualidade de vida, dada a Matriz de Ações de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica de Saúde e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. [2] Dessa forma, de acordo com Boog (2013), na fase pré-escolar deve se iniciar a formação dos hábitos alimentares das crianças. [3] Portanto, buscou-se averiguar e aprimorar as percepções dos alunos da Escola Municipal Irene Pereira Dias Nunes quanto à alimentação saudável. **OBJETIVOS:** Apresentar a experiência de uma educação em saúde alimentar na educação infantil da Escola Municipal Irene Pereira Dias Nunes, a partir de atividades lúdicas que ampliem o conhecimento sobre o tema, bem como desmistificar a ideia de saudável ser sinônimo de não saboroso. **METODOLOGIA:** Em 2018, houve a construção do Diagnóstico Situacional, para a Estratégia de Saúde da Família do bairro Santo Antônio, quando identificou-se uma carência de conhecimento sobre alimentação saudável das crianças do local. Preparou-se, então, um projeto, cuja amostra foi de 30 alunos, entre 3 e 5 anos, devidamente matriculados. Em março de 2019, este foi apresentado à supervisora da escola, a qual aprovou a metodologia, agendando a realização das atividades – Abril e Maio. Foi um processo com duas visitas para desenvolvimento e duas para realização e conclusão. No decorrer das visitas interventoras, apresentou-se vídeos musicais infantis sobre o tema junto a uma gincana. Os vídeos buscaram atrair a atenção dos alunos, imersos no contexto tecnológico da globalização, e as perguntas e atividades de colorir, estimularam a distinção da benignidade para a saúde e aceitação para experimentá-los no “recreio”. As atividades buscaram apresentar às crianças, de maneira informal lúdica e longe da doutrinação arcaica, a importância e a forma de ter alimentação saudável. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A observação nas visitas permitiu depreender a má qualidade da alimentação dos alunos, com altos índices de açúcar e lipídios e baixos de nutrientes. Então, a fim de cumprir os objetivos da intervenção, os vídeos educativos e gincana com proposta de experimentação de frutas trouxeram resultados surpreendentes, posto que, apesar da pouca idade, eles demonstraram compreender o bem uma alimentação rica em frutas, verduras e legumes. **CONCLUSÃO:** Os objetivos iniciais foram associados a uma mudança de hábitos alimentares na escola. Com o desenvolvimento do projeto os mesmos foram cumpridos, dada a compreensão dos alunos quanto à alimentação saudável e concordância em experimentar as frutas levadas. A oportunidade de estar em contato com alimentos saudáveis e experimentá-los, na fase pré-escolar, possibilita construir e solidificar novos hábitos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, A. et al. Sobrepeso e obesidade infantil: influência de fatores biológicos e ambientais em Feira de Santana, BA. Arq Bras Endocrinol Metabol. 2003. [2] Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. [3] BOOG, M. Educação em Nutrição: integrando experiências. 1. ed. Campinas: Komedi, 2013. v. 1. 268p.

Palavras-chave: Educação infantil; Promoção de Saúde; Alimentação Saudável

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 092

O USO DA TECNOLOGIA PARA A APRENDIZAGEM DE VIAS METABÓLICAS E SUAS CORRELAÇÕES CLÍNICAS NO MEIO ACADÊMICO

Leonardo Alves **MUZZY** (leonardomuzzy@hotmail.com)¹, Vitor Diniz **SCHUABB** (PQ)²

1- Curso de Medicina; 2- Professor *Centro Universitário – UNIFAMINAS* - 36880-000 – Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A Bioquímica é uma ciência imprescindível em cursos relativos à área de Ciências Biológicas e da Saúde, tendo em vista a base para a formação profissional que ela proporciona ao acadêmico, todavia é perceptível que inúmeros alunos de graduação possuem muita dificuldade e muito receio ao estudá-la. Destarte, por meio da análise de um questionário preenchido pelos acadêmicos do Centro Universitário Unifaminas e do uso da tecnologia, pretende-se nesse estudo apresentar duas ferramentas, com foco no estudo de vias metabólicas e suas correlações clínicas, que visam facilitar o aprendizado e a compreensão da Bioquímica. **DESENVOLVIMENTO:** “A tecnologia move o mundo” [1]. À vista disso, é indubitável que o uso de ferramentas e de recursos tecnológicos está intrinsecamente conectado a uma aprendizagem não só mais rápida, mas também ativa. Sendo assim, a ideia de elaborar um aplicativo intitulado de Mapa Metabólico e um website tem tal finalidade, haja vista proporcionar aos acadêmicos um conteúdo acessível e explicativo a fim de facilitar a aprendizagem de vias metabólicas e suas correlações clínicas. Destarte, o website e o aplicativo desenvolvido possuem quizzes, sugestões de jogos, casos clínicos, simulados e entre outros, vale salientar que a referência das informações para esse trabalho é um dos grandes clássicos de Bioquímica, o livro *Princípios de Bioquímica* de Lehninger. Em síntese, inicialmente foi realizada uma pesquisa por meio de um questionário preenchido por alguns acadêmicos do Centro Universitário Unifaminas com o intuito de conhecer, de acordo com a opinião e com a experiência deles, as maiores dificuldades e barreiras no estudo de vias metabólicas. Subsequentemente, o aplicativo, bem como o website, foi desenvolvido em prol de auxiliar o combate a esses empecilhos enfrentados. Com isso, espera-se que essa grande dificuldade com Bioquímica relatada por inúmeros alunos de graduação seja gradativamente atenuada e que eles possam ter uma melhor compreensão desse conteúdo que é demasiadamente importante para a formação dos profissionais da área de Ciências Biológicas e da Saúde. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio desse trabalho, os acadêmicos agora podem usufruir de outros métodos para o estudo e para a compreensão da ciência Bioquímica, basta ver que essas ferramentas tecnológicas são um complemento essencial no processo de aprendizagem no mundo hodierno. Por tudo isso, o intuito principal do aplicativo em consonância com o website é justamente o tema do XVI Encontro Regional de Iniciação Científica e Pós-Graduação do Unifaminas Muriaé: “Transformação Digital e Interdisciplinaridade”, tendo em vista esse projeto auxiliar na transformação da Bioquímica em um conteúdo de fácil acesso com um caráter explicativo e inteligível, tudo por meio de recursos digitais, ou seja, ele atua no combate ao receio de muitos alunos em relação às vias metabólicas e suas correlações clínicas. Somado a isso, tem-se a interdisciplinaridade, basta ver as várias áreas envolvidas: Educação, Tecnologia, Bioquímica e Medicina, com o objetivo de desmistificar essa ciência. Por fim, o problema do aprendizado dessa disciplina não é necessariamente a falha da inteligência cognitiva do aluno, mas sim a forma como o conteúdo é ministrado a esse aluno e o modo como ele estuda. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário Unifaminas e ao orientador Professor Vitor Schuabb, *Ph.D.* **BIBLIOGRAFIA:** [1] JOBS, Steve; [2] NELSON, David L.; COX, Michael M. *Princípios de Bioquímica de Lehninger*, 6. Ed., Artmed, 2014.

Palavras-chave: bioquímica, vias metabólicas e suas correlações clínicas, aplicativo e website

Área do Conhecimento: 2.08.00.00-2 - Bioquímica

Área do Conhecimento: 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 093

PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO GRUPO DE ATIVIDADES FÍSICAS DE UMA UBS NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG

Rebeca Blanco Gomes **BARRETO**¹(IC rebecablancogomes@gmail.com), Robson da Costa **CLEMENTE**¹, Larissa Chaves Feitosa¹, Maria Paula Navarro **VARELLA**¹, Mayanne **CORREA**¹, Alexandre H. C. **BITENCOURT**²

1. Curso de Medicina 2. Professor orientador Centro Universitário UNIFAMINAS-MURIAÉ, 36880-000, Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Define-se a atividade física como qualquer movimento corporal realizado pelos músculos esqueléticos, gerando assim um gasto de energia para o praticante.¹ São considerados fatores importantes na vida da população a atividade física, exercícios físicos e práticas esportivas. Diversos estudos na área da saúde relacionam as atividades citadas como fatores positivos, esses são vinculados à qualidade de vida dos indivíduos.² Os grupos na atenção primária visam a promoção de saúde, prestação de cuidados específicos e prevenção de doenças, promovendo então programas educativos possibilitando uma melhoria na qualidade de vida dos usuários.⁴ O objetivo do estudo é avaliar a percepção dos usuários do grupo de atividades físicas de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em Muriaé, MG. **METODOLOGIA:** Aplicou-se questionário com questões fechadas e os dados foram tabulados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O grupo é constituído por 30 participantes sendo que, 26 responderam ao questionário aplicado, onde a população é constituída de 11% com idade inferior a 50 anos, 26% de 50 a 60 anos, 58% entre 60 e 70 anos e 5% acima de 70 anos. 15,8% fazem parte do grupo a mais de 5 anos, 31,6% entre 2 e 5 anos, 52,6% até 5 meses. No que diz respeito à sua própria saúde, 78,9% não consideram que adoecem mais que os outros indivíduos. 94,7% consideram que o grupo ajudou na melhora de sua saúde, 84,2% consideram fazer amigos facilmente e 84,2% tem encorajamento de seus familiares para participarem do grupo. Na atenção básica, intervenções com ênfase em qualidade de vida e promoção da saúde, necessitam de tecnologia de baixa densidade onde há prevalência do cunho emotivo, onde os aspectos afetivos na adesão e permanência dos usuários nesse tipo de grupo são primordiais para a continuação e participação contínua dos mesmos.^{5, 6} 42,1% se sentem muito satisfeitos e 57,9% satisfeitos. Benefícios atribuídos à prática de atividades físicas grupais refere-se a melhora do desempenho físico (52,6%) e qualidade de vida e interação social (63,2%). Alguns estudos corroboram com tal resultado onde os principais motivos apresentados pelos participantes incluem melhora na saúde física e mental, aumento do contato social e possibilidade de fazer novas amizades^{7, 8, 9}. Um dos fundamentos das práticas grupais é contribuir para a melhoria no autocuidado e garantir práticas mais saudáveis que possam ser conhecidos durante a troca de experiências entre ambos os integrantes.¹⁰ 36,9% participam quatro vezes por semana, 21% uma vez por semana, 15,8% três vezes por semana e 15,8% duas vezes por semana e 10,5% cinco vezes por semana. **CONCLUSÃO:** A partir do presente estudo, conclui-se que, a prática de atividade é percebida como benéfica pelos usuários da unidade analisada, favorecendo sua saúde física e bem-estar social. Percebe-se que a implantação dos grupos em todas as unidades é um fator primordial para a promoção de saúde e bem-estar físico e social dos usuários. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** 1 CASPERSEN C.J. et al. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. Public Health Rep [internet]. 1985; [cited 2016 Nov 03]; 100(2):126-31. 2 SANTOS, A.L.P et al. Educação Física e Qualidade de Vida: reflexões e perspectivas. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.1, p.181-192, 2012. 3 Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União. Brasília, 21 out. 2011. Seção 1, nº 204, p. 1-37. 4 MENEZES, K. K. P. M; et al. Grupos operativos na Atenção Primária à Saúde como prática de discussão e educação: uma revisão. Cad. Saúde Colet., 2016, Rio de Janeiro, 24 (1): 124-130. 5 Bittar C.;Lima L.C.V. O impacto das atividades em grupo como estratégia de promoção da saúde na senescência. Rev Kairos. 2011; 14(3):101-18. 6 Ferreira N.J.L, et al. Práticas grupais como dispositivo na promoção da saúde. Physis. 2010; 20(4):1119-42. 7 FREITAS, C.M.S.M. et al. Aspectos motivacionais que influenciam a adesão e manutenção de idosos a programas de exercícios físicos. Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum. v. 9, n.1, pp. 92-100, 2007. 8 MAZO; G.Z.; CARDOSO, F.L.; AGUIAR, D.L. Programa de Hidroginástica para idosos: motivação, auto estima e auto-imagem. Rev. bras. cineantropom. desempenho hum; v.8, n.2, jun. 2006. 9 GOMES, K.V; et al. Motivos de adesão a prática de atividade física em idosos. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 14, n. 2, 2009. 10 DIAS, V.P.; et al. Educação em saúde: o trabalho em grupos na atenção primária. Rev. APS, v. 12, n. 2, pp. 221-227, abr./jun. 2009.

Palavra-chave: atenção básica, grupos de atividades, atividades físicas
Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 094
EPIDEMIOLOGIA DA HEPATITE B EM GESTANTES NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ

Manuella Corrêa Barrias Nara **ROCHA** (IC-manuellanarar@gmail.com)¹, Karyne Lopes **SOARES**(IC)¹, Clara Borborema Reis **PEREIRA**(IC)¹, Hamanda Veggi Dumba **BRAGA** (IC)¹, Débora Pereira FERREIRA(IC)¹, Carlos Wilson Dala Paula **ABREU** (PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professor orientador Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: As hepatites virais são doenças conhecidas pelos profissionais de saúde. Por ter uma incidência elevada e alto custo de diagnóstico e tratamento é considerada como um grande problema de saúde pública. O vírus da hepatite B (HBV) é membro da família Hepadnaviridae, composta por vírus hepatotrópicos que compartilham algumas características estruturais e funcionais e que infectam os indivíduos. (BÜCHEN-OSMOND 2003). Este vírus é transmitido por contato sexual, via parenteral e vertical. Foi detectada em vários fluidos corporais, mas, somente no soro, saliva e no sêmen é que foi provada sua infectividade. A transmissão vertical geralmente ocorre no momento do parto, sendo a via transplacentária incomum.. A triagem em gestantes tem grande importância na formulação de políticas de saúde materno-infantil. A aquisição de doenças durante o período gestacional é sempre algo perigoso tanto para a mãe quanto para a criança e o rastreamento de marcadores sorológicos para o vírus da hepatite B (VHB), na assistência pré-natal, possibilita a realização da profilaxia da transmissão vertical. Dos recém-nascidos infectados, mais de 80% evoluirão para a forma crônica da doença, capazes de infectar novos indivíduos. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem como objetivo estimar a prevalência do vírus da hepatite B entre as gestantes atendidas pelo Programa de Pré-Natal da Secretaria Municipal de Saúde do município de Muriaé, em comparação com a prevalência em todo o estado de Minas Gerais. **MATÉRIAS E MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão de literatura atual (no período de Maio de 2018 à Maio de 2019) a partir das bases de dados colhidos do livro de teste rápido da maternidade do Hospital São Paulo, em Muriaé e de publicações científicas atualizadas na área de saúde veiculadas na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando as palavras chave “hepatite B”, “Pré- natal”, “avaliação de programas de saúde”. Os dados epidemiológicos utilizados foram obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliadas nesse trabalho 959 gestantes que deram entrada na maternidade do Hospital São Paulo (HSP), no município de Muriaé, durante o período de Maio a Dezembro de 2018. Dentre as 959 gestantes, 939 foram submetidas ao teste rápido para hepatite B, sendo 20 gestantes excluídas desta análise pela ausência do material apropriado para o exame no momento da admissão, ficando apenas estas 20 pacientes sem resultados conclusivos para positividade deste vírus. Todas as demais parturientes analisadas tiveram resultados negativos para os testes rápidos de hepatite B. Em relação à estatística estadual foram obtidos os seguintes dados: 45 amostras reagentes para cada 169 gestantes investigadas, segundo o DATASUS, sendo, portanto, 26,62% o índice mineiro de hepatite B durante a gestação, enquanto que, no mesmo período, a estatística na maternidade do Hospital São Paulo é de 0% de gestantes HbsAg positivo. **CONCLUSÃO:** Diante da análise dos dados obtidos conclui-se que o índice de infecção do vírus da Hepatite B pelas parturientes que dão entrada na maternidade de Muriaé é inferior ao se comparar a prevalência de gestantes infectadas em todo o estado de Minas Gerais. Este fato pode ser explicado devido a ampliação do diagnóstico pré-natal, garantindo uma maior abrangência das gestantes. Embora vise à cobertura de 100% das gestantes atendidas, o programa de s de pré- natal de Minas Gerais não tem garantido assistência ideal aos recém-nascidos no que diz respeito à prevenção da transmissão vertical da Hepatite B. Entretanto, outro ponto deve ser analisado com atenção: a amostra de onde foram obtidos estes dados. Existe uma evidente pobreza na alimentação do sistema de Informática do Sistema Único de Saúde visto que, apenas na cidade de Muriaé, um total muito superior de gestantes foram examinadas em comparação com a amostra de 169 do Datasus. Proporcionalmente, sabe-se que a análise comparativa não deixa de ser válida, no entanto, pela escassez do número disponível para análise no DATASUS, existe a possibilidade destes 26,62% não refletirem uma realidade que perduraria em uma amostra maior. **AGRADECIMENTOS:** À Maternidade do Hospital São Paulo e ao professor Carlos Wilson Dala Paula Abreu por todo apoio e orientação. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2019. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para o tratamento da hepatite viral crônica B e coinfeções. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. 144 p. [3] BRASIL, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Sistema de Informações da Saúde. [banco de dados on-line]. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204>>. Acessado em 30 de julho 2019.; [4] PERIMI, Eduardo Brás; PASSOS, Afonso Dinis Costa. **Hepatite B em gestantes atendidas pelo Programa do Pré-Natal da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto, Brasil: prevalência da infecção e cuidados prestados aos recém-nascidos:** Hepatitis B in pregnant women assisted by the Prenatal Program of the Municipal Health Department of Ribeirão Preto, Brazil: prevalence of infection and care provided to newborns. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/rbepid/2005.v8n3/272-281/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

Palavras-chave: “Hepatite B”; “pré- natal”; “avaliação de programas de saúde”.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 095

EPILEPSIA E GRAVIDEZ

Laryssa Vieira **GONÇALVES** (IC – vieira.lara101@gmail.com)¹, Ana Beatriz Guimarães **CUSTÓDIO** (IC)¹, Antônio Mascarenhas **OLIVEIRA** (IC)¹, Elba Cristina **CHAVES** (PQ)², Antonio Carlos Vieira **CABRAL** (PQ)³.

1. Discente do Curso de Medicina da FAMINAS-BH; 2. Professora da Disciplina Legislação Médica da FAMINAS-BH e UNI-BH; 3. Professor da Disciplina Saúde da Mulher III da FAMINAS-BH.

*Faculdade de Minas (FAMINAS-BH) Av. Cristiano Machado, 12001 – Vila Cloris
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CEP: 31744007*

APRESENTAÇÃO: A epilepsia se caracteriza pela ocorrência de duas ou mais convulsões espontâneas não provocadas por fator exógeno. Uma meta-análise de estudos de epilepsia mostrou uma taxa de ocorrência em gestantes em torno de 0,2%. Alterações promovidas pela gravidez como vômitos, aumento do fluxo urinário, expansão plasmática e queda na albumina, influenciam no curso da doença e podem alterar a concentração de fármacos antiepiléticos e predispor a convulsões.

DESENVOLVIMENTO: Um estudo observacional, que abrangeu 300 países, indicou que em 17,9% das gestantes epiléticas foi constatado o aumento da frequência de convulsões durante a gravidez. Já, as mães que apresentavam mais de uma convulsão por mês no período pré-concepcional, tinham maior chance de deteriorar o controle durante a gestação. Nisso, aproximadamente 20-30 a cada 100.000 mulheres iniciam o quadro de epilepsia durante a gravidez devido a mudanças hormonais e fisiológicas. Em gestantes epiléticas, é necessário avaliar tanto os riscos de convulsões quanto os riscos teratogênicos dos antiepiléticos. Esse é aumentado com a politerapia associada a antiepiléticos. No que tange a isso, o Ácido Valpróico é comparativamente mais teratogênico que os outros fármacos, podendo causar anomalias fetais. Já a Carbamazepina aparentemente não apresenta elevação de risco. Dos novos antiepiléticos introduzidos para uso na gestação, o Topiramato apresenta-se com elevada teratogenicidade, já o Levetirocetam e a Lamotrigina denotam-se seguros. É recomendado o uso profilático de vitamina K contra a doença hemorrágica do recém-nascido em caso de uso de anticonvulsivantes pela gestante, devendo ser administrada nas mães no último mês da gravidez, e ao neonato no nascimento e com 28 dias. Não há evidências que convulsões no período gestacional estejam associadas com o risco de malformação congênita, contudo, há estudos ligando convulsões frequentes na gravidez com alterações cognitivas ou comportamentais na infância. O parto de mulheres com epilepsia deve ocorrer preferencialmente em unidade obstétrica com recursos para ressuscitação materna e neonatal, devido à possíveis complicações da epilepsia. Drogas antiepiléticas devem ser continuadas durante o parto e analgésicos derivados da morfina devem ser evitados por ter um efeito indutor de convulsão. A anestesia peridural contínua e instalada precocemente no trabalho de parto pode ser considerada para diminuir a dor e a ansiedade. Outrossim, a amamentação com leite materno deve ser estimulada em mães epiléticas, mesmo em uso de anticonvulsivantes, ainda que o leite materno contenha uma fração de níveis séricos do fármaco. Estudos mostram ausência de efeitos cognitivos adversos da amamentação durante a terapia em crianças que foram previamente expostas ao fármaco no útero, assim como permite a retirada progressiva do fármaco diminuindo risco de abstinência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O pré-natal de gestantes epiléticas deve ser realizado em clínica de alto risco e é importante a estimulação à aderência ao tratamento medicamentoso. Anticonvulsivantes teratogênicos devem ser substituídos por fármacos mais seguros e a retirada repentina da medicação pode apresentar riscos ao feto. Exames devem ser feitos durante o pré-natal direcionados à busca de malformações em segmentos de maior risco de teratogênese. Durante a gravidez, pode ocorrer aumento da dose do anticonvulsivante e essa dose pode ser mantida em ausência de sintomas tóxicos até que a rotina e o quadro emocional da mulher se estabilizem. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: (1) CABRAL, A. C. V. **Fundamentos e Prática em Obstetrícia**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. (2) CABRAL, A.C.V. **Manual de Rotinas em Obstetrícia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2017. (3) CABRAL, A. C. V. **A Gravidez de Alto Risco**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

Palavras-chave: epilepsia, gravidez, anticonvulsivantes

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 096
ESCABIOSE NEONATAL: RELATO DE CASO

Karyne Lopes **SOARES**¹ (IC - karynesoares87@hotmail.com); Maria Vitória de Macedo Simeão **BRASILEIRO**¹ (IC); Júlia Eduarda Nóbrega de Melo e **CASTRO**¹ (IC); Laiza Barcelos Coelho **ROCHA**¹ (IC); Larissa Paes **RETAMEIRO**¹ (IC); Thais Pereira **MOREIRA**² (PQ)

¹Curso de Medicina do Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé/MG;

²Pediatra da Casa de Caridade de Muriaé - Hospital São Paulo.

APRESENTAÇÃO: A escabiose, também conhecida como sarna, é uma dermatose infecciosa causada pelo parasita *Sarcoptes scabiei* var. *hominis*. Possui uma prevalência mundial de 300 milhões de casos ao ano em ambos os sexos, sendo endêmica em países subdesenvolvidos. Entre seus fatores de risco, encontram-se baixa imunidade individual, precárias condições de vida e hábitos de higiene, migrações e aglomerados habitacionais. Os sintomas começam a surgir a partir de três semanas, mas em casos de reinfestação a recrudescência dos sintomas pode ocorrer em cerca de dois dias. A magnitude da resposta imune diminui com o tempo; entretanto, não confere imunidade contra reinfestação. A transmissão ocorre através do contato cutâneo direto prolongado com indivíduos parasitados ou indiretamente, através de fômites. O quadro clínico de escabiose em recém-nascidos difere daquele encontrado em crianças e adultos. Em crianças maiores e adultos, a maior parte das lesões são pápulas, vesículas, pústulas e nódulos que concentram-se na prega interdigital, regiões de dobra, períneo e genitália. Em lactentes e crianças pequenas, a infestação é generalizada, sendo facilmente identificadas as galerias em regiões interdigitais, eminência tenar e hipotenar e punhos. Irritabilidade, má alimentação e não ganho de peso também podem ser observados. O prurido é o sintoma mais comum; porém, em lactentes menores que dois meses o prurido pode estar ausente. Como consequência do prurido, pode ocorrer impetiginização secundária com infecção por *Staphylococcus aureus* e/ou *Streptococcus pyogenes*. Em regiões tropicais, a glomerulonefrite pós-estreptocócica é uma importante complicação da escabiose [1]. O diagnóstico de escabiose é estabelecido pela história clínica caracterizada por prurido com predomínio noturno, dermatose generalizada e membros da família com lesões semelhantes. A presença de "túneis" ou galerias é patognomônica; no entanto, sua visualização é rara. O diagnóstico definitivo baseia-se na identificação microscópica do parasita ou de fragmentos deste, das fezes ou dos ovos após raspado de uma galeria [2]. Entre as hipóteses diagnósticas, deve-se considerar: urticária pigmentosa, histiocitose das células de Langerhans e dermatite atópica [1]. A permetrina a 5% pode ser usada com segurança em lactentes menores que seis meses, sendo considerada fármaco tópico de primeira linha no controle da escabiose. Quando não há disponibilidade deste medicamento, os neonatos podem ser tratados com enxofre a 5% dissolvido em vaselina. Ademais, pode-se utilizar ivermectina oral em maiores de cinco anos. Para evitar a reinfestação é importante a desinfecção dos fômites e o tratamento simultâneo de todos os contactos próximos mesmo que não manifestem prurido ou erupção cutânea. Em relação ao eczema, o uso intensivo de emolientes previne a necessidade de corticoides tópicos, os quais poderão ser usados em casos de complicações [2]. **DESENVOLVIMENTO:** O presente trabalho tem como objetivo abordar a caracterização clínica e diagnóstica da escabiose e os materiais e métodos baseiam-se em coleta de dados no prontuário da paciente acompanhada no Hospital São Paulo. MLL, sexo feminino, aos 50 dias de vida, mãe relata eritema maculopapular em escápula esquerda., associado à prurido. Inicialmente, foi levantada a hipótese diagnóstica de dermatite atópica e iniciado hidrocortisona tópica e hidratante com ação calmante. Dez dias depois, houve piora das manchas e surgimento de lesões em regiões torácica, plantar e palmar. Lactente evolui com diminuição da mamada e choro persistente, sendo assim, foi estabelecido o diagnóstico de escabiose e a conduta terapêutica de permetrina 5% e mometasona. Após quatro dias, notou-se melhora acentuada e progressiva das lesões. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A escabiose continua a ser uma dermatose muito frequente cujo tratamento em idade pediátrica permanece um desafio. Nesse contexto, outras dermatoses pruriginosas devem ser levadas em consideração nessa faixa etária. Atualmente, em pediatria, ainda são escassos os estudos que abrangem com eficácia e segurança os medicamentos disponíveis, fazendo com que o tratamento desta patologia se baseie na experiência profissional, disponibilidade local e custo. Desse modo, a anamnese e exame físico minuciosos são fundamentais para diagnóstico precoce e estabelecimento de uma terapia adequada, reduzindo, assim, a morbidade [1]. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS e demais colaboradores pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:**[1] ARAÚJO, Tami de; SCHACHNER, Lawrence. Erupções vesicopustulosas benignas no neonato. *Anal Brasileiro de Dermatologia*. 2006. Acesso em: 3 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/abd/v81n4/v81n04a09.pdf>>. [2] TAVARES, Mônica. SELORES, Manuela. Escabiose – recomendações práticas para diagnóstico e tratamento. *Nascer e Crescer*, vol 22, no 2. 2013. Acesso em: 3 ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542013000200004>.

Palavras-chave: Escabiose; Dermatose; Neonatal.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 097

EXAME CITOPATOLOGICO E A RELAÇÃO COM MORBIDADE DO CANCER DE COLO DE UTERO

Cheyline Fonseca **REZENDE** (IC)¹, Gabriela de Castro **ROSA** (IC)¹, Georgia Emerick Alvim Perpetuo **COELHO**(IC)¹, Helena Guimaraes **PIRES** (IC)¹ e Juliana **GUEDES** (PQ)²

1. Curso de Medicina; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Introdução: O câncer do colo do útero, também chamado de câncer cervical, é causado principalmente pela infecção persistente pelo Papilomavírus Humano - HPV. Embora passível de prevenção e de bom prognóstico, quando tratado precocemente, o câncer do colo do útero é um importante problema de saúde pública [1]. Segundo o INCA, é a terceira neoplasia maligna mais frequente na população feminina, e a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil [2]. Entre os principais fatores que dificultam as práticas preventivas, destacam-se o desconhecimento e as representações sobre a doença e o Papanicolau, a acessibilidade e a qualidade dos serviços de saúde. [3] Com isso, busca-se analisar o perfil de saúde da cidade de Muriaé-MG comparativamente ao do estado de Minas Gerais à cerca da realização do exame citopatologia do colo de útero por meio de dados obtidos no SIH/SUS e DATASUS. **Metodologia:** A revisão foi realizada por meio das palavras-chave: Neoplasia do colo do útero, papillomaviridae; Papanicolau nos bancos de artigos Scielo e BVS. Utilizando artigos publicados entre os anos de 2011 e 2013. Para a pesquisa dos dados do município de Muriaé-MG, foram utilizados os dados disponíveis no Sistema de Informação sobre Morbidade Hospitalar do SUS (SIH/SUS), através do acesso ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), dados referentes ao período de 2015 a 2017. **Resultados e Discussão:** Através da coleta de dados, analisou-se o perfil da execução do exame Papanicolau e da incidência de morbidade do câncer de colo de útero no município de Muriaé e no estado de Minas Gerais do ano de 2017 e 2018. Observa-se na prática um declínio progressivo da coleta de material para exame citopatológico. Em 2017 (3.472) exames preventivos realizados, enquanto que em 2018 o total de exames citopatológicos (2937). Comparativamente, vemos que na região de Minas Gerais, o exame citopatológico também sofreu decréscimo nesta mesma época, sendo em 2017 (22351) e em 2018 (8.091). Portanto, nota-se um declínio do exame de rastreamento do câncer de colo uterino em todo território mineiro, não sendo uma prerrogativa exclusiva do município em análise. Já, no que concerne à morbidade hospitalar do SUS, no município de Muriaé, a neoplasia maligna do colo do útero demonstra incidência em 2017 (37), tendo um aumento em no ano 2018 (42). Entretanto, analisando os dados encontrados no território de Minas Gerais, em 2017 (2139) e em 2018 (2250). Ao observar os dados do município de Muriaé, é notório um decréscimo dos exames realizados para rastreamento do câncer, podendo ser um fator de ocultação do diagnóstico de neoplasia maligna do colo do útero, causando um declínio na notificação dos casos de morbidades pela patologia analisada. Entretanto, o decréscimo de exames de rastreamento no estado de Minas Gerais, contrapõe-se a um aumento de casos de câncer de colo de útero registrados. **Conclusão:** Desta forma, não se pode afirmar categoricamente se a quantidade de rastreamento realizado influencia no número de casos de câncer de colo de útero registrados. A qualidade desses exames e a população alvo em que eles são aplicadas sejam, talvez, os índices que representem uma maior interferência. Desta forma, a análise isolada dos índices de morbidade não define um sucesso em relação ao prognóstico do câncer de colo de útero, pois necessita-se de uma análise completa entre os dois parâmetros para determinar a falha no processo de rastreamento do câncer de colo de útero. **Referências:**[1]Ministério da Saúde (BR). Sistema de informações sobre mortalidade. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**; 2013. [2] Instituto Nacional de Câncer (BR). Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. Rio de Janeiro: **Inca**; 2013.. [3] Gasperin SI, Boing AF, Kupek E. Cobertura e fatores associados à realização do exame de detecção do câncer de colo de útero em área urbana no Sul do Brasil: estudo de base populacional. **Cad Saúde Pública**. 2011;27(7):1312-22. [] Rico AM, Iriart JAB. "Tem mulher, tem preventivo": sentidos das práticas preventivas do câncer do colo do útero entre mulheres de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad Saúde Pública**. 2013;29(9):1763-73.

Palavras-chave: Neoplasia do colo do útero; Papillomaviridae; Papanicolau.

Área de conhecimento: 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 098

HEMORRAGIA PÓS-PARTO COM NECESSIDADE DE HISTERECTOMIA: UM RELATO DE CASO

Larissa Alves da **ROCHA** (lalaalves97@hotmail.com)¹; Barbara Braga **COSTA** (bbragacosta@yahoo.com.br)¹; Amanda Brandão **LOPES** (amandabranlo@hotmail.com)¹; Isabelle Lolli **PASCOAL** (isabellelp@hotmail.com)¹; Victor Andrade Siman (siman.victor@hotmail.com)² e Maria Aparecida Braga **COSTA**³

1. Acadêmica de Medicina do 7º período da Faculdade de Minas – FAMINAS-BH; **2.** Acadêmico de Medicina do 2º período da Faculdade de Minas – FAMINAS-BH e **3.** Médica Doutora em Medicina pela Faculdade Federal de Minas Gerais – UFMG; especialista em Clínica Médica, Cardiologia, Medicina Intensiva, Emergência Médica, Nutrologia e Administração e Saúde; Coordenadora do CTI da Unimed BH; Diretora da Associação Brasileira de Medicina de Emergência Regional MG (ABRAMEDE e ABRAMEDE MG) e coordenadora de cursos da Sociedade Mineira de Terapia Intensiva (SOMITI)

* Faculdade de Minas - FAMINAS-BH – Av. Cristiano Machado, 12.001 – Vila Cloris, CEP: 31.744-007 – Belo Horizonte – MG.

APRESENTAÇÃO: A hemorragia obstétrica é uma das principais causas de mortalidade materna, e é responsável por mais de 50% das 300.000 mortes maternas no mundo. Ocorre 1 morte a cada 7 minutos devido a hemorragia obstétrica, sendo a atonia uterina a etiologia mais comum da hemorragia pós-parto. **DESENVOLVIMENTO:** Relatamos o caso de uma paciente de 25 anos, G3Pv2A1, admitida com 37,5 semanas que evoluiu para parto vaginal e choque hemorrágico no pós-parto imediato por atonia uterina. O protocolo estabelecido na instituição foi instituído com a participação de obstetras e intensivistas. Foi mantida via aérea com intubação orotraqueal e ventilação mecânica e em seguida realizada ressuscitação volêmica com cristaloides e componentes do sangue na proporção de 1:1:1 (concentrado de hemácias, plasma e plaquetas). Iniciada massagem uterina e uso de Ocitocina 10 UI e Misoprostol 800-1000 mcg, e logo após administrado também ácido tranexâmico. Houve persistência do sangramento e foi necessária intervenção cirúrgica. A abordagem cirúrgica inicial foi a tentativa de tamponamento com balão intrauterino, compressão e suturas hemostáticas, sem sucesso. Posteriormente foi realizada ligadura da artéria uterina, também sem sucesso. Na sequência, a paciente foi submetida a histerectomia subtotal e encaminhada ao CTI, mas manteve sangramento volumoso e foi necessário proceder com a retirada do colo uterino. Foi escolhido pela equipe após a segunda cirurgia manter a paciente com laparostomia. Houve estabilização do quadro e no 2º dia de pós-operatório foi submetida a revisão e fechamento da cavidade. Recebeu alta hospitalar no 6º dia e se recuperou bem. A atonia uterina caracteriza-se pela deficiência no tônus ou falha da contração uterina para comprimir as artérias. O tecido placentário retido no útero contribui prejudicando o mecanismo de contração miometrial, favorecendo um quadro hemorrágico. A paciente pode também ter uma deficiência nos fatores de coagulação, como deficiência de fator VIII por exemplo. Finalmente, o próprio trauma gerado pelo parto pode causar grandes lacerações do colo do útero ou da vagina e causar perda excessiva de sangue. Raramente, a inversão uterina, malformações arteriovenosas ou outras anormalidades estruturais contribuem para a hemorragia pós-parto. A hemorragia pós-parto é definida por uma perda sanguínea maior que 500ml nas primeiras 24 horas após o parto vaginal ou 1000ml após cesárea, podendo causar instabilidade hemodinâmica e/ou queda maior que 10 pontos no hematócrito e/ou necessidade de transfusão [1]. Devido à dificuldade de avaliar com precisão a perda de sangue, os profissionais muitas vezes subestimam a quantidade perdida no parto. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O sucesso da assistência depende de uma equipe experiente com médico intensivista e ginecologista obstetra. O caso relatado mostra que à despeito da gravidade a aplicação correta do protocolo, o trabalho multidisciplinar e a prevenção de eventos adversos foram fundamentais para a recuperação da paciente. **BIBLIOGRAFIA [1]** HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS. Hemorragia Pós-Parto. **Protocolo Clínico.** PRO.OBS.016 Página 1/12. Revisão Nº: 03 – 03/10/2017. UFC. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/gCMW5. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

Palavras-chave Histerectomia. Hemorragia pós-parto. Choque hipovolêmico. Atonia uterina.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 099

EPIDEMIOLOGIA DA HEPATITE C EM GESTANTES ASSISTIDAS PELA MATERNIDADE DA CASA DE CARIDADE MURIAÉ HOSPITAL SÃO PAULO

Sthefanie Ferreira Caires **AGUIAR** (IC-sthefaniefca@hotmail.com)¹, Clara Borborema Reis **PEREIRA** (IC)¹, Eduarda Ramos de **MOURA** (IC)¹, Rafaela Theofilo do Nascimento **SOUZA**(IC)¹,Débora Pereira **FERREIRA** (IC)¹, Carlos Wilson Dala Paula **ABREU** (PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professor orientador;Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O vírus da Hepatite C pertence filogeneticamente aos *hepacivírus*, da família dos *Flaviviridae*. Em 1989, Michel Houghton e os seus colaboradores Qui-Lim-Choo, George Kno e Daniel Bradley, realizaram a clonagem de partes do vírus da Hepatite C e desenvolveram um teste capaz de identificar o vírus em pessoas infectadas [1]. A hepatite C constitui um relevante problema de saúde pública na atualidade, e é considerada uma das principais causas de doença hepática crônica podendo levar ao desenvolvimento de cirrose hepática e carcinoma hepatocelular [2]. O controle da doença depende de uma ação preventiva devido à ausência de uma vacina ou alguma outra forma de profilaxia pós-exposição. O vírus da hepatite C é transmitido principalmente por via hematogênica. Uma pequena quantidade de sangue contaminado é capaz de transmiti-lo se o mesmo entrar na corrente sanguínea seja através de uma lesão ou do compartilhamento de seringas. A transmissão por via sexual é incomum. A transmissão vertical oferece um risco relativamente baixo, mas a falta de opções profiláticas específicas mostra a importância da realização dos testes de triagem incluindo hepatite C de rotina em gestantes[3]. **OBJETIVOS:** O presente estudo teve como objetivo estimar a prevalência da infecção pelo HCV entre as gestantes da maternidade da Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo (CCMHSP) na cidade de Muriaé e realizar a comparação com o estado de Minas Gerais no mesmo período, bem como estimar a subnotificação dos casos de hepatite C neste local. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de publicações científicas atualizadas na área de saúde veiculadas na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os dados epidemiológicos utilizados foram obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (*DATASUS*) e do caderno de registros de testes rápidos da CCMHSP. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No período de maio a dezembro de 2018, 959 gestantes deram entrada à maternidade da CCMHSP, em Muriaé, Minas Gerais, com indicação de realizar o teste rápido para hepatite C. De todas as parturientes submetidas, 934 portaram resultado não reagente para a patologia, restando apenas 25 pacientes sem resultados, por ausência de material adequado. Segundo o DATASUS a estatística estadual fornece os seguintes dados: 31 amostras reagentes para 241 gestantes investigadas. Isso significa que o índice mineiro de hepatite C é de 12,86%, enquanto que, no mesmo período, a estatística na maternidade do CCMHSP é de 0%. Em primeira análise, seria possível inferir que as políticas de saúde municipais têm obtido um sucesso superior que aos de abrangência estadual. Entretanto, outro ponto que deve ser analisado com atenção é a amostra de onde foram obtidos estes dados. Existe uma evidente pobreza na alimentação do sistema de Informática do Sistema Único de Saúde visto que, apenas na cidade de Muriaé, um número muito superior de gestantes foram examinadas em comparação com a amostra do DATASUS. Proporcionalmente, sabe-se que a análise comparativa não deixa de ser válida, no entanto, pela escassez de dados disponível para análise no DATASUS, existe a possibilidade destes 12,86% não refletirem uma realidade que perduraria em uma amostra mais abrangente. **CONCLUSÕES:** A prevenção desta patologia se baseia em precauções anti-infecciosas. Assim, com o seguimento adequado das consultas pré-natais, como recomendado pela FEBRASGO, com a melhoria crescente nos critérios para transfusão sanguínea, e com uma maior disponibilidade das informações sobre saúde na comunidade, o esperado seria que o número de contágio fosse bastante inferior ao de outras patologias nas quais a profilaxia depende apenas de cuidados individuais das pacientes. No entanto, no período em análise, o número de VDRL positivos em gestantes do estado de Minas Gerais foi de 8,07%, um valor 8,93% menor que o de hepatites no mesmo público. Assim, duas reflexões são válidas: se há, em Minas Gerais, uma má adesão às campanhas de prevenção e se a precariedade de dados disponíveis no DATASUS prejudicam a análise epidemiológica da situação e os avanços em saúde no país. **AGRADECIMENTOS:** À Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo e ao professor Carlos Wilson Dala Paula Abreu por todo apoio e orientação. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**[1].PARANÁ, Raymundo; ALMEIDA, Delvone. História das Hepatites Virais. Baía: [200-]. Disponível em:< <http://sbhepatologia.org.br/pdf/historia.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019. [2].PINTO, Clarice Souza et al. Infecção pelo vírus da hepatite C em gestantes em Mato Grosso do Sul, 2005-2007. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 974-976, out. 2011. 2019.[3]. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2019.[4].LOURENCO, Cátia et al. Hepatite C e Gravidez: Uma Revisão da Literatura. *Arq Med*, Porto, v. 25, n. 1, p. 38-45, fev. 2011 [5] Martins T, Narciso-Schiavon JL, Schiavon LL. Epidemiologia da infecção pelo vírus da hepatite C. *Rev Assoc Med Bras* [internet] 2011; 57(1): 107-112.

Palavras-chave: Gestantes;Hepatite C; epidemiologia

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 100

HISTERECTOMIA TOTAL VIA ABDOMINAL E TRAUMA CIRÚRGICO DE URETER: UM RELATO DE CASO

Amanda Brandão **LOPES** (amandabranlo@hotmail.com)¹; Ana Luiza Ferreira de **AZEVEDO** (aanaluiza95@hotmail.com)¹; Isabelle Lolli **PASCOAL** (isabellelp@hotmail.com)¹; Bárbara Braga **COSTA** (bbragacosta@yahoo.com.br)¹; Damaris Alves **LOLLI**² e Roberto Paulo Machado **LOPES**³

1. Acadêmica de Medicina do 7º período da Faculdade de Minas – FAMINAS-BH; 2. Médica formada pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC e 3. Professor Doutor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

* Faculdade de Minas - FAMINAS-BH – Av. Cristiano Machado, 12.001 – Vila Cloris, CEP: 31.744-007 – Belo Horizonte – MG.

APRESENTAÇÃO: A histerectomia é a segunda cirurgia ginecológica mais frequentemente realizada em mulheres em idade reprodutiva e está associada a uma série de complicações. A lesão do trato urinário, embora infrequente, quando acontece pode levar até a uma insuficiência renal com necessidade de nefrectomia. Diante da alta incidência de realização de histerectomias e tendo em vista a possibilidade de intercorrências relacionadas ao trato urinário, este trabalho tem por objetivo identificar o risco de lesão urológica associado a esse procedimento. Para tanto, realizou-se um estudo de caso em uma paciente de 45 anos, submetida à uma histerectomia para tratamento de leiomiomas uterinos e que evoluiu com hidronefrose decorrente de trauma ureteral. **DESENVOLVIMENTO:** Paciente, 45 anos, portadora de leiomiomas uterinos, tinha como único sintoma fluxo menstrual intenso. Fazia acompanhamento através de ultrassonografia transvaginal, que demonstrava um padrão de crescimento progressivo dos núcleos miométricos e do volume uterino. Diante desse quadro foi indicada histerectomia para resolução do caso. A paciente foi submetida a uma histerectomia total por via abdominal, logo após iniciou quadro de dor epigástrica de forte intensidade. Posteriormente, a dor migrou para o flanco esquerdo fazendo a paciente procurar um pronto atendimento. O exame físico constatou sinal de Giordano à esquerda. Foi feita uma tomografia computadorizada com contraste que mostrou o rim esquerdo com moderada hidronefrose e retardo na concentração e eliminação do contraste. A partir dos resultados dos exames, a paciente foi internada para acompanhamento com a equipe de urologia do hospital, que optou primeiramente pelo procedimento de inserção do cateter duplo J, sem sucesso, confirmando a existência de uma obstrução no ureter esquerdo. Como o rim da paciente estava em sofrimento, foi realizado um replante de ureter por videolaparoscopia, dessa vez com sucesso. A paciente se recuperou bem. O curso do ureter na pélvis torna-o passível de lesão durante operações ginecológicas, particularmente durante histerectomias. Além da sua proximidade anatômica com muitas estruturas, o não isolamento do ureter em cirurgias abdominais favorece a ocorrência de lesões nesses tubos condutores de urina. As estatísticas sobre incidência de lesões ureterais podem não refletir a realidade, uma vez que muitas lesões permanecem desconhecidas por conta da função renal contralateral e ausência de sintomas. A lesão ureteral pode tornar-se manifesta por sintomas de pielite, dor no flanco e aparecimento de massa na região renal. Esses casos são encaminhados para investigação e o diagnóstico é estabelecido através de exames de imagem [1]. Uma vez confirmada a ocorrência de lesão ureteral, na maioria das vezes é realizado primeiramente uma tentativa de reparo endoscópico antes de proceder à cirurgia aberta, mas a conduta escolhida dependerá das condições encontradas pelo cirurgião. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se do caso analisado que a lesão ureteral, embora rara, é uma complicação prevista. Nesse sentido, e com o objetivo de aperfeiçoar as cirurgias de histerectomia, recomendamos que resoluções médicas, e/ou normas hospitalares, devam tornar obrigatório o isolamento do ureter em cirurgias abdominais. A lesão ureteral resulta não apenas em aumento de despesas médicas, mas também em aumento de dano emocional para as pacientes, aumento no tempo de recuperação e maior exposição à problemas renais no futuro. **BIBLIOGRAFIA: [1] COSTA, Joana R.; COSTA, A. Tipos e vias de abordagem cirúrgica em histerectomia e sua relação com lesão do sistema urinário. Acta Obstet Ginecol Port, v. 11, n.1, p. 46-56, 2017.**

Palavras-chave: Histerectomia. Ureter. Trato Urinário.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 101

INCIDÊNCIA DE DIABETES MELLITUS NA POPULAÇÃO ADSCRITA PELA ESF PRIMAVERA, MURIAÉ, MINAS GERAIS, BRASIL

Luívia Oliveira da SILVA (IC-luiviaromario@gmail.com)¹, Flávia Luciana COSTA¹, Carla Tavares JORDÃO¹, Ângela Cristina Tureta FELISBERTO¹, João Romário Gomes da SILVA², Richard Duvanel RODRIGUES (PQ)³.

1. Curso de Medicina; 2. Graduado em Medicina; 3. Professores Centro Universitário UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: O diabetes mellitus (DM) é um grupo heterogêneo de desordens metabólicas que se caracteriza por hiperglicemia crônica associada a distúrbios no metabolismo dos carboidratos, lipídios e proteínas, resultado de defeitos na secreção e/ou na ação da insulina, ou em ambos os mecanismos, ocasionando complicações em longo prazo [1]. De acordo com estudos realizados, a prevalência do Diabetes no Brasil é de 6,9%. [2]. Essa patologia apresenta elevada morbimortalidade, além de representar um fator de risco para complicações cardiovasculares e cerebrovasculares [3]. Nessa perspectiva, o presente estudo teve como objetivo identificar a incidência do Diabetes Mellitus nos pacientes adscritos pela ESF Primavera, correlacionar o índice nacional além de associar o DM a fatores de risco e condições clínicas correferidas em adultos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Os dados foram obtidos a partir do cômputo de prontuários previamente identificados como diabéticos, durante os meses de março a junho de 2018. Após a contagem sucedeu-se ao cálculo da correspondência em percentil [(Número de diabéticos cadastrados na ESF/População total adscrita pela ESF) x 100]. Por fim, o quociente em percentual obtido foi correlacionado com os dados nacionais de diabéticos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Atualmente, a população adscrita na Estratégia Saúde da Família Primavera é cerca de 4500 pessoas, desse quantitativo, são 120 diabéticos cadastrados na unidade, o que representa, portanto, 5,4% de pessoas com diagnose da patologia, percentil inferior ao de nível nacional. Sabe-se que o DM está associado a maiores taxas de hospitalizações, maior utilização dos serviços de saúde, bem como maior incidência de doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, cegueira, insuficiência renal e amputações não traumáticas de membros inferiores [5]. Assim, a análise epidemiológica evidencia, portanto, a necessidade da implantação e efetivação de políticas de saúde, voltadas para o suporte social destes indivíduos e seus familiares, através de abordagem integral e holística, que engloba acompanhamento regular, clínico e educativo, promovido por equipe multidisciplinar. **CONCLUSÃO:** A incidência do diabetes mellitus nos pacientes cadastrados e adscritos pela ESF Primavera é de 5,4%, enquanto o índice nacional é de 6,9%. Por conseguinte, os achados corroboram para a importância do suporte social ofertado na saúde da comunidade, no território de adscrição da sobredita unidade de saúde. É de amplo conhecimento as inúmeras condições clínicas associadas ao DM, conquanto, sabe-se que tais comorbidades advêm dos fatores de risco globais aos distúrbios referidos. Nesse sentido, taxa exitosas como a encontrada são atribuíveis ao estabelecimento de vínculo e acolhimento da equipe, à participação em reuniões promovidas pela unidade e às demais ações orientadas à prevenção e promoção da saúde. **BIBLIOGRAFIA:** [1]. SBD. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018**. São Paulo: Editora Clannad, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/dhtA8>. Acesso em: 08 Ago. 2019. [2]. SBD. Sociedade Brasileira de Diabetes. **Dados epidemiológicos do DM no Brasil e no mundo**. 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/uAJoy>. [3]. Li L, Shen S, Ouyang J, Hu Y, Hu L, Cui W et al. Autologous hematopoietic stem cell transplantation modulates immunocompetent cells and improves β -cell function in Chinese patients with new onset of type 1 diabetes. *J Clin Endocrinol Metab*. 2012;97(5):1729-36. [4]. Malmegrim KC, de Azevedo JT, Arruda LC, Abreu JR, Couri CE, de Oliveira GL et al. Immunological balance is associated with clinical outcome after autologous hematopoietic stem cell transplantation in type 1 diabetes. *Front Immunol*. 2017;8:167. [5]. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica : diabetes mellitus** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

Palavras-chave: Diabetes mellitus; Incidência; População adscrita.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 102

INCIDÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA NA POPULAÇÃO ADSCRITA PELA ESF INCONFIDÊNCIA, MURIAÉ, MINAS GERAIS, BRASIL

Flávia Luciana COSTA¹ (IC-flaviafcosta@gmail.com), Luívia Oliveira da SILVA¹ Ângela Cristina Tureta FELISBERTO¹, Grazielle Ferreira de Mello Ali MERE¹, João Romário Gomes da SILVA², Richard Duvanel RODRIGUES³

1. Curso de Medicina; 2. Graduado em Medicina; 3. Professor Centro Universitário, FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica multifatorial definida por uma elevação sustentada de níveis pressóricos. Constitui um grave problema de saúde pública, uma vez que associa-se a distúrbios metabólicos, funcionais e/ou estruturais de órgãos-alvo, que potencialmente poderão suscitar complicações agudas e crônicas [1-2]. Referente a prevalência da patologia em estudo, a literatura brasileira mostra variância entre 22,3 e 43,9% [3-4]. Sabe-se que a HAS está associada a fatores de risco não modificáveis como história familiar, idade, sexo e etnia/raça e a fatores de risco modificáveis como nutricionais, comportamentais e clínicos favorecendo ao sobrepeso/obesidade, dislipidemia e hiperglicemia [5]. Considerando a gravidade e os fatores inerentes ao desencadeamento da HAS, o presente estudo objetivou identificar o índice de hipertensão arterial nos pacientes adscritos pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) Inconfidência, além de correlacionar os achados com os de nível nacional e associar aos fatores de risco e condições clínicas correlacionadas em adultos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Os achados foram obtidos a partir do cômputo de prontuários especificados com HAS, durante os meses de março a junho de 2018. Sucedeu-se ao cálculo da correspondência em percentil [(Número de indivíduos portadores de HAS cadastrados na ESF/População total adscrita pela ESF) x 100]. Em seguida, o quociente em percentual encontrado foi correlacionado com a prevalência nacional de hipertensos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No período em análise, a população adscrita na ESF constitui cerca de 3050 indivíduos, desse importe são 366 pacientes diagnosticados com HAS, o que corresponde a 12% de indivíduos com doença hipertensiva. As condições clínicas mais frequentes associadas à patologia em análise são diabetes mellitus, doença arterial coronária, AVC, doença renal crônica e a síndrome metabólica, isso ocorre pela similaridade dos fatores de riscos das patologias supracitadas, tais como: idade, associada linearmente ao surgimento de HAS, excesso de peso e obesidade; além da ingestão de bebidas alcoólicas e sedentarismo [4,5]. **CONCLUSÃO:** A taxa de HAS na população adscrita pela ESF Inconfidência é inferior àquela apresentada no âmbito nacional. Depreende-se, portanto, que o suporte ofertado pela equipe da ESF está orientado à promoção de uma assistência integral e holística ao indivíduo hipertenso. Ressalta-se, por fim, o sumário papel do acolhimento multidisciplinar da equipe, além do estabelecimento de vínculo e de ações voltadas à prevenção de agravos e à promoção da saúde. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MALACHIAS, M.V.B., et al. **7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial**. Arq Bras Cardiol 2016; 107(3Supl.3):1-83; [2]. ROSA, M.T.N.. **Perfil epidemiológico dos pacientes cadastrados com hipertensão arterial sistêmica na microárea Jardim Sucupira da UBSF Alvorada no município de Uberlândia-MG**. Uberaba, 2013. Monografia. Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família; [3]. CESARINO, C.B. et al. **Prevalência e fatores sociodemográficos em hipertensos de São José do Rio Preto**. Arq Bras Cardiol.2008;91(1):31-5; [4]. ROSARIO, TM et al. **Prevalência, controle e tratamento da hipertensão arterial sistêmica em Nobres, MT**. Arq Bras Cardiol. 2009;93(6):672-8; [5]. MATINEZ, K. R. **Controle dos fatores de riscos na hipertensão arterial em uma unidade de saúde no município de Coruripe – Alagoas: plano de ação**. Universidade Federal Alfenas – UNIFAL curso de especialização em estratégia saúde da família.

Palavras-chave: Hipertensão arterial sistêmica; População adscrita; Saúde do adulto

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 103

INTOXICAÇÃO MEDICAMENTOSA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG

Mateus Valle de Melo e **POSSA** (IC – mateusmelo99@gmail.com)¹, Júlia Carvalho Brasil **MALAQUIAS** (IC)¹, Karoline de Lira **FLOR** (IC)¹, Rizza Chierici **BAPTISTA** (IC)¹, Victória Gonçalves **GUEDES** (IC)¹ e Juliana Barroso Rodrigues **GUEDES** (PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Entre às diferentes causas de intoxicação exógena, a intoxicação por medicamentos é a principal causa no Brasil, ocupando o primeiro lugar nas estatísticas do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), desde 1994. As classes de medicamentos que mais causam intoxicações são os benzodiazepínicos, antigripais, antidepressivos e anti-inflamatórios [1], sendo provenientes por acidentes individuais e por tentativas de suicídio [2]. A população idosa, tratando-se de uma população susceptível ao desenvolvimento de doenças, faz uso de inúmeras medicações que, por alterações no metabolismo, pode ocorrer acúmulo de fármacos no organismo. Logo, a probabilidade de intoxicação e de efeitos adversos nesse grupo é maior do que na população em geral [3]. O presente estudo teve como objetivo descrever o perfil epidemiológico de intoxicação medicamentosa, de acordo com as circunstâncias e a faixa etária, no município de Muriaé - MG e compará-los regionalmente e nacionalmente. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo com base bibliográfica recorrida nas bases de dados Scielo e PubMed, com artigos que foram publicados nos últimos 13 anos. Para a pesquisa dos dados do município de Muriaé, Minas Gerais, foi utilizado os dados disponibilizados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), entre os anos 2010 e 2017. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao avaliar tais dados no município de Muriaé, no estado de Minas Gerais e no Brasil, entre os anos de 2010 e 2017, observa-se a prevalência de intoxicação medicamentosa, representando próximo a 50% em nível estadual e 64% em Muriaé. Ao analisar a população de adultos jovens, entre 20 e 39 anos, percebe-se um predomínio exacerbado das tentativas de suicídio. No Brasil, as tentativas de autoextermínio alcançam 43,9% entre 13 variáveis analisadas, além dos casos ignorados e brancos. Nesse cenário, Minas Gerais apresenta 53,9% e Muriaé tem 72,5% dos casos de intoxicação registrado na população jovem como suicídio. Por outro lado, tem-se a população idosa (acima de 60 anos), em que as tentativas de suicídio aparecem em primeiro lugar por serem mais fidedignas de notificação e além disso, não apresentam valores significativamente mais altos que outras causas. Merece destaque o uso acidental de medicações, sendo a nível nacional 16,7%, enquanto em Minas Gerais esse valor chega a 19,7%. Intoxicação por uso habitual aparece logo atrás com 10,3% no Brasil e 8,6% no estado mineiro. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, os casos de intoxicação exógena tratam-se na maioria das vezes de tentativas de autoextermínio. Nota-se também como as diferentes faixas etárias interferem na circunstância da intoxicação: enquanto nos jovens há um predomínio do autoextermínio, nos idosos, o uso habitual e acidental merecem destaque, considerando o fato de serem de difícil notificação por muitas vezes não chegarem até os serviços de saúde. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **REFERÊNCIAS:** [1] Secretaria da Saúde. **(CCE) Intoxicações por medicamentos.** Cad. Saúde Pública, 1999, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1447>> Acesso em: 02/06/2019. [2] MARGONATO, F.B.; THOMSON, Z.; PAOLIELLO, M.M.B. **Determinantes nas intoxicações medicamentosas agudas na zona urbana de um município do Sul do Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.333-341, 2008. [3] PAULA, Tatiana Cruz de; BOCHNER, Rosany; MONTILLA, Dalia Elena Romero. **Análise clínica e epidemiológica das internações hospitalares de idosos decorrentes de intoxicações e efeitos adversos de medicamentos, Brasil, de 2004 a 2008.** Rev. bras. epidemiol. São Paulo, v. 15, n. 4, p. 828-844, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2012000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02/06/2019.

Palavras-chave: Medicamentos; Intoxicação; Serviços de Saúde para Idosos.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 104

LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DE CÂNCER EM UM HOSPITAL REFERÊNCIA EM MINAS GERAIS, BRASIL

Larissa Bonato Bertoni Murta **SILVA** (IC – larissabonatobms@hotmail.com)¹, Sérgio Gomes da **SILVA**², Érica **MANGARAVITE** (PQ)³.

1. Curso de Biomedicina; 2.Unifaminas e FCV ; 3. Professor.Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – 36.880-000 – Muriaé - MG

INTRODUÇÃO: Os principais responsáveis por adoecimento e óbito da população no mundo são as doenças não transmissíveis como as doenças cardiovasculares (48%) e o câncer (21%) [1]. O câncer foi causador de cerca de 9,6 milhões de mortes em 2018, a nível global uma em cada seis mortes são relacionadas a ele, sendo 14,4% dos óbitos na América Latina [2]. Em geral, existe cerca de 20% de chance de se contrair câncer antes dos 75 anos e 10% de chance de morrer em decorrência da doença [2]. O número de mortes relacionadas ao câncer aumentou de 6 milhões no ano 2000 para 7,6 milhões em 2007, revelando um incremento de 32% [3]. No Brasil o câncer levou a óbito 212.285 pessoas, a região Sudeste é detentora de 100.968 de óbitos e o estado de Minas Gerais 22.054 [4]. Atualmente no Brasil, o câncer é a segunda causa de morte mais comum e já é a maior causa de morte em 516 municípios brasileiros e destes 84 são em Minas Gerais, isto representa 10% das cidades de todo o estado, sendo o terceiro estado com mais óbitos [5]. Projeções para o ano 2030, no mundo, indicam a ocorrência de 26 milhões de novos casos e 17 milhões de mortes por câncer [3]. O Objetivo geral deste trabalho foi analisar a proporção com que os cinco cânceres que mais acometem minas gerais (dados do INCA) se apresentam no Hospital do Câncer, Fundação Cristiano Varella, em Muriaé, Minas Gerais, Brasil, no período de 2016 a 2018.

MATERIAL E MÉTODO: O presente estudo envolveu apenas a coleta e análise documental de dados secundários e de literatura, sendo de caráter epidemiológico, descritivo e transversal. Foi aprovado no comitê de ética e pesquisa da Unifaminas - MG e na plataforma Brasil (número do parecer: 3.356.559 e CAAE: 13603719.7.0000.5102). A população deste estudo se limitou aos pacientes que foram internados ou não, e que fizeram tratamentos oncológicos no hospital do Câncer, Fundação Cristiano Varella. A amostra do presente estudo foi obtida por meio de prontuários pré existentes de pacientes atendidos pelo Hospital do câncer da Fundação Cristiano Varella, no período de 2016 a 2018. Com base nestes dados, foram coletadas informações das idades dos pacientes dos cinco cânceres que mais acometem Minas Gerais de acordo com o INCA, estes são, respectivamente, próstata, mama, colo do útero, pulmão (incluindo brônquios e traqueia), e cólon e reto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Foram 4.180 prontuários analisados. Neste período o câncer de próstata acometeu 986 pessoas (8,68% dos canceres da fundação); o câncer de mama 1.536 (13,52%); colo do útero 299 (2,63%); pulmão (brônquios e traqueia) 280 (4,22%); e cólon e reto 863 pessoas (7,48 %). A média da idade dos pacientes com câncer de próstata foi de 68 anos, câncer de mama e do colo do útero 53 anos, o câncer de pulmão 66 anos e o câncer de cólon e reto 65 anos.

CONCLUSÃO: Observa-se que de acordo com o INCA os cinco canceres que mais acometem minas gerais representam 36,53% da população total atendida em dois anos (2016-2018) pelo Hospital do câncer da Fundação Cristiano Varella. Além disso, ordem dos cânceres segundo o INCA diferiu dos cânceres da Fundação.

AGRADECIMENTOS: À UNIFAMINAS, a minha orientadora Érica e ao meu co-orientador Sérgio pela colaboração e apoio. **REFERÊNCIAS**

BIBLIOGRÁFICAS: [1] WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global Action plan for the prevention and control on noncommunicable diseases 2013-2010. Geneva,2013.[2] INTERNATIONAL AGENCY FOR RESEARCH ON CANCER. Cancer today. [3]. Barbosa IR,Souza DL,Bernal MM, CCC I. Cancer mortality in Brazil: temporal trends and predictions for the Year 2030. Medicine (Baltimore) 2015 Apr; 94(16): e746. [4] INSTITUTE NACIONAL DO CANCER. ATLAS DA MORTALIDADE. Disponível em:. [5] OBSERVATÓRIO DE ANCOLOGIA. câncer como a primeira causa de morte nos municípios brasileiros.2018

Palavras-Chave: Epidemiologia, Câncer, Brasil.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

CBS 105
MASTITE GRANULOMATOSA IDIOPÁTICA: RELATO DE CASO

Júlia Eduarda Nóbrega de Melo e **CASTRO**¹ (IC - juliaeduardacastro@yahoo.com.br); Isabela Alves **BANDEIRA**¹ (IC); Maria Vitória de Macedo Simeão **BRASILEIRO**¹ (IC); Débora Pereira **FERREIRA**¹ (IC); Lívia de Paiva **VARDIERO**² (PQ)

¹Curso de Medicina; ²Professor do Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé/MG.

APRESENTAÇÃO: A mastite granulomatosa idiopática (MGI) é uma doença inflamatória crônica de mama rara, de etiologia desconhecida [2]. A etiopatogenia está associada a gestantes jovens e lactação [1]. Geralmente, a patologia não possui antígeno específico identificado e os testes histoquímicos são negativos. O IGM mimetiza o câncer de mama, mas achados ultrassonográficos de túbulos confluentes hipocogênicos com distribuição peri-lobular e características inflamatórias granulomatosas são sugestivos dessa doença. O tratamento baseia-se na biópsia excisional, mas os resultados cirúrgicos são esteticamente desfavoráveis. A terapia com corticosteróides destina-se a prevenir a recorrência da doença e é prescrita no caso de lesões extensas [2]. **DESENVOLVIMENTO:** O presente trabalho tem como objetivo abordar a caracterização clínica e diagnóstica da MGI e os materiais e métodos baseiam-se em coleta de dados no prontuário da paciente acompanhada no Hospital São Paulo. O projeto refere-se ao relato de caso sobre JMC, 44 anos, professora, apresentou-se para avaliação ginecológica queixando-se de nódulo doloroso na mama direita. Ao exame físico, havia uma lesão de consistência firme, pele espessa na mama direita, associada à eritema e fístulas. Não houve corrimento papilar ou linfonodomegalia. O tratamento foi iniciado com prednisona e cefalexina e foram solicitados exames laboratoriais e biópsia de pele. O paciente retornou à clínica com melhora parcial da dor e ganho de peso, sendo proposto o desmame dos corticosteróides e encaminhamento ao infectologista. O FAN revelou uma diluição de 1:640 no padrão de centrômero, portanto, foi encaminhado ao departamento de reumatologia devido à suspeita de síndrome CREST. Relatou artralgia e que seu marido havia sido tratado para hanseníase. O anti-SM, anti-RO, anti-LA, anti-DNA, anti-HCV, anti-HIV, anti-HBc, HBsAg, teste cutâneo de derivado de proteína purificado, eletroforese de proteínas séricas vieram negativos, anti-HBs 16, anti-centrômero 1:320, C3 140, C4 50, velocidade de hemossedimentação 9, BI-RADS categoria 3, glicemia 70 mg/dL, creatinina 0,5 mg/dL, uréia 25 mg/dL, sódio 14 mEq/L e a biópsia revelou granulomas não-caseosos e doença inflamatória crônica de etiologia desconhecida. Apesar do anticorpo positivo, nenhum critério para doença inflamatória foi desenvolvido. Considerando-se a história clínica do paciente e os achados laboratoriais e histopatológicos, o diagnóstico foi interpretado como MGI, sendo prescritos cefalexina, prednisona e metotrexato. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O caso relatado traz à luz a discussão de uma patologia rara e complexa. Sendo assim, a anamnese e exame físico minuciosos são fundamentais para diagnóstico precoce e redução de morbimortalidade [2]. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS, ao Hospital São Paulo e demais colaboradores pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GOULART, Ana Paula Szezepaniak. Mastite granulomatosa lobular idiopática. *Revista Brasileira de Mastologia*. 2011. Acesso em: 1 ago. 2019. Disponível em: <http://www.mastology.org/wp-content/uploads/2015/06/Mas_v21n1_46-49.pdf>. [2] STEFANON, Cristina Caetano. Mastite granulomatosa idiopática: aspectos clínicos, radiológicos e ultra-sonográficos. *Revista Brasileira de Radiologia*. São Paulo, 2005. Acesso em: 1 ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-39842005000300012>.

Palavras-chave: Mastite Granulomatosa Idiopática; Corticoide; Anticorpo antinuclear.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 106

MEDICINA PREVENTIVA NA GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA: A IMPORTÂNCIA DO CALENDÁRIO VACINAL FEMININO

Gustavo Vinicius Jadir REIS¹ (IC - gustavovjr11@yahoo.com.br); Maiara Peixoto PAIVA (IC)¹; Letícia COSTA (IC)¹; Júlia Marques VIEIRA (IC)¹; Sabrina Sthefany Meireles ARAÚJO (IC)¹; Eduardo Batista CÂNDIDO (PQ)²;

1. Curso de Medicina – Faculdade de Minas – FAMINAS BH
2. Professor Adjunto do departamento de Ginecologia da Universidade Federal de Minas Gerias - UFMG; Professor Titular de Ginecologia da Faculdade de Minas - FAMINAS/BH

APRESENTAÇÃO: A vacina se apresenta como um dos principais instrumentos da medicina preventiva, sendo imprescindível para evitar doenças, melhorando a qualidade de vida¹. A população e até mesmo profissionais de saúde, nos dias de hoje, desconhecem diversas doenças extintas, graças ao advento das vacinas no Brasil e no mundo. Através de pesquisas bibliográficas, interpretação e integração de dados, o objetivo desse trabalho é fazer uma discussão sobre informações do calendário vacinal feminino em todas as fases de vida, inclusive na gravidez e, estabelecer a importância do ginecologista e obstetra nesse cenário. Para obter resultados e respostas a cerca da problematização apresentada nesse trabalho foram utilizados artigos das bases de dados PubMed, Scielo, MEDLINE. **DESENVOLVIMENTO:** Apesar das iniciativas públicas nesse setor, infelizmente, doenças anteriormente erradicadas e controladas, como sarampo, febre amarela e coqueluche, estão se tornando, cada vez mais comum entre a população^{2,3}. Para combater tal cenário, o investimento em informação sobre o calendário vacinal e sua importância é imprescindível. Em oposição a alta taxa de cobertura, que sempre foi a característica principal do PNI, nos últimos anos encontramos uma queda expressiva na abrangência das vacinas⁴. Isso pode ser explicado observando que há algumas décadas as doenças eram visíveis e preocupantes, ao contrário do que ocorre nos dias de hoje, pois doenças foram erradicadas e outras são raras na população^{2,3}. Nesse contexto, apesar dos benefícios e recomendações, sobram doses de vacinas e infelizmente doenças anteriormente erradicadas e controladas estão se tornando, novamente, cada vez mais comuns entre a população⁵. No âmbito da saúde da mulher, em sentido amplo, o ginecologista tem um papel fundamental, uma vez que é o principal médico que as mulheres procuram com mais frequência. Ademais, existe uma relação de confiança entre o ginecologista e a paciente, observada em uma pesquisa do Data Folha, encomendada pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, a qual mostrou que oito em cada dez mulheres citam a ginecologia como a especialidade mais importante para saúde feminina, sendo ainda esse profissional considerado como o responsável por referenciar para outras especialidades. Além disso, em 2018, segundo o estudo, 76% das brasileiras foram ao ginecologista, tal hábito deve ser visto como uma oportunidade para estabelecer um cuidado integral, humanizado e longitudinal por este profissional. Assim, uma anamnese completa é essencial, abordando inclusive o histórico vacinal da paciente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, é imprescindível reafirmar a importância de fomentar cada vez mais a vacinação na população por todos os profissionais de saúde, tendo em vista os surtos de doenças que estão acometendo o país. No que tange a saúde da mulher, é notório que o ginecologista tem um papel fundamental na orientação de suas pacientes e no esclarecimento de dúvidas sobre profilaxia primária. O ginecologista e obstetra que se preocupa com o calendário vacinal está defendendo um grande princípio no cuidado à paciente, de forma longitudinal, integral e humanizada. Isso reflete não só na saúde da paciente, como também de seus familiares e pessoas de contato próximo. **AGRADECIMENTOS FINAIS:** À Faminas e ao Professor orientador Eduardo pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** Oliveira KR. **O cenário de medicina preventiva no sistema de saúde suplementar.** São Paulo: Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo; 2013. Levi GC. **Recusa de vacinas: causas e consequências.** São Paulo: Segmento Farma; 2013. Salmon DA, Dudley MZ, Glanz JM, Omer SB. **Vaccine hesitancy: causes, consequences, and a call to action.** *Vaccine.* 2015;33:D6671. Domingues CM, Teixeira AM. **Vaccination coverage and impact on vaccinepreventable diseases in Brazil between 1982 and 2012: National Immunization Program progress and challenges.** *Epidemiol Serv Saúde.* 2013;22:927. Fernandes EG, Oliveira MEB, Fred J, Carelli LA, Lima GDF, Sato HK, et al. **Surto de sarampo na região metropolitana de Campinas, SP.** *Rev Saúde Pública.* 2013 ago;47(6):1213-7.

Palavras-chaves: calendário vacinal feminino; surto de doenças infecciosas; medicina preventiva.

CBS 107
MELANOMA DESMOPLÁSICO: RELATO DE CASO

Nathalia Ferreira **NUNES (IC – nathaliafn95@hotmail.com)**¹, Victória Gonçalves **GUEDES (IC)**¹, Carlos Eduardo Gaudard **FLORIDO (IC)**¹, Narrymam Albino **TEIXEIRA (IC)**¹, Victória Tinoco **BOECHAT (IC)**¹ e Adymila Salim Moreira de **REZENDE (PQ)**²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Melanoma cutâneo é um tumor maligno que advém da transformação do melanócito em melanócito atípico. Este localiza-se na junção dermoepidérmica da pele. As características clínicas são extremamente variável e inespecífica o que torna o diagnóstico complexo. O melanoma desmoplásico (MD), por sua vez, é uma variante rara, no qual há uma baixa incidência – dois casos a cada um milhão de habitantes- representando menos de 4% dos melanomas cutâneos. É caracterizado por um tumor fibroso de células fusiformes que são liberadoras de colágeno. É muito comum no sexo masculino, principalmente em indivíduos que tiveram exposição solar crônica e de idade avançada. Possui semelhança com outras neoplasias e por isso é um verdadeiro desafio diagnóstico. Na maioria das vezes o MD se apresenta como nódulo, pápula ou placa- hipomelanótico ou amelanótico- de consistência firme, acometendo derme ou até subcutâneo. Assemelha-se a outras lesões fibrosas, induzindo ao erro diagnóstico. Os erros diagnósticos do MD se dão, com maior incidência, entre as patologias malignas como o carcinoma, o fibrossarcoma e o melanoma amelanótico. Assim sendo, deve-se sempre aventar a possibilidade deste diagnóstico frente a neoplasias fibrosas[1]. **DESENVOLVIMENTO:** MPS, sexo masculino, 43 anos, com lesão em lábio inferior endurecida, irregular, endofítica de aspecto indeterminado. História previa de múltiplos Carcinomas Basocelulares, sendo aventada a possibilidade de novo tumor. Realizada biópsia local a qual mostra denso infiltrado inflamatório associado a atipias celulares de aspecto indeterminado entre neoplásico ou inflamatório/reactivo. Para definição diagnóstica foi realizado exame imuno-histoquímico, com negatividade para citoqueratinas e expressão difusa da proteína S-100, favorecendo o diagnóstico de Melanoma invasivo. Foi realizada exérese da lesão que mostrou Melanoma Maligno de tipo histológico Desmoplásico Combinado, ulcerado, medindo 32,0 x 14,0 mm, com fase vertical de crescimento, nível V de Clark, medindo 8,0 mm de espessura máxima (Breslow) com 35 mitoses/10 CGA (cerca de 15 mitoses/mm²). Margens de ressecção livres. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O reconhecimento do melanoma desmosplásico é de suma importância, não só pelo desafio clínico para diagnóstico, visto que possui outros tumores cutâneos como diagnóstico diferencial, mas também pela sua raridade e pela possível implicação de um diagnóstico tardio. **AGRADECIMENTOS:** À Fundação Cristiano Varella (FCV) pela realização do trabalho e à professora orientadora Dr. Adymila Salim por todo apoio e suporte concedido. **BIBLIOGRAFIAS:** [1] FERREIRA, Flávia Regina; FERRARI, Bruna; ACEDO, Livia Mendes Sabia; UJIHARA, Juliana Emi Dias; LIRA, Marcia Lanzoni de Alvarenga; MANDELBAUM, Samuel Henrique Mandelbaum. **Melanoma Desmoplásico - um desafio diagnóstico.** Sociedade Brasileira de Dermatologia, 2015, São Paulo. Disponível em <[http://www.surgicalcosmetic.org.br/detalhe-artigo/384/Melanoma Desmoplasic---um-desafio-diagnostico](http://www.surgicalcosmetic.org.br/detalhe-artigo/384/Melanoma%20Desmoplasic---um-desafio-diagnostico)>. Acesso em: 21/04/2019.

Palavras-chave: Melanoma; Melanócito; Neoplasia; Tumores cutâneos

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 108

MIELORRADICULOPATIA ESQUISTOSSOMÓTICA

Danyelle Dias **CARDOSO** (IC - danyellecardoso_11@hotmail.com)¹; Lara Carvalho do **CARMO** (IC)¹; Bruno Almeida **SILQUEIRA** (IC)¹; Brunno Pinto **NEVES** (PQ)²

1. Curso de Medicina do UNIFAMINAS; 2. Professor Orientador.
Centro Universitário - UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Mielite; Esquistossomose; Mielorradiculopatia.

APRESENTAÇÃO: A mielite transversa aguda (MTA) é uma doença inflamatória aguda da medula espinhal caracterizada por sinais e sintomas de disfunção neurológica motora, sensitiva e/ou autonômica, podendo ser uma complicação grave da esquistossomose. A fisiopatogenia da mielopatia esquistossomótica é desconhecida, porém, acredita-se que a resposta inflamatória decorra de presença de ovos presentes no tecido nervoso do hospedeiro, constituindo o principal determinante das lesões do Sistema Nervoso Central. **DESENVOLVIMENTO:** Paciente masculino de 25 anos, relata aparecimento de dor em membros inferiores (MMII), de início agudo e sem melhora com uso de analgésicos, associado à disfunção vesical, parestesia e fraqueza de MMII. Negou trauma, infecções e exposição à radiação recente. Ao exame físico, paciente apresentou paraparesia bilateral. Dessa forma, foi submetido a internação para investigação do caso, sendo tratado com corticoterapia e imunoglobulina inicialmente. Após alguns dias, o quadro ainda permanecia mesmo com o uso das medicações. Perante o exposto, foram solicitados exames para investigação da etiologia, sendo excluídos tumores, deficiência de vitamina B12, vasculites, mielite por HIV, HTLV ou HSV, sífilis, abscessos medulares, tuberculose e mielopatia associada ao vírus B da hepatite. No entanto, a sorologia para *Shistosoma mansoni* se apresentou reagente e ressonância nuclear magnética de coluna lombossacra evidenciou polirradiculomielite em T11/12. Diante da alteração laboratorial e radiológica, paraplegia flácida, dor neuropática, bexiga neurogênica, o paciente foi diagnosticado com Mielite Transversa por *Shistosoma Mansonii*. Foi medicado com analgésicos para controle da dor, agente antiesquistossomótico e corticóide. Após término do tratamento, houve melhora das lesões no exame de imagem, porém com permanência do quadro clínico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A hipótese diagnóstica foi baseada na anamnese, exclusão de outras causas e nos achados dos exames neurológicos. Em relação à etiologia, é frequente a relação entre MTA com infecções virais, bacterianas ou vacinação. Além disso, pode estar associada a alterações vasculares, doenças autoimunes e do tecido conjuntivo. Entretanto, a MTA pode ser a primeira manifestação de uma doença desmielinizante como a esclerose múltipla, ou ainda estar relacionada com neoplasias. A MTA é descrita como idiopática em 10-45% dos casos, sendo a mielorradiculopatia esquistossomótica a forma mais grave e incapacitante da infecção pelo *Schistosoma mansoni*. O diagnóstico é baseado em sintomas neurológicos decorrentes de lesões da medula espinhal em nível torácico baixo e/ou lombar alto, exames de imagem e sorologias, além da exclusão de outras causas. O tratamento precoce multidisciplinar envolvendo a participação de fisioterapeutas, enfermeiros, psicólogos, clínicos, neurologistas e terapeutas ocupacionais possibilita melhor prognóstico da doença. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] Silva, L. Mielorradiculopatia Esquistossomótica. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822004000300013>. Acesso em: 15 de agosto de 2019. [2] Peregrino, A. Esquistossomose Medular – Análise de 80 casos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/anp/v60n3A/11133.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019. [3] Santos EC. Perfil diagnóstico da mielorradiculopatia esquistossomótica em três hospitais de Belo Horizonte – Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 109

MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS: ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG

Vinícius Ferreira **LACERDA**(IC-vinicius.lacerda65@hotmail.com) ¹, Ana Carolina Moreira Mello da **FONSECA** (IC)¹, Caroline de Souza **ALMEIDA** (IC)¹, Fernanda Hottz **QUINTANILHA** (IC)¹, Juliana Barroso Rodrigues **GUEDES**(PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Desde o início da década de 80, as causas externas representam a segunda causa de morte no Brasil, o que determina crescente demanda aos serviços de saúde [1]. Essas elevadas taxas de mortalidade estão associadas à maior prevalência de fatores de risco específicos para cada tipo de causa externa. Entre as causas específicas estão os acidentes de trânsito, os homicídios e os suicídios, que respondem em conjunto, por cerca de dois terços dos óbitos por causas externas no Brasil [2]. Além dessas causas, há também as agressões, as complicações na assistência médica e cirúrgica, as lesões autoprovocadas voluntariamente, as sequelas de causas externas, entre outras [3]. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo descrever os índices de mortalidade por causas externas no município de Muriaé-MG, no período de 2010 a 2017, analisando as causas e os possíveis fatores associados, e compará-los com o estado de Minas Gerais.

MATERIAIS E MÉTODOS: O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de publicações científicas atualizadas na área de saúde veiculadas na base de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo). Para a pesquisa dos dados epidemiológicos, foram utilizados os dados obtidos do Sistema de Informação sobre mortalidade (SIM) através do acesso ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (**DATASUS**).

RESULTADOS E DISCUSSÃO: *Analisando os dados epidemiológicos no município de Muriaé-MG, no período de 2010 a 2017, o número total de óbitos por causas externas foi 655. Desse total, 36,2% foram por acidentes de transporte, 28,2% por agressões, 23,4% por outras causas externas de lesões acidentais, 7% por lesões autoprovocadas voluntariamente, 3,5% por eventos cuja intenção é indeterminada, 1,2% por complicações de assistência médica e cirúrgica e 0,5% por sequelas de causas externas. Em contrapartida, em Minas Gerais, no período de 2010 a 2017, o número total de óbitos por causas externas foi 112.804. Desse total, 31,3% foram por agressões, 29,8% por acidentes de transporte, 18,5% por outras causas externas de lesões acidentais, 9,9% por eventos cuja intenção é indeterminada, 9,1% por lesões autoprovocadas voluntariamente, 1,1% por complicações de assistência médica e cirúrgica, 0,26% por sequelas de causas externas e 0,04% por intervenções legais e operações de guerra. Fazendo um paralelo entre o estado de Minas Gerais e o município de Muriaé, percebe-se que a primeira e a segunda maiores causas de óbitos se inverteram. Em Minas Gerais, a primeira causa foi agressões e a segunda foi acidentes de transportes. Já em Muriaé, a primeira causa foi acidentes de transporte e a segunda foi agressões. Porém, em ambos os locais, essas duas causas corresponderam a mais da metade das causas de óbitos totais. A terceira causa foi a mesma em ambos os locais: outras causas externas de lesões acidentais. A quarta e quinta causa também se inverteram: em Minas Gerais a quarta causa foi eventos cuja intenção é indeterminada e a quinta foi lesões autoprovocadas voluntariamente. Já em Muriaé, a quarta causa foi lesões autoprovocadas voluntariamente e a quinta foi eventos cuja intenção é indeterminada. A sexta e sétima causa foram as mesmas em ambos os locais.*

CONCLUSÕES: Após a análise dos dados coletados, questiona-se as elevadas taxas de acidentes de transporte e agressões tanto em Muriaé como em Minas Gerais. Em relação aos acidentes de transporte, muitos decorrem de atitudes de imprudência ou imperícia principalmente dos condutores. Já as agressões podem decorrer de diversos fatores como briga entre familiares, entre cônjuges ou mesmo desconhecidos. Esses óbitos por causas externas merecem notável intervenção por órgãos públicos e privados competentes, sendo a informação, o planejamento de ações voltadas para a redução da violência e as ações de promoção e prevenção à saúde primordiais para solucionar esses problemas.

AGRADECIMENTOS: À UNIFAMINAS e à professora Juliana Barroso Rodrigues Guedes por todo apoio.

BIBLIOGRAFIA: [1] Gawryszewski, Vilma Pinheiro et al. **As causas externas no Brasil no ano 2000: comparando a mortalidade e a morbidade**. Scielo, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2004.v20n4/995-1003/>>. Acesso em 30 de maio de 2019. [2] Ministério da Saúde. **Indicadores de mortalidade**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx2000/fqc12.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2019. [3] Ministério da Saúde. **DATASUS**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

Palavras-chave: mortalidade; causas externas; Brasil

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 110

NASCIDOS VIVOS: PREMATURIDADE

CONCEIÇÃO, Cristiane Leal da 1 (IC); TEIXEIRA, Nárrymam Albino 1 (IC); SOUZA, Raquel Theofilo do Nascimento 1 (IC); SOUZA, Sylvia Faria de 1 (IC). GUEDES, Juliana Barroso Rodrigues (PQ)2

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 -

1.INTRODUÇÃO: A criança nascida viva prematura, ou pré-termo, pode ser definida como o feto, com idade gestacional abaixo de 37 semanas que, após deixar o corpo da mãe, apresenta sinais de vida. Segundo a OMS, no ano de 2008, estimou-se que o nascimento pré-termo foi a principal causa de morte entre crianças com menos de 5 anos. Em 2010, um em cada dez nascimentos foi pré-termo, sendo contabilizados, aproximadamente, 15 milhões de nascimentos prematuros em todo o mundo. No Brasil, as condições perinatais relacionadas à prematuridade são a maior causa de mortalidade infantil, estando o país entre as dez nações com maiores taxas, as quais são responsáveis por 60% dos nascimentos prematuros do mundo. **2. MATERIAIS E MÉTODOS:** As bases da pesquisa estão apoiadas no programa de dados do SUS denominada Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC). Foram coletados dados epidemiológicos pela plataforma online diretamente feita no site do Ministério da Saúde, disponível no site "datasus.saude.gov.br". Perante esses dados foi possível contabilizar o número de nascidos vivos prematuros na era dos anos 2000 no período de 2010 a 2016, devidamente registrados no DATASUS.**3. OBJETIVOS:** A pesquisa visa investigar a prematuridade dos nascidos vivos na população brasileira. Uma vez que os últimos dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) revelam um alto índice de nascidos prematuros, podendo está correlacionado com uma alta demanda de pré-natais, que não foram realizados corretamente, ou até ter casos subdiagnosticados.

↳ NASCIDOS VIVOS - BRASIL

Nascim. pré-termo, mãe por Duração gestação segundo Ano do nascimento
Período: 2010/2016

Ano do nascimento	Menos de 22 semanas	De 22 a 27 semanas	De 28 a 33 semanas	De 34 a 36 semanas	De 37 a 41 semanas	42 semanas ou mais	Ignorado	Total
TOTAL	10.856	95.769	190.593	1.840.309	17.111.179	584.254	588.611	20.439.571
2010	1.689	11.467	22.717	170.446	2.818.495	22.439	16.835	2.861.888
2011	1.665	12.277	27.910	242.560	2.426.289	96.950	112.249	2.813.360
2012	1.528	12.749	26.718	299.563	2.215.268	105.361	142.704	2.603.789
2013	1.581	14.198	30.548	387.125	2.254.242	102.825	113.508	2.954.027
2014	1.506	14.855	29.922	286.898	2.466.287	96.583	83.417	2.978.229
2015	1.515	14.377	30.241	280.746	2.523.929	91.252	75.608	3.017.668
2016	1.412	14.646	28.928	273.271	2.468.811	74.844	56.488	2.857.800

Fonte: IBGE/Dados - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES: Ao analisar os dados coletados sobre o perfil de mortalidade de neonatos no Brasil no ano de 2010 a 2016 no DATASUS, percebe-se um total de 20.439.571 no somatório de todos os nascimentos durante esses anos desde menos de 22 semanas até os pós-termos (mais de 42 semanas), com maior número total em 2015 de 3.017.668 . A alta prevalência pode ser justificada pelos indicadores socioeconômicos e bancos de dados de nascidos vivos e óbitos, o indicador disponível, proxy da condição socioeconômica, é o número de anos de estudo da mãe, pois, confirmou-se que as mães com menos instruções apresentam o risco de morte neonatal mais elevado. Nas mulheres que se declararam solteiras, viúvas ou separadas apresentaram maiores risco de morte. Para alguns autores, a figura de um pai ou companheiro materno está relacionada a uma menor mortalidade neonatal, devido ao aporte financeiro e apoio à mãe. O baixo número de consultas de pré-natal está ligada ao óbito neonatal precoce e essa associação entre maior mortalidade e número de consultas menores reforça o déficit de atenção à gestante e que é preciso mudar, provado no gráfico que tem-se grandes índices de 32 a 36 semanas, com 1.840.309 casos. O tipo de parto (cesárea ou normal) está relacionada com a mortalidade neonatal de acordo com a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO) que dão dados estatísticos de que cesáreas não devem ultrapassar 20% dos partos e visto que no Brasil existe uma cultura enorme realizar cesárea. No gráfico não mostra o tipo de parto, mas deve-se aconselhar o normal quando possível, sendo uma forma de abaixar 17.111.179 mortes.**5. CONCLUSÃO:** Dessa forma a coleta de dados e sua respectiva interpretação, indaga-se a elevação dos índices de mortalidade neonatal. Devido ao índice de prematuridade no ano de 2016 está mais elevado que no ano de 2010. Com os valores de 204.299 nascidos prematuros em 2010 e valores de 317.657 nascidos prematuros no ano de 2016. Dessa forma, ressalta-se o grande número de notificação desses dados, reduzindo o número de subnotificação presente na realidade brasileira. Em contrapartida, questiona-se à qualidade da assistência pré-natal e durante o parto, expressando a necessidade de maiores estudos nesse âmbito. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOARES, E.; MENEZES, G. **Fatores associados à mortalidade neonatal precoce: análise de situação no nível local.** Brasília: Epidemiologia e serviços de saúde, 2010. [2] OLIVEIRA, L.; GONÇALVES, A.; COSTA, J.; BONILHA, A. **Fatores maternos e neonatais relacionados à prematuridade.** São Paulo: revista de escola de enfermagem da USP, 2016.

Palavras-chave: mortalidade neonatal; idade gestacional; indicadores de morbimortalidade.

CBS 111

**O USO DE IMPLANTES HORMONAIS CONTENDO GESTRINONA PARA FINS ESTÉTICOS E POSSÍVEIS
COMPLICAÇÕES ASSOCIADAS**

Anna Cecília Viana Maia **COCOLO** (aaninhaviana@hotmail.com)¹, Gabriela Costa **PINTO**¹, Rafaella Coscarelli **FORTES**¹, Ana Julia Melo **AMARAL**¹, Marielle Caroline **BARCELOS**¹ e José Helvecio Kalil de **SOUZA**²

1. Acadêmicos do curso de medicina da Faculdade de Minas – FAMINAS-BH; 2. Médico ginecologista e obstetra, professor da disciplina Saúde da Mulher da FAMINAS-BH.

INTRODUÇÃO: Os implantes hormonais contendo gestrinona têm obtido um grande destaque no mercado dos anticoncepcionais. Contudo, há um elevado número de mulheres que os utilizam apenas com finalidade estética, prática proibida no Brasil pelo Conselho Federal de Medicina, o que tem gerado polêmica entre os profissionais da saúde, tendo em vista os riscos associados a esse uso indiscriminado. Desse modo, objetiva-se por meio deste trabalho discorrer acerca dos riscos que o uso descomedido desses implantes pode gerar. **MATERIAL E MÉTODOS:** O presente trabalho consiste em uma revisão integrativa de literatura acerca das propriedades da gestrinona e seu uso para benefícios estéticos. Foram incluídos no estudo artigos publicados em língua inglesa e portuguesa, com os textos completos e disponíveis gratuitamente nas bases de dados Publisher Medline (PubMed) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período de 2009 a 2019. Para a pesquisa dos artigos foram utilizadas palavras-chave incluídas nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): hormônios; implantes de medicamento; gestrinone. Como fatores inclusivos para a seleção bibliográfica foram utilizados as seguintes referências: acesso livre aos artigos, títulos associados ao tema e resumos relacionados ao tema. Todos os estudos selecionados pela estratégia de busca foram inicialmente avaliados por meio da análise dos títulos e resumos. Nos casos em que esses não se mostraram suficientes para definir a seleção inicial, procedeu-se à leitura da publicação na íntegra. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A gestrinona é um hormônio esteroidal, anti-estrogênio e anti-progesterona, indicada para contracepção, endometriose e mioma. Ademais, pode ser utilizada sozinha ou em combinação com outros hormônios para pacientes com libido reduzida, necessidade de reposição hormonal, como na andropausa ou na menopausa, e sintomas de tensão pré-menstrual grave. Seu mecanismo de ação consiste em inibir a liberação dos hormônios luteinizante e folículo estimulante pela hipófise, reduzindo a produção de estrogênio e, portanto, atuando na contracepção. Além disso, a gestrinona reduz os níveis de globulina ligadora de hormônios sexuais, o que aumenta a testosterona livre e, desse modo, auxilia na regressão da endometriose, visto que a testosterona provoca diminuição dos receptores para progesterona, estradiol e reduz os níveis de estrogênio. Tais propriedades androgênicas também promovem efeitos secundários, como emagrecimento e aumento de vigor físico, libido, massa e tônus musculares. Essas são as principais características que popularizaram o implante de gestrinona como “Chip da beleza”, sendo que a ideia de se emagrecer, reduzir celulite e obter definição muscular, sem esforços, foi disseminada entre o público feminino. Contudo, sabe-se que o uso de gestrinona para fins exclusivamente estéticos pode causar complicações, como hirsutismo, alopecia, clitoromegalia e acromegalia. Ademais, esse implante não possui fórmula padronizada no mercado, sendo manipulado em laboratórios de baixo padrão tecnológico, sem supervisão eficaz, podendo conter dosagens e substâncias prejudiciais à saúde, o que eleva o risco de trombose, derrame, diabetes mellitus, câncer hormônio-dependente e cardiopatias. Nesse contexto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Agência Federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos se mostram contrárias ao uso de medicações manipuladas, não testadas e não aprovadas, não registrando esse medicamento. **CONCLUSÕES:** Depreende-se, pois, que os implantes contendo gestrinona não possuem indicação para uso estético, sendo esse um efeito colateral e, desse modo, não devem ser prescritos apenas com essa finalidade. Além disso, percebe-se a necessidade de uma regulamentação desses implantes no Brasil, promovendo um maior controle e fiscalização das farmácias de manipulação que os produzem, sobretudo, no que tange a pesquisas de pureza, padrão de qualidade e precisão da dosagem prescrita. Enfatiza-se, ainda, a necessidade da realização de mais estudos comprobatórios sobre seu uso estético, no que se refere à segurança, e as consequências associadas a seu uso em longo prazo. Por fim, deve-se haver, por parte dos médicos que prescrevem tais hormônios, um esclarecimento a seus pacientes, informando riscos e malefícios associados a essa prática, além de uma triagem de pacientes, descartando a indicação para quem os procura somente com fins estéticos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] XUE, H; YU, N; WANG, J; HAO, W. J.; LI, Y.; LIU, M. Therapeutic effects of mifepristone combined with Gestrinone on patients with endometriosis. *Pakistan jornal od medical scienses*, [S. l.], p. 1268–1272, 2016. [2] MANICA, D; NUCCI, M. Sob a pele: implantes subcutâneos, hormônios e gênero. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 23, n. 47, 2017. [3] PRESL, J.; LAITL, J.; PILKA, L.; VENTRUBA, P. Gestrinona na terapia da esterilidade devido à endometriose. *Cesk Gynekol*, República Tcheca, v. 57, n. 8, p. 401-407, 1992. [4] WANG, Q.; Wu, Z.; WANG, Y.; LUO, L.; WU, E.; GAO, X. Determinação da gestrinona no soro humano por cromatografia líquida - espectrometria de massa em tandem por electropulverização. *J Chromatogr B Biomed Sci Appl*, China, v. 746, n. 2, p. 151-159, 2000.

Palavras-chave: Hormônios, implantes de medicamento, gestrinone.

CBS 112

O USO DE INIBIDORES DA AROMATASE NA PROFILAXIA DO CÂNCER DE MAMA E NO TRATAMENTO DA DOENÇA METASTÁTICA

LEANDRO JOSÉ REZENDE RUBIM¹, SOPHIA FILGUEIRAS VIEIRA¹, LETICIA FERNANDA FORTES FALLER¹, LARISSA ALVES DA ROCHA¹, JOSÉ HELVÉCIO KALIL DE SOUZA², JOANA CAROLINA DE RESENDE PAULA^{3*}

1. Acadêmicos do curso de Medicina da FAMINAS-BH; 2. Professor de Saúde da Mulher do curso de Medicina da FAMINAS-BH; 3. Médica ginecologista e obstetra do Hospital Risoleta Tolentino Neves.

FAMINAS-BH – Av. Cristiano Machado, 12.001 – Vila Cloris, CEP: 31.744-007 – Belo Horizonte – MG.

APRESENTAÇÃO: O objetivo central deste trabalho de revisão bibliográfica é expor a eficiência dos inibidores da aromatase, comparada à do tamoxifeno, no tratamento e na profilaxia da doença metastática mamária, bem como apresentar uma possível forma de prevenção cirúrgica a tal patologia. **DESENVOLVIMENTO:** No tratamento da doença metastática, o tamoxifeno, dentre os moduladores seletivos do receptor de estrógeno – SERM, é o mais utilizado e pode ser usado antes ou após a menopausa. Em uma metanálise feita sobre os estudos NSABP-P1, RMT, INT, IBIS-I, dentre outros, foi constatada a redução de 38% na incidência de câncer de mama nas usuárias de tamoxifeno⁴. Os inibidores da aromatase são interessantes na profilaxia, mas o uso desses fármacos se restringe às pacientes na pós-menopausa. O estudo denominado Arimidex, Tamoxifen Alone or in Combination (ATAC) evidenciou que o uso de um inibidor da aromatase chamado anastrozol no tratamento adjuvante do câncer mamário inicial causou diminuição na recidiva loco-regional e na incidência dessa neoplasia na mama contralateral⁴. O estudo IBIS-II, publicado em 2013, mostrou que participantes tratadas com anastrozol foram 53% menos propensas a desenvolverem câncer de mama do que as que receberam placebo⁵. O tamoxifeno está relacionado ao aumento do risco de adenocarcinoma de endométrio, a eventos tromboembólicos e a ondas de calor, enquanto os inibidores da aromatase se associam à intensificação da mialgia, à artralgia e à diminuição da massa óssea. Contudo, esses sintomas podem ser relacionados também ao processo de envelhecimento e à menopausa³. Quanto à profilaxia cirúrgica, estudos de caso-controle têm demonstrado que a ooforectomia bilateral em mulheres na pré-menopausa está relacionada com a significativa redução do risco de câncer de mama em portadoras da mutação em BRCA1 e BRCA2⁶. Foi publicado um estudo pela Sociedade Americana de Oncologia Clínica em 2005 e os resultados demonstraram que a realização da ooforectomia reduziu em 56% o risco de câncer de mama nas portadoras de mutação no BRCA1 e em 46% nas do BRCA2⁶. Outro estudo, publicado pela universidade americana Oxford em 1999, indicou a redução do risco de câncer de mama após a ooforectomia profilática bilateral de 47% (risco relativo de 53%)⁷. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os inibidores da aromatase têm tido resultados importantes na redução da incidência do câncer em pacientes com risco aumentado, bem como no tratamento da doença metastática em mulheres na pós-menopausa, e esse fármaco tem efeitos colaterais mais sutis que o tamoxifeno. Em uma perspectiva futura, os resultados que o estudo IBIS 3 irá apresentar podem revolucionar positivamente a conduta terapêutica. **AGRADECIMENTO:** Agradecemos a participação da Joana e do professor José Helvécio. **BIBLIOGRAFIA:** [3] Conde DM, Neto AMP, Júnior RF, et al. Qualidade de vida de mulheres com câncer de mama. Rev Bras Ginecol Obstet 2006; 28(3): 195-204. [4] Oliveira VM, Aldrighi JM, Rinaldi JF. Quimioprevenção do câncer de mama. Rev Assoc Med Bras 2006; 52(6): 453-459. [5] Cuzick J, Sestak I, Forbes JF, et al. Anastrozole for prevention of breast cancer in high-risk postmenopausal women (IBIS-II): an international, double-blind, randomised placebo-controlled trial. The Lancet 2014; 383(9922): 1041-1048. [6] Eisen A, Lubinski J, Klijn J, et al. Breast Cancer Risk Following Bilateral Oophorectomy in BRCA1 and BRCA2 Mutation Carriers: An International Case-Control Study. J Clin Oncol 2005; 23:30, 7491-7496. [7] Rebbeck TR, Levin AM, Eisen A, et al. Breast Cancer Risk After Bilateral Prophylactic Oophorectomy in BRCA1 Mutation Carriers. J Natl Cancer Inst 1999; 1475-1479.

Palavras-chave: câncer; mama; inibidores; aromatase; profilaxia.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 113

O USO INDISCRIMINADO DE BENZODIAZEPÍNICOS E A IMPORTANCIA DAS TERAPIAS ALTERNATIVAS NÃO FARMACOLÓGICAS PARA O CONTROLE DA ANSIEDADE

SILVA, Bárbara Linhares Calácio (estudante - barbaracalacio@hotmail.com)¹, **SOUZA**, Mirelle Caroline (estudante – mirellecaroline07@hotmail.com)¹, **MOURA**, Lauro Eustáquio Guirlanda (orientador – lauroguirlanda@hotmail.com)²

1. Curso de Medicina; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – BH, Belo Horizonte – MG

INTRODUÇÃO: Os benzodiazepínicos são uma classe de medicamentos que atuam sobre o Sistema Nervoso Central, modificando aspectos como ansiedade e tensão. Em virtude dos avanços científicos, essa classe se faz presente na prática da medicina clínica desde a década de 60. O estudo atual teve como objetivo determinar, por meio de uma revisão integrativa, o prejuízo do uso abusivo e ressaltar a importância de técnicas não farmacológicas no tratamento da ansiedade. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão da literatura de artigos selecionados através das bases de dados Medline, Scielo e Google Acadêmico. O padrão utilizado foram trabalhos publicados até dez anos atrás, indexados em inglês ou português. Foram excluídas publicações duplicadas. Tendo em vista os objetivos deste estudo foi realizada uma exclusão qualitativa. Assim foram incluídas doze publicações que se adequaram aos critérios de elegibilidade definidos para o estudo. **DISCUSSÃO:** A atuação de tais agentes sedativo-hipnóticos consiste na interação com receptores de neurotransmissores inibitórios diretamente ativados pelo GABA A. O objetivo de modular a propagação de estímulos para os neurônios pós-sinápticos está relacionado a ação ansiolítica e hipnótica causadas pelo fármaco, além do relaxamento muscular promovido. Eles também são utilizados para o tratamento de transtornos de insônia e epilepsia. No tratamento da ansiedade, por exemplo, o Diazepam é a droga de escolha. No entanto, ele deve ser usado de forma concomitante a outras medidas, como o acompanhamento psicológico. O tratamento que associa BZD's a outros medicamentos, como hipnóticos, sedativos, antidepressivos e anti-histaminicos deve ser cauteloso, pois possibilita a potencialização do efeito depressor destes fármacos. Alguns estudos apontam a redução dos benefícios decorrente do uso prolongado de benzodiazepínicos, ao passo que, seus efeitos adversos persistem. Alguns efeitos observados são a sedação, ansiedade, hostilidade, alterações psicomotoras, comprometimento da memória e insônia rebote após descontinuação do uso. De acordo com estudos relacionados ao uso desse medicamento, estima-se que o seu consumo tende a dobrar a cada cinco anos. Essa tendência está vinculada a rotina extenuante do século XXI. A prescrição inadequada também é um fato relevante. Ademais, a distribuição de forma gratuita destes fármacos em programas de saúde, somada a falta de informação e à falta de conhecimento em relação às consequências do uso indevido permite que a cultura da automedicação se perpetue. Desde 2006 o sistema público de saúde brasileiro disponibiliza outras formas de condutas terapêuticas, não necessariamente centralizados na medicação. Os métodos ofertados pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) podem ser muito efetivos no alívio de sintomas. A acupuntura, auriculoterapia, reiki, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, hipnoterapia, ozonioterapia e terapia de florais são algumas delas. Para a promoção, manutenção e a recuperação da saúde, o yoga é um sistema que tem sido cada vez mais utilizado com sucesso no tratamento de estresse e ansiedade. Contudo, a cultura farmacológica e hospitalocêntrica, muitas vezes, fazem a sociedade desacreditar dos potenciais terapêuticos e de manutenção do bem-estar, vinculados as práticas de exercícios de respiração, relaxamento e meditação. Sobre as terapias mencionadas, um grande benefício, é que elas não possuem efeitos adversos, como é possível constatar com o uso de ansiolíticos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dessa forma, conclui-se que o uso indiscriminado de BZD's é uma questão de saúde pública a ser tratada, e que tais terapias se destacam como excelentes maneiras de lidar com os desequilíbrios fisiológicos. **AGREDECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** Schmidt DR, Dantas RA, Marziale MH. Anxiety and depression among nursing professionals who work in surgical units. Rev Esc Enferm USP [Internet]. 2011 [cited 2015 Apr 02];45(2):487-93. Available from: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/en_v45n2a25.pdf [Links].ORKAPIC, Camila Ferreira; RANGE, Bernard. Os benefícios do yoga nos transtornos de ansiedade. Rev. bras.ter. cogn., Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, p. 50-54, jun. 2011.Baldissera F, Colet C, Moreira A. USO IRRACIONAL DE BENZODIAZEPÍNICOS: Uma Revisão. RCS [Internet]. 14jun.2013 [citado 30ago.2019];10(19):112-6. FEGADOLLI, Claudia; VARELA, Niurka Maria Dupotey; CARLINI, Elisaldo Luis de Araújo. Uso e abuso de benzodiazepínicos na atenção primária à saúde: práticas profissionais no Brasil e em Cuba. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 35, n. 6, MOSINI, Amanda Cristina et al . Neurophysiological, cognitive-behavioral and neurochemical effects in practitioners of transcendental meditation - A literature review. Rev. Assoc. Med. Bras., São Paulo , v. 65, n. 5, p. 706-713, May 2019 . NASCIMENTO, Marilene Cabral do et al . FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: DESAFIOS PARA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro , v. 16, n. 2, p. 751-772, Aug. 2018 MENEZES, Carolina Baptista et al . Brief Meditation and the Interaction between Emotional Interference and Anxiety. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília , v. 32, n. 2, e322216, 2016 . SARMIENTO-BOLANOS, MARÍA JIMENA; GOMEZ-ACOSTA, ALEXANDER. Mindfulness: Una propuesta de aplicación en rehabilitación neuropsicológica. Av. Psicol. Latinoam., Bogotá , v. 31, n. 1, p. 140-155, Apr. 2013 SINGH, Ajai. Medicina moderna: rumo à prevenção, à cura, ao bem-estar e à longevidade. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo , v. 13, n. 2, p. 265-282, June 2010 . Baldissera FG, Colet CF, Moreira AC (2010) Uso Irracional de Benzodiazepínicos: Uma Revisão. Rev Contexto Saúde 10:112–116.MATTE, T. S.; PLETSCHE, M. U. Abordagem sobre o uso irracional de benzodiazepínicos no Brasil. Anais Salão do Conhecimento UNIJUÍ. Jjuí, 2014.Atkin, T, Comai, S, Gobbi, G. Drugs for insomnia beyond benzodiazepines: pharmacology, clinical applications, and discovery. Pharmacol Rev. 2018;70:197–245.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 114

OCORRÊNCIA DE DIABETES MELLITUS NA ESF INCONFIDÊNCIA, MURIAÉ, MINAS GERAIS, BRASIL: O COMPONENTE EMOCIONAL DAS DOENÇAS CRÔNICAS E ESTRATÉGIAS ADOTADAS

Ângela Cristina Tureta FELISBERTO (IC- angela.tureta1@gmail.com)¹, Grazielle Ferreira de Mello Ali MERE¹, Carla Tavares JORDÃO¹, Luívia Oliveira da SILVA¹, Flávia Luciana COSTA¹, Paulo Roberto Novais de Castro²

1. Curso de Medicina; 2. Professor Centro Universitário UNIFAMINAS - 36880-000, Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus (DM) representa uma patologia em ascensão mundialmente. A OMS aponta que 16 milhões de brasileiros sofrem de diabetes, e que sua incidência cresceu 61,8% na última década [1]. Face à sua expansão e aos percalços reservados à cronicidade, desequilíbrios na esfera emocional podem ser responsáveis por agravos à higidez e ao prognóstico do paciente. Destarte, o presente estudo objetivou identificar a incidência do DM nos pacientes cadastrados pela ESF Inconfidência e apresentar as estratégias utilizadas no amparo aos diabetopatas. **MATERIAL E MÉTODOS:** Os dados foram obtidos a partir da contagem de prontuários identificados como diabéticos, durante os meses de março a junho de 2018, sucedeu-se ao cálculo da correspondência em percentil. A coleta de informações acerca das atividades realizadas ocorreu por meio de um questionário semi-estruturado de autopreenchimento aplicado aos funcionários da unidade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Atualmente, a população adscrita na ESF Inconfidência é de aproximadamente 3050 pessoas. Desse importe, 122 são diabetopatas, o que representa 4% de pessoas com diagnose diabética. Esse percentil é inferior àquele observado a partir de estudos realizados no Brasil, os quais revelaram prevalência de 5,6 a 20% no país [2]. A literatura ratifica a relação entre o diagnóstico de doenças crônicas e a maior probabilidade de gerar variedades patológicas de estresse, ansiedade e depressão [3-4]. Assim, quanto aos métodos de acareação adotados, segundo os profissionais da ESF, é ofertado à população um grupo de atividade física, avaliado como ótimo pelos entrevistados, sobretudo por fornecer uma sólida interação social. A enfermeira gerente da ESF acrescenta que cerca de 80% dos doentes crônicos são resistentes ao tratamento, o que resulta em suspensão da dieta e dos medicamentos. Nesse cenário, há pesquisas que já destacaram que o comprometimento da adesão ao tratamento e do manejo da doença são seguimentos das adversidades às quais o paciente diabetopata está submetido [5]. Para impedir a evasão da terapêutica, o paciente é acompanhado continuamente pelos agentes comunitários de saúde e pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Em paralelo, os pacientes de difícil manejo, como os portadores de pé diabético, além de receberem assistência pela equipe multidisciplinar da ESF, são encaminhados para o Centro Estadual de Atenção Especializada. **CONCLUSÃO:** A incidência do DM na ESF Inconfidência é inferior àquela observada nacionalmente, por conseguinte, os achados corroboram o suporte social ofertado no território de adscrição da sobredita unidade. Portanto, é evidente que os projetos estratégicos adotados, dos quais se destacam: busca ativa, realização de grupo de atividade física, oferta de apoio psicológico e o acompanhamento regular contribuem com o diminuto índice da doença. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PIMENTEL, I. **Taxa de incidência de diabetes cresceu 61,8% nos últimos 10 anos.** Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2018. [2]. MALMEGRIM, K.C. Immunological balance is associated with clinical outcome after autologous hematopoietic stem cell transplantation in type 1 diabetes. *Front Immunol.* 2017;8:167. [3]. ATAÍDE M.B.C., & DAMASCENO M. M. C. Fatores que interferem na adesão ao autocuidado em diabetes. 2006. *Rev. de Enfermagem UERJ*, RJ, 14 (4): 518-23. Disponível em: <https://bit.ly/2z8Dr4m>. Acesso em: 09 Ago 2019. [4]. SILVA, I., PAIS-RIBEIRO J., & CARDOSO H.. Dificuldades em perceber o lado positivo da vida? Stress em doentes diabéticos com e sem complicações crônicas da doença. *Avaliação Psicológica*, 3(22), 597-605. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/31SGTfP>>. Acesso em: 09 Ago. 2019. [5]. RAMOS, L; FERREIRA, E.A.P. Fatores emocionais, qualidade de vida e adesão ao tratamento em adultos com diabetes tipo 2. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 867-877, 2011. Disponível em <<https://bit.ly/2KGDHm>>. Acesso em : 09 Ago. 2019.

Palavras-chave: Diabetes mellitus; Componente emocional; Intervenções

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 115

PERFIL DE MORBIMORTALIDADE ENTRE IDOSOS NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG

VILELA, Maria Eduarda (mariavilela4@gmail.com)¹; BRINATI, Ana Luiza Sales¹; DA SILVA, Alberto Guedes Ezaquiel¹; QUEIROZ, Alessandra Carneiro¹; BARBOSA, Camila Pereira¹; VARDIERO, Livia de Paiva²;

¹ Acadêmico de Medicina do 7º período do Centro Universitário UNIFAMINAS – 36880-000 - Muriaé-MG. ² Professora da disciplina de Saúde do Idoso do Centro Universitário UNIFAMINAS – 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: O processo de envelhecimento é um ato contínuo de mudanças, um processo dinâmico e progressivo, com modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente [1]. Estas alterações fisiológicas possuem um efeito acumulativo e gradativamente que diminuem a reserva funcional do indivíduo. O acúmulo destas alterações, com o transcorrer do tempo, pode levar à limitação das chamadas atividades de vida diária do idoso. Isto significa dizer que um organismo envelhecido, em condições normais, poderá sobreviver adequadamente. Porém, quando submetido à situações de estresse físico e emocional, pode apresentar dificuldades em manter sua homeostase manifestando, assim, sobrecarga funcional, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que aumentam a morbimortalidade [2]. Morbidade é um termo usado para designar a taxa de portadores de determinada doença em relação à população total estudada, em determinado local e em determinado momento. Conhecer a mortalidade de uma população permite fazer inferências sobre as condições de saúde dos grupos constituintes e, então, fazer um estudo epidemiológico e intervenções para reduzir a morbimortalidade entre os idosos [3]. Este artigo é baseado em dados coletados no DATASUS referentes à morbimortalidade dos idosos da cidade de Muriaé – MG, no ano de 2016. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva realizada por banco de pesquisa – DATASUS – sobre mortalidade e morbidade de idosos no período de janeiro a dezembro de 2016 na cidade de Muriaé-MG. A amostra foi definida após levantamento da estimativa da população de 60 a 69 anos. Os critérios de inclusão foram residir no município de Muriaé - MG e incluir-se na faixa etária de 60 a 69 anos no período letivo de 2016. O instrumento utilizado para pesquisa foi a partir da avaliação de informações obtidas do banco de dados do DATASUS, do Ministério da Saúde, sobre a morbidade hospitalar do SUS por local de residência e internações e mortalidade dos idosos da idade de 60 a 69 anos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram registrados 590 casos de morbidade na cidade no período estipulado, com prevalência principalmente de Diabetes Mellitus tipo II e Hipertensão Arterial Sistêmica. O índice de mortalidade na cidade de Muriaé – MG chegou a 159 casos na faixa etária analisada. **CONCLUSÃO:** Os resultados demonstram que a mortalidade nessa faixa etária ocorre por alterações biofisiológicas que provocam doenças metabólicas, cardiovasculares, neurológicas, neoplásicas e respiratórias. Além disso, os idosos fazem parte do grupo de pessoas mais vulneráveis a fatores externos. Esses resultados podem direcionar para assistência à saúde do idoso com maior ênfase no controle dos fatores de risco mais evidentes e relevantes. Como no estabelecimento de estratégias de prevenção e promoção de saúde, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida para população geriátrica. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FREITAS, Elizabete Viana de, et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013; [2] CABRERA, Marcos Aparecido Sarria, et al. **Causas de mortalidade em idosos:** estudo de seguimento de 9 anos. *Geriatria & Gerontologia*. 2007; 1(1): 14-20. Acesso em 25/05/2018: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/2007-1.pdf>; [3] DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. **O processo de envelhecimento e assistência ao idoso**. *Manual de enfermagem*, São Paulo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4044050/mod_resource/content/1/ASSISTÊNCIA%2BAO%2BIDOSO.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018; DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS - DATASUS. **Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade: banco de dados**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nrMG.def>> Acesso em: 25 mai. 2018; DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS - DATASUS. **Informações de Saúde, Estatísticas Vitais: banco de dados**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10MG.def>> Acesso em: 25 mai. 2018.

Palavras-chave: Mortalidade, Idoso, Saúde do idoso

CBS 116
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS CONGÊNITA E GESTACIONAL EM MINAS GERAIS: A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL

Mateus Valle de Melo e **POSSA** (IC – mateusmelo99@gmail.com)¹, Karoline de Lira **FLOR** (IC)¹ e Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professor orientador Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), são aproximadamente 12 milhões de novos casos de sífilis por ano no mundo, sendo mais de 90% concentrados na América Latina, Caribe, África Subsaariana, sul e sudeste da Ásia [1]. No Brasil, os números aumentaram substancialmente desde 2010, triplicando as taxas de sífilis congênita e as taxas de detecção de sífilis em gestantes por mil nascidos vivos. Embora o estado de Minas Gerais esteja abaixo da média nacional em ambas os tipos, eles quase triplicaram nos últimos 8 anos [2], representando uma grave falha do sistema de saúde, especialmente da Atenção Primária. Este trabalho tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico dos casos notificados de sífilis em gestante e congênita no período de 2010 a 2017, no estado de Minas Gerais (Brasil), além de correlacionar a importância do pré-natal para um manejo adequado dos envolvidos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, de série histórica, realizado no estado de Minas Gerais, com dados obtidos a partir do SINAN (Sistema de Informações de Agravos de Notificação) e SIM (Sistema de Informações de Mortalidade), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A escolha do período 2010 a 2017 ocorreu pela disponibilidade dos dados apresentados no DATASUS. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No período de 2010 a 2017 foram identificados em Minas Gerais 8876 casos de sífilis congênita. O ano de 2017 apresentou maior número de casos notificados com 2239 diagnósticos e coeficiente de prevalência de 8,8/1000 nascidos vivos, significando um aumento de 20% em relação ao ano anterior. A maioria das gestantes (15,7%) possuem ensino fundamental incompleto e menos de 1% completou o ensino superior, tendo em vista que a escolaridade precária torna insuficiente o conhecimento sobre medidas de prevenção, constituindo um marcador importante para exposição às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) [3]. Dos casos notificados de sífilis congênita, o percentual de gestantes que realizou pré-natal cresceu mais de 13% desde 2012, atingindo seu maior valor em 2017 (n=2006; 89,6%). Do total de diagnósticos de sífilis em gestantes entre 2010-2017, a maior parte deles foi realizado durante o pré-natal (63,5%), apresentando um crescimento constante desde 2015 e atingindo a marca de quase 70% do total de diagnósticos em 2017. A efetivação correta dos exames do pré-natal tem se mostrado ferramenta importante no diagnóstico de sífilis congênita e no diagnóstico precoce de sífilis materna, que se tratada em tempo hábil, pode evitar a transmissão para o feto [4]. **CONCLUSÃO:** Foi constatado que houve uma redução percentual no número de óbitos infantis pelo agravo, ao mesmo tempo em que aumentou o número de registros de pré-natal, demonstrando que a realização deste possibilita um desfecho mais favorável dos casos. Fica claro, portanto, a necessidade de uma Atenção Primária mais presente, que preze pelo acompanhamento das gestantes de sua área de atuação, incluindo seu diagnóstico precoce, tratamento e cuidado com o feto, preconizando também o tratamento do seu parceiro. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **REFERÊNCIAS:** [1] OMS (Organización Mundial de la Salud). **Orientaciones mundiales sobre los criterios y procesos para la validación de la eliminación de la transmisión materno-infantil del VIH y la sífilis.** Ginebra: OMS, 2015. [2] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST e Aids.** Boletim Epidemiológico de Sífilis. Brasília: Ministério da Saúde; 2017. 44p. [3] Serafim AS, Moretti GP, Serafim GS, Niero CV, Rosa MI, Pires MMS, et al. **Incidence of congenital syphilis in the South Region of Brazil.** Rev Soc Bras Med Trop. 2014 Apr;47(2):170-8. [4] Araujo EC, Costa KSG, Silva RS e Azevedo VNG, Lima FAS. **Importância do pré-natal na prevenção da Sífilis Congênita.** Rev. Para. Med. 2006 Mar [citado 2018 Nov 09].

Palavras-chave: Sífilis; Sífilis Congênita; Cuidado Pré-Natal
Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 117

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES PORTADORES DE ÚLCERAS TRATADOS COM LASERTERAPIA DE BAIXA POTÊNCIA NA CLÍNICA ESCOLA DO UNIFAMINAS

Tais Barbosa **SOBRINHO** (IC - taisb925@gmail.com)¹, Micaela do Amaral **FARIA** (IC)¹, Micaelly Saraiva dos **SANTOS** (IC)¹ e Rafael Gonzalez de **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

INTRODUÇÃO: O perfil epidemiológico é definido como um recurso que permite a compreensão do processo saúde doença e desenvolvimento da população [1]. Por meio desse conceito, ressalta-se as várias lesões cutâneas que afetam a sociedade entre elas as úlceras se apresentam em grande número. O tratamento para portadores de úlceras é realizado por uma equipe multiprofissional, dentre eles, o fisioterapeuta possui um papel de extrema importância utilizando recursos terapêuticos, como a Laserterapia de baixa potência [2]. O laser (amplificação da luz por emissão estimulada de radiação) trata-se de um recurso muito utilizado pela fisioterapia em úlceras e diversos benefícios são ofertados pela laserterapia como, acelerar o processo de cicatrização, estimular a produção de colágeno, angiogênese, além de possuir ação antiinflamatória, analgésica e aumentar a ação de células de defesa, como os macrófagos [3]. O estudo teve como objetivo identificar o perfil epidemiológico dos portadores de úlceras tratados com laserterapia na Clínica Escola do UNIFAMINAS - campus Muriaé - MG. **MATERIAL E MÉTODO:** Trata-se de um estudo quantitativo, de caráter exploratório, que foi desenvolvido na Clínica escola do UNIFAMINAS. Para a coleta de dados, foram analisados prontuários no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018. Foram coletados dados como idade, sexo, tipo de ferida, localização da ferida, hábitos de vida, doenças associadas e aspectos clínicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados 24 prontuários, destes, 13 eram do sexo feminino (54%) e 11 masculino (46%), a idade variou de 39 a 88 anos com média de 67,06 ±14,37 anos. O tipo de úlcera com maior frequência foi a úlcera venosa, com 79% dos casos, seguida pela úlcera traumática com 12,5% e por fim a úlcera por pressão com 8,5% dos casos. 41,5% das úlceras tratadas estavam localizadas em membros inferiores direito, 41,5% localizadas em membros inferiores esquerdo e as demais, 17% em locais como cóccix, nos dois membros inferiores e trocânter do fêmur. Ao investigar o hábito de vida dos pacientes, 25% eram tabagista e etilista, 62,5% não eram tabagista nem etilista, e 12,5% não foi especificado no prontuário. 92% não praticam atividade física. Como doenças associadas, 33,5% eram diabéticos e hipertensos, 25% apresentavam somente hipertensão, 16% vasculopatia periférica, 4,5% apresentavam somente diabetes e 21% representavam outras condições como obesidade, dislipidemia ou não especificado no prontuário. Quanto aos aspectos clínicos das úlceras, 79% dos casos apresentaram sinais e sintomas clínicos de dor, edema, odor e parestesia. **CONCLUSÃO:** Assim sendo, o perfil epidemiológico mostrado no estudo é caracterizado por úlceras que acometem ambos os sexos com frequência maior em mulheres, a úlcera venosa foi a mais prevalente e a maioria das úlceras se apresentavam em membros inferiores. Diabetes, hipertensão e vasculopatia periférica foram as condições clínicas mais frequentes e a maioria das feridas apresentavam como sinais e sintomas clínicos, dor, edema e odor. O conhecimento obtido no estudo permite uma melhor compreensão a respeito do tema abordado, contribuindo para o processo de formação acadêmico com relação a atuação da fisioterapia frente ao tratamento das úlceras cutâneas somados as características dos pacientes que recebem tratamento na clínica escola do UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BONITA, R; BEAGLEHOLE, R; KJELLSTRÖM, T. **Epidemiologia Básica**. 2 ed. São Paulo, 2010.; [2] GEOVANINI, Telma et al. **Tratado de feridas e Curativos:** Enfoque multiprofissional. São Paulo. Rideel, 2014. e [3] GUEDES, Juliana Santos; CALDAS, Ransmiller da Silva; LEAL, Mariana Robatto Dantas. Efeitos do led e laser em úlceras venosas: revisão narrativa da literatura. **Interbio** v.10 n.1, Jan-Jun, 2016.

Palavras-chave: Perfil epidemiológico; Úlcera; Laserterapia

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia

CBS 118

POLIPECTOMIA, TURBINECTOMIA E SINUSOPLASTIA NO TRATAMENTO DO PÓLIPO DE KILLIAN: UM RELATO DE CASO

Anna Cecília Viana Maia **COCOLO** (aaninhaviana@hotmail.com)¹, Gabriela Costa **PINTO**¹, Marielle Caroline **BARCELOS**¹, Ana Julia Amaral **MELO**¹, Rafaella Coscarelli **FORTES**¹ e Rogério Simião de **QUEIROZ**²

1. Acadêmicas do curso de medicina da Faculdade de Minas – FAMINAS-BH; Médico clínico geral e residente em Oncologia no Hospital Felício Rocho

INTRODUÇÃO: O pólipo de Killian é uma lesão polipóide benigna, geralmente unilateral, que, apesar de não se tratar de uma afecção rara, foi pouco descrita na literatura nos últimos anos, representando entre 4-6% dos pólipos nasais da população em geral e 33% na população pediátrica. Ele se origina como uma hipertrofia da mucosa do seio maxilar e desenvolve-se, por estímulo desconhecido, para cavidade nasal, coana e parte posterior da nasofaringe, podendo estender-se até a orofaringe. Seus principais sintomas consistem em obstrução nasal, secreção, epistaxe, sensação de corpo estranho, prurido nasal e dispnéia. Essas manifestações interferem diretamente na qualidade de vida dos pacientes, por afetar tanto a saúde física quanto a mental, visto que promove uma diminuição de energia, ânimo e vitalidade de modo geral. **DESCRIÇÃO DO CASO:** Paciente ACV, sexo feminino, 22 anos, queixa de obstrução nasal pior à esquerda, rinorréia purulenta e dificuldades para dormir sem o uso de descongestionante nasal. Procurou atendimento, pois, além desses sintomas, que vinham progredindo há um ano, visualizou uma anormalidade em sua orofaringe. A avaliação vídeo-faringo-laringoscópica evidenciou bloqueio da rinofaringe pela presença de uma volumosa lesão de aspecto polipóide e septo nasal desviado para esquerda. Ademais, realizou-se uma tomografia computadorizada de seios paranasais que relevou espessamento mucoso lobulado dos seios maxilares e formação alongada polipóide à esquerda. Os achados intra-operatórios consistiram em uma massa polipóide grande, um desvio acentuado do septo nasal à esquerda que comprimia o corneto nasal inferior esquerdo, e um quadro de sinusopatia inflamatória crônica bimaxilar, mais importante à esquerda. Por fim, foi realizada turbinectomia, septoplastia e polipectomia, exclusivamente por via endoscópica nasal. A paciente em questão evoluiu com melhora das queixas e sem recidiva das lesões após seis meses de pós-operatório. **DISCUSSÃO:** A etiologia do pólipo de Killian não é totalmente conhecida, porém, acredita-se estar relacionada a uma doença inflamatória bacteriana crônica e/ou fibrose cística. Esse pólipo compartilha seus principais sintomas com outras patologias nasais, o que dificulta seu diagnóstico precoce e piora o prognóstico da doença. Nesse sentido, apesar de sua característica benigna, seus sintomas são geralmente tardios, pois o nariz e os seios paranasais são compostos por cavidades aeradas, limitados por paredes ósseas delgadas, que favorecem o crescimento progressivo e silencioso de tumores. Sabe-se, ainda, que, devido sua ocorrência ser majoritariamente unilateral, seu sintoma clássico é a obstrução nasal unilateral, que não foi observada no caso em questão, uma vez que havia alterações afetando o lado contralateral. O tratamento preconizado é sempre cirúrgico e, devido à possibilidade de recidiva, faz-se necessária uma avaliação da técnica a ser empregada em cada caso. A simples extração do pólipo por via rinofaríngea oral ou nasal, por exemplo, não é recomendada, por resultar em recidiva em cerca de 25% dos casos. Já a cirurgia por via exclusivamente endoscópica, com abordagem do seio maxilar e remoção da patologia sinusal maxilar, utilizada no caso descrito, é a mais indicada na maioria dos casos, pois oferece menor risco de complicações, maior precisão e pós-operatório mais brando. Uma das técnicas utilizadas no caso foi a turbinectomia, que objetivou tratar parte da obstrução nasal relatada, por meio da redução do corneto nasal inferior à direita. Ademais, a sinusoplastia foi mandatória, visto que o desvio do septo nasal impedia o acesso para a realização da polipectomia, além de auxiliar no quadro respiratório da paciente. **CONCLUSÃO:** Depreende-se, pois, a importância da investigação e diagnóstico precoce da lesão, mesmo na ausência de sintomatologia clássica. Por fim, a técnica empregada no tratamento da paciente possibilitou melhora dos sintomas descritos, sem recidiva do pólipo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FREITAS, MR; GIESTA, RP; PINHEIRO, SD; SILVA, VC. Pólipos antrocoanal: uma revisão de dezesseis casos. *Braz J Otorhinolaryngol*, São Paulo, v. 72, n. 6, p. 831-835, 2006. [2] SHARKAWY, AA El. Manejo endoscópico do pólipo antrocoanal pediátrico: nossa experiência. *Acta Otorhinolaryngol Ital*, Egito, v. 33, n. 2, p. 107-111, 2013. [3] ERTUGRUL, S. Origem dos pólipos e acompanhamento das patologias nasossinusais em pacientes com pólipos antrocoanal: Análise de 22 pacientes. *North Clin Istanbul*, Turquia, v. 6, n. 2, p. 166-170, 2019. [4] SPADIJER-MIRKOVI?, C; PERI?, Um; VUKOMANOVI?-?UR?EVI?, B; STANOJEVI?, I. Relato de caso clínico de um grande pólipos antrocoanal. *Acta Medica (Hradec Kralove)*, Sérvia, v. 57, n. 2, p. 78-82, 2014. [5] HUSEYIN YAMAN, MD. Avaliação e Manejo de Pólipos Antrocoanal. *Clin Exp Otorhinolaryngol*, Turquia, v. 3, n. 3, p. 110-114, 2010.

Palavras-chave: Pólipos nasais, endoscópio, cirurgia.

CBS 119

PRESSÕES ATMOSFÉRICAS ANORMAIS: APLICAÇÕES E PATOLOGIAS RELACIONADAS

Maria Eduarda Venturim Almeida **VIEIRA** (IC- dudaventurim@hotmail.com)¹, Roberta Machado Moura da **SILVA** (IC)¹, Raquel Astoni **MOREIRA** (IC)¹, Sthefanie Ferreira Caires **AGUIAR** (IC)¹, Arthur Baldim **TERRA** (IC)¹, Raquel Martins Pereira **ALVES** (PQ)²

1. Acadêmica de medicina do UNIFAMINAS-Muriaé; 2. Professora no UNIFAMINAS- Muriaé Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Para aventurar-se em ambientes com características que ultrapassam os parâmetros ambientais habituais, o ser humano demanda readaptações fisiológicas e, para isso, busca a ajuda de equipamentos [1]. Se a adaptação a essa nova condição não for satisfatória, o organismo sofre alterações patológicas que podem ser irreversíveis [2]. Através de pesquisas bibliográficas, pretende-se nesse trabalho discorrer sobre pressões atmosféricas anormais, descrevendo as atividades hiperbáricas, sua aplicação na medicina, além das doenças profissionais causadas pela exposição a essas condições. **DESENVOLVIMENTO:** Dentre as atividades hiperbáricas, temos o mergulho livre, raso, profundo e militar. O mergulho livre é a atividade hiperbárica mais antiga, praticado apenas com o ar contido nos pulmões sem a ajuda de qualquer equipamento respiratório e, por ser uma prática insegura, pode provocar acidentes fatais. O mergulho raso é praticado até 50 m de profundidade, com auxílio de equipamentos respiratórios fornecendo ar comprimido, subdividido em raso dependente (standart diving) e raso autônomo. No raso dependente, o suprimento de ar vem direto da superfície, é conduzido através de uma mangueira e o mergulhador respira através de uma peça bucal que regula a pressão de ar necessária de acordo com a pressão ambiente. No raso autônomo o suprimento de ar é feito com cilindros, o que permite maior mobilidade, sendo bastante popular, porém tem a duração limitada pela capacidade do cilindro. O mergulho profundo é aquele realizado em profundidades maiores que 50m, prática profissional que demanda equipamentos mais sofisticados e rigoroso controle dos tempos de compressão e decompressão. O militar é uma modalidade de mergulho tático, com equipamento autônomo em circuito fechado que não solta bolhas, apresentando grandes riscos pelo emprego de oxigênio puro. Outra de suas aplicações é na construção civil, nas fundações de prédios, túneis, viadutos, terrenos alagadiços a fim de manter o ambiente seco, permitindo as tarefas normais de construção. Aplica-se também na medicina, com finalidade terapêutica, através da terapia de recompressão, que tem a finalidade de reverter alterações de saúde oriundas da atividade hiperbárica, e da oxigenoterapia hiperbárica, usada no tratamento de doenças relacionadas ou não com o trabalho hiperbárico [3]. As doenças profissionais que envolvem os trabalhadores nesse tipo de atividade são: embolia traumática, artralgia hiperbárica, doença descompressiva, síndrome neurológica de alta pressão, o barotrauma, que se subdivide-se em barotrauma de orelha externa, média e interna, sinusal, pulmonar, dental, gastrointestinal, cutâneo e corporal, além das intoxicações pelos gases oxigênio, nitrogênio, gás carbônico e monóxido de carbono durante o mergulho. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O trabalho sob condições hiperbáricas pode ocasionar múltiplos eventos patológicos que, na grande maioria das vezes, ocorrem de forma muito rápida. Diante disso, observa-se a importância do planejamento prévio, da previsão de recursos médicos, profissionais e equipamentos que possibilitem decisões terapêuticas imediatas para atender os profissionais acometidos por essas condições, e também a necessidade de existir uma regulamentação de segurança rigorosa para esse tipo de trabalho. **AGRADECIMENTOS:** À professora Raquel Martins pelo incentivo e apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MENDES, R. **Patologia do Trabalho por René Mendes**. São Paulo: Editora Atheneu, cap 18, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v30n1/5050.pdf> >. Acesso em: 8 de julho de 2019; [2] SÁ, M. F. A. et al. **Barotrauma ocular durante mergulho autônomo**. Revista brasileira de oftalmologia, Rio de Janeiro, v. 70, n. 6, p. 419-421, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72802011000600017>. Acesso em: 10 de julho de 2019; [3] FIGUEIREDO, M. G.; ATHAYDE, M. R. C. **Organização do trabalho, subjetividade e confiabilidade na atividade de mergulho profundo**. Prod., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 172-183, Aug. 2005.

Palavras-chave: pressões atmosféricas anormais; atividades hiperbáricas; doenças profissionais

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 120

PREVALÊNCIA DA SÍFILIS EM PARTURIENTES ATENDIDAS NA MATERNIDADE DA CASA DE CARIDADE HOSPITAL SÃO PAULO DE MURIAÉ

Maria Eduarda Venturim Almeida **VIEIRA** (IC- dudaventurim@hotmail.com)¹, Hamanda Veggi Dumba **BRAGA** (IC)¹, Laiza Barcelos Coelho **ROCHA** (IC)¹, Larissa Paes **RETAMEIRO** (IC)¹, Danyelle Dias **CARDOSO** (IC)¹, Carlos Wilson Dala Paula **ABREU** (PQ)²

1. Discente de medicina do UNIFAMINAS-Muriaé; 2. Professor no UNIFAMINAS- Muriaé Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A sífilis é uma doença sexualmente transmissível que, se não tratada, causa uma série de consequências ao organismo [1]. Durante a gestação, resulta em altas taxas de mortes fetais e neonatais precoces, com grande probabilidade de transmissão vertical, aumentando de forma expressiva o risco de mortes e complicações perinatais [2]. O Ministério da Saúde preconiza que os testes rápidos para a triagem da sífilis sejam oferecidos a todas as gestantes nos primeiros estágios da gravidez e tem realizado campanhas para a eliminação da Sífilis Congênita (SC) no país [3]. Diante da relevância da SC no campo da saúde pública e da necessidade de se conhecer a realidade de cada local, o presente estudo teve como objetivo estimar a incidência da sífilis na maternidade da Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo (CCMHSP) e comparar com os índices do estado de Minas Gerais. **MATÉRIAS E MÉTODOS:** Os dados epidemiológicos utilizados foram obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (**DATASUS**) e do caderno de registro de testes rápidos do HSP de Muriaé no período de maio a dezembro de 2018. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de publicações científicas atualizadas na área de saúde veiculadas na base de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram abordadas 1.640 parturientes atendidas na maternidade da CCMHSP no município de Muriaé durante o período de maio a dezembro 2018. As análises do teste rápido foram realizadas em âmbito municipal na cidade de Muriaé-MG, comparativamente com o cenário estadual, Minas Gerais. Os resultados evidenciam que 2,63% das parturientes assistidas na maternidade pública no período de maio/2018 foram positivas para sífilis através do teste rápido, possuindo um percentual menor quando comparado com o estado no mesmo período, 8,07%. Levando em consideração os dados de 2017, cujo percentual foi de 8,66% no mês de maio, observa-se uma queda no número de casos notificados no estado. No período de junho a novembro de 2018 foram registrados 3,59% novos casos na maternidade, enquanto o estado notificou 51,91%. Quando comparamos o estado em 2017 neste intervalo, nota-se uma queda do percentil em relação ao ano posterior, com registro de 41,07%. A prevalência de amostras reagentes dezembro/2018 na maternidade foi de 1,49%, e o estado, 4,53%, exibindo uma queda ao mesmo período ao ano anterior, onde o estado notificou 8,40% de reagentes. Os resultados encontrados neste estudo, está em concordância com a tendência de queda das taxas de prevalência de sífilis no Brasil nos últimos meses, ocasionada pela implementação das campanhas do Ministério da saúde direcionadas a orientar os profissionais de saúde e as gestantes em relação aos riscos da sífilis congênita e a necessidade do diagnóstico e tratamento precoce durante o pré-natal. O início tardio do acompanhamento pré-natal e a delonga na tramitação dos exames de rotina favorecem estes índices de falha na prevenção e no diagnóstico durante o pré-natal, o que enfatiza a importância da utilização do teste rápido para o diagnóstico desses casos. **CONCLUSÃO:** Os resultados deste estudo indicam a importância da realização do teste rápido VDRL na maternidade, uma vez que há parturientes que não realizam pré-natal e há aquelas que, apesar de realizar, não tem acesso ao resultado e ou ao tratamento durante o pré-natal. É de suma importância a realização do teste para sífilis (VDRL) no primeiro e terceiro trimestre de gestação e na hora do parto, o tratamento adequado da mãe e do parceiro e as notificações dos casos, essenciais para que se possa controlar as taxas de infecção materno-infantil. **AGRADECIMENTOS:** À Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo pela oportunidade e ao professor Carlos Wilson. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SARACENI, V. et al. **Vigilância epidemiológica da transmissão vertical da sífilis: dados de seis unidades federativas no Brasil.** [2] NONATO, M. S.; MELO, A. P. S.; GUIMARÃES, M. D. C. **Sífilis na gestação e fatores associados à sífilis congênita em Belo Horizonte/MG, Brasil, 2010-2013.**; [3] MIRANDA, A. E. et al. **Prevalência de sífilis e HIV utilizando testes rápidos em parturientes atendidas nas maternidades públicas de Vitória, Estado do Espírito Santo.** Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical 42(4): 386-391, jul-ago, 2009. Disponível em: <

Palavras-chave: sífilis; sífilis congênita; teste rápido
Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 121

PÚRPURA DE HENOCH-SCHONLEIN: RELATO DE CASO

Rubens Lopes **OLIVEIRA**¹ (IC – rubenslop29@yahoo.com.br), Eduardo Melado de Souza **COELHO** (IC)¹,
Andressa Chaves **CASSOLI** (IC)² e Flavia Elisa **PEDROSA** (PQ)³

¹ Aluno de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS; ² Aluno de Medicina Instituto Metropolitano de Ensino Superior (UNIVAÇO); ³ Médica e Professora Centro Universitário UNIFAMINAS Centro Universitário UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A púrpura de Henoch-Schonlein (PHS) também conhecida como púrpura reumática ou anafilaçoide, é uma vasculite de pequenos vasos, caracterizada por púrpura não-trombocitopênica palpável, podendo eventualmente ser acompanhada de artrite e/ou artralgia, dor abdominal, hemorragia gastrointestinal e/ou nefrite. É incomum em adultos e nas crianças apresenta incidência estimada em 9 casos por 100.000 habitantes. A etiologia ainda não foi esclarecida, porém mecanismos imunológicos parecem estar associados à hiperprodução de IgA e sua deposição tecidual em imunocomplexos. **RELATO DE CASO:** Paciente sexo feminino, 8 anos, natural da zona da mata, comparece ao atendimento acompanhada da responsável, queixando de edema, hiperemia, dor em membros inferiores e dificuldade de deambulação há 2 dias. Nega uso medicamentoso. Cerca de uma semana antes, a criança havia apresentado resfriado comum, tosse e febre, com resolução espontânea. Ao exame físico, bom estado geral, hipocorada +/4, hidratada, eupneica, acianótica, anictérica, afebril, com presença de edema sem sinais flogísticos em pés e mãos. Após 24 horas do atendimento, paciente evoluiu com lesões cutâneas purpúricas, maculopapulosas eritematosas, predominantemente em região da coxa direita, região do cotovelo esquerdo e joelho esquerdo. Exames laboratoriais: leucocitose com discreto desvio para a esquerda; resultados normais dos níveis de plaquetas, da atividade protrombina, ureia, creatinina e EAS. Recebeu o diagnóstico de Púrpura de Henoch Schonlein e foi então tratada com AAS 500 mg de 8/8 horas e Ranitidina 75 mg 12/12 horas com boa evolução clínica. Nos meses subsequentes, realizou consultas ambulatoriais para acompanhamento do quadro trazendo os resultados dos seguintes exames: hemograma, ureia, creatinina e EAS todos sem alterações. Atualmente paciente se encontra assintomática. **DISCUSSÃO:** O diagnóstico é clínico e apoia-se na tétrade de púrpura, artralgia/artrite, dor abdominal e hematúria, entretanto, além de ser uma doença rara, cerca de 25% dos casos podem ter uma apresentação atípica, por isso foram propostos critérios de avaliação como os padronizados pelo American College of Rheumatology, sendo estes: púrpura palpável; idade de início \leq 20 anos; angina intestinal e biópsia demonstrando granulócitos na parede de pequenas artérias e/ou vênulas. A presença de dois ou mais critérios confirma o diagnóstico. Além disso, observa-se que mais de 50% dos casos são precedidos por uma infecção do trato respiratório superior, semelhante ao quadro relatado. **CONCLUSÃO:** A PHS apresenta diagnóstico clínico e o tratamento é realizado, na maioria das vezes, com alívio sintomático. Dessa forma, é de extrema importância diagnóstico e terapêutica precoce visto que a patologia é passível de evoluir com diversas complicações, sendo a renal (glomerulonefrite rapidamente progressiva) uma das mais relevantes. É essencial que ocorra um seguimento periódico dos portadores da doença de forma multidisciplinar, visando o controle de suas manifestações e prevenção de progressões mais graves como artrite e hemorragia gastrointestinal. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ALFREDO, Camila S. et al. **Púrpura de Henoch-Schönlein: recorrência e cronicidade.** J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre, v. 83, n. 2, p. 177-180, Apr. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-5572007000200013&lng=en&nrm=iso>.. <http://dx.doi.org/10.1590/S0021-75572007000200013>. [2] RAMIREZ-TERAN, AL et al . **Púrpura de Henoch-Schönlein.** Med. interna Méx., Ciudad de México , v. 33, n. 2, p. 285-290, abr. 2017 . Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-48662017000200285&lng=es&nrm=iso>.. [3] Souza MS, Costa JG, Frias ILA. **Púrpura de Henoch-Schönlein: relato de caso e revisão da literatura.** Resid Pediatr. 2012;2(2):20-27.[4] SILVA, Clovis Artur Almeida. Púrpura de Henoch-Schönlein. In: SPB, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos.** SPB-Sede, 2014.

Palavras-chave: púrpura de Henoch-Schonlein, vasculite, lesões cutâneas purpúricas

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 Medicina
Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.01.14-2 Reumatologia

CBS 122

RELATO DE CASO: ATONIA UTERINA

MARINA SILVEIRA BRAGA¹(mariinasb@yahoo.com.br), GABRIELLE BAIA PIMENTA DE MORAES¹(gabi-baia@hotmail.com), LUIZA ROCHA PINTO COELHO¹(lurochapg@gmail.com), HUGO DRUMOND RIBEIRO²

1. Curso de graduação em medicina da instituição FAMINAS-BH; 2. Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Barbacena, Ginecologista-obstetra pelo Hospital das Clínicas da UFMG, pós-graduado em medicina fetal pela CETRUS-SP.

INTRODUÇÃO: O Relato de Caso abordado discute qual a conduta diante de uma atonia uterina que resultou em uma hemorragia pós-parto (HPP) e a importância de valorizar a clínica e dados vitais das pacientes. Isso porque, são as primeiras manifestações que nos possibilita uma diminuição da morbi-mortalidade da paciente. Por definição, a HPP é a perda sanguínea estimada superior a 500 mL após parto vaginal e 1.000 mL após cesariana, ou também pode ser perda sanguínea que cause queda de 10% nos níveis de hemoglobina ou hematócrito e sintomas de hipovolemia ou necessidade de hemotransfusão para seu tratamento [1]. A etiologia da HPP pode ser dividida em quatro processos fisiopatológicos, ocorrendo de forma isolada ou combinados, chamados de "quatro Ts": 1) Tônus uterino; 2) Tecido; 3) Trauma e 4) Trombina. **DESCRIÇÃO DO CASO:** ALD, 34 anos, G2P1A0; gestação gemelar dicoriônica e diâmiótica, admitida na maternidade com 34 semanas de idade gestacional, em fase ativa de trabalho de parto e 4 centímetros de dilatação. Submetida à operação cesariana sem intercorrências, após 4 horas do término da cirurgia foi avaliada com alteração dos sinais vitais: hipocorada, hipotensão e taquicardia. Observou-se hipotonia uterina com palpação acima da cicatriz umbilical, sendo iniciado massagem uterina e a observação de grande quantidade de sangue coagulado após toque vaginal. Fez-se uso de medicamentos uterotônicos (40 UI de ocitocina via EV, 0,25 mg de ergotrate via IM, 1000 mg de transamin via EV e 800 mcg de misoprostol via retal) e ressuscitação volêmica com 2 acessos venosos calibrosos com 1,5 litros de solução cristalóide. Por permanecer instável hemodinamicamente foi encaminhada ao CTI, iniciando transfusão sanguínea com 900 ml de concentrado de hemácias. Evoluiu com piora do quadro clínico, indicada reabordagem cirúrgica, a qual foi identificado grande volume de sangue em cavidade peritoneal e realizada histerectomia total com nova transfusão sanguínea de 900 ml de concentrado de hemácias. Após 4 horas da cirurgia, evoluiu com quadro de coagulação intravascular disseminada, parada cardiorrespiratória e óbito materno. **DISCUSSÃO:** Algumas etiologias das hemorragias uterinas relacionadas aos problemas de contração uterina (tônus) e seus fatores de risco são: hiperdistensão uterina (polidrâmio, gestação múltipla e macrosomia) e fadiga uterina (trabalho de parto acelerado, trabalho de parto prolongado e multiparidade). Todavia, independente destas causas, o tratamento será massagem e compressão uterina e a utilização de medicamentos uterotônicos. Mediante ao caso, sabe-se que a atonia uterina atuou como causa da HPP da paciente, pois a multiparidade e a gestação múltipla estão associadas ao risco aumentado de atonia uterina e hemorragia após o parto [2]. Contudo, a melhor estratégia na prevenção é a adoção, em todas as pacientes, da conduta ativa no terceiro estágio do trabalho de parto, que consiste na administração de droga uterotônica após o desprendimento do ombro anterior e tração controlada do cordão umbilical [3]. Ademais, é fundamental que o obstetra mantenha a vigilância e identifique na primeira hora da hemorragia puerperal para o bom prognóstico e maior sobrevivência da paciente. Para isso, a clínica e dados vitais da paciente devem sempre ser levadas em consideração, assim como uma equipe multidisciplinar que facilita e colabora com a abordagem global à paciente. Quanto mais rápido a paciente for estabilizada, menores as chances das complicações diminuindo assim a morbi-mortalidade da paciente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OYELESE Y.; SCORZA W.E.; MASTROLIA R.; SMULIAN J.C. **Postpartum hemorrhage.** *Obstet Gynecol Clin North Am.* 2007 Sep;34(3):421-41, x. [2] CORRÊA M.D.; MELO V.H.; AGUIAR RALP; JÚNIOR M.D.C. **Noções Práticas de Obstetrícia.** 14^o ed; 1999. [3] SCHUURMANS N.; MACKINNON C.; LANE C.; ETCHES D. **Prevention and management of postpartum haemorrhage.** *J Soc Obstet Gynaecol Can* 2000;88:1-11).

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 123

DESMISTIFICAÇÃO DA DENSITOMETRIA ÓSSEA COMO RASTREIO DE OSTEOPOROSE NA MULHER CLIMATÉRICA

GABRIELLE BAIA PIMENTA DE **MORAES**¹ (gabi-baia@hotmail.com), ANA LUIZA FERREIRA DE **AZEVEDO**¹ (aanaluiza95@gmail.com), CAROLINA SILVA **VIANA**¹ (carol.silva.viana.cv@gmail.com), MARINA SILVEIRA **BRAGA**¹ (mariinasb@yahoo.com.br), MARTHA PANTEL DOS SANTOS **MOTA**² (marthapantelmota@gmail.com), JOSÉ HELVÉCIO KALIL DE **SOUZA**³ (jhkalil@mail.com.br)

1. Acadêmico do Curso de graduação do curso Medicina da Faculdade de Minas-BH; 2. Médica pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Especialista na área de ginecologia e obstetria.; 3. Médico, Doutor em Reprodução Humana, Coordenador do Núcleo de Saúde da Mulher e Professor Titular de Ginecologia Na Faculdade de Minas (FAMINAS-BH)

*Faculdade de Minas (FAMINASBH) Av. Cristiano Machado, 12001 – Vila Cloris, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CEP: 31744007

INTRODUÇÃO: A densitometria óssea é recomendada para indicar a medida quantitativa da perda de massa óssea do paciente, sendo utilizada quando se tem fatores de risco para osteoporose. Além disso, o exame é indicado para mulheres com deficiência de estrogênios, e indivíduos com terapêutica prolongada com glicocorticóides, anormalidades na coluna vertebral, hiperparatireoidismo primário e controle de tratamento da osteoporose [1]. Com isso, o estudo consiste em verificar se realmente há necessidade de realizar o rastreo de osteoporose na mulher climática, por meio deste exame. Para isso foi realizada revisão artigos de revistas científicas, livros e artigos de revisão bibliográfica, utilizando bases de dados como PubMed, SciELO, Medline, LilacseScopus; como descritores foram considerados “densitometria óssea”, “osteoporose”, “rastreo” e “mulher climática”. **DESENVOLVIMENTO:** No climático a falta de estrogênio pode afetar a homeostase óssea, fazendo predominar a reabsorção pelo aumento da atividade dos osteoclastos. Com isso, os ossos ficam mais sensíveis ao hormônio das paratireóides (PTH), além de promover a diminuição da diidroxilação da vitamina D ao nível renal e reduzir a quantidade de calcitonina liberada pela tireóide [2]. Portanto, isso faz com que a mulher climática esteja mais propensa ao desenvolvimento de osteoporose, fazendo com que muitos médicos peçam o exame de densitometria óssea para o rastreo da doença. No entanto, o rastreamento da osteoporose de todos os pacientes assintomáticos não é recomendado e a busca ativa deste diagnóstico pode ser realizada em pacientes considerados de alto risco, especialmente os com risco de fratura [3]. Ademais, o exame pode mostrar diminuição da densidade óssea, porém, só detecta alterações quando a perda for superior a 30%, sendo baixa sua sensibilidade diagnóstica [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por fim, devem-se lembrar quais são os critérios utilizados para rastreo: a doença precisa ser um problema de saúde pública, deve haver tratamento, deve haver o reconhecimento da patologia em caso assintomático, deve ter um custo efetivo viável, deve reduzir mortalidade [5]. Dessa forma, como a osteoporose não se enquadra em todos os critérios mencionados, ela não deve ser uma doença rastreada, afinal dar tal diagnóstico não irá aumentar a sobrevida de nenhum paciente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GUARNIERO R.; OLIVEIRA L. G.; Osteoporose: atualização no diagnóstico e princípios básicos para o tratamento. *Rev. Brasileira Ortop*, São Paulo, v.39, n.9, p.477-485, 2004; [2] SILVEIRA, G.G.G. Osteoporose na menopausa: conceitos e conduta preventiva. *Revista brasileira de medicina do esporte*, Niterói, v.3, n.4, p. 113-114,1997; [3] VISWANATHAN M.; REDDY S.; BERKMAN N.; CULLEN K.; COOK MIDDLETON J.; NICHOLSON W.K.; KAHWATI L.C; Screening to Prevent Osteoporotic Fractures: An Evidence Review for the U.S. Preventive Services Task Force. *Evidence Synthesis No. 162*. AHRQ Publication No. 15-05226-EF-1. Rockville, MD: Agency for Healthcare Research and Quality; 2018; [4] SILVA A.C.V., DA ROSA M.I.; FERNANDES B., et al. Fatores associados à osteopenia e osteoporose em mulheres submetidas à densitometria óssea. *Revista Brasileira de Reumatologia*, Criciúma,SC, v. 55, n.3, p.223-228, 2015. [5] WILSON, J. M. G.; JUNGNER, G. Principios y métodos del examen colectivo para identificar enfermedades. *Ginebra: Organización Mundial de la Salud*, 1969. 177 p. (Cuadernos de Salud Pública, OMS, 34).

PALAVRAS-CHAVE: Densitometria óssea; Climático; osteoporose; rastreo.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 124

A EFICÁCIA E SEGURANÇA DA PSICOTERAPIA ASSISTIDA COM 3,4- METILENDIOXIMETANFETAMINA PARA O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS TRAUMÁTICO

Hellen Louize Pacheco Di Firmo , Bárbara Linhares Calácio e Silva, Felipe Augusto Biccas Mourão , Larissa Gontijo Silva Maia, Patricia Guerra Moura, Lauro Eustáquio Guirlanda de Moura.

1. Acadêmicos do curso de Medicina; 2. Orientador Centro Universitário FAMINAS – BH, Belo Horizonte – MG

Introdução: O Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT) pode ser caracterizado como uma resposta anormal a um evento traumático e significativo, causando perda sustentada de funcionalidade, acompanhada por altos índices de comorbidades psiquiátricas e risco de suicídio. O tratamento convencional (ISRS associado à psicoterapia) para o TEPT tem se mostrado pouco eficaz na remissão completa dos sintomas. Logo, é imperioso que surjam soluções eficazes e seguras para o seu tratamento. Assim se apresenta a psicoterapia assistida com 3,4- metilendioximetanfetamina (MDMA), popularmente conhecido como droga de abuso (ecstasy), mas em microdoses. Sua ação, segundo alguns estudos, produziria efeitos ansiolíticos e pró-sociais, desencadeando um aumento na confiança e redução da reatividade às memórias traumáticas, proporcionando um estado psicológico que aprimore o processo terapêutico. **Objetivo:** Avaliar a eficácia e a segurança da psicoterapia assistida com MDMA para o TEPT. **Metodologia:** Revisão sistemática na base de dados PubMed, utilizando os descritores: MDMA; PTSD para os últimos 10 anos. Foram incluídas onze publicações que se adequaram aos critérios de elegibilidade definidos para o estudo. **Resultados:** O TEPT é um problema de saúde mental de alta incidência no Brasil. Este transtorno se caracteriza como uma resposta anormal a um evento traumático e significativo, desencadeando sintomas de ansiedade ao recordar lembranças do evento traumático. A psicoterapia assistida com MDMA tem se mostrado uma resposta segura e eficaz para o tratamento deste transtorno. Sua ação produz efeitos ansiolíticos e pró-sociais. Isso se dá através da diminuição da atividade na amígdala e hipocampo, e aumento do fluxo sanguíneo para o córtex pré-frontal. Estudos de fase II, duplo cegos, controlados por placebo compararam o MDMA e placebo na psicoterapia em 25 indivíduos com TEPT resistente ao tratamento. Foi observado que 85% dos pacientes com TEPT não mais preenchiam os critérios para o transtorno após três sessões de psicoterapia assistida por MDMA, enquanto 15% dos pacientes do grupo placebo tiveram remissão do quadro de TEPT. Um subsequente acompanhamento desse estudo evidenciou que, mesmo sem novas administrações de MDMA, não houveram efeitos neurocognitivos adversos. Os resultados originais foram sustentados quatro anos depois. **Conclusão:** As pesquisas em torno do uso do MDMA demonstram potencial terapêutico significativo na remissão dos sintomas de TEPT em pacientes refratários aos tratamentos convencionais. Mais estudos estão em avanço e espera-se a aprovação do tratamento com MDMA para o TEPT pelo FDA em um prazo de dois anos. **Referências** Mithoefer MC, Wagner TM, Mithoefer AT, Jerome L, Doblin R. The safety and efficacy of \pm 3,4-methylenedioxymethamphetamine-assisted psychotherapy in subjects with chronic, treatment-resistant posttraumatic stress disorder: the first randomized controlled pilot study. *J Psychopharmacol.* (2010) Oehen P, Traber R, Widmer V, Schnyder U. A randomized, controlled pilot study of MDMA (\pm 3,4-methylenedioxymethamphetamine)- assisted psychotherapy for treatment of resistant, chronic posttraumatic stress disorder (PTSD). *J Psychopharmacol.* (2013) Chabrol H, Oehen P. MDMA assisted psychotherapy found to have a large effect for chronic post-traumatic stress disorder. *J Psychopharmacol.* (2013) 27:865–6. Vizeli P, Liechti ME. Safety pharmacology of acute MDMA administration in healthy subjects. *J Psychopharmacol.* (2017) 31:576–88 Mithoefer MC, Wagner MT, Mithoefer AT, Jerome L, Martin SF, YazarKlosinski B, et al. Durability of improvement in post-traumatic stress disorder symptoms and absence of harmful effects or drug dependence after 3,4 methylenedioxymethamphetamine-assisted psychotherapy: a prospective long-term follow-up study. *J Psychopharmacol.* (2013) Amoroso T., Workman M. (2016). Treating posttraumatic stress disorder with MDMA-assisted psychotherapy: a preliminary meta-analysis and comparison to prolonged exposure therapy. *J. Psychopharmacol.* Mithoefer MC, Feduccia, Jerome, Mithoefer , Wagner, Walsh , Hamilton, Yazar-Klosinski, Emerson, Doblin. MDMA-assisted psychotherapy for treatment of PTSD: study design and rationale for phase 3 trials based on pooled analysis of six phase 2 randomized controlled trials. *Psychopharmacology (Berl).* 2019 May 7

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 125

SEGURANÇA DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE DA UTI PARA O DOMICÍLIO: REVISÃO DA LITERATURA

BARBARA BRAGA COSTA¹, LARISSA ALVES DA ROCHA¹, RICARDO RÚBIO CAMPOS SILVA¹ WILSON SANTANA SILVA JUNIOR¹ AMANDA BRANDÃO LOPES¹ E MARIA APARECIDA BRAGA COSTA²

1. Acadêmicos de Medicina do 7 período da Faculdade de Minas – Faminas BH

2. Médica doutora em Medicina pela Faculdade Federal de Minas Gerais – UFMG especialista em Clínica Médica, Cardiologia, Medicina Intensiva, Emergência Médica, Nutrologia e Administração e Saúde Coordenadora do CTI da Unimed BH Diretora da Associação Brasileira de Medicina de Emergência Regional MG (ABRAMEDE e ABRAMEDE MG) e coordenadora de cursos da Sociedade Mineira de Terapia Intensiva (SOMITI)

FAMINAS-BH – Av. Cristiano Machado, 12.001 – Vila Cloris, CEP: 31.744-007 – Belo Horizonte – MG.

APRESENTAÇÃO A discussão sobre a falta de leitos no país é antiga, sendo que ações para melhorar a performance das instituições e, paralelamente, redução das chances de eventos adversos ao reduzir o tempo de internação tem sido tema de debate (1). A alta direta da UTI parece ser uma das ações para diminuir o tempo de espera por leitos em unidades de internação e agilizar o fluxo de entrada de novos pacientes nas UTI's. **DESENVOLVIMENTO**. O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou em junho, que, no Brasil, há 45 mil leitos em unidades intensivas: 51% alocados na rede privada, que atendem a 23% da população, já outros 49%, destinados à maior parte do público, ficam no Sistema Único de Saúde (SUS) (1). Entre agosto de 2006 e janeiro de 2007, pesquisadoras da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP) avaliaram o caminho percorrido por 400 pacientes que receberam alta de UTIs de hospitais gerais do estado de São Paulo; destes 400, 64,6% foram transferidos para unidades de cuidado intermediário e 32,9% para unidades de internação. Ademais, o tempo médio de internação na UTI foi de nove dias (2). No Brasil, os critérios para admissão e alta na UTI são regulados pela resolução 2.156, de 2016 do CFM, esta permitindo a alta para domicílio nos casos em que o paciente tenha seu quadro clínico ou controlado, ou estabilizado, ou para pacientes terminais, quando as unidades de cuidados paliativos podem oferecer maior conforto (3). A alta direta da UTI para domicílio é subutilizada, e as equipes de intensivistas são treinadas e focadas em cuidados críticos e não têm experiência para a liberação ao domicílio. A alta domiciliar deve ser usada com foco no paciente garantindo sua segurança. Um estudo canadense, realizado entre 2003 e 2015 relatou a partir de uma análise retroativa de prontuários que não encontrou indícios de que a alta direta tenha sido usada para liberar pacientes quando as unidades de internação estavam cheias (4). Nesse período, principalmente a partir de 2009, as taxas de alta direta para casa da UTI estudada ficaram entre 11% e 12% por ano. Houve uma relação inversa entre a dispensa direta e a ocupação da UTI. Um estudo canadense publicado em 1999 apontou 414 pacientes que receberam alta direta após infarto agudo do miocárdio, sendo que 2,7% morreram no período de seis semanas – porcentagem considerada pelos autores como condizente com dados da literatura. Em levantamento mais recente, apenas 5% da equipe se disse muito confortável com a prática. Outros 20% relataram se sentir de desconfortável a muito desconfortável. Já os pacientes (98%) e as famílias (92%) se mostravam dispostos a colaborar com os procedimentos para antecipar a ida para casa (7). **CONSIDERAÇÕES FINAIS** A alta domiciliar envolve a incorporação de transformações na dinâmica da UTI e mudanças de paradigmas. Atualmente, há o propósito de permitir a continuidade do monitoramento, da melhora clínica e reabilitação. Para efetuar a alta direta, esses processos terão de ser feitos dentro da UTI, mas o desafio deve ser enfrentado já que poderá alinhar segurança assistencial com economia de recursos também econômicos. **Referências** 1. <https://www.segurancadopaciente.com.br/qualidade-assist/alta-da-uti-direto-para-casa/> 2. Brasil. Conselho Federal de Medicina. Serviço só existe em 10% das cidades. *Jornal Medicina*. Ed 280. Jun/20183. Brasil. Conselho Federal de Medicina. Resolução Nº 2.156/2016. Estabelece os critérios de admissão e alta em unidade de terapia intensiva (2016)4. Safavi K, Wiener-Kronish J, Hanidziar D. The Complexity and Challenges of Intensive Care Unit Admissions and Discharges Similarities With All Hospitalized Patients. *JAMA Intern Med*. Published online August 20, 2018. 6. Lau VI, Priestap FA, Lam JNH, Ball IM. Factors associated with the increasing rates of discharges directly home from intensive care units—a Direct From ICU Sent Home Study. *J Intensive Care Med*. 2018;33(2):121-127. (7) Lam JNH, Lau VI, Priestap FA, Basmaji J, Ball IM. Patient, family, and physician satisfaction with planning for direct discharge to home from intensive care units: Direct From ICU Sent Home Study. *J Intensive Care Med*. 2017;885066617731263.(8) Senaratne MP, Irwin ME, Shaben S, et al. Feasibility of direct discharge from the coronary/intermediate care unit after acute myocardial infarction. *J Am Coll Cardiol*. 1999;33(4):1040-1046.

Palavras-chave UTI, ALTA DIRETA, SEGURANCA DO PACIENTE

CBS 126

**SIGILO MÉDICO: DILEMAS QUE PERMEIAM A CONDUTA PROFISSIONAL EM SITUAÇÕES QUE ENVOLVEM
“MOTIVO JUSTO”**

GABRIELA SAMPAIO LIMA **ARAÚJO**¹, EMILLY ANDRADE **COTA**¹, EMILLY DAMACENO **MARTINS**¹, VALERIA CRISTINA **JARDIM**¹, JOSÉ HELVÉCIO KHALIL DE SOUZA²

1. Acadêmicas do curso de Medicina da Faculdade de Minas/BH; 2. Professor Doutor, Disciplina de Saúde da Mulher do curso de Medicina da Faculdade de Minas/BH.

* Av. Cristiano Machado, 12000, Bairro: Vila Clóris, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 31744-007.

INTRODUÇÃO: As reflexões acerca de situações que envolvem a quebra do sigilo profissional são complexas, uma vez que está diretamente relacionado a valores éticos levando ao surgimento de dilemas com relação à conduta a ser tomada. O dever do sigilo médico está descrito no Código de Ética Médica sendo vedado ao médico revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente. Dentre as exceções apresentadas que permitem revelar o segredo profissional, é evidente que as situações que se enquadram em motivo justo são as que geram maiores conflitos na prática. Desse modo, este trabalho abordará as dificuldades que muitos médicos encontram ao se depararem com tais conflitos, enfatizando a necessidade de se aplicar na prática clínica os preceitos bioéticos e legais, de modo a se alcançar o melhor manejo do paciente. **METODOLOGIA:** Foi realizada busca por artigos descritos na literatura utilizando as palavras-chave: sigilo médico, adolescente, confidencialidade médica, selecionando artigos com relevância para o trabalho. **DISCUSSÃO:** O segredo pertence ao paciente, e o médico é detentor das informações contadas pelo mesmo durante a anamnese, observadas na consulta e diagnósticos. Para ser revelado, dentre as três exceções, o motivo justo é o que causa maior conflito entre a comunidade médica pela dificuldade que muitos apresentam em definir o que seria de fato uma “justa causa” para divulgação de dados. Nesse contexto, é importante a observação da prática médica para orientar e inserir análises de circunstâncias em que é necessário ponderar o direito do segredo do paciente ou a divulgação quando do interesse do bem comum. Em um caso com paciente portador de doença infectocontagiosa, o médico deve orientá-lo sobre seu diagnóstico, tratamento, prognóstico e a possibilidade que tem de contaminação a outras pessoas, principalmente familiares e grupos de convívio. Nessa circunstância o paciente precisa ser supervisionado para que conte aos familiares e aos parceiros sobre sua moléstia, solicitando que esse núcleo também procure atendimento. Ao médico cabe acompanhar se o paciente fez essa revelação, buscando evitar a disseminação da doença. Se o médico constatar que o paciente continua ocultando, deve insistir e incentivar, esclarecendo que tem colocado a saúde dos demais em risco. Quando se trata de doença sexualmente transmissível, pode-se fazer uso inclusive do código penal, uma vez que é caracterizado como crime expor outras pessoas à contaminação por meio de ato sexual ou libidinoso, podendo responder como transmissão intencional, já que o paciente tem conhecimento por ter sido informado pelo médico. Já em situações de pacientes adolescentes em consulta ginecológica, o sigilo médico é um direito do paciente e gera ao profissional o dever de resguardar qualquer informação que não seja autorizada sua revelação. O profissional da saúde deve respeitar a individualidade de cada adolescente que seja julgado capaz de avaliar e interpretar seu problema, sem a presença dos pais ou de seus responsáveis legais durante a consulta, uma vez que é julgado que ele possui condições de tomar decisões sobre seu problema. A justa causa deve ser pensada se compromete terceiros e a sociedade em que o adolescente está inserido, de forma que assegure a saúde dos mesmos que podem estar em risco se o segredo do paciente não for revelado. Ao médico cabe avaliar se o adolescente tem autonomia e capacidade de discernimento para compreender as orientações e seguir o tratamento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O segredo é do paciente e o médico detém esse segredo em sigilo médico. A revelação dessa confidência está prevista no Código de Ética e não é absoluto, tem suas exceções, cabe ao médico analisar as situações em que sua prática está inserida. O motivo justo é a exceção que requer mais cuidado, pois não se protege somente o individual e a autonomia do paciente, deve-se analisar princípio da não maleficência e resguardar a saúde de terceiros que pode estar em risco se o segredo do paciente não for revelado. Assim, cabe ao médico a avaliação da situação em que a quebra é relativa. **Referências:** Gracia D. La confidencialidad de los datos genéticos. Ética de los confines de la vida. Ética y vida Estud bioética. 1998;3:137–50. Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica. Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica. [Acesso 8 mar. 2019]. Disponível em http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra_4.asp. Brasil. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. [Acesso 8 mar. 2019]. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40>. Vieira TR. Segredo médico: um direito ou um dever? Rev Cesumar Ciências Humanas e Sociais Apl. 1998;2(3):127–31. França GV de. O Segredo Médico e nova ordem bioética. [Acesso 8 mar. 2019]. Disponível em http://www.malthus.com.br/artigos.asp?id=51#set_Scarton_RR. Violação do segredo profissional dos médicos: aspectos jurídicos e (bio) éticos. Rev da SORBI. 2015;3(2):20–35. Santos MFO, et al. Limites do segredo médico: uma questão ética. Rev ciências da saúde Nov esperança. 2012;10:90–100.

Palavras-chave: Sigilo médico; Confidencialidade médica; Motivo justo; Doenças infectocontagiosas; Adolescente

CBS 127

SÍNDROME DE DRESS: RELATO DE CASO

Maria Vitória de Macedo Simeão **BRASILEIRO**¹ (IC - vitibrasileiro@yahoo.com.br); Isabela Alves **BANDEIRA**¹ (IC); Júlia Eduarda Nóbrega de Melo e **CASTRO**¹ (IC); Laiza Barcelos Coelho **ROCHA**¹ (IC); Karyne Lopes **SOARES**¹ (IC); Ciro Lemos de **PÁDUA**² (PQ)

¹Curso de Medicina do Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé/MG;

²Nefrologista da Casa de Caridade de Muriaé - Hospital São Paulo.

APRESENTAÇÃO: A síndrome Reação a Drogas com Eosinofilia e Sintomas Sistêmicos (DRESS), também conhecida como Síndrome da Hipersensibilidade Induzida por Droga, é uma farmacodermia caracterizada por erupção cutâneo-mucosa extensa e exantemática em face, tronco e membros superiores, com possível progressão para extremidades inferiores. Sendo marcada pelo envolvimento de órgãos, principalmente rins e fígado, com infiltração eosinofílica. O acometimento renal ocorre em cerca de 11% dos casos, sendo particularmente comum em casos subsequentes ao uso do alopurinol. Esse fenômeno multi-visceral diferencia a síndrome de outras reações cutâneas comuns às drogas. Outro aspecto singular dessa doença é o início tardio em relação à introdução da droga causadora, ocorrendo em torno de 3 semanas a 3 meses, bem como persistência ou agravamento, apesar da retirada do medicamento que causou a injúria. Linfadenopatia é comum e anormalidades hematológicas, como leucocitose acentuada e eosinofilia também podem estar presentes. O mecanismo exato da DRESS ainda não foi totalmente elucidado. Sua etiopatogenia está relacionada a drogas específicas, alterações imunes, reativação sequencial de herpes vírus e associação com alelos do HLA. Entre os medicamentos mais relatados estão anticonvulsivantes, alopurinol, dapsona e salozosulfopiridina. Além disso, o uso sincrônico de ácido valpróico aumenta a ocorrência da doença. O diagnóstico é estabelecido pela presença de pelo menos 3 critérios: erupção medicamentosa; anormalidades hematológicas (eosinofilia maior que 1.500/mm³ ou presença de linfócitos atípicos); envolvimento sistêmico, como adenopatia (maior que 2 cm de diâmetro) ou hepatite (elevação da transaminase de pelo menos o dobro dos valores de referência) ou nefrite intersticial ou pneumonite ou cardite. Entretanto, ainda não há consenso internacional sobre os melhores critérios de diagnóstico. O tratamento empírico com antiinflamatórios ou antibióticos não deve ser administrado durante a doença aguda. Os corticoides são as medicações de escolha podendo ser associados metilprednisolona pulsada, imunoglobulina intravenosa e plasmáfereze. **DESENVOLVIMENTO:** O presente trabalho tem como objetivo abordar a caracterização clínica e diagnóstica da DRESS e os materiais e métodos baseiam-se em coleta de dados no prontuário da paciente acompanhada no Hospital São Paulo. O projeto refere-se ao relato de caso sobre JBF, 66 anos, sexo masculino, com lesões eritematodescamativas e pruriginosas, associada à edema de membros inferiores e superiores, abdome e face. Paciente com intervenção prolongada, há mais de 30 dias, por lombalgia e hérnia de disco, em demanda de múltiplas drogas (tenoxicam, clonazepam, loratadina, prednisona, tramadol, dipirona, nalbufina, hidroclorotiazida e captopril). Após uso crônico de antiinflamatório, evoluiu com piora do estado geral, rash cutâneo, edema de face e palpebral, lesão renal aguda, elevação de transaminases, leucocitose, febre e sintomas gastrointestinais. Ao exame físico, rash cutâneo centrífugo, eritematoso, edematoso, com fase descamativa e bolhosa, principalmente em membros. Os exames complementares evidenciaram leucocitose com eosinofilia, creatinina 3,6 mg/dL, ureia 125 mg/dl, transaminase glutâmico-oxalacética 118 mg/dL, transaminase glutâmico-pirúvico 173 mg/dL, gama glutamil transpeptidase 160 mg/dl, proteína C reativa: 2+/4+. Sendo assim, os dados permitiram a internação do indivíduo e a instituição terapêutica de prednisona 60 mg/dia, com melhora do quadro inicial, após 4 dias de tratamento. Após estabilização clínica, realizou-se estudo de alergia a fármacos, com suspeita de hipersensibilidade tardia a anti-inflamatório. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A apresentação desse caso tem como finalidade alertar os clínicos para ocorrência de eventos adversos graves desencadeados pelo índice indiscriminado de medicações. O reconhecimento precoce desta síndrome é de suma importância, uma vez que, sua taxa de mortalidade varia de 10 a 20%. Após o diagnóstico, a intervenção deve ser imediata, pois o atraso na suspensão do medicamento desencadeante e na introdução da terapia pode resultar em prolongamento dos sinais e sintomas, levando ao aumento da morbimortalidade. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS, ao Hospital São Paulo e demais colaboradores pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CRIADO, Paulo Ricardo; et. al. Drug Reaction with Eosinophilia and Systemic Symptoms (DRESS)/Drug-Induced Hypersensitivity Syndrome (DIHS): a review of current concepts. *Anal Brasileiro de Dermatologia*. 2012; 87 (3):435-49. Acesso em: 12 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abd/v87n3/v87n3a13.pdf>>.

Palavras-chave: Síndrome de DRESS; Eosinofilia; Farmacodermia.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 128

SUPLEMENTAÇÃO COM GH NA PUBERDADE PRECOCE FEMININA

Vitor Hugo Cardoso **MEIRELES**(IC- vitorhugocardosomeireles@gmail.com)¹, Pedro Henrique Novais **MACIEL** (IC)¹, Gabriella Lucas da Cruz **FERREIRA**(IC)¹, Christiane Marize Garcia **ROCHA** (PQ)², José Helvécio Kalil de **SOUZA**(PQ)³.

1. Discente de Medicina da Faminas-BH; 2. Doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 3. Professor da disciplina de Saúde da Mulher I e II na Faminas-BH.

*Faculdade de Minas (FAMINAS-BH) Av. Cristiano Machado, 12001 – Vila Cloris
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CEP: 31744007*

INTRODUÇÃO: Durante a puberdade precoce feminina temos o fechamento precoce das epífises ósseas, provocando assim comprometimentos estatural nas meninas que sofrem com essa disfunção. As principais formas de tratamento são utilizadas em crianças com avanço da idade óssea, associada ao aumento da velocidade de crescimento, com manifestações de estatura final menor em relação ao previsto. Dessa forma, evidencia-se a possibilidade do uso do hormônio do crescimento como terapêutica, a fim de maximizar o ganho de estatura dessa criança. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar as diferentes formas de tratamento da puberdade precoce, fazendo ou não a associação do GH. **MÉTODOS:** A presente revisão qualitativa foi realizada entre os meses de fevereiro e junho de 2018, usando as bases de dados, o PubMed, o Medline e o Scielo, além de livros e sites que abordavam o tema. Os critérios de inclusão foram: publicados depois do ano 2000, nas línguas portuguesa, inglesa, espanhola e francesa, que abordaram o sexo feminino, trataram sobre infância e adolescência, alteração de estatura relacionada a puberdade precoce e discutiram formas de tratamento com GH. Os critérios de exclusão foram: publicados antes de 2000, em outros idiomas, relatos sobre sexo masculino ou síndromes, faixas etárias distintas, outras formas de alteração na estatura e de tratamento que não envolvem o GH. Foram selecionados 80 artigos, dos quais, foi utilizado 10 artigos como base para essa revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Há constantes discordâncias entre os autores dos artigos estudados e agências especializadas em saúde, a respeito da prescrição de GH em garotas com puberdade precoce, apontando a falta de estudos que padronizem e expliquem por meio de comprovações científicas o seu real impacto, para que, dessa forma, os tratamentos sejam efetuados da melhor maneira possível, visando resultados excepcionalmente satisfatórios. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do apresentado, é notório que ainda existem muitas discordâncias, tais com: ação do hormônio GH exógeno para ganho de estatura; quando iniciar o tratamento com GnRHα; e sobretudo, comprovação científica sobre a taxa de crescimento quando suplementa-se o tratamento tradicional com GH. No entanto, percebe-se que quando usado essa associação na prática, existe um ótimo resultado, no qual há ganho significativo de estatura ao comparar com casos da utilização exclusiva de GnRHα. Portanto, novos estudos são de suma importância para que essa associação possa ser usada com segurança e eficácia garantida, possibilitando um melhor resultado para essas garotas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:
[1] MACEDO, D.B.; CUKIER, P.; MENDONÇA, B.B.; LATRONICO, A.C.; BRITO, V.N. Avanços na etiologia, no diagnóstico e no tratamento da puberdade central. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 58, n. 2, p. 108-117, 2014.
[2] CHEN, M.; EUGSTER, E. A. Central Precocious Puberty: Update on Diagnosis and Treatment. **Pediatric Drugs**, v. 17, n. 4, p. 273-281, 2015. [3] AGUIAR, A. L.; SILVA, A. C. C.; FREITAS, I.; CRUZ, T.; RODRIGUES, M.; ADAN, L. F. Puberdade Precoce Central Idiopática em Meninas no Estado da Bahia. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 49, n. 4, p. 536-541, 2005. [4] MONTE, O.; LONGUI, C. A.; CALLIARI, L. E. P. Puberdade Precoce: dilemas no diagnóstico e tratamento. **Arq Bras Endocrinol Metabol**, v. 45, n. 4, p. 321-330, 2001. [5] MADEIRA, I. R. Puberdade Precoce. **Revista HUPE**, v. 15, n. 2, p. 155-162, 2016. [6] DEVESA, J.; ALMENGLÓ, C.; DEVESA, P. Multiple Effects of Growth Hormone in the Body: Is it Really the Hormone for Growth? **Clin Med Insights Endocrinol Diabetes**, v. 9, n. 3, p. 47-71, 2016.

Palavras-Chave: Puberdade Precoce, Hormônio Liberador de Gonadotrofinas, Hormônio do Crescimento
Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6-Medicina

CBS 129

TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS AO ENSINO DE PARASITOLOGIA PARA ALUNOS DE MEDICINA DA FAMINAS BH

Tayná Alessandra Bellintani Pompiani (taypompiani@gmail.com) ¹Taís Larissa Resende¹Maria Fernanda de Oliveira Filardi¹Daniela Camargos Costa²

¹ Graduandas do curso de Medicina FAMINAS BH, Minas Gerais Brasil ²Professora Titular FAMINAS BH, Minas Gerais, Brasil

APRESENTAÇÃO: O avanço tecnológico das últimas décadas aliado às modificações na sociedade contemporânea trouxeram novos desafios para o processo da prática de ensino-aprendizagem, com particular impacto na educação superior. O uso de ferramentas digitais e de metodologias ativas como estratégias de aprendizagem se fazem necessárias para instigar o papel do aluno enquanto protagonista do saber e propiciar maior fixação do conteúdo, trazendo impacto positivo no processo de conhecimento e da aprendizagem significativa. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma ferramenta didático-pedagógica em forma de plataforma digital aplicada durante às aulas práticas de Parasitologia, para alunos do terceiro período do curso de Medicina da FAMINAS BH, afim de uma maior participação por parte desses e sedimentação do conhecimento teórico na prática com o auxílio da tecnologia. **DESENVOLVIMENTO:** Estratégias digitais que proporcionem o protagonismo do estudante são fundamentais para a aprendizagem significativa e corroboram para um desempenho superior. Visto isso, diante dessa nova realidade associado a uma melhor adesão as aulas práticas, foi desenvolvido uma ferramenta didático-pedagógica, em forma de blog, que recebeu o nome de Parasitologia Aplicada, utilizando a plataforma de criação de sites Wix.com. Nele foram abordadas sete protozooses (Malária, Leishmanioses, Doença de Chagas, Toxoplasmose, Tricomoníase, Giardíase e Amebíase). Dessas doenças supracitadas, foram dissertados vários aspectos biológicos e clínicos como os principais aspectos, agente etiológicos, ciclo reprodutivo, sintomatologia e clínica esperada, profilaxia e outros pontos. Além disso, para enriquecer ainda mais tal ferramenta tecnológica, foram também disponibilizados dois casos clínicos elaborados com base na literatura médica e artigos científicos da área, para que possibilitasse uma maior discussão da teoria aplicada na realidade prática, já que os conteúdos desses casos envolvem outras áreas e disciplinas do curso. Para enriquecer a plataforma e deixa-la acessível foram também adicionadas imagens das principais formas evolutivas, utilizando o acervo já existente da FAMINAS BH, facilitando o estudo e possibilitando a estes reverem as lâminas e peças que foram trabalhadas durante a aula. A plataforma foi disponibilizada para as duas turmas, que cursavam a disciplina, durante os anos de 2018 e 2019, com o intuito que tais alunos acessassem o conteúdo antes da aula prática e trouxessem as resoluções dos casos clínicos, criando um momento de ampla discussão e de sanar eventuais dúvidas. Os alunos se demonstraram bastante satisfeitos com a estratégia tecnológica e apresentaram maior empenho, bem como maior facilidade na assimilação do conteúdo, o que refletiu positivamente nas notas, já que tinham livre acesso à plataforma. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, o uso da tecnologia como metodologia alternativa é essencial para complementar as aulas práticas, tornando a construção do conhecimento mais sólida e significativa, propiciando uma maior aplicação do que foi aprendido na realidade na qual estes alunos estão inseridos. **AGRADECIMENTO:** À FAMINAS BH pelo apoio concedido **BIBLIOGRAFIA:** MOREL, Carlos M. "Inovação em saúde e doenças negligenciadas." Cadernos de Saúde Pública 22 (2006): 1522-1523. Ministério de Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias: guia de bolso. 8a ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. RIEDNER, Daiani Damm Tonetto; PISCHETOLA Magda; Tecnologias Digitais no Ensino Superior: uma possibilidade de inovação das práticas? São Paulo: EDUCOM, 2016. Disponível em: <https://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/526>. Acesso em: 30 de Ago 2019.

Palavras chave: Educação médica; tecnologia digital; protozooses.

CBS 130

TRATAMENTO DA GESTANTE PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL CRÔNICA COM O USO DO CARVEDILOL

Thiago **DENONI** (IC – thiagodenoni@hotmail.com)¹, Pedro Henrique Novais **MACIEL** (IC)¹, Vitor Hugo Cardoso **MEIRELES**(IC)¹, Elba Cristina **CHAVES**(PQ)², Antônio Carlos Vieira **CABRAL**(PQ)³.

1. Discente de Medicina da Faminas-BH; 2. Professora da disciplina Legislação Médica na Faminas-BH e UNI-BH; 3. Professor da disciplina de Saúde da Mulher III na Faminas-BH. *Faculdade de Minas (FAMINAS-BH) Av. Cristiano Machado, 12001 – Vila Cloris Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CEP: 31744007*

INTRODUÇÃO: No Brasil a combinação de gravidez e hipertensão representa 9% de todas as gestações, sendo a Hipertensão Arterial Crônica (HAC) responsável por metade desses casos. Nesse sentido, o Colégio Americano de Ginecologia e Obstetrícia recomenda como primeira opção fármacos com ação beta bloqueadora e vasodilatadora por alfa bloqueio, uma vez que outras classes como inibidores da enzima conversora de angiotensina e bloqueadores dos receptores de angiotensina possuem efeitos teratogênicos comprovados. Estudos pioneiros com Carvedilol, em outras patologias cardiovasculares durante a gestação, revelaram resultados positivos estimulando assim novos trabalhos. Somado a isso, tem-se o respaldo da Food and Drug Association (FDA), que a classifica como uma droga C. O presente trabalho tem como objetivo avaliar a possibilidade de utilização deste fármaco em gestantes com HAC em Belo Horizonte, uma vez que a droga em questão é contemplada pelo Serviço Público de Saúde da cidade. **MÉTODOS:** O estudo, do tipo prospectivo e observacional, foi realizado na cidade de Belo Horizonte no setor de Gravidez de Alto Risco do Hospital Metropolitano Odilon Behrens. Fez-se uma coorte de 15 gestantes seguindo critérios de inclusão (ser portadora de HAC com diagnóstico prévio à gestação; estar no primeiro trimestre gestacional; concordar com o início da monoterapia com Carvedilol em substituição a qualquer outro hipotensor pregresso), e de exclusão (possuir função renal ou cardíaca alterada na avaliação admissional do estudo; presença de anomalia fetal comprovada ao ultrassom realizado na admissão do estudo). CAAE: 64125516.6.0000.5129. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Todos os 13 casos foram acompanhados até o momento da parturição e alta materna e neonatal. As doses diárias necessárias variaram de 12,5 a 25mg. Em todas as pacientes o controle pressórico foi satisfatório. Não foi necessário o uso de uma segunda droga em associação para o controle pressórico. Observou-se que nenhuma gestante apresentou efeitos colaterais com repercussão clínica significativa. Não foram observadas alterações cardíacas ou glicêmicas nos neonatos durante suas primeiras horas de vida. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O uso do Carvedilol como anti-hipertensivo durante a gestação apresenta vantagens que devem ser consideradas como: controle pressórico satisfatório; ausência de efeitos colaterais maternos e neonatais; fármaco acessível e liberado à comunidade. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo apoio concedido. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] Libhaber E, Sliwa K, Bachelier K, Lamont K, Böhm M. Low systolic blood pressure and high resting heart rate as predictors of outcome in patients with peripartum cardiomyopathy. *International Journal of Cardiology*, v.190, p. 376–382, 2015; [2] Kockova R, Svatunkova J, Novotny J, Hejnova L, Ostadal B, Sedmera D. Heart rate changes mediate the embryotoxic effect of antiarrhythmic drugs in the chick embryo. *Am J Physiol Heart Circ Physiol*, v. 304, p. H895–H902, 2013; [3] Fadol AP, Lech T, Bickford C, Yusuf SW - Pregnancy in a Patient With Cancer and Heart Failure: Challenges and Complexities. *J Adv Pract Oncol*, v.3, p.85–93, 2012; [4] Ellen W, Seely, Jeffrey E. Chronic Hypertension in Pregnancy. *N Engl J Med*, v. 365, p.439-46, 2011; [5] Blechman I, Arad M, Nussbaum T, Goldenberg I, Freimark D. Predictors and Outcome of Sustained Improvement in Left Ventricular Function in Dilated Cardiomyopathy. *Clin Cardiol*, v. 37, p. 687–692, 2014; [6] Diogo LN, Pereira SA, Nunes AR, Afonso RA, Santos A, Monteiro EC. Efficacy of carvedilol in reversing hypertension induced by chronic intermitente hypoxia in rats. *European Journal of Pharmacology*, v. 765, p. 58–67, 2015; e [7] Frishman WH, Elkayam U, Aronow WS. Cardiovascular Drugs in Pregnancy. *Cardiol Clin*, v. 30, p. 463–491, 2012.

Palavras-Chave: Gestação, Hipertensão Arterial, Carvedilol.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6-Medicina

CBS 131
TUMOR DE FIBROADENOMA DE MAMA: RELATO DE CASO

BAPTISTA, Rizza Chierici (IC- rizzabap@hotmail.com)¹; **PENEDO**, Mariana Moreira¹; **REZENDE**, Adymila Salim Moreira (PQ)²

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Os tumores benignos das mamas estão em torno de 20% das consultas em uma unidade especializada de patologia mamária [1]. A maior parte das lesões benignas desenvolve-se a partir de alterações do processo fisiológico evolutivo mamário. Os fibroadenomas (FA) são tumores fibroepiteliais benignos e correspondem a cerca de 90% das lesões sólidas desenvolvem-se a partir das diferentes estruturas lobulares da mama [2]. O desenvolvimento lobular é maior durante juventude, o que explica a maior frequência desse tumor até a quarta década de vida [3]. Em mulheres pós menopausa, a ocorrência fibroadenomas é rara [1]. O fibroadenoma corresponde à proliferação dos tecidos mesenquimais e epiteliais das mamas e tem como característica ser um tumor bifásico raramente está associado ao desenvolvimento de uma neoplasia [4]. Aparecem como lesões bem circunscritas, elásticas e móveis, mais frequentemente localizadas no quadrante superior externo da mama [5]. Seu diagnóstico pode ser feito clinicamente, por exame físico, e por métodos de imagem, como a ultra-sonografia e a mamografia. A ultrassonografia é o exame de escolha para o diagnóstico diferencial das massas mamárias em mulheres jovens devido à quantidade de tecido fibroso nessa idade ser extenso e com isso a mamografia não é útil [2]. O diagnóstico definitivo é o histopatológico [5].

DESENVOLVIMENTO: Paciente M.M.P, feminina, 26 anos, branca, solteira. Negou antecedentes familiares de câncer de mama. Encaminhou-se a uma consulta ginecológica relatando que havia percebido um nódulo em sua mama direita, há 1 mês. Ao exame clínico, negou dor à palpação, retrações, sinais de inflamação e expressão papilar. Realizou ultrassonografia ao qual apresentou nódulo na mama direita, de característica hipocogênica, com limites regulares, diâmetro transverso maior que o posterior, medindo 13,8 x 6,9 mm. Localizado na união dos quadrantes superiores direito, periareolar, classificação ACR BI-RADS: 3. Em consulta com mastologista, realizou biópsia por agulha grossa (Core Biopsy) com o laudo anatomopatológico de fibroadenoma. Após reavaliação, não houve indicação para cirurgia, apenas acompanhamento do tumor de 6 em 6 meses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os nódulos mamários benignos compõem a grande maioria das queixas mamárias no dia-a-dia do ginecologista. É de suma importância a distinção com acurácia, para evitar iatrogenias. Por meio dos métodos diagnósticos atuais, seja por mamografia, ultrassonografia, citologia ou biópsia com agulha grossa, pode-se propor com segurança o acompanhamento clínico da grande maioria destas afecções e indicar com precisão os casos que deverão ser retirados cirurgicamente. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e à professora Adymila Salim Moreira de Rezende por todo apoio. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MARREROS GRADOS, Jesús Ernesto; CONTRERAS CARRILLO, Hugo Manuel; GARCÍA BERNAL, Luis. Patología benigna mamaria en pacientes del Servicio de Ginecología Oncológica del Hospital Nacional Arzobispo Loayza. **Revista Peruana de Ginecología y Obstetricia**, v. 59, n. 3, p. 157-160, 2013. [2] MENÉNDEZ, Marcela et al. Evolución inusual de fibroadenomas mamarios múltiples en adolescente con metrorragia disfuncional. **Revista chilena de obstetricia y ginecología**, v. 79, n. 3, p. 193-198, 2014. [3] DE LOURDES OSHIRO, Maria et al. Câncer de mama avançado como evento sentinela para avaliação do programa de detecção precoce do câncer de mama no centro-oeste do Brasil. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 60, n. 1, p. 15-23, 2014. [4] DURRUTY VENERO, Dayami; RODRÍGUEZ MARZO, Iris; NEYRA BARROS, Rafael Manuel. Carcinoma lobulillar in situ en una paciente con fibroadenoma mamario. **MediSan**, v. 19, n. 11, p. 1359-1362, 2015. [5] NAZÁRIO, Afonso Celso Pinto et al. Múltiplos fibroadenomas bilaterais após transplante renal e imunossupressão com ciclosporina A. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetricia**, 2007.

Palavras Chave: Tumor, fibroadenoma, mama.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 132

ULTRASSONOGRRAFIA DE PRIMEIRO TRIMESTRE: ABORDAGEM BIOÉTICA PÓS-DIAGNÓSTICO

Lara Marzano **SILVA** (lamarzano@gmail.com)¹, Ana Clara Miranda **SARAIVA** (anaclaram.saraiva@hotmail.com)¹, Gabriella Rocha **VILELA** (gabriellavilela09@gmail.com)¹, Isabella Vilaça de Oliveira **MELO** (bellamelo97@gmail.com)¹, José Helvécio Kalil de **SOUZA**² e Antônio Carlos Vieira **CABRAL**³

1. Acadêmicos de Medicina; 2. Professor Doutor do curso de Medicina da Faculdade de Minas BH; 3. Professor Doutor e Coordenador do curso de Medicina da Faculdade de Minas BH
Faculdade de Minas de Belo Horizonte – FAMINAS-BH – BELO HORIZONTE 31744-007 – Belo Horizonte-MG

APRESENTAÇÃO: As técnicas que englobam os exames de imagem morfológicos do primeiro trimestre da gestação se desenvolveram nos últimos anos para detecção precoce de cromossomopatias e malformações fetais. Essas técnicas impactam nos marcadores de qualidade de assistência, representados pela mortalidade infantil, neonatal tardia e precoce e no ciclo gravídico puerperal. Tendo em vista a contribuição diagnóstica que essas técnicas proporcionam, em principal a ultrassonografia, é preciso realizar a avaliação da acuidade de cada uma, a fim de possibilitar a determinação da interrupção ou não da gravidez. A ultrassonografia morfológica do primeiro trimestre consiste em um estudo precoce da gestação e pode ser realizada entre a 4ª e 14ª semanas, contando a partir da data da última menstruação. Para isso, utiliza-se a ultrassonografia bidimensional, associada à tridimensional, por via abdominal e endovaginal em tempo real e escala de cinzas. Esse exame é considerado não invasivo, de baixo custo e que não expõe a paciente e o feto a riscos até então descritos. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é realizar um levantamento bibliográfico acerca da utilização da ultrassonografia morfológica precoce, de suas indicações e dos aspectos positivos e negativos desse teste diagnóstico em gestantes. Ademais, buscou-se apresentar possíveis impactos dos resultados do exame nas decisões tomadas pela gestante e na abordagem de cada caso, principalmente no que diz respeito à cromossomopatias e malformações fetais. Associado a isso, foram analisadas questões que permeiam a Constituição Brasileira quanto ao abortamento. **DESENVOLVIMENTO:** Foi realizada pesquisa bibliográfica nas bases de dados Lattes, Google Acadêmico, PubMed e Scielo, utilizando os descritores “Ultrassonografia Morfologia”, “Embriologia”, “Malformações Fetais”, “Cromossomopatias” para artigos nacionais e internacionais. Foram analisados 26 artigos nacionais publicados entre os anos de 1992-2018, além de livros de grande relevância acadêmica, como “Noções básicas de obstetrícia” de Correia et. al. e “Ginecologia e Obstetrícia” de Falcão Junior et. al.. O critério para a exclusão de artigos envolveu aqueles que contextualizavam o tema de forma branda e publicados anteriormente a 1998. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A ultrassonografia morfológica é um método para o acompanhamento da saúde gestacional e diagnóstico precoce de anomalias fetais. O aprimoramento da técnica proporcionou maior adesão pelos médicos e pacientes devido a eficácia do rastreamento de anomalias fetais. O diagnóstico precoce de malformações implica na conduta do médico diante da paciente, o que interfere significativamente no prognóstico perinatal. Isso inclui uma melhor orientação em casos de doença, proporcionando assistência aos familiares e ao feto. Ademais, o tema é relevante no que se refere aos aspectos éticos, uma vez que o aborto não é um assunto consensual na legislação de diversos países, evidenciando uma constante divergência política, religiosa e científica sobre o tema. Sendo assim, o rastreamento possibilita a melhor tomada de decisão médica e dos pais: a interrupção ou não da gestação, bem como a orientação familiar e assistência ao feto. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e aos professores José Helvécio Kalil de Souza e Antônio Carlos Vieira Cabral pela orientação concedida ao desenvolvimento do presente artigo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Falcão Júnior JOA. Ginecologia e Obstetrícia: Assistência Primária e Saúde da Família. 1ª ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2017. [2] Correa M. Noções práticas de obstetrícia, 19º Ed. Rio de Janeiro: Coopmed; 2011. [3] Nicolaidis KH. Screening for fetal aneuploidies at 11 to 13 weeks. Prenat Diagn. Medline 2011; 31(1):7-15.

Palavras-chave: ultrassonografia, morfológica, precoce, aborto, bioética

Ciências da Saúde (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 133

USO DA RADIOTERAPIA PALIATIVA NO SANGRAMENTO ANORMAL POR NEOPLASIA DE COLO UTERINO

Rubens Lopes **OLIVEIRA**¹ (IC – rubenslop29@yahoo.com.br), Eduardo Melado de Souza **COELHO** (IC)¹, Andressa Chaves **CASSOLI** (IC)² e Flavia Elisa **PEDROSA** (PQ)³

¹ Aluno de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS; ² Aluno de Medicina Instituto Metropolitano de Ensino Superior (UNIVAÇO); ³ Médica e Professora Centro Universitário UNIFAMINAS Centro Universitário UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Existem diversas terminologias utilizadas para descrever um sangramento uterino anormal, uma delas é a metrorragia, que é o sangramento uterino que ocorre fora do período menstrual. A importância deste estudo se deve pelo desafio que é descobrir e tratar as etiologias que podem vir a causar a metrorragia recorrente no atendimento hospitalar, devido principalmente ao desconhecimento da história ginecológica. **RELATO DE CASO:** Paciente sexo feminino, 34 anos, G2P2A0, deu entrada em hospital queixando de sangramento vaginal importante há 7 dias. Em uso de Depoprovera. Relata última colpocitologia oncótica há 5 meses, sem alteração. Ao toque vaginal: presença de sangramento vaginal leve, lesão em colo de útero exofítica medindo 6cm e paramétrios livres. Foi realizado Biópsia de colo uterino, Hemograma, tampão vaginal e receitado ácido tranexâmico. Hemograma: Hb 6,2; Ht 19,6; LT 15430; Pqt 378.000. Prescrito 600ml de concentrado de hemácias, paciente estável hemodinamicamente foi orientada e teve alta hospitalar. Foi readmitida, com quadro de síncope e novo episódio de metrorragia. Novo hemograma: Hb 6,4; Ht 19,1; LT 11680; Pqt 209.000. Prescrito 600ml de concentrado de hemácias e novo tampão vaginal. Resultado da Biopsia: carcinoma de células escamosas moderadamente diferenciado, invasor. Foi solicitado Ressonância magnética de pelve e USG abdominal para definir conduta (radioterapia paliativa ou curativa com concomitância). Paciente apresentou quadro de fraqueza, PA 111x67mmhg, presença de coágulos em forro vaginal, foi realizado acesso venoso e novo tampão vaginal. US abdominal: massa em colo uterino, medindo 7,6x4,5cm; Linfonodomegalias em cadeias ilíacas bilateralmente. Foi realizado nova hemotransfusão. Paciente apresentou novo episódio de metrorragia, fraqueza, PA 80x40mmhg, foi ofertado mais 2 bolsas de concentrado de hemácias. Novo hemograma: Hb 5,9; Ht 17,4; LT 14330; Pqt 126.000, sendo realizada mais 3 hemotransfusões. Foi realizado estadiamento, T2 N1 M0. Devido a não possibilidade cirúrgica e recesso de serviço, optaram por realizar 8GY com planejamento convencional. Novo hemograma foi realizado, sem alterações. Posteriormente paciente foi encaminhada para o setor de oncologia para reavaliar resposta e dar continuidade no tratamento. **DISCUSSÃO:** A radioterapia com finalidade paliativa pode ser utilizada nesses casos em que tumores primários avançados ou recorrentes provocam sangramentos recorrentes. No caso acima, fica evidente a melhora hemodinâmica da paciente após o procedimento e consequentemente cessamento de perda sanguínea. **CONCLUSÃO:** O tratamento de metrorragias volumosas recorrentes é um desafio para a ginecologia. Ao se deparar com esta situação, deve-se realizar exame ginecológico, solicitar ultrassonografia, ressonância magnética e tomografia computadorizada, pensando principalmente em tumores malignos e benignos. Após realizar o diagnóstico, instituir tratamento medicamentoso e cirúrgico conforme indicação e estadiamento tumoral. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BEREK, Jonathan S. **Tratado de Ginecologia Berek & Novak**. 14 ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2008. [2] **Ginecologia de Williams**. 2 edição. Artmed. 2012. [3] BEREK, J. & NOVAK, S. **Tratado de Ginecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. [4] Comissões Nacionais Especializadas de Ginecologia e Obstetrícia. Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia – **Manual de Orientação: Ginecologia Oncológica**, Rio de Janeiro, 2010.

Palavras-chave: radioterapia paliativa, sangramento uterino anormal, neoplasia de colo de útero.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 Medicina

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.01.15-0 Ginecologia e Obstetrícia

CBS 134

USO DE POLIMEDICAÇÃO EM IDOSOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

Victória L. C. NARDE (victorialuisa98@gmail.com); Soraya L. C. S. LOURES
(soraya.silva@unifaminas.edu.br).

1. Curso de Enfermagem; 2. Graduanda Faculdade de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG - 2019.

A polifarmácia - também chamada de polimedicação - e idosos tem sido uma combinação perigosa. As reações adversas e interações medicamentosas desencadeadas por essa prática são constantemente dadas como graves [1] e uma das principais razões para internação entre essa faixa, influenciando não só a saúde do idoso em sua particularidade, mas também os gastos públicos com internações já que esse público constitui a maior demanda de serviços de saúde [2]. Quanto ao papel da enfermagem no conhecimento da polifarmácia, uma das principais atribuições desta prática se deve a administração de medicamentos, não sendo apenas uma tarefa mecânica, mas que exige conhecimento científico, pensamento crítico e grande responsabilidade ético-jurídica e moral, já que a prescrição se concretiza por meio do enfermeiro [3]. Este trabalho trata-se um estudo epidemiológico de caráter quantitativo, descritivo, observacional que teve como objetivo coletar dados de uma instituição de longa permanência quanto à prevalência da utilização de polimedicação em idosos, destacando seus perfis sócio-demográficos e os medicamentos mais utilizados, assim foi possível influenciar de forma positiva quanto à conscientização do uso correto de medicamentos, além da constatação de que a polifarmácia é uma realidade nesta instituição. Os dados foram fornecidos pela instituição, a população atendida é composta essencialmente de idosos entre 61 a 94 anos residentes da instituição escolhida. Os dados são referentes à sexo, cor, escolaridade, se o ingresso foi ou não por ação judicial e medicações utilizadas pelos residentes. Para análise dos dados foi utilizada estatística descritiva com cálculos das frequências absoluta e relativa. Após a análise dos dados foi constatada a alta prevalência da polifarmácia nos idosos desta instituição destacando a porcentagem dos usuários e seus perfis sócio-demográficos, sendo mais comum em mulheres, pardas ou negras, alfabetizadas, também sendo muito prevalente em idosos residentes por ação judicial. Além disso, foi concluído que o estudo da prevalência da polifarmácia e o impacto do seu combate não influenciaria somente no âmbito individual, mas resultaria na redução de internações de idosos a nível nacional impactando diretamente nos recursos gastos pelo Sistema Único de Saúde, diminuindo despesas que poderiam ser evitadas dando a oportunidade de melhor alocação desse capital e otimizando o sistema de saúde. **REFERÊNCIAS:** [1] NASCIMENTO et al. Polifarmácia: uma realidade na atenção primária do Sistema Único de Saúde. Rev Saúde Publica. Vol 51, pag 1-12, Supl 2:19s. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51s2/pt_0034-8910-rsp-S1518-51-s2-87872017051007136.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2019. [2] UNIMEDBH. Síndromes geriátricas I : Incapacidade cognitiva e iatrogenia. Sessões em rede. Minas gerais: Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://acoesunimedbh.com.br/sessoesclinicas/wordpress_new/wp-content/uploads/2014/08/Sindromes-Geriatricas-I.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2019. [3] COIMBRA, J.A.; CASSIANE, S.H. Responsabilidade da enfermagem na administração de medicamentos: algumas reflexões para uma prática segura com qualidade de assistência. Rev Latino-am Enfermagem. ed 9, n. 2, pag 56-60, março 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n2/11515.pdf>>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

CBS 135

USO DE POLIMEDICAÇÃO EM IDOSOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

Victória L. C. **NARDE** (victorialuisa98@gmail.com); Soraya L. C. S. **LOURES**
(soraya.silva@unifaminas.edu.br).

1. Curso de Enfermagem; 2. Graduanda Faculdade de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG - 2019.

A polifarmácia - também chamada de polimedicação - e idosos tem sido uma combinação perigosa. As reações adversas e interações medicamentosas desencadeadas por essa prática são constantemente dadas como graves [1] e uma das principais razões para internação entre essa faixa, influenciando não só a saúde do idoso em sua particularidade, mas também os gastos públicos com internações já que esse público constitui a maior demanda de serviços de saúde [2]. Quanto ao papel da enfermagem no conhecimento da polifarmácia, uma das principais atribuições desta prática se deve a administração de medicamentos, não sendo apenas uma tarefa mecânica, mas que exige conhecimento científico, pensamento crítico e grande responsabilidade ético-jurídica e moral, já que a prescrição se concretiza por meio do enfermeiro [3]. Este trabalho trata-se um estudo epidemiológico de caráter quantitativo, descritivo, observacional que teve como objetivo coletar dados de uma instituição de longa permanência quanto à prevalência da utilização de polimedicação em idosos, destacando seus perfis sócio-demográficos e os medicamentos mais utilizados, assim foi possível influenciar de forma positiva quanto à conscientização do uso correto de medicamentos, além da constatação de que a polifarmácia é uma realidade nesta instituição. Os dados foram fornecidos pela instituição, a população atendida é composta essencialmente de idosos entre 61 a 94 anos residentes da instituição escolhida. Os dados são referentes à sexo, cor, escolaridade, se o ingresso foi ou não por ação judicial e medicações utilizadas pelos residentes. Para análise dos dados foi utilizada estatística descritiva com cálculos das frequências absoluta e relativa. Após a análise dos dados foi constatada a alta prevalência da polifarmácia nos idosos desta instituição destacando a porcentagem dos usuários e seus perfis sócio-demográficos, sendo mais comum em mulheres, pardas ou negras, alfabetizadas, também sendo muito prevalente em idosos residentes por ação judicial. Além disso, foi concluído que o estudo da prevalência da polifarmácia e o impacto do seu combate não influenciaria somente no âmbito individual, mas resultaria na redução de internações de idosos a nível nacional impactando diretamente nos recursos gastos pelo Sistema Único de Saúde, diminuindo despesas que poderiam ser evitadas dando a oportunidade de melhor alocação desse capital e otimizando o sistema de saúde. **REFERÊNCIAS:** [1] NASCIMENTO et al. Polifarmácia: uma realidade na atenção primária do Sistema Único de Saúde. Rev Saúde Publica. Vol 51, pag 1-12, Supl 2:19s. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51s2/pt_0034-8910-rsp-S1518-51-s2-87872017051007136.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2019. [2] UNIMEDBH. Síndromes geriátricas I : Incapacidade cognitiva e iatrogenia. Sessões em rede. Minas gerais: Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://acoesunimedbh.com.br/sexoesclinicas/wordpress_new/wp-content/uploads/2014/08/Sindromes-Geriatricas-I.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2019. [3] COIMBRA, J.A.; CASSIANE, S.H. Responsabilidade da enfermagem na administração de medicamentos: algumas reflexões para uma prática segura com qualidade de assistência. Rev Latino-am Enfermagem. ed 9, n. 2, pag 56-60, março 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n2/11515.pdf>>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

CBS 136

USO E LIMITAÇÕES DA INSULINA INALÁVEL

Ana Cristina Mendes **Pereira** (tynamendes93@gmail.com)¹, Bruna Gonçalves **Antunes**¹, Ana Flávia Santos **Almeida**²

1. Discente do Curso de Medicina da FAMINAS-BH; 2. Docente da FAMINAS-BH. *Faculdade de Minas (FAMINAS-BH) Av. Cristiano Machado, 12001 – Vila Clóris Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CEP: 31744-007*

APRESENTAÇÃO: A Diabetes Mellitus (DM) é uma doença caracterizada pela hiperglicemia crônica que a longo prazo promove lesões em órgãos alvo. Os principais sintomas que o paciente apresenta são perda de peso, glicosúria, noctúria, polidipsia, polifagia e perda da sensibilidade nas mãos e nos pés. Atualmente 13 milhões de brasileiros apresentam essa doença sendo que o Brasil ocupa a 4^a posição no ranking mundial. Adicionalmente, o percentual de casos de DM aumentou de 5,5% para 8,9% nos últimos anos, segundo dados divulgados pela Sociedade Brasileira de Diabetes. **DESENVOLVIMENTO:** Os objetivos do tratamento da DM visam o controle do nível glicêmico e a diminuição dos riscos de complicações, proporcionando uma melhora na qualidade de vida dos pacientes. Nesse sentido, os hipoglicemiantes orais bem como a insulina tem sido utilizados neste tratamento; entretanto, a principal via de administração da insulina é a subcutânea, o que compromete a adesão ao mesmo. Em junho de 2019 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) liberou a comercialização da insulina administrada através da via inalatória. Nesse âmbito, a via inalatória apresenta uma grande vantagem, visto que o procedimento não é invasivo comparado a via subcutânea o que pode significar um aumento na adesão pelos pacientes. Além disso, foi demonstrado que a insulina inalável é absorvida rapidamente pela corrente sanguínea e começa a agir em aproximadamente 10 minutos, ou seja, essa insulina age mais rápido do que as insulinas rápidas que são disponíveis no mercado. Devido a via de administração, a insulina inalável é contraindicada à pacientes asmáticos, que possuam a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica ou fibrose pulmonar e pacientes tabagistas. Por se tratar de uma nova forma farmacêutica, é necessário a condução de estudos a longo prazo, já que há riscos de comprometimento da vasculatura e da arquitetura pulmonar. Cabe ressaltar que os estudos até o momento foram realizados em indivíduos maiores de dezoito anos, não sendo investigado o potencial terapêutico da insulina inalável em uma faixa etária mais jovem. A insulina inalável de ação rápida liberada para comercialização no Brasil é a Afrezza®, composta por insulina humana recombinante que é administrada através de um dispositivo inalador. Essa insulina ainda é usada como suplemento, em razão da necessidade de utilização da insulina regular ou de hipoglicemiantes orais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, nota-se que esta nova via insulínica pode propiciar impactos positivos no cotidiano de milhares de pacientes diabéticos, visto que aumenta a adesão ao tratamento e melhora os níveis glicêmicos de forma mais abrangente e em menor tempo comparado as outras vias. Todavia, essa insulina inalatória tem um valor de custo benefício mais alto, por isso, será mais difícil alcançar um público com baixa renda econômica, além de áreas remotas, já que o cenário atual da saúde pública é precário em várias regiões do país. Adicionalmente, maiores estudos comprobatórios sobre eficácia e segurança dessa nova via de administração devem ser conduzidos, uma vez que a DM descontrolada está associada a diversas comorbidades, como dislipidemias e complicações cardiovasculares. Ademais, os impactos promovidos pela introdução dessa insulina na vida de pacientes que já utilizavam outras vias de administração e os gastos econômicos gerados devem ser avaliados. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** 1- Câmara, Renata de Carvalho; Maciel, Thais Amaro Castro; Corralo, Giovanna Carolina de Melo Bertozzi; Aprahamian, Ivan - Insulina inalatória. *Perspectivas Médicas*, vol. 17, 2006, pp. 48-50 2- Afrezza – ANVISA. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/informacoes>. Acesso em 23/08/19. 3- Sociedade Brasileira de Diabetes. *CONDUTA TERAPÊUTICA NO DIABETES TIPO 2: ALGORITMO*. SBD 2019. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br>. Acesso em 23/08/19. 4- Goodman & Gilman. *As Bases Farmacológicas da Terapêutica*. 12^a edição. 2012. Mc Graw Hill. **AGRADECIMENTO:** FAMINAS.

Palavras-chave: diabetes mellitus, insulina inalável, vias de administração

CBS 137

USO INDEVIDO DE BENZODIAZEPÍNICOS PELA POPULAÇÃO DO BAIRRO DE JOANÓPOLIS/MURIAÉ-MG

Júlia Pinheiro de Carvalho **CARNEIRO**, Raíssa Maria **MARTINS**, Alexandre Horácio Couto **BITENCOURT**

1- Curso de Medicina – UNIFAMINAS MURIAÉ, Professor UNIFAMINAS

INTRODUÇÃO: O presente trabalho tem como objetivo verificar o uso indevido de medicamentos da classe dos benzodiazepínicos. Tal estudo se faz necessário diante da grande procura desses medicamentos que tem acontecido atualmente. Visto que, muitas vezes, eles são utilizados inadequadamente e podem desencadear efeitos colaterais. **METODOLOGIA** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva baseada, inicialmente, na aplicação de um questionário, na análise dos dados coletados a partir desse e, posteriormente, na organização de uma palestra informativa voltada para os pontos mais recorrentes presentes nele e para sanar dúvidas da população. **RESULTADOS E DISCUSSÕES** Foram entrevistadas um total de 29 pessoas de diferentes faixas etárias e sexo, sendo 4 homens e 25 mulheres com idades entre 22 e 72 anos, todas elas residentes no bairro de Joanópolis (Muriaé-MG). Entre esses indivíduos, 17 alegaram não fazer o uso de nenhum medicamento da classe dos benzodiazepínicos e 12 responderam que utilizam, detalhando, no questionário aplicado, além de informações de sexo e idade, o nome do remédio, tempo de uso, finalidade e quem recomendou a sua utilização. Em suma, dos 12 usuários das medicações da classe dos benzodiazepínicos, 3 fazem o consumo por 10 anos ou mais, 5 os utilizam por 5 a 9 anos, 1 por um período de 2 anos, 1 por um intervalo de 6 meses e 2 por uma faixa de 2 meses. Entre as buscas mais frequentes estão, respectivamente, as funções hipnótica/sedativa, ansiolítica, antidepressivas e miorelaxantes. Além disso, foi possível analisar que a fórmula mais prevalente é o Clonazepam (Rivotril) (7), seguido por Diazepam (Valium) (3) e o Alprazolam (Frontal) (2). Nesse viés, 2 indivíduos relataram utilizar tais medicamentos sem a prescrição médica, em contrapartida, os outros 10 possuem tal orientação contrapartida, os outros 10 possuem tal orientação. Dessa forma, confirmou-se o uso indevido de benzodiazepínicos, principalmente, com consumo por períodos de tempo extremamente longos. Os motivos de uso mais prevalentes se relacionam à insônia, à ansiedade, à depressão e ao estresse, utilizados para auxiliar na resolução de problemas cotidianos. Tal quadro é agravado pela facilidade de renovação de receitas e pela popularização desses medicamentos. Muitas vezes, compartilhados e indicados entre familiares, amigos e vizinhos, propiciando a ocorrência da automedicação. **Considerações Finais** Foi possível verificar que, assim como os referenciais teóricos descreveram em outras localidades, a população residente no bairro de Joanópolis faz o uso dos benzodiazepínicos de forma inapropriada. Confirmou-se que a maior parte dos 12 entrevistados que relataram usar BZD utilizavam a medicação por períodos prolongados, contrariando o que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, muitos pacientes desconhecem a existência do atendimento psicológico que é ofertado no Núcleo de Apoio à Saúde da Família ou mesmo conhecendo ainda se mostram resistentes a procurá-lo. **Referências bibliográficas** 1. ALVARENGA, Jussara Mendonça et al. Uso de benzodiazepínicos entre idosos: o alívio de “jogar água no fogo”, não pensar e dormir. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, [s.l.], v.18, n.2, p.249-258, jun. 2015. Fap UNIFESP (SciELO). 2. ABI-ACKEL, Mariza Miranda et al. Uso de psicofármacos entre idosos residentes em comunidade: prevalência e fatores associados. Revista Brasileira de Epidemiologia, [s.l.], v.20, n.1, p. 57-69, mar.2017. Fap UNIFESP (SciELO). 3. LOPES, Lázara Montezano et al. Utilização de medicamentos potencialmente inapropriados por idosos em domicílio. Ciência & Saúde Coletiva [s.l.], v.21, n.11, p.3429-3438, nov. 2016. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.4>. 4. NALOTO, Daniele Cristina Comino et al. Prescrição de benzodiazepínicos para adultos e idosos de um ambulatório de saúde mental. Revista Ciência & Saúde Coletiva, SOROCABA- SP, p.1267-1276, 15 ago. 2015. 5. COSTA, Sérgio Henrique Nascente et al. Prevalência do uso de drogas psicotrópicas em unidades da polícia militar. Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v.20, n.6, p.1843-1849, jun.2015. Fap UNIFESP (SciELO). [Http://dx.doi.org](http://dx.doi.org).

PALAVRAS-CHAVE: Saude coletiva, Muriaé, Benzodiazepínicos

CBS 138

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DA PREDOMINÂNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

TEIXEIRA, Mansi Peres (IC – mansiperes@gmail.com)¹; **ANDRÉ**, Maria Isabella de Mattos (IC)¹; **PAULA**, Lays Teixeira de (IC)¹; **FERREIRA**, Maria Clara Lopes (IC)¹ **GUEDES**, Juliana Barroso **RODRIGUES** (PQ)²

1. Acadêmicos do curso de Medicina no Centro Universitário Unifaminas Muriaé; Professora orientadora. Centro Universitário Unifaminas 36880-000 - Muriaé

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é definida como “o uso intencional de força física ou poder ameaçador, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mal desenvolvimento ou privação”. Entre os diversos tipos de violência, a doméstica é bastante freqüente e, há séculos, se faz presente na sociedade patriarcal brasileira, criando vítimas que, na maioria das vezes, são do sexo feminino [2]. Ademais, o prejuízo no desenvolvimento infanto-juvenil, ao conviver com as agressões, e nas relações familiares é nítido e recorrente devido ao receio, por parte da vítima, de denunciar o agressor [3]. Entretanto, em 07/08/2006 foi sancionada a lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), a qual cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de abranger a violência física, assim como a psicológica, sexual, patrimonial e moral [4]. Dessa forma, vê-se que esse tipo de violência é institucionalizado e precisa ser combatido [1]. O objetivo do presente estudo consiste em determinar a prevalência da violência doméstica de acordo com o local de ocorrência no estado de Minas Gerais. **METODOLOGIA:** O levantamento bibliográfico foi conduzido nas bases de dados Scielo e PubMed, com artigos publicados entre os anos 2003 e 2015. Para a pesquisa no estado de Minas Gerais, foram utilizados dados disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), por meio do acesso ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), restringindo ao ano de 2016. **RESULTADOS:** Ao relacionar os casos de violência doméstica ao local de ocorrência, aproximadamente, 65% ocorrem em âmbito residencial. Dentre esses casos, o tipo de violência mais prevalente é a psicológica/moral, responsável por 32% das agressões. Dos 38.798 casos notificados, cerca de 74,3% representam o sexo feminino como vítima e 25,6%, o sexo masculino. **CONCLUSÃO:** Diante dos dados obtidos, pode-se observar a alta prevalência da violência doméstica no estado de Minas Gerais. A taxa de agressão praticada em residências apresentou o índice mais elevado, sobretudo devido à ausência de testemunhas, contabilizando mais da metade dos casos por local de ocorrência. Fica evidente, ainda, que a violência contra a mulher é substancialmente maior quando comparada ao homem, visto que o tabu de sexo frágil e submissão feminina ainda é bastante marcante, sendo a violência psicológica/moral a forma mais prevalente. Apesar dos avanços alcançados pelo sistema de saúde na informatização, destaca-se a elevada taxa de notificações dos casos de violência, embora muitos casos não sejam denunciados. Dessa forma, espera-se que o assunto abordado possua mais enfoque no que diz respeito à promoção da saúde e manutenção da qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, Porto Alegre, v. 3, n. 18, p.691-700, 2003. [2] FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: REALIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. *Psicologia & Sociedade*, João Pessoa, v. 2, n. 24, p.307-314, 2012. [3] LUZ, **Jessica Paloma Neckel**. Mulher e história: A luta contra a violência doméstica. *Santa Catarina: São Lourenço do Oeste*, 2015. [4] BRASIL. Constituição (1988). Decreto nº 13827, de 13 de maio de 2019. **Lex:** Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 07 agosto 2006.

Palavras-chave: indicadores de agressão; tipos de violência; subnotificação de denúncias.

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

CBS 139

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL - DESAFIOS ENCONTRADOS PELAS GESTANTES

Letícia **COSTA** (IC - leleecosta@hotmail.com)¹; Júlia Marques **VIEIRA** (IC)¹; Maiara Peixoto **PAIVA** (IC)¹; Gustavo Vinícius Jadir **REIS** (IC)¹; Sabrina Sthefany Meireles **ARAUJO** (IC)¹; José Helvécio Kalil de **SOUZA** (PQ)²;

1- Curso de Medicina - Faculdade de Minas FAMINAS BH 2- Professor do curso de medicina - Faculdade de Minas FAMINAS BH

APRESENTAÇÃO: O parto é um dos momentos mais importantes na vida de uma mulher e de sua família, ao fornecer informações qualificadas e ao informá-la sobre os riscos que podem ser gerados em decorrência de um procedimento cirúrgico, a mulher estará mais segura na decisão em relação ao seu parto, escolhendo o melhor para a sua saúde e a de seu bebê. A violência obstétrica é ainda um tema pouco abordado no Brasil, mas muito recorrente e, segundo informações do Ministério Público de São Paulo, a obstetria é mundialmente uma das áreas médicas com o maior número de infrações, sendo este portanto um estudo descritivo com abordagem qualitativa, que objetiva retratar exemplos de violência obstétrica no pré-parto e parto, no contexto atual de assistência à saúde da mulher no período fértil. **DESENVOLVIMENTO:** Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996), violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Nesse contexto, destaca-se a violência obstétrica como um tipo específico de violência contra a mulher, em que se tem a violação dos direitos das mulheres grávidas em processo de parto, com perda da autonomia e decisão sobre seus corpos. Atitudes consideradas invasivas e danosas as mulheres as quais serão descritas nessa apresentação como episiotomia, indução de parto com medicações, Manobras de Kristeller, falta de esclarecimento, dentre outras, sendo brevemente explicadas nesse resumo. Episiotomia se trata de uma incisão cirúrgica realizada no períneo da mulher no momento da expulsão, sendo realizada sem indicação podendo afetar estruturas do períneo como músculos, vasos sanguíneos e tendões. A Indução do parto com ocitocina sem indicação promove contrações frequentes e/ou prolongadas podem cursar com hipoxemia e acidemia fetal, descolamento prematuro de placenta, tocotraumatismo. Já a Manobra de Kristeller enquadra-se como violência obstétrica, uma vez que durante o trabalho de parto, no momento da expulsão, uma ou mais enfermeiras, realizam uma forte pressão com o antebraço ou com ambas as mãos sobre o abdome da gestante, com o objetivo de encurtar a duração da expulsão. Entretanto, essa manobra cursa com riscos aumentados de hemorragias, traumatismo nos bebês, desprendimento prematuro da placenta e aumento do risco do descolamento do períneo ou da vagina. Ademais, ocorrem restrições com relação as posições no parto e no local do parto, bem como restrição de alimentação e hidratação, falta de esclarecimento e consentimento da paciente: omitir informações, não informar sobre os procedimentos realizados e não negociar com a paciente a realização desses procedimentos, viola os seus direitos e nega sua autonomia. E por fim há também o descumprimento da Lei do Acompanhante que garante à gestante a presença de uma pessoa de sua confiança durante todo o procedimento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nesse cenário, vê-se a necessidade de promover um entorno de saúde mais adequado tanto para as usuárias como para os profissionais, no qual os procedimentos sejam mais regularizados, claros e organizados, e propiciem um ambiente mais seguro. Ademais, é impreterível que o governo e os profissionais da saúde trabalhem com a comunicação, permitindo que as pacientes tenham total confiança e conhecimento dos procedimentos em que serão submetidas. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela oportunidade e realização deste trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** Código de Ética Médica. Resolução CFM nº 1246/88. Rio de Janeiro, Idéia & Produções, 1988. DONNANGELO, Maria Cecília F. Medicina e Sociedade. ZANARDO, G. L. D. P.; URIBE, Magaly Calderón; HABIGZANG, A. H. R. D. N. E. L. F. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA. **Psicologia & Sociedade**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil, v. 29, n. 2, p. 1-11, out./2017.

Palavras-chave: violência, obstetria, parto, grávidas

CBS 140

VULVECTOMIA RADICAL NA ABORDAGEM DO CÂNCER DE VULVA

Thaís Fernandes Theophilo de Almeida **RODRIGUES**¹ (thaisfernandes.med9@gmail.com), Ana Vivian de Miranda **TRINDADE**¹, Pedro Henrique Novais **MACIEL**¹, Poliana Silva de **OLIVEIRA**², José Helvécio Kalil **SOUZA**³.

1. Discente de Medicina da Faminas-BH; 2. Residente do Hospital Público Regional de Betim; 3. Professor das disciplinas de Saúde da Mulher 1 e 2 da Faminas-BH.

*Faculdade de Minas (FAMINAS-BH) Av. Cristiano Machado, 12001 – Vila Cloris
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CEP: 31744007*

INTRODUÇÃO: O câncer de vulva é uma doença incomum, que representa 3 a 5% das neoplasias ginecológicas malignas, sendo carcinoma células escamoso de vulva o mais prevalente, correspondendo a 90% dos casos. Sua taxa vem aumentando significativamente nos últimos tempos diante a maior expectativa de vida. O tratamento é guiado pelo estadio da lesão, no caso de Estadio I e Estadio II (pequeno ≤ 4 cm) o tratamento inicial é cirúrgico, que varia de excisão com margens amplas, até vulvectomia radical com linfadenectomia inguinal bilateral, como realizado no caso a ser apresentado. Diante ao aumento da incidência deste tipo de câncer associado ao seu impacto negativo na vida das mulheres, tanto pelos malefícios da lesão quanto pela agressividade da cirurgia, esse trabalho tem como objetivo, demonstrar as alterações que essa patologia e seu tratamento provocam na qualidade da vida da paciente. **DESCRIÇÃO DO CASO:** Paciente de 54 anos, casada, faxineira, encaminhada do centro de saúde devido a uma lesão vulvar de aparecimento há 9 anos, com evolução progressiva da lesão, sendo presente ulceração há 2 anos. Nega comorbidade, uso de medicamentos, alergias e vícios. Mãe teve câncer de mama e de endométrio aos 50 anos. Ao exame físico apresentou útero palpável a 2cm abaixo da cicatriz umbilical, com presença de lesão ulcerada em clitóris e pequeno lábio direito, ao toque apresentou útero aumentado, ausência de linfonomegalias na região inguinal. Foi feito uma biópsia da lesão vulvar positivo para carcinoma de células escamosas, pouco diferenciadas, invasor com margens laterais comprometidas, e ultrassom transvaginal que identificou miomatose uterina. Foi apresentado as hipóteses diagnósticas de carcinoma de vulva e miomatose uterina volumosa, com proposta cirúrgica em dois tempos, sendo o primeiro com vulvectomia radical total; e o segundo com histerectomia total mais linfadenectomia. **TÉCNICA:** Primeiro Tempo: Realizado exérese de grandes e pequenos lábios, dissecação até a fáscia e no entorno da uretra, amputação de corpo clitoriano com margens laterais e profundas da lesão, sendo preservada fúrcula vaginal. Segundo Tempo: Realizado linfadenectomia inguinal superficial completa bilateral. **DISCUSSÃO:** O caso clínico possui grande relevância pois, de acordo com a literatura, o carcinoma de células escamosas possui alta mortalidade, e sobrevida média de 5 anos em cerca de 70% das pacientes, podendo esta taxa cair para 57% quando há pelo menos um linfonodo acometido. Assim, o tratamento preconizado se baseia na individualização dos casos e ressecção cirúrgica mais conservadora, como na vulvectomia radical total realizada no caso. Diante de uma cirurgia tão agressiva, é visível impactos negativos para a saúde da mulher, como deformidades anatômicas perineais, perda de prazer sexual, fatores estes diretamente ligados à sua qualidade de vida. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Apesar de um índice de mortalidade alta e tratamento muito agressivo, pouco se fala sobre esse câncer. É preciso buscar novas formas de tratamento, melhorando a expectativa de vida das pacientes e principalmente, entender como afeta suas vidas. **REFERÊNCIAS:** [1] CLANCY, A.A.; et al. The forgotten woman's cancer: vulvar squamous cell carcinoma (VSCC) and a targeted approach to therapy. *Annals of Oncology*, v.27, n. 9, p. 1696-1705, 2016. [2] LANKARANI, S. M.; KRISHNAMURTI, U.; BELL, D. A.; BIRDSING, G. G.; BISCOTTI, C. V.; CHAPMAN, C. N.; KLEPEIS, V.; MONTAG, A. G. Protocol for the Examination of Specimens from Patients With Primary Carcinoma of the Vulva. *College of American Pathologists*, ed. 8, 2018. [3] PRIMO, Walquíria Q.S.P.; CORRÊA, Frederico J.; BRASILEIRO, Jean P.B. *Manual de Ginecologia da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia de Brasília*. Brasília: Editora Luan Comunicação, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6-Medicina

CBS 141

A IMPORTÂNCIA DE BONS HÁBITOS ALIMENTARES PARA A TERCEIRA IDADE

Marcella Dutra **TOSO**(IC- marcelladutrats@gmail.com), Daniele Ferrari **MENDES**(IC)¹, Vanessa **FONTES** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS- MURIAÉ-MG.

Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS - 36.880-000 – Muriaé – MG

INTRODUÇÃO: Nos dias de hoje, é possível afirmar que a população está envelhecendo, por essa razão, a porção superior da pirâmide etária, na qual está relacionada com a terceira idade, se alarga [1]. Nesse sentido, como a expectativa de vida está aumentando, é de extrema importância a realização de um acompanhamento regular com profissionais na área da saúde, visando uma melhor qualidade de vida. Logo, cuidar da alimentação, tornando-a saudável e equilibrada, sem o consumo excessivo de produtos processados e ultraprocessados, com a ajuda de um nutricionista é um grande passo para a prevenção de doenças e promoção de saúde, uma vez que os nutrientes presentes em alimentos de boa procedência são fundamentais para o bom funcionamento do corpo [2]. **OBJETIVO:** Orientar um atendimento nutricional, propondo boas estratégias de educação alimentar, através de metas, visando, assim, uma melhora nos hábitos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi feito um estudo de caso com a paciente M.R.S., 63 anos, por meio de uma consulta nutricional, realizada na Clínica Escola do Unifaminas, em Muriaé-MG. Efetuou-se uma avaliação antropométrica, utilizando uma balança e estadiômetro, onde foi constatado o peso de 65 kg e a altura de 1,54 m, assegurando um Índice de Massa Corporal saudável. Além disso, realizamos um relatório de seu consumo habitual e perguntas sobre ingestão de água, prática de atividade física, presença ou não de doenças, uso recorrente de medicamentos, entre outras. Por conseguinte, foram estabelecidas seis metas com a finalidade de melhorar seus hábitos alimentares e após três semanas, a paciente retornou expondo sua experiência. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi observada de acordo com o relato da paciente, uma diminuição na ingestão de refrigerante, visto que ao ingerir em excesso, como era o caso, as chances de obesidade e outras doenças poderiam aumentar [3]; seu consumo de água aumentou, o que garante um melhor funcionamento do organismo [4]. Por consequência disso, sua frequência evacuatória melhorou. Ademais, foi sugerido que a paciente fizesse um lanche reforçado à tarde e uma refeição de qualidade à noite, com alimentos saudáveis e, em seu retorno, ela nos contou que foram metas atingidas. No entanto, não foi obtida nenhuma alteração no uso do adoçante, logo, estudos apontam que o consumo exagerado pode acarretar no aparecimento de uma doença crônica [5]. Por fim, tentar dormir mais cedo foi uma atividade proposta a ela para que a qualidade de seu sono melhorasse, o que fez uma grande diferença positiva em sua rotina. **CONCLUSÃO:** Em virtude dos fatos mencionados, a paciente conseguiu realizar cinco metas e obteve dificuldade em apenas uma. Dessa forma, foi notório que as orientações nutricionais dadas foram fundamentais para o fortalecimento de bons hábitos alimentares, visando sempre uma boa qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO, J. A. M., RODRÍGUEZ-WONG, L. L. **A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI**. Acesso em: 07 de junho 2019. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [3] FIALHO, M.L., et al. **Fatores de risco à saúde por ingestão excessiva de refrigerantes e as suas principais doenças causadas ao ser humano**. Disponível em: <<http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20190312104438.pdf>> Acesso em: 22 de maio 2019. [4] BRASIL. Ministério da Saúde. **Constipação intestinal**. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/dicas-em-saude/1292-constipacao-intestinal>>. Acesso em: 07 de junho 2019. [5] GERALDO, A, P, G. **Adoçantes dietéticos e excesso de peso corporal em adultos e idosos no estado de São Paulo**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Palavras-chaves: nutrição, dietética, saúde

CBS 142

ACEITABILIDADE DE BISCOITO TIPO COOKIE ENRIQUECIDO COM O MINERAL SELÊNIO POR ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MURIAÉ-MG

Tábata Muniz do Carmo da Silva **ALMEIDA**¹ tabatamunizcarmo98@gmail.com), Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO**²

1- Curso de nutrição; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36.880-000 – Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A adolescência é uma fase em que ocorre uma grande mudança na formação corpórea, aumentando a importância da ingestão adequada de macro e micronutrientes para desenvolvimento adequado, com elevada necessidade nutricional. As carências nutricionais que ocorrem nessa fase da vida podem continuar pelo resto de suas vidas se não forem tratadas na adolescência, devido ao consumo inadequado de micronutrientes, acometendo seu crescimento e desenvolvimento. **[1]** Na adolescência ocorrem diferentes modificações corpóreas e psicológicas, influenciando no hábito alimentar destes indivíduos. A maioria dos alimentos que fazem bem para a saúde é conhecido pelos adolescentes, porém, por influência de amigos e da mídia acabam não consumindo-os, aumentando assim o consumo de alimentos ultraprocessados e *fast-foods*. **[2]** O selênio apresenta importantes funções no organismo humano quando se associa com as selênoproteínas, este combate a danificação de organelas e membranas de oxidação, regula a tireoide, é um antioxidante do sistema imunológico além de contribuir para a fertilidade. **[3]**

OBJETIVO: Frente ao exposto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a aceitabilidade do biscoito tipo cookie enriquecido com o mineral selênio, em adolescentes de uma escola pública do município de Muriaé-MG.

MATERIAL E MÉTODOS: Foi realizado a produção de um cookie enriquecido com o mineral selênio no laboratório de Técnica Dietética do Centro Universitário Faminas-UNIFAMINAS, cuja a porção continha 283 mcg de selênio. Foi realizada análise sensorial do mesmo com adolescentes de uma escola estadual do município de Muriaé-MG. A pesquisa foi conduzida no mês de maio de 2019, após assinatura do termo de autorização institucional assinada pelo responsável da instituição. Foi entregue a cada aluno uma amostra do produto e a escala de análise sensorial estruturada para avalia-lo em relação a aparência e o sabor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Participaram da análise sensorial do biscoito tipo cookie 50 adolescentes entre 15 e 17 anos, sendo 19 do sexo feminino e 31 do sexo masculino. Em relação a aparência, 86% avaliaram positivamente, sendo que 42% gostaram muito, 44% gostaram moderadamente. 12% foram indiferentes e apenas 2% desgostaram muito. Para o atributo sabor, 74% gostaram do produto, sendo estes 40% gostaram muito, 34% gostaram moderadamente. A opção “desgostaram” foi selecionada por 10% dos participantes e 16% ficaram indiferentes. Um produto considerado aceito deve conter em relação as características sensoriais no mínimo 70% da aceitabilidade das pessoas, pois estas características determinam se o produto foi bem aceito ou não. **[4]**

CONCLUSÃO: Conclui-se que o biscoito obteve uma boa aceitação do público alvo, sendo esta uma boa estratégia para aumentar a oferta de selênio na alimentação de adolescentes.

BIBLIOGRAFIA: **[1]** ADAMI, F. S. *et al.* Relação entre o consumo de macronutrientes e antioxidantes entre crianças e adolescentes com o estado nutricional. *Revista UNINGÁ*, Rio Grande do Sul, v. 44, 2015. **[2]** VITOLLO, M. R. *Nutrição da gestação à adolescência*. Reichman e Affonso Editores Ltda, 2003. **[3]** VIARO, S. V. VIARO, S. V. FLECK, J. **A importância bioquímica do selênio para o organismo humano**. *Disciplinarum Scientia. Série: Ciên. Biol. Da saúde*, Santa Maria, v.2, n.1, p.17-21, 2007. **[4]** CELLA, R. C. F.; REGITANO- D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Comportamento do óleo de soja refinado utilizado em fritura por imersão com alimentos de origem vegetal. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-116, ago. 2002.

Palavras chaves: adolescência, selenoproteínas, alimentos fortificados.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 143

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: OFICINA DE SUCOS EM COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA – COOPAF DE MURIAÉ-MG

Lorraine Fernandes **ALVES** (IC- lorrainefernandes02@gmail.com)¹, Ana Paula **FURTADO** (IC)¹, Daniel Paulo Silva **FRANCISCO** (IC)¹, Rafael Berbert Ferreira **CALCAGNO** (IC)¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)² e Vanessa Sequeira **FONTES** (PQ)³

1. Curso de Nutrição; 2. Professor; 3. Nutricionista *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: Sabe-se que frutas e hortaliças, além de serem antioxidantes naturais, são também alimentos ricos em fibras e nutrientes, e seu consumo tem sido associado à promoção e manutenção da saúde [1], à redução no risco de mortalidade, e diminuição das doenças crônicas não transmissíveis [2]. A Organização Mundial da Saúde (OMS), recomenda o consumo de no mínimo 400g de frutas e hortaliças diariamente, equivalente à 5 porções, para prevenção de doenças e promoção da saúde [2]. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi incentivar as mulheres integrantes da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar - COOPAF de Muriaé- MG, através de uma oficina de sucos naturais, a um maior consumo de frutas e hortaliças. **DESENVOLVIMENTO:** Após autorização da instituição, elaborou-se uma oficina de sucos saudáveis, em que todas as receitas foram previamente elaboradas e calculadas. Os ingredientes foram selecionados e analisados nutricionalmente, sendo escolhidos: maracujá (poupa), antioxidante natural, rico em vitamina C e do complexo B [3]; couve-manteiga, fonte de ferro, cálcio, fósforo e fibras [3]; maçã, fonte de fibras (pectina) e potássio [3]; abacaxi, rico em minerais e vitaminas A, C e do complexo B [3]; hortelã; considerado um estimulante gástrico [4]; laranja, rica em vitamina C [3]; ora-pro-nobis, alto teor proteico e de fibras [5]; beterraba, contém cálcio, fósforo e vitaminas C e do complexo B [3]; limão, fonte de vitaminas e minerais [6] e o gengibre, anti-inflamatório natural [7]. O primeiro suco foi composto por maracujá, couve e maçã. O segundo por beterraba, casca de maçã, hortelã e limão. O terceiro por abacaxi, couve e laranja. O quarto e último suco continha apenas laranja e ora-pro-nobis. Todos foram preparados com auxílio de um liquidificador, para a homogeneização dos ingredientes com água gelada. A apresentação foi desenvolvida por etapas: primeiramente as participantes experimentavam um suco, e logo após tentavam identificar quais frutas e hortaliças compunham o suco, e também relatavam se o mesmo continha açúcar ou adoçante. Em seguida eram revelados os verdadeiros ingredientes e informações sobre os benefícios de cada um para a prevenção de doenças e promoção da saúde. Também foram abordadas ideias de comercialização dos produtos dentro das áreas de trabalho em que elas atuavam, ou para as que não trabalhavam, como fonte de renda extra. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Durante a realização da oficina percebeu-se que houve uma boa aceitabilidade dos sucos, mesmo sendo compostos por misturas não usuais. Além disso, as mulheres integrantes do COOPAF não tinham conhecimento sobre os benefícios de todos os ingredientes, portanto, notou-se também a importância da Educação Alimentar e Nutricional. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVA, C.L. **Consumo de frutas e hortaliças e conceito de alimentação saudável em adultos de Brasília**. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Faculdade da Ciência da Saúde, Brasília, 2011. [2] NEUTZLING, M.B. et al. Fatores associados ao consumo de frutas, legumes e verduras em adultos de uma cidade no Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.25, n.11, p. 2365 – 2374, nov. 2009. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. **Na cozinha com as frutas, legumes e verduras**. Universidade Federal de Minas Gerais. – Brasília : **Ministério da Saúde**, 2016. [4] JÚNIOR, H.P.L.; LEMOS, A.L.A. Hortelã. *Rev. Diagn Tratamento*. v.17, n.3, p. 115- 117, 2012. [5] ALMEIDA, M.E.F.; CORRÊA, A.D. Utilização de cactáceas do gênero *Pereskia* na alimentação humana em um município de Minas Gerais. *Rev. Ciência Rural*, Santa Maria, v.42, n.4, p.751 – 756, abr. 2012. [6] TRUCOM, C. **O poder de cura do limão**. 2. ed. São Paulo: Alúde, 2004. [7] BARRETO, A.M.C.; TOSCANO, B.A.F.; FORTES, R.C. Efeitos do gengibre (*Zingiber officinale*) em pacientes oncológicos tratados com quimioterapia. *Com. Ciências Saúde*, v.22, n3, p. 257 – 270, 2011.

Palavras- chave: frutas, hábitos alimentares, hortaliças.
Área de conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

CBS 144

ANÁLISE DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MURIAÉ-MG PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO “ANTROPOMETRIA NA ESCOLA”

Nayara Rizzo de **ALMEIDA**¹ (IC- rizzoatendimento@gmail.com), Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A consolidação de hábitos alimentares e do estilo de vida saudáveis estabelecidos na fase da adolescência são muitas vezes mantidos na vida adulta. O aumento da prevalência de excesso de peso em idade cada vez mais precoce tem despertado a preocupação devido aos riscos associados a obesidade[1]. As mudanças corporais que ocorrem nas meninas, nessa fase do desenvolvimento, são consideráveis. Desencadeadas pela produção dos hormônios, promovem mudanças no tamanho do corpo, nas suas proporções, e o desenvolvimento das características sexuais primárias e secundárias [2]. O índice de massa corporal (IMC), embora apresente em adolescentes importante variação com a idade e com a maturidade sexual, tem sido considerado como um bom indicador de obesidade em adolescentes [3]. Este trabalho teve como objetivo analisar e classificar o perfil antropométrico das adolescentes de uma escola privada de Muriaé-MG.

MATERIAIS E MÉTODOS: Trata-se de um estudo transversal realizado em março de 2019 com adolescentes de uma escola pública de Muriaé-MG. O projeto foi autorizado pela instituição, participando do mesmo todas as adolescentes que consentiram a realização da avaliação antropométrica. Foram aferidos os seguintes parâmetros antropométrico: peso, altura, com o objetivo de diagnosticar o perfil antropométrico através do Índice De Massa Corporal (IMC). As adolescentes foram avaliadas a partir da relação da curva de IMC por idade, conforme a faixa de crescimento estabelecida pela Organização Mundial de Saúde [4].

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Participaram do estudo 109 alunas com idade entre 10 e 17 anos. Todas tiveram o peso corporal avaliado pela balança digital portátil da marca G-Tech® e tiveram a estatura aferida pelo estadiômetro portátil da marca Avanutri®. A partir da avaliação do IMC 7,1% das alunas foram classificadas com magreza, 57,8% eutroficas, 16,5% sobrepeso, 15,6% com obesidade e 3% com obesidade grave. Um total de 35,1% apresentou excesso de peso, sendo os riscos inúmeros associados a obesidade, aumentando as possibilidades de doenças e outras intercorrências emocionais e psicológicas relacionado com a imagem corporal. O excesso de peso na infância é fator preditivo a gordura corporal elevada na idade adulta, sendo que crianças obesas têm 40% de chance de se tornarem adolescentes obesos e 80% destes jovens se tornarão adultos obesos[7]. Portanto, políticas públicas com o objetivo de diminuir a prevalência de obesidade em crianças e adolescentes nas escolas devem ser consideradas pelos órgãos competentes.

CONCLUSÃO: Conclui-se que um número expressivo de adolescentes se encontram acima do peso adequado, tornando-se um forte fator para que estes se tornem adultos obesos e propensos a desenvolverem doenças crônicas não transmissíveis secundárias a obesidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] Johnson WD *et al.* Prevalência de Fatores de Riscos para Adolescentes: Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (NHANES) 2001-2006. *Arch Pediatr Adolesc Med.* v. 163, n.4, p. 371-377, 2009.[3] CAMPAGNA, V, N; SOUZA, A, S L. Corpo e imagem corporal no início da adolescência feminina. Instituto de Psicologia da USP. São Paulo. *Boletim Psicologia*, v. 55, n.124. Junho de 2006.[4] HIMES, J. H; DIETZ, W. H; Diretrizes para excesso de peso em serviços preventivos para adolescentes: recomendações de um comitê de especialistas. *The American Journal of Clinical Nutrition*, v. 59, p. 307-316, 1994.[5] SANTOS. J. S *et al.* Perfil antropométrico e consumo alimentar de adolescentes de Teixeira de Freitas – Bahia. Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 5, p. 623-632, 2005. [6] BEZERRA. N. B *et al.* Consumo de alimentos fora do lar no Brasil segundo locais de aquisição. São Paulo. *Revista Saúde Pública*, v.51, n. 15, 2017.[7] Campos, F. S.; et al. Prevalência de Obesidade Infantil em Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental. In: *Semana Educa*, Porto Velho. v. 1. p. 1-9. 2010.

Palavras-chave: comportamento alimentar, educação alimentar e nutricional, obesidade na adolescência.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 145

ANALISE QUALITATIVA DO CONSUMO DE ALIMENTOS POR ESCOLARES NO PERÍODO RECREATIVO

Mayara Cândida de Jesus **VIEIRA**¹ (IC- mayara_vita@hotmail.com), Nayara Rizzo de **ALMEIDA**¹, Lívia Botelho da Silva **SARKIS** (PQ)², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A alimentação na fase escolar é um período crítico para o desenvolvimento da obesidade, devido à predominância de práticas alimentares inadequadas e atividades de lazer sedentárias. Práticas alimentares inadequadas têm ocorrido nas escolas, como o consumo de lanches hipercalóricos em substituição às principais refeições e elevada ingestão de alimentos ricos em açúcar, carboidratos refinados e gordura saturada, como os *fastfoods* [1]. Uma proporção significativa de escolares que estão com excesso de peso, acabam mantendo os hábitos alimentares estabelecidos na infância e adolescência e peso inadequado na fase adulta [2] o que indica a importância da prevenção do ganho de peso excessivo nas idades mais jovens. Diante deste fato, o objetivo do presente estudo foi avaliar o consumo alimentar no lanche da escola de escolares de uma escola da rede privada de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado de setembro a outubro de 2018 em um grupo de escolares com de idade entre 6 e 7 anos de uma escola privada do município de Muriaé-MG. Após a escola autorizar a realização do estudo e os pais assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, foi aplicado um questionário sobre hábitos alimentares com perguntas a respeito do consumo de alimentos na hora do recreio escolar. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 18 alunos, sendo 61,11% do sexo masculino. Através do questionário verificou-se que 17% possuíam o hábito de consumir salgadinhos fritos ou assados no recreio da escola e 83% relataram não consumir. Quando perguntados sobre o consumo de biscoitos salgadinhos ou recheados, 50% disseram consumir diariamente na escola e 50% não consumiam. Em relação ao consumo de suco de caixinha ou em pó, 89% das crianças relataram consumir, já o consumo de leite com achocolatado e/ou bebida achocolatada de caixinha, 94% das crianças tinham o hábito de consumir. Entende-se por alimentos ultraprocessados, aqueles feitos em geral por indústrias de grande porte, que envolve diversas etapas e técnicas de processamento e muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, óleos e gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial. Suas formas de produção, distribuição, comercialização e consumo afetam de modo desfavorável a cultura, a vida social e o meio ambiente podendo comprometer os mecanismos que sinalizam a saciedade e controlam o apetite, favorecendo, assim, o consumo involuntário e excessivo de calorias e aumentando o risco de obesidade. [3]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que as crianças apresentaram um elevado consumo de biscoitos ultraprocessados, e bebidas industrializadas e ou artificiais no período recreativo, já o consumo de salgadinhos fritos foi reduzido. Torna-se necessária intervenção nutricional por profissional nutricionista capacitado para que possa haver conscientização em relação a escolha do lanche a ser consumido na hora do recreio, com foco em alimentos de melhor qualidade nutricional. É indispensável que os pais também colaborem, colocando como oferta de lanche para os filhos, um alimento saudável, evitando obesidade entre outros problemas ocasionados por mau hábito alimentar. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] BIRCH L, L. FISHER J, O. Hábitos alimentares, consumo alimentar e ingestão de nutrientes durante a adolescência. *Journal of Adolescent Health*, v.13, n.5, p. 384-388, 1992. [2] SINGH A, S *et al.* Rastreamento do sobrepeso infantil na idade adulta: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Obesity reviews*, v. 9, n. 5, p.474-488, 2008. [3] MINISTÉRIO DA SAÚDE- BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, 2014.

Palavras-chave: alimentos industrializados, hábitos alimentares, obesidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 146

AValiação DA ACIDEZ E pH DE PREPARADOS SÓLIDOS PARA REFRESCO SABOR LIMÃO

Diovana Rasbate de Oliveira **SOUZA** (IC- diorasbate@gmail.com)¹, Flávia da Silva **MACHADO** (IC)¹, Erlaine Maria da **SILVA** (IC)¹, Bruna Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora UNIFAMINAS

INTRODUÇÃO: O ácido cítrico, substância encontrada principalmente em frutas cítricas, possui papel relevante na alimentação humana, sendo ingerido, sobretudo, na forma de sucos e frutas frescas. Porém, devido à busca pela praticidade, as pessoas têm ingerido alimentos mais calóricos, pouco nutritivos e de baixo custo ao optar pelo consumo de ultraprocessados. Produtos como sucos artificiais em pó tendem a possuir aditivos químicos para saborizar e conservar o alimento por mais tempo, entretanto estes caracterizam um menor pH, podendo resultar em erosão dental, lesões e reações alérgicas [1]. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo determinar a acidez e o pH de diferentes marcas de preparados sólidos para refresco (PSR) sabor limão.

METODOLOGIA: A pesquisa foi realizada em agosto de 2019. Foram avaliadas nove marcas de PSR sabor limão. As amostras foram adquiridas em estabelecimentos comerciais da cidade de Cataguases/MG. Para a realização das análises físico-químicas, os PSR foram preparados conforme as orientações do fabricante especificadas nas embalagens dos produtos. A determinação da acidez total titulável foi realizada através da titulação com solução de hidróxido de sódio padronizada e expressa em g ácido cítrico/100 mL [2]. Para a avaliação do pH utilizou-se pHmetro digital marca KASVI e modelo SKU K391014B 110, previamente calibrado. Os testes foram conduzidos em duplicata.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O pH das amostras avaliadas nesse estudo variou de 2,82 a 3,25, sendo o pH médio observado de 3,03 (DP=0,096). No que se refere à acidez titulável, os valores variaram entre 0,23 e 0,64 g ácido cítrico/100 mL, valor médio de 0,52 g ácido cítrico/100 mL (DP=0,102). Em estudo realizado por Marmitt e colaboradores, que avaliaram o pH de PSR sabor limão, também foram observados valores muito baixos de pH para essas bebidas, estes variaram entre 2,66 e 2,95 [3]. A ingestão de alimentos ácidos, em especial os PSR, podem desencadear o desgaste dos tecidos dentários, desenvolvimento de cáries e alergias alimentares, isso devido à adição de componentes químicos saborizantes e conservantes utilizados na produção. Além disso, considerando que o pH cítrico do esmalte dentário é 5,5, qualquer alimento que apresente pH inferior a este contribui para o surgimento de erosões dentárias [4]. Em relação à composição dos PSR, observou-se que o açúcar era o principal ingrediente de 77,8% (n=7) das amostras avaliadas, enquanto que 22,2% (n=2) apresentaram preponderantemente a maltodextrina em sua composição. Neste sentido, deve-se ter cautela ao ingerir PSR, pois além de apresentarem pH extremamente ácido também possuem grande quantidade de açúcar, o que contribui para o desenvolvimento de lesões cáries nos dentes [5]. **CONCLUSÃO:** Todos os preparados sólidos para refresco avaliados apresentaram pH inferior ao considerado crítico para o esmalte dental, apresentando-se como bebidas de acidez elevada, demonstrando potencial erosivo aos tecidos dentários. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FIGUEIRÊDO, R. *et al.* Mudanças de hábitos alimentares em comunidades rurais do semiárido da região nordeste do Brasil. *Interciência*, Venezuela, v. 40, n.5, p. 330-336, 2015. [2] INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Métodos físico-químicos para análise de alimentos**. 1ª ed. Digital, p.1020, São Paulo, 2008. [3] MARMITT, L.G; BETTI, J; OLIVEIRA, E.C. Determinação de ácido cítrico e pH em diferentes cultivares de limão e marcas de sucos artificiais de limão em pó. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v.8, n.4, p.245-252, 2016. [4] MEURMAN, J.H; GATE, J.M.T. Pathogenesis and modifying factors of dental erosion. *European Journal of oral Sciences*, Amsterdam, v.104, n.1 199-216, 1996. [5] CATÃO, M.H.C.V; SILVA, A.D.L; OLIVEIRA, R.M. Propriedades físico-químicas de preparados sólidos para refrescos e sucos industrializados. *Revista da Faculdade de Odontologia*, Passo Fundo, v.18, n. 1, p. 12-17, abr. 2013.

Palavras-chave: Titulometria, Análises físico-químicas, Ácido cítrico.

Área do Conhecimento: Nutrição - 4.05.00.00 - 4

CBS 147

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E FATORES ASSOCIADOS EM PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA DE ALTA INTENSIDADE

Sarah Mairink de **OLIVEIRA** (IC- sarahmairink18@gmail.com)¹, Karine Augusta **SILVA**¹, Lamaira Condack **GONÇALVES**¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)², Rafael Gonzalez de **OLIVEIRA** (PQ)²

1- Curso de Nutrição; 2- Professores Centro Universitário - UNIFAMINAS- Muriaé – MG - 36888-233

INTRODUÇÃO: O crescente aumento no número pessoas que buscam melhorar seus hábitos de vida e seu condicionamento físico têm levado muitos destes a buscar nos suplementos alimentares uma forma mais eficiente e rápida para alcançar os resultados desejados. Entre atletas e praticantes de atividades físicas de alta intensidade, o uso da suplementação é ainda mais comum. Dentre os objetivos no uso de suplementos, pode-se destacar o aumento no estoque energético das células, fornecimento de íons, aumento da síntese proteica e recuperação pós-treino mais rápida [1]. A Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte orienta que a suplementação deve ser usada como uma estratégia complementar à dieta, portanto, deve sempre ser prescrita por um nutricionista [2]. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo avaliar o consumo de suplementos nutricionais bem como as fontes de indicação entre praticantes de atividade física de alta intensidade de uma academia de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, de natureza exploratória realizado em uma academia na cidade de Muriaé-MG, no mês de julho de 2019. Foi aplicado um questionário semi-estruturado aos participantes com perguntas sobre a modalidade esportiva praticada, uso de suplementos alimentares, frequência de uso e fonte de indicação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estudo contou com um total de 26 participantes de ambos os sexos, sendo 73% mulheres e 27% homens, com idade entre 18 e 45 anos, média de 28 ±6,06 anos. Todos (100%) os entrevistados praticavam *Crossfit*®, 3,8% também praticavam luta e corrida, 3,8% também praticavam pilates e 38,4% também praticavam musculação aliado ao *Crossfit*®. Quanto à frequência semanal, 73% praticavam 5 vezes ou mais, 12% 4 vezes e 15% praticavam 3 vezes na semana. Quando questionados quanto ao uso de suplementação, 30,7% disseram não fazer uso, 7,6% já utilizaram, mas não utilizam mais e 61,5% admitiu fazer uso dos suplementos. Atualmente, tem-se verificado no país um aumento do uso abusivo de suplementos alimentares, influenciado pela busca de um corpo esteticamente perfeito em um curto espaço de tempo [3]. Dentre os praticantes que disseram fazer uso de suplementação, 12,5% ingere de 1 a 3 vezes na semana, 50% ingere entre 4 a 5 vezes na semana e 37,5% ingere mais que 5 vezes na semana. Em relação às fontes de indicação para a utilização dos suplementos, a maioria (68,7%) receberam orientação de um nutricionista, 12,5% começaram por iniciativa própria, 6,2% receberam indicação de um nutrólogo, 6,2% receberam orientação médica e 6,2% foram influenciados pela internet e mídia. O nutricionista esportivo é o profissional que detém o conhecimento técnico para orientar adequadamente os praticantes de atividades físicas quanto à alimentação e se necessário, a suplementação [4]. **CONCLUSÃO:** Neste estudo, foi possível observar que a maioria dos participantes pesquisados fazem uso de suplementos com uma intensa frequência semanal. Observou-se também que, satisfatoriamente, a maior parte dos praticantes que fazem uso da suplementação nutricional buscaram a orientação de nutricionistas, o que é o indicado a se fazer em tal situação, pois o uso indiscriminado de suplementos pode trazer sérios riscos à saúde. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ALMEIDA, L.V., RIBEIRO, M.C.O., FREITAS R.F. Uso de suplementos alimentares e fatores associados em praticantes de atividade física de alta intensidade. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, SP. v.12 n.76. Suplementar 2. P.992-1004. Jan./Dez. 2018. [2] HIRSCHBRUCH, M.D. *Nutrição esportiva uma visão prática*. 3ed. Barueri, SP. Manole, 2014. [3] ZAMIN, T.V, SCHIMANOSKI, V.M. Avaliação de hábitos alimentares saudáveis e uso de suplementos alimentares entre frequentadores de academias. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, SP. v.4. n. 23. P.410-419. Set/Out. 2010 [4] CLARK, N. *Guia de nutrição desportiva: alimentação para uma vida ativa*. 5ed. Porto Alegre. Artmed, 2015.

Palavras-chave: *Suplementação nutricional, hábitos dietéticos, nutrição.*

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 148

AVALIAÇÃO DO PERFIL NUTRICIONAL DE PACIENTES IDOSOS ADMITIDOS EM UM HOSPITAL PARTICULAR NA CIDADE DE MURIAÉ – MG

Ana Clara da Silva, **SIMONINE** (IC- ana_simonine@outlook.com)¹, Roberta Passos **ANDRADE** (IC)¹, Mayla Fernandes Cardoso **TOFFOLO** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2-Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ

INTRODUÇÃO: O envelhecimento é um processo fisiológico natural de desgaste cumulativo irreversível e não patológico, em que ocorrem mudanças físicas, psicológicas, sociais e fisiológicas [1]. Tais alterações podem levar a possíveis transformações nos hábitos de vida e alimentação, elevando o risco de desnutrição no idoso, especialmente os que estão hospitalizados, pois essa classe tem maior suscetibilidade a certas doenças, o que pode causar uma piora no prognóstico clínico [2, 3]. Sabendo que, esta é de fato uma condição ruim para o paciente em âmbito hospitalar, a avaliação nutricional pode ser obtida através das triagens [4]. A Mini Avaliação Nutricional (MAN) é uma triagem indicada para idosos, com intuito de detectar o estado nutricional. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar o perfil nutricional de idosos admitidos em um hospital privado na cidade de Muriaé – MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo retrospectivo, com coleta de dados a partir das informações da triagem nutricional MAN aplicada em pacientes idosos, admitidos no 2º trimestre de 2018 de um hospital particular de pequeno porte do município de Muriaé – MG. O estudo foi autorizado pela instituição através de carta de anuência assinada pelo diretor responsável pelo hospital e aprovada no Comitê de Ética em pesquisa do Unifaminas CAEE 9629191880005105. Após a obtenção das medidas reais e estimadas, foi calculada o índice de massa corporal por meio da fórmula: $IMC = \text{Peso (kg)} / \text{Altura (m}^2\text{)}$. Para análise estatística dos dados foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 23. A variável índice de massa corporal (IMC) tiveram as médias comparadas pelo Teste *T de Student*. Foi considerado com significância estatística $p < 0,005$. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 211 prontuários de pacientes idosos. O valor médio do IMC do sexo feminino de 22,0 kg/m² foi inferior em relação ao IMC do sexo masculino 23,8 kg/m² ($p = 0,004$). Em um estudo realizado por Souza *et al.* (2013) [5] demonstrou uma relação significativa de IMC de idosos classificado com a desnutrição. O presente estudo identificou alto índice de desnutrição (44,5%) e risco nutricional (26,5%). Dados semelhantes aos do IBRANUTRI (1996) [6], estudo que demonstrou que quase metade (48,1%) dos pacientes idosos internados em hospitais apresentaram algum grau de desnutrição. **CONCLUSÃO:** Foi possível observar no presente estudo um uma elevada prevalência de pacientes idosos com algum grau de risco nutricional. O processo de desnutrição pode levar a maior permanência hospitalar e mortalidade, é imprescindível realizar o acompanhamento nutricional do paciente precocemente, realizar a triagem na admissão, para que se possa rastrear o mesmo e ter uma conduta nutricional adequada. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MENDES, M. R. S. S. B. *et al.* A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Revista Acta Paul Enfermagem**. v. 18, n.4, p.422-426. Fev. 2005. DOI.org/10.1590/S0103-21002005000400011. [2] MONTEIRO, A. M. P. *et al.* Déficit nutricional em pacientes geriátricos atendidos em um hospital de pronto-socorro, em Belo Horizonte – MG. **Revista Brasileira Enfermagem**. v. 13, n.4, p.541-549. Dez. 2009. [3] RAUEN, M. S.; *et al.* Avaliação do estado nutricional de idosos institucionalizados. **Revista de Nutrição**. v.21, n.3, p.304-306. Jun. 2008. DOI.org/10.1590/S1415-52732008000300005. [4] CRESTANI, N. BIEGER, P.; *et al.* Perfil nutricional de pacientes adultos e idosos admitidos em um hospital universitário. **Revista Ciência&Saúde**. v.4, n.2, p.46-47. Dez. 2011. DOI.org/10.15448/1983-652X.2011.2.8520. [5] FIDELIX, M. S. P.; *et al.* Prevalência de desnutrição hospitalar em idosos. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**. v.5, n.1, p.60-61. Jun. 2013. [6] WAITZBERG, D.L.; CAIAFFA, W.T.; CORREIA, M.I. Hospital malnutrition: the Brazilian national survey (IBRANUTRI): a study of 4000 patients. *Nutrition*. p. 573-80. Ago. 2001.

Palavras-chave: Idoso; desnutrição; estado nutricional

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 149

AValiação DO TEOR DE PROTEÍNA DO LEITE DE VACAS DE DIFERENTES RAÇAS

Kelle Fernanda Torres **VEGGI** (IC - fernandaveggi@yahoo.com.br)¹, Bruna Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professores Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: No Brasil, oito estados se destacam na produção leiteira, sendo Minas Gerais o maior deles, com 27% da produção nacional de uma média anual superior a um bilhão de litros de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) [1]. A composição do leite é de fundamental importância para a indústria, pois a concentração dos seus componentes, principalmente proteínas, determinam o rendimento na produção de queijos e outros derivados lácteos [2]. Além disso, as análises de características físico-químicas podem auxiliar na detecção de fraudes [3]. O presente estudo teve como objetivo verificar o teor de proteínas do leite *in natura* de animais das raças: ½ Girolando, ¾ Girolando, ⅝ Girolando e Guzerá puro de origem - PO. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi realizado no mês de junho de 2019. As amostras foram coletadas em uma propriedade rural da cidade de Muriaé-MG, em frascos estéreis, transportados em caixas térmicas com gelo ao laboratório para análise. Para a determinação de proteínas foi utilizado o método Kjeldahl, segundo metodologia descrita nas Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz [4]. O teste foi realizado em duplicata e calculada a média entre os resultados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os teores médios de proteínas (P) das amostras de leite avaliadas foram: Guzerá (P=3,76%); ⅝ Girolando (P=3,44%); ½ Girolando (P=3,20%); e ¾ Girolando (P=3,01%). De acordo com a legislação, o leite cru deve apresentar teor de proteína mínimo de 2,9g/100g [5]. Todas as amostras de leite avaliadas atenderam às especificações quanto ao teor de proteína mínimo exigido, destacando-se o leite da raça Guzerá que apresentou o teor mais elevado deste nutriente. Em estudo realizado por Ribeiro e colaboradores, na comparação das raças Guzerá e Gir, os teores de proteína foram superiores na raça Guzerá, independentemente da ordem de parto [6]. Na pesquisa de Botaro e colaboradores, foi observado o teor de proteínas médio de 3,22% para o leite de animais da raça Girolando, resultado muito semelhante ao observado para ½ Girolando no presente estudo [2]. **CONCLUSÃO:** As amostras de leite das raças analisadas apresentaram teor de proteínas em conformidade com os padrões estabelecidos pela legislação, sendo a raça Guzerá a que apresentou o leite com maior concentração de proteína. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2634-brasil-e-responsavel-por-cerca-de-7-do-leite-produzido-no-mundo>. Acesso em: 11/08/2019. [2] BOTARO, B.G. *et al.* Composição e frações proteicas do leite de rebanhos bovinos comerciais. *Vet. e Zootec.*, Botucatu, v.18, n.1, p.81-91, mar. 2011. [3] BEDUSCHI, G.; CARVALHO, T.B. Mercado favorável para o leite pode se prolongar. In: *Anuário da Pecuária Brasileira*. São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2018. [4] INSTITUTO ADOLFO LUTZ. *Métodos físico-químicos para análise de alimentos*. 1ª ed. Digital. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. [5] BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa nº 76 de 26 de dezembro de 2018. Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A; Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado; Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado e Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 nov. 2018. [6] RIBEIRO, A.B. *et al.* Produção e composição do leite de vacas gir e guzerá nas diferentes ordens de parto. *Revista Caatinga*, Mossoró, v.22, n.3, p.46-51, jul./set. 2009.

Palavras-chave: Análises físico-químicas, Controle de qualidade, Guzerá, Girolando.

Área do Conhecimento: Nutrição - 4.05.00.00 - 4

CBS 150
CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMO DO CAFÉ DA MANHÃ DE ESCOLARES DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG

Mayara Cândida de Jesus **VIEIRA** (IC- mayara_vita@hotmail.com)¹, Lívia Botelho da Silva **SARKIS** (PQ)², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS - Muriaé-MG.

APRESENTAÇÃO: Nos primeiros anos de vida, é fundamental para o crescimento e desenvolvimento da criança uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, pois ela proporciona ao organismo a energia e os nutrientes essenciais para o bom desempenho de suas funções e para a manutenção de um bom estado de saúde [1]. As práticas alimentares são adquiridas durante toda a vida, porém os primeiros anos são destacados como um período muito importante para estabelecer hábitos alimentares que promovam a saúde do indivíduo [2]. Diante disto, o objetivo do presente estudo foi avaliar o consumo de café da manhã dos escolares de uma escola de rede privada de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado de setembro a outubro de 2018 em um grupo de escolares com idade entre 6 e 7 anos de uma escola privada do município de Muriaé-MG. Após a escola autorizar o estudo e os pais assinarem o termo de consentimento, foi aplicado um questionário sobre hábitos alimentares, com o objetivo de diagnosticar o padrão de alimentação daquele grupo. **Resultados e discussão:** Participaram do estudo 18 alunos, sendo 61,11% do sexo masculino. Através do questionário verificou-se que 94% possuíam o hábito do café da manhã, sendo 83% consumiam diariamente, 11% consumiam de 4 a 5 vezes na semana e 6% não consumiam. Foi apresentado como opção para os escolares, escolher dentre três opções de refeições, qual mais se assemelhava com o seu café da manhã usual, sendo a 1ª opção: fruta, pão francês, café, leite, manteiga, tendo como resposta 67% dos escolares. A segunda opção foi: salgadinho frito ou assado e refrigerante, nenhum aluno respondeu consumir estes alimentos no café da manhã. A terceira opção foi: iogurte, cereais e fruta, tendo 6% de alunos. O restante, 28% afirmaram não consumir nenhuma das opções. O café da manhã é a primeira refeição do dia e deve fornecer aproximadamente 25% do valor energético total diário, contribuindo assim para o controle corporal. O consumo adequado do café da manhã pode melhorar o poder de saciedade do indivíduo e, assim, reduzir a quantidade de calorias total ingeridas durante o dia [3]. Evidências científicas relacionaram o consumo frequente de café da manhã com redução do desenvolvimento do risco de sobrepeso e obesidade. [4] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observou-se que quase todas as crianças consumiam a refeição do café da manhã e a maioria realizava com frequência regular, entretanto a qualidade do café consumido por parte das crianças pode ser melhorado, sendo os pais importantes para o incentivo melhorias na qualidade alimentar. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] DEMENECH, M. C.; BERNARDES, S. Metas alimentares versus dieta: qual oferece melhores resultados em pacientes com excesso de peso? *Revista da Associação Brasileira de Nutrição*. Ano 8, n.1, p. 26-30, São Paulo, 2017.[2] LEÃO, L. S. C. S, et al. Prevalência de Obesidade em escolares de Salvador, Bahia. *Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metodologia*. São Paulo, v. 47, nº 2, pág: 151 a 157, abril, 2003.[3] ENES, C. C.; SLATER, B. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. *Revista Brasil, Epidemial*, v.13, n.1, p.71-163, 2010.[4] NIEMEIER H, et al. Fast food consumption and breakfast skipping: predictors of weight gain from adolescence to adulthood in a nationally representative sample. *J Adolesc Health*, v.39, n. 6, p. 842-849. 2006.

Palavras-chave: café da manhã, comportamento alimentar, hábitos alimentares escolares.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 151

CURSO DE PANIFICAÇÃO SEM GLÚTEN REALIZADO NA COOPAF NA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Lara Coutinho de **SOUZA** (IC-laracoutinhorec@hotmail.com)¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO**²,
Vanessa Sequeira **FONTES** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS –UNIFAMINAS - MURIAÉ-MG.

INTRODUÇÃO: As principais doenças relacionadas à ingestão de glúten são doença celíaca e intolerância ao glúten. Pessoas acometidas por essas doenças apresentam restrição de consumo de produtos farináceos que contenham o glúten em sua composição, como é o caso dos seguintes cereais: trigo, aveia, centeio e cevada. Apesar da produção significativa de panificação no Brasil, a oferta de produtos isentos de glúten é, ainda, muito limitada. Dessa maneira, por causa da pouca oferta de biscoitos sem glúten, os celíacos encontram dificuldade de consumir tais alimentos, principalmente com qualidade sensorial similar ao produto convencional [1]. Este estudo teve como objetivo proporcionar maior conhecimento sobre o glúten aos membros da COOPAF e propor uma receita de panificação sem glúten. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de uma atividade de campo, cujo trabalho foi realizado na COOPAF de Muriaé-MG, em março de 2019. Foi preparado uma dinâmica para os membros da cooperativa que se baseava em um *quiz* sobre o glúten, contendo 10 perguntas. Houve um encontro no qual os membros da cooperativa formaram um meio círculo para que pudessem responder ao *quiz*, fazer questionamentos e tirar suas dúvidas. Ademais, foi apresentado o rótulo do biscoito de polvilho e a receita, que foi confeccionada por todos os participantes. O biscoito é composto por cinco ingredientes: polvilho azedo, azeite, batata doce, sal e água. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Todos os integrantes da cooperativa foram receptivos ao tema proposto. Ouviram atentamente aos questionamentos, acertando boa parte das perguntas e apresentando muitas dúvidas sobre o glúten. Todos foram participativos e demonstraram muito interesse. Sabe-se que a ingestão do glúten pode levar a alterações em pessoas que são intolerantes a esta proteína e aos celíacos, a doença celíaca é uma doença autoimune que causa enfermidade crônica e quadros silenciosos ou subclínicos, como diarreia, vômito, irritabilidade, falta de apetite, *déficit* de crescimento e distensão abdominal. Nessas pessoas, o consumo de alimentos que contém glúten lesa a mucosa do intestino delgado, o que induz a má absorção de gordura, proteína, vitaminas, carboidratos e sais minerais [2]. Já, a intolerância ao glúten, também conhecida como sensibilidade ao glúten (não-celíaca), é uma condição crônica, caracterizada pela alergia a produtos a base de trigo, cevada e centeio. Além disso, por apresentar sintomas como inflamação intestinal, inchaços, diarreia, dor abdominal, fadiga, náusea, dores de cabeça e erupções cutâneas, muitas vezes é confundida com a doença celíaca [3]. Como alternativa aos biscoitos com glúten foi proposta uma receita de biscoito de polvilho com batata doce, pois o polvilho, também chamado de fécula de mandioca, não contém glúten em sua composição, sendo utilizado por pessoas que precisam restringir seu consumo. Porém, é necessário lembrar, que tais produtos, apresentam valor calórico igual ou superior a versão com glúten, devendo ser levado em consideração em dietas de emagrecimento. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que as informações sobre o glúten ainda são pouco públicas, permitindo margem pra dúvidas e informações errôneas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GIOVANELLA, C.; SCHLABITZ, C.; SOUZA, V.F.C. Caracterização e aceitabilidade de biscoitos preparados com farinha sem glúten. *Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial*. Paraná, v. 7, n.1, p. 965-976, 2013. [2] FERRAZ, C. E.; CRUZ, M. M., FREITAS, C.E. Avaliação dos rótulos de diferentes marcas de pães integrais versus pães sem glúten comercializados no município de Vitória da Conquista- BA. *Revista Eletrônica da Fainor*. Vitória da Conquista, v.9, n.1, p.46-55, jan./jun.2016. [3] FASSANO, A. Espectro das desordens relacionadas ao glúten: um consenso sobre nova nomenclatura e classificação. Disponível em: <http://rioemgluten.com/Espectro_de_transtornos_relacionados_ao_gluten.pdf>. Acesso em: agosto de 2019.

Palavras-chave: Glúten, Doença celíaca, Amidos e Féculas.

CBS 152

**AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DE PÃES INTEGRAIS
COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE RECREIO-MG**

Lara Coutinho de **SOUZA** (IC-laracoutinhorec@hotmail.com)¹, Bruna

Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS –UNIFAMINAS - MURIAÉ-MG.

INTRODUÇÃO: Uma alimentação a base de produtos integrais, contribui na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis [1]. Neste sentido, a rotulagem dos alimentos é importante, pois permite aos consumidores a avaliação das informações nutricionais do produto e maior conscientização no momento da compra. Este estudo teve como objetivo avaliar a rotulagem e a informação nutricional de pães integrais quanto ao seu conteúdo em fibras, sódio e adequação às legislações vigentes. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo observacional e descritivo, cuja coleta de dados foi realizada em estabelecimentos comerciais na cidade de Recreio-MG, em julho de 2019. Foram selecionados rótulos que apresentavam a expressão “integral”, que declaravam as quantidades de fibras e sódio na Informação Nutricional e que a porção fosse de 50g. Realizou-se a análise de 17 rótulos de pães integrais de oito marcas diferentes, avaliando-se as quantidades de fibras e sódio por porção contidas na rotulagem, a presença de farinha integral como primeiro ingrediente, existência do selo de qualidade que certifica produtos integrais, a declaração das informações referentes à presença de glúten [2] e de componentes alergênicos (trigo, centeio, cevada, aveia) [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Pão integral é o “produto preparado, obrigatoriamente, com farinha de trigo integral e/ou fibra de trigo e ou farelo de trigo” [4]. Porém, devido a falta do estabelecimento de quantidades mínimas de farinha integral, qualquer quantidade permitirá a declaração de farinha integral em sua composição [5]. Constatou-se que 94,1% (n=16) dos rótulos apresentaram farinha integral como primeiro componente na lista de ingredientes. Dos 17 rótulos analisados, 88,2% (n=15) estão classificados como “fonte de fibras” e 5,9% (n=1) como “alto teor de fibras”. O produto deve conter, no mínimo, 2,5g e 5,0g de fibras por porção de 50g para ser considerado “fonte de fibras”, e, “alto teor de fibras” [6]. O teor médio de fibras apresentado nos rótulos avaliados foi de 3,28g (DP=0,89). Em contrapartida, 100% dos rótulos apresentaram elevados teores de sódio na composição. A legislação determina a quantidade máxima de 80mg por porção de 50 g para o produto ser considerado “baixo sódio” [6]. O teor médio de sódio observado no estudo foi de 206,71mg (DP=40,02), o que representa mais que o dobro para ser considerado “baixo sódio”. Observou-se que 94,1% (n=16) das amostras avaliadas não possuem selo de certificação para produtos integrais. Todos os rótulos apresentaram a informação “contém glúten”, porém 17,7% (n=3) não informaram os alertas referentes à presença de compostos alergênicos. **CONCLUSÃO:** A maioria dos produtos pesquisados apresentava a farinha integral como primeiro ingrediente e o teor mínimo de fibras recomendado para ser considerado fonte de fibras. No entanto, todos os produtos apresentaram teores muito elevados de sódio, fator que deve ser considerado no momento da escolha do produto pelo consumidor. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SCHEUER, P.M, et al. Effectsoffatreplacementonpropertiesofwholewheatbread. **Braz. J. Pharm. Sci.**, São Paulo, v.50, n.4, dez. 2014. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº259, de 20 de setembro de 2002. Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 set. 2002. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº26, de 2 de julho de 2015. Regulamento Técnico para Rotulagem Obrigatória dos Principais Alimentos que Causam Alergias Alimentares. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 jul. 2015. [4] BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº90, de 18 de outubro de 2000. Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade de Pão. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 out. 2000. [5] SILVA, P.C.; GALLON, N.C.; THEODORO, H. Avaliação das rotulagens e informações nutricionais dos pães integrais: fibras, sódio e adequação com a legislação vigente. **Revista Demetra**, Caxias do Sul, v.9, n.4, p.985-1001, 2014. [6] BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº54, de 12 de novembro de 2012. Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 nov. 2012.

Palavras-chave: Fibras na dieta, Sódio, Rotulagem de alimentos.

CBS 153

COMPOSIÇÃO CORPORAL E RISCO CARDÍACO EM MULHERES

Milena Aparecida Soares de **MORAIS**(IC- milena_morais18@hotmail.com)¹, Renan Pacheco **FURTADO**(IC)¹, Higor da Silva **ROCHA**(IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A obesidade pode ser definida, de forma simplificada, como uma doença caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, sendo consequência de balanço energético positivo e que acarreta repercussões à saúde com perda importante não só na qualidade como na quantidade de vida [1]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi verificar a composição corporal e o risco cardíaco em mulheres praticantes de musculação. Foram avaliadas 20 mulheres (31,85 ± 12,6 anos; 60,17 ± 10,8 kg; 161,60 ± 3,8 cm; 22,95 ± 3,4 kg.m⁻²), praticantes de academia situada no município de Muriaé-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Para avaliação das características antropométricas, utilizou-se uma balança (Filizola, Brasil) para aferir o peso em quilogramas (kg), com precisão de 0,1 kg e um estadiômetro Sanny (Sanny, Brasil) para verificação da altura, onde para esta medida em metros (m), a precisão foi regulada a 0,1 centímetros (cm). Para avaliação da composição corporal através do indicador antropométrico de dobra cutânea será realizada a mensuração de três dobras cutâneas (tríceps, supra íliaca e coxa), de acordo com o protocolo de Jackson; Pollock e Ward [2]. O risco cardíaco foi avaliado pelo Índice de Massa Corporal (IMC), sendo determinado pelo quociente massa corporal / (estatura)², sendo a massa corporal expressa em quilogramas (kg) e a estatura, em metros (m) e o IRAQ (índice cintura/quadril). Sendo a circunferência abdominal será avaliada com fita métrica no ponto médio entre a crista íliaca e o rebordo costal, com o paciente em pé, com os braços posicionados ao longo do corpo e na fase expiratória da respiração. Consideramos circunferência de risco para doença cardiovascular uma medida maior ou igual a 80 cm nas mulheres. As variáveis antropométricas de massa corporal e estatura foram coletadas [2]. Foi utilizada estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A média de percentual de gordura foi de 22,47 ± 3,1. Das 20 (100%) mulheres: 14 (70%) apresentaram peso normal e 6 (30%) apresentaram valores acima do padrão: Para o IMC das 20 (100%) mulheres: 16 (80%) apresentaram peso normal e 4 (20%) apresentaram sobrepeso: Somente 4 (20%) indivíduos apresentaram valores mais elevados para o IRAQ. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que parte da amostra estudada apresentam níveis de percentual de gordura acima dos valores padrão e sobrepeso, o que pode ser um indicador para risco cardíaco. **AGRADECIMENTOS:** A academia de musculação Extremo Vigor onde foram feitas as avaliações antropométricas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MENDONÇA, C. P.; ANJOS, L. A. **Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 20, p. 698-709, 2004. [2] MARFELL-JONES, T. O. M.; STEWART, A.; CARTER, L. **International standards for anthropometric assessment: ISAK.** África do Sul: International Society for the Advancement of Kinanthropometry, 2006.

Palavras-chave: Composição Corporal, Risco Cardíaco, Adultos.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 154
COMPREENSÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL POR ACADÊMICOS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ - MG

Flávia da Silva **MACHADO** (IC-dsm.flavia@gmail.com)¹, Diovana Raspante de Oliveira **SOUZA** (IC)¹, Erlaine Maria da **SILVA** (IC)¹, Naruna Pereira **ROCHA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora UNIFAMINAS

INTRODUÇÃO: A rotulagem nutricional é uma importante ferramenta de promoção de saúde pública incentivando a saúde do consumidor, já que esta é responsável por apresentar as propriedades nutricionais do alimento. Com o aumento dos produtos processados e ultraprocessados no mercado, a rotulagem nutricional proporcionou autonomia aos consumidores para que estes tenham a oportunidade de optar por produtos mais saudáveis [1]. Tendo em vista que os hábitos dietéticos são capazes de promover, bem como oferecer diversos riscos à saúde, é preponderante que as informações nutricionais sejam apresentadas de modo que o grau de conhecimento da população seja suficiente para compreendê-lo [2]. Este trabalho teve como objetivo avaliar a compreensão dos consumidores em relação às informações nutricionais presentes nos rótulos de alimentos.

METODOLOGIA: Foram convidados para participar da pesquisa, acadêmicos dos cursos de fisioterapia, biomedicina e direito de um Centro Universitário de Muriaé-MG em agosto de 2019. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário adaptado [3] com perguntas objetivas referentes às informações presentes em rótulos nutricionais com o intuito de observar o nível de conhecimento destes acadêmicos em relação ao assunto. Para análise dos dados, foi utilizado o Microsoft Office Excel 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Participaram da pesquisa 82 acadêmicos, sendo 63,9% mulheres. Dentre os voluntários, 66,3% não se sentiam satisfeitos com seu corpo e 56,6% já tinham realizado dietas com o objetivo principal de: emagrecer (37,4%), engordar (4,8%) e controlar patologias (3,6%). É compreensível que a maioria objetive emagrecer, tendo em vista que o público feminino, maioria dos voluntários neste estudo, preocupa-se mais com seus hábitos dietéticos e com a imagem corporal [1]. Dentre os participantes, 33,7% informaram ser o principal responsável pelas compras de alimentos em sua residência. Somente 13,3% dos avaliados relataram o costume de ler os rótulos antes de efetuarem as compras, sendo que 94,0% consideraram a rotulagem nutricional importante, porém, 34,9% alegaram não confiar nas informações contidas nas embalagens. Ao avaliar o conhecimento quanto aos informes nutricionais, apenas 47,9% dos consumidores relataram corretamente que o termo “alto teor de vitaminas e minerais” significa que o alimento contém maior quantidade de vitaminas e minerais. Os rótulos além de função publicitária, tem o papel de identificar e assegurar informações adequadas que permitam uma decisão sensata por parte dos consumidores [4]. Em relação aos fatores que mais influenciavam as compras dos alimentos, pôde-se observar: sabor do alimento (26,5%), qualidade nutricional (25,3%), preço (22,9%), aparência da embalagem e mídia empacotados (8,4%), praticidade (6,0%) e em menor frequência, a marca (2,4%).

CONCLUSÃO: A maior parte dos consumidores avaliados por vezes leem os rótulos dos alimentos, porém, foi demonstrado baixa assertividade com relação às informações contidas nos mesmos. Isso indica que medidas de educação em saúde à população devem ser tomadas, seja na simplificação das informações compreendidas nos rótulos ou pelo maior esclarecimento da sociedade por meio de políticas públicas adequadas.

BIBLIOGRAFIA: [1] CUNHA, M; ARAÚJO, D. Elaboração e avaliação da informação nutricional de um produto alimentício pelo sistema tradicional e alternativo. *Rev. Inova Ciência & Tecnologia*. Uberaba. v.3, n.1, p.23-27, 2017. [2] CASSEMIRO, I, *et al.* Rotulagem nutricional: Quem lê e por quê? *Arq. Ciênc. Saúde Unipar*, Umuarama, v.10, n.1, p.9-16, 2006. [3] NASCIMENTO, C. **Validação de um instrumento de avaliação da compreensão da rotulagem nutricional pelo consumidor**. 2004. 95 f. Monografia (Especialista em Qualidade dos Alimentos) – Universidade de Brasília Centro de Excelência em Turismo, Brasília, DF, 2004. [4] CAVADA, G, *et al.* Rotulagem nutricional: você sabe o que está comendo? *Braz. J. Food Technol*, IV SSA, p.84-88, 2012.

Palavras-chave: Informação Nutricional, Embalagem de Alimentos, Defesa do Consumidor

Área de conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 155

CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ - MG SOBRE O
Clostridium botulinum

Ana Victória de Souza **SILVA** (IC- anavictoriasilva03@hotmail.com)¹, Diovana Raspante de Oliveira **SOUZA** (IC)¹, Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2. Professora UNIFAMINAS Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O *Clostridium botulinum* é uma bactéria anaeróbica, Gram-positiva que apresenta forma de bastonete e é classificada em oito tipos. Ao consumir alimentos contaminados com este microrganismo, o mesmo produz no intestino neurotoxinas que ao serem absorvidas pelo trato gastrointestinal impedem a liberação de acetilcolina, o que prejudica a contração muscular, resultando em paralisia [1]. Alimentos contaminados por esporos do *C. botulinum* precisam ser aquecidos por cerca de 30 minutos a uma temperatura mínima de 120°C, sendo estes incapazes de germinar em ambientes aeróbicos, com baixa atividade de água e potencial hidrogeniônico inferior a 4,5 [2]. Desta maneira, conhecer a percepção das pessoas quanto aos riscos de contaminação por microrganismos torna-se preponderante no que se refere à segurança alimentar da sociedade como um todo [3]. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo verificar a compreensão que os adultos jovens têm dos riscos que o *C. botulinum* pode trazer à saúde. **METODOLOGIA:** Foram convidados a participar da pesquisa, acadêmicos dos cursos de engenharia civil do Centro Universitário de Muriaé-MG. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado por aqueles que aceitaram participar. Foi aplicado um questionário com perguntas objetivas referentes ao botulismo alimentar e infantil. Como ferramenta de análise dos dados foi utilizado o Microsoft Office Excel 2016 e o trabalho foi submetido à Plataforma Brasil. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 17 acadêmicos com idade entre 19 e 26 anos, sendo 58,8% homens. No que se refere ao interesse em saber a origem dos alimentos consumidos, 29,4% apresentaram-se muito interessados, 35,3% razoavelmente interessados, e outros 29,4% neutro, porém, apenas 17,6% leem os rótulos regularmente e 11,8% leem sempre. É conhecido o aumento do interesse dos consumidores pela qualidade nutricional do produto, assim como questões relacionadas à segurança alimentar que envolvem a etapa de produção [3]. No que se refere ao *C. botulinum*, 70,6% dos indivíduos avaliados não conhecem a bactéria, 88,2% desconhecem o botulismo alimentar e 94,1% não sabe o que é a contaminação cruzada, assim como 94,1% não conhece os riscos que o botulismo alimentar pode trazer à saúde. A contaminação por *C. botulinum* manifesta-se especialmente em preparações artesanais, tendo em vista que estas não são submetidas às temperaturas suficientes, assim como não são mantidas em pH adequados para destruição do microrganismo [2]. Dos alimentos apresentados, os enlatados (88,2%), embutidos (82,4%) e as carnes (52,9%) apresentam maior risco de contaminação segundo os voluntários. No que se refere aos sintomas característicos do botulismo alimentar, os participantes acreditam ser diarreia (19,4%), febre (16,7%) náuseas e vômitos (16,7%) os mais comuns. **CONCLUSÃO:** Observou-se que, há uma necessidade maior de orientar as pessoas sobre a bactéria, visto que a maior parte desconhece o que é o *C. botulinum* e os riscos que podem trazer à saúde. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JÚNIOR, C. A. O.; SILVA, R. O. S.; OLINDA, R. G.; LOBATO, F. C. F. Botulismo em não ruminantes no Brasil. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.46, n.12, p.2158-2165, dez. 2016. [2] CERESER, N. D.; COSTA, F. M. R.; JÚNIOR, O. D. R.; SILVA, D. A. R.; SPEROTTO, V. R. Botulismo de origem alimentar. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.38, n.1, p.280-287, fev. 2008. [3] ANDRADE, J. C. *et al.* Percepção do consumidor frente aos riscos associados aos alimentos, sua segurança e rastreabilidade. *Brazilian Journal of Food Technol*, Campinas, v. 16, n. 3, p. 184-191, set. 2013.

Palavras-chave: *Clostridium botulinum*, Botulismo alimentar, Infecções por Clostridium

Área do Conhecimento: Nutrição - 4.05.00.00 - 4

CBS 156

CONHECIMENTO SOBRE SALMONELOSE ENTRE MORADORES DA ZONA RURAL E ZONA URBANA DA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Fernanda M. LIMA (IC – fernandameirelles91@hotmail.com)¹, Isadora M. ALONSO (IC)¹, Deborah H. ROCHA (IC)¹, Alice M. MARTINO (IC)¹, Caroline A. LOBO (IC)¹ e Fernanda M. FERNANDES (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Pertencente à família Enterobacteriaceae, a *Salmonella* sp., possui formato de Bastonetes Gram negativos, sendo conhecidas por causar Salmonelose[1]. Dentre as características da infecção inclui-se um período de 6 a 48hs o qual a bactéria permanece incubada, nesse período iniciam os sintomas como náuseas, diarreia, vômito e dores abdominais[2][3]. Ovos crus e carnes mal passadas são os principais alimentos envolvidos na transmissão da doença. Neste sentido, o Ministério da Saúde relata que as doenças infecciosas e parasitárias do aparelho digestivo são relacionadas a 9,2 % dos casos totais de óbitos, apontando as regiões brasileiras Norte e Nordeste como as mais prejudicadas[1]. Desta forma, o presente estudo teve como objetivo comparar o conhecimento de moradores de áreas rurais e urbanas da Zona da Mata Mineira, a respeito do conhecimento sobre a Salmonelose. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram entrevistadas 40 pessoas no mês de agosto de 2019, sendo 20 moradores da zona rural e 20 da zona urbana na região da Zona da Mata de Minas Gerais. Para a realização da entrevista foi utilizado um questionário com questões acerca da doença sendo que a pesquisa ocorreu após assinatura de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e o projeto foi registrado na Plataforma Brasil. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com os resultados obtidos, observou-se que 50% de todos entrevistados, desconheciam a doença e 50% tinham conhecimento do que se tratava. Além disso, constatou-se que 27,5% dos entrevistados não sabiam a forma de contaminação e 70% entendiam que a propagação da *Salmonella* sp. se dá principalmente através de ovos crus e carnes mal passadas. Já 32,5% dos indivíduos alegaram não compreender que um paciente com Salmonelose poderia transmitir a doença através de suas fezes. Ao se comparar a população rural com a urbana, observou-se que 60% dos entrevistados residentes da zona urbana tinham conhecimento que se tornavam um hospedeiro após se infectar com a bactéria e que estavam contagiosos até estar livre da mesma, 5% a mais considerando as respostas dos moradores da zona rural (55%). Ao se perguntar sobre o conhecimento de quais grupos de pessoas estavam mais vulneráveis a este tipo de infecção, 30% dos entrevistados de ambos os grupos, não apontaram domínio dessa temática. Ademais, 75% tinha conhecimento sobre a necessidade de ter bons hábitos de higiene pessoal, bem como utilizar água sanitária para higienização de verduras como medidas profiláticas à contaminação da Salmonelose. Por fim, constatou-se que 55% de todos entrevistados declararam que as autoridades de seus municípios em nenhuma circunstância alertaram a população através de campanhas sobre a patologia. A *Salmonella* pode causar dois tipos de doença, dependendo do sorotipo, sendo a salmonelose não tifoide e a febre tifoide. Os sintomas da não tifoide podem ser desagradáveis, mas a doença geralmente é autolimitada entre pessoas saudáveis. Já a febre tifoide é mais grave e tem uma taxa de mortalidade maior que a não tifoide [5]. **CONCLUSÕES:** Em relação ao conhecimento da doença, ambos os grupos entrevistados tinham entendimento prévio do que se tratava. Contudo, ao se observar algumas particularidades sobre a infecção, indivíduos moradoras da zona urbana apresentaram maior domínio sobre o assunto. **AGRADECIMENTOS:** À Orientadora Fernanda Mara. **BIBLIOGRAFIA:** [1]BRASIL. MS. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual Técnico de Diag. Lab. da *Salmonella* sp. Série A - 1ª edição. Brasília, DF, 2011. [2] BRASIL. MS. FUNASA. CENEPI. Mortalidade Brasil 2004. Brasília: CENEPI/FUNASA;2004. [2] MICHEL, J.; PELCZAR, JR.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: Conceitos e aplicações. 2 ed. vol.2. SP. Pearson, 2009. p. 229 – 232.[3]BLACK, J. G. Mic.: Fundamentos e perspectivas. 4 ed. RJ. Guanabara Koogan. 2002. p.583 - 584. [4] BRASIL. MS. *Salmonella* (Salmonelose): o que é, causas, tratamento e prevenção (<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/Salmonella>); 2019

Palavras-chave: Febre tifoide, *Salmonella* sp., Higienização.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 159

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O RISCO DE CONSUMO BEBIDAS ADOÇADAS EM ESCOLARES DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Mayara Cândida de Jesus **VIEIRA**¹ (IC- mayara_vita@hotmail.com), Nayara Rizzo de **ALMEIDA**¹, Lívia Botelho da Silva **SARKIS** (PQ)², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS - Muriaé-MG.

APRESENTAÇÃO: Em consequência de hábitos alimentares inadequados, crianças apresentam risco de desenvolver excesso de peso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, especialmente diabetes [1]. A quantidade elevada de calorias por grama, comum à maioria dos alimentos ultraprocessados, é um dos principais mecanismos que desequilibra o balanço de **energia** e aumentam o risco de obesidade. No caso de refrescos, refrigerantes e muitos outros produtos prontos para beber, o aumento do risco de obesidade está relacionado com a comprovada menor condição que o organismo humano tem de “registrar” calorias provenientes de bebidas adoçadas [2]. Uma criança obesa aumenta a possibilidade de se tornar um adulto obeso, o que pode gerar um conjunto de problemas de saúde tendo como possível consequência à diminuição da expectativa de vida [3]. Diante deste fato, o objetivo do presente estudo foi promover a conscientização sobre risco do consumo de bebidas adoçadas em crianças de uma escola de rede privada de ensino de Muriaé-MG. **DESENVOLVIMENTO:** A partir de um diagnóstico situacional, realizado através da aplicação de um questionário sobre hábitos alimentares, foram desenvolvidas ações de educação alimentar e nutricional em um grupo de escolares entre 6 a 7 anos de uma escola particular de Muriaé. O estudo teve início após autorização da escola e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelos responsáveis. Para a realização da intervenção de educação alimentar e nutricional foram utilizados recursos dinâmicos com o intuito de proporcionar as crianças uma melhor compreensão do assunto proposto. O objetivo principal foi conscientizá-los quanto ao excessivo consumo de bebidas adoçadas, mostrando-os a quantidade de açúcar presente em diferentes bebidas industrializados que são consumidos por eles diariamente. Para proporcionar essa melhor percepção, as embalagens de refrigerantes, sucos e achocolatados foram expostos juntamente com a sua respectiva quantidade de açúcar dentro de sacos plásticos transparentes. Os alunos foram dispostos em formato de roda, onde as acadêmicas de nutrição fizeram demonstrações das embalagens das bebidas e dos sacos plásticos contendo a quantidade específica de açúcar em cada um deles. Posteriormente questionaram o conhecimento dos alunos referente à devida quantidade presente nas bebidas e relataram os malefícios que essa prática pode causar se realizada sem consciência e moderação. Também esclareceram sobre as doenças que estão relacionadas com essa ingestão inadequada e como evitá-las optando pelo consumo de água, sucos naturais ou a fruta *in natura*. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da dinâmica utilizada na intervenção foi possível atrair a atenção das crianças tendo a participação de todas, fazendo com que elas compreendessem de forma clara o conteúdo repassado. Os alunos mostraram não ter consciência da quantidade de açúcar presente nos produtos que foram demonstrados, e relataram um elevado consumo de bebidas adoçadas. Torna-se importante uma maior conscientização dos pais e das crianças sobre o perigo do consumo deste tipo de bebida de forma excessiva, para alcançar uma melhor qualidade alimentar e hábitos saudáveis. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] LARSON NI, et al. Tendências no consumo de frutas e vegetais para adolescentes. *Revista Americana de Medicina Preventiva*, v. 32., n. 2, pag 147-150, 2007. [2] Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, 2014.[3] PAULINO, E. F. R. et al. Intervenções de enfermagem junto à família na prevenção da obesidade infantil. *Corpus et Scientia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 14-20, 2011.

Palavras-chave: obesidade, educação alimentar e nutricional, doenças crônicas não transmissíveis.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 158

ELABORAÇÃO DE BISCOITOS TIPO COOKIE A BASE DE FARINHA DE CASTANHA DE PARÁ COMO ESTRATEGIA PARA ENRIQUECIMENTO DO MINERAL SELÊNIO

Tábata Muniz do Carmo da Silva **ALMEIDA**¹ (tabatamunizcarmo98@gmail.com), Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO**²

1-Curso de nutrição; 2. Professora Centro universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36.880-000 – Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Com o aumento da industrialização de alimentos ocorreu uma grande mudança nos hábitos alimentares das pessoas, estas passaram a consumir muitos alimentos industrializados, causando assim deficiência de vários macros e micronutrientes, incluindo o selênio. A presença do selênio em um alimento depende muito da sua quantidade no solo. **[1]** Este mineral tem uma grande importância na saúde humana, pois possui marcantes aplicabilidades quando agregado a selenoproteínas, possuindo função antioxidante do sistema imunológico, fertilidade, combate a danificação de organelas e membranas celulares de oxidação, regulação da tireoide além de diminuir os riscos de doenças crônicas não transmissíveis. **[2]** Os adolescentes fazem parte de um grupo de risco nutricional, devido a uma grande necessidade de vitaminas e minerais essenciais para seu perfeito desenvolvimento, com isso precisam ter uma alimentação adequada e com um elevado teor nutricional, porém por influência das mídias, praticidade em comprar alimentos ultraprocessados e *fast-foods*, estes acabam por sua vez substituindo o almoço e o jantar por lanches e biscoitos, sendo que esse tipo de refeição tem um baixo teor nutricional. **[3]** Atualmente na produção de alimentos, a indústria passou a produzir alimentos fortificados em vitaminas e minerais, partindo deste princípio de fortificação, foi escolhido o biscoito tipo cookie para o enriquecimento, devido a grande aceitabilidade do público alvo com biscoitos, além de possuir um sabor adocicado. **[4] OBJETIVO:** Desenvolver biscoitos tipo cookie enriquecido com castanha de pará como estratégia para enriquecimento do mineral selênio para o público adolescente. **DESENVOLVIMENTO:** Foi realizada a produção de um biscoito tipo cookie enriquecido com o mineral selênio no laboratório de Técnica Dietética do Centro Universitário Faminas- UNIFAMINAS. Foi utilizado a farinha de castanha de pará como alimento base para enriquecimento da receita uma vez que em 100 g de castanha do pará tem-se 2.960 mcg de selênio **[5]**. Para a produção do cookie foram adicionado os demais ingredientes: farinha de aveia, farinha de trigo integral, ovo, açúcar demerara e manteiga. Obteve-se em dois biscoitos de 15 g cada, um total de 283 mcg do mineral. Uma vez que a RDA (Recommended Dietary Allowance/ Ingestão Dietética Recomendada) para a ingestão de selênio para adolescentes entre 14 e 18 anos é 55 mcg/d, o biscoito foi considerado uma boa estratégia para oferta de selênio entre adolescentes, uma vez que se tornou o alimento fortificado com o mineral. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O biscoito fortificado com o selênio apresenta boa qualidade nutricional, pois possui fibras alimentares além de ser uma boa fonte de antioxidantes devido a presença da castanha do pará e a ausência de gorduras hidrogenadas. Por ser um tipo de biscoito apresenta boa aceitabilidade entre o público alvo, tendo vista que os mesmos possuem hábito de consumir biscoitos. Com a produção e o consumo desses cookies, estes estarão consumindo um produto de boa qualidade e nutritivo. **BIBLIOGRAFIA:** **[1]** CAZZOLINO, S. M. F. **Alimentação e educação II Deficiência de minerais**, São Paulo, v.21, n.60, mai/agos. 2007. **[2]** V. VIARO, S. V. FLECK, J. A importância bioquímica do selênio para o organismo humano. **Disciplinarum Scientia. Série: Ciên. Biol. Da saúde**, Santa Maria, v.2, 2007. **[3]** TEIXEIRA, A. S. *et al.* Substituição de refeições por lanches em adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 330-337, 2012. **[4]** BARROSO, M. K. D. A. *et al.* Elaboração de biscoito tipo cookie de chocolate enriquecido com farinha de coco. 2016. 6p. **XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos**. FAURGS, Gramado, 2016. **[5]** PHILIPPI, S. T. **Tabela de composição de alimentos suporte para decisão nutricional**. Barueri: Manole, 2016.

Palavras chaves: alimentos fortificados, selenoproteínas, adolescência.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 159

DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE SENSORIAL DE KAFTA COM ESPINAFRE ENRIQUECIDO COM FERRO PARA ADOLESCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MIRAÍ - MG.

Flávia da Silva **MACHADO** (IC-dsm.flavia@gmail.com)¹; Erlaine Maria da **SILVA** (IC)¹; Diovana Raspante de Oliveira **SOUZA** (IC)¹; Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)².

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: O ferro é o mineral mais presente no corpo humano, visto que este auxilia na síntese proteica, hematose, e na manutenção do sistema imunológico do organismo. Na alimentação é encontrado em duas formas, o ferro heme, detectado em alimentos de origem animal e ferro não heme, presente sobretudo em vegetais verde escuros [1]. É importante destacar que a adolescência é um período no qual as necessidades nutricionais são elevadas, devido ao crescimento e desenvolvimento muscular. Entretanto a alimentação nessa fase caracteriza-se pelo consumo excessivo de alimentos processados e ultra processados, o que implica numa dieta de baixa ingestão de ferro. Este trabalho teve como objetivo elaborar um alimento enriquecido com ferro para adolescentes e realizar análise sensorial do mesmo. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com estudantes de uma instituição pública do município de Miraiá-MG no mês de maio. Foi desenvolvido uma kafta com espinafre no laboratório de técnica dietética do Unifaminas, alimento este, fonte de ferro. A preparação teve como principais ingredientes grão de bico, farinha de panko, carne moída, tomilho e espinafre. Para realizar a análise de aceitação do alimento, os alunos foram divididos em grupos de 10 e direcionados a uma sala onde foi disponibilizado um copo com água e guardanapos, caso houvesse aversão ao alimento. Posteriormente, foi oferecido o produto para que realizassem a análise sensorial. Todos os estudantes assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido e preencheram uma escala hedônica composta por duas perguntas referentes à aparência e ao sabor da Kafta, sendo apresentadas opções de 1 a 5, em que 1 significa “gostei muito” e 5 “desgostei muito”. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 125 adolescentes com idade entre 14 e 18 anos, sendo 52,8% do sexo feminino. Observou-se que 83,1% dos meninos gostaram da aparência do salgado, enquanto entre as meninas 78,8% aprovaram. No que se refere ao sabor, a maior preferência foi entre as meninas, conferindo 69,7%, ao passo que 64,4% dos meninos relataram apreciar o produto. Há elevada necessidade diária do micronutriente ferro na faixa etária que compreende a adolescência, isso se deve principalmente ao aumento do volume sanguíneo, síntese muscular, devido ao estirão pubertário, e à perda sanguínea menstrual nas meninas [2]. Outros fatores associados a estes, como a ingestão deficiente em ferro, podem resultar em anemia ferropriva, portanto, é preponderante realizar o acompanhamento do estado nutricional no que se refere aos níveis séricos de ferro nesses indivíduos. Torna-se relevante a implementação, em âmbito escolar, de algumas medidas educativas que objetivam a promoção de uma alimentação saudável [3]. Com isso, compreende-se a relevância do alimento oferecido para análise sensorial, uma vez que 40g (1 porção) do mesmo possui 20% da recomendação diária de ferro para adolescentes. **CONCLUSÃO:** Observou-se que o alimento desenvolvido obteve boa aceitabilidade, tendo em vista que a maior parte dos voluntários gostaram do alimento, o que demonstra relevante estratégia para ajudar a atingir a necessidade nutricional diária do micronutriente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DIRETRIZES DEPARTAMENTOS DE NUTROLOGIA E HEMATOLOGIA - HEMOTERAPIA, n.2, p.1-13, 2018, São Paulo, **Consenso sobre anemia ferropriva: mais que uma doença, uma urgência médica!** São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2018. [2] ANDRADE, R. C. *et al.* Anemia ferropriva em adolescentes; uma revisão de literatura. **Rev. Nutr. Hosp.**, Salvador, v.29, n.6, p.1240-1249, 2014 [3] BRITO, L. *et al.* Fatores de risco para anemia por deficiência de ferro em crianças e adolescentes parasitados por helmintos intestinais. **Rev. Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health**, Salvador, v14, n.6, p.422-431, 2003.

Palavras-chave: Adolescente, Anemia Ferropriva, Deficiência de ferro.

Área de conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 160

EFEITO DE UMA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL EM IDOSOS DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA
FAMÍLIA DE MIRADOURO – MG

Lorraine Fernandes **ALVES** (IC¹ lorrainefernandes02@gmail.com), Luana Antenor Rodrigues **ALVES** (IC¹),
Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)², Livia Botelho da Silva **SARKIS** (IC)³ e Vanessa Sequeira
FONTES (PQ)³

1. Curso de Nutrição; 2. Professor; 3. Nutricionista

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: O processo de envelhecimento traz alterações na saúde e na nutrição do idoso devido a modificações fisiológicas e anatômicas do próprio corpo e variações patológicas comuns nessa idade [1]. Dentre as diversas alterações pode-se citar mudanças no paladar, com diminuição da sensibilidade para sabores primários, a perda dos dentes e uso de próteses, e problemas na digestão dos alimentos [2]. Além disso, alguns medicamentos também podem afetar o estado nutricional do idoso [1]. O envelhecimento pode vir acompanhado de diversas patologias, principalmente as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes *mellitus* (DM), hipertensão arterial sistêmica (HAS) e dislipidemia [3]. O objetivo deste trabalho foi realizar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) sobre tratamento nutricional das DCNT com idosos cadastrados no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Miradouro- MG. **DESENVOLVIMENTO:** Após autorização da instituição e assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram elaboradas três intervenções, cada uma abordando um tema distinto: DM, HAS e dislipidemia. Antes das intervenções, aplicou-se um questionário sobre hábitos alimentares e estilo de vida. A primeira intervenção, foi realizada em duas etapas, a primeira composta por uma palestra com conteúdo educativo sobre DM, explicando as alterações comuns nessa patologia, além das formas de prevenção e controle a partir da alimentação. Na segunda etapa, realizou-se uma gincana, em que os pacientes classificaram alimentos previamente selecionados, como adequados ou inadequados para o controle glicêmico. Na segunda intervenção, foi realizada uma palestra abordando pontos importantes sobre a HAS, como diagnóstico, prevenção e controle da doença. E, para finalizar o tema, fez-se uma orientação sobre substituição de temperos industrializados por naturais. Os participantes receberam mudas de tempero e foram ensinados a plantá-las e cultivá-las em suas casas. Na terceira intervenção, que abordou o tema dislipidemia, foi realizada uma palestra sobre os fatores de risco, prevenção e tratamento nutricional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Durante a realização das intervenções, percebeu-se a importância da educação alimentar e nutricional, pois muitos idosos não possuíam informações suficientes para uma alimentação saudável e saborosa. Com a transmissão dessas informações é possível auxiliar no processo de prevenção e controle das doenças não transmissíveis. **BIBLIOGRAFIA [1]** VITOLLO, M.R. **Nutrição:** da gestação ao envelhecimento. 2ª ed. Rio de Janeiro. Rubio Ltda, 2015. 568p. **[2]** TRAMONTINO, V. S. *et al.* Nutrição para idosos. **Rev. de Odontologia**, São Paulo, v.21, n. 3. p. 258 – 267. Set – Dez. 2009. **[3]** FELIPE, L.K.; ZEMMERMANN. A. **Doenças crônicas degenerativas em idosos:** dados fisioterapêuticos. Fortaleza- CE. v. 24, n.3, p.221 – 227 . Jul- Set. 2011.

Palavras- chave: hábitos alimentares, idosos, doenças crônicas

Área de conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

CBS 161

EFEITO DE UMA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL SOBRE HÁBITO ALIMENTAR, COMPOSIÇÃO CORPORAL E PERFIL BIOQUÍMICO DE UMA MULHER ADULTA DE MURIAÉ-MG

Camila **PAIVA** (IC-camilarandolpho@gmail.com)¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO**²

Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O expressivo aumento do índice de excesso de peso no Brasil em todas as faixas etárias tem sido acompanhado da ocorrência de doenças crônicas, tornando-se um assunto de extrema preocupação. [1]. Segundo a pesquisa do VIGITEL (2019), 54% da população brasileira possui excesso de peso [2]. O conhecimento sobre alimentação, junto com a avaliação antropométrica e exames bioquímicos, dão subsídios para identificar necessidades nutricionais do indivíduo e estabelecer uma conduta nutricional adequada ao mesmo [3]. O presente estudo teve como objetivo avaliar o efeito de uma intervenção nutricional sobre os hábitos alimentares, composição corporal e perfil bioquímico de uma mulher adulta. **Materiais e Métodos:** Foi realizado um estudo de caso com uma mulher adulta de 38 anos de idade, da cidade de Muriaé, MG, de outubro a dezembro de 2018, onde se realizou a aferição do peso corporal em balança de bioimpedância Inbody®, circunferência da cintura na cicatriz umbilical, e aplicou-se um questionário com perguntas sobre hábitos alimentares, atividade física e condições de saúde. Além disso foi solicitado a paciente que realizasse os seguintes exames de sangue em laboratório local da cidade: lipidograma, glicemia, cortisol, entre outros. As avaliações e acompanhamento foram realizadas por acadêmico de nutrição sob supervisão do professor e orientador nutricionista. Foram propostas metas de intervenção nutricional visando a correção do hábito alimentar da paciente, e a oferta de um plano alimentar para perda de peso. **Resultados e discussão:** A paciente apresentou consumo alimentar muito restrito, com excesso do consumo em café, suplemento de cafeína, alimentos processados e episódios de compulsão alimentar. Foram realizados quatro encontros com a paciente quinzenais com elaboração e entrega de metas alimentares e posteriormente foi prescrito plano alimentar para perda de peso, no software @dietbox. Ao iniciar o acompanhamento, a paciente apresentou os seguintes parâmetros de avaliação da composição corporal: Peso 84 kg; Índice de massa corporal (IMC) 28,1kg/m²; Circunferência da Cintura (CC) 103 cm; Água corporal 39 l; Massa magra (MM) 29,7kg; Percentual Gordura Corporal (%GC) 36,7%; Taxa Metabólica Basal (TMB) 1519kkcal; Percentual de Gordura Visceral (%GV) 15%. Os parâmetros bioquímicos foram Colesterol (CT) 208 mg/dl; Triglicerídeos (TGL) 82 mg/dl; HDL-ct 56 mg/dl; LDL-ct 136 mg/dl; Glicemia 93 mg/dl; Após dois meses do seguimento do plano alimentar, foi realizada nova avaliação onde identificou-se os seguintes parâmetros parâmetros Peso 79kg; IMC 26,39kg/m²; CC 96 cm; Água corporal 39,5 l; MM 30,1kg; %GC 32,5%; TMB 1535kkcal; %GV 11%; e os parâmetros bioquímicos (CT) 188 mg/dl; (TGL) 80 mg/dl; HDL-ct 60 mg/dl; LDL-ct 98 mg/dl; Glicemia 90 mg/dl; A paciente apresentou melhora dos parâmetros avaliados, com destaque para a redução do % de gordura corporal e visceral, CC e IMC, ficando mais próximo da classificação de eutrofia. A orientação alimentar apresenta-se como uma ferramenta útil tanto na promoção de hábitos alimentares saudáveis como na prevenção e controle do excesso de peso. [4] **Conclusão:** A paciente apresentou melhora substancialmente significativa na composição corporal e perfil bioquímico avaliados, após a adesão as metas e ao plano alimentar proposto, com redução de fatores de risco para doenças cardiovasculares. **Bibliografia:** [1] BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a população Brasileira**- 2 ed., 1. Reimpr- Brasília, 2014. [2] BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigitel Brasil 2019:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. [3] SICHIERI, R. *et al.* Recomendações de Alimentação e Nutrição Saudável para a População Brasileira, **Arq Bras Endocrinol Metab**, v.44, n.3, 2000. [4] BRASIL, Ministério da Saúde. **Obesidade.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.108 p.

Palavras-chave: consumo de alimentos, sobrepeso, antropometria

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 162

ELABORAÇÃO DE UM PRODUTO FUNCIONAL A BASE DE FIBRAS: BROWNIE FIBER

Lorraine Fernandes **ALVES** (IC¹ lorrainefernandes02@gmail.com), Luana Antenor Rodrigues **ALVES** (IC¹), Letícia Fonseca **BRAGA** (IC)¹, Maria Giulia de Sousa **MENTA** (IC)¹, Vanessa Sequeira **FONTES** (PQ)², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)³

1. Curso de Nutrição; 2. Nutricionista; 3. Professor Centro Universitário - UNIFAMINAS – 36880-000 - MURIAÉ-MG

APRESENTAÇÃO: Um alimento, ao ser considerado funcional, deve conter em sua composição substância biologicamente ativa, que ao ser adicionada a uma dieta usual traga benefícios ao organismo [1]. Dentre essas substâncias, destacam-se as fibras alimentares, que são renomadas por proporcionarem vários benefícios à saúde, como prevenção e tratamento de diabetes, arteriosclerose, câncer de colón, diverticulites e problemas cardíacos, além de aumentarem a sensibilidade à insulina e a saciedade [2]. Ao elaborar um produto funcional, deve-se levar em consideração a praticidade de preparo e o sabor do alimento, buscando ter uma boa aceitabilidade dos consumidores. Por isso, ao procurar um produto com as devidas características, e que possa ser veículo para adição ou substituição de ingredientes a fim de se tornar um alimento com propriedades funcionais, encontra-se o *brownie*, produto alimentício com aspecto de bolo que não cresceu, com massa pesada, perfumada e coloração marrom, que normalmente é servido como sobremesa [3]. Frente ao exposto, o objetivo deste trabalho foi elaborar um *brownie* enriquecido com fibra. **DESENVOLVIMENTO:** Em uma receita tradicional de *brownie*, encontram-se os seguintes ingredientes: farinha de trigo, manteiga, chocolate em barra 50% cacau, açúcar, ovos e nozes [3]. Porém, para se alcançar o objetivo deste trabalho, foi necessário fazer modificações na receita, já que a quantidade de fibras no produto final deve ser de, no mínimo, três gramas para que ele seja considerado um alimento funcional [1]. Portanto, os ingredientes utilizados nesta receita foram: farinha de aveia, manteiga, cacau em pó, chocolate em barra, açúcar mascavo, ovos, semente de abóbora e chia em grãos. Posteriormente, para acrescentar ainda mais, tanto no sabor quanto na quantidade de fibras, adicionou-se ao *brownie* recheio de mousse de maracujá, feito com os seguintes ingredientes: farinha da casca de maracujá, gelatina incolor, polpa de maracujá, creme de leite light, açúcar mascavo e leite em pó desnatado. Ingredientes como semente de abóbora, chia em grãos, farinha da casca de maracujá e polpa de maracujá, foram escolhidos devido ao alto teor de fibra encontrado em sua composição [4], além de serem considerados produtos alimentícios de fácil acesso. O modo de preparo do *brownie* se deu da seguinte forma: primeiramente derreteu-se, com auxílio de um micro-ondas, o chocolate em barra e a manteiga e em seguida misturou-se os demais ingredientes. Logo após, colocou-se a mistura em um recipiente e assou por aproximadamente 25 minutos. O preparo do mousse se deu através da homogeneização da gelatina previamente dissolvida em água quente, com os demais ingredientes, em seguida, a mistura foi colocada em refrigeração até se alcançar o ponto de mousse. Logo após, uniu-se as duas preparações, obtendo assim um produto saboroso e atrativo, onde a cada 40g se encontrou o valor de 4g de fibras. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através dos ingredientes e preparo já citados, foi possível elaborar uma receita, na qual se obteve como resultado um *brownie* enriquecido com fibra com recheio de mousse de maracujá. Os acadêmicos nomearam este produto como “Brownie Fiber”, sendo este uma alternativa para compor uma alimentação do público geral. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SENA, M. A.; SAMPAIO, R. M. M. Elaboração de um chocolate enriquecido com fibras da farinha casca do maracujá. *Rev. Nutrivisa*, Fortaleza-CE, v. 4, n. 8. p.6-12. Mar./jun, 2017. [2] FONTES, V. S. et al. Desenvolvimento de biscoitos enriquecidos com farinha de maçã e aveia. *rev. HU*, Juiz de Fora, v. 40, n. 3 e 4, p. 231-238, jul./dez, 2014. [3] MATOS, M. et al. Análise sensorial e nutricional de um brownie com farinha de banana verde. *Rev. Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo, v.11. n.69, p.722-730. Jan./Dez, 2017. [4] PHILIPPI, S. T. *Tabela de composição dos alimentos: suporte para decisão nutricional*. 5. ed. Barueri – SP, Manole, 2016. 140 p.

Palavras- chave: alimento funcional, alimento enriquecido, fibras na dieta

Área de conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

CBS 163

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇA NOS PRIMEIROS MIL DIAS DE VIDA MATRICULADAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG

Larissa Ferreira **MARINHO** (IC – larissa.ferreira22@outlook.com)¹, Nathalya Zangirolami **LACERDA** (IC)¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora
Centro Universitário - UNIFAMINAS - 36.880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: Os primeiros mil dias de vida de um indivíduo se iniciam no ato da concepção e vai até o segundo ano de vida da criança [1]. A nutrição adequada nessa fase vem sendo uma das estratégias utilizadas para favorecer um bom estado nutricional durante a fase adulta e para prevenir degradações nutricionais como desnutrição, obesidade e anemia por deficiência de ferro [2]. No decorrer das últimas décadas obteve-se uma redução considerável no índice desnutrição, no entanto, o de sobrepeso e obesidade vem crescendo cada vez mais [3]. O objetivo do trabalho foi avaliar o estado nutricional de crianças de 0 a 2 anos assistidas em escolas municipais da cidade de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado em duas escolas municipais da cidade de Muriaé-MG. Para avaliação do estado nutricional foi avaliado comprimento e o peso corporal. Com auxílio de uma fita métrica afixada em parede sem rodapé, foi aferido a altura e para a pesagem foi usado uma balança digital da marca G-Tech®. Para avaliar os resultados foi utilizado o programa WHO Anthro Plus®, no qual as crianças foram classificadas de acordo com o peso por idade (P/I), estatura por idade (E/I) e o índice massa corporal por idade (IMC/I). **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A amostra foi composta por 44 crianças com faixa etária entre 1 a 2 anos, sendo 54,55% do sexo masculino. De acordo com o índice IMC/I 68,18% das crianças se encontravam em eutrofia, 2,27% sobrepeso, 11,36% se encontram em risco e 4,55% com à obesidade. Em relação à magreza, foram identificados 2,27% em risco e 11,37% em magreza. De acordo com esse índice P/I, 93,19% das crianças estavam com peso adequado para idade, 4,54% estavam em baixo peso e 2,27% estavam com o peso elevado para a idade. Segundo o indicador E/I 95,46% das crianças estavam adequadas e 4,54% com baixa estatura. A prática alimentar saudável nessa fase da vida nem sempre recebe uma atenção correta, podendo ocorrer irregularidade na alimentação complementar, contribuindo para maior vulnerabilidade na saúde com possíveis percussões ao longo da vida [4] [5]. Desse modo o acompanhamento nutricional na primeira infância se faz necessário, pois permite acompanhar o peso e o crescimento, sendo possível avaliar a evolução da criança, distinguindo as de maiores riscos de morbimortalidade, prevenindo antecipadamente as inadequações do estado nutricional [6]. **CONCLUSÃO:** Apesar da maior prevalência de eutrofia entre as crianças, encontrou-se um expressivo número de crianças em magreza, sobrepeso e obesidade nessa fase da vida. Torna-se evidente a necessidade e acompanhamento nutricional neste público e ações de educação alimentar e nutricional entre as famílias a fim de se adequar o estado nutricional destas crianças, minimizando os riscos de doenças futuras. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] CUNHA, A. J. L. A.; LEITE, A. J. M.; ALMEIDA, I. S. Atuação do pediatra nos primeiros mil dias da criança: á busca pela nutrição e desenvolvimento saudáveis. *Jornal de pediatria*. Porto Alegre, v. 91, n. 1, p. 44-51, 2015. [2] ALDAIR, L. S., *et al.* Associations of linear growth and relative weight gain during early life with adult health and human capital in countries of low and middle income: findings from five birth cohort studies. *The Lancet*. Estados Unidos, v. 382, p. 525-534, 2013. [3] GRILLO, L. P.; *et al.* Estado nutricional e práticas de educação nutricional em escolares. *O mundo da saúde*. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 230-238, maio. 2016. [4] MONTE, C. M. G.; GIUGLIANI, E. R. J. Recomendação para alimentação complementar da criança em aleitamento materno. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, v. 80, n. 5, p. 131-141. 2004. [5] EUCLYDES, M.P. **Nutrição do lactente-base científica para uma alimentação adequada**. 1. ed. Viçosa: UFV, 2014. 616 p. [6] CARVALHO, M. F. *et al.* Acompanhamento do crescimento em crianças menores de um ano: situação nos serviços de saúde em Pernambuco, Brasil. *Caderno de saúde pública*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 675-685. 2007.

Palavras-chave: obesidade, desnutrição, antropometria.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 164

ESTADO NUTRICIONAL DE PRÉ-ESCOLARES E ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Larissa Ferreira **MARINHO** (IC – larissa.ferreiraa22@outlook.com)¹, Nathalya Zangirolami **LACERDA** (IC)¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Centro Universitário - UNIFAMINAS - 36.880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A fase pré-escolar tem início nos dois anos de vida se estendendo até os seis. É definida por ser uma fase de crescimento estável e lento, havendo uma redução das necessidades nutricionais e da fome, com exceção de comportamentos alimentares inesperados e oscilantes. A sedimentação de práticas alimentares é uma etapa importante, visto que é uma fase de transição no qual a criança inicia o processo de escolha alimentar [1]. A fase escolar começa nos sete anos de idade e vai até os dez. É uma fase de transição entre a infância e a adolescência, com um ritmo de crescimento acelerado e um ganho mais nítido de peso [1]. O objetivo do trabalho foi avaliar o estado nutricional de pré-escolares e escolares de escolas municipais da cidade de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo quantitativo, de caráter transversal, realizado em seis escolas municipais localizadas na cidade de Muriaé-MG. Para avaliação do estado nutricional foi avaliado altura e o peso corporal. Todas as crianças tiveram os sapatos e qualquer objeto que pudesse interferir nos resultados retirados no momento da avaliação antropométrica. Com auxílio de uma fita métrica afixada em parede sem rodapé, foi aferido a altura e para a pesagem foi usado uma balança digital da marca G-Tech®. Para avaliar os resultados foi utilizado o programa WHO Anthro Plus®, no qual as crianças foram classificadas de acordo com a estatura por idade (E/I) e o índice massa corporal (IMC) por idade (IMC/I). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A amostra foi composta por 487 crianças com faixa etária entre 3 a 10 anos, sendo 53,39% do sexo masculino. De acordo com IMC/I 69,20% das crianças se encontravam em eutrofia, 0,82% com magreza acentuada e 2,67% em magreza. Em relação ao sobrepeso e a obesidade, 5,96% das crianças estavam em risco de sobrepeso, 10,47% sobrepeso, 8,01% com obesidade e 2,87% com obesidade grave. O índice de E/I foi capaz identificar que 98,36% dos participantes possuem a estatura adequada e 1,64% se encontram em baixa estatura por idade. De acordo com Biscegli *et al.* (2007) nas últimas três décadas ocorreu uma mudança extrema em relação à alimentação da população brasileira, conhecida também como transição nutricional, sendo observado uma diminuição da desnutrição infantil e um aumento de indivíduos com excesso de peso. Essa mudança no padrão antropométrico pode estar relacionado com o uso global da tecnologia em diversas circunstâncias da vida, agravando o comportamento sedentário que reduz o gasto energético, com o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados e com a modificação na renda per capita e a diminuição no preço dos alimentos, em especial dos processados e ultraprocessados [3] [4]. **CONCLUSÃO:** Dessa forma podemos concluir que os alunos avaliados constituem um grupo aparentemente saudável em relação à prevalência de eutrofia, entretanto ainda existe uma parcela considerável em excesso de peso. A persistência desses resultados na adolescência podem causar na fase adulta inúmeros problemas de saúde, por isso é de grande importância à implementação de ações para prevenção do excesso de peso e a promoção de hábitos saudáveis. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] WEFFORT, V. R. S. *et al.* **Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar do adolescente e na escola.** 3. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2012. 148 p. [2] BISCEGLI, T. S. *et al.* Avaliação do estado nutricional e do desenvolvimento neuropsicomotor em crianças frequentadoras de creche. **Revista Paulista de Pediatria.** São Paulo, v. 25, n. 4, p. 337-342, nov. 2007. [3] POPKIN, B. M. Nutrition transition and the global diabetes epidemic. **Current Diabetes Reports.** Estados Unidos, v. 15, n. 9, p. 1-8, jul. 2015. [4] POPKIN, B. M.; ADAIR, L. S.; NG, S. W. Global nutrition transition and the pandemic of obesity in developing countries. **Nutrition Reviews.** Estados Unidos, v. 70, n. 1, p. 3-21, jan. 2012.

Palavras chaves: estado nutricional; antropometria, obesidade

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 165
HÁBITOS ALIMENTARES DE PACIENTES ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA PARTICULAR DA CIDADE DE MURIAÉ – MG

MYLENA MARTINS (ic-myllenaamartins12-@outlook.com)¹, BIANCA TRAMBAIOLI (ic-biatrambaioli@hotmail.com)¹, RAISSA DIAS (ic-raissapink7@hotmail.com)¹, CAMILA RANDOLPHO (ic-camilarandolpho@gmail.com)¹, WALTER FERREIRA (ic-waltinho.2008@hotmail.com)¹ e NARUNA ROCHA (ic-narunarocha@hotmail.com)²

1. Curso de Nutrição 2. Professora do curso de nutrição do UNIFAMINAS
Universidade de Minas- UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A transição nutricional é um fenômeno de impacto mundial, em que são observadas as modificações na forma de se alimentar da sociedade. A dieta ocidental, é atualmente, consumida pelas populações modernas, a mesma é marcada pelo consumo elevado de gorduras, principalmente de origem animal, de açúcares, alimentos refinados e pelo baixo consumo de carboidratos complexos e fibras [1]. O consumo habitual da dieta ocidental afeta negativamente a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos. Na tentativa de adequar a alimentação ao dia-a-dia, as escolhas e os hábitos de consumo alimentar passaram a apontar para o consumo de preparação mais rápida e prática. Estes, muitas vezes são alimentos processados e ultraprocessados, pobres em nutrientes de qualidade e ricos em gorduras, conservantes e carboidratos refinados [2]. O estudo teve como objetivo avaliar os hábitos alimentares de adultos atendidos em uma clínica particular da cidade de Muriaé-MG. **METODOLOGIA:** Este trabalho foi desenvolvido em uma clínica médica particular da cidade de Muriaé, Minas Gerais, em 2018. Os participantes responderam um Questionário de Frequência Alimentar contendo informações sobre o consumo alimentar dos últimos seis meses, a prática de exercício físico e o consumo de álcool. Os dados foram analisados no software Stata®, sendo realizadas as análises de frequência absoluta, relativa e de tendência central. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram 58 indivíduos, sendo 62,1% do sexo feminino, com média de idade de $50 \pm 15,5$ anos. Observou-se que 43,1% dos participantes consumiam bebida alcoólica, esta quando ingerida em excesso pode gerar sobrepeso e obesidade [3], 53,4% não praticavam exercício físico e 44,8% consumiam doces de 3 a 4 vezes na semana, influenciando no acúmulo de gordura corporal, 31% consumiam carne vermelha com gordura. Sabe-se que as carnes possuem alta concentração de colesterol, ácidos graxos saturados e sódio, estando assim associadas à incidência de doenças cardiovasculares e até mesmo de câncer [4]. Apenas 31,9% consumiam frutas diariamente. As frutas, legumes e verduras constituem um grupo de alimentos ricos em vitaminas, minerais e fibras, que devem estar presentes nas refeições diárias reduzindo o risco de doenças crônicas não transmissíveis [5]. Entre os participantes, 24,1% consumiam mais do que três vezes na semana refrigerantes e bebidas artificiais. O aumento no consumo de bebidas açucaradas está associado ao aumento na ingestão energética, dislipidemia, ganho de peso, obesidade e diabetes tipo II. **CONCLUSÃO:** A maioria dos entrevistados apresentaram hábitos alimentares inadequados que podem estar associados ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. A identificação precoce de hábitos alimentares inadequados pode contribuir para a redução da morbidade nesses pacientes. **REFERÊNCIAS:** [1] MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; COSTA R. B. L. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta alimentar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p.251-58, 2000; [2] ABREU, E. S.; VIANA, I. C.; MORENO, R. B., et al. Alimentação mundial - uma reflexão sobre a história. *Saúde e Sociedade*; v.10, n.2, p. 3-14, 2001; [3] AGUIAR, A.S.; SILVA, V.A.; BOAVENTURA, G.T. - As calorias do etanol são aproveitadas pelo organismo? *Nutrição em Pauta*. jan/fev: 45-49, 2007; [4] CELESTINO, B., et al. Consumo de carnes por adultos do sul do Brasil: um estudo de base populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(8):3583-3592, 2014; e [5] MINISTÉRIO DA SAÚDE: Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia Alimentar para População Brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: **Ministério da Saúde**; 2014.

Palavras-chave: Consumo alimentar; Transição Nutricional; Estilo de vida; Adulto.

CBS 166

HÁBITOS ALIMENTARES E PRESENÇA DE PATOLOGIAS EM GESTANTES COM EXCESSO DE PESO ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ/MG

Viviane de Oliveira **LIMA** (IC- vivioliveira.mg14@gmail.com)¹ e Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)¹

1. Curso de Nutrição; 2. Professor -UNIFAMINAS
Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS - 36.888-233 - MURIAÉ-MG.

INTRODUÇÃO: Na gravidez ocorrem diversas mudanças fisiológicas, metabólicas e endócrinas que modificam as necessidades nutricionais da gestante. O ganho de peso excessivo pode elevar o risco de doenças como diabetes gestacional, pré-eclâmpsia, macrosomia, complicações no parto e afetar a saúde do bebê [1]. A alimentação saudável garante o fornecimento de todos nutrientes necessários para o bom desenvolvimento do feto. O desequilíbrio alimentar pode ter consequências graves no período gestacional e no pós-parto. [2]. O objetivo deste trabalho foi avaliar o excesso de peso, presença de patologias e hábitos alimentares de gestantes assistidas pelo Sistema Único de Saúde do município de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com gestantes assistidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade de Muriaé/MG no mês de agosto de 2019. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário semiestruturado com perguntas sobre hábitos alimentares e ganho de peso na gestação. Calculou-se o índice de massa corporal (IMC) de acordo com a semana gestacional, e avaliou-se o mesmo de acordo com a proposta do Ministério da Saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 41 gestantes, que estavam entre 16 e 40 semanas gestacionais com idade entre 18 e 44 anos. Identificou-se que 63,4% das gestantes se encontravam acima do peso para sua idade gestacional, sendo 39% com excesso de peso e 24,4% com obesidade. Apenas 36,6% estavam com o IMC adequado para a semana gestacional. Dentre as gestantes acima do peso, 30,8% apresentavam glicemia alta e 26,9% pressão arterial sistêmica elevada. O acompanhamento nutricional foi relatado por 50% das gestantes. Em relação ao consumo de doces, balas e similares, 19,2% consumiam de 5 a 6 vezes na semana e 38,5% todos os dias. O consumo de alimentos processados e ultra processados era realizado por 38,5% de 3 a 4 vezes na semana. O consumo de refrigerantes foi relatado por 38,5% com frequência de 3 a 4 vezes na semana e 38,5% diariamente. Observou-se que 30,8% consumiam frutas raramente, 26,9% 1 por dia, 23,1% 2 por dia e 19,2% 3 unidades ou mais ao dia. O consumo de verduras e legumes era realizado de 3 a 4 vezes na semana por 30,8% delas, 7,7% de 5 a 6 vezes e 15,4% todos os dias. Para alimentos integrais, apenas 19,2% relatam o consumo, sendo citados pães, biscoitos, aveia, linhaça, chia e arroz. Na gravidez, não se deve obter ingestão calórica em excesso, ao contrário que muitos pensam, pois são grandes os riscos de complicações e não há privilégios [3]. O Ministério da Saúde recomenda consumo de frutas, legumes e verduras todos os dias, variando as cores para garantir a ingestão de todas vitaminas e minerais, além de serem ricos em fibras e baixa em caloria. Alimentos processados e ultra processados, gorduras, gorduras trans, frituras e bebidas com alto teor de açúcares devem ser evitadas [4]. **CONCLUSÃO:** A maioria das gestantes avaliadas encontravam-se acima do peso para a idade gestacional, sendo que estas, em sua maioria apresentavam hábitos alimentares inadequados, sendo possível identificar alto consumo de doces, refrigerantes, processados e ultra processados e baixo consumo de frutas, verduras, legumes e alimentos integrais ricos em vitaminas, minerais e fibras, que são de grande importância nesse período. O excesso de peso juntamente a ingestão inadequada dos alimentos pode acarretar em problemas no parto e na saúde da mãe e do bebê. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ROSA R. L.; MOLZ, P.; PEREIRA, C. S. Perfil nutricional de gestantes atendidas em uma unidade básica de saúde. *Rev. Cinerjis*. Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 98-102, 2014. [2] BRASIL. Senado Federal. **Orientações Nutricionais: da gestação à primeira infância**. 2015. [3] PARIZZI, M. R.; FONSECA, J. G. M. Nutrição na gravidez e na lactação. *Rev. Med. Minas Gerais*. Minas Gerais, v.20, n. 3, p. 341-353, 2010. [4] Brasil. Ministério da Saúde. **Caderneta da gestante**. 2016.

Palavras-chave: gestação, sobrepeso, obesidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 167

HÁBITOS DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM IDOSOS ATENDIDOS EM
UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MURIAÉ-MG

TÁBATA MUNIZ DO CARMO DA SILVA ALMEIDA¹ (IC-tabatamunizcarmo98@gmail.com), NARUNA PEREIRA ROCHA (PQ- narunarocho@hotmail.com)²

1- Curso de nutrição; 2. Professora.Universidade de Minas- UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O envelhecimento populacional é cada vez mais frequente, estando associado ao aumento da qualidade e perspectiva de vida das pessoas. No entanto, o envelhecimento das populações tem sido acompanhado por maiores prevalências de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, neoplasias, diabetes mellitus, entre outras [1]. As DCNTs causam impactos tanto na economia do país quanto na qualidade de vida da sociedade, podendo conduzir a óbitos de forma prematura, além trazer limitações aos portadores dessas doenças [2]. O objetivo deste trabalho foi avaliar os hábitos de risco para desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis em idosos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Estudo transversal realizado com idosos atendidos na Unidade Básica de Saúde da cidade de Muriaé-MG em junho de 2019. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes responderam a um Questionário de Frequência Alimentar relativo ao consumo dos últimos seis meses e um questionário sobre a presença de DCNTs e dos hábitos de vida. O consumo alimentar habitual foi estabelecido quando consumido ≥ 5 vezes/semana. Os dados foram analisados no Excel, sendo realizadas as análises de frequência absoluta, relativa e de tendência central. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 30 idosos com média de idade de 75 anos, sendo a maioria do sexo feminino (70%). Entre os avaliados, 70% possuíam algum tipo de DCNT, sendo a mais citada a hipertensão arterial sistêmica (73%) e o diabetes mellitus tipo II (13%). Esses resultados confirmam a necessidade de implementação de ações e políticas públicas efetivas para combater ou minimizar a existência dessas doenças na população idosa [3]. No que se refere ao consumo alimentar, 70% dos avaliados faziam uso de açúcar, 30,0% não tinham o hábito de retirar o excesso de gordura das carnes e 43,0% faziam o consumo de frango com pele. Metade dos idosos (50%) referiram o consumo habitual de bebidas artificiais e 21,0% de doces. Sabe-se que a alimentação e nutrição adequadas são importantes na terceira idade, como forma de prevenir e tratar as DCNTs [4]. A maioria dos idosos (80%) relataram não consumir bebidas alcoólicas e 93,0% não tinham o hábito de fumar. **CONCLUSÃO:** Foi encontrada elevada prevalência de idosos com doenças crônicas, sendo a hipertensão e o diabetes as mais frequentes. Os mesmos não possuíam hábitos alimentares adequados, o que é um grande fator contribuinte para o aparecimento e o agravamento de doenças crônicas não transmissíveis. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVEIRA, E. A.; *et al.* Elevada prevalência de obesidade abdominal em idosos e associação com diabetes, hipertensão e doenças respiratórias. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018, v. 23, n. 3 [2] MALTA, D. C.; *et al.* A implantação do sistema de vigilância de Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil, 2003 a 2015: alcances e desafios. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 661-674, out-dez. 2017 [3] MACHADO, W. D.; *et al.* Idosos com doenças crônicas não transmissíveis: um estudo em grupos de convivência. *ReonFacema*, 2017, v. 3, n. 2, p. 444-451. [4] RAMOS, L. R. *et al.* Polifarmácia e polimorbidade em idosos no Brasil: um desafio em saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, 2016, v. 50, supl 2, p.9s.

Palavras-chaves: Comportamento alimentar, Envelhecimento, Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 168

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MINAS GERAIS

Lorraine Fernandes ALVES (IC- lorrainefernandes02@gmail.com)¹, Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO (PQ)², Vanessa Sequeira FONTES (PQ)³

1. Curso de Nutrição; 2. Professor; 3. Nutricionista
Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006, que institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, deixa claro que ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são prioritárias [1], e vistas como estratégias para promoção de hábitos alimentares saudáveis. Entende-se que as escolas sejam locais adequados para se desenvolver essas ações, contudo deve-se fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos, que favoreçam o diálogo e entendimento dos indivíduos, visando promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis [2]. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho foi promover Educação Alimentar e Nutricional em alunos matriculados no 4º ano de uma escola municipal, localizada na cidade de Ervália-MG. **DESENVOLVIMENTO:** O projeto foi composto por duas palestras e uma intervenção. A primeira palestra abordou a importância da alimentação saudável para prevenção de doenças e promoção da saúde, com ênfase em três fatores: variação, moderação e equilíbrio. Além disso, englobava algumas doenças crônicas não transmissíveis, como a diabetes *mellitus*, hipertensão arterial sistêmica e dislipidemia. A segunda palestra, teve como foco os benefícios das hortaliças, dando destaque para as que seriam posteriormente utilizadas na dinâmica: alface, alecrim e manjeriço. Após as palestras, realizou-se uma intervenção, através de uma dinâmica, como forma de incentivo ao maior consumo de hortaliças: em um canteiro previamente preparado, cada aluno plantou uma muda de alface, alecrim e manjeriço. Essas hortaliças, foram escolhidas, devido as suas várias propriedades nutricionais, ressaltando os teores de vitamina C, cálcio e fósforo [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Durante a realização do projeto, foi possível notar grande entusiasmo das crianças na participação das atividades propostas, sendo notória a importância da Educação Alimentar e Nutricional em escolares. Portanto, conclui-se que através deste trabalho, por meio de EAN, foi possível auxiliar os alunos desta escola no processo de aprendizado adequado sobre alimentação saudável. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS, L. A. S. O fazer Educação Alimentar e Nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência e Saúde Coletiva**, Salvador –BA, v.17, n.2, p. 453- 462, 2012. [2] RAMOS, F.P.; SANTOS, L.A.S.; REIS, A. B.C. Educação Alimentar e Nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Ciência Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.11, p.2147 – 2161, nov, 2013. [3] PHILIPPI, S. T. **Tabela de composição dos alimentos: suporte para decisão nutricional**. 5. ed. Barueri – SP, Manole, 2016. 140 p.

Palavras-chave: alimentação, educação alimentar e nutricional, hortaliças

Área de conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

CBS 169

IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL UTILIZANDO METAS EM ADULTOS OBESOS DE CATAGUASES – MG

Flávia da Silva **MACHADO** (IC-dsm.flavia@gmail.com)¹, Diovana Raspante de Oliveira **SOUZA** (IC)¹, Erlaine Maria da **SILVA** (IC)¹, Naruna Pereira **ROCHA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: Com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação associados às mudanças dos hábitos alimentares da população, tem ocorrido o aumento da prevalência do excesso de peso [1]. Além disso, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como hipertensão arterial, diabetes melito e doença arterial coronariana têm se destacado entre as principais causas de morte no Brasil [2]. O objetivo deste trabalho foi implementar metas nutricionais no intuito de melhorar os hábitos alimentares e a composição corporal dos voluntários. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo longitudinal com adultos obesos. Foi aplicado um questionário adaptado do VIGITEL (2017) com perguntas referentes aos dados pessoais, hábitos alimentares, atividade física e estado de saúde [3]. Além disso, foram solicitados os exames bioquímicos glicose, triglicerídeos, colesterol total e frações, e aferido peso, altura, circunferência da cintura e 4 dobras cutâneas. Posteriormente, foram elaboradas dezesseis metas alimentares baseadas nas recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira [4]. Estas, foram distribuídas, de maneira cumulativa, duas por semana no período de dois meses. Ao final da intervenção, foi aplicado novamente o questionário, realizado outra avaliação antropométrica e solicitado novo exame bioquímico. Todos os dados foram analisados em uma planilha do Excel. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa oito adultos obesos com idades entre 34 e 61 anos, sendo que apenas três permaneceram até o final do estudo. Após a anamnese, as metas foram prescritas, visando reforçar a motivação e manutenção dos hábitos alimentares saudáveis [2]. As metas tinham o intuito de aumentar o consumo de alimentos in natura e minimamente processados e reduzir o consumo de alimentos processados e ultraprocessados com a intenção de aumentar o consumo de fibras que prolongam a saciedade, reduzem o trânsito intestinal, além de auxiliar na redução da pressão arterial e na melhoria dos exames bioquímicos [5]. Em relação a composição corporal dos indivíduos, observou-se que um voluntário apresentou perda de 5,15% do peso, 5,17% do IMC, 11,52% do percentual de gordura corporal e 6,40% da circunferência da cintura, alcançando resultados satisfatórios, porém, os demais participantes não atingiram os resultados esperados. Em relação aos exames bioquímicos, pode-se verificar que um voluntário com diabetes descompensado permaneceu assim, dois indivíduos com colesterol total passaram de desejável para limítrofe com aumento médio de 18,11%, e um dos indivíduos obteve redução de 13,6% dos níveis séricos de triglicerídeos, enquanto os demais apresentaram piora com média de 34,1%. **CONCLUSÃO:** Infere-se que a intervenção nutricional foi válida, pois apesar de não obter bons resultados em todos os quesitos analisados, os voluntários relataram maior entusiasmo para se alimentarem de forma mais saudável. Acredita-se que o seguimento por mais tempo com os pacientes possibilitaria melhores resultados clínicos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VAZ, D; BENNEMANN, R. Comportamento alimentar e hábito alimentar: Uma revisão. *Revista UNINGÁ Review*. Apucarana, v.20, n.1, p.108-112, 2014. [2] DEMENECH, M. C.; BERNARDES, A. Metas alimentares versus dieta: qual oferece melhores resultados em pacientes com excesso de peso? *Revista da Associação Brasileira de Nutrição*, ano 8, n.1, p.26-30, jun.2017. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – VIGITEL**. 2017. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_vigilancia_fatores_riscos.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019. [4] BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília: DF, 2014, p.158. [5] BERNAUD, F; RODRIGUES, T. Fibra alimentar – Ingestão adequada e efeitos sobre a saúde do metabolismo. *Arq Bras Endocrinol Metab*. Porto Alegre, v.57, n.6, p.397-405, 2013.

Palavras-chave: Comportamento alimentar, dieta saudável, obesidade.

Área de conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 170

INVESTIGAÇÃO DE DIABETES MELLITUS GESTACIONAL E FATORES DE RISCO EM GESTANTES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ/MG

Viviane de Oliveira **LIMA** (IC- vivioliveira.mg@gmail.com)¹, e Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)¹

1. Curso de Nutrição; 2. Professor
Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS - 36.888-233 - MURIAÉ-MG.

INTRODUÇÃO: Níveis elevados de glicose sanguínea identificados a primeira vez na gravidez, indica Diabetes Mellitus gestacional (DMG). Alteração mais frequente que pode persistir ou não após o parto [1]. Hormônios como progesterona, cortisol, prolactina e hormônio lactogênico placentário podem reduzir a ação da insulina, e por conseguinte elevar a produção em grávidas saudáveis, podendo causar complicações para mãe e bebê [2]. De acordo com Ministério da Saúde (2017) o diagnóstico de DMG seria estabelecido diante de pelo menos dois valores maiores ou iguais a 95 mg/dL (jejum), 180 mg/dL (1ª hora) e 155 mg/dL (2ª hora) ou duas glicemias de jejum ≥ 126 mg/dL também receberiam o diagnóstico [3]. O objetivo deste trabalho foi identificar DMG e presença de fatores de risco para o desenvolvimento da doença em gestantes. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com gestantes assistidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade de Muriaé/MG no mês de agosto de 2019. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário semiestruturado com perguntas sobre exames e hábitos alimentares. O índice de massa corporal (IMC) foi avaliado de acordo com a semana gestacional e avaliou-se de acordo com a proposta do Ministério da Saúde. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 41 gestantes, que estavam entre 16 e 40 semanas gestacionais e idades entre 18 e 44 anos. Um total de 26,8% das participantes apresentava glicemia acima de 126 mg/dL, classificando-as com DMG. De todas as participantes 9,8% relataram ser diabéticas antes de engravidar, fazendo controle com administração de insulina. Das gestantes com DMG e diabetes pré gestacional (DPG) o perfil nutricional foi de 20% com eutrofia, 53,3% com sobrepeso e 26,7% obesas. Desse grupo, somente 26,7% realizavam acompanhamento nutricional. Quanto a prática de atividade física, 20% realizavam caminhadas. Ao se avaliar os fatores de risco para desenvolvimento de DMG entre todas as gestantes avaliadas, 53,7% relatam histórico familiar de diabetes, 19,5% faziam uso de cigarro e 14,6% ingeriam bebida alcoólica ao menos 1 vez na semana. Em relação ao comportamento alimentar de todas as gestantes, o consumo de doces, balas e similares foi relatado ser consumido por 17,1% de 5 a 6 vezes e 26,8% todos os dias. Sobre refrigerantes 17,1% de 5 a 6 vezes e 22% todos os dias. Em relação a verduras e legumes 19,5% de 5 a 6 vezes e 2,4% todos os dias. O consumo de alimentos integrais foi afirmado por 19,2%, sendo citados pães, biscoitos, aveia, linhaça, chia e arroz. O acompanhamento nutricional garante benefícios para mãe e bebê, além de indicar o ganho de peso adequado e controle do metabolismo [4]. Gestantes devem optar por alimentos integrais, frutas e verduras ricos em fibras e baixo em calorias. Excesso de peso, histórico familiar, hipertensão na gestação, entre outros são grandes fatores de risco para a DMG [1]. **CONCLUSÃO:** Identificou-se um expressivo número de gestantes com DMG e DPG, sendo estas em sua maioria sedentárias, com excesso de peso e sem acompanhamento nutricional. Em geral, as gestantes apresentaram fatores de risco para diabetes como, ingestão frequente de doces, refrigerantes e inadequado consumo de alimentos saudáveis. O acompanhamento nutricional é importante para esclarecer benefícios de uma alimentação de qualidade, manter ganho de peso ideal e promover manutenção da glicemia sanguínea. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PADILHA, P. C. *et al.* Terapia nutricional no diabetes gestacional. *Rev. Nutr.* Campinas, v. 23, n. 1, p. 95-105, 2010. [2] MAGANHA, C. A. *et al.* Tratamento do Diabetes Mellito Gestacional. *Rev. Assoc. Med. Bras.* São Paulo, v. 49, n. 3, p. 330-334, 2003. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. **Rastreamento e diagnóstico de Diabetes Mellitus Gestacional no Brasil.** Brasília. 2017. [4] WEINERT, L. S. *et al* Diabetes gestacional: um algoritmo de tratamento multidisciplinar. *Arq. Bras. Endocrinol. Metab.* Porto Alegre, v. 55, n. 7, p. 435-445, 2011.

Palavras-chave: hiperglicemia, insulina, alimentação saudável.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 171

INVESTIGAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA DESENVOLVIMENTO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM GESTANTES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG

Viviane de Oliveira **LIMA** (IC- vivioliveira.mg14@gmail.com)¹ e Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)¹

1. Curso de Nutrição; 2. Professor *Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS* - 36.888-233 - MURIAÉ-MG.

INTRODUÇÃO: Síndromes hipertensivas na gestação são as maiores causas de doenças e mortes entre gestantes e feto, sendo as principais pré-eclâmpsia e eclâmpsia. Ainda não há explicações concretas sobre seu acometimento, mas sabe-se que é possível evitar mortes causadas por essas síndromes, quando há atenção e acompanhamento [1]. O pré-natal tem excelente abrangência, todavia os índices de mortalidade são eminentes, levando a acreditar que pode não haver qualidade no serviço [2]. A Sociedade Brasileira de Cardiologia classifica o diagnóstico da hipertensão arterial na gestação quando a pressão arterial sistólica (PAS) é ≥ 140 mmHg e/ou pressão arterial diastólica (PAD) for ≥ 90 mmHg [3]. O objetivo deste trabalho foi avaliar riscos de desenvolvimento da hipertensão arterial entre gestantes assistidas pelo Sistema Único de Saúde do município de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com gestantes assistidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade de Muriaé/MG no mês de agosto de 2019. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário semiestruturado para levantamento dos dados. Calculou-se o índice de massa corpórea (IMC) e avaliou-se de acordo com a semana gestacional, proposto pelo Ministério da Saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 41 gestantes entre 16 e 40 semanas gestacionais e idade entre 18 e 44 anos. Em relação a pressão arterial 24,4% das participantes apresentaram PAS ≥ 140 mmHg ou PAD ≥ 90 mmHg classificando-as com Hipertensão arterial gestacional. De todas as gestantes avaliadas, 12,2% afirmaram ser hipertensas antes da gravidez. O perfil nutricional das gestantes hipertensas foi de 33,3% eutróficas, 46,7% com sobrepeso e 20% com obesidade. Somente 11,1% dessas gestantes faziam acompanhamento com nutricionista. Verificou-se que 73,2% de todas as gestantes avaliadas, possuíam histórico familiar de hipertensão. De acordo com os hábitos de vida, 19,5% eram fumantes, 14,6% afirmam ingerir bebidas alcoólicas pelo menos 1 vez por semana e 5,5% realizam alguma atividade física por semana. A ingestão de refrigerantes foi relatado por 31,6% de 3 a 4 vezes na semana, 17,1% de 5 a 6 vezes e 22% todos os dias. Em relação a alimentos processados e ultra processados 34,2% consumiam de 1 a 2 vezes na semana, 29,2% de 3 a 4 vezes e 2,4% de 5 a 6 vezes. Sobre o hábito de acrescentar sal na comida após o preparo, 9,8% relataram fazer frequentemente. Recomenda-se evitar o consumo de alimentos gordurosos e ricos em açúcares, pois aumentam risco de obesidade, considerado fator de risco para a hipertensão arterial. Diminuir o consumo de sal na comida e evitar alimentos industrializados ricos em sódio, minimizam quadros de inchaço comum na gravidez e menor risco de desenvolver hipertensão arterial. A ingestão de álcool e uso de cigarros prejudicam o crescimento do bebê podendo aumentar o risco de parto prematuro[4]. **CONCLUSÃO:** Neste estudo foi possível verificar um elevado percentual de gestantes hipertensas. Identificou-se hábitos de vida inadequados como fumo, álcool e sedentarismo, sendo imprescindível um acompanhamento mais detalhado destas gestantes, incluindo estratégias de intervenção nutricional, a fim de obter melhora na saúde da mãe e do bebê. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Organização Mundial da Saúde. **Recomendação da OMS para a prevenção e tratamento da pré-eclâmpsia e da eclâmpsia.** 2014. [2] VETTORE, M. V. *et al.* Cuidados pré-natais e avaliação do manejo da hipertensão arterial em gestantes do SUS no Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 1021-1034, 2011. [3] BRASIL. Sociedade Brasileira de Cardiologia. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Rev. Brasileira de Hipertensão.** Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-91, 2017. [4] BRASIL. Senado Federal. **Orientações Nutricionais: da gestação à primeira infância.** 2015.

Palavras-chave: Síndrome hipertensiva, pré-eclâmpsia, pré-natal.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 172

MERCADINHO DO “BEM” E DO “MAL”: ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NUTRICIONAL EM ESCOLARES DE UMA ESCOLA PRIVADA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG

Mayara Cândida de Jesus **VIEIRA** (IC- mayara_vita@hotmail.com)¹, Nayara Rizzo de **ALMEIDA**¹, Livia Botelho da Silva **SARKIS** (PQ)², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS - Muriaé-MG.

APRESENTAÇÃO: A obesidade infantil aumentou consideravelmente nas últimas décadas, tornando-se um dos problemas mais alarmantes de saúde pública. É definida como um desequilíbrio crônico entre a energia ingerida e a energia utilizada, tendo como origem múltiplos fatores, dentre eles o sedentarismo e os maus hábitos alimentares [1]. A importância da prevenção da obesidade infantil se evidencia pelo aumento de sua prevalência com permanência na vida adulta, sendo fator de risco para as doenças crônico-degenerativas [2]. Diante do exposto este trabalho teve como objetivo realizar ações de educação alimentar e nutricional (EAN) em crianças de uma escola privada de Muriaé-MG. **DESENVOLVIMENTO:** A partir de um diagnóstico situacional, realizado através da aplicação de um questionário sobre hábitos alimentares, foram desenvolvidas intervenções em um grupo de alunos entre 6 a 7 anos de uma escola particular de Muriaé. Foi realizada uma dinâmica do “Mercadinho do Bem e do Mal”, na qual metade do grupo realizava as compras dos alimentos que consideravam “do bem” e a outra metade os alimentos que consideravam “do mal”, visando identificar se as crianças sabiam diferenciá-los. Foram utilizados como alimentos saudáveis: legumes, verduras e frutas *in natura*, arroz, feijão e leite. Para opção dos alimentos não saudáveis, foi dado como escolha: achocolatados, biscoitos recheados, barra de chocolate, refrigerante, suco em pó, suco de caixinha e leite achocolatado. Os alimentos saudáveis e não saudáveis foram expostos e organizados juntos em uma bancada, para que os alunos pudessem escolher diferenciando qual alimento era do “bem” ou “mal”. Após os alunos terem feito suas “compras” diferenciando os alimentos, foram questionados sobre suas escolhas. Neste momento puderam expor o conhecimento que cada um tinha a respeito dos alimentos, criando oportunidade para aprenderem quando o alimento escolhido estava na opção errada. Foi realizada uma explicação de forma didática e compreensiva pelas crianças para que pudessem entender sobre a qualidade nutricional de cada alimento, tanto os bons como os ruins, motivando-os a manter o consumo dos bons e alertando sobre os potenciais riscos à saúde dos que foram rotulados como do “mal”. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observou-se que as crianças tiveram dificuldade em reconhecer os tipos de frutas e hortaliças, porém souberam identificar alimentos saudáveis e não saudáveis. Mediante aos hábitos alimentares retratados, a alimentação das crianças que participaram desse estudo pode ser classificada como irregular, com elevado consumo de bebidas industrializadas e doces. Diante do exposto, é importante que tenha continuidade a intervenção nutricional na escola e incentivo dos pais, para educação das crianças, melhorando qualitativamente e quantitativamente, evitando que a obesidade e outros problemas de saúde relacionados possa vir acometê-los ao longo da vida. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] DEMENECH, M. C.; BERNARDES, S. Metas alimentares versus dieta: qual oferece melhores resultados em pacientes com excesso de peso? **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, v. 8, n.1, p. 26-30, 2017. [2] LEÃO, Leila S. C. de Souza, et al. Prevalência de Obesidade em escolares de Salvador, Bahia. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metodologia**, v. 47, nº 2, p. 151 a 157, 2003.

Palavras-chave: alimentos industrializados, comportamento alimentar, obesidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 173

PERFIL NUTRICIONAL DE IDOSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MURIAÉ-MG

TÁBATA MUNIZ DO CARMO DA SILVA ALMEIDA¹ (IC-tabatamunizcarmo98@gmail.com), NARUNA PEREIRA ROCHA (PQ- narunarocha@hotmail.com)²

1. Curso de nutrição; 2. Professora. Universidade de Minas- UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Todas as pessoas passaram ou passarão pelo processo de envelhecimento, o que é normal no ciclo da vida [1]. Durante esse processo o idoso passa por diversas modificações em seu corpo, que vão do decréscimo do peso e da estatura, devido a redução do tecido magro, diminuição da taxa metabólica de repouso, perda da massa óssea, além de acréscimo de tecido adiposo [2]. Estes fatores podem estar relacionados ao excesso de peso e a obesidade abdominal [3]. O objetivo deste estudo foi avaliar o perfil nutricional e fatores associados em idosos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde de Muriaé-MG.

MATERIAL E MÉTODOS: Trata-se de um estudo transversal, realizado com idosos atendidos na Unidade Básica de Saúde da cidade de Muriaé-MG em julho de 2019. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram realizadas as aferições da estatura (cm) e do peso (kg) para o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC-kg/m²), a circunferência abdominal (cm) também foi aferida com uma fita inelástica na cicatriz umbilical. Os participantes responderam um questionário contendo questões sobre idade, presença de doenças e estado geral de saúde. Foram realizadas as análises de frequência absoluta, relativa e de tendência central no programa Excel. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 30 idosos, sendo 70% do sexo feminino. Entre os avaliados, 67,0% apresentaram excesso de peso, sendo que 30,0% dos idosos eram obesos. A média do IMC encontrado foi de 27,01 ± 4,70 Kg/m², sendo o maior valor encontrado de 36,8 Kg/m² e o menor de 17,7 Kg/m². Quando perguntados sobre a presença de doenças crônicas, 70,0% relataram possuir. Em relação a circunferência abdominal, 86,0% dos idosos apresentaram risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O valor médio da cintura encontrada pelos avaliados foi de 93,28 ± 9,05 cm, sendo o maior valor encontrado de 110,0 cm e o menor de 70,0 cm. Nos últimos anos o excesso de peso aumentou em diversos países, inclusive no Brasil, devido principalmente, aos maus hábitos alimentares e a inatividade física [4]. Quando perguntados sobre o estado geral de saúde, 53% dos participantes avaliaram como bom, 30% como regular, 10% como muito bom, 4% como ruim e 3% não souberam classificar. O próprio processo de envelhecimento traz consigo a vulnerabilidade para o surgimento de incapacidades na saúde, porém quando associada a um estilo de vida inadequado, tornam-se mais preocupantes [5]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que os idosos apresentaram elevada prevalência de excesso de peso e de risco cardiovascular de acordo com a circunferência abdominal. A maioria dos avaliados já eram portadores de doenças crônicas não transmissíveis e menos da metade considerava seu estado de saúde regular ou ruim. Devido as alterações corporais que ocorrem nessa fase da vida, uma avaliação nutricional adequada é de suma importância como forma de acompanhar o estado nutricional e as patologias que já estão presentes na maioria dos idosos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FECHINE, B.; TROMPIERI, N. Processo de envelhecimento: As principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. *Inter. Sienci. Place*, Ceará, v.1, p. 106-194, jan/mar 2012. [2] ALENCAR, M.S.S. *et al.* Perdas de massa muscular e adiposa após institucionalização: atenção aos mais idosos. *Geriatrics, Gerontology and Aging*. Terezina, v. 9, n. 4, p.150-155. 2015. [3] SILVEIRA, E.A.; *et al.* Elevada prevalência de obesidade abdominal em idosos e associação com diabetes, hipertensão e doenças respiratórias. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018, v. 23, n. 3, p. 903-911. [4] FERREIRA; A.P.S; SZWARCOWALD, C.L; DAMACENA, G.N. Prevalência de fatores associados a obesidade na população brasileira: estudo com dados aferidos na Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Rev Bras Epidemiol* 2019, Rio de Janeiro, v. 22, p. 2-14, abr. 2019. [5] MACHADO, W.D.; *et al.* Idosos com doenças crônicas não transmissíveis: um estudo em grupos de convivência. *ReonFacema*, 2017, v. 3, n. 2, p. 444-451.

Palavras chaves: Envelhecimento, Estado nutricional, Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Obesidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 174

PRESCRIÇÃO DE SUPLEMENTOS E FATORES MOTIVACIONAIS PARA A COMPRA POR PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

Lamaira Condack **GONÇALVES** (IC – lamairacondack07@outlook.com)¹, Sarah Mairink de **OLIVEIRA**¹, karine Augusta **SILVA**¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)², Rafael Gonzalez de **OLIVEIRA** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2- Professores

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Atualmente a incansável busca pela boa performance, estética e estilo de vida, bem como a busca por resultados rápidos, tem levado cada vez mais a população a usar de forma abusiva substâncias que otimizem os caminhos necessários para a obtenção de sucessos em seus objetivos [1]. As mídias sociais, atualmente, são altamente influenciadoras, sua enorme gama de conteúdo pode ser erroneamente interpretada. Entre esses conteúdos, está o marketing esportivo, que amplia significativamente a comercialização de suplementos alimentares e a constante busca de um corpo esteticamente perfeito. Consequentemente faz com que cada vez mais pessoas utilizem suplementos alimentares, muitas vezes sem prescrição nutricional [2]. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo investigar a prescrição para o uso de suplementos e os fatores motivacionais para a compra destes entre praticantes de atividade física. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, de natureza exploratória realizado em uma academia na cidade de Espera Feliz-MG, no mês de julho de 2019. Foi aplicado um questionário semi-estruturado aos participantes com perguntas sobre a modalidade esportiva, objetivos ao consumir suplementos alimentares, prescrição e fatores motivacionais para compra de suplementos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A amostra foi composta por 20 (100%) participantes, a idade variou de 22 a 43 anos, com média 31,6 ±5,78 anos. Destes, 14 (70%) eram do sexo feminino. Dentre os tipos de atividades físicas praticadas, 8 (40%) praticavam musculação, 1 (5%) *crossfit*®, 5 (25%) praticavam *crossfit*® e musculação, 1 (5%) musculação e pilates, 1 (5%) musculação e Muay Thai, 1 (5%) musculação e treinamento funcional, 3 (15%) praticava mais de 3 modalidades esportivas. Sobre o consumo de suplementos, 14 (70%) relataram fazer uso de suplemento, 3 (15%) não faziam e 3 (15%) já o fizeram. O nutricionista é o profissional capacitado para elaborar adequadamente a dieta de praticantes de atividade física e prescrever suplementos, se necessário [3]. Quanto a indicação ao uso de suplementos, 8 (57,14%) relataram prescrição por nutricionista, 5 (35,71%) por iniciativa própria e 1 (7,14%) pelo professor de educação física. Ao serem questionados sobre qual fator mais motiva no momento da compra do suplemento, onde o participante atribuía nota 5 para o mais importante e 1 para o menos importante, o quesito tabela nutricional obteve maior preferência, onde 13 (92,85%) atribuíram nota 5. 11 (78,57%) atribuíram nota 5 para o quesito preço, 8 (57,14%) modo de ingestão, 7 (50%) sabor, 4 (28,57%) marca e nacionalidade. **CONCLUSÃO:** Diante dos resultados obtidos, observou-se que o uso de suplementos é uma realidade na maioria dos entrevistados, porém, apesar da maioria fazer uso por indicação de nutricionista, boa parte dos participantes começaram o uso por iniciativa própria e ainda por indicação de profissional não habilitado para fazê-lo, o que pode acarretar riscos à saúde dessas pessoas. Quanto aos fatores motivacionais no momento da compra, quesitos como, tabela nutricional, preço, modo de ingestão e sabor são quesitos que mais motivam a compra dos suplementos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VANESSA, Tatiane; MICHAEL, Vanderléa. Avaliação de hábitos alimentares saudáveis e uso de suplementos alimentares entre frequentadores de academias. *Revista brasileira de nutrição esportiva*, São Paulo. v. 4. n. 23. p. 410-419. Setembro/Outubro. 2010. [2] VELOSO, Iara; CESÁRIO, Malu; FERREIRA, Ronilson. Uso de suplementos alimentares e fatores associados em praticantes de atividade física de alta intensidade. *Revista brasileira de nutrição esportiva*, São Paulo. v. 12. n. 76 Suplementar 2. p. 992-1004. Jan/Dez. 2018. [3] CLARK, N. *Guia de nutrição desportiva: alimentação para uma vida ativa*. 5ed. Porto Alegre. Artmed, 2015.

Palavras-chave: Suplementação nutricional, hábitos dietéticos, nutrição.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 175

PRESCRIÇÃO E FREQUÊNCIA DE USO DE CREATINA EM PRATICANTES DE CROSSFIT®

Karine Augusta da **Silva** (IG- karinesilvaa19@hotmail.com)¹, Lamaira Condack **Gonçalves**¹, Sarah Mairink de **Oliveira**¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)², Rafael Gonzalez de **OLIVEIRA** (PQ)²

1- Curso de Nutrição; 2- Professores Centro Universitário - UNIFAMINAS- Muriaé – MG - 36888-233

INTRODUÇÃO: O *Crossfit*® é uma modalidade esportiva que utiliza padrões de movimentos diversos de alta intensidade e constantemente variados. Trata-se de um treinamento intervalado de alta intensidade que combina exercícios aeróbicos e de força com foco no funcional. Por apresentar essas características de exercícios variados com características aeróbicas e anaeróbicas, o *Crossfit*® promove ganhos metabólicos consideráveis [1]. O uso de suplementos nutricionais cresceu no meio esportivo, usados por atletas e praticantes de atividades físicas, para um melhor rendimento e maximizar os resultados. Dentre as substâncias nutricionais, as quais se suspeita que possam levar a uma melhora dos rendimentos, a creatina (CR) tem se tornado uma das mais populares dos últimos tempos. Os efeitos da suplementação de CR baseiam-se na teoria de que a suplementação aumentaria a força e a composição corporal em menor tempo [2]. Não há evidências sustentáveis na literatura de que a creatina possa apresentar riscos à saúde em pessoas saudáveis, porém existem inúmeros casos na literatura indicando que a creatina possa prejudicar a função renal quando consumida de forma indiscriminada [3]. Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi investigar a prescrição e a frequência de uso de creatina em praticantes de *Crossfit*®. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, de natureza exploratória realizado em duas academias na cidade de Muriaé e em Cataguases, ambas em Minas Gerais, no mês de julho de 2019. Foi aplicado um questionário semi-estruturado aos participantes com perguntas sobre, uso de suplementos alimentares, frequência de uso semanal e prescrição. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estudo contou com 22 participantes de ambos os sexos, 59,09% eram do sexo masculino. A idade variou de 21 a 42 anos, com média de 27,4 ±5,14. Todos (100%) os participantes relataram fazer uso de creatina, 37% usavam mais de 5 vezes na semana, 36% usavam 4 a 5 vezes na semana, 23% usavam de 2 a 3 vezes na semana e 4% 1 vez na semana. Quanto a prescrição do uso de creatina, 54,55% era feito por nutricionista, 4,55% por nutrólogo, 9,09%, por médico, 4,55% por amigos, 9,09% por vendedor de suplementos e 18,18 por iniciativa própria. Somente Nutricionistas ou Nutrólogos podem prescrever creatina, sendo importante um acompanhamento para saber a quantidade necessária que o paciente poderá consumir juntamente com os alimentos das outras refeições, assim tendo uma dieta balanceada para poder alcançar o objetivo [3]. A creatina quando usada em excesso apresenta como efeitos negativos uma sobrecarga de aumento de trabalho do fígado e nos rins, onde há hipóteses não confirmadas em pesquisas, de aumento de cálculos renais [2] daí a importância da prescrição por profissional capacitado. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, pode-se observar que todos os participantes da pesquisa faziam uso de creatina com uma frequência de uso semanal considerável. Grande parte da amostra obteve prescrição por nutricionistas ou médicos, porém ainda há uma necessidade de conscientização à população quanto a importância da suplementação alimentar orientada, visto que o uso de suplementos indiscriminado pode trazer sérios riscos à saúde. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, A. A.; OLIVEIRA, A. A. suplementação e performance em praticantes de crossfit®. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, São Paulo. v. 11. n. 66. p.719-723. Nov./Dez. 2017. ISSN 1981-9927. [2] LIMA, L.R. B.; BRITO, R. M.; CALVO, F. Efeitos do uso da suplementação com creatina em praticantes de atividades de resistência: revisão bibliográfica. *Revista Saber Científico*, Porto Velho, V., n., p. – , 10/2017. [3] Corrêa, D. B.; Navarro, A. C. Distribuição de Respostas dos Praticantes de Atividade Física com Relação à Utilização de Suplementos Alimentares e o Acompanhamento Nutricional numa Academia de Natal-RN. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*. Vol. 8. Num. 43. 2014. p.35-51.

Palavras-chave: *Suplementação nutricional, creatina, nutrição.*

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 176

PREVALÊNCIA DE ANEMIA FERROPRIVA E HÁBITOS ALIMENTARES DE GESTANTES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Viviane de Oliveira **LIMA** (IC- vivioliveira.mg14@gmail.com)¹ e Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)¹

1. Curso de Nutrição; 2. Professor –UNIFAMINAS Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS - 36.888-233 - MURIAÉ-MG.

INTRODUÇÃO: Anemia ferropriva é comum na gestação devido a maior necessidade de ferro para manter o crescimento do bebê e os níveis de hemoglobina, podendo ocorrer devido a alimentação pobre em ferro, vitaminas e minerais, hemorragias no parto ou gestações com pequenos intervalos de tempo. A anemia está relacionada com alto índice de mortalidade da mãe e feto, baixo peso, parto prematuro e patologias infecciosas [1-2]. O diagnóstico de anemia se dá pelos valores de hemoglobina abaixo de 11g/dl. Deve-se realizar o exame logo no início da gestação e repetido com 28 semanas [2]. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 41,8% das gestantes no mundo possuem anemia e recomenda suplementar de 30 a 60 mg de ferro e 400 µg de ácido fólico para prevenir anemias e outras complicações [3]. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de estudo transversal, realizado com gestantes assistidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade de Muriaé/MG no mês de julho de 2019. As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário semiestruturado com perguntas para levantamento dos dados. Calculou-se o índice de massa corporal (IMC) de acordo com a semana gestacional e avaliou-se de acordo com a proposta do Ministério da Saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 41 gestantes, que estavam entre 16 e 40 semanas gestacionais e com idade entre 18 e 44 anos. Um total de 46,4% das participantes apresentava anemia e todas realizavam suplementação de ferro via oral. De acordo com a renda familiar destas, 45,5% possuíam até 1 salário mínimo, 40,9% de 1 a 2 salários e 13,6% de 2 a 3 salários. O estado nutricional foi de 36,6% para eutrofia, 39% para sobrepeso e 24,4% para obesidade. Apenas 18,2% realizam acompanhamento nutricional. No consumo semanal de carnes vermelhas identificou-se 4,5% raramente consumiam, 13,7% de 1 a 2 vezes na semana, 31,8% de 3 a 4 vezes, 45,5% de 5 a 6 vezes e 4,5% todos os dias. Para carnes brancas (aves e peixes) 31,8% consumiam raramente, 22,7% 1 a 2 vezes na semana, 31,8% 3 a 4 vezes e 13,7% 5 a 6 vezes. Em relação aos vegetais folhosos verde escuros 18,2% não consumiam, 22,7% raramente, 22,7% de 1 a 2 vezes na semana, 18,2% de 3 a 4 vezes e 18,2% de 5 a 6 vezes. Observou-se que 36,4% consumiam frutas raramente, 18,2% 1 por dia, 22,7% 2 por dia e 22,7% 3 unidades ou mais ao dia. A baixa renda pode estar associada a anemia devido à complexidade e até impedimento de adquirir alimentos fontes de ferro, por seu custo elevado [4]. Afim de prevenir anemia, é importante o consumo de carne, aves, peixes e consumo de folhosos verde-escuros. Indica-se o consumo de frutas e verduras em todas as refeições do dia, pois são ricos em vitaminas e minerais, auxiliam na melhor absorção do ferro e protegem a saúde da mãe e bebê [5]. **CONCLUSÃO:** No presente estudo, identificou-se um percentual elevado de gestantes com anemia, sendo a minoria com estado nutricional adequado. Menos da metade das gestantes que possuíam anemia tinham o hábito de consumir carnes vermelhas ou brancas e vegetais folhosos verde escuros. Juntamente a suplementação, é extremamente importante cuidar da alimentação, priorizando alimentos ricos em ferro, vitaminas e minerais diminuindo risco de complicações e deficiências nutricionais. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestação de alto risco**. Manual técnico. 2010. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. 2012. [3] BRASIL. Organização Mundial da Saúde. Diretriz: **Suplementação diária de ferro e ácido fólico em gestantes**. 2013. [4] FERREIRA, H. S.; MOURA, F. A.; CABRAL JUNIOR, C. R. Prevalência e fatores associados à anemia em gestantes da região semiárida do Estado de Alagoas. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** Maceió, v. 30, n. 9, p. 445-451, 2008. [5] BRASIL. Senado Federal. **Orientações Nutricionais: da gestação à primeira infância**. 2015.

Palavras-chave: Ferro, carne vermelha, suplementação dietética.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 177

PREVALÊNCIA DE DISLIPIDEMIA AUTORELATADA E FATORES ASSOCIADOS EM PACIENTES
ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA PARTICULAR DE MURIAÉ – MG

MYLENA MARTINS (ic-myllenaamartins12-@outlook.com)¹, RAISSA DIAS(ic-raissapink7@hotmail.com)¹,
BIANCA TRAMBAIOLI(ic-biatrambaioli@hotmail.com)¹, CAMILA RANDOLPHO (ic-
camilarandolpho@gmail.com)¹, WALTER FERREIRA (ic-waltinho.2008@hotmail.com)¹ e NARUNA ROCHA (ic-
narunarocha@hotmail.com)²

1. Curso de Nutrição 2. Professora do curso de nutrição do UNIFAMINAS
Universidade de Minas- UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Adislipidemia está associada ao aumento da quantidade de lipídeos no sangue, ocasionando a redução do colesterol *lipoproteína de alta densidade* (HDL), aumento das concentrações de colesterol *lipoproteína de baixa densidade* (LDL) e aumento dos triglicerídeos[1]. As causas da dislipidemia estão associadas a fatores genéticos e em grande parte, por fatores ambientais relacionados com o comportamento do indivíduo ao longo da sua vida, destacando a inatividade física e hábitos alimentares inadequados. As dietas ricas em carboidratos refinados contribuem para o aumento da incidência do excesso de peso, provocando um estado metabólico que pode favorecer a gravidade da dislipidemia [2]. O objetivo deste estudo foi avaliar a prevalência de dislipidemia autorrelatada e fatores associados em adultos atendidos em uma clínica particular de Muriaé-MG. **MATERIAS E MÉTODOS:** Este trabalho foi desenvolvido em uma clínica médica particular da cidade de Muriaé, Minas Gerais, em setembro de 2018. Os participantes responderam a um questionário contendo informações relacionadas aos hábitos de vida e condições sociodemográficas. A avaliação antropométrica foi realizada por meio da aferição do peso e da estatura para posterior cálculo do índice de massa corporal (IMC). O excesso de peso foi considerado como a soma do sobrepeso e da obesidade. Os dados foram analisados pelo teste X² de Pearson. A significância estatística adotada foi de $p \leq 0,05$. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Participaram 58 indivíduos, sendo 62,1% do sexo feminino, com média de idade de $50 \pm 15,5$ anos. A prevalência de dislipidemia autorreferida foi de 31,0%. Neste estudo, 56,9% dos entrevistados apresentaram excesso de peso segundo o IMC. O consumo habitual de álcool até 5 vezes na semana foi encontrado em 43,1% dos participantes. Sabe-se que o álcool possui elevado teor energético, e que quando ingerido habitualmente pode gerar excesso de peso, sendo classificado como um fator de risco para a dislipidemia[3]. Com relação à prática de exercícios físicos, 53,4% não possuíam esse hábito. A prática de exercício físico pode promover a redução da gordura corporal, tornando-se um fator primordial para o controle e atenuação da dislipidemia[4]. Dentre os participantes, 6,9% possuíam o hábito de fumar, com uma frequência de até 10 cigarros/dia. Tendo em vista que, umas das principais consequências do tabagismo é a dislipidemia, esta pode provocar diversas outras alterações como hipertensão arterial, diminuição do débito cardíaco, entre outras[5]. Ao avaliar a associação da dislipidemia ao IMC, prática de exercício físico, consumo de álcool e fumo, não foram observadas diferenças estatísticas ($p > 0,005$). **CONCLUSÃO:** A maioria dos entrevistados não apresentou dislipidemia, no entanto, fatores de riscos como excesso de peso, inatividade física e o consumo de álcool e cigarro podem favorecer esta alteração. Como limitações deste estudo destaca-se a não realização de exames bioquímicos para confirmar a prevalência de dislipidemia e o pequeno número amostral. **REFERÊNCIAS:** [1] ESCOTE, S. S., et al. **Krause – Alimentos, nutrição e dietoterapia**; 13^aed. 1228p. p.410. 2013; [2] BALDINI, M., et al. Is the Mediterranean lifestyle still a reality? Evaluation of food consumption and energy expenditure in Italian and Spanish university students. **Public Health Nutr**; v.12, n.2, p.148-155, 2008; [3] KACHANI, A. T.; BRASILIANO, S.; HOCHGRAF, P. B. O impacto do consumo alcoólico no ganho de peso. **Rev. Psiq. Clín**; v.35, n.1, p.21-24, 2008; [4] FONSECA-JUNIOR, S., et. al, 2013. Exercício físico e obesidade mórbida: uma revisão sistemática. **Arq Bras Cir Dig.**; 2013;26(Suplemento 1):67-73; e [5] SILVA, L. G.; JUNIOR, O. P. A., Influência do tabagismo sobre os perfis lipídico e glicêmico. **Infarma**; v.22, n^o 9/10, p. 3-7. 2010.

Palavras-chave: Lipídeos; Doenças cardiovasculares; Adultos; Idosos.

CBS 178

PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO E FATORES ASSOCIADOS EM ADULTOS E IDOSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL – MG

Iasmin Cristiano **TONY** (IC -iasmintony@hotmail.com), Nathalya Zangirolami **LACERDA**¹, Julia Maria Moreira **TORQUATO**¹, Larissa Ferreira **MARINHO**¹ e Naruna Pereira **ROCHA** (PQ)²

1- Curso de Nutrição. 2- Professora do curso de Nutrição Universidade De Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a obesidade como uma condição crônica caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura que acarreta prejuízos à saúde do indivíduo [1]. Além de inserida no grupo de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), a obesidade é considerada um dos importantes fatores de risco para outras complicações como diabetes mellitus tipo II, dislipidemia, hipertensão, doenças cardiovasculares (DCV) e certos tipos de câncer [2]. Os fatores ambientais e o estilo de vida podem contribuir para a obesidade, sendo que o consumo elevado de alimentos processados e ultraprocessados e o baixo consumo de carboidratos complexos e de fibra alimentar, além do sedentarismo crescente podem contribuir para o aumento da prevalência do excesso de peso [3]. Diante do exposto, o objetivo do estudo foi avaliar a prevalência de excesso de peso e fatores associados em indivíduos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com adultos e idosos de ambos os sexos, atendidos em uma Unidade Básica de Saúde do município de Laranjal-MG em setembro de 2018. Foram utilizados dois questionários, o primeiro contendo questões sociodemográficas e estilo de vida, o segundo relativo à frequência do consumo alimentar dos últimos 6 meses. Foi considerado como hábito alimentar o consumo ≥ 5 vezes/semana. Foram aferidos o peso (kg), altura (m), circunferência de cintura (cm) e o índice de massa corporal (kg/m^2). Os dados do IMC foram classificados segundo a OMS para adultos e Lipschitz para idosos [4,5]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram deste estudo 62 adultos e idosos, sendo 74,19% do sexo feminino. A média de idade dos entrevistados foi de $46,33 \pm 17,07$ anos. Entre os fatores de risco investigados, os mais prevalentes foram circunferência abdominal elevada (75,8%), seguido de sobrepeso (41,9%), sedentarismo (62,9%) e obesidade (25,8%). O excesso de peso esteve presente em 67,7% dos avaliados. Em relação ao consumo alimentar observou-se maior prevalência de ingestão dos vegetais folhosos (53,2%), legumes (51,6%) e café (92,59%). O consumo habitual de frutas (43,5%), macarrão instantâneo (7,41%), presunto (3,70%), linguiça (3,70%), e suco industrializado (11,11%) esteve presente em menos da metade dos participantes. Mudanças nos padrões de consumo alimentar da população têm sido associadas ao elevado risco para o desenvolvimento de DCNT, podendo conduzir a óbitos precoces [4]. **CONCLUSÃO:** No presente estudo foi demonstrado uma elevada prevalência de excesso de peso e de fatores de risco tais como o sedentarismo, circunferência da cintura elevada e hábitos alimentares inadequados como o baixo consumo de frutas, em menor proporção o consumo de alimentos ultraprocessados e embutidos por parte dos idosos. Nota-se a importância do controle do peso corporal e da melhoria dos hábitos alimentares dos participantes deste estudo a fim de reduzir os riscos para Doenças Crônicas Não Transmissíveis. **BIBLIOGRAFIA** [1] SCHRAMM, J.M.A, et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doenças no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9 n. 4 Out. 2004. [2] CAMPOS, M.O; NETO, J.F.R. Doenças crônicas não transmissíveis: Fatores de risco e repercussão na qualidade de vida. *Revista Baiana de Saúde Pública*. V. 33 n.4 p, 561-581 Out/Dez. 2019. [3] COUTINHO, W. Etiologia da obesidade. *Revista ABESO*. v.30 n. 7 2007. [4] WORD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva: Word Health Organization; 1995. [5] LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. *Primary Care*, Philadelphia, v. 21, n. 1, p. 55-67, 1994.

Palavras-chave: Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Obesidade, Estilo de vida.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 179

PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO E FATORES ASSOCIADOS EM PACIENTES DE UMA CLÍNICA PARTICULAR DE MURIAÉ – MG

MYLENA MARTINS (ic-myllenaamartins12-@outlook.com)¹, BIANCA TRAMBAIOLI(ic), RAISSA DIAS(ic), CAMILA RANDOLPHO (ic)¹, WALTER FERREIRA (ic)¹ e NARUNA ROCHA (PQ))²

1. Curso de Nutrição 2. Professora do curso de nutrição do UNIFAMINAS Universidade de Minas-UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A obesidade é uma doença crônica que resulta do acúmulo de gordura corporal, acarretando em prejuízos à saúde, como alterações metabólicas, dificuldades respiratórias e do aparelho locomotor [1]. O excesso de peso tem aumentado na população, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento [2]. Hábitos de vida inadequados estão diretamente associados ao excesso de peso, como tempo em frente às telas e inatividade física [3]. Essa situação pode impactar negativamente na percepção de saúde e na qualidade de vida do indivíduo [4]. O estudo teve como objetivo avaliar a prevalência de excesso de peso e fatores associados em adultos atendidos em uma clínica particular da cidade de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Este trabalho foi desenvolvido em uma clínica médica particular da cidade de Muriaé, Minas Gerais, em 2018. Os participantes responderam um questionário contendo informações sobre as condições sociodemográficas, tempo em frente às telas (computador, celular, *tablet*), estado geral de saúde e presença de doenças crônicas. A avaliação antropométrica foi realizada por meio da avaliação do peso e da estatura para posterior cálculo do índice de massa corporal. O excesso de peso foi considerado como a soma do sobrepeso e da obesidade. Os dados foram analisados no software Stata®, sendo realizadas as análises de frequência, tendência central e o teste do X² de Pearson. Para todas as análises a significância estatística adotada foi de $p \leq 0,05$. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram 58 indivíduos, sendo 62,1% do sexo feminino, com média de idade de $50 \pm 15,5$ anos. Dentre os participantes 56,9% apresentavam excesso de peso, segundo o Índice de Massa Corporal, destes 26,6% tinham sobrepeso. Entre os fatores de risco associados, observou-se que 39,7% eram hipertensos, 13,8% diabéticos e 31,0% dislipidêmicos. Os participantes deste estudo ficavam em média $6,1 \pm 4,1$ horas ao dia expostos às telas. A literatura indica que o comportamento sedentário está associado ao excesso de peso e a uma série de problemas para a saúde, independentemente dos níveis de atividade física[5]. Dentre os participantes 23,3% classificaram sua saúde como regular. A percepção da imagem corporal representa o autoconceito sobre o julgamento de como o indivíduo se percebe diante da sua forma, peso e tamanho. Muitos sentimentos são envolvidos nesta interconexão da aparência corporal, em destaque a insatisfação, depreciação, distorção e a preocupação com a imagem do corpo apresentada à sociedade [6]. Ao avaliar a associação do excesso de peso ao tempo de tela, diabetes, hipertensão e dislipidemia, não foram observadas diferenças estatísticas ($p > 0,05$). **CONCLUSÃO:** A maioria dos entrevistados apresentou excesso de peso, no entanto, este não esteve associado as alterações crônicas de saúde e ao comportamento sedentário. Ressalta-se que a adoção de estilo vida inadequado pode contribuir para a obesidade e suas comorbidades. **REFERÊNCIA: [1]** MERMEL, V. Old paths new directions: the use of functional foods in the treatment of obesity. **Trends Food Sci. Tech.**, v. 15, p. 532-540, 2004; **[2]** GIGANTE D.P., *et al.*, Obesidade da população adulta de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil e associação com nível sócio-econômico, **Cad. Saúde Pública**, v.22, n.9, p. 1873-1879, 2006; **[3]** AZAMBUJA, Ana P. O., *et al.* Prevalência e fatores associados ao excesso de peso em escolares. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.36, n.3, p.740-750, 2012; **[4]** WORLD HEALTH ORGANIZATION. The challenge of obesity in the WHO European Region and the strategies for response. Switzerland: **WHO Library Cataloguing**; 2007; **[5]** MIELKI, G. I., **Comportamento sedentário em adultos**. Dissertação mestrado–Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, p.1-149, 2012; e **[6]** MATTOS RS, LUZ MT. Sobrevivendo ao estigma da gordura: um estudo socioantropológico sobre obesidade. **Physis**, v.19, n. 2, p.489-507, 2009.

Palavras-chave: Obesidade; Doenças Cardiovasculares; Estilo de vida.

CBS 180

QUAL É A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA DA FAMINAS/BH EM RELAÇÃO AO INTERESSE DA INSTITUIÇÃO SOBRE O ESTADO DE SAÚDE MENTAL DE SEUS ALUNOS?

João Marcelo G. de **ABREU** (jmgabreu@yahoo.com.br)¹, Flávia Bedeti **NEVES** (fla.bedeti@hotmail.com)¹,
Fernanda Ribeiro **FARIA** (nandaribeiro@gmail.com)¹, Luísa Pettz Oliveira **HOSTT** (luisapettz@hotmail.com)¹
Martinho de Meneses Sousa **FILHO**²

1. Curso de Medicina; 2. Professor FAMINAS/BH- Av. Cristiano Machado, 12001 - Vila Cloris, Belo Horizonte - MG, 31744-007

INTRODUÇÃO: O médico tem sido objeto de vários estudos em função da singularidade de suas atividades e o comprometimento mais evidente de sua saúde mental. É importante ressaltar, que desde o início da vida acadêmica, o vestibular extremamente disputado, a metodologia de ensino, o curso básico extenso, que nos modelos mais tradicionais de ensino adiam o contato com o paciente, podem ocasionar frustração ao aluno, além disso, o ritmo de estudo e plantões e a escolha da especialidade destacam como outros fatores estressantes. Alguns autores destacam notória pressão pelo aprendizado, grande quantidade de informações, falta de tempo para lazer e atividades sociais, agravado pelo contato quase diário com o sofrimento e com recorrências de óbitos e situações críticas dos pacientes, que além de prejudicarem a qualidade de vida do estudante de medicina, podem ser fatores desencadeantes de alguns transtornos mentais, como depressão, transtorno de ansiedade, dependência de substâncias psicoativas e suicídio. **OBJETIVO:** O presente estudo visa identificar a percepção que os acadêmicos de medicina da Faminas/BH têm sobre a preocupação da Instituição de Ensino em relação à saúde mental de seus alunos. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi realizado no campus da Faminas/BH. Participaram acadêmicos de medicina, devidamente matriculados do 1º ao 8º períodos. Os acadêmicos do 9º ao 12º períodos foram excluídos em função da dificuldade logística da aplicação do questionário, em função do internato. O questionário foi elaborado pelos autores desse estudo e submetido à apreciação e aprovação da professora titular da disciplina de bioestatística da Faminas/BH. Foi realizado levantamento junto à coordenação do curso sobre o número total de alunos matriculados do 1º ao 8º períodos, sendo apresentados 945 estudantes. Posteriormente, foi escolhida a amostra aleatória estratificada, com o intuito de garantir que cada um dos períodos fosse representado de forma proporcional, com margem de erro de 5%. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi possível observar um distanciamento entre a coordenação do curso de medicina e seus alunos, visto que o coordenador não é conhecido por 66% dos estudantes, assim como 62% dos acadêmicos desconhecem as pessoas que trabalham diretamente com ele. Observamos também, que existe um grau elevado de insatisfação dos acadêmicos de medicina em relação à falta de políticas de humanização, bem como a falta de preocupação da Instituição com a saúde mental de seus estudantes. Outro dado relevante identificado no presente estudo é que apenas 19% dos alunos nunca tiveram vontade de se transferir da Faminas/BH, demonstrando, no nosso entendimento falta de sentimento de pertencimento dos alunos em relação à Instituição e vínculo frágil entre as partes. Por último, identificamos o aumento do adoecimento psicológico e do consumo de medicamento em função de transtorno psicológico após ingresso no curso de medicina, necessitando esclarecer se esse achado é estatisticamente significativo. **CONCLUSÃO:** É necessária uma revisão metodológica por parte da Instituição que assegure fortalecimento de vínculo, bem como, medidas protetivas da saúde mental de seus alunos. Por fim, disponibilizamos os dados desse estudo à coordenação do curso de medicina, para que sirva de instrumento de gestão na propositura de novas ações que visem o bem estar de seus estudantes. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FILHO, F. D. A. B. C. Perfil do Estudante de Medicina da Universidade do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira De Educação Médica*, Natal, 2015; [2] TENÓRIO L. P. SAÚDE Mental de Estudantes de Escolas Médicas com diferentes modelos de Estudo. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Aracaju, 2016.

Palavras-chave: Humanização, Faminas/BH, Saúde Mental

CBS 181

PREVALÊNCIA DE FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM ADULTOS E IDOSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-MG.

Nathalya Zangirolami **LACERDA** (IC – nathalya.lacerda@hotmail.com)¹, Julia Maria Torquato de Souza **MOREIRA** (IC)¹, Iasmin Cristiano **TONY** (IC)¹, Larissa Ferreira **MARINHO** (IC)¹, Fabiana Rodrigues **LOPES** (IC)¹ e Naruna Pereira **ROCHA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as Doenças Cardiovasculares (DCV) representam a principal causa de morte no mundo. Sendo a maioria dessas doenças preveníveis por meios de mudanças comportamentais como alimentação adequada e atividade física [1]. Nesse sentido, o objetivo do estudo foi avaliar a prevalência de fatores de riscos cardiovasculares em indivíduos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **MATERIAL E MÉTODOS:** Estudo transversal, realizado com adultos e idosos de ambos os sexos, atendidos em uma UBS do município de Laranjal-MG em 2018. Foram utilizados dois questionários, o primeiro contendo questões sociodemográficas e estilo de vida, o segundo relativo à frequência do consumo alimentar dos últimos 6 meses anteriores. Foi considerado como hábito alimentar o consumo ≥ 5 vezes/semana. Foram aferidos o peso (kg), altura (m), circunferência de cintura (cm) e calculado o índice de massa corporal (kg/m^2). Os dados do IMC foram classificados segundo a OMS (1995) para adultos e LIPSCHITZ (1994) para idosos [2,3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 62 pessoas, sendo 74,19% do sexo feminino. A média de idade dos entrevistados foi de $46,33 \pm 17,07$ anos. Entre os fatores de risco investigados, os mais prevalentes foram circunferência da cintura elevada (75,8%), seguido por sobrepeso (66,1%) e sedentarismo (62,9%). A prática de atividade física é recomendada para tratar e prevenir DCV. Indivíduos ativos apresentam menor risco para desenvolver a doenças crônicas, além de contribuir para redução do excesso de peso, outro fator de risco relacionado a patologia [4]. Em relação aos hábitos alimentares, observou-se um baixo consumo de alimentos ricos em sódio como presunto e salame (3,2%), linguiça (1,6%) e molhos (1,6%). Quanto ao consumo de bebidas artificiais, 8,0% da amostra relatou consumir refrigerantes e 6,4% sucos industrializados. Obteve-se elevado percentual do consumo de café (90,3%). Os vegetais folhosos (53,2%), legumes (51,6%) e frutas (43,5%) tiveram os maiores percentuais de frequência de consumo. Uma dieta composta por alimentos industrializados, bebidas artificiais, carnes ricas em gordura e processadas estão associadas as DCV e uma alimentação rica em frutas, verduras e legumes relaciona-se de forma inversa a incidência dessas doenças [5]. **CONCLUSÃO:** Foi evidenciado neste estudo uma elevada prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares, sendo a circunferência da cintura elevada, o excesso de peso e o sedentarismo, os mais prevalentes. Quanto a qualidade da alimentação, embora o consumo de alimentos que aumentam o risco de DCV tenha sido reduzido, apenas cerca de metade da amostra relatou possuir o hábito de consumir frutas, legumes e verduras. Sendo assim, nota-se a importância do controle do peso corporal e a adoção de melhores hábitos de vida a fim de reduzir riscos associados as DCV. **BIBLIOGRAFIA:** [1] WORD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Cardiovascular diseases**. Geneva: Word Health Organization; 2017. [2] WORD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva: Word Health Organization; 1995. [3] LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. **Primary Care**, Philadelphia, v. 21, n. 1, p. 55-67, 1994. [4] MALACHIAS, M. V. B. *et al.* 7º Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, v.107, n.3, 2016. [5] CASTRO, P. C. P. J. **Identificação dos padrões de consumo alimentar associados às doenças cardiovasculares e/ou obesidade no Brasil e no mundo: uma revisão sistemática**. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial Sistêmica, Hábitos de Vida, Comportamento alimentar
Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 182

ANÁLISE DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MURIAÉ-MG PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO ANTROPOMETRIA NA ESCOLA

Nayara Rizzo de **ALMEIDA**¹ (IC- rizzoatendimento@gmail.com), Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: O consumo irregular dos alimentos, excesso de *fastfoods*, consumo rápido e omissão de refeições na adolescência tem comprometido a saúde em vários aspectos e quando este está acima do peso ideal, apresenta maior probabilidade de se tornar um adulto obeso [1]. Diferenças no estado nutricional podem ser decorrentes tanto de influência genética, do meio ambiente e interação entre ambos [2]. O IMC, índice de massa corpórea, é um método padrão para classificação da obesidade dos indivíduos e embora presente em adolescentes importante variação com a idade e com a maturidade sexual, tem sido considerado como um bom indicador de obesidade em adolescentes [3]. Este trabalho teve como objetivo avaliar o perfil antropométrico e identificar a prevalência de obesidade entre adolescentes do sexo masculino de uma escola privada de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado em março de 2019 com os alunos do sexo masculino de uma escola pública em Muriaé, com idade entre 10 e 15 anos de idade. O projeto foi autorizado pela instituição, participando todos os adolescentes que consentiram a realização da avaliação antropométrica. Foram aferidos os seguintes parâmetros antropométrico: peso, altura, com o objetivo de diagnosticar o perfil antropométrico e classificar o índice de obesidade dos adolescentes, através do IMC. Os adolescentes foram avaliados a partir da relação da curva de IMC por idade, conforme a faixa de crescimento estabelecida pela Organização Mundial de Saúde [4]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 130 alunos do sexo masculino, que tiveram o peso aferido em balança digital portátil da marca G-TECH® e a estatura avaliada com estadiômetro portátil da marca Avanutri®. Verificou-se que do total de alunos 61,83% apresentavam eutrofia, 3,23% magreza, 19% sobrepeso, 13,74% obesidade e 2,2% obesidade grave. Um total de 34,94% dos alunos apresentou IMC inadequado para idade, com excesso de peso, sendo este, um fator de risco para obesidade na vida adulta. Na fase da adolescência nota-se práticas alimentares inadequadas que podem levar a um desequilíbrio nutricional, interferindo no crescimento e na saúde futura do mesmo [5]. Dados da pesquisa PENSE 2015 identificaram que adolescentes do sexo masculino de escola pública, também tiveram prevalência de excesso de peso nessa faixa etária, justificado pelo desequilíbrio energético de consumo e sedentarismo devido aos hábitos e mudanças sociais e culturais das novas gerações, contribuindo assim para um alto percentual de meninos que estão acima do peso adequado [6]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que um expressivo número de adolescentes se encontram acima do peso ideal, tornando-se um forte fator para que estes se tornem adultos obesos e propensos a desenvolverem doenças crônicas não transmissíveis secundárias a obesidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] MAHAN, L. V. ESCOTTSTUMP, S. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. Rio de Janeiro. **KRAUSE**, v.13, 2012.[2] GUEDES, D, P. Crescimento e desenvolvimento aplicado à Educação Física e ao Esporte. São Paulo, **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, v.25, p. 127-40, 2011. [3] HIMES, J. H, DIETZ, W. H, Diretrizes para excesso de peso nos serviços preventivos para adolescentes: recomendações de um comitê de especialistas. *The American Journal of Clinical Nutrition*, v.59, n.2, p. 307-316, 1994. [4] OMS - Organização Mundial de Saúde – Curvas de crescimento para adolescentes, 2007.[5] SANTOS. J. S, *et al*. Perfil antropométrico e consumo alimentar de adolescentes de Teixeira de Freitas – Bahia. Brasil. **Revista de Nutrição**, v.18, n.5, p. 623-632, 2005. [6] CONDE. W, L, *et al*, Estado nutricional de escolares adolescentes no Brasil: pesquisa nacional de saúde dos escolares 2015. São Paulo, **Rev. Brasileira de epidemiologia** v.21, n.1, 2018.

Palavras-chave: antropometria de adolescentes, comportamento alimentar, obesidade na adolescência.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 183

CONSUMO DE BEBIDAS ADOÇADAS POR ESCOLARES DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA.

Nayara Rizzo de **ALMEIDA**¹ (IC- rizzoatendimento@gmail.com), Mayara Cândida de Jesus **VIEIRA**¹, Livia Botelho da Silva **SARKIS** (PQ)², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: Crianças apresentam risco de desenvolver excesso de peso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, especialmente diabetes, em consequência de hábitos alimentares inadequados [1,2]. O consumo de refrigerante em conjunto com outras bebidas açucaradas apresenta elevada densidade energética resultante do alto conteúdo de açúcar e dessa forma contribuem para o aumento da oferta energética diária. O consumo de líquidos pode ter efeitos fisiológicos diferenciados dos alimentos no estado sólido, pois, muitas vezes, não ativam os centros de saciedade, o que leva o indivíduo a ter maior quantidade de ingestão energética. Além disso, o consumo de alimentos sob a forma líquida não é sempre acompanhado da redução de alimentos calóricos sob a forma sólida, o que gera aumento na ingestão de calorias também [2,3]. Diante deste fato, o objetivo do presente estudo foi avaliar o consumo de bebidas adoçadas por escolares de uma escola de rede privada de ensino de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado de setembro a outubro de 2018 em um grupo de escolares com idade entre 6 e 7 anos de uma escola privada do município de Muriaé-MG. O estudo teve início após autorização da escola e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelos responsáveis. Foi aplicado um questionário sobre hábitos alimentares, com o objetivo de analisar identificar o consumo de bebidas adoçadas e refrigerantes pelos mesmos. O questionário foi respondido pelos responsáveis em suas respectivas casas, juntamente das crianças, permitindo uma maior confiabilidade dos resultados. **Resultados e discussão:** Participaram do estudo 18 alunos, sendo 61,11% do sexo masculino. Verificou-se que 89% possuíam o hábito de consumir refrigerantes, sendo 62% delas com o hábito de consumir entre 4 ou mais vezes por semana. Um total de 94% consumiam suco de caixinha ou de pó, sendo que 28% consumiam entre 4 a 5 vezes por semana. Quando questionadas sobre o consumo de bebidas achocolatadas, 78% afirmaram consumir, sendo a frequência diária presente em 39% das crianças. Pode-se observar que há um grande consumo de refrigerantes e outras bebidas adoçadas pelas crianças, elevando significativamente a ingestão de açúcar da alimentação. Segundo a IOM (2002), para crianças dessa faixa etária de idade, a quantidade de açúcar a ser consumido é de aproximadamente 25g, não devendo ultrapassar 10% do valor de ingestão diária total [4]. O consumo diário de bebidas adoçadas pode levar ao desbalanço energético, contribuindo para o excesso de peso e obesidade na infância. **CONCLUSÃO:** Observou-se que os escolares apresentaram uma elevada frequência do consumo de bebidas adoçadas. Torna-se necessário melhorias na qualidade das bebidas consumidas entre as crianças, e um maior incentivo dos familiares para o consumo de bebidas naturais. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1]. LARSON NI, et al. Tendências no consumo de frutas e vegetais para adolescentes. *Revista Americana de Medicina Preventiva*, v.32, n2, p.147-150, 2007. [2] VARTANIAN LR, SCWARTZ MB, BROWNELL KD. Efeitos do consumo de refrigerantes na nutrição e saúde: uma revisão sistemática e uma meta-análise. *Revista Americana de Saúde pública*, v.97, n.4 p.667-75, 2007. [3] BESSA, et al. Ingestão de alimentos fluidos e risco de excesso de peso em crianças. Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto. *Acta Med Port*, v.21, n2 p.161-170, 2008.[4] IOM – Instituto de Medicina. Recomendação diária de ingestão calórica (DRI), 2002.

Palavras-chave: doenças crônicas não transmissíveis, açúcar, obesidade infantil

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 184

AValiação DO CONHECIMENTO SOBRE CÁRIE DENTÁRIA EM UM GRUPO DE ACADÊMICOS DO UNIFAMINAS E DE MORADORES DA ZONA RURAL DE MURIAÉ-MG

Maria Eduarda N. D. dos **SANTOS** (IC-mariaeduardanavarro32@gmail.com)¹, Quézia S. de **PAULA** (IC)¹, Rafaela Dias **VITAL** (IC)¹, Maria Eduarda dos S. **TOMASCO** (IC)¹, Renata S. C. de **CARVALHO** (IC)¹, Fernanda M. **FERNANDES** (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A cárie dentária é uma doença causada pela desmineralização dos tecidos dentários decorrente de ácidos produzidos por bactérias do biofilme bucal, que utilizam carboidratos da dieta do hospedeiro [1]. A higiene bucal é essencial na prevenção da cárie, além do acesso ao flúor e visitas regulares ao dentista [2]. Para haver a prevenção, as pessoas devem ter acesso à informação e a cuidados odontológicos, mas sabe-se que ainda persistem deficiências nesse processo. Portanto, este estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento de acadêmicos do UNIFAMINAS e de um grupo de moradores da Zona Rural de Muriaé-MG sobre a cárie [3]. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa contou com a participação de 25 alunos do UNIFAMINAS com faixa etária entre 17 e 33 anos, distribuídos em 5 cursos aleatórios. Os outros 25 participantes eram moradores da Zona Rural de Muriaé, com idade entre 22 e 68 anos, escolhidos de forma aleatória. A coleta de dados ocorreu através da aplicação de questionários elaborados com questões relacionadas à ocorrência e prevenção da doença, e a pesquisa foi realizada após a assinatura de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e após aprovação do estudo na Plataforma Brasil (CAAE:14097319.2.0000.5105). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com os dados obtidos, 100% dos acadêmicos sabem o que é cárie e 88% já tiveram. Dos moradores rurais, 8% não tinham conhecimento sobre a doença, e 100% já tiveram. Foi observado que 80% dos universitários não sabiam que o microrganismo *Streptococcus mutans* vive na boca e contribui no processo cariioso. Por outro lado, essa informação era desconhecida por 92% dos moradores rurais. Verificou-se também que 32% dos acadêmicos não acreditam que o consumo de açúcar influencie na cárie e 28% não acham que bactérias cariogênicas atuam no processo. Em contrapartida, 40% dos residentes da zona rural não acham que para ter cárie é preciso ter bactérias cariogênicas e 12% não acreditam que consumir açúcar influencie no processo. Também foi constatado que 76% dos dois grupos não acham que a genética contribui para a ocorrência da cárie. Considerando a frequência que os entrevistados de ambos os grupos vão ao dentista, observou-se que: 88% dos acadêmicos vão ao dentista frequentemente e 12% só vão quando sentem incômodos e 32% dos moradores rurais vão ao dentista ao sentir algum incômodo, e 4% nunca foram ao dentista. De acordo com o estudo de Chou et al (2011), o grau de informação sobre a cárie aumenta de acordo com a escolaridade, o que corrobora com os dados observados no presente estudo, no qual o grupo com maior nível de escolaridade demonstrou maior procura ao dentista e maior preocupação com a saúde bucal. O autor relata que pessoas com maior grau de instrução possuem maior conhecimento em questões sobre placa bacteriana, processo cariioso e doença periodontal. **CONCLUSÕES:** Apesar do amplo acesso a informação que a população possui na atualidade, muitas questões sobre a cárie são desconhecidas. Ainda assim, o grupo dos acadêmicos demonstrou maior conhecimento, maior acesso a serviços odontológicos e menor ocorrência de cárie, comparados ao grupo residente da Zona Rural. **AGRADECIMENTOS:** À professora Fernanda pelo carinho e dedicação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MOURA, S.M.S. et al. Dieta e cárie dental em escolares de 10 a 14 anos na cidade de Picos, Piauí. *J Health Sci.*, Piauí, v.18, n.1, p.14-22, 2016; [2] ORO, A. et al. Hábitos alimentares e saúde bucal de estudantes de odontologia. *Rev. Tecn.*, Chapecó, v.3, n.2, p. 7-29, 2015; [3] DAROZ, C.B.S. et al. Avaliação do conhecimento prévio e adquirido sobre cárie dentária em graduandos de Odontologia da UFES. *Arq. Odontol.*, Belo Horizonte, v. 52, n. 1, p. 23-31, 2016; [4] CHOU, T.T.A. et al. Avaliação do conhecimento e comportamento dos pacientes em tratamento odontológico em relação à cárie, doença periodontal e higiene bucal. *Ver. Pós Grad.*, São José dos Campos, v. 18, n.3, p.140-7, 2011.

Palavras-chave: cárie; conhecimento; população.
Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

CBS 185

A IMPORTÂNCIA DA SIMULAÇÃO REALÍSTICA NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EM REANIMAÇÃO CARDIORRESPIRATÓRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renato Policarpo da **SILVA** (IC – renatopolicarpo1@gmail.com)¹, Fernanda Alves dos Santos **CARREGAL** (IC)¹, Daniel dos Santos **FERNANDES** (IC)¹, Letícia Pereira da Silva **BARBOSA** (IC)¹, Gleicielly Pereira **LOPES** (IC)¹, Danúbia Mariane **JARDIM** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG.

APRESENTAÇÃO: A parada cardiorrespiratória (PCR) é a cessação súbita e inesperada da atividade mecânica do coração, identificada pela ausência da circulação espontânea, ausência de consciência e ausência ou ineficácia respiratória, podendo ocorrer no ambiente intra-hospitalar (PCR IH) ou extra-hospitalar (PCREH). A PCR compreende uma importante situação de emergência e o sucesso do atendimento é determinado pelo reconhecimento rápido e pela instituição do suporte básico e avançado de vida precoce [1]. As competências e habilidades necessárias para o atendimento a uma PCR podem ser mais bem desenvolvidas por meio do uso de metodologias ativas e ferramentas como a simulação realística. O desenvolvimento de cenários simulados próximos da realidade pode preparar melhor os estudantes e otimizar a performance do time durante a PCR. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência da aplicação da simulação realística no processo de ensino-aprendizagem na assistência prestada ao paciente vítima de PCR no ambiente intra-hospitalar. Trata-se de um relato de experiência sobre a prática simulada do atendimento a PCR no ambiente intra-hospitalar realizada durante o ensino teórico-prático da disciplina de Urgência e Emergência do curso de Bacharelado em Enfermagem de uma instituição de ensino superior da região metropolitana de Belo Horizonte, desenvolvida no período entre Agosto e Dezembro de 2018. **DESENVOLVIMENTO:** As aulas práticas foram organizadas no arcabouço do ciclo do aprendizado da andragogia. Sendo assim, os alunos foram ambientados por meio de aulas expositivas e, em seguida foram treinadas repetidamente habilidades técnicas, também chamadas de *hard skills*, bem como habilidades comportamentais, as quais também são chamadas de *soft skills*. O treinamento de habilidades de cunho massivamente operacional e as de ordem estratégica foi realizado por meio de um modelo de simulação denominado Prática Deliberada em Ciclos de Repetição (PDCR) considerado bastante apropriado para este objetivo. Após estas duas etapas iniciais os alunos foram instigados a produzir um constructo teórico em cada uma das aulas, germente um protocolo, um resumo, sempre utilizando a criatividade e buscando desenvolver mapas mentais e registrar as habilidades necessárias para tomada de decisão em situações de PCR. A conclusão do ciclo do aprendizado é concretizada com a imersão do aluno em cenários de casos de PCR por meio da simulação realística, ferramenta na qual uma equipe de alunos foi dividida em equipes de 6 alunos para atender vários casos de PCR ao longo da disciplina. Na equipe, cada acadêmico recebia a designação de um líder. A liderança e os papéis na equipe foram revezados entre os membros da equipe ao longo das simulações. Os papéis além da liderança representavam elementos de gestão das tarefas a serem desempenhadas em um protocolo de atendimento à PCR, como gestão de vias aéreas, compressões torácicas, manejo de drogas, anotação e observação da qualidade das manobras de resgate. A dinâmica de troca de papéis na simulação permite o exercício da empatia e otimiza o trabalho em equipe. Os casos de PCR simulados abordavam as causas diversas descritas na literatura como 5Hs (Hipóxia, Hipovolemia, H+ (Acidose), Hipercalemia ou Hipocalemia, Hipotermia) e 5Ts (Trombo coronário, Tromboembolismo Pulmonar, Tensão no Tórax (Pneumotórax Hipertensivo), Tamponamento Cardíaco, Toxinas). Durante os casos as diferentes equipes realizavam o atendimento desenvolvendo raciocínio clínico, as habilidades técnicas e comportamentais necessárias para realizar as manobras preconizadas pela AHA. Os casos abordam todas as etapas dos algoritmos da AHA até os cuidados pós PCR. Ao término da simulação, os acadêmicos além de terem simulado ou observado o atendimento da outra equipe ainda tinham mais uma oportunidade de aprender na realização do debriefing, no qual discutia-se sobre pontos positivos e oportunidades de melhoria no ambiente simulado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A experiência vivenciada pelos acadêmicos de enfermagem foi imprescindível para a articulação do conhecimento teórico e prático, a simulação realística proporciona a preparação necessária para a assistência qualificada, considerando as possíveis intercorrências que podem surgir na prática clínica do atendimento à parada cardiorrespiratória. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] SILVA, R. M. F. L.; SILVA, B. A. G. L. SILVA, F. J. M. et al. Ressuscitação cardiopulmonar de adultos com parada cardíaca intra-hospitalar utilizando o estilo Utstein. *Rev Bras Ter Intensiva*. 2016;28(4):427-435.

Palavras-chave: Parada cardiorrespiratória, simulação realística, urgência e emergência.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 186

HIDRADENITE SUPURATIVA EM PACIENTE PORTADORA DE DOENÇA DE CHRON: RELATO DE CASO

Eduardo Melado de Souza **COELHO** (IC – dudles_souza@hotmail.com)¹, Andressa Chaves **CASSOLI** (IC)², Rubens Lopes **OLIVEIRA** (IC)¹e Flavia Elisa **PEDROSA** (PQ)³

¹ Aluno de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS; ² Aluno de Medicina Instituto Metropolitano de Ensino Superior (UNIVAÇO); ³ Médica e Professora Centro Universitário UNIFAMINAS

INTRODUÇÃO: A hidradenite supurativa (HS) é uma condição inflamatória crônica da pele que também é conhecida como acne inversa e, historicamente, como doença de Verneuil; embora o nome implique um distúrbio supurativo que envolve principalmente as glândulas sudoríparas, o crescente conhecimento da patogênese da doença levou à teoria prevalente de que a HS é uma doença oclusiva folicular crônica envolvendo a porção folicular das unidades foliculopilosebáceas que gera abscessos recorrentes e dolorosos. Já a doença de Chron é uma doença inflamatória intestinal crônica com inflamação transmural segmentar, que pode complicar com formação de fístulas e abscessos em região perianal. **RELATO DE CASO:** Paciente sexo feminino, 46 anos, obesa, portadora de Lúpus eritematoso sistêmico, hipotireoidismo e doença de Chron, refere que há 21 anos apresentou nódulo em axila esquerda associado à febre e sinais flogísticos, evoluindo com formação de abscesso e posteriormente com drenagem espontânea de secreção piosanguinolenta que persistiu com necrose sem processo cicatricial e sem melhora, mesmo em uso de anti-inflamatórios e analgésicos. Após 2 meses do aparecimento nodular, houve persistência da lesão e surgimento de novos nódulos em regiões dorsal e glútea. Nesta ocasião, a paciente foi diagnosticada com hidradenite supurativa e tratada cirurgicamente com exérese de lesão e cicatrização por 2ª intenção. Desde então, a paciente teve inúmeros outros episódios de lesões características, sendo a última intercorrência há 2 meses, acometendo regiões inguinal, genital e perianal, que, devido a lesões repetitivas com formação de tecido fibroso por tratamentos cirúrgicos extensos, progrediu com formação de fístula anal, necessitando de fistulectomia anal, antibioticoterapia, e cuidados domiciliares diários relacionados ao curativo. **DISCUSSÃO:** A história progressiva da paciente, reforça o padrão genético e autoimune que estão relacionados à esta patologia. Apesar da HS ter se apresentado de modo clássico, seguindo o padrão de apresentação da doença, locais acometidos e evolução, o fato da paciente também possuir a doença de Chron, que é um diagnóstico diferencial, pois pode apresentar manifestações semelhantes e fístulas perianais, gera maiores complicações e piora da qualidade de vida. Quanto à terapêutica, o tratamento cirúrgico mostra-se o mais resolutivo ao impedir a progressão do curso natural das lesões, e foi corretamente empregado neste caso. Entretanto, medidas secundárias também devem ser adotadas, como manutenção do peso; suporte do paciente, seja ele psicológico, educacional e comportamental; orientações quanto a manutenção de curativos; tratamento das doenças de base; e acompanhamento ambulatorial regular. **CONCLUSÃO:** O desenvolvimento concomitante das duas doenças, como no caso acima, é raro, e de difícil manejo, fazendo com que a cada novo episódio seja um desafio terapêutico para clínicos e pacientes. Atualmente, há muita discussão no emprego de tratamento com supressores genéticos e imunomoduladores, porém esta não é a realidade no âmbito da saúde brasileira, aonde estes medicamentos, infelizmente, ainda são de difícil acesso. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Sellheyer K, Krahl D. "Hidradenitis suppurativa" is acne inversa! An appeal to (finally) abandon a misnomer. *Int J Dermatol* 2005; 44:535. [2] Kouris A, Platsidaki E, Christodoulou C, et al. **Quality of Life and Psychosocial Implications in Patients with Hidradenitis Suppurativa.** *Dermatology* 2016; 232:687. [3] Alikhan A, Lynch PJ, Eisen DB. **Hidradenitis suppurativa: a comprehensive review.** *J Am Acad Dermatol* 2009; 60:539. [4] Jemec GB. **Clinical practice. Hidradenitis suppurativa.** *N Engl J Med* 2012; 366:158. [5] Cosmatos I, Matcho A, Weinstein R, et al. **Analysis of patient claims data to determine the prevalence of hidradenitis suppurativa in the United States.** *J Am Acad Dermatol* 2013; 68:412. [6] McMillan K. **Hidradenitis suppurativa: number of diagnosed patients, demographic characteristics, and treatment patterns in the United States.** *Am J Epidemiol* 2014; 179:1477. [7] Garg A, Kirby JS, Lavian J, et al. **Sex- and Age-Adjusted Population Analysis of Prevalence Estimates for Hidradenitis Suppurativa in the United States.** *JAMA Dermatol* 2017; 153:760. [8] Ingram JR, Jenkins-Jones S, Knipe DW, et al. **Population-based Clinical Practice Research Datalink study using algorithm modelling to identify the true burden of hidradenitis suppurativa.** *Br J Dermatol* 2018; 178:917. [9] Church JM, Fazio VW, Lavery IC, Oakley JR, Milsom JW. **The differential diagnosis and comorbidity of hidradenitis suppurativa and perianal Crohn's disease.** *Int J Colorectal Dis* 1993; 8: 117-119.

Palavras-chave: hidradenite supurativa, doença de Chron, doenças autoimune.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 Medicina

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.01.02-9 Dermatologia

CBS 187
ANÁLISE DO PERFIL DE CONSULTAS PRÉ-NATAL NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ, EM COMPARATIVO COM AS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL.

GOULART, César Augusto Campos (IC - cagoulart.med@gmail.com)¹; **SOUSA**, Greziela (IC)¹; **BRAGA**, Hamanda Veggi Dumbá (IC)¹; **MEDINA**, Paula (IC)¹; **PEDROSA**, Pedro Paulo (IC)¹; **GUEDES**, Juliana Barroso Rodrigues (PQ)²

1. Curso de Medicina; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) desenvolveu o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) visando reunir informações epidemiológicas referentes aos nascimentos informados em todo território nacional. Sua implantação ocorreu de forma lenta e gradual em todas as Unidades da Federação. A fonte dos dados é a Declaração de Nascido Vivo, padronizada pelo Ministério da Saúde (MS), onde destacamos o item 33, que tange sobre o número de consultas pré-natal realizada durante a gestação. Este sistema foi instituído em Lei, e consta do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que em seu artigo nº IV, declara obrigatório a emissão da Declaração de Nascido Vivo [2]. No que se refere ao número de consultas em pré-natal a Organização Mundial da Saúde (OMS), declara que o número adequado é igual ou superior a 6 (seis) o que corrobora com a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASCO) [1]. Ressalta-se que, a consulta de pré-natal tem por objetivo ações como avaliar a saúde da mulher e do feto e seu desenvolvimento, garantindo o bem-estar; identificar fatores de risco e encaminhar a gestante para níveis de referência de maior complexidade que assegurem tratamento precoce das condições anormais; favorecer a compreensão e a adaptação às novas vivências e instrumentalizar em relação aos cuidados neste período; preparar para o parto e pós-parto e para o exercício da maternidade e paternidade [3]. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O levantamento bibliográfico foi conduzido nas bases de dados Scielo, BVS e SINASC a partir das palavras-chave utilizadas, adaptando-as para a linguagem exigida por cada plataforma, com artigos publicados entre os anos 2011 e 2016. Para a pesquisa do município de Muriaé/MG, foi utilizado os dados disponíveis no SINASC através do acesso ao DATASUS, abrangendo os anos de 2007 a 2016. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O total de consultas deverá ser de, no mínimo, 6, com acompanhamento intercalado entre médico e enfermeiro. Sempre que possível, as consultas devem ser realizadas conforme o seguinte cronograma: Até 28ª semana – mensalmente; Da 28ª até a 36ª semana – quinzenalmente; Da 36ª até a 41ª semana – semanalmente [2]. No que tange a discussão, foram feitas análises das consultas do acompanhamento pré-natal em âmbito municipal, qual seja, na cidade de Muriaé-MG, comparativamente com o cenário estadual e federação. Primeiramente, cabe enfatizar que o município de Muriaé possui o maior percentual quando analisado o fato de nenhuma realização de consultas de pré-natal, perfazendo o mesmo, o percentual de 2,64%, o qual se assemelha ao parâmetro nacional, e em número, é mais que o dobro do percentual federativo. Levando em consideração o mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde, analisamos os parâmetros que abrangem de 4 a 6 consultas conjuntamente com o parâmetro de 7 ou mais, sendo certo que a base de dados não dissocia os dados do primeiro parâmetro. Portanto, dicotomicamente, cumpre ressaltar que Muriaé perfaz o maior montante de cobertura adequada (94,56%), percentual que muito se assemelha com o obtido em âmbito estadual, porém, quando comparado com a esfera federativa, nota-se um sobressalto na percentagem municipal, o qual é de aproximadamente 5%. Este resultado, provavelmente se dá em decorrência de uma maior realização de consultas no último trimestre gestacional, quando o intervalo entre as consultas é menor [3]. Por fim, resta salientar, que quanto à cobertura de dados, o município analisado é o que maior tem abrangência, sendo certo que o percentual de ignorados encontrado é de 0,27%, em contrapartida aos 0,66% e 0,96%, nas esferas municipal e federativa, respectivamente. **CONCLUSÃO:** O município de Muriaé, conforme dados do SINASC, apresenta a melhor cobertura (94,56%) quando analisamos o número de consultas pré-natais, variando entre os padrões de 4 a 6 e 7 ou mais, sendo esta proporção, significativamente importante e expressiva, quando comparados os dados com o Brasil e com estado de Minas Gerais, os quais, apresentam uma cobertura de 89,62% e 93,44%, respectivamente. Ressalta-se ainda, que a frequência do pré-natal tem considerável relevância no processo saúde-doença, principalmente quando nos fundamentamos em fatores interferentes à mãe e ao bebê, o que faz o município em questão, deter o “status” de maior cobertura, pois é o que possui menor percentual de ignorados dentre as esferas analisadas.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRASIL, 2000. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/2000>; [2] BRASIL, Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco / Ministério da Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 318 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, nº 32); [3] DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira, et al. Avaliação da adequação da assistência pré-natal na rede SUS do Município do Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública vol.28 no.3 Rio de Janeiro Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. [4] GOLDENBERGI, Paulete, TOLENTINO, Maria do Carmo Figueiredo, SILVA, Rebeca de Souza. Gravidez na adolescência, pré-natal e resultados perinatais em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro - RJ – Brasil. Disponível em: <https://www.scielosp.org/scielo>.

Palavras-chave: consultas; pré-natal, serviço de saúde e sistema de informação.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina.

CBS 188

CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE SAÚDE EM ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL COM TELEMEDICINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alberto Guedes Ezaquiel **DA SILVA** (IC - alberto.guedes.e@gmail.com)¹, Brenda Andrade **MARQUESINE** (IC)¹; Elisa Corrêa **MIRANDA** (IC)¹; Gleyciane Delfino **FERREIRA** (IC)¹; Maria Eduarda Venturim Almeida **VIEIRA** (IC)¹; Pascale Gonçalves **MASSENA** (PQ)²; Juliana Barroso Rodrigues **GUEDES** (PQ)².

1. Discente de medicina UNIFAMINAS- Muriaé; 2. Professor do UNIFAMINAS- Muriaé -Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A Caderneta de Saúde da Criança (CSC) é considerada pelo Ministério da Saúde (MS) um instrumento fundamental para monitorar as ações de promoção do pleno potencial de crescimento e desenvolvimento da criança, bem como a prevenção de possíveis agravos prevalentes na infância [1]. Sendo assim, seu preenchimento correto é essencial para haver o acompanhamento contínuo da criança e, quando necessário, realizar alguma intervenção [2]. Nesse contexto, a telessaúde é uma ferramenta que oferece uma diversidade de programas de capacitação à distância e assistência especializada. Essa tecnologia facilita o acesso à assistência médica e educação, pois permite instruir os profissionais de saúde de acordo com as vivências do dia-a-dia, tendo como base uma estrutura educacional acadêmica [3]. Embora a maioria das crianças tenham CSC, a monitorização do crescimento e desenvolvimento infantil ainda é negligenciada pelas equipes de saúde. Assim, o projeto relatado teve como objetivo capacitar, através da Telemedicina, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) das UBS dos bairros Gaspar, São Pedro, Santo Antônio, São Gotardo e Cardoso de Melo, localizados na cidade de Muriaé – MG, na realização das medidas antropométricas e avaliações necessárias para o preenchimento da CSC. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Participaram 15 ACS, com acesso ao material no site da UNIFAMINAS-Muriaé, no espaço do núcleo de Ensino a Distância (EaD). O projeto foi composto de uma vídeoaula dividida em quatro módulos e um questionário realizado antes, pré-teste, e depois, pós-teste, da aplicação dos vídeos. O primeiro módulo contemplou uma introdução, apresentando o problema e a justificativa, seguida de uma breve apresentação da caderneta da criança. No segundo módulo, foi ensinada a técnica de medição de perímetro cefálico (PC), bem como instruções de preenchimento do gráfico de PC. O terceiro módulo abordou a técnica para medição do peso da criança, seguido de instrução de preenchimento do gráfico de peso. O último módulo foi dedicado à técnica de medição da estatura da criança e preenchimento do gráfico correspondente. O vídeo foi produzido com auxílio da professora e pediatra Pascale Gonçalves Massena nas dependências do núcleo EaD do Centro Universitário UNIFAMINAS – Muriaé/MG, utilizando a balança pediátrica e o estadiômetro disponibilizados pela instituição. A avaliação dos dados obtidos foi feita através de uma análise comparativa entre as respostas do pré e pós-testes, que foram convertidas em gráficos pelo próprio sistema, possibilitando uma análise conjunta dos acertos e erros. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram das avaliações apenas três das cinco UBS selecionadas, somando 15 ACS no pré-teste e 14 no pós-teste. As perguntas referentes ao preenchimento da CSC e medida de comprimento alcançaram 100% de acertos tanto no pré-teste quanto no pós-teste. Nas demais questões, que abordaram gráficos de crescimento e desenvolvimento, técnica de pesagem e medida de PC, houve aumento do número acertos do pré-teste para o pós-teste. A questão com menor índice de acertos foi sobre pesagem. O tempo gasto para responder o pré-teste sofreu grande variação, sendo o tempo mínimo de 43 segundos e o tempo máximo de 9 minutos. Enquanto, o tempo gasto para responder o pós-teste variou entre 32 segundos até 5 minutos e 4 segundos. **CONCLUSÕES:** Entende-se que o conteúdo abordado nos vídeos foi relevante, pois houve uma redução de 80% no tempo gasto e 24% dos erros. Contudo, o resultado foi inferior ao esperado pelos autores, uma vez que houve baixa adesão do público alvo e compartilhamento de informações durante a execução dos testes. Os agentes participantes se mostraram satisfeitos com a iniciativa e abertos a novas capacitações nesse formato. Concluiu-se que a execução foi positiva, mostrando que a telemedicina é uma importante ferramenta na capacitação e educação continuada dos profissionais dentro da atenção primária e, mesmo necessitando aperfeiçoamentos, é uma importante evolução na educação em saúde. **AGRADECIMENTOS:** Ao núcleo EAD e às professoras orientadoras pelo suporte, e aos ACS pela participação. **BIBLIOGRAFIA:**[1] ALMEIDA, Ana Cláudia de; MENDES, Larissa da Costa et al. **Uso de instrumento de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança no Brasil --- Revisão sistemática de literatura.** *Revista Paulista de Pediatria*, Elsevier Editora Ltda, São Paulo; [2] PALOMBO, Claudia Nery Teixeira; DUARTE, Luciane Simões et al. **Uso e preenchimento da caderneta de saúde da criança com foco no crescimento e desenvolvimento.** *RevEscEnfermUSP*, vol. 48: nº especial, São Paulo, 2014; [3] DOS SANTOS, Alaneir de Fátima; DE SOUZA, Cláudio et al. **Telessaúde: um instrumento de suporte assistencial e educação permanente.** *Editora UFMG*, Belo Horizonte, 2006.

Palavras-chave: atenção continuada; atenção primária à saúde; prevenção

Área do conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

Área do conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 - Medicina

CBS 189
RELATO DE CASO: TRATAMENTO DE PTERÍGEOS POPLÍTEOS COM FIVE-FLAP EM CRIANÇA
PORTADORA DE ARTROGRIPOSE CONGÊNITA MÚLTIPLA.

Maria Elisa **LATINI VIANA**¹ Mariangela Latini de **MIRANDA**²

¹Estudante de medicina do 7º período da Faminas-BH ²Residente de Cirurgia Plástica do Hospital da Baleia em Belo Horizonte

APRESENTAÇÃO: Artrogripose Múltipla Congênita (AMC) é uma síndrome relativamente rara, incidente em 1:3.000-5.000 nascidos vivos, caracterizada por uma variedade de condições clínicas que envolvem a limitação congênita dos movimentos das articulações.⁽¹⁾ Os principais fatores etiológicos são as doenças do sistema nervoso central e musculoesquelético, anomalias cromossômicas, compressão fetal e atualmente descrita a sua associação com a infecção materna pelo zika-vírus⁽²⁾. Tais condições podem levar a um limite da movimentação fetal intrauterina e consequentemente a instalação de contraturas articulares congênitas. Dentre as diversas manifestações clínicas descritas na AMC a presença de pterígeo é uma delas. Caracteriza-se por uma banda fibrosa que reduz a mobilidade das articulações e as mantém em uma posição fixa⁽³⁾. Uma das técnicas de escolha no tratamento da limitação da paciente foi a zetaplastia, uma ferramenta essencial no arsenal terapêutico do cirurgião plástico e muito útil para o alongamento de cicatrizes e retrações. Retalho simples e versátil, apresenta algumas diversificações baseadas no princípio básico de retalho cutâneo local em Z como a zetaplastia em cinco retalhos (five flap), descrita por *Hirshowitz* et al em 1977 para o tratamento de retração axilar em pacientes com sequelas de queimadura⁽⁵⁾. Define-se five-flap por dupla zetaplastia oposta e avanço em V-Y, é uma variação utilizada principalmente em contraturas articulares limitantes e apresenta resultados estéticos e funcionais satisfatórios^(5,6). O objetivo deste trabalho é apresentar um caso clínico de paciente portadora de Artrogripose Múltipla Congênita com pterígeos poplíteos e o tratamento de retrações poplíteas por bandas fibróticas com retalho local do tipo zetaplastia em cinco retalhos (five-flap). **RELATO DE CASO:** trata-se de criança do gênero feminino, ASGS, nascida em 27/02/2009, apresentando várias deformidades congênitas associadas a Artrogripose Múltipla Congênita, em acompanhamento desde os 7 meses de idade no Hospital da Baleia – Belo Horizonte com a equipe de Cirurgia Plástica e Ortopedia. As principais malformações encontradas na paciente foram: AMC do tipo pterígeo (Goldberg III) com acometimento de membros superiores, inferiores, pés e quadris, além de pescoço alado, diástase do músculo reto abdominal e fissura labiopalatal. O desenvolvimento neuropsicomotor da criança foi considerado normal para a idade. Com o crescimento e desenvolvimento motor, criança apresentou maiores restrições físicas provocadas pelas bandas fibroticas em cervical, fossa cubital e poplíteia, sendo optado pela Cirurgia Plástica o tratamento individual das áreas supracitadas, avaliando a resposta após cada procedimento realizado antes de ser submetida a nova abordagem. Iniciado o tratamento em região cervical para possibilitar maior conforto à paciente. Procedimento realizado em 2017 e optado por múltiplas zetaplastias para o alongamento da contratura, com boa evolução pós-operatória no tocante cicatricial, e satisfatória melhora da movimentação e alongamento do pescoço. Em maio deste ano, para oferecer maior mobilidade e autonomia à paciente, juntamente com a equipe de ortopedia, foi optado por iniciar a reconstrução e alongamento das bandas fibroticas em fossa poplíteia bilateralmente pela técnica de zetaplastia em cinco retalhos – five-flap.

Figura 1: five-flap descrito por *Hirshowitz*



Figura 2: marcação pré-operatória



Figura 3: pós operatório imediato, extensão de aproximadamente 150 graus.

Em acompanhamento ambulatorial, paciente e familiares mostraram satisfeitos com os resultados obtidos confirmando a melhora da extensão do membro, redução das dores provocadas pela contratura e melhor realização de atividades cotidianas básicas e qualidade de vida (figura 4).



Figura 4: extensão dos membro inferior em repouso, 90 dias após a cirurgia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS1. Binkiewicz-Glinska A, Sobierajska-Rek A, Bakula S, Wierzb J, Drewek K, Kowalski IM et al. Arthrogryposis in infancy, multidisciplinary approach: case report. *BMC Pediatr.* 2013;13:184. 2. Hall JG. Arthrogryposis (multiple congenital contractures): diagnostic approach to etiology, classification, genetics, and general principles. *Eur J Med Genet.* 2014;57(8):464-72. 3. Froster-Iskenius UG. Popliteal pterygium syndrome. *J Med Genet.* 1990; 27(5):320-6. 4. W.P. Bevan, J.G. Hall, M. Bamshad, L.T. Staheli, K.M. Jaffe, K. Song Arthrogryposis multiplex congenita (amyoplasia): an orthopaedic perspective. *J Pediatr Orthop.* 27 (2007), pp. 594-600 5. Hirshowitz B, Karev A, Levy Y (1977) A 5-flap procedure for axillary webs leaving the apex intact. *Br J Plast Surg* 30:48 6. Hirshowitz B, Karev A, Rousse M. Combined double Z-plasty and VeY advancement for thumb web contracture. *Hand* 1975;7:291-3.

CBS 190

COMPOSIÇÃO CORPORAL E RISCO CARDÍACO EM HOMENS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

Milena Aparecida Soares de **MORAIS**(IC- milena_morais18@hotmail.com)¹, Renan Pacheco **FURTADO**(IC)¹, Higor da Silva **ROCHA**(IC)¹, Bernardo Minelli **RODRIGUES** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professor Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A obesidade é uma doença crônica, definida como excesso de gordura corporal, em que ocorre concomitância de fatores de risco genéticos e ambientais [1]. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi verificar a composição corporal e o risco cardíaco em homens praticantes de musculação. Foram avaliados 20 homens (28,45 ± 8,5 anos; 81,06 ± 11,4 kg; 178,3 ± 8,6 cm; 25,47 ± 3,1 kg.m²), praticantes de academia situada no município de Muriaé-MG. Os procedimentos da pesquisa tiveram duração de 1 visita. Os voluntários assinaram um termo de participação consentida, juntamente com seu responsável, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12) do Conselho Nacional de Saúde e realizaram avaliação das variáveis antropométricas. Para avaliação das características antropométricas, utilizou-se uma balança (Filizola, Brasil) para aferir o peso em quilogramas (kg), com precisão de 0,1 kg e um estadiômetro Sanny (Sanny, Brasil) para verificação da altura, onde para esta medida em metros (m), a precisão foi regulada a 0,1 centímetros (cm). Para avaliação da composição corporal através do indicador antropométrico de dobra cutânea será realizada a mensuração de três dobras cutâneas (peitoral, abdômen e coxa), de acordo com o protocolo de Jackson; Pollock e Ward [2]. O risco cardíaco foi avaliado pelo Índice de Massa Corporal (IMC), sendo determinado pelo quociente massa corporal / (estatura)², sendo a massa corporal expressa em quilogramas (kg) e a estatura, em metros (m) e o IRAQ (índice cintura/quadril). Sendo a circunferência abdominal será avaliada com fita métrica no ponto médio entre a crista ilíaca e o rebordo costal, com o paciente em pé, com os braços posicionados ao longo do corpo e na fase expiratória da respiração. Consideramos circunferência de risco para doença cardiovascular uma medida maior ou igual a 94 cm nos homens. As variáveis antropométricas de massa corporal e estatura foram coletadas [2]. Foi utilizada estatística descritiva, utilizando medida de localização, dispersão e percentual. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS 11.0 – Statistical Package for the Social Sciences. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A média de percentual de gordura foi de 25,47 ± 3,1. Dos 20 (100%) homens: 13 (65%) apresentaram valor normal e 7 (45%) apresentaram valor acima do padrão: Para o IMC dos 20 (100%) homens: 10 (50%) apresentaram peso normal e 08 (40%) apresentaram sobrepeso e 02 (10%) apresentaram obesidade: Somente 1 (5%) indivíduo apresentou valor mais elevados para o IRAQ. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que grande parte da amostra estudada apresentam níveis de percentual de gordura acima dos valores padrão e sobrepeso/obesidade, o que pode ser um indicador para risco cardíaco. **AGRADECIMENTOS:** A academia de musculação Extremo Vigor onde foram feitas as avaliações antropométricas.

BIBLIOGRAFIA: [1] SOTELO, Y. O. M.; COLUGNATI, F. A.; TADDEI, J. A. A. C. **Prevalência de sobrepeso e obesidade entre escolares da rede pública segundo três critérios de diagnóstico antropométrico.** Cadernos de Saúde Pública, v. 20, p. 233-240, 2004. [2] MARFELL-JONES, T. O. M.; STEWART, A.; CARTER, L. **International standards for anthropometric assessment: ISAK.** África do Sul: International Society for the Advancement of Kinanthropometry, 2006.

Palavras-chave: Composição Corporal, Risco Cardíaco, Adultos
Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 191

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE INFECÇÕES POR HIV UTILIZANDO TESTES RÁPIDOS EM PARTURIENTES DA MATERNIDADE DA CASA DE CARIDADE HOSPITAL SÃO PAULO – MURIAÉ

Camila Pereira **BARBOSA**(IC – camilamassenabarbosa@hotmail.com)¹, Rafaela Theófilo do Nascimento **Souza** (IC)¹, Larissa Paes **Retameiro** (IC)¹, Danyelle Dias **Cardoso** (IC)¹, Karyne Lopes **Soares** (IC)¹, Carlos Wilson Dala Paula **ABREU** (PQ)²

1. Discente de medicina do UNIFAMINAS-Muriaé; 2. Professor no UNIFAMINAS- Muriaé *Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

INTRODUÇÃO: Em meados dos anos 80, até os tempos atuais, a epidemia de Aids no Brasil tem sido subdividida em três fases. A primeira, no princípio da década de 80, evidenciou-se, principalmente, pela concentração de casos restritos a certos grupos populacionais, como os homo e bissexuais e os receptores de sangue e hemoderivados. Já a segunda fase, no início dos anos 90, revelou-se pelo aumento gradativo do número de casos de usuários de drogas injetáveis, bem como também o início do aumento dos casos por transmissão heterossexual, principalmente entre parceiros de homens dependentes de drogas injetáveis. Por fim, a terceira fase caracteriza-se, principalmente, pelo significativo número de casos por transmissão do HIV entre indivíduos heterossexuais, aumentando a incidência entre as mulheres. Em consequência, a expansão da epidemia no sexo feminino colocou-se em evidência o aumento dos casos de crianças infectadas por transmissão materno-infantil -TMI. Também nomeada de transmissão vertical, a TMI pode ocorrer durante a gestação, no parto e na amamentação, apesar de que 65% dos casos ocorrem durante o trabalho de parto. Sendo assim, a política de saúde no Brasil implementada pelo Ministério da Saúde sugere a identificação precoce da infecção pelo HIV na gestação para adoção de práticas contra sua transmissão. **MATERIAL E MÉTODOS:** Refere-se á uma pesquisa observacional, quantitativa e descritiva realizada por uma revisão de literatura nos períodos de Maio de 2018 á Maio de 2019, a partir de dados colhidos do livro de teste rápido da maternidade da Casa de Caridade Hospital São Paulo- Muriaé, utilizando as palavras chave” sorologia da aids”, ” teste rápido”, ”prevalência”, ”transmissão perinatal”. Os dados encontrados foram analisados a partir de parâmetros definidos pelo Boletim Epidemiológico HIV-AIDS do Ministério da Saúde a fim de comparar a taxa de infecção ao HIV pelas gestantes da Casa de Caridade Hospital São Paulo- Muriaé ao estado de Minas Gerais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO :** No período de maio de 2018 a maio de 2019 (um ano), foram abordadas na maternidade pública do Hospital São Paulo (HSP) em Muriaé - MG, 1639 gestantes. Dentre estas gestantes, 1634 submeteram-se ao teste rápido de HIV, sendo as demais excluídas pela ausência de material apropriado para o exame no momento da admissão. Entre as 1634 parturientes analisadas pelo teste rápido, apenas 11 positiveram o mesmo, ou seja, um índice de infecção aproximadamente 0,67% nas gestantes expostas ao rastreio. Sabendo-se que apenas 5 pacientes não foram rastreadas no momento da internação dentre as 1639 gestantes que deram entrada à Maternidade do HSP. De acordo com o Boletim Epidemiológico HIV-AIDS do Ministério da Saúde, a taxa de casos de HIV no último ano se ateve em 22,6% em Minas Gerais. Diante a implementação no SUS, em 2012, foram distribuídos 17.062.770 testes rápidos (exclusivamente para a Rede Cegonha, até outubro de 2018), 36,4% do total de testes rápidos distribuídos no país. Em um período de dez anos, houve um aumento de 21,7% na taxa de detecção de HIV em gestantes: em 2007, a taxa observada foi de 2,3 casos/mil nascidos vivos e, em 2017, passou para 2,8/mil nascidos vivos (Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018). **CONCLUSÃO:** Perante a análise de dados ,constatamos que a taxa de infecção ao HIV pelas parturientes na maternidade de Muriaé torna-se inferior quando comparada á seu estado. Isso pode ser explicado, em parte, pela ampliação do diagnóstico no pré-natal e a consequente melhoria da prevenção da transmissão vertical do HIV. (Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018). Contudo, faz-se necessário , além de atividades que amplifiquem o diagnóstico, o fortalecimento de políticas públicas para a adequação das ações de controle da transmissão vertical do HIV. A operacionalização da assistência primária deve ser qualificada, com ênfase na captação precoce das gestantes para o pré-natal. Por fim, os profissionais de saúde envolvidos na assistência a gestantes e parturientes necessitam ser capacitados, inclusive em serviço, nas ações de aconselhamento e manejo clínico. **AGRADECIMENTOS:** Ao professor Carlos Wilson e Hospital São Paulo-Muriaé **BIBLIOGRAFIA:** INFECÇÃO PELO HIV DURANTE A GESTAÇÃO: ESTUDO-SENTINELA PARTURIENTE, BRASIL, 2002, SciELO, revista de saúde pública <<https://www.scielosp.org/article/rsp/2004.v38n6/764-772/pt/>>; ESTIMATIVA DA PREVALÊNCIA DE HIV EM GESTANTES POR ANÁLISE ESPACIAL, PORTO ALEGRE, RS, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n5/cb-5349.pdf>> BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO HIV/AIDS. Secretaria de Vigilância em Saúde- Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2018>>. MARCONDES, Daniela et al. Avaliação da testagem anti-HIV no pré-natal e na assistência ao parto no Rio de Janeiro, Brasil. Scielo, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292015000400413>.

Palavras-chave: Sorologia da AIDS; Testes Rápidos; Prevalência; Transmissão perinatal

CBS 192

COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE CRIANÇAS DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO DE MURIAÉ-MG

Nayara Rizzo de **ALMEIDA**¹ (IC- rizzoatendimento@gmail.com), Lívia Botelho da Silva **SARKIS** (PQ)², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS - Muriaé-MG.

INTRODUÇÃO: A obesidade em crianças tem crescido significativamente em todo o mundo, sendo considerada uma epidemia [1]. Atualmente é considerada uma doença crônica, com origem multifatorial, caracterizado pelo desequilíbrio da quantidade de alimento ingerido e energia utilizada, levando ao excesso de gordura acumulada nos tecidos [2]. De acordo com a literatura, a presença da obesidade na infância aumenta a chance da ocorrência da mesma na vida adulta, podendo ocasionar riscos preocupantes à saúde, como doenças crônicas. Diante do exposto este trabalho teve como avaliar o comportamento alimentar de crianças de uma escola privada de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado de setembro a outubro de 2018 em um grupo de escolares com de idade entre 6 e 7 anos de uma escola particular do município de Muriaé-MG. Após autorização da escola e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelos responsáveis, foi aplicado um questionário sobre hábitos alimentares, com o objetivo de se realizar o diagnóstico do padrão de alimentação daquele grupo, para posterior intervenção. Foram realizadas três intervenções de educação alimentar e nutricional presenciais na escola, para que as crianças reconhecessem alimentos *in natura*, diferenciassem os alimentos bons e ruins para a saúde e visualizassem a quantidade de açúcar presente em alguns alimentos industrializados. **Resultados e discussão:** Participaram do estudo 18 alunos, sendo 61,11% do sexo masculino. Através do questionário verificou-se que 94% possuíam o hábito do café da manhã, 100% do almoço e 83% do jantar. Um total de 83% consumiam frutas, sendo que 28% as consumiam todos os dias e 44% consumiam entre duas e três vezes na semana. Com relação ao consumo de água, 56% tomavam de 4 a 5 copos de água diariamente. Quanto às bebidas industrializadas, 89% tomavam refrigerantes, 94% consumiam suco em pó e 78% consumiam achocolatados. Dentre as opções fornecidas para escolha de refeições preferidas, notou-se a preferência de 44% das crianças pela mais saudável e 56% pelos *fastfood*, refrigerantes e comidas industrializadas. O consumo de legumes e verduras foi relatado por 94% das crianças durante o almoço. Com relação a adição de sal, 39% relataram colocar sal diariamente nas refeições na hora de consumo e 22% adicionam açúcar diariamente aos alimentos prontos para consumo. Pode-se observar que o consumo de frutas, diariamente é baixo, representado por 28% dos escolares, não fazendo parte do hábito alimentar dos escolares de forma significativa, uma vez que é considerado hábito, o consumo de determinado alimento cinco ou mais vezes na semana [3]. Em estudo conduzido em Muriaé por SILVA et al., 2016 com escolares da rede pública, verificou-se que o hábito alimentar da maioria era composto por carne, leite e derivados e deficiente em frutas, verduras e legumes [4]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que as crianças apresentaram uma alimentação com alto consumo de bebidas industrializadas, doces e com baixo consumo de frutas, porém realizavam regularmente as refeições convencionais. Mediante aos hábitos alimentares retratados, a alimentação das crianças pode ser classificada como irregular, sendo necessário melhorias em suas ofertas e um maior incentivo dos pais referente uma alimentação saudável. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] SANTOS, L. R. C.; RABINOVICH, E. P. Situações familiares na obesidade exógena infantil do filho único. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 507-521, 2011. [2] CORSO, A. C. T. et al. Fatores comportamentais associados ao sobrepeso e a obesidade em escolas do estado de Santa Catarina. *R, bras. est. pop.*, Rio de Janeiro, v. 29, n1, p.117-131, jan./jun., 2012. [3] BRASIL. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquéritos telefônicos, **Ministério da Saúde**. [4] SILVA, C. C. et al. Hábitos alimentares de um grupo de escolares de uma escola pública de Muriaé MG. *Revista científica da FAMINAS*, Muriaé, v.14, n. 1, 2018.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional, comportamento alimentar, obesidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 193

A EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DA SÍNDROME DE BOURNOT

Valquíria de Freitas Mourão **CAMINHAS** (IC - val_mourao@yahoo.com.br)¹, Rocilandia Rodrigues **MARTINS** (IC)¹, Julcileia Maria dos Santos **FERREIRA** (IC)¹, Sidneia Aparecida da **SILVA** (IC)¹, Kelly Christina Barros da **SILVA** (IC)¹ e Dionéia Paula Bodevan de **SOUSA**(PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – FAMINAS-BH – BELO HORIZONTE* – 31744-007 – Belo Horizonte–MG

APRESENTAÇÃO: Essa pesquisa investiga sobre a possibilidade da Síndrome de Burnout (SB) acometer acadêmicos de enfermagem que ainda não fazem parte do mercado ativo de trabalho, ou seja, não possuem as representações sociais provenientes ao pertencimento de uma categoria profissional. A SB é conceituada pela Organização Mundial de Saúde como resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso. Pode ser caracterizada de acordo com sintomas: sentimentos de exaustão; distanciamento mental do trabalho; sentimentos de negativismo relacionados ao próprio trabalho e redução da eficácia profissional. A SB é definida como a desarmonia entre as esferas somática, intelectual e emocional, processo progressivo de esgotamento emocional e diminuição de interesse profissional podendo levar a consequências complexas nas áreas pessoal, familiar e profissional [1] [2]. A SB é resultante de situações de trabalho desgastante e em excesso, que demandam muita responsabilidade. Compreendendo que o acadêmico de enfermagem, vivencia situações e ambientes semelhantes às experiências dos profissionais que atuam na prática profissional de enfermagem seja nas dimensões física e ou psicológica, percebe-se a relevância de pesquisas que contribuam para a expansão do entendimento sobre a SB e sobre as pessoas com possibilidade de serem acometidas por essa síndrome. Os objetivos foram: identificar se existem pessoas fora do mercado formal de trabalho acometidas pela SB; Contribuir para a divulgação do conceito, sinais e sintomas associados ao SB.; prevenir o comprometimento da saúde mental de futuros profissionais por meio de ações educativas preventivas da SB.

MATERIAL E MÉTODOS: O presente estudo é parte dos resultados de um trabalho desenvolvido pela disciplina Trabalho Interdisciplinar Supervisionado do Curso de Enfermagem da FAMINAS – BH. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa com uma amostra de conveniência totalizando 45 sujeitos. O critério de inclusão para escolha do público alvo foi o aluno estar matriculado no curso de Enfermagem da FAMINAS e já ter cursado o quarto período. A técnica de expressão eleita foi o relato de experiência. O instrumento de coleta de dados utilizado foram: entrevistas contendo a técnica de evocações livres, cuja análise se deu por meio do uso da construção de categorias por meio da associação e comparação dos relatos, classificando-os de acordo os discursos dos sujeitos investigados.

DESENVOLVIMENTO: Após o levantamento dos sujeitos disponíveis a participar da entrevista coletiva, os sujeitos se reuniram dentro do espaço acadêmico da FAMINAS – BH e vivenciaram uma experiência de psicodrama conduzido por um psicólogo master coach. Em um segundo momento, foi realizado uma oficina com a apresentação de conceitos científicos sobre SB, os tratamentos existentes com especial atenção para as ações educativas de prevenção da SB. Os resultados apontaram que os sujeitos investigados se percebem como pessoas vulneráveis à Síndrome de Burnout sendo registrado relatos expressões como “esgotamento”, “estresse”, “cansaço”. A maior parte dos sujeitos se reconheceram com dois ou mais sintomas da SB. Importante contribuição desse estudo foi a constatação que cada indivíduo percebe as experiências no mundo acadêmico e profissional de forma singular e diversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Sugere-se a realização de novos estudos que avaliem o papel do enfermeiro como promotor da saúde mental voltado para prevenção da SB promovendo ações educativas que auxiliem na manutenção da saúde dos profissionais desde a sua formação.

AGRADECIMENTOS: Primeiramente à Deus, professores e familiares que sempre nos acompanharam.

BIBLIOGRAFIA: [1] Gianasi, L.B.S.; Oliveira, D.C. A síndrome de burnout e suas representações entre profissionais de saúde. estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, 2014. [2] Nogueira LS, Sousa RMC, Guedes ES, Santos MA, Turrini RNT, Cruz DALM. Burnout and nursing work environment in public health institutions. Rev Bras Enferm. 2018.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout, Enfermagem, Estudantes Enfermagem.

Área de Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0- Enfermagem

CBS 194

PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO EM HIPERTENSOS ATENDIDOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LARANJAL- MG

Júlia Maria Torquato de Souza **MOREIRA** (IC - julia.torquato@hotmail.com)¹, Iasmin Cristiano **TONY** (IC)¹, Nathalya Zangirolami **LACERDA** (IC)¹, Larissa Ferreira **MARINHO** (IC)¹, Fabiana Lopes **RODRIGUES** (IC)¹, Naruna Pereira **ROCHA** (PQ-narunarocha@hotmail.com)²

1- Curso de Nutrição; 2- Professor Centro Universitário– UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A classificação de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) se dá quando os níveis pressóricos de pressão arterial sistólica e diastólica se encontram maiores ou iguais a 140 mmHg e 90 mmHg, respectivamente. Esta condição não raramente se associa a outras alterações metabólicas, dentre elas, o excesso de peso. A HAS atinge, no Brasil, 32,5% da população [1], enquanto 54,0% desses pacientes encontram-se com sobrepeso, sendo mais prevalente no sexo masculino [2]. Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi avaliar o excesso de peso em hipertensos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde do município de Laranjal, Minas Gerais.

MATERIAL E MÉTODOS: Trata-se de um estudo transversal realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Laranjal, Minas Gerais. Foram incluídos apenas adultos e idosos de ambos os sexos que relataram apresentar hipertensão. Os que relataram hipertensão tiveram seu peso (Kg) e altura (m) aferidos para posterior cálculo e classificação do Índice de Massa Corporal (IMC) de acordo com a OMS (1995) para adultos [3] e LIPSCHITZ para idosos [4]. Todos os dados foram analisados no Excel, sendo realizadas as análises de frequência absoluta, relativa e de tendência central. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 27 hipertensos, com média de idade de 53,0 anos \pm 17,08, sendo a maioria do sexo feminino (74,0%). Foi observado que 85,19% dos participantes apresentavam excesso de peso, sendo que a obesidade esteve presente em 37,04% dos indivíduos. A associação entre excesso de peso e hipertensão é frequente, tendo em vista que o aumento do peso corpóreo é um fator de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares [5,6]. Nesse sentido, é imprescindível a criação de estratégias que busquem estabelecer um controle epidemiológico para essas condições de saúde, viabilizando melhor qualidade de vida aos portadores de HAS [7].

CONCLUSÃO: O estudo encontrou elevada prevalência de sobrepeso e obesidade em pacientes hipertensos. Sabe-se que a manutenção de um peso adequado é de grande importância para a melhoria da saúde, qualidade de vida e para o controle da doença. Ressalta-se a importância do nutricionista nesses quesitos para redução de complicações associadas à hipertensão. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, Sociedade Brasileira de Cardiologia. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*. v. 107, n. 3, 2016. [2] BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. [3] WHO - WORD HEALTH ORGANIZATION. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva: Word Health Organization; 1995. [4] LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. *Primary Care*, Philadelphia, v. 21, n. 1, p. 55-67, 1994. [5] KRUGER, A. P.; et al. Avaliação da qualidade de vida de hipertensos usuários de uma unidade básica de saúde. *Revista de atenção a saúde*, v. 13, n. 46, p. 43-50, 2015. [6] GARCIA, B. E.; et al. Análise da presença de obesidade, comportamentos e fatores de risco cardiovascular em indivíduos hipertensos. *Colloquium Vitae*, v. 8, n. 2, p. 7-11, 2016. [7] MACHADO, W. D.; et al. Idosos com doenças crônicas não transmissíveis: um estudo em grupos de convivência. *ReonFacema*, v. 3, n. 2, p. 444-451, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

TRABALHOS CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

CSA 001

**BENEFÍCIOS DO CONTROLE DE ESTOQUE NO SEGMENTO MONTAGENS DE ESTABELECIMENTOS
COMERCIAIS EM EMPRESAS DE MÉDIO PORTE NA CIDADE DE MURIAÉ-MG**

Tiago Moreira da Silva **BARROS** (IC - tiagomoreirabarros@gmail.com)¹, Jaqueline Pereira
Oliveira **SOARES**(IC)¹, Beatriz Fernandes **GONÇALVES** (IC)¹, e Francisco de Assis **FERREIRA**(PQ)²

2. Curso de Administração; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ*
– 36880–000 –Muriaé–MG

APRESENTAÇÃO: O presente estudo foi realizado em uma empresa do segmento, montagens de estabelecimentos comerciais, com o objetivo de identificar os principais benefícios do controle de estoque visando alcançar resultados e a inibição dos erros. Após análise feita no período 2018/2019 sobre os resultados da empresa, com base em dados fornecidos pelo software verificou-se baixa rotatividade de alguns itens em estoque. Com um leque de 3000 itens de produtos, verificou-se que apenas 50% dos mesmos apresentavam giro considerável, em contrapartida o restante além de ocuparem espaço nas prateleiras geravam custos com o pagamento a fornecedores tanto quanto à depreciação calculada sobre o tempo de armazenagem. Como efeito dominó, logo foi percebido a queda de 30% no setor de vendas, faltando capital para investir em produtos de maior saída, gerando transtornos a empresa que necessita da venda de seus estoques para apurar seu lucro e quitar suas obrigações e ao cliente que depende da mercadoria. A ausência do controle de estoque adequado pode representar a perda de uma oportunidade de venda para as empresas, além de gerar prejuízos [1]

DESENVOLVIMENTO: O gerenciamento está além comprar e vender mercadorias. O estoque é um dos ativos expressivo do capital circulante da empresa, já que pode ser liquidado a qualquer momento, portanto, o controle de estoque deve ser visto de maneira estratégica, integrando-se aos diversos setores da empresa, já que impacta diretamente em várias atividades — desde a produção ao financeiro e comercial da empresa [1]. A organização objeto do presente estudo foi capaz de identificar que através da gestão de seus ativos ser possível comprar, vender e armazenar com inteligência. Um dos fatores determinantes para o sucesso foi à utilização da análise de Pareto e a Curva ABC, que é capaz de distinguir produtos: Classe A: de maior importância, valor ou quantidade, correspondendo a 20% do total; de Classe B: com importância, quantidade ou valor intermediário, correspondendo a 30% do total; de Classe C: de menor importância, valor ou quantidade, correspondendo a 50% do total [2]. Através da análise, Curva ABC, obteve-se como resultado a identificação e mapeamento de produtos que apresentam maior rentabilidade e custos para a mesma, contribuindo para a tomada de decisões possibilitando o acompanhamento das mercadorias de forma a não faltar para atender os clientes e em contrapartida evitar excesso em estoque. Após esta análise a empresa concentrou seus esforços em dar saída aos itens de menor giro, em comparação com a data em estudo conseguiu-se dar vazão à quase 25%, o que gerou um alívio financeiro, possibilitando a compra de produtos de maior rotatividade, funcionando como um sinal verde para o setor de vendas que em resposta aumentaram seus resultados em 15% em comparação com o mesmo período. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através do presente estudo conclui-se que o controle de estoque quando praticado possibilita benefícios à organização dentre os quais, maior circulação de itens aumentando o capital de giro, além de proporcionar uma redução do leque de produtos facilitando o controle e estocagem dos mesmos, funcionando como ferramenta capaz de auxiliar na tomada de decisões, sendo importante aliado na compra, venda e armazenagem dos produtos prevenindo e inibindo erros que podem comprometer o funcionamento da empresa. **AGRADECIMENTOS:** Primeiramente à Deus, professores e familiares que sempre nos acompanharam. **BIBLIOGRAFIA:** [1]EGESTOR. Controle de estoque: Controle de estoque: qual sua importância?. 2017. Disponível em: <<https://blog.egestor.com.br/qual-a-importancia-do-controle-de-estoque/>>. Acesso em: 08 ago. 2019. 10VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 08 ago. 2019. [2]CLÁUDIO H. Curva ABC: Análise de Pareto - O que é e como funciona. 2010. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-e-como-funciona-a-curva-abc-analise-de-pareto-regra-80-20/>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

Palavras-chave: Estoque, Vendas, Controle.

Área de Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6- Administração

CSA 002

DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO E DOS RECURSOS DE MARKETING DIGITAL EM UMA MICRO EMPRESA DO RAMO DE RESTAURANTE

Beatriz Fernandes **GONÇALVES** (IC- beatriz.bio95@gmail.com)¹, Jaqueline Pereira Oliveira **SOARES** (IC)¹,
Tiago Moreira da Silva **BARROS** (IC)¹, Aline Reis **AMIM** (PQ)² e Sâmira Novaes **ALCON** (PQ)².

1. Curso de Administração; 2. Professor. Centro Universitário UNIFAMINAS - 36880-000 – Muriaé - MG.

APRESENTAÇÃO: Comunicar sobre a existência da empresa, os bens e serviços que ela oferta pode ser um grande diferencial para os empreendimentos dos mais diversos ramos. Os avanços tecnológicos e a portabilidade de acesso à internet alteraram o mundo dos negócios, permitindo às empresas agregarem valores aos seus produtos, à sua imagem e conseqüentemente destacarem-se em meio à concorrência. Além da divulgação do negócio, oferece também comodidade aos clientes, por facilitar a comunicação destes com a empresa e na realização de pedidos de onde estiverem de forma eficaz, simples e rápida. Assim sendo, objetiva-se com este estudo analisar como um pequeno restaurante, localizado numa pequena cidade da Zona da Mata Mineira, faz uso da tecnologia promovida pela internet para divulgação do seu negócio e na comunicação com seus clientes e possíveis clientes. Através do método de pesquisa de estudo de caso, foi realizada uma visita ao estabelecimento e através de um questionário estruturado foi entrevistado o proprietário sobre o tema proposto. Utilizou-se também, meios literários, com o objetivo de dar sustentação teórica a este estudo.

DESENVOLVIMENTO: Devido à globalização e o advento da internet, as pessoas estão cada vez mais virtuais, procurando por informações, facilidades na comunicação, nos relacionamentos e nos afazeres diários. As empresas começam a perceber estes comportamentos como oportunidades, por terem disponíveis, a baixo custo, às vezes de forma gratuita e cômoda pela internet e suas diversas redes de interação, condições de se aproximarem e capturarem clientes. Kotler afirma que “os computadores e Internet causaram imensas mudanças comportamentais no processo de compra e venda” [1]. Com isso, as redes sociais podem ser uma ferramenta que atua positivamente para que as empresas obtenham benefícios de marketing e publicidade quando bem utilizadas. “Uma das mais importantes estratégias para que um negócio obtenha resultados positivos em meio às redes sociais virtuais é o acúmulo de capital social, ou seja, da reputação obtida por meio da construção de relacionamentos e conexões com outras pessoas dentro de redes” [2]. Neste estudo de caso, percebeu-se que o problema da empresa consistia no fato do restaurante ter uma precária divulgação de seu negócio. Constatou-se a necessidade da empresa aplicar algumas ações com objetivo de aumentar o volume de vendas, maximizar os ganhos financeiros, aumentar e fidelizar os clientes. Uma possibilidade seria o uso de ferramentas de marketing digital, disponíveis a baixo custo, tais como aplicativos e sites ou outras plataformas gratuitas como as redes sociais do *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, tornando possível receber pedidos, manter diálogos com os clientes e sanar dúvidas. Segundo o proprietário, há dificuldades em se utilizar plataformas em utilizar das plataformas interativas a comunicação, especialmente por ser oneroso. Tal afirmação indica que a empresa está se privando do benefício potencial das redes sociais, por exemplo, por desconhecimento ou por um conceito equivocado do manuseio de tais recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Foi identificado que o marketing digital realizado pelo Restaurante em estudo pode ser melhorado, conforme relato do proprietário, que acreditava que o mesmo seria oneroso para um estabelecimento ainda de pequeno porte. Tal julgamento foi mudado após a intervenção dos pesquisadores que apresentaram novos caminhos e conceitos de mercado, explorando de opções gratuitas e eficazes para a implementação de alguma ação de marketing e melhoria na comunicação com os clientes, tal como a criação de uma página em redes sociais com o perfil da empresa.

AGRADECIMENTOS: À UNIFAMINAS e as professoras Aline Reis Amim e Sâmira Novaes Alcon pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI:** como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Edipro, 2009. [2] FURLAN, Bruna e MARINHO, Bruno. **Redes sociais Corporativas.** Instituto Desenvolve TI: cursos para capacitação digital. [s.d.]

Palavras- chave: Diagnostico; Empresarial; Comunicação.

Área do Conhecimento (CNPq) : 6.02.00.00- 6- Administração

CSA 003

SUPERMERCADO LOURENÇO DE MURIAÉ-MG E O PIONEIRISMO EM VENDAS ON-LINE

Jaqueline Pereira Oliveira **SOARES** (IC-jaquelinepo.soares@gmail.com)¹, Beatriz Fernandes **GONÇALVES** (IC)¹, Tiago Moreira da Silva **BARROS** (IC)¹, e Aline Reis **AMIM** (PQ)²

1. Curso de Administração de Empresas; 2. Professor *Centro Universitário UNIFAMINAS – UNIFAMINAS MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé – MG*

APRESENTAÇÃO: O Marketing Digital se tornou um novo recurso de interação superior com os clientes, geralmente com investimentos menores e ações mais concisas e assertivas. Grandes supermercados geralmente utilizam sites para apresentarem produtos e ofertas, porém, para os pequenos varejistas, com uma única loja na cidade, localizado num bairro de periferia, competindo com mercados próximos ao centro comercial da cidade, ou com redes de lojas, parece ser desafiador. Um estudo de caso foi realizado em um supermercado do bairro Safira em Muriaé-MG, com a finalidade de coletar informações sobre suas práticas gerenciais de marketing, caracterizando uma pesquisa qualitativa, de estudo de caso e entrevista aberta com o proprietário e gestor do supermercado, em julho de 2019. O objetivo foi verificar os benefícios usufruídos pela empresa, em termos de reconhecimento e lucratividade, diante da inovação na prestação de serviços on-line.

DESENVOLVIMENTO: “Um dos principais objetivos do marketing é desenvolver relacionamentos profundos e duradouros entre pessoas e organizações, construindo ligações econômicas, técnicas e sociais entre ambas as partes” [1]. O gestor do Supermercado São Lourenço, teve a sensibilidade de identificar algumas necessidades, tais como básicas, tais como: comodidade atrelada a preço, prazo e ofertas e bom atendimento – prestadas de forma inovadora. “As pessoas ligavam porque não dispunham de tempo para ir até ao supermercado escolher os produtos dos quais havia necessidade” e houve um crescimento do volume das compras feitas por telefone, segundo relata o gestor. Perceberam a oportunidade de inovação e incremento no atendimento através de uma plataforma on-line. Em 2016 deu-se início as vendas pelo site próprio da empresa, com todas as opções de produtos, incluindo o hortifrúti, com treinamento interno aos funcionários para garantir a satisfação dos clientes com a experiência de compra virtual. Os clientes praticam as compras pelo site, agendam o horário de sua preferência para entrega ou retira os produtos selecionados no próprio supermercado. A literatura indica que “as organizações trabalham sistematicamente para construir uma imagem sólida e positiva na mente de seu público” [2], assim, os gestores relataram resultados financeiros satisfatórios, fidelização dos clientes e aumento da abrangência de atuação na cidade com este incremento estratégico, inovando no ramo dos pequenos supermercados na região. Outras vantagens são: a publicidade de anúncios on-line em tempo real, 24 horas por dia, acompanhamento dos progressos de vendas e interações dos consumidores com os produtos com alguns cliques. Segundo o proprietário, as compras finalizadas representam quase 12% do total das vendas, com abrangência territorial bem maior quando comparada antes das vendas on-line. Henrique Lourenço reconhece a importância do planejamento: “faço campanhas em cima da necessidade dos clientes, despertando a satisfação das suas necessidades, com bom atendimento, preço, promoção e comodidade, possibilita-os a voltar a comprar tanto pessoalmente, quanto pelo site, assim, se tornam clientes assíduos, com alto grau de satisfação, e realizam suas compras com mais frequências”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As ações de marketing quando bem direcionadas geram satisfação para ambas as partes. Diante da inovação na prestação de serviços de vendas on-line foram percebidos benefícios no aumento das vendas, na abrangência de atuação da empresa, no reconhecimento por parte dos clientes em relação à comodidade, ofertas de preços e fidelização dos clientes.

AGRADECIMENTOS: Aos professores e ao Sr. Henrique Lourenço, proprietário do Supermercado São Lourenço de Muriaé Ltda. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KELLER, P. KLOTTER, K.L. **Administração de Marketing**, A bíblia do marketing 12° ed. São Paulo. ABDR ed afiliada. [2] KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. 10.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

Palavras-chave: Marketing, Inovação, Benefícios.

Área de Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 Administração

CSA 004

OS ESTUDOS SOBRE OS TERREIROS DE CANDOMBLÉ NAS REVISTAS BRAIEIRAS DE GEOGRAFIA:
MAPEANDO TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS SÓCIO-ESPACIAIS

LUIZ PHELPE LEAL PEREIRA (pelipe_leal@hotmail.com)¹ e EMERSON COSTA DE MELO
(emerson.melo@uemg.br)²

1. Discente do Curso de Lic. em Geografia; 2. Professor *Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Carangola – 36800-000 – Carangola-MG*

INTRODUÇÃO: Embora nas duas últimas décadas os estudos sobre os chamados territórios tradicionais étnico-culturais e/ou religiosos tenham ganhado espaço na agenda geográfica, ainda são poucos os trabalhos realizados no campo da Geografia sobre as diferentes formas de materialização da cultura afroreligiosa no espaço. E, é sob tal referencial que se desdobra a proposta do presente estudo. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa destinada ao mapeamento dos artigos publicados em Revistas Brasileiras de Geografia entre os anos de 2000 a 2018, indexadas e classificadas como: A1; A2; B1, B2 e B3 pelo Sistema QUALIS/CAPES, que possuem como tema de suas abordagens os processos de constituição, organização e produção das diferentes dinâmicas sócio-espaciais e/ou territoriais dos terreiros de candomblé. **MATERIAL E MÉTODOS:** Como procedimentos de operacionalização da pesquisa, valeu-se de métodos quantitativos (perfil matemático-estatístico) e qualitativos (análises e interpretações das diferentes realidades sociais, culturais, políticas e econômicas). Embora se reconheça o distanciamento histórico existente entre ambas as tendências, ressalta-se que muitos estudiosos têm apontado os problemas de tal dicotomia em relação aos estudos nas Ciências Humanas, principalmente daquelas que demandam a interface entre os procedimentos metodológicos apontados [1]. Neste sentido, ressalva-se que exploramos o encontro quali-quantitativo ou quanti-qualitativo como campo de possibilidade para explorar os dados numéricos obtidos nos levantamentos e, conseqüentemente, interpretar e realizar uma crítica ao referencial teórico-conceitual empregado nos estudos sobre os terreiros de candomblé [2] **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Embora, ainda em fase de execução, os resultados obtidos até o momento, indicam que os estudos sobre as diferentes manifestações da cultura afroreligiosa, principalmente sobre os terreiros de candomblé, são inexpressivos em termos quantitativos, porém ressalta-se que o conteúdo dos materiais (artigos) encontrados sinalizam a ampliação dos estudos e debates sobre a organização, produção e gestão dos territórios e demais espacialidades dos terreiros de candomblé. **CONCLUSÕES:** Portanto, não nos é errado afirmar que, ainda, são poucos os estudos dedicados às temáticas afroreligiosas e que estas, em âmbito geográfico, constituem-se em um campo de produção de saber pluri-espacial, ou seja, são referenciadas sob perspectivas que variam desde: a classificações das paisagens dos terreiros como “produtos coniventes de ações culturais e simbólicas” [3]; ou menção aos terreiros como “lugares do sagrado vivido”; ou a partir da dicotomia existente entre espaço sagrado e profano; ou a partir das dinâmicas territoriais que retratam os terreiros como espaços de resistência contra-hegemônicos; ou, ainda, como espaços de produção de territorialidades ancestrais *locus* de distintas afroterritorialidades [4]. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pela possibilidade de divulgação do trabalho realizado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS FILHO, José C. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: ____.(Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** São Paulo: Cortez, 1995. [2] SOUZA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências.** 10ª ed. Porto: Afrontamento, 1993. [3] CORREA, A. M. **Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira:** de cultura alternativa a inserção global. Rio de Janeiro, 2004. 323 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. [4] MELO, Emerson. **A compreensão das dinâmicas territoriais afroreligiosas a partir da perspectiva da afro-territorialidade:** um estudo sobre o processo de constituição, organização e difusão do Candomblé Kétu. Maracanã, 2019. 228 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Pesquisa quali-quantitativa; Revistas Brasileiras de Geografia; terreiros de candomblé.
Área do conhecimento (CNPq): 7.06.00.00-7 – Geografia

CSA 005

ROMPENDO FRONTEIRAS, GEOGRAFIA PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE -MG

FABRÍCIO DE ARAUJO (IC - fabricio.vieira17@hotmail.com)¹, JOÃO PEDRO DA SILVA (IC jotta_pedro@hotmail.com)¹ e EMERSON MELO (PQ emerson.melo@uemg.br)³

1. Curso de Geografia; 2. Professor *UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS- UEMG-CARANGOLA* - 36800-000 - Carangola-MG

APRESENTAÇÃO: O projeto extensionista Rompendo Fronteiras é desenvolvido desde o ano de 2017 na Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Carangola, e tem como objetivo principal dar visibilidade à tal instituição de ensino, com especial destaque ao curso de Licenciatura em Geografia. Para tanto, são feitas visitas às escolas públicas de ensino médio de Carangola, e os demais municípios em seu entorno, para explicitar as formas de acesso à universidade, levando alunos às diferentes possibilidades do curso de Licenciatura em Geografia, bem como sua importância para o estado de Minas Gerais. **DESENVOLVIMENTO:** O Projeto visa explicitar as formas de acesso à universidade pública aos alunos de ensino médio, detalhando os processos de ingresso desde a inscrição até a documentação, na qual os alunos precisam ter ciência. Portanto o projeto se divide em momentos, nos quais serão específicos para a sua elaboração: no primeiro momento os bolsistas estarão responsáveis pela leitura do edital do Enem e do Sisu (O edital da edição anterior) pois é necessário fazer apontamentos significativos e explicar de forma coerente os processos do Sisu aos alunos. Ou seja, todas as explicações estão calcadas nas informações contidas em documentos oficiais do vestibular. Além da leitura dos editais do Enem e do Sisu são exibidos o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia (PPC) com a finalidade de expor o curso de Geografia aos alunos das escolas, como uma possibilidade de opção para iniciar a graduação. Historicamente, as unidades do interior da UEMG têm como objetivo a formação de professores capacitados que atendam o estado de Minas Gerais, e também a região do vale do Carangola, pelo fato de que o Estado sofre um exorbitante déficit de professores. Partindo de tal problemática é necessário demonstrar aos alunos da rede pública uma possibilidade de graduação que esteja alinhada a uma necessidade local, sendo assim uma maior oportunidade de ingresso ao mercado de trabalho, demonstrando sobretudo as potencialidades de ser um professor de Geografia. No segundo momento, com previsão de desenvolvimento ao longo do mês de agosto, teremos a elaboração da apresentação do projeto que será feita nas escolas, a criação e alimentação de uma página nas redes sociais, com o intuito de divulgar informações, e abrir um canal de comunicação com os estudantes pelo *Instagram* e no *Facebook*. Para conclusão da segunda etapa é feita o agendamento para as visitas nas escolas estaduais de Carangola e região. Seguindo para a próxima etapa, que acontece no mês de outubro, serão realizadas as apresentações nas escolas agendadas, a cada apresentação será elaborado um relatório para documentar as visitas e servir como base para criação de um artigo. Para finalizar as atividades referente ao projeto teremos no mês de novembro a elaboração do artigo que será baseado nas experiências obtidas, e nos relatórios das visitas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O projeto Rompendo Fronteiras: a Geografia além dos Muros da Universidade já alcançou durante esses três anos de desenvolvimento diversos alunos do Ensino médio da região do vale do Carangola, através das apresentações que buscam promover a UEMG-CARANGOLA enquanto uma possibilidade de acesso à universidade pública e de qualidade, assim como expor o curso de Geografia, com a intenção de despertar o interesse desses alunos para a possibilidade da graduação em tal área. **BIBLIOGRAFIA:** [1] AB'SABER, Aziz Nacib. O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Nacib Ab' Saber. 2007. MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. Brasiliense, 2017. MOURA, Marisa Ribeiro. O professor de geografia e sua prática profissional: qual seu papel na sociedade atual?. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, v. 3, n. 5, p. 3-11, 2012.

Palavras-chave: Formas de acesso, Universidade Pública, Ensino médio.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.06.00.00-7 - Geografia

CSA 006

ESTILO DE VIDA PÓS-MODERNO E A VELOCIDADE DO MUNDO ATUAL

Alex Marinho **PETRILLO** (IC alexmarinhop@hotmail.com)¹ e Tamyres Virgínia Lopes **SILVEIRA** (PQ)²

APRESENTAÇÃO: No mundo moderno as mudanças são constantes, o que hoje é novidade no dia seguinte já é ultrapassado. Tal característica se deve ao desenvolvimento tecnológico, o que permite o intenso fluxo de informações, o processo acelerado de globalização, conhecimento mais rápido e profundo possibilitando ao homem conduzir suas descobertas para a criação de novas ferramentas e máquinas, que agilizam e simplificam a vida em sociedade. Deste modo, o estilo de vida pós-moderno se caracteriza por constantes transformações, agilidade e praticidade, resultados imediatos, um turbilhão de informações das mais diversas origens. **DESENVOLVIMENTO:** Quanto mais intenso e eficaz é o progresso tecnológico, mais se exige a rapidez das pessoas, seja no transporte, no trabalho, no estudo, nas relações, o que torna o processo cada vez mais desgastante, gerados de estresse. Honoré (2004) observa a questão:

Pois chegou o momento de questionar nossa obsessão de fazer tudo mais depressa (...). Ao passar a vida correndo, preocupados em atulhar cada vez mais coisas em cada horinha do dia, estamos nos estressando a um ponto em que pode levar a ruptura. (Honoré, 2004, p.14)

O autor salienta que a carga emocional das demandas emergenciais as quais somos solicitados a todo momentos, podem, com o passar dos anos, culminar em um esgotamento psicológico. O que segundo Selye (1936), especialista em estresse, o organismo reage tanto aos estressores de natureza física (calor, frio, esforços, ruídos), como também às influências psicossociais existentes no ambiente, com um conjunto de alterações não específicas que chamou de Síndrome de Adaptação Geral. Síndrome essa que é formada por três fases: Reação de alarme: ocorre quando o indivíduo entra em contato com o agente estressor e o seu corpo perde seu equilíbrio; 2- Fase de resistência: devido à contínua exposição aos fatores que causam estresse; 3- Fase de exaustão: ocorre quando o indivíduo fica em exposição suficientemente prolongada e severa aos estressores. Porém, cada indivíduo pode reagir de uma forma diferente, devida às suas próprias exigências nesse estilo de vida pós-moderno, de acordo com suas vulnerabilidades pessoais. O conflito entre o tempo e o homem vem acontecendo desde os primórdios da civilização. Na mitologia grega, o deus Cronos (cujo nome em grego significa tempo) devorou seus recém-nascidos à medida em que foram paridos por sua esposa, Réia, para evitar que os mesmos se voltassem contra ele e o castrasse e o dominasse, como ele havia feito com seu pai Urano. (HESÍODO, sec. XIII a.C). Tal história contada tem como significado mostrar que o tempo se incumba de consumir tudo o que ele mesmo concebeu. Com a revolução industrial, seguida pelo surgimento dos computadores, o avanço da tecnologia e a criação da internet, a velocidade das mudanças no cotidiano atingiu proporções antes inimagináveis. Tendo como resultado o desejo de quererem sempre mais. Onde preenchemos qualquer brecha de tempo, idealizando que a melhor forma de passar o tempo é ocupando-o, segundo Barrichelo (2006). O autor acrescenta que somos escravos da velocidade, fator este que tomou conta de diversos setores das nossas vidas, como trabalho, relacionamentos, alimentação. A vida agitada e corrida que se interpõe em nossas atitudes e nossos hábitos: internet cada vez mais eficaz e ágil, a facilidade de locomoção nos transportes, as compras *on-line*, etc. Isso tudo acontece tão depressa que pouco tempo temos para refletir se essa rapidez é realmente necessária. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Este mundo caótico e acelerado provoca algumas perdas, a principal delas é no âmbito das relações: sociedade, familiares, casamento, amizades, todas elas precisam justamente daquilo que julgamos nunca termos em quantidade o suficiente: o tempo. Tendo isso, a conquista do equilíbrio, é o que possibilita uma qualidade de vida mais benéfica no mundo de hoje, a partir de um questionamento pessoal sobre quais são as prioridades e as reais necessidades de cada um. Podendo acrescentar o fato de que é de capacidade individual a escolha de quando devemos acelerar e quando devemos ir mais devagar, encontrando o ritmo das coisas. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS **BIBLIOGRAFIA:** ANDRADE, Carlos; OKABE, Roseli. **Estilo de vida e estresse.** 2011; BARRICHELO, M. A **Cultura Pós-moderna e o Movimento Devagar. Novos Olhares**, ed. 18, 2º sem. De 2006; HONORÉ, C. **Devagar: como um movimento internacional está desafiando o culto da velocidade.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

CSA 007

A COMPARAÇÃO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO EGRESSO COM A ÁREA DE ATUAÇÃO DESEJADA: UM ESTUDO DE CASO COM OS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FAMINAS-BH

Gabriella Godinho **FILGUEIRA** (IC - gabi-gf@hotmail.com)¹, Isadora Correia e **MAGALHÃES** (IC - isaadora_magalhaes@hotmail.com)¹, Rosália Gonçalves Costa **SANTOS** (PQ)²

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professora Orientadora *Faculdade de Minas – FAMINASBH – 31744-007 – Belo Horizonte-MG*

APRESENTAÇÃO: O curso de Ciências Contábeis é bastante versátil, na medida em que oferece aos profissionais um vasto leque de atuação possibilitando ao acadêmico optar pelas atividades mais adequadas a seu interesse, todavia, é preciso que após a graduação ele continue a estudar, pois o mercado irá exigir mais conhecimentos e habilidades. Esta pesquisa tem por objetivo identificar a relação da atividade profissional atual do egresso do curso de Ciências Contábeis da FAMINAS-BH com a área de atuação desejada quando era acadêmico do curso. Foram realizadas pesquisas de natureza bibliográfica que envolveu o estudo dos autores que se dedicaram ao tema e a pesquisa de campo foi realizada utilizando-se para a coleta de dados um questionário. **DESENVOLVIMENTO:** A área contábil, certamente, é uma das que mais exigem de seus profissionais atualização e adaptação às mudanças, pois há um grande volume das alterações nas leis e normas que a regem [1]. O profissional que deseja se destacar na área contábil precisa atender inteiramente às novas demandas do mercado de trabalho e, principalmente, ser capaz de apresentar soluções sustentáveis para as empresas, bem como perceber novas oportunidades e ter ideias inovadoras para as questões contábeis que se apresentem [2]. A nova tendência mundial de internacionalização dos negócios e da tecnologia possibilitou o reconhecimento do contador pela sociedade, evidenciando que as atividades que exerce ultrapassam os serviços rotineiros, principalmente, naquilo que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento social [3]. Além da necessidade de ampliar os conhecimentos técnicos para que o contador possa atuar em um ambiente globalizado, outras habilidades são necessárias nesse novo contexto, tais como: domínio das ferramentas tecnológicas relacionadas ao seu trabalho, melhoria do processo de comunicação, domínio de idiomas, habilidade para lidar com diferenças culturais, a busca por conhecimento, e atualização, diante das rápidas mudanças que o mercado de trabalho apresenta [4]. Com o objetivo de proporcionar acesso à contínua formação, o Conselho Federal de Contabilidade [5] aprovou o Programa de Educação Continuada do CFC, que obriga os contadores: a) estarem inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), exercendo ou não a atividade de auditoria independente; b) serem responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis ou que exercerem funções de gerência/chefia na área contábil das empresas sujeitas a contratação de auditoria independente pela CVM, pelo BCB e pela SUSEP ou consideradas de grande porte nos termos da Lei 11.638/07 (sociedades de grande porte). A exigência prevê a realização de 40 pontos em atividades, com participação em treinamentos, seminários, autoria de livros, como palestrante, dentre outros. O Não cumprimento ao programa constitui infração às normas profissionais de Contabilidade e ao Código de Ética Profissional do Contador. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados indicaram dificuldade dos recém-graduados em exercer a atividade desejada. Os motivos foram justificados pela dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, sobretudo a desmotivação na continuidade dos estudos, cerca de 90% dos respondentes não estão trabalhando na área pretendida quando acadêmico, muitos por falta de oportunidades. Na percepção dos respondentes, a exigência por profissionais com experiência tem sido grande impedimento de acesso ao mercado profissional. Os resultados sinalizam que a falta de oportunidade pode ser consequência da falta de interesse dos egressos de continuar os estudos, visto que grande parte deles não faz e não pretende fazer uma especialização na área. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**, 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. [2] OLIVEIRA, L.; PEREZ JUNIOR, J.; SILVA, C. **Controladoria estratégica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. [3] CORDEIRO, J. S.; DUARTE, A. M. P. O profissional contábil diante da nova realidade.. [4] MARIN, Tany Ingrid Sagredo; LIMA, Silene Jucelino de; NOVA, Sílvia Pereira de Castro Casa. Formação do Contador: o que o mercado quer, é o que ele tem? Um estudo sobre o perfil profissional dos alunos de ciências contábeis da FEA-USP. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 64-65, 2014. [5] CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC PG 12 (R2) EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA**. Brasília: CFC, 2016.

Palavras-chave: Contabilidade, Mercado de trabalho, Área de atuação.

Área do Conhecimento (CnPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

CSA 008

AS PERSPECTIVAS DO PROFISSIONAL CONTÁBIL MEDIANTE OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS E A CONTINUIDADE DA PROFISSÃO

Marco Antônio Santos **DIAS** (IC - diasmarcoantonio.mad@gmail.com)¹; Ricardo Augusto **PEREIRA** (IC - ricardo.augustus21@gmail.com)¹; Rosália Gonçalves Costa **SANTOS**(PQ)²

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professora Orientadora *Faculdade de Minas – FAMINASBH – 31744-007 – Belo Horizonte-MG*

APRESENTAÇÃO: A contabilidade vem passando por mudanças influenciadas pelos desenvolvimentos econômicos, político, cultural, e tecnológico da sociedade, sendo as mais recentes relacionadas às inovações no campo da tecnologia da informação. Historicamente é possível observar como essa ciência evoluiu e precisou se adaptar às demandas de seus usuários. O presente estudo tem como objetivo geral investigar a perspectiva de profissionais atuantes na área, acerca do caminho que será traçado pela profissão nos próximos anos, correlacionando ao desenvolvimento tecnológico. Assim, este estudo caracterizou-se como uma pesquisa aplicada e descritiva, utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário. **DESENVOLVIMENTO:** A contabilidade é uma das ciências mais antigas da humanidade e evoluiu paralelamente à sociedade em relação às tecnologias utilizadas para o registro de suas atividades [1]. As mudanças no modo como a sociedade lida com o comércio e a concentração de capitais, impulsionou a evolução da tecnologia contábil para produção de conhecimento da área financeira e gerencial [2]. Os registros efetuados na contabilidade devem refletir a dinâmica das atividades praticadas pela empresa e podem ser efetuados de forma integrada, o que transforma os sistemas contábeis gerenciais na principal ferramenta de trabalho desses profissionais [3]. Com o advento da tecnologia a utilização de sistemas integrados modificou vários procedimentos convencionais contábeis, possibilitando um enorme ganho de tempo e assertividade nos dados das principais atividades da contabilidade [2]. A intervenção do governo sobre a informação nas empresas e instituições ganhou força com o uso dos recursos da informática. Exemplo disso foi a adoção do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), esse procedimento visou a modernização sistemática do cumprimento das obrigações acessórias [3]. É fato que a contabilidade virtual proporciona vantagens e qualidade dos serviços àqueles que a utilizam, mas a utilização dos instrumentos tecnológicos não dispensa o conhecimento teórico e o domínio da boa técnica [1]. Para não perder espaço diante dos avanços tecnológicos, o contador deve apresentar um perfil que transmita competência e responsabilidade compatível com as alterações que vêm ocorrendo na era da globalização e não deve limitar-se a apenas informar, reger critérios de escrituração e elaboração das demonstrações financeiras [2]. Para os que desejam ingressar na área contábil, deve estar preparado, pois nos últimos anos o número de vagas para esse setor tem decaído exceto para os trabalhadores com curso superior, sendo assim a busca pela formal e capacitação profissional se torna crucial para alocação no mercado de trabalho atualmente [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A pesquisa atestou que a atuação do contador continua sendo relevante no meio empresarial, principalmente na otimização e gerenciamento das informações empresariais. O fato da tecnologia da informação estar cada vez mais inserida na rotina dos profissionais de contabilidade não significa que haverá substituição destes profissionais por *softwares* e sistemas de gestão integrados. A pesquisa revelou também que é preciso que os profissionais sejam capazes de interpretar os relatórios fornecidos pelos sistemas de contabilidade, a fim de poder contribuir com a administração geral da empresa e ser responsável também pelos caminhos que ela seguirá. A respeito da continuidade da profissão, foi considerada provável a extinção de funções exercidas por profissionais contábeis atualmente em nível operacional, tendendo estes a precisarem se qualificar para manter-se atuando em níveis mais elevados dentro das organizações. Compreende-se com este trabalho que a tecnologia não se faz responsável por colocar profissionais desqualificados à margem do mercado, ela, na verdade, corrobora para o aperfeiçoamento dos profissionais, uma vez que, é uma ferramenta de trabalho indispensável e grande aliada do contador. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, Edson. Contabilidade Digital. São Paulo: Atlas, 2014. [2] SÁ, Antônio Lopes de. Tecnologia contábil contemporânea - a contabilidade pós-moderna. Curitiba:Juruá, 2017. [3] SOUZA, Edson A. F.; ASCENÇÃO, Hugo S.; SOUZA, Ivan B.. Adequação do profissional de contabilidade junto às novas tecnologias. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3943/1/ElaciSSF_Monografia.pdf>. Acesso em 05 nov. 2018. [4] CESAR, Tiburcio. Contabilidade, Curso Superior e Mercado de Trabalho. Gen.negócios&gestão, 2018. Disponível em: <<https://gennegociosegestao.com.br/contabilidade-e-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em 05 nov. 2018.

Palavras chave: Contabilidade, Inovação, Tecnologia.

Área do Conhecimento (CnPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

CSA 009

O CROWDFUNDING E A CULTURA DO INVESTIMENTO EM MURIAÉ E REGIÃO – NOVOS TEMPOS E NOVAS OPORTUNIDADES

Bruno Pereira de **SOUSA** (IC – bruno72350@outlook.com)¹, Pyettra Cardoso **Amorim** (IC)¹, Felipe Souza **CARNEIRO** (IC)¹, Luana Rodrigues **SILVA** (IC)¹, Pablo da Silva **CANDINHO** (IC)¹, Luis Claudio **SOARES** (PQ)².

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Em 13 de julho de 2017 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) trouxe a Instrução N°588 possibilitando empresas de pequeno porte (lucro bruto de até 10 milhões de reais anuais) a realizarem vendas de títulos com o intuito de arrecadar recursos dos investidores. Essa atitude despertou o interesse de visionários no segmento de mercado de capitais no país. *Equity Crowdfunding* é o nome dado ao investimento, geralmente aplicado em empresas nascentes, na qual o investidor adquire um título que dá direito à uma futura participação no estabelecimento. Segundo Kepler [1] “esse modelo nada mais é que um investimento coletivo no capital de uma empresa. Diferente do modelo tradicional em que é preciso buscar um ou mais investidores-anjo, no *Equity Crowdfunding* é possível criar uma campanha e vender títulos de sua empresa para diversos contribuintes (nesse caso, investidores) que apostam em sua ideia de negócio”. O presente estudo busca estudar o Crowdfunding cenário da economia local (Muriaé e região). **DESENVOLVIMENTO:** Para obter os dados necessários, marcou-se uma entrevista com um *expert* em investimentos – mestre em economia empresarial e atuante na área de mercados de capitais por mais de 30 anos. Optou-se por utilizar um plano de pesquisa de caráter exploratório, quanto aos seus objetivos; qualitativo, quanto à sua natureza; utilizando-se como instrumento de pesquisa a entrevista estruturada. Diante deste contexto, foram administradas um conjunto de questões sobre os benefícios deste investimento para os empresários e empreendedor. O entrevistado constatou que a economia da cidade Muriaé e região (em um raio de até 150km) está em um processo de desenvolvimento lento e saturado. Para ele, o setor rural e imobiliário – que são os mais investidos – vem apresentando uma alta desvalorização e já não representa uma boa opção de investimento. Ressalta ainda que a cidade possui diversos investidores em potenciais (indivíduos com um alto valor de patrimônio), porém os mesmos não possuem um conhecimento amplo sobre onde e como aplicar este capital. Assim, acabam deixando grande parte da sua riqueza aplicado nos bancos tradicionais que possuem baixas taxas de juros. O especialista afirma que as empresas locais têm uma alta capacidade de desenvolvimento se os seus gestores considerarem métodos alternativos, como o *Equity Crowdfunding*, para o investimento empresarial. O economista explica que nesse processo de investimento o empresário não precisa, por exemplo, arrumar um único indivíduo para aplicar todo o seu montante em uma filial. Recorrendo ao *Equity Crowdfunding*, o empresário tem a opção de captar o montante necessário através de vários investidores para abrir uma ou mais filiais e desenvolver sua empresa. Já para o investidor, há a possibilidade de diversificação na sua carteira de investimentos (na intenção de minimizar possíveis prejuízos) e a oportunidade de acompanhar de perto todo o desenvolvimento do projeto ao qual preferiu aplicar seu dinheiro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante das informações apresentadas, percebe-se que o conhecimento sobre o mercado de capitais para um público de Muriaé precisa ser atualizado e repassado aos demais habitantes, a fim de que os mesmos possam aproveitar as melhores oportunidades do mercado. De forma geral a pesquisa serve também para sugerir aos indivíduos físicos e jurídicos a explorarem a CVM N° 588/2017. Em caso de interesse ou dúvidas, aconselha-se buscar por profissionais da área para saber mais a respeito do *Equity Crowdfunding*, para que possam ter total lucidez sobre os benefícios e riscos que este investimento de renda variável tem a lhe oferecer. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e ao professor orientador pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KEPLER, JOÃO. **Smart Money: a arte de atrair investidores e dinheiro inteligente para seu negócio** – São Paulo: Editora Gente, 2018.

Palavras-Chave: investimento; empreendedor; *crowdfunding*.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

CSA 010

ESTRESSE OCUPACIONAL DO CONTADOR: UMA ANÁLISE A RESPEITO DO ESTRESSE NA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO CONTADOR NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE MURIAÉ – MG.

Pyettra Cardoso **AMORIM** (IC – pyettraamorim@yahoo.com.br)¹, Bruno Pereira de **SOUZA** (IC)¹, Felipe Souza **CARNEIRO** (IC)¹, Luana Rodrigues **SILVA** (IC)¹, Pablo da Silva **CANDINHO** (IC)¹, Francisco de Assis **FERREIRA** (PQ)².

1. Curso de Ciências Contábeis; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Diante de um mercado contábil composto por alta competitividade, excesso de informações, pressões constantes – principalmente no que diz respeito a prazos, obrigações, e competências – tem se que, cada vez mais o profissional contábil tem deixado a vida pessoal, saúde física e mental, em segundo plano, na intenção de atender às demandas profissionais. “A sobrecarga de trabalho é uma das queixas mais habituais dos trabalhadores”, visto que pode “acarretar exaustão e queda de desempenho” [1]. “Embora não seja fácil definir o estresse, entende-se que há no mesmo, um lado positivo e um negativo” [2]. Dessa forma, quando o estresse está em um nível controlado, é possível tornar os colaboradores mais ativos; porém, quando não controlado, pode causar diversos distúrbios físicos e emocionais; que podem acarretar na síndrome do esgotamento profissional, conhecida como síndrome de *Burnout* ou até mesmo em suicídio.

DESENVOLVIMENTO: A amostra da pesquisa é composta por 6 escritórios de Contabilidade no município de Muriaé/MG. Decidiu-se adotar um plano de pesquisa de caráter exploratório, quanto aos seus objetivos e qualitativo, quanto à sua natureza, utilizando-se da estatística descritiva para a análise dos dados. Para a coleta das informações, aplicou-se um questionário composto por perguntas abertas e fechadas, as quais foram respondidas por 25 profissionais contábeis. Tal estudo constatou que 56% dos entrevistados pertencem ao sexo masculino, e 44% ao sexo feminino. De acordo com a pesquisa, tem-se que 84% dos entrevistados sabem dizer o que mais lhe causa estresse no ambiente organizacional; 80% alegaram um esquecimento frequente a respeito de coisas corriqueiras do meio contábil; 72% se consideram uma pessoa estressada; 68% sabem sobre as reações psicológicas que o estresse ocasiona no próprio organismo; 64% declaram que os prazos impostos pelo Fisco são capazes de provocar uma ansiedade exacerbada; 52% revelaram desavenças com superiores ou demais colegas de departamento – ocasionando um estresse coletivo; 36% já procuraram suporte psicológico e/ou psiquiátrico para fornecerem métodos alternativos para amenizar o estresse, e por fim, 24% alegaram uso constantes de medicamentos para diminuir as consequências do estresse, ou como um meio para não chegar na síndrome de *Burnout*. Destacam-se, com relações às perguntas abertas, os principais motivos que desencadeiam e/ou desenvolvem o estresse, sendo eles: discriminação/favoritismo no ambiente de trabalho, acúmulo de tarefas, prazos reduzidos para a entrega dos impostos, pouca valorização dos superiores, excesso de informação e atualização da legislação, falta de diálogo com o superior, mau humor dos colegas de trabalho e a não entrega de documentos solicitados aos clientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: De forma geral, as principais queixas dos profissionais contábeis se referem ao curto período de tempo para executar inúmeras atividades e a má relação existente com os gestores ou superiores. Considera-se, que os resultados servirão como um alerta para as empresas pesquisadas, a fim de reavaliar à gestão de pessoas desse ambiente organizacional – visando reconhecer os limites dos seus funcionários para não ocasionar um estresse individual e/ou coletivo. Recomenda-se às empresas a implementação de um programa de prevenção, tratamento e controle do estresse no trabalho, utilizando por exemplo, seminários que abordem a importância do combate ao estresse, e meios que visem proporcionar a melhor qualidade de vida no trabalho.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS e ao professor orientador pelo apoio concedido.

BIBLIOGRAFIA: [1] TAMAYO, A. **Estresse e Cultura Organizacional**. São Paulo: Casa do Psicólogo: All Books, 2008. [2] SELYE, H. **Stress, a tensão da vida**. São Paulo: Ibrasa - Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1956.

Palavras-Chave: estresse ocupacional; produtividade; profissional contábil.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

CSA 011

A ALTERAÇÃO DE PRENOME E DO GÊNERO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

Taynara **DUTRA**(IC - taynara_md@hotmail.com)¹ e Lorenna **DUTRA**(IC - lorennadutra2016@gmail.com), Pedro **FRAGA** (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário Faminas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé – MG

APRESENTAÇÃO: A alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento pela pessoa transgênero sem a necessidade de ação judicial, independentemente de cirurgia de transgenitalização ou tratamento hormonal, é tema de amplo debate na comunidade jurídica nos últimos anos. Defendia-se essa possibilidade em respeito à Convenção Interamericana de Direitos Humanos e à defesa dos direitos constitucionais salvaguardados na Carta Magna de 1988 [1], notadamente a dignidade (art. 1º, III), a intimidade, a vida privada, a honra, a imagem (art. 5º, X), a igualdade (art. 5º, *caput*), a identidade ou expressão de gênero sem discriminações. Desde o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275 [2] pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 1º de março de 2018, que reconheceu tal direito de alteração diretamente em cartório, aguardava-se a uniformização de tal procedimento na esfera civil, o que sobreveio com a edição do Provimento nº 73, do Conselho Nacional de Justiça [3]. **DESENVOLVIMENTO:** Conforme se observa, a Constituição Federal em seu artigo 1º, inciso III, dispõe sobre a dignidade da pessoa humana; o artigo 3º, inciso IV do mesmo diploma dispõe sobre promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Já o artigo 5º, *caput* e inciso X, informa que todos são iguais perante a lei e que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. São, portanto, princípios que fundamentam nosso Estado de Direito, ou, indo além, conforme Rizzato Nunes [4], seria um verdadeiro “supraprincípio constitucional que ilumina todos dos demais princípios e normas constitucionais”. Nessa mesma sintonia, Ingo Wolfgang Sarlet [5] esclarece que o “termo direitos fundamentais se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão direitos humanos guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional”. Estabelece o artigo 2º do Provimento 73/2018, do CNJ, que toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) a alteração e a averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à sua identidade. O registrador do RCPN poderá recusar a prosseguir com a averbação caso suspeite de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade ou simulação quanto ao desejo real do requerente. Não se trata de uma ação judicial, mas sim de um procedimento de índole administrativa. A alteração do gênero possuirá natureza sigilosa, sendo assim, a informação não poderá constar nas certidões dos assentos de nascimento e casamento, exceto por determinação judicial ou se o requerente o solicitar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com base nos argumentos apresentados, o objetivo do referido Provimento tem como fundamento permitir aos interessados, que se reconhecem como pessoa transgênero, requerer diretamente ao oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais a averbação do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento da pessoa transgênero. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 1 ed. 12. tir. Rio de Janeiro: Campus, 1992. [2] BRASIL. CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>>. Acesso em: 15/08/2019. [3] NUNES, Rizzato. **O Princípio Constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2002. [4] SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

Palavras-chave: transgênero, cidadania, intimidade, dignidade.
Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 012

A ANALOGIA A FAVOR DA AFETIVIDADE NA ADOÇÃO HOMOAFETIVA EM PROL DO INTERESSE DO ADOTANDO

Carolina Luzia Bombier de **OLIVEIRA** (IC – carolbombier5@gmail.com)¹, Nara Ferreira de Andrade **CARVALHO** (IC)¹; Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário UNIFAMINAS - 36888-233 - Muriaé – MG*

APRESENTAÇÃO: O instituto da adoção é meio de inserção do menor no seio familiar, quando desligado de sua família biológica. Este instituto sofreu transformações no decorrer do tempo, ampliando o real conceito de família, visando acolher seu objetivo genuíno, o interesse do adotando e, nesse contexto, a adoção por casais homossexuais passou a integrá-lo. Em que pese ser extensa a legislação, acerca do assunto adoção, com tutela na Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA/90), no Código Civil de 2002 (CC/02), sem se olvidar de legislação complementar, ainda se notam lacunas legislativas diante novas demandas sociais. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar a possibilidade jurídica da adoção por casais homoafetivos, pautada sob o instrumento de integração normativa da analogia.

DESENVOLVIMENTO: O direito de família sofreu significativa evolução, se adequando às necessidades da sociedade contemporânea. A partir desse pressuposto, família não está mais ligada a imagem econômica ou de reprodução, mas sim representada pelo amor, respeito e possibilidade de se construir um grupo familiar de diferentes modelos. Diante dessa premissa, as uniões homoafetivas passaram a reivindicar as atribuições legais para a adoção, haja vista tratar-se de “ato jurídico solene pelo qual, preenchidos os requisitos, alguém estabelece um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que geralmente, lhe é estranha.”[1]. Portanto, não obstante a omissão legislativa, a adoção por casais do mesmo sexo contém legitimidade necessária para ser realizada juridicamente, uma vez que, após inúmeros pedidos de adoção, com ênfase ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS), que foi pioneiro nos deferimentos de tais pedidos, foram reconhecidos pelo Superior Tribunal de Federal (STF). Ressalta-se, ainda, a possibilidade jurídica de utilização do artigo 43 do ECA/90, vez que destacada a vantagem para o adotando como principal exigência da adoção [2], constituindo fundamento jurídico para se admiti-la por casais do mesmo sexo [3], proporcionando afeto e melhores oportunidades, inclusive o direito fundamental de convivência familiar aos adotandos. Ademais, as doutrinas jurídicas permitem o uso de instrumentos de integração normativa quando ocorrerem omissões legislativas frente a determinado fato social e, um destes instrumentos é a analogia, cuja “função será localizar, no sistema jurídico vigente, a hipótese prevista pelo legislador e que apresente semelhança fundamental, não apenas acidental, com o caso concreto” [4], destinando a real harmonia e coerência ao ordenamento jurídico pátrio, excluindo “a possibilidade de tratamento diferente a situações basicamente semelhantes, impedindo-se a prática da injustiça.” [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Tal tema traz consigo inúmeras discussões, sendo um assunto de extrema importância, visto que a adoção visa, acima de tudo, beneficiar o menor, zelar pelo desenvolvimento saudável da criança e do adolescente, independente da preferência sexual dos adotantes. Sendo assim, essa omissão legislativa, ou melhor, essa falha do Estado, não pode privar o adotando de um lar afetivo, uma vez que o direito da isonomia é assegurado pela CRFB/88, não formalizando nenhuma diferenciação. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** direito de família. 25. ed. São Paulo: Saraiva. [2] BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. [3] BECKER, Maria Josefina. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado:** Comentários Jurídicos e Sociais. Coord. Munir Cury.9 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. [4] NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito.** 40 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p.194-195.

Palavras-chave: Adoção. Casal homoafetivo. Família.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 - Direito

CSA 013

A APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR NO DIREITO BRASILEIRO

Luísa **BRAGA** (IC-luisaf.braga@hotmail.com)¹, Tathyangela **SANTOS**, Karen **PIMENTEL**, Roberta **MEDEIROS** e Francisco **CORREA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A constelação familiar foi desenvolvida pelo filósofo e psicoterapeuta alemão Bert Hellinger. Seu método foi criado a partir de estudos e observações empíricas, baseadas em várias áreas da psicoterapia familiar, nos padrões de comportamento que se repetiam nos grupos familiares ao longo das gerações. No ano de 1970, Bert Hellinger teve conhecimento de um fenômeno constatado pela psicoterapeuta americana Virginia Satir, que trabalhava com o método das “esculturas familiares”. Relata que quando uma pessoa qualquer, não se sabe o porquê dessas pessoas serem escolhidas,mas são chamadas para representar um membro da família de um tema a ser trabalhado, esta passa a sentir as mesmas percepções e sensações da pessoa que representa. Isso mesmo sem saber de nenhuma informação sobre a história familiar da pessoa e de quem a pessoa vem a representar. Uma definição bem sucinta sobre a constelação familiar seria um conhecimento que trata das influências dos nossos familiares em nossa vida o que nos leva muitas vezes a repetir padrões e acontecimentos difíceis que tenham ocorrido no passado familiar, isso devido à lealdade familiar que temos.

DESENVOLVIMENTO: No âmbito jurídico, a Constelação Familiar é um método ainda um tanto quanto novo. Iniciou-se no estado da Bahia pelo juiz Sami Storch, pioneiro da aplicação, em outubro de 2012, e começou a se ter impactos profundos, não só em relação às partes nos processos, mas também na postura e na vida de advogados, servidores e suas famílias. A técnica terapêutica já está sendo usada em 16 estados do Poder Judiciário, mostrando-se decisiva e eficaz quando o assunto é disputa de guarda de crianças, inventários, pensão alimentícia, dentre outras áreas. Muitos juízes, que tem formação e conhecimento da constelação familiar, vem mostrando que a justiça pode trabalhar conjuntamente com outras ferramentas de solução, propiciando uma sentença favorável a ambas as partes. Inclusive concede que o litígio seja entregue novamente a seus donos, só que dessa vez de uma forma mais clara para que eles próprios possam compreender e buscar a conciliação. Com a aplicação da constelação familiar nas varas de família, os índices em processos judiciais na conciliação estão sendo muito significativos. Além dos benefícios da constelação e considerando o cenário penoso e demorado da instrução processual, reconhece-se que o processo judicial tradicional não é suficiente para que se cumpra missão de resolver as demandas que se lhe é apresentada. Considerando os índices de acordo nos processos estes chegam a 100% quando às duas partes estão presentes e se aplica a técnica e 91% quando a uma das partes está presente. No âmbito criminal também vem sendo aplicada a Constelação Familiar e segundo o juiz Sami Storch, a cada 21 adolescentes, 18 não reincidem em delitos após 1 ano. Nesse sentido também, o CNJ editou a Resolução nº 225 de 31/05/2016, instituindo a Justiça Restaurativa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Utilizar a Constelação em um processo ou com as partes não necessariamente quer dizer que o juiz se torna um terapeuta, psicólogo. Quanto ao profissional que possui formação para aplicar ao direito sistêmico, é imprescindível que se tenha aplicado em sua vida as ordens sistêmicas, pois é está a essência do direito sistêmico, do seu lugar poder olhar além para as pessoas e sem julgamento, reconhecendo que cada qual possui uma história familiar a se seguir e quando é trabalhado sob a perspectiva da Constelação, a pessoa é liberada a agir diferente. Como diz o juiz Yulli Roteria Constelação Familiar é “uma justiça que preza pelo humanismo”, bem como um bom advogado do futuro é aquele que conhece a raiz do problema e procura evitar a demanda e não a propondo por propor. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DÁVILA, Cinthya: Constelação familiar: O que é, preço e como funciona; Disponível em: <<https://www.minhavidade.com.br/bem-estar/tudo-sobre/33617-constelacao-familiar>>. Acesso em: 19 de abril de 2019; [2] CARVALHO, Bianca, Constelações Familiares na Advocacia sistêmica, 1ª Ed. Joinville/SC: Manuscritos, 2018.

Palavras-chave: Constelação Familiar, Conciliação, Justiça.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO

CSA 014

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE O HOMEM E A MULHER NO PODER FAMILIAR

Wenderson da Silva **REIS** (IC wendnicor@gmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: O Poder Familiar teve início na Roma Antiga no qual era aplicado o princípio da autoridade do *pater famílias*, este poder era unificado na figura do homem e, como senhor absoluto do lar, exercia um incontestável domínio sobre as pessoas a ele subordinadas. Ainda se adotava a regra do Direito Romano na codificação civil brasileira de 1916 onde estabelecia que o homem fosse o chefe da sociedade conjugal e detinha exclusivamente o poder familiar. Somente em 1962, com o surgimento do Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4.121/1962) é que as mudanças se iniciaram, deixando de serem relativamente capazes as mulheres para se tornarem juridicamente independentes. **DESENVOLVIMENTO:** O Código Civil de 1916 conferia-se ao marido a *pátria potesta* com o dever de sustento da mulher e da prole, titular do quase ilimitado pátrio poder, o homem era o chefe da sociedade conjugal, e apenas na sua falta ou impedimento passava o pátrio poder a ser exercido pela mulher. Tal cenário começou a ser modificado com o surgimento da Lei nº 4.121/62, conhecida como “Estatuto da Mulher Casada”, pela qual determinou que compete aos pais, durante o casamento, o pátrio poder “*exercendo-o o marido com a colaboração da mulher*”, todavia, não existia uma paridade do poder familiar, a supremacia da decisão paterna ainda era evidente e a mulher possuía apenas um papel subalterno de mera colaboradora e, apesar da lei a época lhe conferir o direito de reclamar judicialmente em caso de divergência, tal fato dificilmente acontecia devido ao contexto legal e cultural de absoluta prevalência da chefia marital do casamento [1]. A Constituição Federal de 1988 tratou de eliminar as relações de subordinação presente entre os membros do grupo familiar, retirando de sua composição o caráter autoritário da função masculina, sustentando em si o princípio da igualdade formal e substancial, leciona Rolf Madaleno que “*Essa igualdade dos cônjuges e não só deles, pois a igualdade é das pessoas, e nem mais precisa ser civilmente casado para merecer tratamento igualitário nas relações afetivas; é, sobretudo, uma isonomia ostentada no fundamento supremo do Estado Democrático de Direito da Carta da República brasileira, de defesa da dignidade humana*” [2]. Não obstante, incontroverso se mostra que, apesar dessa igualdade jurídica, ainda prevalece o modelo cultural de dominação masculina dentro da sociedade e das relações familiares, nas quais grande parte das mulheres ainda vive em estado de subordinação aos maridos, submetidas a agressões morais e físicas, prova disso é a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei n. 1.340/2006), editada dezoito anos após o surgimento da Carta Política de 1988, que se apresenta como instrumento de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Destarte, nota-se que os dispositivos constitucionais não lograram em eliminar a subsistente vulnerabilidade e fragilidade da mulher, pois, os escritos constitucionais da isonomia se mostram mais presentes na legislação, enquanto no contexto social persiste a indissimulável diferença e discriminação da mulher [3]. **CONCLUSÃO:** O instituto do poder familiar adquiriu grande evolução ao longo da história, tendo como principal responsável a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu uma nova direção da família a luz da igualdade, contudo há uma enorme diferença entre a letra da lei e a aplicação prática e efetiva do direito à igualdade, mas qualquer caminho em direção à isonomia dos gêneros sexuais passa por uma completa revisão cultural que não se dá mediante imposições legais, mas sim através de mudanças de atitudes, que devem se iniciar desde a infância, no âmbito familiar, e se estender a todos segmentos sociais. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6: direito de família**. 15. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Pag. 199. [2] TARTUCE, Flávio. **Manual de responsabilidade civil: volume único**. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO, 2018. [3] MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Palavras-chave: poder familiar, igualdade, igualdade entre os cônjuges.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 015

A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: A DÍVIDA PÚBLICA E A REPERCUSSÃO PARA OS CONTRIBUINTE

Fabricao Carvalho de JESUS (fabriciovictor1@hotmail.com)¹ e Keyla Viviane Barbosa de ALMEIDA (keila.vivi@hotmail.com)² Rayssa Rodrigues MENEGHETTI

1. Curso de Direito; 2. Professora; *Centro Universitário FAMINAS* – 31744-007 – Belo Horizonte/MG.

APRESENTAÇÃO: A economia do país passa por momentos difíceis, com as dívidas da União maiores a cada dia, o governo por muitas vezes, sem outras opções plausíveis, recorre a meios inseguros e instáveis para resolver as situações de necessidade, o que acaba refletindo de forma gigantesca no bolso dos brasileiros, a curto e longo prazo.

Existem vários fatores que influenciam no aumento da inflação, como os custos de produção; os cartéis de empresas que se juntam e “combinam” preços mais altos ou restringem a produção para que os preços subam; a indexação, que ocorre pelo fato dos alugueis ou outros contratos se basearem na inflação passada, ou seja a inflação de hoje passa a ser a base de cálculo para as transações de amanhã. Porém, o foco da presente pesquisa será a inflação baseada nos gastos públicos. **DESENVOLVIMENTO:** Segundo informações disponibilizadas por Pedro Henrique Araujo Ponto de Andrade, em um artigo publicado no Jusbrasil, com mais inflação devido ao aumento nos tributos, tem-se também uma alta significativa nos juros. A dívida pública subirá, porque cada 1% de aumento de juros representa em torno de R\$10 bilhões de gastos anuais a mais para financiar a rolagem da dívida pública. Assim, o governo precisará de um novo “ajuste fiscal”, para ajustar a dívida pública sobre o PIB (produto interno bruto). Tem-se assim uma bola de neve: aumento de tributos - aumento de inflação - aumento de juros - aumento da dívida pública - aumento de tributos. Porque, ao invés de ajustarem as contas, os governos insistem na ideia de que ajustando os tributos conseguiram resolver a crise financeira? A solução não é tão simples, porém é a mais correta. Reduzir os gastos é melhor do que maquiagem um problema que aparecerá logo a frente, a falta de administração pública financeira repercute em todo cenário nacional. Os administradores públicos pensam em soluções em curto prazo, “melhorando” apenas no período em que estiverem no poder. Uma visão egocêntrica que aumenta a dívida pública a cada má condução financeira realizada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De acordo com as informações expostas, é sabido que a alta carga tributária do Brasil tem contribuído para reduzir o poder aquisitivo e interferido no mínimo de dignidade humana necessário para sobrevivência pregada pela CRFB/1988, retirando dinheiro dos contribuintes que seriam destinados ao consumo ou poupança. Para as empresas a situação não é muito diferente, a tributação elevada reduz o volume de investimentos, o que motiva o fechamento de negócios inviabilizando também a abertura de novos. Um dos fatos geradores dessa cadeia, e motivo da nossa crítica, é o gasto pelo governo além das receitas que possui. O governo ao aumentar os impostos para cobrir despesas, tem esses valores repassados aos contribuintes. Como consequência, os preços dos serviços e produtos finais sobem devido a inflação. Outra causa do aumento a inflação ocasionada pelo governo é a “impressão” de mais dinheiro, o volume de dinheiro sendo maior que a oferta de bens e serviços a venda, elevando os preços dos produtos em circulação. Com isso, grande parte do dinheiro nacional, com todos esses jeitinhos dados para driblar a crise econômica, permanece nas mãos das classes econômicas mais favorecidas, ou seja, quem tem dinheiro para comprar pelo preço mais alto ou quem vende pelo preço mais alto. Para Marcio Massaro “O respeito pelo contribuinte passa pela necessidade de o Governo enxergar que tem que retornar isso para o cidadão e para o setor produtivo” (Site contábil, Márcio Massaro, Alta tributação tira o poder de compra). Além da alta carga tributária o governo aplica mal os recursos e não dá o retorno devido a sociedade, não tendo assim contrapartida em serviços para a população. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS-BH e ao ENIC. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ARAÚJO PINTO ANDRADE, Pedro Henrique. **O Aumento Da Carga Tributária Está Provocando Cada Vez Mais Inflação No Brasil.** Disponível em: <https://peandrade9.jusbrasil.com.br/artigos/176776189/tributacao-e-inflacao>. Acesso em 22 de agosto de 19. [2] CÉSAR ZANLUCA, Júlio. **Tributos Produzem Inflação.** Disponível em: www.portaltributario.com.br. Acesso em 22 de agosto de 2019. [3] MASSARO, Márcio. Professor da Pontifca Universidade Católica de Londrina (PUC). Entrevista dada ao site: <www.sitecontabil.com.br> Acesso em 22 de agosto de 2019.

Palavras-chave: Arrecadação tributária, dívida pública, contribuintes.

Área do Conhecimento (CNPq): CSA - 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 016

A DESAPROPRIAÇÃO DE CADÁVER PARA FINS CIENTÍFICOS.

Leticia de Lima **FREITAS** (IC – leticiadelimeafreitas@hotmail.com)¹; Sulanita dos Reis **SANTANA** (sulanitareiss@gmail.com)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES**².

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A desapropriação é uma modalidade de intervenção supressiva do estado na propriedade. Consideram-se passíveis para desapropriação todos os bens e direitos que possuem cunho patrimonial, no entanto, apesar de contar com previsão legal, existe uma controvérsia doutrinária acerca da possibilidade da desapropriação do cadáver para fins científicos. A legislação atual prevê a possibilidade de desapropriação dos cadáveres doados em vida (art. 14, CC), e aqueles não identificados ou não reclamados pela família (lei nº8.501/92). Considerando as importantes contribuições científicas para a coletividade, o presente trabalho objetiva através de pesquisas bibliográficas analisar a controvérsia entre essa possibilidade de desapropriação do cadáver e valores sociais como os costumes e a religiosidade. **DESENVOLVIMENTO:** Considera-se a possibilidade de desapropriação de cadáveres para fins científicos, com base no princípio do interesse público. É clarividente a importância desta modalidade de desapropriação para o avanço científico, considerando os benefícios resultantes da mesma: novos medicamentos, tratamentos de doenças raras e vacinas, pode-se afirmar que há a presença do interesse coletivo. Contudo, a divergência doutrinária, resultou em duas correntes de entendimento. A primeira, sendo a minoritária é a favor da possibilidade, fundada nos benefícios oriundos da possível modalidade, afirmam que a mesma é válida desde que sejam atendidos os preceitos constitucionais, é o posicionamento de Carvalho Filho que aduz “embora não seja usual, podem ocorrer situações excepcionais que reclamem a desapropriação do cadáver, como, por exemplo, para pesquisa científica e proteção social” [1]. Já a segunda corrente, de forma majoritária alega que tal modalidade afeta a ética moral e religiosa e, sustentam ainda que em tal situação não existe a identificação do sujeito da propriedade, defendida por Cretella Júnior que afirma não ser possível esse tipo de desapropriação por ser um corpo humano excluído do comércio e por ser impossível sua avaliação econômica [2]. Considerando que a crença é um direito fundamental, este deve ser respeitado mesmo após a morte, deste modo, tal modalidade deve ser analisada caso a caso a existência de conflito entre a liberdade de crença e o direito a saúde da coletividade. Em razão do tipo de bem que é o cadáver, é de suma importância que o motivo que enseja a desapropriação seja condizente com o respeito que a sociedade outorga a este, considerando que já foi uma pessoa. Com relação a titularidade da propriedade mais correto seria indicar sua posse como sendo da família, em analogia a disposto pelo art. 4º da lei nº 9.434/97, uma vez que a indenização deve ser destinada ao proprietário do bem, a família, considerando a ordem hereditária, deverá esta receber pela devida indenização. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É clarividente que a desapropriação de cadáveres para fins científicos interessa a toda coletividade, uma vez que busca um aperfeiçoamento na medicina. Diante do que foi exposto pode-se constatar que é possível tal desapropriação uma vez que o ordenamento jurídico não estabelece um rol taxativo dos bens passíveis de desapropriação e com fundamento na utilidade pública. A mesma deverá ser realizada somente com respaldo legal e quando houver interesse científico em estudar uma doença específica. Seria de suma importância a criação de mais entidades que possam cuidar dos parâmetros éticos de tal instituto, uma vez que estes se encontram bastante escassos, de tal forma a desapropriação de cadáver poderá ser realizada de modo a atender a necessidades da coletividade e respeitando os direitos conflitantes. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32ª ed. rev., atual. e amp. – São Paulo: Atlas, 2017. [2] CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à constituição brasileira de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

Palavras-chave: desapropriação – cadáver – direito.

CSA 017

A DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA

Letícia de Lima **FREITAS** (IC – leticiadelimeafreitas@hotmail.com)¹; Sulanita dos Reis **SANTANA** (sulanitareiss@gmail.com)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES**².

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A desapropriação é a forma mais gravosa das hipóteses de intervenção supressiva na propriedade, dentre as modalidades de desapropriação previstas no ordenamento jurídico, a desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária configura-se quando a propriedade rural não cumpre com a sua função social rural. A respeito de tal instituto a Constituição Federal assevera em seu art.184 “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”. O presente trabalho tem por intuito, através de pesquisas bibliográficas, discorrer sobre o instituto de desapropriação de imóvel rural a fim de reforma agrária, seus fundamentos e sua aplicabilidade.

DESENVOLVIMENTO: “Como a propriedade, modernamente, constitui direito relativo e condicionado, é necessário que, quando se qualificar como rural, tenha utilização ajustada à função social rural” [1], o que se faz necessário para evitar que a mesma sofra a desapropriação, no entanto, a propriedade rural que deixa de apresentar produtividade em virtude de caso fortuito ou força maior não será desapropriada (art. 6º, § 7º, Lei 8.629/93), como também ocorrerá com as pequenas e médias propriedades, assim definidas em lei (art.185, CF/88). A Constituição elenca requisitos simultâneos para que a propriedade cumpra com a sua função social (art. 186, CF), sendo eles: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância da legislação trabalhista; e, exploração que favoreça o bem-estar de proprietários e trabalhadores. Quando tais requisitos não forem atendidos, o proprietário estará sujeito à sua perda pela desapropriação, contudo, a Lei Complementar nº 76/93 assegura ao expropriado o direito à ampla defesa e ao contraditório, entretanto, a indenização nesta situação será excepcional, fugindo da regra geral e sendo paga por meio de títulos da dívida agrária no que garante ao valor da propriedade e as benfeitorias voluptuárias, podendo ser resgatados em até 20 (vinte) anos após o segundo ano de sua emissão. Diferente das demais modalidades, o instituto em comento visa proporcionar uma justa divisão de propriedade, para assegurar condições igualitárias para o desenvolvimento social e por conseguinte o cumprimento da função social. A distribuição far-se-á através da entrega de domínio ou de concessão de uso para os beneficiários, ambos insuscetíveis de negociação pelo período de dez anos, devendo os mesmos, firmar o o compromisso de cultivar a propriedade de forma direta e pessoalmente, com ajuda de família ou através de cooperativas, comprometendo-se a não ceder a qualquer título o seu uso a terceiros. Assim, tal modalidade expropriatória, pode proporcionar melhoria na expectativa de vida, bem como o cumprimento da função social e, conseqüentemente o atendimento ao interesse social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mediante o exposto pode-se averiguar que embora existam diversos parâmetros jurídicos que regulem o instituto em comento, ele ainda se trata de um tema bastante polêmico diante do cenário social que o país se encontra, isto porque, apesar de tentar promover uma divisão justa da propriedade, ainda são encontrados problemas que muitas das vezes acabam fazendo com que o instituto tenha pouca aplicabilidade prática, tais como a destinação da terra expropriada e a ineficiência dos sistemas de fiscalização destes requisitos, fatores que precisam ser melhorados para garantir que a propriedade antes improdutiva, exerça de fato, sua função social e consiga promover o sustento e o bem estar de diversas famílias, efetivando assim a verdadeira justiça. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32ª ed. rev., atual. e amp. – São Paulo: Atlas, 2017.

Palavras-chave: reforma agrária – propriedade - interesse social.

CSA 018

A DIFERENÇA ENTRE A ASSISTÊNCIA JURÍDICA, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Karla Maria Penido da **FONSECA** (IC - karlafonsecapj@gmail.com.)¹, Vinicius César Miranda **FERREIRA** (IC - vince.mferreira@gmail.com)², Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)³

1. Direito; 2. Arquitetura e Urbanismo; 3. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: Sempre houve, na legislação brasileira, indicações de benefícios a serem concedidos aos hipossuficientes, com relação às custas processuais, seja de forma definitiva ou enquanto não pudessem pagar. Nos idos de 1950, a primeira lei a regulamentar o tema foi a Lei nº1.060/50, que em seu art. 1º, vinculava, os poderes públicos Federal e Estadual, a concederem a assistência judiciária de forma gratuita para os menos favorecidos. Apesar de frequentemente serem confundidos, até mesmo por legisladores, existe diferença entre os institutos da assistência jurídica, assistência judiciária e a gratuidade de justiça. **DESENVOLVIMENTO:** A assistência jurídica gratuita, prevista nos arts. 98 e 99 do CPC, é compreendida como uma ferramenta conferida àqueles que não possuem condições financeiras para acessar a justiça, tornando viável a esses indivíduos a defesa de seus direitos, ainda mais do que isso, é um direito que tem o indivíduo de receber orientação e defesa dentro e fora do judiciário [1]. Regularmente confundida com os demais institutos, surge a assistência judiciária, essa bem menos abrangente do que a anterior, que por sua vez, se refere ao acompanhamento de processos judiciais, através das defensorias públicas ou núcleos de assistência jurídica, advogados particulares e outros de caráter não estatais, tratando da representação do indivíduo em juízo através de um advogado custeado pelo Estado quando a pessoa não consegue arcar com os custos de uma demanda judicial sem o prejuízo de seu sustento ou de sua família, assim, muitas vezes ela está atrelada à gratuidade de justiça, requerida quando a parte é comprovadamente hipossuficiente, ao ingressar com a ação ou em sua peça de rebate. Segundo Daniel Amorim, a gratuidade de justiça é a dispensa conferida ao autor de realizar o preparo e o pagamento das custas no ato da distribuição da ação, e durante o curso das demais despesas que sobrevierem como por exemplo, diligências do oficial de justiça, honorários periciais, gastos de editais, emolumentos e gastos postais [2], todos os custos referentes ao andamento processual estão englobados nesse benefício, ficando de fora os honorários advocatícios. Tanto a assistência judiciária quanto a gratuidade de justiça são espécies do gênero assistência jurídica, e em todas elas existe a necessidade de que o indivíduo comprove ser insuficiente de recursos financeiros [3], e a sua finalidade é conferir a isonomia e a equidade para todas as pessoas que buscam preservar os seus direitos através do Poder Judiciário. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em linhas gerais, ainda que exista uma sutil distinção entre os institutos analisados, todos se destinam ao mesmo público, aqueles comprovadamente insuficientes de recursos financeiros, e possuem a mesma finalidade, agindo como uma ferramenta de acesso à justiça. A diferença é que na assistência jurídica e na assistência judiciária, temos a figura do advogado ou defensor, auxiliando e orientando o interessado, dentro ou fora do âmbito jurídico, enquanto na gratuidade de justiça, o que se encontra é a concessão de um benefício, ou seja, uma isenção de pagamento das custas necessárias ao andamento processual. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BARROS, Francisco Ramon Pereira; BRUM, André Luis de Oliveira. **ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA COMO MEIO GARANTIDOR DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA.** Ciência Amazônida, Porto Velho, Ro, v. 1, n. 1, 2016. Semestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2X5d79p>>. Acesso em: 24/06/2019. [2] NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil:** volume único. 9. ed. Salvador: Juspodivm, p. 298-299, 2017. [3] LOPES, Hálisson Rodrigo; SILVA, Elson Campos da. **Diferença entre gratuidade judiciária ou justiça gratuita e assistência jurídica gratuita.** [201-?]. Disponível em: <<https://bit.ly/2X1P5wa>>. Acesso em: 24/06/2019.

Palavras-chave: assistência jurídica, assistência judiciária, gratuidade de justiça.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 019

A DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL COMO GARANTIA DE DIREITOS À PROLE

Thalya de **SOUZA** (IC souzalya38@hotmail.com)¹, Maik W. M. **RODRIGUES** (IC)¹, Thaiz Fabiana da **SILVA** (IC)¹, Rayane Berriel de **OLIVEIRA** (IC)¹, Monyze Dias **FERNANDES** (IC)¹, Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO** (PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: Com intuito em destinar ao filho a garantia de ter seus direitos preservados, sejam provindos do pai biológico ou do pai afetivo, tem-se almejado a duplicidade de paternidade nos registros civis. Diante inadequação jurídica quanto aos avanços sociais, quanto à temática, compete aos interessados buscar tutela diante do STF, expondo, assim as situações específicas, apresentando argumentos para que possam ser abraçados pelo Estado, em vistas de conseguirem, dessa forma, garantir a proteção dos direitos da prole. Nesse sentido, o presente artigo abordará o tema dupla paternidade no registro civil e possíveis consequências oriundas. **DESENVOLVIMENTO:** É sabido que a Constituição Federal de 1988 [1], mais precisamente em seu artigo 226 §4º, que a forma protegida de família não condiz com a realidade atual, já que, à época de sua elaboração, a forma familiar prevalecente era a patriarcal. Com a evolução da sociedade ocasionou-se o surgimento de várias formas de família como, por exemplo, a monoparental, homoafetiva, pluriparental e anaparental. Desse modo, o sistema jurídico acabava por não proteger direitos de um filho que, mesmo tendo sido registrado pelo pai biológico, fosse criado por um pai afetivo. Com isso, não tinha como inquirir, junto ao pai afetivo, direitos patrimoniais ou extrapatrimoniais. Justamente com esse intuito houve a interposição do RE 898.060/SC [2], onde seu titular buscou o reconhecimento da dupla paternidade para seu filho, uma vez que, para o titular foi determinada pensão alimentícia mesmo o filho sendo criado por um pai afetivo. Nesse interim, o STF entendeu que há sim uma igualdade de forças nesse quesito, atendendo por fim o pedido do titular, vindo a reconhecer a dupla paternidade no registro civil do dependente em questão. Ressalta-se a possibilidade, diante isso, de outros direitos serem garantidos, como o direito de ter o sobrenome do pai biológico e afetivo no nome do filho, bem como o direito de, em que pese ser reconhecido e criado por um pai afetivo, o filho buscar seus direitos com relação ao pai biológico no que tange à herança. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Trata-se, de fato, de um tema muito complexo e polêmico que, mesmo com o reconhecimento do STF quanto à possibilidade de duplicidade paterna no registro civil, ainda apresenta pontos questionáveis como o fato de competir aos Tribunais a determinação da hierarquia de direitos dos pais sobre o filho. Contudo, considera-se grande avanço com relação à seara do direito familiar que, assim como demais ramos da ciência do Direito, vem buscando acompanhar as novas necessidades da população, haja vista que a sociedade deve ser, ao mesmo tempo em que área de ação do direito, fonte criadora do mesmo. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [2] Recurso Extraordinário ao STF - RE 898.060/SC. GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Palavras-chave: dupla paternidade, garantias da prole, registro civil.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 020
A ÉTICA DO ADVOGADO

Roberta **MEDEIROS**, ([IC- medeirosrobertarm@gmail.com](mailto:IC-medeirosrobertarm@gmail.com))¹, Luísa **BRAGA**, Karen **PIMENTEL**, Tathyangela **SANTOS** e Stefanini **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

INTRODUÇÃO: Nos tempos modernos o mais importante se tornou fazer dinheiro, ter dinheiro, e não mais fazer um bom trabalho ou prestar um bom serviço, em que a “lei da vantagem” é um instrumento que domina o mercado de trabalho. A ética sempre esteve presente na vida em sociedade, portanto ela acaba por padronizar as condutas, e as necessidades específicas dos profissionais de acordo com as particularidades em cada categoria. Entretanto a profissão jurídica possui seus regulamentos éticos e morais que lhes são próprios. Como a advocacia se trata de uma atividade liberal, é relevante que o advogado tenha uma postura ética, pois é imprescindível obter a confiança do seu cliente e fazer jus dela ao conseguir conquistá-la. **DESENVOLVIMENTO:** As normas éticas impõem ao profissional do direito uma postura a ser tomada, possibilitando a existência de confiança e respeito entre o advogado e seus clientes e entre o advogado com seus colegas de trabalho. Tais condutas representam o conjunto de princípios e regras de natureza moral que norteia a atividade do advogado. Esta não pode se desligar de certos padrões de comportamento que dão dignidade ao trabalho profissional e procuram uniformizar a disciplina da classe a que pertence, tendo em vista o interesse social e a responsabilidade do advogado perante os seus cidadãos. Existem princípios e artigos que regem toda a atuação do operador do direito, como por exemplo: “Princípio da dignidade e do decoro” que fala de um valor inerente à pessoa humana, toda ser humano tem, portanto não é legal cobrar uma remuneração exagerada, fazer publicidade de forma intensa para conseguir clientes, entre outros. Princípio do coleguismo, que se trata de um sentimento proveniente de poder fazer parte de um grupo, da solidariedade com os companheiros de profissão. Se falhar nesse item caracterizaria a concorrência desleal, disputa de clientes, etc. Vale ainda citar mais dois princípios o da Reserva e discricionariedade, sendo que o primeiro direciona a respeito de como o advogado deve agir, ele deve ser discreto, fazer jus a confiança que seu cliente lhe depositou e tratar de assuntos profissionais em seu respectivo ambiente. Já o segundo traz em seu conceito a respeito de o profissional ser responsável de criar estratégias na tentativa de solucionar o conflito. De acordo com os artigos 1º, 2º e 3º do Código de Ética e Disciplina da OAB, após realizar a leitura, podem concluir que o advogado no desempenho de sua função deve agir com decoro, dignidade, honestidade e boa-fé sempre, devendo seguir aplicando a justiça nos casos em que for representar o seu cliente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao decorrer do curso de direito os acadêmicos aprendem que têm que defender o Estado Democrático de Direito, buscando sempre aplicar a justiça no caso concreto e promover a equidade na representação das pessoas que contratam o serviço, contudo tais preceitos, infelizmente não são eficazes no dia-a-dia do exercício da advocacia e chegam até serem completamente ignorados por alguns, que vêem na profissão somente uma forma de garantir seus honorários sem levar em consideração as questões éticas e morais, não se importando com o desejo de seu cliente e na maioria das vezes apenas o lucro é a principal motivação de muitos advogados. A ética não é apenas uma prerrogativa do operador do direito, mas também diz respeito a todas as outras áreas que trabalham arduamente como objetivo de obter o seu sustento e, indo além, a ética deveria ser um dever de todos, pois dependemos dela não apenas nas relações profissionais, mas também humanas. É um conceito que deveria permanecer em toda a sociedade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FREITAS, Elmo publicado em 31/03/2013, **A Ética do Advogado**, Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7906/A-etica-na-advocacia>>, acesso em 11 de julho de 2019. [2] CÉSAR COURA, Bernardo, **A ética na advocacia**, publicado em 2015, Disponível em: <<https://bernardocesarcoura.jusbrasil.com.br/artigos/258270030/a-etica-na-advocacia>>, acessado em 11 de julho de 2019.

Palavras-chave: Direito, ética, advogado.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO

CSA 021

A EUTANÁSIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Luísa BRAGA (IC-luisaf.braga@hotmail.com)¹, Tathyangela SANTOS¹, Karen PIMENTEL, Roberta MEDEIROS e Anderson Krsthian LOURENÇO(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A palavra eutanásia surgiu no século XVII, pelo então filósofo inglês Francis Bacon, quando escreveu em seu livro “História vitae et mortis”, como um método adequado para doenças incuráveis. Em seu sentido literal a palavra eutanásia significa “boa morte”, morte humanitária, piedosa e calma. Percebe-se que o termo eutanásia passou-se a caracterizar a morte propositalmente causada a uma pessoa que sofre de uma enfermidade incurável ou muito penosa, para acabar com a agonia e sofrimento do paciente terminal. Nesta continuidade passou-se a abranger o suicídio, e a ajuda a “bem morrer”, o homicídio piedoso. No Brasil, em 1996, foi proposto um projeto de lei no Senado Federal (projeto de lei 125/96), instituindo a possibilidade do procedimento de eutanásia no Brasil. Mas tal projeto como aludido não prosperou. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com o CPB/40 ainda vigor no Brasil, a eutanásia não é prevista, sendo punível em todos os casos a eutanásia ativa e direta. Tendo ainda como punição a quem a faça homicídio privilegiado art. 121, §1º CPB, sendo praticado por motivo piedoso, onde o consentimento do paciente não teria mera relevância, por não excluir a ilicitude da conduta. A Lei por sua vez é clara em não prever tal conduta. Observado o Código de Ética Médica Pátrio podemos ver também de forma clara e objetiva no art. 57 que “O médico não pode contribuir, direta ou indiretamente, para apressar a morte do doente”. À punição também para aqueles que auxiliam ou induzem a prática da eutanásia em pacientes em estado terminal, cometendo o agente o crime de auxílio ao suicídio ou induzimento configurados no art.122 do CPB/40. Importante ressaltar que há um Projeto de lei tramitando no Senado nº 236, de 2012 tipificando exatamente a conduta do agente que pratica o crime com a seguinte redação: art. 121 § 3º Se o autor do crime agiu por compaixão, a pedido da vítima, imputável e maior, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável, em razão de doença grave: pena de reclusão de três a seis anos. § 4º Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos, a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente, ou na impossibilidade, de ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou irmão. Impotante é salientar também o item 39 da Exposição de Motivos da Parte Especial do Decreto-Lei Nº 2.848/41, que instituiu o CPB/40: 39. Ao lado do homicídio com pena especialmente agravada, cuida o projeto do homicídio com pena especialmente atenuada, isto é, o homicídio praticado "por motivo de relevante valor social, ou moral", ou "sob o domínio de emoção violenta, logo em seguida a injusta provocação da vítima". Por "motivo de relevante valor social ou moral", o projeto entende significar o motivo que, em si mesmo, é aprovado pela moral prática, como, por exemplo, a compaixão ante o irremediável sofrimento da vítima (caso do homicídio eutanásico), etc. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ainda sendo considerado crime no Brasil, a eutanásia é tema de muitas divergências doutrinárias. Mas enquanto não se tem uma legislação para tal poderíamos considerar o princípio da proporcionalidade, sendo cada caso observado individualmente, considerando a condição do paciente, o sofrimento, se de fato este está em estado crítico e terminal, se o estado dispõe de um tratamento para tal situação e principalmente se o paciente deseja ter sua vida cessada ou não, para aí sim se chegar a uma decisão de qual direito há de permanecer. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MORAES, Henrique Viana: **Da eutanásia no direito comparado e na legislação brasileira;** Publicado em 12 de 2012, Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23299/da-eutanasia-no-direito-comparado-e-na-legislacao-brasileira/2>>, Acesso em: 19 de abril de 2019; [2] DIREITO, Escola Brasileira. **O crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio aceita a forma tentada?**, Publicado em 2017, Disponível em: <<https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/530419199/o-crime-de-induzimento-instigacao-ou-auxilio-ao-suicidio-aceita-a-forma-tentada>>, Acesso em: 19 de abril de 2019.

Palavras-chave: Eutanásia, Direito, Vida.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO

CSA 022

A EXECUÇÃO PENAL À LUZ DO MÉTODO APAC EM DETRIMENTO AO SISTEMA PENITENCIÁRIO CONVENCIONAL

Letícia **MARTINS** (IC leticia_martinsdias@outlook.com)¹, Eduarda **GUIMARÃES** (IC)¹ e Anderson Christian Lourenço (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000- Muriaé- MG

APRESENTAÇÃO: Os estabelecimentos prisionais convencionais, em regra, apenas efetivam o caráter punitivo imposto pela pena, acarretando condições desumanas para vivência do condenado e infringindo direitos inerentes à pessoa humana. Diante desse cenário, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) surge como uma entidade auxiliadora do Poder Judiciário, na execução penal, além do Poder Executivo, na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade, com a ascensão da humanização das prisões, no intuito de recuperar o condenado, resguardando a sociedade e prestando assistência às vítimas.

DESENVOLVIMENTO: A execução penal possui como principal objetivo, conforme art. 1º da Lei nº 7.210/84, a efetivação das disposições previstas na sentença ou na decisão criminal, além de proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e internado [1]. A APAC objetiva a valorização humana, com a inserção de valores sociais, tratando todos como suscetíveis de recuperação caso haja o tratamento adequado, para posterior reintegração na sociedade. Para que isso aconteça, todos os recuperandos são chamados pelo nome, como forma de valorizar o indivíduo, não há armas ou presença de policiais e agentes penitenciários, pois os próprios recuperandos são colaboradores na administração do estabelecimento, constituindo uma utopia tangível no Brasil. A valorização humana é a base do método APAC, promovendo um autoconhecimento do apenado. Os reeducandos são co-responsáveis para sua recuperação, possuindo assistência médica, espiritual, jurídica, além de realizarem cursos profissionalizantes. A família também constitui fator essencial no método, pois, segundo Mário Ottoboni: “É preciso saber que preparar o recuperando convenientemente e depois devolvê-lo à fonte que o gerou, sem transformá-la, com certeza vai dificultar a reinserção social daquele que cumpriu a pena. É necessário, pois, mudar também o ambiente do qual ele emergiu” [2]. Através da metodologia do sistema apaqueano, pode-se deslumbrar a possibilidade da humanização das prisões, deixando de lado o sistema penitenciário convencional em que não há tratamento adequado aos condenados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dessa forma, contemplamos a utilização da método APAC como alternativa de verdadeira busca da finalidade executória da pena, e não apenas o caráter punitivo. Conforme Cezar Roberto Bitencourt: “Considera-se que a prisão, em vez de frear a delinquência, parece estimulá-la, convertendo-se em instrumento que oportuniza toda espécie de desumanidade” [3]. Assim, torna-se evidente que a implementação do método apaqueano constitui uma evolução na execução da pena privativa de liberdade, com escopo na humanização das prisões e a busca da reintegração social do sentenciado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília: DF, Senado Federal. [2] OTTOBONI, Mário. **Ninguém é irrecuperável**. 2ª ed. São Paulo, Cidade Nova, 2001. [3] BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Palavras – Chave: Reintegração, humanização, prisões

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 023

A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS

Roberta **MEDEIROS**, ([IC- medeirosrobertarm@gmail.com](mailto:IC-medeirosrobertarm@gmail.com))¹, Karen **PIMENTEL**, Luísa **BRAGA**, Tathyangela **SANTOS** e Stefanini **LACERDA** (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Este presente trabalho trata-se de direitos humanos. Pode-se dizer que esses direitos são como garantias e que existem há anos, eles surgiram com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, e antes disso já existiam princípios de proteção aos direitos básicos do indivíduo que aparecem em algumas situações ao longo da história, mas estes mudaram ao longo do tempo, pois precisaram adaptar-se às novas necessidades específicas de cada momento em que o ser humano era exposto. **DESENVOLVIMENTO:** Os direitos humanos são na verdade uma ferramenta que protege qualquer cidadão no mundo sem qualquer tipo de discriminação, como cor, religião, nacionalidade, gênero, orientação sexual e política, tratando-se de um conjunto de garantias e valores universais que tem como objetivo garantir a dignidade da pessoa humana que é um princípio absoluto. Trata-se de um valor central do direito ocidental, absoluto, intrínseco e distintivo de cada indivíduo, que vem prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, fazendo parte de um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, sendo o alicerce de todo ordenamento jurídico pátrio. Tolerabilidade é um critério para a criação de normas e atos jurídicos. É preciso analisar cada situação no caso concreto, tendo em vista que não é possível para o legislador prever todas as hipóteses que poderão acontecer no mundo real dos fatos. As ocorrências que são consideradas como intoleráveis de alguma forma violam a dignidade da pessoa humana, e normalmente são aquelas em que o Estado e a coletividade não podem exigir que algum indivíduo tolere. Cada um sabe de si, sabe qual situação intolerável deve suportar, mas em razão disso o Estado não pode obrigar a realizar tal escolha, sob pena de violar a dignidade como pessoa humana. Este princípio está relacionado ao conceito de mínimo existencial, ou seja a certos bens indispensáveis à nossa sobrevivência e que por isso se tornam intoleráveis na medida em que está associado à existência do ser. Cita-se como exemplo, o mais básico, que é o direito de toda pessoa ter acesso à água potável, higiene básica, saúde, alimentação. Este critério de tolerabilidade é objetivo, uma fórmula que deve ser aplicada com base na realidade geral da coletividade no qual o indivíduo está inserido em razão da segurança jurídica, portanto trata-se de um elemento crucial necessário para justificar a existência e constituição dos Estados sobre os indivíduos. Vale ressaltar que a sociedade humana se modifica constantemente ao longo dos anos. Assim podemos concluir que um fato que antes era considerado tolerável, futuramente pode se tornar intolerável aos olhos da nova coletividade que se formou. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O governo por sua vez, que nega tais direitos indispensáveis à vida digna de um ser humano, estará dando causas a revoluções, guerras e revoltas. O reconhecimento desses direitos que encontram-se na Constituição Federal trazendo limites e obrigações à atuação estatal, sendo instrumento intrínseco à proteção da dignidade. Se tratando de uma interpretação externa para que seja observada a segurança jurídica e para que ela seja usada de forma adequada é preciso perceber que esse direito à dignidade humana é um direito natural, um direito humano, fundamental e constitucional. Entretanto uma interpretação interna dessa segurança jurídica quer dizer que, consiste em uma cláusula aberta cujo conteúdo traz em si um eixo de tolerabilidade que guia as condutas do Estado e do indivíduo; é uma linha divisória que delimita até que ponto certo acontecimento pode ser considerado tolerável, suportável pela coletividade, de acordo com suas referidas circunstâncias de tempo, lugar e desenvolvimento histórico-cultural. **BIBLIOGRAFIA:** [1] **Vade Mecum**, editora Saraiva 2017, Constituição Federal, página 5. [2] **Revisão por LENZI**, Tié, Formada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (2009) e mestranda em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade do Porto, Portugal. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/direitos-humanos/>> Acesso em: 11 de julho de 2019.

Palavras-chave: Humanização, direito, dignidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO

CSA 024

**A INEFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA FISCAL E SEUS EFEITOS NA VIDA DO CIDADÃO:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E DINAMARCA.**

Thays Magalhães e **SILVA** (magalhaes_ts@hotmail.com) e Jarbas Avelino **RABELO**

1. Curso de Direito; 2. Professora Rayssa Rodrigues Meneghetti; Centro Universitário FAMINAS – BELO HORIZONTE/MG.

APRESENTAÇÃO: Embora não esteja explícito no art. 37 da Constituição Federal, o § 5º do art. 150 da mesma carta, versa de modo claro, sobre o princípio da transparência, sobretudo, a transparência fiscal. Constituinte um dever de quem esteja à frente da Administração Pública e, concomitantemente, um direito subjetivo público do consumidor. Almeja-se entre outras medidas que, tudo aquilo que você for pagar, quer seja em produtos ou serviços, deveria ficar claro quais os impostos que estariam sendo incididos naqueles produtos ou serviços, haja vista, é o que ocorre a muito em outros países, como exemplo, o Canadá e Dinamarca, lugares em que os cidadãos têm uma forte consciência fiscal. Não obstante a vontade do constituinte originário, não encontrou o legislador infraconstitucional até o momento, o feliz caminho de tornar claro e operante dentro do sistema tributário brasileiro a transparência proposta em nossa carta política. **DESENVOLVIMENTO:** Levando em consideração a atual crise político-econômica (corrupção) do Brasil, é imprescindível uma fiscalização tanto pelo poder judiciário, quanto pelo contribuinte, referente a distribuição dos valores arrecadados a título de tributos pelo Estado. Ocorre que o Estado não é nada claro quando o assunto é prestação de contas. É preciso mostrar de fato, o que o contribuinte paga de tributos nas suas aquisições diárias, sem inviabilizar os efeitos do Princípio da Transparência Fiscal. Na Dinamarca, por exemplo, a consciência tributária é uma máxima entre os cidadãos. Apesar da elevada carga fiscal, ficar inadimplente para os dinamarqueses quanto aos tributos é estar à margem da sociedade. No país o fisco é considerado amigo. Mas isso só ocorre por causa da transparência fiscal. Os contribuintes se envolvem no sistema tributário de fato, e esse envolvimento ajuda no desenvolvimento do país e inibi a corrupção. Tanto que a Dinamarca é o país com um dos menores índices de corrupção do mundo. Diante de um exemplo atual e eficaz de transparência fiscal, é inaceitável que o Brasil permaneça deixando seus contribuintes a mingua, seja por falta de clareza quanto ao tributo que se cobra, bem como pela destinação do mesmo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados obtidos com análises, foram objetivos. Brasil, possui uma carga tributária significativa, com uma quantidade enorme de impostos, e tem uma das piores distribuições de renda e de retorno para o cidadão. A Dinamarca, mesmo tendo uma grande carga tributária, possui uma quantidade ínfima de tributos, deixando claro que seus impostos são objetivos e bem distribuídos. Não sendo necessário a invenções de muito impostos para conseguir suprir suas necessidades. O desempenho de ambos se dá pela clareza de suas tributações e distribuições adequada dos rendimentos. Cabe ressaltar que por mais alto que seja o imposto, se o cidadão vê-lo retornando em seu benefício, o adimplemento e grande, e as contribuições se tornam agradáveis. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS-BH e ao ENIC. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. [2] CRISÓSTOMO, Pedro. **Aqui “imposto” significa “querido” e isso diz muito sobre a Dinamarca**. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/economia/noticia/aqui-imposto-significa-querido-e-isso-diz-muito-sobre-a-dinamarca-1705568>. Acesso em 27 Mar. 2019. [3] FIGUEIREDO, Vanuza da Silva e SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. **Transparência e controle social da Administração Pública**. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/vanuza-da-silva-figueiredo.pdf>. Acesso em 27 Mar. 2019.

Palavras-chave: Tributos, Transparência Fiscal, Ineficácia.

CSA 025

A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DECORRENTE DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

Pedro Henrique Santos **PASSOS** (IC ph_spassos@hotmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé - MG

APRESENTAÇÃO: O conceito de família contemporâneo vem sofrendo uma mudança de paradigma no que se refere às relações familiares, tornou-se um “caleidoscópio de relações que muda no tempo, se transforma com a evolução da cultura, de geração para geração” [1]. Ao analisar a nova tendência da família moderna, observa-se a valorização dos vínculos afetivos e não os meramente biológicos, reconhecendo, assim, a paternidade socioafetiva, apta com o dever jurídico de prestar alimentos. **DESENVOLVIMENTO:** Nesse sentido Maria Berenice Dias assevera: “Quando se fala em obrigação alimentar dos pais sempre se pensa no pai registral, que, no entanto, nem sempre se identifica com o pai biológico. Como vem, cada vez mais, sendo prestigiada a filiação socioafetiva – que, inclusive, prevalece sobre o vínculo jurídico e o genético –, essa mudança também se reflete no dever de prestar alimentos. Assim, deve alimentos quem desempenha as funções parentais.” [2]. O dever de prestar alimentos entre os parentes, cônjuges ou companheiros é assegurado pelo Código Civil em seu art. 1.694, sempre norteado pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, respeitando as possibilidades de quem deve provê-los. O juiz, na aplicação da pensão alimentícia, atenta às necessidades essenciais de moradia, alimentação, vestuário, educação, saúde, em um valor coerente com as possibilidades socioeconômicas do alimentante. Entretanto, essa quantia primeiramente fixada, poderá sofrer alterações, uma vez que os rendimentos daquele que provém ou daquele que recebe os alimentos podem se modificar, fazendo-se necessário um ajuste para que se adéque a nova realidade, verificando sempre o binômio possibilidade - necessidade. Esse dever provém da relação de parentesco ou da afetividade entre alimentante e alimentado, sobre o alicerce da obrigação moral e ética entre eles. A obrigação será concedida quando os indícios apresentados comprovem que seja hábil a necessidade de quem os pede. Nos ensinamentos de Maria Berenice Dias: “Ao magistrado cabe identificar a presença de um vínculo de afetividade. Dispensável, a certidão de casamento ou o registro de nascimento. A formalização dos relacionamentos é desnecessária para o estabelecimento dos vínculos afetivos e, via de consequência, para o reconhecimento de direitos e imposição de obrigações recíprocas” [3]. Para que seja comprovada a relação de filiação, é necessário valer-se das presunções que caracterizam a paternidade socioafetiva, como por exemplo, se foi por ele tratado como filho, se havido como tal no ambiente social da família paterna, entre outras. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Como analisado, a filiação fixada no vínculo afetivo não poderia ficar desprotegida. Presentes todos os requisitos que asseguram o seu reconhecimento, os efeitos jurídicos que delas decorrentes são iguais em qualquer outra espécie de filiação, viabilizando, então, ao filho afetivo o direito de receber prestação alimentícia. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GROENINGA, Giselle Câmara. **Direito de Família e Psicanálise – rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003, [2] DIAS, Maria Berenice, **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. [3] DIAS, Maria Berenice. **Alimentos, sexo e afeto**. 2008. Disponível em: < www.mariaberenice.com.br > Acesso em: 23 -03-2019.

Palavras - Chave: Vínculo, obrigação, socioafetivo

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

CSA 026

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E O ROMPIMENTO DE PARADIGMAS NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC)

Letícia **MARTINS** (IC leticia_martinsdias@outlook.com)¹, Eduarda **GUIMARÃES** (IC)¹ e Anderson Kristhian LOURENÇO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000- Muriaé- MG*

INTRODUÇÃO: Constituindo um dos elementos basilares formadores do método APAC, a participação da comunidade ainda representa um desafio na Associação, uma vez que subordina-se à ruptura de preconceitos da comunidade local. Para tanto, se faz necessário uma ampla conscientização sobre a entidade, seus objetivos e resultados já obtidos com a inserção do método apaqueano.

DESENVOLVIMENTO: A criação e implementação da Associação de Proteção e Assistência aos condenados subordina-se à efetiva participação da comunidade, em que pese a atuação como voluntários capacitados para prestarem assistência e conviverem com os recuperandos, associado à colaboração do Poder Judiciário, prefeitura, comunidades religiosas, empresários, entre outros. Conforme o art. 4º da Lei de Execução Penal (nº 7.210/84): “*O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança*” [1]. Todavia, o preconceito existente e a concepção de prisão como estabelecimento destinado unicamente ao cumprimento da pena imposta de maneira punitiva, ainda encontra-se consolidado na convicção da sociedade. No mesmo âmbito, Cezar Roberto Bitencourt aduz: “*(...) em muitos setores, encontra-se enraizado o conceito de que a prisão é um lugar onde se deve propiciar o sofrimento e a mortificação do delinquente.*” [2]. Ademais, o trabalho dos voluntários é prestado de maneira distinta dos agentes penitenciários, uma vez que esses são treinados para desconfiarem dos condenados, considerando-os como indivíduos irrecuperáveis e que voltarão ao cometimento de crimes. Já os voluntários, acreditam na recuperação do condenado, possuindo a intenção de prestarem auxílio para posterior reintegração social, considerando que o período que o recuperando está vivendo é transitório, pois com a aplicação dos fundamentos ele encontrará seus valores e estará preparado para o regresso à sociedade. Mário Ottoboni, criador do método APAC, preleciona: “*É evidente que tudo deve começar com a participação da comunidade. É necessário encontrar meios de despertá-la para a tarefa (...)*” [3], desta forma, vislumbra-se a necessidade de auxílio da comunidade para a implementação da APAC e decorrente humanização do cumprimento das penas privativas de liberdade, pois aquelas que ultrapassam a necessidade de resguardar a segurança pública, são injustas em sua essência [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Assim, depreende-se que expandir o conhecimento dos benefícios trazidos pela APAC é essencial, já que vão muito além da pessoa do condenado, uma vez que trará vantagens à própria comunidade com o menor número de reincidência na prática delitiva, concebendo uma idealização de recuperação dos presos.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília: DF, Senado Federal. [2] BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [3] OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?: Método APAC**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001. [4] BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2015.

Palavras – Chave: Comunidade, preconceito, assistência.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 027

**A POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM FUNÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS:
UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO FEMININA**

Ana Luiza Magalhães Ferreira **CARDOSO** (analuiza.mfcardoso@gmail.com) e Luiza de Souza **RODRIGUES**,
Fabrício Veiga **COSTA**

1. Curso de Direito; 2. Professor; Faculdade Faminas BH – Belo Horizonte/ MG

APRESENTAÇÃO: O presente estudo analisará o contexto prisional do Brasil. Será apresentada a discrepância em relação à prisão masculina e feminina e a predominância do tráfico de drogas nos delitos das mulheres. Assim, procurará objetivar as razões que levam as mulheres a criminalidade, mais especificamente ao tráfico. Discorrendo sobre o tema supramencionado e sendo ele a realidade social carcerária do Brasil, o problema desta pesquisa é perquirir: O tráfico é a porta de entrada da mulher no sistema prisional? Seriam as mulheres menos propícias de cometer um crime ou existe alguma razão enraizada ou específica para tal? Para a obtenção dos resultados almejados, será utilizado o método hipotético dedutivo de pesquisa e uma metodologia teórico-bibliográfica, de forma a esclarecer as indagações apresentadas. **DESENVOLVIMENTO:** Quanto ao objetivo a ser auferido, refere-se à busca de um esclarecimento acerca do disposto. Procurando formas de debater o que leva uma mulher a criminalidade e qual a razão da maior parte delas se envolverem especificamente com o tráfico de drogas. O centro dessa análise aponta que a mulher ingressa na criminalidade por meio do tráfico de drogas, majoritariamente em razão do companheiro, ocupando em geral posições subalternas. O motivo para o cometimento desses crimes por parte das mulheres de acordo com Soares (2002) é devido ao tráfico e sua ligação ao fato de ficarem em posições de menor potencial, o que deixam as mulheres mais vulneráveis às ações policiais, além disso, a autora menciona que raramente as detentas se denominam como líderes do tráfico. Sabe-se que a população carcerária brasileira é a terceira maior do mundo e, segundo dados Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP 2.0), apenas 5% da população total é composta por mulheres. Sobre os crimes cometidos por essas, mais de 60% estão relacionados a tráfico de drogas, porém o mais surpreendente é que o número de mulheres viciadas em drogas é muito menor em relação aos homens na mesma situação (segundo dados do INPAD – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas). A maior parte das mulheres recorre à criminalidade em razão da prisão, morte ou qualquer incapacidade do marido de exercer sua função no tráfico. Habitualmente as mulheres têm função específica dentro da prática. Quando os companheiros se afastam, a parceira assume a boca de fumo, as negociações e as vezes a liderança do tráfico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O número esmagador de homens no tráfico em comparação as mulheres se dá ao fato de todo um contexto sociocultural predominantemente machista e patriarcal ainda hoje existente na sociedade. O direito ao voto, por exemplo, foi conquistado há apenas 87 anos, o que mostra como as mulheres eram tratadas, como incapaz e, lamentavelmente, ainda hoje seguem sendo diminuídas em diversas esferas. Tendo em vista que a igualdade de gênero ainda não foi plenamente alcançada e que ainda vivemos em um meio com diversas heranças dessa mentalidade machista ultrapassada enraizada na população, as mulheres ainda são encontradas em sua maioria no contexto doméstico, sem trabalhos formais e sem assumir posições de liderança, sejam meios lícitos ou ilícitos. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS – BH e ao Enic. **BIBLIOGRAFIA:** [1] IBGE. **Conheça o Brasil – População QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES.** Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em 23 fev. 2019. [2] INPAD. **Levantamento Nacional de Álcool e Drogas.** Disponível em: <<https://inpad.org.br/lenad/resultados/comportamento-de-riscos/resultados-preliminares/>>. Acesso em 23 fev. 2019. [3] Justificando. **CNJ divulga os mais recentes dados sobre a população carcerária no Brasil.** Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/08/08/cnj-divulga-os-mais-recentes-dados-sobre-a-populacao-carceraria-no-brasil/>>. Acesso em 23 fev. 2019.

Palavras-chave: tráfico de drogas, mulheres, criminalização

CSA 028

A PRECARIEDADE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Karen **PIMENTEL**, ([IC- karenpiimentel@gmail.com](mailto:IC-karenpiimentel@gmail.com))¹, Luísa **BRAGA**, Roberta **MEDEIROS**, Tathyangela **SANTOS** e Stefanini **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

INTRODUÇÃO: Na Idade Média, a igreja católica utilizava as prisões para o cumprimento da pena eclesiástica, os religiosos eram isolados para refletirem sobre os pensamentos pecaminosos. Atualmente, esses lugares têm a finalidade de recuperar um indivíduo para viver em sociedade, no entanto, a justiça brasileira enfrenta dificuldades para executar esse papel, diante do número elevado de presos e da influência do crime organizado. O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do CNJ, fez um levantamento inédito da população carcerária brasileira, que ficou constatado cerca de 603.157 mil presos. **DESENVOLVIMENTO:** O sistema prisional brasileiro está saturado atualmente, devido à superlotação nos presídios. As condições do sistema prisional atentam contra a mínima dignidade da pessoa humana, pois a realidade que encontramos são pessoas amontoadas em pequenos espaços de confinamento, sem qualquer condição de higiene. A superlotação das celas, sua precariedade e sua insalubridade tornam as prisões num ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças. Todos esses fatores estruturais aliados ainda à má alimentação dos presos, seu sedentarismo, o uso de drogas, a falta de higiene e toda a lugubridade da prisão, fazem com que um preso que adentrou lá numa condição sadia, de lá não saia sem ser acometido de uma doença ou com sua resistência física e saúde fragilizadas. Diante um sistema carcerário superlotado, é visível a má infraestrutura desses espaços e o total descaso do poder público tem contribuído de forma significativa para a transformação das penitenciárias brasileiras em verdadeiras "escolas do crime". Se por um lado, as condições precárias, as celas lotadas, a falta de alimentação adequada e o meio insalubre trazem o arrependimento do preso pelo crime cometido, por outro, também trazem a revolta. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Levando em conta do que foi observado somos levados a acreditar que o sistema penitenciário brasileiro necessita urgentemente de uma reforma estrutural, devido às más condições de domicílio, alimentação, saúde, higiene e o tratamento dado aos detentos. Desta forma para suprir todas estas necessidades o Governo deveria criar novas penitenciárias com o intuito de abrir novas vagas aos detentos, dividir os presos de acordo com a intensidade do crime, contratar pessoas especializadas neste setor, como carcerários; melhorar a saúde para diminuir a proliferação de doenças, estabelecer educação básica e trabalho adequado. **BIBLIOGRAFIAS:** [1]. **CIDADANIA NOS PRESÍDIOS** Disponível em www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios, Acesso em: 11 de julho de 2019; [2]. PIMENTA, Luciana: **A REALIDADE O PRECÁRIO SISTEMA PENITENCIÁRIO**, Disponível em: www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI250644,81042A+realidade+do+precario+sistema+penitenciario+do+Brasil, Acesso em: 11 de julho de 2019.

Palavras-chave: Sistema Prisional, Precariedade, Superlotação.
Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO

CSA 029

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS MAIORES EM RELAÇÃO AOS PAIS IDOSOS

Wenderson da Silva **REIS** (IC wendnicor@gmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: A dignidade da pessoa humana é princípio fundamental na Constituição Federal de 1988 e, de acordo com seu artigo 230, têm a família, a sociedade e o Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurar sua participação na comunidade, defender sua dignidade e bem-estar e garantir-lhes o direito à vida. Muito embora haja a inserção do idoso do âmbito de proteção a sua dignidade, é cediço que essa classe tem sido vítima da omissão de seus familiares devido a sua fragilidade física e mental. Nessa esteira, tem-se que a omissão quanto ao dever de cuidado da pessoa idosa, ocasiona severos danos à sua personalidade, sua dignidade e sua moral. **DESENVOLVIMENTO:** Envelhecer é uma ocorrência inevitável do ciclo da vida, razão pela qual as relações afetivas familiares são de suma importância para a qualidade de vida do idoso, uma vez que o mesmo adquire diversas dificuldades e limitações. A fim de garantir a prestação de assistência e amparo ao idoso, a Constituição Federal consagra em seu artigo 229 a proteção e assistência mútua entre pais e filhos ao dispor que *"Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade"* [1]. O dever de amparo é recíproco, por sua vez, quando há omissão desse amparo por parte dos filhos, configura-se ato ilícito ensejador de dano moral. Para Álvaro Vilaça Azevedo *"O descaso entre pais e filhos é algo que merece punição, é abandono moral grave, que precisa merecer severa atuação do Poder Judiciário, para que se preserve não o amor ou a obrigação de amar, o que seria impossível, mas a responsabilidade ante o descumprimento do dever de cuidar, que causa o trauma moral da rejeição e da indiferença"* [2]. Muito embora o idoso tenha seus direitos positivados em Estatuto próprio, não há regulamentação na legislação brasileira, que discipline ou puna a ação de abandono ou omissão de afeto, chamada abandono afetivo inverso em relação aos idosos, o que faz com que na sua prática seja aplicado por analogia pela jurisdição, o mesmo tratamento aplicado aos casos de abandono afetivo paterno-filial [3]. Diante da insegurança gerada pela falta de legislação própria e de precedentes jurisprudências, tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei nº. 4.294/2008, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que tem como objetivo a alteração legislativa do artigo 1.632 do Código Civil e o artigo 3º do Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003, para incluir o dano moral pelo abandono afetivo nesses dispositivos. A aprovação desse projeto de lei mostra-se indispensável, uma vez que diante dessa carência, falta de cuidados e amparo aos idosos, estes sentem dificuldades de fazer qualquer tipo de denúncia, fazendo com que seus direitos não sejam efetivados, o que gera grande impacto negativo em sua vida. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Há uma obrigação de assistência mútua entre pais e filhos, no entanto, constantemente os idosos são alvos de abandono e descaso por quem tem o dever de ampará-los. Essa ação deve ser considerada grave, reprovável moral e socialmente, pois pode levar esses idosos que já se encontram fragilizados devido à idade avançada, a depressão profunda, humilhação e carência, surgindo inegáveis prejuízos à sua personalidade, o que configura dano moral indenizável. Portanto, torna-se absolutamente necessária a previsão legislativa do dano moral por abandono afetivo inverso, pois, além de poder evitar que outras pessoas se valem da mesma conduta, é preciso fazer com que as pessoas se conscientizem do abalo e do impacto negativo que essas omissões podem causar, mormente no âmbito psicológico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. [2] AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Jornal do Advogado - OAB/SP*. n 1º 289, dez/2004. Pag. 14. [3] OLIVEIRA. R. B. D. *A responsabilidade civil no abando afetivo inverso*. 2018. 43 f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade do Sul de Santa Catarina, Braço do Norte, 2018.

Palavras-chave: idoso, abandono afetivo inverso, responsabilidade civil.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 030

A SOLIDARIEDADE COMO ÉGIDE À DIGNIDADE HUMANA FRENTE À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Maurício Silva **SOARES** (IC- vardieroster@gmail.com)¹, Rejane Hellen Assis **SANTOS** (IC)¹ e Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A atual e alarmante situação de degradação ambiental planetária tem deixado em evidência a temática meio ambiente e sustentabilidade, em busca de extinguir, ou minimizar, as ações antrópicas negativas na natureza. Diante disso, destaca-se a necessária conscientização e participação ativa da sociedade, como fator imprescindível pois, é a partir da atuação humana solidária frente ao bem ambiental que se perpetrará a dignidade da pessoa humana e, conseqüentemente, a manutenção da própria espécie humana. **DESENVOLVIMENTO:** A relação do homem com a natureza variou com o passar dos anos e conforme as características peculiares de cada época. Após a Revolução Industrial, devido ao avanço tecnológico e a busca incessante pelo acúmulo de riquezas, essa relação viu-se pautada em dominação do primeiro sobre o segundo, colocando o meio ambiente em situação alarmante, haja vista que os recursos naturais foram postos em situação de finitude. Diante disso, a comunidade internacional movimentou-se no sentido de apresentar subsídios que tutelassem e preservassem o meio ambiente, entre eles, o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, oriundo do Relatório Brundtland, em 1987. Nessa toada, o Ordenamento Jurídico Brasileiro, em 1988, por meio da Constituição Federal (CRFB/88), positivou o Princípio, tanto no capítulo destinado ao meio ambiente, consubstanciado no art. 225, quanto no decorrer de todo o texto constitucional. Porém, fator que se destaca nessa esteira, é a solidariedade intergeracional em interface com a responsabilidade compartilhada, também presente no dispositivo legal mencionado. Busca-se alterar a relação Homem e natureza e, diante disso, a sociedade tem lutado pela preservação e tutela ambiental, não encontrando, muitas vezes, suporte Estatal para conscientizar e consolidar a preservação da natureza, em que pese ser dever deste, disponibilizar meios de conscientização, além do exercício do poder de polícia. Assim, atuando como agentes de conscientização, a população, imbuídos pela solidariedade e sob a égide de assegurar vida digna e saudável às gerações presentes e futuras, atua com base na “transformação das condutas científicas e sociais. Assim, não se pode construir uma postura ética se não há valores humanos, deve haver o desenvolvimento de valores para que o exercício da cidadania possa acontecer e ser agente de mudanças” [1]. Com isso, e para além de um mero dever, desenvolve-se a cidadania ambiental, em vias do alcance de uma nova ética, pautada no reconhecimento simbiótico entre Homem e natureza, desconstruindo qualquer relação hegemônica. E é nesse sentido que a sociedade muriaeense conta com o advogado e jornalista Renato Siligiano que muito atua em prol da preservação e tutela ambiental, rompendo com o individualismo, mesmo porque o bem ambiental é “bem difuso, um bem protegido por um direito que visa assegurar um interesse transindividual, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.” [2], ou seja, bem de uso comum de todos! **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dessa forma, é notório que haja atuações cada vez mais incisivas de pessoas engajadas quanto à preservação ambiental, onde não há lugar para o individualismo, extrapolando o conceito de cidadania, destacando os preceitos da CRFB/88 que evidencia o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo e apoio à pesquisa. Ao senhor Renato Siligiano pelo exemplo de cidadão, inspirando a prática da cidadania ambiental solidária. **BIBLIOGRAFIA: [1]** PIRES, Maria das G; FERREIRA, Lucia G; FERREIRA, Adriana G. **PEDAGOGIA DE PROJETOS: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS SOBRE CIDADANIA AMBIENTAL EM SALA DE AULA.** Revista Percurso- NEMO Maringá, v. 2, n. 2, p. 181-196, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/HSCM/Downloads/10627-44673-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 de Agosto de 2019.. **[2]** PIVA, Rui Carvalho. Bem ambiental. São Paulo: Max Limonad, 2000.

Palavras-chave: Cidadania; Meio Ambiente; Solidariedade.
Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 031

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO À LESIVIDADE DA INTIMIDADE.

Eloá Pedrosa **FURTADO** (IC- eloapedrosa_18@hotmail.com.br) ¹, Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** (PQ) ².

1-Curso de Direito; 2- Professor Centro Universitário UNIFAMINAS - 36.880.000 – Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A importunação sexual contra a mulher em lugares públicos ou não, ocorre de forma constante, trazendo à baila uma sensação de inquietação e permanente cuidado por parte destas. Tal situação pode ocorrer das mais diversas formas, quer seja por toques, palavras e até mesmo por atos obscenos, tornando ainda mais complicado sua persecução penal. **DESENVOLVIMENTO:** Diversos estudos foram realizados pelas mais diversas organizações, a citar como exemplo GOMES[1]. Temos ainda a ONU, que em seu relatório “Pelo Fim da Violência Contra a Mulher” descreveu que no mínimo, aproximadamente 2/3 (dois terços) das mulheres ao redor do mundo já sofreram com este ato de importunação e que desta fração, metade sofre diariamente violência sexual. Cumpre ressaltar ainda que, é comum o uso de violência ou grave ameaça na prática deste crime e que por diversas vezes o agressor se beneficia dos grandes blocos de pessoas em transporte público para a prática desta infração, se valendo de apertões nas nádegas, passadas de mãos e até mesmo ejaculações. De mesma forma, COSTA[3] assevera tratar-se de um crime de perigo, pois, os atos praticados pelos agentes nestas situações criam amplos receios de que surjam ações mais graves seguindo em mesma natureza. Tais situações são elencadas em nosso ordenamento jurídico nos crimes de estupro, violação sexual mediante fraude e o crime de importunação sexual, nesta escala há a proteção de princípios basilares em nosso ordenamento jurídico e sociedade, como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. O Código de Processo Penal vem ao longo de sua história buscando a proteção da dignidade sexual por meio da capitulação de crimes desta natureza já mencionados, a citar o art. 171 do CPP de 1941. Portanto, é imperioso salientar que, o ato de “importunar” encontra-se em um leque mais amplo, intimamente ligado a liberdade da vítima, pois, “importunar” é a finalidade do delito. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, entende-se que o ordenamento Jurídico Pátrio encontra-se em consonância com a proteção da intimidade e liberdade sexual da vítima, não podendo se falar em menor potencial lesivo da conduta do agente nesses casos, visto as condições em que geralmente há a ocorrência destes delitos. Assim, o ordenamento jurídico pátrio tem se colocado de forma ativa a coibir tais práticas, buscando a sua repressão. **BIBLIOGRAFIA:** [1]GOMES, Adriely Luce. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS. Tese de Monografia apresentada ao Curso de Direito na Universidade do Maranhão. Brasil. 2018.[2]COSTA,Mafalda Santos. A NOVA INCRIMINAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL-RETORNO AO DIREITO PENAL DOS BONS COSTUMES?. Tese de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Direito na Universidade do Porto. Portugal. 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Importunação Sexual; Ato libidinoso.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito.

CSA 032

A TÉCNOLOGIA A FAVOR DO DIREITO: O USO DE SISTEMAS NA PERSECUÇÃO PENAL.

Eloá Pedrosa **FURTADO** (IC- eloapedrosa_18@hotmail.com.br) ¹, Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** (PQ) ².

1-Curso de Direito; 2- Professor Centro Universitário UNIFAMINAS - 36.880.000 – Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Com a constate transmissão de informações proporcionada pela globalização, a tecnologia vem auxiliando a população mundial em suas tarefas diárias, para tanto pensou-se em usá-la a favor da lei, se valendo de sistemas e programas na busca pela diminuição da impunidade. **DESENVOLVIMENTO:** Muitos são os sistemas utilizados atualmente na obtenção de provas ou criação de perfis psicopáticos delitivos, um dos mais conhecidos é o Banco de Dados por marcadores genéticos utilizados pelo FBI, que se difundiu por todo o mundo, muitas foram as técnicas utilizadas como meio de se ter um perfil, sendo que a atualmente mais utilizada é a Reação em Cadeia de Polimerase, conforme cita CAVALCANTE[1]. O uso do DNA na perícia criminal tem sido de grande valia na persecução penal, constituindo prova material do delito, ou mesmo de que o indivíduo esteve no local do crime, conforme demonstra NÓBREGA[2]. Da mesma forma, a utilização de sistemas no mapeamento do comportamento criminoso possibilitou a criação de um perfil de atuação dos mais diversos tipos de criminosos, traçando sua área de atuação, o meio como captura suas vítimas e a sua importância, bem como ações posteriores a prática do delito, deste modo, para tal, criou-se o Perfil Criminal Geográfico. Insta salientar que só se tornou possível sua elaboração mediante expansão tecnológica, conforme demonstra LINO[3]. Contudo, diversos outros programas foram criados ao longo do tempo e da mesma forma vários outros ainda virão, no entanto, todos possuirão o intuito de reduzir a cifra negra, bem como acabar com a impunidade pelos crimes praticados. **CONCLUSÃO:** Findo, a utilização de sistemas de informações, a utilização de tecnologias e bancos de dados tem contribuído de forma positiva para com a justiça e perícia criminal, pois possibilitam a individualização do agente, sua área de atuação, seu “*modus operandi*”, bem como os meios empregados para evadir do local. Desta forma, a Justiça tem muito a ganhar com o acréscimo trazido pela informatização e utilização da tecnologia para o meio forense. **BIBLIOGRAFIA:** [1]CAVALCANTE, Tarcísio Ferreira, QUEIROZ, Paulo Roberto. Banco de Dados Baseados em Marcadores Genéticos . Disponível em:<<http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/8mostra/Artigos/SAUDE%20E%20BIOLOGICAS/Banco%20de%20Dados%20Baseado%20em%20Marcadores%20Geneticos.pdf>>. Acesso em: 12 abr 2019.[2]NOBREGA, Janne Machado. APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE ENGENHARIA GENÉTICA RELACIONADAS A BIOCÊNCIA FORENSE. Artigo Publicado na PUC de Goiás. Disponível em:<<http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/6mostra/artigos/SAUDE/JANINE%20MACHADO%20N%C3%93BREGA%20E%20IZABEL%20CRISTINA%20RODRIGUES%20DA%20SILVA.pdf>>. Acesso em : 18 abr 2019.[3]LINO, D; MATSUNAGA, LH. Perfil Criminal Geográfico: Novas perspectivas comportamentais para a investigação de crimes violentos. Revista Brasileira de Criminológica. Fls7-16. 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil Genético; Banco de Dados; Crimes.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito.

CSA 033

ACESSO A JUSTIÇA E PRÁTICAS DE CIDADANIA: ELOS INDISPENSÁVEIS A DIGNIDADE HUMANA

Maurício Silva **SOARES** (IC- vardieroster@gmail.com)¹, Rejane Hellen Assis **SANTOS** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor

Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Muito se discute a importância do acesso à justiça, porém observa-se que para uma verdadeira promoção e igualdade de justiça é necessária a atuação de pessoas que promovam esse acesso e assim assegurem os direitos básicos aos cidadãos comuns. Tal atuação se faz necessária para que Justiça e Cidadania se atrelem e deste modo passem a ser instrumentos indispensáveis, assegurando direitos previstos em nossa Constituição Federal. A presente pesquisa, objetiva abordar a problemática do acesso à justiça pelos hipossuficientes, que no caso da Comarca de Muriaé – MG, tem sido atenuada pelo empenho sistemático da Defensoria Pública de Muriaé através de sua coordenadora. **DESENVOLVIMENTO:** Ao caminharem lado a lado, Justiça e Cidadania fornecem condições indispensáveis que asseguram ao indivíduo o gozo de seus direitos básicos. Destarte, os direitos elencados no Artigo 6º da CF/88 garantem qualidade de vida àqueles com menor poder aquisitivo, sendo assim, a Constituição tem por objetivo a diminuição da desigualdade social. Para Celso Lafer, a prática cidadã oferta o “acesso pleno à ordem jurídica que somente a cidadania oferece” [1]. Embora o Estado em seu sentido amplo, tenha o dever de promover políticas públicas eficazes a fim de alavancar o bem comum, pode-se observar que sem uma atuação eficaz da sociedade, através de cidadãos engajados com as questões coletivas, o acesso à direitos, muitas das vezes, não seria efetivado. A maior barreira que divide a sociedade e a justiça tem como a base o cunho econômico, e essa barreira pode ser potencializada com problemas sociais e educacionais. O Estado em seu sentido estrito tem buscado outros mecanismos de solução de conflitos, contudo, muitos tem se encontrado jogados à própria sorte, justamente pela condição financeira desfavorável, assim Boaventura dos Santos percebe que: “Quanto mais baixo é o estrato socioeconômico do cidadão menos provável é que conheça advogado ou que tenha amigos que conheçam advogados, menos provável é que saiba onde e como e quando pode contatar o advogado, e maior é a distância geográfica entre o lugar onde vive ou trabalha e a zona da cidade onde se encontram os escritórios de advocacia e os tribunais”. [2]. Nesse sentido, a sociedade muriaeense conta com um belo exemplo de cidadania exercido pela servidora pública estadual, Lucimar de Souza Amora Freire, que através de seu cargo público promove o acesso à justiça de forma ampla através da Defensoria Pública de Minas Gerais, em especial àqueles que se encontram reclusos de liberdade, seus familiares e todos àqueles que não dispõem de recursos para custear um advogado particular. Lucimar promove um trabalho excepcional à frente da Defensoria Pública desde o ano de 2003, mas antes mesmo de ocupar esse cargo, a servidora já era ativa junto às pastorais da Igreja Católica, desse modo atrelando sua função como servidora pública e cidadã ativa, ela garante o acesso à justiça junto às comunidades onde atua, como também nos presídios locais, sendo reconhecida junto à sociedade que já a agraciou com diversas medalhas de honra ao mérito. Enquanto cidadã, Lucimar exerce um trabalho estimulador ao facilitar o acesso à justiça, promovendo a justiça social e assegurando a dignidade da pessoa humana. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dado o exposto é incontestável a necessidade da prática cidadã para se promover o acesso à justiça, dessa forma teremos uma sociedade mais igualitária quanto aos direitos, principalmente à defesa e ao bem comum. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa e pelo apoio concedido. À senhora Lucimar de Souza Amora Freire pelo exemplo de cidadã, inspirando a prática da cidadania solidária e também sua contribuição para a realização dessa pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos** – Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.8. [2] SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10.ed., São Paulo: Cortez, 2005, p. 127.

Palavras-chave: Cidadania; Justiça Social; Solidariedade.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 034

ADMISSIBILIDADE DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DA INFIDELIDADE CONJUGAL

Wenderson da Silva **REIS** (IC wendnicor@gmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: O afeto é uma peculiaridade do Direito de Família, pois, a entidade familiar nasce de uma ligação afetiva, sendo o casamento a forma principal de estruturação da família. Por sua vez, o casamento cria para os cônjuges direitos e deveres recíprocos, e dentre os primeiros deveres do casamento, o Código Civil de 2002 traz o dever de fidelidade (art. 1.566, inc. I), cuja violação pode ser considerada uma das mais aviltantes das causas separatórias. Diante disso, a traição surge como algo suscetível de indenização, por configurar violação a um bem jurídico, podendo acarretar grande sofrimento psicológico ao consorte.

DENSEVOLVIMENTO: Para Rolf Madaleno “O dever de fidelidade é assumido na celebração do casamento, como consequência lógica e natural do amor prometido pela eternidade dos cônjuges, configurando o adultério, ocasional ou permanente, uma grave injúria pessoal [...]” [1]. Embora tenha sido descriminalizado, o adultério segue sendo uma das causas mais cruciais da separação, pois adquire no meio social grande repercussão, expondo o traído a situações vexatórias, gerando dor, frustração e decepção. Desta premissa, surge a possibilidade de reparação ao cônjuge ofendido pelo dano sofrido. A doutrina e a jurisprudência têm reconhecido que, diante o descumprimento do dever de fidelidade por um dos cônjuges, é cabível a indenização por dano moral, contudo quando estiver configurado a ofensa a um bem jurídico, por exemplo, a honra, a imagem e a dignidade [2]. Encontra-se evidenciado pelo art. 186, CC “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” o mesmo é complementado pelo art. 927, CC “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo” [3], assim, tendo um dos cônjuges causado prejuízo ao outro em razão da traição, poderá ser responsabilizado civilmente. Verifica-se, portanto, que é indispensável à configuração dos pressupostos da responsabilidade civil para que caiba a reparação, assim, deve estar presente o ato ilícito, derivado da violação do dever conjugal, e o dano, seja ele moral ou material, relacionados pelo nexo causal, nota-se que o dano moral não está ligado ao casamento em si, mas sim a exposição pública causada pelo outro cônjuge, da mesma forma que o ressarcimento a ser gerado não está ligado ao matrimônio, e sim a pessoa do ofensor. Já é consolidado nos tribunais superiores que a mera infidelidade, sem maiores repercussões, não gera, *per se*, dever de reparar danos e prejuízos, tese afirmada pelo TJMG em apelação civil número 1.0245.09.169901-8/001 que decidiu que o descumprimento do dever conjugal por si só não configura ato ilícito apto para gerar dano moral, portanto, para efeito de verificação do dano indenizável, não é o adultério em si a fonte do teórico, mas se dele resultou para o outro cônjuge situação vexatória ou grave suficiente para ultrapassar os limites do desgosto pessoal, observada a cláusula geral de responsabilidade previstas no art. 186 c.c art. 927, ambos do CC [4]. **CONSIDERAÇÕES**

FINAIS: O descumprimento do dever conjugal de fidelidade traz dor e sofrimento ao cônjuge traído e, embora não há previsão legal quanto à indenização por descumprimento do dever de fidelidade, os Tribunais têm decido favoravelmente a esse tipo de pleito, todavia, quando presente as regras gerais de responsabilidade civil. Portanto, a possibilidade de reparação de dano moral nessas situações deverá ser analisada dentro de cada caso concreto, com a observação das leis e princípios. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MADALENO, Rolf. Direito de família. - 8. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2018. pag. 360. [2] MADALENO, Rolf. Direito de família. - 8. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2018. Pag. [3] Código Civil (Lei n. 10406, de 10-1-2002). [4] TJMG - Apelação Cível 1.0245.09.169901-8/001, Relator (a): Des.(a) Leite Praça, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/11/2013, publicação da súmula em 26/11/2013.

Palavras-chave: casamento, infidelidade conjugal, adultério, dano moral.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 035

ADOÇÃO UNILATERAL E ADOÇÃO CONJUNTA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Thaiz Fabiana da **SILVA** (IC- thaiz.bibiano2@gmail.com) ¹, Maik Willian Mariano **DOMINGOS** (IC), Monyze Dias **FERNANDES** (IC) Priscila Nascimento **REIS** (IC) ¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ) ²

1. Curso de direito; 2. Professor *Centro universitário FAMINAS-UNIFAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG*

APRESENTAÇÃO: A adoção é considerada uma medida excepcional e irrevogável que deve ser aplicada somente quando não mais existir nenhum dos recursos cabíveis para atender a necessidade da criança ou adolescente em sua família natural ou extensa. Mediante pesquisa doutrinária e da legislação vigente no país, o presente trabalho apresentará os tipos de adoção no Brasil e sua aplicação como melhor forma de auxílio à criança ou adolescente. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, família natural é aquela comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Já a família extensa, é aquela formada por parentes próximos além de pais e filhos aos quais a criança ou adolescente possuem vínculo de afeto e afinidade [1]. Entretanto a adoção poderá ser realizada unilateralmente ou de forma conjunta, desde que o adotante atenda aos critérios em que a lei de adoção vigente no Brasil impõe. A adoção não deve ser imposta como no reconhecimento de paternidade, devendo está sempre partir de forma voluntária daqueles que pretendem realiza-la. A adoção unilateral é aquela em que somente uma pessoa totalmente capaz de gozar dos seus atos da vida civil assume a responsabilidade de adotar uma criança ou adolescente. A adoção unilateral deve atender de forma evidente todos os interesses da criança ou do adolescente, tais como: direito a vida, saúde, alimentação, educação, profissionalização, cultura, dignidade, ao respeito, liberdade e a convivência familiar e comunitária [1], os quais devem estar satisfeitos para que tal adoção seja deferida. Já a adoção conjunta depende integralmente que os adotantes sejam casados ou mantenham união estável, tendo ainda que comprovar a estabilidade financeira e social da família, devendo sempre haver o consentimento de ambos os adotantes, não podendo um cônjuge adotar sem o consentimento do outro. Vale ainda acrescentar que o casamento ou união estável podem ser homoafetivos, sendo totalmente viável o deferimento da adoção a tais casais sem qualquer tipo de discriminação [2], isto porque, o que se observa é sempre o atendimento do melhor interesse da criança ou do adolescente através da satisfação dos direitos aqui já citados. A adoção sempre deverá ser concedida preferencialmente a Brasileiros, mesmo que residentes no exterior, havendo situações em que estrangeiro adote uma criança ou adolescente, desde provada uma maior vantagem para o adotado. Tanto a adoção unilateral quanto a adoção conjunta. Serão apreciadas pelo período de estágio de convivência aplicado pelo juiz, tendo em vista que a criança ou adolescente deverá criar vínculo de afetividade e afinidade com as adotantes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Sendo assim, observa-se que a adoção deve proporcionar sempre as melhores condições a criança ou adolescente, prezando pela realização pessoal e desenvolvimento familiar do mesmo, não devendo o adotante ferir nenhum direito a ela garantido. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1]. BRASIL. Lei nº **8.069**, Brasília, **13 DE JULHO DE 1990**. [2] TARTUCE Flavio Direito civil : **Direito de Família** – v. 5 /– 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, pág. 515. 2019.

Palavras-Chaves: Adoção, criança, direito.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

CSA 036

ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA COMO INSTRUMENTO GARANTIDOR DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA

Karine Vieira de **LIMA** (IC – kvlima09@gmail.com)¹ e Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000*

APRESENTAÇÃO: Tendo em vista a necessária formalidade jurídica, via representatividade profissional do sujeito perante o judiciário, estabelecida pela vigente legislação processual civil brasileira, o presente trabalho tem, como objetivo, analisar o direito à assistência jurídica gratuita como instrumento garantidor do acesso à justiça. **DESENVOLVIMENTO:** Concernente ao direito de acesso à justiça, o art. 5º, XXXV da CRFB/88 dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” [1] sendo certo que, dentre o rol dos direitos e garantias fundamentais, especificamente no inciso LXXIV do art. 5º, “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” [2], impondo ao Estado, o dever de tutelar pelos direitos jurisdicionais dos cidadãos hipossuficientes. Nesta senda, a fim de cumprir tais direitos e garantias, a Constituição traz, em seu art. 134, *caput*, que a Defensoria Pública exercerá a função jurisdicional do Estado a fim de fornecer orientação jurídica extrajudicial e atuar como causídico legal na seara judicial de forma integral e gratuita aos cidadãos de poucos recursos econômicos. Outrossim, “a assistência jurídica engloba a assistência judiciária, sendo ainda mais ampla que esta, por envolver serviços jurídicos não relacionados ao processo” (BASTOS, 2016, pág. 3, apud ALVAREZ, 2000) [3]. Com isso, cabe destacar que os termos assistência judiciária e assistência jurídica diferem-se, haja vista o primeiro tratar-se de isenção das taxas, custas e despesas processuais, necessitando apenas de uma afirmação, na própria peça processual, de que a parte não tem condições de arcar com o custo sem prejuízo de seu próprio sustento e/ou de sua família e, quanto ao segundo termo, há condicionamento ao cidadão do dever de comprovar insuficiência de recursos. Nota-se, diante disso, considerável arcabouço de defesa da cidadania e de acesso à justiça enaltecidos pela CRFB/88. Entretanto, apesar das Defensorias Públicas Estaduais e da União terem se expandido significativamente em números no decorrer dos anos, o quadro pessoal ainda é considerado insuficiente frente ao exacerbado crescimento das demandas judiciais. Nesse diapasão, a fim de corroborar com tal entendimento, por meio do estudo confeccionado pelo IV Diagnóstico da Defensoria Pública do Brasil, realizado no ano de 2015 pelo Ministério da Justiça, em parceria com a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, observa-se que as principais deficiências encontradas nas Defensorias Públicas refere-se à baixa ou ausente disponibilidade de Recursos Humanos para apoio ao trabalho dos defensores, falta de organização administrativa no atendimento ao público, inadequação nas localidades das instituições para pessoas deficientes, bem como oscilações acerca do número de comarcas atendidas por pelo menos um defensor, o que implica diretamente em comprometimento ao acesso à justiça [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do acima narrado, conclui-se que, embora o direito à assistência jurídica seja eficaz como instrumento viabilizador do acesso à justiça, a instituição Estatal competente para tutelar o mencionado direito, qual seja, a Defensoria Pública, mostra-se insuficiente quando comparado ao crescente aumento das demandas litigiosas. Sendo assim, a não concessão da assistência jurídica gratuita, seja ela por falta de recurso humano ou diante da morosidade e/ou dificuldade no atendimento ao público hipossuficiente, deságua, conseqüentemente, em óbice ao acesso à justiça. **BIBLIOGRAFIA:** [1, 2] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988. [3] BASTOS, Cristiano de Melo. A justiça gratuita no novo Código de Processo Civil, **Revista dos Tribunais**, v.965, mar, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Xfqc0e>>. Acesso em: 28/06/2019. [4] **IV DIAGNÓSTICO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ezc8Rj>>. Acesso em: 25/06/2019.

Palavras-chave: acesso à justiça, assistência jurídica gratuita, defensoria pública
Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 037

CIDADANIA ALÉM DO VOTO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA A.A.H.T DE MURIAÉ

Igor Silva **GARCIA** (IC – igorsilvagarcia10@gmail.com) ¹; Isaque C. **FONSECA** (IC)¹; Álvaro Benini **RAMOS** (IC)¹; Ana Paola M. Oliveira **CARNEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

2.

APRESENTAÇÃO: A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), celebrada como Constituição Cidadã¹, estabelece em toda sua estrutura a percepção de outorga da cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade entre todos. No conceito contemporâneo, cidadania constitui, de igual forma, direitos e deveres a todas as pessoas, indistintamente². Por se tratar de conceito amplo, faz-se necessário delimitar o escopo do presente trabalho, o qual buscará refletir sobre o aspecto da promoção da pessoa com relação a sua dignidade. Realizou-se entrevista estruturada em um questionário dirigido aos representantes da Associação de Amparo às famílias com Hanseníase, HIV e Tuberculose – A.A.H.T, bem como leitura exploratória, com coleta e análise de dados bibliográficos. Assim, busca-se analisar o exercício de cidadania por meio dos trabalhos desenvolvidos pela A.A.H.T de Muriaé, cujo objetivo norteador é o amparo filantrópico a determinados cidadãos em estado de vulnerabilidade social. Além disso, busca-se concluir qual a relevância do trabalho realizado pela instituição sob análise, com foco no exercício da cidadania. **DESENVOLVIMENTO:** Com a pesquisa de campo se verificou que a instituição fundada 2004, realiza um trabalho social em Muriaé e região com propósito de reintegração social e melhores condições de vida aos cidadãos amparados. A associação é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, sendo que, as verbas para manutenção da entidade provem de doadores da sociedade. No tocante aos serviços prestados aos amparados identificou-se, doações de cestas básicas, fraldas geriátricas, cadeiras de banho, entre outros. Tem-se como foco o atendimento às patologias de HIV, hanseníase e tuberculose, mas há outros casos que também são acompanhados e acolhidos pela A.A.H.T. A instituição tem em média de 160 atendimentos em fluxo contínuo, sendo abrangido não só Muriaé e seus distritos, mas também as cidades circunvizinhas. Identificou-se por meio da entrevista realizada, que os portadores do HIV ainda sofrem discriminação em decorrência da enfermidade, e, ainda que seja uma discriminação silenciosa, continua fazendo vítimas. Sendo que, aqueles que possuem a patologia não querem que outros saibam. Desse modo, a partir da moderna compreensão sobre cidadania, vê-se a A.A.H.T, cumprindo ofício excelente na promoção de direitos aos padecentes de enfermidades como HIV, tuberculose e hanseníase, e outros em acentuada fragilidade social. Cumprindo seu mister de socorrer e assessorar pessoas destituídas, muitas das vezes, do mínimo para o viver digno e apropriado, harmônico com a ideologia preconizada na CRFB/88. Lado outro, a ajuda disponibilizada não visa a perpetuidade, pelo contrário, a de se perdurar apenas pelo tempo necessário para que a pessoa possa sair da situação de vulnerabilidade social e financeira. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nota-se, que o compromisso da A.A.H.T é com a reintegração social, a promoção humana e, principalmente, com o amparo às pessoas que se encontram em vulnerabilidade social. Por isso, os atendimentos realizados na instituição seguem a mesma lógica dos serviços prestados, qual seja, estender a mão àqueles que mais precisam, visto que, a primeira análise que é feita não se apoia na moléstia que a pessoa é portadora, mais sim na sua situação de vulnerabilidade. Observa-se a cidadania sendo levada a efeito pela instituição alvo dos estudos, ao passo que se busca primordialmente a proteção dos desalentados e esquecidos pelo poder público. Pois, mesmo todos sendo iguais perante a lei, e a cidadania compreendendo direitos e deveres, verifica-se casuisticamente no Brasil que para a parcela mais vulnerável da sociedade restam apenas deveres, uma vez que seus direitos não são respeitados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988. [2] SIGNIFICADOS. **Significado de Cidadania**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/cidadania/>>. Acesso dia 11 jun. 2018.

Palavras-chave: Cidadania; promoção de direitos; vulnerabilidade social.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 038

CRIMES CIBERNÉTICOS E O AMPARO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Jorge **SANTOS** (IC jorgejose16@live.com)¹, Deiziane **CAMILO** (IC)¹, Leandro **BELINATO** (IC)¹, Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé - MG

APRESENTAÇÃO: O presente artigo tem por finalidade elucidar os crimes cibernéticos e as garantias da sociedade enquanto ao amparo da legislação brasileira. No Brasil há uma insuficiência de leis para prevenir e punir criminosos que venham a cometer essa espécie de crime. Essa carência leva os hackers ou até mesmo pessoas comuns a praticar crimes. Assim, analisa-se se a criação de leis específicas para os crimes cibernéticos tem o condão de coibir tais práticas. **DESENVOLVIMENTO:** Com o frequente uso das redes, informações passam a ser feitas em tempos reais, a cada minuto centenas de milhões de pessoas criam e consomem uma incalculável soma de conteúdo digital em um universo on-line, que não possui limitações previstas em lei [1]. Diante disso, a *internet* se tornou um dos maiores meios de comunicação usados pelas pessoas, contudo, tal ferramenta também possibilitou a prática de condutas ilegais no âmbito virtual, denominadas de crimes cibernéticos, pelos quais os criminosos obtêm dados e informações que acarretam prejuízos individuais e coletivos. Dentre os principais crimes cibernéticos ocorridos nos dias de hoje, estão a difamação, calúnia e injúria, pedofilia e pornografia infantil, divulgação de conteúdo sem autorização, furto de dados, apologia ao crime, dentre outros. Uma das metodologias aplicadas pelos criminosos são envios de falsos e-mails às vítimas simulando ser algum órgão público ou instituição financeira, normalmente esses e-mails contêm algum link que ao acessá-lo pode levar as vítimas a instalar algum programa que permiti o acesso de todos os dados aos criminosos. Outra forma também, no caso de instituições financeiras, a vítima ao acessar o link enviado é direcionada a uma falsa página do Banco, onde este deve digitar seus dados bancários para uma suposta atualização bancária permitindo que o remetente da mensagem receba esses dados podendo efetuar diversas transações bancárias [2]. Frisa-se que no Brasil ainda não possui legislação específica sobre o crime em comento, conta-se apenas com alguns artigos e leis que, inicialmente, são insuficientes para inibição e punição de agentes que venha a cometer crimes voltados à internet. Tais condutas lesionam a esfera íntima e pessoal das vítimas, resultando em crimes tipificados na esfera penal, todavia, nosso Código Penal, na época de sua codificação, 1940, não era possível prever essa prática, pelo que, não abrange a determinadas condutas ilícitas praticadas no ambiente virtual. Uma das medidas adotadas para coibir a prática desse delito foi a Lei nº 12.737 de 30 de novembro de 2012, intitulada Carolina Dickman, contra invasão de dispositivos informáticos, todavia, o Brasil se encontra atrasado no aspecto jurídico para coibir esses crimes praticados com o auxílio da *internet*, muito embora a jurisprudência entenda pela responsabilização e condenação desses indivíduos, a falta de normatização dessas condutas, impossibilita na aplicação de sanções aos criminosos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em decorrência ao grande número de acessos, tem se tornado comum o uso da internet na prática de diversos tipos de crime. Contudo, a atuação do Código Penal não é suficiente para coibir essa prática, mostrando-se de suma importância a adequação do direito às mudanças tecnológicas para que se possa inibir a prática desses atos criminosos. Deste modo, é fundamental meios capazes de garantir a segurança e proteção dos indivíduos, que devem gozar de suas intimidades e vida privada, além de legislação específica para tratar sobre o tema, faz-se também necessário levar informação aos usuários para saber identificar quando está sendo vítima de um golpe. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SHMIDT, Eric & COHEN, Jared. **A Nova Era Digital:** como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Rogério Dursr. 1ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013 [2] DANI, M.G.S. **Os crimes virtuais e a impunidade real.** Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-91/os-crimes-virtuais-e-a-impunidade-real/>> Acesso em: 08 de julho 2019.

Palavras-Chave: Crimes cibernéticos, Legislação, Internet.
Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

CSA 039

DA POSSIBILIDADE DA USUCAPIÃO DE BEM PÚBLICO DOMINICAL.

Débora **CARNEIRO** (IC - deboraribeiro86@hotmail.com)¹, Pedro **FRAGA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário Faminas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé – MG

APRESENTAÇÃO: A Carta Magna da República Federativa do Brasil [1] fornece as balizas para o direito fundamental à propriedade, ao passo em que coube ao Código Civil de 2002 [2] descrever o fenômeno da usucapião, seus requisitos e bens que podem ser usucapidos. A discussão da academia cinge-se sobre a aplicabilidade de tal fenômeno aquisitivo da propriedade aos bens considerados públicos, que compreendem todo patrimônio que direta ou indiretamente integrem a Administração Pública. A Lei Civil classifica os bens públicos em três espécies: os de uso comum, os de uso especial e os dominicais. Os primeiros são bens de uso amplo da sociedade em geral, como rios, lagos e parques. De uso especial, por sua vez, são os bens atrelados à uma finalidade administrativa. Por fim, os dominicais são os bens que ficam à margem da atividade administrativa, ou seja, não possuem uma destinação específica [3]. O objetivo desse estudo é discorrer sobre a possibilidade da usucapião em bens dominicais, por meio de pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico.

DESENVOLVIMENTO: A priori, usucapião é a aquisição originária da propriedade por meio da posse mansa, pacífica e contínua por determinado prazo, pela prescrição aquisitiva [4]. Nossa Constituição garante a todos o direito de propriedade, de modo relativo, pois depende do atendimento à função social do bem. Requisito este que não existe em bens dominicais, por isso, há discussão sobre a possibilidade de sofrerem usucapião. Função social consiste no encargo dado ao bem, com zelo e exercendo uma função perante a sociedade, seja de moradia ou serviço. Quando o bem perde essa função social abre-se oportunidade para que outro a exerça, podendo gerar a usucapião. Atualmente, não é permitida a usucapião de bem público, estabelecido no artigo 102 do Código Civil [5], porém doutrinadores como Farias e Rosenvald, defendem essa premissa [6]. Segundo esta corrente, uma vez que se o bem se encontra em situação dominical, não cumpre sua função social e permite sua usucapião, em homenagem ao direito constitucional de moradia. O Estado não poderia se opor àqueles bens que estão em seu poder, mas não possuem finalidade administrativa, nem de uso comum. Ao proteger apenas o poder público, a proibição de usucapir sobrepõe-se à dignidade da pessoa humana, o que, de acordo com Tartuce, não compactua com a necessidade de o Poder Judiciário se adequar às mudanças da jurisprudência e da doutrina [5]. Embora a usucapião de bem público nunca tenha ocorrido em nosso país, trata-se de assunto que está em constante transformação e debate. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mesmo que atualmente consolidada a impossibilidade de usucapir bem público, ela não é absoluta. Isto é, a usucapião não deve se restringir somente a bens privados. Assim como a sociedade, o Direito é mutável e se adequa para garantir a segurança jurídica. Doutrinadores defendem que os bens públicos não podem abster-se da prescrição, afinal, a função social é imprescindível ao bem. Por isso, defende-se que um bem dominical possa ser objeto de usucapião, considerando que se encontra em desuso e cumprirá com o direito de moradia a quem não possui, salvaguardando os direitos fundamentais esculpidos na Constituição Federal. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS e ao professor Pedro Fraga pelo apoio para a realização desse trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [2] BRASIL. **Código Civil**. Lei Nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. [3] LIMA, Ruy Cirne. **Princípios de Direito Administrativo**. 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007. [4] FERNANDES, Julianne Araújo. **Usucapião de bens públicos dominicais: uma possibilidade à luz da função social da propriedade**. 2017. 32 f. Monografia - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, Rio Grande do Norte, 2017. [5] TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Direito das Coisas**. 4. v. 6. ed. São Paulo: Editora Método, 2014. [6] Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. **Direitos reais**. p. 264.

Palavras-chave: propriedade, usucapião, bem público dominical, função social.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 040

DEFERIMENTO TÁCITO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA: (in) segurança jurídica?

Karine Vieira de LIMA (IC – kvlima09@gmail.com)¹ e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000

APRESENTAÇÃO: Partindo da premissa que o Ordenamento Jurídico Brasileiro prevê, como garantia fundamental ao cidadão, o acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CRFB/88), bem como o direito à assistência jurídica e judicial (art. 5º, LXXIV, CRFB/88 e Lei 1060/50, com as devidas alterações), é imprescindível que, nos trâmites processuais, o Poder Judiciário zele pelo princípio da segurança jurídica no que atine à proteção da confiança legítima do particular que, por sua vez, deposita suas expectativas na atuação do Poder Jurisdicional do Estado. Diante disso, pretende-se, com o presente trabalho, analisar a possibilidade de deferimento tácito da gratuidade judiciária como inserido na concepção do princípio da confiança legítima. **DESENVOLVIMENTO:** Pelas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira “o princípio da segurança jurídica, em virtude de sua amplitude, inclui na sua concepção a confiança legítima e a boa-fé” [1]. Entretanto, o referido princípio se divide em duas vertentes: sentido objetivo e subjetivo. Dito isso, o critério objetivo, refere-se à certeza do direito, tendo em vista a necessidade de se respeitarem o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CRFB), enquanto o subjetivo trata-se da tutela da confiança dos indivíduos concernentes às expectativas oriundas de promessas e atos estatais. Neste último caso, há uma visível relação entre o princípio da segurança jurídica e o princípio da confiança legítima. Porém, este se apresenta de forma mais específica, tendo em vista que, diferentemente da abrangência do princípio da segurança jurídica, àquele incumbe a atuação na esfera jurídica do particular. Com base nisso, ao litigar em juízo, o postulante dotado de direitos constitucionalmente garantidos, deposita sua confiança no desempenho judiciário, tendo em vista que o magistrado, ao exercer sua função de Juiz Natural, deve observar e zelar pelo devido processo legal. Ademais, na hipótese em que o magistrado não manifesta o indeferimento do pedido de assistência judiciária gratuita, de maneira expressa e fundamentada, gera no mesmo uma “legítima expectativa de deferimento da benesse” [2], conforme mencionado pela Ministra Nancy Andrighi no acórdão proferido no REsp nº 1721249 / SC (2015/0202537), configurando o deferimento tácito do pleito de gratuidade judiciária, atuando esta prescrição constante do art 5º da Lei 1060/50 como salvaguarda em prol de impedir que a parte venha a se aproveitar ilegitimamente do benefício. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nesse diapasão, a fim de velar-se pela segurança jurídica do particular ao postular em Juízo, presume-se o deferimento tácito do pedido de assistência judiciária gratuita que, ao ser submetido à apreciação do magistrado *a quo*, não fora indeferido expressamente por decisão fundamentada, de maneira que a confiabilidade do cidadão nos atos e procedimentos administrativos e judiciais seja imaculada. Por fim, pode-se concluir que a omissão do julgador ao inobservar o pleito do benefício corrobora com a garantia constitucional de acesso à justiça e à assistência judiciária gratuita. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Editora MÉTODO, 2018. pág. 95. [2] STJ. **Falta de indeferimento expresso implica reconhecimento tácito de gratuidade de Justiça**. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2W0gnhl>>. Acesso em: 25/06/2019.

Palavras-chave: deferimento tácito, gratuidade de justiça, segurança jurídica.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 041
DESAPROPRIAÇÃO E RESSARCIMENTO.

Letícia de Lima **FREITAS** (IC – leticiadelimafreitas@hotmail.com)¹; Sulanita dos Reis **SANTANA** (sulanitareiss@gmail.com)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES**².

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A desapropriação é um procedimento por meio do qual o poder público realiza a transferência da propriedade particular para o Estado por motivo de utilidade pública e ou interesse social, em regra deve ser realizada mediante prévia e justa indenização em dinheiro como estabelece o art. 5º, XXIV, da CF. Outrossim, existem exceções a essa regra, sendo elas: a desapropriação para fins de reforma agrária (art.184, da CF); a desapropriação para fins urbanísticos (art. 182, § 4º, III, da CF) e a desapropriação confiscatória (art. 243, da CF). O presente trabalho objetiva através de pesquisas bibliográficas, analisar a problemática da forma de indenização prevista legalmente e a sua aplicabilidade fática. **DESENVOLVIMENTO:** Em regra, a indenização obedecerá aos princípios da precedência, justiça e pecuniariedade. Em observância a esses princípios depreende-se que a desapropriação será concluída tão somente após o pagamento da indenização em dinheiro. No que tange ao princípio da justiça Carvalho filho alude que, indenização justa “é aquela que corresponde real e efetivamente ao valor do bem expropriado, ou seja, aquela cuja importância deixe o expropriado absolutamente indene, sem prejuízo algum em seu patrimônio.” [1]. A adequação da indenização, portanto, decorrerá do consentimento do proprietário quanto ao valor ofertado pelo expropriante ou, em caso de discórdia com o valor ofertado, será afixado por meio de provimento jurisdicional, tal importe deve comportar não só o valor do bem expropriado, como também os danos emergentes e os lucros cessantes; incluindo-se ainda os juros moratórios e compensatórios, atualização monetária, despesas judiciais e honorários advocatícios; a determinação do valor indenizatório será fundado em atividades estritamente técnicas, valendo-se de perícia técnica realizada por profissional habilitado e capacitado. O contexto histórico-prático do sistema judiciário brasileiro corrobora para que o alcance da justa indenização seja árduo, visto a ausência de dispositivos legais específicos para a avaliação dos imóveis passíveis de desapropriação e a morosidade para andamento de processos. No que tange ao momento em que deve ser realizada a perícia há divergências, uma vez que não existe previsão legal que ampare tais parâmetros. Em diversos casos, considerando a morosidade da tramitação da ação expropriatória, observa-se um grande lapso temporal entre uma possível avaliação prévia em casos considerados de urgência e a avaliação definitiva; o aspecto temporal deverá ser objeto de controle jurisdicional considerando que o tempo pode trazer circunstâncias novas consideráveis à modificação do *quantum* indenizatório, tanto para a sua valorização quanto para sua desvalorização. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É assegurado ao expropriado a justa indenização como uma forma de assegurar-lhe o direito de propriedade, constituindo assim, um direito subjetivo ao possuidor e concomitantemente, um dever do Estado para que o mesmo não incorra em enriquecimento sem causa, obedecendo ao princípio da moralidade administrativa. É clarividente a importância do perito para a fixação do importe devido à indenização, devendo ser analisando não só, o bem em sua constância, mas também, os fatores atemporais que possam subsistir, podendo modificar a valorização do bem em questão. A ausência de requisitos legais para a realização da avaliação pericial infere diretamente na justiça e adequação da indenização, outrossim, seria de suma importância a implementação de requisitos legais para objetivar a realização da mesma, tornando o cálculo do valor mais equânime e correto, promovendo de tal forma o fiel cumprimento das disposições constitucionais referentes ao instituto em comento. **BIBLIOGRAFIA: [1]** CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31ª ed. rev., atual. e amp. – São Paulo: Atlas, 2017.

Palavras-chave: propriedade – desapropriação – indenização.

CSA 042
DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA.

Letícia de Lima **FREITAS** (IC – leticiadelimeafreitas@hotmail.com)¹; Sulanita dos Reis **SANTANA** (sulanitareiss@gmail.com)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES**².

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 - Muriaé-MG
2.

INTRODUÇÃO: A desapropriação indireta é o ato administrativo pelo qual o Estado se apropria de um bem particular, sem a devida observância aos requisitos legais da declaração expropriatória e da prévia indenização, consumando-se com a incorporação definitiva do bem ao patrimônio público. O presente trabalho tem por objetivo aferir através de pesquisas bibliográficas, a constitucionalidade do instituto em comento. **DESENVOLVIMENTO:** A desapropriação indireta é cometida sem a devida observância aos requisitos legais, o Estado limita-se a apropriar-se do bem sem ao menos declarar seu interesse pelo mesmo, podendo ocorrer de duas formas: a desapropriação indireta-esbulho que constitui-se pela mera invasão e, a desapropriação regulatória instituindo-se como uma limitação administrativa à propriedade, transformando-se em uma intervenção restritiva tão agressiva que resulta na desapropriação [1]. Tal modalidade de desapropriação é consubstanciada no fato consumado, ou seja, para a sua concretização importa tão somente a incorporação do bem a Fazenda Pública, sujeitando o proprietário legítimo a imposição Estatal. A partir da incorporação do bem ao patrimônio público, o ex proprietário é desobrigado de pagar IPTU e, pode requerer unicamente à indenização por perdas e danos, a ação ordinária de indenização será proposta em sede administrativa ou judicial. A indenização deverá abranger o valor atualizado do bem, juros moratórios e compensatórios, e os danos morais causados ao expropriado. Cabe ressaltar que a indenização posterior, na maioria dos casos, alcança um valor superior ao que seria efetuado na desapropriação direta, prejudicando desta forma o erário público. No tocante à prescrição da ação de perdas e danos, não havendo previsão no ordenamento jurídico vigente, o STJ consolidou o entendimento de que é aplicável o prazo de dez anos, previsto no artigo 1.238, do Código Civil, por analogia ao prazo do usucapião expropriatório. Tal mecanismo é reputado como um desrespeito ao proprietário, pois suprime de forma injustificada o direito de propriedade assegurado pela Constituição Federal em ser art. 5º, XXII, em decorrência deste fato é considerado por muitos doutrinadores como inconstitucional, entre eles, Marcel Justen Filho alude que “Trata-se, em última análise, de prática inconstitucional, cuja solução haveria de ser a restituição do bem ao particular, acompanhada de indenização por perdas e danos, e a punição draconiana para os responsáveis pela ilicitude”[2], o Estado, na maioria das vezes, utiliza tal modalidade expropriatória por não realizar um mínimo planejamento em virtude das necessidades públicas e não desenvolver uma gestão responsável da função administrativa, desrespeitando assim o princípio da democracia, uma vez que o Estado atua de forma absolutista. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É clarividente a objeção entre a desapropriação indireta e os padrões éticos exigidos ao Estado, podendo classificar tal instituto como uma forma de desvio de poder, uma vez que a administração pública atua sem qualquer prudência ao direito do proprietário, enquanto deveria se atentar ao molde de probidade, decoro e boa-fé, outrossim, considerando o regime democrático em que vivemos não pode ser plausível qualquer situação que suprima ou banalize a proteção da propriedade privada. Encontra-se, portanto a necessidade da sociedade atentar-se para tal assunto e questionar tais atos praticados pela administração pública, e esta por sua vez, deverá realizar tal procedimento somente em casos excepcionais e não previsíveis, a fim de promover uma concórdia entre o interesse coletivo e a constitucionalidade estendida ao direito de propriedade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31ª ed. rev., atual. e amp. – São Paulo: Atlas, 2017. [2] JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito Administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Palavras-chave: direito – desapropriação – inconstitucionalidade.

CSA 043
DIFERENÇAS ENTRE UNIÃO ESTÁVEL E NAMORO QUALIFICADO

Karla Maria Penido da **FONSECA** (IC - karlafonsecapj@gmail.com.)¹, Vinicius César Miranda **FERREIRA** (IC - vince.mferreira@gmail.com)², Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Direito; 2. Arquitetura e Urbanismo; 3. Professor

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A algumas décadas atrás as famílias eram constituídas através do enlace matrimonial do casamento, e para ser considerado válido deveria ser realizado entre homem e mulher, perante a igreja e também sob o manto da lei vigente à época. Contudo, a nossa sociedade está em constante evolução e, com isso, novos arranjos familiares vão surgindo, como por exemplo a união estável e o namoro qualificado, este sendo uma derivação do “tradicional” namoro, bastante comum na nossa sociedade, mas com algumas peculiaridades. **DESENVOLVIMENTO:** A Lei nº 9.278, reconheceu a união estável como uma entidade familiar, um verdadeiro avanço jurídico, já que tais relações tidas como informais vinham se tornando cada vez mais comuns. A redação do art. 226, § 3º, da CF/88, também foi alterada com esta lei, salvaguardando assim os direitos e deveres desse modelo familiar, além de tutelar o direito de converter a união estável em casamento de forma facilitada. O atual Código Civil, dedica um título à união estável, preservando todos os direitos já protegidos pela Carta Magna e pela Lei 9.278/96 [1]. Para que possa ser configurada a união estável, alguns requisitos são essenciais, são eles: i) que a união seja pública, ii) contínua, iii) duradoura, apesar de não serem exigidos requisitos formais para a caracterização da união, como uma escritura pública, tais elementos devem ser observados no caso concreto juntamente com as provas necessárias para a demonstração do chamado *affectio maritalis*, que é o desejo mútuo de serem considerados marido e mulher, além da pretensão de instituir uma sociedade conjugal. Assim, os relacionamentos onde as partes, apesar de morarem sob o mesmo teto e terem uma relação pública por longos anos, mas estão sempre em conflito e passando por interrupções constantes, acabam por romper com o importante pressuposto da continuidade do relacionamento, não caracterizando assim a união estável e sim uma relação muito similar ao namoro qualificado. Este, por sua vez, é uma espécie de aperfeiçoamento do namoro simples, que por seu turno, é aquele onde duas pessoas mantêm uma relação amorosa informal, sem nenhum tipo de relação jurídica, sendo considerado uma forma de preparação ou de conhecimento para uma possível relação mais formal no futuro, como o casamento ou até mesmo a união estável. Os modelos de relacionamento aqui apresentados possuem grande similaridade, o que torna muitas das vezes difícil distingui-los, a pequena diferença encontra-se no *animus* de constituir família, que na união estável é presente e, na maioria das vezes, bem explícita entre os companheiros e com aqueles com quem convivem no dia a dia, enquanto no namoro qualificado este desejo não é presente, sendo projetado para um futuro distante do casal [2]. Em um momento onde os relacionamentos estão cada vez menos formais, os casais podem coabitar, ter uma relação duradoura e pública e ainda assim não se encaixarem no modelo da união estável, justamente pela ausência da vontade de constituir uma família, não gerando assim, nenhuma obrigação ou direito entre as partes em decorrência dessa relação afetiva. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com o desenvolvimento da sociedade e os novos arranjos familiares advindos dessas mudanças, o Direito Civil evoluiu vindo a acompanhar e admitir novas composições familiares, visando proteger os direitos e deveres dessas pessoas, em especial no âmbito patrimonial. Diante disso, as composições familiares decorrentes de união estável ou namoro vêm ganhando cada vez mais espaço nas discussões doutrinárias e jurisprudenciais, merecendo especial atenção do Direito, com vistas a garantir maior segurança jurídica para essas relações e acompanhar o progresso da sociedade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] TARTUCE, Flávio. **UNIÃO ESTÁVEL E NAMORO QUALIFICADO**. [S. l.], 28/06/2018. Disponível em: <https://bit.ly/31Rq2uy>. Acesso em: 19/06/2019. [2] VELOSO, Zeno. **É NAMORO OU UNIÃO ESTÁVEL?**. [S. l.], 20/06/2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Xw4rs7>. Acesso em: 19/06/2019.

Palavras-chave: união estável, namoro, família.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 044

DIFERENÇAS ENTRE O CONCUBINATO E A UNIÃO ESTÁVEL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DIREITO BRASILEIRO

Thaiz Fabiana da **SILVA** (IC- thaiz.bibiano2@gmail.com) ¹ Priscila Nascimento **REIS** (IC) Monyze Dias **FERNANDES** (IC) Rayanne Berriel de **OLIVEIRA** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ) ²

1. Curso de direito; 2. Professor *Centro universitário FAMINAS-UNIFAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG.*

APRESENTAÇÃO: É sabido que o Direito brasileiro adota o sistema da monogamia para a constituição das famílias no país, não sendo ainda este, um princípio constitucional, consistindo apenas em um princípio de valores morais. A monogamia rege a família Brasileira de forma evidente para que não haja uma terceira pessoa no relacionamento. Através de pesquisa bibliográfica e legislação vigente no país o presente trabalho visa apresentar a diferença entre o concubinato e a união estável, suas consequências e vantagens no direito de família vigente no país. **DESENVOLVIMENTO:** A comunhão de vários sentimentos entre duas pessoas, reciprocamente define a vontade de manter uma união com a finalidade de viverem entre si. No direito atual, a união estável é amparada pelo direito brasileiro e reconhecida como entidade familiar, tendo em vista que este possui previsão legal no artigo 1723, do Código Civil [1], Donde se infere ser necessário para sua configuração que ambos os conviventes estejam livres e desimpedidos para constituir tal união, devendo existir a convivência pública, contínua e duradoura com objetivo de constituir família, contudo, esta união não gera alteração no estado civil dos companheiros, como ocorre no casamento visto que, “a família constituída pelo casamento é jurídica, a união estável entre o homem e a mulher é uma situação de fato a que a lei não nega determinados efeitos” [2]. O concubinato por sua vez, difere da união estável pois aqui não se tem o seu reconhecimento como entidade familiar, estando este em um patamar inferior, recebendo apenas a tutela do Direitos das Obrigações, como deixa claro o artigo 1.727 do Código Civil [1]. Para tanto as pessoas totalmente impedidas de casar e até mesmo adquirir uma união estável se denominam concubinas, pois contraem um relacionamento duradouro como se fossem marido e mulher sob o mesmo teto, mas que pelo impedimento não contraem qualquer reconhecimento de relacionamento com a finalidade de entidade familiar, sendo esta apenas uma relação não eventual, uma vez que o Direito brasileiro preserva a monogamia [3], não aceitando aqueles que não se separaram de fato nem mesmo de direito que venham adquirir uma nova entidade familiar, afim de resguardar o direito de família e preservar a lealdade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** contudo, diante dos apontamentos em tela é possível afirmar que apesar das semelhas, existem também muitas diferenças e consequências variáveis entre a união estável e o concubinato, tendo em vista, que o Direito Civil brasileiro considera como entidade familiar somente aquele fruto da união estável ou casamento, estando devidamente aparada quanto ao direito patrimonial dos conviventes, já no concubinato apesar da previsão legal, o Direito de Família não a reconhece e também não garante amparo patrimonial às concubinas, pois não há vínculo para reconhecimento no direito de família, visto que tal relação é concomitante ao casamento. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1]. BRASIL. Lei nº 10.406, Brasília, 10 de janeiro de 2002 [2]. FILHO, N. S. **Direito Constitucional**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, pág.704. 2009. [3]. TAVARES, Helder. 2016 São Paulo O conceito de união estável e concubinato nos os tribunais nacionais: Diferenças entre concubinato e união estável. Disponível em: <<https://heldertavares.jusbrasil.com.br/artigos/307831036/o-conceito-de-uniao-estavel-e-concubinato-nos-os-tribunais-nacionais>> Acesso em: 18/07/2019.

Palavras-Chaves: Concubinato, direito de família, união estável.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

CSA 045

UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO: O DIÁLOGO ENTRE A IDENTIDADE GENÉTICA HUMANA E O DIREITO TRANSGERACIONAL

Adrielle **AMORIM** (IC-aadrielleamorim@gmail.com)¹; Tamires **BRAGA** (IC)¹; Pedro **GOMES** (IC)¹; Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé - MG.*

APRESENTAÇÃO: A vida, em passado não muito distante, construída de modo puramente natural, passou a ser (re)construída por mãos humanas, envolvendo a manipulação genética. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por finalidade abordar a identidade genética humana como um direito de dimensão intertemporal, que envolvem questões de justiça transgeracional, necessitando, para tanto, diálogo entre as ciências do conhecimento. **DESENVOLVIMENTO:** O ser humano é incansável na busca pelo desenvolvimento e, nessa seara, está o campo da ciência e da técnica moderna, vinculado à relação capitalismo e mercado [3]. Insurge, assim, desafios ao direito, provenientes da biotecnologia, a fim de traçar exigências mínimas que assegurem a compatibilização entre avanços biomédicos, que importam na ruptura da sociedade convencional, portadora de valores que devem ser assegurados e respeitados, tanto para os sujeitos de direitos, que gozam dos benefícios trazidos pela sociedade globalizada, quanto para as futuras gerações, consideradas também como sujeitos de direito [1]. Nessa monta, encontram-se a Bioética e o Biodireito. A preservação da identidade genética humana é de suma importância para garantir a proteção da dignidade e da identidade do homem e, conseqüentemente, da própria humanidade. As descobertas da biotecnologia, como, entre outros, a manipulação e terapia genética, podem ter sua prática encaradas como uma experiência da identidade humana. Em decorrência disso, ocasiona-se o “conflito entre as perspectivas do ser humano como indivíduo, espécie e sociedade” [3]. Como primeiro passo, constata-se a ausência legislativa, com um grande vazio de normas regulamentadoras de condutas, que aceleram o desenvolvimento natural humano, gerando receio de que a humanidade vivencie a evolução de investigações e práticas biomédicas sem que as conseqüências jurídicas estejam bem delineadas e tuteladas. No que diz respeito às modificações da estrutura genética de uma pessoa, assume maior visibilidade a estrutura do nascituro, tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista jurídico, uma vez tratar-se de interferências realizadas no tempo presente, que impactarão em suas vidas futuras. Ou seja, envolve questões de cunho intertemporal. Vinculado a esta possibilidade, destaca-se o resguardo, civilmente constituído, de seus direitos. Em linhas gerais, trata-se, portanto, de questões até então desconhecidas pela maior parte da sociedade, pois o assunto em pauta não se esgotou nem mesmo no mundo científico, tampouco o ordenamento jurídico conseguiu traçar os limites que tais avanços terão, à medida que a própria vida humana vem sendo afetada por essas novas descobertas. No entanto, por mais que ainda haja desinformação com respeito às conseqüências da manipulação genética, faz-se necessário um novo olhar do Direito Civil para a concepção da vida, a fim de se evitar um descompasso entre o avanço tecnológico e a normatização jurídica, que tende a proteger os interesses dos indivíduos considerados como pessoas ao Direito Civil e daqueles que farão parte das futuras gerações de direito [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em vistas de assegurar os valores da dignidade humana, igualmente convergente às gerações futuras, prende-se, ante a ausência normativa, a subsídios éticos e filosóficos frente às novidades científicas. Nessa conjectura, crê-se necessária uma reação do Direito, consubstanciada em um direito flexível, que regula e que negocia, ou seja, adaptável à biotecnologia, visando que os ideários bioéticos e biojurídicos não se diferenciem do paradigma científico e também da noção de ser humano enquanto espécie. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CLOTET, Joaquim. **Bioética: uma aproximação**. 2ª ed. atual. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. [2] MELO, Helena Pereira de. **Manual de Biodireito**. Coimbra: Almedina, 2008. [3] VIEIRA, Ricardo Stanzola. **Direitos Humanos, Ciência e Modernidade: uma abordagem interdisciplinar dos dilemas introduzidos pela biotecnologia no debate do direito moderno contemporâneo**. Tese apresentada ao curso de pós-graduação em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (Doutorado). 2004. 302 f. p.241. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87937/210390.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 maio 2019 **Palavras-chave:** Direito Transgeracional; Identidade Genética; Futuras Gerações.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

CSA 046

DIREITO SISTÊMICO: A APLICAÇÃO DAS CONSTELAÇÕES FAMILIARES DE BERT HELLINGER COMO FERRAMENTA EM PROL DA PACIFICAÇÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA

Karine Vieira de LIMA (IC – kvlima09@gmail.com)¹ e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000*

APRESENTAÇÃO: O uso das Constelações Familiares em âmbito judicial, como forma de conciliação e/ou mediação, objetivando a pacificação e resolução do litígio, é conhecido como Direito Sistêmico. Dito isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o instituto das Constelações Familiares no meio judiciário como alternativa de promover a conciliação dos litigantes e a prevenção de futuras demandas judiciais no Direito de Família. **DESENVOLVIMENTO:** Inicialmente, vale trazer à baila que o direito ao acesso à justiça, além de ser uma prerrogativa constitucionalmente garantida (art. 5º, XXXV), é objeto de constante estudo pelo Poder Público, visando maior celeridade às resoluções das demandas judiciais. Diante disso, inovações trazidas pelo CNJ como, por exemplo, através da Resolução de nº 125/2010 que, inclusive, fora posteriormente recepcionada pela Lei Processual Civil no que tange às normas fundamentais do processo civil (art. 3º, §3º, do CPC), bem como pela Lei nº 13.140/2015 (que versa sobre a mediação e autocomposição de conflitos), demonstram a imprescindibilidade da conciliação e mediação como forma de disseminar a cultura da pacificação/harmonização dos litígios. No que tange às Constelações Familiares, de forma sucinta, conceitua-se como uma abordagem psicoterapêutica, desenvolvida pelo Psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, consistente na representatividade de um sistema conflituoso em que determinadas pessoas encontram-se inseridas e, através deste, as mesmas visualizam suas relações conflitantes, levando-as a identificarem a origem do respectivo problema que desencadeou o desequilíbrio do “sistema” do qual fazem parte [1]. No Brasil, as técnicas concernentes às Constelações Familiares, introduzidas na seara judicial, especialmente no que atine ao Direito de Família, surgiram no ano de 2012 através da atuação do juiz Sami Storch do TJ-BA, como forma instrumental, alheia à ciência do Direito, visando colaborar humanitariamente com a pacificação dos conflitantes, em consonância com as previsões legais supramencionadas. Outrossim, segundo dados disponibilizados pelo CNJ, atualmente no Brasil, 16 (dezesesseis) estados utilizam a dinâmica constelar como medida auxiliadora na resolução dos conflitos na Vara de Família, mostrando-se “eficaz quando o assunto é disputa de guarda de crianças, alienação parental, inventários e pensão alimentícia” [2]. Nesse passo, o juiz Yulli Roter define o emprego das técnicas psicoterapêuticas como “uma Justiça que preza pelo humanismo” em que “a intenção não é fazer terapia, mas conciliação”, tendo em vista que “com a constelação, o conflito passa a não ser mais visto como um vilão, mas uma oportunidade de autocompreensão: a audiência transcorre mais leve e sem brigas” [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se, por meio da presente pesquisa, que no Brasil, diante da morosidade da máquina judicial frente à excessiva judicialização dos conflitos, a aplicabilidade dos métodos sistêmicos abordados pelas Constelações Familiares apresenta-se não apenas como uma utilização versátil e inovadora de outras áreas da ciência inseridas na esfera do Direito, mas também como uma alternativa que estimula a desjudicialização dos conflitos interpessoais por meio do apaziguamento do litígio, prevenindo, por sua vez, o surgimento de novas ações sobre a mesma problemática e, por fim, oportunizando ao cidadão, via de consequência, um acesso mais célere e eficaz à justiça. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARMO, Maria Scarlet do. **Uma breve apresentação sobre a Constelação Sistêmico-Fenomenológica**. São Paulo: Atlas, 2015. [2,3] OTONI, Luciana; FARIELLO, Luiza. **Constelação pacifica conflitos de família no Judiciário**. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86659-constelacao-pacifica-conflitos-de-familia-no-judiciario>>. Acesso em: 26/06/2019.

Palavras-chave: conciliação, constelação familiar, pacificação.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

DIVÓRCIO IMPOSITIVO EXTRAJUDICIAL

Karla Maria Penido da **FONSECA** (IC - karlafonsecapj@gmail.com.)¹, Vinicius César Miranda **FERREIRA** (IC - vince.mferreira@gmail.com)², Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Direito; 2. Arquitetura e Urbanismo; 3. Professor

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Até 1977 era impossível colocar fim a um casamento, sendo levada ao pé da letra a frase popular: até que a morte os separe, a anulação era uma situação complicada e quase sempre precedida de escândalos que colocavam a mulher em situação injusta e constrangedora, devido ao pensamento machista da época. O desquite era uma das formas de colocar fim aos direitos e deveres da relação conjugal, ainda que o casamento continuasse incólume. O desquite foi substituído pelo então divórcio, através da Lei nº 6.515, conhecida como Lei do Divórcio, proposta pelo deputado federal Nelson Carneiro. Essa lei tornou possível a dissolução da união conjugal, ainda que não fosse imediata, pois continha inúmeras restrições e prazos para que fosse formalizada por decisão judicial. **DESENVOLVIMENTO:** Em 2010, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 66, que põe fim aos prazos para a realização do divórcio e a desnecessidade de justificativas, bastando a vontade de se separar, independentemente de qualquer motivo, gerando duas possibilidades para os cônjuges: I) O divórcio judicial, quando houver o interesse de incapaz, de na ausência, que uma das partes não concorde; II) E o extrajudicial, realizado pelas partes diretamente no cartório sem a necessidade do judiciário [1]. Com base nisso, surgem diversas críticas ao atual modelo de separação, já que o direito ao divórcio é considerado um direito potestativo, ou seja, um direito que não cabe contestação, mas sujeita o outro a uma vontade imposta por outra pessoa, por que não simplificar as coisas e tornar a separação mais simples e menos onerosa? Recentemente os Tribunais de Justiça de Pernambuco e do Maranhão criaram o chamado Divórcio Impositivo, que permite que cartórios realizem divórcio ainda que um dos cônjuges não concorde com a separação. A nova modalidade prevê um procedimento simples e menos oneroso, a parte interessada dirige-se ao cartório de registros onde foi assentado o registro de casamento e faz o requerimento, o notário notificará a parte contrária dando ciência do pedido, passado o prazo de resposta é realizada a averbação à margem do assento, formalizando assim a separação [1]. O CNJ revogou as portarias que permitiam a nova forma de divórcio, sob o argumento de que tal alteração legislativa não deveria ser realizada através de provimento e sim através de amplo debate através do Poder Legislativo. Contudo, o novo modelo conta com mais apoio do que críticas, doutrinadores renomados como Flávio Tartuce, Mário Delgado, IBDFAM junto com o Senador Rodrigo Pacheco propuseram a PLS 3457/19, para tornar o Divórcio Impositivo uma realidade. Segundo Delgado, “impedir que haja declaração unilateral de divórcio é negar a natureza das coisas. O sistema mudou porque os tempos são outros” [2], é necessário a mudança do nosso ordenamento, visando uma desburocratização do divórcio, retirando do judiciário questões simples e que sobrecarregam os magistrados, com a alteração o divórcio será mais rápido, evitando desgastes de uma longa espera no judiciário, garante também uma liberdade maior às relações de família, ficando para o judiciário questões mais complexas que dependam de contraditório e ampla defesa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em face do exposto, considera-se necessária tal alteração legislativa, com base a tornar mais célere a separação, garantindo assim, que o direito ao divórcio não esteja mais condicionado a vontade do outro, dependendo apenas daquele que por suas próprias razões não deseja mais estar na relação conjugal. Dessa forma, o ordenamento jurídico se tornaria mais próximo da realidade das pessoas, que buscam alternativas administrativas mais rápidas e mais eficientes para a solução dos seus conflitos.

BIBLIOGRAFIA: [1] IBDFAM. **Divórcio Impositivo é apresentado como projeto de lei no Senado.** 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2RzvE7P>>. Acesso em: 19/06/2019. [2] DELGADO, M. L.; SIMÃO, J. F. **Impedir a declaração unilateral de divórcio é negar a natureza das coisas.** 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2x8fLMq>>. Acesso em: 19/06/2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

FEMINICÍDIO: O ÓDIO EM RAZÃO DO GÊNERO

Taynara DUTRA (IC - taynara_md@hotmail.com)¹, Lorenna DUTRA (IC - lorennadutra2016@gmail.com)², Pedro FRAGA (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário Faminas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé – MG

APRESENTAÇÃO: O crime de feminicídio, de acordo o artigo 121, §2º, VI do Código Penal [1], nele incluído pela Lei nº13.104/2015, é uma das qualificadoras do crime de homicídio e se configura quando ocorre o homicídio contra a mulher em razão da condição de ser do sexo feminino. Desta forma, entende-se que se ocorrer um assassinato contra a mulher por motivo distinto do ora mencionado será considerado homicídio comum (femicídio). **DESENVOLVIMENTO:** Para efeitos de identificação do que possa ser condição de sexo feminino para o Código Penal, colaciona-se o §2º-A do artigo 121: “Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Portanto, quando houver violência no âmbito familiar e desta resultar morte da vítima, sendo ela de sexo feminino, ocorrerá o feminicídio, cuja pena é de reclusão de 12 a 30 anos. Por outro lado, fora do âmbito familiar, ou até mesmo dentro dele, se a vítima for discriminada por ser de sexo feminino e houver atitudes preconceituosas que delas resultam a morte da vítima também há de se falar em feminicídio. O crime mencionado, na maioria das vezes, ocorre por ex-cônjuge ou companheiro que não aceita a separação e uma nova relação de sua ex-mulher com outra pessoa. Quando o autor não tem atitude relacionada com os incisos do §2º-A do artigo 121, há de se falar em feminicídio, ou seja, assassinato de mulheres. A doutrina [2] costuma dividir o feminicídio em íntimo, não íntimo e por conexão. Para fins de conceituação, o íntimo será quando o homem autor do crime tinha ou tem relação íntima, familiar, ou de convivência. O não íntimo é quando não há as relações descritas no íntimo; e o de conexão quando a vítima se encontra em determinada situação que faz com que o autor se engane e mate ela ao invés de outra mulher. Adriana Ramos de Mello, juíza titular do 1º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, diz que: [3] “o feminicídio íntimo é um contínuo de violência. Antes de ser assassinada a mulher já passou por todo o ciclo de violência, na maior parte das vezes, e já vinha sofrendo muito tempo antes”. Segundo dados do Mapa da Violência 2015 (Cebela/Flacso) [4], o Brasil está entre os países com maior índice de mulheres assassinadas por razão de gênero, ocupando a quinta posição em um ranking de 83 países. Pesquisas comprovam que o crime de feminicídio teve uma queda no ano de 2018, porém no mesmo ano houve um aumento considerável no crime de feminicídio, sendo este considerado de maior repúdio perante a população por se tratar de assassinato pela condição de ser mulher, muitas vezes no âmbito familiar e com extrema crueldade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com base nos argumentos apresentados, o principal objetivo da lei do feminicídio é tentar reduzir as taxas de homicídio cometidos por razões da condição de sexo feminino no país. Os principais ganhos com a mencionada lei foi acabar com a invisibilidade do crime. Além de punições mais graves para os que cometerem o crime contra a vida das mulheres. A tipificação é vista por especialistas como uma oportunidade para dimensionar a violência contra as mulheres no País, quando ela chega ao desfecho extremo do assassinato, permitido, assim, o aprimoramento das políticas públicas para coibi-la e preveni-la. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Dossiê Violência Contra as Mulheres. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (Flacso/OPAS-OMS/ONUMulheres/SPM,2015)**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>>. Acesso em 11 ago. 2019. [2] GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial**. Vol2. Editora Impetus. 2015. [3] JUSBRASIL. **Feminicídio – Comentários sobre a Lei nº 13104, de 9 de março de 2015**. Disponível em: <<https://rogeriogreco.jusbrasil.com.br/artigos/173950062/feminicidio-comentarios-sobre-a-lei-n-13104-de-9-de-marco-de-2015>>. Acesso em 11 ago.2019.

Palavras-chave: feminicídio, gênero, violência, discriminação.
Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 049

UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO: HOMESCHOOLING COMO AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO OU COMO PRIVATIZAÇÃO?

Adrielle **AMORIM** (IC-aadrielleamorim@gmail.com)¹; Tamires **BRAGA** (IC)¹; Pedro **GOMES** (IC)¹; Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé – MG.

APRESENTAÇÃO: O contexto jurídico atual traz a educação como bem público, possuindo fins públicos ou privados que, diante do *homeschooling*, abriria espaço para a privatização da educação, vindo a retirar do Estado o papel de provedor de tal direito. Diante disso, o escopo desse trabalho é expor a temática, em torno do aumento das famílias que optam por ensinar seus filhos em casa, sem os contornos estatais que delimitam a educação, ampliando o movimento em prol da mudança da legislação para a normatização do ensino fora das escolas no país.

DESENVOLVIMENTO: Reconhecido legalmente em diversos outros países, o *homeschooling* vem como uma problemática a ser enfrentada pelo ordenamento jurídico brasileiro. Questionando-se a legitimidade do Estado ao estabelecer a compulsoriedade da educação escolar, muitas famílias brasileiras vêm reivindicando o direito de que seus filhos estudem em casa e não frequentem a escola [1]. Diante disso, a temática passou a ser recorrente no Poder Legislativo, a fim de permitir a alteração da legislação brasileira, regulamentando essa nova forma de educação no Brasil. Necessária a análise do movimento a favor da regulamentação do *homeschooling* no Brasil, que no cenário político atual, vem acompanhando a tendência de privatização em diversos setores, antes, de domínio estatal. Tal prática incorre, entre outras questões, relacionadas às fronteiras do direito à educação frente a sua privatização, uma vez que, dentro de um pensamento neoliberal, o *homeschooling* representa a retirada de esforços coletivos, tornando-se uma forma radical de privatização de um bem público na perseguição de vantagens individuais. De um lado observa-se a recusa do Estado ao liberalismo desenfreado ao passo que, aos favoráveis ao *homeschooling*, há duras críticas quanto ao atual modelo educacional, que serve os interesses do governo, atuando, as escolas, como meio para assegurar um controle social, tendo em vista que o Estado “monopoliza a direção da educação escolar, obrigando os cidadãos a segui-la” [2]. No atual cenário, destaca-se o enfrentamento da questão, não somente em âmbito jurídico, quanto à regulamentação dessa oferta, mas também os de natureza política, uma vez que, mesmo com a implantação do ensino em casa, o Estado não poderia se eximir de políticas públicas, atrelado a uma série de esforços e investimentos no que diz respeito à garantia e supervisão quanto ao cumprimento do direito à educação, haja vista tratar-se de direito fundamental estabelecido pela Constituição Federal/88. Dessa maneira, observa-se que a privatização da educação, por meio do *homeschooling*, não se daria de forma absoluta, posto o dever constitucional do Estado brasileiro em garantir educação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Sob o manto de interpretação do contexto normativo vigente, o direito-dever ao ensino fundamental hodierno é atribuição do Estado. No entanto, o Brasil, diante um cenário político liberal, tem encontrado considerável inclinação favorável à privatização da Educação. Dessa maneira, em uma definição de conteúdo oportuna ao *homeschooling*, pela via legislativa ou judicial, insta observar a composição do viés deontológico com o viés axiológico de modo a fazer evidenciar a condensação de uma expectativa social legítima. Por esse caminho, o *homeschooling*, como direito fundamental à educação, enseja um novo olhar do Direito Civil a essa problemática, que não deve vislumbrar-se como ameaça à política pública de ensino fundamental do Estado brasileiro, mas sim em estabelecer um resguardo no Direito Civil em sintonia com o Direito Constitucional. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BARBOSA, Luciane. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?**. 2013. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. [2] BARBOSA, Luciane. **Propostas que visam à legalização do ensino em casa no Brasil**. Revista de Direito Educacional, v. 5, n. Ano 3, jun. 2012.

Palavras-chave: Direito à Educação; *Homeschooling*; Privatização da Educação.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

CSA 050

NOMEAÇÃO DE ADVOGADOS DATIVOS E O FENÔMENO DO ATIVISMO JUDICIAL

Karine Vieira de LIMA (IC – kvlima09@gmail.com)¹ e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000

APRESENTAÇÃO: Tendo em vista os diversos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema “ativismo judicial”, este trabalho tem por objetivo vincular a temática à análise da nomeação desordenada de advogados dativos, sob a prerrogativa de garantia de acesso à justiça e assistência judicial, podendo ser considerada como fator de inconstitucionalidade diante das prerrogativas inerentes à Defensoria Pública.

DESENVOLVIMENTO: O Código de Processo Civil determina, em seu art. 103, *caput*, ser imprescindível a representação processual, perante o judiciário, por meio de profissional inscrito na OAB, cabendo ao particular escolher o causídico de sua confiança. Por conseguinte, com relação aos indivíduos de poucos recursos econômicos, a Constituição Federal estabelece que o Estado, através da Defensoria Pública (art. 134, CRFB/88), possui a prerrogativa de tutelar pela orientação jurisdicional (assistência jurídica) do particular hipossuficiente, garantindo acesso à justiça. Lado outro, tem-se a figura do advogado dativo, nomeado pelo Magistrado, que deveria ocorrer em hipóteses de não haver habilitação, nos autos, de um profissional da advocacia, nem tampouco, instalado na Comarca, Defensoria Pública. Ocorre que, devido ao déficit no quadro pessoal destas Instituições, o Poder Judiciário possui a incumbência de salvaguardar os supramencionados direitos constitucionalmente garantidos ao cidadão, qual seja, o acesso à justiça e à assistência judiciária e jurídica. Neste ponto, a nomeação dos advogados dativos é medida que se impõe, a fim de cumprir o determinado no art. 103 do CPC c/c os preceitos Constitucionais, bem como com a Lei 1060/1950. Atrelado ao arcabouço legislativo, o STJ e o STF, entendem não se justificar a nomeação de advogado dativo quando houver Defensoria Pública criada e habilitada à defesa do hipossuficiente na respectiva Comarca, bem como sem conceder oportunidade à parte para dar andamento ao feito, regularizando a situação processual [1]. Por conseguinte, evidenciada a atuação extrapolada do magistrado, frente a inobservância dos quesitos legais, surge o fenômeno denominado “ativismo judicial”, dividido pelas doutrinas em três correntes: i) o posicionamento favorável inclinado a considerar que o ativismo do Julgador trata-se de uma conduta proativa e criativa de interpretação da Constituição, a fim de expandir o alcance dos direitos e garantias fundamentais, sendo, portanto, uma atuação legítima; ii) o posicionamento contrário à tal conduta, pelo qual se defende que a postura ativista trata-se, tão somente, de um desvio de atividades do Judiciário, em detrimento do Princípio da Separação dos Poderes e, iii) o posicionamento maleável (se assim podemos dizer) possuindo o entendimento que em determinadas situações e respeitado o Princípio da Razoabilidade - a fim de evitar atos discricionários e/ou arbitrários por parte do Magistrado - a respectiva conduta ativista corrobora para uma atuação mais eficaz em prol dos preceitos constitucionais quando os demais Poderes quedam-se inertes [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ante o exposto, apesar das divergências doutrinárias apresentadas acima, segundo posicionamento das Cortes Brasileiras acerca da problemática apresentada, pode-se concluir que a proatividade do Magistrado ao nomear advogados dativos com evidente inobservância das condições plausíveis para tanto, além de violar o princípio do acusatório, prejudicar a livre escolha da defesa, onerar os cofres públicos sem necessidade, é considerado também um ato inconstitucional, passível, inclusive, de nulidade, haja vista infringir os preceitos de competência próprios à Instituição da Defensoria Pública, conforme preconiza a CRFB/1988.

BIBLIOGRAFIA: [1] STJ. **Não é legítima nomeação de advogado dativo em comarcas com Defensoria estruturada.** 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2zNoHQi>>. Acesso em: 26/06/2019. [2] FIGUEIREDO, Miqueias José Teles. **Ativismo judicial e a sua aplicação no atual cenário político-jurídico brasileiro: possibilidades e limites.** [2018]. Disponível em: <<https://bit.ly/2XAQMjy>>. Acesso em: 26/06/2019.

Palavras-chave: acesso à justiça, ativismo judicial, inconstitucionalidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 051

INFILTRAÇÃO POLICIAL NA INTERNET PARA A REPRESSÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Jorge **SANTOS** (IC jorgejose16@live.com)¹, Deiziane **CAMILO** (IC)¹, Leandro **BELINATO** (IC)¹, Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé - MG

APRESENTAÇÃO: A *internet* proporciona a interação de pessoas em tempo real, facilitando a troca de informações, de modo que também facilita a propagação de diversas práticas ilícitas, estas, encobertas pelo anonimato, dificulta a aplicação da tutela jurisdicional. Diante disso, no ano de 2017, foi sancionada a Lei 13.441/2017, responsável por incluir a Seção V-A no Capítulo III do ECA, para prever a infiltração de agentes policiais na *internet* com a finalidade de investigar crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, sobretudo, considerando a vulnerabilidade desse grupo no meio virtual, embora tal forma de investigação receba diversas críticas, o presente artigo buscou, em suma, demonstrar sua eficácia quanto aos crimes em comento. **DESENVOLVIMENTO:** O avanço da tecnologia permitiu que crimes praticados no mundo real fossem adaptados no mundo virtual, e, o uso da *internet* por crianças e adolescentes implica na exposição desse grupo, possibilitando a investidas de criminosos, que intentam principalmente contra a dignidade sexual. Diante disso, a criação da Lei nº 13.441 de 2017 estabeleceu a possibilidade da infiltração virtual nos delitos de pedofilia, delitos crimes contra a dignidade sexual de vulneráveis, corrupção de menores, satisfação de lascívia, bem como favorecimento da prostituição de criança ou adolescente ou de vulnerável. Para a Deputada Cristiane Brasil, a infiltração é um poderoso instrumento de investigação criminal que também poderá servir como meio de intimidação, causando tanto à repressão quanto à prevenção, ao passo que cria um ambiente de dúvida e insegurança para os criminosos, que poderão ser surpreendidos por todo um aparato garantido pelo Estado e presente no outro lado da conexão [1]. Por outro lado, essa técnica de investigação gera uma grande polêmica e gera muitas críticas, considerando que se utiliza de métodos não convencionais, como a dissimulação, a criação de uma identidade fictícia, possibilita a prática de crimes por agente policiais e a violação de direitos fundamentais, de forma que, encontra-se em contrassenso, a legitimidade de operações nas quais agentes policiais praticam crimes na busca em combater a criminalidade [2]. Nessa esteira, o Instituto dos Advogados do Brasil, em parecer opinando pela rejeição do projeto que deu origem à Lei 13.441/2017, pontuou a possibilidade da ocorrência de flagrante preparado pelos agentes infiltrados e a insuficiência de medidas sancionatórias para o agente policial cometedor de excessos [3]. Não obstante às críticas, o instrumento de investigação em comento tem apresentado resposta estatal aos crimes praticados contra crianças e adolescentes, mormente, na identificação desses criminosos virtuais, realçando sua importância para o combate à criminalidade cibernética. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O instituto da infiltração do agente policial é utilizado sob a justificativa de promover a segurança pública e assegurar a justiça, muito embora haja críticas ao instituto deve-se ressaltar que estão sendo praticados crimes, com alto grau de reprovabilidade, contra crianças e adolescentes, que, muitas das vezes, não percebem que estão sendo vítimas de uma prática delituosa, o que dificulta a denúncia. Considerando que os criminosos estão protegidos pelo anonimato e pelas mensagens criptografadas, a investigação de tais crimes se torna muito complexa, portanto, verifica-se a relevância do instrumento de infiltração no âmbito da apuração de delitos contra o público infanto-juvenil. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 1.404, de 2011. Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Autor: Senado Federal. Relatora: Deputada Cristiane Brasil. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 14 abr. 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracao?codteor=1320490&filename=PRL+2+CCJC+%3D%3E+PL+1404/2011> Acesso em: 27 de junho de 2019. [2] BINI, A.K. **O agente infiltrado:** perspectiva para a investigação criminal na contemporaneidade. Lisboa, 2017. 118 p. Dissertação (VII Mestrado Não Integrado em Ciências Policiais com especialização em Criminologia e Investigação Criminal) - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. [3] Institutos dos Advogados Brasileiros. Parecer: Indicação 064/2011. Disponível em: <<http://www.criissiuma.adv.br/artigos/artigo-06.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

Palavras-chave: infiltração de agentes, crimes cibernéticos, dignidade sexual de crianças e adolescentes, Lei 13.441/2017
Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

CSA 052

INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS

Jorge **SANTOS** (IC jorgejose16@live.com)¹, Deiziane **CAMILO** (IC)¹, Leandro **BELINATO** (IC)¹, Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora

Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé - MG

APRESENTAÇÃO: Um dos meios de prova que mais provoca divergências na doutrina quanto aos limites de sua aplicação é a interceptação de comunicações telefônicas, disciplinada pela Lei nº 9.296/96, uma vez que esta gera um conflito entre os direitos fundamentais e a necessidade do Estado em promover a segurança da sociedade diante a diversas práticas de crimes, assim, busca-se delimitar a utilização deste meio de prova para garantir sua eficácia, evitando sua banalização.

DESENVOLVIMENTO: O artigo 5º, inciso XII, da Carta Republicana de 1988 garante a inviolabilidade da privacidade, contudo, é cediço que os direitos fundamentais não são absolutos, ao passo que, o mesmo texto legal excepciona essa garantia por ordem judicial, na forma da lei, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. O direito à privacidade é um direito fundamental e provém da dignidade da pessoa humana, porém, o Estado, em sua atividade investigatória, tem o poder de restringir tal direito mediante a interceptação de comunicação telefônica para garantir a efetiva aplicação da lei penal. Segundo Renato Brasileiro de Lima, todos os direitos fundamentais devem ser submetidos a um juízo de ponderação quando entram em colisão com outros direitos fundamentais, prevalecendo aquele de maior relevância [1]. Incontrovertido é que a segurança pública, bem como, o direito à privacidade, constituem um direito fundamental da pessoa e são protegidos pela Carta Magna, todavia, a discussão recai quando da verdadeira existência de uma colisão entre esses direitos, não pode o princípio da proporcionalidade ser invocado quando houver apenas o conflito entre o interesse de punir estatal e o direito de liberdade do acusado. Atualmente várias são as críticas aos abusos cometidos com a decretação da interceptação telefônica, ainda mais quanto ao uso indiscriminado destas, chamadas também de escutas clandestinas, especialmente as utilizadas pelas próprias Polícias, tornando banal tal instrumento de prova, pois vem sendo utilizado de maneira bastante equivocada, sem o efetivo controle do Poder Judiciário e Ministério Público, se tornando uma poderosa arma contra a sociedade, dado que pessoas sem qualquer ligação com organizações criminosas têm sua intimidade violada, e, posteriormente, o conteúdo das conversas é divulgado na mídia [2]. Nessa esteira, tem-se uma grave violação aos direitos fundamentais da pessoa, impedindo a consolidação do processo penal como garantia de liberdade da pessoa em relação a onipotência do poder punitivo estatal, com prejuízos à realização de um Estado efetivamente democrático [3]. Diversos juristas acreditam que a Lei 9.296/96 não disciplinou com intensidade todas as vicissitudes do procedimento de interceptação telefônica, nesse contexto, acredita-se que são necessárias mudanças na legislação para obter uma maior limitação na utilização dos dados de sigilos obtidos em interceptações telefônicas. Da mesma forma que a interceptação telefônica é um instrumento de prova muito eficaz pelo qual pode auxiliar a Polícia a identificar criminosos e elucidar graves infrações, se esta permanecer sem o controle estatal, violando aos direitos fundamentais, mormente ao da privacidade, constituirá um regresso ao Estado Democrático de Direito. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Muito embora o instrumento probatório da interceptação telefônica deve ser utilizado tão somente em situações extremas, este vem sendo usado de forma indevida e abusiva, desviando-se de sua real finalidade. Portanto, verifica-se a fragilidade da legislação específica, de modo que, frequentemente, é noticiado casos de "grampos ilegais", falsas investigações, vazamento de informações e conteúdo de conversas, perseguições políticas, e outros. Diante disso, mostra-se necessário constituir meios eficazes de controle estatal de modo a criar estruturas jurídicas para dar eficiência a este meio de prova, evitando que o instituto da interceptação telefônica caia em descrédito diante o meio social, político e jurídico.

BIBLIOGRAFIA: [1] LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal:** volume único – 4. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2016. Pag. 981. [2] MARTINS, Robson. **Interceptações Telefônicas à Luz da Constituição Federal de 1988** – 2008. 120 p. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Direito — Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Paranaense, Umuarama, 2008. [3] PRADO, Fabiana Lemes Zamalloa do. **A Ponderação de Interesses em Matéria de Prova no Processo Penal.** São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 195.

Palavras-chave: interceptação telefônica, direitos fundamentais, proporcionalidade, Estado
Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

CSA 053

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E OS DADOS OBTIDOS EM APARELHOS CELULARES

Jorge **SANTOS** (IC jorgejose16@live.com)¹, Deiziane **CAMILO** (IC)¹, Leandro **BELINATO** (IC)¹, Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé - MG

APRESENTAÇÃO: Atualmente, os celulares possuem, além da sua função principal de permitir a comunicação em tempo real, a capacidade de armazenamento de informações pessoais, de modo que sua violação provoca uma enorme ofensa à privacidade e à intimidade, direitos constitucionalmente protegidos. Todavia, tal meio de comunicação tem sido utilizado para a prática de delitos, ao passo que as apreensões de telefones celulares permitiu ao acesso de muitos dados relevantes para a elucidação de crimes. **DESENVOLVIMENTO:** A Carta Política de 1988 prevê como garantias ao cidadão a inviolabilidade da intimidade, do sigilo da correspondência, do sigilo de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial para fins de investigação criminal [1]. Contudo, ainda é tema controverso a necessidade de prévia autorização judicial para análise do conteúdo de telefones celulares, levando a divergência entre o STF e o STJ. O Supremo Tribunal Federal já entendeu que não há necessidade de autorização judicial, em síntese, ao argumento que a comunicação telefônica não se confunde com registros telefônicos, ademais, autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, tem o dever de proceder à coleta do material comprobatório da prática da infração penal [2], já o Superior Tribunal de Justiça tem decidido em sentido contrário, firmando no sentido de ser ilícita a prova derivada do acesso aos dados armazenados no aparelho celular, inerente a mensagens de texto, SMS, conversas por meio de aplicativos, colhidos pela polícia no momento da prisão em flagrante, sem prévia autorização judicial [3], assim, em virtude das divergências, foi reconhecida a repercussão geral do tema e será decidido pelo Supremo Tribunal Federal, quando julgar o ARE 1042075, a licitude da prova produzida durante o inquérito policial relativa ao acesso, sem autorização judicial, a registros e informações contidos em aparelho de telefone celular, relacionados à conduta delitiva e hábeis a identificar o agente do crime. Insta observar o posicionamento do STJ, que adota entendimento sobre matéria constitucional em sentido contrário ao do STF, a quem compete a guarda da Constituição, se mostrando bastante questionável, de modo a conferir tratamento desproporcional ao direito à intimidade posto em colisão com direito fundamental à segurança pública e à proteção efetiva que o Direito Penal deve conferir aos bens jurídicos. Sustenta-se que a lei processual, ao permitir que o Estado apreenda determinado objeto, reconhece que o mesmo tem o direito-dever de analisar o conteúdo de tal objeto, independente de ordem judicial, estando a autoridade policial, ao realizar pesquisas na agenda telefônica dos aparelhos devidamente apreendidos, cumprindo seu dever de objetivar, exclusivamente, a colheita de elementos de informações hábeis a esclarecer a autoria e a materialidade do delito [4]. Portanto, ressalta-se a eficácia que o acesso a dados registrados no aparelho lícitamente apreendido trás para a investigação criminal, auxiliando no trabalho policial ao possibilitar a identificação de possíveis comparsas no delito, a localização do produto do crime, de armas de fogo ou, até mesmo de vítimas, no caso de crime com restrição de liberdade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A coleta de informações de celulares apreendidos tem se mostrado como fonte de prova em diversos casos da seara penal, contudo, traz consigo controvérsias no âmbito dos tribunais, posto que viola um direito fundamental protegido pela Constituição. Constata-se que a controvérsia consiste se a análise de dados no aparelho de celular do agente não caracteriza interceptação de comunicação de dados, de modo que as provas derivadas de tal acesso sejam lícitas. Muitos juízes de 1º e 2º grau têm adotado o entendimento do STJ, reconhecendo a ilicitude de tais provas, porém, até que o STF julgue o ARE 1042075, permanecerá a atual situação de divergência entre tribunais superiores. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. [2] HC 91867, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 24/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-185 DIVULG 19-09-2012 PUBLIC 20-09-2012. [3] RHC 92.009/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018. [4] MARQUES. J.C.C. **NOTA TÉCNICA 06/2018** - Centro de Apoio Operacional Criminal CAOP-CRIM. São Luís. P. 7, 2018.

Palavras-chave: aparelho celular, apreensão, meio de prova, autorização judicial prévia.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

CSA 054

LAVA JATO: DESTINAÇÃO DO DINHEIRO RECUPERADO PELA OPERAÇÃO

Gustavo Daher Valois Ferreira de **OLIVEIRA**(gvalois93@gmail.com) e Bernardo Aloisio Silva **NUNES**, Rayssa Rodrigues MENEGETTI

1. Curso de Direito; 2. Professora; Centro Universitário FAMINAS – BELO HORIZONTE/MG.

APRESENTAÇÃO: Iniciada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal de Curitiba, a Operação Lava Jato é um conjunto de investigações, objetivando apuração de esquema de lavagem de dinheiro que atingiu a marca, segundo investigações, de bilhões de reais em propina. Até o momento a Operação cumpriu mais de mil mandatos de prisões temporárias e preventivas, buscas e apreensões, conduções coercitivas, bem como a condenação de mais de 150 pessoas pelos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, etc. Após 5 anos de operação, estima-se a apreensão de dezenas de bilhões de reais, mas restam dúvidas acerca do valor pecuniário resgatado e seu direcionamento, que serão apurados pela pesquisa. A metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa foi teórico-bibliográfica e o tipo metodológico jurídico-descritivo, com consulta na doutrina nacional, legislação pertinente e artigos. **DESENVOLVIMENTO:** Para onde vai o dinheiro apreendido pela Operação Lava Jato? Porque não há levantamento de forma CLARA de contas à sociedade? Grande parte da população não sabe para onde vai o dinheiro e os bens apreendidos pela Operação Lava Jato e preocupante é a falta de esclarecimentos por parte do Poder Judiciário. Diante da facilidade ao acesso à informação, é questionável o motivo pelo qual não há ciência destes valores e sua direção, bem como a falta de procura pela sociedade acerca destas questões. Pretende-se averiguar nesta pesquisa, a necessidade de esclarecimento por parte do Poder Judiciário da apreensão pecuniária pela Operação Lava Jato e oferecer ainda que de forma sucinta uma breve explicação, buscando provocar uma reflexão diante deste desconhecimento por parte da população. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O dinheiro apreendido fica sob responsabilidade do juiz, sendo depositado numa conta das Varas responsáveis pelo processo, na Caixa Econômica Federal. Apesar de ser do juiz responsável o poder de destinar as verbas, as possibilidades de destinação são pré-estabelecidas pelo Código Penal, Código de Processo Penal e Lei de Lavagem de Dinheiro que são exemplos de leis que determinam parâmetros a serem seguidos. Segundo o Código de Processo Penal o dinheiro deve ser retornado às pessoas físicas e jurídicas e às empresas lesadas que sejam constatadas possuírem direito à quantia durante a apuração processual, se não for o caso, deve ser então destinado ao Tesouro Nacional. A Petrobrás até o momento recebeu cerca de 14 repasses, aproximadamente R\$ 1.4 bilhão. Em 2017 houve a devolução de R\$250 milhões ao Rio de Janeiro, valor pago a aposentados e pensionistas que estavam com o 13º salário de 2016 atrasado; e a autorização da Justiça Federal para usar R\$17.9 milhões em reformas em escolas do estado carioca. (Folha de São Paulo, 09 de abril de 2019). Consultorias especializadas calculam retração de 1% a 1.5% no PIB ao ano devido aos efeitos indiretos da Operação Lava Jato, e, segundo o jornalista João Borges do G1, às revisões feitas pela Petrobrás em contratos e empresas ligadas a seus projetos, provocando atraso ou fim em contratos e obras, causando desemprego. A devolução dos valores desviados apreendidos tem vários fins idealizados por projetos e cabe ao juiz guiado pelas leis definir a destinação. O foco são as áreas em maior necessidade: Saúde, infraestrutura, educação e dar suporte a órgãos cujo objetivo é combater a corrupção. O motivo pelo qual não há ciência do dinheiro apreendido é que por lei os valores só deixam de ser sigilosos após o trânsito em julgado dos processos. Conclui-se que o dinheiro recuperado na operação Lava-Jato é na maioria das vezes, utilizado como forma de reparação ao dano causado pelos roubos e desvios. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS-BH e ao ENIC. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARAZZAI, Estelita Hass. **Dinheiro da Lava Jato banca reforma em escolas e cria fundo anticorrupção.** Folha de S. Paulo. Internet. São Paulo: 3 de março de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/dinheiro-da-lava-jato-banca-reforma-em-escolas-e-cria-fundo-anticorruptcao.shtml>. Acesso em 24 de agosto de 2019. [2] KERCHÉ, Fabio. **Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira.** Contracorrente: 4 nov. 2018.

Palavras-chave: Lava Jato, destinação, dinheiro recuperado

CSA 055

O ABUSO DO PODER FAMILIAR PELA AUTORIDADE PARENTAL

Thaiz Fabiana da **SILVA** (IC- thaiz.bibiano2@gmail.com) ¹, Monyze Dias **FERNANDES** (IC) Priscila Nascimento **REIS**(IC) Thalya de **SOUZA** (IC) ¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ) ²

1. Curso de direito; 2. Professor Centro universitário FAMINAS-UNIFAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

APRESENTAÇÃO: A prática da alienação parental prejudica de forma clara o direito fundamental da criança e do adolescente. Estes, até atingir a maioridade, se encontram devidamente em responsabilidade e representação daqueles que sejam detentores da autoridade parental, como pai, mãe ou afins. Além disto o grupo familiar também é prejudicado, uma vez que constituir o abuso moral contra a criança e/ou adolescente descumpra os deveres pertinentes a autoridade parental, levando a criança ou adolescente a se desvincular através da alienação do seu seio familiar. O presente trabalho visa abordar o abuso do poder familiar pela autoridade parental, tendo como principal prática de abuso a alienação parental. **DESENVOLVIMENTO:** A convivência saudável familiar é arruinada quando a autoridade parental ou outrem, detentor da guarda do menor induz este a alienação parental, seja abusando da autoridade e desrespeitando os princípios fundamentais da criança e do adolescente, dificultando o contato da criança e/ou adolescente com seu genitor, desqualificando sua conduta ou até mesmo inibindo o exercício de direito regulamentado de convivência familiar. O detentor da autoridade parental deve utilizar de tal autoridade, na melhor condição de interesse dos menores, estado assim caso contrário sujeitos a penalização, uma vez que a alienação parental é crime. O artigo 1631 do Código Civil diz que: “ que durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais e, na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade” [1]. Dessa forma caso haja divergência ao exercício do poder familiar, é assegurado que qualquer dos pais possa recorrer ao Juiz a fim de solucionar tal divergência. Vale ainda ressaltar que tal poder familiar só é exercido até a criança e/ou adolescente atingir a maior idade de acordo com a lei vigente no País. Todavia, com a extinção de tal poder, também se extingue a obrigação de prestar alimentos e ainda que expressamente convencionado que os alimentos se cessarão, o juiz deverá ouvir os interessados e apreciar o caso concreto [2]. O exercício do poder familiar sempre será exercido pelo pai ou pela mãe, e na falta ou incapacidade destes um tutor exercerá tal poder, devendo atender também os interesses bem como respeitar os direitos fundamentais da criança e/ou adolescente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se assim que o detentor da guarda do menor deve zelar pelos direitos e deveres pertinentes ao mesmo, tendo em vista que o abuso do poder parental pode se configurar em alienação parental, levando o detentor a responder por tal crime cometido, bem como pelos prejuízos causados ao menor ao qual possui total responsabilidade e ao núcleo familiar que o menor é integrante. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas. **BIBLIOGRAFIA: [1].** BRASIL. Lei nº 10.406, Brasília, 10 de janeiro de 2002 [2] TARTUCE Flavio Direito civil: **Direito de Família** – v. 5 /– 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, pág.536. 2019.

Palavras-Chaves: Abuso, alienação, família.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

CSA 056

O CONSUMIDOR COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO NA TUTELA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Wleidice Ferreira **DORNELLAS** (IC – leidinha_dornellas@hotmail.com)¹, e Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A intervenção humana na natureza provém de longa data, trazendo, como consequências, externalidades negativas, como as cotidianamente noticiadas. A busca por compatibilizar crescimento econômico e sustentabilidade é uma das preocupações de maior relevância atual e, nesse cerne, encontra-se o consumidor, haja vista o questionamento sobre sua atuação como instrumento de impacto, vindo a exercer poder de influência na economia empresarial, no que tange à tutela e preservação ambiental. Diante disso, pretende, o presente trabalho, analisar como o consumidor pode atuar junto às empresas não responsáveis ambientalmente, atuando como instrumentos econômicos a favor do meio ambiente. **DESENVOLVIMENTO:** A relação homem e natureza consubstancia-se em dominação daquele sobre esta e, após a revolução industrial e a troca da manufatura pela máquina, essa relação se fez ainda mais gritante, haja vista que as consequências, ainda hoje, geram inúmeros resultados desfavoráveis ao meio ambiente. Inserido nesse contexto está o capitalismo que aprisiona o homem à necessidade de consumir, crendo atingir a auto realização, o que os especialistas denominam de “necessidades criadas” [1]. Com isso, aumentam-se as externalidades negativas junto à natureza e, como resultado, também à sociedade, provenientes de empresas as quais não são ambientalmente responsáveis, fazendo-se necessário a busca por instrumentos que viabilizem a minimização dos impactos socioambientais. O mais efetivo instrumento de controle econômico é o próprio consumidor, contrapondo-se ao Estado que, apesar de legislação teoricamente rigorosa, ainda é ineficiente. Cumpre salientar que o Estado tem a função de fiscalizar a atividade econômica empresarial no que tange ao meio ambiente, exercendo assim, a respectiva tutela [2]. Contudo, o consumidor, como fonte direta de produção e lucro, necessita se fazer valer da influência que detêm, analisando o produto antes de adquiri-lo, visando não apenas a relação custo e benefício, mas também o consumo sustentável, exercendo pressão sobre as empresas, posto fabricarem conforme a demanda. O mercado depende do consumidor, que pode ser compreendido como relevante elo na cadeia econômica, pois é oriundo dele a opção de escolher pela organização e pelo produto que utilizem de processo produtivo mais adequado com o menor impacto ambiental. Ou seja, a atitude do consumidor “acarretará no sucesso ou no fracasso da atividade econômica da empresa.” [2]. O papel responsável das organizações empresariais em relação às circunstâncias do desenvolvimento sustentável com a sociedade se evidencia na forma em que se empregam os recursos naturais, usando novas tecnologias ambientais, mantendo um nível sustentável e respeitando o meio ambiente, possibilitando que as necessidades de hoje sejam supridas sem limitar os recursos necessários para as gerações seguintes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** À vista do exposto, conclui-se que o consumidor é um dos meios mais eficientes de fiscalização e controle da economia em face ambiental, influenciando, de forma direta, na cadeia de produção econômica. Cidadãos ambientalmente conscientes analisam os produtos de maneira a incluir os interesses difusos inerentes ao bem ambiental, assim como investigam a empresa quanto à sua responsabilidade socioambiental. Contudo, cumpre ressaltar que isso não limitaria o consumo ou reduziria o percentual econômico brasileiro e sim, proporcionaria produtos de qualidade, nos padrões necessários e ambientalmente adequados a uma vida sadia no presente, sem se olvidar da perspectiva futura, atrelando meio ambiente e sociedade à relação simbiótica, mais condizente ao conceito de desenvolvimento sustentável, conforme preceitos constitucionais. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e à Superintendência Regional de Ensino de Muriaé pelo incentivo à pesquisa e pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal:** ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. [2] THOMÉ, Romeu. **Instrumentos econômicos públicos e privados de preservação ambiental.** In: Revista Brasileira de Direito Ambiental, v. 10, São Paulo: Ed. Fiuza, 2007, p. 45 a 62.

Palavras-chave: consumidor; instrumento de controle econômico; meio ambiente

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

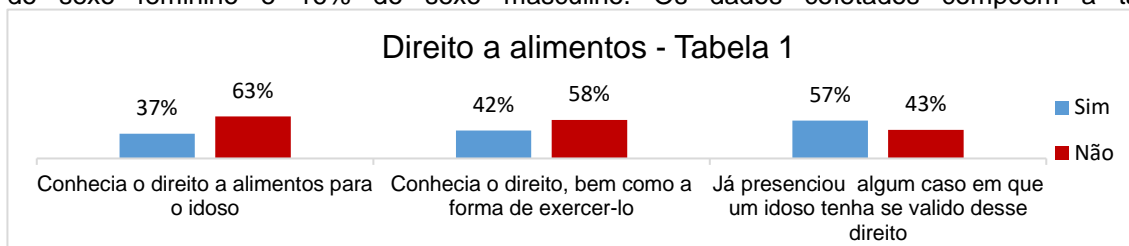
CSA 057

O DIREITO A ALIMENTOS NO ESTATUTO DO IDOSO

Igor Silva **GARCIA** (IC – igorsilvagarcia10@gmail.com) ¹; Isaque C. **FONSECA** (IC)¹; Álvaro Benini **RAMOS** (IC)¹; Ana Paola M. Oliveira **CARNEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: O Estatuto do Idoso completou 15 anos de sua entrada em vigor em 2018. A partir da edição dessa lei vários especialistas indicaram que houve um avanço significativo em relação à garantia dos direitos dos idosos, haja vista que, por meio dele houve a tipificação de crime de maus tratos e violência contra idosos, além de outros direitos, como o dever de alimentos. Este direito, se refere a uma prestação pecuniária, que deve ser paga por quem tem o dever legal, prestada ao alimentando para que este possa viver de modo compatível com a sua condição social, considerando-se como o valor necessário e indispensável à sobrevivência do mesmo¹. Realizou-se uma pesquisa de campo, no Centro de Convivência dos Idosos, situado à praça João Pinheiro, na cidade de Muriaé/MG, tendo como público alvo os idosos que ali estavam presentes, por meio de um questionário com 3 questões objetivas para avaliar o conhecimento dos idosos sobre o direito que lhes é assegurado, bem como se sabiam a forma de promover-lhe a execução. Analisou-se também quantos já haviam presenciado algum caso em que algum idoso tenha se valido desse direito. **DESENVOLVIMENTO:** A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 229 dispõe: “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Além disso, frisa-se que o Código Civil em seu art. 1.698, estabelece que sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todos devem concorrer na proporção dos respectivos recursos. De outro lado, com o advento da lei 10.741/03 o direito aos alimentos para idosos foi ainda mais facilitado, sendo que toda construção doutrinária e jurisprudencial acerca da proibição da solidariedade alimentar caiu por terra, pois o artigo 12 do referido diploma legal prevê que “a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores”². Assim, diferente do Código Civil que manda o alimentante exigir os alimentos do parente mais próximo, o estatuto permite que seja demandado qualquer parente que tenha obrigação de alimentos, podendo ser preteridos os mais próximos, pelos mais remotos. Com a pesquisa de campo obtiveram-se 19 voluntários, dos quais 84% são do sexo feminino e 16% do sexo masculino. Os dados coletados compõem a tabela a seguir.



CONSIDERAÇÕES FINAIS: Pode-se verificar que o conhecimento dos idosos sobre o tema era mínimo, sendo que mais da metade dos idosos se quer conheciam o direito que o estatuto do idoso os garante. Além disso, dos que alegaram conhecer o direito a alimento ao idoso, menos da metade sabia a forma de exercê-lo. Restando nitidamente que não basta o direito ser garantido, é necessário leva-lo à cabo, e isso só se torna possível com a divulgação do conhecimento acerca do mesmo. **AGRADECIMENTOS:** Agradecemos aos voluntários do Centro de Convivência dos Idosos de Muriaé/MG. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. 10 de janeiro de 2002. Lei nº 10.406. Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso dia 21 de maio de 2019. [2] LEAL, Daniela Banqueiro Vargas. Os alimentos no Estatuto do Idoso. 2004. Disponível em: < <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1699/Os-alimentos-no-Estatuto-do-Idoso>>. Acesso dia 20 de maio de 2019.

Palavras-chave: Estatuto do idoso; obrigação; prestar alimentos.
Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 058

O DIREITO FUNDAMENTAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR SOB A ÉGIDE DA ADOÇÃO

Carolina Luzia Bombier de **OLIVEIRA** (IC – carolbombier5@gmail.com)¹, Nara Ferreira de Andrade **CARVALHO** (IC)¹; Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora

Centro Universitário UNIFAMINAS - 36888-233 - Muriaé – MG

APRESENTAÇÃO: O direito fundamental à convivência familiar é garantia destinada a todas as crianças e adolescentes, assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA/90) e pela Constituição Federal de 1988 (CRFB/88). Contudo, a realidade demonstra muitas crianças destituídas do seio familiar, vivendo sem o núcleo de convivência assegurado pela legislação. Diante disso, com vias à efetivação deste direito está a adoção de crianças e adolescentes. Nesse cerne, esse estudo visa analisar a adoção enquanto tutela ao direito fundamental de convivência familiar. **DESENVOLVIMENTO:** A legislação brasileira traz que toda criança e adolescente tem o direito de convivência familiar, “de ter alguém para chamar de mãe ou de pai”. Entretanto, referido direito ainda se encontra distante de ser uma realidade. Vivendo parcela significativa da infância e juventude em unidades de acolhimento, milhares de crianças e adolescentes se veem privados de direitos fundamentais [1]. Devida à importância desse direito fundamental, a legislação o resguardou, devendo essa convivência ser tratada como primordial para o desenvolvimento da criança e do adolescente, estando associado ao contexto sociocultural e principalmente familiar. Em conformidade, a CRFB/88, em seu artigo 226, enaltece que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.” [2], demonstrando, assim, que a convivência familiar está atrelada ao princípio da dignidade da pessoa humana, que corresponde à base principiológica constitucional brasileira. Corroborando, está o ECA/90, em seu artigo 19, ser “direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária” [3]. Assim, a convivência familiar deve ser mantida mesmo que a família original tenha se destituído. Dessa forma, o instituto da adoção se demonstra basilar e necessário para tentar resolver as verdadeiras necessidades, garantindo à criança e ao adolescente o direito fundamental da convivência familiar. Objetivando a reintegração familiar ou, inviabilizada esta, o acolhimento institucional, enquanto medida excepcional, é utilizada. Entretanto, a realidade mostra-se diferente, com crianças que permanecem institucionalizadas, às vezes, por muitos anos, arriscando-se nesse percurso, perderem sua infância, período mais significativo para o sadio desenvolvimento e a construção da própria identidade. Vale salientar que, quanto mais velha a criança, mais dificuldade em se conseguir uma nova família, uma vez que, geralmente, a preferência dos casais é por crianças pequenas. Consequentemente, o acolhimento institucional, em grande parte dos casos, não se perfaz uma medida temporária como assegurado pelo texto lei, que deveria ser enquanto a família substituta é trabalhada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante de todo o exposto, é conclusivo que a convivência familiar e comunitária é um direito fundamental, devendo assim haver a prioridade na aplicação, bem como a proteção desse direito. A filiação afetiva igualmente está disciplinada no ordenamento jurídico pátrio, a qual é marcada pela ausência da filiação biológica, vindo a restituir o direito fundamental de convivência familiar à criança e ao adolescente. Portanto, a adoção é um instituto essencial quando se trata de família, independente do arranjo familiar, tendo como objetivo principal a reintegração em âmbito de família e comunidade, em prol do direito fundamental da convivência familiar. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KREUZ, Sergio Luiz. **Direito à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente**, Curitiba: Juruá, 2012, p. 17. [2] BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p. [3] BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

Palavras-chave: Adoção. Convivência familiar. Direito Fundamental
Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 – Direito

CSA 059

**A SOBERANIA DO ESTADO VINCULADA AOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE
FRENTE AS TERRAS OCUPADAS TRADICIONALMENTE PELOS POVOS NATIVOS**

Aline Trindade **ROLA**(alinettrindade406@yahoo.com) e Amanda Cristina Madureira **REIS**
(amandac1932@hotmail.com), Raphael **MAIA**

1. Curso de Direito; 2. Professor; Centro Universitário FAMINAS – BELO HORIZONTE/MG.

APRESENTAÇÃO: Existem diversos aspectos em discussão acerca da demarcação das terras ameríndias e dos direitos originários dos nativos, uma dessas vertentes, baseia-se na adoção e na imposição dos conceitos de território e territorialidade sobre a população ameríndia, interferindo na propagação e preservação do seu meio cultural, social e tradicional. Tal questão coloca em pauta o questionamento a respeito do exercício da soberania estatal nessa perspectiva. Segundo Dalmo de Abreu Dallari, a soberania continua a ser concebida de duas maneiras distintas, sendo que uma delas se dá com a expressão do poder jurídico mais alto, de forma que dentro dos limites da jurisdição do Estado, este tem o poder de decisão em última instância sobre a eficácia de qualquer norma jurídica dentro do território nacional. Portanto, o território remete a um produto histórico de processos sócio-políticos culturalmente variáveis, estabelecendo relação entre uma sociedade específica e a sua base territorial. O esforço coletivo desses grupos sociais para residir, usufruir, controlar e se identificar com o ambiente biofísico é a territorialidade, de modo que essa é de fundamental relevância na constituição dos eixos de articulação cultural, social e política dos povos nativos. Diante do exposto, o presente trabalho demonstra a importância da limitação da soberania do Estado no que tange à preservação da identidade cultural das comunidades tradicionais originárias. **DESENVOLVIMENTO:** A repercussão midiática atribuída às demarcações, elevam o teor preservativo dos direitos às terras tradicionais ameríndias perante a soberania do Estado, bem como resguardam a Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Constituição Federativa de 1988. A título de exemplo, a reminiscência da situação crítica dos Guarani-Kaiowá no início do milênio, ocasionada pela luta à demarcação das terras ameríndias em contraposição a uma violenta reação promovida pelos grandes proprietários de terra na região sul do MS, outrossim, a implantação da Usina de Belo Monte, que foi construída no Rio Xingu, no município de Altamira no Estado do Pará, gerou impactos vultosos nas terras tradicionalmente ocupadas, repercutindo direta e indiretamente, influenciando na manutenção de seus hábitos alimentares, assim como, sua cultura. A temática é discutida em abundância, todavia, pautada de interpretações múltiplas, que em sua normalidade, sobressaem os interesses específicos de certos grupos acima dos direitos originários. Na esteira dessa tese, a problemática centraliza-se no estabelecimento de parâmetros acerca da fronteira do exercício da soberania do Estado – mesmo que justificável para o bem comum – frente ao processo de território e territorialização promovida pela população nativa originária. O propósito geral contempla a revisão do processo operante da soberania estatal, concomitantemente às questões envoltas na manutenção protetiva no que fere os direitos dos povos nativos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Contemplando a ratificação da Convenção 169 da OIT, por meio do Decreto Legislativo nº143 de junho de 1989, infere-se que a contradição alusiva aos direitos indígenas - em parte - é sucedida por meio do exercício da soberania indiscriminável do Estado ao não considerar o conceito de território tal como ele é percebido pelos povos nativos, interferindo na capacidade de decisão sobre o aproveitamento dos recursos territoriais, em oposição o que alega o Art.4 Da referida OIT § 1º, “Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens as culturas e o meio ambiente dos povos interessados”. Visto isso, o antropólogo Paul E. Little, defende que a territorialidade quanto expressão não reside na figura de leis ou títulos, mas sim no campo da memória, integrando dimensões simbólicas e identitárias no relacionamento com o meio, atribuindo profundidade e consistência temporal ao território. Dessa forma corrobora-se que, se faz necessário uma manutenção no modo diferencial de tratamento aos povos ameríndios resguardados pelo estado, sobretudo no que se diz respeito aos territórios e seus subsequentes desdobramentos. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS-BH e ao ENIC. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LITTLE E., Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf. Acesso em: 10 mar. de 2019. [2] WAGNER BRENO DE ALMEIDA, Alfredo. **Terras tradicionalmente ocupadas. Processo de territorialização e movimentos sociais.** Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>. Acesso em: 10 mar. 2019. [3] DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Palavras-chave: Povos Tradicionais, territorialidade, soberania

CSA 060

O PREJUÍZO DA AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Karla Maria Penido da **FONSECA** (IC - karlafonsecapj@gmail.com.)¹, Vinicius César Miranda **FERREIRA** (IC - vince.mferreira@gmail.com)², Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)³

1. Direito; 2. Arquitetura e Urbanismo; 3. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ* - 36888-233 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: O acesso à justiça é garantido através de lei constitucional e infraconstitucional, para aqueles que não possuem recursos financeiros para arcar com as despesas e custas processuais. Apesar de ser uma medida excepcional, é cada vez mais comum a sua aplicação e assim, a ausência de parâmetros, aliada ao crescente demandismo judicial sob o pálio da assistência, vem onerando os cofres públicos e causando uma inflação de demandas judiciais despropositadas. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, o percentual de processos com a gratuidade vem aumentando gradativamente, em 2015 do total de ações 27% estavam sob o pálio da assistência, já em 2016 o número foi para 32% e em 2017 chega à 33%, um crescimento de 5,8 pontos percentuais em apenas dois anos. O TJMG teve um gasto total de mais de 59 milhões, somente em 2018, para pagamento de assistência judiciária gratuita [1]. Diante da ausência de critérios claros, é fácil conseguir o benefício, uma vez que a sua comprovação pode ser, facilmente, manipulada pelo litigante, já que em muitas comarcas a simples declaração de pobreza é aceita como um documento comprobatório da hipossuficiência e em algumas vezes o uso do bom senso é ignorado, agindo o litigante de má-fé para conseguir a benesse. Na seara trabalhista, a Lei 13.467/17, alterou o art. 790 da CLT e trouxe parâmetros objetivos para concessão do benefício da gratuidade de justiça, qual seja, recebimento de salário igual ou inferior a 40% do limite máximo do benefício do regime geral da previdência social, porém na justiça comum, não existem tais parâmetros e o benefício é concedido de acordo com o entendimento de cada magistrado, levando em conta fatores muitas das vezes subjetivos. É comum que os magistrados solicitem a apresentação de documentos que comprovem a renda, como carteira de trabalho, extratos e até mesmo a declaração de imposto de renda, ou que utilizem os parâmetros da Defensoria Pública, mas continuam sem uma referência de rendimentos que ensejariam o deferimento da gratuidade. A concessão desta assistência sem critérios, fomenta o uso da justiça para exigir do judiciário intervenções desnecessárias e descabidas, como exemplo, as ações de indenização por dano moral, que na verdade são mero aborrecimento, mas buscam uma reparação por estarem litigando com a gratuidade [2]. De acordo com o sítio eletrônico do CNJ, na justiça estadual a quantidade de ações desse tipo ultrapassaram os 2 milhões em 2017 [1]. A ausência de padrão para concessão da justiça gratuita é maléfica para as contas do Estado, a sua negação também traz a indagação sobre a possível mitigação do direito ao acesso à justiça garantido pela CF/88. Porém, a própria lei permite a concessão da assistência de forma parcial, além de permitir a sua revogação a qualquer tempo se a situação econômica do assistido mudar, entretanto em poucos casos vê-se tal medida ser concedida dessa forma, ou até mesmo, sendo revogada durante o processo, o mais frequente é o processo começar e terminar com o benefício. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por derradeiro, é imperioso que o legislador estabeleça critérios mais objetivos, para que os magistrados ao analisarem o pedido de gratuidade não tenham quaisquer dificuldades para prolatar sua decisão, suprindo assim, a subjetividade da análise da gratuidade, além disso, trará uma maior segurança jurídica. Em consequência, as ações infundadas e meramente aventureiras, em busca de um enriquecimento às custas do judiciário diminuirão, evitando o congestionamento processual nas varas de todo país, diminuindo o tempo de espera da decisão e os gastos públicos com os pagamentos dessas despesas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] **JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018: ano-base 2017**. Brasília: CNJ, 2018. Anual. Disponível em: <<https://bit.ly/2R0ZMsn>>. Acesso em: 24/02/2019. [2] OLIVEIRA, L. P. F. de. **Uso e abuso da Justiça gratuita ante o princípio constitucional do amplo acesso**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2WZTFee>>. Acesso em: 24/02/2019.

Palavras-chave: critérios, gratuidade, hipossuficiência

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 061

O USO DO QR CODE COMO FERRAMENTA BENÉFICA AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL
E DA AMPLA DEFESA

Vinícius Rodrigues **VILELA** (IC- viniciusvilela019@gmail.com)¹, Rafaela Aparecida Medeiros **GARCIA** (IC) ¹,
Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professor do Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – Muriaé - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Amenizar os efeitos gerados pela grande demanda de ações que são ajuizadas todos os dias no Brasil é um grande desafio, logo, se faz necessário meios alternativos e eficientes que facilitem a atuação de advogados e juizes no exercício da jurisdição. Uma ferramenta conhecida como *QR Code* se encontra justamente entre uma dessas alternativas. Ela como tecnologia se torna uma forte aliada na concretização da justiça, ao passo que, a ferramenta é implantada nas petições a fim de se facilitar a compreensão do juiz acerca de determinado pedido. **DESENVOLVIMENTO:** Conforme o artigo 188 do Código de Processo Civil “Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial”[1]. Apesar de agir por seus interesses, o autor da ação se porta como colaborador necessário para a extinção do conflito em que faz parte [2]. O *QR Code* é uma espécie de código de barras, que pode ser escaneado por câmeras de celulares por meio de um aplicativo que redireciona para um link com conteúdo publicado na internet. O uso desse instrumento facilitará a comunicação entre advogados e juizes que sempre trabalham com tempo escasso. Com posicionamento parecido, afirma o advogado Euro Júnior de forma exemplificativa que “**O advogado de São Paulo, por exemplo, poderá gravar um vídeo e apresentá-lo a um ministro em Brasília, sem necessitar do deslocamento**” [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em face do exposto, é evidente a utilidade do *QR Code* ao se inovar num meio majoritariamente conservador, possibilitando uma resolução mais ágil de litígios e proporcionando resultados mais satisfatórios para as partes que compõem o processo. Desta forma, ao estreitar a comunicação entre juiz e advogado, ele permite que esse magistrado proporcione uma resposta mais célere ao autor da ação, prestigiando o princípio da celeridade processual, e promovendo a concretização da ampla defesa, ao passo que abrange as possibilidades de tutela de um direito e proporciona a efetivação de uma garantia constitucional ainda na petição inicial. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo incentivo à pesquisa e pelo apoio concedido, e ao Dr. Euro Júnior e a Dra. Juliana Soares pelo apoio e disponibilidade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FERRI, Carlos Alberto; DE ALMEIDA, Alessandra Crepaldi. Efetividade dos princípios processuais. *Universitas*, n. 24, 2019. Disponível em: <<http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/356>>. Acesso em: 22 de julho de 2019. [2] CINTRA, AC de A.; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. Malheiros editores, 2005. [3] ROVER, Tadeu. Advogado usa *QR Code* em petição para facilitar comunicação com juiz. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-set-25/advogado-usa-qr-code-peticao-facilitar-comunicacao-juiz#author> Acesso em: 22 de julho de 2019.

Palavras-chave: *QR Code*, Celeridade Processual, Ampla defesa.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 062

OS BENEFÍCIOS DA APLICAÇÃO DA APAC NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Karen **PIMENTEL**, ([IC- karenpiimentel@gmail.com](mailto:karenpiimentel@gmail.com))¹, Luísa **BRAGA**, Roberta **MEDEIROS**, Tathyangela **SANTOS** e Stefanini **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora

Centro Universitário *FAMINAS* – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: A APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) nasceu em 1972, na cidade de São José dos Campos/SP, através de um grupo de voluntários cristãos, no presídio Humaitá, com o objetivo de auxiliar a Justiça na execução da pena, evangelizando e dando apoio moral aos condenados. Sem fins lucrativos, a APAC dedicada à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade, opera como entidade auxiliar do poder Judiciário e Executivo. A APAC oferece um modelo de entidade juridicamente organizada, tendo como suporte alguns funcionários e voluntários, sem o concurso de policiais ou agentes penitenciários. **DESENVOLVIMENTO:** O objetivo da APAC é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência e oferecer alternativas de ressocialização para o indivíduo. Sendo assim, a APAC desenvolve um método de valorização humana, vinculada à evangelização, oferecendo ao condenado condições de recuperar-se. Entretanto, nem todos podem ser transferidos para um centro APAC, o detento pede a transferência e o juiz decide. “a APAC acompanha também os presos que estão cumprindo pena em casa, em livramento condicional ou regime aberto, o que dá em torno de 6 mil pessoas atendidas”, afirma o juiz auxiliar da presidência do TJ-MG, Thiago Colnago Cabral. Desta forma, podemos caracterizar as APACs como sistema prisional alternativo sem agentes armados, onde não há fugas e motins e o custo por preso é 50% menor. A distinção entre os sistemas podem ser observados no baixo índice de reincidência, que gira em torno de 20% na APAC e de 80% no regime comum, baixo custo para construção de APACs, ausência de violência e rebeliões, poucas fugas, tem contribuído para que seja conhecida e aplicada. Desde que as APACs existem nunca houve registro de motim ou rebelião e o percentual de fuga é de 1% da população carcerária, o problema atual é a falta de recursos, já que o Estado é o principal provedor das APACs, mesmo tendo a vantagem da mão de obra, que é voluntária ou contratada pela associação, o que faz com que o Estado não tenha gasto algum, diferente do que acontece no sistema convencional. A metodologia aplicada por essa entidade é inovadora, pois, todos os detentos são chamados pelo nome, valorizando o indivíduo, a comunidade local participa efetivamente, através do voluntariado, além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, enfim, há um menor número de recuperados juntos, para evitar a formação de quadrilhas, tráfico de drogas, violência e corrupção. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O sistema prisional, com o propósito de aprisionar o indivíduo definido como recuperando, provavelmente, não visa apenas o controle disciplinar, senão o controle minucioso da vida e das condutas do condenado. Seria muito proveitosa a construção de mais APACs no estado brasileiro, além de ser um método eficaz para a ressocialização dos condenados, além de contribuir com os presídios superlotados, dominados por facções criminosas. A metodologia apaqueana tem transformado os reeducados em cidadãos, reduzindo a violência fora e dentro dos presídios, diminuindo a criminalidade e oferecendo à sociedade a tão sonhada paz. **BIBLIOGRAFIAS: [1]. A APAC: O QUE É?** Disponível em; www.fbac.org.br/index.php/pt/como-fazer/apac-o-que-e, Acesso em: 09 de julho de 2019; **[2]. GAMA, Jéssica: A lei de execução penal a luz do método APAC**, Disponível em; drajessicagama.jusbrasil.com.br/artigos/229836759/a-lei-de-execucao-penal-a-luz-do-metodo-apac, Acesso em: 09 de julho de 2019.

Palavras-chave: Ressocialização, Sistema Prisional, Humanização.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO

CSA 063

OS TRANSGÊNEROS E A MUDANÇA DE NOME: UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE

Thalya de **SOUZA** (IC souzalya38@hotmail.com)¹, Maik W. M. **RODRIGUES** (IC)¹, Thaiz Fabiana da **SILVA** (IC)¹, Rayane Berriel de **OLIVEIRA** (IC)¹, Priscila Nascimento **REIS** (IC)¹, Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: Com o evoluir da sociedade surgiram novos entendimentos com relação a gênero e tudo que cerca o assunto, transformando o mesmo em fonte para o direito. Ao passo que no passado existia um conceito de homem e mulher heterossexuais, atualmente há uma gama de “derivações” nesse sentido, como por exemplo: o homossexual, travesti, transexual, transgênero, etc, perpassando por questões de identidade de gênero, preferência sexual etc. Nesse sentido, a temática está longe de ter uma abordagem simples, posto abarcar tema de profunda complexidade, como a natureza humana e suas nuances. Houve, incontroversamente, crescente número de pessoas que iniciaram pedido de mudança de nome, buscando adequação entre identidade civil e identidade de seu gênero. Diante disso, esse artigo possui, como foco, o tema mudança de nome para transgêneros, pautada pelo direito à dignidade da pessoa humana. **DESENVOLVIMENTO:** No ordenamento jurídico brasileiro, ainda há pouco, não cogitava positivada hipótese de mudança de nome por razões de identidade de gênero, como no caso dos transexuais. Pessoas que conseguiam autorização para obter, em cartório, a mudança de seu nome, em virtude de adequação ao seu gênero, provinha por meio de alguma decisão judicial, o que levava tempo e, conseqüentemente, dinheiro em querelas jurídicas. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 [1], onde era pleiteado o direito dos transgêneros de mudarem seus nomes sem que houvesse alguma cirurgia nem demanda jurídica. Os votos, por parte dos Ministros, foram unânimes. Entretanto, a discordância veio na questão onde se debatia a necessidade de haver uma prévia autorização judicial para que o cartório realizasse a mudança do nome solicitada pelo transgênero. Por fim, sob o fundamento da dignidade da pessoa humana atrelado à identidade de gênero que, indubitavelmente, se estende ao nome transcrito no documento oficial, razão não havia que ser diferente do que prevalecido na decisão, constando que ao transgênero, para obter a mudança de se nome, bastaria se dirigir ao cartório competente mais próximo e assinar uma declaração na qual alegasse ser transgênero e, com isso, conseguir que o cartório fizesse a mudança solicitada. Ademais, o STF demonstrou proteger os interesses dessa parcela marginalizada da sociedade, que tanto já sofre diante um enraizamento cultural arcaico e preconceituoso [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observa-se, por meio do exposto, que a cada dia está mais evidente que o sistema jurídico pátrio vem tentado se posicionar na tutela dos vulneráveis, em primazia à dignidade humana, corroborando inúmeros documentos internacionais que abarcam os direitos das minorias, qualquer que seja essa, haja vista que, há muito, concluiu-se que vulnerabilidade não se prendeu apenas às diferenças de classe e trabalho. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo apoio à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Ação Direta de Constitucionalidade 4275. [2] JUBILUT, Liliansa Lyra; LOPES, Raquel de Oliveira (Orgs.). **Direitos Humanos e Vulnerabilidade e a Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Santos: Universitária Leopoldianum, 2018.

Palavras-chave: dignidade da pessoa humana, mudança de nome, transgêneros.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 064

PARES HOMOAFETIVOS E ADOÇÃO: O FOCO SOBRE O INTERESSE DO ADOTANDO

Thalya de **SOUZA** (IC souzalya38@hotmail.com)¹, Maik W. M. **RODRIGUES** (IC)¹, Priscila Nascimento **REIS** (IC)¹, Rayane Berriel de **OLIVEIRA** (IC)¹, Monyze Dias **FERNANDES** (IC)¹, Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: O instituto da adoção passou por consideráveis transformações, acompanhando o contexto histórico social, ocasionando a ampliação do conceito de família, buscando atingir o verdadeiro sentido do instituto, qual seja, o interesse do adotando. Diante disso, a adoção por casais homoafetivos viu-se abarcada. Nesse interim, o presente artigo possui, como objetivo, analisar o tema adoções por pares homoafetivos, em especial devido a presença de omissão legislativa específica quanto à temática, apesar da vasta a legislação acerca do assunto adoção. **DESENVOLVIMENTO:** Com o advento do reconhecimento, pelo STF, da união homoafetiva como uma união legalmente tutelada, que o direito à adoção se fez mais tangível. No Ordenamento Jurídico Brasileiro existe um considerável arcabouço jurídico acerca da temática adoção, dentre eles a Lei Nº 8.069, de 13 de Junho de 1990, que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) [1], que regulamenta a adoção, em seus artigos de 39 a 52, abordando aspectos pormenorizados, como exemplo, a idade e os requisitos pra ser um adotante, ressaltando a importância da adoção somente se concretizar depois de ser verificado que a mesma será benéfica ao menor. Atualmente, a luta dos pares homoafetivos com vistas à adoção tem sido menos complexa, uma vez que houve a redefinição de família, proveniente também da pacificação jurídica da união homoafetiva. Nesse foco, e corroborando com os preceitos do STF, os operadores do direito aprofundam seus argumentos utilizando, em suas fundamentações, o princípio do melhor interesse da criança, indicado no artigo 3º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) [2], no qual é garantido o direito à criança e do adolescente a convivência familiar e comunitária, alugando, conjuntamente, a possibilidade na garantia de um lar saudável. Ademais, como já foi supramencionado, o Supremo Tribunal Federal, reconheceu a união estável entre pares homoafetivos como entidade familiar, abrindo assim um leque de direitos aos pares homoafetivos, a formação de um lar seguro e adequado para os adotandos. Há que se ressaltar a existência do projeto de Lei Nº 6.222/05 [3], que regulamenta todo processo de adoção e também modifica muitos artigos do ECA/90. Referido projeto, em dezembro de 2006, passou pelo crivo da comissão especial, encontrando-se pronto pra ser aprovado pelo plenário. Esse é um ponto muito importante para os pares homoafetivos, uma vez que tal projeto de Lei, que regulariza a adoção das crianças e adolescentes por pares homoafetivos, tornando oficial o que vem ocorrendo na prática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pode-se perceber, por meio deste artigo, que dia após dia tem ficado mais claro o atraso do direito pátrio positivado no que tange ao tema adoção por pares homoafetivos, gerando a utilização analógica da legislação aplicada aos pares heterossexuais. A discussão, a polêmica e a complexidade do assunto ainda se encontram longe de um fim, também devido fatores sociais, como concepções patriarcais acerca da instituição família, o que colabora para o distanciamento do verdadeiro fim almejado pela legislação, que se pauta na proteção, tutela, zelo e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo apoio e incentivo à iniciação científica. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. [2] Assembleia Geral das Nações Unidas 44/25, 1989, Genebra. [3] Brasil. Projeto de Lei, nº 6.222 de 2005. GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Palavras-chave: adoção, adotando, pares homoafetivos.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 065

PARES HOMOAFETIVOS E O CASAMENTO CIVIL: O APELO SOCIAL COMO FONTE PARA O DIREITO

Thalya de **SOUZA** (IC souzalya38@hotmail.com)¹, Maik W. M. **RODRIGUES** (IC)¹, Thaiz Fabiana da **SILVA** (IC)¹, Priscila Nascimento **REIS** (IC)¹, Monyze Dias **FERNANDES** (IC)¹, Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO** (PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé-MG.*

APRESENTAÇÃO: O direito ao casamento civil, há pouco, ainda era negado aos pares homoafetivos, com destaque ao apelo cultural, muito preso a preconceitos, bem como a um modelo familiar patriarcal. Em vistas da guarnição, pelo Estado, desse modelo de união e, conseqüentemente, familiar, iniciaram-se inúmeras querelas jurídicas solicitando que o Estado, dentre suas prerrogativas, passasse a reconhecer como válida a união, mesmo que informal, entre pessoas do mesmo sexo, atingindo êxito, em 2011, quando o STF votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 [1]. Contudo, o tema não perdeu sua complexidade e, nesse interim, será abordado, neste artigo, o tema do casamento civil entre pares homoafetivos. **Desenvolvimento:** No Brasil, por anos, as pessoas que se encontravam em união homoafetiva tinham seus direitos, da mesma decorrente, negligenciados. Enquadram-se, a título de exemplificação, dentro do abarcado, a divisão dos bens, o direito ao sobrenome do parceiro (a), a guarda de filhos, dentre outros. Porém, após a decisão do STF, supramencionada, que pacificou a união entre pessoas do mesmo sexo, com referência à equidade, para com a união entre homem e mulher, viram-se vitoriosos, ao menos quanto à tutela jurídica, frente ao princípio da isonomia, consagrado pela Constituição Federal de 1988. A partir desse fato, ocasionando um preceito jurídico, os pares homoafetivos iniciaram a busca, diante do judiciário, pela concretude de direitos variados, dentre eles: a de adoção, direitos testamentários com relação ao cônjuge, seja este virago ou varão, bem como outros abordados pelo ramo do direito de família. Outro grande marco envolvendo o tema foi a Resolução nº 175, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) [2], de 2013, que aduz, em texto breve, que, a partir de sua publicação, seria vedado, a qualquer órgão capaz a negação de realizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou de fazer a mutação de união estável em casamento. Entretanto, ainda não há, no Ordenamento Jurídico Brasileiro, dispositivo em forma de lei que assegure este direito aos casais homoafetivos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Como é de fácil percepção, com o texto exposto neste trabalho, nota-se que, mesmo diante avanços no que tange a entendimentos do STF e resoluções, o alcance dos direitos dos pares homoafetivos ainda é dificultosa, pois como já fora supracitado, o preconceito impera na sociedade e, há pouco, repercutia na legislação. Como isso, ainda há muita negação com relação aos direitos provenientes desse casamento, mesmo este sendo abraçado por nossos tribunais. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS pelo apoio no desenrolar desse trabalho, bem como o incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Ação Direta de Constitucionalidade 4277. [2] Resolução nº175 do Conselho Nacional de Justiça 2013. GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Palavras-chave: casamento, direitos, pares homoafetivos.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 066

POESIA SOCIAL: A LITERATURA SE OPONDO AO REGIME MILITAR E INFLUENCIANDO A EVOLUÇÃO NORMATIVA

Igor Silva **GARCIA** (IC – igorsilvagarcia10@gmail.com) ¹; Isaque C. **FONSECA** (IC)¹; Álvaro Benini **RAMOS** (IC)¹; Ana Paola M. Oliveira **CARNEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. ProfessorCentro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A poesia social é um tipo de produção literária surgida no período militar que aborda questões de valor político e social. É uma corrente artística que surge em oposição ao Concretismo, propondo uma arte mais voltada para os problemas políticos e sociais do país, tendo como um dos seus principais representantes o poeta Ferreira Gullar¹. Essa poesia se configurou uma das principais formas de demonstração das mazelas vividas pela população fazendo oposição ao sistema que restringia direitos fundamentais as pessoas. Realizou-se uma pesquisa qualitativa para avaliar a literatura como um instrumento social, buscando também verificar como que a poesia social dos anos do regime militar assume um papel de manifestação dos anseios populares, e as contribuições dessa para o desenvolvimento das normas jurídicas posteriores. **DESENVOLVIMENTO:** O autoritarismo instaurado com o Golpe Militar de 64 foi um dos fatores históricos que mais influenciaram as manifestações artísticas e culturais no Brasil. Nessa época houve um compromisso explícito dos poetas com as classes populares. A poesia social surgiu como uma expressão de resistência, crítica, denúncia e protesto durante os anos da Ditadura Militar sendo a voz do povo, pois este estava silenciado pela censura, sofrendo duras repressões ao expor suas ideias². Dessa forma, a poesia social foi uma das precursoras dos movimentos sociais, formados por estudantes, organizações populares e trabalhadores. Apesar das barreiras da censura, aproveitando o sentido de “ideia escrita” dada à poesia, os escritores a utilizaram para retratar a instabilidade econômica e no governo do Brasil, pelos conflitos humanos enfrentados durante o período. Esse recurso se tornou um instrumento de denúncia social dos problemas relacionados aos fatos como um todo, dentre eles, a desigualdade social, buscando-se produzir um pensamento crítico da realidade vivida naquele momento, para que as pessoas buscassem reformas no sistema. Assim, a população passou a atuar de forma proativa na sociedade, protestando contra o regime e exigindo que seus direitos fossem respeitados. De outro lado, a função progressista das normas jurídicas, que consiste no fato dessas normas buscarem evoluir para se adequar as transformações sociais, vai ser influenciado por esse movimento. A Constituição Brasileira de 1967 teve como finalidade institucionalizar e legalizar a ditadura militar, entretanto, constata-se que além da extinção da ditadura, a Constituição de 1988 (CR/88) elenca uma série de direitos e garantias individuais, coletivos, sociais, de nacionalidade e políticos os quais não tinha na anterior. A manifestação do pensamento crítico dos escritores juntamente com movimentos sociais contribui para a evolução das normas jurídicas posteriores, como a CR/88, pois, as formas de expressão do povo, durante o regime militar, tais como a poesia social, foram importantes para conquistar os seus direitos, um vez que, a partir delas é que houve a exposição das angústias sociais e da necessidade da mudança, o que auxiliou no desenvolvimento do pensamento da época e impulsionou os legisladores a normatizar os direitos requeridos pela sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As garantias inseridas na CR/88, que não existiam anteriormente, representaram um marco na história brasileira. Essa evolução só foi possível com o auxílio da literatura que se apresentou como instrumento de denúncia social dos problemas existentes e de expressão da sociedade para a busca de reformas. Assim, a poesia social contribui para a evolução do Direito e da Justiça durante o regime militar, sendo os problemas sociais desmascarados mesmo sob graves ameaças, perseguições, exílio e prisões. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Poesia social. Disponível em <<http://portugues.uol.com.br/literatura/poesia-social.html>>. Acesso dia 12/05/2019. [2] FERRAZ, Fernando Bastos. Influência da literatura no direito e no cotidiano brasileiro. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7261925973c9bf0a>>. Acesso 26/06/2019.

Palavras-chave: Regime Militar; denúncia social; evolução normativa.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 067

A ALTERAÇÃO DE PRENOME E DO GÊNERO PELA VIA DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

Taynara DUTRA(IC - taynara_md@hotmail.com)¹ e Loreнна DUTRA(IC-loreennadutra2016@gmail.com)², Pedro FRAGA (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário Faminas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé – MG

APRESENTAÇÃO: A alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento pela pessoa transgênero sem a necessidade de ação judicial, independentemente de cirurgia de transgenitalização ou tratamento hormonal, é tema de amplo debate na comunidade jurídica nos últimos anos. Defendia-se essa possibilidade em respeito à Convenção Interamericana de Direitos Humanos e à defesa dos direitos constitucionais salvaguardados na Carta Magna de 1988 [1], notadamente a dignidade (art. 1º, III), a intimidade, a vida privada, a honra, a imagem (art. 5º, X), a igualdade (art. 5º, *caput*), a identidade ou expressão de gênero sem discriminações. Desde o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275 [2] pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 1º de março de 2018, que reconheceu tal direito de alteração diretamente em cartório, aguardava-se a uniformização de tal procedimento na esfera civil, o que sobreveio com a edição do Provimento nº 73, do Conselho Nacional de Justiça [3]. **DESENVOLVIMENTO:** Conforme se observa, a Constituição Federal em seu artigo 1º, inciso III, dispõe sobre a dignidade da pessoa humana; o artigo 3º, inciso IV do mesmo diploma dispõe sobre promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Já o artigo 5º, *caput* e inciso X, informa que todos são iguais perante a lei e que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. São, portanto, princípios que fundamentam nosso Estado de Direito, ou, indo além, conforme Rizzato Nunes [4], seria um verdadeiro “supraprincípio constitucional que ilumina todos dos demais princípios e normas constitucionais”. Nessa mesma sintonia, Ingo Wolfgang Sarlet [5] esclarece que o “termo direitos fundamentais se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão direitos humanos guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional”. Estabelece o artigo 2º do Provimento 73/2018, do CNJ, que toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) a alteração e a averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à sua identidade. O registrador do RCPN poderá recusar a prosseguir com a averbação caso suspeite de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade ou simulação quanto ao desejo real do requerente. Não se trata de uma ação judicial, mas sim de um procedimento de índole administrativa. A alteração do gênero possuirá natureza sigilosa, sendo assim, a informação não poderá constar nas certidões dos assentos de nascimento e casamento, exceto por determinação judicial ou se o requerente o solicitar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com base nos argumentos apresentados, o objetivo do referido Provimento tem como fundamento permitir aos interessados, que se reconhecem como pessoa transgênero, requerer diretamente ao oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais a averbação do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento da pessoa transgênero. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 1 ed. 12. tir. Rio de Janeiro: Campus, 1992. [2] BRASIL. CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>>. Acesso em: 15/08/2019. [3] NUNES, Rizzato. **O Princípio Constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2002. [4] SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

Palavras-chave: transgênero, cidadania, intimidade, dignidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 068

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATO DISCRICIONÁRIO LÍCITO: UMA ANÁLISE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 0618 DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS.

Jamerson Lizardo de **ASSUNÇÃO** (jamerson.lizardo@gmail.com)¹ e Fabrício Victor Carvalho de **JESUS** (fabriciovictor1@hotmail.com)² Rayssa Rodrigues **MENEGHETTI**;

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS* – 31744-007 – Belo Horizonte/MG.

APRESENTAÇÃO: No ano de 2018, com a necessidade de novos funcionários públicos para suprirem a falta dos militares da ativa que foram para o quadro de reserva da Polícia Militar de Minas Gerais e para agregarem um número maior de militares efetivos no quadro operacional da instituição, foi realizado um concurso público para suprir com a falta dos servidores militares. Mesmo com diante da dificuldade financeira que o Brasil se encontrava no ano de 2018, foi realizada uma licitação no Estado de Minas Gerais para a elaboração do edital para a realização do concurso público nº 0618 da Polícia Militar. **DESENVOLVIMENTO:** Devido a uma grande dificuldade financeira que afeta o Brasil e seus Estados, dentre eles, Minas Gerais, os candidatos aprovados no concurso não tomaram posse na data pré-estabelecida, mesmo depois de realizarem todas as etapas previstas no concurso, o que gerou gastos e expectativa na vida daqueles que foram aprovados. Porém, ocorreu uma motivação financeira em adiar o início do Curso de Formação de Soldados da Academia da Polícia Militar, pois o Estado de Minas Gerais não se encontrava em condições para custear o curso de formação para os novos policiais militares. Mesmo em meio a uma crise financeira, qual a responsabilidade civil do Estado em face daqueles afetados pela prática de seu ato? Tendo em vista, que inúmeros candidatos deixaram seus empregos e as suas cidades de origem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em meio à situação descrita, a pergunta a ser feita é: qual a responsabilidade do Estado em face dessas pessoas que foram atingidos por um ato discricionário praticado pela administração pública? Ato discricionário é aquele praticado com liberdade de escolha de seu conteúdo, tendo em vista a conveniência e oportunidade de sua realização. Entretanto, quando um ato praticado pela administração pública ou outra pessoa causa dano a outrem, gera também o direito de indenização, para que os danos causados sejam sanados, e é isso que está sendo discutido neste artigo. Mesmo em meio a uma crise financeira, qual é a responsabilidade civil da Administração Pública em face daqueles afetados pela prática de seu ato? De acordo com o artigo 186 do Código Civil, fica ressalvada a obrigação de indenizar por parte do causador ou responsável do dano. Sendo assim, é nítida a responsabilidade do Estado de ressarcir as “vítimas” de seu ato, pois, além de estar previsto em lei, foi causado um dano eminente pela administração pública, tendo em vista que os futuros policiais militares se desvincularam de seus empregos para darem início ao Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar de Minas Gerais. Em decorrência da crise financeira que afetou, e ainda afeta o estado de Minas Gerais, as pessoas aprovadas no concurso não tomaram posse na data pré-estabelecida, mesmo depois de realizarem todas as etapas previstas no concurso, o que gerou gastos, frustrações e expectativa na vida daqueles que foram aprovados. O governador de Minas Gerais, pela situação financeira em que o Estado se encontra, promulgou o concurso e a data de início das atividades foi adiada, decisão essa que gerou danos materiais e até morais a diversas pessoas, uma vez que, muitos deixaram empregos, famílias, toda a sua vida para trás, confiando na Administração Pública e esperando o dia de tomarem posse do concurso em que foram aprovados. De acordo com o artigo 186 do código civil, fica ressalvada a obrigação de indenizar por parte do causador ou responsável do dano. Sendo assim, fica claro a responsabilidade do Estado de ressarcir as “vítimas” de seu ato. Por que, além de estar previsto em lei, o Dano eminente foi causado pela administração pública. Portanto, entende-se que é indenizável que o ato discricionário praticado pela Administração Pública, cabido à obrigação de reparar os danos causados aos indivíduos que estavam prestes a iniciarem o Curso de Formação na Academia de Polícia Militar. Devendo o Estado garantir que os direitos constitucionais sejam assegurados a todos que sofreram algum prejuízo. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS-BH e ao ENIC.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:

Senado Federal. [2] BRASIL. *Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.* Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#secaoiisegurodano>. Acesso em: 8 de agosto de 2019. [3] DI PIETRO. Maria Sylva Zanella. Direito Administrativo. 31ª Ed. Rio de Janeiro, p.296-299, Forense, 2018. [4] MATTOS. Mauro Roberto Gomes de. A Constitucionalização do Direito Administrativo e o Controle de Mérito do Ato Discricionário pelo Poder Judiciário. Doutrina Brasileira, 2007.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil, ato discricionário lícito, concurso público.

Área do Conhecimento (CNPq): CSA - 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 069

RESPONSABILIDADE ÉTICA: SANÇÕES DISCIPLINARES DO MÉDICO

Yasmin Longhi **PEREIRA** (IC – yasminlonghi16@gmail.com)¹, Andressa Chaves **CASSOLI** (IC)², Rubens Lopes **Oliveira** (IC)³, Eduardo Melado de Souza **COELHO** (IC)³, Mariane Silva **BORGES** (IC)⁴, Francisco Carvalho **CORREA** (PQ)⁵.

¹ Aluno do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS; ² Aluno do curso de Medicina do Instituto Metropolitano do Ensino Superior (UNIVAÇO); ³ Aluno do curso de Medicina do Centro Universitário UNIFAMINAS; ⁴ Advogada formada na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (FDCI); ⁵ Doutor e Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36.888-233 – Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A ética é a essência da formação biomédica e requisito para atuar na área, sobretudo nessa época de aumento da judicialização da medicina e excessivos erros médicos. Ética, termo de origem grega, de ethos, significa modo de ser ou caráter. A ética na área de saúde tem que estar voltada para a centralidade da pessoa enferma, respeitando sua dignidade, reconhecendo seus valores, suas necessidades materiais e seus sentimentos morais e religiosos. Segundo pesquisa realizada no ano de 2018 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2017 no Brasil, erros médicos somaram 70 novas ações por dia no país, ou seja, 3 ações de erro médico por hora. Além disso, houve cerca de 26 mil processos sobre o assunto neste mesmo ano. O CNJ compila dados enviados por tribunais estaduais e federais, além do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), esse número pode ser maior, devido a inconstâncias metodológicas as bases, evidenciando crescimento de ações por erros médicos em âmbito nacional. Este trabalho visa ressaltar a importância do conhecimento das modalidades de culpa, bem como as penalidades aplicáveis ao médico perante o não cumprimento do Código de Ética Médica (CEM). **DESENVOLVIMENTO:** O CEM normatiza a responsabilidade ético-disciplinar e é composto de vinte e cinco princípios fundamentais do exercício da Medicina, dez normas diceológicas, cento e dezoito normas deontológicas e quatro disposições gerais. O erro médico está inserido no capítulo III, que trata da responsabilidade profissional. De acordo com o artigo 1º, “é vedado ao médico causar dano ao paciente, por ação ou omissão, caracterizável como imperícia, imprudência ou negligência”. As indenizações por erro médico são ações judiciais propostas pelo paciente alegando negligência, que é a falta de cuidado ou de precaução com que se executam certos atos, imprudência que é a imprevisão do agente em relação às consequências do seu ato ou ação, neste caso o médico toma atitudes sem ter cautela, o médico tem perfeito conhecimento do risco, e ignorando a ciência médica, toma a decisão de agir mesmo assim ou imperícia, que é a deficiência de conhecimentos técnicos por parte do profissional e/ou entidade de saúde. A parte que se considera lesada busca uma compensação pecuniária pelos prejuízos teoricamente experimentados, sejam de ordem material, moral ou estética. A competência para julgamento cabe ao Tribunal de Justiça do respectivo estado da ação, através da Vara Cível. Já a responsabilidade de fiscalizar o exercício da profissão é feita pelo Conselho Regional de Medicina (CRM), a ocorrência da transgressão das normas deontológicas sujeita os infratores às penas disciplinares. Ao julgar um profissional médico, o CRM pode aplicar as penas previstas na Lei n.º 3.268/57. De acordo com artigo 22 da referida Lei, as penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais aos seus membros são as seguintes: Advertência confidencial em aviso reservado; Censura confidencial em aviso reservado, Censura pública em publicação oficial, Suspensão do exercício profissional por até 30 (trinta) dias e Cassação do exercício profissional, *ad referendum*, pelo Conselho Federal. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A melhor forma de o médico evitar essas ações, continua sendo conhecer e cumprir o CEM, investir em um prontuário bem escrito, ter uma boa relação médico-paciente, além da utilização dos Termos de Consentimento quando necessário, evitando assim, o descumprimento do CEM, além das sanções disciplinares. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NETTO, Adamo L.; ALVES Milton R. **Responsabilidade Médica**. São Paulo. Rev Bras Oftalmol. 2010. [2] SILVA, Marco Antônio Medeiros. **Penalidades aplicadas pelos Conselhos de medicina**. DF. CRM-DF.. [3] Conselho Regional de Medicina. **Revisão Código de Ética Médica**. 2010

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.03.01-9 Direito Civil

CSA 070

RESPONSABILIDADES DECORRENTES DO ABANDONO DO IDOSO POR SUA FAMÍLIA

Thaiz Fabiana da SILVA (IC- thaiz.bibiano2@gmail.com) ¹ e Wilson Sebastião Rodrigues SOARES (PQ) ²

1. Curso de direito; 2. Professor Centro universitário FAMINAS-UNIFAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

APRESENTAÇÃO: A incumbência de atender aos idosos em suas necessidades, sejam elas afetivas ou sociais, é de total responsabilidade da família, visto que o Brasil tem como responsável primordial pelo idoso, o seu núcleo familiar, podendo este ser responsabilizado pelo não cumprimento dos seus deveres assistenciais. Somente aqueles idosos que não estão inseridos em um contexto familiar ou cuja família se revele incapaz de atendê-los em suas necessidades, serão de responsabilidade do Estado. Através de pesquisa bibliográfica e legislação vigente no país, o presente trabalho visa apresentar a responsabilização do abandono do idoso por sua família, demonstrando as medidas punitivas cabíveis na seara cível e criminal. **DESENVOLVIMENTO:** Qualquer pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos é considerado idoso no Brasil, através do Estatuto do idoso [1]. Este estatuto assegura aos idosos o direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e à convivência familiar e comunitária, os quais, sendo violados, farão nascer a responsabilização daquele que se encontra na condição de garantidor. Todavia, ao se falar em abandono, este inclui não só o aspecto material, mas também o afetivo, visto que o idoso tem a necessidade de gozar da afetividade que na maioria das vezes só os familiares podem oferecer. Já o Estado deve sempre garantir os direitos fundamentais, para que a proteção do idoso esteja assegurada. Neste contexto, o idoso possui o direito de pedir alimentos aos seus familiares, tendo em vista que o abandono material é crime. Toda via se os familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento cabe ao poder público, no âmbito da assistência social, garantir ao idoso tal condição [2]. No Brasil, é comum que a família assuma a administração dos bens ou até mesmo a aposentadoria do idoso, tornando este, refém de tal administração, sendo assim o idoso se torna vulnerável em todos os aspectos, ao perder até mesmo, o controle de sua vida socioeconômica. Todavia, em muitos casos ainda é comum os familiares prestarem assistência material, mas abandonando o idoso afetivamente, acarretando ao mesmo danos quase que irreparáveis, lhe trazendo sensação de inutilidade e solidão, pois o controle advindo de seu familiar, o leva a aceitar de forma resignada ações que podem não prover de sua vontade. A Constituição Federal impõe que ninguém deverá ser abandonado ao atingir a velhice, e se por ventura isso acontecer haverá a responsabilização [3]. Em se tratando de responsabilização penal, a Lei 2.848/40 é clara em seu artigo 244, podendo o responsável sofrer pena de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País, vale ressaltar que é necessário a comprovação de dolo ou culpa [4]. Já na seara cível, a Lei 10.406/02 nos artigos 186 e 187, prevê a obrigação de reparar o dano moral e/ou patrimonial sofrido pelo idoso, quando ainda possível tal reparação [5], tendo em vista que a família ou terceiro que esteja na condição de garantidor é responsável pelos danos advindos de ações ou omissões antijurídicas, visando assim restituir o prejudicado e voltar ao seu estado anterior. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se assim, que o idoso deve sempre ser tratado de forma humana podendo gozar de seus direitos na totalidade para que nenhum destes sejam violados pela família ou mesmo pelo Estado. A família brasileira deve estar preparada para lidar com a velhice, pois ela faz parte da vida do ser humano, ao qual são assegurados direitos até mesmo antes de nascer. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1]. BRASIL. Lei nº 10.741, Brasília, 1º de outubro de 2003. [2]. BRAGA, P. M. V. **Curso de Direito do Idoso**. São Paulo: Atlas. Pág. 15. 2011. [3]. BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 de outubro de 1988. [4]. BRASIL. Lei nº 2.848, Brasília, 7 de dezembro de 1940. [5]. BRASIL. Lei nº 10.406, Brasília, 10 de janeiro de 2002.

Palavras-Chaves: Família, idoso, responsabilidade.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

CSA 071

TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

Paulo **COSMO JR** (IC - paulocosmo@live.com), Rayssa Rodrigues **MENEGHETTI** (PQ)

1. Curso de Direito. 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS/BH - 31744-007 - Belo Horizonte/MG.

INTRODUÇÃO: Com o advento das criptomoedas vem ocorrendo uma proliferação da sua utilização. Nesta levada, incide a hipótese da regulamentação, ocasionando sua respectiva tributação, todavia, os pressupostos básicos da utilização desta nova modalidade comercial são a redução dos custos e das burocracias, bem como a efetivação de uma economia descentralizada, pressuposto que colide frontalmente com obrigação legal de declaração e recolhimento de impostos sobre a renda. Portanto, sob este enfoque pretende-se analisar as perspectivas desta temática no ordenamento jurídico brasileiro, bem como o seus reflexos no bem-estar social.

DESENVOLVIMENTO: Por tratar-se de uma novidade faltam diretrizes que regulamentem a utilização das criptomoedas, todavia, a CVM, em setembro de 2018 permitiu que os fundos brasileiros invistam de forma indireta nos cripto ativos. Portanto, declaráveis como bens e direitos. Neste ínterim, cabe àqueles cidadãos que transacionarem as criptomoedas declarar ao Fisco essa negociata, todavia, como serão comprovadas essas transações? Como serão declaradas as transações? Neste escopo, vale ressaltar que a transação de criptomoedas por meio da bolsa de valores já é algo factível no Brasil, na BOMESP, o que incrementa a ideia das criptomoedas com uma commodity. Importa salientar, de que forma a Receita Federal se posiciona acerca do tema, tendo em vista que seus utilizadores deverão realizar a declaração de imposto de renda sob estes ativos. Pretende-se discorrer acerca desta problemática através de um viés cognoscível, haja visto tratar-se de uma novidade. Como responder à essas indagações, haja visto que para ocorrer a dita declaração, por parte de seus utilizadores, tem de haver pressupostos que colidem frontalmente com os eixos das criptomoedas, tais quais: sua rastreabilidade, a diuturna variação da sua cotação cambial, a falta do lastro cambial etc. Ademais, buscaremos elucidar a forma em que ocorre a regulamentação dos cripto ativos na contemporaneidade, bem como qual posicionamento adotado atualmente pela Receita Federal do Brasil, em face a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Restou claro, que além das discussões de ordem funcional, ainda existem divergências doutrinárias acerca da natureza jurídica das criptomoedas. Buscando-se uma definição, cabe ressaltar: "A criptomoeda é um código virtual que pode ser convertido em valores reais. Sua negociação se dá pela internet, sem burocracias, sem intermediários, caracterizada pela ausência de um sistema monetário regulamentado e da submissão a uma autoridade financeira" (FINANCEONE, 2017). O direito tem o encargo de regular as interações entre os cidadãos, em prol do bem-comum. O ideal de uma circulação financeira descentralizada, sem respaldo do Estado, assombra o maquinário financeiro, todavia, a implementação desta novidade ressoa bem aos ouvidos de parte preponderante da população, com respaldo na veemente descrença nas instituições financeiras. Ademais, existe uma vacância legislativa acerca da regulamentação, de diretrizes transparentes, fora o fator principal: uma análise projetivista de como este novo ativo financeiro irá influenciar na ordem social. **BIBLIOGRAFIA:** [1]BRANT, Danielle; OLIVEIRA, Filipe. **Oferta de criptomoeda entra na mira da CVM.** In Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/>>; [2]COMISSÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS. Código dos Valores Mobiliários. In: CMVM. Disponível em: <<http://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional>>; [3]Ministro da Fazenda: **Meirelles diz que tributação de criptomoedas é caminho natural.** In: Guia do Bitcoin. Disponível em: <<https://guiadobitcoin.com.br/ministro-da-fazenda-meirelles-diz-que-tributacao-sobre-criptomoedas-e-caminho-natural/>>. Acesso em: 14 mar. 2019; [4]FINANCEONE. **O que é criptomoeda, para que serve e como investir.** Disponível em: <<https://financeone.com.br/o-que-e-criptomoeda-e-como-investir/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.; [5]MAPELLI, A.; GIONGO, M.; CARNEVALE, R. **OS IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO DIREITO E NA SOCIEDADE:** Editora Deviant 2018.

Palavras-Chave: tributação; criptomoedas; cripto ativos.

Área de Conhecimento (CSA): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 072

USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA POR ABANDONO DE LAR CONJUGAL

Pedro Henrique Santos **PASSOS** (IC ph_spassos@hotmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé – MG.

APRESENTAÇÃO: A usucapião é uma forma originária de aquisição da propriedade em razão de haver utilizado um determinado bem por um lapso temporal, contínua e incontestadamente, como se fosse o real proprietário desse bem. O instituto da usucapião por abandono de lar foi introduzido no Código Civil artigo 1.240-A, pela Lei 12.424/11, na qual visa assegurar a proteção do ex-companheiro ou ex-cônjuge, que se via desprotegido por aquele parceiro que abandonou o lar conjugal, deixando as responsabilidades dos encargos do bem.

DESENVOLVIMENTO: Nessa modalidade de usucapião diz que “aquele que exercer por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”[1], além de que não poderá ser reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. Como reverberado no artigo, um dos requisitos para aplicabilidade do dispositivo, é a copropriedade do imóvel, ou seja, a propriedade era dividida até então entre os cônjuges ou companheiros. Outro requisito é a vedação desta modalidade para aqueles que possuam outro bem imóvel, urbano ou rural, além de ser limitado a uma única vez seu benefício. Conforme o artigo, ao tempo da propositura da ação, nenhuma ação de oposição deve estar em curso, ou seja, só haverá usucapião familiar se a posse for exercida sem oposição. O imóvel objeto da usucapião não poderá ultrapassar 250 m², que segundo Ana Clara Banhara “pode causar transtornos na medida em que a idéia do legislador, nos parece, foi limitar para evitar excessos em se tratando de grandes propriedades de altos valores, porém, se tomarmos uma cidade como São Paulo, temos como certo que há determinados bairros em que um imóvel de 250 m² atinge alto valor de mercado” [2]. Entretanto, o ponto mais controverso do dispositivo diz respeito à expressão “abandono de lar”, que pode ser entendido com a conduta de sair, a deserção do lar conjugal. Dessa forma, para se configurar o abandono, é necessária a análise do elemento subjetivo relativo à intenção do desertor, no sentido de dolosamente deixar a família ao desamparo. Nas palavras de Cristiano Chaves Farias, seria uma “Forma especial de extinção do condomínio do casal sobre imóvel residencial único, visando efetivar a plenitude da propriedade em favor de quem permaneceu e assumiu todos os ônus de manutenção do bem, inteiramente à suas expensas” [3]. Vale ressaltar, ainda, que o afastamento do cônjuge ou companheiro por motivos alheios a sua vontade, como por exemplo, a mudança de cidade por motivos profissionais, não podem ser caracterizadas de abandono de lar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Desse modo, portanto, o instituto da usucapião especial urbana por abandono do lar conjugal, tem como finalidade a proteção do cônjuge ou companheiro desamparado, não a penalidade do desertor, visando primeiramente à proteção da dignidade da pessoa humana, princípio assegurado pela Constituição Federal e conferindo aquele que se viu obrigado a assumir todos os ônus referentes ao direito de propriedade, o direito de usucapir. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Código Civil (Lei nº 10.406, de 10-1-2002), [2] BANHARA, Ana Claudia O. **Usucapião por abandono de lar conjugal**. 2012. Disponível em: < www.migalhas.com.br > Acesso em: 30-03-2019, [3] FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil 6 - Famílias**. ed. Salvador: Editora JusPODIVM. 2013.

Palavras - Chave: Abandono, usucapião, proteção.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

CSA 073

DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITOS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS DE UM CENTRO POP

Flaviana dos Santos **VENANCIO** (IC)– flaviana.santos2014@yahoo.com.br¹ e Laís Ramos **SANCHES** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: A presente pesquisa está sendo desenvolvida entorno dos desafios existentes na luta pela conquista dos direitos da População em Situação de Rua (PSR), considerando que se trata de uma temática complexa e multifacetada. Entre os anos de 2007 e 2008 foi realizado Iº Censo e Pesquisa Nacional acerca da População em Situação de Rua pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo efetuado pelo Instituto Meta em 2009, no qual foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua, espalhadas pelas 71 cidades no qual o levantamento foi realizado (BELIZÁRIO, 2017). Refletir sobre as circunstâncias e contextos que levou o sujeito à situação de rua e promover o acesso aos direitos tornou-se o foco das políticas públicas voltadas a este público em específico. O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) é o principal dispositivo da rede socioassistencial responsável pelo atendimento deste público e atua buscando a integração de diversas políticas de assistência social como os órgãos de defesa de direitos, políticas de saúde, assistência, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, lazer, dentre outras, de modo a promover o acesso aos direitos, fortalecendo a autonomia, proporcionando cidadania e proporcionando a construção de novas trajetórias de vida. Trataremos portanto, de identificar quais são os desafios encontrados pelos profissionais do Centro Pop, buscando compreender, pela perspectiva da equipe técnica que atua diretamente com esta população, os principais impasses na consolidação dos direitos da PSR. **DESENVOLVIMENTO:** O decreto nº 7.053, publicado em 2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e prevê, dentre outras providências, o objetivo de assegurar o acesso aos serviços e programas das políticas públicas, como os benefícios de transferência de renda; postula ainda as diretrizes da política que envolve a promoção dos direitos civis (BRASIL, 2009). Tais pressupostos da política enfatizam a necessidade de compreender os desafios profissionais na realização de tais ações, de modo a contribuir cientificamente para a construção de informações sobre esse público em específico e proporcionar a (re)formulação de políticas eficazes na atuação e implementação efetiva dos direitos da PSR. Assim, a presente pesquisa teve por objetivo compreender os desafios na garantia de direitos da população em situação de rua, a partir da concepção dos profissionais do Centro Pop de uma cidade do interior de Minas Gerais. Para isso, foram realizadas 4 entrevistas semi estruturadas e individuais com os profissionais desta instituição, incluindo a coordenadora, uma assistente social, uma facilitadora de oficinas e uma profissional da abordagem social. As entrevistas foram transcritas pela pesquisadora e submetidas a uma análise dos dados e informações baseada no método de análise de conteúdo. Vale ressaltar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Centro Universitário Unifaminas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir da análise das entrevistas, foi possível observar um esforço profissional no cumprimento das diretrizes políticas de acesso aos direitos, voltados à concessão de benefícios de transferência de renda visando a superação da extrema pobreza, bem como a necessidade de articulação da rede em prol do oferecimento de moradia. Além disso, a participação nas oficinas foi mencionada como uma estratégia para formar uma conscientização de seus direitos e deveres, além de troca de experiência e um lugar de escuta. Vale ressaltar, que foi verificado que elementos importantes das políticas públicas como participação social, fortalecimento da autonomia, a convivência familiar e a tentativa de resgate da cidadania dos sujeitos assistidos pelo serviço ocuparam lugares secundários no discurso dos profissionais. Ressalta-se a necessidade de construção de estratégias visando a formação continuada dos profissionais da rede socioassistencial, proporcionando discussões e conhecimento sobre os direitos que englobam a cidadania, autonomia e participação social e política. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** BELIZÁRIO, Déric. **Os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua: O Ministério Público como instituição garantidora desses direitos.** Brasil, 2017. BRASIL. **Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília: Brasil, 2009.

Palavras-chave: Direitos humanos; população em situação de rua; política de assistência social.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.05.00-3 Psicologia Social

CSA 074

O BRINCAR NA CLÍNICA PSICOLÓGICA INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SUPERVISÃO DE ABORDAGEM PSICANALÍTICA

Letícia Montenari de **OLIVEIRA** (IC – montenarileticia@gmail.com)¹, Júlia dos Santos **FERREIRA** (IC)¹, Kerolayne Souza **RIBEIRO** (IC)¹ e Pollyane Andrade de **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Um desafio pertinente na clínica psicológica infantil, é em ouvir a demanda de um indivíduo que ainda está em formação em diferentes aspectos de seu desenvolvimento, como: físico, psíquico, social, intelectual, e que portanto, geralmente, não sabe ou não consegue expressar seu sofrimento, sentimentos e emoções. Para tal desafio, a teoria da Clínica com Crianças nos relata que há um recurso importante a se utilizar: as atividades lúdicas. Desta maneira, este trabalho visa apresentar através da experiência de um semestre de estágio clínico, a importância do brincar no atendimento infantil. **DESENVOLVIMENTO:** Na história da clínica psicológica infantil, se aponta a abordagem psicanalítica e alguns de seus autores como primordiais em sua construção. Sigmund Freud, apesar de não focar seu trabalho na clínica infantil, a apresentou como possibilidade em seu famoso caso do pequeno Hans, já em relação à introdução do recurso lúdico, indicam-se Hermine Von Hug-Helmuth, Anna Freud, Melanie Klein e Donald Winnicott, sendo este último, o autor a consolidar e fortalecer a execução do brincar em sua teoria e na análise infantil [1]. Tal atividade é natural à criança, auxilia em seu processo de crescimento e na sua saúde, é no brincar que a criatividade e a continuidade tempo-espaço são experimentadas, é o meio pelo qual a criança relaciona os mundos externo e interno, e no processo de psicoterapia, o brincar serve como forma de comunicação [2]. Nas supervisões de estágio, principalmente em relação aos primeiros atendimentos, as observações apontadas estavam em torno de como as crianças atendidas apresentavam grande resistência em falar sobre si e sobre seu cotidiano, e como isto se alterava expressivamente ao se introduzir o recurso lúdico, como um brinquedo, atividade de desenho ou outra brincadeira proposta; era o momento em que mais surgiam falas espontâneas, aleatórias e que materiais ricos de informações, como fatos marcantes vivenciados na semana, convívio familiar, e sonhos, se afluíam. Outra observação pertinente era de que se durante tal atividade os estudantes brincassem junto com as crianças, estas demonstravam estar mais à vontade no ambiente terapêutico e criavam confiança, o que facilitava a relação transferencial entre o paciente e o aluno. É o brincar mútuo que contribui para um trabalho interpretativo que possa levar adiante a atividade terapêutica [2]. O ato de brincar está para a criança na clínica terapêutica, assim como o método de associação livre está para o adulto, fato que também indica a importância da atividade lúdica, pois esta, permite que através de seu uso, a criança consiga exteriorizar seus desejos, conflitos e demandas. “É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruam sua liberdade de criação” [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A prática clínica com crianças demanda alguns desafios, como por exemplo, o rompimento da resistência gerada pelas crianças nos primeiros atendimentos, o trabalho em conjunto com os pais, e como destacado aqui, a escolha do recurso adequado durante o atendimento, para se promover uma boa comunicação com a criança. A atividade lúdica se apresenta importante como relatado nas teorias, pois, nas supervisões, era indicada constantemente como o fator preponderante à possibilidade de expressão da criança e de aproximação com a mesma. Ressalta-se que o estágio supervisionado na clínica escola oferece a oportunidade de executar tais atendimentos, permitindo a real visualização da teoria na prática, e sendo desafiador, é um grande contribuinte para a formação profissional. **AGRADECIMENTOS:** À professora Pollyane Carvalho, por sua excelente supervisão de estágio, e por seu apoio e incentivo à criação deste trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SEI, M. B.; CINTRA, M. F. V. Psicanálise de crianças: Histórico e reflexões atuais. *Revista da Universidade Ibirapuera-São Paulo*, v. 5, p. 1-8, 2013; [2] WINNICOTT, D. W. **O brincar & a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Palavras-chave: psicologia, clínica infantil, brincar
Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

CSA 075

PSICOLOGIA E A DOENÇA DE HUNTINGTON: A IMPORTÂNCIA DO LÍDER NA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE APOIO

Karina Santos **ROCHA (IC)**¹ – Karinasrocha_@hotmail.com, Milena Luzia **MOTA (IC)**¹, Mariana Bernardes **SILVA (IC)**¹ e Luciana de Andrade **AGOSTINHO (PQ)**^{2,3}

1. Psicologia UNIFAMINAS; 2. Biomedicina UNIFAMINAS; 3. Hospital do Câncer de Muriaé *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: A doença de Huntington (DH) é uma desordem genética, progressiva e fatal que apresenta uma tríade clínica clássica com alterações cognitivas, comportamentais e motoras [1]. Tendo em vista os desafios e questionamentos que surgem a cada estágio da doença, pode-se considerar que os sintomas e as mudanças que envolvem o adoecimento podem gerar sofrimentos ao paciente, familiares e cuidadores, de modo que, em grupos de apoio, sujeitos em situações semelhantes têm a possibilidade de construir soluções viáveis para suas questões. Deste modo, a psicologia, através dos grupos de apoio, se insere como possibilidade de suporte aos sujeitos e visa assistir o paciente e seu núcleo social, além de oferecer apoio nas adaptações para a convivência com a DH, auxiliando na qualidade de vida [1]. Para isto, é necessário que exista a figura de um líder para colaborar com o desenvolvimento e a evolução do grupo em seu funcionamento, tornando possíveis novas estratégias para melhor lidar com as questões fundamentais [2]. **DESENVOLVIMENTO:** Trata-se de um relato de experiência da inserção da Psicologia e o desenvolvimento de liderança em um grupo de apoio fundado em um município do interior da Zona da Mata Mineira. De modo geral, a observação do aspecto mais importante de um grupo se dá no invisível, pois compreende-se que um grupo não é apenas um conjunto de pessoas e sim, um processo que é fundado pelo compartilhamento de objetivos em comum que tornam sua existência justificável [2,3,4]. Neste contexto, existe a figura do líder, que representa um indivíduo que se torna referência, com habilidade para motivar e influenciar todos os outros, que produz efeitos na atmosfera do grupo [5]. A presença de um líder, em um grupo de apoio, torna o grupo ainda mais consolidado em seu funcionamento, buscando exercer de maneira considerada benéfica pelos participantes, assim como os processos básicos como: os objetivos, os conflitos, as decisões e as metas já alcançadas. Com isso, os processos grupais se tornam mais organizados, gerando confiança e esperança para que juntos possam conquistar o desenvolvimento esperado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em busca de se construir um grupo de apoio, ocorreu melhoria na convivência entre os participantes, os vínculos foram fortalecidos entre os indivíduos, ocorreu ampliação das oportunidades de fala e escuta, além dos processos de identificação, projetos de vida, questões familiares e abordagem de fatos cotidianos da convivência com a DH. Com a presença do líder, houveram extensões relacionadas as possibilidades do núcleo de apoio da cidade além de apresentar avanço na dinâmica grupal. A atuação de uma equipe multidisciplinar, como grupo de apoio, deve estar comprometida com a ética e pode contribuir com o conhecimento técnico em busca da transformação social. **BIBLIOGRAFIA:** [2] AMADO, G.; GUITTET, A. **A dinâmica da comunicação nos grupos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. [5] AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação: A dinâmica dos grupos e o processo grupal**. Natal, RN: EDUFRN, 2007. Disponível em <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A10_J_GR_20112007.pdf>. Acesso em 14 jul. 2019. [3] AVILA, Lazslo Antonio. **O Eu é plural: grupos: a perspectiva psicanalítica**. Vínculo, São Paulo, v.6, n.1, p.39-52, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902009000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 jul. 2019. [1] FRANZESE, S. A. Z. M. Aspectos Psicológicos. In: **Doença de Huntington: Guia para Famílias e Profissionais de Saúde**. QUAGLIATO, Elizabeth Maria Aparecida Barasnevicus; MARQUES, Maria Gorette Nunes. 1. ed. São Paulo: Associação Brasil Huntington, 2009. p. 154 – 162 [5] PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1994. [4] PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Palavras-chave: doença de Huntington; grupo de apoio; Psicologia.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.05.00-3 Psicologia Social

CSA 076

RELIGIOSIDADE NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM UMA COMUNIDADE
TERAPÊUTICA: A PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES

Katia Antunes **RIBEIRO**(IC)– katia.antunes13@gmail.com¹ e Laís Ramos **SANCHES** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Contemporaneamente, o uso de drogas na sociedade tem se constituído como uma questão importante e acentuada para a perspectiva social. O uso de substâncias tem adquirido novos significados, e tem sido entendido de diferentes formas em diferentes contextos (MACRAE, 2007), surgindo variadas ofertas e modalidades de tratamento, como por exemplo o modelo da abstinência, comumente apresentado pelas chamadas Comunidades Terapêuticas (CTs). Essa forma de tratamento tornou-se a principal indicação das políticas sobre drogas no ano de 2019 por meio do decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019 **que institui as CTs como dispositivo do Rede de Atenção Psicossocial e a abstinência como modelo de tratamento.** Historicamente, as CTs se apresentaram como instituições de caráter religioso, asilar e privativas, que distanciam o sujeito da convivência comunitária, tal como apresenta o Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017). Dado o exposto, torna-se necessário investigar como os indivíduos em tratamento em uma comunidade terapêutica percebe os aspectos da religiosidade no processo de recuperação da dependência química. Essa investigação torna-se necessária uma vez que as estratégias e intervenções podem ser repensadas e reformuladas de modo a se adequar à realidade dos indivíduos em tratamento, e investigar na prática qual o impacto deste fenômeno na vida dos sujeitos. **DESENVOLVIMENTO:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em uma Comunidade Terapêutica localizada em uma cidade no interior de Minas Gerais, na Zona da Mata Mineira, no qual estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos residentes desta CT a fim de obter dados referente a percepção destes sobre as práticas religiosas vivenciadas no contexto institucional. As entrevistas estão sendo transcritas e analisadas por meio da análise de conteúdo. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Centro Universitário Unifaminas (CAAE 12045919.8.0000.5105). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através de uma análise inicial de dados, é notório que a religião ocupa um espaço predominante, uma vez que a equipe responsável é vinculada à igreja. Por um lado, a religiosidade na instituição é compreendida como um ponto positivo e construtivo no âmbito terapêutico, no qual o profissional responsável faz uso da experiência religiosa junto à prática terapêutica, o que precisa ser questionado e refletido tendo em vista as orientações éticas do campo da Psicologia. Por outro lado, foi identificado que a instituição, por meio do discurso religioso, ocupa um espaço de normatização e postula regras de vivência, padrões de comportamento e expressões sociais, interferindo na subjetividade e liberdade individual. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** BRASIL. decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 11 de abril de 2019; 198º da Independência e 131º da República. CFP. Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017 / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal; – Brasília DF: CFP, 2018. MACRAE, E. Aspectos socioculturais do uso de drogas e políticas de redução de danos. In XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2007, Rio de Janeiro. Anais de resumos e de trabalhos completos do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO. Rio de Janeiro, RJ: ABRAPSO. v. 1.

Palavras-chave: Comunidade terapêutica; religiosidade; tratamento

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.05.00-3 Psicologia Social

CSA 077

O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO DE PSICOLOGIA

Mariana Bernardes **SILVA** (IC) – maribernardes1@gmail.com¹ e Laís Ramos **SANCHES** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: O trabalho desenvolvido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) visa a ampliação das trocas culturais e vivenciais dos seus usuários, o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, desenvolvimento de potencialidades, oportunizando também a convivência comunitária [1]. Para isto, os usuários do serviço, que são crianças, adolescentes, adultos e idosos, são organizados em grupos de acordo com a faixa etária, buscando abranger as especificidades e dilemas de cada estágio da vida dessas pessoas. O SCFV é um dos serviços ofertados pela Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e acontece no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em um território que possui uma concentração de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A partir de tais considerações, o presente estudo se estabelece para demonstrar a atuação da Psicologia neste serviço socioassistencial.[2]. **DESENVOLVIMENTO:** Nesse sentido, este estudo trata de um relato de experiência acerca da atuação de estagiários de Psicologia em um SCFV, com um grupo de adolescentes de 12 a 17 anos em uma cidade de médio porte no interior de Minas Gerais. O SCFV em questão conta com atividades diárias que envolvem, entre outros, recursos audiovisuais, artes, danças, taekwondo, educação física, percussão e capoeira, buscando promover o desenvolvimento de potencialidades, participação social, prevenção de riscos sociais e fortalecimento familiar e territorial. A atuação do estagiário de psicologia nesse serviço tem como objetivo prescrito o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de projetos de intervenção de cunho socioeducativo, onde ele deve formular e realizar atividades pontuais sob a supervisão do educador social, além de oferecer cooperação e suporte nas atividades. A inserção do estagiário de psicologia possibilitou um contato e aproximação com as vivências reais dos adolescentes, além do estabelecimento de relações de confiança, acolhida e escuta referenciada das demandas imediatas através da aproximação de maneira informal. Desse modo, a participação do estagiário, por meio de uma aproximação horizontal com os adolescentes e das conversas de caráter informal, permitiu a apreensão das reais necessidades dos usuários do serviço, contribuindo para a construção de intervenções que visam a ressignificação de situações conflituosas, superação de dificuldades e construção conjunta de possibilidades de melhorias para os problemas enfrentados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Como resultados das intervenções acompanhadas, podem ser citadas a grande melhoria na convivência entre os usuários ao terem seus vínculos fortalecidos, além da ampliação das oportunidades de fala e escuta dos adolescentes, seus processos de identificação, projetos de vida, questões familiares e cotidianas. O acesso a serviços de saúde, educação, cultura, esporte e lazer também foi ampliado de acordo com o relato dos usuários, de modo que a participação dos adolescentes a esses lugares sociais os torna mais autônomos e compreensivos de seus direitos e deveres como cidadãos. Diante do exposto, é possível concluir que no território em questão, a atuação de profissionais e estudantes comprometidos ética e politicamente com suas práticas tem gerado um impacto positivo em busca da transformação social. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Orientações técnicas do PAIF: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. [2] BRASIL. Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

Palavras-chave: SCFV; vulnerabilidade social; Psicologia Social e Comunitária

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.05.00-3 Psicologia Social

CSA 078

A SEPARAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010

Wenderson da Silva REIS (IC wendnicor@gmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues SOARES (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 – Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Prevista nos artigos 1.571, III e 1.572 a 1.578 do Código Civil, a separação judicial é apenas um meio de dissolução da sociedade conjugal na qual não rompe o vínculo matrimonial, não liberando, portanto, o separado para novo casamento. Antes da Emenda Constitucional nº 66/2010 o sistema de dissolução do casamento era bifásico, exigindo para o divórcio uma prévia separação judicial por mais de um ano ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. Ocorre que, após a mencionada EC, o divórcio foi elevado a um direito potestativo, causando assim uma polêmica ainda não solucionada quanto à extinção do instituto da separação. **DESENVOLVIMENTO:** Para simplificar a vida pessoal e afetiva dos cônjuges, que não mais precisariam passar por dois processos judiciais ou lavrar duas diferentes escrituras públicas, no primeiro momento promovendo a dissolução da sociedade conjugal, e, em um segundo, dissolvendo o vínculo conjugal do casamento pela conversão em divórcio da precedente separação oficial, fosse ela judicial ou extrajudicial, salvo se preferissem aguardar dois anos de ininterrupta separação de fato, para gerarem o divórcio direto [1], foi aprovada a PEC nº 28/2009, que originou EC 66/2010 para alterar a redação do §6º do art. 226, da CF, passando a constar que “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio” [2]. Muito embora não tenha ocorrido nenhuma alteração nos artigos do Código Civil, que ainda trata da separação judicial consensual ou litigiosa, e tampouco na Lei nº 11.441/2007, que aborda a separação consensual extrajudicial, na prática processual mostra-se estar abolida a separação judicial. Todavia, o tema, ainda gera muitas discussões, havendo várias interpretações na doutrina e a posicionamentos diferentes no Poder Judiciário, de modo que, no dia 07/06/2019, o ministro-relator Luiz Fux, reconheceu a repercussão geral da matéria que discute a situação jurídica da separação judicial após mudança no artigo 226 da CF. Logo, o Supremo Tribunal Federal irá julgar o Recurso Extraordinário 1.167.478 em que se discute controvérsia se, após a EC 66/2010, a separação judicial é requisito para o divórcio e se ela se mantém como instituto autônomo no ordenamento jurídico brasileiro. O RE foi interposto contra acórdão TJ-RJ, no qual afastou a exigência prévia da separação de fato ou judicial para o pedido de divórcio. No Supremo, um dos cônjuges alega que o art. 226, § 6º, da Constituição apenas tratou do divórcio, mas seu exercício foi regulamentado pelo Código Civil, que prevê a separação judicial prévia, a outra parte, em contrarrazões, defende a inexigibilidade da separação judicial após a alteração constitucional [3]. Não há dúvida de que a decisão proferida no RE com reconhecimento de repercussão geral vinculam os demais órgãos do Poder Judiciário e assim, tem-se que, após o julgamento do RE 1.167.478, será consolidado o entendimento nos Tribunais sobre a extinção da exigência de “prévia separação” judicial ou de fato para o pedido de divórcio. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Emenda Constitucional 66/2010, visou trazer dois benefícios para concessão do divórcio, extinguir a separação judicial e o prazo de separação de fato, contudo, ainda se discute a possibilidade de exigir-se prévia separação judicial para o divórcio, uma vez que ainda não foi revogada na legislação infraconstitucional, sendo assim, frisa-se que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é suprema, não sendo possível inverter a hierarquia normativa e, portanto, não devem as demais normas contradizê-la. **BIBLIOGRAFIA:**[1] MADALENO, Rolf. **Direito de família**. - 8. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2018. Pag 285. [2] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. [3] CARNEIRO, Luiz Orlando. **STF vai decidir se emenda do divórcio de 2010 extinguiu a ‘prévia separação’**. Disponível em: <<https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-vai-decidir-se-emenda-do-divorcio-de-2010-extinguiu-a-previa-separacao-24052019>>. Acesso: 21 de junho de 2019.

Palavras-chave: separação judicial, divórcio, emenda constitucional 66/2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 079

POSSIBILIDADE DE REGRESSO NA EXCLUDENTE DE ILICITUDE ESTADO DE NECESSIDADE

Pedro Henrique Santos **PASSOS** (IC ph_spassos@hotmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. ProfessorCentro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé - MG

APRESENTAÇÃO: O Código Penal art. 23, inciso I, diz que não haverá crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade. O próprio legislador definiu o estado de necessidade, no art. 24 do mesmo código: “Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se” [1]. Nesse sentido, o código de processo penal assegura que a sentença penal condenatória transitada em julgado que reconhecer alguma excludente de ilicitude também trará coisa julgada no âmbito cível, de acordo com o art. 65 do CPP, salvo em casos expressos quando lesar terceiros.

DESENVOLVIMENTO: Seguindo esse raciocínio, Eugênio Pacelli de Oliveira disserta: “Impõe-se registrar que, embora seja vedada a reabertura da discussão acerca da matéria então decidida (excludentes reais), a responsabilidade civil não será afastada quando houver expressa previsão legal neste sentido, ou seja, prevendo a recomposição do dano, mesmo nas hipóteses de legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito”[2]. O mesmo possui previsão legal no art. 188 do [Código Civil](#), Inciso II - “a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente” [3], ou seja, não é considerado ilícito o ato daquele em estado de necessidade, que ao encontrar em uma situação de perigo eminente, é obrigado a deteriorar ou destruir coisa alheia ou lesionar pessoa a fim de remover esse perigo. Entretanto, os art. 929 e 930 do CC trazem respectivamente: “Art. 929. Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do [inciso II do art. 188](#), não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram.” “Art. 930. No caso do [inciso II do art. 188](#), se o perigo ocorrer por culpa de terceiro, contra este terá o autor do dano ação regressiva para haver a importância que tiver ressarcido ao lesado” [3]. Em outras palavras, a pessoa lesada ou o dono da coisa que tiver sofrido algum dano necessário ao afastamento do perigo e não forem culpados, terão eles o direito à indenização e assegura o direito de regresso do agente causador do dano contra o terceiro que tenha dado causa a esse estado de perigo a fim de reaver o que gastou ressarcindo o lesado ou o dono da coisa. Esclarecendo o assunto, Rogério Greco diz que: “Mesmo que a conduta do agente que atua em estado de necessidade não seja ilícita, porque seria uma incongruência o Código Penal considerá-la lícita, enquanto para o Código Civil seria ilícita, se o terceiro que sofreu com a conduta do agente não tiver sido o causador da situação de perigo, permanecerá a obrigação de indenizar os prejuízos causados. Caso o perigo tenha sido criado por aquele que sofreu o dano, não lhe caberá, aqui, o direito de indenização. Embora o agente tenha a obrigação de indenizar aquele que sofreu o dano com a sua conduta, se a situação de perigo tiver sido provocada por culpa de terceiro, ser-lhe-á permitida ação regressiva contra este, para haver a importância que tiver sido ressarcida ao dono da coisa” [4]. **CONSIDERAÇÕES**

FINAIS: Dessa forma, conclui-se que apesar de ser expressamente assegurado que as causas excludentes de ilicitude penal fazem coisa julgada no civil, a responsabilidade civil de indenizar parte de um pressuposto de que todo aquele que através de um ato ilícito ou lícito tem a obrigação de reparar, pois a primícia originária de não causar dano deve ser respeitado, mesmo feito por aquele que queria afastar o perigo eminente, e cabe a este agente o direito de regressar contra aquele terceiro que deu causa a este estado de perigo.

BIBLIOGRAFIA: [1] Código Penal (Lei nº 2.848, de 7-12-1940), [2] OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 13ª edição, revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, [3] Código Civil (Lei nº 10.406, de 10-1-2002), [4] GREGO Rogério. *Curso de direito penal: parte geral*. 19. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

Palavras - Chave: Excludente, responsabilidade, regresso.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

CSA 080

PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE DECORRENTE DA RECUSA EM FAZER EXAME DE DNA

Pedro Henrique Santos **PASSOS** (IC ph_spassos@hotmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé - MG

APRESENTAÇÃO: O conceito de família vem se transformando de acordo com a evolução social e cultural do povo brasileiro e por ser o núcleo representativo da própria organização social, passa a receber toda a proteção do Estado. Nesse sentido a lei 12.004, de 29 de julho de 2009, traz mais um dispositivo para fomentar a ação de investigação de paternidade de filhos havidos fora do casamento. **DESENVOLVIMENTO:** A referida lei altera o art. 2ºA da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que além de considerar “hábeis para provar a verdade dos fatos na ação de investigação de paternidade todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos” [1], acrescentou em seu parágrafo único que “recusa do réu em se submeter ao exame de código genético - DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório” [1]. Na prática, a partir do ano de 2004, este já era o entendimento predominante no Judiciário, e o Superior Tribunal de Justiça pacificou esse entendimento com a edição da Súmula 301, que expressamente dizia: “Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris tantum* de paternidade” [2]. A normatização deste veio para sancionar tal posicionamento, uma vez que era comum em diversos casos a negativa peremptória do suposto pai, mesmo após o regular ajuizamento da ação judicial, recusando-se a submeter a qualquer tipo de exame laboratorial por meio do preceito constitucional de que ninguém será obrigado a produzir prova contra si próprio. O exame técnico científico, embora decisivo, não constitui único elemento capaz de firmar a convicção do juiz, ou seja, existem outros elementos e provas que poderão ser colacionados no processo como forma de se demonstrar o vínculo existente entre o casal no período da concepção, de forma a indicar a paternidade alegada. Como mencionado no artigo, é preciso deixar claro que nesse caso haverá a necessidade de outras provas que indiquem a paternidade alegada devido à presunção relativa - aquela que não carrega uma verdade indestrutível, podendo ser contestada e superada por qualquer outra prova -, ou seja, só a recusa do suposto pai não é o suficiente para a declaração da paternidade. Diante dessa perspectiva, Maria Berenice Dias assevera: “Nas ações em que se busca a modificação de estado de pessoas naturais – direito personalíssimo e indisponível – as provas produzidas nos autos devem ser convincentes e conclusivas, permitindo ao julgador, segundo o princípio da persuasão racional, a plena convicção acerca do direito invocado pelas partes. A recusa ao exame de DNA não pode ser tomada como uma presunção absoluta de veracidade, pois ele é apenas um dentre os vários meios de prova à disposição do Juízo. O artigo 232 do Código Civil e a Súmula nº 301 do Superior Tribunal de Justiça não autorizam a conclusão de que o reconhecimento da paternidade é uma consequência lógica da recusa à submissão ao teste de DNA” [3]. Isso objetiva garantir segurança jurídica e no mesmo tempo o direito fundamental da presunção de inocência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Feita esta análise, fica evidente, portanto, que o novo texto constitucional não cria uma presunção absoluta de paternidade pelo fato de haver recusa do suposto pai, sendo necessário haver outros elementos de prova. Evidencia-se que através da ação de investigação de paternidade o legislador busca conferir à criança sua verdadeira identidade genética que é gerenciada pelo princípio da proporcionalidade e ditado pelo interesse social supera o individual. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, [2] Súmula número 301 do Superior Tribunal de Justiça, [3] DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Palavras - Chave: Presunção, recusa, paternidade.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

CSA 081

OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS FORMADORES DO MÉTODO APAC NA ASCENSÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Letícia **MARTINS** (IC leticia_martinsdias@outlook.com)¹, Eduarda **GUIMARÃES** (IC)¹ e Anderson Kristhian LOURENÇO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora

Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras – Chave: Fundamentos, humanização, recuperação.

APRESENTAÇÃO: A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma entidade civil de direito privado, com autonomia jurídica e financeira, personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos. Com respaldo na Constituição Federal, objetiva a recuperação e reintegração social do condenado, denominado recuperando neste método, em busca da humanização das prisões sem perder o escopo punitivo da pena imposta, possibilitando uma nova visão do conceito de pena e, não somente a pretensão punitiva.

DESENVOLVIMENTO: Para efetivação da justiça restaurativa o método APAC é composto por doze elementos fundamentais: a participação da comunidade, o recuperando ajudando o recuperando, o trabalho, a espiritualidade, assistência jurídica, assistência à saúde, valorização do ser humano, família, o voluntário e curso para sua formação, o Centro de Reintegração Social (CRS), a conquista de benefícios através do mérito pessoal e a jornada de libertação com Cristo. Assim, através de tais elementos essenciais, busca-se a recuperação e posterior inserção do apenado na sociedade. Conforme Valdeci Ferreira e Mário Ottoboni: “o método APAC caracteriza-se pelo estabelecimento de uma disciplina rígida, baseada no respeito, na ordem, no trabalho e no envolvimento da família do recuperando” [1]. Todavia, para efetivação do objetivo formador do método em questão, o anseio do recuperando deve estar em consonância com os fundamentos desenvolvidos e propostos, para o cumprimento da execução penal de maneira restaurativa, apartando-se os sistemas penitenciários convencionais, que, conforme Mirabete: “os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior (...)” [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Assim, segundo o fundador do método APAC, Mario Ottoboni, acerca do método adotado através da implementação dos elementos: “(...) trata de uma metodologia que rompe com o sistema penal vigente, cruel em todos os aspectos e que não cumpre a finalidade da pena: prepara o condenado para ser devolvido em condições de conviver harmoniosamente e pacificamente com a sociedade (...)” [3]. Dessa forma, em discrepância ao cumprimento de pena com o desígnio meramente punitivo, a adoção dos doze elementos basilares da APAC na execução penal mostra-se eficaz à implementação da concreta finalidade das penas privativas de liberdade, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, resguardando a sociedade e as vítimas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FERREIRA, Valdeci; OTTOBONI, Mário. **Método APAC: sistematização de processos**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Programa Novos Rumos, 2016. [2] MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002. [3] OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?: método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 082

O MÉTODO APAC COMO ALTERNATIVA À EXECUÇÃO PENAL: UMA BUSCA EFETIVA DA RESSOCIALIZAÇÃO

Letícia **MARTINS** (IC leticia_martinsdias@outlook.com)¹, Eduarda **GUIMARÃES** (IC)¹ e Anderson Kristhian LOURENÇO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora

Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000- Muriaé- MG

INTRODUÇÃO: Segundo o ordenamento jurídico, constituem finalidades da pena a punição do agente e sua posterior reintegração à sociedade. O sistema prisional brasileiro e a aplicação da sanção imposta pela sentença e decisão judicial aduzem à um desleixo estarrecedor nas prisões, na qual os condenados vivem em condições desumanas, com a falta de higiene, a superlotação e tratamento inadequado, demonstrando um sistema carcerário defasado e não concebendo o desígnio da ressocialização. No entanto, diante da ineficácia do sistema penitenciário convencional, surge a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), com o intuito de humanizar as prisões, através da valorização humana e objetivando a recuperação do condenado, sem deixar de lado a finalidade punitiva da pena. **DESENVOLVIMENTO:** Conforme a Lei de Execução Penal, nº 7.210/84, art. 10: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” [1]. Entretanto, o cumprimento da pena privativa de liberdade reforça a ineficiência do Estado, diante da crise do sistema carcerário brasileiro, uma vez que constituem verdadeiras escolas do crime, em que o condenado egressa à sociedade ainda pior, apenas reforçando os valores negativos enraizados nas prisões. Ademais, segundo Cezar Roberto Bitencourt: “Um dos dados frequentemente referidos como de efetiva demonstração do fracasso da prisão são os altos índices de reincidência, apesar da presunção de que durante a reclusão os internos são submetidos a tratamento reabilitador” [2], o que reforça a ideia de violação a direitos mínimos inerentes à pessoa humana durante a execução da pena. Contudo, o método socializador da APAC insere a efetiva finalidade da sanção imposta na realidade das prisões, aplicando direitos e garantias constitucionais, que em suma são ignorados no sistema penitenciário convencional. Através dos doze elementos fundamentais aplicados na metodologia apaqueana, os recuperandos recebem auxílio para a futura reintegração social, fundado no pressuposto de que todos são recuperáveis havendo um tratamento apropriado, efetivando o caráter ressocializador da execução penal, uma vez que, de acordo com Júlio Fabbrini Mirabete, “a prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação” [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, constata-se que a implementação do método APAC no cumprimento da pena privativa de liberdade consubstancia a efetiva finalidade da execução da pena, a pretensão punitiva e o posterior regresso à sociedade recuperado das mazelas do crime, resgatando valores sociais, religiosos e familiares, na perspectiva de evitar reincidências. Contemplamos assim, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados como uma entidade concretizadora do propósito da Lei de Execução Penal. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília: DF, Senado Federal. [2] BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [3] MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CSA 083

A RESPONSABILIDADE DA ESCOLA PELA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA HOMOFOBIA

Bruna Cristina Oliveira dos **SANTOS** (brunacristina27.bc@gmail.com) e Valesca Mara Alves **PINTO** (valescamaraa23@gmail.com) Fabrício Veiga **COSTA**

1. Curso de Direito; 2. Professor; Centro Universitário FAMINAS – BELO HORIZONTE/MG.

APRESENTAÇÃO: Este trabalho tem o objetivo de discutir a responsabilidade jurídica da escola na prevenção e repressão da prática da homofobia, buscando entender o papel da escola na prevenção desse ato, levando em consideração que antes do indivíduo começar a frequentar um sistema educacional formal ele já recebe influências na sua educação pelo meio social que está inserido, mas somente não basta, a escola tem um papel importante e precisamos entender qual é no combate a homofobia. O autor Carlos Rodrigues Brandão disse em seu livro que “Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos” (BRANDÃO, 2007, p.10). Assim, diante desse primeiro contato que o indivíduo possui com o meio social que pode influenciar na prática a homofobia, quando ele é inserido na escola está em formação algumas ideias sobre certos aspectos da vida, seu caráter e entendimento sobre gênero já está sendo formado, portanto é de extrema relevância discutir a importância da escola na prevenção e repressão dessa prática. **DESENVOLVIMENTO:** O objetivo geral deste trabalho é entender qual a responsabilidade jurídica da escola frente a prática da homofobia no âmbito escolar, discutindo se possuem métodos para implementar discussões, se sabem agir diante de possíveis casos de homofobia e se estão preparadas para isso, colocando sempre como base a educação. A escola deve atribuir ao aluno não apenas conhecimento específico nas matérias, mas também assegurar a dignidade, segurança e o respeito, buscando manter a ordem e combater, reprimir qualquer tipo de prática de homofobia. Assim a problemática deste trabalho é questionar a responsabilidade jurídica da escola na prevenção a homofobia, discutir se a responsabilidade é objetiva ou subjetiva diante do direito brasileiro, levando em consideração que não compete somente a escola esse papel, mas sim da sociedade em geral, já que a educação não é dada somente no âmbito escolar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O aluno quando ingressa em um estabelecimento de ensino, pode ser público ou particular fica sob responsabilidade da instituição nas dependências da escola, devendo a mesma velar pela sua integridade física, moral e psicológica, podendo utilizar de meios necessários para preservar esses direitos coibindo qualquer tipo de prática de homofobia que vier a ocorrer dentro da unidade de ensino, não podendo a escola ser omissa em qualquer prática que possa violar o direito do aluno sob pena de ser responsabilizada. Nota-se a homofobia em atitudes agressivas, podendo ser psicológica, física e em casos mais grave levar a morte, mas também podemos notá-la em atitudes consideradas passivas pelos agressores, ora as vítimas são atacadas com piadas que as ridicularizam, com a intenção de diminuir-las, as tratando como ser anormal ou inferior. Levando em consideração esses aspectos nota-se que o papel da escola é discutir essa realidade com os alunos, trazer conhecimento, deixar claro que brincadeiras com teor homofóbico não pode acontecer e ensinar que todos devem ser respeitados independente da opção sexual. Em uma pesquisa realizada por Borges, com vinte professores de escola de nível médio e fundamental de rede estadual de ensino, apontou que as escolas pesquisadas não têm um plano para lidar com situações que envolvam gênero e sexualidade, tanto em termos de informações interdisciplinares quanto em termos de ações discriminatórias que possam surgir no ambiente escolar. Outro aspecto trazido é que muitas brincadeiras em torno da homossexualidade são ignoradas, pois existe dificuldade em definir a homofobia e estabelecer um limite do que é ou não aceitável. Assim considerando que a escola é uma prestadora de serviço, ficando responsável pela vigilância e incolumidade dos alunos, quando ela não está preparada para lidar com tais situações está sendo omissa, assim a responsabilidade atribuída a escola será sempre objetiva. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS-BH e ao ENIC. **BIBLIOGRAFIA:** BORGES, Z. N. et al. **Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria** (Rio Grande do Sul/Brasil). Curitiba: Educar em Revista, abr. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a03>>. Acesso em: 10 de março de 2019. BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. FEITOSA CRUZ CABRAL, Carolina. **Responsabilidade civil das Instituições de Ensino**.. SALDANHA, L. M. L.; NORONHA, E. M. **Escola pública democrática: funções e compromissos**. São Luís: Ministério Público do Maranhão. 2007.

Palavras-chave: Genero, Escola, Responsabilidade

CSA 084

TRIBUTAÇÃO DE GRANDES FORTUNAS COMO FORMA DE AUXÍLIO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DIMINUIÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.

Gabriel Cristian Da **Silva** (gabrielcristians@hotmail.com). Rayssa Rodrigues **MENEGHETTI**

1 Curso de Direito; 2 Professora; Centro Universitário FAMINAS – BELO HORIZONTE/MG

Apresentação : A proposta deste trabalho é analisar o debate sobre aplicação do Imposto sobre grandes fortunas (IGF), como forma de diminuir a desigualdade social no Brasil. Sendo o tema de grande importância ao analisarmos os dados atuais sobre desigualdade social, bem como a de concentração de riquezas. O problema da concentração de grandes riquezas nas mãos de uma pequena parcela da sociedade é o aumento constante da desigualdade, que dificulta a luta contra a pobreza. Recentemente a instituição Oxfam divulgou que 5% da população mais rica detêm a mesma quantidade de riqueza dos outros 95% da população brasileira, e mais, que seis pessoas no Brasil possuem um patrimônio igual ao de 100 milhões das habitantes mais pobres. Insta salientar que o ordenamento jurídico, mais especificamente a Constituição Federal de 1988, se dispôs a garantir vários direitos sociais, individuais e coletivos. Sendo assim o IGF ajudaria o Estado na arrecadação de tais tributos, ajudando a garantir um Estado social democrático, bem como atuaria como na descentralização de riqueza. Implementado em alguns países da Europa e América Latina o IGF tem obtido êxito, como por exemplo, o aumentando do número de contribuintes do imposto na França. Assim, seria o imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) uma possível solução e tentativa de reverter este quadro de desigualdade social. **Desenvolvimento**: No que se refere ao IGF, é o único imposto da CF/88 que não foi implementado pois gera grandes discussões. Existem alguns projetos de leis que busca regulamentar o inciso VII da Constituição da República de 1988, dentre eles esta o PLP nº 277/2008. Sendo um assunto de difícil abordagem, pois sempre que se fala de tributação a pessoas tendem a reagir de forma negativa. Sendo assim, a implementação do IGF seria uma forma de justiça tributária pois, obedeceria a capacidade de contribuir de cada um com uma alíquota progressiva. Porém tem que observar, a implementação pode gerar efeitos negativos, por exemplo, a evasão patrimonial. Além disso, é necessária a definição de grandes fortunas para aferição do patrimônio, bem como decidir a base de cálculo, alíquotas, assim definir a porcentagem do valor do imposto. Desta forma, o presente trabalho vem trazer o questionamento, se a implementação do IGF serve como forma de diminuir a desigualdade social, consequentemente a diminuição da pobreza. O presente trabalho tem por objetivo uma busca na forma de implementação do imposto sobre grandes fortunas como maneira de melhor distribuição de renda, bem com uma análise que permitir compreender os efeitos deste na sociedade, visando diminuir a desigualdade social, discutindo a dificuldade de implementar tal tributo. O estudo tem por objetivo aumentar as discussões sobre formas de usar o direito tributário como instrumento para melhorar a vida dos cidadãos. "(...) a justiça tributária é guiada por princípios tributários, que norteiam atualmente nosso ordenamento - opções positivadas no texto constitucional. Então, para que um tributo atual seja justo, ele não pode contrariar - e, mais que isso, ele deve seguir - a linha dos princípios tributários vértices de nosso ordenamento. Nesse sentido, segundo Torres (2016), deve-se sempre observar os princípios da capacidade contributiva, da generalidade, da não discriminação e da vedação de privilégios. Os tributos devem ser distribuídos de modo uniforme e, claro, com vistas à proporcionalidade, progressividade e não confisco." (COUTINHO ELOI e LOPES, 2016, p. 112). Logo o objetivo específico do presente trabalho busca análise dos efeitos do IGF na sociedade brasileira, a fim de aplicação de uma política tributária mais justa. **Considerações finais**: Foram analisados os aspectos positivos e negativos do IGF no âmbito internacional. Observando os efeitos do IGF em outros países, é possível sua aplicação no Brasil. Porém cada país tem sua política fiscal e cultura, além disso esbarra na questão política, pois há uma preocupação de que sua implementação possa gerar efeitos negativos. Os argumentos para sua rejeição são fracos, pois não demonstra de forma concreta que o IGF faria com que aumentasse o evasão patrimonial bem como, a baixa arrecadação tributária, como alegado por aqueles que são contrários, pois a porcentagem de tributação sobre o patrimônio seria baixa, porém constituirá um grande volume de dinheiro. A implementação deste tributo combinado com outras ações é produtivo, como por exemplo, diminuir a taxa sobre o consumo, aumentando o poder de compra das classes mais baixas, fomentando a economia, além disso, traria mais transparência fiscal. A implementação de tal tributo como forma de melhor distribuição de renda, bem como diminuir a desigualdade social é totalmente viável, desde que seja bem feito. O imposto sobre grandes fortunas por si só não resolve os problemas sociais, no entanto, sua implementação é uma grande ferramenta para diminuir a desigualdade social, bem como a distribuição de renda. **Agradecimentos**: em primeiro lugar à Deus, aos meus familiares, amigos e professores. **Bibliografia**: COUTINHO ELOI, Pilar; LOPES, Yara Almeida. **A não regulamentação do IGF e os entraves que o rodeiam**: um estudo sobre o porquê da não normatização dessa espécie tributária. In UNIVEM. **Revista Em tempo**, [S.l.], v. 15, p. 107-129, dec. 2016. Disponível em: <http://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/2104>. Acesso em: 23 Mar 2019. SABBAG, Eduardo. **direito tributário essencial**. 6. ed. São Paulo: editora Método 2018. ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquemático**. 10 ed. São Paulo: editora Método. Juliana Ribeiro Magalhães. **Tributação de grandes fortunas, concentração de riqueza e a concorrência fiscal internacional**. Disponível em: http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1504306647_ARQUIVO_Artigo-JulianaRibeiroMagalhaes.pdf. Acesso em : 27 Mar 2019.

Palavras-chave: tributação, fortuna, desigualdade.

CSA 085

UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO: O DIREITO DE NÃO SABER

Adrielle **AMORIM** (IC-aadrielleamorim@gmail.com)¹; Tamires **BRAGA** (IC)¹; Pedro **GOMES** (IC)¹; Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS- MURIAÉ- 36880-000 - Muriaé – MG.

APRESENTAÇÃO: O poder de controlar as informações que dizem respeito à pessoa, manifesta-se também como poder negativo, isto é, como direito de excluir da própria esfera privada uma determinada categoria de informações não desejada pelo sujeito. Observa-se, com isso, reconhecido o direito de não saber, modificando, em consequência, a forma de conceber a privacidade. Nessa monta, pretende-se, com o presente trabalho, apontar os novos contornos civis do direito fundamental à intimidade na atualidade, colocando em discussão a existência do direito a não saber de determinada informação médica correta e sigilosa, porém não requisitada pelo paciente. **DESENVOLVIMENTO:** O direito de não saber trata-se da ausência de informação no interesse manifesto do paciente, ou seja, do fornecimento parcial e limitado da informação em razão da vontade do paciente que se posiciona não desejoso de saber seu prognóstico. O direito em questão passou a ser discutido a partir da recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp nº 1.195.995. A 3ª Turma determinou, com voto vencido da Ministra Nancy Andrighi, que não há violação do direito à intimidade e, em consequência, não há direito à indenização por danos morais, quando há a divulgação correta e verdadeira de dados médicos não requisitados para o próprio paciente [5]. A relação médico-paciente é relação jurídica de imensa relevância da esfera íntima do paciente, uma vez que ali está apresentada ao médico dados de sua personalidade e informações que, muitas vezes, o paciente não pretende compartilhar nem mesmo com seus familiares. Dada a importância da preservação da intimidade do paciente, mostra-se razoável que o mesmo tenha dificuldades em receber certos diagnósticos e, neste raciocínio, questiona-se se o paciente tem o direito em não saber e, sobretudo, se o médico quando não omite as informações não requisitadas pelo paciente pode ou não ser responsabilizado civilmente. O debate acerca do tema, realizado no STJ, refletiu o conflito entre os adeptos de uma concepção ampliada (moderna) do direito à privacidade e os adeptos de uma concepção restrita (clássica) de privacidade [2] que, ao fim, fizeram prevalecer o entendimento de que o sujeito tem o direito de ter resguardada a sua vida privada contra ingerências indevidas de terceiros, mas não contra o próprio conhecimento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em que pese a decisão formada pelo STJ sobre o tema tenha sido no sentido de não reconhecer o direito de não saber, há de se vislumbrar que ainda que se entenda não tratar de hipótese de responsabilidade civil, a legislação brasileira não comporta o esgotamento da questão suscitada. Mister se faz perceber a razoabilidade em respeitar o direito de não saber do paciente quando este assim o desejar, mantendo-se obediência ao direito à intimidade. Assim, insta reconhecer a questão suscitada pela Ministra Nancy Andrighi que: “a intimidade abrange o livre arbítrio das pessoas em querer saber ou não algo afeto unicamente à sua esfera privada” [5]. A partir desta razão, é necessário colocar em pauta no ordenamento jurídico pátrio os contornos jurídicos da divulgação à pessoa de dados não requisitados configurando violação ao seu direito de não saber e gerando, conseqüentemente, o direito à indenização por danos morais, já que afronta o direito fundamental à intimidade, à luz de um novo olhar do Direito Civil a questões contemporâneas que carecem de resguardo jurídico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] AMARAL, Júlio Rocha do; OLIVEIRA, Jorge Martins de. **O sistema límbico: o centro das emoções**. Disponível em: <http://www.cerebromente.org.br/n05/mente/imbic.htm>. Acesso em: 26 jun 2019. [2] BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 13.ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. [3] BRASIL. Constituição da República (1988). **Vade Mecum Saraiva**. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [4] VIANA, Rodolfo Viana. **Hermenêutica Filosófica e Constitucional**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001. [5] RESP 1195995/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 06/04/2011.

Palavras-chave: Direito à Intimidade; Direito Civil; Novos Contornos.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

TRABALHOS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

CET 001

ANÁLISE DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) EM MURIAÉ

Waysamele **OLIVEIRA**(IC–waysa98@gmail.com), Priscila **OLIVEIRA** (IC)¹ e Juliana **AQUINO** (IC)¹, Lívia **COURA** (PQ). Acadêmicas do curso de Arquitetura e Urbanismo; Professora: ². Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: O presente artigo trata das ZEIS, da cidade de Muriaé, mostrando sua aplicabilidade e como são delimitadas no Plano Diretor, analisando a importância de escolher um espaço adequado para estas áreas. **DESENVOLVIMENTO:** As ZEIS são áreas de grande importância para redemocratização do espaço urbano, tornando-o mais inclusivo nos aspectos econômicos e sociais. Porém observa-se que existem formas diferentes de se delimitar as ZEIS na cidade, existem os que pensam no bem-estar social, fornecendo moradia adequada a classe de baixa renda e disponibilizando áreas com acesso a infraestrutura básica da cidade. E os que pensam estas áreas visando maior lucro e provocando uma fragmentação social entre os habitantes. Tendo como estudo de caso, o Condomínio Popular Nova Muriaé (CPNM), produto do Programa Federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV), onde a moradia é destinada a pessoas de baixa renda com financiamento da Caixa, percebemos a inutilidade da delimitação das ZEIS no Plano Diretor, visto que a área para implantação do CPNM não constava como passível deste tipo de uso no instrumento de planejamento urbano da cidade. A intenção final foi ofertar moradia através da política habitacional para famílias que tivessem renda até 3 salários mínimos. O local em questão, destinado para o CPNM foi uma área próxima ao distrito de Vermelho, com aproximadamente 12km de distância do centro da cidade, originando uma evidente segregação social. A área escolhida apresenta dificuldade de mobilidade, pois não há linha de transporte coletivo municipal, afastando seus moradores das oportunidades de emprego. Além de acarretar problemas sociais gerados pela falta de acesso aos serviços básicos a que todo cidadão tem direito. A não observância das áreas delimitadas como ZEIS no plano diretor vigente, demonstra que a administração pública, acaba por compactuar com a especulação imobiliária, além de agravar a desigualdade social. Diferente do estudo de caso já apresentado, nesta outra experiência há uma aplicabilidade dos parâmetros que tornam uma ZEIS adequada, no caso o bairro Padre Thiago. Este, foi um projeto resultante da ação de uma ONG que prezava pelo bem-estar e interação desta população, onde uma das condições era que os beneficiários colaborassem no sistema de mutirão na construção das casas. Esta área se localiza a 3 km do centro da cidade, facilmente acessada pelos pedestres e motoristas pela BR-356. Trata-se de um bairro popular onde ainda não há uma estreita interação com o restante da sociedade, porém é um bairro em que se percebe a vida em comunidade. Possui áreas em que as crianças podem brincar, além de escola, espaço para atividades culturais e acompanhamento social feito pela ONG Pró-moradia. Muitas destas vantagens estão ligadas a proximidade da área com o centro urbanizado da cidade **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Muriaé possui em seu Plano Diretor, de 2006, a delimitação das ZEIS, porém só em 2019 a lei complementar 5.788/2019, exemplifica essas áreas e as situam dentro da cidade. Ou seja, a própria cidade não observa seu plano, não traz incentivo para estas zonas e conseqüentemente, para a população de baixa renda. É preciso ter um estudo prévio das áreas passíveis a este tipo de uso, numa perspectiva de crescimento desta oferta de habitação, para que quando a oportunidade de um projeto como o do PMCMV seja real, se utilize áreas que façam parte da cidade e não que colaborem para o aumento da desigualdade social. **AGRADECIMENTOS:** à UNIFAMINAS e a orientadora Lívia Coura por todo o suporte ao aprimorar o conhecimento. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COURA, Lívia Maria de Souza Almeida. **Políticas públicas e habitação popular: um estudo de caso de programas habitacionais em Muriaé/MG.** São Paulo, 2017. [2] MURIAÉ, Plano Diretor (2006), Capítulo II – do macrozoneamento urbano, inciso VII e Capítulo V – Da habitação, inciso VII. <https://muriac.mg.gov.br/plano-diretor-2018-2028/>. Acesso em 03 de junho 2019 [3] MURIAÉ, Lei complementar Nº5.788/2019. https://sapl.muriac.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/6043/lei_comp_no_5.788-19_-_zeis.pdf. Acesso em 03 de junho 2019.

Palavras-chaves: ZEIS, desigualdade Social, Muriaé.

CET 002

ANALISE SOBRE PROJETO DE REASSENTAMENTO URBANO DOS MORADORES EM ÁREAS DE RISCO EM MURIAÉ.

LUDMILA OLIVEIRA AREDES (IC – myla.aredes.arq@gmail.com)¹, REGINALDO BALBINO DE SOUZA (IC – regis.balbinoarqurb@gmail.com)¹ e LIVIA MARIA DE SOUZA ALMEIDA COURA (PQ)²

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professora Livia Maria de Souza Almeida Coura *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: Este estudo tem como objeto de pesquisa a análise do inciso II do Artigo 12 do capítulo V da Habitação do Plano Diretor (P.D.) de Muriaé, que trata de incentivar e promover o reassentamento dos moradores de áreas de risco. No decorrer deste trabalho foi possível verificar que este inciso não é aplicado na cidade, onde é possível encontrar diversas áreas de risco sendo habitadas. Seu cumprimento contribuiria para a sociedade, acarretando o uso coletivo e satisfatório do espaço, havendo uma reestruturação social e ambiental nas áreas onde se encontra o problema. Analisando a cidade, as áreas de risco identificadas, pode-se verificar que a problemática está ligada às enchentes. **DESENVOLVIMENTO:** A metodologia utilizada para a pesquisa, foi qualitativa a partir de dois estudos de caso. Um estudo que trata de um projeto para Contenção de Cheias do Rio Muriaé, elaborado pelo Governo de Minas Gerais e pela Prefeitura. Este plano seria uma solução híbrida, baseada na implantação de uma barragem no Rio Preto e em adequações na macrodrenagem do Rio Muriaé, esta obra ocasionaria uma redução nas inundações, minimizando o número de pessoas atingidas por esse evento. A barragem do Rio Preto ficaria localizada há 9km do encontro das águas deste rio com o Rio Muriaé. Para as intervenções nas margens, em perímetro urbano, seriam necessárias desapropriações de moradias, o que ocorreria no trecho compreendido entre a ponte do bairro Santana e a área situada a 120m após a passarela metálica no Bairro do Porto, numa extensão de 5,9 km. Entre estas soluções projetadas, está a desapropriação das áreas de alagamento, e nestas áreas desocupadas seriam propostos espaços de lazer coletivo. Também consta no projeto reforços e criações de pontes e a criação de espaços para áreas verdes. Caso realizado, tal projeto teria beneficiado diretamente uma parte da população que sofre com as enchentes e indiretamente todos os cidadãos de Muriaé. Outro estudo de caso, foi um programa de Requalificação urbanística da Orla Lagunar de Maceió, um projeto de reassentamento involuntário formulado pela Prefeitura Municipal de Maceió, visando recuperar uma parte da orla da lagoa de Mundaú e reurbanizar o bairro do Bom Parto. Este plano representa uma estratégia de inclusão social e de melhoria das condições de vida da população, com foco na residente em áreas de risco e de preservação ambiental. A área de intervenção se caracteriza pela ausência de pavimentação, esgoto à céu aberto e lixo despejado no corpo d'água. O programa prevê ações além das unidades habitacionais, projetos de urbanização, recuperação da Área de Preservação Permanente no local onde irão remover as residências irregulares, implantação de rede de esgoto sanitário, melhoras no abastecimento de água, construção de creches e escolas do ensino fundamental e implantação de área de lazer. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Verificou-se que não houve efetivação do inciso II do artigo 12 do P.D., cuja realização das intenções nele contidas necessita do desenvolvimento de amplos projetos que solucionem a origem do problema e não somente proponham remediar suas consequências. A longo prazo o que se objetiva é requalificar as áreas urbanas que são afetadas, o que é uma solução que vem se provando bastante eficiente, pois mantém o morador próximo ao seu local de origem, inclusive sem prejudicar o meio ambiente. Um possível desdobramento desse estudo para torná-lo mais útil e eficaz, seria através de uma pesquisa quantitativa, realizar o levantamento de dados e verificação em números dos moradores que vivem em situação de risco, e que necessitam de um projeto de reassentamento e requalificação de área.

BIBLIOGRAFIA: Prefeitura de Maceió. **PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DA ORLA LAGUNAR DE MACEIÓ.** Maceió, Alagoas. 2016. 105p; SIMÕES, Nelson. Prefeitura de Maceió. **PLANO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO - PRI.** Maceió, Alagoas. 2017. 167p.; Prefeitura de Muriaé. **PLANO DIRETOR.** Muriaé, Minas Gerais. 2006. 23pgs;

Palavras-chave: Reassentamento. Áreas de Risco. Requalificação Urban

CET 003
ARQUITETURA DE UM CENTRO DIA PARA IDOSOS

Maria Luiza Tavares Procópio (IC maria.l.procopio16@gmail.com)¹ e Natália Maria Garcia de Oliveira (PQ)²

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professora
Centro Universitário UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: A arquitetura pode ser uma barreira física para a terceira idade, devido à sua forma ou pela ausência de equipamentos que não proporcionam acessibilidade necessária. Os fatores extrínsecos ao indivíduo e relacionados ao ambiente contribuem para o risco de queda em ambientes domiciliares [1]. O risco de uma queda pode influenciar diretamente em sua qualidade de vida. A rotina agitada e a responsabilidade do dia-a-dia, compromete o tempo disponível para as famílias cuidarem de seus entes queridos. Os principais espaços são o Centro de Convivência do Idoso (CCI) e a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Entretanto, não há um serviço que ofereça as condicionantes de um Centro Dia (CDI) para os idosos e seus familiares. Este espaço proposto tem como objetivo, oferecer cuidados básicos aos idosos que não podem ficar em casa sozinhos, proporcionando o retorno dos mesmos para casa ao final do dia para o convívio familiar. O presente trabalho tem como intuito delimitar o Centro Dia como um importante serviço assistencial e como a arquitetura é um fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos idosos. **DESENVOLVIMENTO:** O envelhecimento populacional não é ocasionado pelo aumento do período de vida, mas sim pela diminuição das taxas de fecundidade de uma população [2]. Segundo Silva e Yamaguchi [3], a velhice não pode ser tratada de maneira individual pois está ligada ao contexto familiar e social. Dessa forma, a família se torna responsável pelo idoso, tendo o dever de promover seu bem-estar, segurança e conforto. O termo *Aging in Place* pode ser traduzido livremente como “envelhecendo no lugar”. Esse conceito refere-se ao direito que a pessoa idosa possui de permanecer no seu contexto familiar e social [4]. Torna-se uma concepção contrária à institucionalização dos idosos. O CDI é uma instituição não asilar de atendimento ao idoso. Sua implantação deve ser de fácil acesso, próximo aos equipamentos públicos e, preferencialmente, dentro da malha urbana. Ao se planejar um espaço direcionado aos idosos, deve-se atentar às suas necessidades e delimitações que são impostas devido sua perda física e motora. Para estudo de caso foi escolhido o “Instituto Viva Bem”, por apresentar a preocupação em aproximar o espaço ao contexto residencial. Localizado em Goiânia-GO, a edificação é ampla, térrea e totalmente adaptada para atender a necessidade de cada usuário de acordo com sua especificidade. Essa sensação de “estar em casa” proporciona aos idosos um vínculo com o ambiente. A disposição das esquadrias proporcionou conforto térmico e lumínico. Além disso, o contato com a natureza torna o ambiente acolhedor e agradável. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A pesquisa permitiu observar a importância de se projetar um ambiente voltado exclusivamente para os idosos e que não possua caráter asilar. Em relação à arquitetura, quando projetada levando em consideração a individualidade dos idosos, se torna um instrumento fundamental, influenciando positivamente no bem-estar desses indivíduos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COUTO, F. M. T. **A influência dos fatores extrínsecos no risco de queda de idosos em ambientes domiciliares:** um estudo à luz da arquitetura de interiores. 132 fls. Trabalho de Pós-Graduação em Ambiente Construído – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. [2] VERAS, R. P. **País jovem de cabelos brancos:** a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UERJ, 1994. [3] SILVA, N. A. M. E. da; YAMAGUCHI, M. B.. **A ILPI como Espaço para Moradia.** In: BESTETTI, M. L.; GRAEFF, B.. (Org.). Habitação e Cidade para o Envelhecimento Digno. 2.ed. São Paulo: Portal Edições, p. 113-127, 2017. [4] CHIARELLI, T. M. ; BESTETTI, M. L. T. ; GRAEFF, B. **Mapeamento dos Telecentros da região central de São Paulo e reflexões sobre sua importância na perspectiva do Aging in Place.** In: BASTETTI, Maria Luisa; GRAEFF, Bibiana. (Org.). Habitação e Cidade para o Envelhecimento Digno. 2ed.São Paulo: Portal Edições, v. 1, p. 219-239, 2017. **Palavras-chave:** Arquitetura para idosos. Centro Dia

CET 004.

ASPECTOS DA DINÂMICA DE EXPANSÃO URBANA EM MURIAÉ-MG

MichellySANTOS(IC-michellyfranco8@gmail.com)¹, GabrielaBRAZ(IC-gabioliveirabraz@live.com)², JosielleROCHA(PQ-josiellecintia@yahoo.com.br)³

1,2. Curso de Arquitetura e Urbanismo; 3. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: O objetivo da pesquisa é analisar a dinâmica de ocupação da cidade de Muriaé-MG, localizada na Zona da Mata Mineira. Em 1817, é registrado seu primeiro núcleo de expansão urbana, devido a chegada de comerciantes de ervas e raízes medicinais. De acordo com o Censo 2010 [1], sua população é de 100.765 pessoas e densidade demográfica de 119,72 hab/km², sendo considerado um índice médio dentro do estado, onde a maior parte de seus municípios se encontra em categorias de até 42,66 hab/km². A problemática que dá origem à essa pesquisa surge a partir de questionamentos a respeito da distribuição da população pelo território, sob o aspecto de verificação de áreas com ocupação mais ou menos densa. Os procedimentos metodológicos adotados iniciam com a coleta desses dados e, posteriormente, proceder um cruzamento de informações junto à análise do Plano Diretor da cidade, adotando-se, assim, a combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Parte-se da hipótese de que na cidade de Muriaé há a reprodução do modelo de crescimento urbano baseado na forma espalhada, desprovido de controle urbano e social nas periferias. Por fim, apresenta-se aspectos da dinâmica de crescimento urbano, bem como características envolvidas nesse processo. **DESENVOLVIMENTO:** Desde o primeiro aldeamento e delimitação do espaço, em 1817, é registrado em Muriaé atividades agrícolas, principalmente para exploração de ervas medicinais, que desempenhou importante papel econômico. Até meados do séc. XIX, sua base econômica baseia-se na produção agrícola e aurífera, que incentivava a procura de migrantes de cidades vizinhas. Entre os sécs. XIX e XX, sua economia volta-se unicamente para a agricultura, principalmente a produção cafeeira, que intensifica o crescimento populacional devido à necessidade de mão-de-obra. Durante a primeira déc. do séc. XX, Muriaé passa por importante desenvolvimento urbano, devido a estímulos para a consolidação do setor industrial, passando a receber infraestrutura básica, como redes de abastecimento de água potável, energia elétrica e telefônica. Em 1929, com a queda da Bolsa de Nova Iorque, assim como as capitais, cidades menores também sofreram com os efeitos da crise mundial. Muriaé sofreu influências diretas na produtividade cafeeira e conseqüentemente houve uma baixa no capital de investimentos, o que estagnou o processo de expansão urbana na cidade até a déc. de 1930. Seu desenvolvimento é retomado a partir do Governo Vargas (1930-1935), com a construção da BR-04, como parte de uma política de integração regional por meio da expansão rodoviária. De fato, com a construção dessa rodovia, o município passa a experimentar um novo incremento econômico e populacional [2]. Doravante, Muriaé passa a ter um crescimento acelerado. Um dos efeitos desse processo é o aumento na demanda por moradia na cidade, registrando, assim, a ocupação de morros e áreas periféricas, desprovidas de infraestrutura urbana. Entre os anos 1970 e 2010, a população cresce de forma acelerada, apresentando um aumento de mais de 40 mil hab. Esse incremento populacional afeta, de forma direta, na ocupação do território urbano, através de adensamento de áreas já consolidadas da cidade, como a ocupação de morros, tais como Porto e Barra, e expansão do seu tecido urbano com o surgimento de novos bairros, como Santa Terezinha e Prainha. Tal questão urbana passa a fazer parte das discussões no município com a inclusão do tema no primeiro Plano Diretor [3], em 2006. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pode-se considerar que em Muriaé a dinâmica de desenvolvimento espacial reproduz um modelo de crescimento espalhado. Um modelo experimentado por outras cidades brasileiras que, devido ao desenvolvimento econômico houve um aumento por moradia para sua mão-de-obra. Essas áreas são desprovidas de infraestrutura e por terem menor valor de mercado, se tornam única opção de moradia para grande parte da população. **BIBLIOGRAFIA:** [1] IBGE. Muriaé. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 26, p. 159-164. Disp. em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 09 jul 2019; [2] OLIVEIRA, L. R. *A urbanização do município de Muriaé-MG e suas políticas habitacionais: uma discussão acerca do projeto de habitação social "Padre Thiago"*. UFV: Viçosa, 2018. [3] PMM. *Lei n.º 3.337, de 17 de out de 2006*. Disp. em www.camaramuriaemg.gov.br. Acesso em 12 jul 2019.

Palavras-chave: expansão urbana, desenvolvimento urbano, Muriaé-MG.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00-5 – Arquitetura e Urbanismo

CET 005

O INDIVÍDUO E A CIDADE

Helen Dayane de Souza Costa (IC dayanesc@hotmail.com)¹ e Tamyres Virginia Lopes Silveira (PQ)²

APRESENTAÇÃO: Os reflexos da pós-modernidade configuram um cenário no qual pode-se observar uma velocidade nos acontecimentos, que determinam uma dinâmica cotidiana de experimentação superficial dos lugares, moldando uma sociedade que não consegue estabelecer uma relação mais íntima com a cidade, carente de conexões. O avanço das áreas edificadas vem tomando grande proporção, caracterizado pela ausência de planejamento, e visando o crescimento econômico acima de quaisquer circunstância no desenvolvimento da cidade, e segundo Hall (1997), essas revoluções culturais causam grande efeito na maneira de viver, sobre a direção que os indivíduos dão a vida e seus anseios. Através de pesquisas bibliográficas, pretende-se discutir neste trabalho a relação indivíduo-cidade na pós modernidade, levando em consideração o distanciamento das pessoas em relação aos espaços públicos. **DESENVOLVIMENTO:** O crescimento populacional constitui-se hoje como cerne de uma gama de problemas, segundo Gehl (2013), “a tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada.”. Sendo assim, com a falta de planejamento adequado foram surgindo áreas desconexas, ambientes sem qualidade de vida e pouco atrativos, fazendo com que a população deixe de lado a vivência do espaço público. Segundo Rolnik (1995) umas das contribuições do enfraquecimento desse vínculo do indivíduo com a cidade se dá devido ao ritmo crescente da intensa movimentação de pessoas, mercadorias e capital da cidade. Moro (1976), relata que durante o processo de urbanização, podemos perceber uma troca constante de paisagens naturais por grandes edificações, máquinas e poluição, que refletem diretamente no meio ambiente urbano, e na qualidade de vida do ser humano, além de empobrecer a paisagem urbana. A relação do indivíduo com a cidade tem ficado cada vez mais prejudicada, as pessoas têm se distanciado das áreas de convívio com a natureza e com os espaços públicos, o que faz com que essas áreas fiquem abandonadas e sem uso, empobrecendo a imagem da cidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através de nossa pesquisa foi possível perceber como a “era moderna” juntamente com a falta de planejamento adequado das cidades tem prejudicado a relação indivíduo-cidade, e também, distanciado esses indivíduos dos espaços públicos. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS

BIBLIOGRAFIA: GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013; HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & realidade, v. 22, n. 2 Londres: 1997; MORO, D. Á. A. **As áreas vedes e seu papel na ecologia urbana e no clima urbano**. Separata da Rev. UNIMAR, Maringá/PR, v.1 p. 15-20, 1976; ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1995.

Palavras chave: Espaço Público

CET 006

PLANEJAMENTO URBANO E TRANSPORTE DE CARGA NA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Ana Carolina Antunes¹ (IC – anantunespp@gmail.com); Carolina Grossi Landim² (IC – cgrossilandim@gmail.com); Lívia Coura³ (PQ)

1. Curso de Arquitetura 2. Curso de Arquitetura 3. Professora Centro Universitário, Faminas – UNIFAMINAS – 368880-000 – Muriaé/MG

APRESENTAÇÃO: Novos hábitos comerciais e aumento populacional criaram uma demanda por um consumo de perfil diferente daquele praticado, e em quantidades muito superiores. Assim, é preciso investir em planejamento viário e logística urbana para administrar o novo perfil de consumo. O estudo investiga o inciso VI do artigo 13 do Plano Diretor de Muriaé, Lei 3377/06, sobre a operação de carga e descarga de mercadorias realizada por veículos pesados em alguns bairros de Muriaé. O trabalho utiliza a revisão de literatura bem como análise de fatos. **DESENVOLVIMENTO:** O incremento do consumo aumentou o volume das entregas, agora, mais rápidas e fracionadas. O grande número de pontos comerciais clama por reabastecimento de estoque, ou seja, fluxo maior de veículos pesados nas cidades. Considerando os problemas estruturais do trânsito diário temos, mais congestionamento e acidente. De acordo com o Plano Diretor de Muriaé é necessário traçar limites ao transporte de carga em regiões centrais da cidade. Em regulamentação recente, foram promulgadas as Leis 4613/13 e 4617/13 fixando horário de carga e descarga nas vias públicas: o horário permitido para os serviços de carga e descarga de mercadorias, nos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, no perímetro urbano compreendendo os bairros Dornelas, Barra, Centro, Rosário, Safira e Porto, todos do Município de Muriaé, **quando efetuados por carreta e caminhões, é das 19:00 às 07:00 horas** do dia seguinte. Liberadas as áreas de carga e descarga, nos demais horários apenas para veículos de até 3,5 toneladas, pelo tempo necessário da entrega. Prevê ainda uma multa de R\$127,69 pela infração (art. 4º). O Código de Posturas do município dispõe no mesmo sentido (artigos 212 a 220). Há legislação sobre o assunto, o que falta é a aplicação. Ao que tudo indica, essa é uma lei desconhecida por parte dos comerciantes e moradores da cidade. A falta de fiscalização por parte do executivo alimenta o sistema de negligência e desinformação. A não aplicação da norma beneficia os estabelecimentos comerciais. Os lojistas não precisam estabelecer um cronograma, tornando mais fácil a compatibilização entre demanda da loja e entregas, evitando controle do estoque ou aquisição a maior. E também às transportadoras e distribuidoras, que se desobrigam da logística. Quando falamos de mobilidade urbana, devemos ter consciência que a ausência/desobediência de regras acarreta prejuízos de larga escala: formação de congestionamentos, ausência de vagas públicas, danos na malha viária, acidentes e prejuízo ao comércio e qualidade de vida. O descumprimento de lei, por parte das autoridades públicas pode caracterizar ato de improbidade administrativa. A possibilidade de um porto seco capaz de intermediar a distribuição de mercadorias, pouparia os centros comerciais. A utilização do distrito industrial já existente na cidade pode servir de apoio à prática do transporte de carga. Lembrando do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para não remover o problema de local sem resolvê-lo. Apresenta-se como solução um planejamento abrangente e fiscalização, também capacitação de pessoas e instituições vinculadas à política de urbanismo. Nas palavras de Jan Gehl¹, “É barato, simples, saudável e sustentável construir cidades para pessoas – bem como é uma política óbvia para atender aos desafios do século XXI. Já está mais do que na hora de redescobrirmos a dimensão humana no planejamento humano (...)”. **CONCLUSÃO:** A legislação municipal é um elemento eficaz para a reforma urbana (respaldada por fiscalização e aplicação). O Plano Diretor é o instrumento legal para organizar e direcionar o desenvolvimento urbano. A mobilidade urbana é um desafio do planejamento urbano moderno, é preciso investimentos que priorizem a estrutura, conscientizem a sociedade e analisem seu impacto. O estudo visa contribuir para um melhor uso dos instrumentos do planejamento da vida urbana e melhora da mobilidade urbana de Muriaé. **BIBLIOGRAFIA:** ¹GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2017; JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF, 2011; SPECK, J. *Cidade caminhável*. São Paulo: Perspectiva, 2017; <http://www.planalto.gov.br>; <http://www.camaramuriaemg.gov.br>

CET 007

QUALIDADE E FUNCIONALIDADE DOS PASSEIOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO NO BAIRRO CHÁCARA GÁVEA MURIAÉ – MG.

Lorena **MONTEIRO** (IC- lorena.arq2020@gmail.com) ¹, Breno **SILVA** (IC)¹, Hemanuely **MORAES** (IC)¹,
Veronica **MEDEIROS**(PQ)².

Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professora

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

.INTRODUÇÃO: O presente artigo apresenta uma análise da qualidade dos passeios públicos. Serão abordadas nessa pesquisa as condições de acessibilidade nos espaços públicos da cidade de Muriaé, localizada na zona da Mata Mineira, trazendo como estudo de caso o bairro Chácara Gávea, com o objetivo de apontar a falta de planejamento e acessibilidade. Para isso, as metodologias utilizadas no trabalho foram pesquisas bibliográficas e uma análise qualitativa, através de registros fotográficos, medições e questionários. **DESENVOLVIMENTO:** Nos últimos anos constata-se que as cidades brasileiras têm sido planejadas para veículos e não para pedestres. A problemática disso está na falta de consciência de que a caminhada é o meio de locomoção predominante entre a população, além de ser o mais sustentável e promover saúde e autonomia de mobilidade, alicerçada no direito fundamental de ir e vir da Constituição Federal [1]. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) [2], alterou o Estatuto da Cidade – Lei nº 10257/2001 exigindo da União a promoção da melhoria das condições das calçadas [3]. A lei estabelece que todos os municípios devem garantir em seus projetos do Plano Diretor a acessibilidade das calçadas. Os passeios públicos a serem implantados ou reformados, além da gestão da qualidade destes, passam a ser de responsabilidade do poder público. Ademais, junto com a NBR 9050 [5], a lei determina que as calçadas devem ser dotadas de faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m, a faixa livre ou passeio, destinada exclusivamente à circulação de pedestres com no mínimo 1,20 m de largura e a faixa de acesso, que consiste no espaço de passagem da área pública para o lote [4] [5]. O Código de Posturas do município de Muriaé [6] determina, que o proprietário do imóvel é obrigado a construir e conservar os passeios em perfeito estado e os fiscais de obra, por sua vez, têm o dever de vistoriar a regularidade [6]. Neste artigo serão analisados os aspectos supracitados na cidade de Muriaé, com ênfase no bairro Chácara Gávea, localizado a cerca de 1,2 km do centro da cidade, na região norte do município. Neste bairro predominam edificações residenciais, com a presença de atrativos para lazer, como o Parque de Exposição Lael Varella e o Parque Lagoa da Gávea, que atraem o público de diversos bairros e cidades vizinhas. Em análises in loco, observou-se que no local de estudo existem irregularidades como calçadas desniveladas, rampas de acesso à garagem que invadem os passeios, arborização fora da faixa de serviço e muitos trechos sem calçamento, tornando nítido a falta de acessibilidade e mobilidade reduzida dos pedestres. Há também a falta de pisos táteis e de alerta, assim como revestimentos em desacordo com a NBR 9050. Para a verificação da qualidade e conforto dos passeios públicos da região, foi aplicado um questionário aos usuários frequentes, como moradores, trabalhadores e visitantes. De acordo com os resultados obtidos, o bairro possui boa arborização e sombreamento, sendo seguro durante o dia e atrativo ao lazer. Porém, de forma quase unânime, o problema ressaltado consistiu na falta de qualidade e acessibilidade das calçadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A análise dos resultados obtidos demonstrou uma situação crítica na mobilidade do pedestre. Inúmeras situações obstruem as calçadas e levam à circulação no leito carroçável da via. Tais conclusões podem auxiliar os administradores e os órgãos gestores de serviços a definirem estratégias para intervir e garantir as melhorias na mobilidade urbana local, visto a probabilidade de crescimento do fluxo de visitantes no local, por conta dos atrativos turísticos da região. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Art. 5, inc. XV. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1073_0517/ inciso-xv-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso: 30 de junho de 2019. [2] BRASIL. Decreto-Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, Brasília, DF, jul 2015. [3] BRASIL. Decreto-Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**, Brasília, DF, jul 2001. [4] ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2015. [5] MURIAÉ. Decreto-Lei nº 1.232, de 30 de dezembro de 1987. **Código de Obras do Município de Muriaé**, Muriaé, MG, dez 1987. [6] MURIAÉ. Decreto-Lei nº 2.358, de 18 de novembro de 1999. **Código de Posturas do município de Muriaé**, Muriaé, MG, nov 1999.

PALAVRA CHAVE: passeio público, mobilidade urbana, acessibilidade

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00- 5 – Arquitetura e Urbanismo

CET 008

REVITALIZAÇÃO URBANA EM ÁREAS DETERIORADAS: CASO PLAZA CISNEROS

LUDMILA OLIVEIRA AREDES (IC – myla.aredes.arq@gmail.com)¹, LARISSA CHAVES CORRÊA (IC – larissachavesc@gmail.com)¹, DÉBORA MONTEZANO PACHECO (IC – deboramontezano@hotmail.com)¹ REGINALDO BALBINO DE SOUZA (IC – regis.balbinoarqurb@gmail.com)¹ e TAMYRES LOPES SILVEIRA (PQ)²

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo ; 2. Professora Tamyres Lopes Silveira

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Este artigo tem como objetivo analisar sobre as revitalizações urbanas que traduzem uma nova postura de intervenção, procurando dar vitalidade às áreas através de um conjunto de ações, levando em consideração questões econômicas, sociais, funcionais e ambientais. O foco será a revitalização de áreas deterioradas, procurando discurrir a importância desta e o quanto ela pode agregar valor ao local. **DESENVOLVIMENTO:** Este artigo foi elaborado usando embasamento teórico, através de leitura de artigos científicos a respeito do tema, tendo como foco a revitalização de áreas deterioradas, utilizando a Plaza Cisneros, localizada em Medellín na Colômbia, como um estudo de caso. O processo de revitalização ocorrido na Plaza Cisneros foi dado recorrente ao contexto e sua localização, Medellín passou por uma requalificação, saindo do status de cidade com maior taxa de homicídios para ser atualmente considerada como segura. Essa transformação ocorreu através de investimentos na educação, mobilidade urbana e em projetos de revitalizações por toda a cidade. Antigamente neste local encontrava-se a Plaza de Mercado, um centro de comércio muito importante na cidade de Medellín, após incêndio, este lote ficou totalmente deteriorado, tornando-se um lugar inseguro para passagem e permanência. O entorno da praça se dá por prédios históricos como os edifícios Carré e Vasquez, que passaram por um processo de restauração. Em frente a ela está situada a antiga estação ferroviária de Antioquia e o centro administrativo La Alpujarra, já na própria praça foi implantada a biblioteca do EPM (Empresas Públicas de Medellín). Esse espaço urbano funciona como local de chegada e saída desses prédios de uso público, além de uma área de lazer e descontração, abriga reuniões comunitárias e eventos. De acordo com Botelho (2005), a revitalização urbana em centros históricos traz diversos benefícios, em paralelo a isso, o estudo de caso aqui apresentado reforça essa ideia, observando na prática as consequências de revitalizar áreas que não são usufruídas pela população, muitas vezes encontradas em estado de abandono ou em desuso, e a transformação desses lugares, retomando a sua função social, se tornando novamente ponto de encontro e um marco da cidade a qual a população pode tirar proveito, reforçando a segurança. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da elaboração desse artigo, pode-se ter um contato maior sobre a temática de intervenções urbanas, a necessidade desta para a produção do espaço urbano, que se pode obter diversos resultados, e como um local pode ser modificado através de ações que não necessariamente precisam ser drásticas ou massivas, percebendo que um espaço que cumpre sua função social pode trazer lazer, conforto e segurança aos moradores. Foi analisado um caso que deixou de ser um lugar hostil e se transformou em um ambiente propício para encontros, através de melhorias na circulação, iluminação e implantação de novos equipamentos urbanos foi preservada e restaurada a arquitetura neste local, criando um espaço de comunicação entre os edifícios, valorizando-o como espaço coletivo. É possível notar que estas revitalizações recorrentes são frutos de um estudo e planejamento detalhado, não há regra para estes planejamentos, pois eles seguem a necessidade de cada local. Os resultados ocorrem de maneiras diferentes em cada situação, mas em sua maioria trazem benefícios a todos envolvidos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BOTELHO, T. R. *Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís*. Santiago de Chile, 2005. p.53-71.

Palavras-chave: Revitalização, Áreas deterioradas, Espaço urbano.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00-5 - Arquitetura e Urbanismo

CET 009

TELHADO VERDE, A NATUREZA PROMOVEDO BEM-ESTAR E CONFORTO TÉRMICO

Laila da Costa **LIMA** (IC)¹ e Bárbara Correa **COUTINHO** (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professora
Centro Universitário - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG.

APRESENTAÇÃO: Devido à grande urbanização, as áreas que antes eram verdes estão sendo dominadas pelo concreto e pelos asfaltos causando uma degradação do meio ambiente. A construção civil é responsável por inúmeros impactos ambientais, novas formas de construção como o telhado verde, que é a aplicação de uma cobertura vegetal sobre as edificações, essa prática pode minimizar essa realidade e agregar no conforto térmico. O objetivo do presente trabalho é expor o Telhado Verde em construções civis visando o bem-estar e o conforto térmico. **DESENVOLVIMENTO:** Na década de 70 o telhado verde começou ter visibilidade como uma alternativa sustentável para a construção civil, se destacava nos países europeus. De acordo com Savi (2006) no Brasil, essa prática é recente e pouco utilizada, limitada nas regiões Sul e Sudeste, devido à falta de informações e ao conservadorismo ainda existe preconceito em relação a eficiência desse método de construção, é necessário a divulgação das vantagens do mesmo. A construção civil é de extrema importância para o desenvolvimento do país, porém, é uma das indústrias que mais poluem e gera resíduos sólidos ao meio ambiente. Visando isso, é necessário novas tecnologias construtivas que seja viável para o desenvolvimento econômico e para a sustentabilidade. O uso de telhados verdes pode ser uma das soluções para alinhar o desenvolvimento com sustentabilidade. Conforme os conceitos de Nascimento (2010) ao construir um telhado verde é necessário um investimento maior, porém, a vida útil do mesmo comparada aos convencionais é o triplo, reduzindo o custo com manutenções. Os telhados verdes podem ser intensivo ou o extensivo que será o nosso foco, o mesmo não necessita de manutenção, seu custo é baixo e a sobrecarga é menor. Suas vantagens são inúmeras, a redução da velocidade de escoamento da água da chuva, melhora as condições acústicas no interior da edificação, contribui no combate do efeito estufa, purifica o ar, reduz os níveis de poluição, filtra as partículas de poeira e fumaça, absorve os componentes da chuva ácida, reduz a temperatura interna gerando o conforto térmico. Segundo Frota et al; (2003), as exigências humanas de conforto térmico estão relacionadas com o funcionamento de seu organismo, cujo mecanismo, complexo, pode ser, de grosso modo, comparado a uma máquina térmica que produz calor segundo sua atividade. De acordo com Spangenberg (2004) a implantação de telhados verdes pode beneficiar o clima das cidades, pois, reduz de 1°C a 2°C dos centros urbanos e dentro da residência reduz até 15 °C, fazendo com que diminua o consumo de energia elétrica, além disso, no telhado convencional as variações térmicas ao longo do dia são muito bruscas já no telhado verde o processo de troca de calor é retardado, pois o mesmo comporta-se como um isolante, no inverno ele também contribui na redução da perda de calor. Com todas essas vantagens o telhado verde ainda indaga os consumidores ao se tratar do preço, o mesmo necessita de um investimento maior no início, mas em longo prazo ele é mais acessível comparado ao tradicional. Entretanto, no Brasil a falta de competitividade afeta no custo, pois, os telhados não são construídos em grande escala, apenas individualmente isso eleva o preço. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a aplicação do telhado verde é viável, principalmente relacionado ao conforto térmico, além de ser uma opção sustentável está diretamente ligado ao estado psicoemocional das pessoas. Empecilhos culturais e financeiros ainda perduram na sociedade, logo, a divulgação desta cobertura é imprescindível para que possa ter mais mão de obra especializada, gerando uma maior concorrência e reduzindo o valor fazendo com que o telhado se torne acessível a todos. Note-se que a incorporação da nova técnica de cobertura, que é eficaz, melhora a qualidade de vida e restaura o equilíbrio do ecossistema das cidades, conseqüentemente promovendo um conforto térmico. **AGRADECIMENTOS:** A professora Bárbara Correa Coutinho. **BIBLIOGRAFIA:**

Palavras-chave: telhado verde, sustentabilidade, conforto térmico

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 – Engenharia Civil

CET 010

VALORIZAÇÃO DOS ACESSOS DA CIDADE ATRAVÉS DE INTERVENÇÕES URBANAS E VALORIZAÇÃO CULTURAL

Nathany Barbosa Costa (IC nathanybcosta@gmail.com)¹ e Antônio Renato Guarino Lopes (PQ)²

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professor
Centro Universitário FAMINAS-UNIFAMINAS-MURIAÉ-36830-000-Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Os acessos das cidades são muitas vezes negligenciados pela administração pública e mesmo pela população local. No entanto, essas áreas de entrada às cidades oferecem, como cartões postais, a primeira impressão aos visitantes e sensação de receptividade tanto para estes quanto para os moradores da cidade. Desta forma, estas entradas devem ser valorizadas e reproduzir um pouco da história da cidade, a fim de que, através da primeira impressão, o visitante possa adquirir conhecimento sobre aquele município e tenda a julgá-lo, desde este ponto, como agradável se sentindo aconchegados, divulgando a cidade para outros e a visitando mais vezes. Além disso, o morador poderá criar um sentimento mais forte de pertencimento, valorização e orgulho por ser daquela cidade e fazer parte da sua história. A pesquisa visa o enaltecimento da cultura e a revitalização da paisagem urbana da cidade de Espera Feliz, Minas Gerais. O trecho em questão, que sugere uma intervenção urbana, liga uma entrada da cidade ao seu centro. Se pretende, através da revitalização desta área, influenciar positivamente a vida dos moradores, que individualmente poderão tomar ações para tornar o lugar vivo e convidativo e, com isso, oferecer aos visitantes uma primeira impressão prazerosa. A justificativa da pesquisa está no aumento da atenção que a cidade vem recebendo em decorrência das premiações de “melhor café” e ao seu potencial turístico. Através de metodologia de análise do local e interdisciplinaridade com profissionais de outras áreas, se procura contribuir para a viabilidade do projeto. **DESENVOLVIMENTO:** A escolha do tema se deu através da vivência pessoal e do reconhecimento da necessidade de intervenções nesta parte da cidade. É notório que, com o crescimento da cidade, os problemas também vêm aumentando. Não há passeios adequados por todo o trajeto para os pedestres, com desníveis, falta de calçamento e de iluminação. Há construções em mau estado que causam a sensação de desleixo. O trânsito, cuja intensificação é perceptível, não tem um bom fluxo, devido aos carros estacionados em lugares que podem ser considerados inadequados. Nesta rua há casas bastante antigas que, hoje, não são valorizadas como deveriam pela população. Uma das formas de valorizar e conscientizar a população da importância destas edificações seria a implantação de uma Casa de Cultura e Turismo em uma dessas casas antigas que se encontra à venda, através de um processo de *retrofit*, que garantiria com sua restauração que parte da história da cidade continue viva e valorizada. Desta forma, a história da cidade estaria “de portas abertas” para a população. A região é reconhecida como propícia ao cultivo de cafés especiais devido à sua altitude, que varia de 748 e 2.000 metros. Por conseguinte, a região frequentemente ganha prêmios como o melhor café do Brasil, como o Concurso Nacional ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café). Além deste destaque que o município possui em relação à produção cafeeira, há um estabilizado comércio local que oferece uma boa infraestrutura para a implantação dos equipamentos e facilidades urbanas. O município conta também com um rico patrimônio natural ambiental composto por parte da Mata Atlântica preservada, parte do Parque Nacional do Caparaó e cachoeiras. No entanto, a sede do município não possui infraestrutura adequada que seja capaz de suportar um alto fluxo de visitantes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que um espaço que não oferece bons recursos de se estar e viver se torna subutilizado e desagradável, podendo ainda ser degradado. Os projetos de intervenção urbana visam identificar estes problemas e mapeá-los (GATTI; ZANDONADE, 2017, p. 44), a fim de conseguir solucioná-los e devolvê-lo para as pessoas, gerando uma segurança percebida ou vivenciada. **AGRADECIMENTOS:** Aos meus professores.

BIBLIOGRAFIA: IBGE Cidades, 2018. Disponível em: < <http://www.esperafeliz.mg.gov.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2018; GATTI, Simone; ZANDONADE, **Patricia. Espaços Públicos.** São Paulo: ABCP, 2017. 120 p.

Palavras chave: Cultura. Revitalização

CET 011

ANÁLISE DAS IRREGULARIDADES QUE AFETAM A MOBILIDADE URBANA NAS RUAS PRÓXIMAS AO HOSPITAL SÃO PAULO EM MURIAÉ-MG

Juliana Gonçalves **MACHADO** (IC - juliana.2011@hotmail.com)¹, Adriana Ribeiro Santana da **SILVA** (IC - Adriana.ribeiro23@hotmail.com)¹, Isabella Vieira **NOGUEIRA** (IC - Isabellanogueira19@yahoo.com)¹, Laís Pereira **PESSOA** (IC -Laispessoa95@hotmail.com)¹ e Gustavo Mello **COSENDEY** (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. ProfessorCentro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

APRESENTAÇÃO: Mobilidade urbana é o direito de ir e vir da população dentro do espaço urbano, referente ao modo de deslocamento, por meio de veículos privados, veículos públicos, seja pelas vias ou andando livremente pelo lugar apropriado para passeio [1]. O direito de ir e vir foi instituído pela Constituição Cidadã de 1988, que diz: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens”. Porém, esses direitos são limitados devido à falta de infraestrutura de qualidade, apresentando calçadas irregulares e falta de transportes públicos, havendo dificuldade na locomoção [2]. Esse trabalho traz como estudo quatro ruas da cidade de Muriaé – MG, sendo elas: Desembargador Canedo, Coronel Izalino, Ivan Américo Porcaro e Professor Carvalho, localizadas no centro da cidade, perfazendo um trajeto de 880 metros. Muriaé é uma cidade localizada na Zona da Mata Mineira, possuindo 841,7 km² e uma população de aproximadamente 108.113 habitantes [3]. O trajeto escolhido são pontos estratégicos que dão acesso ao Hospital São Paulo – único hospital público da cidade -, e, por isso é um ponto importante de se observar, levando em conta a facilidade ou dificuldade de locomoção na determinada área. Por fim, o objetivo desse trabalho é analisar as ruas citadas (observação de vias, passeios, transporte público) e comparar com as normas vigentes, a fim de determinar se as ruas estão dentro do proposto pelas leis e buscar soluções caso não estejam. **DESENVOLVIMENTO:** O trajeto analisado começou-se pela rua Desembargador Canedo, caminhou-se para a rua Coronel Izalino, Ivan Américo Porcaro e Professor Carvalho, respectivamente. Ao fazer as análises e medições, constatou-se que todas as ruas possuem espaçamento para passeio, entre postes e paredes, de aproximadamente 75 cm livres e onde não há postes variam entre 1,10m a 1,30m livres, sendo que segundo o Código de Obras de Muriaé, as vias locais deverão apresentar 2 metros livres destinados a passeio [4] e as normas da ABNT dizem que é aceito largura mínima de 150 cm [5]. De todas essas ruas, a rua Desembargador Canedo foi a única que apresentou uma calçada dentro das normas vigentes, atendendo 2 metros livres e entre postes e paredes 150 cm livres. Além disso, em todas as ruas se encontram calçadas irregulares com algum tipo de obstrução, como buracos e mal acabadas, em terra e britas, não atendendo novamente ao Código de Obras de Muriaé, o qual diz que “os passeios deverão ter o piso cimentado ou revestido com materiais próprios” [4], dificultando assim a mobilidade de pedestres e principalmente de cadeirantes. As vias destinadas aos veículos possuem larguras suficientes para a passagem dos carros, assim como requer o Código de Trânsito Brasileiro [6], exceto a rua Professor Carvalho, a qual é uma via de mão dupla com a cive, contendo 5 metros de largura, apresentando dificuldade na passagem de veículos maiores, como os ônibus – os quais invadem a pista na contra mão para efetuar a entrada na via. A rua Coronel Izalino é uma via de mão dupla, também com 5 metros de largura, a qual não é permitida parar e nem estacionar em nenhum ponto, porém alguns carros param e até estacionam, o que muitas vezes dificultam a mobilidade nessa rua. Em geral, os ônibus públicos passam nas ruas Desembargador Canedo (mão única) e Professor Carvalho, as quais possuem pontos específicos para a parada destes, porém há a passagem destes veículos nas demais ruas e, embora seja permitido, a rua Coronel Izalino fica apertada para a transação das duas mãos; já a rua Ivan Américo Porcaro é uma via de mão dupla e possui 8 metros de largura, possuindo somente irregularidades nas calçadas, contendo degraus inaccessíveis a idosos e cadeirantes, por exemplo. Ademais, todas as ruas apresentam faixas de pedestre, porém não há rebaixamento nas calçadas que dão acesso à pista de rolamento, conforme implica a Lei nº 2.259/98 [7], dificultando mais uma vez a passagem de pedestres e principalmente de cadeirantes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De acordo com o estudo das quatro ruas de Muriaé, analisa-se a inadequação das normas, as quais precisam ser seguidas para manter o fluxo adequado de carros, motos, pedestres e bicicleta. Vê-se a necessidade de mudanças imediatas e significativas. Possíveis soluções para esse problema seria por exemplo, a rua Coronel Izalino ser somente via de mão única em direção ao hospital, onde a volta de tal rua daria pela rua Ivan Américo Porcaro e desceria pela rua Professor Carvalho, assim poderia estender um pouco as calçadas. Além disso, os proprietários dos terrenos são obrigados a conservar as calçadas, conforme indica o Código de Obras de Muriaé [4], cabendo à prefeitura a fiscalização destes meios, além de disponibilizar profissionais a fim de fornecer rampas acessíveis às faixas de pedestres. Por fim, todo planejamento urbano de acordo com as normas é essencial para que a cidade funcione bem, seja acessível para deficientes e em todo o espaço urbano as pessoas tenham uma ótima mobilidade, a qual só será concebida se as ruas e calçadas estiverem de acordo com as normas técnicas da cidade. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] Ministério das cidades. **Mobilidade Urbana é Desenvolvimento Urbano**. 1ª edição. Brasil, 2005. Disponível em < <http://www.polis.org.br/uploads/922/922.pdf> > Acesso em 22 de maio de 2019. [2] DIONISIO, Sílvia Hermelinda Rodrigues. **Direito de ir e vir na sociedade brasileira**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 21 maio 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53479&seo=1>>. Acesso em: 28 maio 2019. [3] IBGE. **Muriaé – MG**. 2010. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/panorama> > Acesso em 22 de maio de 2019. [4] Município de Muriaé. **Plano De Ordenação Físico – Territorial De Muriaé**. 2007. [5] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. [6] Casa Civil. **LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm > Acesso em: 22 de maio de 2019. [7] Câmara de Muriaé. **LEI Nº. 2.259 / 98**. 1998. Disponível em < <http://camaramuriae.mg.gov.br/portal/leis-municipais/leis-municipais-2/> > Acesso em: 22 de maio de 2019. **Palavras-chave:** Mobilidade; irregularidade; infraestrutura

CET 012

APLICAÇÃO DE PNEUS DESCARTADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DAS PROPRIEDADES DO ASFALTO-BORRACHA

Lucas Andrade **NUNES** (IC-lucas.andrade21@outlook.com.br)¹, Taíne Martinhão de **FREITAS** (IC)¹, Maicow Roberto Falco dos **SANTOS** (IC)¹, Thúlio da Silva **MADRIAGA** (IC)¹ e Beatryz Cardoso **MENDES** (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professora

Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36.880-000 - Muriaé - MG.

Palavras Chave: Pneus, asfalto-borracha, construção civil.

APRESENTAÇÃO: Pode-se dizer que um dos principais desafios enfrentados pela sociedade moderna está relacionado à disposição final de resíduos sólidos. No Brasil, por exemplo, pesquisas mostram que a produção anual de pneus tem aumentado consideravelmente. Sendo assim, faz-se necessário a adoção de medidas que busquem reintegrá-los em outras atividades quando não é mais possível que eles desempenhem sua principal função. O descarte destes materiais de forma inadequada no meio ambiente pode causar graves riscos ambientais, como: se jogados em ambiente aberto, exposto a chuva, eles acumulam água, tornando-se um local ideal para proliferação de mosquitos; quando direcionados para unidades de incineração, a queima da borracha produz grandes quantidades de fragmentos e gases tóxicos [1]. Dessa forma, uma alternativa para reduzir o descarte inadequado de pneus no meio ambiente seria empregá-los na indústria da construção civil, visto que trata-se de uma área capaz de absorvê-los, tendo em vista a grande variedade e quantidade de matérias-primas que consome. **DESENVOLVIMENTO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de pesquisas bibliográficas, a viabilidade de uma técnica que consiste em utilizar partículas de borracha para a produção de um ligante modificado, denominado asfalto-borracha. A princípio, utilizava-se o ligante asfalto-borracha apenas na manutenção e reparo de pavimentos, com o intuito de aumentar sua durabilidade. Mais tarde, ele deixou de ser utilizado apenas como material de correção e passou a ser aproveitado também em revestimento de concreto asfáltico e camada de reforço [2]. A adição da borracha de pneus às misturas asfálticas pode acontecer de duas formas: via seca e via úmida. No primeiro caso, os grânulos de borracha são adicionados como agregado na mistura, sendo inseridos de forma direta no misturador da indústria de asfalto. O problema deste processo é que as propriedades da borracha não são transferidas ao ligante de forma eficaz; contudo, ainda é possível atribuir algumas melhorias ao composto, sob a condição de que na sua produção seja possível alcançar uma mistura homogênea. O método da via úmida, por sua vez, consiste em adicionar a borracha diretamente ao ligante, alterando-o permanentemente. Diferentemente do processo seco, este possibilita uma melhor transferência das características de resistência e elasticidade para o ligante [3]. A partir de um comparativo entre o ligante modificado e o convencional, pode-se dizer que o modificado apresenta algumas vantagens, sendo elas: aumento da durabilidade, baixo custo de manutenção, diminuição do ruído devido ao atrito pneu-pavimento, redução da espessura da camada asfáltica e grande elasticidade. No entanto, o ligante modificado apresenta também desvantagens, como um custo cerca de 30% maior que o comum, e uma maior geração de poluição atmosférica durante sua produção devido à elevada temperatura [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Após a realização dos estudos, tornou-se possível concluir que a adição da borracha para a produção de um ligante modificado trata-se de uma técnica viável, uma vez que suas propriedades técnicas são superiores às do convencional. Vale destacar que fatores como aumento da durabilidade e baixo custo de manutenção justificam maiores gastos para a produção do ligante asfalto-borracha. Outro ponto importante é que a técnica que fora estudada favorece o lado ecológico ao possibilitar uma destinação final adequada aos pneus. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MONTEIRO, J.H.P. **Gestão integrada de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2001. [2] ODA, Sandra. **Análise da viabilidade técnica da utilização do ligante asfalto-borracha em obras de pavimentação**. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000. [3] WICKBOLDT, V. S. **Ensaio Acelerados de Pavimentos para Avaliação de Desempenho de Recapeamentos Asfálticos**. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil.

CET 013

ANÁLISE DAS FERRAMENTAS DE PREVENÇÃO UTILIZADAS NA EXTRAÇÃO DE BAUXITA NA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Rafaela da Silva **ARAGÃO** (IC – raragao2015@gmail.com)¹ e Gustavo Mello **COSENDEY** (PQ)²

1. Curso de Engenharia de Produção; 2. ProfessorCentro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

APRESENTAÇÃO: A mineração está visivelmente ligada à história e à formação do estado de Minas Gerais, desde os tempos do Brasil colônia, atividade esta, presente em cerca de 250 municípios do estado, demonstrando a dependência ainda existente no país com relação às indústrias primárias como a mineração ainda em evidência [1]. A importância desta atividade se destaca também, quando o assunto é acidente e segurança do trabalho. A indústria da mineração mantém elevados índices de acidentes de trabalho e representa uma das atividades com maior grau de riscos. As causas para elevadas ocorrências de acidentes estão ligadas a atos inseguros, assim como condições insalubres, fatores pessoais, o desconhecimento ou descumprimento de legislações por parte dos próprios colaboradores e empresas deste ramo, justificando assim o índice de acidentes [2]. Diante disto, o escopo deste trabalho será a verificação de como são utilizadas as ferramentas de prevenção de acidentes, ferramentas estas como a Análise Preliminar de Risco (APR) e Direito de Recusa, utilizadas por funcionários da indústria da mineração, objetivando auxiliar os trabalhadores e profissionais da área de segurança do trabalho a identificar os possíveis riscos de acidentes, medidas de controle e as áreas a serem adequadas, a fim de garantir a integridade física no ambiente de trabalho. Por fim, o objetivo deste trabalho é analisar os registros de Direito de Recusa realizados através da Análise Preliminar de Risco durante o ano de 2018 e os cinco primeiros meses de 2019, a fim de realizar um comparativo do número de registros e como essas ferramentas tornam-se medidas mitigadoras no dia-a-dia dos trabalhadores. **DESENVOLVIMENTO:** Para início da pesquisa de campo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca da NR-22, Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração, sendo utilizado como fonte de consulta o sítio do Ministério do Trabalho e Emprego [3]; posteriormente para o levantamento dos dados estatísticos dos registros de Direito de Recusa realizados durante o ano de 2018 e os cinco primeiros meses de 2019, foi utilizado como fonte de consulta, dados estatísticos de uma mineradora da zona da mata mineira. Deste modo, a pesquisa baseou-se na averiguação dos registros referente ao Direito de Recusa, realizados através da APR, em todos os setores que constituem a mineradora. Neste contexto, as informações referentes às ferramentas de segurança analisadas, foram organizadas cronologicamente, sendo descrito seus principais aspectos técnicos no que tange ao assunto foco deste trabalho. Análise Preliminar de Risco é um formulário de avaliação prévia dos riscos presentes na execução da atividade. A APR pode ser preenchida de forma coletiva ou individual, com o objetivo de identificar os principais riscos e controles, antes da execução de uma atividade diária [3]; e pode ser constituída pelo campo descrito como Direito de Recusa ao Risco onde o colaborador a qualquer momento poderá interromper sua atividade quando não se sentir psicologicamente ou fisicamente bem para realizá-la, ou identificar uma situação que ofereça riscos, e posteriormente registrar no campo salientando o risco que há na execução de sua atividade, em seguida deverá comunicar seu supervisor para que as medidas de mitigação do risco sejam tomadas [4]. Para o levantamento estatístico do número de registro realizados no ano de 2018 e cinco primeiros meses de 2019, os registros foram divididos pelos seus respectivos setores: Almoxarifado, Beneficiamento, Comunicação, Controladoria, Desenvolvimento Humano Organizacional, Engenharia Gerência, Gestão, Liberação de Áreas Reabilitadas, Logística, Manutenção, Operação de mina Planejamento de Lavra e Geologia, Suprimentos e SSMA. Verificou-se em uma primeira análise das informações dispostas que no ano de 2018 foram contabilizados 126 registros que se concentram principalmente entre os setores de Operação de Mina e Planejamento de Lavra e Geologia, que realizam normalmente suas atividades em campo; observou-se que os colaboradores que realizam atividades administrativas não realizavam registros de Direito de Recusa. Ainda em relação aos registros, nos cinco primeiros meses de 2019, contabilizou-se 401 registros, verifica-se que ocorreu um aumento significativo nos registros de Direito de Recusa realizados pelos colaboradores, comparado ao ano de 2018, observa-se que houve não apenas um aumento no número de registros, mas que outros setores que possuem atividades mais administrativas passaram a utilizar a ferramenta que oferece ao colaborador o direito de não se expor ou realizar atividades que ofereçam riscos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De acordo com o estudo das ferramentas de segurança de prevenção utilizadas pelos colaboradores, conclui-se que durante o período analisado, o aumento do número de registros durante os cinco primeiros meses de 2019, não expressa o aumento de risco nas atividades e sim que os funcionários passaram a compreender a importância da utilização da Análise Preliminar de Risco, que oferece a oportunidade de mapear os riscos envolvidos em suas atividades e quando as mesmas oferecerem riscos que não podem ser mitigados imediatamente, poderá realizar o Direito de Recusa, ressalta-se que o funcionário não estará se recusando a executar suas atividades e sim a exposição ao risco. Diante disto as ferramentas analisadas tornam-se medidas mitigadoras de acidente, de forma a propiciar um ambiente seguro na execução das atividades de extração de bauxita na região da zona da mata mineira. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração: Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf>>. Acesso em: 05 março 2019. [2] RAMAZZINI, Bernadino. **As doenças dos trabalhadores** - tradução de Raimundo Estrela. 3ª Edição. Fundacentro, São Paulo, 2000. p 325. [3] NR-22 **Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração**. Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-22.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019. [4] NR-1 **Disposições Gerais**. Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-01.pdf>>. Acesso em: 01 setembro 2019.

Palavras-chave: Mineração; acidentes de trabalho; segurança do Trabalho.

3.08.00.00-5 - Engenharia de Produção

CET 014

CIMENTO PORTLAND: FABRICAÇÃO SEM COMPROMETER AS FUTURAS GERAÇÕES

Jane Aparecida dos SANTOS, (IC-janeAparecida005@gmail.com)¹, Roniel Souza da SILVA (IC)¹, Nilce Maria da SILVA (IC)¹ e Beatryz Cardoso MENDES(PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professor

Centro Universitário Faminas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: “O Brasil é um dos países em que mais se fabrica e se consome cimento no mundo” [1]. O cimento Portland é um dos produtos mais versáteis, sendo utilizado em larga escala no setor da construção civil; seu uso vai desde a fundação da obra até seu acabamento. Apesar de sua origem ser datada a cerca de 4500 anos, quando seus primeiros vestígios foram detectados nos monumentos do Egito, este material passou por várias mudanças desde esse período, sendo moldado de acordo com o desenvolvimento tecnológico e se apresentando na forma que conhecemos atualmente. As vantagens associadas ao cimento são claras; entretanto, quando se trata do consumo de energia gasto em sua fabricação, ele apresenta um grande risco ao meio ambiente, contrariando o conceito de sustentabilidade proposta pela ONU em 1987: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”[2]. Apesar de atender às necessidades atuais, o uso em larga escala de energia não renovável coloca em xeque o abastecimento energético para as futuras gerações. O presente trabalho tem por objetivo apresentar a ineficiência do processo de fabricação do cimento quando se trata do uso em grande escala de energia para sua produção, além de propor meios para amenizar tal problema. **DESENVOLVIMENTO:** Para a produção do cimento é necessário um investimento milionário, uma vez que a sua fabricação envolve uma série de etapas, monitoradas por meio de tecnologia de ponta. As etapas se dividem de forma geral em quatro, sendo elas: moagem e homogeneização das matérias-primas (obtenção da farinha crua), clínquerização da farinha crua em fornos rotativos (produção do clínquer) e posterior resfriamento do clínquer, moagem do clínquer e adição de gesso para obtenção do cimento, e ensacamento e expedição do produto final. Para a realização de todas essas etapas, os fornos ficam ligados 24 horas por dia, sendo desligados anualmente por apenas dois dias; portanto, o gasto de energia é colossal. As energias utilizadas são tanto térmica quanto elétrica, sendo o consumo de energia térmica superior. Os combustíveis empregados são o petróleo, alguns gases e gasolina, produtos não renováveis. A fim de amenizar a poluição pode-se aplicar o pneu, que pode ser reutilizado para produzir energia térmica, o que já tem sido feito em algumas partes do mundo. O uso de energia elétrica, por sua vez, apesar de estar em segundo lugar, ainda sim é consideravelmente grande. As fábricas de cimentos normalmente estão localizadas perto de locais onde pode-se extrair matéria prima, sendo os locais mais comuns as regiões sul e sudeste. Tais regiões apresentam período de luz solar considerável durante o ano, sendo assim, o uso de placas solares seria um meio de amenizar o consumo de energia elétrica. Apesar dos sistemas de energia solar apresentarem um alto custo de implantação, as vantagens a longo prazo seriam notórias e de grande valia. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em suma, o capitalismo gera um grande desenvolvimento econômico e tecnológico, entretanto gera a ganância e o anseio de crescimento ainda que custe as futuras gerações quando entende-se o meio ambiente como o futuro de todo o planeta. Com isso fica claro a necessidade das empresas em equilibrar lucro com sustentabilidade. **AGRADECIMENTOS:** A Deus, ao UNIFAMINAS e a Professora Beatryz Cardoso Mendes pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [2]. NDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum: Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Palavras-Chave: cimento, energia, sustentabilidade

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil

CET 015

CONCRETO ESPECIAL

Roniel Souza da **SILVA**, (IC- rony.souza28@hotmail.com)¹, Jane Ap. dos **SANTOS** (IC)¹, Nilce M. da **SILVA**, Beatriz C. **MENDES**. (PQ)^{1 2}

1. Curso engenharia civil; 2. Professora orientadora

Centro universitário FAMINAS– UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

APRESENTAÇÃO: Desde os primórdios o homem já tinha preocupação em construir sua própria moradia, porém os únicos materiais ao seu redor eram a pedra natural e a madeira, sendo ainda limitados quanto a trabalhabilidade e durabilidade. Já em 1850 após a descoberta do cimento, chega-se numa mistura ideal, cimento, agregados e o aço denominado concreto armado. Entretanto com novas tecnologias surgindo e construções cada vez mais complexa, o concreto armado ainda que uma grande descoberta tinha propriedades que necessitavam de melhoramento, o que ocorreu em 1990 com a revolução do concreto, sendo conhecido como concreto de alta ultra desempenho (CAUD), este possuía características quase que inacreditáveis, um modelo que merecia um olhar científico sobre suas propriedades. **DESENVOLVIMENTO:** O concreto é um dos materiais mais utilizados em uma construção civil e largamente aplicado em todo o mundo para execução de diversos empreendimentos. Com aumento das construções civis, estudiosos viram a possibilidade e necessidade de formular concretos especiais, capazes de reagirem bem em ambientes agressivos com sulfatos, cloretos e apresentassem uma boa resistência mecânica [3]. Sendo assim, fez-necessário aprimorar as propriedades do mesmo. Para obter um concreto com melhorias em suas propriedades, com um desempenho elevado e alta resistência, precisou de algumas adições e substituições de produtos à mistura, como os minerais, aditivos e fibras, além de técnicas diferenciadas de execução [2]. A origem do CAUD se deve a uma encomenda especial dos engenheiros militares aos pesquisadores canadense e franceses em 1990 para construção de uma ponte, o concreto de pós reativos (CPR), definido como concreto de alto-ultra desempenho pode atingir uma Resistência à compressão entre 200 a 800 MPa, valor considerado muito elevado em comparação ao concreto convencional, que alcança até 60 MPa de resistência. As principais características dessa mistura que proporcionam esse nível de resistência tão alto são: a não utilização do agregado graúdo, sendo substituído por um mineral de pó de quartzo com partículas inferiores a 2mm; a adição de sílica ativa, aditivos super plastificantes e fibras de aço com dimensões aproximadas de 13 mm de comprimento e 0,15 mm de espessura, que contribuem para uma boa resistência à tração e compressão; o não aparecimento de fissuras e o baixo fator água/cimento geralmente adotado [1]. A substituição dos agregados e a redução de água na mistura resulta na menor formação de poros. A homogeneidade da mistura faz com que os vazios no interior da matriz cimentícia sejam preenchidos, gerando alta resistência e durabilidade. Devido a esse alto desempenho do CPR, este pode ser utilizado em diversas obras como, passarela, pontes e Estação de metrô tornando-as mais leves e com baixo custo de manutenção [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Vale ressaltar que a utilização desse concreto garante uma vida útil muito elevada e ótima resistência, no Brasil, o CPR se torna inviável devido ao alto custo do produto e pelo fato de outros tipos de concreto, com custo mais baixo, atenderem às necessidades solicitadas. Contudo, estudos e trabalhos publicados mostram que as universidades têm feito investimentos em pesquisas afim de manter suas boas características e reduzir os custos de produção por meio da utilização de matérias-primas alternativas, tornando-os mais viáveis economicamente.

REFERÊNCIAS: [1] MACHADO, F. G. et al. **Avaliação das propriedades mecânicas do concreto de pós reativos com adição de celulose nanofibrilada**. In: Congresso Brasileiro de Cerâmica, 60. Águas de Lindóia: CBC, 2016. p. 2504 - 2513. [2] PICCININI, Ângela Costa; MACHADO, Gabrieli Formentin. **ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO DO CONCRETO DE PÓS REATIVOS–CPR COM E SEM FIBRAS**. *Revista Técnico-Científica de Engenharia Civil Unesc*, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2018.

[3] REVISTA TECHNE. BINA, P. Concreto de pós reativos: uma revolução no conceito do concreto. *Revista Techne*. São Paulo, n. 8, p.50-51, jan/fev, 1999.

Palavras-Chave: concreto armado, evolução, concreto especial, CPR.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil

CET 016

MÉTODO CONSTRUTIVO LIGHT STEEL FRAMING: VANTAGENS E DESVANTAGENS

Nilce Maria da SILVA (IC-nilcesilva2@hotmail.com)^{C1}, Nayara Conceição Souza OLIVEIRA (IC)¹, Jane Aparecida dos SANTOS (IC)¹, Roniel Souza da SILVA (IC)¹ e Beatryz Cardoso MENDES (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professora
Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36.888-233 - Muriaé - MG.

APRESENTAÇÃO : A indústria da construção civil é um importante setor da economia brasileira, criando empregos diretos e indiretos. Entretanto, apesar da sua relevância econômica, esse ramo comercial tem acarretado grandes problemas ambientais. A construção civil se tornou uma das áreas que mais causa impacto no meio ambiente, tanto em relação aos materiais extraídos da natureza como madeiras, metais, areia e pedras, quanto na emissão de gases para produção de materiais [1]. Além disso, é o setor de atividades humanas que mais consome recursos naturais e utiliza energia de forma intensiva. Com o processo de desenvolvimento e aprimoramento industrial desenvolveram-se novos métodos de construção, entre estes está o sistema de construção “*Light Steel Framing*” (LSF). **DESENVOLVIMENTO**: A origem do *Steel Framing* remonta ao início do século XIX, nos Estados Unidos. O sistema surgiu a partir das habitações em madeira, conhecidas por *woodframe*, desenvolvidas para atender ao crescimento da população. Em 1933 foi lançado, na Feira Mundial de Chicago, o protótipo de uma residência em *Steel Framing* que utilizava perfis de aço em substituição à estrutura de madeira [2]. Basicamente, o LSF consiste em estruturas que não utilizam tijolo ou concreto na execução da obra. Diferentemente do modo convencional de alvenaria e concreto armado, no sistema de construção LSF o concreto é empregado apenas nas fundações das construções. Esse método é bastante utilizado em países do exterior e vem ganhando espaço no mercado brasileiro. Desse modo, o trabalho visa abordar vantagens e desvantagens do método de construção LSF frente ao método convencional. O sistema construtivo apresenta vantagens em vários aspectos, como: os produtos que constituem o sistema são padronizados, produzidos a partir de tecnologia avançada, apresentando características alta qualidade; o aço é um material de comprovada resistência e que permite maior precisão dimensional e melhor desempenho da estrutura; durabilidade e longevidade da estrutura, proporcionada pelo processo de galvanização das chapas dos perfis; facilidade de montagem, manuseio e transporte devido à leveza dos elementos; minimização do uso dos recursos naturais e desperdício; maior facilidade nas instalações elétricas e hidráulicas e flexibilidade do projeto arquitetônico [3]. Algumas desvantagens do LSF que podem ser ressaltadas é que dependendo da região não há disponibilidade dos materiais e equipamentos necessários para a execução do método, tornando-o economicamente inviável, além do o aspecto cultural brasileiro voltado para o método convencional, o que faz com que o sistema LSF seja desenvolvido lentamente, apresentando limitações na qualificação de execução do método devido à falta de especialização da mão de obra. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**: Após a realização de pesquisa é possível constatar que os benefícios do sistema construtivo *Light Steel Framing* consistem na velocidade de execução, a redução da mão de obra, e a economia nos materiais (como concreto, madeira, etc.), evitando assim o seu desperdício. Em contrapartida, a influência cultural faz com que o desenvolvimento do sistema construtivo seja lento, sendo o método convencional ainda o mais utilizado. **AGRADECIMENTOS**: À orientadora Beatryz Cardoso Mendes pela disponibilidade, motivação e a confiança lícita. **BIBLIOGRAFIA**: [1] MEIO AMBIENTE, Ministério do. **Construção Sustentável**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/constru%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel> . Acesso em: 13 junho 2019. [2] WINNI, Taienne. MARTINS, Valdemar. **Comparativo dos sistemas construtivos steel frame e wood frame para habitações de interesse social**. 2014. Disponível em <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4016/1/PB_COECI_2014_2_7.pdf>. Acesso em: 31 julho 2019. [3] GOMES, C. E. M. et al. **Overview: o light steel frame como alternativa para produção de moradias**. 2016. Disponível em: <<http://www.cbca-acobrasil.org.br/site/noticias-detalhes.php?cod=7246>>. Acesso em: 13 junho 2019.

Palavras Chave: Método construtivo, Light Steel Framing, rapidez, economia.

Área do Conhecimento (CNPq):3.01.00.00-3 - Engenharia Civil.

CET 017

SISTEMAS CONSTRUTIVOS DAS EDIFICAÇÕES DA RUA CEL. DOMICIANO EM MURIAÉ - MG

Aryclenis **GOULART** (IC-kenegoulart@hotmail.com)¹, João Paulo **MENDES**(IC)¹, Maurício **SOUZA** (IC) com)¹, Rafael **PANZA**(IC)¹, e Gustavo Mello **COSENDEY** (PQ)².

1. Curso de Engenharia Civil; 2. ProfessorCentro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Construção civil; edificações; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO: Atualmente, no ramo da construção civil, existem diversos **sistemas construtivos** para a execução de uma edificação. No Brasil, o método mais utilizado é em concreto armado, porém novas tecnologias estão aparecendo e começando a ser utilizadas. Entre os vários sistemas construtivos, os que predominam são: concreto armado, estruturas mistas, [steel frame](#), [wood frame](#) e a alvenaria estrutural. [1]. Edificações de concreto armado compõem-se por vigas, pilares e [lajes](#) de concreto. Estes elementos fazem parte da estrutura para a sustentação da edificação e a alvenaria tem função somente de vedar e separar ambientes. Para isso, normalmente são utilizados os tijolos cerâmicos. [2]. **Estrutura mista é uma combinação dos sistemas de pré-fabricado em concreto, com os sistemas compostos de aço, que visa aproveitar suas particularidades, a fim de se obter um edifício que atenda a necessidade de uso, com um custo estrutural acessível e vãos livres maiores. Os elementos metálicos usados na cobertura são compostos de: treliças, vigas casteladas, joist e terças, sendo possível o trabalho com aço pintado ou galvanizado.** [3]. O [Steel Frame](#) é um **sistema construtivo** industrializado e racionalizado. Sua estrutura é formada por perfis de aço galvanizado e seu fechamento é feito por meio de placas cimentícias, de madeira ou [drywall](#). [4]. O método de construção do [wood frame](#) é muito parecido com o steel frame. A diferença é que no lugar dos perfis de aço galvanizado são utilizados perfis de madeira, normalmente de reflorestamento, como o pinus. Este sistema construtivo é constituído por perfis de madeira maciça, contraventados com chapas de OSB (Oriented Strand Board, Pannel de Tiras de Madeira Orientadas) e estrutura de madeira autoclavada com função de proteger a edificação de cupins e umidade. **MATERIAL E MÉTODOS:** Determinou-se por meio de pesquisas e visita a rua Cel. Domiciano no centro da cidade de Muriaé-MG, um estudo avaliando-se os seguintes critérios como vantagens e desvantagens de cada método construtivo bem como a disponibilidade de mão-de-obra e o número de edificações em cada caso. Através de aferições dos resultados obtidos segue a tabela de dados 01:

Tabela de dados 01:

RUA CEL. DOMICIANO	Taxa de Edificações	Vantagens	Desvantagens	Mão de obra
Concreto Armado	82,5% das construções da Cel. Domiciano	*Disponibilidade de material *Mudanças no projeto *Futuras reformas	*Maior custo *Tempo de execução *Resíduos	Disponível. Baixa exigência de qualificação.
Estrutura Mista	10% das construções da Cel. Domiciano	*Padronização de acabamento *Canteiro mais limpo *Economia na obra	*Ruídos e vibrações *Dilatação térmica *Vulnerabilidade a ventos fortes	Treinada e especializada
Steel Frame	5% das construções da Cel. Domiciano	*Agilidade construtiva *Redução do peso *Maior precisão	*Limite de pavimentos	Especializada, e dificilmente encontrada
Wood Frame	2,5% das construções da Cel. Domiciano	*Canteiro organizado e limpo *Matéria prima renovável	*Limites de pavimentos *Cuidados com impermeabilização	Especializada, e dificilmente encontrada

Fonte: Elaborada pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Na grande maioria das construções foi constatado que o sistema construtivo em concreto armado é predominante sobre as demais, porém cada sistema tem seus benefícios e suas particularidades. Por isso, é necessário conhecê-los a fundo para entendê-los e saber para qual tipo de obra é recomendado em cada situação. Pensando na sustentabilidade o incentivo a sistemas construtivos alternativos é muito importante pois busca harmonizar a construção civil ao meio ambiente amenizando os impactos a natureza reduzindo ao máximo os resíduos e utilizando com eficiência os bens materiais e naturais. Com base nos resultados da tabela, a prefeitura da cidade precisa aumentar esses incentivos devido aos métodos alternativos representarem uma evolução na questão ambiental. **CONCLUSÕES:** Com a chegada de novas tecnologias, a construção civil caminha rumo a industrialização e a **melhoria dos sistemas construtivos**. Para encontrar o melhor e mais adequado sistema construtivo para cada edificação, deve-se analisar o desempenho de cada um, a mão de obra disponível, a durabilidade, o objetivo e a função da construção. A atualização tecnológica nos sistemas construtivos é de fundamental importância na busca de soluções sustentáveis que permitem crescer de forma responsável. **BIBLIOGRAFIA:** PEREIRA, Caio. Principais tipos de sistemas construtivos utilizados na construção civil. **Escola Engenharia**, 2018. Disponível em: <https://www.escolaengenharia.com.br/tipos-de-sistemasconstrutivos/>. Acesso em: 8 de maio, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil

CET 018

INTERVENÇÕES URBANAS E SEUS ASPECTOS: UMA ANÁLISE DO PORTO MARAVILHA.

Hemanuely **MORAES** (IC- arq.hemanuellymoraes@gmail.com) ¹, Breno **SILVA** (IC)¹, Lorena **MONTEIRO** (IC)¹, Tamyres **SILVEIRA** (PQ)².

1. Acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professora

Introdução: Este artigo realiza uma revisão literária sobre a urbanização e as revitalizações, e o modo como elas são assimiladas. Tendo como escopo teórico, autores que dialogam e divergem quanto a estes objetivos, apresentando diferentes visões acerca do assunto. A partir disso foi realizada a análise aprofundada da revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, denominada de “Porto Maravilha”, apontando os aspectos que levaram a iniciativa deste projeto, intervenções realizadas, sua influência no entorno, seu impacto nos habitantes, os pontos positivos e negativo. **Desenvolvimento:** Sánchez (1999), em seu artigo trata do *marketing* das cidades, e os planos estratégicos, o “urbanismo espetáculo”, modelo de urbanismo utilizado nas cidades, como meio de propagação da sua imagem, que é peça-chave no *marketing* dos centros urbanos, fazendo assim com que as cidades sejam vistas como simples mercadorias, que vivem em uma competição com as outras em busca de destaque[1]. O Porto Maravilha, enquadra nesse conceito, pois sua revitalização está ligada à imagem que irá passar, como afirma Pio (2013), em seu artigo, pode-se ressaltar que o papel do planejamento estratégico na estrutura dessa imagem urbana, propõe posicionar a cidade de fato como: “Cidade Maravilhosa” “a melhor cidade do Hemisfério Sul para se viver, trabalhar e conhecer”[2]. Então nesta busca de se passar uma imagem para o mundo, destaca-se uma intervenção que modificou a imagem do Rio, que foi a revitalização, uma iniciativa pública e privada entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a concessionária denominada Porto Novo, responsável pelas obras. A proposta é uma operação de requalificação urbana na zona portuária do Rio de Janeiro, área esta que por muitos anos foi chamada de “porta de entrada do país”, por ser o local de chegada dos navios no período do Brasil Colonial. Essa operação teve como finalidade promover a reestruturação local, em uma área de 5 milhões de m², denominada Área Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da região portuária do Rio, que englobam diversos bairros da região central, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região. A revitalização teve como objetivo a recuperação da infraestrutura urbana, do transporte, do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural. Com essa iniciativa, ocorreu uma intervenção no aspecto urbano, econômico e cultural, promovendo assim valorização da área, e atraindo novos olhares para a região. O projeto foi dividido em duas fases, na qual, abrange o desenvolvimento de novas arquiteturas, restauro de edifícios históricos, requalificação de infraestruturas urbana, e criação de áreas de lazer. O projeto trouxe beleza para a cidade, aumento do turismo, melhor qualidade de vida, em contra partida, não refletiu à necessidade da população, criando desigualdades socioespaciais. Então vale destacar que um projeto urbano sempre deve tomar partido da opinião de seus moradores [3]. **Considerações Finais:** A partir das pesquisas e discursões realizados ao longo deste trabalho, que teve como objetivo analisar a revitalização de forma crítica, conclui-se que esta é formada por uma dualidade de visões que deve englobar todos os interesses e necessidades dos envolvidos no projeto: empresas, poder público e população. Uma reestruturação eficaz é aquela que atenta para uma visão multifacetada do ambiente histórico e cultural, levando em consideração os aspectos mais importantes para aqueles que cerceiam as áreas revitalizadas. **Referencias:** [1] SÁNCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais nº 1/ maio de 1999. pp. 115-132 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Recife, Brasil [2] PIO, Leopoldo Guilherme. **Novas Tendências Na Revitalização De Áreas “Históricas”: O Caso Porto Maravilha.** Iv Seminário Internacional – Políticas Culturais – 16 A 18 De Outubro/2013 Setor De Políticas Culturais – Fundação Casa De Rui Barbosa – Rio De Janeiro – Brasil [3] Site do porto maravilha, **histórico da revitalização do porto maravilha**, disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>>. Acesso: 16 de maio de 2019.

Palavras-chave: Revitalização. Zona Portuária.

CET 019
TÓPICOS DE HUMANIZAÇÃO NA ARQUITETURA AFRICANA DA CIVILIZAÇÃO BANTO

Francislaine Graveli de **ASSIS (IC – francislainegraveli@hotmail.com)** ¹, Natália Maria Garcia de **OLIVEIRA (PQ)**²

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professora Centro Universitário – UNIFAMINAS - 36.888-233 – Muriaé – MG

APRESENTAÇÃO: A arquitetura africana apresenta uma relação de simbiose com o ambiente em que está inserida. Dessa forma o objetivo geral desse trabalho é estabelecer os critérios de humanização presentes nessa arquitetura. Através de revisão de literatura e de estudo de caso. Para tanto, é colocado como referência a civilização africana bantu, que foi uma das tribos trazidas para o Brasil no período escravista. **DESENVOLVIMENTO:** A humanização na arquitetura é um tema que vem sendo cada vez mais estudado, principalmente no que se refere à arquitetura hospitalar, por isso essa área será utilizada para o embasamento teórico, servindo como referência. Segundo Ciaco (2010), a humanização é a soma de elementos que, dentro do contexto hospitalar, engloba a adequação ao local; entender a vocação de determinado projeto a partir de um estudo funcional e técnico; a organização funcional da edificação; a racionalização dos espaços para a prevenção à infecção hospitalar; a flexibilidade dos ambientes, o que facilita a evolução dos mesmos; a busca pelo bem-estar a partir do conforto ambiental; o uso da vegetação como benefício aos pacientes e auxílio às questões de conforto térmico; a relação harmônica entre o exterior e o interior e, por fim, a humanização dos espaços em si, que agrega valores objetivos e subjetivos aos espaços projetados somados aos demais elementos que trabalham para a humanização, o que é aplicável à diversas tipologias arquitetônicas. A população bantu foi utilizada como mão de obra escrava durante o segundo ciclo de entrada de negros no Brasil (XVII), foi o povo traficado em maior quantidade devido à sua origem nas regiões litorâneas de Angola e Moçambique. Para relacionar a arquitetura africana com o conceito de humanização apresentado, é importante ressaltar que a individualidade dessas populações é o traço mais evidente de humanização, uma vez que a tipologia arquitetônica bantu, chamada cubata, se constituiu como uma resposta as demandas locais ^[3]. As principais características pontuadas por Weimer (2008) incluem ter uma única porta e ausência de janelas, que corresponde a uma racionalização funcional; uso de cobertura vegetal e integração com a natureza do entorno; a construção sobre plataforma de altura variável conforme a cultura e adequação ao local; edificações monofuncionais, o que responde à flexibilidade citada com a individualidade das construções; paredes de taipas e palha, variáveis com a disponibilidade local e moradias resultantes da formação de edificações independentes. O assentamento tipo *kraal*, característico da arquitetura africana, é composto pela disposição de cubatas de acordo com as funções que lhe competem, o que acontece em um terreno delimitado por cercas com entrada única, geralmente construído em um ligeiro declive visando o aproveitamento da água da chuva para limpar o espaço do gado. A justaposição de *kraals* forma uma aldeia, nomeada comumente de quilombo, que possui intrínseca relação com o interior e exterior, visto que para ligar funções é preciso um caminho externo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir da pesquisa realizada nota-se que os assentamentos de origem bantu usam as condicionantes naturais e a vocação dos espaços construídos, “o que torna estes espaços humanizados é o fato de estabelecerem uma forte e significativa ligação com o seu usuário” ^[1]. Observa-se que essa característica foi rompida quando os membros dessa sociedade africana foram trazidos para o Brasil, pois foram sujeitos a um novo arranjo social. **REFERÊNCIAS:** [1] CIACO, Ricardo José Alexandre Simon. **A arquitetura no processo de humanização dos ambientes hospitalares**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. [2] PEREIRA, Vanina Margarida Tomar Borges; URBANISTA, Arquiteta; URBANISMO, U. F. E. S. A herança da arquitetura africana nas comunidades quilombolas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH• São Paulo**, 2011. [3] WEIMER, Gunter. **Inter-relações arquitetônicas Brasil-África**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2008.

Palavras-chave: Humanização na Arquitetura; Arquitetura Africana; Bantu; Kraal.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00-5 - Arquitetura e Urbanismo

TÓPICOS DE HUMANIZAÇÃO					
ADEQUAÇÃO AO LOCAL	- Edificação sobre plataforma	- Variedade de atividades externas	CONFORTO AMBIENTAL PARA O BEM-ESTAR	- Cobertura vegetal e paredes de taipa ou palha	
ESTUDO FUNCIONAL E TÉCNICO	- Kraal formado por diversas cubatas	- Setorização das funções	USO DA VEGETAÇÃO	- Elemento construtivo	- Composição do entorno
ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL	- Edificações monofuncionais	- Cubatas referentes as atividades necessárias	RELAÇÃO HARMÔNICA EXTERIOR/ INTERIOR	- Atividades ao ar livre e circulação externa na troca das atividades internas	
RACIONALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS/SEGURANÇA	- Ausência de janelas e apenas uma porta, protegida por fogo	- Terreno delimitado por cerca com única entrada	VALORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS	- Proteção	- Integração entre indivíduos e com o espaço
FLEXIBILIDADE DOS AMBIENTES	- Edificações independentes				

Legenda: Cubata (Construção) Kraal (Moradia)

CET 020

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO BRASIL: REVISÃO LITERÁRIA

João Paulo **MENDES** (IC-jpaulo.mendess@gmail.com)¹, Aryclenis **GOULART** (IC-kenegoulart@hotmail.com)¹,
Maurício **SOUZA** (IC-csouza.mauricio@gmail.com)¹, Rafael **PANZA** (IC-rafael_panza23@hotmail.com)¹, E Gustavo Mello **COSENDEY** (PQ)².

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professor

Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG.

APRESENTAÇÃO: O presente artigo relata os principais pontos do processo de pavimentação de vias em âmbito nacional, descrevendo suas etapas desde a obtenção da matéria prima, a aplicação final em grande escala, suas principais características e patologias, o que corrobora diretamente com a infraestrutura do país. O objetivo do estudo realizado é aprofundar nossos conhecimentos na área que se mostra um campo com grande potencial de atuação e, portanto, promissor para a engenharia civil. A pesquisa é fundamentada por dados estatísticos e contextos históricos, buscando se relacionar de modo interdisciplinar com o leitor. O documento também procura dar ênfase a importância do pavimento como forma de expansão para um crescimento comercial bem como a carência de regiões que ainda não contam com essa estrutura. Trata-se assim de um estudo de campo que contém dados extraídos diretamente da realidade sobre o tema em questão para fins de agregar conhecimentos acadêmicos. **DESENVOLVIMENTO:** O Brasil começou a investir, realmente, em rodovias somente ao longo do século XX. O auge dessa política veio com o Governo JK, pois o processo de industrialização do Brasil, naquela época, demandava uma maior integração territorial, o que incluía, sem dúvidas, uma rede de transporte articulada por todo o território nacional. O Brasil tem a quarta maior rede de estradas e rodovias do mundo, em quase 1,8 milhões de quilômetros de extensão. Os transportes que utilizam dessa rede correspondem ao conjunto de materiais e instrumentos utilizados no deslocamento de pessoas e cargas de um lugar para o outro. A estrutura do pavimento é feita para receber e transmitir os esforços que nele são aplicados e dissipá-los as camadas inferiores do pavimento. Por definição pavimento é uma estrutura de múltiplas camadas de espessuras finitas, construída sobre a superfície final de terraplenagem, destinado tecnicamente a resistir aos esforços oriundos do tráfego de veículos, às condições do clima e a propiciar aos usuários melhorias nas condições de rolamento, com conforto economia e segurança. De uma forma geral, eles são classificados em pavimentos flexíveis, e pavimentos rígidos. Pavimentos flexíveis são aqueles compostos por uma camada superficial asfáltica, sem adição de agentes cimentares. E que por isso sobre carga sofre deformação elástica em suas camadas. Os materiais constituintes são o agregado miúdo (areia), o agregado graúdo (brita), e o ligante asfáltico. Os pavimentos rígidos são aqueles em que o revestimento é constituído por placas de concreto de cimento. Os principais materiais usados em pavimentos rígidos são o cimento Portland CP-I, CP-II, CP-III e CP-IV, agregados graúdos e miúdos, água, aditivos, materiais selantes de juntas, fibras de plástico ou de aço e barras de aço CA-50, CA-60 e CA-25. O sistema de pavimentação é formado por quatro camadas principais: revestimento, base, sub-base e reforço do subleito. Os principais tipos de patologia no asfalto podem ser classificados, de forma geral, em trincamentos, fissuras, exsudação, desagregação, deformações, panelas e remendos. O asfalto é produzido nas refinarias de petróleo através da destilação fracionada. Na destilação fracionada o óleo bruto é aquecido e suas frações separadas de acordo com o seu ponto de ebulição. As frações mais leves são produzidas primeiro e o material que permanece no fundo da torre de destilação são os produtos asfálticos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O Brasil, é um país majoritariamente rodoviário, isso implica que praticamente toda sua produção depende desse modal para seu escoamento. A pavimentação de suas rodovias, proporcionam uma melhor relação custo/benefício, segurança e economia para as regiões que contam com esse benefício. Por outro lado, lugares sem essa interligação sofrem com as dificuldades de acessibilidade ou até mesmo um isolamento comercial. E o impacto disso recai diretamente sobre todos. Estradas ruins aumentam muito os gastos com manutenção do veículo, isso sem falar do risco que elas representam para os motoristas e também para toda a sociedade. **AGRADECIMENTOS:** A Unifaminas e aos Professores orientadores Gustavo Mello Cosendey e Elias G. Figueira Júnior pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** BERNUCCI, Liedi Bariani. **Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros**– Rio de Janeiro: PetRoBRAS: ABEdA, 2006. 504 f.: il. BALBO, J. T. **Construção e Pavimentação**. São Paulo/SP, USP – Curso de Engenharia Civil, Notas de aula, Jun/2017, p.21. FILHO, José Moacir de Mendonça; ROCHA, Eider Gomes de Azevedo. **Estudo Comparativo entre Pavimentos Flexível e Rígido na Pavimentação Rodoviária** disponível em: <:https://www.nucleodoconhecimento.com.br/engenharia-civil/pavimentos-flexivel:> Acesso em 23 mar. 2019. **Palavras-chave:** Pavimentação; Engenharia; Infraestrutura.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil

CET 021

ABORDAGEM LITERÁRIA DA PROGRAMAÇÃO LINEAR EM PROBLEMAS DE MIX DE PRODUÇÃO

João Marcos de Oliveira **LOPES** (IC – joao-jmol@hotmail.com)¹ e Nícollas Nogueira **CRETTON** (PQ)²

1. Curso de Engenharia de Produção; 2. Professor Centro Universitário *FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

APRESENTAÇÃO: Uma das grandes dificuldades encontradas por gestores de empresas está na adequação de sua capacidade produtiva, avaliando todos os critérios de restrição que a mesma possui ao se fabricar um tipo de produto. Uma decisão equivocada na designação e ajuste destas restrições e dos recursos em geral, podem gerar custos adicionais que extrapolem o orçamento da empresa, além do uso indevido da matéria-prima à disposição. A partir desta problemática, a Pesquisa Operacional fornece a ferramenta da Programação Linear, que permite ao gestor avaliar a possibilidade de otimização de seu sistema produtivo por meio de modelos desenvolvidos em formato de equações lineares, que buscam entregar o melhor resultado que os auxilie na tomada de decisão. Desta forma, este estudo vai abordar, mediante uma pesquisa bibliográfica, a literatura sobre a Programação Linear com enfoque em Mix de produção em geral e a obtenção de soluções por meio do software solver. **DESENVOLVIMENTO:** A Programação Linear, utiliza de uma estrutura formada por equações lineares compostas por variáveis, claramente definidas; o objetivo da otimização (maximização ou minimização de um propósito); e as restrições a serem respeitadas pela solução, alcançando pelo planejamento de atividades, o melhor resultado em meio as alternativas demonstradas [1]. Em boa parte dos modelos matemáticos da Programação Linear há a entrega de uma única solução ótima possível, porém, pode ocorrer de alguns deles demonstrarem múltiplas soluções ótimas quanto a sua função objetivo, ou ainda pode não apresentar uma solução ótima para o problema, seja por não ter viabilidade ou por não conter restrições que impeçam o aumento da função objetivo[2]. A Programação Linear, em problemas acerca do Mix de produção, procura determinar quais e quanto de cada produto devem ser fabricados em um determinado período de tempo, mediante aos fatores restritivos de uma produção (Matéria-prima, demanda, previsão de venda, mão-de-obra, entre outros), com a meta de maximizar o lucro de uma empresa[3]. Para adquirir a resolução de um modelo da Programação Linear, deve-se utilizar algoritmos, estruturados com regras de cálculo fixas e executados de forma repetida, em iterações, de forma com que, cada uma destas repetições permita que a solução se aproxime de um resultado ótimo[4]. Por serem de um elevado nível de complexidade, tais algoritmos são preferencialmente aplicados em softwares, que podem fornecer uma solução para um problema com milhares de variáveis em um período curto de tempo[5]. Entre os softwares disponíveis no mercado, o solver apresenta-se como uma opção prática na análise dos problemas em empresas de pequena a grande escala, pois, por ser um suplemento presente no Microsoft Excel, conta com uma interface intuitiva que possibilita uma maior flexibilidade e organização na inserção dos modelos e análise dos resultados[6]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir da abordagem dos autores na literatura, pode-se concluir que a Programação Linear, entre as ferramentas disponíveis na Pesquisa Operacional, se apresenta como uma das mais simples e práticas na resolução de problemas ligados ao Mix de produção, visto que o gestor pode analisar seu sistema produtivo sem alterar sua estrutura física, exigindo apenas que o mesmo saiba identificar as variáveis e restrições relacionadas e aplicá-las corretamente ao modelo. Já na aquisição da solução ótima, softwares como o solver poupam o tempo de cálculo necessário, além de apresentar os resultados de forma clara em uma interface mais limpa e organizada para gestores em geral.

BIBLIOGRAFIA: [1] LOESCH, Cláudio; HEIN, Nelson. **Pesquisa Operacional – Fundamentos e modelos**. São Paulo: Saraiva, 2009. [2] HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. **Introdução à Pesquisa Operacional**. 9ª edição, São Paulo: Mcgraw-hill, 2013. [3] ARENALES, M., et al. **Pesquisa Operacional para cursos de engenharia**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. [4] TAHA, Hamdy A. **Pesquisa Operacional**. Tradução de Arlete Simille Marques. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. [5] JUNIOR, Pedro A. M. **Técnicas computacionais para a implementação eficiente e estável de métodos simples**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência de Computação e Matemática Computacional) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP. [6] ERDOGAN, Günes. **An open source Spreadsheet Solver for Vehicle Routing Problems**. Computers and Operations Research, v. 84, n. 1, p. 62-72, 2017.

Palavras-chave: Programação Linear, Mix ótimo de produção, Pesquisa Operacional.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.08.00.00-5 - Engenharia de Produção

TRABALHOS ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

EPG 001

A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO CAFÉ PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ALTO CAPARAÓ – MINAS GERAIS

Millaine Cherigate Bândoli Pittize Ribeiro (IC - milainecherigate@gmail.com)¹,
Luan Carvalho Estrela (IC)¹,
Elisângela Freitas da Silva (PQ)²,
Marília Costa Machado (PQ)²,
Nilton Freitas Junior (PQ)³

1 – Curso de Bacharelado em Administração; 2,3 – Professores Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Carangola² Centro Universitário Faminas – UNIFAMINAS³

Palavras-chave: Agronegócio café; Agricultura familiar; Cooperativas.

INTRODUÇÃO: No âmbito do agronegócio, o Brasil é conhecido historicamente e mundialmente pela sua produção de café. Durante as décadas de 1980 a 1990, o café foi o produto que impulsionou a economia brasileira, contribuindo para o desenvolvimento e industrialização do país (LOURENÇO E LIMA, 2009).

Os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Bahia são os maiores produtores, correspondendo juntos a mais de 95% da produção nacional. Minas Gerais lidera o ranking de produtividade desta commodity com cerca de 50% e é uma das principais fontes de cafés especiais do país (SILVA, 2016).

Com destaque no estado Mineiro, o café produzido na Serra de Caparaó situada no município de Alto Caparaó se tornou referência como produto de alta qualidade. No entanto, as maiores partes da produção cafeeira da região provem da agricultura familiar. São mais de 600 famílias que têm a cafeicultura como principal fonte de renda de suas propriedades.

Contudo, apesar do município de Alto Caparaó ter a cafeicultura como principal fonte econômica da produção, a administração e venda ainda é feita de forma amadora, pois os pequenos produtores não dispõem de recursos financeiros e tecnológicos suficientes para se manterem competitivos no mercado. Além disso, é notória a falta de ações em grupos como o cooperativismo para o fortalecimento do setor.

Diante disso, neste artigo objetivou-se em analisar as práticas adotadas pelos pequenos produtores de Alto Caparaó na inserção do café no mercado, identificando as possíveis complexidades enfrentadas nesse processo e investigando a essencialidade do cooperativismo como provável estratégia competitiva para a comercialização cafeeira. Para tanto, mais especificadamente buscou-se apurar as efetivas dificuldades para introdução do café no mercado como também seus potenciais compradores e, além disso, averiguou-se se havia a existência de mediadores ou cooperativas de municípios circunvizinhos que prestassem auxílio aos pequenos produtores na venda de sua produção.

REFERENCIAL TEÓRICO: No mercado internacional, o Brasil se destaca devido pela sua grande capacidade de produção de café. Neste ramo, a nação brasileira é a maior produtora, respondendo por mais de um terço da produção mundial. Além disso, nos últimos anos, o café foi responsável por aproximadamente 7,5% das exportações do agronegócio brasileiro. “Além disso, sua produção e comercialização movimentam US\$ 4,5 bilhões por ano e representa 4% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando uma receita de US\$ 2 bilhões e criando cerca de 5 milhões de empregos diretos no campo” (INMETRO, 2014).

As indústrias brasileiras são consideradas as principais responsáveis pelo aumento do consumo do café, atuando como promotoras de mudanças desse ranking de mercado. Na conjuntura, enfrentam o desafio do aumento do consumo da bebida, disponibilizando aos consumidores diferenciados cafés, assim como o aumento da qualidade dos mesmos (GONÇALVES, 2009).

É notório que o consumidor se tornou mais exigente e possibilitando a elevação dos níveis de qualidade do produto e com isso, pode se dizer que o café hoje não é apenas mais uma commodity. Além da qualidade, uma gama de exigências e especificações cerca a produção cafeeira, cada qual voltada para um mercado intrínseco e um nicho de mercado diferente a fim de garantir a satisfação de seus públicos alvos específicos.

Segundo Aaker Kumar; Day (2004), os objetivos do marketing são a identificação e a satisfação das necessidades dos consumidores. Para isso, é necessário verificar e implementar estratégias e programas de

marketing visando à sua satisfação do consumidor, portanto, o profissional de marketing necessita de informações sobre os clientes, concorrentes e outras forças que atuam no mercado.

A agricultura familiar é caracterizada por toda produção rural e cultivo da terra onde a gestão e mão de obra sejam provenientes do núcleo familiar. Inversa à agricultura patronal, onde há contratação de diversas pessoas para trabalharem em extensos sistemas produtivos, a agricultura familiar volta-se para a produção e cultivo em lotes menores de terras, com maior diversidade produtiva e, além disso, a família é responsável pela produção e comercialização dos produtos.

“As cooperativas são organizações que conciliam benefícios sociais e eficiência econômica por meio do trabalho associado e ajuda mútua” (SOUZA, BIALOSKORSKI 2001), ou seja, o cooperativismo desempenha um grande papel social e econômico que possibilita aos pequenos produtores que dispõem de poucos recursos melhores resultados, tornando-os assim mais competitivos em relação aos seus concorrentes.

O cooperativismo agrícola foi desenvolvido, segundo Doretto (2000), nas principais regiões brasileiras, inicialmente, para efetuar a comercialização dos produtos, mas devido as mudanças ocorridas no comércio internacional e com os reflexos da modernização das atividades agrícolas no Brasil, passaram a incorporar o processamento dos produtos nas suas atividades.

Além disso, segundo Souza, Bialoskorski (2001), as cooperativas têm grande importância no *agrobusiness* e na coordenação de sistemas agroindustriais, pois propicia a gestão de resultados que não seriam possíveis em instituições com fins lucrativos. Para mais, o cooperativismo proporciona benefícios como melhores preços pagos aos agricultores, melhores condições de compra de insumos ou mesmo industrialização e transformação da produção recebida dos cooperados, agregando assim, mais valor à produção dos associados, gerando mais renda e empregos.

Para o agronegócio café, o cooperativismo é de extrema necessidade, pois segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017), cerca de 290 mil produtores, predominantemente mini e pequenos, fazem parte de associações e cooperativas em aproximadamente 1900 municípios brasileiros.

METODOLOGIA: Foi definida a metodologia para a pesquisa, quanto aos fins, como descritiva e método escolhido, quanto aos meios, foi a abordagem qualitativa e para coleta de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental e a realização de um estudo de caso múltiplos.

Para o alcance da proposta do estudo, o campo da pesquisa é composto pelos produtores de café do município de Alto Caparaó – MG, por meio de entrevistas individuais em profundidade, com roteiro semiestruturado com intuito de se analisar quais as práticas adotadas pelos pequenos produtores na inserção do produto no mercado, identificando as possíveis complexidades enfrentadas nesse processo e como o cooperativismo pode colaborar. Contudo, apesar da importância econômica que o café tem para o município, sendo a principal produção dos pequenos produtores daquela região, observou-se a relevância da pesquisa, pois os mesmos encontravam dificuldades para a comercialização do café e que não havia nenhuma associação ou cooperativa que prestasse auxílio a estes pequenos produtores.

ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS: De acordo com o Sindicato Rural de Alto Caparaó mais de 600 famílias habitam a zona rural do município, seguindo estas informações, foram entrevistadas cerca de 40 famílias que residiam naquela região na data de referência de 17 de setembro de 2017. O objetivo desta investigação foi compreender as principais dificuldades enfrentadas pelo produtor para inserir seu café no mercado, no entanto, para atuar de forma mais profunda na exploração dos dados foram investigadas também o contexto social, econômico e também os obstáculos enfrentados para a produção da cafeicultura.

A renda familiar dos cafeicultores daquela região gira em torno de 1700,00 (mensal), dos quais 22,5% tem sua maior fonte de arrecadação provindos da aposentadoria (9 pessoas), 57,5% tiram seu sustento predominantemente da propriedade onde habitam (23 pessoas) e 20% tem suas arrecadações preeminentes de outras atividades desligadas às suas propriedades ou complementares a ela (8 pessoas). Além disso, alguns produtores entrevistados admitiram que apesar da cafeicultura ser a atividade predominante na região, também cultivavam outros alimentos em suas terras como milho, feijão e mandioca, onde a produção dos mesmos, muitas vezes eram feitas de maneira intercalada às lavouras de café e além disso, outros proprietários também desenvolviam a pecuária.

Diante disso, foi observado que a região é caracterizada pela agricultura de subsistência, ora, a familiar, pois a maioria dos produtores têm seus rendimentos provindos de suas pequenas propriedades ou dependem da

mesma para a sobrevivência e além disso, notou-se que na maioria das propriedades a pluralidade de culturas que são necessárias para a manutenção são do seio familiar.

Na produção de café, os pequenos produtores afirmaram que as áreas de suas terras destinadas à cafeicultura seriam em média de 6 hectares. Contudo, 80% dos produtores reservam ou possuem menos de 10 hectares para as lavouras de café (32 pessoas) e apenas 20% deles possuem mais de 10 hectares para o plantio desta cultura. Para mais, constatou-se que a maioria dos entrevistados possuíam poucas terras, mas em contrapartida observou-se que o município não continha grandes latifundiários, ou seja, proprietários com grandes quantidades de terra. Das perspectivas futuras, 22,5% dos produtores gostariam de aumentar suas áreas de plantio.

No que tange a produção, segundo os relatos dos pequenos produtores, as maiores dificuldades enfrentadas na inserção do produto no mercado variam em torno de pelo menos 3 eixos que são: (1) conseguir melhores preços; (2) dificuldades de encontrar compradores; (3) conseguir pagar e contratar trabalhadores para a colheita do café. Para a administração das propriedades e da produção de café, 37,5% dos produtores admitiram não saber quanto é gasto para o cultivo, manutenção e colheita do café, 47,5% disseram saber quanto são seus custos e 15% falaram fazer um controle pelo menos de alguns procedimentos como por exemplo quanto é gasto em mão de obra para a colheita do café, todavia, não sabiam informar seus custos gerais.

Outro fato, foi que dentre as dificuldades apresentadas 42,5% dos cafeicultores elegeram como um dos maiores obstáculos para a produtividade o financiamento da produção, além disso, 32% já consideraram a falta de tecnologias em maquinários e outros itens e cerca de 26% dos cafeicultores consideraram a falta de apoio das entidades governamentais, das prefeituras e cooperativas como principais intempéries.

No que se refere a evasão da produção, 65% admitem vender seu café para negociantes de café (pessoas responsáveis por comprar o café e vendê-lo num valor melhor para outras entidades), 10% disseram que sua produção foi vendida predominantemente para pessoas e estabelecimentos da região como cafeterias e 35% tinham outras formas de escoar o que é produzido.

Predominantemente os moradores de Alto Caparaó consideram sua produção como de qualidade. A região é reconhecida por produzir um café de alto padrão, na cidade e em localidades próximas são encontradas cafeterias especializadas que fomentam o turismo na região. No entanto, para a inserção do produto no mercado a maioria dos cafeicultores afirmaram que a negociação para a venda do café é baseada em quanto vale a saca de 60 kg no dia, ou quanto os corretores de café estão pagando e também e em outros casos variam de acordo com a qualidade dos grãos. Apenas 2,5% dos produtores afirmaram que a negociação era feita por cooperativas enquanto 97,5% dependiam de terceiros ou negociavam por si só.

Quanto à participação em cooperativas cafeicultoras, 97,5% dos entrevistados afirmaram não participar de nenhuma cooperativa de café e apenas 2,5% dos agricultores faziam parte de outras cooperativas situadas em municípios vizinhos. No entanto, 65% dos moradores gostariam de se associar a uma e um dos pequenos produtores ainda afirmou que seria interessante a união dos cafeicultores do município, 5% não sabiam qual era a efetiva função das cooperativas e então não souberam opinar e 30% não se pronunciaram ou ficaram na dúvida sobre o que responder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante dos dados apresentados, foi possível perceber que partindo do contexto social o produtor de Alto Caparaó se limita a uma baixa escolaridade, que boa parte dos produtores já constituía família e obtém renda média familiar considerável para a manutenção de seus lares.

No que se refere às suas propriedades, percebeu-se que a maioria dos produtores é dependente das mesmas e que a agricultura predominante é a familiar. Além disso, observa-se que sua subsistência provém principalmente do cultivo de café. Contudo, através da apresentação dos dados pode-se constatar que a principal dificuldade dos produtores está em obter subsídios suficientes para financiar o custeio da produção. Além disso, é perceptível a dificuldade dos mesmos na administração de suas terras e na produção da cafeicultura no que se refere a gestão de custos.

Para mais, constatou-se quanto à venda da produção, boa parte dos produtores dependem consideravelmente dos negociadores de café e que também os preços médios de venda não eram baseados em laudos técnicos, mas sim em quanto os corretores de café estão dispostos a pagar ou então, era averiguando quanto a saca de café valia no dia da venda, no entanto, para a tomada de decisão notou-se amadorismo e falta de informações para efetiva elaboração de um preço justo, pois estes dados na maioria das vezes chega ao produtor pelo próprio negociador, onde a palavra do mesmo é validada e não há a procura de laudos de caráter profissional e de tabela de preços decorrentes do mercado nacional.

No entanto, também se observou na região um grande contingente de cafés especiais, com isso, alguns produtores conseguem um preço melhor na venda de sua produção, além disso, percebeu-se que um produtor exportava seu café para outros países e outros agricultores o vendiam para moradores da localidade e também para cafeterias e estabelecimentos próximos ao Parque Nacional de Alto Caparaó com o intuito de fomentar o turismo na região. Caso este, que é divergente da maioria dos produtores de Alto Caparaó, no entanto, merece ser pesquisado, todavia, não foi abordado na investigação, pois não fazia parte do foco deste estudo, entretanto, devido sua relevância sugere-se trabalhos vindouros.

Além disso, foi observado a necessidade de criar uma cooperativa para orientar e auxiliar os pequenos produtores, pois o movimento cooperador seria uma alternativa considerável para torna-los mais competitivos e consequentemente alcançarem melhores resultados nas vendas de suas produções como também atuaria eficientemente na resolução de parte dos problemas enfrentados pelos mesmos.

Ressalta-se, ainda, as limitações enfrentadas para a elaboração desta pesquisa, que foram vinculadas à abordagem dos agricultores, pois em primeira instância, os mesmos ficaram receosos em relação à entrevista, mas, no entanto, após a explicação sobre a finalidade da mesma se sentiram mais seguros.

Desse modo, a título de sugestão, seria boa medida a realização novas pesquisas para a promoção de levantamento das necessidades de estudos no setor pesquisado.

REFERÊNCIAS

- AAKER, Davi A.; KUMAR, V.; DAY, George S. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Governança Cooperativa, Capital Social e Valor da Produção na Agricultura: um Ensaio Analítico**. XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Recife, 2001.
- INMETRO. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Informação ao consumidor: café torrado e moído**. 2014. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/cafe.asp>. 12 novembro de 2014.
- GONÇALVES, Aline Cristina Arruda. **Desenvolvimento de bebida à base de café adicionada de concentrado protéico de soro: da pesquisa mercadológica à avaliação sensorial**. (Dissertação de Mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009.
- LOURENÇO, C. L. e LIMA, C. E. B. **Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas**. Observatório de la Economia Latino-americana, n. 118, 2009.
- REVISTA CAFEICULTURA. **Em 23 anos, consumo de café aumenta 150% no Brasil**. Revista Cafeicultura Eletrônica 2014. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=55506> Acesso: 12 nov. 2014
- SILVA, Airton Camargo Pacheco da. **Informe estatístico do café**. Cafés do Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Políticas Agrícolas (SPA); Departamento de Gestão de Riscos e Retornos Econômicos (DGRRE). Setembro de 2016.
- Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração

EPG 002

ALDO ROSSI E A CIDADE COMO ARQUITETURA CONSTRUÍDA NO TEMPO

Antonio Renato Guarino LOPES (PQ - renatoguarinoarq@gmail.com)¹

1. Professor - Curso de Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36.880.000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Urbanismo; A Arquitetura da Cidade; Aldo Rossi.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho propõe uma análise sobre alguns aspectos presentes no livro *Arquitetura da Cidade (L'Architettura della Città)* [1], do arquiteto italiano Aldo Rossi (1931-1997). Após a explanação dos conceitos básicos do livro, será realizada uma análise a partir de três temas: a metodologia utilizada pelo autor, a postura do autor em relação às suas fontes teóricas, e sua relação com a tradição arquitetônica, em especial com a arquitetura do Movimento Moderno.

DESENVOLVIMENTO: Aldo Rossi apresenta seu pensamento através da esquematização de seu objeto de estudo: a cidade. Compreendida como obra de arte, a cidade é tomada como artefato realizado coletivamente pelo homem através do tempo. Os “fatos urbanos” (p. 27), um dos pontos básicos do pensamento de Rossi, são testemunhos de permanência, representações da condição humana que se transformam no tempo conforme a concepção estética de uma determinada sociedade. Os fatos urbanos possuem uma individualidade, expressa por meio da forma. Esta, por sua vez, parece condensar o caráter global dos fatos urbanos e conduzir à sua estrutura e seu significado. O arquiteto italiano não crê que haja um campo do conhecimento que consiga direcionar sozinho à estrutura dos fatos urbanos, mas aponta a arquitetura como sendo a disciplina que posa fornecer a visão mais global desta estrutura.

A cidade é entendida por Rossi como um sistema espacial formado por partes relativamente autônomas. A noção de “áreas-estudo” (p. 77) é utilizada pelo autor como uma “abstração”. Serve para definir “um fato urbano preciso” (p. 78) da cidade e corresponde a um trecho da cidade em um determinado momento. No esquema Rossiano a cidade se dividirá em residências (p. 89) e “elementos primários” (p. 109). A residência é fato urbano “proeminente na composição da cidade” (p. 89). É “o que melhor caracteriza os costumes, os gostos e os usos de um povo” (p. 90). Os “elementos primários” são núcleos de agregação, de caráter público e coletivo. São fatos urbanos geradores da forma da cidade. São proeminentes para o aspecto coletivo da cidade, uma vez que compreendem às “atividades fixas” (p. 110) da cidade. Os monumentos (p. 115) corresponderão à simultaneidade entre um elemento primário e um fato urbano, revelando a permanência da forma na história.

Rossi também retoma o conceito do “tipo” definido por Quatremère de Quincy e analisado por Argan em 1962¹ [2]. Rossi entende que o tipo vai-se construindo de acordo com a necessidade e a estética. O tipo deve servir como princípio elementar e constante para o modelo, cuja noção diferente da noção de tipo. O tipo é, portanto, um elemento básico para o pensamento de Rossi, visto que é “a própria ideia da arquitetura, o que de mais perto está da sua essência. É, portanto, aquilo que, não obstante cada transformação, sempre se tem imposto ao sentimento e à razão, como o princípio da arquitetura e da cidade”. (p. 45).

A forma, outro aspecto básico para o entendimento do pensamento de Rossi, é entendida como elemento essencial à cidade, uma vez que sua precisão permite continuidade ou permanência no tempo. A arquitetura deve simbolizar e se impor como forma. No entanto, é a política que em última instância define a imagem da cidade: a arquitetura é sinal da vontade política.

Rossi estrutura seu pensamento de modo a esquematizar a cidade não só por meio de seus elementos concretos, mas também pela subjetividade que estes elementos carregam. Observa-se nessa sistemática o uso de um método que, como no modernismo funcionalista, parte de dados concretos e objetivos, mas que incorpora dados das ciências humanas e sociais. Neste sentido, a forma será elemento aglutinador destas duas instâncias: tanto ela é presente e concreta, como carrega informações trazidas pela memória e o inconsciente. Rossi organiza a cidade em áreas e focos de atenção: as residências e os elementos primários - sendo alguns destes considerados como monumentos. Este tipo de sistematização também será observável em sua arquitetura,

¹ Veja-se *Sobre o conceito de tipologia arquitetônica*, de ARGAN (2004, pp. 71-78).

através da utilização de um número restrito de elementos, trabalhados por meio de sua particular organização: “Nos meus projetos ou naquilo que escrevo procuro fixar-me num mundo rígido e com poucos objetos”², afirmava Rossi em 1963. O uso da analogia é também fundamental para a construção do pensamento deste arquiteto italiano. É através da analogia que ele desenvolve questões como a do tipo ou da presença da memória na arquitetura.

A arquitetura é tomada por ele por meio de sua autonomia em relação aos outros saberes, o que não significa que o conhecimento da arquitetura deva derivar somente das lições internas à disciplina. Rossi busca o conhecimento de outros campos (a geografia, a história, a sociologia, por exemplo), mas declara a preponderância da arquitetura para questões sobre os problemas da cidade:

“Num e noutro caso apercebemo-nos de que a arquitetura não representa senão um aspecto de uma realidade mais complexa, de uma particular estrutura, mas que, ao mesmo tempo, sendo o dado último verificável desta realidade, constitui o ponto de vista mais concreto com que afrontar o problema” (1997, p. 35).

Rossi também usa da abstração para expor seu pensamento³. Utiliza apenas alguns exemplos práticos ao longo do texto, preferindo se concentrar em ideias, em vez da análise mais objetiva dos exemplares que ele considera de qualidade. Esta abstração é tomada para a exposição dos elementos básicos que norteiam seu pensamento. A forma, por exemplo, é explicada como aquela que “parece condensar o caráter total dos fatos urbanos, inclusive sua origem” (p. 37). A forma dará a Rossi a possibilidade de estudar a cidade por meio de sua própria construção no tempo (p. 23). A noção espacial, assim, vem como consequência da relação entre a forma e a história: à forma que se impõe no tempo corresponderá um bom espaço arquitetônico.

Em *A Arquitetura da Cidade* Rossi dedica um capítulo (*Problemas de Classificação*) aos autores ou sistemas de pensamento que o influenciaram. Aproveita a oportunidade tanto para demonstrar a erudição de seu saber quanto para reverenciar o trabalho de outros autores, reconhecendo que seu trabalho parte do entrelaçamento de pensamentos desenvolvidos anteriormente. Juntamente com o capítulo imediatamente anterior (*Crítica ao Funcionalismo Ingênuo*), Rossi faz lembrar que sua tarefa é a da retomada e sistematização de temas que vinham sendo estudados há tempos e que o “funcionalismo ingênuo” não considerou com a devida relevância: “a individualidade, o *locus*, a memória, o próprio desenho” (p. 46).

Esta negação dos valores da geração anterior deve ser entendida como proveniente de um autor atento e consistente em sua crítica. Rossi elege, assim, seu alvo: não devem ser tomados os arquitetos modernos em geral, mas os adeptos do “funcionalismo ingênuo”, partidários da noção para a qual “as funções resumem a forma e constituem univocamente o fato urbano e a arquitetura” (p. 46). Rossi então buscará inspiração em autores de outras áreas ou de outros tempos.

Uma das menções de Rossi sobre sua fundamentação teórica refere-se à leitura da geografia social da cidade proposta por Jean Tricart (1920-2003) em *Cours de Géographie Humaine*. Segundo a geografia social, os fatos sociais antecedem as formas e as funções na cidade. Será a partir daí que Rossi desenvolverá alguns dos temas descritos acima.

Marcel Poëte (1866-1950) e Pierre Lavedan (1885-1982), tendo sido este influenciado pelo primeiro, são outras referências da escola francesa de geografia para Rossi. Poëte teoriza o conceito da persistência, segundo o qual a forma revela através dos tempos uma continuidade, dada pela história, a geografia, a economia, etc. Lavedan parte da teoria de Poëte e entende a persistência como geratriz do plano da cidade. Outras influências de Rossi vêm de um tempo mais distante: os Iluministas do século XVIII. O sistema do pensamento Iluminista é bastante conveniente ao método classificador e sistematizador proposto por Rossi. Como um novo Enciclopedista, Rossi secciona, nomeia e analisa a cidade, sempre sob a luz do conhecimento racional.

² ROSSI, 1977 apud PORTOGHESI, 1985, p. 157 [3].

³ O mesmo artifício pode ser observado na prática projetual de Rossi, gerando o que Jencks [4] (1977, p. 20) chama de “grau zero da associação histórica”: um desenho neutro, mas que “dá continuidade aos padrões clássicos das cidades italianas” (ibid., p. 20).

Um tratadista especificamente do campo da arquitetura é também citado por Aldo Rossi⁴: é Francesco Milizia (1725-1798), que também se valendo de um método classificatório, diferencia os edifícios urbanos entre públicos e privados. Além disso, faz ordenação quanto à sua classe, situação na cidade, forma e distribuição interna. Rossi utilizará este sistema para fazer ele próprio sua classificação.

A partir dos pressupostos teóricos citados, além de obras de vários outros autores relacionados no texto e na extensa bibliografia, Aldo Rossi montará seu sistema de análise e sugestão de atuação em relação ao espaço urbano.

Rossi trabalha a partir do problema histórico e de uma dificuldade de ruptura frente à forte tradição cultural europeia. Opera basicamente a partir de todo o ensinamento que a história lhe ofereceu e se coloca no papel do continuador de um processo que, se pode dizer, começa com o homem. Seu fundamento continuava sendo o da racionalidade e o da crença no poder da arte e técnica, mas insiste em retomar uma história que o Movimento Moderno procurou deixar suspensa.

Deve-se lembrar que quando Rossi escreveu *A Arquitetura da Cidade*, em 1966, a relação da nova geração, a de Rossi, com os arquitetos relacionados ao Movimento Moderno era de embate direto. Desta forma, utiliza-se aqui uma distinção entre a tradição arquitetônica e os aportes trazidos pelas vanguardas do século XX e que continuavam à época seus processos de transformação e diversificação.

Rossi, conhecedor da amplitude de práticas no Movimento Moderno, não ataca os arquitetos modernos como se constituíssem um bloco uniforme; prefere se referir ao “funcionalismo ingênuo” (p. 46) como o causador de distorções como a da visão da função como definidora da forma em arquitetura. Rossi afirma a debilidade do funcionalismo (e também do organicismo)⁵ em compreender as “complexas motivações” da forma e acusa as duas correntes de reduzirem o tipo a “mero esquema distributivo” (p. 47).

Nos comentários que faz a respeito da visão do geógrafo Georges Chabot (1890-1975), Rossi (p. 49) resume de certa forma sua postura frente à arquitetura e o urbanismo modernos: compreende que é impossível dar uma definição precisa da cidade, mas reconhece que a função é insuficiente para explicá-los.

Rossi considera que a arquitetura baseada fundamentalmente no atendimento às funções havia criado uma incômoda ruptura em relação à história da arquitetura. Essa relação deveria ser, portanto, reconquistada a partir dos ensinamentos que tinham sido sempre dados ao homem. Para Rossi essa retomada partia de abstrações, fundadas em noções como a tipologia, o *locus*, ou a permanência da forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A análise tomada a partir dos pontos definidos para este trabalho ratificou o apuro intelectual de Rossi, autor cujas produções teóricas oferecem vasto campo de discussão para outros temas. Rossi recorre aos demais campos do conhecimento para lembrar, juntamente a autores contemporâneos a ele, como Kevin Lynch, ou mais recentes, como Jan Gehl, que a arquitetura e o urbanismo, como produtos culturais, não se situam separadamente das realizações ocorridas em outras artes ou nas ciências. Do mesmo modo, Rossi consolida, depois de vários anos do lançamento deste livro, seu papel como consistente teórico de seu tempo e mantém seu papel de pensador cuja leitura suscita interessantes exercícios intelectuais.

Este trabalho, portanto, poderá ser de interesse àqueles que se ocupam dos aspectos da teoria e da história da arquitetura, mas também àqueles que se ocupam primordialmente da prática projetual, para os quais ele ajudará a lembrar que, assim como sugeriu e atuou profissionalmente Aldo Rossi, a arquitetura deve vir sempre ancorada em consistente base teórica e conceitual.

AGRADECIMENTOS: À UNIFAMINAS, pelo apoio dado.

- BIBLIOGRAFIA:** [1] ROSSI, Aldo. *A Architectura da Cidade*. Lisboa: Cosmos, 1977. [2] ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. São Paulo: Ática, 2004. [3] PORTOGHESI, Paolo. *Depois da Architectura Moderna*. Lisboa; Edições 70, 1985. [4] JENCKS, Charles. *The Language of Post-Modern Architecture*. Nova Iorque: Rizzoli International Publications, 1977.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00-5 – Arquitetura e Urbanismo

⁴ Rossi conta com extensa bibliografia, onde surgem também obras específicas do campo da arquitetura (publicações de Le Corbusier, Adolf Loos, Lewis Mumford, entre outros). Os autores citados acima são aqueles citados pelo próprio Rossi como suas influências teóricas principais.

⁵ Embora hoje se tenha uma visão prevalente do Movimento Moderno em arquitetura através da face conhecida como *Estilo Internacional*, ou *International Style*, já nos anos 1960 havia a distinção entre os arquitetos mais fiéis ao funcionalismo e aqueles menos ligados ao dogma moderno, sendo que alguns se permitiam investidas em formas livres, linhas curvas e referências vindas da natureza.

EPG 003

ANÁLISE DA DINÂMICA COLABORATIVA EM PARCERIAS DE CAPACITAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

PLINIO DOS SANTOS SOUZA (plinio.santos@fiocruz.br⁶)

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: governança colaborativa, colaboração, dinâmica colaborativa.

INTRODUÇÃO: A Governança Colaborativa e a análise de sua dinâmica são proposições contemporâneas no campo da Administração Pública. Esta forma de observar a governança se configura pela lógica das redes sustentada pela colaboração entre diferentes atores para a coprodução de serviços, produtos, inovação, políticas públicas etc. Além disso, possui o potencial de promover a interação entre as partes diminuindo o grau de fragmentação de ações ou de replicação de esforços e recursos. Por este motivo, a Fiocruz, autarquia federal, no campo da assistência, educação, pesquisa, comunicação e desenvolvimento tecnológico em saúde tem intensificado, nos últimos anos, os debates institucionais para melhoria em sua governança - vide tese 08 do documento base de seu Congresso Interno “ A Fiocruz precisa aprimorar sua política de governança institucional, reforçando seu caráter sistêmico, caminhando no sentido da integração, com segurança e efetividade, com vistas a se fortalecer frente a possíveis ataques institucionais, além de qualificar suas respostas à sociedade. Isto implica, entre outros movimentos, reestruturar seu sistema de controle interno e de gestão de risco e instituir um modelo de gerenciamento a partir de plataformas colaborativas. (Fiocruz, 2017, p. 48) ”. Assim, um dos pontos a ser repensada é a lógica de governança em termos de planejamento e execução de ações de capacitação no âmbito institucional. Há a percepção empírica que a capacitação institucional possui consideráveis traços de fragmentação. Entende-se por capacitação o “processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais” – artigo 2º do Decreto 5.707/2006. Entende-se por Governança Colaborativa, não obstante a distintas conceituações, ““processos e estruturas de decisões e gerenciamento de políticas públicas que envolvem pessoas de forma construtiva em todos os limites das agências públicas, níveis de governo e/ou esferas públicas, privada e cívica para realizar um propósito público que não poderia ser realizado de outra forma” - Emerson et. al. (2011, p. 544)”. Realizada esta introdução a pesquisa busca compreender qual o grau de maturidade da dinâmica colaborativa compreendendo esta como um elemento essencial em termos colaborativos e integrativo para a capacitação da Fiocruz. Para análise foram observadas as parcerias na capacitação, pois elas se configuram como experiências concretas colaborativas. **OBJETIVOS:** analisar a dinâmica colaborativa das parcerias da capacitação de uma instituição federal para proposição de melhorias em termos de sua governança. Promover conhecimento e estimular o debate em instituições acerca da capacitação sob a ótica da Governança Colaborativa. **METODOLOGIA:** a pesquisa se trata de um estudo de caso de cunho exploratório descritivo. Além disso, possui um caráter pragmático e propositivo em termos de melhoria no campo da capacitação. A análise da dinâmica colaborativa se processa através do Regime de Governança Colaborativa – Emerson et. al. (2011). Este modelo teórico é composto por multicamadas com a seguinte composição: o contexto geral do sistema colaborativo; o próprio regime e a dinâmica colaborativa. Esta é subdividida em três elementos: engajamento com princípios, motivação compartilhada e capacidade para atuação conjunta. Estas três engrenagens

⁶ Mestre em Administração Pública (FGV); Especialista em Inteligência do Futuro (UNB); Especialista em Gestão de Pessoas (UCAM) e Bacharel e Licenciado em Psicologia (UFF)

se encontram em constante interação e configuram, produzem as ações colaborativas.

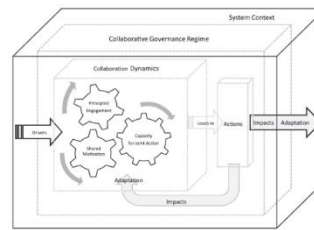


Figura 01: Regime de Governança Colaborativa

Fonte: Emerson, Nabatachi e Balogh (2011)

O instrumento utilizado para coleta de dados foi o de maturidade colaborativa de Martins e Costa (2017) além de entrevistas semiestruturadas. Este instrumento operacionaliza através de um minucioso trabalho os conceitos, dimensões, variáveis e elementos do RGC em uma grade de frequência – intensidade através de uma escala *likert* de zero a cinco. A análise da dinâmica colaborativa abrangeu uma de caráter geral e outra individualizada de cada parceria selecionada. As parcerias foram selecionadas pelo critério de acessibilidade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** os resultados apresentados em termos de dinâmica colaborativa foram divididos conforme a própria configuração do RGC: engajamento com princípios; motivação compartilhada e capacidade para atuar conjuntamente. Observou-se que em termos de dinâmica colaborativa, que o engajamento com princípios é a variável onde há um espaço maior em termos de aprimoramento. Em relação a este, os resultados apontam a necessidade de uma estruturação do processo de como engajar mais os profissionais em termos colaborativos. A título de proposição a realização de fóruns e espaços de compartilhamento sustentados por uma metodologia como a SWOT contribuiria em aspectos como: identificação de interesses; alinhamento de propósitos e objetivos comuns e definição de agendas. Outro ponto evidenciado em termos de resultado foi a importância de alinhamento de conceitos e terminologias no campo da capacitação, se acredita que este seria um elemento a mais no fortalecimento do engajamento colaborativo. Pois, o engajamento com princípios é um qualificador essencial na em processos interativos - Emerson et. al. (2011, p. 13). Em relação à motivação compartilhada houve um percepção positiva – uma média de quatro pontos na escala. Questões como a confiança entre os parceiros, entendimento mútuo e da legitimidade interna foram atributos que sustentaram a avaliação neste patamar da motivação compartilhada. Além disso, a instituição possui esta marca de elementos relacionais, interpessoais em suas atividades que corroboram tal avaliação. A motivação compartilhada é essencial em termos de “busca por consenso entre os parceiros” - segundo Kossman, Behagel, Bailey (2016, p. 21). A capacidade para atuação conjunta foi aquele elemento da dinâmica colaborativa em que houve um viés mais elevado ultrapassando os quatro pontos na escala. Questões como conhecimento compartilhado, papéis de liderança e da cultura organizacional foram fundamentais não somente para a capacidade de atuação, mas também para as demais variáveis (engajamento com princípios e motivação compartilhada). Esta análise conjunta é importante porque tais engregagens trabalham de forma interativa e produzem efeitos umas nas outras. “As dinâmicas colaborativas são interativas e não lineares e conseqüentemente são representadas como um ciclo” (KOSSMAN, BEHAGEL, BAILEY, 2016, p. 24). Em termos de desenvolvimento do regime colaborativo, Emerson e colaboradores (2011) afirmam que o grau de efetividade do regime é influenciado pela dinâmica colaborativa e ações colaborativas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** a análise da dinâmica colaborativa – junção da análise dos três elementos – engajamento com princípios, motivação compartilhada e capacidade para atuação conjunta - apontou considerável **grau** de maturidade colaborativa. Além disso, relevou um padrão avaliativo os parceiros que possuíam conhecimento técnico (atributo inicial colaborativo em alguns casos) apresentaram notas mais altas em relação ao outro parceiro. Nas parcerias em que houve um melhor índice em termos de dinâmica colaborativa houve uma melhor percepção do predomínio de valores colaborativos na cultura organizacional. Observou-se também que houve em certos casos uma variação avaliativa em termos em engajamento com

princípios o que se supõe uma relativa dificuldade maturidade nesta dimensão. Ao nível institucional se recomenda a continuidade de estudos e pesquisas no campo colaborativo além da ampliação em relação ao número de casos selecionados o que possibilita contrapor evidências encontradas neste estudo. Além disso, são outras recomendações relevantes: a expansão da pesquisa para outros órgãos o que possibilitaria exercer um certo grau de comparabilidade e de interação entre os mesmos além de pesquisas para elaboração de plataformas colaborativas, pois estas funcionam como “estratégias promotoras da Governança Colaborativa” – Ansell e Gash (2018, p. 17) o que muito iria contribuir para novos arranjos no âmbito da Fiocruz. No caso da instituição, se acredita que a avaliação positiva da motivação compartilhada contribui fortemente enquanto elemento de sucesso para implantação de plataformas colaborativas. E uma ressalva é a importância de compreensão do estágio organizacional e também do tipo de plataforma a ser utilizada (exploração, experimentação ou execução). Por fim, o trabalho reforça a importância da Governança Colaborativa enquanto prática essencial no mundo contemporâneo complexo, conectado e ágil e não mais enquanto “último recurso após falhas das demais estratégias” – Ansell e Gash (2018, p. 17). **AGRADECIMENTOS:** Este trabalho foi desenvolvido e apoiado pela Escola Corporativa da Fiocruz no âmbito do Programa de Desenvolvimento Gerencial. **BIBLIOGRAFIA:** ANSELL, C; GASH, A. Collaborative Plataforms as a Governance Strategy. **Journal of Public Administration Research and Theory**, p. 16-32, 2018. BRASIL. **Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.** Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento Pessoal da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. EMERSON, K.; NABATCHI, T.; BALOGH, S. (2011). An integrative framework for collaborative governance, **Journal of Public Administration Research and Theory**, v.22, p. 1-29, 2011. KOSSMANN, C. M; BEHAGEL, J. H; M. BAILEY. Action and inertia in collaborative governance. **Marine Policy**, n. 72, p 21-30, 2016. FIOCRUZ. **Documento Base VII Congresso Interno.** Rio de Janeiro, 2017, 56pp (mimeo). SOUZA, Plinio dos Santos. **Capacitação sob a ótica da Governança Colaborativa: uma análise do grau de maturidade das parcerias da Fiocruz.** Rio de Janeiro, 2018. 114 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração

EPG 004

ANÁLISE DE UM CRIME DE DEFLORAMENTO EM CARANGOLA (1940).

Érika Oliveira Amorim Tannus **CHEIM** (PQ¹ - erikaoamorim@hotmail.com);
Thalia de Melo **OLIVEIRA** (IC² - thaliatombos@hotmail.com);

1. Doutoranda em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora no Curso de História Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – 36800-000 – Carangola – MG;
2. Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – 36800-000 – Carangola – MG.

PALAVRAS-CHAVE: defloramento; processo-crime; gênero.

APRESENTAÇÃO: Por meio da análise de processo-crime de defloramento ocorrido em 1940, na cidade de Carangola – MG e que consta no Arquivo Histórico e Geográfico do Museu Histórico Geográfico e Científico Carangolense buscou-se refletir o comportamento de homens e mulheres naquela sociedade. O crime de defloramento, segundo Boris Fausto [1], definia a preocupação central de uma sociedade que materializava a honra em uma peça anatômica, o hímen, com a proteção da vagina. Conforme afirma o autor, o hímen representa um acidente biológico que veio facilitar o controle da sexualidade feminina através da distinção entre mulheres puras e impuras. Tal controle comportamental estabeleceu a figura do homem como responsável pelo núcleo familiar. O poder da figura paterna, em âmbito social e cultural, extrapola a esfera privada, estendendo-se ao âmbito público e impõe o masculino como autoridade social e política, pois inculca na figura do pai, do marido, dos religiosos (padres, bispos e pastores) e até o próprio Estado, a posição de dominar e determinar condutas e ações, enfatizando a submissão diante da autoridade patriarcal em todos os âmbitos da sociedade. A submissão se torna sinônimo de opressão, visto que, às mulheres restam-lhes deveres e direitos garantidos por critérios julgados pelas figuras masculinas presentes nos espaços privados e ainda, nos espaços públicos da sociedade, como pode ser constatado neste trabalho, por meio da análise do processo-crime de defloramento, ocorrido em Carangola no ano de 1940.

DESENVOLVIMENTO: O modelo de identidade social da mulher foi culturalmente construído e se mantém submetido ao patriarcado enquanto sistema de exploração-dominação tendo como referência a sexualidade da mulher. A palavra patriarcado tem origem do grego e se refere a uma “forma de organização familiar social”, onde os membros da família se submetem ao poder do patriarca. Já o termo *paterfamilias* é originado no direito romano e diz respeito ao homem que não se submetia a nenhum outro e que exercia poder absoluto sobre uma família. As duas expressões traduzem a monogamia que, segundo Friedrich Engels, é uma “forma de escravização de um sexo sobre o outro”. Para Engels “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (...), assim como o “primeiro antagonismo de classe com a opressão do homem sobre a mulher” [2]. Desse modo, essa divisão sexual do trabalho precede o processo de divisão do trabalho, caracterizada pela troca do trabalho manual pelo intelectual e a oposição entre os que são proprietários das produções e os que detêm a força de trabalho. Tal divisão designou à mulher a ocupação dos espaços privados e o cuidado e preservação da família, como a criação e alimentação dos filhos, cuidados com a casa, com a horta e até mesmo com os pequenos animais, como galinhas e porcos, a exemplo da vivência no meio rural. A dominação masculina também é investigada por Pierre Bourdieu [3] o qual considera que a “ordem masculina” não necessitaria de justificativas e está internalizada entre os indivíduos de maneira que pareça natural. Essa internalização é chamada pelo autor de *habitus*, que consiste em uma noção que constitui uma matriz cultural que determina pensamentos e ações. Assim, a divisão entre os sexos parece estar na ‘ordem das coisas’, natural a ponto de ser inevitável e que está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, cujas todas as partes são “sexuadas”) e em todo o mundo social, incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes. Conforme o autor, dominação masculina encontra todas as condições para seu exercício e impõe uma ordem social masculina na qual se alicerça. Desse modo, a diferença biológica entre os sexos faz-se como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. O gênero masculino se mostra como impositivo, corajoso e viril, ao contrário do feminino, que seria explicitamente caracterizado como frágil, fraco,

submisso. Ancorado nessas concepções emergem os discursos político-morais do pensamento ilustrado ibérico, que se refletiu na sociedade brasileira pelo processo de colonização. Sustentado por concepções religiosas, determinou-se culturalmente quais eram os reais deveres das mulheres, que se baseavam no sacramento do matrimônio, considerado pela Igreja como um remédio providenciado por Deus para evitar que os homens cometessem maiores pecados [4]. Por meio do matrimônio, às mulheres cabiam amar e respeitar o marido, cuidar e amar dos filhos, bem como a casa. Diante disso, Mary Del Priore [5] diz que "(...) a mulher, no papel de santa-mãezinha, ganhava gradativamente a função de agente dos projetos do Estado e da Igreja dentro da família e do fogo doméstico". As mulheres castas, devotas, prudentes e recatadas eram conhecidas principalmente por ficarem recolhidas nos espaços privados da casa e isso servia para demonstrar que o apetite sexual feminino era dominado, mesmo que à força. O espaço doméstico funcionava como limitador de ações onde a sexualidade era reprimida especificamente por meio do matrimônio. As mulheres casadas recebiam respeitabilidade por cumprir a determinação divina e não estar mais à mercê de um possível pecado carnal e o matrimônio era a única forma de ascensão social da mulher. Pode-se afirmar que se constituía como cura para todos os males, inclusive os relacionados à violência sexual. O estudo aqui apresentado se pautou na análise documental, tendo como fonte principal o processo criminal número 264, arquivado no Arquivo Histórico e Geográfico do Museu Histórico Geográfico e Científico Carangolense. Esse processo trata do crime de defloração cometido por Alvinio Bazílio do Nascimento contra Maria Costa, ocorrido na cidade de Faria Lemos, então distrito de Carangola, em 1940. Para fundamentar a análise desse documento, buscou-se embasamento teórico voltado para pesquisas em arquivos judiciais, bem como artigos científicos dedicados ao tema da História das Mulheres, adequados para argumentações teóricas acerca dos processos de defloração. A problemática levantada na presente pesquisa girou em torno da influência dos modelos de mulher socialmente construídos no julgamento de um crime de defloração ocorrido no ano de 1940, e o processo-crime oriundo de arquivo judicial fez-se fundamental para dar voz àqueles personagens ali retratados, desde aqueles diretamente envolvidos no crime, bem como testemunhas e autoridades encarregadas pela investigação. A caracterização do acusado no processo informa que ele era natural de Faria Lemos, possuía 28 anos de idade, era lavrador, analfabeto e solteiro. Quanto à acusação do crime o que traz os autos é que teria ocorrido no mês de maio do ano de 1940, na localidade chamada córrego do Catinga, distrito de Faria Lemos, município pertencente a comarca de Carangola. Alvinio Bazílio teria tido relações sexuais com Maria Costa, que segundo consta do Processo, era "mulher honesta, menor de vinte e um anos de idade e miserável". O documento afirma ainda que "em consequência da cúpula carnal realizada com o denunciado ficou deflorada, conforme se verifica no auto do exame de Corpo de Delito". No documento pesquisado, consta ainda que Maria Costa estava hospedada na casa do pai de Alvinio Bazílio, e que, além de prima, ela era namorada do denunciado, o qual havia prometido se casar com Maria. Em uma noite de março, Alvinio Bazílio teria ido ao quarto onde a vítima pernoitava e, reiterando a promessa de casamento, obteve o consentimento da vítima para a cúpula carnal. Analisando os autos do processo de 1940 que envolve Maria Costa e Alvinio Bazílio percebe-se que além das informações sobre idade, naturalidade, escolaridade e estado civil, há a classificação sobre a honestidade, que foi somente aplicada à Maria Costa. Esse quesito é muito explorado ao longo da documentação, haja vista que se buscava comprovar que Maria Costa não era uma moça honesta. Tal qualificação estava atrelada a virgindade da mulher, o que a caracterizava como honrada ou não, já que a honra não dependia do status que a mulher detivesse na sociedade, mas sim da relação que estabelecia com a sua sexualidade, conforme destaca Leila Algranti [6]. Os autos possuem um ofício manuscrito pelo delegado no qual classifica Maria Costa como "a ofendida" e relata que Alvinio o procurou alegando que Maria já havia sido deflorada antes de conhecê-la e que o acusado reconhecia oito pessoas que haviam tido relações sexuais com ela. No depoimento de Maria Costa consta que há doze dias ela e o denunciado eram namorados e que estava hospedada na casa do pai de Alvinio Bazílio, o qual foi até seu quarto e a disse que se os dois tivessem relações sexuais, ele se casaria com ela. Porém, ela não aceitou. Com a negativa de Maria, Alvinio utilizou outro argumento a fim de convencê-la. Alegou que se ela não "caísse" com ele era porque não o amava e, assim, em seguida a abraçou e teve relações sexuais com ela. No depoimento, Maria Costa alega que depois da relação sexual sentiu dores e, ainda, que havia saído um pouco de sangue da região vaginal. O depoimento descreve também que Alvinio teve relações sexuais com Maria Costa por mais duas vezes, na mesma casa e no mesmo local. Questionada sobre outros possíveis contatos sexuais, Maria Costa negou ter tido relações sexuais com outra pessoa. O depoimento foi assinado pelo delegado e pelo escrivão e Maria Costa não assinou por ser analfabeta. Ela foi submetida a exame de corpo de delito a fim de comprovar o ato sexual e o laudo possui a assinatura do Delegado, dois peritos, duas testemunhas e o escrivão.

Naquela época o exame poderia ser realizado por um médico ou farmacêutico [7]. Por meio do exame pericial, os especialistas comprovaram o defloramento sem uso de violência: "(...) encontramos ruptura completa da membrana himenal, não podendo determinar a ocasião em que houve o defloramento. A paciente não menstruou este mês, podendo se pensar em gravidez". Faz-se necessário salientar que esse exame tinha também o intuito de verificar outros possíveis precedentes sexuais. Caso a inexperiência sexual fosse atestada e, agregadas as marcas de violência pela tentativa de recusar ao ato, representariam elementos que comprovariam desfecho favorável à vítima, ou seja, seria constatado o defloramento. A fim de comprovar a conduta de Maria Costa, o processo contou com o rol de cinco testemunhas, todas elas do convívio pessoal de Alvino. As perguntas não estão especificadas nos autos, no entanto, é possível perceber que as respostas de todas as testemunhas caminham no mesmo sentido: o de culpabilizar ou descredibilizar Maria Costa, atribuindo a ela uma conduta de mulher desonrada. O documento leva a crer que possivelmente dez perguntas foram realizadas às testemunhas. Arguiu-se sobre seus nomes, idade, nacionalidade, estado civil, profissão, filiação, naturalidade, onde residia na ocasião, grau de escolaridade, o que sabia do fato ocorrido e se tinham conhecimento que a vítima tinha tido relações com outros homens. Ao analisar o processo é notório o fato de que se buscou enfatizar outra possível relação sexual da vítima com outro parceiro, anterior a Alvino, já que é possível perceber claramente o questionamento que foi feito às testemunhas sobre se elas sabiam ou tinham ouvido comentários sobre o comportamento de Maria Costa, principalmente relacionado à sua vida amorosa ou sexual. O processo não apresenta depoimentos de testemunhas favoráveis a Maria Costa dificultando a comprovação da veracidade dos fatos que alegava. Caso o boato de outras relações fosse comprovado, a honestidade de Maria Costa seria colocada à prova, o que poderia fazer com que o inquérito fosse arquivado ou o culpado absolvido. No interrogatório, Alvino Bazílio, declarou que Maria Costa já havia sido deflorada antes de terem tido relações sexuais e que tal ato teria sido cometido por outra pessoa, um senhor chamado Jovino e que, por esse motivo, não estaria causando nenhum mal a Maria. Segundo a narrativa de Alvino no processo a última vez em que estiveram juntos, Maria disse a ele que "não tinha perigo" e que poderiam se relacionar sexualmente, pois ela já não era mais moça porque Jovino a tinha deflorado há bastante tempo. Ou seja, Alvino alegava que havia consentimento de Maria para que se relacionassem sexualmente. O que mais chama atenção no depoimento de Alvino é o argumento de que ele teria sido seduzido por Maria, pois "não aguentava mais" e "cedeu aos rogos da vítima". Assim, contesta a honestidade e veracidade da denúncia de Maria Costa, visto que a justificativa do crime está baseada no fato de Maria já ter sido deflorada e ter consentido com o ato sexual. Mediante o depoimento de Alvino e, ainda com base nas afirmativas das testemunhas arroladas no processo, Maria Costa já não possuía mais o respeito exigido pela sociedade e sua honra já não estava mais intacta, quando se relacionou sexualmente com Alvino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por meio do estudo das fases do processo, verificou-se que o meio jurídico da época recebia influência direta do modelo de identidade da mulher forjado social e culturalmente. Observou-se ainda que o crime de defloramento foi comprovado, todavia a condenação do culpado não foi citada ou confirmada nos autos. A análise desse processo suscitou algumas questões: quais as consequências desse processo jurídico para Alvino Bazílio? Como teria sido a vida de Maria Costa? Ela teria conseguido a punição de sua desonra? Ela estaria grávida de Alvino Bazílio? Eles se casaram? Os autos não permitiram que tais questionamentos fossem respondidos. Contudo, o que se conclui é que Maria Costa, dado a sua condição de mulher, pobre e analfabeta foi culpabilizada pela violência sexual sofrida e, apesar do exame físico constatar que houve defloramento, esse foi atribuído a outro homem através da narrativa de Alvino e corroborado por suas testemunhas, o que reflete a influência patriarcal de uma sociedade que se preocupava em comprovar a inocência de um homem, seduzido pela fêmea, refém do mais universal dos mitos: a magia feminina.

BIBLIOGRAFIA: [1] FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. São Paulo: Edusp, 1984; [2] ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 70; [3] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; [4] LEWKOWICZ, Ida. A fragilidade do celibato. In: LIMA, Lana Lage da Gama. **Mulheres, adúlteros e padres:** história e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Raymundo Paula de Arruda, 1987, p. 53-68; [5] DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do Corpo:** Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. – São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 187; [6] ALGRANTI, Leila. **Honradas e devotas:** mulheres da colônia. Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste -1750-1822.

São Paulo: Edunb, 1992; [7] SARTORI, Guilherme Rocha. **Práticas discursivas: um estudo sobre crimes de defloramento (1920-1940) na Comarca de Bauru (SP)**. Anais Fazendo Gênero, v. 9, 2011, p. 3.

ÁREA DO CONHECIMENTO CNPq: 7.05.00.00-2 - História

EPG 005

ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS E DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS QUE RESIDEM AS MARGENS DO RIBEIRÃO DO JORGE, NO MUNICÍPIO DE FERVEDOURO EM MINAS GERAIS.

Leismarque Adelino Junior **SILVA** (IC- leismarque@yahoo.com.br)¹,
Filipe Zaniratti **DAMICA** (PQ- filipezanirattiveloso@gmail.com)²,
Douglas Ribeiro **LUCAS** (IC- douglasdemart@outlook.com)³,
Gabriely Zaniratti **DAMICA** (IC- gaby.zaniratti@gmail.com)⁴,
Sabrina Paradizo Silva Guedes **GOMES** (IC- sabrinaparadizo@gmail.com)⁵

1. Graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade Carangola. 2 Mestrando em Ciências Naturais pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”. Professor da UEMG – Unidade Carangola. 3. Mestrando em Biociências e Biotecnologia pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”, graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Carangola. 4. Graduanda em Ciências Biológicas pelo CEDERJ – Itaperuna. 5. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade FAEL.

Palavras-chave: Educação, Percepção ambiental, Ribeirão do Jorge e Educação ambiental

APRESENTAÇÃO: O meio ambiente e seus ecossistemas, têm apresentado crescente processo de degradação, incluindo também os sistemas hídricos, em consequência do aumento da antropização, devido ao crescimento da população humana, resultando em ocupação indevida de áreas de preservação e atividades poluidoras do meio ambiente (CABANELAS E MOREIRA 2007) [1]. Esse colapso civilizatório que enfrentamos requer que novas atitudes e comportamentos sejam adotados pela humanidade, e que a mesma possa refletir e questionar os caminhos que a trouxeram até aqui. As marcas dessa crise são eloquentes, são uma infinidade de problemas sociais e ambientais que nos alertam para as incertezas do futuro e para os limites da relação homem natureza como: o aquecimento global, perda da biodiversidade, chuvas ácidas, empobrecimentos de solos, mau uso da água, escassez de combustíveis fósseis, pobreza, miséria, conflitos étnico-culturais. Essa crise ocorre devido ao fato de que nenhuma das outras crises ocorridas no planeta ao longo da história, tenha sido causada exclusivamente por uma única espécie. A crise em questão alcança seu ponto culminante, está sendo causada pelo Homo sapiens, que utiliza os recursos naturais de forma desenfreada como se os mesmos não tivessem um fim. O enfrentamento deste problema exige que ser humano reavalie e redescubra seu papel para com o planeta Terra. Para que no futuro não ocorra um colapso ambiental mudanças do relacionamento das sociedades com o meio natural são urgentes [2]. Os sistemas hídricos tem padecido muito com a ocupação desordenada dos seres humanos, Fato é que, os rios urbanos são os que mais sofrem com essa poluição, devido ao contato com o esgoto, resíduos domésticos, acúmulo de lixo, e outros poluentes que acabam degradando esses ecossistemas, este é justamente o retrato do Ribeirão do Jorge. O Ribeirão do Jorge pertence ao município de ferredouro em minas gerais cortando sua cede administrativa foi nomeado assim graças à comunidade Ribeirão do Jorge, o ribeirão apresenta aproximadamente 27 km de extensão e drena uma área de 155 km². Sua nascente está localizada a uma altitude de 1.100 metros no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro [3]. Sua foz é no Rio Glória que está situado no município de São Francisco do Glória, sendo assim um subafluente do Rio Muriaé. É um dos rios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul [4]. A possibilidade de trabalhar assuntos voltados para conservação e recuperação de rios e nascentes no ambiente escolar se faz necessário para

demonstrar as causas reais dos problemas ambientais, demonstrando as relações natureza-sociedade. A importância se faz crescer, através da divulgação de informações por meio uma educação transformadora envolve não só uma visão ampla de 2 mundo, como também a clareza da finalidade do ato educativo, uma posição política e competência técnica para programar projetos a partir do aporte teórico e formador de profissional competente [5]. Ao trabalhar com Educação Ambiental deve propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente. Esclarecer valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente ao seguir uma proposta de ensino mais dinâmica e interativa é possível aproveitar elementos diretamente ligados ao cotidiano dos alunos e o colocá-los numa situação mais ativa no processo de aprendizagem [6]. Isto porque “o conhecimento e todo o processo de aprendizagem se dão de forma interpessoal e depois de modo intrapessoal. Essa aprendizagem ocorre por meio de instrumentos mediadores, ou seja, por meio dos instrumentos simbólicos, signos e instrumentos físicos e psicológicos”. Com essa necessidade de se entender as relações do homem e a natureza, prosseguindo daí uma valorização a análise espacial como uma forma eficaz de compreensão da realidade, dos fenômenos físicos e humanos [7].

MATERIAIS E MÉTODOS: Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado, para diagnosticar os conhecimentos e a percepção que os estudantes da rede de ensino Pública do município de Fervedouro no estado de Minas Gerais, tem com relação ao Ribeirão do Jorge, o público alvo selecionado para esse estudo foram os alunos que residem as margens do Ribeirão do Jorge. O método utilizado para fins de análise é de caráter quantitativo, com os seguintes procedimentos: seis perguntas que tinham objetivo de verificar: percepção, prática e conhecimento em relação ao Ribeirão do Jorge. envolvendo alunos das duas escolas da rede pública de ensino presentes na cede administrativa de Fervedouro, uma municipal A Escola Municipal Nilza Aparecida Gurgel Pinho atende do 1º ao 5º ano de escolaridade, está localizada no bairro cidade nova 2 é a Escola Estadual Joaquim Bartholomeu Pedrosa, a mais antiga do município de Fervedouro. Os questionários foram distribuídos nas escolas do município de fervedouro, entre os dias 19 de junho de 2017 a 11 de agosto de 2017. Em datas diferentes para os turnos, distribuídos e recolhidos sempre dois dias após, deixando que os alunos levassem o questionário para que toda família se posicionasse com relação as perguntas. Ao distribuir os questionários a todos, os alunos tiveram suas dúvidas e orientações esclarecidas. Para a análise de dados, foi realizado a tabulação e interpretação dos dados colhidos. Esses dados geraram tabelas e gráficos dos quais pudemos inferir conclusões diante das perguntas desta pesquisa. Posteriormente a análise dos dados foi aplicado uma palestra educativa, utilizando Datashow é computador, a apresentação abordava assuntos relacionados ao Ribeirão do Jorge, conservação de rios e nascentes, destino do lixo jogado nos rios e nas ruas é como esse lixo prejudica a fauna e a flora e os seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Como já explicitado anteriormente a pesquisa entregou questionários para 118 alunos de ambas as escolas entre o 1º do ensino fundamental ou 3º ano do ensino médio. Dos 118 questionários retornaram 46 cerca de 38,98% montante significativo pelo modo de pesquisa imposto a média de questionários que retornam respondidos é de 25%, onde questionários são expedidos [8]. Os dados foram tabulados de acordo com as questões e apresentados na forma das tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, onde cada tabela indica a porcentagem de respostas para as perguntas aplicadas.

Tabela 1. Você sabe o nome do Rio ou Ribeirão que corta a cidade de Fervedouro?

Não Sei	54,34%
Ribeirão do Jorge	19,57%
Rio Fervedouro	15,22%

Rio Turvo	8,69%
Não respondeu	2,18%
Média Total	100%

Fonte: Autores da pesquisa

Tabela 2. Você sabe onde fica a nascente que corta o Rio ou Ribeirão de Fervedouro?

Não Sei	84,78%
Serra do Brigadeiro	6,53%
Não responderam	8,69%
Média Total	100%

Fonte: Autores da pesquisa

Tabela 3. Você ou sua família já usaram o Rio ou Ribeirão para se desfazer de lixo ou animais mortos?

Não	84,78%
Sim	13,04%
Não responderam	2,18%
Média Total	100%

Fonte: Autores da pesquisa

Tabela 4. Você acredita que suas ações individuais (poluição e desperdício) são responsáveis pela degradação do Rio e nascentes?

Sim	50,00%
Não	39,13%
Não responderam	10,87%
Média Total	100%

Fonte: Autores da pesquisa

Tabela 5. Você já percebeu que além de vegetação tem algo que não deveria estar as margens e no fundo do rio? descreva O que?

Não	52,19%
Lixo	32,60%
Entulho	15,21%
Total	100%

Fonte: Autores da pesquisa

A primeira pergunta aplicada foi a seguinte: “Você sabe o nome do Rio ou Ribeirão que corta a cidade de Fervedouro?”, o resultado está exibido na Tabela 1, os dados assinalam que apenas 19,57% dos alunos sabe o nome do Ribeirão do Jorge. Os outros 78,25% ou não sabem ou acreditam que o nome é outro, cerca de 2,18% não responderam a essa questão. A segunda pergunta cujo os dados estão representados Tabela 2, questiona

os alunos da seguinte forma: “*Você sabe onde fica a nascente que corta o Rio ou Ribeirão de Fervedouro?*”, assim como na primeira pergunta a maioria 84,78% desconhece o local da principal nascente do Ribeirão do Jorge e uma pequena parcela de 6,53% tem conhecimento que ela esta localizada no parque Estadual da Serra do Brigadeiro próximo a divisa com o município de Divino em Minas Gerais. A terceira pergunta queria saber: “*Você ou sua família já usaram o Rio ou Ribeirão para se desfazer de lixo ou animais mortos?*” observando a Tabela 3, e possível notar que apenas 13,04% dos alunos confessaram utilizar o Ribeirão para a pratica de se desfazer de lixo e animais mortos, grande maioria 84,78% diz que nunca utilizou o rio para essa pratica. A quarta pergunta foi: “*Você acredita que suas ações individuais (poluição e desperdício) são responsáveis pela degradação do Rio e nascentes?*” e de acordo com a Tabela 4 50% dos alunos afirmaram que se acham responsáveis pela degradação do Ribeirão do Jorge, outros 39,13% não se consideram responsáveis por essa degradação e 10,87% não responderam a essa questão. Na quinta pergunta os alunos foram questionados da seguinte forma: “*Você já percebeu que além de vegetação tem algo que não deveria estar as margens e no fundo do rio? descreva O que?*” Os dados demonstrados na Tabela 5 evidenciam que a pouco mais da metade dos alunos não tinha observado nada de anormal nas margens nem no fundo do Ribeirão do Jorge, os outros alunos observaram que havia lixo 38,19% dos questionários é entulho aparecendo cerca de 15,21%, observando que os dados apontam que os alunos em sua maioria estavam desinformados. Na sexta e última questão a pergunta foi a seguinte: “*Você respondeu este questionário sozinho?*” e dos 46 questionários que retornaram 84,79% pediram ajuda aos seus familiares para responder as questões, cerca de 13,03% responderam sozinhos é 2,18% não responderam a esta questão. Os recursos utilizados serviram bem aos seus determinados propósitos, com a elaboração do questionário, foi possível diagnosticar os conhecimentos dos entrevistados, o que possibilitou a análise dos dados e a elaboração da palestra aplicada no ambiente escolar, que permitiu prender a atenção dos alunos. Embora não seja a única alternativa, a educação e seguramente um dos meios de ação mais importantes a serem realizado na sociedade, permite que muitos alcancem compreender e admirar recursos naturais, ao abordar determinados temas permitimos a vivência de uma percepção sensível, tornando as ciência das condições materiais de existência, exercitarmos nossa capacidade de definirmos conjuntamente os melhores caminhos para a sustentabilidade dos meios ondem coexistimos. **BIBLIOGRAFIA** [1] CABANELAS, I. T. D. & MOREIRA, L. M. A. 2007. **Estudo sobre o estado de preservação das nascentes do rio Sapato, Lauro de Freitas-BA.** Revista de Ciências Médicas e Biológicas, 6(2). [2] SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, R.S.C.; CASTRO, R.S. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.23-77. [3] BRASIL, Carta do Brasil SF-X-B-VI-1 Fervedouro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1979. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/SF-23-X-B-VI-1.jpg>>. Acesso em: 22 setembro 2017. [4] BRASIL, Carta do Brasil SF-23-X-B-VI-3 Miradouro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1979. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/SF-23-X-B-VI-3.jpg>>. Acesso em: 22 setembro 2017. [5] PHILIPPI, Arlindo Jr. PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Editora Manole, 2005. [6] DAMICA, Filipe Zaniratti; LUCAS, Douglas Ribeiro. SILVA, Leismarque Adelino da; STAHL, Nilson Sérgio Peres. **AS TDICS E O ENSINO HÍBRIDO: A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS “GPS” E “GOOGLE EARTH” NO ENSINO DE CIÊNCIAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CARANGOLA-MG.** Revista Philologus, Ano 24, N° 72. Rio de Janeiro: CiFEFiL,

set./dez.2018. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/> > Acesso em 01 de mai de 2019. [7] CORREA, M. G. G. **Os avanços tecnológicos na educação: o uso das geotecnologias no ensino de geografia, os desafios e a realidade escolar**. Maringá, 2010 p. 04. [7] CORREA, M. G. G. **Os avanços tecnológicos na educação: o uso das geotecnologias no ensino de geografia, os desafios e a realidade escolar**. Maringá, 2010 p. 04. [8] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 3ª Ed. Editora Atlas, São Paulo – SP, 1996

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

EPG 006

ANÁLISE MACROSCÓPICA E MICROSCÓPICA DA TOXICIDADE DE UM HERBICIDA COM FLUMIOXAZINA PELO BIOENSAIO *ALLIUM CEPA***Toxicity analysis of an herbicide with Flumioxazin by *Allium cepa* test****Título resumido:** ANÁLISE DA FLUMIOXAZINA PELO BIOENSAIO *ALLIUM CEPA*

Polyana A. Almeida PEDROSA¹ (pedrosapolyana@gmail.com);
Lais Gonçalves Parvan¹ (laisparvan@hotmail.com);
Thais Gonçalves Leite¹ (thais.g.leite12@hotmail.com);
Juliana Sena Calixto²,
Luciana de Andrade Agostinho¹ (polucita@yahoo.com.br)

1 UNIFAMINAS, Muriaé-MG 2 IF Sudeste MG - Campus Muriaé-MG 3 Hospital do Câncer de Muriaé-MG

RESUMO

O estudo objetivou avaliar a influência do herbicida com flumioxazina, sobre o crescimento radicular e o índice mitótico da cebola (*Allium cepa*). Utilizou-se duas doses do herbicida diferentes (0,5 e 1g/L), um grupo controle positivo (benzoato de sódio) para citotoxicidade e um controle negativo (água). Pôde-se investigar o índice mitótico (IM) e o tamanho das raízes nas diferentes substâncias testadas, e intervalos de tempo distintos com 48 e 120 horas. Os resultados gerados pela substância foram comparados ao grupo controle negativo e positivo. O herbicida não apresentou efeito tóxico nas condições testadas, apesar de apresentar, com 120 horas de exposição, raízes menores que as do grupo controle negativo. E com 48 horas, as raízes foram maiores que os dois controles, porém, sem diferença estatisticamente significativa. Foram observados micronúcleos nas raízes analisadas com o herbicida, portanto, sugere-se que mais estudos sejam realizados, uma vez que, no presente estudo, as alterações citogenéticas não foram investigadas.

Palavras Chave: *Allium cepa*, Flumioxazina, herbicidas, toxicidade.**INTRODUÇÃO**

Os agrotóxicos são produtos que controlam a proliferação de doenças e pragas nas plantações (1). Apesar de muitos não terem potencial bioacumulativo, pouco se conhece sobre a toxicidade que os mesmos podem causar. Essas substâncias podem causar efeitos genotóxicos sobre o material genético, e estes, a longo prazo, podem conduzir a mutagenicidade, carcinogenicidade ou letalidade (2). O método da aberração cromossômica em raízes de *Allium cepa* é validado pelo Programa Internacional de Segurança Química (IPCS, WHO) e o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) como um eficiente teste para análise e monitoramento *in situ* da genotoxicidade de substâncias ambientais (3, 4). O bioensaio com *Allium cepa* é utilizado para avaliar e detectar compostos tóxicos no ambiente e é considerado uma ferramenta eficaz na pesquisa de toxicidade de produtos químicos, dejetos industriais, extratos de plantas e águas contaminadas (5). Este teste mostra-se eficaz na análise de efeitos tóxicos de plantas medicinais, alterações cromossômicas e interferência na divisão das células meristemáticas da raiz de cebola, e é usado com frequência como um alerta sobre o consumo de produtos utilizados pela população (6). Nos últimos anos, o meio científico tem ressaltado a importância dos efeitos nocivos relacionado ao uso de agrotóxicos, pois os mesmos são capazes de provocar diversos efeitos tóxicos por consumo ou por manipulação (7). Cerca de 90% da contaminação do homem por praguicidas ocorre por meio dos alimentos, que podem conter resíduos do mesmo (8, 9). A flumioxazina é um herbicida utilizado nas culturas de café, soja, milho alguns cítricos, dentre outros. Seu mecanismo de ação o classifica como um inibidor da Protox conforme o comitê de ação internacional de Resistência de Herbicidas (*Herbicide Resistance Action Committee*). Na região deste estudo que ele é bastante utilizado no cultivo do café. Os agricultores estão expostos a uma série de perigos químicos, físicos e biológicos nos processos agrícolas de cultivo e colheita já reportados por diversos estudos (10, 11). Entretanto, os efeitos potenciais para a saúde advindos das exposições aos mesmos, são de particular interesse, pois estes produtos químicos são concebidos para terem efeitos biológicos adversos sobre os organismos alvo. O objetivo da pesquisa foi avaliar o potencial tóxico em nível macroscópico e microscópico do herbicida com Flumioxazina por meio do bioensaio com *Allium cepa*.

MÉTODOS

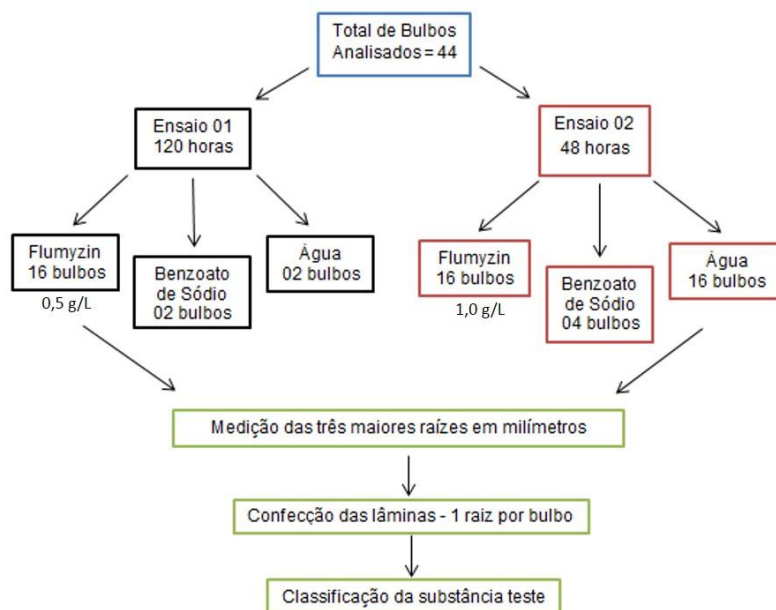
Os bioensaios foram realizados no laboratório do Centro Universitário-UNIFAMINAS, campus Muriaé-MG. Três metodologias para execução do teste com *Allium cepa* existentes na literatura foram testadas, a de Kruger (12), a de Aiub e Felzenswalb (13) e a do Projeto Genoma Humano da USP (14) de 2010. As mesmas foram adaptadas criando um protocolo único. Os pontos testados foram: tempo de enraizamento, tempo de exposição à substância teste, tempo de fixação, hidrólise das raízes e coloração das células. O composto testado foi o herbicida cujo ingrediente ativo alvo é a Flumioxazina. O tempo de renovação do ciclo celular da *Allium cepa* é de aproximadamente 17 horas. O tempo total deste protocolo até a preparação das lâminas é de aproximadamente 5 dias. Após 48 horas já é possível observar o crescimento das células e a renovação do ciclo celular da mesma em contato com a água. A presença dos danos induzidos pela substância teste pode ser observada a partir do quarto dia, com pelo menos 20 horas em contato com a substância a ser testada. O início do protocolo ocorre com a raspagem superficial dos bulbos, que são deixados em contato com água destilada por 48 horas, com troca da mesma a cada 24 horas (Figura 1). Após esse período, as raízes foram submetidas ao contato com a substância teste. O controle negativo com água e o controle positivo, com Benzoato de Sódio (1%), são testados para validar a metodologia utilizada.



FIGURA 1: ETAPAS DO PROTOCOLO UTILIZADO. RASPAGEM SUPERFICIAL DOS BULBOS; BULBOS COM SUPORTES DE PALITO PRONTO PARA NOVO ENRAIZAMENTO EM ÁGUA DESTILADA; BULBOS EM CONTATO COM ÁGUA PARA CRESCIMENTO DE NOVAS RAÍZES. BULBOS EM CONTATO COM A SUBSTÂNCIA TESTE E CONTROLES; BULBOS COM RAÍZES EM CRESCIMENTO.

Neste estudo, a amostra testada foi diluída em duas concentrações: a indicada para uso em cultivos (0,5g/L) e uma além do limite de uso, com 1g/L, conforme tabela 2. As concentrações foram escolhidas por meio de relato do vendedor da loja de produtos agrícolas de uma cidade da Zona da Mata Mineira e conforme a prática desenvolvida por alguns cafeicultores da mesma região.

TABELA 2: CONCENTRAÇÃO DA SUBSTÂNCIA TESTE E QUANTIDADE DE BULBOS UTILIZADOS EM DIFERENTES TEMPOS DE EXPOSIÇÃO.



A água foi utilizada como grupo controle negativo, para se avaliar a taxa normal de proliferação celular nas mesmas condições em que foram cultivadas as raízes com a substância teste. O Benzoato de Sódio é uma substância conhecida citotóxica e foi utilizada como controle positivo. Os testes foram realizados em duas

semanas seguidas, na primeira semana com a menor concentração (ensaio 1) e, na segunda, com a maior concentração (ensaio 2). A temperatura foi verificada todos os dias, uma vez que a variação da mesma poderia influenciar nos efeitos investigados neste estudo. Após o cultivo e a determinação das medidas das 3 maiores raízes, as lâminas foram preparadas pelo esmagamento de uma raiz, após seu aquecimento no bico de Bunsen. Cada bulbo teve 3 raízes analisadas macroscopicamente por meio da observação do seu comprimento em milímetros e a análise microscópica foi realizada utilizando-se as objetivas de 40x e/ou 100x (com óleo de imersão), contando 1000 células/bulbo. As fases do ciclo celular incompletas foram observadas nas 1000 células observadas por bulbo. O índice mitótico calculado foi conforme a fórmula a seguir de acordo com Aiub e Felzenswalb (13): *Número de células em divisão/1000 x 100*. Para análise da toxicidade em nível macroscópico, mediu-se o comprimento das três maiores raízes encontradas em cada bulbo e em seguida foi estimada a mediana do comprimento radicular de cada grupo testado. Os resultados obtidos nas substâncias testes foram comparados ao controle negativo (água) e controle positivo (Benzoato de Sódio). Para a interpretação dos resultados, a substância foi considerada citotóxica quando seus índices mitóticos tinham valores menores ou iguais aos do Controle Positivo (Benzoato) e, estimuladora de proliferação, quando o índice mitótico foi superior ao da água. É importante ressaltar que neste estudo não foi realizada análise genotóxica, pois as aberrações cromossômicas não foram quantificadas. Foi analisado apenas a toxicidade e citotoxicidade por meio da análise da proliferação das células da cebola em nível microscópico e macroscópico.

RESULTADOS

Um *n* amostral de 44 cebolas foi analisado. De cada bulbo foi observada uma raiz. Em cada raiz foram contadas 1000 células.

Adaptação do protocolo único para o bioensaio *Allium cepa*

Com os protocolos testados e analisados em relação ao tempo de exposição obteve-se uma nova metodologia para que algumas etapas tivessem o tempo reduzido e fossem mais fáceis de serem realizadas, em um menor intervalo de tempo. As variáveis testadas para a escolha do protocolo adaptado foram: o uso ou não do fixador, o tipo do hidrolizador e/ou o tipo e concentração do corante, para testar se, mesmo fazendo alterações no protocolo, a qualidade das lâminas confeccionadas fossem ideais para a visualização e contagem das células. Outros fatores testados foram tempo de enraizamento e exposição à substância teste. Na tabela 3 estão as metodologias utilizadas e o protocolo final, utilizado neste estudo.

Tabela 3: Comparação entre os diferentes protocolos e o protocolo executado

Referência Metodologia	da	Tempo de exposição em água	Tempo de Exposição em substância teste	à	Fixador	Hidrólise	Corante
USP, 2010		48 horas	Protocolo apenas para aula prática, sem substância teste		Carnoy - 12 a 24 horas (Armazenamento em álcool 70%)	Hidrólise por aquecimento	Orceína acética a 2%
AIUB e F., 2011		72 horas	24 horas		Carnoy - 30 min a 24 horas	HCL 1M por 3 minutos	Aceto-carmin 2%
KRUGER, 2009		24 horas	48 horas		Carnoy - 6 horas	HCL 1M por 8 minutos	Orceína a 1% por 1 hora
Protocolo adaptado utilizado neste estudo		48 horas	48 horas		Sem fixador	Hidrólise por aquecimento	Orceína acética a 2%

Algumas lâminas apresentaram colorações diferentes devido as diferentes metodologias testadas em busca de uma melhor qualidade das mesmas. Foi utilizada a coloração com Orceína acética 2% e a coloração com kit Panótico, utilizado na rotina de laboratórios de hematologia. Ambos os corantes testados funcionaram, sendo que, a orceína a 2% permitiu uma visualização celular mais nítida por corar mais as estruturas nucleares. A não

utilização de hidrolizador e fixador específicos não prejudicou a qualidade das lâminas confeccionadas, não interferindo na visualização das estruturas celulares.

Análise descritiva da toxicidade em nível macroscópico por tempo de exposição, substância testada e diferentes concentrações de Flumioxazina

No ensaio 1, em 120 horas de exposição à substância teste, observou-se valor mediano das raízes da água com 8,5 mm (mínimo 7 e máximo 10mm), do BS com 4,5 (mín. 2 e máx. 7mm) e do herbicida com 7,7 mm (mín. 3 e máx. 10mm). No ensaio 2, em 48 horas de exposição à substância teste, foi observado valor mediano das raízes da água com 14,5 mm (mínimo 8 e máximo 23mm), do BS com 6,5 (mín. 5 e máx. 10mm) e do herbicida com 17,5 mm (mín. 12 e máx. 22mm). Na figura 4, os comprimentos das raízes estão apresentados.

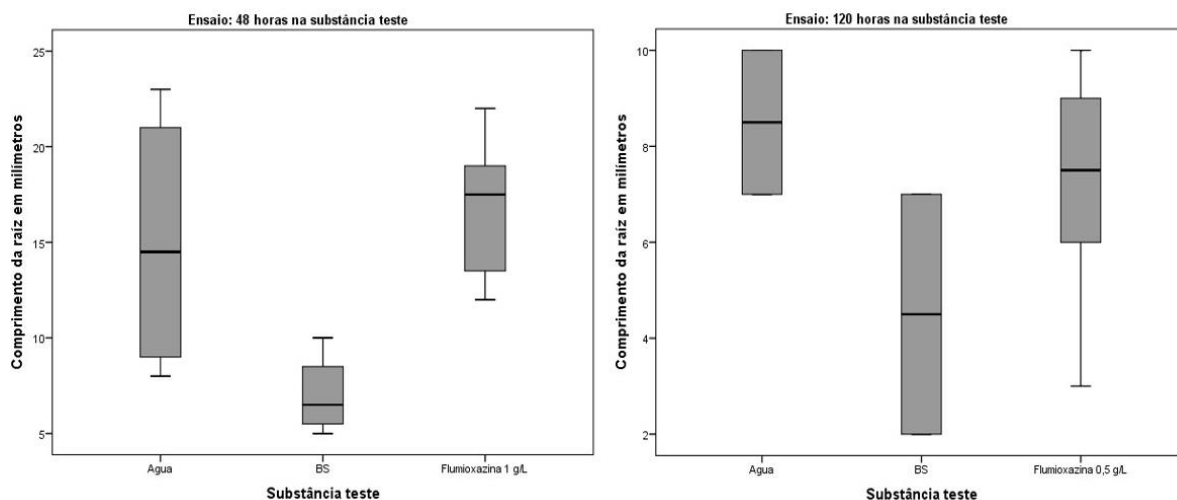
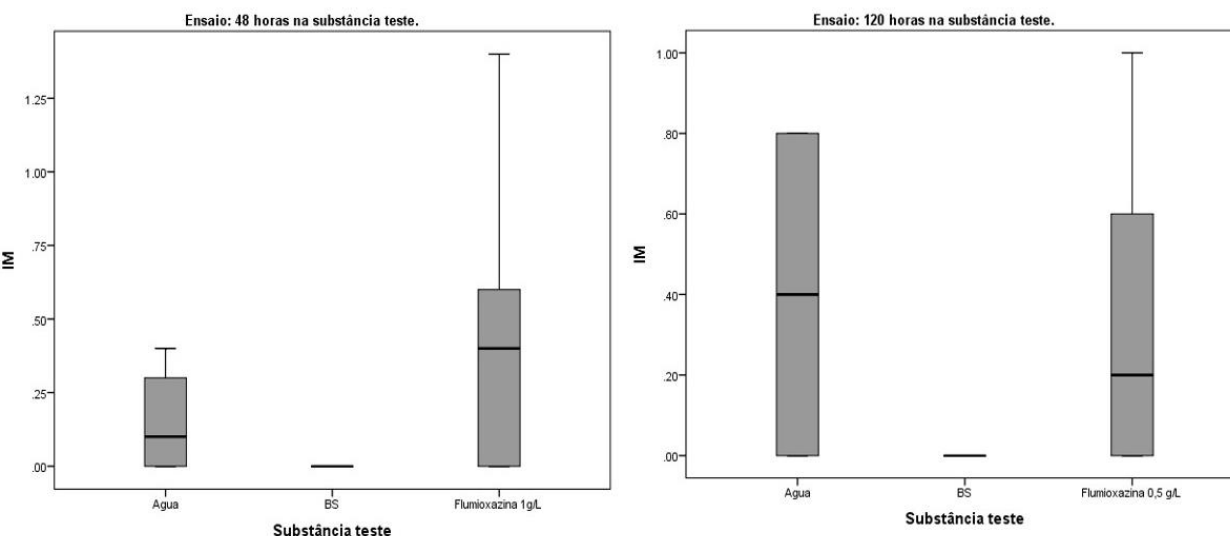


Figura 4: *Boxplots* com os comprimentos das raízes em milímetros entre as substâncias água, Flumioxazina e Benzoato de Sódio entre os ensaios 1 e 2.

Análise descritiva da toxicidade em nível microscópico por tempo de exposição, substância testada e diferentes concentrações de Flumioxazina

Ao se analisar o IM entre os ensaios, no ensaio 1, com maior tempo (120 horas) e menor concentração de 0,5ng/L observou-se valor mediano de IM da água com 0,4 (mínimo 0 e máximo 0,8), do herbicida com 0,2 (mín. 0 e máx. 1) e do BS não teve IM calculado, pois não foram encontradas células em divisão. No ensaio 2, com 48 horas de exposição, observou-se valor mediano de IM da água com 0,1 (mínimo 0 e máximo 0,4), do herbicida com 0,4 (mín. 0 e máx. 1,4) e do BS não teve IM calculado, pois não foram encontradas células em divisão. Os valores do índice mitótico estão expostos na figura 5.



Figuras 5: *Boxplots* com os valores dos índices mitóticos de cada grupo de substâncias testadas em cada ensaio.

Correlação entre o comprimento das raízes em cada ensaio e diferentes substâncias

Foi observada diferença estatisticamente significativa entre o comprimento das raízes dos ensaio 2 (substância teste de 48 horas e 1g/L de Flumioxazina) e as raízes dos controles ($p=0,001$). Não foi observada diferença estatisticamente significativa entre o tamanho das raízes cultivadas no ensaio 1 ($p=0,13$). Neste mesmo ensaio, com 120 horas de exposição não foi observada diferença estatisticamente significativa entre as raízes cultivadas no herbicida quando comparadas com as da água ($p=0,4$) e com as do BS ($p=0,07$). No ensaio 2, a substância teste com herbicida teve maior comprimento das raízes na concentração de 1g/L quando comparada com o BS, com aumento do tamanho em 6 vezes ($p<0,005$). Nestas condições do ensaio 2, pode-se sugerir que o herbicida não teve efeito citotóxico. Quando as raízes testadas com herbicida com Flumioxazina foram comparadas com as da água, não houve diferença estatisticamente significativa ($p=0,6$). O herbicida não apresentou efeito tóxico nas condições testadas, apesar de apresentar, com 120 horas de exposição a raízes menores que as do grupo controle negativo. E com 48 horas, as raízes foram maiores que as dos dois controles, porém, sem diferença estatisticamente significativa.

Correlação entre a citotoxicidade (microscópico) e as variáveis tempo de exposição e diferentes concentrações da substância teste

Ao se analisar os Índices Mitóticos de cada ensaio entre as substâncias testadas, no ensaio 1, foi observada diferença estatística significativa entre os valores de IM do herbicida e do BS, tendo o herbicida um IM maior de 3,6 vezes ($p=0,003$). Entre a água e o herbicida não houve diferença estatisticamente significativa do valor do IM ($p=0,7$). No ensaio 2, foi observada diferença estatisticamente significativa entre os valores de IM do herbicida e o BS, tendo o herbicida um IM maior 4,2 vezes ($p=0,001$). Entre a água e o herbicida não houve diferença estatisticamente significativa do valor do IM ($p=0,2$). Nos ensaios 1 e 2, os valores de IM entre a água e o BS não foram diferentes com $p=0,4$ e $p=0,2$, respectivamente. E isso sugere a ausência do efeito citotóxico do herbicida nas condições testadas, pois teve maior IM quando comparado ao BS, porém, IM semelhante ao da água. As correlações entre as concentrações de Flumioxazina não foram realizadas, pois o tempo de contato com a substância teste foi diferente (48 e 120 horas) entre os ensaios. Apesar da análise de alterações citogenéticas não ter sido realizada, foram observados micronúcleos nas lâminas com as raízes cultivadas com o herbicida tanto em 48 horas quanto com 120 horas.

DISCUSSÃO

O uso de herbicidas tem sido relacionado à contaminação da água e do solo, além de conter compostos prejudiciais à saúde humana (15). Herbicidas como o glifosato foram relacionados com alteração da glândula pineal (16), e indicados pela Agência Internacional de Pesquisa contra o Câncer (IARC) como potencialmente carcinogênico (17). O herbicida com flumioxazina é pertencente ao grupo das ciclohexenodicarboxiamidas, pré ou pós emergencial, destinado ao controle de plantas infestantes. Seu mecanismo de ação o classifica como um inibidor da Protox conforme o *Herbicide Resistance Action Committee*. Estas substâncias são capazes de inibir a enzima protoporfirinogênio oxidase (Protox), que atua na biossíntese de clorofila e catalisa a oxidação do protoporfirinogênio IX (PPGIX) a protoporfirina IX (PPIX). A inibição da PROTOX leva ao acúmulo de Protoporfirina IX, precursor inicial de clorofila absorvente de luz. A acumulação de PPGIX é transitória, transbordando na membrana de tilacóides e oxidando para forma de PPIX. O PPIX formado fora do seu ambiente nativo encontra-se separado das enzimas de via que previnem seu acúmulo como a quelatantina de Magnésio. A absorção de luz por PPIX produz o estado de tripleto PPIX que interage com o oxigênio do estado do solo para gerar a forma reativa do mesmo. O tripleto PPIX ou o oxigênio reativo podem abstrair hidrogênio a partir de lipídios insaturados, iniciando uma reação de peroxidação lipídica. Em seguida, lipídios e proteínas sofrem ataque oxidativo, gerando perda de clorofila e carotenoides permitindo que células e organelas celulares se desintegrem (18).

Conforme Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Clima Temperado, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ribeiro e colaboradores (2010), os herbicidas com Flumioxazina são bastante utilizados no Brasil no controle de ervas daninhas como a corda de viola, erva quente e caruru rasteiro, no cultivo de feijão, milho, cítricos, cebola e soja (19). Dalazen e colaboradores (20) relatam sobre o uso potencial de controle de alguns herbicidas sobre a buva e a seletividade sobre aveia e azevém. O herbicida com Flumioxazina já foi investigado em experimentos com *Avena sativa* e foram observados maiores efeitos fitotóxicos quando aplicado o dobro da dose indicada, assim como outros herbicidas testados, conforme este estudo. A Flumioxazina apresentou baixas taxas de fitointoxicação o que indica que o mesmo pode ser uma alternativa no controle de plantas daninhas latifoliadas nos períodos mais frios, pois herbicidas pertencentes ao grupo dos inibidores da enzima protoporfirinogênio oxidase apresentam raros relatos de resistência. Vicentini e colaboradores (6) descrevem a boa aceitabilidade do bioensaio com *Allium* para o estudo de efeitos de citotoxicidade de plantas medicinais, pois suas raízes ficam diretamente em contato com a substância analisada, o que permite a avaliá-la em concentrações distintas. Alterações cromossômicas e de divisão celular do meristema da raiz de cebola são fontes de alerta a população sobre o consumo do produto. O crescimento da cebola em sua fase inicial necessita de temperaturas elevadas e dias longos (21), o que pode ter influenciado no crescimento radicular dos grupos com tempos de exposição diferentes, com 48 horas e os de 120 horas, uma vez que a temperatura média

de quando os testes de 48 horas foram realizados foi de 26°C e os de 120 hrs, 24°C. O índice de replicação e o índice mitótico são importantes indicadores de proliferação adequada ou não das células, o que é demonstrado eficientemente pelo teste vegetal com *Allium cepa* (22). No presente estudo não pode-se afirmar a citotoxicidade do herbicida em relação ao índice mitótico, pois o mesmo não foi inibido em relação ao controle positivo. Chauan e colaboradores (23), por meio do estudo com células meristemáticas de *Allium cepa*, analisaram o potencial clastrogênico de pesticidas como o *Cypermethrim* e *Fenvalerate*, e os resultados obtidos pelo sistema teste de *Allium cepa* tiveram correlação positiva com o sistema teste de mamíferos, indicando o uso do sistema teste de *Allium cepa* como uma alternativa no monitoramento do potencial genotóxico de compostos químicos. Segundo Aiub e Felzenswalb (13), a diminuição do índice mitótico marca eventos ou lesões ocorridas principalmente durante o período G1, fazendo com que o ciclo celular demore mais tempo para se completar, pois tenta reparar danos do DNA e assim, apresenta menos células em divisão mitótica quando comparado ao grupo controle. Os agentes mutantes podem ser detectados, pela inibição do ciclo celular, interrupção em metáfases, indução de alterações cromossômicas e trocas entre cromátides irmãs (6, 24), porém, neste estudo as células com alterações citogenéticas não foram quantificadas. Itoyama e colaboradores (25) afirmam que altas concentrações de agentes químicos têm efeitos estimulatórios ou inibitórios no ciclo celular como apresentado em estudo para a cafeína por meio de *Drosophila prosaltans* e até mesmo em estudos com as células de *Allium cepa* como descreve Dias e Takashi (26). O uso de agrotóxicos indiscriminado e generalizado tem resultado em intoxicações de agricultores e de consumidores. A exposição contínua aumenta os riscos de intoxicação do próprio consumidor, animais e plantas seja através do contato direto, transporte ou na ingestão de alimentos contaminados com os mesmos (27). Poucos agricultores utilizam algum tipo de equipamento de proteção individual e em relação à compra não há orientação adequada no uso e manuseio. Tal situação se deve à falta de fiscalização, e conseqüentemente, a falta de aplicabilidade das multas e penalidades. O Brasil é líder mundial no consumo de insumos agrícolas, o uso tem deixado de ser um problema especificamente ligado à produção agrícola que se transforma em um problema com risco para a saúde (18). O herbicida com Flumioxazina não apresentou efeito de citotoxicidade pelo bioensaio *Allium cepa* na amostra investigada com as duas concentrações testadas, uma vez que, ao invés de inibido, o índice mitótico foi maior que o do Benzoato de Sódio. O herbicida testado com concentração de 0,5 g/L teve crescimento radicular menor em relação ao controle negativo água, o que sugere efeito de toxicidade do herbicida nestas condições, porém, uma amostra maior deve ser utilizada para confirmar este resultado. O crescimento radicular do herbicida foi maior em relação ao controle negativo água quando testado com 1 g/L, porém, não foi confirmado pela estatística. Vale ressaltar que apesar da ausência da citotoxicidade apontada pela análise do índice mitótico, não se pode excluir a hipótese da Flumioxazina ser um interferente no ciclo celular devido a observação de micronúcelos nas raízes testadas com o herbicida. Porém, para que seja investigada esta hipótese mais estudos devem ser realizados analisando a presença de alterações citogenéticas, análise não realizada neste estudo. Além disso, deve ser realizada a adaptação e aperfeiçoamento dos protocolos já existentes na literatura para o bioensaio *Allium cepa*, uma vez que o mesmo é um bioindicador fácil de ser executado, barato, eficaz e acessível para os discentes de cursos de graduação do Brasil. Assim, a tentativa de reduzir o tempo de realização deste teste sem perder a qualidade da ferramenta de investigação em questão é interessante nesta área, a qual está intimamente associada com o descontrole de proliferação celular.

REFERÊNCIAS

1. Düsman E, Berti AP, Soares LC, Pimenta Vicentini VE. PRINCIPAIS AGENTES MUTAGÊNICOS E CARCINOGENÉTICOS DE EXPOSIÇÃO HUMANA. 2012. 2012;7(2).
2. Nwani CD, Nagpure NS, Kumar R, Kushwaha B, Kumar P, Lakra WS. Mutagenic and genotoxic assessment of atrazine-based herbicide to freshwater fish *Channa punctatus* (Bloch) using micronucleus test and single cell gel electrophoresis. *Environ Toxicol Pharmacol*. 2011;31(2):314-22.
3. Cabrera GL, Rodriguez DM. Genotoxicity of soil from farmland irrigated with wastewater using three plant bioassays. *Mutat Res*. 1999;426(2):211-4.
4. Silva CR, Monteiro MR, Caldeira-de-Araújo A, Bezerra RJAC. Absence of mutagenic and citotoxic potentiality of senna (*Cassia angustifolia* Vahl.) evaluated by microbiological tests. *Revista Brasileira de Farmacognosia*. 2004;14:1-2.
5. Cuchiara CCB, Clarissa De Souza; Bobrowski, Vera Lucia Sistema teste de *Allium cepa* como bioindicador da citogenotoxicidade de cursos d'água. *Revista Tecnologia & Ciência Agropecuária*, 2012;6(1).
6. Vicentini VEP CM, Teixeira RO, Mantovani MS Averrhoa carambola L., *Syzygium cumini* (L.) Skeels and *Cissus sicyoides* L.: medicinal herbal tea effects on vegetal and test systems. *Acta Scientiarum* 2001;23:593-8.
7. Grisolia CK. Agrotóxicos: Mutações, Câncer e Reprodução. In: UNB, editor. Brasília2005.
8. Cocco P. On the rumors about the silent spring. Review of the scientific evidence linking occupational and environmental pesticide exposure to endocrine disruption health effects. *Cad Saude Publica*. 2002;18(2):379-402.
9. Prado MAG, H.T. Corantes artificiais em alimentos. *Alimentos e Nutrição* 2003;14(2):237-50.

10. Litchfield MH. Agricultural work related injury and ill-health and the economic cost. *Environ Sci Pollut Res Int.* 1999;6(3):175-82.
11. Silva JMd, Novato-Silva E, Faria HP, Pinheiro TMM. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência & Saúde Coletiva.* 2005;10:891-903.
12. Angelise Krüger R. Análise da Toxicidade e da Genotoxicidade de agrotóxicos utilizados na agricultura utilizando bioensaios com *Allium cepa* 2009.
13. Aiub ACFF, I. O uso de *Allium cepa* como modelo experimental para investigar genotoxicidade de substâncias usadas em conservantes alimentares. 2011;06:12-5.
14. Centro de Estudos do Genoma Humano C. Observação Mitose da Cebola Protocolo de Aulas Práticas.
15. Aranha RC. Potencial de toxicidade dos herbicidas glifosato e imazetapir em *Colossoma macropomum* (Pisces): Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA; 2013.
16. Seneff S, Swanson N, Li C. Aluminum and Glyphosate Can Synergistically Induce Pineal Gland Pathology: Connection to Gut Dysbiosis and Neurological Disease 2015. 42-70 p.
17. World Health Organization W. Evaluation of five organophosphate insecticides and herbicides. International Agency for Research on Cancer; 2015.
18. ABRASCO ABdSC. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde Rio de Janeiro. São Paulo: Expressão Popular; 2015.
19. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Clima Temperado E. 58ª Reunião Técnica Anual de Pesquisa de Milho 41ª Reunião Técnica Anual de Pesquisa de Sorgo; Pelotas, RS: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2013.
20. Dalazen G, Kruse, ND, Machado SLO. Herbicidas de uso potencial no controle de buva e sua seletividade sobre aveia e azevém *Revista Ciência Agronômica.* 2015;46(4).
21. Manfron PAG, Danton Camacho And Andriolo, Jerônimo Luiz ASPECTOS MORFO-FISIOLÓGICOS DA CEBOLA *Cienc Rural [online] [Internet].* 1992; 22(1):[101-8 pp.]. Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-84781992000100016>.
22. Gadano A, Gurni A, Lopez P, Ferraro G, Carballo M. In vitro genotoxic evaluation of the medicinal plant *Chenopodium ambrosioides* L. *J Ethnopharmacol.* 2002;81(1):11-6.
23. Chauhan LK, Chandra S, Saxena PN, Gupta SK. In vivo cytogenetic effects of a commercially formulated mixture of cypermethrin and quinalphos in mice. *Mutat Res.* 2005;587(1-2):120-5.
24. Silva J EB, Henriques In: Alcance, editor. *Genética toxicológica.* Porto Alegre 2003. p. 422.
25. Itoyama MM, Bicudo HEMdC, Cordeiro JA. Effects of caffeine on mitotic index in *Drosophila prosaltans* (Diptera). *Brazilian Journal of Genetics.* 1997;20.
26. Dias L, Takahashi, C. S. Cytogenetic evaluation of the effect of aqueous extracts of the medicinal plants *Alpinia nutans* Rosc (Zingiberaceae) and *Pogostemon heyneanus* Benth (Labiatae) on Wistar rats and *Allium cepa* Linn. (Liliaceae) root tip cells 1994. 175-80 p.
27. Mender EdN, Freire, J. E., Figueiredo, M. de F., Braga, T.E.P. O uso de agrotóxicos por agricultores no município de Tianguá-Ce. *Revista ACSA.* 2014;10(1):07 - 13

EPG 007

APRENDIZADO DE MÁQUINA APLICADO A ENZIMAS BACTERIANAS DEGRADADORAS DE COMPOSTOS XENOBIÓTICOS

Rodrigo Oliveira **Almeida**¹, (rodrigo.almeida@ifsudestemg.edu.br)

1. Doutor em Biotecnologia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Botucatu); Técnico administrativo em educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Muriaé.

RESUMO: Presentes em diversos efluentes industriais, como na indústria farmacêutica, fabricação de tintas, produção de fertilizantes, produção de polpa de papel e outras, os compostos xenobióticos apresentam grande problema à sociedade. Algumas bactérias possuem a habilidade de degradar alguns destes contaminantes, entretanto, estes compostos são tóxicos para a maioria dos organismos vivos. Em diferentes genomas do reino bactéria, algumas enzimas capazes de degradar compostos xenobióticos já foram identificadas e sequenciadas. Entretanto, dentro deste contexto, ainda há diversas bactérias que ainda não foram exploradas, há poucas anotações genômicas desta rota metabólica e baixa quantidade de enzimas validadas experimentalmente. De modo a auxiliar na prospecção de novas enzimas, anotação de genomas, e dar suporte a pesquisas em biologia sintética e engenharia metabólica, o presente trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de modelos de predição de enzimas degradadores de compostos xenobióticos, utilizando aprendizado de máquina. Um total de 113.595 sequências de proteínas do banco de dados Uniprot foram coletadas, referente a 7 espécies de bactérias. Os dados passaram por processos de filtragem e organização, com posterior construção dos conjuntos de dados de treinamento e teste, com diferentes abordagens de balanceamento de dados. Foi utilizado o algoritmo classificador svmPoly (aprendizado supervisionado, do tipo *Support Vector Machine*) e todo trabalho foi desenvolvido em linguagem de programação R. Melhores resultados foram obtidos utilizando o balanceamento de dados por *undersampling*, alcançando uma acurácia de 55%, F-measure de 50% e coeficiente de correlação de Matthews de 0,503. Este resultado mostra que o modelo preditivo gerado é capaz de classificar corretamente aproximadamente 50% das instâncias desconhecidas. Entretanto, se faz necessário melhorias para aumentar a performance preditiva do modelo, como utilização de outros algoritmos classificadores e diferentes abordagens para balanceamento de dados.

Palavras-chave: Bioinformática; enzimas; aprendizado de máquina.

Introdução

Grandes níveis de contaminação têm sido gerados pela intensa atividade da agroindústria nos últimos anos. Consequente, a preocupação com a disponibilidade de água potável se tornou cada vez mais crescente (LUPETTI et al., 2004). De forma a monitorar tal situação, os governos estipularam níveis e limites aceitáveis de poluentes, exigindo diversas análises com alta seletividade e sensibilidade, para quantificação e identificação de tais substâncias (SIMÕES et al., 2007). Nesse contexto, os efluentes das indústrias farmacêuticas, têxteis, processo de branqueamento da celulose, refinarias de petróleo e fabricação de insumos agrícolas ganham destaque por apresentarem diversos tipos de contaminantes (MOLDOVEANU e KAISER, 2007). Alguns microrganismos, como *Pseudomonas* (AVANZI et al., 2015) e *Penicillium* (SANTOS; LINARDI, 2004), podem atuar efetivamente na biodegradação de alguns compostos xenobióticos (WETLER-TONINI, 2011). Entretanto, pouco se tem explorado de bactérias capazes de realizar tal processo.

Com o avanço das áreas “ômicas” devido a melhorias de equipamentos e metodologias, quantidade massiva tem sido gerado, necessitando de um sistema eficiente para guardar, gerenciar e extrair informações relevantes destes dados (LARRANAGA et al., 2006). Sendo assim, além da criação de ferramentas para descrição dos dados biológicos, houve a necessidade de criação de modelos capazes de realizar predições de parte de um sistema (LEMKE et al., 2011). Aprendizado de máquina consiste em programar computadores para otimizar o critério de performance de extração de padrões (utilizando aprendizado supervisionado ou não supervisionado) usando dados de exemplo e informações prévias. Dessa forma, um modelo preditivo criado possibilita realizar experimentos relativamente rápidos (*in silico*), podendo sugerir experimentos específicos a serem executados em laboratório (FABRIS et al., 2017). O aprendizado de máquina vem sendo implementado para extração de padrões e informações nas mais diversas áreas biológicas, como biologia de sistemas (modelagem de redes genéticas, redes de sinais de transdução e de rotas metabólicas) (KANDOI et al., 2015),

proteômica (predição de estrutura e de função) (MALHIS et al., 2015), área farmacêutica (AZUAJE, 2016), melhoramento genético (HECKMANN et al., 2017), e outras.

Além do exposto, outro ponto relevante refere-se à anotações de genoma. Este processo se baseia na busca por similaridade de sequências em um determinado banco de dados, realizando assim a transferência de anotação (FRIEDBERG, 2006). Entretanto, alinhamentos de sequências com altas porcentagens de identidade pode não ser tão confiável para anotações funcionais e propagar erros de anotação (FRIEDBERG, 2006; POPTSOVA; GOGARTEN, 2010). Desse modo, a utilização de aprendizado de máquina sobre dados moleculares dos proteomas de bactérias degradadoras de compostos xenobióticos pode ser uma alternativa promissora, podendo gerar um modelo preditivo não baseado em similaridade de sequências, mas sim nas características relativas à estrutura primária da proteína, podendo ser utilizado na prospecção *in silico* de novas enzimas atuantes no processo de degradação de compostos xenobióticos, auxílio às pesquisas nas áreas de engenharia metabólica e biologia sintética, e ser utilizado no processo de anotação genômica.

Sendo assim, o presente trabalho focou na criação de modelo de predição de enzimas degradadoras de compostos xenobióticos, baseado em padrões relativos da sequência primária proteica, comparando diferentes abordagens de balanceamento de dados.

I- Materiais e métodos

Foram coletadas 113.595 sequências de proteínas do banco de dados Uniprot (arquivos em formato tab), pertencentes a 7 espécies de bactérias. Destas, 27 sequências fazem referência ao metabolismo de degradação de compostos xenobióticos. Baseado na anotação *EC number* (anotação referente à função enzimática), as sequências foram separadas em proteínas e enzimas (independente da função enzimática exercida). Em seguida, foram selecionadas somente as enzimas que continham alguma anotação sobre a rota metabólica de atuação. Destas, foram selecionadas as enzimas validadas experimentalmente. Sequências com alta similaridade (acima de 70%) foram removidas com uso do programa CD-Hit. Por último, foram selecionadas as sequências que utilizavam somente os 20 aminoácidos usuais, sendo agrupadas como sequências utilizáveis.

Após o procedimento de filtragem acima descrito, as sequências foram separadas de acordo com a anotação da rota metabólica. Enzimas atuantes na rota metabólica de xenobióticos foram rotuladas como instâncias positivas, enquanto enzimas que atuam em qualquer outro tipo de rota metabólica foram rotuladas como instâncias negativas, formando assim um banco de dados de classificação binária. Em seguida, foi utilizado a técnica *Conjoint Triad* para gerar 343 atributos referente a cada sequência, utilizando o R *package* *protr* (XIAO et al., 2015) com posterior normalização.

Deste conjunto de dados, 27 instâncias são positivas e 1.061 são negativas. De forma aleatória, foram selecionadas 10 instâncias positivas e 10 negativas para compor o conjunto de dados de teste B (dados balanceados). As instâncias restantes (17 positivas e 1.051 negativas) foram separadas em conjunto de treinamento e teste A (dados desbalanceados). Sendo o número de instâncias positivas muito menor que as instâncias negativas no conjunto de treinamento, foi aplicado neste conjunto de dados as técnicas de balanceamento *oversampling* e *undersampling*, com auxílio do R *package* *caret* (KUHN, 2008).

O aprendizado supervisionado foi realizado com a utilização do algoritmo *svmPoly* (utilizando *10-fold cross validation*) sobre os conjuntos de treinamento, de modo a gerar três diferentes modelos de predição a serem aplicados nos conjuntos de teste (A e B). As métricas acurácia, sensibilidade, especificidade, precisão, F1 (*F-measure*) e coeficiente de correlação de Matthews foram utilizadas para avaliar as performances preditivas de cada modelo.

II- Resultados e discussão

Dentre as 113.595 sequências iniciais, apenas 18.762 pertenciam a enzimas. Deste total, apenas 1.088 foram utilizadas, destacando a baixa quantidade de sequências validadas. A contribuição de cada espécie utilizada mostra-se diferenciada para a formação da base de dados (Tabela 1).

Tabela 1 Processo de filtragem aplicado para obtenção de sequências a comporem a base de dados.

Espécies	Total						
<i>Escherichia coli</i>	4.375	1.673	652	652	641	641	0
<i>Flavobacterium johnsoniae</i>	5.021	715	227	76	74	74	0
<i>Pseudomonas putida</i>	5.529	1.306	373	250	224	224	0
<i>Rhodococcus jostii</i>	9.092	1.992	327	112	110	110	4
<i>Pseudomonas sp</i>	6.119	883	362	6	6	6	6
<i>Burkholderia cepacia</i>	64.552	8.918	2.877	18	18	18	8
<i>Comamonas testosteroni</i>	18.907	3.275	992	19	15	15	9

Fonte: Dados do autor (2019).

As sequências selecionadas e devidamente identificadas (classe), formaram os conjuntos de treinamento, teste A e B. Utilizando o algoritmo svmPoly (aprendizado supervisionado), foram gerados os modelos Down-Training, Up-Training e Imbalanced-Training (utilizando os dados de treinamento balanceados via *undersampling*, por *oversampling* e sem balanceamento, respectivamente). Os três modelos foram aplicados, de forma independente, nos conjuntos de teste A e B, obtendo performances diferenciadas (Tabela 2-3).

Tabela 2 Performance preditiva dos modelos gerados aplicados sobre dois diferentes conjuntos de teste.

Algoritmo	Modelo	Teste						
Support Machine kernel)	Vector (Polynomial kernel)	Imbalanced Training	A	0.99	0	1	0.99	0
		Down Training	A	0.48	0	0.49	0.97	0

Up Training	A	0.99	0	1	0.99	0
Imbalanced Training	B	0.5	0	1	0.5	0
Down Training	B	0.55	0.5	0.6	0.55	0.5
Up Training	B	0.5	0	1	0.5	0

Fonte: Dados do autor (2019).

Tabela 3 Coeficiente de correlação de Matthews referente à performance preditiva dos modelos aplicados sobre os conjuntos de teste.

Algoritmo	Modelo	Teste A	Teste B
Support Vector Machine (Polynomial kernel)	Imbalanced Training	não aplicável	não aplicável
	Down Training	0,12	0,503
	Up Training	não aplicável	não aplicável

Fonte: Dados do autor (2019).

A forma mais acurada de obtenção de informações mais precisas é realizando testes enzimáticos (GODDARD; REYMOND, 2004). Todavia, estes experimentos são complexos e necessitam de atuação de pesquisadores altamente qualificados, levando assim a uma maior necessidade de atuação dos métodos computacionais (LI et al., 2018).

As diferentes espécies de bactérias contribuíram de forma diferenciada para a formação do banco de dados (enzimas validadas experimentalmente, com anotação de rota metabólica de atuação e ausência de amino ácidos especiais), destacando-se a espécie *Escherichia coli* com 58,9% do total dos dados utilizáveis. Tal resultado era de se esperar, sendo esta uma espécie modelo, amplamente estudada, com vários artigos publicados e com banco de dados genômicos próprios. As espécies *Comamonas testosteroni* e *Burkholderia cepacia* também se destacam, sendo espécies com genoma completo sequenciado e que com grande foco de estudo (WEISS et al., 2013; BELCAID et al., 2015; CHEN et al., 2016), contribuindo com a maior parte dos dados em relação às sequências de enzimas atuantes na rota de degradação de compostos xenobióticos (33,3 e 29,6%, respectivamente). Estas espécies são mais estudadas em diversos tipos de pesquisas, sendo frequentemente utilizadas como referência nas análises de similaridade, o que pode levar a problemas de transferência de anotação. De fato, Rost (2002) demonstra em seu trabalho que menos de 30% das sequências (de enzimas) com taxa de similaridade maior que 50% realmente compartilham a mesma função enzimática. Além disso, alinhamentos com altas porcentagens de identidade não garantem que as enzimas comparadas detêm a mesma funcionalidade (FRIEDBERG, 2006). E por último, anotações equivocadas podem se acumular e propagar para novos genomas sequenciados (POPTSOVA; GOGARTEN, 2010).

Dentre os modelos de predição criados, o melhor resultado foi obtido pelo modelo que utilizou o conjunto de treinamento balanceado via *undersampling* (Down-training), como pode ser observado pelos resultados das métricas F-measure, sensibilidade e coeficiente de correlação de Matthews (Tabela 3). A métrica coeficiente de correlação de Matthews é utilizada para mensurar a qualidade de classificações binárias, variando seus valores de -1 a +1, onde coeficientes mais próximos de +1 representam uma predição consistente, próximos de 0 representam predição randômica e próximos de -1 representam uma predição inconsistente (em desacordo). De fato, um dos grandes problemas enfrentados pelo aprendizado de máquina se deve ao desbalanceamento dos

dados a serem analisados, levando a modelos com baixa performance preditiva ou ainda levando ao *overfitting/underfitting* (LUO et al., 2019).

Outro fator determinante da performance preditiva dos modelos está ligado ao tipo de algoritmo classificador utilizado. Para distinguir propriedades específicas de duas ou mais classes funcionais, vários tipos de algoritmos de aprendizado de máquina têm sido utilizados, baseados em árvores de decisão, ANN (*Artificial Neural Network*), SVM (*Support Vector Machine*), redes Bayesianas, regressão logística, combinação de classificadores, entre outros (KANDOI et al., 2015). Neste trabalho, foi utilizado apenas um algoritmo (svmPoly), podendo assim não ser o classificador de melhor performance para este tipo de análise de dados.

III- Considerações finais

A realização de anotação de enzimas por similaridade enfrenta alguns obstáculos, principalmente devido à variação das funcionalidades (mesmo com alto grau de identidade) e sequências espécie-específica. Considerando apenas as características de padrões intrínsecos da estrutura primária de uma proteína, o aprendizado de máquina se mostra uma alternativa atraente. O modelo de predição gerado por este trabalho ainda se encontra em fase inicial e com performance preditiva abaixo do desejado. Sendo assim, para conseguir uma melhoria substancial nas performances preditivas, se faz necessário a utilização de outros algoritmos classificadores, assim como diferentes abordagens de balanceamento de dados.

Referências

- AVANZI, I.R.; GRACIOSO, L.H.; PERPETUO, E.A. Isolamento e identificação de bactéria degradadora de fenol da zona industrial de Cubatão - SP, através da técnica de amplificação do 16s. **Revista Ceciliansa**, v. 1, p. 66-70, 2009.
- AZUAJE, F. Computational models for predicting drug responses in cancer research. **Briefings in Bioinformatics**, v. 18, 820-829, 2017.
- BELCAID, M.; KANG, Y.; TUANYOK, A.; HOANG, T.T. Complete genome sequence of *Burkholderia cepacia* strain LO6. **Genome Announcements**, v. 3(3):e00587-15, 2015.
- CHEN, Y.-L.; WANG, C.-H.; YANG, F.-C.; ISMAIL, W.; WANG, P.-H.; SHIH, C.-J.; WU, Y.-C.; CHIANG, Y.-R. Identification of *Comamonas testosteroni* as an androgen degrader in sewage. **Scientific Reports**, v. 6, p. 35386, 2016.
- FABRIS, F., MAGALHÃES, J.P.F., ALEX, A. A review of supervised machine learning applied to ageing research. **Biogerontology**, v. 18, p. 171-188, 2017.
- FRIEDBERG, I. Automated protein function prediction - The genomic challenge. **Briefings in Bioinformatics**, v. 7, p. 225-242, 2006.
- GODDARD, J.P.; REYMOND, J.L. Enzyme assays for high-throughput screening. *Current Opinion Biotechnology*, v. 15, p. 314-322, 2004.
- HECKMANN, D., SCHLÜTER, U., WEBER, A.P.M. Machine Learning Techniques for Predicting Crop Photosynthetic Capacity from Leaf Reflectance Spectra. **Molecular Plant**, v. 10, p. 878-890, 2017.
- KANDOI, G., ACENCIO, M.L., LEMKE, N. Prediction of druggable proteins using machine learning and systems biology: A mini-review. **Frontiers in Physiology**, v. 6, p. 366, 2015.
- KUHN, M. Building Predictive Models in R Using the caret Package. **Journal of Statistical Software**, v. 28, p. 1-26, 2008.
- LARRAÑAGA, P., CALVO, B., SANTANA, R., BIELZA, C., GALDIANO, J., INZA, I., LOZANO, J.A., ARMAÑANZAS, R., SANTAFÉ, G., PÉREZ, A., ROBLES, V. Machine learning in bioinformatics. **Briefings in Bioinformatics**, v. 7, p. 86-112, 2006.
- LEMKE, N.; HERÉDIA, F.; BARCELLOS, C.K.; DOS REIS A.N.; MOMBACH, J.C.M. Essentiality and damage in metabolic networks. **Bioinformatics**, v. 20, p. 115-119, 2004.
- LI, Y.; WANG, S.; UMAROV, R.; XIE, B.; FAN, M.; LI, L.; GAO, X. DEEPre: sequence-based enzyme EC number prediction by deep learning. **Bioinformatics**, v. 34, p. 760-76, 2018.
- LUO, M.; WANG, K.; CAI, Z.; LIU, A.; LI, Y.; CHEANG, C.F. Using imbalanced triangle synthetic data for machine learning anomaly detection. **Computers, Materials and Continua**, v. 58, p. 15-26, 2019.
- LUPETTI, K. O.; ROCHA, F. R. R.; FATIBELLO-FILHO, O. An improved flow system for phenols determination exploiting multicommotation and long pathlength spectrophotometry. **Talanta**, v. 62, p. 463-467, 2004.

- MALHIS, N., WONG, E.T.C., NASSAR, R., GSPONER, J. Computational Identification of MoRFs in Protein Sequences Using Hierarchical Application of Bayes Rule. **PlosOne**, v. 10, p. 1-15, 2015.
- MOLDOVEANU, S.C.; KISER, M. Gas chromatography/mass spectrometry versus liquid chromatography/fluorescence detection in the analysis of phenols in mainstream cigarette smoke. **Journal of Chromatography**, v. 1141, p. 90-97, 2007.
- POPTSOVA, M.S., GOGARTEN, J.P. Using comparative genome analysis to identify problems in annotated microbial genomes. **Microbiology**, v.156, p.1909-1917, 2010.
- ROST, B. Enzyme function less conserved than anticipated. **Journal of Molecular Biology**, v. 318, p. 595-608, 2002.
- SANTOS, V. L.; LINARDI, V. R. Biodegradation of phenol by a filamentous fungi isolated from industrial effluents-identification and degradation potential. **Process Biochemistry**, v. 39, p. 1001-1006, 2004.
- SIMÕES, N. G.; CARDOSO, V. V.; FERREIRA, E.; BENOLIEL, J.; ALMEIDA, C. M. M. Experimental and statistical validation of SPME-GC-MS analysis of phenol and chlorophenols in raw and treated samples. **Chemosphere**, v. 68, p. 501-510, 2007.
- WEISS, M.; KESBERG, A.I.; LABUTTI, K.M.; PITLUCK, S.; BRUCE, D.; HAUSER, L.; COPELAND, A.; WOYKE, T.; LOWRY, S.; LUCAS, S.; LAND, M.; GOODWIN, L.; KJELLEBERG, S.; COOK, A.M.; BUHMANN, M.; THOMAS, T.; SCHLEHECK, D. Permanent draft genome sequence of *Comamonas testosteroni* KF-1. **Standards in Genomic Sciences**, v.8, p. 239-254, 2013.
- WETLER-TONINI, R. M. C. Biodegradação bacteriana de petróleo e seus derivados. **Revista Virtual de Química**, v. 3, p. 78-87, 2011.
- XIAO, N.; CAO, D.-S.; ZHU, M.-F.; XU, Q.-S. protr/ProtrWeb: R package and web server for generating various numerical representation schemes of protein sequences. **Bioinformatics**, v. 31, p. 1857-1859, 2015.

EPG 008

QUALIDADE MICROBIOLÓGICA DE SALGADOS COMERCIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES E MURIAÉ.

Fernanda Mara Fernandes

Professora Unifaminas – Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Larissa Gonçalves de Oliveira

Acadêmica do curso de Biomedicina/Unifaminas - Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Ana Livia Marzoque Oliveira

Acadêmica do curso de Biomedicina/Unifaminas - Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Isabela Aparecida Rezende Castro

Acadêmica do curso de Biomedicina/Unifaminas - Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Mayla Cardoso Fernandes Toffolo

Professora Unifaminas – Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Adriana de Freitas Soares

Professora Unifaminas – Centro Universitário – Unifaminas/Muriaé MG

Palavras- chaves: análise microbiológica; manipulação de alimentos; vigilância sanitária; contaminação de alimentos.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera as Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) uma grande preocupação de saúde pública global e estima que a cada ano, causem o adoecimento de uma a cada 10 pessoas e 33 milhões de anos de vida perdidos. Essas doenças podem ser fatais, principalmente em crianças menores de 5 anos. Nas Américas, as doenças diarreicas são responsáveis por 95% das DTA (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Em relação à microbiota natural dos alimentos, esta é extremamente variável, concentrada principalmente na região superficial. Entretanto as regiões internas e profundas dos alimentos podem apresentar formas microbianas com viabilidade. Em todas as etapas que levam à obtenção de produtos processados, os alimentos estão sujeitos a contaminação, que pode ser proveniente de manipulação inadequada, contato com equipamentos, superfícies e utensílios ou mesmo procedentes do próprio ambiente (ROITMAN et al, 1988).

A ocorrência de DTAs vem aumentando em nível mundial e são diversos os fatores que contribuem para a emergência dessas doenças, destacando o crescente aumento das populações, a existência de grupos populacionais vulneráveis ou mais expostos, o processo de urbanização desordenado e a necessidade de produção de alimentos em grande escala. O deficiente controle dos órgãos públicos e privados ofertados às populações pode contribuir para o aumento da ocorrência destas doenças, bem como a maior exposição das populações a alimentos destinados ao pronto consumo coletivo, consumo de alimentos em vias públicas, utilização de novas modalidades de produção, aumento no uso de aditivos e mudanças de hábitos alimentares, além das mudanças ambientais, globalização e até mesmo as facilidades de deslocamento da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

As bactérias são responsáveis por aproximadamente 90 % dos casos de tais doenças, sendo que as mais encontradas são: *Escherichia coli*, *Listeria monocytogenes*, *Salmonella sp.*, *Staphylococcus aureus* e *Yersinia enterocolitica* (RODRIGUES et al., 2003). A pesquisa de coliformes nos alimentos é utilizada como indicador das condições higiênico sanitárias do ambiente onde foi produzido e do manipulador do alimento. Sendo que a presença dos coliformes totais e dos termotolerantes em alimentos é um forte indício de que houve contato direto ou indireto com material fecal (MORGADO, 2007).

O grupo dos *Staphylococcus* são amplamente conhecidos e estudados devido à capacidade de produzir intoxicações alimentares que algumas espécies apresentam. Já as bactérias mesófilas, todas são causadoras de doenças transmitidas por alimentos. Assim, um número elevado desses microrganismos indica que ele oferece risco para quem o consome (FRANCO; LANDGRAF, 2002). Segundo o ICMS ((International Commission on Microbiological Specifications) o número de mesófilos encontrados em alimento tem sido um dos indicadores

microbiológicos da qualidade dos alimentos mais utilizados, indicando se a limpeza, desinfecção e o controle da temperatura durante os processos industriais, transporte e armazenamento foram realizados de forma adequada (SILVA, 2012).

Assim, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade microbiológica de coxinhas fritas comercializadas em bares do centro da cidade de Cataguases-MG e Muriaé-MG.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Coleta das amostras

As amostras foram coletadas no comércio dos municípios de Cataguases e Muriaé – MG de forma aleatória, sendo estas, coxinhas fritas com recheio de frango. Logo após a compra, aferiu-se a temperatura dos salgados no mesmo local, utilizando um termômetro a Laser da marca **Inconterm®**, em seguida as coxinhas foram embaladas em sacos de papel e foram armazenadas em caixa térmica.

2.2 Processamento das amostras

As coxinhas foram transportadas até o laboratório de microbiologia do Centro Universitário Faminas - Unifaminas em Muriaé-MG, onde foram submetidas aos testes de identificação de coliformes totais e fecais, bactérias mesófilas e de *Staphylococcus* sp.

2.3 Determinação Microbiana

Para detecção dos coliformes, utilizou-se o método do Número Mais Provável, em que 25g do recheio de frango das amostras foram pesados em balança analítica, diluídos em solução salina e posteriormente transferidos para meio de cultivo Caldo Lauril, 1 mL em cada uma das três diluições decimais (10^{-1} , 10^{-2} e 10^{-3}) e homogeneizadas. Depois de finalizado os repiques, os meios de cultura foram incubados em estufa a $35^{\circ}\text{C} \pm 2,5^{\circ}\text{C}$ por 48 horas.

Para identificação dos microrganismos termotolerantes, representados pela *E. coli*, os tubos positivos na análise anterior foram repicados para tubos de ensaio contendo caldo E.C. BROTH (*Escherichia coli*) e incubadas à 45°C por aproximadamente 48 horas, sendo considerado positivos os tubos com produção de gás.

Na identificação das bactérias Mesófilas e *Staphylococcus* sp., utilizou-se o método de Contagem por Plaqueamento, e transferiu-se alíquotas do alimento homogeneizado em solução salina (10^{-1} e 10^{-2}) nas diferentes diluições para placas de Petri com meios de cultura Ágar Nutriente, para mesófilas aeróbicas, e o meio Baird Parker, para *Staphylococcus* sp. As placas foram incubadas à 37°C por aproximadamente 48 horas, após o tempo de incubação realizou-se a quantificação das unidades formadoras de colônias (UFC) com auxílio de um contador de colônias. A metodologia do presente estudo baseou-se no estudo de Silva et al. (2010).

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram analisadas 5 coxinhas fritas de frango de locais distintos. A análise de temperatura verificada no momento da compra do salgado, são representados na Tabela 1 abaixo:

AMOSTRA	Temperatura
Salgado 1 Muriaé - MG	41,3°C
Salgado 2 Cataguases-MG	37,3°C
Salgado 3 Cataguases – MG	38,6°C
Salgado 4 Cataguases - MG	43,5°C
Salgado 5 Cataguases– MG	42,5°C

Tabela 1: Temperaturas das coxinhas fritas aferidas no momento da compra.

De acordo com a resolução da Anvisa (RDC nº 216 de de 15 de setembro de 2004) após serem submetidos à cocção, os alimentos preparados devem ser mantidos em condições de tempo e de temperatura que não favoreçam a multiplicação microbiana, devendo ser submetidos à temperatura superior a 60° C por, no máximo, 6 (seis) horas. Considerando a legislação, todas as cinco amostras avaliadas (100%) apresentaram-se inferior a temperatura recomendada, desta forma, estavam impróprias para o consumo, podendo assim trazer risco de proliferação bacteriana e DTAs.

A Tabela 2 apresenta os resultados das análises microbiológicas realizadas nas amostras de coxinhas.

Ágar Nutriente (Mesófilos)	Incontáveis UFC/g
Baird Parker (<i>Staphylococcus</i> sp.)	Incontáveis UFC/g
Caldo EC (Coliformes fecais)	60% das amostras positivas
Caldo Lauril (Coliformes totais)	100% das amostras positivas

Tabela 2: Resultados obtidos após crescimento microbiano.

Os resultados obtidos para coliformes totais demonstram que todas as 5 amostras (100%) foram positivas para este grupo de bactérias, uma vez que todas as amostras foram positivas. Através dos resultados obtidos no presente trabalho, observou-se que as coxinhas apresentaram níveis significativos de contaminação de acordo com o código de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde – Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária VNSVA- Portaria no 451 de 19/9/97, 100% das amostras apresentaram resultado positivo para coliformes totais e 60% das amostras apresentaram resultados positivos para coliformes fecais. O resultado é um forte indicativo que as coxinhas foram preparadas sob condições higiênicas insatisfatórias (BRASIL, 1998).

Além disso, outro fator que colabora para estes indicativos são os dados obtidos para Mesófilos e para *Staphylococcus*, uma vez que foram observadas incontáveis UFC/g para estes grupos de bactérias.

Entre as espécies bacterianas de destaque nos casos de intoxicações alimentares encontra-se o *S. aureus*. De acordo com Trabulsi et al., (2015) ingestão de toxinas superantigênicas de *S. aureus* pré-formadas em alimento em decorrência do crescimento bacteriano no alimento resulta no desencadeamento de uma síndrome chamada toxinfecção alimentar estafilocócica. Os sintomas de toxinfecção alimentar iniciam rapidamente após ingestão de toxina pré-formada e são caracterizados por náusea e emese, com ou sem o acompanhamento de diarreia.

Já a presença das bactérias do grupo dos coliformes, cujo habitat da maioria é o trato intestinal do ser humano e de outros animais homeotermos, é um forte indicativo de contaminação de origem ambiental e fecal do produto (MOTTA & BELMONT, 2000). E em relação à presença de mesofilos, não há valor padrão na legislação Federal, entretanto resultado encontrado para mesófilos nas amostras (incontáveis UFC/g) são altos e sua contagem tem sido utilizada como indicador de qualidade higiênica em plantas de processamento de alimentos, e quando presente em grande número indica falha durante a produção (CARDOSO et al., 2005).

4. CONCLUSÃO

Através do resultado do presente estudo observou-se a necessidade de um maior controle na manipulação durante o preparo e distribuição desses salgados, uma vez que a temperatura utilizada no processo de cozimento e fritura não foi suficiente para a eliminação de microrganismos potencialmente patogênicos.

As bactérias encontradas nas coxinhas podem causar diversos sintomas, entre eles: náuseas, vômitos, dores abdominais, diarreia, falta de apetite e febre. Desta forma, os resultados indicam a necessidade de treinamentos para os manipuladores de alimento objetivando assim uma melhoria no processo higiênico dos mesmos, uma vez que observou-se crescimento de incontáveis unidades formadoras de colônias para mesófilos, *Staphylococcus* sp. e presença de coliformes totais e fecais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. **Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.** (Fonte: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/RESOLU%25C3%2587%25C3%2583ORDC%2BN%2B216%2BDE%2B15%2BDE%2BSETEMBRO%2BDE%2B2004.pdf/23701496-925d-4d4d-99aa-9d479b316c4b>).

BRASIL. Ministério da Agricultura. Portaria no 451 de 19 de setembro de 1997. Regulamento técnico - **Princípios gerais para o estabelecimento de critérios e padrões microbiológicos para alimentos.** Diário Oficial da União, Brasília, 2/7/98, p.4-13, 1998.

CARDOSO ALSP, CASTRO AGM, TESSARI ENC, BALDASSI L, PINHEIRO ES. **Pesquisa de *Salmonella* spp. coliformes totais, coliformes fecais, mesófilos, em carcaças e cortes de frango.** Higiene Alimentar. 19(128): 144-50, 2005.

FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. **Microbiologia dos alimentos.** São Paulo: Atheneu, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos. 2010.** (Fonte: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf) Acesso: 21 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Doenças transmitidas por alimentos: causas, sintomas, tratamento e prevenção. (Fonte: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/doencas-transmitidas-por-alimentos>) Acesso: 21 de agosto de 2019.

MORGANO, A.S.J. **Validação de limites críticos do plano HACCP e avaliação de risco microbiológico num estabelecimento de restauração** [Dissertação]. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Farmácia, 2007.

MOTTA, M.R.A. & BELMONT, M.A. **Avaliação microbiológica de amostras de carne moída comercializada em supermercados da região Oeste de São Paulo.** Higiene Alimentar, v.11, n.78/79, p.59-62, 2000.

RODRIGUES, K.L., GOMES, J.P., CONCEIÇÃO, R.C.S., BROD, C.S., CARVALHAL, J.R., ALEIXO, J.A.G. **Condições higiênicas sanitárias no comércio ambulante de alimentos em Pelotas-RS.** Cienc. Tecnol. Aliment.; 23(3):447-452, 2003.

ROITMAN I, TRAVASSOS LR, AZEVEDO JL. **Tratado de Microbiologia.** Volume 1. São Paulo: Manole, 1988.

SILVA, M. C. **Avaliação da qualidade microbiológica de alimentos com a utilização de metodologias convencionais e do sistema SimPlate.** São Paulo. Dissertação (Mestrado)-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, N. et al. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água.** 2. ed. São Paulo: Varela, 2010.

TRABULSI, L. R., et al. **Microbiologia** / editores. 6. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

EPG 009

JORGE STREET E O DIREITO SOCIAL TRABALHISTA NA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Arthur Bastos Rodrigues (arthurbr_1@hotmail.com)

: docente UNIFAMINAS-Muriaé/MG, Curso de Direito, doutorando PPGSD/UFF.

Palavras-chave: direito social-trabalhista; Jorge Street; ideologia

I - Introdução:

A gênese do particular capitalismo brasileiro se nos anos vinte e trinta e, nesse período, o direito social trabalhista (“questão social”) parece exercer uma função de protagonismo como mediação social. Com o papel de “incorporar” as classes trabalhadoras e “domesticá-las” à forma social capitalista, “alavancando generalizações” de padrões, como a propriedade privada, o contrato e a relação de trabalho e emprego.

Desta forma, a legislação social - trabalhista e previdenciária - passaria a ser vista como mediação ideológica para a estabilidade política e também para o crescimento econômico, particularmente industrial no país. Deixando a perspectiva de ser um ataque ruralista contra a burguesia industrial, o direito social é visto como “arma de defesa e promoção dos seus próprios interesses” industriais. Alguns industriais passam a adotar essa posição e discurso participando diretamente das medidas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a partir de então.

Neste trabalho, analisamos algumas palestras e textos escritos pelo industrial de “vanguarda” à época Jorge Street. Busca-se identificar a função ideológica do direito social trabalhista na formação social do Brasil através das articulações do industrial Jorge Street, através de pesquisa teórico-bibliográfica em textos históricos e historiográficos de recorte crítico-ontológico, buscando uma análise das especificidades do objeto pertencentes a uma totalidade social.

II - Jorge Street e o direito social-trabalhista:

Particularmente no pós trinta, a “questão social” – o “problema do trabalho” – ganha centralidade no debate político. Não se pode afirmar entretanto que não haviam leis sociais nos governos anteriores a trinta, nem que a “questão social” surge com a Revolução de 30 ou mesmo com o Estado-Novo. Mas foi nesse momento que as principais leis e discursos em torno da questão do conflito capital-trabalho passaram a reconhecer expressamente a classe proletária e o Estado como tomador de políticas públicas.

A especificidade das ideologias, como o direito, no filósofo húngaro G. Lukács, apontam para um processo de especificação entre elas. Elemento que dá forma à complexificação das relações sociais é o da *heterogeneidade* das mediações sociais, traduzido em cada vez maiores especificações e diferenciações entre si, realçando uma função ativa (LUKÁCS, 2012, p. 269). As ideologias como mediações são compreendidas como o *momento ideal* voltadas para a prática social na sua gênese histórica e função ideológica com “duração e eficácia de elos, remodelagens e efeitos” (cf. Vaisman, 2010).

As especificidades do direito estão, pois, no fato do fenômeno jurídico elaborar suas formulações através de uma “linha de normatização generalizadora”, assimilando e tomando a realidade social pelas abstrações de uma lógica interna - *jurídica*, mas, por outro lado, heterogênea em relação à economia. (VAISMAN, 2010, p. 53).

Paço Cunha (cf. 2017), nesse sentido, em estudo sobre direito e a via-colonial brasileira, aponta a hipótese do *protagonismo* do direito como um traço estrutural da formação do capitalismo no Brasil, particularmente do direito social e penal. Com Marx, aponta o autor que a regulação da jornada de trabalho no período com a padronização e redução das horas, criou as condições para a generalização da “produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria”, sendo uma função do direito ser “alavanca de generalização” do mais-valor relativo.

A partir da historiografia sobre a formação social do Brasil, Paço Cunha (2017, p. 16) conclui que “enquanto no plano político, fechado às massas, se desdobrava o processo da conciliação entre as classes dominantes, o território jurídico foi mais intensamente o meio de integração da classe operária ao processo de objetivação do capitalismo no Brasil.” Sobre a eficácia e duração do direito como ideologia seu efeito seria de engendrar profunda modificação nos padrões de acumulação a partir de 1930 (*ibidem*). De forma que “Alimenta a forja de um proletariado regulado por uma legislação específica, que reconhece direitos e enfraquece a capacidade de organização, ao passo que fixa e generaliza os parâmetros para a apropriação do mais-trabalho” (*ibid.* p. 17-18)

Já Angela Gomes (2014, p. 253), sobre a funcionalidade do direito social no pós-trinta, afirma que “fica ressaltada a importância da nova política social como um instrumento de eficácia ideológica, mas principalmente, de valor como força repressora à orientação de esquerda do sindicalismo independente”. Assim, no pós trinta, o papel da legislação social, além de político, representa imediatamente uma função econômica ao estimular o avanço da industrialização.

As pesquisas de Angela Gomes são centrais no debate da burguesia e da legislação social trabalhista nos Governos Vargas. No livro *Burguesia e Trabalho*, ela defende em sede de conclusão (2014, p. 356-357) que a legislação trabalhista é fruto da luta dos trabalhadores que se inicia no período anterior a trinta e que não houve uma “outorga” nem uma inovação absoluta por parte do Estado Novo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por exemplo. Isso porque, existiam leis e disputas anteriores a trinta. A historiadora aponta, entretanto, que a burguesia exerceu na maioria das vezes “poder de veto” para adiar e limitar as conquistas e a amplitude dos direitos sociais trabalhistas.

Desse modo, a ação da burguesia organizada variava entre uma concessão de “boa vontade”, uma resistência com limitações e outras vezes, inclusive, a sua derrota no embate de forças, como no caso da Lei de Férias. Fica realçado o caráter de poder de veto da burguesia para adiar e limitar a progressividade da regulação junto ao governo.

Na sua segunda conclusão, entretanto a autora afirma que nos direitos sindicais, a atuação da burguesia foi mais rigorosa devido à importância do controle e da possibilidade de emoldurar o poder de luta dos trabalhadores nas formas corporativas do sindicato. Portanto, se houve um “poder de veto” nos direitos sociais, nos direitos sindicais houve um direcionamento mais estratégico.⁷

Desta forma, a legislação social - trabalhista e previdenciária - passaria a ser vista como mediação ideológica para a estabilidade política e também para o crescimento econômico, particularmente industrial no país. Deixando a perspectiva de ser um ataque ruralista contra a burguesia industrial, o direito social é visto como “arma de defesa e promoção dos seus próprios interesses” industriais (*ibidem*). Alguns industriais passam a adotar essa posição e discurso participando diretamente das medidas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a partir de então.

O industrial Jorge Street, talvez seja pela sua ambiguidade⁸, seja o mais característico representante da classe burguesa industrial, um “homem do seu tempo”, tanto nos debates de política econômica protecionista, quanto no debate social.

Desde o início do século XX sua “vanguarda” entre os industriais se destacava na questão social de defesa do direito social-trabalhista. Já em 1917-19, empreendeu a construção da primeira vila operária em São Paulo com casas “higiênicas” para os operários (*ibid.*, p. 23).

Ainda em 1919, na revista *A Razão* dizia que “O direito de reunião e o direito de greve são tão incontestáveis que não admitem discussão (...) e que o direito de greve pacífica é reconhecido pelas leis” (*apud* TEIXEIRA, 1990, p.33).

O capital mercantil, em torno do café, no giro importação-exportação e comércio interno, era fonte importante de investimento industrial. A importação não constituía obstáculo direto aos interesses industriais à época. Foram os negócios de importação de tecidos a fonte originária do capital industrial de Street (TEIXEIRA, 1990, p. 17), de forma que “as possibilidades manufatureiras surgiram na esteira da economia exportadora” e “o mercado consumidor de manufaturados ligava-se à dinâmica da economia cafeeira e à ascensão da nova burguesia” (*ibid.*, p. 18). No caso do setor têxtil, por exemplo, o desempenho das exportações – café, algodão, açúcar, fumo e cacau – gerava aumento da demanda por ensacamento, enfardamento, vestuário e cobertores para as classes trabalhadoras.

Apesar do parque industrial paulista ser maior, as associações de industriais, como o Centro Industrial do Brasil (CIB) e a Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ) mantinham-se no Rio de Janeiro por conta

⁷ “O objetivo maior da política social do pós trinta expressava-se na desmobilização e controle do movimento operário assegurados pela implementação do direito sindical de formato corporativo (...) (GOMES, 2014, 357).

⁸ Street era chamado por seus pares de “poeta da indústria” e “socialista utópico” e pelos jornais operários de “burguês hipócrita”. O jurista Evaristo de Moraes Filho na obra por ele organizada *Ideias Sociais de Jorge Street* o trata como “o bom patrão” (cf. MORAES FILHO, 1980).

da proximidade com o poder político, demonstrando as relações entre burguesia industrial e Estado ainda nos primeiros anos do século XX. Jorge Street tinha claramente aspirações políticas (*ibid.*, p. 21).

Street desempenhou muitos cargos de presidência e diretoria nas principais associações classistas da indústria à época. Estas declaravam, como nas atas do CIB, que “diante da nova mentalidade proletária” é necessário demonstrar a força da união da “classe toda dos patrões, feita num bloco sem falhas, e daí a sensação de força irreprimível que dele premana.” (*ibid.*, p. 48).

Em 1931, na gestão de Lindolpho Collor no recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Street é nomeado diretor geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, órgão do referido Ministério. Neste período, o ministério passa por uma série de estudos sobre a realidade dos operários e criam vários projetos de lei⁹. Ainda que a maioria só tenha sido efetivada nas gestões seguintes a de Collor (TEIXEIRA, 1990, p. 157), duas leis foram aprovadas no período: a de Sindicalização e a de Nacionalização do Trabalho.

Em 1935, Jorge Street, então diretor do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, pronunciou uma conferência no Instituto de Engenharia, onde se propôs a palestrar sobre a legislação social trabalhista, produzindo documento importante para compreender a função ideológica do direito em Street, seu “vanguardismo” e a posição diversa entre os empresários.

A narrativa busca sensibilizar os empresários quanto a necessidade humana das leis, uma “necessidade hoje inelutável”, em busca de “paz material”, “justiça social”, “pacificação dos espíritos”, “bem-estar físico, moral e intelectual dos assalariados” e “ato de fé e esperança”, afirmando ainda que a questão social já é um consenso entre as nações do mundo no pós primeira guerra, em referência ao Tratado de Versalhes e a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919. De forma que o trabalho “não deva ser considerado como uma mercadoria” (MORAES FILHO, 1980, p. 422). Essa é uma referência direta ao primeiro princípio da OIT, “trabalho não é mercadoria”, o que já aponta a *heterogeneidade* do direito como ideologia em relação à realidade de exploração da força de trabalho, ao certo, utilizada como mercadoria na extração de mais-valor.

Na conferência, o industrial segue afirmando que o argumento econômico não deve contrariar o argumento social, pois a força da ideia de justiça “hoje foi vencedora em toda a parte” e que “Negar a existência de uma questão social no Brasil foi um erro” (*ibid.*, p. 424), pois o problema existia. “(...) incontestavelmente abusos e injustiças contra crianças, mulheres e mesmo operários homens, no que diz respeito à idade de admissão, do horário e do salário, principalmente, (...) sabeis que falo por experiência própria” (*ibid.*, p. 425)¹⁰.

Street afirma, demonstrando a relação entre os anos trinta e a função do direito social, que esse foi o “compromisso de honra” que a “Revolução de 30” assumiu durante o Governo Provisório e com a “força tumultuária e irresistível, pelas reivindicações das massas trabalhistas (...) essas ideias não param mais, até se tornarem realidade” (*ibid.*, p. 424).

Discorre ainda, sobre a “necessidade da sindicalização” (*ibid.*, p. 428), realçando a funcionalidade da regularização sindical e a preocupação com as diversas greves. Para isso, indispensável também o papel de um elemento indispensável, a saber, o Estado:

interdependência, que torna estéril o capital sem o braço (...) [surge] Daí a necessidade de órgãos, que estabelecessem o equilíbrio de recíprocos deveres e direitos (...) só atingível pelas uniões de classes, em cuja direção fossem colocadas as elites de boa-fé, fiscalizadas por sua vez pelas massas constituídas pelos membros dessas associações, que na nossa legislação são os sindicatos (*ibidem*)

Assim, ante a necessidade de um terceiro elemento coordenador com força de intervenção, este papel só poderia ser assumido pelo governo, buscando a “realização jurídica e econômica da colaboração de classes” e “equilíbrio de interesses divergentes ou opostos”, tomando o sindicato “uma instituição de defesa de direitos, mas que também deve regular deveres.” (*ibid.*, p. 429).

⁹ Entre esses projetos se destacam: horário de trabalho; regulamentação do trabalho feminino e do menos; convenções coletivas de Trabalho, Juntas de Conciliação, Julgamento e Salário Mínimo. (TEIXEIRA, 1990, p. 157).

¹⁰ Street “confessa”: “Confesso que trabalhei com crianças de 10 ou 12 anos e talvez menos, porque nesses casos os próprios pais enganam. O horário normal era de 10 horas e quando necessário de 11 ou 12. O que vos dizer das mulheres grávidas que trabalhavam até a véspera, que vos digo? Até quase a hora de nascer o filho?” (MORAIS FILHO, p. 1980, p. 425).

O industrial não “confessa”, entretanto, que o Estado, através dos operadores da burocracia jurídica, sendo o “terceiro elemento coordenador”, é constituído pelos interesses e por membros da burguesia industrial e comercial e não pelos interesses e membros da classe trabalhadora.

Além disso, apesar da crítica “romântica”, ele deixa clara a função da sindicalização de dissipar o “risco” de radicalização e agitação “tirânica e perturbadora” das organizações coletivas do trabalho. Assim, apesar de defender greves “justas e pacíficas” como um direito, o sindicato seria um meio de organização capaz de controlar o número de greves, ou seja, em verdade, caberia ao sindicato o papel regulador de greves e desmobilizador da classe proletária (*ibid.*, p. 430).

O industrial, como membro dos Departamentos de Trabalho, tanto em nível federal, no ministério de Lindolpho Collor, quanto em nível estadual em São Paulo, cumpriu papel de legislador e aproximou-se da lógica interna do direito, na conferência de 1935 ele trata dos direitos como “princípios”, na lógica da OIT, argumentando no sentido “não só humanitário como jurídico, pois é bem sabido que a boa hermenêutica interpretativa das leis não se apega só à letra, e olha mais para o espírito” (*ibid.*, p. 436). Além disso, cita como defesa do princípio “em favor do empregado” a “abundante jurisprudência estrangeira (...) a alemã, a francesa e mesmo a italiana” (*ibid.*, p. 444).

III - Considerações Finais

Buscou-se, nesse sentido, as funções ideológicas do direito social para compreender de forma mais concreta as remodelagens dos elos sociais no momento histórico. De forma exemplificativa, trouxemos algumas declarações do industrial Jorge Street e se iluminaram algumas funções ativas (“alavanca de generalização”) do direito social particularmente do sindical, tais quais: gerenciamento da pobreza, “domesticação” (desmobilização e desorganização) da classe trabalhadora, regulação de greves, impermeabilização da política, “freio racional”, extração de mais-valor relativo e “apologia indireta ao capitalismo”.

Referências Bibliográficas:

- CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. 2. ed. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. 2 ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.
- _____. **A invenção do trabalhismo**. 3ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. vol. 1. São Paulo, Boitempo. 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **O Capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **As idéias sociais de Jorge Street**. Introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados. Coleção “Ação e Pensamento da República”. nº 4. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa - MEC, 1980.
- PAÇO CUNHA, Elcemir. **Direito e Via-Colonial**.. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo. 2017.
- TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho**: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VAISMAN, Ester. **Ideologia e sua determinação ontológica**. Verinotio, Belo Horizonte, n. 12, 2010.

ÁREAS DE CONHECIMENTO CNPQ: 6.01.00.00-1 – Direito / 7.05.00.00-2 - História

EPG 010

AS PERMANÊNCIAS DO CARÁTER SIMBÓLICO NO PENSAMENTO E LITERATURA DO BAIXO MEDIEVO PORTUGUÊS

Jonathan Mendes Gomes¹¹

RESUMO:

O trabalho consiste na análise do caráter simbólico expresso pelo pensamento medieval no que tange à apreensão da natureza e seus elementos, usando como exemplo a literatura portuguesa do baixo medievo. Utiliza-se como fonte primária um conjunto de obras literárias portuguesas enquadradas sob o nome de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis. A partir da análise do material selecionado das mesmas orienta-se, inicialmente, por uma reflexão acerca do desenvolvimento da especulação filosófica como expressão predominante no pensamento medieval até o início da Baixa idade Média. Discute também as principais expressões desse pensamento na literatura medieval, considerando a difusão dos bestiários, cujo tratamento aos elementos animais da natureza perpassava por um viés efabulador coberto de simbolismos. Por fim, apresenta a valorização que o pensamento medieval deu à transmissão de saberes através de uma série de interpretações simbólicas desses elementos da natureza, cujo alcance se dava prioritariamente a partir de procedimentos contemplativos. O trabalho se baseia metodologicamente em análise do discurso, selecionando trechos das obras contendo palavras e expressões cujo desvelar do valor semântico serviu para compreensão das temáticas elencadas.

Palavras-Chave: Literatura Medieval. Simbolismo. Animais. Especulação Filosófica.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, associado à História Cultural e das Mentalidades, direciona-se a uma análise sobre o caráter fortemente simbólico expresso pelo pensamento medieval no que tange a sua apreensão do mundo, e consequentemente da natureza e seus elementos, usando como exemplo a literatura e a sociedade portuguesa do baixo medievo.

Trata-se de compreender como o acesso ao conhecimento pelo homem medieval, a partir de elementos da natureza, privilegiou, durante considerável período de tempo, uma postura de viés contemplativo e de especulação filosófica, culminando com a transmissão de saberes através de uma série de interpretações simbólicas desses elementos.

O material utilizado para a análise qualitativa e histórica consiste em uma obra literária do baixo medievo português chamada *Uma versão portuguesa da história natural das aves do século XIV*, escrita por um autor desconhecido, do qual só se sabe o nome do irmão, fr. Ramiro, quem lhe pediu para que redigisse o referido tratado sobre as aves. Escrito visando tanto atender ao desenfado quanto à sabedoria dos leitores, assim como outros bestiários do período, esta fonte descreve a natureza e propriedades de diferentes aves, acrescentando analogias entre o comportamento das aves e os costumes dos homens. Como era de costume na época, as descrições de cunho mais científico se misturam com as fantasiosas, bem como com considerações sagradas. Dentre os animais descritos estão a pomba, o açor, a tortor, o galo, a ema, a andorinha, a cegonha, o pássaro, o pardal, o noitibó, o pavão e a águia.

Com base nesse contexto, e na fonte selecionada, objetivou-se demonstrar aqui também, o surgimento e difusão de uma vasta literatura, no qual estão incluídos os bestiários (assim como herbários, lapidários e fabulários), com forte caráter pedagógico, e que se tornaram importantes instrumentos de transmissão o saber através das interpretações simbólicas, analogias e metáforas.

A criação da literatura de caráter efabulador deve ser analisada como componente importante da prosa

¹¹ Doutor em História Social pela UFF. Professor do curso de Licenciatura em História da UEMG – Unidade Carangola. Contato: jonathanmdna@gmail.com.

moralística, devido seu forte conteúdo normativo. Assim, age como fonte veiculadora de um código de condutas nesta sociedade, destacando o novo papel pedagógico, como disciplinadoras da mesma.

Ou seja, a proposta de estudar essa literatura como veículo de disseminação de valores e ideias que compõem o pensamento medieval, torna necessário analisar o texto não apenas como um produto isolado que fala por si, mas como um produto entre enunciador e enunciatário, em que aquele se propõe como tradutor de símbolos compartilhados entre ambas as partes, sendo responsável por transmitir o papel que escolheu a cada um.

Famarion e Vainfas (1997) refletem em *Domínios da História*, que o pressuposto essencial das metodologias aplicadas aos discursos é não aceitá-los como algo transparente, e sempre entendê-los relacionados ao social. Análises prévias de algumas fontes primárias demonstram a possibilidade de se trabalhar sob a perspectiva proposta, procedendo com a seleção de extratos dos textos literários que contem expressões e palavras, relacionadas a chaves de leitura que permitem perceber os campos semânticos por onde o discurso expressa sentido.

2 ESPECULAÇÃO FILOSÓFICA A PARTIR DA NATUREZA.

Primeiramente, deve-se atentar, no que diz respeito à proposta deste trabalho, para dois elementos predominantes na mentalidade medieval: a permanência, pelo menos desde o século XII, de uma rica metáfora que representava a natureza, perfeitamente ordenada e simétrica, como grande livro escrito por Deus, de onde se retirava os ensinamentos advindos deste; e a percepção do mundo terrestre como reflexo de outro mundo, transcendental e além, encontrando-se a natureza como mediadora do contato entre ambos.

A junção dessas duas ideias referentes ao lugar da natureza na sociedade medieval obteve como resultado “a concepção do mundo natural como fonte hieroglífica, verdadeiramente inesgotável, da manifestação, nos seres da natureza, dos auspícios revelatórios da sabedoria divina” (FONSECA, 2004, p. 163 apud WHITE, 1984, p. 244). Isto vem a significar que, todos os elementos pertencentes à natureza, instrumento de apreensão de conhecimentos, foram encarados como enigmas a serem interpretados com o auxílio de mecanismos exegéticos, a fim de favorecer o desenvolvimento espiritual do homem.

Dessa forma, a sociedade medieval caracterizou-se por se compor de um forte conteúdo simbólico (PASTOUREAU, 2006, p. 24), o qual fluía através da consciência de que o uso de metáforas, analogias ou alegorias eram mais apropriados a transmitir estes conhecimentos sobrecarregados de significados ocultos. Ao mesmo tempo, a postura contemplativa ganhara vigor como mecanismo de extração desses saberes, por ir ao encontro dos métodos propostos e valorizados pela especulação filosófica. Tudo isto se comprova pela antiga e constante produção e divulgação de fabulários, bestiários, parábolas e *exempla*, cuja leitura considerava-se mais agradável e acessível.

Utilizar-se-á como um dos inúmeros exemplos desta literatura citada acima, e produzida durante a Idade Média, a obra *Uma versão portuguesa da história natural das aves do século XIV*, um bestiário português de autoria anônima. Trata-se de estabelecer as características deste conjunto literário, especialmente no que concerne ao estudo de elementos da natureza sob a lente da contemplação filosófica e do simbólico, cujas interpretações utilizavam-se de recursos exegéticos, de domínio exclusivo dos poucos que os estudaram, notadamente os padres da Igreja.

3 OS BESTIÁRIOS E O CARÁTER EFABULADOR.

De fato, parte da sociedade medieval preocupou-se consideravelmente em difundir conhecimentos relativos à natureza através da produção de compêndios cujo caráter enciclopédico se manifesta por conterem um variado conjunto de informações e ensinamentos, seja sobre o mundo animal, seja sobre o vegetal e o mineral. Dentre as obras escritas mais populares abordando esses estudos encontravam-se os bestiários, latinos e vernaculares, os quais desenvolveram-se de forma gradualmente crescente ao longo do medievo, com adições e ilustrações, mas reproduzindo fielmente os conteúdos de seu protótipo matricial, o *Physiologus* (DELORT, 1984, p. 19), de origem e autoria imprecisas, e do qual só se tem notícias a partir do século V.

Os bestiários eram assim chamados por constituírem-se em obras conhecidas pela descrição dos animais em geral e seus costumes, tendo em vista que, apesar da pequena evolução do elenco costumeiro de criaturas durante o período medieval, este reservara no referente material “o termo *besta* para indicar aqueles

animais especialmente violentos e ferozes que, acostumados à liberdade da vida natural, eram governados por seus próprios instintos” (FONSECA, 2004, p. 161).

De acordo com os seguintes extratos de fonte, a temática da obra aparece claramente condizendo com a proposta de fornecer informações acerca das naturezas, propriedades e virtudes de determinadas espécies de aves. Estas palavras vêm demonstrar o compromisso do conteúdo do texto com a exposição não apenas da constituição e atributos físicos dos animais de que trata, mas, principalmente, de seus hábitos naturais e características comportamentais mais frequentes, isto é, a manifestação concreta de seus instintos.

E primeiramente falaremos das uertudes e das naturezas que as póónbas am. En desuayrados logares a chey desuayradas propiedades e naturezas que a póónba há. E por tanto me trabalhey meu irmão ffrey Ramiro que as possesse em aquesta obra que eu fiz a teu Rogo. A primeira natureza da póónba he. que em logo de cantar geme. Ca alma fiel e simplez que se entende pela póónba. geme e faz chanto polos pecados que fez de seu grado e de seu prazer (AZEVEDO, 1925, p. 129).

Outra questão relevante que se pode perceber, e levada à discussão, diz respeito aos “*desuayrados logares*” de onde o autor afirma ter retirado suas informações. Obviamente torna-se uma tarefa difícil por não se conhecer exatamente a autoria da obra, mas esta não deixa claro se o autor, ou seu irmão, frei Ramiro, de fato frequentou tantos e variados lugares, nos quais adquiriu conhecimentos diretamente observados sobre as aves, ou se os dados, por desconhecimento de sua origem, foram na verdade apenas ouvidos e repassados em texto.

Esta última ideia parece ser mais verossímil se levarmos em consideração que a base empírica da maioria das informações dos bestiários do período geralmente vinha dos relatos de viajantes, de onde se extraía notícias de possíveis animais desconhecidos reais existentes em lugares distantes, ou de mera especulação filosófica, sem muita preocupação com a experiência e a observação via contato mais direto com a fonte.

Soma-se a isto, na composição dos animais bestiários, uma “ausência de interesse em classificar os seus animais numa escala de importância hierárquica que considerasse o grau de evolução das espécies” (FONSECA, 2004, p. 169). Isto se dava principalmente devido ao vigor da teologia responsável por fundamentar a cosmovisão medieval, na qual as *animalhas* eram consideradas igualmente importantes, apesar de suas funções específicas.

Esta postura muito contribuiu para o fortalecimento do aspecto efabulador da mentalidade medieval, o qual se caracterizava nessas obras pela forte tendência ao exótico e pela falta de divisão entre o que pertencia ao real e ao imaginário, elementos que se encontravam bastante diluídos no pensamento medieval. Afinal, misturavam em seu interior espécies comuns com outras excepcionalmente admiráveis, sem a menor distinção de valor quanto à veracidade das criaturas, as quais eram apresentadas com o mesmo nível de credibilidade segundo uma possível base real. Tanto que muitos contemporâneos a estas obras consideravam-nas como sérias e importantes fontes acerca da história natural e para os conhecimentos de biologia.

Todavia, tais fatores serviram para demonstrar o espírito nada, ou muito pouco, científico dos bestiários e histórias naturais medievais, devido a pouca afeição de seus autores às possíveis descobertas que a ciência verificaria no campo da zoologia. Nesse sentido, os “bestiários perderam, propositadamente, a possibilidade de se tornarem matéria zoológica estritamente científica e verificável, mantendo em compensação, grande valor e significação no domínio da dogmática cristã” (FONSECA, 2009, p. 169).

Inclusive, torna-se interessante observar, no interior do texto, o quanto a ideia de ciência é usada em ligação direta com a palavra sagrada das escrituras, portanto, parecendo estar fortemente vinculada ao dogma cristão: “As águas uiuas demostran a sciencia da escritura de deus santa. Ca tal água come esta nos da beueragen espiritual e nos laua dos pecados” (AZEVEDO, 1925, p. 143).

Afinal, deve-se atentar para o fato de que o caráter a-científico dessas obras é tão mais proeminente quanto observamos a preferência pelo constante uso de elementos revestidos de autoridade sagrada a fim de legitimar sua intenção e importância. Esta questão envolve a ideia de *auctoritas*, a qual inclui as autoridades invocadas nas obras a fim de lhe fundamentar o conteúdo e fornecer legitimidade ao discurso enunciado.

A autoridade é um dos tipos de argumento justificativo e persuasivo usado em toda uma série de gêneros literários escritos durante o medievo, como também no discurso oral. Assim, esta espécie de texto argumentativo “(...) é constituído por um conjunto de proposições que traduzem directa ou indirectamente uma posição (de autor) e reenviam a outrem individualizado ou colectivo, marcado ou não no discurso (...)” (BARROS, 1993, p.

403). Tal recurso retórico fazia parte das regras de composição e dinâmica discursiva destes tipos de textos, podendo ser invocada em nome de diferentes personagens.

Duas autoridades são mais relevantes na legitimação do discurso, visto que se encontram com frequência em todas as obras medievais, tendo em vista o caráter pedagógico comum a todas. Tratam-se da autoridade divina e da autoridade baseada nos livros, autores e personagens de tempos anteriores. Em relação a estes últimos, o argumento da autoridade vem do fato da antiguidade ser considerada pelos medievais como verdadeiro repositório de sabedoria, fornecendo

preceitos e conceitos que funcionam como axiomas, nomeadamente os que são traduzidos do hebraico, do grego e do latim, línguas consideradas primitivas, de próxima origem adâmica, e acedendo, por esse fato, a um certo estatuto de perfeição (BARROS, 1993, p. 408).

Entretanto, a autoridade por excelência, mais frequentemente invocada, é a divina, isto é, Deus, o Ser Supremo, especialmente através das Escrituras, sua verdadeira palavra, mas também pelas autoridades eclesiásticas. Obviamente, se considerarmos que um dos pontos de unidade cultural do Ocidente medieval assenta na Cristandade, não é difícil entender que a eficiência desta autoridade se explica por não ser questionável, nem ser necessário prová-la, pois é justificada pela perfeição divina. Em diversos trechos, as obras em questão fazem referência à autoridade das escrituras, com passagens bíblicas e mensagens dos personagens relevantes, bem como à autoridade dos conhecimentos presentificados pelos Doutores da Teologia e dos textos antigos, que geralmente foram trasladados em língua vernácula ou mesmo serviram de base para criação de novas obras na Idade Média.

E esto he o que diz o propheta Isayas en pessoa de nostro senhor. Queyxando sse do seu pobóo de Israel hu diz a tотор e áándorinha e a Cegóónha conoceron o tempo da sua uijnda. E o pobóo de Israel conheceu mjn (AZEVEDO, 1925, p. 137-138).

Mandou Moyses no testamento que se algũu fosse limpho de gaffidade, que offerecesse dous pássaros e hũu deles auia de sacrificar o sacerdote en huu uaso de barro sobrelas águas uiuas (AZEVEDO, 1925, p. 143).

(...) ca diz a escritura que aquele que ensina o ssabedor per sas parauoas deyta de sy aguas come de vaso que esta cheo. E por tâto eu que este liuro traslado de latin em linguagem non curo poder em ele os desuayrados sisos e desuayrados entendimentos que os Doctores da Theologia poseron. Em espoendo as outuridades da escritura santa. Ca esto pertéce ááqueles que queren séer leterados em Theologia e podem mais fazer noio ca prazer mais solamente possemos como dito he (AZEVEDO, 1925, p. 129).

Esta preocupação com a legitimidade dos conhecimentos fornecidos justifica-se principalmente pelos propósitos ideários dos bestiários que, assim como outras obras similares e até precedentes, objetivavam ser utilizados como importantes instrumentos pedagógicos durante o período medieval. Esta característica didática, cuja origem remonta a um gênero conhecido desde a antiguidade como literatura parenética, é bastante acentuada ao longo dos textos, onde se destacam claramente as intenções dos autores em ensinar um público de vasto alcance, dos letrados aos rudes, com objetivos variados que vão desde o acréscimo de conhecimentos, a como proporcionar entretenimento e desenfado:

(1. a) da cousa que quer saber quando a fegura daues. En aqeste liuro mais me trabalho eu de prazer aos simplezes e aos rudes Ca de dar e dacrecentar sabença ááqueles que letrados e doctores son e deytar de min aguas de sabença e de grandes entendimentos come de vaso cheo (AZEVEDO, 1925, p. 129).

Deve-se compreender, entretanto, que estes objetivos pedagógicos não contêm apenas a proposta de expor conhecimentos, de forma aleatória. Pelo contrário, estão ligados a diretrizes específicas como, no caso português, ao já indicado *Discurso do Paço* cujas propostas moralizantes serviram aos propósitos da legitimidade e centralidade do poder régio. Assim, religião e moral foram usados por diferentes obras para gerar ensinamentos que fundamentassem a eliminação, ou ao menos amenização, de aspectos selvagens e violentos da natureza humana, e direcionar a sociedade, sob os alicerces de uma existência virtuosa, para a civilidade e o refinamento do comportamento, cuja moralização inerente ao processo civilizador (ELIAS, 1994), elevaria os homens espiritualmente.

É por isso que se observa ao longo da obra selecionada, como exemplificam os trechos acima, uma série de considerações no âmbito do sagrado, que principiam pela obediência aos preceitos cristãos, especialmente pelos paradigmas fornecidos por sua instituição máxima, a Igreja, bem como pelo empenho do estudo das escrituras santas, consideradas uma das maiores fontes de ensinamentos e conhecimentos que o homem medieval poderia utilizar para seus aprendizados.

Ca aqúele que obediente e dondo he áá Eigreia deue deytar de seu coraçõ os pecados que fez pera se non nenbrar deles per razon dalgũu deleyto ou de prazer que ã eles queira auer. ca a renenbrança do pecado com aquel deleyto que homén hj recebe faz feder e auorrecer a alma ááquel que a no corpo meteu (AZEVEDO, 1925, p. 131).

A nona propriedade he que se assenta sobrelas aguas pera uéer pela sóónbra o açor. ou outra que qualquer que lhi possa enpécer e que ante que lhi enpeesca. lhi possa fugir. Ca o que bóó he pagasse destudar pelas escrituras sanctas pera conhocer os enganos do enmijgo e conhocéndóós. que se sabha guardar (AZEVEDO, 1925, p. 130).

Esta vivência correta do cristianismo culminaria com o ser humano servindo de exemplo a outros, justificando o claro objetivo de inculcar bons costumes nos homens, de acordo com a moral e preceitos cristãos, e demonstrando o aspecto “finalista” das moralizações e conteúdos dogmáticos bem delineados da sociedade medieval.

A segunda propriedade he ca non ha fel. ca o que o bóó e fiel he. non tem a amargura nen sanha nen queyxume sen ... contra nenhuu homén. (...). A quarta propriedade que as póónbas na he. que uoã muytas e em conpanha. ca o que bóó he sempre se paga da bõa conpanha pera aprender sempre deles bóós custumes e bõas façanhas (...) (AZEVEDO, 1925, p. 129).

(...) o que o apostolo sã Paulo diz dos preegadores maaos naquel logo em que dizem ‘porque ensinas em ta préégaçõ que non furten pois tu furtar queres’. E assi lhi pode dizer cada hũu. porque préégas aos outros que uiuan bem. Pois tu mal uiuer queres? E assi o preegador se fer primeiramente com sãs aas ante que préégue. ca sse esforça e sauiuua pera fazer sempre ben. e pera dar bõo exemplo de ssy sempre aaqueles a que prééga (AZEVEDO, 1925, p. 134).

Por fim, a diferença dos bestiários para as demais obras de conteúdo pedagógico do período está no fato de, por se tratar de uma compilação sistemática de informações zoológicas, estas encontrarem-se, por via de metáforas, incorporadas às moralizações de cunho cristão. Assim, estabeleciam-se relações harmônicas entre atributos/comportamentos animais e virtudes ideais e simbólicas, afeitas a inúmeras interpretações, sobre as quais veremos a seguir.

Ou seja, apropriaram-se de fontes primordiais de antigos simbolismos para investir em um enfoque que considerava a natureza a partir de representações emblemáticas, presente em quase todos os aspectos da vida humana, criando um conjunto de significações simbólicas e doutrinárias atribuídas em consonância com o ideário anagógico da Igreja, e sempre seguindo uma tendência que privilegiava o sagrado (FONSECA, 2004, p. 170).

4 CONTEMPLAÇÃO E INTERPRETAÇÕES SIMBÓLICAS.

Os dados mostrados anteriormente conduzem a uma reflexão: a grande parte dos pensadores medievais focou-se mais em discussões filosóficas e teóricas, apostando preferencialmente na contemplação como mecanismo de extração e apreensão de conhecimentos da natureza durante um longo espaço do período medieval.

Passagens da obra selecionada, lembrando-se que se trata de uma tradução, mostram que as propriedades dos animais, bem como suas naturezas, são na maior parte das vezes tratados pelo viés da contemplação e da abstração filosófica cujo teor se mostra generalizante. Assim, servem a um método de abordagem caracterizado pela observação indireta ou especulação, como se destaca pelo entendimento da natureza do pavão, que parece ter tido origem no que fora ouvido a respeito, por viajantes e até cavaleiros, ou no que fora lido em textos anteriores, mas não na utilização de técnicas que suscitem contato mais direto com os elementos naturais.

E porende aquele que ouuer aquestes bées a que assemelhamos as naturezas da póónba pode tomar áás perque uoe ao çeo contemplando (1 v. a) e cuydando os bees que lhi deus faze (AZEVEDO, 1925, p. 130).

Deuedes ainda a entender uos que ouuides a natureza do pãoo, que o pãoo quando o louuan alça a coa. e por esso dizem os meninhos ao pãoo, 'faz a roda faz a roda', e el enton alça e estende toda sa coa e anda derredor demonstrando sse da hũa parte e da outra. ca conhece per sa uertude natural, que a coa hera a parte do seu corpo que mais fremosa he (AZEVEDO, 1925, p. 145).

Isto também reflete outra característica comum aos bestiários, os quais, a despeito de os animais serem cotidianos ou maravilhosos, iniciavam a apresentação das criaturas basicamente através da mesma prática de descrição física e habitual, mas de modo apenas superficial. Os comportamentos das espécies animais são expressos sem acompanhamento de qualquer aprofundamento advindo de uma explicação ou análise que levasse em consideração do porque serem tais. Pode-se sempre conferir isto pelos comentários, por exemplo, sobre a natureza da águia, ou ainda o caso do açor, breves e raros.

Da aguya disseron os Sabedores que ha vista muy clara e andando uoando muyto alta sobrelo mar ou sobre outra água qualquer, dece a tomar os peyxes que uéé andar so a agua. E pero mostran ainda os sabedores que a uista muyto aguda, disseron que fica os olhos nos Rayos do sol e non nos torna ende tan forte e tan agudo he o lume de ssa vista (AZEVEDO, 1925, p. 145-146).

Duas son as maneyras do açor. Hũu he manso e outro he brauo. pero em desuayrados tenpos. Aquele que primeiramente foy brauo. esse méésmo é depois manso. O brauo sol a tomar as aues mansas. e o manso sol a tomar as aues brauas. O brauo come logo as aues que toma. e o manso as que toma. leyxa as pera seu senhor. E depois o seu senhor abre as e da ao açor os corações delas a comer. E as outras cousas que as aues no uentre tragen com o esterco. deytá ás de longe. ca se dentro ficasse o esterco apodrentaria as carnes das aues e fariá ás feder (AZEVEDO, 1925, p. 130).

Outras descrições animais algumas vezes misturavam características fantásticas com as reais, pois continham em si boa dosagem de maravilhoso "em detrimento das verdades que as ciências naturais poderiam proporcionar em termos de conhecimento mais lógico e concreto da realidade" (Fonseca, 2004, p. 173). Observa-se esse amálgama de informações verossímeis e imaginárias pela descrição do pavão, o qual, ainda que brevemente, é apresentado com cabeça de serpente e cauda cujas penas estão repletas de olhos.

Disseron aynda que o Pãao ha. cabeça de Serpente. ca o pegador deue guardar todolos sentidos que deus pos en seu corpo. e o entendimento e a vóóntade pera nunca consentir nem fazer nenhũa cousa que seia contra deus e contra sua alma nen en dano

de nengũu. e enton guardara sempre o seu estado. assi como a Serpente guarda sempre ssa cabeça (...) Disseron ainda que o Pãao ha algua das penas das áas ia quanto vermelhas (...) Disseron ainda que o Pãao ha a Coa longa. e en cada hũa pena da coa ha muytos olhos (AZEVEDO, 1925, p. 144).

Afinal, o intuito principal deste gênero literário que inclui os bestiários, recheados de simbolismo, demonstrava pouco interesse em realizar um inventário com conhecimentos naturais empíricos que explicassem, não apenas descrevendo, os atributos e características, bem como comportamentos animais. Pelo contrário, o objetivo final tratava-se de fornecer material que pudesse ser utilizado em prol da comparação com os costumes dos homens. Isto é, usar as obras como espelhos do mundo humano a fim de transmitir sábios ensinamentos e reflexões a este, através das animálias, sobre como cumprir os preceitos morais e mandados divinos.

(...) mais solamente possemos como dito he. as propriedades que as aues e algũas outras animalhas am. E assemelhalassemos aos custumes que os homões am (AZEVEDO, 1925, p. 129).

E por esto diz a sancta escritura en hũu liuro que dizem Job. quen deu ao galo entendimento? Come se dissesse as obras que o galo faz por que son tan certas que nunca sse erran. assi come se fossen feytas dalgũa creatura que entendimento ouuesse. ffaz a escritura de manda pera dar a entender que o galo aia entendimento. mais porque as obras que faz nuncá ás erra e tan certas son come se as fizesse algũa creatura que entendimento ouuesse (AZEVEDO, 1925, p. 133-134).

Não é por acaso que a parte que segue às descrições físicas do animal, correspondentes ao conteúdo da moralização, é mais densa de informações, tendo em vista que o animal é julgado por pressupostos morais e sagrados, que servem às intensas demandas em usar os dados animais para justificar determinados parâmetros que propõe o ideal de conduta humana. Percebe-se uma frequente associação entre os conhecimentos apresentados da gama de animais, com características que eram incompatíveis com a civilidade, como por exemplo, a lascívia e a infidelidade (THOMAS, 2010, p. 45), fundamentando a eliminação de aspectos supostamente animalescos da natureza humana e justificando os homens como superiores aos animais.

Natura da tortor he que se paga dandar per logares sóos e apartados. E pero aas uegadas uay aos ortos e aos logares pera colher algũus grãos de sementes onde uiua. E porque póla tortor entendemos aquel que esta em pééndença (AZEVEDO, 1925, p. 132).

Disserõ aynda da andorinha que há conhocimento natural pera fazer seu ninho en logares firmes assi ... casas e non en logares que ligeyramente possa caer. nen en logar muyto alto en que lhi o vento ligeyramente poderia enpéecer. e per esto entendemos que os fazen verdadeyra pééndença (AZEVEDO, 1925, p. 137).

Dessa forma, os bestiários transformaram-se, principalmente após o ano mil, no repositório por excelência desta mentalidade por trás de uma postura que se propunha a realizar múltiplas interpretações simbólicas da natureza que, em sua totalidade era considerada como espelho dos desígnios divinos, e cujos elementos serviriam de exemplos de ensinamentos e edificações morais (FONSECA, 2004, p. 163). Vemos, por exemplo, a simbologia do açor bravo e manso, com o homem mal e o bom prelado, bem como a pedra frestada com Jesus Cristo e suas chagas. Mais ainda vemos o comportamento natural da pomba com o ninho usado para representar o discernimento de escolher os ensinamentos cristãos como melhor abrigo e conselho.

Pelo açor brauo que come logo as aues que toma. entendemos o homen maaoo que se não queda de destruir os bõos feitos e os bõos cuydos que os homões bóos e simplezes fazen e cuydan. Mays polo açor manso. entendemos o prelado bõo e de bõa alma (AZEVEDO, 1925, p. 130-131).

A oytaua propriedade he. ca faz seu ninho na pedra fééstrada. ca o que bóo he faz sa folgança e pouca asperança nas chagas de nosso senhor Ihesu Christo ca pela pedra fééstrada entendemos Ihesu Christo chagado assi como diz a escritura (AZEVEDO, 1925, p. 130).

A respeito deste instrumento utilizado pelos homens medievais para concepção da natureza, que consiste no símbolo, Michel Pastoureau o conceitua como um modo de pensamento e de sensibilidade que abrange todo o instrumental mental da cultura medieval. Dentre suas características principais estão a pluriformidade, visto que sua manifestação não se restringe a palavras e textos, alcançando imagens, objetos, gestos, rituais, crenças e comportamentos, revestindo tudo com aspectos variáveis e imperceptíveis (PASTOUREAU, 2006, p. 495-496); e também a ambiguidade, fundamental a seu bom funcionamento e responsável por qualquer elemento a que se reserve significados possuir múltipla dimensão simbólica, como no exemplo abaixo onde o pardal é admitido possuir dois significados diferentes.

Diz no euangelho o ffilho de deus que dous pardaes que os an por hũa mealha e por cinque pardaes dam por huu dispondio. Per estes pardaes entendo os homês que non son estauis e andan uagueiando polo mundo (...) Mais alguus dizen que per estes dous pardaes entenden o corpo e a alma. E pelos v pardaes entenden os v sisos do corpo que son o uéer, o ouuir, o gostar, o cheyrar, o tanger (AZEVEDO, 1925, p. 142).

A estas características une-se a polivalência, pois o símbolo se expressa por múltiplos procedimentos, seja analógico, etimológico ou semiológico e se localiza em todos os âmbitos da vida intelectual, social, moral e religiosa. No que diz respeito a esses procedimentos há que se destacar os inúmeros recursos retóricos, e artifícios literários herdados de uma longa tradição, usados pelos medievais na realização do processo de transposição simbólica. Afinal, a interpretação consiste justamente em dar significado àquilo que se apresenta cifrado em mensagens figuradas como metáforas, analogias, alegorias.

Especialmente, consegue-se detectar exemplos do estabelecimento de relações “entre o significado etimológico do nome do animal, a sua realidade material, real ou imaginária, e a sua derivativa interpretação simbólica” (FONSECA, 2004, p. 172 apud BENTON, 1992, p. 71-72), através deste extrato em que o nome do animal está ligado simbolicamente a um atributo sonoro que possui e às consequências comportamentais deste: “O pão assi como diz santo Isidro, leua o nome do soo da uoz spantosa que da. Ca pão lhi dizen, porque faz pavor e espanto aaqueles que o ouuen quando non estan percebudos e preuistos destes” (AZEVEDO, 1925, p. 143-144).

Da mesma forma, outro recurso consiste em comparações que visam “suscitar um raciocínio de tipo analógico. A analogia é um processo muito rentável para a dedução de significações: facilita a apreensão (e aceitação) de novos conceitos” (BARROS, 1993, p. 410). Trata-se de se aproveitar de um conjunto de tópicos ou imagens já consolidados no público, para estabelecer correspondência com novos conceitos, criando relações de semelhança entre objetos diferentes. Isto é muito comum numa sociedade como a medieval, que possui uma concepção organicista de apreensão da realidade. Nos exemplos abaixo encontra-se tanto a analogia da água com o espírito santo e o profeta Ezequiel, por este estar mais alto em grau de sabedoria assim como o vôo do animal que o assemelha, quanto entre as sabedorias escritas nos livros e os grãos das sementes nos bons terrenos, porque ambos quando se espalham geram bons frutos.

A ssan Iohanne euangelista pos semelhança daguya ca entendeu polo spiritu santo que no euangelho de Ihesu Christo en que auia de falar de tres pessoas e dũa substança e de como a pessoa do filho auia de receber carne e fazerse homen e aparecer antros homens e mostrar pelas obras que fazia que era deus uerdadeyro (...) ca a aguya a que o semelhou Ezechiel o propheta uoa mais alti e uéé de mais longe ca as outras aues (AZEVEDO, 1925, p. 146-147).

(2 v. b) per que entendemos os liuros em que aquela sabença iaz scrita assi como os grãos das sementes iazen espariudos pelos ortos e pelos agros. E per tal sabença que

o religioso acha e aprende nos liuros dos doctores recebe conforto e uida. ca aprende em como passe as tribulações e as tentações quando lhi uéeren e em como sabha amar seu deus e seu próximo (AZEVEDO, 1925, p. 133).

A metáfora, também conectada com a analogia, é outro recurso bastante utilizado nos textos medievais, incitando relações de semelhança. A ampla divulgação de herbários, lapidários e bestiários fez com que produtos da natureza como animais e plantas fossem frequentes instrumentos de metáforas, os quais permearam esse tipo de obra, substituindo a significação habitual de uma palavra por outra ao estabelecer relações comparativas entre ambas.

Segundo os exemplos abaixo, as referências cristãs encontram-se representadas metaforicamente de diversas formas. Num primeiro caso, Deus apresenta-se como monte alçado acima dos demais, realçando sua superioridade através de uma estrutura geográfica. Da mesma forma, a imagem do pássaro não aparece por si, com a intenção de melhor conhecer seus hábitos e vivência, mas descrito com a finalidade, moralizante e religiosa, de simbolizar o fiel e a virtude humana da lealdade que o cristão deve manifestar.

Confio en deus, que he monte alçado, sobre todos os outros montes. Pois como dizedes uos áá mha alma e me conselhades. que me torne áá uossa seyta. Se o eu fazer. sérey tal come o pássaro que he cousa leue e non he estauil. Pelo nome deste pássaro que he en si cousa leue e non estauil entendemos a linhaldade (AZEVEDO, 1925, p. 139).

Num segundo, a imagem cristã do sacrifício se associa a elementos vegetais demonstrando outra faceta do aspecto simbólico da natureza, além da referência animal. No caso, o cedro, cujo corte permite aproveitá-lo de diversas maneiras, é comparado a Jesus Cristo, cujo recebimento das chagas, despojando sua carne e sangue, foi extremamente proveitoso a toda a humanidade. Assim também sua morte para redenção da humanidade compara-se com a semeadura do grão de trigo, o qual para gerar frutos necessita morrer primeiro.

Diz o outor que o cedro quandó talhan. que proueyta pera muytas cousas. Ben assi o filho de deus que he nosso cedro quando foy corto per testemõihos falsos, e per açoutes e pelos clauos con que foy pregado na cruz. E pela lançada do seu lado muyto nos foy muy proufeytoso. ca remijo o mundo todo pela as morte. e pelo sanguy precioso (...) Ca diz el assi no euangelho. quando o gráao do triigo semean na terra. se morto non for senlheyro ficara e nunca dara fruyto. E sse for morto, muyto fruyto fara (AZEVEDO, 1925, p. 139).

O fato é que se torna complexo estabelecer fronteiras específicas entre os recursos, visto a multiplicidade de suas utilizações nas estratégias de discursos, viabilizando inclusive a mistura entre eles. Em relação a este objetivo moralizante, há que se considerar o forte uso também de recursos alegóricos, os quais submetiam os seres vivos, bem como os prodígios e fenômenos presentes no mundo natural, sempre qualificados como sinais e exemplos da sabedoria invisível do Criador. A alegoria, por exemplo, seria uma sobreposição de comparação e modelo. Penso que poderíamos ver algo de estrutura alegórica nas passagens abaixo que parece usar uma história sobre o pássaro, que ao encontrar sua morada soa como uma alegoria da razão e bom entendimento do homem.

Diz o propheta David que o passaro achou casa en que morasse. Este pássaro espiritualmente demonstra a rrazon e o bóo entendimento do homen que he fundado en uertudes de fe e dasperança, e de caridade. Este entendimento tal demanda casa en que more e acha aquela casa que nunca foy feyta per mão domen e parayso. E poren diz o filho de deus no euangelho assy: Na casa do meu padre muytas moradas ha. A passara que soya uóár de Ramo en Ramo agora uoa ca das matas peráá casa (AZEVEDO, 1925, p. 140).

Pastoureau, prosseguindo seu exame sobre o símbolo, não se exime de valorizar a precisão e riqueza que compõem o léxico latino do símbolo, construindo assim um *sistema de valores ou de correspondências* que não se permite facilmente à generalização ou simplificação, bem como se firma na medievalidade, pelas mãos dos autores do período, através de procedimentos que exploram a amplitude da diversidade de espaços onde pode atuar e da flexibilidade dos modos de intervenção (PASTOUREAU, 2006, p. 495-496). Este amplo sistema de correspondências pode se perceber em algumas passagens da obra selecionada, como esta, abaixo citada, onde todos os elementos dos costumes e comportamentos naturais do tortor (ninho, ovos, etc.) são relacionados entre si e usados como símbolos para representar tanto virtudes necessárias ao comportamento cristão “civilizado” como elementos que rememoram a história bíblica de Cristo.

Dizen aynda que a tortor faz seu ninho em logares muy seguros e de gram prazer. ca o faz nas aruores dos ramos muyto espessos. Em aqueste ninho pon seus ovos de que saen a seu tenpo seus filhos. Pela aruor entendemos a cruz em que prendeu morte polos pecadores o filho de deus. Polo ninho entendemos a ssahude e a saluaçon das nossas almas. Pelos ovos entendemos a esperança da saluaçon e da saúde que atendemos. E pelos filhos que dos ovos saen entendemos o amor do nosso deus e de nosso próximo que deuen sauer todos aqueles entendem saluaçon das almas pela morte do filho de deus que na cruz recebeu (AZEVEDO, 1925, p. 133).

De acordo com as reflexões de Pastoureau,

Em todo o sistema simbólico, a estrutura sempre predomina sobre a forma, e o conjunto de relações que os diferentes elementos estabelecem entre si é sempre mais rico de significados do que a soma das significações isoladas que tem cada um desses elementos (PASTOUREAU, 2006, p. 506-507).

Este, inclusive, seria considerado o aspecto do símbolo que mais deveria interessar ao historiador, visto que, na simbólica medieval, os elementos simbólicos não se caracterizam, ao contrário das palavras, por esta ou aquela significação particular, mas pelos seus usos, isto é, seus modos de intervenção, os quais se encontram intrinsecamente conectados ao contexto histórico-social em que foram produzidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, entende-se que os grandes eixos da simbólica medieval são um produto da mistura de vários sistemas de valores e modos de sensibilidade precedentes, sobre os quais teólogos e autores medievais acrescentaram, ao longo do tempo, categorias próprias, mas impedindo que nada fosse eliminado completamente na simbólica medieval. Tudo “se superpõe em uma multidão de camadas que se interpenetram no decorrer dos séculos e que o historiador tem dificuldade para distinguir” (PASTOUREAU, 2006, p. 506-507), o que leva muitos ao erro de encarar o universo simbólico como arquetípico, universal e transcultural, quando na verdade tudo é cultural e deve ser estudado de acordo com contextos sociais e históricos precisos.

Contudo, é importante ressaltar que a via contemplativa, juntamente com a especulação filosófica, não se constituiu na única forma de se relacionar com a natureza neste período, a fim de retirar e interpretar os conhecimentos. Da mesma forma, é importante expor a ressalva de que não se deve restringir a interpretação simbólica da natureza, e muito menos a utilização dos recursos alegóricos e metafóricos, à esfera do imaginário.

Este viés se viu forçado a conviver com outro que avançava já no fim da Idade Média, em parte representado pelos filósofos naturalistas, a quem São Boaventura, no século XIII, define não estarem relacionados a este tipo de leitura exegética típica dos espíritos contemplativos, tendo em vista que conheciam só a natureza em si e não como indício do inteligível (GREGORY, 2006, p. 264-265).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Pedro (Org.). Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV. In: **Revista Lusitana**, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925.

BARROS, Clara. Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da Primeyra Partida de Afonso X. In: **Cahiers de linguistique hispanique médiévale**, nº18-19, 1993. In: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_03969045_1993_num_18_1_1094. Acesso em: 25/05/2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DELORT, Robert. Les animaux en Occident du Xe au XVIe siècle. In: **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**. Toulouse, 1984, 15e congrès.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol. I.

FONSECA, P. C. L. Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza. In: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (Org.). **Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004. Vol. 1.

GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. Vol. II.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PASTOUREAU, Michel. Símbolo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006, vol II.

PASTOUREAU, Michel. **Una historia simbólica de la Edad Media occidental**. Buenos Aires: Katz, 2006.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

EPG 011

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE EXTRATOS AQUOSOS DE *HANDROANTHUS IMPETIGINOSUS* E *SYZYGIUM CUMINI* SOBRE *ESCHERICHIA COLI* E *STAPHYLOCOCCUS AUREUS*.

Douglas Ribeiro **LUCAS** (IC- douglasdemart@outlook.com)¹,
Filipe Zaniratti **DAMICA** (PQ- filipezanirattiveloso@gmail.com)²,
Leismarque Adelino Junior **SILVA** (IC- leismarque@yahoo.com.br)³.
Sabrina Paradizo Silva Guedes **GOMES** (IC- sabrinaparadizo@gmail.com)⁴,
Gabriely Zaniratti **DAMICA** (IC -gaby.zaniratti@gmail.com)⁵

1. Mestrando em Biociências e Biotecnologia pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”, graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Carangola.
2. Mestrando em Ciências Naturais pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”, Professor da UEMG – Unidade Carangola.
3. Graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Carangola.
4. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade FAEL.
5. Graduanda em Ciências Biológicas pelo CEDERJ – Itaperuna.

Palavras-chave: Plantas medicinais, atividade antimicrobiana, extratos aquosos.

APRESENTAÇÃO A espécie humana faz a utilização das plantas medicinais desde sua origem até os dias de hoje, inúmeros povos de baixa renda, comunidades e diversos grupos étnicos espalhados por todo globo, adotam esse tratamento no combate a patologias, por meio desse recurso terapêutico ser mais eficaz, ter um baixo custo, e quando comparados aos fármacos são menos prejudiciais ao organismo [1]. A atividade antimicrobiana (AA) pretendida pode ser encontrada em espécies de plantas medicinais. O Brasil é consagrado em ser o portador da maior biodiversidade de plantas do planeta que corresponde a 22% do total mundial evidenciando a grande disponibilidade de vegetais que contenham atividade farmacológica induzindo assim as pesquisas de novas substâncias e síntese de novos fármacos que possam contribuir incalculavelmente com a saúde mundial. Ao passo que aproximadamente 48% dos medicamentos usados na terapêutica são provenientes, direta ou indiretamente, de produtos naturais, especialmente de plantas medicinais podendo ser consideradas um grande aliado no tratamento. A pesquisa de substâncias bioativas nas plantas vem da maioria das vezes de indicação populares sobre a eficácia delas em alguns tipos de tratamento, em virtude que mesmo não tendo constituintes químicos conhecidos, elucidam as informações terapêuticas dos vegetais, e direcionam de maneira indireta para a síntese de drogas, através do conhecimento medicinal reunido durante milhares de anos por povos de todo planeta que utilizam da flora mundial como uma fonte inesgotável de medicina natural [1]. A atividade biológica das plantas medicinais têm sido alvo de investigação científica, seja pelas inúmeras espécies vegetais, seja pelo comprovado aspecto de atividade inibitória de fungos e bactérias [2]. Atualmente a resistência bacteriana se mostra como um desafio para terapia de doenças infecciosas e os estudos com tratamentos alternativos é um importante meio de encontrar novos fármacos naturais. Os agentes antimicrobianos que são isolados dos vegetais têm ação reguladora de metabolismos, ativando ou bloqueando reações enzimáticas ou alterando estruturas de membranas. A maioria das plantas utilizadas como fitoterápicos populares, ainda não possuíram suas propriedades terapêuticas verdadeiramente comprovadas [3]. Desta forma, pesquisas direcionadas para o estudo e a avaliação de produtos naturais bem como terapêuticos principalmente com atividade antimicrobiana devem ser incentivadas com objetivo de elaborar novas drogas. **MATERIAS E METODOS:** O material botânico foi obtido direto de produtores de plantas medicinais da cidade de Muriaé, foi feita a identificação botânica do mesmo com auxílio da Lista da Flora do Brasil. As espécies a serem utilizadas neste trabalho foram: *Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos (Ipê-roxo), *Syzygium cumini* (Jambolão). As bactérias utilizadas foram doadas pelo laboratório de micro-organismo de referência do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS). As cepas bacterianas utilizadas foram padronizadas, consistem em *Escherichia coli* ATCC 25922, bactéria Gram negativa, isolada de materiais clínicos; e *Staphylococcus aureus subsp. Aureus* ATCC 29213, bactéria Gram positiva isolada de fermentos, ambas têm suas temperaturas ótimas de crescimento de 37° C. Para o preparo dos extratos aquosos seguiu-se, a orientação

da farmacopeia brasileira 5^o edição. A secagem do material vegetal foi inicialmente realizada à temperatura ambiente por um período de sete dias e completada em estufa à 45° C até obter-se um teor-padrão de umidade de 20%. A parte utilizada foram as folhas em *Syzygium cumini* (Jambolão), após decorrer esse período de secagem foi realizado a moagem do material seco em liquidificador e padronizados, com o auxílio de malhas (gazes) para obtenção de um pó fino. As folhas foram acondicionadas em béquer para posterior utilização nos ensaios. *Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos (Ipê-roxo), foi utilizada a casca, que em seguida ocorreu a trituração e a moagem. Para a preparação do extrato aquoso foi utilizado o método de maceração a frio durante 7 dias na geladeira em vidros sem passagem de luz, para não haver perda de nenhum constituinte químico da planta. A proporção utilizada foi de 1:10, sendo 1g de cada material seco para 10 ml de água destilada. O extrato foi filtrado por meio de papel filtro. Foi medido o pH com testes de fitas laboratoriais, logo após foram armazenados novamente em temperatura em torno dos 7°C por 48 horas, com a finalidade de concentrar as substâncias voláteis que pudessem se esvaír em estufa ou temperatura ambiente. A atividade antimicrobiana das amostras foi realizada pelo método da difusão em ágar com perfuração de poços, de acordo com a recomendação da *National Commite for Clinical Laboratory Standard* [4]. A atividade foi avaliada utilizando-se cepas das bactérias *E. coli* ATCC 25922 e *S. aureus* ATCC 25923, A realização dos testes foi feita com todos os extratos e apenas com uma cepa por vez, com todos os materiais utilizados durante o procedimento, esterilizado em Autoclave em temperatura de 121°C por 20 minutos. Os micro-organismos foram ativados em caldo BHI (Brain Heart Infusion). Após a ativação e as cepas foram cultivadas em estufa numa temperatura de 35°C por 18 horas, sem agitação. As culturas foram padronizadas através da escala de *McFarland*, utilizando-se o padrão correspondente ao valor de 0,5 da escala *McFarland*, correspondendo a uma população de aproximadamente $1 \text{ a } 2 \times 10^8$ células/ml de bactéria (NCCLS, 2003). As culturas bacterianas padronizadas foram semeadas com *swab* estéreis em placas de Petri com diâmetro de 150x20mm contendo 1,5% de Agar *Mueller-Hinton*. Esse passo foi repetido mais duas vezes, girando a placa aproximadamente 60° cada vez que era semeada. Com auxílio de canudos foi feito poços de 6-8 mm de diâmetro, aonde foi depositado 50µL de cada extrato. Para controle foi utilizado discos de antibiótico padronizados *Cefepime* 30µL. Após a preparação, das placas, foram vedadas com papel e filme e acondicionadas a 4°C *overnight* para a difusão dos extratos e incubadas, a 37° C por 24 horas. Após esse período de incubação foi realizada a avaliação dos halos de inibição do crescimento microbiano. As zonas de inibição foram medidas em milímetros com o auxílio de uma régua. Os ensaios para cada extrato foram realizados em triplicata. Todas as etapas de manipulação de micro-organismos foram realizadas em ambiente estéril com bico de Bunsen. Após 24 horas de incubação das placas de *Petri*, contendo os poços com os extratos aquosos e os discos com os antibióticos comercialmente avaliados, foi realizada a leitura dos resultados, que consistiu na medição do diâmetro dos halos de inibição, incluindo o próprio poço de 6 mm, utilizando uma régua. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados foram baseados na presença ou ausência do halo de inibição quantificados de acordo com o diâmetro da zona de inibição, demonstrados na tabela1.

EXTRATOS VEGETAIS 50 µL	<i>E. coli</i> (Diâmetros do halo mm)	<i>S. aureus</i> (Diâmetros do halo mm)
<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos (Ipê-roxo)	35,56	20,0
<i>Syzygium cumini</i> (Jambolão)	30,48	30,0
<i>Cefipime</i> 30 µL	30,0	30,0

Tabela 1 Médias dos resultados da atividade antimicrobiana dos extratos aquosos, obtidos de plantas indicadas no estudo, frente aos microrganismos *Staphylococcus aureus* (ATCC 29213) e *Escherichia coli* (ATCC 25922).

Handroanthus impetiginosus (ipê- roxo) e *Syzygium cumini* (Jambolão), obteve um resultado significativo quando comparado ao controle antibiótico *Cefipime* 30µL, que obteve halo de 30mm para as duas cepas.. O ensaio de inibição com o extrato de *Handroanthus impetiginosus* (ipê- roxo), frente ao microrganismo *S. aureus*, apresentou crescimento de alguns microrganismos no limite do halo formado pelo extrato, possivelmente esse fato demonstra o enfraquecimento com o passar do tempo, esse fenômeno foi observado com 24 horas, isso pode indicar um possível efeito bacteriostático do extrato, no qual realizações de pesquisas futuras poderão comprovar tal fato. A árvore *Handroanthus impetiginosus*, contem certos metabólitos secundários como naftoquinonas (lapachol e β-lapachona) e a antroquinona (tabebuia), possui várias citações na literatura por sua Atividade Antimicrobiana (AA). Estudos clínicos- farmacológicos, realizados por MARQUES, (2006) [5], citam o seu potencial antibacteriano e antifúngico, justificando o nome de *Tabebuia impetiginosa* (sinônimo de *Tabebuia avellaneda*), devido ao sucesso do seu uso popular contra o impetigo, doença causada por bactérias na pele. Diversos outros trabalhos realizados com *H. impetiginosus* não obtiveram resultados significativos relacionados AA, como de GONÇALVES 2007 [6] que analisou extratos hidroalcoólicos mostraram halo de inibição Intermediário (10 mm de diâmetro) somente para *Staphylococcus epidermidis* e resistência dos demais microrganismos testados como *S. aureus* e *E. coli*, utilizados nesse trabalho. Já MORAIS-BRAGA e colaboradores 2013 [7] mostra que AA de extratos hidroalcoólicos *H. impetiginosus* a bactéria *S. aureus* foi pouco suscetível. Essa divergência nos resultados pode ser resultado de diferentes metodologias utilizadas, uma vez que os autores citados usaram como solvente o álcool, possivelmente pode ter acontecido a perda de seus metabolitos, no método de preparação, pelo fato do álcool ser um produto volátil. Ao fazer a comparação entre os halos de *H. impetiginosus* com o antibiótico usado no trabalho observou se que para a bactérias *S. aureus* a Atividade inibitória foi menor, entretanto, frente *Escherichia coli*, houve o surgimento de um halo com 9 mm a mais que o referido antibiótico controle. Por tanto esse achado tem potencial para realização de pesquisas futuras. Atividade antibacteriana de extratos de folhas de *S. cumini*, mostraram que Cabral (2014) [8] teve resultados próximos ao apresentado nesse trabalho, que se obteve um resultado positivo sobre a AA sobre bactérias *S. aureus* e a *E. coli*. MICHELIN *et al.*, 2005 [9] demonstra eu seu trabalho que não houve AA, frente cepas de *E. coli* e *S. aureus*. Nascimento *et al.*, 2000 [10], verificaram que extrato de *S. cumini* inibiu 57,1% das bactérias testadas, muitas das quais resistentes a antibióticos, isso mostra a importância de estudos sobre AA de extratos vegetais, em consequência de um problema grave da resistência bacteriana a antibióticos. Neste presente trabalho a obtenção dos extratos foi realizada através de procedimentos rápidos (estão descritos na metodologia) apesar das divergências encontradas em alguns outros trabalhos evidenciados durante a escrita deste, vários autores citam algumas dificuldades de se preparar o extrato vegetal, como utilização de alguns solventes, pH do extrato, conservação do material utilizado, entre outros fatores que possam alterar o resultado esperado do extrato. A obtenção dos extratos houve de dificuldades no modo de armazenamento, uma vez que os extratos armazenados em temperatura ambiente não tiveram resultados positivos, como os extratos descritos na metodologia do trabalho. **CONCLUSÃO:** Os resultados encontrados demonstram a atividade antimicrobiana de *Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos (Ipê-roxo), *Syzygium cumini* (Jambolão); uma vez que os estudos demonstraram um potencial inibitório frente as bactérias *Staphylococcus aureus* (ATCC 29213) e *Escherichia coli* (ATCC 25922), em função dos halos presentes, a bactéria *S.aureus* demonstrou ser mais resistente aos extratos utilizados. Para validação dos dados reconhecemos que estudos complementares visando investigar o composto ativo dos extratos, a caracterização química, farmacológica, e toxicológica dessas substancias, podem garantir o uso racional de plantas medicinais frente ao controle dessas bactérias patogênicas.

BIBLIOGRAFIA [1] MACIEL, M. A. M.; PINTO A. C.; VEIGA JUNIOR, F. V. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. *Química Nova*, v. 25, n. 3, p.429- 438, 2002. **[2]** DE SOUZA, S. G. A.; LAJOLO, F.; GENOVESE, M. Chemical composition and antioxidant / antidiabetic potential of Brazilian native fruits and commercial frozen pulps. *Journal of agricultural and food chemistry*, v. 58, n. 8, p. 4666, 2010. **[3]** GONÇALVES, A. L.; ALVES FILHO, A.; MENEZES, H. Atividade antimicrobiana do mel da abelha nativa sem

ferrão *Nannotrigonatestaceicornis* (*Hymenoptera: Apidae, Meliponini*). **Arquivos do Instituto Biológico**, v. 72, p. 455-459, 2005. [4] NCCLS - National Committee for Clinical Laboratory. Standards Performance Standards for Antimicrobial Disk Susceptibility Tests. Approved Standard—Eighth. **NCCLS document M2-A8**, Pennsylvania, USA: Edition Wayne, 2003. [5] MARQUES, Vanessa Alves Arruda Investigação dos efeitos do extrato bruto de *Tabebuia avellanedae* e do princípio ativo isolado β -*Lapachona* sobre alguns parâmetros imunológicos em camundongos portadores do tumor ascítico de Ehrlich. / **Vanessa Alves Arruda**. Campinas, SP: [s.n.], 2006. [6] GONÇALVES, Airton Luiz. "Estudo da atividade antimicrobiana de algumas árvores medicinais nativas com potencial de conservação/recuperação de florestas tropicais." (2007): 193-f. [7] MORAIS-BRAGA, M. F. B.; SOUZA, T. M.; SANTOS, K. K. A.; GUEDES, G. M. M.; ANDRADE, J. C.; TINTINO, S. R.; COSTA, J. G. M.; MENEZES, I. R. A.; SARAIVA, A. Á. F.; COUTINHO, H. D. M. Atividade antibacteriana, antifúngica e moduladora da atividade antimicrobiana de frações obtidas de *Lygodiumvenustum* SW. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, v.12, n.1. Chile, 2013; [8] CABRAL, Daniela Lyra de Vasconcelos. Potencial antimicrobiano de plantas da caatinga utilizadas na medicina tradicional como antiinflamatórias. **Recife O autor**, 2014. [9] MICHELIN, D.C. et al. **Rev. bras. farmacogn.** 2005, vol.15, n.4, pp.316-320. [10] NASCIMENTO, G.G.F. et al. Antibacterial activity of plant extracts and phyto chemicals on antibiotic-resistant bacteria. **Brazilian Journal of Microbiology**, v.31, n.4, p.247-56, 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 - Botânica

EPG 012

BNCC: UM OLHAR PARA INCLUSÃO ESCOLAR.

Ana Paula Silva Andrade **JORGE**¹,
Bianka Pires **ANDRE**²

- 1- Mestranda em Cognição e Linguagem, UENF, paula_andrade_bio@yahoo.com.br
- 2- Professora orientadora da pós-graduação, UENF, biankapires@gmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objetivo verificar de que forma o documento de caráter normativo proposto pelo Governo Federal, que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante a Educação Básica, intitulado Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pode favorecer e influenciar por meio das competências e estrutura apresentada o processo de inclusão escolar dos alunos deficientes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a fim de analisar se a estrutura apresentada pela BNCC (2017) é favorável a aprendizagem dos alunos deficientes em escolas de ensino regular, uma vez que a mesma propõem novos caminhos na busca de um ensino equitativo. Os dados analisados sugerem que as novas orientações trazidas pela BNCC, efetivamente implementadas, aliada as práticas pedagógicas adequadas e ao papel mediador do professor podem favorecer a inclusão escolar nas salas de ensino regular

Palavras-chave: BNCC. Educação. Inclusão Escolar.

Abstract

This paper aimed to verify how the normative document proposed by the Federal Government, which defines the set of essential learning that all students should develop during Basic Education, entitled Common National Curriculum Base (BNCC), can favor and influence through the competences and structure presented the process of school inclusion of disabled students. This is a qualitative bibliographic research in order to analyze if the structure presented by BNCC (2017) is favorable to the learning of disabled students in regular schools, since it proposes new ways in the search for a teaching equitable. The data analyzed suggest that the new guidelines brought by the BNCC, effectively implemented, coupled with appropriate pedagogical practices and the mediator role of the teacher may favor school inclusion in mainstream classrooms.

Keywords: BNCC. Education. School inclusion.

1. APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, surgiram diversos movimentos nacionais e internacionais na defesa de uma sociedade inclusiva, na tentativa de minimizar a discriminação, o preconceito e a exclusão social, assim como tudo que impossibilitasse as pessoas com deficiência de terem acesso aos seus direitos. Nesse contexto, diversas políticas públicas foram implantadas, principalmente no âmbito educacional, tendo como marcos para a formalização da proposta de inclusão escolar a Declaração Mundial de Educação Para Todos e a Declaração de Salamanca, que propõem o ensino de qualidade voltado para todos os indivíduos, corroborando como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que aponta que a escola deve garantir a todos os alunos o seu pleno desenvolvimento, promovendo o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, preferencialmente nas salas regulares de ensino.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art.5º ressalta que todos os cidadãos são iguais perante a lei, garantindo o direito a educação; neste sentido surge a Base Nacional Comum Curricular com uma nova proposta no âmbito educacional. A BNCC é um documento de caráter normativo proposto pelo Governo Federal, que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante a Educação Básica, garantindo assim o direito de aprender de todos. A Base está pautada nos princípios éticos e políticos, buscando uma sociedade democrática e inclusiva, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e reafirmada por Rabelo e Amaral (2013), onde destacam a escola como favorecedora do processo de transformação social,

ressaltando que para ocorrer de fato esta inclusão na escola, a educação deve fundamentar-se na ética, nos valores, na justiça social, na liberdade, na pluralidade, na solidariedade e na sustentabilidade. A proposta trazida pela BNCC é integrar a política nacional para Educação Básica e influenciar positivamente na promoção de ações e medidas no que tange as práticas pedagógicas como: à avaliação, formação de professores e infraestrutura das instituições educacionais, buscando assim, garantir um patamar comum a todos os estudantes; neste sentido a BNCC constitui-se instrumento fundamental na constituição da práxis de uma nova forma de se fazer educação.

2. DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho buscou investigar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) favorece a inclusão dos alunos deficientes nas escolas de ensino regular por meio das práticas pedagógicas propostas? Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a fim de analisar se a estrutura proposta pela BNCC (2017) é favorável a aprendizagem dos alunos deficientes em escolas de ensino regular, uma vez que a mesma propõe novos caminhos na busca de um ensino equitativo. Segundo Stainback e Stainback (1999, p.21) o ensino inclusivo pode ser definido como *“a prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras onde as necessidades desses alunos estejam satisfeitas”*. Pensando em atender a todos com igualdade de oportunidade à BNCC se organiza em torno de dez competências, a fim de promover aprendizagem e habilidades do indivíduo, sendo competência *“conceitos e procedimentos que são aliados às práticas cognitivas para promover atitudes, valores e autonomia na resolução de demandas de permeiam nossas vidas”*. As competências propostas pela Base Nacional Comum Curricular se integram e apresentam propostas didáticas para as três etapas da Educação Básica: Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Debruçada sobre os valores da Constituição Federal, apresenta-se as seguintes competências: Conhecimento; Científico, crítico, criativo; Cultural; Comunicação; Cultura Digital; Trabalho e projeto de vida; Argumentação; Auto Conhecimento e cuidado; Empatia e colaboração; Responsabilidade e cidadania. A BNCC propõe que o ensino no país parta do princípio de equidade, sem deixar de atender as singularidades das localidades e dos educandos o que é um fator importante para promoção da inclusão, para Sassaki (1997), a inclusão social se dá enquanto as pessoas que apresentam necessidades especiais se preparam para assumir seu papel na sociedade e em contrapartida a sociedade se adapta para promover esta inclusão. Partindo desta premissa a Base Nacional destaca a importância de alguns aspectos que devem ser considerados durante o processo de construção dos currículos, como a contextualização dos componentes curriculares, a fim de torná-los significativos no lugar e no tempo que em que estão situados; a organização interdisciplinar destes componentes e o fortalecimento das equipes pedagógicas para que sejam incentivados e capacitados à adotar estratégias de ensino mais dinâmicas, interativas e colaborativas; a seleção de metodologias e estratégias diversificadas capazes de atender a diferentes grupos de alunos em seus respectivos ritmos de aprendizagem; a construção e aplicabilidade de procedimentos avaliativos formativos; a seleção, produção e avaliação dos recursos didáticos e tecnológicos usados para apoiar o processo de ensino e aprendizagem; criação e disponibilização de materiais para orientação e apoio aos professores, incluindo formações continuadas. BNCC (2017).

Essas considerações devem ser pensadas e incluídas na construção dos currículos das diferentes modalidades inclusive na Educação Especial, tendo em vista que o objetivo da BNCC é a equidade no ensino. Ao longo da Educação Básica os alunos devem desenvolver as dez competências gerais trazidas pela BNCC, que pretendem garantir a aprendizagem, o desenvolvimento e uma formação humana, capaz de fazê-lo participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. A Educação Infantil em seu eixo estruturante (interações e brincadeiras) devem assegurar seis direitos para à criança, são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. No que tange aos processos avaliativos o documento indica que sejam feitas de maneira progressiva na Educação Infantil, onde após a mediação de todo processo o profissional da educação consiga classificar as crianças em: aptas e não aptas, prontas ou não prontas e maduras ou não maduras, considerando os objetivos para cada faixa etária.

Para o Ensino Fundamental por ser tratar de uma longa etapa escolar, com duração de nove anos, abarcando alunos de seis a quatorze anos, é caracterizada por inúmeros desafios, uma vez que durante esse período o educando vivenciará as mais diversas descobertas e experiências, com esse olhar o documento segue relatando a importância de se propor práticas pedagógicas em que os alunos se identifiquem e se sintam motivados a aprender. Para esta etapa a Base estabelece que os currículos e planos se organizem em cinco áreas do

conhecimento, são elas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201024, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010). Sob essa perspectiva os processos avaliativos, necessitam ser moldados à nova proposta da BNCC, portanto, devem ser dinâmicos, diferenciados e ativos, não há a possibilidade de que se continue a utilizar velhos métodos de avaliação uma vez que a proposta foi elaborada com outra estrutura. Indica-se que portfólios, mentoria, monitoria, feedback e auto-avaliação estejam incluídos nestes processos, permitindo que o aluno tenha seu potencial reconhecido e trabalhado dentro dos seus avanços acadêmicos. Para os anos finais da educação básica, o Ensino Médio o objetivo é consolidar os conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores e oportunizar a sequência nos estudos do aluno que assim desejar. atividades de caráter avaliativo devem ser adaptadas a proposta curricular, sem eximir do objetivo de promover e valorizar as diversas habilidades apresentadas pelos alunos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise conclui-se que a proposta da BNCC efetivamente implementada pode favorecer a inclusão escolar nas salas de ensino regular, uma vez que as diferentes competências permite trabalhar diversas habilidades, possibilitando que o professor utilize estratégias de ensino que o aluno deficiente se identifica e se sinta valorizado, neste contexto as práticas pedagógicas sugeridas são dinâmicas e interativas, podendo facilmente serem pensadas para atender a necessidades dos alunos deficientes, assim como os processos avaliativos que são capazes acompanhar o aluno em seus avanços e conquistas, tornando o processo de ensinagem prazeroso e satisfatório para ambos, promovendo assim a interação do deficiente com os profissionais, métodos e conteúdos, identificação com a escola, com o ensino e acolhimento, o que é essencial no processo de inclusão escolar.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília/ DF, 2013

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília/DF, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília, DF: Senado, 1996.

RABELO, Annete Scotti. AMARAL, Inez Janaina de Lima. A formação do professor para a inclusão escolar: questões curriculares do curso de Pedagogia. In: LISITA, Verbena Moreira Soares de Sousa; SOUSA, Luciana Freire Ernesto Coelho Pereira (Orgs). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

SASSAKI, R. K.. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

EPG 013

CONCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA NO PENSAMENTO DO BAIXO MEDIEVO PORTUGUÊS

Jonathan Mendes Gomes¹²

RESUMO:

O trabalho consiste na compreensão de parte do conjunto de representações que a sociedade do baixo medievo produziu acerca da natureza e seus elementos, usando como exemplo o caso português. Utiliza-se como fonte primária um conjunto de obras literárias portuguesas enquadradas sob o nome de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis. A partir da análise do material selecionado das mesmas orienta-se, inicialmente, por uma reflexão acerca do desenvolvimento de valores aplicados à natureza pela sociedade medieval, que não se resumem ao âmbito material e de subsistência, devendo considerar também o campo simbólico. Discute também as principais representações da natureza no imaginário medieval, considerando seu caráter de totalidade da criação divina, bem como as diferentes sensibilidades por que o homem medieval passou em sua relação com o meio natural. Por fim, apresenta a valorização que o pensamento medieval deu à natureza como instrumento privilegiado de absorção e apreensão de conhecimentos e saberes, fornecidos pelo Criador, mostrando também que as obras indicam como alcançar os mesmos a partir de determinados procedimentos. O trabalho se baseia metodologicamente em análise do discurso, selecionando trechos das obras contendo palavras e expressões cujo desvelar do valor semântico serviu para compreensão das temáticas elencadas.

Palavras-Chave: Imaginário Medieval. Literatura Medieval. Espaço Natural.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, associado à História Cultural e das Mentalidades, direciona-se a uma análise sobre o imaginário da sociedade medieval, focando especificamente em Portugal, nos primeiros reinados da Dinastia de Avis, de 1385 a 1477, período que engloba os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V.

Trata-se de desvendar os principais valores que a Idade Média aplicou à natureza, considerando que sua relação com o homem, no período, vai além de fonte de subsistência, o que justifica a necessidade de se dar atenção ao aparato ideológico por trás das interpretações que o homem medieval forneceu a esta entidade.

Uma parte do *corpus* documental utilizado para esta pesquisa é composta por algumas obras literárias, que se inserem num conjunto mais amplo denominado pelos estudiosos de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis, e ligando-se assim, a uma série de tratados técnicos e didáticos originalmente portugueses que os precederam.

Deste conjunto foram selecionadas para análise as seguintes: *O Livro de Montaria* de D. João I, considerado um “doutrinal de cinegética”, com ensinamentos sobre a experiência monteira, a arte de caçar a cavalo; *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela* de D. Duarte enquanto, um manual de equitação, pretendendo resgatar o culto à arte de saber andar a cavalo; *O Livro de Falcoaria* de Pêro Menino, falcoeiro do rei D. Fernando, um manual referente à cetraria, uma modalidade de caça em que se usava aves de rapina domesticadas para a perseguição de animais menores; *O Livro de Alveitaria* de Mestre Giraldo, médico do rei D. Dinis, que trata dos cuidados e condições necessárias à domesticação e cuidado das enfermidades dos cavalos; *O Livro de citraria e experiências de alguns caçadores*, cujo nome do autor se mantém anônimo, tratando de uma variedade de aves bem como suas condições de cuidado e higiene.

Somam-se a esta literatura técnica, outra de caráter distinto: *Uma versão portuguesa da história natural das aves do século XIV*, escrita por um autor desconhecido e, assim como outros bestiários do período, descreve a natureza e propriedades de diferentes aves, acrescentando analogias entre o comportamento das aves e os costumes dos homens, bem como misturando descrições de cunho mais científico com as fantasiosas.

¹² Doutor em História Social pela UFF. Professor do curso de Licenciatura em História da UEMG – Unidade Carangola. Contato: jonathanmdna@gmail.com.

Com base nesse contexto, e nas fontes selecionadas, objetivou-se demonstrar aqui também, a importância dos elementos naturais, especialmente através dos jogos medievais da nobreza de que as fontes tratam, como via de acesso aos saberes; além do por que, e de que forma, esta literatura é considerada mais eficaz do que as outras para transmitir saberes, tendo em vista sua relação mais direta com elementos já cotidianos da nobreza medieval.

A chamada Literatura Técnica da dinastia de Avis deve ser analisada como componente importante da prosa moralística, devido seu forte conteúdo normativo. Assim, age como fonte veiculadora de um código de condutas nesta sociedade, destacando o novo papel pedagógico, não puramente militar, que as atividades físicas ganham neste período, como disciplinadoras da violência da nobreza.

Ou seja, a proposta de estudar a prosa moralística de Avis como veículo de disseminação de valores e ideias que compõem uma cultura aristocrática em formação, torna necessário analisar o texto não apenas como um produto isolado que fala por si, mas como um produto entre enunciador e enunciatário, em que aquele se propõe como tradutor de símbolos compartilhados entre ambas as partes, sendo responsável por transmitir o papel que escolheu a cada um.

Flamarion e Vainfas (1997) refletem em *Domínios da História*, que o pressuposto essencial das metodologias aplicadas aos discursos é não aceitá-los como algo transparente, e sempre entendê-los relacionados ao social. Análises prévias de algumas fontes primárias demonstram a possibilidade de se trabalhar sob a perspectiva proposta, procedendo com a seleção de extratos dos textos literários que contem expressões e palavras, relacionadas a chaves de leitura que permitem perceber os campos semânticos por onde o discurso expressa sentido.

2 VALORES APLICADOS À NATUREZA NO PERÍODO TARDO MEDIEVAL

O primeiro dado que se deve elucidar no que tange ao estudo das relações desenvolvidas entre a sociedade medieval e o meio natural, é que este período histórico, mesmo em seu “outono”, na Baixa Idade Média, foi caracterizado por um considerável nível de dependência da natureza e de seus recursos, seja para o transporte, alimento, vestuário, combustível, ou trabalho. Este fator resultou não apenas de um domínio da produção agrícola como atividade produtiva fundamental, mas também da insuficiência de um instrumental científico consolidado, que lhe permitisse maior previsão e controle dos fenômenos naturais (FRÓES, 2011, p. 115).

Todavia, a dinâmica que perpassa pelas formas de apropriação do meio natural, incluindo a absorção de conhecimentos através deste, vai além do pragmatismo que marca a utilização da natureza, através do trabalho camponês na terra, como instrumento base para desenvolvimento de uma atividade primária capaz de prover sustentos para esta civilização (em grande parte agrária). Notadamente porque, estas relações só se estabelecem e se reproduzem devido à existência de um mecanismo que as legitima, e que implica na criação de um vasto sistema de representações da natureza por esta sociedade medieval.

A partir destas informações, parte-se do pressuposto de se considerar a natureza sob a perspectiva de Micheli que, adentrando seus densos significados, designa que este termo, em acepção geral, indica o conjunto de todos os seres que surgiram e vivem sobre a Terra, aludindo particularmente aos seus princípios constitutivos essenciais. A assertiva em questão apresenta, quanto à definição da natureza, uma intrínseca conexão entre duas importantes características: totalidade e essencialidade. Estas, por sua vez, associam-se pelo aspecto da espontaneidade, o qual acrescenta à ideia acima o fato de que todas estas “coisas existentes nasceram segundo princípios constitutivos essenciais, dados e não impostos pelo homem, que regulam o processo de nascimento das coisas” (MICHELI, 1989, p. 13).

Ainda que abordemos a natureza como esta unidade de todos os seres, e regida por normas não impostas pelo homem, se isto não responde a todas as indagações de algumas sociedades atuais, a situação se torna mais complexa no que diz respeito à sociedade medieval. Esta ainda tinha que se responder, quanto a esta questão, quem havia criado tal totalidade de coisas e quem redigira as regras que regia seu funcionamento, o que conseqüentemente culminou na formação de todo um conjunto de representações pelo imaginário do período medieval.

3 A NATUREZA NAS REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL

Na Idade Média do Ocidente europeu vigorou uma visão global do universo destacando Deus como o modelador e ordenador por excelência de toda a Criação, que incorpora a natureza: “Disse Moisés e disse a verdade, que no primeiro começo, que Deus criara os céus e a terra e todas as outras criaturas; que criara o homem e quando o criou que disse: façamos homem a similitão nossa” (JOÃO I, 2003, p. 3); e ainda

E por tanto diz e nos liures somos. ca toda a nossa uida he no nome de deus. que nenguu non pode uencer que fez o ceo e a terra e totalas cousas que eles son (...) Diz aqui san Iheronimo se animalhas que son de pequeno ualor non ueen a terra que o deus non sabha (AZEVEDO, 1925, p. 142).

Os extratos acima permitem acompanhar e comprovar esta tendência inserida em toda a concepção medieval, e que se reflete explicitamente nas mais variadas fontes literárias do período: Deus aparecendo claramente como criador único do mundo e, por conseguinte, da natureza, incluindo nela todos os seus componentes existentes, seja humano, animal, vegetal, e mesmo o mineral. A forte crença nesta autoridade superior divina é seguida pelo estabelecimento de características como onipotência, visto que tudo que se encontra na natureza existiria pela obra e vontade de Deus, e onisciência, uma vez que não existiria nada, nem mesmo uma mísera criatura, vivendo sem o conhecimento e consentimento Dele.

Esta concepção de mundo, propagada durante todo o período medieval, parece ter se consolidado no século XII, quando a base cristã fora acrescida de outras referências como a humanista (CURTIUS, 1995, p. 180), justificando a visão da natureza como espaço onde tudo se encontraria unido e alocado em seu lugar específico, e cuja função seria acomodar a ordem divina e as forças vitais que a compõem. Ao que parece, alguns textos literários apresentam esta ordem divina acompanhada de dois sentidos: o da vontade divina, ou comando imposto pelo Criador, e o da organização divina, ou posicionamento de elementos da Criação. Embora ambos os sentidos façam parte dos atributos do trabalho divino.

Contra esta razão, os que tinham que a carne era melhor disseram que esta razão não valia nada, no que dizem que Deus ordenou que as animálias fossem criadas de leite e que assim pareceria que até a fim tal deveria ser o seu mantimento; e neste dizer disseram que são errados, ca bem parece que assim em como lhes Deus deu na primeira criação a comer leite, que assim lhes deu, depois que foram grandes, as outras coisas, porque todas as animálias são mantidas e que bem parece que Deus não ordenou que as animálias fossem sempre governadas por leite, senão a tempo certo (JOÃO I, 2003, p. 36).

Somam-se a estas ideias, a de que se a vida de todos os seres deve-se em nome de Deus, sua responsabilidade não se resumiu apenas à criação e disposição dos componentes físicos desta, como o corpo, mas também quanto aos componentes espirituais, como a alma. Portanto, não se poderia viver sem suas mercês e graça divina, pois sem estas nada aconteceria na vida.

E sse presunçom, soberva ou vã gloria querem fazer levantar e trestimba[ndo] cayr, perdendo algũus começos de bem da alma e do corpo que deos nos tem outorgados, logo apresentando ante nossa renembrancha cam pouco per nos vallemos e podemos, conhecendo nossos fallicimentos seremos guardados com sua graça de cayr per os erros suso scriptos (DUARTE, 1986, p. 26).

Vos que sodes perdurauis non deuedes temer nen doudar que aiades de uiuer sen a prouison e sen a mercee de deus. E por tanto diz o filho de deus no euangelho. No queyrades temer os que matan o corpo, ca non podem matar as almas dos homês (AZEVEDO, 1925, p. 142).

Isto se acumulou em toda uma ideologia que considerava Deus como responsável não apenas pelo mundo visível e mundano, mas também pelo que estava fora deste, isto é, o mundo invisível e espiritual. Mais ainda, desenvolveu-se também a crença de que estes dois mundos conviviam entre si, intermediados por Deus

e sua maior expressão, a natureza, bem como que esta apresentava-se como reflexo daquela outra realidade, sagrada e além da vivida. Esta posição dos elementos presentes na natureza, por muito tempo mantendo-se sensíveis e estranhos, aos olhos dos medievais, justifica o amplo vigor de uma postura interpretativa, guiada pelo sagrado cristão, que suscitou na constante busca por significados ocultos (DELORT, 1982, p. 61).

Ressalta-se aqui, no que diz respeito às representações que a Idade Média forneceu à natureza, que não se deve levar em consideração apenas referências do domínio do divino e do sagrado. Afinal, além de seus atributos visíveis, esta também aparece, aos olhos dos homens do período, habitada e governada por uma gama de lugares misteriosos, seres fantásticos, poderes invisíveis e forças superiores, vindos de diferentes heranças culturais. Todos estes elementos apresentavam-se com consciência e vontade próprias nos momentos em que se relacionavam entre si e com os homens, ainda que o sagrado cristão se sustentasse como grande mediador destes contatos.

Jacques Le Goff, por exemplo, traçou o papel da floresta, e das atividades nela desenvolvidas, na mentalidade medieval, considerando-a como um espaço que agrupava realidades múltiplas, tanto materiais quanto espirituais. Era o espaço por excelência da cultura cavaleiresca, visto que continha toda sorte de aventuras e provações aos cavaleiros que pretendiam testar suas habilidades. Também retratada como “floresta traidora, pois ela é; em termos de moral feudal, o lugar das alucinações, das tentações e dos embustes característicos do simbolismo do deserto” (LE GOFF, 1994, p. 96-97). Enfim, condensava os mais lendários terrores tornando-se território de inúmeras incursões sobrenaturais e mágicas, do diabólico, onde animais selvagens, exóticos e monstros habitavam-na e assombravam-na.

Emanando extensa carga simbólica, o repertório fundamental do maravilhoso muitas vezes relacionou a representação da natureza com as maravilhas do mundo. A importância deste maravilhoso para a sociedade medieval, além da função de compensação e contrapeso à regularidade e realidade cotidiana, está em seu constante uso de variados elementos do mundo natural, guiando-o para o campo da representação simbólica e moralizante, fornecendo significações e explicações para maravilhas animais, por exemplo.

No que tange às ligações da natureza com este último aspecto, o maravilhoso, há que se constatar considerável intensidade. Era conhecido no medievo sob a designação *mirabilis*, incluindo “todo um imaginário que se pode ordenar em volta desse apelo a um sentido, o da vista, e de uma série de imagens e de metáforas visuais” (LE GOFF, 1994, p. 46). Apesar de também se relacionar com o sobrenatural, diferencia-se do *miraculosus*, por este se constituir no sobrenatural cristão cujo único autor seria Deus, enquanto aquele, relegado à *superstição* pela Igreja, recebera heranças continuadas de raízes pré-cristãs. Tanto que passara, durante a Alta Idade Média, por certa repressão ou ocultação de elementos pagãos, ainda que não deixasse de seduzir as pessoas, para irromper novamente nos séculos XII/XIII, principalmente devido ao interesse de uma cultura cavaleiresca em constituir uma identidade própria.

O maravilhoso fascina também os que não podem viajar, pois inunda a criação literária, científica, artística e até cartográfica. As imagens que se faz da Terra, nos séculos XII e XIII, dá lugar a descrições fantasiosas e lendas fabulosas. O gosto do público corrobora a ignorância e credulidade dos autores, levando-os a ampliar os relatos extraordinários. A Índia é a mais atraente em mistérios e prodígios, e também a Etiópia. Aliás, não era preciso recorrer aos livros ou a viagens a lugares distantes para entrar em contato com tais maravilhas. Bastava ao cavaleiro atravessar charnecas, rios, ou florestas, dotados de referências mágicas ou malignas, para penetrar no reino de fadas e deuses, mais fascinantes que perturbadores, ou encontrar animais que lhe falavam (PASTOUREAU, 1989, p. 170-171). O universo animal é lugar privilegiado onde se precipitam crenças, esperanças e fantasias da população medieval.

A ideologia civilizadora monárquica, fundamentada por suas intenções político-sociais, já havia se apropriado do maravilhoso, juntamente com seus simbolismos apropriados de atributos da natureza, para legitimar seus fins. Os espelhos de príncipes, principal referência literária quanto ao imaginário régio do período medieval, usavam com recorrência a analogia com a sociedade animal. Mais do que isto, este maravilhoso era usado para exibição ou propaganda do poderio. Um bom exemplo disto dá-se com o uso da heráldica e dos brasões, e a busca por origens míticas e lendárias feita pelas dinastias régias e famílias nobres (LE GOFF, 2006, p. 411), como os Plantagenetas e os *lusignans* associando sua ascendência à Melusina¹³.

¹³ Apesar de sua filiação com sociedades mais antigas, Jacques Le Goff afirma ser a Melusina uma criação medieval, desenvolvida principalmente a partir do século XII na cultura cavaleiresca. Trata-se a lenda de uma personagem feminina e

Por outro lado, em outros textos, a natureza aparece, repleta de alegorias, como tópico poético relacionado ao espaço natural cultivado (jardins) onde se classificava os elementos de acordo com cada sentido. A retórica literária medieval, herdada de exercícios da antiguidade, se apropriara desde cedo da natureza, criando uma representação desta ao invocar a paisagem ideal da poesia como tradição fixa, embora as descrições também estivessem bem além de refletir a realidade (CURTIUS, 1995, p. 263). Assim, a natureza apareceu durante muito tempo pintada de forma fantástica, muitas vezes repleta de fauna e flora exóticas, quando não fabulosas.

A estas heranças da antiguidade uniram-se alguns simbolismos cristãos na representação deste espaço natural, especialmente os relacionados com o Jardim do Éden. Segundo Vânia Fróes,

O campo, por exemplo, aparece como uma conotação edênica, pastoril, lírica, vinculada à noção messiânica e fortemente associada ao espaço presépio. A noção de horto, pomar, jardim é um símbolo comum a toda a Europa cristã e aparece sempre ligada ao paraíso terreal referenciado no Gênesis e fortemente reforçado pelo discurso franciscano (FRÓES, 1993, p. 190).

Esta paisagem possuía sempre um caráter prazeroso, ausente de fome e doenças, exibindo a fertilidade como elemento fundamental através de uma variedade de grupos de árvores, florestas com fontes, bosques e prados regozijantes. Tratava-se do *topos* do ambiente ameno (*locus amoenus*), geralmente bucólico, que consistia num lugar propício ao ócio/fruição/prazer, ao amor, aos sentidos e à arte, embora o uso de elementos estilísticos de luxo e riqueza não se coadunem com a real contemplação destas paisagens.

Quanto à valorização da *tempe* (bosque selvagem ou silvestre), muito colaborou o avanço da novela cortesã e cavaleiresca do século XII e as informações geográficas e topográficas da epopeia medieval, embora às vezes apareça fundido com a paisagem amena em seu centro, e sempre com analogias entre seus elementos naturais e a sociedade (FRÓES, 1993, p. 287).

Ou seja, tanto a natureza era responsável por modelar as estruturas mentais do homem profundamente com seus efeitos, quanto o sagrado, que tratava a sociedade do medievo como reflexo da providência divina, influenciava as atitudes cotidianas para o mundo natural. Afinal, o mundo natural e o mundo social sempre possuíram no período medieval uma relação de equivalência, uma vez que acredita-se que as concepções de mundo/natureza funcionam através de regras que refletem as estruturas sociais e suas hierarquias. Passaremos a uma dessas atitudes relacionadas à natureza, ligada a uma de suas mais fortes representações.

4 IMPORTÂNCIA DA NATUREZA COMO INSTRUMENTO DO SABER

Pretendeu-se condensar mais acima, no que concerne à percepção da natureza durante a Idade Média, a ideia de que esta fora interpretada prioritariamente, durante praticamente todo este período, de acordo com suas relações com a criação divina, isto é, a natureza como expressão dos desígnios deste Deus.

Entretanto, deve-se ressaltar que, no interior desta sociedade agrária, a natureza não assumia o caráter de dádiva divina apenas no que diz respeito a seu papel de principal fonte de alimentação e subsistência humanas. Prova disto nos fornece Tullio Gregory (2006, p. 263-264), ao revelar que uma das representações mais relevantes da natureza, reforçada a partir do século XI, configura-a como o grande manancial de onde se extrai todo o conjunto de conhecimentos, saberes e técnicas, que o homem medieval poderia sorver e resguardar.

diabólica (portanto, expulsa por ritos cristãos) encontrada em bosques e charnecas por um cavaleiro. Após ser desposada, fornece ao marido não apenas uma prole exótica, como também prosperidade. Esta termina quando a família lhe trai, observando-a no banho em sua forma original (dragão ou serpente), fazendo Melusina desaparecer lançando maldições agrárias. Associada às próprias estruturas sociais e ideológicas, a lenda representa o ventre de onde saiu uma nobre descendência. É a encarnação social e mágica da ambição social da pequena e média aristocracia (cavaleiros e *militēs*), desejosos de alargar as fronteiras de seus senhorios (terras, castelos, cidades e linhagem). Esta suscita no XII uma cultura própria, cujo veículo será a bagagem cultural cavaleiresca enriquecida do maravilhoso popular (Cf. LE GOFF, 1989, p. 291 Et. Seq).

Tal visão converge inicialmente com a vigência de uma concepção onde a origem de todo o saber recai unicamente sobre Deus, o Ser Supremo, tendo em vista a crença de que este criara sozinho todo o universo. A literatura medieval é avultada de passagens onde Deus se destaca não apenas como o ser onisciente, ou seja, aquele que sabe de todas as coisas, mas também como fonte de onde emanou todo o conhecimento existente, do mais simples ao mais elevado. Do mesmo modo Deus é o responsável por fornecer a capacidade de entender a todos os seres sapientes, inclusive aos mais dotados como no caso dos pregadores. Deus é a fonte de racionalidade, visto que o homem puxou essa virtude de seu criador, que o fez a sua semelhança.

(...) primeiramente os que disseram que era melhor de lhes darem a comer leite, que era o melhor comer que os monteiros aos cães poderiam dar, esforçando sua razão, disseram que Deus, que sabe todas as coisas, ordenou que o mantimento das criaturas que animálias fossem, que fossem criadas de leite; e pois que o Deus assim ordenava, bem parece que o seu mantimento de leite devia ser também no começo, como até fossem grandes (JOÃO I, 2003, p. 36).

E certáa cousa he que toda esto há o galo de deus cuio entendimento obra totalas creaturas que entendimento am. E aquelas ainda que sse non mouen se non per sãs uertudes naturaes que am. ca todo conhocer e todo mouer non pode séer sem deus. E porque as obras do galo que ditas son. semelhansse com as obras do préégador. portanto pelo galo entendemos o préégador (...) Mais onde auera o préégador tan grande entendimento se lho deus nõ der? Ca assi dizen os santos em uão trabalha a lengua do préégador. se dentro non for cõ ele a graça do saluador (...) (AZEVEDO, 1925, p. 134).

Percebe-se, a partir dos exemplos das fontes, a ideia presente no medievo de que todas as criaturas aptas a adquirirem o atributo do "entendimento", e agirem de acordo com ele, alcançaram-no segundo uma graça doada por Deus, que os permitiu usá-lo conforme seus desígnios. Isto implica em outro aspecto, complementar, no qual Deus está por trás de todas as tarefas, atividades e movimentos executados pelos seres providos de tal atributo, de acordo com a forma que o receberam. E isto vale mais ainda para as atividades que exigem maior conteúdo intelectual e raciocínio.

Em nome de nosso senhor Jesu Cristo: Segundo he mandado que todallas cousas façamos, ajudando aquel dito que de fazer livros nom he fim, por algũu meu spaço e folgança, conhecendo que a manha de seer boo cavalgador he hũa das principaaes que os senhores cavalleiros e scudeiros devem aver, screvo algũas cousas per que seran ajudados pera a melhor percalçar os que as leerem com boa voontade e quiserem fazer o que per mym em esto lhes for declarado (DUARTE, 1986, p. 1).

(...) porende o muy noble Senhor rrey dom donjs mandou a my meestre giraldo que compoesse e hordenasse hũu liuro ho mjlor que e my semelhasse em que conpillasse hordenamente todallas coussas que ssom contheudas em cada hũu destes liuros suso dictos / E eu coom ajuda de deos assy trelladey e hordeney todo per linguagem portugûês o mjlor que pude e entendy (MESTRE GIRALDO, 1909, p. 2).

Mais do que isto, ainda que a virtude do conhecimento pertença ao conteúdo espiritual do homem, sendo por isso mesmo tão eterna quanto este, uma das obrigações prioritárias daqueles que a possuem é se empenhar no aperfeiçoamento e elevação dessa virtude, o que é atingido através do constante e profundo conhecimento das coisas divinas, seguido pelo auto-conhecimento.

(...) e assim, quanto se a virtude mais achega a conhecer o seu Deus, tanto é a virtude mais perfeita, assim como estas coisas que os homens têm para conhecerem seu Deus, não as podem alcançar senão pelo conhecimento. Ainda mais, como a alma dura por sempre, assim esta virtude de conhecer dura com a alma por sempre; (...) ca ao

homem cumpre primeiramente, depois do conhecimento de Deus, conhecer si mesmo, quem é e o que é e que poder tem; e depois se o tem de si ou de outrem e conhecer se o tem de outrem e porque lho quis dar, se pelos seus merecimentos, se por sua própria graça (JOÃO I, 2003, p. 49).

Assim, levando em consideração que um dos deveres essenciais daqueles providos de entendimento seria conhecer seu Deus e depois a si, logo, consegue-se compreender que a natureza, como uma das grandes obras de Deus e expressão máxima de sua sabedoria, destacar-se-ia como um dos instrumentos mais valiosos de apreensão de conhecimentos do mundo, seja sobre Deus e o além, seja sobre os homens ou sobre as demais espécies. Ou seja, visto que cada um dos componentes do mundo natural fora criado pelo mesmo ser de quem originou o conhecimento, então o contato com estes elementos não faz mais do que contribuir positivamente com esta faculdade do “entendimento”.

E quanto ao cheirar, quando homem vai por alguns prados e por sob algumas arvores que cheirem bem, alguma coisa de bem podem fazer ao entender de folgança de sentido (...) e o porque, nenhum dos jogos não corrige assim todos os sentidos em geral para corrigir o entender do seu enfadamento, que recebe pelas coisas nojasas que lhe são demonstradas pelos sentidos, como este jogo de andar ao monte (JOÃO I, 2003, p. 18).

Este pensamento se apresentou simbolicamente aos olhares medievais, os quais visualizaram a natureza como o grande livro, escrito pelas mãos divinas, onde encontravam-se contidos os ensinamentos a serem apreendidos. Ernst Curtius (1995, p. 452) disserta não apenas sobre a crença de que cada criatura seria, por si só, um livro, mas em como, sob a pena de determinados autores medievais, este pensamento alcançou proporções maiores.

Segundo o autor, desenvolveu-se neste período, mais em direção ao baixo medievo, a consideração de que este processo de acumulação e compreensão de conhecimentos através do “texto” da natureza seria talvez melhor que nos livros escritos, ou ainda que seria o princípio inicial de absorção, para somente depois registrá-los em livro escrito. Algumas passagens da literatura medieval corroboram com este pensamento, demonstrando a ideia de como os antigos, antes de aprenderem a escrita, possuíam o hábito de apreender seus saberes sem os livros, embora se admita que o advento destes tivesse importância para a manutenção dos conhecimentos.

(...) e depois que o homem assim foi criado, foi razoável e sabedor; e depois vieram os homens de geração em geração e começaram a provar as coisas e os conhecimentos delas e viram que aqueles que algumas coisas sabem, tanto que morriam eles, os outros que depois deles vinham perdiam os saberes; por ende, por se perceberem de se os saberes não perderem, cataram as figuras das letras e nomearam-nas e fizeram em como se por elas não perdessem os saberes; e então começaram a escrever livros em que os puseram; e assim outros fizeram livros de Gramática e de Retorica e outros muitos livros que falam de muitas coisas. Fizeram outrossim livros de Física e de Cirurgia e de Alveitaria e de Falcoaria e doutras muitas artes que seriam longas de contar (JOÃO I, 2003, p. 3).

Outros autores do período, como D. Duarte, apesar de defenderem veementemente a relevância e vantagem de se escrever a obra de conhecimentos a que se dedica, deixam explícito a relação entre conhecimento e aprendizado natural, afirmando a possibilidade dos saberes serem apreendidos individualmente, sem o auxílio de obras escritas. Isto vai ao encontro da ideia anterior de que a natureza é um lugar propício a se absorver conhecimentos, aliás, em muitos aspectos, até mais prioritário que na sabedoria livresca.

Screvendo esto, algũus disserom que nom deveria filhar tal cuidado quem outros tantos e tam grandes sempre tem; e desy que esta manha cada hũu per sy a depende, e porem era scusado sobr'ello escrever (DUARTE, 1986, p. 2)

Ao[s] que dizem que esta manha sem livro se deprende, digo que he verdade. Mas entendo que a moor parte de todos acharam grande vantagem em leerem bem todo esto que screvo (DUARTE, 1986, p. 3).

Unida a esta geral tendência de procurar na ordem sagrada presentificada como natureza, os elementos de composição dos conhecimentos oferecidos pela sabedoria divina, o pensamento medieval, durante boa parte do período em questão, também mostrou uma postura onde “nunca deixou verdadeiramente de considerar, ao lado dos pensadores e intelectuais da Idade Média, principalmente patrísticos, o grande avanço intelectual e filosófico que os mestres da antiguidade clássica haviam, em seu tempo, conseguido” (FONSECA, 2004, p. 163).

De fato, o movimento conduzido em torno dos saberes guiava-os, na maior parte das vezes, a uma adaptação de uma série de heranças filosóficas da antiguidade, especialmente a matriz aristotélica, às demandas do sagrado cristão. Um bom exemplo disto nos demonstra as concepções filosóficas da natureza, ou o que se denomina de naturalismo filosófico, as quais foram influenciadas durante o período medieval, assim como todo o pensamento da época, por múltiplas concepções cujas variações se combinavam:

quer o naturalismo grego, cujo conteúdo essencial, de forma lábil e indireta, sempre esteve presente no pensamento medieval, quer as doutrinas da natureza que se encontram em contextos filosóficos mais gerais, como as de inspiração platônica, neoplatônica e aristotélica, que tinham tido, na Idade Média, múltiplas elaborações, muitas vezes por intermédio das interpretações árabes, quer teorias filosóficas sobre a natureza tecnicamente definidas, como as mágico-astrológicas, e outros elementos ainda (MICHELI, 1989, p. 21).

Fonseca enfatiza que este naturalismo de matriz filosófica, com frequente absorção de influências antigas, constituiu-se, durante quase todo o medievo, como a postura vigente em relação à percepção do conhecimento natural. Tal vigência explicar-se-ia, em grande parte, devido “a disposição medieval a uma relativa ‘desmotivação’ mental dos seus filósofos e intelectuais em aproximarem-se da natureza de maneira mais objetiva e independente” (FONSCA, 2004, p. 163).

Todavia, discutindo sobre os mecanismos de se alcançar a compreensão das partes que constituem o mundo, o que inclui os elementos naturais, Micheli (1989, p. 14) demonstra que esta postura essencialmente filosófica é apenas uma das importantes vias de acesso neste processo, que abrange outra de caráter científico. Percebe-se entre as duas posturas, filosófica e científica, a existência de relevantes distinções quanto à metodologia utilizada na realização do processo, que possui objetivos diferentes, bem como nas finalidades atribuídas ao ato cognitivo, que é global no primeiro caso, e articulado em formas circunstanciadas e precisas, no segundo.

Compreende-se o quão anacrônico pode parecer a consideração do termo “científico” para definição de qualquer atividade intelectual exercida no medievo. No entanto, o período conhecido como Baixa Idade Média parece já demonstrar indícios da gestação, em determinados segmentos desta sociedade, de uma postura direcionada à valorização de um precoce espírito de investigação científica e objetiva, também inspirados na conquista dos antigos, mas ainda relutante.

Apesar disto, o avanço presenciado neste aspecto durante o medievo acontecera bem devagar, gerando um considerável período/espço de convivência e interação entre as duas posturas. Com base nesses dados, cabe agora, no restante do capítulo, analisar as expressões de ambas no âmbito das práticas e do pensamento medieval, avaliando os mecanismos de observação, extração e reprodução dos saberes através do meio natural, bem como os elementos que lhe serviram de matéria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a serventia da literatura selecionada aos anseios de um discurso civilizador voltado à construção de um ambiente onde os impulsos da nobreza seriam controlados, corroborando assim com o processo de centralização do poder monárquico. Ou seja, cabe nesta conjuntura, identificar as diretrizes do discurso, através das releituras realizadas nos antigos ideais da cavalaria a favor da realeza, visando produzir novos significados aos comportamentos e sentimentos, e, desta forma, adaptar a visão de mundo desta

sociedade ao novo poder vigente.

Com este referencial desenvolve-se a ideia da importância da literatura técnica, unida às atividades lúdicas, como mecanismos de difusão dos novos costumes com os quais os governantes pretenderam normatizar seu círculo mais próximo de funcionários, usados por ele como instrumentos de exercício do governo, mas também como legitimadores de sua distinção e dignidade diante de todos os demais. Isto porque os jogos, elementos já utilizados pela nobreza como exercícios pedagógicos voltados para atividades militares, passaram a representar um instrumento prático para a moralização das condutas dos nobres, a serem modeladas à imagem do rei.

Durante o medievo, a natureza mantinha forte papel na modelagem das estruturas mentais do homem, bem como apresentava-se como fonte de absorção e saberes, com os quais se alcançaria a sabedoria, dom divino. Huizinga (1924, p. 233) ressalta que além de as formas de pensamento medievais não se concentram apenas em especulações teológicas e filosóficas dos contemplativos e místicos, estavam mais abertas à espontaneidade e a novas experiências quando vindas da sabedoria prática e da moral corrente, oriundas da vida ordinária e da *maneira de observar e exprimir as coisas triviais e comuns*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Pedro (Org.). Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV. In: **Revista Lusitana**, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CURTIUS, Ernst R. **Literatura Europea y Edad Media Latina**. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1995. Vol. I e II.

DELORT, Robert. **La vie au Moyen Age**. Paris: Seuil, 1982.

DUARTE, D. **Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

FONSECA, P. C. L. Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza. In: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (Org.). **Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004. Vol. 1.

FRÓES, Vânia L. O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 129, 2011.

FRÓES, Vânia L. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas. In: **Actas do Congresso Internacional de História. Missionaçãõ portuguesa e encontro de culturas**, Braga, vol. III, 1993.

GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. Vol. II.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países Baixos nos séculos XIV e XV**. Lisboa: Ed. Ulisséia.

JOÃO I, D. **Livro da Montaria**. Ericeira: Mar de Letras, 2003.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. Vol. II,

MESTRE GIRALDO. Livro de Alveitaria. In: **Revista Lusitana**, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909.

MICHELI, Gianni. Natureza. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Biblioteca Einaudi**: Homo - Domesticação; Cultura Material. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989. Vol. 16.

PASTOUREAU, Michel. **No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda**: França e Inglaterra, séculos XII e XIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

EPG -014

O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS\FUNDEB: IMPORTÂNCIA E ATUAÇÃO

Elizete Oliveira de **ANDRADE** (PQ – elizete.andrade@uemg.br)¹,
_Maria Aparecida da **SILVA** (PQ – cidinhasilva0512@gmail.com)²,
Marisa Cristina **MACEDO** (PQ – isamacedo30@yahoo.com.br)³

1 – Professora do Departamento de Ciências Humanas da UEMG/Unidade Carangola; 2 – Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Carangola; 3 – Coordenadora de Projetos e Programas Educacionais – SME/Carangola.

Palavras-chave: CACS/FUNDEB, controle social, participação popular, recursos públicos.

APRESENTAÇÃO:

Apresentamos neste texto os resultados de um estudo realizado em parceria da Universidade do Estado de Minas Gerais / Unidade Carangola com a Secretaria Municipal de Educação de Carangola sobre o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, desse município. O objetivo da pesquisa foi compreender e analisar a atuação desse Conselho no município de Carangola/MG no referente ao acompanhamento e controle social da distribuição, da transferência e da aplicação dos recursos do Fundeb no âmbito municipal. Para realizar o estudo utilizamos a pesquisa de natureza descritiva, que envolveu análise documental, por entender que nesse tipo de pesquisa o importante “[...] é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada” [1]. Além da pesquisa documental realizamos um relato de experiência sobre a atuação no Conselho, pois as autoras são membros do referido Conselho.

DESENVOLVIMENTO:

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é uma política pública em que a participação da sociedade no acompanhamento e controle sobre os recursos financeiros é fundamental. Ele foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 [2], com vigência para o período 2007-2020. Esta Lei define as diretrizes, os objetivos e as normas próprias para composição, distribuição, aplicação, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos que o compõem. Por conseguinte, o Fundeb consiste em um fundo especial, de natureza contábil, constituído por parcela de recursos federais e por recursos oriundos de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação. Apresenta-se como ferramenta para uma ampla distribuição dos recursos vinculados a educação no País, proporcionando que todas as etapas e modalidades da educação básica, bem como os entes governamentais que as ofertam possam contar com recursos financeiros com base no número de alunos matriculados, concorrendo para a melhoria qualitativa da educação básica pública. Desse modo, os municípios recebem os recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os estados, com base nos alunos do ensino fundamental e médio. O Fundeb é composto por 20% das seguintes receitas: Fundo de Participação – FPE, Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp; Desoneração das Exportações (LC nº 87/96); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD; Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural – ITR devida aos municípios. A Lei nº 11.494\2007 estabelece também, no artigo 34, o prazo para a criação dos Conselhos do Fundeb, sendo 60 dias contados da vigência do Fundo, ou seja, até 1º de março de 2007 todos os municípios teriam que criar os seus Conselhos. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS/FUNDEB) é um colegiado, cuja função principal é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo no âmbito de cada esfera: Municipal, Estadual ou Federal (Art. 24 da Lei nº 11.494/2007). O Conselho não é uma unidade administrativa do Governo, assim, sua ação

deve ser independente e, ao mesmo tempo, articulada com os órgãos da Administração Pública local. Para iniciarmos a pesquisa foi feita a leitura da Lei de Criação, do Regimento Interno e das atas das reuniões desde a sua criação até junho de 2019. Participamos também das reuniões a partir de dezembro de 2017, uma vez que somos membros do Conselho, nomeadas pelo Decreto Municipal nº. 151, de 18 de dezembro de 2017 [3]. O CACS/FUNDEB de Carangola foi instituído pela Lei Municipal n 3.716, de 21 de junho de 2007 [4] e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB no Município de Carangola/MG. Não possui sede própria, as reuniões acontecem na Secretaria Municipal de Educação. O Regimento Interno [5] é organizado da seguinte forma: Título I – Da Finalidade e Competências do Conselho, Título II - Da Composição do Conselho, Título III – Do Funcionamento, subdividido em 5 Seções: Seção I – Das Reuniões, Seção II – Da ordem dos trabalhos e das discussões, Seção III – Das decisões e votações, Seção IV – Da presidência e sua competência, Seção V – Dos membros do Conselho e suas competências, Título IV – Das Disposições Gerais. O artigo 2º do Regimento Interno, cita as competências do referido Conselho que são orientadora e fiscalizadora. No artigo 3º é determinada a composição dos membros do CACS\FUNDEB, de acordo com o artigo 2º da Lei Municipal nº 3.716, de 21 de Junho de 2007 e conforme o estabelecido no inciso IV do § 1º do artigo 24 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Assim, é constituído por vinte e dois membros que são nomeados pelo Prefeito, mediante indicação pelas respectivas categorias e associações, sendo elas: Representante da Secretaria Municipal de Educação; Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais; Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais; Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais; Representante de pais de alunos das Escolas Públicas Municipais; Representante dos estudantes da Educação Básica; Representante do Conselho Municipal de Educação; e Representante do Conselho Tutelar. Para cada categoria são escolhidos dois membros: um titular e um suplente, exceto nas categorias: Representante de pais de alunos das Escolas Públicas Municipais e Representante dos estudantes da Educação Básica, nas quais são dois membros titulares e dois suplentes. O mandato é de 2 (dois) anos, podendo haver recondução e substituição a qualquer tempo e a critério dos órgãos e entidades representadas, mediante comunicação oficial de seu presidente, diretor ou equivalente. Dessa forma, o CACS se caracteriza como espaço de democratização em que se fazem presentes as relações políticas, culturais e sociais; é constituído de diferentes sujeitos, que representam as sociedades: civil e política, ou seja, uma constituição híbrida, com disputas de poder, ou seja, uma “[...] arena privilegiada da luta de classe, uma esfera do ser social, onde se dá uma intensa luta pela hegemonia” [6]. Os artigos 13, 14 e 15 estabelecem a atuação e competências dos membros de acordo com a legislação em vigor. Destacamos que todo o acervo do CACS\FUNDEB é arquivado em pastas na sede da Secretaria Municipal de Educação de Carangola. Como se pode perceber, esse Conselho possui uma imensa responsabilidade no acompanhamento e no controle social dos recursos do Fundeb e como possui as competências orientadora e fiscalizadora desses recursos, buscamos compreender como/de forma tem ocorrido no município de Carangola/MG. Verificamos que o Conselho do Fundeb de Carangola – como é popularmente conhecido pela comunidade escolar, pelo poder executivo e demais órgãos –, atende às formalidades legais exigidas pela Lei do FUNDEB. No livro de atas constatamos que as reuniões realizadas foram basicamente para posse de novos membros e análise da aplicação dos recursos oriundos do Fundeb, totalizando duas reuniões anuais. Nessas atas verifica-se a prestação de contas com base nos extratos bancários, nas notas fiscais apresentadas e nos esclarecimentos necessários ao trabalho fiscalizador deste Conselho pela Assessoria contábil, administrativa, financeira e jurídica da Prefeitura. Após os esclarecimentos e a análise da documentação pelos conselheiros é assinado o relatório conclusivo da prestação de contas. No início de cada ano é realizada a análise para aprovação dos demonstrativos da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Quando há alguma questão/situação conflituosa, acontecem outras reuniões. Vamos relatar aqui algumas dessas situações: no ano de 2017, após a posse dos novos membros do Conselho, foram realizadas as seguintes ações: 1) acompanhamento do Censo Escolar da Rede Municipal de Educação – para acompanhar toda a execução do processo censitário nas respectivas escolas da rede municipal foram indicados alguns conselheiros, pois sabemos que o Censo Escolar é uma ferramenta fundamental para a efetivação das políticas públicas. Além disso, os dados escolares, as informações coletadas e as matrículas servem de base para o repasse de recursos do governo federal e para o planejamento e divulgação de dados das avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Os recursos do Fundeb são calculados usando como referência o número de alunos declarados no Censo Escolar. No art. 9º da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, fica explícito que para fins da distribuição dos recursos serão consideradas exclusivamente as matrículas presenciais efetivas, conforme os

dados apurados no Censo Escolar mais atualizado, realizado anualmente pelo INEP. Portanto, cabe aos gestores responder o Censo Escolar e responsabilizar-se pela veracidade dos dados declarados para o correto preenchimento e o controle social das informações. Os conselheiros participaram de reuniões com os gestores das unidades escolares com o objetivo de orientá-los e acompanhar o processo de preenchimento do Censo Escolar; 2) construção do Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Municipal – PCRPEM – para a elaboração do PCRPEM foi constituída uma Comissão através de Decreto Municipal para realizar os estudos sobre o perfil dos profissionais da educação e a situação financeira da Rede Municipal de Educação para analisar o impacto que o Plano de Cargos e Remuneração acarretará a curto e a longo prazo. A construção do PCRPEM ainda está em processo de elaboração; 3) realização da conferência da Folha de Pagamento dos profissionais da educação – a conferência da folha de pagamento é feita mensalmente pela equipe de conselheiros para constatar se todos os funcionários são do quadro da educação, pois já tivemos em outras gestões e até mesmo no início desta gestão funcionários que não pertenciam ao quadro da educação e que estavam recebendo seus salários pela educação. Somos cientes de que esta é uma prática frequente em vários municípios e que isto não pode acontecer, portanto, cabe aos conselheiros fiscalizar para que isto não ocorra. Podemos destacar que esta foi uma ação relevante uma vez que após as conferências mensais das folhas de pagamento não tivemos funcionários de outras secretarias recebendo pela pasta da educação; e 4) visitas às escolas que estão em obras – as visitas são realizadas com o objetivo de verificar a efetiva e regular aplicação dos recursos e a adequabilidade, finalidade e utilidade do bem ou serviço resultante dessa aplicação. Somos cientes que todos os pontos destacados são atribuições do conselho, mas em nossa pesquisa o teor das reuniões nas gestões anteriores priorizava somente a questão da prestação de contas, por isso, o destaque de alguns pontos que foram *melhorados* e considerados na atual gestão. Verificamos que não há um Plano de Ação, o que tem dificultado o trabalho dos Conselheiros. Nesse Plano devem ser relacionadas todas as ações, o cronograma (início, fim), os responsáveis e os resultados esperados. O objetivo do Plano de Ação é distribuir as tarefas a serem efetuadas de modo que todos os conselheiros possam participar, não ficando somente como coadjuvante, além de não sobrecarregar alguns deles. Outro fator negativo se refere a não articulação do CACS/FUNDEB com os demais Conselhos Municipais: Conselho Municipal de Educação e Conselho de Alimentação Escolar, bem como no referente a verificação dos gastos públicos com o Transporte Escolar e com a Educação de Jovens e Adultos. Pois o artigo 24, § 13 da Lei nº 11.494/2007 estabelece que também, é incumbência do CACS “[...] acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE” [2]. Diante do exposto, podemos destacar que as problemáticas apresentadas são comuns em boa parte dos municípios, mas que os conselheiros devem exercer sua função com eficiência, ou melhor, não devem concretizar sua atuação meramente para atender as formalidades legais, pois, dessa forma, comprometem a participação popular no sentido de acompanhar e fiscalizar a gestão pública, não atingindo assim, os objetivos a que se propõe o Conselho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Podemos concluir que o CACS/FUNDEB de Carangola ainda enfrenta grandes desafios mesmo após duas décadas de sua instituição. A atuação dos Conselheiros no quesito controle social, ainda não é o que se espera, bem como as condições de funcionamento precisam ser revistas, principalmente no referente à periodicidade das reuniões, à sede própria, aos equipamentos, à disponibilidade de tempo dos conselheiros para realizar ações que são de competência do Conselho e a formação/capacitação dos conselheiros. É fato que alguns conselheiros não têm conhecimento da legislação, o que dificulta a atuação de forma eficaz, uma vez que são muitas as atribuições dos conselheiros. Há resistência de alguns deles em participar de cursos à distância, como àqueles oferecidos pelo Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas ações do FNDE (Formação pela Escola). Entendemos, todavia, que um dos critérios para ser conselheiro seria a participação em um curso de formação/capacitação, pois, assim os conselheiros teriam conhecimentos sobre a legislação vigente e sobre suas atribuições para participar com eficiência. Observamos também, que se faz necessária mais transparência na prestação de contas por parte do Poder Público, de modo que os Conselheiros consigam ter clareza dos gastos públicos com a educação municipal. Vimos também, ser necessário elaborar um Plano de Ação bianual para que as atividades referentes à aplicação dos recursos do Fundeb sejam realizadas com mais eficácia, melhorando a operacionalização\execução do programa de financiamento. Ressaltamos, no entanto, que houve um significativo avanço da gestão atual em relação às

anteriores, pois há mais participação dos Conselheiros nas reuniões e nas discussões sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB, bem como nos assuntos relacionados à melhoria da educação municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008; [2] BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20/06/2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 08/07/2019. [3] CARANGOLA. Decreto Municipal nº 151, de 18 de dezembro de 2017. Nomeia os Representantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS/FUNDEB, do município de Carangola/MG. 2017. [4] CARANGOLA. **Lei Municipal nº 3.716, de 21 de Junho de 2007**. Dispõe sobre a Criação de Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do Fundeb. [5] CARANGOLA. **Regimento Interno do Conselho de Acompanhamento e Controle social – CACS\FUNDEB do Município de Carangola\MG**, 2007. [6] SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 – Educação

EPG 015

VIOLÊNCIA E JUSTIÇA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: SANTA LUZIA DO CARANGOLA (1873-1892)

Randolpho Radsack Corrêa¹⁴

Patricia Guerra¹⁵

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade realizar uma breve análise dos crimes que foram oficializados e julgados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola, na região da Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1873 e 1892. Com base neste recorte, será possível compreender as relações sociais em seus diversos aspectos, principalmente em meio ao contexto de amplas mudanças em nível nacional e regional, o que evidenciará um quadro de constantes conflitos. Partindo dessa premissa, o recorte em questão nos proporciona a verificação do contexto da superação da escravidão no Brasil, aliado ao desenvolvimento da região de Santa Luzia do Carangola. A disputa que se constrói a partir da visão de mundo que cada grupo social procurava impor, interferia diretamente nos padrões de comportamento sobre as oportunidades no exercício do poder. O exercício da análise de uma determinada coletividade a partir de seus conflitos, permite uma compreensão mais profunda sobre sua dinâmica, seu desenvolvimento, expansão e suas complexidades. Nossa tentativa se enveredará para a análise dos 318 processos criminais do Termo de Santa Luzia do Carangola, avaliando o fenômeno da criminalidade sob o prisma das diversas camadas sociais envolvidas nos conflitos, na transição do Império para a República e na ampliação das estruturas jurídicas e municipais da região.

Palavras-Chave: Criminalidade; Sociedade; Justiça; Transformações.

1 - Introdução

Compreender a atuação da Justiça e do fenômeno da criminalidade em relação à sociedade, nos exige um olhar cuidadoso sobre a complexidade de um Estado em formação que, por sua vez, se moldou sob bases consideradas antiquadas em relação ao mundo europeu do século XIX. Cabe ressaltar, que em poucos anos, o Brasil que se sustentou por séculos em um regime colonial, sofreu grandes transformações após o processo de Independência, condicionando um novo sistema administrativo, mesmo inspirado por modelos europeus anteriores.

Segundo José Murilo de Carvalho (1996, p.33):

A formação do Estado em ex-colônias revestiu-se de complicações adicionais. Em primeiro lugar, um processo que, na Europa, levou séculos para evoluir nelas condensou-se em prazos muito mais curtos. Em segundo lugar, o arranjo político a ser estabelecido tinha que contar com elementos externos de poder representados pelos países que controlavam os mercados de produtos de exportação. Em terceiro lugar, a preexistência de vários modelos distintos de organização política introduziria um elemento adicional de instabilidade ao fornecer justificativas ideológicas e instrumentos de ação a grupos políticos rivais.

É de fundamental importância que tenhamos a noção das atipicidades na formação das estruturas de um Estado na América, principalmente pelos modelos até então norteados no sistema de colonização ibérica. É necessário verificar que, independente das condições políticas anteriores, mesmo que o Brasil seguisse um modelo semelhante à administração portuguesa após a sua independência, muitos problemas, contradições e adaptações ocorreriam naturalmente, tendo em vista as características das sociedades, a necessidade de uma reconfiguração política, administrativa e conseqüentemente social. Mesmo que controlado pela metrópole, ou mesmo por um governo adaptado após a elevação da condição do Brasil a reino unido à Portugal, o trato com a civilização, independente das múltiplas camadas envolvidas nesta teia, se tornou mais presente, uma vez que o

¹⁴ Doutorando em História - Linha de Pesquisa "Sociedades, Movimentos Populacionais e de Culturas" pela Universidade Salgado de Oliveira - Campus Niterói. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola. Coordenados do Curso de História - UEMG - Unidade Carangola. E-Mail: randolpho.correa@uemg.br.

¹⁵ Graduada em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. E-Mail: patriciaguerrast@gmail.com.

papel do Estado como regulador do poder buscou a reestruturação das normas pré-estabelecidas. Contudo, parte do controle realizado pelo Estado interferiu nas emoções espontâneas, nos sentimentos e nas ações potencializadas pelo cotidiano dos grupos sociais que, até então, eram administrados sem a efetiva atuação de uma Justiça consolidada (SOUZA, 2007).

É importante ressaltar que a ausência da fiscalização das normas e condutas da população possibilitava certa liberdade, que na prática, poderia se materializar no conflito, no embate e no enfrentamento em relação às disputas de interesses e aspirações pessoais. Nesse sentido, compreendemos que o processo de independência do Brasil, seguido da estruturação do Estado, contribuiu com certo impacto no cotidiano, causando rupturas nas dinâmicas sociais (BRETAS; ROSEMBERG, 2013). A partir da criação de normas e sistemas de conduta, seria natural que as sociedades enfrentassem o estranhamento, a resistência e a adaptação.

Os impactos diretos e indiretos que interferiram nas relações sociais após a independência trouxeram, sobretudo, grandes peculiaridades se analisados nos contextos “macro” e “micro”. Em um primeiro momento, podemos avaliar a atuação do Estado e seu aparelhamento na Corte e nas grandes cidades. Contudo, podemos questionar a efetiva atuação da Justiça e seus impactos nas regiões do interior, nas propriedades rurais, onde a regulação do Estado poderia ser considerada mais excêntrica nos primeiros anos do Império.

Ressaltamos que o eventual desconhecimento e distanciamento dos parâmetros legais e administrativos do sistema colonial foram uma realidade para as áreas dos sertões e seus respectivos interiores. Se analisados os movimentos de origem, construção e consolidação do Estado brasileiro oriundos dos grandes centros, essa ação de atuação do Estado não se interiorizaria tão rapidamente. Nossa reflexão se dá na problematização da construção do sistema normativo do Estado. Entre outros objetivos, buscamos com esse trabalho, evidenciar que as ações normativas do Estado e da Justiça tiveram grandes dificuldades de interiorização nas regiões mais remotas do Brasil independente.

Em nossa proposta de estudo que se encontra em fase de desenvolvimento, a Justiça e a criminalidade serão os pontos de apreciação dentro ampliação do Estado, tendo como base a análise e a discussão dos crimes envolvendo o Termo de Santa Luzia do Carangola nos fins do século XIX.

2 - Santa Luzia do Carangola: Ocupação, Desenvolvimento e Conflitos Sociais

No dia cinco do corrente mez, transitava José Lourenço do Carmo, pelo leito da linha férrea Leopoldina ao chegar a caixa d'água próxima a povoação de São Matheus e Estação de Faria Lemos¹⁶, foi agredido inesperadamente pelo denunciado Sebastião Cardoso, que advertindo ao ofendido que era proibido transitar pela linha, não lhe deo tempo de se retirar descarregando-lhe golpes de picareta digo golpes com broca de ferro que consigo trasia, fazendo na victima os ferimentos descriptos no auto do corpo de delicto(...).¹⁷

Ao longo da segunda metade do Oitocentos, a Zona da Mata mineira passou por profundas transformações, seja pelo processo de ocupação, como também pelo fenômeno da expansão destas terras. Relacionam-se a esses eventos, o aumento da população, a presença significativa da mão-de-obra escrava, junto ao processo de produção agrícola diversificado, com ênfase no processo cafeeiro. (CARRARA, 1993, p. 44)

Vitória Schettini Andrade (2011, p. 44) destaca que, após 1820 foi intenso o crescimento das vilas na Zona da Mata Mineira. Segundo a autora, São Paulo do Muriaé, município que Santa Luzia do Carangola pertenceu entre 1855 e 1878, era composto por um grande território, agregando uma quantidade significativa de distritos. Cabe ressaltar, que em virtude das grandes transformações políticas, econômicas e geográficas de Santa Luzia do Carangola nos fins do século XIX, esta região sofreu expressivas alterações, passando pelos processos de elevação de suas instâncias jurídicas, concretização de sua emancipação política e de crescimento significativo de suas bases econômicas.

É importante destacar que o processo de crescimento e expansão dessas regiões e suas respectivas fronteiras, além de ampliar as perspectivas de mercado, contribuem para a elevação fluxo demográfico, uma vez

¹⁶ Na época a povoação de São Matheus pertencia ao município de Santa Luzia do Carangola.

¹⁷ Processo FCR-18/04 - Fundo Fórum/Criminal – CDH/Carangola – MG.

que suas bases econômicas se colocam em evidência. A partir desta reflexão, compreendemos que junto ao crescimento demográfico, se ampliam os interesses, a disputa por espaços e demandas, ocasionando um cotidiano de conflitos sociais que poderia ser monitorado e administrado pelo Estado e suas instituições.

Ao propormos uma discussão sobre a criminalidade regional, analisando os eventos que compõem atividades conflituosas das camadas sociais inseridas nos trâmites processuais, dentre elas: livres, escravos e libertos, homens e mulheres, pobres, indivíduos das camadas intermediárias e mesmo integrantes das elites, temos a possibilidade de identificar parcialmente os conflitos gerados na região, como uma possível consequência do crescimento e expansão da mesma. Cabe lembrar que, no que diz respeito às transformações, podemos verificar as ampliações das estruturas políticas, administrativas, econômicas e sociais.

Através da reconstrução de histórias aparentemente individuais ou isoladas em determinados contextos, tentaremos perceber como essas trajetórias podem estar intimamente inseridas em uma multiplicidade de espaços e de tempos sociais, consequentemente em relações mais amplas, com influência dos contextos mais globais. (REVEL, 2010)

Evidentemente, utilizaremos o processo criminal e seu ritual para resgatar evidências e marcas de um cotidiano de uma região interiorana. Contudo, este mesmo procedimento foi fundamentado por princípios jurídicos consolidados em nível nacional. Além disso, muitos dos conflitos e embates locais constantes nos processos, estão intimamente ligados às transformações ocorridas sob um contexto mais amplo, que de certa forma interferia no processo de interiorização e nas relações sociais.

Foi com a intervenção da Justiça e o ritual jurídico que em 1889, eventos como o citado ocorreram em Santa Luzia do Carangola, na província de Minas Gerais e foram oficializados como crime no tribunal. A região mencionada foi ocupada a partir do século XIX. Entre os anos de 1870 e 1890, a região passa por mudanças impactantes que se interconectam às transformações do país. Em nível “macro” podemos destacar a Lei de Terras de 1850, o avanço da legislação abolicionista entre 1850, 1871, 1885 e 1888, o fim do regime monárquico e a proclamação da república brasileira em 1889. Tendo como base a nossa proposta de pesquisa, é importante apresentar o contexto judiciário da região, caracterizando as origens e as ações de suas instâncias.

Pela lei n.º 2.655 de 4 de novembro de 1880, foi criada a Comarca de Manhuassú, que abrangia os Termos de São Lourenço do Manhuassú e Santa Luzia do Carangola. Sobre os significados das nomenclaturas, o Código do Processo Criminal estabeleceu em 1832, três categorias em relação à administração judiciária. De acordo com o referido Código, as instâncias se configurariam entre Distritos de Paz, Termos e Comarcas,¹⁸sendo as últimas as mais importantes dentro de um contexto regional.

No artigo 5º do mesmo Código, a legislação previa que “haverá em cada Termo, ou Julgado, um Conselho de Jurados, um Juiz Municipal, um Promotor Público, um Escrivão das execuções, e os Officiaes de Justiça, que os Juizes julgarem necessarios.”Sobre as diferenças terminológicas e seus significados, temos poucos trabalhos que priorizam esse debate, o que pode gerar certa confusão na interpretação dos significados e suas respectivas atribuições.

Sobre as referidas atribuições de cada instância, Edneila Chaves (2013, p.51) indica que:

A administração da justiça (crime, cível, administração de bens dos órfãos) e a fiscalidade foram estruturadas nas circunscrições judiciárias e administrativas: comarcas, termos de vilas e distritos de paz. O território de jurisdição da comarca era dividido em termos, que, por sua vez, era dividido em distritos – menor demarcação territorial. Havia também o julgado, que era outro tipo de circunscrição judiciária com autonomia judiciária parcial e sem autonomia administrativa, subordinada a uma câmara.

Desta forma, compreendemos as divisões básicas das instâncias jurídicas, suas atribuições e seus respectivos cargos. No entanto, é importante verificarmos essas mesmas divisões para o nosso recorte geográfico, para compreendermos os processos de instalação e suas posteriores elevações. Mesmo que nosso

¹⁸ BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 19 jun. 2019.

recorte enfatize preferencialmente o recorte do Termo e sua respectiva elevação à Comarca, é importante compreender como a Justiça se fez presente na região.

Oficializando a menor fração da administração da Justiça, em 7 de outubro de 1860, a lei provincial n.º 1.097 criava um novo Distrito de Paz no município de São Paulo do Muriaé, com a denominação de Distrito de Santa Luzia do Carangola.¹⁹ Segundo a publicação comemorativa do centenário da Comarca de Carangola, a lei n.º 200 de 1878 criou o Termo de Santa Luzia do Carangola.²⁰ Após dois anos, em 4 de novembro de 1880, a lei provincial n.º 2.655²¹ criava a Comarca do Rio Manhuassú, incorporando os Termos de São Lourenço do Manhuassú e Santa Luzia do Carangola.

Em 9 de janeiro de 1882, o vereador João Marcelino Teixeira, solicitou ao governo provincial a instalação do Foro Civil do Termo. Após o atendimento da referida solicitação, o primeiro Juiz Municipal a tomar posse no Termo de Santa Luzia do Carangola foi Benjamim Firmo de Paula Aroeira, em 10 de abril de 1882 (HOSKEN, 1992). O primeiro Promotor de Justiça do Termo foi João Ferreira Brandt, sendo a posse em 9 de setembro de 1882.

É perceptível na organização das fontes, que devido ao aumento populacional após as transformações apontadas, que a Justiça se fez mais presente na região, promovendo suas instâncias e participando mais ativamente da resolução de conflitos após a possibilidade regional de uso do trâmite processual e do ritual jurídico. Para se ter um comparativo, entre 1881 e 1890, Juiz de Fora registrou ao todo 542 processos criminais (GUIMARÃES, 2006) para 74.136 habitantes no final do período²². Entre os anos de 1880 e 1892, encontramos 318²³ processos criminais tramitados no Termo de Santa Luzia do Carangola para 21.698 habitantes no fim do período. O que mostra um elevado índice de crimes oficializados em Carangola, se comparados com o primeiro município.

Sobre a procura pelos tribunais no século XIX, Ivan Velasco (2004, p.179) ressalta que:

Uma das razões que moviam aqueles que procuravam a justiça certamente residia em algum cálculo razoável a respeito das possibilidades de atendimento de suas demandas. De um ponto de vista estritamente lógico, é pouco provável que tais cálculos não se fizessem presentes no ato dos que cotidianamente, e de maneira crescente, decidiam por submeter à apreciação e escrutínio das normas jurídicas suas desavenças, contendas e dramas particulares.

Sobre o processo criminal como fonte principal, Maria Helena Machado (1987, p.23), alega que:

Apesar do caráter institucional desta fonte, ela permite o resgate de aspectos da vida cotidiana, uma vez que, interessada a Justiça em reconstituir o evento criminoso, penetra no dia-a-dia dos implicados, desvenda suas vidas íntimas, investiga seus laços familiares e afetivos, registrando o corriqueiro de suas existências.

¹⁹ PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Lei n.º 1097, de 07 de outubro de 1860. Carta de Lei que cria um novo Distrito de Paz no município de São Paulo do Muriaé, com a denominação de Distrito de Santa Luzia do Carangola. Leis Mineiras. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=2115>. Acesso em: 20 jun. 2019.

²⁰ Não localizamos a referida lei nas plataforma de consulta do Arquivo Público Mineiro da mesma forma que as demais citadas no corpo deste trabalho.

²¹ PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Lei n.º 2655, de 04 de novembro de 1880. Cria a Comarca de Manhuassú. Leis Mineiras. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=3674>. Acesso em: 20 jun. 2019.

²² Recenseamento de 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 10 de jul. de 2018.

²³ Arquivo Histórico de Carangola – Fundo Fórum.

Acerca do uso da documentação criminal enquanto fonte histórica, Elione Guimarães (2006, p.42) ressalta que:

Os processos criminais apresentam-se como um conjunto documental serial em que as massas populares estão presentes e têm a possibilidade de se manifestar, o que permite recuperar os testemunhos de personagens anônimos e marginalizados, pois neles se fazem presentes diversos grupos sociais.

Segundo a autora, é possível verificar nas entrelinhas desta fonte, mesmo com o seu caráter de documentação oficial e serial, as permanências e rupturas dos padrões existentes nas sociedades desse período. Entendemos que o processo-crime se configura em um documento oficial, elaborado por grupos que detém o poder, e que de certa forma eram responsáveis pela constituição e manutenção da ordem. No entanto, independente do ritual jurídico padronizado, é possível identificar neste tipo de fonte, inúmeras características da vivência dessas sociedades. Mesmo que essa vivência seja detectada nas entrelinhas dos textos e dos discursos.

Segundo Ivan Vellasco (2004, p.68):

Do ponto de vista qualitativo, os processos criminais perfazem uma documentação extremamente rica e minuciosa que nos permite acompanhar e analisar os procedimentos judiciais, a ação dos atores envolvidos e seus discursos, ainda que limitados pelo contexto e traduzidos pela redação do escrivão. Constituem, ainda que de forma implícita, mas nem sempre, e necessariamente parcial, aspectos das relações sociais tanto quanto das representações sobre elas que os diversos atores portam.

De acordo com o autor, após uma leitura atenta das fontes criminais, é possível recuperar os valores, as noções de Justiça, as concepções de mundo, as noções de honra e moral, que se revelam no embate de forças que se estabeleceram no interior da sociedade. O que se percebe em um primeiro olhar, é o conjunto de transformações ocorridas na região de Carangola, na segunda metade do século XIX. Junto ao conjunto de mudanças, se percebe um número considerável de processos criminais para época, se comparados a municípios maiores, como foi o caso de Juiz de Fora.

Estas transformações sequenciais que se destacam entre a efetiva ocupação, a municipalização de Santa Luzia do Carangola e a expansão demográfica, influenciaram diretamente no número de crimes encontrados para a região e as consequentes elevações das instâncias jurídicas? Defendemos que os crimes oficializados no ritual jurídico e na elaboração do processo criminal dos referidos casos, podem espelhar uma parcela do cotidiano desta sociedade diversificada que abarcava: escravos, libertos e livres de várias categorias sociais. E que, por conseguinte, caracterizam os impactos das transformações desta região em constante expansão.

Nossa tentativa se enveredará para a análise dos processos criminais do Termo de Santa Luzia do Carangola, avaliando o fenômeno da criminalidade a partir das vivências dos diversos grupos sociais envolvidos nos conflitos regionais. A análise das percepções, aspirações, sentimentos e da sociabilidade de determinados grupos sociais, permite avaliar o impacto dos confrontos que se estabeleceram com a divisão das funções sociais e hierárquicas no interior de uma sociedade que transitava por mudanças regionais e nacionais. (RODRIGUES, 2013)

3 - Santa Luzia do Carangola: a interiorização da Justiça

Dentre os objetivos deste trabalho, podemos destacar a tentativa de compreensão da Justiça e sua efetiva atuação, após a criação do Termo de Santa Luzia do Carangola em 1880, na medida em que a presença desta nova instância teria dado certa autonomia jurídica para a região. Além das questões pontuadas até aqui, buscaremos avaliar o nível de criminalidade como consequência dos eventos de desenvolvimento e expansão relacionados ao município, seu aumento populacional e sua diversidade social. Pretendemos, sobretudo, elaborar uma tipologia específica da criminalidade, a partir dos dados encontrados, especificando os índices e

relacionando-os com os eventos dos conflitos e seus respectivos vínculos com as mudanças na sociedade carangolense.

Por fim, nossa pretensão conclui-se com a avaliação das relações escravistas com esse Santa Luzia do Carangola no fim do Oitocentos, tendo em vista a presença de cativos no município e seu protagonismo em muitos dos processos criminais até 1888. Sobre os prováveis indícios e informações que dispomos até o presente momento, apontamos que os conflitos e seus significados sociais estão diretamente ligados ao processo de desenvolvimento e expansão da região de Santa Luzia do Carangola nos fins do século XIX, tendo em vista sua ampliação de funções, papéis sociais e a consequente hierarquização desta sociedade, a partir de suas transformações no que tange aos aspectos jurídicos, político-administrativos e econômicos.

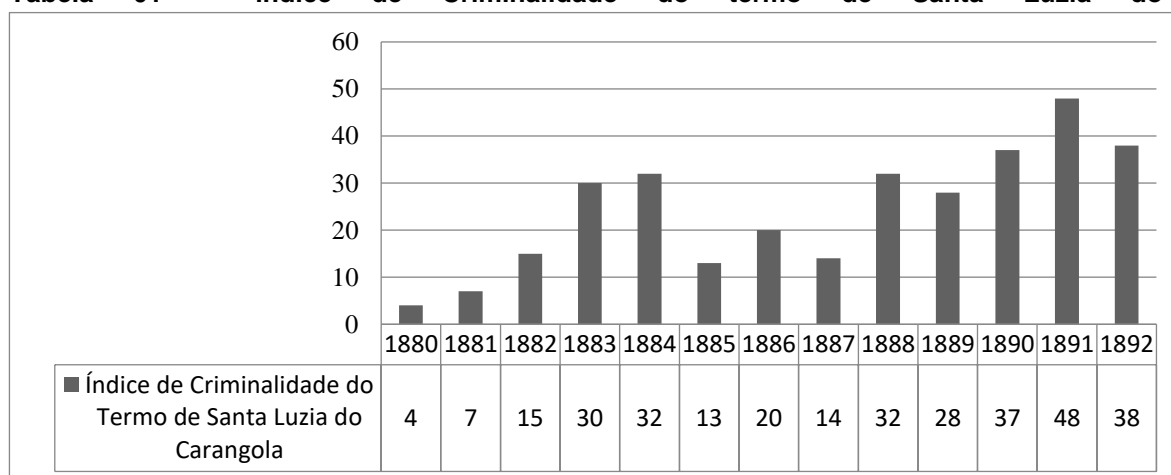
Claramente definida pela expansão de suas fronteiras e de suas funções econômicas, Santa Luiza do Carangola evidenciava uma série de conflitos e oposições em relação à visão de mundo de seus grupos sociais e seus respectivos interesses. Cada grupo passava a se impor aos demais, influenciando nos comportamentos sociais e nas oportunidades de exercício de poder.

Os embates no interior do sistema escravocrata demonstram que os conflitos evidenciados no processo criminal rompem com a ideia de bipolaridade, envolvendo o elemento escravo com as diversas camadas sociais, seja na luta constante em favor de seus espaços de autonomia, por motivos de interesse do elemento livre ou pelos conflitos entre parceiros de cativeiro.

As transformações regionais atuaram diretamente na mudança de comportamento da sociedade, na inserção de novos protagonistas nessas relações e consequentemente na ampliação dos conflitos que se oficializaram nas barras do tribunal. Mesmo com a presente pesquisa dando os primeiros passos, percebemos a existência de uma ampla documentação que remonta um contexto onde Santa Luzia do Carangola foi palco de importantes transformações do ponto de vista político, administrativo e econômico. Ao perceber a grande massa documental existente no arquivo histórico, realizamos a catalogação dos mesmos, chegando à constatação do alto índice de criminalidade na região pelos fins do século XIX. Sobretudo no que tange as oscilações entre os anos de 1880 e 1892 que verificaremos a seguir.

Ao analisarmos previamente os 318 processos criminais ocorridos em Santa Luzia do Carangola no recorte destacado, alguns dados importantes nos chamaram a atenção. Ao percebermos a quantidade de crimes em uma escala anual (Tabela 01), identificamos que esses conflitos ocorreram em períodos de mudança na localidade.

Tabela 01 – Índice de Criminalidade do termo de Santa Luzia do Carangola



Fonte: Fundo Fórum – Processos Criminais - Centro de Documentação História de Carangola-MG.

A partir dos dados constantes acima, é importante relacionar alguns acontecimentos em destaque no município durante esse período:

- 1880: É criado o Termo de Santa Luzia do Carangola.
- 1882: Ano da emancipação do município.
- 1885/1886: Tem início a obra para a construção da linha férrea na cidade.
- 1889: A linha de férrea se estende para o distrito de Faria Lemos.

- 1890: Cria-se a Comarca de Santa Luzia do Carangola e a partir de 1891/1892 iniciam-se definitivamente os trabalhos.

É possível analisar que na emancipação do município (1882), o número de crimes saltou de 07 para 15 conflitos. Com a inauguração do Termo de Santa Luzia do Carangola em 1880, é sintomático que encontremos um número crescente de crimes oficializados no tribunal, devido à atuação mais presente da Justiça na região. Esse expressivo aumento proporcional de crimes, se comparados aos dados demográficos citados anteriormente, poderia estar intimamente ligado à ampliação da atuação da Justiça, a partir da criação do Termo.

Sobre a intensificação do papel da Justiça e as categorias previstas na legislação do Império, Marinete Rodrigues (2007, p.7) afirma que:

Criminalidade, crime e criminoso, são categorias que ajudavam a compor a representação justa do projeto de nação, pois serviam para sancionar as divisões sociais e as classificações segundo os preceitos universais de uma almejada ordem social. Assim, as noções de civilização, progresso e ordem, divulgada por diversas correntes de pensamento e ideias percorriam o mundo em transformação e, com maior ou menor intensidade, influenciou as ações dos magistrados, políticos e grupos sociais que lutavam nesse período pela manutenção dos “bons costumes” e da “boa sociedade”.

Desta forma, a legislação brasileira definiu ao longo do século XIX, uma série de mecanismos para coibir, reprimir, castigar os envolvidos, em algum tipo de crime e esses mecanismos podem ser conhecidos por meio de uma análise sucinta da legislação criminal ao longo do século XIX. Dentre elas podemos destacar: Constituição Imperial de 1827, Código Criminal de 1830, Código do Processo Criminal de 1832 e Código Penal de 1890.

É possível perceber nas décadas finais do Segundo Reinado e no início da República brasileira, que esse mesmo Estado, interferia de forma mais direta na vida social, na organização das condições de trabalho e na conduta do brasileiro, independentemente de sua categoria social. (CARVALHO, 1996)

Ao analisarmos o uso e a aplicação da legislação criminal que tratava dos casos envolvendo os indivíduos de uma determinada comunidade, nos servimos das ideias de Thompson (1998), ao percebermos uma diferenciação entre os códigos das leis e os costumes em comum de uma região. Segundo o autor, “cultura” e “costumes” são maleáveis ao diálogo entre os grupos sociais e dentro dos grupos sociais, permitindo o equilíbrio e remodelando a formação do habitual. O costume considerado como “prática”, é o que se realiza a partir do cotidiano dos grupos sociais. Sendo executado com frequência, o dito costume acaba por se tornar “regra”, formando o que Thompson considera como direito consuetudinário. No entanto, a partir da quebra de acordos tácitos possíveis dentro do referido contexto, este “equilíbrio” se rompia, podendo por muitas vezes se encerrar na formação do processo criminal e na resolução dos conflitos nas barras do tribunal.

Contudo, percebemos ações, negociações e escolhas, em um contexto de resistências e acomodações de tradições consuetudinárias e da emergência de mudanças comportamentais que vão adquirindo consistência com a consolidação de um novo mercado e de uma nova visão governamental. No que se refere aos códigos criminais, entendemos que os mesmos foram criados a partir da necessidade de se estabelecer um conjunto de regras para a prevenção e tratamento de conflitos, além de se constituírem um instrumento legal para embasar o julgamento dos crimes e dos delitos de uma sociedade. No entanto, esta sociedade estava submetida não somente a uma legislação oficial publicada. Como poderemos perceber, as diversas categorias sociais poderiam dispor de normas não escritas, configurando um conjunto de costumes e regras particulares de uma comunidade, não dependendo a princípio do uso da Justiça formal.

No momento em que a mesma se aproxima da realidade da comunidade, os diversos conflitos já existentes se oficializam nas peças documentais e passam a ser controlados e regidos pelo Estado, por meio da intervenção judicial.

Evidentemente, os diversos conflitos se caracterizavam de diferentes formas no Brasil. Essa variação estava ligada às diversidades políticas, geográficas, culturais e demográficas. A proporção dos conflitos e suas diversas características estava totalmente condicionada ao tamanho das propriedades, ao contexto rural ou urbano, à quantidade de cativos por proprietário e à condução do regime de acordo com cada realidade regional.

Segundo Thompson (1998), as relações de costume e de cultura só podem ser devidamente interpretadas se forem contextualizados, levando em consideração as transformações históricas e analisadas empiricamente dentro de um recorte de tempo e espaço. A busca pela resolução de questões pessoais, de propriedade e das relações sociais foi efetivada a partir da elaboração do processo-crime enquanto meio formal e burocrático de encaminhar os casos para a Justiça.

4 - Considerações Finais

Nessa pequena sociedade, qualquer ato que fugisse a sua “normalidade” seria, possivelmente, recepcionado com estranheza e com certa resistência. O expressivo aumento dos crimes, a partir das estatísticas anuais verificadas, pode estar intrinsecamente vinculado às transformações locais, que por sua vez, são consequências das mudanças políticas (Império x República) do país nos últimos decênios do século XIX.

Ao relacionarmos nossa proposta de trabalho com as vertentes teóricas afins, entendemos que os fatos a serem levantados e discutidos aqui não se encontram prontos, muito menos definidos em sua totalidade. Partindo dessa premissa, será preciso investigar os rastros documentais disponíveis, reconstruindo as histórias, os aspectos e os papéis sociais a partir de nossos interesses específicos.

É importante ressaltar que, ao tratarmos do contexto judiciário nos recortes propostos, é indispensável compreender que tal momento apresentava uma transição de sistemas governamentais distintos. Ao concordarmos com Sidney Chalhoub, tal transição não retrata para nós a noção de linearidade e previsibilidade no movimento da história.

Segundo Chalhoub (1990, p.24):

É evidente, de início, que, sendo a história a disciplina da contextualização e da interpretação das transformações sociais, os historiadores sejam cautelosos em relação a conceitos ou categorias de análise que possuam supostamente uma validade transcultural – isto é, que impliquem a construção de modelos e que postulem a recorrência provável ou necessária, em sociedades distintas no tempo e/ou no espaço, de funções ou significados sociais historicamente específicos.

Compreendemos que as mudanças históricas que se vinculam a nossa proposta temática, estão significativamente relacionadas aos conflitos em torno de valores, crenças, alternativas de conduta e, principalmente aos costumes de uma sociedade específica que são regidos por códigos e regras elaborados pelo Estado de forma geral.

Na intenção de levantar os diversos comportamentos inseridos na sociedade carangolense por meio dos conflitos, o uso das fontes criminais nos auxilia e demonstra vários aspectos do cotidiano da comunidade, através das mudanças sociais, políticas, administrativas e culturais. Sem dúvida, guardados os devidos cuidados com a leitura dessas fontes, o uso do processo-crime apresenta nas entrelinhas dos seus autos, diversos aspectos do cotidiano de Santa Luzia do Carangola e adjacências.

5 - Referências Bibliográficas

- ANDRADE, V. F. S. de. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).
- BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, pp. 162-173, jan./jul. 2013.
- BOECHAT, M. C. C. R. *A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em História).
- CARDOZO, J. C. da S. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história. *Mneme - Revista de Humanidades*, Natal, v. 11, n. 28, 9 jul. 2011.

- CARRARA, A. A. *A Zona da Mata de Mineira: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993. 160 f. Dissertação (Mestrado em História).
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem. O teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1996.
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- CHAVES, E. R. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região Norte. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, pp. 817-845, set./dez. 2013.
- FREITAS, A. L. A violência praticada por escravos e homens livres: Crimes em Comum? *História e Perspectivas*, Uberlândia n. 51, pp. 315, jul./dez. 2014.
- GUIMARÃES, E. S. *Violência entre parceiros de cativo*: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006.
- HOSKEN, J. M. *Centenário da Comarca de Carangola*: agosto de 1992. Belo Horizonte, 1992.
- MACHADO, M. H. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- RADSACK, R. *Escravidão, Criminalidade e Cotidiano: Santa Luzia do Carangola – MG (1880-1888)*. Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em História).
- REVEL, J. Micro-História, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, pp. 434-444, set./dez. 2010
- RODRIGUES, M. *Visões da criminalidade em Mato Grosso no Século XIX*. In: XXIV Semana de História: Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior. Anais do: XXIV Semana de História. Franca, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2007.
- _____. *Mulheres, Violência e Justiça: crime e criminalidade no sul do Mato Grosso, 1830 a 1889*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 243 f. Tese (Doutorado em História Social).
- SOUZA, A. N. de. *Crime e Castigo: A Criminalidade em Mariana na Primeira Metade do Século XIX*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em História).
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- VELLASCO, I. de A. *As Seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19*. Bauru: Edusc, 2004.
- _____; ANDRADE, C. V. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 477, 137-170, mai./ago. 2018.

EPG 016

ESCRavidÃO, CRIMINALIDADE E JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO CRIMINAL NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Randolpho Radsack **CORRÊA**²⁴

Patricia **GUERRA**²⁵

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade construir uma análise da legislação criminal brasileira ao longo do Império (1822-1889). Com base neste recorte, será possível compreender uma parcela das relações escravistas sob a ótica da Justiça, principalmente em meio ao contexto da criação das leis e suas respectivas atualizações, o que evidenciará um quadro de constantes conflitos e, conseqüentemente, a predominância dos interesses senhoriais na maioria dos casos. Partindo dessa premissa, o recorte em questão nos proporciona a verificação do contexto da origem do Estado brasileiro, da criação da legislação ao longo do século XIX, da ênfase no trato com a mão-de-obra cativa no Brasil enquanto país independente e a respectiva superação da escravidão no fim do regime imperial. Assim, é de fundamental importância compreender como a Justiça brasileira, agia acerca dos conflitos envolvendo o elemento cativo ao longo do recorte.

Palavras-Chave: Escravidão; Criminalidade; Justiça; Império.

Introdução

Nossa discussão tem por finalidade debater aspectos importantes no que se refere à estrutura judiciária durante o Império Brasileiro. A análise dos conceitos vinculados ao fenômeno da criminalidade é de suma importância nessa discussão. Antes de qualquer análise é de fundamental importância, discorrer acerca da complexidade do mundo da criminalidade escrava do século XIX.

A legislação criminal, concomitantemente aos processos criminais, é de fundamental importância para a discussão de nosso tema. Torna-se prudente ressaltar que mesmo com um discurso onde predominavam os interesses das camadas dominantes, estas fontes se tornam um rico acervo para este tipo de estudo. Partindo desta análise documental, é possível visualizar um importante acervo histórico que exemplifica características de resistências, permanências, transformações e rupturas no âmbito do sistema escravista brasileiro em meados do século XIX.

Segundo Karyne Johann (2006):

(...) a compreensão do Direito como uma prática social capaz de fornecer informações seguras sobre o passado de uma sociedade escravista é analisado como um fenômeno recente. Alguns estudiosos consideravam essa linha de pesquisa "imprópria", pois assumiam a posição de que a vontade senhorial sendo soberana na constituição das situações jurídicas tornava as fontes oriundas do mundo legal duvidosas em relação à "realidade" vivida pelos escravos. (JOHANN, 2006, p.79)

Segundo a autora, a historiografia atual vem demonstrando que é possível alcançar resultados significativos no estudo da escravidão a partir da consulta de fontes jurídicas. Mesmo que essas fontes se configurassem um instrumento elaborado pela camada dominante, os processos criminais, que constituem o ponto central de nossa análise, demonstrarão que é possível exemplificar inúmeros traços do cotidiano das relações, associados aos diferentes espaços de luta e conflito na sociedade, independente da condição social dos envolvidos nos crimes.

Se pensarmos em um Brasil recém independente, avaliar a estrutura judiciária brasileira no século XIX se torna uma tarefa relativamente complexa, por se tratar de uma nação que ainda construía e elaborava sua legislação e seus códigos, formando-os a partir das necessidades encontradas.

Sobre a criminalidade no século XIX, Ivan de Andrade Vellasco (2004), afirma que:

²⁴ Doutorando em História - Linha de Pesquisa "Sociedades, Movimentos Populacionais e de Culturas" pela Universidade Salgado de Oliveira - Campus Niterói. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola. Coordenados do Curso de História - UEMG - Unidade Carangola. E-Mail: randolpho.correa@uemg.br.

²⁵ Graduada em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. E-Mail: patriciaguerrast@gmail.com.

Estudar criminalidade e a violência – conceito este tão escorregadio quanto de difícil apreensão – implica debruçar-se sobre fontes judiciais e policiais, quase sempre de suspeita confiabilidade. Mas é impossível de outra forma, uma vez que aí residem os registros, ou o que restou deles, que nos permitem realizar aproximações do fenômeno e empreender a tentativa de analisá-lo. (VELLASCO, 2004, p. 29)

Concordamos com o autor, ao perceber na análise dos processos criminais toda a problemática da fonte no que se refere à “confiabilidade suspeita” de seu enredo. Assim, independente dos impasses frente à legitimidade das versões encontradas nos documentos criminais, é possível realizar leituras significativas, buscando por meio das entrelinhas e dos discursos, dos depoimentos e posicionamentos, uma análise que se aproxime dessas relações nos últimos anos do escravismo.

A intervenção da Justiça nos crimes tendia, na maioria dos casos, a se posicionar em favor das partes que pertenciam às camadas dominantes. De acordo com a articulação do poder senhorial, um escrivão poderia alterar o contexto dos relatos, dos questionários, dos depoimentos e das demais partes de um processo. É relevante ressaltar que nosso objetivo não se pauta na discussão dos princípios jurídicos ou de qualquer tipo de abordagem na área do Direito.

Tradicionalmente, poderíamos pensar na criminalidade a partir de uma “visão bipolar”, que envolvia simplesmente “senhores contra escravos” ou vice-versa. No entanto, perceberemos que este fenômeno conflituoso se configurava de forma muito mais abrangente, envolvendo inúmeros segmentos de uma sociedade, tais como: indivíduos livres, libertos/forros que, de certa forma, não estavam diretamente associados ao domínio senhorial. É importante ressaltar também que, em boa parte dos casos, capitães do mato, feitores, capangas, “camaradas”, escravos de confiança, nestes casos faziam o papel de mediadores do poder, cumprindo a vontade do senhor, seja para a tentativa de capturar um escravo fugido, para açoitar algum cativo indisciplinado ou realizar outros serviços desta natureza, encaminhados pelos próprios proprietários. Enfatizamos que o fenômeno da criminalidade envolveu não só senhores e escravos em posições antagônicas. Os conflitos poderiam ocorrer em diversos níveis sociais, incluindo os crimes entre parceiros de cativeiro na busca da resolução de questões de cunho pessoal.

Maíra Chinelatto Alves (2010) ressalta em trabalho sobre a criminalidade escrava, que a principal função deste tipo de estudo é observar a mensagem passada pelos cativos que optavam pela autoria dos crimes, quando consideravam seu tratamento injusto.

Além da análise da construção do processo criminal e suas características enquanto fonte é importante destacar o conjunto de leis que fundamentaram os trâmites processuais. A Constituição Imperial Brasileira de 1824, caracterizada como primeiro instrumento legal do Império, não mencionava em momento algum em seu texto os termos “cativos” e “escravos”. No entanto, o Código Criminal de 1830, juntamente com o Código do Processo Criminal de 1832, abordavam casos específicos referentes à criminalidade cativa. A Lei n.º 04 de 10 de junho de 1835, surgiu na tentativa de se tornar um instrumento de defesa da camada senhorial, condenando à morte os escravos que ferissem ou matassem seus senhores, familiares ou qualquer pessoa associada ao proprietário. A Lei Imperial n.º 3.310 de 1886, revogou os açoites permitidos nas legislações anteriores. Com relação às leis que sustentavam o regime escravocrata no Brasil, percebemos significativas mudanças ocorridas ao longo do século XIX. A impossibilidade de se sustentar o regime já era identificada não só nas alterações das leis, mas como também nas manifestações contrárias a esse sistema de trabalho. Essas manifestações já eram evidenciadas por alguns representantes do Estado e por uma parcela da população livre em geral. (MENDONÇA, 2001)

Nesta discussão podemos fazer referência às leis que gradualmente restringiram o sistema escravista no Brasil. São elas: a Lei Feijó de 07 de novembro de 1831, que proibia a entrada de escravos no Brasil; a lei inglesa “Bill Aberdeen” de 1845, que autorizava a Marinha Britânica a apreender os navios negreiros que partissem da África em direção ao Brasil; a Lei Eusébio de Queirós (1850), que efetivou a proibição do comércio internacional de escravos no país; a Lei do Ventre Livre (1871), que libertava os filhos de escravos, nascidos a partir desta data, permitindo a compra de alforria pelos mesmos cativos; a Lei dos Sexagenários (1885), que libertava os escravos acima dos sessenta anos; finalizando com a Lei Áurea (1888), que extinguiu definitivamente a escravidão no Brasil.

Com relação às consequências da lei de 1871, Karyne Johann (2006) argumenta que:

Pela primeira vez o Estado se intrometia em profundidade nas relações escravistas, e os escravos souberam aproveitar a nova situação acionando-o com bastante frequência em seu favor. Embora a resistência legal dos escravos tivesse o teor de batalhas individuais, esse fenômeno não teria se generalizado sem alguma elaboração coletiva, através de canais informais da circulação de boca em boca de informações sobre novas possibilidades de ruptura com o domínio senhorial. (JOHANN, 2006, p.90)

Sem dúvida, essas leis já evidenciavam o momento desfavorável do regime escravista, pois na intenção de cada uma, percebemos mudanças graduais que culminaram na extinção da escravidão no Brasil. Os efeitos que muitas destas leis surtiram, culminaram na resistência, no enfrentamento e na busca pela autonomia dos cativos.

Sobre os efeitos das leis abolicionistas do século XIX, principalmente a do Ventre Livre, Célia Maria Marinho de Azevedo (2004) afirma que:

De fato, as repetidas denúncias dos deputados provinciais em torno dos crimes de escravos apontavam para as crescentes dificuldades de se manter uma disciplina de trabalho e de vida, sobretudo nas fazendas, em vista não só da grande concentração de negros como também dos chamados 'efeitos' da Lei do Ventre Livre. Embora a lei não significasse mudanças concretas substanciais, pois os ingênuos continuaram a serviço dos senhores, se apercebiam da sua temporariedade. Talvez por isso mesmo os escravos já se sentissem mais à vontade para resistir no próprio espaço da produção, atacando feitores e senhores, e por vezes entregando-se tranquilamente à polícia, ao invés de se embrenharem em fugas perigosas pelas matas. (AZEVEDO, 2004, p. 196)

As leis que se referiam à proibição do tráfico internacional de escravos, sem dúvida, trouxeram muitos problemas relacionados à mão de obra, para as camadas senhoriais. A impossibilidade de se importar cativos africanos tornaria o processo de trabalho significativamente comprometido. Na tentativa de solucionar a escassez da força de trabalho, o tráfico interno foi uma das soluções encontradas temporariamente entre os senhores. Principalmente, a partir de 1850, o deslocamento por motivo de compra e venda destes escravos entre as províncias e dentro das mesmas foi um fenômeno muito observado no Brasil.

Cristiany Miranda Rocha (2004), em trabalho sobre famílias escravas, ressalta que a historiografia sobre o século XIX já evidenciou que as fugas e rebeliões escravas, em grande parte, eram resultado do desenraizamento de cativos provenientes de outras províncias.

Segundo a autora:

As cenas de horror protagonizadas por escravos vindos de outras regiões certamente não passaram despercebidos aos olhos daqueles proprietários das décadas finais da escravidão. O desenraizamento de cativos, ou seja, sua retirada do local de origem onde viviam seus familiares e amigos (ou mesmo a ameaça dele), trouxe, muitas vezes, consequências funestas tanto para os escravos quanto para os senhores. (ROCHA, 2004, p. 155)

Assim, o deslocamento de escravos entre as províncias e no interior das mesmas, proporcionaria a ruptura dos laços estabelecidos entre os cativos, resultando na resistência ao desenraizamento forçado. Uma das hipóteses da autora é que esse deslocamento, de certa forma, poderia se tornar um desenraizamento do escravo no âmbito de sua família e de suas relações pessoais, criando grande resistência ao novo senhor, a nova morada e ao novo trabalho.

Sidney Chalhoub (1990) afirma que:

A transferência maciça de escravos através do tráfico interprovincial, especialmente na década de 1870, aumentou bastante a tensão social nas províncias do sudeste. Os negros transferidos eram em geral jovens e nascidos

no Brasil, no máximo filhos ou netos de africanos que haviam sofrido a experiência do tráfico transatlântico. (...)

Separados de familiares e amigos e de suas comunidades de origem, esses escravos teriam provavelmente de se habituar ainda com tipos e ritmos de trabalho que lhes eram desconhecidos. (CHALHOUB, 1990, p. 69)

Chalhoub alerta para a problemática do desenraizamento efetivado ao longo das últimas décadas do século XIX. Segundo o autor a ampla transferência de cativos entre as províncias contribuiu significativamente para o aumento da criminalidade escrava no sudeste brasileiro.

Eduardo Spiller Pena (2001) menciona em um de seus trabalhos a problemática do tráfico interno de escravos. Segundo o autor, o alto índice de exportação de cativos do Nordeste para o Sudeste, preocupava significativamente as autoridades. Esta preocupação se fundamentava no receio de que as províncias que exportavam, ao reduzirem seu número de cativos, viessem a apoiar a abolição. O tráfico interno possibilitou inúmeras complexidades no que diz respeito aos conflitos escravos. Na busca de alternativas para a escassez da mão de obra cativa, a efetivação do tráfico interprovincial por vezes apresentou consequências negativas no que se refere ao cativo “desenraizado”.

2 - Acerca dos conceitos e seus significados no contexto escravista.

Para o melhor entendimento de nossas análises nesse trabalho, é importante realizar uma pequena discussão acerca dos principais conceitos encontrados nas fontes criminais. Para além dos significados terminológicos, os conceitos que aqui relacionaremos, faziam parte do aparato jurídico escravocrata, compondo o mundo criminal do século XIX.

O conceito de “crime” pode ser encontrado no “Vocabulário Portuguez e Latino Raphael Bluteau”, com publicações no século XVIII²⁶, sendo definido como “malefício capital, contra leys humanas, ou divinas, & digno de ser delatado ao juiz, para se dar ao author dele o castigo, que merece”. No dicionário Antônio de Moraes e Silva (1798), também do século XVIII, o conceito de crime é definido como “Malefício contra Leis Divinas, ou Humanas (...) pela qual se intenta, e negoceya a punição do delito (...) é quando não se pede a punição do delinquente, mas a indenização da parte ofendida (...) Coisa ofensiva, lesiva.” No dicionário Luiz Maria da Silva Pinto (1832) do século XIX, o conceito de “crime” se caracteriza como “Malefício contra as Leis de Deos, ou humanas”. É importante ressaltar que não encontramos nestes dicionários nenhuma definição para o termo “criminalidade”.

Maria Helena Machado (1987), propõe uma possível diferença terminológica acerca destes dois conceitos:

‘Criminalidade’, se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades; ‘crime’ diz respeito ao fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções. (MACHADO, 1987, p. 8)

Segundo a autora, o conceito de “crime” se caracteriza como fenômeno singular e “criminalidade”, em uma dimensão mais ampla, percebida em um contexto social coletivo.

Maíra Chinelatto Alves (2010), ao discorrer sobre o fenômeno da criminalidade escrava indica os principais motivos que culminaram na execução desses atos de resistência e conflito:

Os crimes cometidos por esses escravos, se não constituíam formas cotidianas de burlar o sistema – comumente relacionadas à quebra de equipamentos ou diminuição do ritmo de trabalho – nem por isso se tornavam necessariamente revolucionárias. Apesar de excepcionais, estes atos estavam permeados por relações cotidianas de trabalho, pessoais e institucionais, as quais muitas vezes

²⁶ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez & latino: aulico, anatômico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

justificavam as decisões tomadas pelos escravos, registradas em seus interrogatórios. (ALVES, 2010, p. 29)

No âmbito do regime escravista, é possível perceber o estabelecimento de acordos e normas para justificar a disciplina imposta. Teoricamente, a lei se define como um conjunto de regras a ser seguido por uma sociedade independente da condição da mesma. Já a existência do conflito nos possibilita pensar que essas regras, evidentemente foram quebradas. Assim, os casos que não se resolviam em âmbito privado eram encaminhados para a Justiça.

Sobre a quebra das “obrigações mútuas” entre senhores e escravos, a autora afirma que:

A escravidão assume, dessa forma, aspectos de um sistema de trabalho com características contratuais, não legalmente reconhecidas nem entre pessoas com igual poder, mas em que senhores e escravos tinham obrigações mútuas que, quando não cumpridas, trariam reações, talvez muito sérias, partindo de ambos os lados. (ALVES, 2010, p. 36)

Com relação ao cumprimento de direitos estabelecidos no âmbito das relações escravistas, Sidney Chalhoub (1990) ressalta que os cativos:

(...) aprenderam a fazer valer certos direitos que, mesmo se compreendidos de maneira flexível, eram conquistas suas que precisavam ser respeitadas para que seu cativo tivesse continuidade: suas relações afetivas tinham de ser consideradas de alguma forma; castigos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo (...). (CHALHOUB, 1990, p. 70)

O conflito envolvendo escravos, seja na posição de réus ou vítimas, possibilitava aos cativos a notoriedade necessária para que se desmistifique a tradicional visão de “objeto”, permitindo que os mesmos se destacassem como “sujeitos” nos trâmites processuais.

O cativo, reconhecido como sujeito nos processos criminais, evidenciava por meio de seus atos, suas efetivas manifestações frente ao regime escravocrata no decorrer do século XIX. No que se refere à resistência cativa, seguida do ato criminal envolvendo o mesmo, Maria Helena Machado (2010) argumenta que na ausência e na deficiência da legislação, o poder absoluto dos senhores e sua regulamentação legal ocasionaram fissuras e desequilíbrios incontornáveis ao processo de dominação. Em outras palavras, a instabilidade da ordem condicionada pela não aceitação da condição cativa era uma realidade no ambiente de domínio senhorial no decorrer do Oitocentos.

É provável que nas regiões com grande contingente populacional a lei se fizesse mais presente do que nas comunidades rurais. Em regiões interioranas, levando em consideração a falta de estrutura da Justiça e o baixo índice populacional, é possível que o recurso às barras dos tribunais fosse mais complexo, tanto no atendimento, no encaminhamento dos casos, quanto em suas respectivas tramitações e durações.

A busca pela resolução das questões pessoais, de propriedade e das relações cativas culminarão na elaboração do processo crime enquanto meio formal e burocrático de encaminhar os casos para a Justiça.

Sobre a procura pelos tribunais no século XIX, Ivan Vellasco (2004) ressalta que:

Uma das razões que moviam aqueles que procuravam a justiça certamente residia em algum cálculo razoável a respeito das possibilidades de atendimento de suas demandas. De um ponto de vista estritamente lógico, é pouco provável que tais cálculos não se fizessem presentes no ato dos que cotidianamente, e de maneira crescente, decidiam por submeter à apreciação e escrutínio das normas jurídicas suas desavenças, contendas e dramas particulares. A própria decisão de fazê-lo é, por si só, indicativa de uma racionalidade que revela noções sobre ordem coletiva e o papel das instituições em administrá-la, em oposição àqueles que, como vimos, movidos pelo impulso das paixões ou por outros cálculos, decidiam resolver por conta própria suas rixas e negócios. (VELLASCO, 2004, p. 179).

Percebemos que a partir da segunda metade do século XIX, foi significativamente relevante a procura pela Justiça para a resolução de questões individuais ou coletivas. Segundo Marcelo de Souza Silva (2008), esta procura estava intimamente ligada à crescente legitimidade da Justiça no período. No que se refere à relação entre senhores e escravos, perceberemos que o conflito manifestado por ambas as partes, era interpretado de forma e significados distintos na sociedade.

Segundo Silvia Hunold Lara (1988):

Senhores e escravos constituíam categorias efetivamente separadas, onde as diferenças raciais obstavam quaisquer possibilidades de mobilidade social. Para esses senhores a experiência do trato com os escravos impunha a necessidade de violência: ela os conservava obedientes, obrigava-os ao trabalho, mantinha-os submissos com castigos e dominação. Já a violência do escravo contra a ordem, era vista como transgressão, violação do domínio senhorial, rebeldia. (LARA, 1988, p.30)

Teoricamente, se a ofensa fosse cometida pelo senhor, a argumentação para a sua realização se justificaria no direito de açoite e disciplinarização do cativo, se configurando como um ato pedagógico exercido por parte de seu proprietário. Se a ofensa partisse do escravo para seu senhor, tal ato era julgado crime em potencial. No entanto, no fim do século XIX, muitos açoites cometidos em excessos foram julgados pela Justiça, ao ponto de o castigo físico ser proibido.

Evidentemente, as relações conflituosas não eram exclusivas da relação entre senhores e escravos. Os delitos envolvendo livres, libertos/ forros, feitores, “camaradas” de senhores, responsáveis por mediar o poder dos proprietários, serão vistos também em nossos casos.

Sobre os principais alvos de tensão na conflituosa relação escravocrata, Maria Helena Machado (1987) afirma que:

Revelando-se como figura catalisadora das tensões provenientes da disciplina do trabalho, pressionado fortemente pelo senhor para fazer frente à resistência do escravo, o feitor transformava-se em alvo privilegiado de ataques. (...) (MACHADO, 1987, p. 67)

(...)retirado de cena o poder do feitor, pelo impacto causado pela presença senhorial, a revolta dos escravos dirigia-se contra a figura sobre a qual estavam tecidas as relações pessoais de dominação escravista, a pessoa do senhor, claramente limitada. (MACHADO, 1987, p. 93)

Percebemos nos feitores e em outros funcionários de confiança, o papel de mediadores do poder senhorial, se configurando como os indivíduos que, na maioria dos casos, eram os responsáveis pelo cumprimento das tarefas e da fiscalização da ordem.

3 - A estrutura judiciária e o processo criminal

Para entender a criminalidade no recorte proposto é importante que façamos uma análise da legislação vigente no século XIX. A proposta deste tópico se fundamenta na verificação das leis imperiais que se relacionam com a criminalidade escrava, concomitantemente à normatização e construção do processo crimina. Como já mencionamos, o primeiro conjunto de normas vigentes para o Brasil após a sua independência, foi a Constituição do Império Brasileiro de 1824, demonstrando através de sua outorga o caráter centralizador do Primeiro Reinado no país. Assim, analisando a “carta magna” brasileira, é possível identificar algumas particularidades importantes para o nosso estudo.

Na verificação do documento não identificamos em nenhum dos artigos, os termos “escravo” e “cativo”. O documento, mesmo não realizando nenhuma referência ao elemento cativo, destacou um ponto importante em seu artigo 179.

O artigo era parte integrante do título 8º: “Das disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”:

A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela

Constituição do Império, pela maneira seguinte(...) XIX. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis. (...)²⁷

Talvez, a ausência do termo “cativo” ou “escravo” fosse sintomática, na tentativa de transparecer um aspecto mais liberal de nossa Constituição. Entretanto, na verificação do parágrafo 19, constatamos a possível referência ao elemento escravo pelo conceito de “propriedade”, ao mencionar a proibição dos açoites, das torturas, das marcas de ferro quente e de todas as mais penas de crueldade.

Evidentemente, esta parte da Constituição não garantiu na prática, nenhum tipo de proteção aos cativos no que se refere aos açoites excessivos. Cabe ressaltar que, embora o artigo 179 da Constituição mencionasse a proibição dos açoites, a “Carta Magna” brasileira não poderia se aprofundar nas questões referentes ao crime, pois não era a sua função. Para que a criminalidade fosse tratada de forma mais específica foram elaborados os códigos criminais (1830 e 1832), legitimando o uso dos tribunais para a resolução dos conflitos.

Pressionada pelos constantes conflitos, é possível perceber que a Justiça criou e atualizou seus códigos inserindo peculiaridades não contempladas nas legislações anteriores. Na análise da Constituição Imperial de 1824, que faz referência indireta aos cativos tentando proibir os castigos físicos, propomos a seguinte questão: Houve a devida aplicabilidade da Constituição de 1824, no que diz respeito aos conflitos envolvendo escravos e livres? Entendemos que a resposta para essa pergunta surge a partir da criação do Código Criminal de 1830, que em determinado momento, tratava especificamente dos casos envolvendo escravos. Se houve a necessidade da criação de um Código Criminal específico em 1830, entendemos que a Constituição de 1824 não contemplou as necessidades dos casos referentes aos crimes, principalmente os que envolviam cativos. É importante lembrar que não cabia à Constituição Imperial de 1824, tratar de forma aprofundada as questões ligadas à criminalidade.

Seguindo a análise das leis que tratavam especificamente dos crimes, temos em 16 de dezembro 1830 a criação do já mencionado Código Criminal²⁸. Este conjunto de leis, como já mencionamos, abordava também os casos de conflito envolvendo escravos no Século XIX. Os pontos específicos que faziam referência aos cativos se encontram da seguinte maneira:

Art. 14. Será o crime justificável, e não terá lugar a punição delle: (...)

6º Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos²⁹, e os mestres a seus discípulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade delle, não seja contrária às Leis em vigor.

É possível perceber que existiu a autorização da punição ao cativo, legitimando o poder senhorial sempre que necessário, na mesma categoria de “pais para filhos”. Mesmo que o castigo físico fosse regulamentado pela lei, é possível verificar o estabelecimento dos limites diários nos açoites para evitar os excessos. Esse tipo de regulamentação pode ser verificado no Título II, Capítulo I, “Da qualidade das Penas, e da Maneira como hão de impor e cumprir”³⁰:

Art. 60. Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar. O número de açoites será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta.

Com relação à mencionada pena de açoite e a apresentação do escravo à Justiça levados por um ferro como consta no artigo 60 do Código Criminal de 1830, verifica-se que tais possibilidades foram revogadas pela lei 3.310 de 15 de outubro de 1886³¹:

²⁷ Constituição Imperial Brasileira, 1824.

²⁸ Código Criminal, 1830.

²⁹ Grifos meus.

³⁰ Código Criminal, 1830.

³¹ Lei n.º 3.310 de 15 de outubro de 1886.

Art. 1º São revogados o art. 60 do Código Criminal e a Lei n. 4 de 10 de Junho de 1835, na parte em que impoem a pena de açoutes. Ao réo escravo serão impostas as mesmas penas decretadas pelo Código Criminal e mais legislação em vigor para outros quaesquer delinquentes, segundo a especie dos delictos commettidos, menos quando forem essas penas de degredo, de desterro ou de multa, as quaes serão substituidas pela de prisão; sendo nos casos das duas primeiras por prisão simples pelo mesmo tempo para ellas fixado, e no de multa, si não fôr ella satisfeita pelos respectivos senhores, por prisão simples ou com trabalho, conforme se acha estabelecido nos arts. 431, 432, 433 e 434 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

É importante ressaltar que na década da criação da lei n.º 3.310, a mão- de-obra cativa já era escassa. O tráfico internacional de escravos já havia se encerrado em 1850 e o regime se arrastava até ser extinto em 1888. Nesse sentido não era interessante que o número reduzido de escravos disponíveis estivesse submetido à prisão perpétua e aos açoites excessivos devido à impossibilidade de substituição das posses.

Com relação à criminalidade, subentende-se que se existiu o conflito, naturalmente, algum tipo de norma foi quebrada. No decorrer do século XIX, com o declínio do regime escravista, foi possível verificar constantes embates entre livres e escravos que culminavam na Justiça, independente da condição dos réus e das vítimas. (THOMPSON, 1988)

Estamos diante de um fenômeno que tornou público diversas transgressões que, conseqüentemente foram julgadas pela Justiça, evidenciando uma parcela da resistência das relações escravistas. Mesmo com a tradicional “nulidade jurídica” do cativo, percebe-se ao longo dos processos que esta visão foi sendo quebrada com as constantes tentativas por parte dos escravos para que os agentes judiciários atendessem suas reivindicações a partir de seus atos. Não estamos afirmando, contudo, que a resistência escrava se dava exclusivamente por meio dos crimes resultando em trâmites processuais. Optamos por analisar uma parcela desta resistência que foi caracterizada nos processos criminais.

Sobre a “nulidade jurídica” dos cativos, Maria Helena Machado (1987) afirma que:

Seria o caso, por exemplo, do aparato jurídico escravocrata, que se por um lado, admitia a nulidade jurídica do escravo, por outro, recolocava-o enquanto agente social quando o tornava réu, responsável pelos seus atos. (MACHADO, 1987, p.18)

Acrescentaríamos nessa citação que a “humanização” dos escravos nos trâmites processuais não se dava somente na categoria de réus, mas também na luta por sentenças favoráveis aos mesmos na qualidade de vítimas, alocando-os na condição de agentes sociais, independentemente de suas ações e de que lado se encontravam na barra dos tribunais.

Dando seqüência a análise do Código Criminal de 1830, outros pontos do documento tratavam dos crimes envolvendo cativos. O Capítulo IV – Artigo 113, faz referência aos crimes relacionados às insurreições, considerando “julgar-se-á commettido este crime, retinindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força.”³² Ou seja, a revolta ou motim que contabilizasse mais de 20 escravos envolvidos, seria julgada como insurreição, tendo sentença específica. Para os casos de pessoas livres que incentivassem algum tipo de insurreição, o artigo 115 do mesmo código previa julgamento próprio. Tal artigo, possivelmente, visava controlar a intervenção de livres nos propósitos que beneficiavam aos cativos, no que tange a algum tipo de reivindicação por parte dos mesmos.

³² *Código Criminal, 1830*. Capítulo 4. Artigo 113.

Ao compararmos a Constituição do Império Brasileiro de 1824 com o Código Criminal de 1830, verificamos a necessidade do Império em atualizar a legislação referente aos casos criminais envolvendo escravos no Brasil. Em suma, era necessário que a legislação amparasse os conflitos das relações escravistas no país, que não foram contemplados no primeiro documento.

Seguindo a análise das leis que se referiram à criminalidade escrava, temos em 29 de novembro de 1832, o Código do Processo Criminal que, não anulou o Código de 1830, mas atualizou inúmeros pontos não abordados no anterior, incluindo a normatização do processo criminal enquanto documento oficial de julgamento dos casos. Entre os que faziam referência à criminalidade escrava, nos deparamos mais uma vez com a tentativa de legitimar o domínio senhorial. Dos pontos que tratam particularmente dos escravos temos o artigo 75³³, parágrafo 2º, mencionando que não seriam admitidas as denúncias do escravo contra o senhor e o artigo 89 que impedia a participação do escravo como testemunha dos processos ou autor de denúncias.

De acordo com Marcelo de Souza Silva (2008):

Com o Código de 1832 estavam estabelecidos os parâmetros entre as relações indivíduos e Estado, mas não devemos deixar de notar que isto também foi fundamental para o Estado legitimar sua presença no dia a dia das pessoas, consolidando seu papel de mediador de conflitos e fundador de padrões de comportamento. (SILVA, 2008, p. 60)

Seguindo a análise da legislação criminal, observamos em 10 de junho de 1835³⁴ a lei n.º 04. Tal lei abordava um ponto específico da criminalidade escrava: o aumento significativo de homicídios cometidos por escravos contra seus proprietários, familiares, feitores e demais funcionários em função do domínio senhorial.

Após o episódio da “Revolta dos Malês” na Bahia, o temor por parte dos senhores se estabelecia em todo Brasil.³⁵ A onda negra e o medo de uma revolta generalizada proporcionaram a criação da referida lei, no intuito de aumentar significativamente as penas para os escravos que ferissem ou matassem seus senhores ou livres vinculados à ação senhorial.

O artigo primeiro da Lei n.º 04 dizia que:

Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com elles viverem. Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoites a proporção das circunstâncias mais ou menos aggravantes.

Verificamos nessa lei um relevante meio de defesa do campo senhorial. Sem dúvida, um artifício de defesa para aqueles que controlavam o poder. Em um Brasil marcado por revoltas e pelo aumento da criminalidade, os senhores de escravos, juntamente com os seus mediadores e familiares seriam beneficiados.

Karyne Johann (2006) ressalta que a Lei de 10 de junho de 1835:

(...) apresentava-se como um estatuto penal especial, ao investir de intocabilidade a figura da autoridade senhorial. Assim, ao se voltar contra o seu proprietário, o escravo deixava de ser considerado legalmente incapaz e arcava com suas responsabilidades criminais perante o júri como um cidadão qualquer;

³³ *Código do Processo Criminal* – Artigo 75.

³⁴ Lei Imperial de 10 de Junho de 1835.

³⁵ Para maiores informações sobre este caso consultar REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do levante dos malês em 1835**. ed. Ver. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ao seu proprietário, contudo, era concedido, através do anteparo legal, o poder de vida e morte sobre seu escravo. (JOHANN, 2006, p. 135)

Com a Lei de 10 de junho de 1835, o Império buscava “resguardar” senhores, feitores, funcionários, familiares, para que não fossem alvos dos instintos revoltosos dos escravos. A sentença da pena de morte direcionada cativo tinha por finalidade evitar qualquer ameaça ao domínio senhorial. Aquilo que podemos chamar de “inimigo doméstico”, tornava-se o centro das preocupações desse Brasil escravista.

Considerações Finais

Nossa leitura da legislação criminal do século XIX, especificamente dos casos envolvendo cativos, não possui o intuito de afirmar que todas as relações escravistas que se seguiram a partir da Independência do Brasil foram exclusivamente conflituosas. Em contrapartida, é inegável afirmar que esses conflitos aumentaram significativamente no decorrer do século XIX, em virtude da progressiva escassez da mão-de-obra e da presença da Justiça no país ao longo do Oitocentos.

Com relação à estrutura judiciária, percebemos que as leis brasileiras no âmbito criminal foram se desenvolvendo de acordo com a necessidade e com os casos encontrados em um país recém independente. Considerando o Brasil em processo de formação, percebemos que boa parte da legislação foi elaborada, muitas vezes, para sanar problemas que ocorriam nas relações sociais e que até então não possuíam leis específicas para julgamento.

Podemos ressaltar a complexa relação jurídica que se estabeleceu na ao longo do século XIX, no que se refere aos crimes envolvendo escravos. Trabalhar com a estrutura jurídica do século XIX no Brasil, sem dúvida alguma, é um grande desafio. Ao nos debruçarmos sobre o processo criminal enquanto fonte, junto à legislação vigente, podemos visualizar as evidências de um cotidiano marcado pelos conflitos das relações escravistas. Sem dúvida, os documentos são marcados por um discurso dominante, tendo sua redação intermediada pelo escrivão que, naquele ato, se configurava como um dos representantes da Justiça. Atualmente, muitos trabalhos vêm se utilizando desta fonte, propondo uma análise que evidencie a voz do elemento cativo, anteriormente rebaixado ao status de “coisa”.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maíra Chinelatto. *Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores*. USP, São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História Social).
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- BLUTEAU, Rapphael. *Vocabulário Portuguez Latino Bluteau*. Coimbra. 1712-1728.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- JOHANN, Karyne. *Escravidão, Criminalidade e Justiça no Sul do Brasil: Tribunal de Relação de Porto Alegre*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em História).
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência*. São Paulo: Paz e terra, 1988.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição: Escravos e Senhores no Parlamento e na Justiça*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MORAES E SILVA, Antônio de. *Diccionario de lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina. 1813.
- PENNA, Eduardo Spiller. In: *Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Cecult, 2001.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832.
- RADSACK, Randolpho. *Escravidão, Criminalidade e Cotidiano: Santa Luzia do Carangola – MG (1880-1888)*. Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2012. Dissertação (Mestrado em História).

ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas*: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, Marcelo de Souza. *Homicídios na Comarca de Uberaba*: Minas Gerais, 1872 – 1892. 2008. UFRJ. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História).

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19. Bauru: Edusc, 2004.

EPG 017

REFLEXÕES SOBRE UMA NOVA PERSPECTIVA “CIENTÍFICA” DO CONHECIMENTO NO PENSAMENTO DO BAIXO MEDIEVO PORTUGUÊS

Jonathan Mendes Gomes³⁶

RESUMO:

O trabalho consiste na compreensão de sobre mudanças nas concepções e apreensões do conhecimento, na sociedade portuguesa do baixo medievo, a partir de determinadas transformações nas relações com a natureza. Utiliza-se como fonte primária um conjunto de obras literárias portuguesas enquadradas sob o nome de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis. A partir da análise do material selecionado das mesmas orienta-se, inicialmente, por uma reflexão acerca das novas posturas diante da apreensão de saberes através do contato com a natureza, especialmente em direção a uma determinada compreensão de ciência. Discute também as principais identificações com essa postura mais próxima da percepção científica, apesar de não serem opostas ao maravilhoso e ao simbolismo, vigentes nos finais da Idade Média. Por fim, apresenta as principais consequências da difusão dessa nova postura, especialmente em como influenciará uma tendência a buscar práticas e técnicas mais eficientes a fim de aprimorar a domesticação dos animais, principalmente aqueles de interesse da nobreza. O trabalho se baseia metodologicamente em análise do discurso, selecionando trechos das obras contendo palavras e expressões cujo desvelar do valor semântico serviu para compreensão das temáticas elencadas.

Palavras-Chave: Pensamento Medieval. Literatura Técnica. Apreensão do conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, associado à História Cultural e das Mentalidades, direciona-se a uma análise sobre mudanças nas concepções e apreensões do conhecimento, na sociedade portuguesa do baixo medievo, e como se ligam a transformações nas relações com a natureza, especialmente em direção a uma determinada compreensão de ciência.

Trata-se de compreender como as novas posturas diante da apreensão de saberes através do contato com a natureza, apesar de não serem opostas ao maravilhoso e ao simbolismo vigentes, começam a se identificar, nos finais da Idade Média, com uma postura mais próxima da percepção científica.

Uma parte do *corpus* documental utilizado para esta pesquisa é composta por algumas obras literárias, que se inserem num conjunto mais amplo denominado pelos estudiosos de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis, e ligando-se assim, a uma série de tratados técnicos e didáticos originalmente portugueses que os precederam.

Deste conjunto foram selecionadas para análise as seguintes: *O Livro de Montaria* de D. João I, considerado um “doutrinal de cinegética”, com ensinamentos sobre a experiência monteira, a arte de caçar a cavalo; *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela* de D. Duarte enquanto, um manual de equitação, pretendendo resgatar o culto à arte de saber andar a cavalo; *O Livro de Falcoaria* de Pêro Menino, falcoeiro do rei D. Fernando, um manual referente à cetraria, uma modalidade de caça em que se usava aves de rapina domesticadas para a perseguição de animais menores; *O Livro de Alveitaria* de Mestre Giraldo, médico do rei D. Dinis, que trata dos cuidados e condições necessárias à domesticação e cuidado das enfermidades dos cavalos; *O Livro de citraria e experiências de alguns caçadores*, cujo nome do autor se mantém anônimo, tratando de uma variedade de aves bem como suas condições de cuidado e higiene.

Com base nesse contexto, e nas fontes selecionadas, objetivou-se demonstrar aqui também, as principais consequências da difusão dessa nova postura, especialmente em como influenciará uma tendência a buscar práticas e técnicas mais eficientes a fim de aprimorar a domesticação dos animais, principalmente aqueles de interesse da nobreza.

A chamada Literatura Técnica da dinastia de Avis deve ser analisada como componente importante da prosa moralística, devido seu forte conteúdo normativo. Assim, age como fonte veiculadora de um código de

³⁶ Doutor em História Social pela UFF. Professor do curso de Licenciatura em História da UEMG – Unidade Carangola. Contato: jonathanmdna@gmail.com.

condutas nesta sociedade, destacando o novo papel pedagógico, não puramente militar, que as atividades físicas ganham neste período, como disciplinadoras da violência da nobreza.

Ou seja, a proposta de estudar a prosa moralística de Avis como veículo de disseminação de valores e ideias que compõem uma cultura aristocrática em formação, torna necessário analisar o texto não apenas como um produto isolado que fala por si, mas como um produto entre enunciador e enunciatário, em que aquele se propõe como tradutor de símbolos compartilhados entre ambas as partes, sendo responsável por transmitir o papel que escolheu a cada um.

Flamarion e Vainfas (1997) refletem em *Domínios da História*, que o pressuposto essencial das metodologias aplicadas aos discursos é não aceitá-los como algo transparente, e sempre entendê-los relacionados ao social. Análises prévias de algumas fontes primárias demonstram a possibilidade de se trabalhar sob a perspectiva proposta, procedendo com a seleção de extratos dos textos literários que contem expressões e palavras, relacionadas a chaves de leitura que permitem perceber os campos semânticos por onde o discurso expressa sentido.

2 APROXIMAÇÕES A UMA PERCEPÇÃO “CIENTÍFICA” NO PENSAMENTO MEDIEVAL

Se as atitudes e atividades cotidianas dos “comuns” foram importantes para difundir tal predisposição de encarar a natureza sob uma postura mais pragmática, fundamental também fora a participação das mentalidades mais intelectualmente instruídas, as quais se inclinaram para uma concepção e prática mais científicas.

De fato, parece observar-se, já a partir do século XII, certo “renascimento científico”, cuja propensão naturalista subsequente havia sido suficiente para colaborar com o acúmulo de informações diretas e práticas a respeito de componentes do mundo natural. Este desencadear “indicava o reconhecimento da necessidade, ainda que relutadamente pressentida, da superação tética da temente observação teológica da natureza que, fundamentalmente, caracterizava a visão medieval” (FONSECA, 2004, p. 163, apud WHITE, 1984, p. 244).

Mais ainda, mostrava uma tendência do conhecimento medieval direcionada a um racionalismo que se preocupava em não satisfazer-se com as limitações das antigas explicações sagradas, embora não signifique se desvencilhar delas totalmente. Em algumas passagens das literaturas selecionadas, os autores posicionam a razão no valoroso lugar de atributo fundamental para a apreensão de conhecimentos e aplicação prática destes. Também a razão aparece como importante árbitra da tomada de decisões corretas, de acordo com os tempos e lugares.

Se guardares em teus feitos razom e mesura, nunca ou tarde acusarás ventura (...). Porem entendo que pera esto será proveitoso saberem meus avysamentos, por o que tenho desta sciencia bem praticado e per razom conhoci desque penssey della screver (DUARTE, 1986, p. 135).

Acontece ainda algumas vezes aos senhores de estarem assossegados em seus desembargos e depois, quando lhes vem à mão com razão os poderem deixar, dizendo: vamo-nos desenfadar em andar ao monte (JOÃO I, 2003, p. 151).

Esto he hũa cousa muy ligeira: [à] vianda que nõ he contra rezão de dar a comer ao falcão, as[s]y como [se] fala en outros outros livros de viandas contrarias, que são contra rezão, debes de fazer assy: (...) (PÊRO MENINO, 1931, p. 68).

Ainda assim, destaca-se a manutenção, à época, da crença de que a qualidade racional humana tratava-se de uma graça divina, visto que Deus, durante a criação do homem, quis que este fosse feito a sua similitude.

(...) e a ocasião porque disse Deus que o homem fosse criado a sua similitão, determinaram que foi por duas coisas. A primeira porque Deus sabia na sua alta sabedoria, que ele havia de ser homem; e por isso disse que o homem fosse feito a sua similitão. A segunda razão é porque ele queria fazer o homem razoável; e por isso disse que o queria fazer a sua similitão (JOÃO I, 2003, p. 3).

Desse modo, compreende-se que nesse alvorecer de um contexto mais racional, se a ideia de natureza conseguiu algum sucesso em não se prender a transposições simbólicas para atingir uma causalidade conectada mais intimamente ao cotidiano (GREGORY, 2006, p. 266), não tanto o foi em se desligar da esfera do sagrado.

Deve-se ressaltar que a ideia de racionalidade não se resume apenas no que pertence ao campo científico. A própria Idade Média, por exemplo, apresentou racionalidades variadas, dentre as quais a que girou em torno do sagrado. Esta, cujo predomínio alongou-se durante quase toda a época medieval, não apenas pretendeu um controle sobre o maravilhoso, como apropriou-se do simbólico e da exegese como recursos fundamentais na interpretação e transmissão de conhecimentos, reservados a um pequeno grupo – no caso o clero. O pensamento simbólico, juntamente com as analogias e metáforas, consistiram numa verdadeira forma de conhecer o mundo, e organizar suas experiências.

Mais do que isto, a partir da valorização de autores e obras antigas, direcionou-se para um modelo de apreensão de saberes mais voltado para a contemplação e a especulação filosófica. No entanto, esta racionalidade envolvida no discurso do sagrado, e na crença no transcendental, não prescindiu do uso de recursos como a observação direta e a experiência pragmática em seus procedimentos. Afinal, no interior da própria instituição Igreja, ou seja, âmbito do sagrado, promoveram-se debates relevantes acerca de questões primordiais envolvendo temas como o empírico e a experiência. Recorda-se, por exemplo, dentre outros movimentos de espiritualização do período em questão, da Devocio Moderna (VAUCHEZ, 1995), de matriz franciscana, que incluía em suas concepções a necessidade de se experimentar, especialmente a natureza através da fruição, bem como o uso constante dos sentidos, a fim de se alcançar a transcendência.

O próprio movimento de moralização dessa nobreza, que passa a ocupar cada vez mais o espaço do Paço, tem como base um contexto dinástico que dá maior importância à espiritualização das principais atividades desse segmento. Prova disso está na ideia de que o cultivo das virtudes estava associado ao uso da razão (sobre os instintos), que por sua vez consagrava-se como uma dádiva divina, isto é, uma qualidade de origem espiritual, devendo ser fomentada através desta via, por excelência. Tanto que as matérias que compõem as obras de natureza técnica unem vários desses elementos (entre religião, filosofia antiga e ciência), investindo em uma razão que não serve apenas ao aperfeiçoamento físico do homem, mas também à sua elevação espiritual, bem como a justificar as relações estabelecidas entre estes e os componentes do mundo natural.

Essas constatações permitem confirmar, como já mencionado anteriormente, que não se pode estabelecer uma oposição, ou competição, entre as formas de saber que vigoravam simultaneamente nos fins da Idade Média. Essa postura de apreensão do saber, e da natureza, de caráter mais científico e realista, convivia constantemente com outras referências presentes no período como as pertencentes ao sagrado e ao maravilhoso, e mesmo as místicas e astrológicas, a partir das articulações destas com os fenômenos da natureza, bem como com o funcionamento do organismo dos seres vivos.

Muitas vezes esta convivência mostrava um aspecto de complementaridade, com as referências mais se aglutinando do que se excluindo, tendo em vista o próprio compartilhamento de determinados atributos e mecanismos comuns, como por exemplo, o uso recorrente de analogias. Desse modo, se na cultura medieval tudo encontrava-se interligado, os animais e plantas que consistiam em signos vivos dessa sociedade, mostravam-se capazes de se expressar por todos os campos, técnicas e saberes. Isto significa que os conhecimentos e percepções dos eruditos e contemplativos relacionam-se frequentemente com as práticas de observação objetiva e experiência empírica da natureza, “porque entre o especulativo e o material, entre o abstrato e o concreto a fronteira é sempre permeável” (PASTOUREAU, 2006, p. 509).

A partir desse ponto, duas importantes ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, não é possível pensar que a racionalidade do sagrado serviu de entrave à observação empírica, nem que a compreensão da natureza no medievo evoluiu de uma via simbólica para outra empírica e científica. Em segundo, não se pode usar uma dicotomia entre real e imaginário para o período medieval, muito menos encarar que este último não seria capaz de produzir efeitos concretos.

Assim como deve-se atentar para o uso incorreto de oposições entre os elementos acima, também ressalta-se o dever de se

evitar as armadilhas sempre estendidas pela absurda segregação entre homem e natureza, cultura e natureza, espírito e matéria, que tem um peso ainda tão determinante no pensamento ocidental, e que tantas vezes falseia a reflexão sobre o

lugar do homem na natureza e sobre as relações dos homens entre si (BARRAU, 1989, p. 229).

O fato é que os recursos citados (experiência, observação, empirismo, sensorialidade) não se destacaram como exclusivos do domínio da ciência, não servindo para diferenciá-lo das perspectivas do sagrado e do simbólico. A racionalidade científica medieval não se trata apenas da produção de um saber laicizado, portanto não exclusivo da esfera do sagrado, e distinto do livresco e erudito (cujo caráter era basicamente filosófico, contemplativo e especulativo), mas também seu propósito claramente político. O que lhe diferencia não são necessariamente os elementos que utiliza como importantes instrumentos de apreensão de conhecimentos sobre a (e através da) natureza. Suas especificidades concentram-se no tratamento e operacionalidade dos recursos citados, na seleção dos conhecimentos a serem apreendidos sob essa concepção e no processamento dos saberes adquiridos, bem como nas práticas extraídas dessa percepção.

O conjunto desses conhecimentos, assim como expresso em vários trechos da literatura mencionada são, assim, tratados e interpretados sob uma racionalidade própria, que os considera uma ciência, dando um novo sentido a recursos que já eram utilizados. Mais do que isto, a íntima ligação destas atividades com os animais e o ambiente natural, mostra que os saberes registrados, como o adestramento de animais, vinculam-se a uma postura específica que compreende na apreensão direta da natureza.

Outra distinção se liga à presença da *ratio*, e a manifestação de uma maior preocupação em organizar, sistematizar e classificar os conhecimentos, registrando-os e fixando-os através do texto, para futura transmissão e difusão. Afinal, isto implica em uma relação que desenvolve o pensar sobre o conhecimento produzido, e não apenas assimilá-lo e reproduzi-lo, bem como apreender o saber porque está escrito.

Da mesma forma, a racionalidade científica não foi uma criação do baixo medievo, e muito menos se resume a este, sendo já considerada em períodos anteriores e outras sociedades. Aliás, muito se discutiu sobre o anacronismo do uso do termo ciência, cujo desenvolvimento pertenceria mais ao período moderno. Afinal, apesar de apresentarem autênticos saberes de experiências práticas e uma forma alternativa de se apreender a natureza, não chegam a elencar leis gerais de regência do mundo e dos seres vivos, e mesmo mostram uma visão fragmentária da ciência.

Contudo, em certos extratos das fontes utilizadas, os autores já consideram a utilização da palavra ciência para referir-se aos conteúdos das obras, e deve-se evitar o olhar teleológico de considerá-la a partir de como se configurará mais à frente, na modernidade. Isto porque a ideia de ciência na Idade Média apresentava suas especificidades, a partir de qualificações próprias, juntamente com a técnicas e o saber.

3 DEFINIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE “CIÊNCIA” NO BAIXO MEDIEVO.

A utilização do termo ciência se revela principalmente na intenção de elevar o valor dos conhecimentos e ensinamentos expostos em distinção daqueles de menor valor contidos nos livros de histórias e fábulas. De fato, as ideias de metodologia de aprendizagem dos príncipes avisinos são expressas pelas mãos de D. Duarte, que acredita na técnica e na prática como veículos privilegiados de transmissão deste conhecimento mais científico, e como instrumentos de maior valor pedagógico que as fábulas e demais tipos de histórias, cuja compreensão tem mais difícil acesso ao saber. Isto se junta ao fato das obras conterem alguns termos em latim para determinadas enfermidades animais, o que demonstra a absorção de maior erudição a respeito dos conhecimentos naturais, indicando um teor mais científico, uma vez que não poderiam ser saberes apenas vindos da tradição popular dos monteiros.

E por que nom sey outro que sobr'ello geralmente screvesse, me praz de poer esta scyencya primeiro em scripto, e antremety alguas cousas que pertecem a nossos costumes, ainda que tam a proposito nom venham, por fazer a algũus proveito, posto que a outros pareça sobejo (...). E os que esto quiserem bem aprender, leamno de começo pouco, passo, e bem apontado, tornando algũas vezes ao que já leerom para o saberem melhor. Ca se o leerem ryjo e muyto juntamente como livro destorias, logo desprazerá e se enfadaróm del, por o nom poderem tam bem entender nem renembar; por que regra geeral he que desta guisa se devem leer todollos livros dalgũa sciencia ou enssynança (DUARTE, 1986, p. 3).

Aas vezes aqueeçe que o caualllo de ssa nacença naçe com seus nenbros desanaturadamente e esto he dicto segundo latim de raro contingentibus. // E outrossy pode seer chamado em latim de axstrum e quer dizer em nossa linguagem marauilha que auem raramente. // Assy como veemos que o caualllo naçe com as queixada de huso majs longa ca de suso (MESTRE GIRALDO, 1909, p. 18).

Entretanto, percebe-se que a definição ou concepção de ciência do período encontra-se misturada à ideia de arte, a qual, de acordo com as concepções vigentes, pontua o caráter basicamente técnico de determinados saberes: Esta postura mais pragmaticamente empírica de valorização do gosto pela experiência se coaduna com a própria visão que as obras portuguesas em questão possuíam a respeito das artes sobre as quais dissertavam, encaradas como ciências.

Quando as sciencias e as artes soom escriptas e ensinadas segundo hordenamento quall devem podennas os homees achar mais asinha e ho entendimento er podellas mais ligeiramente filhar e entender (MESTRE GIRALDO, 1909, p. 2).

E logo en esta tavao, que se adiante segue, escrevi as dores que pude e soube conhecer; outrosy declararey en tal maneira que cada caçador, que desta arte queira usar, possa ser mestre de curar sua ave; e na segunda tavao sam postas todas as soldas e mezinhas, que às dores sam compridouras (PÊRO MENINO, 1931, p. 1).

Apesar disso, assume-se a certeza de um encaminhamento do pensamento medieval para a interpretação física e racional dos fenômenos e elementos naturais, unido a uma busca de causas oriundas de sua ordem própria, antes de recorrer a explicações sobrenaturais. Isto provocou a reação imediata dos meios teológicos tradicionais, com áspersos conflitos, mas a força da nova cultura logo gerou uma concordância de filósofos e teólogos em torno da supremacia da doutrina da causalidade celeste (GREGORY, 2006, p. 272).

Afinal, não impediu que se encontrasse dentre as próprias figuras religiosas, alguns dos principais representantes da cultura medieval na valorização destas manifestações e conquistas do espírito de investigação científica e objetiva. Entretanto, foi imprescindível o aumento da bagagem cultural dos reis nos séculos XIV e XV, tendo em vista o desenvolvimento de relações mais íntimas entre estes e o saber e a cultura, para interferir no surgimento de uma nova relação de forças entre Igreja, realeza e ciência, três elementos que se destacam em relevância na justificativa ou legitimidade de novas posturas em relação ao mundo natural (LE GOFF, 2006, p. 408).

Assiste-se, neste período, o surgimento inclusive de reis letrados, até eruditos, cuja curiosidade intelectual surpreendeu os contemporâneos. Tais monarcas, mesmo antes dos avisinos, criaram ambientes aristocráticos onde circulavam físicos e naturais, personagens representantes desse saber laico incipiente, e de grande importância para a difusão e desenvolvimento de certos conhecimentos, a maioria de origem natural, cujo conteúdo se aproxima mais da percepção científica.

Alguns extratos das obras comprovam a presença e atuação nos círculos régios desse tipo de profissional, cuja posição deve ter alcançado certo grau de importância, sendo referenciados nos textos, fundamentando certas assertivas, e inclusive dispendo de conselhos relevantes sobre as matérias, ou mesmo escrevendo sobre elas a mando dos reis. Também encontram-se algumas referências ao funcionamento das boticas e sua importância na produção e aquisição de mezinhas (remédios) e ingredientes, indicando uma preparação e uso de medicamentos e tratamentos com fundamento não totalmente vindo das tradições populares. Tudo isto propõe a penetração de outro tipo de saber, de matriz científica, convivendo com outros saberes dos “comuns”.

Dizem os físicos que naturais são, que quando se perde do homem haver bom fôlego, que se não faz senão pelas coisas que já dissemos, do comer e do beber sobejo e isto porque é: e dizem que quando o corpo está quedo, que então as humidades crescem sobejas fora da natureza e quando assim são muitas, que então sobem à cabeça (...) (JOÃO I, 2003, p. 20).

Aqui se acaba hũu liuro de aluejtarja que treladou e hodenou mestre Giraldo físico do nobre senhor rrey dom donjs per seu mandado na cjdade de Lixboa na era da encarnaçõ de Jhesu christo mjll iije xviii. (1318) anos (MESTRE GIRALDO, 1909, p. 59).

(...) tomarás a canafrecha verde e partilla has polo nó, e hũa rezina que deita por aly he boa pera estes cravos untados con ella; esta mezinha achão nas boticas, chamãolhe galbano. Tomarás unto da queixada de porco e untalhe a mão hũa vez pola manham e outra à noite, pera lha abrandares, e toma o mel de monheca, que há nas boticas (...) (LAPA, 1933, p. 230).

A presença e convívio destes profissionais no círculo social dos príncipes e reis é tão considerável, que encontra-se quase generalizada na literatura do período, e não apenas atestada nas fontes literárias de teor técnico.

Eu o doctor dioguo uy hũa uosa carta, em que me encomendaeis que loguo uos enuyasse regymento de como se fazem e dão os pos contra pestenença (...). Pero com grande nojo e pesar da dita morte me creçeo sobeja vontade de saber que cousa era pestenença e uy liuros de física e filosofia e confery e debaty muyto com quantos físicos açhey bem entendidos e de feito começey de liuregar onde antes de todo era ceguo em tanto que topey em remédios naturaes com os quaes concordão os físicos , e Já com eles guareçerom dous que os somente fizerom (DUARTE, 1986, p. 93-94).

No *Livro da dos Conselhos de El-rei D. Duarte*, por exemplo, detecta-se importantes menções a mestre Guedelha, médico, sábio e astrólogo que atuou, entre outros, no Paço avisino junto aos Infantes D. Henrique e D. Duarte. Também percebe-se em outra passagem da mesma obra, como os conhecimentos naturais e da física, assim como a filosofia, eram debatidos no período entre os físicos, e não encerrados totalmente no saber livresco.

4 RELAÇÕES ENTRE O SABER TÉCNICO E O CONHECIMENTO “CIENTÍFICO”

No que tange às relações estabelecidas entre o período medieval e o conhecimento científico percebe-se uma grande influência advinda de fontes e obras antigas. Tullio Gregory (2006) detectara, a partir do século XIII, os efeitos provocados pela adoção de textos científicos e filosóficos, traduzidos do grego e árabe, cujo sucesso fora imediato nos novos meios escolásticos e nas universidades. De fato, as ciências animais e vegetais, ou seja, zoologia e botânica, mostravam-se à época, herdeiras dos ensinamentos provenientes da antiguidade clássica, em especial ao aristotelismo, e a filosofia tomista, que influenciaram o escolasticismo.

(...) ca destes signos disse João Gil, e Albamazar no seu livro das diferenças e dos juízos e Ptolomeu no seu Almagesto e Ali Abem Rangel no seu Livro dos Juízos e o autor da Esphera e da Teoria dos Planetas e todos estes disseram que no céu oitavo, a que os astrólogos disseram a oitava esfera, esta esfera partiram os sabedores em doze partes (...) (JOÃO I, 2003, p. 64).

(...) e diz S. Agostinho no Solilóquio, que não disse Deus que guardaria a fim dos dias do homem, mas que guardaria a que intenção e a que propósito o homem fazia as coisas que fazia, ca diz S. Agotinho que pára Deus mentes a que fim o homem faz o que faz, que na obra que é feita (JOÃO I, 2003, p. 24).

Hende porque hy há hũu liuro de alueitarja que fez theuderique e achãno escripto desuairadamente segundo desuairados liuros // e há hy outro liuro que fez Jurdam de caualero que ffoy tirado deste de theuderjque segundo como parece / pero que pos em

ell mays e menos segundo como lhe semelhou // E outrossy este achãno escripto em desuairadas guisas e sem hordenamento dereyto (MESTRE GIRALDO, 1909, p. 2).

Tais textos propunham uma concepção do mundo, aristotélica-ptolomaica, guiada por leis e significados extraídos da filosofia natural e metafísica. Estas filosofias comportaram um conjunto de ciências filosóficas, e influenciaram, por exemplo, o reconhecimento da matemática por Roger Bacon como ciência propriamente dita, capaz de demonstrações verdadeiras, que extraem sua validade do “método experimental” (GREGORY, 2006, p. 270-271), conjugada com a defesa do “trabalho manual” e a exigência de ampliar o mundo dos conhecimentos científicos.

Exemplo disso é o elenco de plantas de cultivo, até então herdado em grande parte da antiguidade, o qual parece ter aumentado, devido ao desenvolvimento de novas perspectivas e práticas agrícolas, cujo aprimoramento fora descrito pelos estudiosos da agricultura (THOMAS, 2006, p. 33-34). Há algum tempo, os bosques, pântanos e outros terrenos não cultivados, se desligavam da significação negativa de lugar não humano que outrora adquiriram, deixando de ser concebidos como obstáculos às atividades produtivas do homem, e sim como potencialmente exploráveis.

A respeito dos animais, observou-se também os conhecimentos tornando-se cada vez mais amplos e precisos, ainda que continuassem apresentando analogias e moralizações. Mesmo as criaturas selvagens, em sua maioria pouco e mal conhecidos pela influência menos direta na vida dos homens, começaram a ser mais descritos, qualitativa e quantitativamente, no final da Idade Média. O uso de informações com maior fundamento científico e experimental (DELORT, 2006, p. 65-66), fizeram deles quase tão familiares quanto os domésticos.

Quanto a estes últimos, não muito diferentes do que conhecemos hoje, a melhoria da criação seletiva que refinara sua provisão (PASTOUREAU, 1989, p. 166-167), demonstra o claro interesse experimental mais pragmático diante da natureza. À criação de gado era conferido o *status* de atividade civilizadora por excelência, visto o trabalho domesticador com estes animais. Também pode ser visto pela introdução de animais exóticos e raros, domados, através das coleções importadas para os parques organizados pelos soberanos, pelos quais exibia seu prestígio.

Esta ampliação dos conhecimentos a respeito da natureza pode ser visualizada nas literaturas técnicas através de trechos que mostram tanto ordenamento das categorias diferentes das espécies animais como, por exemplo, os tipos de falcões e suas respectivas plumagens, bem como a anatomia dos animais, todos carregando certo nível de cientificismo.

Non enbarguando que todos os falcões hão este nome próprio, convê a saber, falcão, são porem desvairadas prumagens delles, as[s]y moris e gerifaltes e sagres e burnis e bafaris e alfegues; e as[s]y como son desvairadas prumagês as[s]y hūs mais naturais desta dor, escrita en este capitulo. E antre aquelles que mais treitos sam desta dor, os gerifaltes, porque son mais quentes de sua natureza que os outros todos; e porê lhe vem esta dor mais ameude e devem ser curados todos os sobreditos falcões, que esta dor ouverê, sutilmente (PÊRO MENINO, 1931, p. 36).

Cajões vem às aves por desvairadas maneiras, as[s]y de feridas de garças como de gruas, como darvores por que os falcões entrão quando andão a caçar; [e] seguesse que vem estas feridas a fistolar; esta fistola sempre chegua às conjunturas, onde há ossos [e] nervos (PÊRO MENINO, 1931, p. 29-30).

(...) e digote que podes ver algũ falcão que averá tempo que trás as tripas fora ant[r]e o couro e a carne as[s]y como já verias algūs bois a que outro boy dá e lhe fura a ylharga e non lhe fura o coiro e trás as tripas antre o couro e a carne (...) (PÊRO MENINO, 1931, p. 65).

Algumas informações não podem ser retiradas apenas de superstições ou referências simbólicas, como a relação das cores das penas do falcão com sua eficiência na caça, visto, por exemplo, no fato do falcão ruivo ser bom de presa. Esta informação teria de vir fundamentada na prática de observação objetiva do comportamento do animal, mesmo que a obra atual seja uma compilação de outras.

Todavia, às vezes os trechos carecem mesmo de uma explicação mais científica, tanto a respeito das causas das enfermidades, quanto dos conselhos sobre qual seria o melhor tratamento. Sente-se certa carência em relacionar os elementos naturais citados com sua real eficácia como cura e medicamento, a fim de se encontrar um fundamento mais lógico e apurado sobre o uso dessas práticas. Um exemplo disso, presente nas fontes, é a teoria dos humores, juntamente com a composição de seqidão ou friúra da água, justificando o aparecimento de certas enfermidades aos animais, bem como a seleção da cabeça como centro das dores.

E esto se faz porque a frjura da auga doce ou siquidoem daugoa do mar naturallmente secam e apertam e fazem exutas as mãaos e os pees do cauallo constrangendo os humores e as jnfirnjdades que deçem pera aquelles logares (MESTRE GIRALDO, 1909, p. 10).

Porque a cabeça he principal membro de todo o corpo, e quando este membro he enfermo todo o corpo padece: porem digo que esta agua vidrada, de que este capitulo fala, que esta he a principal dor de todas as dores, que Sam geradas nos corpos dos falcões (...) (PÊRO MENINO, 1931, p. 5).

A situação se torna mais complexa, quando percebemos uma verdadeira mistura, ou convivência, de técnicas empíricas mais próximas do viés científico, portanto apoiadas pelos estudos dos físicos e naturais e não apenas da tradição dos monteiros, e outras cuja tendência ainda se liga ao terreno do sagrado, ou mesmo da superstição e da simbologia, e que não demonstram uma experiência muito comprovada. Isso acontece nos textos, por exemplo, quando o próprio físico Mestre Giraldo oferece orações junto com remédios, mezinhas, na cura de certas doenças. Pode-se entender que ainda seria um dever direcionar certos conhecimentos a Deus, fonte de todos eles, agradecendo através de orações no momento da aplicação concreta deles. Soma-se a isto a continuidade no uso frequente de metáforas e recursos do mesmo gênero na justificativa de algumas assertivas das obras.

Pera os adragunchos tomaras os bichos das cabeças dos cardos peteeiros. // E siom çinquo e metelos na casca de hũa noz com hũa tira de pano cruu e sobre esto ata hũa ljinha de moça ou doutra que seia virgem e legalo ao collo do caualo ou aas comas e põelho a hũa sesta feira ante de sol saído e dirás tres vezes ho pater noster e que maria á onrra de Deos e se lho poseres a sesta feira sangraloas hũa vez e se lho poseres em outro dia sangraloas tres na rauoa, e tanto que estes bichos morrerem logo sera são e se naçerem estes adragunchos antre a hunha e ho cabelo nom façom esta meezinha que nom prestará (MESTRE GIRALDO, 1909, p. 60).

A esto respondo por me scusar e dar a outros que taaes obras quiserem fazer regra per a maneira e propósito que sobr'ello tenho, conssiirando o que lii do coração do homem, que he semelhante aa moo do moyinho, a qual botada per força das águas nunca cessa de seu andar, e tal farinha dá como a ssemente que moee (DUARTE, 1986, p. 2).

Ou seja, ainda que a visão transcendente da natureza tenha sido dominante por quase todo o período medieval, o emergir da concepção mais científica lhe retirara a exclusividade de atuação, e fizera com que a atração pelo sentido figurativo, o qual compunha o conteúdo simbólico dos bestiários medievais, dividisse cada vez mais espaço com um empirismo mais pragmático.

Por fim, pela hegemonia desta cosmologia, a centralidade do homem encontrou-se exaltada pela conjunção do antropocentrismo bíblico com o geocentrismo aristotélico. Isto indica que nos finais da Idade Média, uma nascente postura científica já apresentava uma finalidade de resgatar o domínio humano sobre a criação que, segundo os teólogos, teria se perdido em parte devido o pecado original. O ideal proclamado pelos que defendiam essa tradição traduziu-se no propósito inicial dos estudos sobre a história e o mundo natural, o qual tendia a um teor prático e utilitário, e que se resumia em conhecer como a natureza poderia ser de serventia à

espécie humana, e como deveria ser gerenciada e aprimorada para tais usos (THOMAS, 2010, p. 32-33). Isto pode ser demonstrado nas obras pela preocupação com a procriação dos animais a serem usados.

Ainda soem muitas vezes os monteiros a ter por força as cadelas aos cães e isto não é o melhor que se nisto deve fazer, porque quando assim têm, as cadelas estão sempre contra sua vontade e por isto não tem mentes no cão que as tem e por tal coisa muitas acontece de não ficarem prenhas, porque é feito contra sua vontade; ca dizem os naturais que nenhuma animália, nem ave nem as outras coisas, que por ajuntamento concebam, que nunca empenham sem consentimento da fêmea (JOÃO I, 2003, p. 31).

Sendo assim, este trabalho servirá para reflexões futuras acerca das relações entre esses processos de apreensão do conhecimento através de elementos naturais, e a sua concretização em práticas e técnicas de domesticação da própria natureza, segundo os imperativos contextuais que já se demonstrou existir no território português do baixo medievo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A partir deste contexto histórico-espacial, pôde-se extrair algumas conclusões. Em primeiro lugar, assistiu-se ao desenvolvimento de uma abordagem dos conhecimentos apreendidos dos elementos naturais (animais, vegetais, etc.), que por sua vez apresenta um caráter mais científico. Durante o medievo, a natureza mantinha forte papel na modelagem das estruturas mentais do homem, bem como apresentava-se como fonte de absorção e saberes, com os quais se alcançaria a sabedoria, dom divino.

Entretanto, Huizinga (2010, p. 233) ressalta que além de as formas de pensamento medievais não se concentram apenas em especulações teológicas e filosóficas dos contemplativos e místicos, estavam mais abertas à espontaneidade e a novas experiências quando vindas da sabedoria prática e da moral corrente, oriundas da vida ordinária e da *maneira de observar e exprimir as coisas triviais e comuns*.

Assim, Mário Martins (1956, p. 85) aponta, em Portugal, para a existência de monteiros e falcoeiros que nos fazem enxergar como é demasiado exagerada a afirmação de que os homens medievais conheciam mal a natureza. Situa-se como importante influência a experiência e maior prática desses homens observadores, que viviam em contato direto e cotidiano com a natureza, para o investimento dos reis avisinos (e alguns anteriores a estes) na produção de tratados técnicos.

A Península Ibérica tornou-se um local privilegiado para desenvolvimento desta literatura, que será preferência pelos príncipes avisinos, os quais afirmavam possuir maior valor pedagógico que outras obras como livros de contos e histórias. Apesar da maior presença de físicos e naturais no ambiente do Paço, essa literatura não chegava a ser científica, embora se aproximasse um pouco deste espírito por exprimirem autênticos saberes de experiências empíricas dotados de observações minuciosas dos animais e seus costumes, bem como de uma extraordinária visão pragmática da natureza.

Passava-se já o tempo em que o espaço natural não cultivado (floresta, bosques, pântanos e charnecas), deixava de ocupar significações negativas, como o lugar do estranho, do mágico e do maligno, como demonstrou Pastoureau (1989, p. 155). Passou se tornar cada vez mais um espaço conhecido pelo homem, apreendido através da experiência e observação pragmáticos e, apesar de ainda mostrar certo domínio sobre o homem do baixo medievo, este medievo já acumulavam conhecimentos e técnicas para domesticá-la, como os arroteamentos e abertura de clareiras, entre outras práticas agrícolas ou mesmo o cultivo de jardins.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRAU, Jacques. Animal. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Biblioteca Einaudi**: Homo - Domesticação; Cultura Material. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, Vol. 16.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DELORT, Robert. Animais. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. Vol I.

DUARTE, D. **Livro da Ensino de Bem Cavalgar Toda Sela**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

FONSECA, P. C. L. Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza. In: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (Org.). **Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004. Vol. 1.

GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. Vol. II.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países Baixos nos séculos XIV e XV**. Lisboa: Ed. Ulisséia, 2010.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

JOÃO I, D. **Livro da Montaria**. Ericeira: Mar de Letras, 2003.

LAPA, Manuel R. Livros de Falcoaria. In: **Boletim de Filologia**. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932.

LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. Vol. II.

MARTINS, Mário. Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria. In: **Estudos de Literatura Medieval**. Braga: Livraria da Cruz, 1956.

MESTRE GIRALDO. Livro de Alveitaria. In: **Revista Lusitana**, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909.

PASTOUREAU, Michel. Símbolo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. Vol II.

PASTOUREAU, Michel. **No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PÊRO MENINO. **Livro de Falcoaria**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

EPG -018

NOVAS POSTURAS DO HOMEM COM A NATUREZA COMO FONTE DE SABER NO BAIXO MEDIEVO PORTUGUÊS

Jonathan Mendes Gomes³⁷

RESUMO:

O trabalho consiste na compreensão das novas concepções e relações sobre a natureza e seus elementos, que começam a surgir na mentalidade do homem no baixo medievo, usando como exemplo o caso português. Utiliza-se como fonte primária um conjunto de obras literárias portuguesas enquadradas sob o nome de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis. A partir da análise do material selecionado das mesmas orienta-se, inicialmente, por uma reflexão acerca do desenvolvimento de uma nova relação, mais empírica, com a natureza, que privilegia o contato e observação mais diretos com esta, ao contrário da já vigente contemplação e especulação filosófica. Discute também o reflexo dessa relação em uma postura mais pragmática na utilização da natureza como instrumento para o saber, apostando em elementos como a percepção sensorial para acesso a essa fonte. Por fim, apresenta a valorização que o pensamento medieval deu à razão e experiência como recursos privilegiados no processo de absorção e apreensão de conhecimentos e saberes, ainda que compreendidos como fornecidos pelo Criador. O trabalho se baseia metodologicamente em análise do discurso, selecionando trechos das obras contendo palavras e expressões cujo desvelar do valor semântico serviu para compreensão das temáticas elencadas.

Palavras-Chave: Concepção do saber. Literatura Medieval. Espaço Natural.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, associado à História Cultural e das Mentalidades, direciona-se a uma análise sobre o desenvolvimento de novas concepções sobre a natureza, que começam a surgir na mentalidade do homem medieval quando este principia a enxergá-la sob uma postura de viés empírica e experimental. Usou-se como exemplo as transformações ocorridas na sociedade portuguesa do baixo medievo.

Trata-se de desvendar como uma nova postura de compreensão à natureza, como via de acesso ao conhecimento, mais pragmaticamente, passa não apenas a vigorar, mas também em que medida afetou a dinâmica das relações do homem com a natureza no período, de forma a transparecer na literatura novas posturas e personagens dessa relação.

Uma parte do *corpus* documental utilizado para esta pesquisa é composta por algumas obras literárias, que se inserem num conjunto mais amplo denominado pelos estudiosos de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis, e ligando-se assim, a uma série de tratados técnicos e didáticos originalmente portugueses que os precederam.

Deste conjunto foram selecionadas para análise as seguintes: *O Livro de Montaria* de D. João I, considerado um “doutrinal de cinegética”, com ensinamentos sobre a experiência monteira, a arte de caçar a cavalo; *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela* de D. Duarte enquanto, um manual de equitação, pretendendo resgatar o culto à arte de saber andar a cavalo; *O Livro de Falcoaria* de Pêro Menino, falcoeiro do rei D. Fernando, um manual referente à cetraria, uma modalidade de caça em que se usava aves de rapina domesticadas para a perseguição de animais menores; *O Livro de Alveitaria* de Mestre Giraldo, médico do rei D. Dinis, que trata dos cuidados e condições necessárias à domesticação e cuidado das enfermidades dos cavalos; *O Livro de citraria e experiências de alguns caçadores*, cujo nome do autor se mantém anônimo, tratando de uma variedade de aves bem como suas condições de cuidado e higiene.

³⁷ Doutor em História Social pela UFF. Professor do curso de Licenciatura em História da UEMG – Unidade Carangola. Contato: jonathanmdna@gmail.com.

Com base nesse contexto, e nas fontes selecionadas, objetivou-se demonstrar aqui também, que não se trata de contrapor o antigo modelo contemplativo e simbólico com outro mais pragmático, e sim elucidar como eles convivem entre si, além do por que e de que forma esta literatura é considerada mais eficaz do que as outras para transmitir saberes, tendo em vista sua relação mais direta com elementos já cotidianos da nobreza medieval.

A chamada Literatura Técnica da dinastia de Avis deve ser analisada como componente importante da prosa moralística, devido seu forte conteúdo normativo. Assim, age como fonte veiculadora de um código de condutas nesta sociedade, destacando o novo papel pedagógico, não puramente militar, que as atividades físicas ganham neste período, como disciplinadoras da violência da nobreza.

Ou seja, a proposta de estudar a prosa moralística de Avis como veículo de disseminação de valores e ideias que compõem uma cultura aristocrática em formação, torna necessário analisar o texto não apenas como um produto isolado que fala por si, mas como um produto entre enunciador e enunciatário, em que aquele se propõe como tradutor de símbolos compartilhados entre ambas as partes, sendo responsável por transmitir o papel que escolheu a cada um.

Flamarion e Vainfas (1997) refletem em *Domínios da História*, que o pressuposto essencial das metodologias aplicadas aos discursos é não aceitá-los como algo transparente, e sempre entendê-los relacionados ao social. Análises prévias de algumas fontes primárias demonstram a possibilidade de se trabalhar sob a perspectiva proposta, procedendo com a seleção de extratos dos textos literários que contem expressões e palavras, relacionadas a chaves de leitura que permitem perceber os campos semânticos por onde o discurso expressa sentido.

2 EMPIRISMO E CONTATO DIRETO COM A NATUREZA

Observou-se que, no que tange ao tratamento dado aos conhecimentos relacionados aos componentes da natureza (animais, vegetais, geográficos, etc.), no período medieval assistiu-se durante sua maior parte o predomínio de uma perspectiva simbolista. Os livros de história natural, zoologia ou botânica do período mostraram, através da difusão de seu conteúdo, que o conhecimento objetivo da natureza encontrava-se preterido por um maravilhoso permeado de lugares fantásticos e criaturas extraordinárias (PASTOUREAU, 1989, p. 155).

No entanto, as frequentes elucubrações simbólicas viram-se em convívio cada vez maior com uma crescente postura que, especialmente no baixo medievo, guiava-se constantemente em direção à importância da busca de explicações de caráter mais científico, e à necessidade de valorizar informações mais factuais e concretas a respeito da natureza.

De fato, o maior reconhecimento, por parte de alguns indivíduos, sobre a relevância da utilização de mecanismos de observação que demonstrassem maior objetividade culminou, já nos séculos XII e XIII, com certo avanço do teor científico das pesquisas sobre conhecimentos naturais. Este movimento engatilhou um gradual movimento de sobreposição de certos embasamentos do imaginário pela observação objetiva, que incluiu a revisão de algumas crenças e conceitos tradicionais sobre a natureza, além de muitas desmistificações (FONSECA, 2004, p. 175). A exemplo disto, assistir-se-á a floresta mesclando seu caráter de lugar do estranho e do maléfico com o de um espaço florestal conhecido e apreendido pelo homem.

Ao mesmo tempo que percebiam-se alguns conflitos entre as duas visões, especulativa/fantasiada e científica, quanto a determinados assuntos, observava-se mais ainda uma mesclagem entre elas, mostrando mais uma convivência do que uma oposição na relação que acompanhavam as mesmas.

Afinal, percebe-se a presença de determinadas crenças do imaginário, fornecidas, por exemplo, pelos bestiários, até pelo menos o século XVII. Contudo, o florescimento deles, durante o final da Idade Média, fora suficiente para suscitar o desenvolvimento de novas concepções sobre a natureza na mentalidade do homem medieval, e o surgimento de um tratamento remodelado entre o mundo natural e o homem, que principia a enxergá-la sob uma postura empírica e experimental mais pragmática.

Nos subitens abaixo serão utilizadas exclusivamente fontes literárias de caráter técnico, a fim de tornar perceptível os principais fundamentos, mecanismos e recursos em que se sustenta esta postura mais científica a respeito da natureza, ao mesmo tempo mental e prática, bem como sua utilização com o intuito da apreensão de saberes.

3 PRAGMATISMO E PERCEPÇÃO SENSORIAL COMO INSTRUMENTO DE SABER.

Mário Martins (1956) trouxe importantes reflexões acerca deste assunto, ao ressaltar que os contemplativos não representavam todo o saber da Idade Média, menos ainda todo o saber científico, além de criticar a aceitação de místicos, filósofos, iluminadores e construtores de catedrais como expoentes únicos do conhecimento advindo da natureza. O autor também admite ser incorreto considerar a fauna pétreia das catedrais ou as iluminuras dos Livros de Horas como um compêndio de zoologia daqueles tempos.

Afinal, quando se intenta estudar uma sociedade específica, Huizinga faz o seguinte alerta:

As formas de pensamento de uma época não podem apenas ser estudados nos aspectos por que se revelam nas especulações teológicas, filosóficas ou nas concepções da fé, mas também nas da sabedoria prática e da moral corrente. Podemos mesmo afirmar que o verdadeiro caráter do espírito de uma época revela-se melhor na sua maneira de observar e exprimir as coisas triviais e comuns do que nas manifestações da filosofia e da ciência. Porque na verdade toda a especulação culta, pelo menos na Europa, está filiada, por forma complexa, em origens gregas, hebraicas e mesmo babilônicas e egípcias, ao passo que na vida ordinária o espírito de uma raça ou de uma época se exprime ingênua e espontaneamente (HUIZINGA, 1924, p. 233).

Desta assertiva pode-se aferir que as altas especulações é que se encontravam filiadas a origens antigas, na maior parte das vezes carentes de inovações e ultrapassadas em muitos aspectos. Já com relação à vida ordinária, o espírito desta época se mostrava mais espontâneo e, conseqüentemente, mais aberto a um acúmulo de novas experiências de conhecimentos, ainda que convergente com as antigas. Assim, aponta-se que, para além destes representantes simbolistas, como místicos e filósofos distanciados da realidade concreta, existiram na Idade Média os caçadores e os livros de caça para nos fazer enxergar como é demasiado exagerada a afirmação de que os homens medievais conheciam mal a natureza.

Responsáveis principalmente por romper com a rotina da vida cotidiana, constata-se a importância de determinados jogos e distrações em que participavam os medievais, por sua proximidade com a natureza, no desenvolvimento de uma relação mais pragmática com esta e seus elementos. Prova disso eram os prazerosos passeios ao ar livre, realizados a partir da chegada da primavera entre os espaços naturais ainda “selvagens” e, sobretudo nos amenizados. Mais do que estes, se destacam a prática de atividades físicas, em especial a caça, montaria ou altanaria (caça realizada pelo voo dos gaviões e também praticada por damas), e os torneios, os quais já estavam bem enraizados na cultura cavalheiresca (VERDON, 1980, p. 134), e se encontravam organizados com bastante precisão já no século XIV.

O ambiente destes jogos e suas matérias serviram de instrumento para a produção de um gênero literário bastante peculiar, composto de uma série de tratados contendo uma variedade de saberes técnicos, como a denominada Literatura Técnica, no qual se incluem aclamadas obras produzidas pelos monarcas portugueses.

Uma das primeiras características que se visualiza nesta literatura é o claro apreço por uma relação de cunho experimental mais pragmático com a natureza, como demonstravam os caçadores que se entregavam diariamente na atividade da montaria (MARTINS, 1956, p. 99-100), dentre os quais se incluíam os príncipes de Avis. Dessa forma, as obras em questão apresentam em comum uma preocupação com o âmbito pragmático e cotidiano das matérias e artes de que tratam, âmbito este que influencia o conteúdo dos ensinamentos e conhecimentos a serem transmitidos, os quais também são acompanhados de uma marcada tendência experimentalista.

Alguns extratos retirados das obras analisadas mostram claramente este caráter pragmático do saber que pretendem difundir, pois se tratam do manuseio de técnicas só validadas quando colocadas em prática. Por exemplo, parte dos ensinamentos diz respeito aos cuidados imprescindíveis para manutenção da saúde do animal e bloqueio de enfermidades, como alimentação e remédios, e não apenas o conhecimento teórico dos sintomas das doenças e condições físicas dos animais. Assim como os ensinamentos de cavalgar incluem técnicas de melhor tratamento do terreno e da montaria utilizada.

Don Fernando, pella graça de Deus Rey de Purtugal e dos Algarves, mandou a min Pero Minino, seu falcoeiro, que lhe fizesse hũ livro de falcoaria, no qual fosse escrito e

declarado todas as doenças dos falcões e os nomes dellas, em que maneira se seguião e que senbrante faz o falcão ou ave a cada dor, e per que a o caçador deve conhecer, e per que guiza se deve curar e que mezinhas lhe devem ser feitas e per que guiza outrosy dos enbargos, que às aves vem das feridas abertas (...) (PÊRO MENINO, 1931, p. 1).

Ainda este jogo ensina mais a fazer algumas coisas que pertencem aos guerreiros, que um dos pontos que cumpre àquele que perfeito cavaleiro deve ser, que há-de saber fazer, assim é ser bom corredor, pois o andar ao monte lhe ensina a ter bom tento da terra e depois sofrer bem seu cavalo que lhe não canse tanto como a outro homem que o não haja usado; depois também saber passar uma terra grande asinha (JOÃO I, 2003, p. 22).

Além disto, o empirismo com que se trata a natureza aparece em alguns trechos como a preocupação em demonstrar o uso prático que esta sociedade possui a respeito dos conhecimentos e propriedades das plantas e ervas (medicinais, etc.), como no caso de cravo, canela, “semente de zaragatoa”, “hermodatiles”, “torbite”. Da mesma forma que os ensinamentos ao monte visam construir uma prática de como lidar com os animais neste ambiente. Isto implica no fato de que tais conhecimentos foram provavelmente retirados da prática, que começa a aparecer como grande mestra.

(...) quando sentires esta doença a tua ave, trabalha de maneira pola trazeres en boa carne, e de quinze en quinze dias lhe dá hũ dente de alho, por esta maneira: toma o alho e tiralhe o ol[h]jinho de dentro e deitalhe hũas feveras dassafrão dentro e à noite, depois que tiver a vianda quase guastada, lho mete na boca como prumada e o poeu na alcandora. Tomarás hũa pouca de triagua e untarás a ave debaixo das azas e nas coxas e en totalas juntas. Tambem he bom purgares a tua ave com hua pirola dazevar patico ou secotrin, como já disse (LAPA, 1933, p. 226).

Pera comprir o que screvy, que no monte daria ensynança per bem encontrar, eu acho que geralmente per quatro maneiras encontramos quaees quer alymarias (DUARTE, 1986, p. 101).

Esta postura experimental pragmática dos tratados citados é em grande parte alimentada pela explícita seleção, por parte destes homens de ação, da observação direta como mecanismo preferencial de apreensão dos elementos naturais e extração dos saberes, técnicos ou não, que se propõem a difundir. Como definição tem-se que:

Todo processo cognitivo de natureza teórica, natural ou prática exige, para assegurar a sua própria sobrevivência, uma base constitutiva composta por um conjunto de fatos, de aquisições estáveis e seguras, cuja recolha é tarefa da observação. Logo, a observação surge como percepção atenta e consciente de situações, fatos, etc., pormenorizadamente apreendidos e considerados (BESANA, 1989, p. 55).

Esta base comum, que se constitui no espírito de observação direta da natureza, desenvolve-se neste período através das novas relações homem/natureza, e demonstra uma visão mais exata e verdadeira do que num tratado de zoologia, porque a esses inúmeros compêndios faltaram mil vivências de um caçador como D. João I (MARTINS, 1956, p. 56-57). Utilizada tanto pelos autores quanto pelos companheiros das atividades, se expressa com relevância nas fontes em inúmeras passagens dotados de observações minuciosas dos animais e seus costumes, retratando também o desenvolvimento desta capacidade como exigência básica para apreensão e manutenção os conhecimentos.

Por exemplo, encontra-se a necessidade da observação mais atenta dos hábitos e comportamentos animais, o que lhe faz bem ou mal, para lhes interpretar a natureza, o semblante para se diagnosticar alguma enfermidade, ou as condições ideais para se realizar a “prumagem”. Estas preciosas informações são fruto de

um provável exercício de uma percepção constante dos caçadores anteriores, transmitido cotidianamente pela prática, especialmente oral, antes de se fixar em obra escrita.

Outros caçadores ño tem em conta darlhe prumadas, ño oulhando o tempo e disposiçãõ en que estãõ, nem a grandura das prumadas; ysto he causa de se perderem muytas vezes, porque en tempolha podem dar que, ño a fazendo, corrãõ grande risque (LAPA, 1933, p. 207-208).

E as[s]in conhecerás esta dor: para mentes ao rosto do falcãõ, e verlhe ás o senbrante do rosto triste e os lagrimais dos olhos inchados e o colo grosso, e quando se derramar ou quando deixar de voar tenta com o bico e dá no ouveiro (...) (PÊRO MENINO, 1931, p. 5).

E se isto ño souberem, ou alguma vez o ño provassem, provem-no pelo ver e vendo uns cães e outros que maneira têm, acharãõ que na natureza dos cães assim há aí sandeus, segundo mais ou menos, em como o sãõ os homens, segundo a disposiçãõ que cada um recebe (JOÃO I, 2003, p. 127).

Torna-se necessário mencionar que esta postura de observação direta ño seria possível de se difundir, caso ño viesse acompanhada de uma atitude que se caracteriza pelo contato mais íntimo e constante com a natureza, como se observa pelo convívio dos medievais, já no século XII, com uma fauna nada fantástica. De fato, têm-se informações sobre o período onde os animais domésticos ño eram tão diferentes dos que se conhecem atualmente, e aqueles considerados ferozes ño se mostravam tão menos familiares que os domésticos, tendo em vista que muitos soberanos e senhores dispunham de coleções de animais exóticos trazidos do estrangeiro (PASTOUREAU, 1989, p. 166).

Consegue-se enxergar a importância dada ao contato direto com elementos da natureza, esta grande fonte de sabedoria da época medieval, atestado pela maior frequência dos homens no monte ou em diferentes lugares naturais antes temidos, como a floresta. Soma-se a isto, um contato mais direto com animais, longe de serem fantásticos, como o trazer contínuo da ave na mão, o que é reforçado por uma postura mais voltada para a observação objetiva e cotidiana, exaltando a importância da prática no aprendizado das técnicas e demais saberes do gênero.

Sãõ aves que hãõ mister que as traguãõ continuamente na mão, por que, se lhe acontece algua cousa, saibãõ donde lhe vem o mal [...]”. “O falcãõ nebri ño quer prumada de pano tantas vezes como os outros; Sam aves muy delicadas e amigas de gualinha [...] (LAPA, 1933, p. 209).

Nas que bem nom vëe, mal enfreadas e muyto avyvadas, nos lugares spessos darvores, desteiros, de barrocas, algares, morouços de pedras, e de trovõoes se devem mais guardar, por que nas semelhantes de taaes perigoos se nom p[o]dem bem arredar (DUARTE, 1986, p. 137).

(...) e isto é bom ensino neste livro ser escrito, ca proveitoso será àquele que o tomar e obrar como dito é. Ca os que este livro lerem, ño tenham isto por coisa vaidosa, que nós vimos e ainda pensamos que os demais que ao monte andam, quando assim continuamente a ele andam, que se ño sabem guardar; e esta coisa ño tem em sua vontade de se assim guardarem, que a sua terra por que andam ao monte, todas estas coisas padece, ou cada uma delas (JOÃO I, 2003, p. 151).

Todavia, apresenta-se a ressalva de que apesar destes conhecimentos da natureza se mostrarem apreendidos pelo contato mais direto e cotidiano com os elementos naturais, ño se pode esquecer que, como mostram as fontes literárias, a mentalidade medieval continua acreditando na manutenção de Deus como intermediador máximo entre a natureza, e o homem.

Percebe-se também que é desta vivência do desfrutar da natureza que se deriva um realismo descritivo e naturalista de que só um caçador é capaz (VERDON, 1980, p. 132-133). As descrições sobre as aves e as bestas encontradas no conteúdo destas obras técnicas são menos breves do que se percebe nos bestiários, além de se aprofundarem nos hábitos e características destas criaturas, ao invés de focarem preferencialmente nas simbologias que delas se poderia extrair. Mostram-se dados desde as qualidades e comportamentos, conhecimentos de diferentes maneiras, dos lugares onde se encontram, de como devem ser tratados e curados das enfermidades.

Mas ora, como quer que seja que esta coisa se assim faça, acontece em no monte muitas vezes continuamente de se fazer, que o porco grande fica em no monte e os cães saem com o outro mais pequeno; e dizemos que sai com o porco mais pequeno, ca desta guisa, não lhe podem dizer que o sabujo camba o porco por que vai; e quando o camba, vai por o rasto de um porco e acha atravessado outro e deixa aquele por que vai e filha o outro, a iste dizem os monteiros que é camba um porco por outro, quando o sabujo assim camba (JOÃO I, 2003, p. 122).

Segundo dito he ante do outro capitolo dante deste, falando dos cajões, que às aves acontecê, digo que quando os falcões são lançados às garças ou às outras relés, segundo os falcões usão de matar, acontece que os falcões que garceiros sam [a]vem as[s]y às vezes que, quando o falcão anda con a garça ou quando a filha que vem con ella a terra, dalhe a garça con o bico no olho e quebralho; ou se he falcão perdigoeiro ou lebreiro, andando con a lebre ou con a perdix, acontece que topa ou [en pao ou] em tojo, de guiza que lhe quebra o olho (PÊRO MENINO, 1931, p. 63).

Vem envernar em muytas partes; os de Espanha são muyto bõs, principalmente os de Portugal, e são conhecidos por milhores os do campo do Mondego e os do campo de Santarem. Entre os falcões ha tres maneiras de prumagens: hũa negra e pedrada e são coroados e não são tão bõs voadores como os outros; são bõs mofareiros [...] he braços; sam muytos delicados en sy e muyto referteiros no tomar d'agoa (...) O caçador que ouver de tratar com elles ha mister que lhe conheça a condição, que de outra maneira, não fará cousa que aproveite (LAPA, 1933, pp. 208-209).

Cabe também destacar que um dos instrumentos mais relevantes para se alcançar o sucesso da observação direta e pragmática da natureza consiste no uso dos sentidos físicos na apreensão de conhecimentos. Deve-se prestar atenção a tal indicação do valor do plano sensível e sensorial, pois foi “essa vertente da visão medieval, sensível à observação mais naturalista da realidade dos fatos, que ainda indicava nos medievais o seu lado *homme moyen sensuel*, principalmente representado pelos rústicos e incultos camponeses” (FONSECA, 2004, p. 164).

Assim, o papel da percepção sensorial se mostra tão importante na sociedade medieval que esta passou da oratória sagrada para a especulação místico-filosófica, até atingir toda a literatura europeia já no século XIV, inclusive a profana e a laica em geral, como o caso da Literatura Técnica produzida pelos príncipes de Avis, onde se observa a linguagem sensorial mais efusiva do que na contemplação, por conter uma série de recomendações sobre a manutenção dos sentidos alertas.

Alcança-se em determinados trechos das obras analisadas esse louvor em despertar o potencial da sensorialidade, que para os medievais era uma das principais fontes de entendimento das coisas do mundo e os melhores instrumentos para não deixá-los cair no esquecimento. O papel de relevância dado ao uso dos sentidos físicos eleva o cenário da natureza, imprescindível à caça e outros jogos, a uma das grandes vias para aquisição de bons conhecimentos e ensinamentos.

Pero para verdes alguma coisa disso, nós outros os homens, havemos cinco sentidos e outrossim o coração, o qual representa ao entender todas as coisas andadas; e os sentidos mostram ao entender todas as coisas por que o entender entende; ca os sentidos têm cada um sua virtude, pela qual o entender entende tudo aquilo que há-de

entender; Ora, tanto que cada um destes sentidos é aventado com aquela coisa em que sua virtude há-de obrar, para demonstrar ao entender, logo o entender entende estas coisas que pelos sentidos lhe são demonstradas (JOÃO I, 2003, p. 11).

Veem aas aves grandes cajões em tall maneira que nêhũ omem nom ho poderia creer, salvo se visse esto de fecto. Esto he porque nem se caçador nõ fosse: que hũ falcão matasse de golpe hũa garça ou hũa lebre; pero já aveio a caçadores que virão a falcão matar a lebre, e lhe britou o falcão o pescoço ou as queixadas ou as espadoas, de guiza que logo hera morta, sem outro cão; esso mesmo forão muytos caçadores, que virão matar o falcão a garça, de golpe, ou lhe britava a perna ou o pescoço (PÊRO MENINO, 1931, p. 44).

Alguns estudiosos defendem que este recurso da experiência sensorial, para muitos indivíduos do período, se sobreporia aos indiretos saberes livrescos, por ser capaz de revelar os verdadeiros conhecimentos divinos através de lições diretas e vivas. Inclusive, há um quase consenso de que não há conhecimento novo a ser inventado que a natureza já não contenha e tenha fornecido, recaindo a preocupação, assim, em penetrar nestes conhecimentos e gravá-los na memória, ou em texto.

(...) e como pelos livros que eram feitos se não pudessem mostrar as perfeições que nela há, nem outrossim que dessem ensino àqueles que houvessem sabor de serem monteiros, em como o poderiam melhor ser e assim mesmo em como se pudessem guardar de algumas coisas que nela há de perderem o ser bons; portanto nos trabalhamos com a ajuda de Deus de fazer este livro de montaria, no qual há LXX capítulos, divididos em três livros ou partes (JOÃO I, 2003, p. 3).

Os próprios autores da Literatura Técnica demonstram também utilizar-se da ideia da natureza, no modo mais pragmático, como figura do grande livro natural e divino, no qual, inclusive, existiriam ensinamentos tão sutis e complexos que não se poderia colocar em escrito.

4 RAZÃO E EXPERIÊNCIA NA APREENSÃO DO CONHECIMENTO.

Ainda que se escreva sobre outros ensinamentos, torna-se evidente em várias passagens que a experiência prática, no caso dos conhecimentos naturais, seria mais importante do que a erudição livresca.

(...) nõ enbarguando que outros livros dizem que há outra pedra, nõ no creas, ca o falcão não ha outro lugar en que a gere, e todas as criaturas que pedras que pedras hão, nõ as gerão salvo na bexiga, e o falcão não ha outra bexigua em que a gere, salvo nesta tripa susodita (PÊRO MENINO, 1931, p. 29).

Com isto, chega-se a um dos elementos de maior relevo nestas literaturas técnicas, que consiste em suas matérias se fundamentarem na experiência pragmática como requisito essencial para o aprendizado dos conhecimentos absorvidos no meio natural. Como um dos princípios fundamentais das disciplinas naturais, juntamente com a observação objetiva, a experiência prática visa, ao contrário daquela, se aprofundar nos componentes da natureza não apenas escutando-a, mas lhe interrogando e colocando à prova.

Importa aqui sublinhar o ponto de vista geral de onde se partia, que era uma atitude de exaltação da experiência enquanto tal, entendida na sua acepção mais concreta e particular, isto é, a experiência era concebida como uma série de observações empíricas ou de rudimentares manipulações técnicas, não organicamente construídas nem articuladas de um modo conceitualmente bem definido, mas ligadas entre si apenas pela crença na capacidade de poder compreender de imediato o ritmo espontâneo e vital da natureza (BESANA, 1989, p. 21-22).

Deve-se esclarecer que a definição acima fora criada a priori para a experiência durante o período renascentista, mas acredita-se já poder encontrar esta postura no fim da Idade Média, como se mostra na literatura técnica avisina. Diversas passagens das obras mostram esta experiência como uma vivência direta e cotidiana das coisas, bem como uma frequência na prática dos conhecimentos. Outros trechos também revelam que a confirmação do saber encontra-se condicionado à experimentação, destacando a validade pragmática das regras ensinadas.

E esta speriencia achei muyto certa per mym, por que o provei sem o veendo fazer nem dizer a outro nehũ cavalgador (DUARTE, 1986, p. 22).

E ainda algumas vezes acontece que aqueles que assim erram, que ao cobrar recobram mais espertamente que os outros, que vão sobre a sua direita travessa, a qual não faz se é um, ou dois até três; ca se a estes todos errassem, bem está em direita experiência que pela mÍngua das vozes dos outros que não errassem, pois os que aí não há, não poderiam tornar ao rasto que erraram (JOÃO I, 2003, p. 132).

Porque en o comesso deste livro disse que en elle non escrevera outra cousa, salvo aquella que hey feito per minha mão, pore digo que en livros de falcoaria vy escritas muytas cousas desvairadas e duvidozas em rezão do falcão que non quer mudar; os quais livros farião mudar o falcão em tres domas e em hũ mês; (...); mas porque erão as cousas tão duvidosas, nõ as quis provar (...) (PÊRO MENINO, 1931, p. 67).

Mais do que isto, os textos mostram passagens em que se demonstra inclusive, as experiências que costumam ser exercidas em outros lugares fora do território de Portugal, algumas delas usadas para se comparar com as técnicas nacionais, visando louvar estas como as mais apropriadas ao público alvo, o qual trata-se dos súditos portugueses.

Os bafaris são falcões muy ardidos, principalmente os das Manchas de Aragão; há hy muitas maneiras de bafaris; crianse en outras muytas partes, en Espanha, en Hirlanda; são aves de grande fome e voão muito a tira; são muy delicados; querense tratados como gaviões e nas enfermidades curados como nebris; matão as perdizes bem e algũs delles são de grãdes leiros e garceiros bõs e de ribeira, se são mudados no ar (LAPA, 1932, p. 210).

Esto escrevo segundo meu custume geeralmente fallando, por que sey que algũs mouros, por muy curto cavalgarem (...); e os Irlandeses, por nom trazerem strebeiras (...). E assy cada naçom tem seu jeito, do qual nom me embargo, porque eu screvo principalmente para ensynar meus suditos, antre os quaaes esta declaro me parece mais aprovada maneira (DUARTE, 1986, p. 131).

Da mesma forma, os tratados declaram conter em si o registro de diversas opiniões, algumas delas controversas, de especialistas consultados, preocupando-se em expor o maior número de boas experiências que conseguira reunir, o que demonstra grande confiança nos exemplos dos “bons homens do reino”. Neste tipo de saber, constituído de não uma, mas muitas experiências, leva-se em consideração a importância do saber passado por caçadores mais antigos e experientes, e transmitidos oralmente, antes de cair nos livros. E embora algumas vezes realize escolhas sobre o que se considerava mais certo, outras vezes deixava em aberto alguns temas para os leitores que tiverem algo a acrescentar, indicando a procura dos mesmos grandes homens para fornecer os conselhos necessários.

Há ainda uma observação, a respeito da citação de dizeres comuns a alguns caçadores, mostrando que a experiência de muitos, a que se ouviu dizer, reserva-lhes tal autoridade que se faz apta a constar no texto, bem como a importância de ensinamentos vindos de dizeres populares que funcionam na prática muito antes de virarem produto escrito. Assim, os ensinamentos teriam sido observados e apreendidos por este contato com a natureza, além de fundamentados pelos príncipes avisinos na autoridade de sua obra nesta matéria, que se

sustenta pelo consenso entre os melhores monteiros que conhecem. A experiência dos bons, inclusive, é que define as normas das caças.

(...) logo sperando toda principal ajuda de nosso senhor deos, nos devemos endereitar com esforço e boo consselho nosso e doutros que por grande saber, longas e boas speriencias bem saibham, queiram e p[o]ssam em taaes feitos obrar e consselhar (DUARTE, 1986, p. 25).

Ainda acontece em no monte muitas vezes, quando os senhores andam a filhar prazer eneste jogo de montaria (...) ca posto que lhes alguns porcos entrem no monte, aqueles que lhes mandam pôr os cães sempre os mandam pôr ao maior porco que no monte entra e fazem nisso boa montaria, segundo a opinião de todos os bons monteiros (JOÃO I, 2003, p. 115-116).

Grande bem e bondade he ho caçador, que a sua ave faz alcandora e forte e bem liada, ca exemplo he dado de longo tempo aos caçadores que tão firme devê de fazer alcandora ao seu falcão por hũa noite como se fosse por hũ anno. Esto he por os muytos cajões que podem aquecer aos falcões na má alcandora e que, verdade seja, já aconteceo desto que muytos falcões mor[r]rerão e quebrarão as pernas e as ás e forão maltreitos pola dita rezão (...) (PÊRO MENINO, 1931, p. 61).

A experiência é também corroborada pelo uso constante, ou seja, o exercício prático e frequente dos conhecimentos apreendidos para que estes sejam idealmente fixados e não caiam no esquecimento. Tanto que há alguns saberes técnicos que parecem ter se perdido ou encontram-se raros e limitados a poucos sabedores, e não por mera dificuldade, e sim devido ao desuso e falta de prática e técnica, bem como de experientes para ensinar. Inclusive, se alguns desses saberes foram encontrados para constar nos livros, outros podem em grande parte manterem-se orais.

(...) e com tudo isto lhes faz mister de haverem boa força e porque estas manhas têm os homens por duas coisas: a primeira por natureza, segundo Deus lhe dá graça; e a segunda do uso, ca muitas vezes vedes que muitos não têm estas manhas e usando-as cobram nelas; e ainda que as tenham da natureza, muitas vezes as perdem não as usando. Por ende, todos os fidalgos as devem desejar, ca por isto os antigos tiveram por bem de assacarem tais jogos (JOÃO I, 2003, p. 15).

E ssaybham primeiramente que esta manha mais se acalça per naçom, acertamento de aver boas bestas, e aazo contynuado dandar em ellas (...) (DUARTE, 1986, p. 1).

Há outra prumagem: de ruivos; estes são muyto estimados de boa condição; são de muytas prizões [...] Sam muito treitos todos os nebris de firlandas e dizem alguns caçadores que não ha nenhu que as não tenha. Ha hy poucos caçadores que os saibão tratar; a estes falcões acontecê muytos desastres de pancadas e quebraduras, por serê muyto foriozos no voar [...] (LAPA, 1932, p. 209).

Enfim, os príncipes de Avis usaram a motivação educacional como um dos principais motivos que os levaram a escrever seus tratados, utilizando-se do ambiente natural como um dos principais instrumentos de aprendizado. Assim, com o incentivo da valorização da experiência e da observação mais pragmáticos, conseguiram construir um conjunto de saberes pragmáticos a respeito dos animais e da natureza como um todo que jamais seria alcançado apenas através de especulações contemplativas e interpretações simbólicas, e sim com um aprendizado que se fazia melhor na prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A partir deste contexto histórico-espacial, pôde-se extrair algumas conclusões. Em primeiro lugar, assistiu-se à valorização, na Baixa Idade Média, de uma visão da natureza que propõe uma relação mais pragmática entre o homem e ela. Durante o medievo, a natureza mantinha forte papel na modelagem das estruturas mentais do homem, bem como apresentava-se como fonte de absorção e saberes, com os quais se alcançaria a sabedoria, dom divino.

Entretanto, Huizinga (2010, p. 233) ressalta que além de as formas de pensamento medievais não se concentram apenas em especulações teológicas e filosóficas dos contemplativos e místicos, estavam mais abertas à espontaneidade e a novas experiências quando vindas da sabedoria prática e da moral corrente, oriundas da vida ordinária e da *maneira de observar e exprimir as coisas triviais e comuns*.

Assim, Mário Martins (1956, p. 85) aponta, em Portugal, para a existência de monteiros e falcoeiros que mostram como é demasiado exagerada a afirmação de que os homens medievais conheciam mal a natureza. Situa-se como importante influência a experiência e maior prática desses homens observadores, que viviam em contato direto e cotidiano com a natureza, para o investimento dos reis avisinos (e alguns anteriores a estes) na produção de tratados técnicos.

Assim, a literatura mencionada uniu toda uma gama de atividades, como a caça, a equitação e outros jogos a um objetivo moralizante, explorando suas aptidões pedagógicas na formação dos indivíduos e como meios de educar sua aristocracia, transmitindo-lhes os saberes que lhes eram convenientes. Devido sua realização em ambiente aberto e contato direto com elementos naturais, estes jogos mostraram-se importantes para o desenvolvimento desta relação mais pragmática com a natureza, e para a produção destes conhecimentos técnicos.

Passava-se já o tempo em que o espaço natural não cultivado (floresta, bosques, pântanos e charnecas), deixava de ocupar significações negativas, como o lugar do estranho, do mágico e do maligno, como demonstrou Pastoureau (1989, p. 155). Passou se tornar cada vez mais um espaço conhecido pelo homem, apreendido através da experiência e observação pragmáticos e, apesar de ainda mostrar certo domínio sobre o homem do baixo medievo, este medievo já acumulavam conhecimentos e técnicas para domesticá-la, como os arroteamentos e abertura de clareiras, entre outras práticas agrícolas ou mesmo o cultivo de jardins.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESANA, Luigi. Observação. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Biblioteca Einaudi: Homo - Domesticação; Cultura Material**. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989. Vol. 16.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DUARTE, D. **Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

FONSECA, P. C. L. Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza. In: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (Org.). **Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004. Vol. 1.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países Baixos nos séculos XIV e XV**. Lisboa: Ed. Ulisséia, 2010.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

JOÃO I, D. **Livro da Montaria**. Ericeira: Mar de Letras, 2003.

LAPA, Manuel R. Livros de Falcoaria. In: **Boletim de Filologia**. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932.

MARTINS, Mário. Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria. In: **Estudos de Literatura Medieval**. Braga: Livraria da Cruz, 1956.

MESTRE GIRALDO. Livro de Alveitaria. In: **Revista Lusitana**, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909.

PASTOUREAU, Michel. **No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda**: França e Inglaterra, séculos XII e XIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PÊRO MENINO. **Livro de Falcoaria**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

VERDON, JEAN. **Le plaisir au Moyen Âge**. Paris: Éditions Perrin, 1980.

EPG 019

ENSINO HÍBRIDO: A AUTONOMIA COMO METODOLOGIA PARA INCENTIVAR OS ALUNOS A BUSCAR CONHECIMENTO

Filipe Zaniratti **DAMICA** (IC- filipezanirattiveloso@gmail.com)¹,

Douglas Ribeiro **LUCAS** (IC- douglasdemart@outlook.com)²,

Leismarque Adelino Junior **SILVA** (leismarque@yahoo.com.br)³,

Gabriely Zaniratti **DAMICA** (IC- gaby.zaniratti@gmail.com)⁴,

Sabrina Paradizo Silva Guedes **GOMES** (IC- sabrinaparadizo@gmail.com)⁵,

Nilson Sergio Peres **STHAL** (PQ- nilson8080@gmail.com)⁶

Mestrando em Ciências Naturais pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”.
Graduado em Geografia e em Ciências Biológicas pela UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais. 2.
Mestrando em Biociências e Biotecnologia pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”, graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Carangola. 3. Graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Carangola. 4. Graduanda em Ciências Biológicas pelo CEDERJ – Itaperuna. 5. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade FAEL. 6. Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”.

Palavras-chave: Educação, Práticas ensino/aprendizagem, Ensino Híbrido.

APRESENTAÇÃO: A atuação do educador, não se reduz somente em ser um mero transmissor de informações ou conhecimentos, mas de repassa-los de forma moderna e instigante, com o objetivo de que o conhecimento, proporcione um fazer educacional, que pode se dar por meio da utilização da tecnologia na qual podem ser empenhados conteúdos de maneira participativa e lúdica, dispendo como norteador o ambiente sócio-político-cultural em que se encontra o aluno. Desta forma, ele não será um mero membro receptor e passa a ser um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem e poderá contribuir para a formação de seu senso crítico. (LIMA e MOITA, 2011, p. 136) [1]. Os avanços técnicos que vem ocorrendo nos últimos anos vem tornando possível um maior acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, de forma tão ampla que vem atingindo várias camadas da sociedade. Isso demonstra que o Estado deve atuar para buscar a democratização do acesso a esses meios de produção e disseminação de informações permitindo acesso para amplos setores da sociedade [2]. As tecnologias têm a função de unir professores e alunos no ambiente escolar, possibilitando que ambos percebam que a educação não é somente um mecanismo de transmissão de conhecimentos, e sim um processo em que é possível aprender a se comunicar com o mundo a sua volta. A utilização das TDICs como ferramentas no processo de ensino torna-a um agente facilitador, que possibilita a visão dos envolvidos a respeitar e incluir todos no mesmo círculo social [3]. Em uma pesquisa sobre a utilização de TDICs na sala de aula Damica et al. afirmam que dentre os pontos que considerados importantes no trabalho com tecnologias na sala de aula está o fortalecimento da interação entre professores-alunos e alunos-alunos pela possibilidade de trabalho colaborativo na utilização de TDICs. Além disso, os autores destacam que a utilização remota de tais ferramentas tecnológicas pode motivar os alunos diante da curiosidade e possibilidade de trabalhar com essas tecnologias [4]. As TDICs possibilitam aproximar indivíduos de divergentes origens socioeconômicas, possibilitando assim maiores trocas de saberes e compartilhando uma porção maior de conhecimento. Tornando assim um processo desafiador para a escola, pois com o avanço da era digital pode criar oportunidades para transformar a docência uma profissão cativante e motivadora, que transforme as próximas gerações. Novas metodologias de ensino e aprendizagem, novos conteúdos estão relacionados com tais oportunidades [5]. Os

docentes podem instituir panoramas didáticos de maneiras dinâmicas e participativas sobrepujando os limites da sala de aula ao utilizar tecnologias digitais como computadores, *smartphones* e *tablets* como recursos de mídias. Nessa perspectiva didática, os professores deverão trabalhar as ferramentas tecnológicas de forma que elas aumentem as situações de interação e aprendizagem. [6]. Isto porque “*Continuaremos a ensinar e a aprender pela palavra, pelo gesto, pela emoção, pela afetividade, pelos textos lidos e escritos, pela televisão, mas agora também pelo computador, pela informação em tempo real*” [7].

MATERIAIS E METODOS: Visando não apenas compreender, mas também dissertar sobre o ensino como algo dinâmico para quem o aplica (professor) e quem o recebe (aluno), tornando a experiência escolar uma atividade de prazerosa, sem que seu verdadeiro objetivo (ensinar) se perca. Para realização da pesquisa inicialmente foi feita uma abordagem metodológica acerca do tema e posteriormente observados a efetividade da prática em uma escola pública do município de Dores do Rio Preto – ES. Por sua vez, o método procedimental abordado, foi o método monográfico cujo estudo determinado é realizado a partir da observação de grupos, indivíduos, comunidades, instituições comparando generalizações entre tais. Este projeto foi pensado ao perceber que muitas vezes os alunos do 3º ano do Ensino Médio, chegavam na sala de aula confusos, com informações distorcidas e até mesmo irreais, na maioria dos casos era fácil notar que normalmente essas informações eram obtidas em sites, páginas e/ou redes sociais que não forneciam a fonte, nem modos de serem confirmadas. É fato que nem toda informação disponível condiz com a realidade, podendo se apresentar distorcida ou mesmo inverídica. Além disto, a facilidade de acesso a meios de comunicação também contribuiu para a produção e disseminação de informações falsas. Sendo nítidas as extremas dificuldades enfrentadas pelos jovens em filtrar tantas informações, entendemos que os alunos precisam sair da escola como sendo protagonistas de seu próprio conhecimento, demonstrando senso crítico ao receber as informações e responsabilidade para não as compartilhar, caso não tenha certeza de sua veracidade. Sendo assim, foi proposto que cada aluno deveria trazer e apresentar para discussão em sala um tema aleatório que fosse pertinente à atualidade e aos conteúdos, para que com isso pudéssemos criar um debate acerca da veracidade do fato e promover uma discussão nos quinze minutos finais de cada aula, sendo que haveria cinco minutos para que o aluno (a) explicasse sobre o assunto e dez minutos para que toda a turma debatesse o conteúdo, tornando a aula mais interativa. Os temas poderiam ser dentro de tópicos pré-estabelecidos, como Ciência, Religião, Política, Economia, Movimentos Sociais, Educação, Saúde Pública, Direitos Humanos, etc. Ao trazer os temas e criar os debates, foi feito um acordo entre todos quanto à responsabilidade frente aos debates, devendo ser desenvolvido sempre de forma construtiva e colaborativa, não cabendo julgamentos, *bullying* e quaisquer outras ações ofensivas. Desta forma pretende-se abordar a construção do conhecimento com técnicas que podem ser prazerosas, utilizando como primeiro parâmetro o aprendizado com modelos didáticos na disciplina de ciências/biologia, facilitando o processo de ensino-aprendizagem que deve ser repassado aos alunos. A partir daí, fizemos uma tabela com o tema de cada aula, indicando o tema que cada aluno apresentou para discussão, a fonte de origem do assunto em questão e a subárea na qual o tema se encaixa, para que fosse possível construir gráficos para uma análise mais detalhada dos interesses demonstrados pelos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O seguinte trabalho foi desenvolvido em uma escola pública localizada em uma pequena cidade de aproximadamente seis mil habitantes com economia basicamente agropecuária, voltada para a produção do café e gado leiteiro, sendo a única na sede do município a ofertar Ensino Médio, a outra escola com essa modalidade fica num distrito localizado a 30 quilômetros. A turma envolvida no projeto é o terceiro ano do ensino médio, onde grande parte dos alunos conciliam o trabalho, os estudos e o sonho de cursar uma

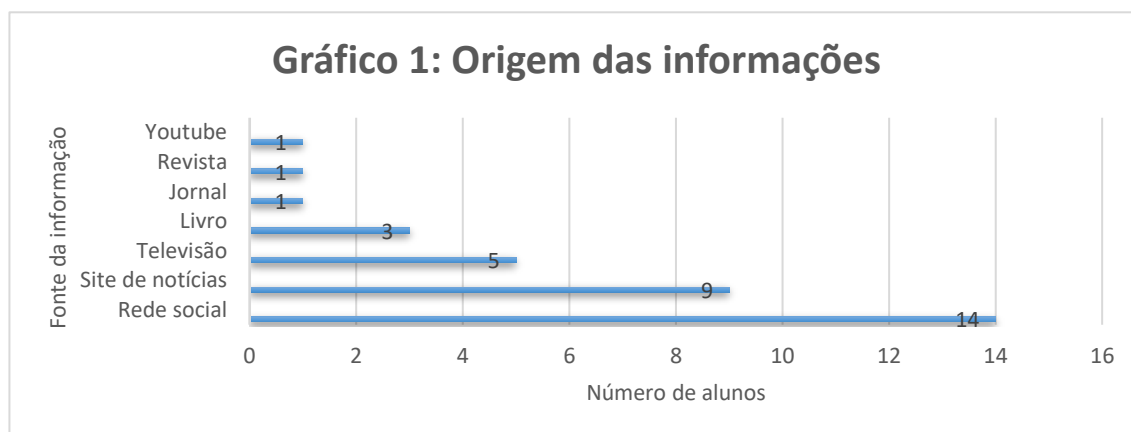
universidade. A pesquisa envolveu um total de 35 alunos do 3º ano do ensino médio. Os temas que os alunos foram descritos no quadro 1 (abaixo) para que seja possível verificar sobre quais assuntos eles se interessam mais.

Aluno	Tema escolhido para debate	origem	Sub-área
A1	Depressão entre jovens no Brasil	Televisão	Saúde pública
A2	Transexuais e transgêneros poderão trocar de nome sem cirurgia para mudança de sexo	Televisão	Saúde pública
A3	Possibilidade de uma guerra com mísseis	Site de notícias	Política
A4	Intervenção militar	Rede social	Política
A5	Bloqueio de gastos no orçamento brasileiro	Site de notícias	Economia
A6	Protecionismo de mercado	Televisão	Economia
A7	Guerra na Síria	Site de notícias	Direitos Humanos
A8	Reforma da previdência	Televisão	Política
A9	Foro privilegiado	Rede social	Política
A10	Prisão do ex-presidente lula	Rede social	Política
A11	Tropas internacionais invadem a síria	Rede social	Política
A12	Atuação do supremo tribunal federal	Jornal	Política
A13	Corrupção no Brasil	Site de notícias	Política
A14	Terremotos no Brasil: é possível?	Livro	Ciência
A15	A ameaça do petróleo aos corais amazônicos	Site de notícias	Meio ambiente
A16	O clima e o desmatamento da Amazônia	Livro	Meio Ambiente
A17	Os indígenas e o direito à terra	Rede social	Movimentos sociais
A18	Altas temperaturas afetam oceanos e dão forças às tempestades tropicais	Internet	Ciência
A19	Tema: casos de gripe aumentam	Site de notícias	Saúde pública
A20	Espírito santo	Revista	Educação
A21	Produção e localização do nióbio no brasil e no mundo	Youtube	Ciência
A22	Aborto no Brasil	Rede social	Movimentos sociais
A23	Exame nacional do ensino médio	Site de notícias	Educação
A24	Aquíferos	Livro	Ciência
A25	A crise política na Venezuela	Televisão	Política
A26	Refugiados no brasil e no mundo	Site de notícias	Movimentos sociais
A27	Zona franca de Manaus	Livro	Economia
A28	Zona de convergência intertropical	Rede social	Ciência
A29	Erupção vulcânica	Rede social	Ciência
A30	Acidente em Mariana	Rede social	Meio ambiente
A31	Usina de Belo Monte	Rede social	Meio ambiente

A32	Zona de convergência do atlântico sul	Site de notícias	Ciência
A33	Armas nucleares	Rede social	Política
A34	Conceito de família no século XXI	Site de notícias	Educação
A35	Criação do sistema único de segurança	Rede social	Política

Conforme pode ser notado no quadro acima, houve uma grande heterogeneidade de assuntos trazidos pelos alunos para debate, e em cada assunto, as discussões foram muito efetivas e desafiadoras. Outro fato que pode ser notado é a variedade das fontes de origem da informação, conforme pode ser visto no gráfico 1.

A partir da leitura do gráfico podemos notar que a grande parte dos alunos (cerca de 40%) utilizou redes sociais como fontes de informação, o que pode ser perigoso, uma vez que muitas das vezes, as redes sociais não contam com nenhum tipo de controle sobre o que é compartilhado, sendo, portanto, passíveis de disseminação



de notícias falsas. Fontes inteiramente confiáveis como o livro didático foram utilizadas apenas em 3

casos, ou seja, 8,5% do total de alunos envolvidos na pesquisa, outro dado que chama atenção é o acesso a sites de notícias, que chegou a alcançar quase 26% dos alunos, muito superior ao número de informações obtidas por meio da televisão que só foi utilizada como fonte de informação em 5 casos (14% do total), além destas fontes o *Youtube* e uma revista de divulgação foram utilizados apenas 1 vez cada. Quanto aos assuntos buscados pelos alunos, também houve bastante variedade quanto às subáreas sugeridas (Ciência, Religião,



Política, Economia, Movimentos Sociais, Educação, Saúde Pública, Direitos Humanos), conforme demonstrado no gráfico 2:

Conforme pode ser notado no gráfico 2, dentre os temas que os alunos trouxeram para debate, houve uma predominância de assuntos relacionados à política (11 alunos), seguidos por temas ligados à ciência (7 alunos) e meio ambiente (4 alunos), depois disso economia, movimentos sociais, educação e saúde pública (3 alunos cada), e por último tivemos direitos humanos (1 aluno) e religião que não foi colocada em debate por nenhum

aluno, apesar de estar entre as subáreas sugeridas no começo do trabalho. **CONCLUSÃO:** A partir dos resultados colhidos e da análise dos dados, podemos concluir que o objetivo inicial que era ensinar os alunos a serem gestores de seu próprio conhecimento foi cumprido com êxito, e atingiu 100% da turma. Tal conclusão está amparada na metodologia deste trabalho que foi pautada a observação direta da explicação do tema que o aluno trouxe, valorizando as fontes de pesquisa e os dados levantados, além disso, foi percebido um grande engajamento dos educandos nos temas trazidos pelos colegas, demonstrando que os alunos foram capazes de desenvolver seu interesse e senso crítico ao longo deste projeto. Deste modo, acreditamos que a experiência foi muito proveitosa, pois os mesmos alunos que demonstravam insegurança, passaram a se ver como personagens principais de seu auto aprendizado. Acreditamos veementemente que torná-los protagonistas do próprio conhecimento contribuiu muito para a aprendizagem dos alunos e os deixou motivados a continuar estudando. Este trabalho, no entanto, constitui apenas uma das diversas abordagens metodológicas que podem melhorar os resultados educacionais, é preciso que para isso sejam iniciados muitos outros projetos que busquem a autonomia dos alunos na sala de aula.

BIBLIOGRAFIA [1] LIMA, Érika Rosana Passos de Oliveira; MOITA Filomena M^a Gonçalves da Silva Cordeiro. A tecnologia no ensino de química: jogos digitais como interface metodológica. 1 ed. Campina Grande: Eduepb, 2011. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247-06.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2018. [2] ALMEIDA, Doriedson Alves de. Apropriação das TIC em redes públicas de ensino do baixo amazonas: especificidades e desafios. *Laplage em Revista*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. p.123-135, jun. 2017. ISSN 2446-6220. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/350>>. Acesso em: 06 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.24115/S2446-6220201732350p.123-135>. [3] SILVA, Taís Cristina; SILVA, Karol da; COELHO, Marcos Antonio Pereira. O uso da tecnologia da informação e comunicação na educação básica. *Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online*, [S.l.], v. 5, n. 1, jun. 2016. ISSN 2317-0239. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/10553>. Acesso em: 14 nov. 2018. [4] DAMICA, Filipe Zaniratti; LUCAS, Douglas Ribeiro. SILVA, Leismarque Adelino da; STAHL, Nilson Sérgio Peres. AS TDICS E O ENSINO HÍBRIDO: A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS “GPS” E “GOOGLE EARTH” NO ENSINO DE CIÊNCIAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CARANGOLA-MG. *Revista Philologus*, Ano 24, N° 72. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2018. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/> > Acesso em 01 de mai de 2019. [5] VEEN, Wim; VRAKING, Ben. *Homo Zappiens: Educando na era digital*. Porto Alegre: Artmed. 2009. [6] JÚNIOR, Artur Pires De Camargos. FORMAÇÃO DOCENTE E USO DE TDICS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. *CIET:EnPED*, [S.l.], maio 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <<http://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/29>>. Acesso em: 11 fev. 2019. [7] GOUVÊA, Sylvia Figueiredo. Os caminhos do professor na Era da Tecnologia. *Acesso Revista de Educação e Informática*, Ano 9 - número 13 - abril 1999.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

EPG 020

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DA ZONA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ, MINAS GERAIS, ATRAVÉS DO USO DE QUESTIONÁRIOS

Daniel da Silva **Ferraz** (PQ - daniel.ferraz@uemg.br) 1,2,3;

Laila Henriques de Amorim **Ribeiro** (IC) 1;

Ruan Marcio Ruas **Nunes** (IC) 1;

1. Curso de Ciências Biológicas; 2. Museu de Zoologia da Zona da Mata Mineira; 3. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola.

Palavras-chave: Percepção Ambiental; Meio Ambiente; Estudantes.

INTRODUÇÃO: A Percepção ambiental tem sido cada vez mais utilizada, tanto nas ciências humanas e sociais, quanto nas ciências biológicas, como um instrumento investigador das relações do homem com ambiente ao seu redor [1]. No entanto, a grande maioria da população ainda não atinou para a importância de certos temas, não tomando tais questões como bandeiras de luta [2]. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre as questões ambientais, constituindo-se em educação política [3]. Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Política Nacional de Educação Ambiental instituem a educação ambiental como obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino. Como a problemática relativa ao meio ambiente e seu processo de degradação tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões entre os vários segmentos sociais e, recentemente, tem sido objeto de políticas públicas voltadas, principalmente, ao processo educacional, o estudo da percepção ambiental apresenta importância fundamental para compreender melhor a inter-relação entre o homem e o ambiente, bem como suas expectativas, anseios, satisfações, julgamentos e condutas [4]. As respostas ou manifestações decorrentes destes estudos são resultados das percepções, individuais e coletivas, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa [2].

A importância da pesquisa em percepção ambiental para planejamento do ambiente foi ressaltada na proposição da Unesco (1973) de que “uma das dificuldades para a proteção dos ecossistemas naturais, está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes, ou de grupos socioeconômicos, que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes”[5]. Maroti et al.[6] também consideram que a investigação da percepção ambiental dos grupos socioculturais deve fazer parte de projetos de pesquisa que tratam do gerenciamento de ecossistemas e da relação homem-ambiente.

Segundo Fernandes et al.[7], a educação e percepção ambiental despontam como armas na defesa do meio natural e ajudam a reaproximar o homem da natureza, garantindo um futuro com mais qualidade de vida para todos, já que despertam maior responsabilidade e respeito dos indivíduos em relação ao ambiente em que vivem. Conforme pressupõe Fontana et al.[8], a aplicação de questionários ambientais podem revelar a abrangência, dos elementos naturais, culturais, políticos, econômicos e sociais, ou reducionismo, que exclui o homem da condição de parte do ambiente. De acordo com Lima [9], a consciência destes problemas tem exigido da sociedade a tomada de posição e o desenvolvimento de ações que venham contribuir para minimizar os problemas ambientais, o que certamente irá proporcionar melhor qualidade de vida a esta e às futuras gerações, além de assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, responsáveis pela perpetuação das relações homem-natureza.

Com esse panorama e na perspectiva de compreender as inter-relações entre moradores da zona rural e zona urbana, e o meio ambiente em que vivem, comparando a visão de percepção ambiental entre estes dois grupos de pessoas, esta pesquisa teve como foco o estudo da percepção ambiental de alunos do ensino fundamental e médio, incluindo turmas da Escola Municipal Álvaro de Sá Barbosa que é pertencente ao sistema de Ensino para Jovens e Adultos (EJA) do município de Espera Feliz, Minas Gerais. OBJETIVOS: Coletar conceitos sobre o Meio Ambiente, descritos por alunos da Zona Rural e da Zona Urbana da rede ensino do

município de Espera Feliz, Minas Gerais, de forma a perceber como estes conceitos são interpretados e formulados pelos alunos, trazendo dados e reflexões acerca das diferentes percepções ambientais.

MATERIAIS E MÉTODOS: O presente estudo foi realizado no município de Espera Feliz, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, possui uma população estimada de 22.856 habitantes e encontra-se a 378 km de Belo Horizonte, capital do estado. As escolas municipais de Espera Feliz trabalham em consonância com os cadernos do Ceale, CBC, e Matrizes de Referência PROALFA/PROEB – SIMAVE, desenvolvendo também programas e projetos que auxiliam na aprendizagem do aluno, como o PIP “Plano de Intervenção Pedagógico”, que é um trabalho voltado para alunos com dificuldades de aprendizagem; O programa PACTO “Programa de Alfabetização na Idade Certa”, onde professores são capacitados mensalmente em função de um trabalho efetivo para que todas as crianças sejam alfabetizadas no 1º Ciclo de alfabetização. Em parceria com o Ministério Público do Trabalho é trabalhado o projeto PETECA “Erradicação do Trabalho Infantil”, visando conscientizar famílias e alunos dos problemas sociais muitas vezes vivenciados na zona rural do município.

O sistema de ensino da cidade de Espera Feliz, Minas Gerais, conta atualmente com oito escolas. Destas, três são escolas particulares, duas estaduais e três municipais. Para a pesquisa foram escolhidas duas escolas, sendo uma escola particular, Escola Portal do Saber e uma escola municipal, Escola Álvaro de Sá Barbosa. Em ambas as escolas, as turmas escolhidas para o estudo são pertencentes ao ensino fundamental e médio, e também turmas pertencentes ao sistema de Ensino para Jovens e Adultos (EJA), que é voltada para alunos da zona rural do município. Para a coleta de dados foi proposto um questionário com 12 questões baseado em trabalhos já realizados [10,2]. Este questionário foi estruturado por questões discursivas e objetivas, reflexivas, nas quais os alunos puderam responder não apenas às questões que lhes foram propostas, mas também se deparar com questões provocativas, criando oportunidade de refletir acerca de suas atitudes e de seus conceitos sobre a temática ambiental adquiridos ao longo de suas vidas [10]. Para cada entrevistado fora solicitado autorização para participação na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO Foram entrevistados 37 alunos, sendo 19 da escola particular Portal do Saber localizada na zona urbana da cidade de Espera Feliz, Minas Gerais e 18 da Escola Municipal Álvaro de Sá Barbosa também localizada na zona urbana da mesma cidade, porém, nesta, os questionários foram aplicados aos alunos residentes na zona rural da região. A amostra foi composta por indivíduos com idade média de 16,08 anos, discentes do 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º e 3º ano do ensino médio, sendo 18(48,65%) provenientes da zona rural e 19 (51,35%) da zona urbana. Para os alunos da zona rural quando questionados sobre o significado de meio ambiente, oito (44,44%) deles disseram que “é o local onde vivem”, quatro (22,22%) relataram que significa “natureza”, três (16,67%) “preservação ambiental”, e outros três (16,67%) disseram que o significado de meio ambiente é “não matar os animais ou não desmatar”. Já entre os alunos da zona urbana, oito (42,10%) deles disseram que o significado é “natureza” ou algum elemento dela (animais, plantas, etc.), cinco (26,31%) falaram que é “preservação ambiental”, três (15,80%) afirmaram ser “o local onde vivem”, dois alunos (10,53%) disseram que “é a nossa existência” e apenas um (5,26%) considerou o “ecossistema” como o significado de meio ambiente.

Essa questão não teve grande diferença em seus resultados. Para a maioria dos alunos da zona rural significa o local onde vivem e para os alunos da zona urbana é a natureza ou algum elemento dela. Dos alunos da zona rural, quatorze (77,78%) consideram o tema meio ambiente importante e quatro (22,22%) consideraram interessante. Nenhum dos alunos considerou que o tema meio ambiente é necessário, chato ou “não tem nada a ver comigo”. Para os alunos da zona urbana, nove (47,36) deles acharam o tema meio ambiente importante, sete (36,85%) interessante, um (5,26%) necessário, um (5,26%) chato e um (5,26%) não tem nada a ver comigo. Desta forma, observou-se que 59% dos alunos consideram importante o tema meio ambiente.

Os alunos da zona rural consideraram que fatores como a poluição do ar ou da água, queimadas, desmatamento e lixo acumulado são os principais problemas ambientais da atualidade. A caça predatória, o uso de agrotóxicos, extinção de animais e falta de água também foram citados por estes alunos, porém em menor proporção. Já os alunos da zona urbana citaram diversos problemas como os principais, sendo os mais citados: desmatamento, poluição, queimadas e a utilização de defensivos. A caça e falta de água também foram citados pelos alunos da zona urbana, porém em menor proporção. Os dados obtidos apontam que os alunos entrevistados são capazes de identificar os principais problemas ambientais globais discutidos atualmente, porém não houve o apontamento de problemas locais importantes como o crescimento desordenado das cidades e construções nas margens dos rios. Para 10 (55,55%) alunos da zona rural é possível ter desenvolvimento

econômico sem causar danos ambientais, sete (38,90%) disseram que talvez possa existir, e apenas um (5,55%) disse não acreditar que isso seja possível. Já para os alunos da zona urbana, quatorze (73,68) acreditam que não é possível ter desenvolvimento econômico sem causar danos ao meio ambiente e cinco (26,32%) acreditam que isso é possível, evidenciando a diferença da percepção de desenvolvimento sustentável. Os alunos da zona rural assumiram que querem saber mais informações sobre alguns temas ambientais como, a caça predatória, poluição, queimadas e desmatamento. Os alunos dessa zona admitiram querer saber mais informações sobre alguns temas ambientais como: Poluição dos rios, ar ou água, queimadas e utilização de defensivos; os temas caça e desmatamento também foram citados. E os alunos da zona urbana admitiram querer saber mais informações sobre alguns temas ambientais como: poluição dos rios, ar ou água, queimadas e utilização de defensivos; os temas caça e desmatamento também foram citados.

Segundo Santos-Neto (2002), um dos passos a ser dado no sentido de abranger a percepção ambiental dos alunos sobre a temática ambiental é reconhecermos a necessidade da mudança nas relações do homem com a natureza, sendo imprescindível que se siga o clássico slogan “pensar globalmente, agir localmente”[11]. Para uma mudança mais profunda na concepção dos alunos, autores como Camargo e Branco (2003) e Oliveira et al.(2007), consideram a necessidade de atualização, visto que os alunos, quando perguntados sobre o que concebem por meio ambiente, apresentam concepções tradicionais de educação ambiental[12,13]. Para Malafai e Rodrigues (2009), independente do nível e do grupo escolar é fundamental o exercício de uma abordagem mais abrangente que englobe uma visão contextualizada da realidade ambiental, fato este essencial para a compreensão da complexidade ambiental associada à interação ser humano-ambiente, compreensão esta pouca identificada nos alunos investigados no presente estudo[10].

CONCLUSÕES : A partir dos dados obtidos foi possível concluir que não há grandes diferenças nas percepções ambientais do cotidiano escolar entre os dois grupos observados. Observou-se a necessidade de aprofundar, como as questões ambientais são trabalhadas nas escolas, tanto com alunos da zona rural, quanto alunos da zona urbana. Com base no levantamento das tendências das concepções dos grupos estudados foi possível identificar a necessidade de se trabalhar intensamente com os docentes na perspectiva de se resgatar uma renovação dos laços afetivos com o ambiente natural, visando despertar sua percepção como parte dele. Através dessa pesquisa, novas propostas podem ser aceitas por integrantes do meio escolar, possibilitando a exploração de mecanismos de transferência de informações provenientes das respostas para a formação do processo educativo, auxiliando os professores envolvidos.

BIBLIOGRAFIA: [1] VIOLANTE, A.C. Moradores e turistas no município de Porto Rico, PR: percepção ambiental no contexto de mudanças ecológicas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Maringá, 2006. [2] VILLAR, L. M; ALMEIDA A. J; LIMA M. C. A; ALMEIDA J. L. V; SOUZA L. F. B; PAULA V. S. 2008. A Percepção Ambiental entre os habitantes da Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Revista: Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, ano 12, n.3, p. 537-43.

[3] REIGOTA, M. Meio ambiente e representação Social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 87 p. ano 2007.

[4] ROSA, L. G.; SILVA, M. M. P. Percepção ambiental de educandos de uma escola do ensino fundamental.2002. In: SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL,6.,Vitória, Espírito Santo, Anais, Vitória, 2002, p 1-5.

[5] UNESCO, 1973, Rapport Final dugroupe d’experts surleproject 13: La perception de laqualitédumilieudansleProgrammesurl’homme et labiosphère(MAB). Paris: Unesco, 79p.

[6] MAROTI, P. S; SANTOS, J. E; PIRES, J. S. R. 2000. Percepção ambiental de uma Unidade de Conservação por docentes do ensino fundamental. In: SANTOS, J. E. e PIRES, J. S. R. (eds.) Estação Ecológica de Jataí. Volume I, São Carlos: Rima editora.p. 207-217

[7] FERNANDES, R. S; LARANJA, A.C; PELISSARI, V. B; SOUSA, V J. 2003. Percepção ambiental dos alunos da Faculdade Brasileira – UNIVIX, Vitória, ES. In:ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA, 7.Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo.Anais. São Paulo. p. 1-3.

[8] FONTANA, K. B; GOEDERT, L; KLEIN, E.B; ARAÚJO, L.A.O.A concepção de meio ambiente de alunos do curso de pedagogia a distância e a importância da mediação tecnológica – dificuldades e perspectivas.(2002) Disponível em:<http://sistemas.virtual.udesc.br/html/artigos_professores/profs_ema.doc >. Acesso em: 20 set. 2014.

[9] LIMA M.R. 2012. A Percepção Ambiental como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p.96-110.

[10] MALAFAIA, G. e RODRIGUES, A. S. L.2009. Percepção ambiental de jovens e adultos de uma escola municipal de ensino fundamental. Revista brasileira de Biociências, ano 7, n. 3, p. 266-274.

[11] SANTOS-NETO, T.P. A importância da mata do Buraquinho e o seu significado semântico para os estudantes do ensino fundamental de João Pessoa. 2002. 110f. Paraíba. Monografia (curso de Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

[12] CAMARGO, S.C.G e BRANCO,J.O.A.2003 Educação ambiental na visão dos professores de Ciências Naturais, humanas e linguagem, Balneário Camboriú, SC. In: SIMPÓSIO SUL-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, I ENCONTRO DA REDE SUL-BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, I COLÓQUIO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO SUL, 2.,Itajaí. Anais. Itajaí (SC): UNIVALI.p.1-7.

[13] OLIVEIRA, A.L; OBARA, A.T; RODRIGUES, M.A., 2007.Educação ambiental: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, ano 6, n.3, p. 471-495.

EPG 021

O TURISMO RURAL E A CONTRIBUIÇÃO DAS TORREFAÇÕES DE CAFÉS ESPECIAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ-MG

Miguel Hottz Klein Junior (IC - mhottzklein@yahoo.com.br)¹,
Elisângela Freitas da Silva (PQ)², Luciane da Silva Oliveira (PQ)²,
Nilton Freitas Junior (PQ)³

1 – Curso de Bacharelado em Administração; 2,3 – Professores
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Carangola²
Centro Universitário Faminas – UNIFAMINAS³

Palavras-chave: Turismo rural; Agricultura familiar; Torrefação de café.

INTRODUÇÃO: O turismo rural vem se justificando como sendo umas das atividades que mais cresce nos últimos anos no território nacional. De acordo com o Ministério do Turismo (2010, p. 17) todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural são em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

A produção do café na Serra de Caparaó se tornou referência como produto de alta qualidade. No entanto, as maiores partes da produção cafeeira da região provem da agricultura familiar e são muitas famílias que têm a cafeicultura como principal fonte de renda de suas propriedades, com o passar do tempo, vem sendo observado que o êxodo rural é atenuado por inúmeras crises, e mesmo assim a balança comercial fomenta por altos índices de produtividade do agronegócio, principalmente pelos grandes produtores/exportadores. Entretanto, esta região se concentra em sua quase totalidade por pequenos produtores de cafés, embasados na agricultura familiar, possuindo pequenas e médias glebas de terras que sofrem por muitas causas econômicas e sociais.

A torrefação e moagem do café teve um desenvolvimento lento e as iniciativas inibidas por vários fatores, o principal deles devido ao grau de dependência que historicamente mantinha em relação ao governo que deram certa fragilidade ao setor (ABIC, 2000). As indústrias brasileiras são consideradas as principais responsáveis pelo aumento do consumo do café, atuando como promotoras de mudanças desse ranking de mercado. Na conjuntura, enfrentam o desafio do aumento do consumo da bebida, disponibilizando aos consumidores diferenciados cafés, assim como o aumento da qualidade dos mesmos (GONÇALVES, 2009).

O objetivo da pesquisa foi analisar as perspectivas de uma implantação de torrefação de cafés especiais em como contribuição para a melhoria econômica e social dos agricultores familiares e para o fortalecimento do turismo rural no município de Espera Feliz – MG. Buscou-se compreender se com esta atitude de empreender em sua pequena propriedade no meio rural, torrando o café, o agricultor familiar alcançaria melhores resultados; verificar se usando o método comparativo de preços dos cafés comuns e os cafés especiais torrados, seria possível gerar valor agregado ao produto, proporcionando a estes agricultores melhores ganhos financeiros nas vendas; e investigar se o método fortaleceria a prática da atividade do turismo rural no município.

REFERENCIAL TEÓRICO: A Agricultura Familiar é definida pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, como aquela que realiza atividades no meio rural. O Ministério do Turismo define como Turismo Rural na agricultura familiar como a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas desta agricultura, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar o seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos portanto inúmeras alternativas de ganho sócio-cultural-econômicos podem ser vislumbrados (BRASIL, 2007).

A diversidade na produção de cafés especiais segue várias ramificações e métodos produtivos para vários mercados específicos, como por exemplo, o orgânico, e formas de organização observando a responsabilidade ambiental e social, e constituem saídas inteligentes para que o agricultor familiar alcançar o mercado com uma valorização mais justa (PEDINI, 2005).

Junto ao turismo rural, Andrade (2010) relata que o café é um produto de microclima, isso significa que as características de cada região onde é produzido, bem como seu componente humano, determinam diferenças

cruciais na bebida produzida por determinados grãos. A apreciação do café seguiu o mesmo caminho que trilhou o vinho. Esse prazer, por sua vez, é cada vez mais adotado como uma prática de lazer.

A indústria de torrefação e moagem do café, devido ao grau de dependência que historicamente mantinha em relação ao governo, teve um desenvolvimento lento e as iniciativas de seus empresários muito inibidas, fatores estes que deram ao setor uma certa fragilidade (ABIC, 2000). É na torra que as substâncias presentes no grão cru se desenvolvem, sendo por isso, um momento de crucial importância. A torra bem-feita pode revelar todo o potencial de um grão especial, assim como uma torra malfeita pode acabar com ele. O tempo de torra interfere no sabor final da bebida, quanto mais torrado, mais forte e amargo é o sabor do café (CAFÉ SUPER CANASTRA, 2017).

METODOLOGIA: O instrumento de pesquisa consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, que para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida em material já elaborado, como livros e artigos científicos, e no caso da pesquisa documental, estão incluídos documentos como jornais, boletins, folhetos, entre outros documentos que ainda podem ser reelaborados, de acordo com o objetivo da pesquisa. E a realização de uma entrevista com questionário semiestruturado com pequenos agricultores familiares no município de Espera Feliz – MG. O questionário foi formulado com questões abertas e fechadas, previamente elaboradas, onde busca que a resposta se forme a partir do entrevistado.

Para o alcance da proposta do estudo, o campo da pesquisa foi composto por 40 agricultores familiares, produtores de café do município de Espera Feliz – MG, com data de realização das entrevistas individuais em profundidade entre os dias 10 a 23 de setembro de 2018, com intuito de verificar se com a implantação de uma pequena torrefação de cafés especiais, poderia contribuir com a melhoria econômica e social dos agricultores familiares e o fortalecimento do turismo rural nessa região.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A pesquisa bibliográfica e documental apontou que, com o passar dos anos, o consumo interno de café no Brasil vem aumentando gradativamente e sempre oscilando para mais. Nos 25 anos do levantamento que consta de 1990 a 2015, somente nos anos 2003 e 2013 que os números estiveram quase que estagnados com uma leve alteração para menos.

No ano de 1990 o consumo era estimado em 8,2 milhões de sacas, passados 10 anos já eram 13,2 milhões de sacas, sendo que no ano de 2015 alcançou 20,5 milhões de sacas junto ao mercado interno brasileiro (ABIC, 2016). Levando em conta o total de café consumido per capita, no ano de 1985 eram 5,1 kg por habitante ao ano, aumentando gradativamente, oscilando para baixo basicamente somente no ano de 2003, retomando o crescimento nos anos seguintes, chegando aos anos de 2012 a 2015 aos números de mais de 11 kg per capita por habitante ao ano (ABIC, 2016).

Para fase de coleta de dados teve como finalidade analisar as perspectivas de uma implantação de torrefação de cafés especiais nas propriedades dos pequenos produtores e investigar se esse método pode contribuir com a melhoria econômica e social dos agricultores familiares e com o fortalecimento do turismo rural no município.

De acordo com a Emater-MG de Espera Feliz o município possui mais de três mil agricultores familiares, contudo, foram entrevistadas 40 famílias que residem na região. A princípio foi identificado o perfil dos entrevistados e foi constatado que a média de idade dos pequenos produtores é de 46 anos, dos quais 40% tem menos de 40 anos (16 pessoas), 45% tem entre 40 e 60 anos (18 pessoas) e 15% teriam mais de 60 anos (6 pessoas).

A renda familiar dos produtores rurais familiares daquela região gira em torno de 1.400,00 (mensal), dos quais 25% tem sua maior fonte de arrecadação provindos da aposentadoria (10 pessoas), 60% tiram seu sustento predominantemente da propriedade onde habitam (24 pessoas) e 15% tem suas funções ligadas há outras rendas (6 pessoas). Os dados demonstram que a maioria dos produtores têm seus rendimentos provindos de suas pequenas propriedades ou dependem da mesma para a sobrevivência, percebeu-se que na maioria das propriedades a cultura predominante é o café apesar de outras culturas como milho e feijão fazerem parte do cotidiano principalmente para completar a renda familiar.

Com relação a produção, os pequenos produtores encontram as maiores dificuldades com relação ao preço de venda do café, mão-de-obra cara e, principalmente, na época da colheita com poucos compradores, esses foram os pontos mais destacados. A maioria dos entrevistados relataram que não existem margens de negociação com os compradores de cafés da região, dificilmente há uma diferença substancial de um para o outro, porém sempre fazem as cotações nos mercados locais, pois qualquer diferença apesar de mínima é bem-vinda.

Dos entrevistados, 60% (24 pessoas) gostariam de ter alguma inserção no turismo rural como forma de agregar valor, outros 40% acham muito difícil e que muitos já tentaram e não conseguiram alavancar seus empreendimentos. A torrefação de café na própria propriedade não foi pensada para 55% dos entrevistados (22

peessoas) mas é vista como uma grande alternativa para melhores valores de seu produto, porém indicam pessimismo para qualquer novo negócio pelo momento atual que o país passa, mas para o futuro gostariam de apostar nesta alternativa se tiverem condições. Para os outros 45% dos entrevistados (18 pessoas), já foi pensada nessa alternativa e é vista como um caminho a ser percorrido e talvez a grande chance de agregar à sua produção, entretanto, alguns esperam a oportunidade de adquirir o torrador, enquanto outros produtores alguns já comercializam seus cafés na própria propriedade, porém de forma informal, em pequena escala e em torradores caseiros, recebendo compradores em suas propriedades.

Durante as entrevistas, foi observado que a implementação de um novo negócio gera temor e espanto ao que o agricultor não conhece, a maioria dos entrevistados relataram que se tiverem a oportunidade de colocarem um torrador de café em suas propriedades terão interesse, principalmente, se houver condições favoráveis para a compra e acompanhamento técnico e treinamento específicos. Outro fator lembrado pelos produtores rurais, foram as dificuldades na comercialização, pois receiam em investirem em um negócio que podem ficar com a mercadoria após ser torrado “encalhado” sem o retorno do investimento, pois não tem referências do consumo dos cafés torrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Considerando-se a necessidade de alcançar alternativas para a fixação do homem do campo, aumentando seus rendimentos na criação e implantação de um novo negócio, é possível vislumbrar na torrefação de café, uma perspectiva para agregar valor ao produto que ele produz e em grande parte não é remunerado adequadamente e fortalecer a atividade do Turismo Rural em suas propriedades. Mas não basta somente a vontade de empreender, tornar um novo negócio rentável exige muita dedicação e profissionalismo. Ficou demonstrado nas entrevistas com os produtores rurais de Espera Feliz-MG, que a expectativa e o anseio de novas oportunidades existem e foram muito receptivos e ponderados com relação a implantação da torrefação em suas propriedades. Com o consumo crescente de café, principalmente os de qualidade, junto a uma região com características turísticas, com grande potencial para desenvolver o Turismo Rural, com um povo acolhedor e trabalhador, novas demandas e empreendimentos certamente ocorrerão e a junção de esforços norteará os futuros empreendimentos da região.

Os resultados analisados indicaram que há uma viabilidade para o empreendimento, e tornar a implantação de uma pequena torrefação de cafés especiais em um negócio rentável para os produtores rurais familiares de Espera Feliz - MG, mas é importante salientar que o sucesso do agricultor que se tornará um empreendedor, será resultante da capacidade de se adequar ao novo desafio minimizando riscos e encontrando oportunidades onde muitos não os enxergam.

Nesse cenário, torna-se imprescindível o desenvolvimento de novos estudos de viabilidades econômico-financeiras, havendo a necessidade de criar incentivos, onde o governo participa com um papel muito importante, com novas linhas de crédito e investimentos, bem como treinamento específico, cursos atualizados e aprimoramento constante, permitindo, assim, que o produtor rural se torne um empreendedor de sucesso “agarrando” as oportunidades junto ao turismo rural e ao café especial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, H. C. C. **O café especial como produto turístico gastronômico: reflexões sobre o café especial e suas interfaces com o turismo.** Monografia. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BRASIL. **Panorama do Turismo Rural na Agricultura Familiar.** Ministério do Turismo e Ministério do Desenvolvimento Agrário (cooperação técnica) – Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União. Acesso em: 20/06/2018.

CAFÉ SUPER CANASTRA. **A importância da torra do café.** Disponível em: <https://www.cafesupercanastra.com.br/single-post/2017/09/24/A-import%C3%A2ncia-da-torra-do-Caf%C3%A9>. Acesso em: 08/11/18.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 207 p.

GONÇALVES, Aline Cristina Arruda. **Desenvolvimento de bebida à base de café adicionada de concentrado protéico de soro: da pesquisa mercadológica à avaliação sensorial.** (Dissertação de Mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para elaboração do turismo rural.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo rural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Seguimento de mercado 2010.** Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_d_o_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 29/07/2018.

PEDINI, S.; **Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar.** Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 26. Edição Especial. EPAMIG, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 - Administração

EPG 022

OCUPAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ESCRAVIDÃO: SANTA LUZIA DO CARANGOLA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

Randolpho Radsack Corrêa³⁸

Patricia Guerra³⁹

Resumo

O presente trabalho se fundamenta em pesquisa realizada com parte da documentação criminal para a região de Santa Luzia do Carangola – MG, no último decênio da escravidão no Brasil. Esta análise documental permite caracterizar uma parcela das relações escravistas nesta região. A região de Carangola – MG, ocupada efetivamente na segunda metade do século XIX, se localiza na parte leste da Zona da Mata Mineira. A referida análise apresenta alguns elementos importantes desta relação escravista, juntamente com a convivência destes escravos em um sistema de exploração já em fase de superação.

Palavras-Chave: Região; Ocupação; Escravidão; Oitocentos.

1 – Santa Luzia do Carangola: da Origem à Emancipação.

Fora o vale protegido durante séculos por florestas densas habitadas por indígenas. O branco adentrou, derruindo a mata, exterminando o selvagem, dando início à queimada e à lavoura. Ergueu a choupana; em seguida, preparou a fazenda. Alargou as veredas, erigiu a capela, disciplinou o povoado, cujas ruas calçou, pondo-lhes luz e água corrente. (MERCADANTE, 1990, p. 15)

Poucos são os trabalhos que tratam especificamente acerca do processo de ocupação e desenvolvimento sobre o município de Carangola. No entanto, mesmo com esse número escasso de pesquisas, encontramos significativas contribuições que proporcionam relevantes informações sobre a região.

A atual cidade de Carangola se situa na parte leste da Zona da Mata Mineira, a 370 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, possuindo segundo o IBGE⁴⁰, 33.000 habitantes. Segundo Maria Cristina Boechat (2006, p. 33), o processo de ocupação dessa região se originou do vale do Muriaé, chegando até a cachoeira de Tombos por volta de 1830, resultando na organização de lavouras.

Paulo Mercadante, buscando levantar a origem e ocupação de Carangola, usa como uma de suas fontes as correspondências do farmacêutico francês Alexandre Bréthel, que esteve nessa região em meados do Oitocentos. Nessas cartas, Bréthel se correspondia com amigos e parentes na França, relatando as especificidades encontradas na região. Mercadante (1990, p.15) ressalta que os primeiros indícios sobre a ocupação do vale do Carangola ocorreram no ano de 1830, com a investida dos irmãos Lannes.⁴¹

Segundo Maria Cristina Boechat, existem significativas divergências acerca das informações referentes ao pioneirismo do desbravamento desta região.

A autora afirma que:

Dos diversos relatos existentes sobre o processo de ocupação inicial pelos Lannes, a mais recorrente é que teria sido José o primeiro a se aventurar pelas bandas da região, entre os anos de 1821 e 1823, quando se daria a primeira entrada. Por volta de 1831 teria regressado para tomar posse das terras, assim, vindo para as paragens do atual município de Faria Lemos, para então apossar-se de toda a terra...(BOECHAT, 2006, p. 33)

³⁸ Doutorando em História - Linha de Pesquisa "Sociedades, Movimentos Populacionais e de Culturas" pela Universidade Salgado de Oliveira - Campus Niterói. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola. Coordenados do Curso de História - UEMG - Unidade Carangola. E-Mail: randolpho.correa@uemg.br.

³⁹ Graduada em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. E-Mail: patriciaguerrast@gmail.com.

⁴⁰ Censo do IBGE. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25189>>. Acesso em: 30 ago 2019.

⁴¹ Segundo o autor os nomes dos irmãos Lannes seriam: José, Joaquim, Francisco e Antônio.

Segundo a autora, outra versão relatava que:

(...) José Lannes fugiu do regimento em que servia, em Presídio, atual Visconde do Rio Branco, Minas, se empenhando em sítios menos habitados. Atravessou o rio Paraíba, ajudado por um escravo negro de nome João da Cruz, alcançando primeiro o Muriaé e depois o Carangola⁴². Enfrentou índios puris, foi ferido e depois ajudado pelos mesmos puris, percorreu a região até atingir a Cachoeira de Tombos. Tomou posse das terras que se estendiam até Itaperuna, Rio de Janeiro, na confluência do Carangola e Muriaé, fixando-se em Conceição, próximo ao ribeirão do mesmo nome. (BOECHAT, 2006, p. 33-34)

Fazendo uma análise das inúmeras versões, Boechat aponta que Joaquim Lannes:

(...) internou-se nas matas do Carangola com diversos escravos e um amigo chamado Bambuí. Com a ajuda dos índios, plantou milho, mandioca, cana de açúcar, para subsistência. Depois de algum tempo seus irmãos vieram lhe fazer companhia. (BOECHAT, 2006, p. 34)

Embora a presença do cativo nos interesse mais, exclusivamente pela temática do trabalho, a menção ao índio é constante na documentação. Em inúmeras passagens desses relatos é possível verificar a referência à resistência e também ao auxílio prestado por esses nativos no processo de ocupação.

Vitória Andrade afirma que:

Outro fator relevante para entendermos a ocupação das terras na área brasileira estudada são as presenças indígenas e os conflitos surgidos entre nativos e brancos em torno de sua posse. As relações entre colonos e indígenas no período em que foram abertas as portas para a ocupação dos sertões são marcadas por tensões que passam por diversos desentendimentos sobre a propriedade agrária. (ANDRADE, 2011, p. 3)

Acerca da mesma temática, Romilda Alves argumenta que:

O papel indígena foi fundamental tanto no que diz respeito à transmissão de seus conhecimentos e técnicas, quanto para a viabilidade dos interesses econômicos metropolitanos na América portuguesa. Desse modo, estes povos tiveram papel relevante no processo de organização do espaço e legitimação do poder metropolitano na área central da Zona da Mata mineira. (...) (ALVES, 2009, p. 38)

Não há dúvidas de que, os indígenas foram vitais para o desenvolvimento da região Central da Zona da Mata: a abertura de estradas, as atividades agrícolas no interior dos aldeamentos e o papel de guias que eles exerciam nas expedições pelos sertões adentro nos mostra que os mesmos foram agentes importantes na organização dos espaços da fronteira. (ALVES, 2009, p. 112)

Sobre a origem do povoado que culminará no município de Carangola, Paulo Mercadante credita aos irmãos Lannes:

A iniciativa de aliciamento de índios puris para plantio de milho, mandioca, cana de açúcar nas imediações do futuro arraial. Distribuindo-se os lavradores pelo vale que compreende a atual região, não tardaram as formações de núcleos,

⁴² A autora faz referência ao nome dos rios, que ocasionalmente batizaram as cidades Muriaé e Carangola.

onde se montavam biroschas de gêneros, bebidas e, mais tarde, armarinhos. (MERCADANTE, 1990, p. 31)

É possível perceber na afirmação dos autores citados que a presença indígena se deu tanto no processo de resistência, no que se refere à entrada do colono nas terras, mas também no auxílio ao explorador, como afirma Romilda Alves e Paulo Mercadante.

No decorrer da década de 1840 as fronteiras agrícolas foram se expandindo com roças e construções, permitindo a fixação ao longo do curso do rio Carangola e com a ampla intensificação do trâmite dos tropeiros pelos sítios.

Em 1852, no âmbito religioso, o Curato de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola⁴³ que pertencia ao município de São João Batista do Presídio, foi elevado à categoria de Freguesia. A partir daí, a Freguesia de Tombos passava a abranger os atuais municípios de Carangola, Faria Lemos, Pedra Dourada, Divino, Caparaó, Espera Feliz e Caiana. A jurisdição da Freguesia de Tombos, após 1852, abrangia também os atuais municípios de Purlândia, Porciúncula, Ourânia, Varre-Sai, Santa Clara e Natividade, que hoje pertencem ao território fluminense. (BOECHAT, 2006, p. 37)

Ainda na esfera religiosa o curato de Santa Luzia do Carangola foi criado em 1862, como filial de Tombos. Em 1866 este mesmo curato é elevado à categoria de Paróquia como consta na transcrição da lei n.º 1.273:

Artigo 1º: Fica elevada à categoria de Parochia a povoação de Santa Luzia do Carangolla, compreendendo os Curatos e Districtos de Santa Luzia do Carangolla e Santo Antonio do Indaiá pelas actuais divisas.(...) ⁴⁴

Maria Cristina Boechat afirma que:

Os primeiros moradores do Arraial Novo, denominação inicial do que viria a ser a cidade de Carangola, de acordo com a tradição local, por serem adeptos do liberalismo e partidários de Teófilo Otoni no movimento liberal de 1842, resolveram homenagear os vencidos dando o nome de Santa Luzia do Carangola ao povoado. Em 1844, quando os liberais retornaram ao poder no governo imperial, a nova Santa Luzia do Carangola já era um povoado organizado. A capela foi erguida em 1859, em um local um pouco distante do agrupamento original, hoje se constituindo na praça da cidade, no centro, que recebe o nome de um de seus doadores, o Coronel José Maximiano Pereira de Souza. Sua construção se deveu também a doações dos proprietários rurais, José Moreira Carneiro e Manoel José da Silva Novais. Ao redor foram surgindo novas casas de fazendeiros da região (...) (BOECHAT, 2006, p. 36)

Com relação a essa afirmação, discordamos da autora, unicamente, quando a mesma inclui o Coronel Maximiano José Pereira de Souza como doador das terras para a construção da igreja e das imediações da atual praça no centro da cidade. Segundo a escritura do terreno⁴⁵, os doadores foram José Moreira Carneiro e Manoel José da Silva Novais, conforme consta no Centro de Documentação Histórica de Carangola e no Cartório de Protestos, Registros de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da mesma cidade.

Com base nessas afirmações é possível perceber a ocupação e a formação efetiva da comunidade a partir da segunda metade do século XIX. No âmbito político administrativo, o povoado de Santa Luzia do Carangola, inserido no distrito de Tombos, pertenceu ao município de São João Batista do Presídio até 1853⁴⁶. Nesse ano, após divergências entre os fazendeiros de Tombos, o município de Presídio transferia-se para São Januário do Ubá, permanecendo assim por dois anos até 1855. Em 16 de maio de 1855, São Paulo do Muriaé

⁴³Atual município de Tombos-MG

⁴⁴ Lei n.º 1.273 de 02 de janeiro de 1866. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/photo.php?lid=66903> Acesso em: 01 ago 2012.

⁴⁵Livro de Notas – Cartório de Santa Luzia do Carangola. 1877/1878. Escritura – Folha 64.

⁴⁶Atual município de Visconde do Rio Branco-MG.

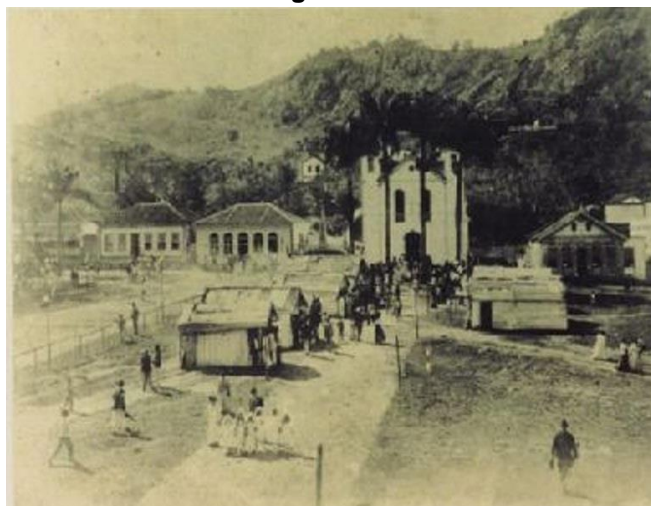
foi elevado à vila pela lei n.º 731⁴⁷, incorporando Santa Luzia do Carangola como um de seus distritos⁴⁸. O documento que legitima essa incorporação pode ser encontrado no Arquivo Público Mineiro.

A lei n.º 1.097 indicava que:

Artigo 1º: Fica criado um novo Districto de Paz no Município de São Paulo do Muriahe, com a denominação de – Districto de Santa Luzia do Carangolla.

Artigo 2º: As divisas deste Districto serão: todas as vertentes do rio Carangolla pela margem direita até a barra do ribeirão São Matheos, incluindo todo o terreno pertencente à fazenda do mesmo nome, e pela margem esquerda até a barra do ribeirão da fazenda de José *Moreira Carneiro*, *compreendidas todas as vertentes.*(...)⁴⁹

Figura 1 – Centro da cidade de Santa Luzia do Carangola nos fins do século XIX



Fonte: Centro de Documentação Histórica de Carangola – MG – Banco de Imagens.

Após todos os processos de elevações e incorporações, o município de Carangola foi criado pela lei 2.500 de 12 de novembro de 1878, conforme os parágrafos 6º e 7º no documento seguinte.

Figura 2:

Redação Original da Lei 2.500, que eleva Santa Luzia do Carangola à categoria de município⁵⁰

⁴⁷ Lei n.º 731 de 16 de maio de 1855. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/photo.php?lid=66240> Acesso em: 01 ago 2012.

⁴⁸ As informações do “Recenseamento Geral do Império de 1872” foram disponibilizadas pelo CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento por meio magnético.

⁴⁹ Lei n.º 1.097 de 07 de outubro de 1860. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/photo.php?lid=66240> Acesso em: 01 ago 2012.

⁵⁰ Lei n.º 2.500 de 12 de novembro de 1878. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/photo.php?lid=66903> Acesso em: 01 ago 2012.

teias, pertencente á D. Maria Cassemira de Andrade Lage e outros, desmembrada da freguezia e districto de S. Gonçalo do Rio Abaixo, municipio de Santa Barbara.

§ 4.º Fica desmembrada da freguezia e districto de S. Miguel e Almas e annexada á freguezia e districto do Patrocínio, municipio do Serro, a fazenda denominada Pitangas, pertencente a João Pereira Chaves.

§ 5.º Fica creado um districto de paz na povoação do Campo Limpo, do municipio e parochia da Leopoldina, ficando a Camara Municipal autorisada a demarcar suas divisas pelos lugares mais convenientes.

§ 6.º Fica creado o municipio do Carangola, com sua sede na parochia de Santa Luzia, elevada á categoria de villa, com a denominação de villa do Carangola.

§ 7.º O novo municipio se comporá das freguezias de Santa Luzia, Tombos do Carangola e S. Francisco da Gloria, Curato do Divino Espirito Santo, com suas divisas naturaes, e hem assim de todo o territorio comprehendido até ás cabeceiras do Carangola.

§ 8.º Fica restabelecida a freguezia de Santo Antonio do Riacho Fundo, com as mesmas divisas do antigo districto daquela denominação, no municipio da Conceição do Serro.

§ 9.º Fica desmembrado da freguezia do Sr. Bom Jesus da Canna Verde do Taboleiro e incorporado á do Bom Fim do Pombo o territorio comprehensivo de todas as vertentes do Ribeirão do Lavari até á barra do mesmo correjo, e pelo Rio Formoso abaixo até á fazenda denominada Agua Limpa, pertencente ao cidadão Valerio Correa Netto e outros.

§ 10. Fica elevada á categoria de villa com a denominação de Villa do Mozambinho, a freguezia de S. José da Boa Vista, do municipio de Cabo Verde, ficando annexadas a esta nova villa as freguezias de Dorcas de Guaxupé e Santa Barbara das Canôas, desmembradas do municipio de S. Sebastião do Paraiso.

§ 11. O novo municipio terá todos os officios de justiça creados por lei geral.

§ 12. Ficão pertencendo ao municipio de Cabo Ver-

Fonte: Arquivo Público Mineiro – APM.

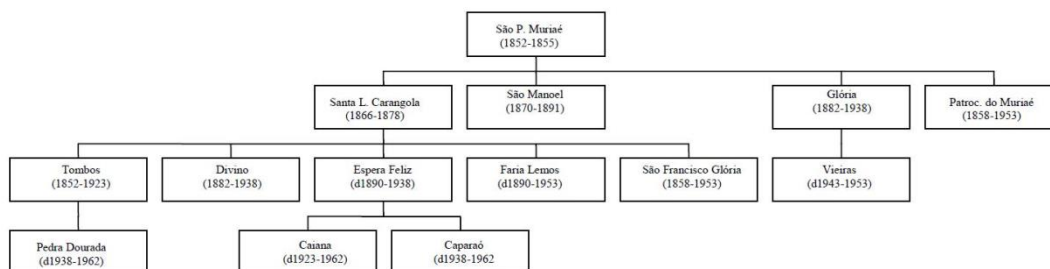
É importante ressaltar que, a instalação da Câmara Municipal ocorreu em 07 de janeiro de 1882, data que é comemorado o aniversário do atual município de Carangola.⁵¹ Os componentes da sessão da instalação da Câmara foram: Dr. Manoel Afonso Cardoso (Presidente), Antônio Carlos de Souza (Vice Presidente), Antônio Antunes Vieira, João Marcelino Teixeira, Capitão José Luciano de Souza Guimarães, Capitão Mariano José Soares e o Tenente Estevão Rodrigues Pedrosa. A sessão foi inicialmente presidida por João Ribeiro de Almeida Tostes, que exercia o cargo de presidente da Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé que abriu os trabalhos e deu posse à nova Câmara.

Vitória Andrade (2011, p. 44) destaca que, após 1820 foi intenso o crescimento das vilas da Zona da Mata Mineira. Segundo a autora, São Paulo do Muriaé, município que Santa Luzia do Carangola pertenceu até 1878, era composto por um grande território, agregando uma quantidade significativa de distritos. A autora (2001, p. 61) discrimina este quadro de acordo com o diagrama adaptado abaixo.

Diagrama 1:

Desmembramento (parcial) de São Paulo do Muriaé (1852-1962)

⁵¹ Gazeta de Carangola – Edição Histórica do Centenário. Carangola: 1982.

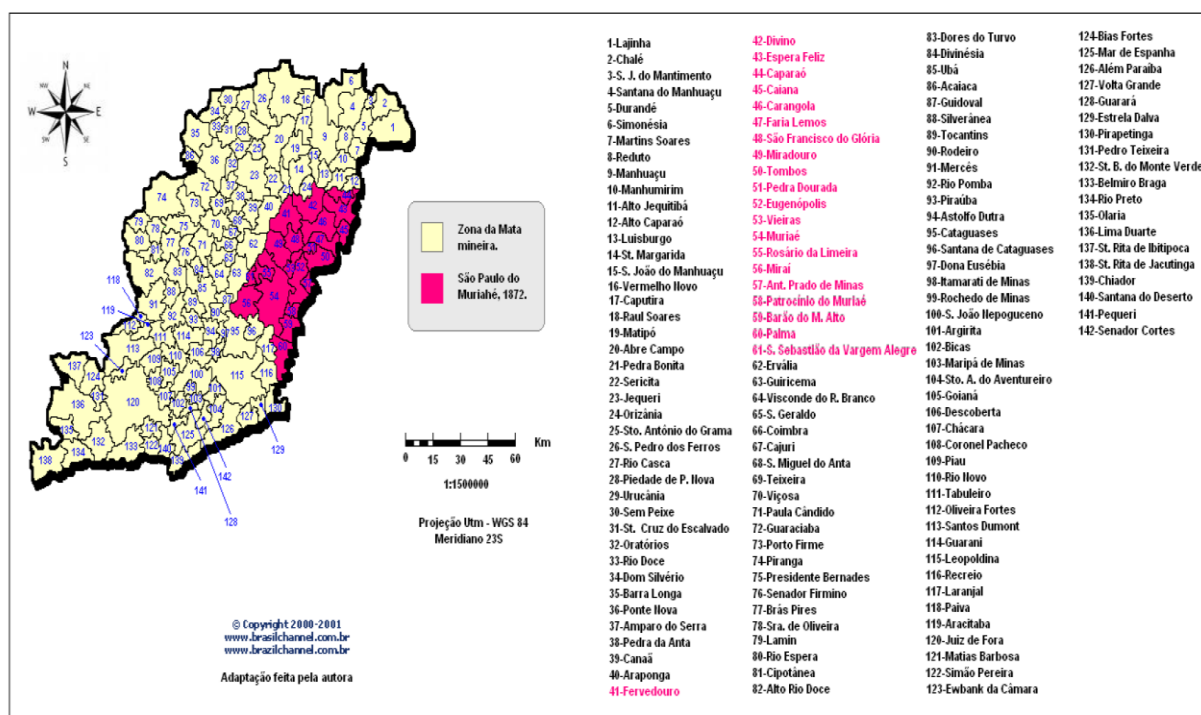


Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. Adaptação feita por Vitória Fernanda Schettini de Andrade.⁵²

Observa-se nesse diagrama as datas referentes à elevação de Santa Luzia do Carangola à categoria de Paróquia (1866) e seu desmembramento de São Paulo do Muriaé (1878), assim como as demais localidades que foram elevadas à categoria de município de acordo com as datas constantes em cada quadro.

Mapa 01

Zona da Mata de Minas Gerais. Destaque para São Paulo do Muriaé, 1872



Fonte: ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os Sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011, p. 46. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

Nesse mapa, Vitória Andrade destaca os municípios referentes à Zona da Mata mineira evidenciando as vinte localidades que pertenceram a São Paulo do Muriaé e que foram desmembradas conforme o Diagrama 01.

Através dos autores citados até aqui foi possível perceber a argumentação acerca da diversificação da agricultura no processo de investida e ocupação da Mata. Esse avanço que culminou no surgimento de vilas e cidades esteve intimamente ligado ao processo de exploração das terras como meio de sobrevivência e das necessidades da demanda do mercado. Nesse sentido, a presença do escravo se constituiu uma realidade no que se refere à mão de obra. Evidentemente, a proporção do uso do trabalho cativo variou de região para região dentro do recorte da Zona da Mata. Nos tópicos a seguir, destacaremos a presença do trabalho escravo no

⁵² Agradecemos a Professora Doutora Vitória Andrade pela cessão dos mapas e diagramas utilizados nesse artigo.

desenvolvimento da região carangolense do ponto de vista econômico, através do uso de sua mão de obra na esfera da produção.

1.2 – O desenvolvimento da região, a esfera da produção e a presença cativa em Santa Luzia do Carangola.

Com relação ao desenvolvimento da região, tradicionalmente, a historiografia se refere ao café como a principal produção agrícola encontrada.⁵³ Baseada em registros de terra, livros de notas e inventários *post mortem*, Maria Cristina Boechat ressalta que:

É certo que o café, a partir da década de cinquenta do oitocentos começava a se expandir impondo-se gradativamente às demais culturas agrícolas da região. No entanto, até o momento em que os cafezais assumiriam o papel de cultura agrícola dominante, importa verificar, o grau de diversificação da produção local, quais as principais culturas que iriam caracterizar aquele cenário rural e se consolidar como fonte de recursos capaz de gerar, para além da necessidade de abastecimento local, um excedente comercializável, gerador por sua vez, de rendas que dariam um formato socioeconômico específico àquela sociedade. (BOECHAT, 2006, p. 79)

Boechat demonstra através de seu estudo sobre a ocupação de Carangola que, entre 1858 e 1876, a região apresentou uma agricultura de subsistência e de abastecimento local, com destaque para a produção de milho e cana de açúcar.

Tabela 01

Título: Especificação e Porcentagens das Benfeitorias encontradas em Santa Luzia do Carangola – 1858-1876

Benfeitorias	Número	Porcentagem
Moinho	17	68%
Paioi	16	64%
Engenho de moer cana	10	40%
Engenho (milho e mandioca)	08	32%
Engenho de pilar café	05	20%

Fonte: BOECHAT, Maria Cristina Coutinho Robert. *A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006, p. 20. Dissertação (Mestrado em História).

Segundo a autora:

A indicação da produção de gêneros agrícolas destinados para o auto-consumo e/ou para o abastecimento de algum tipo de mercado local ou mais distante, pode ser percebida nas diferentes denominações utilizadas na documentação desse período que contém registros de propriedades rurais, como os livros paroquiais de terras possuídas, os livros de notas e os inventários. (...) Não podemos precisar, qual a parcela dessa produção era destinada a alguma forma de mercado, nem a porção voltada para o auto-abastecimento. Contudo, é correto afirmarmos que a grande maioria dos inventariados possuidores de terras estava ligada à agricultura. (BOECHAT, 2006, p. 91-92)

⁵³ Sobre escravidão e cafeicultura na Zona da Mata mineira ver: ANDRADE, Rômulo Garcia. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo) USP, 1995. Tese (Doutorado em História).

Boechat demonstra que o café, com apenas 20% da produção local, ainda não se configurava como o produto de maior escala entre 1858 e 1876. No entanto, este gênero que estava voltado principalmente para o mercado externo ampliava sua produção na transição do século XIX para o XX, se configurando como o principal produto não só de Carangola, mas de toda a região, alterando as estruturas políticas, administrativas e econômicas da mesma. Outro fator econômico destacado pela autora foi o registro de animais na documentação analisada, principalmente o gado, que fez parte das referências de um conjunto significativo de inventários por ela analisados.

Como já mencionamos anteriormente, a classificação da sub-região da Mata central proposta por Angelo Carrara (1993, p. 44), indica um baixo índice do uso da mão de obra escrava se comparados aos dados da sub-região sul. Segundo o mesmo autor, quando o recenseamento de 1872 foi realizado *apurou-se que a Mata – cuja área correspondia a cerca de 5% do território da Província – detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava de Minas Gerais*. Estes números evidenciam uma significativa participação da mão de obra escrava na Província, guardadas a proporção e distribuição dos cativos nas sub-regiões da Mata.

Paulo Mercadante (1990, p.16) faz menção à presença do negro que *ao contrário do índio, marca a sua história com o exercício do trabalho braçal. A nostalgia dele mistura-se à outra, à barroca, tudo se confundindo em termos de existência e sociedade*.

É importante ressaltar que em 1872 o Brasil vivia o momento desfavorável ao regime escravista, contribuindo também (junto a outros fatores) para reduzida presença da mão de obra cativa na região de Santa Luzia do Carangola. Inúmeras leis que minavam pouco a pouco a permanência do sistema escravista já eram uma realidade nesse momento.

Acerca da interferência das leis imperiais no regime escravista, Vitória Andrade afirma que:

Devemos levar em conta que alguns fatores políticos, sociais e econômicos redefinem o período recortado. A Lei Euzébio de Queiroz que proibia o tráfico internacional de escravos, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, pode ser um dos exemplos, por colocar em xeque a permanência de uma economia que arrolava há anos. (ANDRADE, 2011, p. 44)

Dessa forma, compreendemos que as últimas décadas do regime escravista no Brasil evidenciavam a redução significativa do uso da mão de obra cativa no sistema de trabalho. O fim do tráfico internacional de escravos proporcionaria o declínio dessa força de trabalho, vigente no Brasil desde o século XVI. É importante ressaltar que após o fim do tráfico internacional de cativos, ampliaram-se as relações de compra e venda de cativos entre e dentro das províncias, configurando assim uma alternativa para o suprimento das necessidades das províncias que ainda faziam uso desse regime de trabalho.

A tabela abaixo propõe uma comparação do número de escravos na Paróquia de Santa Luzia do Carangola com a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos de Carangola. É importante lembrar ao leitor que em 1872, quando realizado o recenseamento, Santa Luzia do Carangola estava agregada ao distrito de Tombos no âmbito político, e ambas pertencentes ao município de São Paulo do Muriaé. No plano religioso constituíam paróquias distintas. Ao levantarmos os recenseamentos das paróquias nas proximidades, encontramos apenas as citadas, onde podemos reproduzir as informações abaixo:

Tabela 02

Número de Cativos em Nossa Senhora da Conceição dos Tombos de Carangola e Santa Luzia do Carangola em 1872:⁵⁴

Sexo	Paróquia – 1	Paróquia – 2	Total
Homens	435	451	886
Mulheres	455	368	823

⁵⁴ As informações do “Recenseamento Geral do Império de 1872” foram disponibilizadas pelo CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento por meio magnético. Não foi possível realizar a análise de outras paróquias vizinhas devido à inexistência do recenseamento das mesmas.

Total	890	819	1079
-------	-----	-----	------

Legenda: Paróquia 1: Nossa Senhora da Conceição dos Tombos de Carangola

Paróquia 2: Santa Luzia do Carangola

Fonte: CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

No que se refere ao século XIX, a população da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos de Carangola possuía 2.958 habitantes, sendo 2.068 livres e 890 escravos, perfazendo o total de 30,08% da população. A Paróquia de Santa Luzia do Carangola, criada em 1866, registrava 4.954 habitantes, sendo 4.135 homens livres e 819 escravos. Neste caso, os cativos constituíam 16,54 % da população. Somando os moradores das duas paróquias percebemos o total de 7.912 habitantes, sendo 1.709 escravos, divididos entre 886 homens e 823 mulheres, perfazendo o total de 21,60% da população.

Rômulo Garcia de Andrade (1995, p. 11), ao analisar a presença escrava na Zona da Mata em 1872, a partir dos dados do recenseamento daquele ano, percebeu que Juiz de Fora (Mata Sul) possuía 14.368 escravos. Só em Muriaé (Mata Central), município que nesse período abrangia as paróquias de Santa Luzia do Carangola e Nossa Senhora dos Tombos do Carangola, registrava 6.938 cativos. Segundo o recenseamento de 1872, a cifra referente ao número de cativos em Juiz de Fora se apresenta em número muito superior às encontradas para a nossa região.

Para tentar levantar uma média das escravarias de Santa Luzia do Carangola, analisamos 47 fontes constantes no Centro de Documentação Histórica de Carangola. Os dados encontrados referem-se a todos os inventários, escrituras hipotecárias e partilhas localizadas no acervo entre 1868 e 1887 de proprietários que possuíam escravos.⁵⁵

Tabela 03
Relação de Inventários de proprietários de escravos em Carangola (1868-1887)

Maço	Ano	Proprietário	Escravos	Homens	Mulheres
101/04	1868	Maximiano José Pereira de Souza (I)	35	22	13
75/52	1871	Paulino Soares de Lima (I)	2	-	2
73/02	1873	Antonio Silva Monteiro (I)	3	-	3
73/40	1873	Roza Maria da Conceição (I)	2	2	-
106/14	1873	Eleutério Romeiro Aguiar (I)	7	3	4
102/08	1874	Idelfonso José da Silva (I)	1	-	1
NC	1875	José Pereira Neves e S/M (EH)	31	21	10
100/13	1876	Antonio de Magalhães Queiroz (I)	4	1	3
102/02	1876	Antonio Gomes de Barros (I)	3	2	1
102/03	1876	Antonio José Soares (I)	5	3	2
100/05	1878	Antônio Luiz Pereira (I)	3	1	2
50/10	1878	José Maria Barbosa (I)	10	3	7
100/04	1879	Antônio José Caldas Barcellar (I)	34	14	20
100/01	1880	Joaquim Nunes Vieira (I)	7	4	3
102/07	1880	Francisco Machado de Oliveira (I)	1	-	1
102/15	1880	Rita Maria da Conceição (I)	6	2	4
106/25	1880	Antonio Joaquim Vieira (I)	2	1	1
74/04	1881	Carolina Josephina do Amor Divino (I)	1	-	1
74/32	1881	Maria Custódia Ferreira (I)	18	8	10
75/06	1881	Balbina Maria de Jesus (I)	9	5	4
75/27	1881	Joaquim Mariano Machado e S/M (I)	1	1	-
116/25	1882	João Pereira Cunha (I)	19	12	7
72/39	1882	Porcina Rosa da Encarnação (I)	6	6	-
100/12	1882	Maria Izabel Lacerda Pinheiro (I)	18	12	6
102/04	1882	Antonio Manoel de Vasconcelos (I)	4	2	2

⁵⁵ Para a confecção das tabelas 03, 04 e 05, não consideramos os registros de escravos nascidos após 1871 ou mencionados como “libertos”.

102/05	1882	Ana Eufrásia de Oliveira (I)	7	3	4
102/12	1882	Maria Santa Anna Silva (I)	5	3	2
32/07	1883	Francisco Romano de Souza (I)	5	2	3
77/11	1883	Joaquim José de Oliveira (I)	5	2	3
74/38	1883	Pedro Paulo do Rego (I)	3	2	1
75/18	1884	José Marques da Silva Henriques (I)	3	1	2
103/10	1884	Leonor Ignes de São José (I)	3	3	-
103/15	1884	Tereza Nogueira de Jesus (I)	3	3	-
104/02	1884	Ana Joaquina da Silveira (I)	2	2	-
08/35	1885	Antonio Hermelindo de Andrade (I)	1	-	1
73/01	1885	Antonio Bernardes de Silva (I)	1	-	1
75/34	1885	Maria Tereza de Jesus (I)	4	1	3
103/07	1885	Joaquim José de Souza (I)	1	1	-
103/14	1885	Silvestre Gonçalves Ferreira (I)	7	6	1
104/06	1885	Francisco Gomes de Campos (I)	3	2	1
103/11	1886	Maria Barbara do Nascimento (I)	4	2	2
103/13	1886	Quintino José de Souza (I)	6	2	4
104/04	1886	Crotildes Umbelina de Jesus (I)	3	1	2
NC	1887	Maria Roza de Jesus (P)	1	-	1
100/03	1887	José Monteiro da Silva Pontes (I)	1	-	1
103/01	1887	Agustinho Gomes de Oliveira (I)	1	1	-
103/09	1887	Joaquina Cândida de Jesus (P)	10	4	6
TOTAL			311	166	145

Fonte: Fundo Fórum - Centro de Documentação Histórica de Carangola – MG

Legendas:

Tipo da fonte: (I): Inventário; (P) Partilha; (EH) Escritura Hipotecária.

Com base na análise detalhada das posses de escravos constantes nas fontes listadas acima, foi possível verificar algumas características importantes referentes a essas escravarias. A tabela 04 discrimina os dados referentes ao tamanho, à quantidade de posses de escravos para a região a partir dos documentos encontrados. É importante ressaltar que a amostra das escravarias destacadas nas tabelas, não corresponde ao número total dos cativos existentes em Carangola. Os dados que apresentamos correspondem somente aos cativos listados nas fontes encontradas.

Tabela 04

Percentual do tamanho, quantidade de posses e números de escravos Santa Luzia do Carangola, 1868-1887

Tamanho das posses		Quantidade de posses	%	Número de escravos nas posses	%
Pequenas (1-9 cativos)	1-4 cativos	27	69,23	61	44,85
	5-9 cativos	12	30,77	75	55,15
Subtotal		39	82,98	136	43,73
Médias (10-19 cativos)	10-14 cativos	02	40,00	20	26,67
	15-19 cativos	03	60,00	55	73,33
Subtotal		05	10,64	75	24,12
Grandes (+ 20 cativos)	+ 20 cativos	03	100	100	100
Subtotal		03	6,38	70	32,15

Total	47	100	311	100
--------------	-----------	------------	------------	------------

Fonte: Fundo Fórum - Centro de Documentação Histórica de Carangola – MG.

De acordo com a tabela 04, das 47 posses de escravos contabilizadas, 39 se encontravam na faixa de 1 a 9 cativos, perfazendo 82,98% das posses encontradas. Nas médias escravarias encontramos 05 posses, perfazendo 10,64% do total das mesmas com 75 cativos. Acima de 20 cativos temos 03 posses, com o total de 70 escravos, contabilizando 6,38% das mesmas.

Os escravos que pertenciam às 39 pequenas posses totalizavam 136, os cativos das 05 médias posses somavam 75, e os das 03 grandes totalizavam 70 escravos. É importante ressaltar que embora existissem apenas 03 grandes escravarias, esses proprietários detinham um significativo número de cativos, 32,15% do total. Levando em consideração não só o Censo de 1872, mas também o levantamento dessas fontes, observa-se o modesto número de cativos existentes em Carangola na segunda metade do século XIX, corroborando com as argumentações que indicam o baixo uso da mão de obra cativa para a Mata central. É importante ressaltar que apesar do baixo número de escravos encontrados nessa sub-região, os dados das Tabelas 03 e 04 demonstram uma certa pulverização dessa população cativa entre os proprietários da localidade.

Com relação à faixa etária desses cativos, dos 311 listados nos documentos, 285 escravos tinham a idade registrada. A partir desses dados foi possível realizar a divisão da faixa etária conforme a tabela 05.

Tabela 05

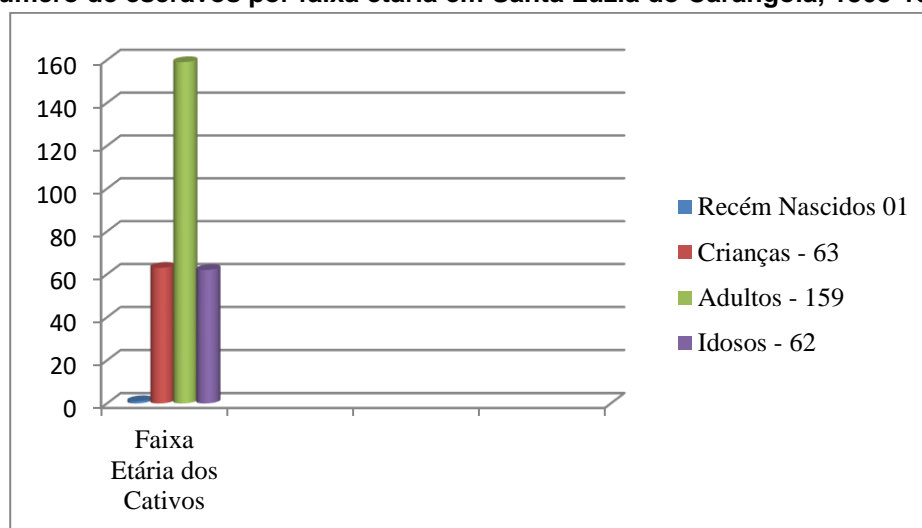
Faixa etária dos cativos relacionados nos inventários de Santa Luzia do Carangola, 1868-1887

Faixa Etária		Total	%
Recém-nascidos	Menos de 1 ano	01	0,35
Crianças	1-14 anos	63	22,11
Adultos	15- 40 anos	159	55,79
Idosos	41 anos ou mais	62	21,75
Total		285	100

Fonte: Fundo Fórum - Centro de Documentação Histórica de Carangola – MG.

Gráfico 01

Número de escravos por faixa etária em Santa Luzia do Carangola, 1868-1887.



Fonte: Centro de Documentação Histórica de Carangola – Fundo Fórum.

De acordo com a tabela 05 e o gráfico 01, percebemos que a faixa etária dos cativos que consideramos “adulta” (55,79%), se encontrava com um número superior as demais faixas. É importante destacar o número de 63 crianças cativas registradas (22,11%), se equiparava aos 62 escravos idosos (21,75%), mesmo em momento desfavorável ao regime escravista no Brasil. Dada à baixa proporção de escravizados na

localidade, o percentual de idosos não deixa de chamar a atenção, demonstrando talvez, não um “abrandamento” do sistema escravista, mas um melhor tratamento para aqueles indivíduos que ainda representavam um dos bens mais caros para aqueles proprietários. Encontramos também o registro de 01 recém-nascido, que corresponde a 0,35 % do número de cativos encontrados.

Considerações Finais

Por meio das informações levantadas até aqui, é possível perceber que o número de escravos encontrados para Santa Luzia do Carangola no recorte proposto, indica que possivelmente a produção agrícola local não possuía a exclusiva dependência da mão de obra escravista para o seu funcionamento (CARRARA, 1999). Ocupada efetivamente em meados do século XIX e emancipada próxima ao fim da escravidão, a sociedade já sofria a influência da superação do regime escravista, permitindo o maior envolvimento de cativos e livres nas funções do dia a dia.

Foi exatamente nesse cenário que trajetórias sociais distintas confundiram-se, aliaram-se e se misturaram, evidenciando os conflitos que apresentaremos em pesquisas posteriores. Indivíduos de condições sociais distintas, entre livres, escravos e libertos evidenciaram importantes aspectos do seu cotidiano nas barras dos tribunais, seja no papel de acusador ou no de acusado.

Como já alegamos, a proposta desse artigo foi apresentar uma breve discussão sobre o processo de ocupação da Zona da Mata Mineira, principalmente no que se refere à Santa Luzia do Carangola. No que se refere à Zona da Mata mineira, apresentamos algumas informações sobre as peculiaridades das divisões internas da região. município de Carangola.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteiras em Expansão: População, terra e família na Zona da Mata mineira (1808-1850)*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura).
- ANDRADE, Rômulo Garcia. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo)* USP, 1995. Tese (Doutorado em História).
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os Sertões de São Paulo do Muriahe: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).
- BOECHAT, Maria Cristina Coutinho Robert. *A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. Dissertação (Mestrado em História).
- CARRARA, Angelo Alves. *A Zona da Mata de Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História).
- _____. *Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.
- MERCADANTE, Paulo. *Crônica de uma comunidade cafeeira: Carangola: o vale e o rio*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

EPG 023

PERSPECTIVA DOS ALUNOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS QUANTO AO USO DE RECURSOS DE INFORMÁTICA EM SALA DE AULA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.

Anderson Raimundo Sousa Santos (Anderson.bio18@gmail.com),
Gisele Marques (gyselmeireles@gmail.com),
Jonatha Pacheco Tolentino(jonatha221289@gmail.com).
Myrian A. Silva Schettino

Resumo

A didática utilizada em sala de aula é muito importante, pois essa influencia diretamente na aprendizagem dos alunos. Nesse contexto, avanços tecnológicos no setor vêm crescendo. Com o surgimento de software que possibilitam a aprendizagem em menos tempo, usando dos variados métodos de memorização como imagens e vídeos. O presente trabalho investiga a perspectiva de uso dos recursos de informática em sala de aula pelos alunos dos cursos de licenciatura em química e ciências biológicas da universidade do estado de Minas Gerais, campus Ubá. Prevemos que os recursos audiovisuais sejam os mais cobijados. Para esse fim, aplicamos questionários com sete questões objetivas à temática. Foram entrevistados 50 alunos de todos os períodos e ambos os cursos. Desses, 98 % acham que os recursos de informática são mais eficientes em conjunto com outros métodos didáticos. E 74% pretendem utilizar métodos audiovisuais em conjunto com os métodos tradicionais (quadro e giz). A maioria julga ter bom conhecimento nos softwares: Word, PowerPoint e Excel (62%, 50%, 46% respectivamente). Assim concluímos que os alunos acham viável a utilização de métodos de informática, porém pretendem usar também o quadro e giz. Além disso, 68% acham necessário se manter atualizados quanto aos avanços tecnológicos.

Palavras chave: Didática, Swftheres, Tecnologia na escola.

1. Introdução

Os últimos anos vêm sido marcados por grandes avanços tecnológicos, na educação esse fenômeno não seria diferente, a cada dia essas ferramenta vem sendo utilizadas em sala de aula. O homem tem uma capacidade singular de armazenar informação e utilizá-las para o seu progresso e bem estar. (Diniz, 2001; Zatta et al.2008)

“A tecnologia da informação amplia esta capacidade humana, bem além de qualquer nível julgado possível a um quarto de século, colocando conhecimentos à disposição dos que necessitam, quando necessitam e onde quer que estejam” (Rankine, 1987).

Assim o uso de recursos de informática tem papel fundamental do processo de ensino-aprendizagem. (Diniz, 2001; Zatta et al.2008)

Nesse sentido o presente trabalho tem por objetivo investigar a perspectiva dos futuros professores quanto ao uso de recursos de informática; o uso dos softwares mais cobijados e qual o nível de conhecimento dos estudantes dos diversos períodos do curso de licenciatura quanto ao uso destes softwares, a fim de motivar os furos professores a refletir sobre sua didática em sala de aula.

2. Referencial Teórico

A nova postura do novo profissional da educação é que ele precisa dominar um saber sobre produção social da comunicação cultural e um saber ser comunicador escolar com mídias e multimídias (Resende et al. 1994).

Nesse contexto é fundamental que o educador esteja apto a utilizar esses recursos. Tradicionalmente os recursos de ensino são agrupados em 3 categorias:

- **Recursos visuais:** ligados diretamente ao sentido visão. Compreendem então as gravuras, cartazes, diapositivos, etc.
- **Recursos auditivos:** ligados diretamente ao sentido da audição. Compreendem os discos, fitas, rádios, etc.
- **Recursos audiovisuais:** ligados aos dois sentidos anteriores paralelamente. Compreendem-se os filmes sonoros, televisão, videocassete, etc.
(VIDAL, 2010)

Assim o professor pode usufruir dos diversos meios pedagógicos tradicionais ou modernos de acordo com a necessidade do conteúdo a ser abordado. Dos meios tradicionais temos o quadro e giz como o mais antigo, não se sabe ao certo quando esse recurso começou a ser usado no Brasil (Vidal, 2011).

Esse recurso apresenta várias vantagens além de ser o meio mais econômico, esse método aumenta a participação direta do aluno além de o professor apresentar ideias abstratas reforçando o conhecimento, no entanto o aluno pode se preocupar em obter a informação de forma escrita (copiar) e desfocar em parte do discurso além das condições estruturais da sala podem não favorecer dando, por exemplo, a dificuldade da visão de todos os alunos.

Dos meios modernos temos o projetor de slides como o mais utilizado, é o único audiovisual pensado a fim do ensino, seu uso permite a utilização dos três recursos citados anteriormente suas vantagens:

- Facilidade de construção e transporte;
- Manejo simples;
- Possibilidade de movimento, imprimindo dinamismo na apresentação;
- Apresentação de assuntos por etapas, gradativamente, o que permite desenvolver uma sequência lógica;
- Concretização de ideias e conceitos.

Ou seja, seu uso facilita tanto a dinâmica do professor em sala de aula oferecendo a esse a possibilidade maior de controlar suas ideias passando o conteúdo de forma eficaz (Vianna, 2000).

Nesse contexto como, preocupamos em saber como anda as perspectivas dos futuros professores quanto ao uso desses recursos. Prevemos que o uso dos recursos de software como o PowerPoint é um dos maiores recursos cobiçados devido às vantagens citadas acima.

O fato de esses alunos terem aulas com tais recursos motiva os mesmos a utilizarem, pois assim esses podem refletir sobre as vantagens e as desvantagens do uso dos métodos usados pelos seus próprios professores (Vidal, 2011).

3. Metodologia

Para responder as indagações da pesquisa aplicamos questionários (descrito no anexo um) a cinquenta alunos dos 2º, 4º, 6º e 8º período dos cursos de química e ciências biológicas, assim podemos observar a diferença das opiniões entre os alunos que estão prestes a se formar e os alunos que possuem pouco tempo de curso. Os questionários possuem sete perguntas objetivas, que exploram a opinião dos alunos quando a viabilidade do uso de recursos de informática na didática em sala de aula, para isso fazemos uma comparação entre os métodos tradicionais que constitui o quadro e giz, e os tecnológicos que consiste em usar de software. Além de questionar qual método eles mais cobiçam.

Questionamos também o nível de conhecimento nos diversos softwares. Também questionamos onde foi obtido esse conhecimento.

4. Resultados

A pesquisa foi realizada na universidade do estado de Minas Gerais campus ubá, nosso campo amostral foi o corpo discente dos cursos de licenciatura em química e ciências biológicas para saber a opinião dos alunos entrevistados. Fizemos o uso de questionários contendo 7 questões objetivas, o qual buscamos saber se qual a opinião referente o uso de recursos de informática, se pretendem ou não utilizar, se acham didático e qual

software mais cobijado, além disso buscamos saber qual o nível de conhecimento sobre o uso dessas tecnologias. O questionário segue no anexo um.

Obtivemos os seguintes resultados:

Primeiramente interessou saber como os entrevistados pretendem usar os meios tecnológicos em sala de aula, assim 98% desses se interessam em usa-los em conjunto em com outros métodos, como por exemplo, o quadro e giz. E 2% dos entrevistados julgam que eles são mais eficientes quando usados sozinhos. Com tudo, questionamos por meio da pergunta cinco, qual maneira eles usariam recursos como apresentação de slides, 72% dos entrevistados tem interesse em utiliza lós às vezes, vendo que algumas disciplinas exigem mais o uso de outros métodos, 4% dos entrevistados usariam somente para apresentação de imagens e vídeos, e 4% desses acreditam que se substituir o quadro e giz mantém mais o foco dos alunos, pois esses não estariam copiando o conteúdo do quadro enquanto o professor explica a matéria.

Eficácia dos recursos de informática	Entrevistados
Eles sozinhos são mais eficientes na didática de aprendizagem dos alunos	1
São mais eficientes quando utilizados em conjunto com outros métodos didáticos (exemplo quadro e giz)	49
Não são boas ferramentas didáticas	0

Tabela 1: viabilidade do uso de recursos de informática, resultados retirados da questão numero um do questionário disponível no anexo um.

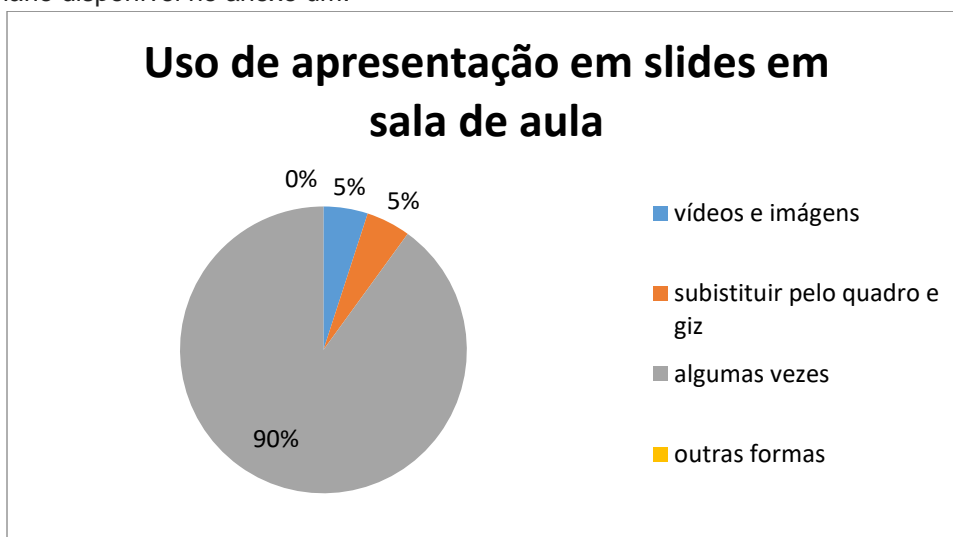


Gráfico1: usos de apresentação em slides. Informações retiradas da pergunta cinco do questionário.

Nesse estudo, preocupamos em saber como os futuros professores reagiriam frente às más condições de infraestrutura das escolas. Na questão seis do questionário, perguntamos aos futuros professores como seria sua atitude. Nesse contexto como mostrado no gráfico dois, 48% dos entrevistados disse que usaria o quadro ao máximo, mas, tentaria utilizar o projetor quando possível, e levaria o máximo de textos complementares. Porém 20% dos entrevistados se interessam em criar documentos com antecedência, a fim de disponibiliza-los aos alunos com antecedência. 6% dos entrevistados optariam por usar os métodos tradicionais como o quadro juntamente com o livro didático. Um dos entrevistados sugere outra opção diferente das mencionadas no questionário, porem não escreveu qual seria sua opinião.

Reação dos futuros professores mediante a infraestrutura das escolas.

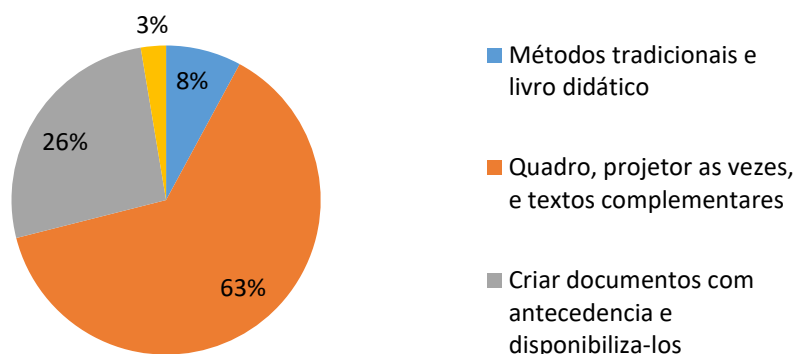


Gráfico 2: Reação dos futuros professores mediante a infraestrutura das escolas.

Outra vertente do trabalho foi saber qual o nível de conhecimento sobre o uso dos softwares mais utilizados em sala de aula, assim obtemos que os entrevistados possuem um bom conhecimento sobre o uso desses. De acordo com o gráfico três obtido a partir da questão numero dois do questionário.

Nível de conhecimento dos alunos

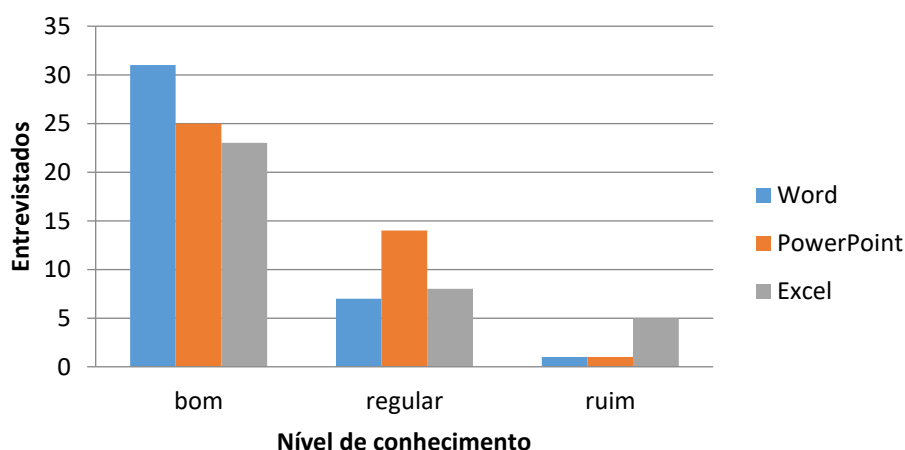


Gráfico 3: Nível de conhecimento dos alunos ao uso de softwares. Questão 2 dos questionário.

Continuando a linha de pesquisa, na questão três percebemos um fato muito interessante a respeito de onde os alunos obtiveram conhecimento sobre os softwares citados na questão dois, como mostrado no gráfico quatro. Onde percebemos que a maioria dos alunos obteve conhecimento no dia-a-dia.

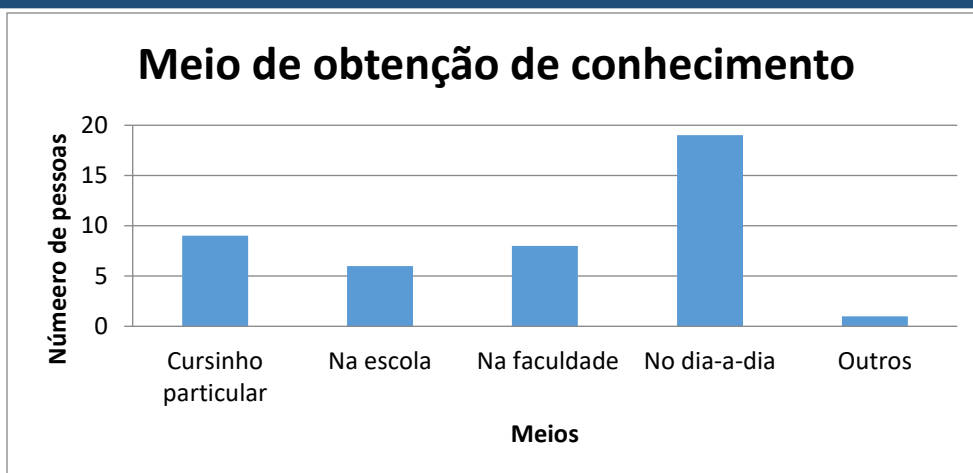


Gráfico 4: Meio de obtenção do conhecimento de recurso sobre softwares, mencionados na questão dois.

Outro fato interessante foi as respostas obtidas na questão quatro, que questionava sobre o papel do professor mediante as novas tecnologias de didática atuais, nesse contexto 68% dos alunos acham que o professor deve se manter atualizado, conforme a tabela dois.

Papel do professor mediante as novas tecnologias.	Alunos %
Deve sempre se manter atualizado, pois essa vem sempre ao nosso favor.	68
Devem ser utilizadas às vezes.	4
Prefiro usar somente dos métodos tradicionais	0
Não opinaram.	28

Tabela 2: Opinião dos alunos sobre qual o papel do professor mediante as novas tecnologias de didática atuais.

Por tanto, na última pergunta buscamos saber qual método didático os alunos como futuros professores, pretendem utilizar em sala de aula. Assim obtivemos o resultado esperado, comparado com as respostas das questões anteriores. Onde é mostrado no gráfico cinco que a maioria (74%) dos alunos utilizaria tanto os métodos tradicionais quanto os novos métodos tecnológicos.

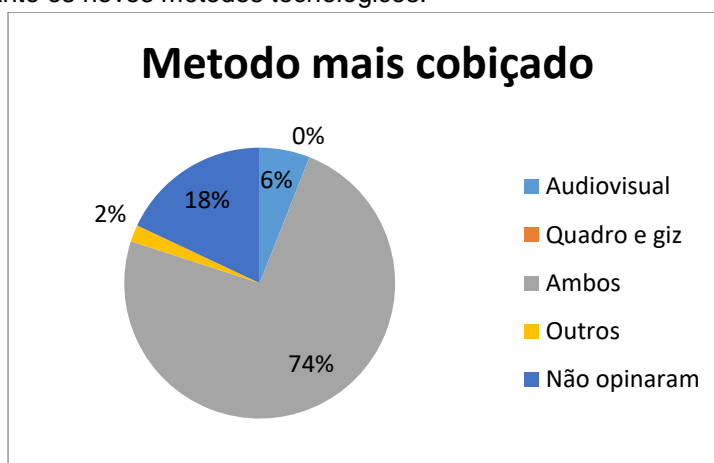


Gráfico 5: Opinião dos alunos sobre o método mais cobijado pra utilização em sala de aula, questão sete.

5. Conclusão

Vimos que a maioria dos entrevistados cobiça o uso de métodos combinados, ou seja, interessam pelas inovações tecnológicas, sem abrir mão dos métodos tradicionais (quadro e giz). Assim a perspectiva dos futuros professores inclui fortemente o uso de tecnologia, sendo que o método mais cobijado são os destinados à

projeção audiovisual. Uma hipótese é que essas estão sempre presentes em seu cotidiano, prova disso é quando questionamos o nível de conhecimento sobre o uso dos principais softwares destinados a didática (Word, PowerPoint e Excel), a maioria dos alunos julgaram ter um bom conhecimento, porém, relataram ter aderido esses conhecimentos no seu dia-a-dia.

Um fato preocupante é que a maior parte dos entrevistados demonstrou pouco interesse em cursar disciplinas relacionadas ao uso de softwares, porém quando questionamos o papel dos professores mediante as novas tecnologias quase todos acham que é preciso se manter atualizados, isso porque as novas tecnologias vêm sempre ao nosso favor. Além disso, a maior parte dos entrevistados disseram terem obtido seu conhecimento no dia-a-dia, assim esses podem não usar esses softwares de forma didática utilizando todos os recursos disponíveis.

6. Referencias Bibliográficas

RANKINE, L.J. A emergente era da informação: Sem limites significativos.1987.

REZENDE e FUSARI, Maria Felisminda . Novas Inédias na comunicação e educação Escolares: conceitos iniciais de alunos- TV, recepção e comunicação na formação inicial de professores em curso de pedagogia. Texto apresentado no VII ENPIDE.1996- Eixo temático: Educação e Novas Tecnologias. Painel: Comunicação, mídeas, e formação de professores em cursos de pedagogia: desafios no uso da televisão e da internet. Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n.24 p.67-91.

VIANNA, Claudemir Edson. O processo Educomunicacional: A mídia na escola. São Paulo, setembro de 2000. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da comunicação, departamento de comunicação e artes, na escola de comunicação e artes da universidade de São Paulo Como requisito parcial para obtenção Do título de Mestre em ciência da comunicação.

VIANNA, Deise Miranda; CARVALHO, Ana Maria Pessoa. Do fazer ao ensinar ciência: a importância dos episódios de pesquisa na formação de professores. Investigações em Ensino de Ciências, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 01-22. 2001.

VIDAL, Fernanda Luise Kistler. Recursos audiovisuais na Educação em Ciências e a formação inicial docente: análise de programas disciplinares. In: Encontro Ibero americano sobre Pesquisa em Ensino de Ciências, 3, 2009, Burgos, Espanha. Atas do III EIBIEC. Burgos: Universidade de Burgos, 2009.

Diniz, Sirley Nogueira de Faria. O uso das novas tecnologias em sala de aula. Florianópolis – SC, 2001, 173p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina Como requisito parcial para obtenção Do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Zatta, Celia Inez; Aguiar, Waldiney Gomes. O uso de imagens como recurso metodológico para estudar Geografia. 2008. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

VIDAL, Fernanda Luise Kistler. Recursos audiovisuais na prática de professores de Ciências formados pela UFRJ. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Anexo 1: questionário

1. Como futuro professor, qual a sua opinião sobre o uso de recursos de informática em sala de aula?

Eles sozinhos são mais eficientes na didática de aprendizagem dos alunos;

São mais eficientes quando utilizados em conjunto com outros métodos didáticos (exemplo quadro e giz);

Não são boas ferramentas didáticas;

Outra opinião:

2. Qual seu nível de conhecimento sobre o uso de alguns softwares:

Word: bom () regular () ruim () Excel: bom () regular () ruim ()

PowerPoint: bom () regular () ruim ()

3. Como você obteve conhecimento sobre o uso desses recursos:

Cursinho particular () na escola () agora na faculdade () no dia-a-dia ()

Outros:

4. Em sua opinião qual o papel do professor mediante as novas tecnologias de didática que vem surgindo?

deve sempre e manter atualizado, pois essas vem sempre ao nosso favor;

devem ser utilizadas as vezes;

prefiro usar somente dos métodos tradicionais.

5. Se você optasse em utilizar recursos e informática (exemplo apresentação e slides) como seria sua didática?

somente apresentação de imagens e vídeos;

substituiria pelo quadro e giz, a fim de manter o foco dos alunos por mais tempo vendo que esses se distraem enquanto copiam a matéria;

usaria algumas vezes, porque algumas disciplinas exigem mais o uso de outras metodologias;

outras formas:

6. Suponhamos que você vá trabalhar em uma escola com poucos recursos (poucos projetores de slide, não faça muitas cópias xérox), qual seria sua reação?

usaria somente o quadro e o livro didático;

usaria o quadro ao máximo mas, tentaria utilizar o projetor quando possível, e levaria o máximo de textos complementares;

criaria os documentos com antecedência, a fim de disponibilizar para os alunos para que esses possam visualizar pelo celular ou em seu computador.

Outros:

7. Qual o método você pretende utilizar?

audiovisual () quadro e giz () ambos

EPG 024

ESTRUTURA FILOGEOGRÁFICA DE ESPÉCIES RARAS DE ROEDORES SIGMODONTÍNEOS (RODENTIA, SIGMODONTINAE) PODE INFERIR HIPÓTESE DE DIVERSIFICAÇÃO PARA A ZONA DA MATA MINEIRA

Michel Barros FARIA (PQ – e-mail: michelfaria@yahoo.com.br)^{1,2}

Maria Clara Santos RIBEIRO (IC)^{1,2}

1 – Curso de Ciências Biológicas – Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola – 36800-000 – Carangola, MG

2 – Museu de Zoologia da Zona da Mata Mineira – Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola – 36800-000 – Carangola, MG

Palavras-chave: Diversificação, Mata Atlântica, Roedores, Sigmodontinae.

INTRODUÇÃO:

Os roedores sigmodontíneos constituem uma das mais diversas linhagens de roedores neotropicais, com distribuição predominante na América do Sul [1], divergindo em, atualmente, 83 gêneros distribuídos em 400 espécies, aproximadamente [2, 3]. Possuem, ademais, ampla diversidade ecológica, morfológica e taxonômica, o que os classificam como bons modelos para estudos de ecologia, evolução e biogeografia, principalmente a partir de vertentes filogeográficas [4]. A maioria dos estudos filogeográficos se baseia em modelos, ou hipóteses, de especiação de modo alopátrico [5], que se diferenciam pela presença, ou ausência de barreira geográfica, e, no caso de presença, do tipo ou tempo em que a barreira geográfica divide, explicitamente, a espécie ancestral em duas ou mais populações. Assim, envolvem processos de vicariância geotectônica ou paleogeográfica [6, 7]; teoria dos refúgios [8, 9], que infere que alterações climáticas durante o Quaternário alteraram a distribuição pretérita de florestas, formando refúgios ecológicos; e hipótese de rios como barreiras [10 11], que assume que as populações de animais de margens diferentes de um rio se tornam progressivamente isoladas umas das outras, e prevê que as populações sobre uma margem estarão monofiléticas em relação às populações da margem oposta. Atualmente, a distribuição e a elevada diversidade genética de roedores sigmodontíneos na Mata Atlântica são atribuídas, entre outros fatores, às oscilações climáticas do Quaternário Tardio e barreiras geográficas [12, 13, 14]. Entretanto, há controvérsias sobre a influência desses agentes na formação da biodiversidade atual, e poucas espécies possuem sua filogeografia inferida. Este trabalho buscou investigar a ocorrência de estruturação genética nas populações dos roedores *Abrayaomys ruschii* Cunha e Cruz, 1979 e *Blarinomys breviceps* (Winge, 1887), com base em espécies relatadas para a Zona da Mata Mineira, auxiliando no entendimento dos padrões de diversificação do domínio da Mata Atlântica como um todo.

MATERIAL E MÉTODOS:

As amostras que foram analisadas consistem em tecido hepático (ou muscular), provenientes de coletas prévias de indivíduos em um fragmento da Mata Atlântica de Minas Gerais localmente conhecido como “Grumarim” (20°29'00” S; 42°02'51” O a 20°30'47” S; 42°03'37” O – DATUM SIRGAS 2000), e depositados na coleção científica do Museu de Zoologia da Zona da Mata Mineira (MZZM), pertencente à Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola (UEMG Carangola). O fragmento é constituído por padrão fitofisionômico de Floresta Semidecidual Montana, com altitude variando de 700 a 1.700 metros e vegetação preservada. A área compreende os municípios de Alto Jequitibá e Caparaó, Minas Gerais, e se localiza entre os Parque Nacional do Caparaó (PARNA do Caparaó) e Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB). Ressalta-se, ainda, que consiste em uma área apontada como detentora de grande riqueza de espécies para pequenos mamíferos não-voadores, incluindo linhagens raras e endêmicas da Mata Atlântica [15]. O DNA foi isolado de tecido hepático conservado em álcool absoluto utilizando o protocolo de fenol/clorofórmio [16]. O material extraído foi quantificado em espectrofotômetro Nanodrop (ND-1000™) e teve qualidade avaliada através de eletroforese em gel de agarose a 0,8%, com observação em transluminador de Raios Ultravioleta (UV). O marcador molecular escolhido foi o gene mitocondrial citocromo b (*mt-Cytb*) completo (1140 pb, onde pb = pares de base). Os fragmentos de *mt-Cytb* foram amplificados através da Reação em Cadeia da Polimerase (PCR, do inglês *Polimerase Chain Reaction*), realizada em termociclador, com iniciadores (*primers*) específicos para cada espécie e condições de ciclagem térmica determinadas individualmente. Para confirmar a amplificação, produtos da PCR foram homogeneizados com um corante de ácidos nucléicos – GelRed. Posteriormente, foram submetidos à eletroforese em gel de agarose a 1,5% e, novamente, observados em transluminador de luz UV,

acoplado a um sistema digital de fotodocumentação para registro das sinalizações. As amostras amplificadas foram submetidas a reações de purificação com o conjunto de reagentes *GFXTM PCR DNA and Gel Band Purification kit* (Amersham Biosciences), seguindo o protocolo dos fabricantes. Houve verificação dos produtos purificados por eletroforese em gel de agarose (1,5%) para, então, prosseguir com as reações de sequenciamento. O sequenciamento seguiu o Método de Sanger e as reações foram preparadas com o conjunto de reagentes *BigDye® Terminator v3.1 Cycle Sequencing Kit*, seguindo, novamente, as recomendações dadas pelo fabricante para todas as amostras, com *primers* específicos. As reações foram feitas em termociclador e o sequenciamento realizado em sequenciador automático ABI 3130xl Genetic Analyser (Applied Biosystems). Os eletroferogramas obtidos foram verificados com o auxílio dos programas Chromas e Chromas Pro 1.45, e as sequências alinhadas de forma automática e manualmente no MEGA 7.0. As análises foram complementadas com sequências disponíveis no GenBank. O programa DNAsp 5.10.1 foi utilizado para a identificação de cada haplótipo. A opção “deleção par a par” (*pairwise deletion*) foi escolhida para numeração dos haplótipos, a fim de que, em caso de dados ausentes, o máximo de caracteres fosse considerado nas comparações. A distância genética foi estimada com o algoritmo de distância Kimura-2-parâmetros (K2p), com deleção completa, no programa MEGA 7.0. As topologias de Máxima Verossimilhança foram obtidas com o programa PhyML 3.1, e os valores aLRT de confiabilidade dos ramos foram calculados com o método de *bootstrap*. Utilizou-se o programa *Network* 5.0 para calcular e estimar a rede de haplótipos, através do método parcimonioso de *Median-Joining*, a fim de avaliar a estrutura de distribuição geográfica e os padrões de relação das subpopulações. O padrão de isolamento por distância das populações foi testado pelo Teste de Mantel (Programa Matlab).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

As análises para *A. ruschii* revelaram dois clados principais bem suportados: um constituído por espécimes de localidades de Minas Gerais, e o segundo de localidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, localizadas ao sul do rio Doce. No entanto, o primeiro é constituído de amostras também ao sul do Rio, e ao norte. Porém consideramos que, devido ao indivíduo ao norte ser proveniente de localidades próximas às nascentes do Rio, é possível que ele não atue como barreira efetiva. Logo, para testar o padrão de interrupção de fluxo gênico desempenhado pelo rio Doce, seria necessário um aumento do número amostral de ambas as margens do Rio. Quanto à estruturação, a análise de rede também mostrou dois clados principais, separado por mutações, e que não compartilharam haplótipos. Isto aponta há uma barreira efetiva para o fluxo genético entre as populações, provavelmente representada pela Serra da Mantiqueira. Para *B. breviceps* foram revelados dois clados bem suportados, e com a estruturação inconsistente com a presença do rio Doce, ao contrário do já apresentado em trabalhos anteriores [17], já que indivíduos ao sul se agruparam com espécimes ao norte. Entretanto, a topologia revelou subdivisões representadas interrupções possivelmente impostas pelo rio Jequitinhonha, e, no segundo clado, pelo rio Paraíba do Sul. Ressalta-se que a Serra da Mantiqueira também seja responsável pela disjunção principal observada entre as linhagens. Ademais, as estimativas de distância genética para *B. breviceps* mostraram altos valores intraespecíficos, que, como mencionado em publicações anteriores, sugere a necessidade de reavaliações taxonômicas. O Teste de Mantel indicou relações positivas entre a distância genética e distância geográfica, ou seja, os padrões observados podem ser resultado de distanciamento entre as populações. Entretanto, esse tipo de resultado pode trazer ruídos, demandando análises mais aprofundadas para esclarecer esses padrões. **CONCLUSÕES:**

Observa-se que é possível que a Serra da Mantiqueira represente uma ruptura para a distribuição espacial desses roedores ao longo da Mata Atlântica. Para complemento desses resultados, avaliações complementares para cadeias de montanhas e outras barreiras, utilizando *Barrier*, *Structure* e isolamento por resistência estão sendo realizadas, bem como o esforço em aumentar o número amostral para análises com maior suporte estatístico.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos à Professora Dra. Cibele Rodrigues Bonvicino e ao Professor Dr. Jânio Moreira, pelas inquestionáveis colaborações em nossas pesquisas, e, também à Fundação Vida e Meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA: [1] D'ELÍA, G. Phylogenetics of Sigmodontinae (Rodentia, Muroidea, Cricetidae), with special reference to the akodont group, and with additional comments on historical biogeography. *Cladistics*, v. 19, p, 307-323, 2003.

- [2] MUSSER, G.G.; CARLETON, M.D. Family Cricetidae. In: Wilson, D.E. & Reeder, D.H. (Eds.), *Mammal Species of the World: a taxonomic and geographic reference, Third Edition*. **Smithsonian Institution Press**, Washington, pp. 894–1531, 2005.
- [3] PINE, R.H.; TIMM, R.M. & WEKSLER, M. A newly recognized clade of trans-Andean Oryzomyini (Rodentia: Cricetidae), with description of a new genus. **Journal of Mammalogy**, v. 93, p. 851–870, 2012.
- [4] HUCHON, D.; CATZEFLIS, F.M.; DOUZERY, E.J. Molecular evolution of the nuclear von Willebrand factor gene in mammals and the phylogeny of rodents. **Molecular biology and evolution**, v. 16, p. 577–589, 1999.
- [5] MAYR, E. Systematics and the origin of species, from the view point of a zoologist. **Columbia University Press**, New York, 1942.
- [6] EMSLEY, M. Speciation in *Heliconius* (Lepidoptera, Nymphalidae): morphology and geographic distribution. *Zoologica*, v. 50, p. 191-254, 1965.
- [7] RAISANEN, M.E.; SALO, J.S.; KALLIOLA, R.J. Fluvial perturbation in the Western Amazon Basin: Regulation by longterm Sub-Andean tectonics. **Science**, v. 238, p. 1398-1401, 1987.
- [8] HAFFER, J. Speciation in Amazonian forest birds. **Science**, n. 165, p. 131-37, 1969.
- [9] VANZOLINI, P.E.; WILLIAMS, E.E. South American anoles: Geographic differentiation and evolution of the *Anolis chrysolepis* species group (Sauria, Iguanidae). **Arquivos de Zoologia**, v. 19, p. 1-298, 1970.
- [10] WALLACE, A.R. On the monkeys of the Amazon. **Proceedings Zoological Society London**, v. 20, p. 107-110, 1852.
- [11] SICK, H. Rios e enchentes na Amazônia como obstáculo para a avifauna. **Atas do simpósio sobre a Biota Amazônica**, v. 5, p. 495-520, 1967.
- [12] COSTA, L. P. The historical bridge between the Amazon and the Atlantic Forest of Brazil: a study of molecular phylogeography with small mammals. **Journal of Biogeography**, v. 30, p. 71-86, 2003.
- [13] FARIA, M.B.; NASCIMENTO, F.F.; OLIVEIRA, J.A.; BONVICINO, C.R. Biogeographic determinants of genetic diversification in the mouse opossum *Gracilinanus agilis* (Didelphimorphia: Didelphidae). **Journal of Heredity**, v. 104, p. 613-626.
- [14] FARIA, M.B.; SIQUEIRA, M.L.G.; BONVICINO, C.R. New record of the rare Atlantic Forest rodent *Phyllomys lundii* (Mammalia: Rodentia). **Zoologia**, v. 33, n. 4, e20150208, 2016
- [15] FARIA, M.B.; FERRAZ, D.S.; RIBEIRO, M.C.S.; KAIZER, M.C.; MELO, F.R. Pequenos mamíferos não-voadores (Didelphimorphia, Rodentia) em fragmentos da Mata Atlântica de Minas Gerais. **Boletim da Sociedade Brasileira de Mastozoologia**, v. 82, p. 89-96, 2018.
- [16] SAMBROOK, J. RUSSEL, D.W. Molecular Cloning. **Cold Spring Harbor Laboratory Press**, New York, p. 2344. [17] VENTURA, K.; SATO-KUWABARA, Y.; FAGUNDES, V.; GEISE, L.; LEITE, Y.L.R.; COSTA, L.P.; SILVA, M.J.J.; YONENAGA-YASSUDA, Y.; RODRIGUES, M.T. Phylogeographic structure and karyotypic diversity of the Brazilian Shrew Mouse (**Blarinomys breviceps**, Sigmodontinae) in the Atlantic Forest. **Cytogenetic and Genome Research**, v. 138, p. 19-30, 2012.
- Área do Conhecimento (CNPq): 2.02.00.00-5 – Genética
2.04.00.00-4 – Zoologia

EPG 025

SERTÕES DO MACACU CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO – SÉC. XVIII
PEQUENA HISTORIOGRAFIA COMENTADA

Vinicius Maia **CARDOSO**⁵⁶
Randolpho Radsack **CORRÊA**⁵⁷

RESUMO

Os Sertões do Macacu se constituíram, na segunda metade do século XVIII, como região aurífera tardia na capitania do Rio de Janeiro. Os Sertões do Macacu se constituíram, na segunda metade do século XVIII, como área de exploração aurífera tardia, território limitado a Sul pelo rio Macacu, a Norte pelo rio Paraíba do Sul, fronteira com Minas Gerais; a Oeste pela freguesia de Inhomirim (Magé); a Leste Campos dos Goytacazes e Macaé. A pesquisa “Pouco conhecido, montuoso e emboscado: Poder e Economia nos Sertões do Macacu - 1750 a 1800” busca analisar redes de relacionamentos voltadas à economia e relações de poder nesses sertões. O recorte temporal se circunscreve ao período pombalino e pós-pombalino, entre os governos dos vice-reis conde de Atouguia, de 1749 a 1754 e José Luís de Castro (conde de Resende), entre 1790 e 1801, em função das fontes acerca dos Sertões e suas áreas limítrofes. A literatura produzida sobre esses Sertões, para o século XVIII, em boa parte se voltou primordialmente para análises e narrativas centradas na exploração aurífera no setecentos e as ações do Estado para a repressão de contrabando. Na maioria dos casos, a figura do bandoleiro Manoel Henriques, o chamado “Mão de Luva”, tem sido seu fulcro. O artigo busca trazer um estudo a respeito da historiografia relacionada a esses Sertões.

PALAVRAS-CHAVE: Macacu. Sertões. Rio de Janeiro. Historiografia. Século XVIII.

A literatura sobre esses Sertões para o século XVIII, em boa parte é voltada para análises e narrativas centradas na exploração aurífera no setecentos e as ações do Estado para a repressão de contrabando. Na maioria dos casos, a figura de Manoel Henriques, o “Mão de Luva”, tem sido seu fulcro. Essa personagem, construída numa caracterização pendular entre bandido e herói, centro para uns, de uma “saga”, para outros “epopeia”, foi tornado como que um “*deus ex machina*” na história dos Sertões do Macacu, que “culmina” no surgimento de Cantagalo (RJ). Essa tradição, de Manuel Henriques e seu bando no centro da história dos Sertões do Macacu gerou várias versões sobre essa “personagem estereotipada pela tradição oral e escrita”. (carvalho, 2013). A ele se atribuíram perfis de bandeirante, bandido, desbravador, amigo ou inimigo das autoridades, bom cristão nessa ou aquela versão. Trajetória que se encerra em sua prisão traído pelo canto do galo numa versão ou alvo de astuta manobra das autoridades em outra.

Os trabalhos adiante apresentados, interessa frisar, não tiveram foco nas fontes que centram meu projeto de pesquisa e, se em algum momento foram citadas, o foram sempre superficialmente.

Em matéria do ano de 24 de setembro 1943, no jornal “Correio da Manhã,” essa tradição que direciona a história dos Sertões do Macacu para a fundação de Cantagalo já aparecia na imprensa.

Cantagalo foi fundada pelos exploradores de minas de ouro, tendo sido o Município desmembrado da histórica freguesia de Casseribú, posteriormente cidade de Macacu e ultimamente de Japuiba. A sua primeira denominação foi Minas Novas do Sertão de Macacu e passando a freguesia com a denominação de São Pedro de Cantagalo. Foi um grande núcleo de importantes fazendeiros e capitalistas (...)⁵⁸

⁵⁶ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói (RJ) E-mail: maia-vinicius@hotmail.com

⁵⁷ Doutorando em História - Linha de Pesquisa "Sociedades, Movimentos Populacionais e de Culturas" pela Universidade Salgado de Oliveira - Campus Niterói. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola. Coordenados do Curso de História - UEMG - Unidade Carangola. E-Mail: randolpho.correa@uemg.br.

⁵⁸ Jornal Correio da Manhã, edição nº 14.998, Ano XLIII, 24 de setembro de 1943, p.4. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&PagFis=43912&Pesq=Cantagalo. Acesso em 30 de abril de 2017.

Em 1957, José Antônio Soares de Souza publicou no 5º Caderno do Jornal do Brasil, texto com o título “Cantagalo”⁵⁹ tratando dos Sertões do Macacu. O autor retomaria o tema em 1980, em artigo na seção “Originais” da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB: “As minas do sertão de Macacu.” O texto aborda o controle da exploração aurífera e discute o sentido da ocupação da área com base na demolição das propriedades estabelecidas às portas dos Sertões, logo após a “capela da Conceição”, acesso na subida da serra dos Órgãos, em Cachoeiras de Macacu (RJ). (SOUZA, 1980) Souza se centra em Mão de Luva e seu bando, as providências para prisão dos contrabandistas, listas de presos e outras informações utilizando extensa documentação e chega à fundação de Cantagalo como fechamento.⁶⁰

No jornal “Luta Democrática”, em edição de 12 de março de 1967, em texto sobre Cantagalo e Cordeiro, na parte referente àquele município, aparece novamente a saga do Mão de Luva, agora bandido, fundador do povoamento que originaria Cantagalo e delator: “Em face de uma denúncia bateu-se o matagal, em certa madrugada de 1786 e ouviram cantar o galo. No lugar encontraram Mão de Luva, que denunciou seus companheiros. Este fato fez nascer o novo nome que substituiu o de Sertão de Macacu, ficando a região conhecida como Cantagalo”.⁶¹ O texto delimita a utilização do braço escravo somente após a conquista, já que “com o tempo novas manifestações econômicas foram surgindo com a plantação de cana, café, milho e feijão, agora tendo como fonte auxiliar o braço negro do escravo trazido para as fazendas”.⁶² No “Diário de Notícias”, edição de 05/05/1968, J. Montenegro, no texto “Os milagres da água subterrânea. Cantagalo. História. Euclidelândia. Água pura. O homem é nosso”, apresenta similar versão do surgimento de Cantagalo, com diferente desfecho. Após batidas na mata, os agentes da lei teriam resolvido retornar ao Rio de Janeiro, “quando escutaram ao longe o canto de um galo. Rumaram para lá, e encontraram, dormindo, um dos componentes do bando. Preso, sob a promessa de recompensa e perdão, o clandestino garimpeiro indicou o lugar em que estava o chefe”.⁶³ Todos foram degredados para a África e “desde então, o Sertão de Macacu passou a ser Cantagalo”.⁶⁴

A fundação de Cantagalo aparece com Acácio Ferreira Dias, em “Terra de Cantagalo. Subsídio para a História do Município de Cantagalo”(DIAS, 1981, 15). Dias reforça a versão lendária sobre Mão de Luva. Num subtítulo temos: “Como surgiu o fidalgo Manuel Henriques (Duque de Santo Tirso) na caminhada tumultuosa do aventureiro “Mão de Luva”(DIAS, 1981,14). No texto exalta-se Mão de Luva: “O romântico aventureiro Mão de Luva, expatriado de sua terra natal, um hilota, transformado pela contingência da situação criada por um amor impossível, num bandeirante, audaz faiscador, um novo Pais Leme...”(DIAS, 1981,14). Numa verve municipalista, se caracteriza de Mão de Luva como “plantador de cidade através dos sertões, levado do Tripui, pequeno riacho das cabeceiras de Vila Rica, aos Sertões das Novas Minas de Macacu, para fundar o acampamento das “Lavrinhas” e posteriormente o arraial de Cantagalo, mais tarde elevada à categoria de cidade...”(DIAS, 1981,14)

Em 1991 vem a público “O Tesouro de Cantagalo. A odisseia de Mão de Luva nos Sertões do Macacu”(CARVALHO, 1991). No prefácio, Maurício Antunes Raposo apresenta que a análise do autor buscou “trazer mais próximo da história real o dito fidalgo Manoel Henriques, o famoso “Mão de Luva”, um desbravador português de carne e osso, que chegou nessas terras em busca de assentar um núcleo comunal, produzindo alimentos, mantendo relações amistosas com os índios da localidade e por fim, constituindo família com sólida formação católica”. (CARVALHO, 2013). Carvalho também publicou em 2015, “A Odisseia de Mão de Luva na

⁵⁹ **Jornal do Brasil, Edição 233, Ano LXVII, 5º Caderno, 06 de outubro de 1957, p. 1 e 4. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&pasta=ano%20195&pesq=Cantagalo. Acesso em 30 de abril de 2017**

⁶⁰ **O trabalho é importante pela sua indicação de várias fontes. Estas do Arquivo Nacional, não se utilizando das que seleccionei para o projeto, existentes na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.**

⁶¹ **Jornal Luta Democrática, nº 4.014, de 12/03/1967, Caderno Dominical, p. 6. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20196&pesq=Cantagalo%20e%20Cordeiro>. Acesso em 26 de outubro de 2017**

⁶² **Jornal Luta Democrática, nº 4.014, de 12/03/1967, Caderno Dominical, p. 6. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20196&pesq=Cantagalo%20e%20Cordeiro>. Acesso em 26 de outubro de 2017**

⁶³ **Jornal Diário de Notícias, edição nº 13.942, de 5 de maio de 1968, p. 14. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=montenegro > Acesso em 16 de outubro de 2017.**

⁶⁴ **Jornal Diário de Notícias, edição nº 13.942, de 5 de maio de 1968, p. 14. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=montenegro > Acesso em 16 de outubro de 2017.**

Região Serrana Fluminense” (CARVALHO, 2015, 4-5), e reforça a crítica a Acácio Ferreira Dias, buscando desconstruir Mão de Luva como bandoleiro, para tratá-lo quase como revolucionário pela Independência, em analogia a Tiradentes.

Clélio Erthal, em “Cantagalo. Da miragem do ouro ao esplendor do café.” (ERTHAL, 2008), título quase homônimo a subtítulo em “O Homem e a Serra” (LAMEGO, 1963, 216), fez uso de muitas fontes e desenvolveu o trabalho com foco na exploração aurífera, controle dos sertões, o onipresente Mão de Luva e o município de Cantagalo. No Prefácio da edição de 2008⁶⁵, descreveu os motivos para seu trabalho: “...primeiro, descobrir algo sobre a misteriosa figura de Manoel Henriques, vulgo “Mão de Luva” (por muitos tido como um nobre português – Duque de Santo Tirso – e fundador de Cantagalo)”. E o segundo, “conhecer melhor a epopeia relativa à ocupação e desenvolvimento dos antigos “Sertões do Macacu”, abandonados pelos colonizadores lusos durante os três primeiros séculos da História do Brasil, a despeito da proximidade do Rio de Janeiro” (ERTHAL, 2008,7). Ainda no prefácio, Erthal tece considerações sobre resultados que alcançara no primeiro trabalho: “ousou reeditá-lo, devidamente revisto e expurgado de alguns pecados ortográficos da primeira edição, afinal organizada de afogadilho”(ERTHAL, 2008,7). Circunscreve a história dos sertões à própria história de Cantagalo: “Lá é que teve início todo o processo evolutivo, servindo a tradicional cidade, a um só tempo, de foco irradiador de cultura e semente dos vários municípios que hoje a integram”(ERTHAL,2008,7). Nas duas edições reviu a obra de Acácio Ferreira Dias, frisando que “contribuiu para destruir desapiedadamente a querida lenda do Duque de Santo Tirso”.(ERTHAL.2008.7).

Breve abordagem sobre os Sertões se vê em “Os Sertões do Leste. Estudo de uma Região: A Mata Mineira” (MERCADANTE, 1873, 42), que aborda a vinda de Mão de Luva de Minas para os sertões da capitania do Rio (1780). Ao contrário de Sebastião Carvalho, sugere participação de Tiradentes na prisão do Luva quando da ordem para controle dos sertões.

Em “Mão de Luva: História e Lenda” (MAYER, 2016), o autor escreveu que a aventura do bandoleiro “conduz a imaginação para uma organização social menos discriminatória do que aquela que dominou a maior parte do passado histórico da região. Tem a ver com a iniciativa de grupos sociais fora da alçada do poder metropolitano” (MAYER,2016,2). Em tom mais crítico, comentou: “acompanhar a trajetória de um chefe e de seu bando; a formação de um povoado numa área dominada pela exigente metrópole em relação ao tributo do quinto do ouro faz-nos percorrer selvas povoadas por indígenas.”

Há contudo, trabalhos que tratam os Sertões com outra abordagem. Apesar de Mão de Luva estar presente, se contextualizaram aspectos diferentes dos até agora observados, não se fixando em somente “explicar” o surgimento de Cantagalo, a questão aurífera em si, as ações contra Mão de Luva ou sua biografia.

Já em “Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII” (NONATA, 2007), se fez análise do banditismo nas Minas Gerais do setecentos, “alguns indivíduos isolados e, também, de alguns grupos marginais, considerando suas relações com o poder local e os modos de sobrevivência a partir de uma economia marginal, como o contrabando”.(SILVA,2007,13) Trabalha conceitos de banditismo, sertão mestiço, violência, poder, mandonismo, entre outros, analisando homens e grupos de bandidos. Mão de Luva e seu bando compõem sua análise, mas não aborda a historiografia até agora comentada.⁶⁶ Também com foco no banditismo, e Mão de Luva, a “A Geografia do Crime” (ANASTASIA, 2005, 96-108), analisou a “violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII, a partir da análise dos motins ocorridos nesse período.” Baseou-se em fontes do Arquivo Público Mineiro, não utilizando as fontes relacionadas ao presente projeto. Um outro trabalho também aborda o banditismo: “Mão de Luva” e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755 - 1786)” (OLIVEIRA, 2008), analisando ações dos bandos armados na serra da Mantiqueira e Macacu: “Nos sertões das Cachoeiras de Macacu – sertões do leste – atuou o bando de contrabandistas comandado pelo lendário Mão de Luva”. Discute descaminhos do ouro, contenção do contrabando, disputa dos governadores de Minas e Rio pelo feito de eliminar os contrabandistas e outros objetos. Apresenta casos referentes a Minas Gerais e usa fontes que selecionei para meu projeto, mas sem maior aprofundamento.

A dissertação “Santa Clara do Macuco e a metamorfose do trabalho (1850-1888)” (PEIXOTO, 2013), cita Mão de Luva e a exploração aurífera como elemento contextual em seu trabalho sobre uma fazenda

⁶⁵ Há uma primeira edição, de 1992. Para o projeto trabalhei com a segunda, editada em 2008.

⁶⁶ As fontes sobre os Sertões do Macacu, acervo da Biblioteca Nacional e que constituem o corpus documental principal de meu projeto não tiveram menção.

em Cantagalo (RJ). Contempla o “surgimento da Fazenda Santa Clara do Macuco e as relações de trabalho nela estabelecidas, durante período escravista de 1850 a 1888”, com foco na transição entre o trabalho cativo e livre. Mão de Luva foi abordado num equilíbrio coerente entre o lendário e o que observou nas fontes.⁶⁷

Já “Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888)” (MELNIXENCO, 2014), trata da “introdução de maquinismos nas fazendas de café da região oriental do Vale do Paraíba e suas conjunturas durante a segunda metade do século XIX”, tendo como estudo de caso as propriedades dos Clemente Pinto, família do barão de Nova Friburgo, em Cantagalo (RJ). No capítulo “Cantagalo: o eldorado do café (1786-1857)”, abordou a ocupação dos Sertões, seu “isolamento e a tardia ocupação da área iniciada somente na década de 1780 por contrabandistas de ouro”, até “o princípio do cultivo do café em Cantagalo...” no século XIX. (MELNIXENCO, 2014, 19)

Na tese “Ouro, posseiros e fazendas de café”(GOMES, 2004), sobre os Sertões do Macacu, Mauro Leão Gomes abordou a questão aurífera mas tratando da ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Cantagalo na Província do Rio de Janeiro. Seu objetivo, “retratar parte da história da ocupação da região de Cantagalo, no século XIX, na província do Rio de Janeiro, a partir do enfoque da história ambiental (...) de modo a incluir variantes ambientais na análise das diferentes ondas de ocupação desta região”. Focado na questão ambiental, atravessou a ocupação dos Sertões e o cultivo do café, dominante na região no século XIX.⁶⁸ A dissertação “A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX” (MARRETTO, 2014), não foca o texto em Mão de Luva e trabalha a relevância da escravidão negra na formação da vila entre 1820 e 1850. O autor, Rodrigo Marreto usa Mão de Luva como porta de entrada na sua discussão, mas só vai até aí.

TABELA 1: HISTORIOGRAFIA DOS SERTÕES DO MACACU

ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR
1957	Artigo : “Cantagalo”Jornal do Brasil, Edição 233, 5º Caderno, 06 de outubro de 1957, p. 1 e 4.	José Antonio Soares de Souza
1980	Artigo :“As minas do sertão de Macacu” Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, nº 326, janeiro a março. Brasília: Rio de Janeiro.	José Antonio Soares de Souza
1981	Livro : “Terra de Cantagalo. Subsídio para a história do município de Cantagalo”. Vol. II. 2ª ed. Niterói.	Acácio Ferreira Dias
1991	Livro : “O Tesouro de Cantagalo. A Odisseia de Mão de Luva nos Sertões de Macacu”. Niterói: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC	Sebastião Antônio Bastos de Carvalho
1992	Livro : Cantagalo. Da miragem do ouro ao esplendor do café. 1ª edição. Niterói: Nitpress	Clélio Erthal
2008	Livro : Cantagalo. Da miragem do ouro ao esplendor do café. 2ª edição. Niterói: Nitpress	Clélio Erthal
2013	Livro : “O Tesouro de Cantagalo. A Odisseia de Mão de Luva na Região Serrana Fluminense”. Nova Friburgo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC	Sebastião Antônio Bastos de Carvalho

⁶⁷ Peixoto não utilizou as fontes sobre os Sertões de Macacu que elegi como centrais para meu projeto (Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional), e explica: “o interesse pelo tema surgiu a partir do contato com fontes primárias produzidas ao longo de 150 anos, sob a administração da família Erven, cujo acervo documental, hoje, se encontra sob a guarda do Laboratório e Acervo de Documentação Histórica (LADOCH) da Universidade Salgado de Oliveira”. (PEIXOTO, Érika Mendonça. Santa Clara do Macuco e a metamorfose do trabalho (1850-1888). Dissertação de mestrado. Niterói: UNIVERSO, 2013, p.12.

⁶⁸ Sobre este assunto ver LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. Biblioteca Geográfica Brasileira. IBGE. Nº 8. Edição da Divisão Cultural, 1963. O livro aborda os municípios serranos de Cantagalo, Paraíba do Sul, Nova Friburgo, Sapucaia, Carmo, Sumidouro, Duas Barras, Cordeiro, Bom Jardim, S. Maria Madalena, Trajano de Moraes, S. Sebastião do Alto, São Fidélis, Cambuci, Itaocara, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Natividade e Porciúncula, muitos nos Sertões do Macacu, e outros da região Sul fluminense: Resende, São João Marcos e Barra Mansa.

2015	Livro: A Odisseia de Mão de Luva na Região Serrana Fluminense. Nova Friburgo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC.	Sebastião Antônio Bastos de Carvalho
------	---	--------------------------------------

Buscamos, portanto, demonstrar que é corrente nessa historiografia, salvo exceções, o uso de fontes no que se refere mais a Mão de Luva e a exploração aurífera em si. A partir daqui, face a proposta da pesquisa, apresento referenciais teóricos que serão o fio condutor no projeto.

A região dos Sertões, enquanto conquista, integrava o império colonial luso, monarquia pluricontinental formada por um reino e conquistas disseminadas pela América, África e Ásia. Nas terras lusas, o rei, como na monarquia espanhola, era cabeça do corpo social e não se confundia com ele. Sociedade polissinodal e corporativa, ordenada pela disciplina católica, onde havia uma concorrência e negociação entre seus poderes, tanto no âmbito da administração da Coroa, quanto no poder senhorial e municipal. Nas conquistas, [portanto nos Sertões], há um também forte poder local e da administração régia através do governo-geral e, depois, do vice-reino. (FRAGOSO, 2012, 8-16) As relações no interior dessa sociedade de tipo Antigo Regime católico eram alicerçadas através de uma “hierarquia social costumeira construída pela interação dos agentes sociais coevos, que partiam para a ação portando seus valores, porém modificados por suas experiências cotidianas”. (FRAGOSO, GUEDES, KRAUSE, 2011, 48)

Entendemos ser relevante estudar essa – e outras - regiões de sertões, carentes de análises a respeito da sua conquista e ocupação em período anterior ao domínio da rubiácea nessa região, ou seja, o setecentos. (LAMEGO, 1963). Posterior a este período, no século XIX, a região irá se apresentar com dinâmica e dominante produção cafeeira, temática tão cara a outra vertente de sua historiografia. O enfrentamento desta questão reivindica o pioneirismo da proposta junto à historiografia fluminense no que tange a estudos em caráter regional, na abrangência dos territórios que outrora compuseram a área desses Sertões.

Há contribuições para a historiografia regional fluminense que entendemos poder estabelecer, colaborando para uma inaugural abordagem face às possibilidades que as fontes podem trazer, que possibilitam a aproximação ao cotidiano da conquista de um espaço de sertões, descortinando complexas redes de relacionamento. Não se percebeu, até o presente, estudos voltados para uma abordagem a respeito dos Sertões do Macacu a partir do conjunto de fontes selecionado para o esforço de pesquisa proposto. Esta busca por novas abordagens pretende se contrapor a uma realidade hoje dominante no conjunto de trabalhos voltados para temáticas no âmbito regional fluminense, ou seja, a presença de uma série de trabalhos impregnados de visões de certos “vícios”, como abordagens ufanistas e a influência direta de um memorialismo muito alicerçado pelo Positivismo e Historicismo.

A investigação dessa lacuna na historiografia da região serrana, tendo como objetivo central estudos a respeito das relações entre os diferentes estratos sociais presentes no interior dos Sertões do Macacu, tem, segundo o que até aqui se apresentou, caráter de pesquisa inaugural. Não inaugural em seu objeto de análise, ou seja, do intrincado das redes de relacionamento, mas sim, no conjunto das fontes que tornam essa análise possível para a região objeto da pesquisa. Não aparecem nos trabalhos anteriormente comentados, redes de relacionamentos no interior desses mesmos Sertões para o setecentos. Há, contudo, fontes que permitem romper esse silêncio existente na historiografia acerca dos Sertões do Macacu nesse aspecto em particular. O projeto de pesquisa apresentado irá buscar essas redes de relações de poder, econômicas e dinâmicas de mestiçagens presentes nos Sertões, situados na fronteira do Vale do Macacu. Paralelamente, o projeto pretende descortinar relações de organização da economia e sociedade para os Sertões do Macacu no século XVIII, haja vista que, carente de análises frente a esse objeto, nos deparamos com um “salto” para o século XIX, já com a presença dominante da monocultura cafeeira por toda essa região. Essa é a contribuição que se busca apresentar à historiografia fluminense.

A fonte principal da pesquisa é a documentação “Correspondência e documentos relativos às Novas Minas de Macacu do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro, 1786-1790”, existentes na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, sob o Catálogo 09, 3, 017-021. Trata-se de uma complexa e não estudada coleção de registros oficiais, organizada em cinco volumes (catalogados como de 017 a 021), que guarda informações sobre aspectos do cotidiano da ocupação dos Sertões do Macacu dentro do recorte temporal apresentado no catálogo. Foi toda escrita com mesma letra, inferindo-se que se trata de uma compilação mandada organizar, agregando 693 documentos de vários tipos, que alcança o total de 1.338 páginas. Tomados os volumes em separado, temos a seguinte divisão nessa coleção: no volume

017, 211 documentos; no 018, 286; no 019, 133; no 020, 50 e no volume 021, os últimos 13 documentos da compilação.

Trata-se de correspondências (cartas) que enfocam os mais variados assuntos trocados entre vários agentes sociais como o vice-rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa, os Superintendentes das Minas, o capitão-mor e a Câmara Municipal da Vila de Macacu (Santo Antônio de Sá), os oficiais comandantes dos Pousos, Ranchos, Registros e Guardas espalhados pelos Sertões, militares de baixa patente, comerciantes, tropeiros e oficiais de ofício, clérigos, médicos, cirurgiões etc. Também se apresentam na fonte relações de variados gêneros disponibilizados pela Fazenda Real (alimentos, equipamentos, remédios para boticas etc), relações de compra de animais (muas, bovinos e cavalos), listas de escravos e indígenas trazidos da Fazenda de Santa Cruz ou do aldeamento de São Barnabé, quadros explicativos da composição das tropas presentes nos Sertões, planos de construção de pontes, relatos de incursões, descrições do ambiente, levantamentos detalhados da arrecadação de impostos pela passagem de tropas pelas guardas, descrições dos pousos e registros e uma série de outras informações. Essa documentação foi complementada por outros conjuntos de fontes coevas ao recorte temporal da pesquisa, referentes aos objetivos do projeto.

São estas:

- a) "Relações Parciais apresentadas ao Marques de Lavradio", de 8 de outubro de 1778, disponíveis na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (Tomo 76, Parte 1, 1913, Rio de Janeiro, 1980);
- b) "Descrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro], de 07 de abril de 1797", existentes no Arquivo Histórico Ultramarino para o Rio de Janeiro (Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071)", além de outras existentes no mesmo Arquivo;
- c) "Visitas Pastorais", de Monsenhor Pizarro e Araújo, de 1794 e 1795, existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e disponíveis através de cópias datilografadas dos originais manuscritos, com destaque para as freguesias componentes do município e Vila de Santo Antônio de Sá (Santo Antônio de Sá, Santíssima Trindade, N. S. da Ajuda de Guapimirim, Nossa Sr^a. da Piedade de Magé; Nossa Sr^a do Desterro de Itambi, São João de Itaboraí e Nossa Sr^a da Conceição do Rio Bonito)";
- d) "Livro das Pastorais e Capítulos de Visita da Freguesia da Santíssima Trindade, de 1737 a 1804", existentes na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, sob o Catálogo 14,3,7" e
- e) Cartas de sesmarias, coletadas no Arquivo Nacional.

Enfim, entende-se ser possível demonstrar que, diferentemente da historiografia comentada neste trabalho, houve uma interação nos Sertões do Macacu entre distintos agentes econômicos de várias regiões da capitania do Rio de Janeiro, da colônia e os igualmente presentes no vale do rio Macacu,⁶⁹ em função do abastecimento dos Sertões, não só de alimentos, mas de uma série de gêneros de comércio necessários à conquista e estabelecimento das populações. A necessidade da disponibilização de terras por parte do Estado e suas agências e um intenso trânsito cotidiano de colonos, oficiais de ofícios, militares, indígenas, negros, autoridades etc acarretou, não unicamente em função da mineração, a ocupação destes Sertões. Já as relações de perfil econômico nos Sertões do Macacu, associadas à busca por terras para produção agrícola, estabeleceram-se em conjunto com a mineração, mas com uma significativa organização da economia nesses Sertões voltada para uma agricultura de abastecimento e autoconsumo.

BIBLIOGRAFIA

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime. Violência nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2005, 96-108.

⁶⁹ Em trabalho desenvolvido por Vinicius Maia Cardoso, se demonstrou, para o século XVIII, a presença no vale do Macacu, uma organização econômica voltada para produção de gêneros para abastecimento. Farinha de mandioca, arroz, milho e feijão foram os principais, produzidos em pequenas e médias propriedades escravistas, com predominância de um a cinco cativos por produtor e a presença de poucas unidades voltadas para plantation açucareira, a qual se abastecia nesse mercado interno "macacuano." Cf. CARDOSO, Vinicius Maia. Fazenda do Colégio: Família, Fortuna e Escravidão no Vale do Macacu – Séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.

- CARVALHO, Sebastião Antônio Bastos de. *A Odisseia de Mão de Luva na Região Serrana Fluminense*. [1991] 2ª ed.. Nova Friburgo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC, 2013.
- DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo. Subsídio para a História do Município de Cantagalo*. Artes Gráficas Cantagalo Niterói, 1979.
- _____, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo. Subsídio para a história do município de Cantagalo. Vol. II. 2ª ed. Niterói, 1981*
- CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: Família, Fortuna e Escravidismo no Vale do Macacu – Séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.
- ERTHAL, Clélio. *Cantagalo. Da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Erthal, 1992.
- _____, Clélio. *Cantagalo. Da miragem do ouro ao esplendor do café*. 2ª ed. Niterói: Nitpress, 2008.
- FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto e JRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna. Monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- _____, FRAGOSO, João e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- GOMES, Mauro Leão. *Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Canta Gallo na Província do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento. Resumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- Jornal Correio da Manhã*, edição nº 14.998, Ano XLIII, 24 de setembro de 1943, p.4.
- Jornal Diário de Notícias*, edição nº 13.942, de 5 de maio de 1968, p. 14.
- Jornal Diário de Notícias*, edição nº 13.942, de 5 de maio de 1968, p. 14.
- Jornal do Brasil*, Edição 233, Ano LXVII, 5º Caderno, 06 de outubro de 1957, p. 1 e 4.
- Jornal Luta Democrática*, nº 4.014, de 12/03/1967, Caderno Dominical, p. 6.
- Jornal Luta Democrática*, nº 4.014, de 12/03/1967, Caderno Dominical, p. 6.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Biblioteca Geográfica Brasileira. IBGE. Nº 8. Divisão Cultural, 1963.
- MARRETTO, Rodrigo Marins. *A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- MAYER, Jorge Miguel. *Mão de Luva: História e Lenda*. Revista Tessituras. 6ª ed. Nova Friburgo, 2015-2016, p. 2.
- MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888)*. Dissertação de Mestrado. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2014.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma Região: A Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p.42.
- OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *“Mão de Luva” e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755 - 1786)*. Resumo. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008.
- PEIXOTO, Érika Mendonça. *Santa Clara do Macuco e a metamorfose do trabalho (1850-1888)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UNIVERSO, 2013.
- _____, Érika Mendonça. *O sertão virou café*. Revista UNIABEU, v.6, n.13, maio-agosto de 2013, p. 310-326.
- SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.
- SOUZA, José Antônio Soares de. *As minas do sertão de Macacu*. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, nº 326, janeiro a março. Brasília: Rio de Janeiro, 1980.

EPG 026

APLICAÇÃO DE INTEGRAL DUPLA NO CÁLCULO DE MOMENTO DE INÉRCIA
APPLICATION OF DUAL INTEGRAL IN THE CALCULATION OF MOMENT OF INERTIA

Myrian Aparecida Silva Schettino. (myrian.shettino@unifaminas.edu.br);
Ana Theresa Cascelli Braga (cascellifacul@gmail.com);
Antônio Weuller de Oliveira Souza (antonioweuller@gmail.com);
Nayara Dias Machado (nayaradiasmachado2016@gmail.com);
Sara Teixeira da Silva assis (saraassis4@gmail.com);
Victoria Maria Coelho Quirino (mvic3@yahoo.com);

Resumo: O cálculo Diferencial e Integral também chamado de cálculo, é um ramo importante da matemática, desenvolvido a partir da álgebra e da geometria, que se dedica ao estudo de taxas de variação de grandezas (como a inclinação de uma reta) e a acumulação de quantidades (como a área debaixo de uma curva ou o volume de um sólido). O presente trabalho visa calcular o ponto de inércia, utilizando o cálculo de integral dupla.

Palavras-chave: Cálculo; Integral; Dupla.

Abstract: The Differential and Integral calculus, also called calculus, is an important branch of mathematics, developed from algebra and geometry, which is devoted to the study of rates of variation of quantities (such as slope of a line) and the accumulation of quantities (such as the area under a curve or the volume of a solid). The present work aims to calculate the point of inertia, using the double integral calculation.

Keywords: Calculation; Integral; Double.

1 Introdução

O cálculo foi criado como uma ferramenta auxiliar em várias áreas das ciências exatas. Desenvolvido por Isaac Newton (1643-1727) e Gottfried Leibniz (1646-1716), em trabalhos independentes. O Cálculo auxilia em vários conceitos e definições na matemática, química, física clássica, física moderna e economia. O cálculo tem inicialmente três "operações-base", ou seja, possui áreas iniciais como o cálculo de limites, o cálculo de derivadas de funções e a integral de diferenciais.

Com o advento do "Teorema Fundamental do Cálculo" estabeleceu-se uma conexão entre os dois ramos do cálculo: o Cálculo Diferencial e o Cálculo Integral. O cálculo diferencial surgiu do problema da tangente, enquanto o cálculo integral surgiu de um problema aparentemente não relacionado, o problema da área. O professor de Isaac Newton em Cambridge, Isaac Barrow, descobriu que esses dois problemas estão de fato estritamente relacionados, ao perceber que a derivação e a integração são processos inversos. (HALLIDAY, et al; 2009)

O **Cálculo Integral** é o estudo das definições, propriedades, e aplicações de dois conceitos relacionados, as *integrais indefinidas* e as *integrais definidas*. O processo de encontrar o valor de uma integral é chamado *integração*. Dentre as áreas do cálculo, se encontram a integral dupla. (Stewart, 1999).

Integral Dupla ou múltipla é uma integral definida para funções de duas variáveis, que tem um conceito que também pode ser aplicado em integrais com mais variáveis. Estendendo o conceito de integração para as **funções de duas variáveis reais**, a integral dupla basicamente é uma integral dentro da outra, sendo o processo de cálculo bastante usado para se obter o volume de um sólido. Suas aplicações são diversas, tais como, Cálculo de Densidade e Massa, Cálculos de Momentos e Centros de Massa, Cálculo de Probabilidade e Cálculo de Momento de Inércia. (Stewart, 1999).

O trabalho tem como Objetivo usar a integral dupla para calcular o momento de inércia, de dada situação problema.

2 Referencial teórico

O momento de inércia é uma grandeza associada a inércia de rotação. Da mesma forma que um corpo tende a permanecer em seu estado inicial de movimento com velocidade constante, há uma resistência a mudança no movimento rotacional, essa resistência à mudança de velocidade angular é conhecida como momento de inércia (HALLIDAY, et al; 2009).

O momento de inércia (também chamado segundo momento) de uma partícula de massa m em relação a um eixo é definido como mr^2 , onde r é a distância da partícula ao eixo. Estendemos o conceito a uma lâmina com função densidade e que ocupa uma região D pelo mesmo processo que fizemos para os momentos normais. Dividimos D em pequenos retângulos, aproximamos o momento de inércia de cada sub-retângulo em relação ao eixo x e tomamos o limite da soma quando o número de sub-retângulos aumenta indefinidamente. O resultado é o momento de inércia da lâmina em relação ao eixo x : (Stewart, 1999).

$$I_x = \lim_{m, n \rightarrow \infty} \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n (y_{ij}^*)^2 \rho(x_{ij}^*, y_{ij}^*) \Delta A = \iint_D y^2 \rho(x, y) dA$$

Da mesma forma, o momento de inércia em relação ao eixo y é:

$$I_y = \lim_{m, n \rightarrow \infty} \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n (x_{ij}^*)^2 \rho(x_{ij}^*, y_{ij}^*) \Delta A = \iint_D x^2 \rho(x, y) dA$$

É de interesse, ainda, considerar o momento de inércia em relação à origem, também chamado momento polar de inércia:

$$I_0 = \lim_{m, n \rightarrow \infty} \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n [(x_{ij}^*)^2 + (y_{ij}^*)^2] \rho(x_{ij}^*, y_{ij}^*) \Delta A = \iint_D (x^2 + y^2) \rho(x, y) dA$$

3 Desenvolvimento

Exercícios:

D é limitada por $y=1-x^2$ e $y=0$; $\rho(x,y)=ky$. Encontre os momentos de inércia I_x, I_y, I_0 para a lâmina do Exercício.

Exercício resolvido.

$$\text{Dito } x = \iint_D y^2 p(x,y) dA \quad p(x,y) = Ky$$

$$y = 1-x^2 \quad \text{e } y=0$$

$$1-x^2=0$$

$$-x^2=-1$$

$$x^2=1$$

$$x=\pm 1$$

$$\int_{-1}^1 \int_0^{1-x^2} y^2 Ky dy dx$$

$$* \int_0^{1-x^2} y^2 Ky dy =$$

$$\int_0^{1-x^2} y^3 K dy =$$

$$\frac{y^4}{4} K \Big|_0^{1-x^2} =$$

$$\frac{(1-x^2)^4 - 0}{4} =$$

$$(1-2x^2+x^4-2x^2+4x^4-2x^6+x^4-2x^6+x^8) \cdot K =$$

$$\boxed{1-4x^2+6x^4-4x^6+x^8}$$

$$* \int_{-1}^1 K \left(\frac{1}{4} - \frac{4x^2}{4} + \frac{6x^4}{4} - \frac{4x^6}{4} + \frac{x^8}{4} \right) dx =$$

$$K \left(\frac{1}{4} - x^2 + \frac{3x^4}{2} - x^6 + \frac{x^8}{4} \right) dx =$$

$$K \left(\frac{x}{4} - \frac{x^3}{3} + \frac{3x^5}{2 \cdot 5} - \frac{x^7}{7} + \frac{x^9}{9 \cdot 4} \right) \Big|_{-1}^1 =$$

$$K \left(\frac{x}{4} - \frac{x^3}{3} + \frac{3x^5}{10} - \frac{x^7}{7} + \frac{x^9}{36} \right) \Big|_{-1}^1 =$$

$$\left[\left(\frac{1}{4} - \frac{(1)^3}{3} + \frac{3(1)^5}{10} - \frac{(1)^7}{7} + \frac{(1)^9}{36} \right) - \left(\frac{(-1)}{4} - \frac{(-1)^3}{3} + \frac{3 \cdot (-1)^5}{10} - \frac{(-1)^7}{7} + \frac{(-1)^9}{36} \right) \right]$$

$$\left[\left(\frac{1}{4} - \frac{1}{3} + \frac{3}{10} - \frac{1}{7} + \frac{1}{36} \right) - \left(-\frac{1}{4} + \frac{1}{3} - \frac{3}{10} + \frac{1}{7} - \frac{1}{36} \right) \right] =$$

$$K \left[\left(\frac{315 - 420 + 378 - 180 + 35}{1260} \right) - \left(\frac{-315 + 420 - 378 + 180 - 35}{1260} \right) \right]$$

$$K \left[\left(\frac{128}{1260} \right) - \left(\frac{-128}{1260} \right) \right] = K \left[\left(\frac{32}{315} \right) + \left(\frac{32}{315} \right) \right] = \boxed{\frac{64}{315} K}$$

$\delta_{\text{ixo } y} = \iint x^2 \rho(x, y) dA$
 $\int_{-1}^1 \int_0^{1-x^2} x^2 K y dy dx = K \left(\frac{x^3}{6} - \frac{x^5}{5} + \frac{x^7}{14} \right) \Big|_{-1}^1 =$
 $K \left[\left(\frac{1^3}{6} - \frac{1^5}{5} + \frac{1^7}{14} \right) - \left(\frac{(-1)^3}{6} - \frac{(-1)^5}{5} + \frac{(-1)^7}{14} \right) \right]$
 $+ \int_0^{1-x^2} x^2 K y dy =$
 $\frac{x^2 K y^2}{2} \Big|_0^{1-x^2} = K \left[\left(\frac{1}{6} - \frac{1}{5} - \frac{1}{14} \right) - \left(-\frac{1}{6} + \frac{1}{5} - \frac{1}{14} \right) \right] =$
 $\frac{x^2 K (1-x^2)^2}{2} - 0 = K \left[\left(\frac{35 - 42 + 15}{210} \right) - \left(\frac{35 + 42 - 15}{210} \right) \right]$
 $\left(\frac{1 - 2x^2 + x^4}{2} \right) K x^2 = K \left[\left(\frac{8}{210} \right) - \left(\frac{8}{210} \right) \right] = K \left[\frac{16}{210} \right] =$
 $\boxed{K \cdot \frac{8}{105}}$
 $K \left(\frac{x^2 - 2x^4 + x^6}{2} \right)$
 $+ \int_{-1}^1 K \left(\frac{x^2 - 2x^4 + x^6}{2} \right) dx =$
 $\int_{-1}^1 K \left(\frac{x^2}{2} - \frac{2x^4}{2} + \frac{x^6}{2} \right) dx =$
 $K \left(\frac{x^3}{2 \cdot 3} - \frac{2x^5}{2 \cdot 5} + \frac{x^7}{2 \cdot 7} \right) \Big|_{-1}^1 =$
 $K \left(\frac{x^3}{6} - \frac{2x^5}{10} + \frac{x^7}{14} \right) \Big|_{-1}^1 =$

$\text{Ponto } I_0 = K \left(\frac{8}{105} + \frac{64}{315} \right) =$
 $\left(\frac{24 + 64}{315} \right) \cdot K =$
 $\boxed{\frac{88}{315} K}$

4 Conclusão

Através da integral dupla foi possível realizar o cálculo de momento de inércia de um dado exercício levando em consideração sua densidade para encontrar seus valores nos eixos X e Y, posteriormente somamos os valores encontrados em X e Y para encontrar o momento de inércia no ponto zero.

Referências

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, c2009 vol 4;

J. Stewart, *Calculus*, Brooks/Cole Publ. Co., 1999.

EPG -027

VIOLÊNCIA CONJUGAL: UM ESTUDO QUANTITATIVO EM CARANGOLA – MG (2006-2016)

Érika Oliveira Amorim Tannus **CHEIM** (PQ¹ - erikaoamorim@hotmail.com);
Maria Beatriz **NADER** (PQ² - marxis@terra.com.br);

1. Doutoranda em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora no Curso de História Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – 36800-000 – Carangola – MG;
2. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – 29075-910 – Vitória – ES.

PALAVRAS-CHAVE: patriarcado; violência; gênero.

APRESENTAÇÃO: Esta pesquisa investigou a violência contra a mulher na cidade mineira de Carangola, no período entre 2006 e 2016, com o objetivo principal de analisar a violência doméstica/conjugal com abordagem associada ao tipo de sociabilidade local e na maneira como as relações interpessoais reforçam a posição de dominação simbólica masculina, fazendo com que haja silenciamento das agressões. Especificamente, este estudo de caso objetivou: 1) identificar características do patriarcado na cidade de Carangola; 2) investigar as relações de poder existentes nos espaços privados; e 3) estudar os mecanismos de manutenção ou ruptura das relações conjugais. Partiu-se do pressuposto de que existe um alto índice de violência de gênero na cidade, velado e socialmente fechado no espaço doméstico, contudo predomina o silêncio que permeia essas relações violentas entre muitos homens e mulheres.

Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso com abordagem quanti-quali, no qual foram analisadas dez entrevistas realizadas com mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica ou conjugal e estiveram ou não sob medidas protetivas de urgência e, ainda, foram aplicados 376 questionários fechados que buscavam encontrar casos de violência doméstica ou conjugal silenciados pelas mulheres. Neste texto aborda-se os dados quantitativos do estudo, colhidos em um só período (corte transversal).

DESENVOLVIMENTO: A violência de gênero viola os direitos humanos das mulheres, atravessa gerações, níveis socioeconômicos e ignora fronteiras geográficas. Decorrente de um longo processo cultural, que estabelece a supremacia masculina na sociedade, é cometida diariamente, velada e silenciada dentro dos lares e encontra legitimidade no mundo social. A lógica que a reproduz, pautada no patriarcado, engessa a ação das mulheres no sentido de denunciar agressores e se libertarem de um cotidiano de humilhações. Sabe-se que a subnotificação de casos de violência contra a mulher é uma realidade e a inconsistência de dados efetivos sobre a violência de gênero é ainda maior em cidades localizadas no interior do país. Mesmo com a criação de mecanismos de denúncia e da agenda de políticas públicas e programas vinculados à mulher, muitas vivem silenciadas, sob um *continuum* de agressões de diversas formas.

O Mapa da Violência [1] constatou a interiorização da violência contra a mulher no Brasil e divulgou a evolução dos homicídios de mulheres nas capitais e nos municípios brasileiros e identificou que os municípios com as maiores taxas de assassinato de mulheres são os de pequeno porte, muito espalhados ao longo do território nacional. Apesar dessa constatação, ainda são escassos os trabalhos acadêmicos voltados para o estudo da violência contra as mulheres em cidades interioranas. Pouco se sabe a respeito daquelas mulheres que vivem em contextos rurais ou em locais situados no interior do Brasil, e sobre a situação em se encontram. É por essa razão que o recorte geográfico do presente estudo o faz peculiar. A idiosincrasia de estudar a violência no interior do Brasil, numa região na qual os comportamentos são influenciados por rígidas normatizações conservadoras, fez percorrer auspiciosos caminhos em busca de relatos de mulheres que sofreram violências de companheiros, namorados ou maridos.

A análise dos questionários identificou que o percentual de mulheres que sofreram qualquer tipo de agressão é de 69,19%, sendo que 12,06% foram agredidas fisicamente pelo companheiro, ou seja, as entrevistadas discernem atos de violência física ou não. Quando se considera que a agressão partiu do companheiro ou de amigos/familiares a taxa de mulheres agredidas chega a 70,74%. No que se refere ao casamento, constatou-se que é relevante para as mulheres de Carangola independentemente do atual estado civil, ou seja, solteiras, casadas, divorciadas, em união estável e viúvas consideram o casamento importante

(73,4%) e, talvez por isso, o percentual de mulheres divorciadas é de 7,32%. Supõe-se ainda que, pela valorização que dão ao matrimônio, sejam tolerantes com situações de violência conjugal, vivenciadas no dia a dia, já que apenas 8,5% das mulheres fizeram denúncias, sendo que dessas queixas, pouco mais da metade (55,17%) foi devido à agressão física, levando-se a crer que há tolerância quanto a outros tipos de agressões, principalmente aquelas que não deixam vestígios no corpo. A vergonha da família/comunidade é o principal motivo para que as mulheres não efetivem a separação (33,33%). Pode-se afirmar ainda, que a vergonha de reconhecer a situação de violência na qual estão inseridas, também fez com que tentassem mascarar suas respostas nos formulários da pesquisa, pois quando das primeiras perguntas se diziam satisfeitas na relação, graças ao amor e o companheirismo de seus parceiros.

Essas opiniões se mostraram divergentes com o avanço das respostas. Esse dado que aponta a vergonha em se separar, aliado ao número de mulheres que tinham a intenção de romper a relação conjugal, são relevantes para o estudo, já que evidenciam que a proximidade e a presença constante da comunidade influenciam no comportamento de homens e mulheres de Carangola. No que se refere aos homens, o tipo de sociabilidade reforça o caráter da dominação masculina e ações sob a égide da violência. Para as mulheres restam a submissão e o silêncio.

O contexto no qual as mulheres pesquisadas estão inseridas acarreta singularidades que refletem a construção social de culturas masculinas e femininas marcadas por relações de poder assimétricas e, ainda uma imagem idealizada sobre as relações conjugais. A esse cenário soma-se à situação de submissão e dominação, o espectro da vergonha e a dificuldade de tomar decisões por si ou de conceber qualquer pensamento sem a constante referência ao grupo. Elias [2] disserta que a cidade pequena é um daqueles lugares onde "a pessoa não tem oportunidade, nem capacidade de ficar só" e, em tais situações, a composição do indivíduo se adapta ao convívio com os outros a quem o comportamento tem que ser ajustado. Assim, há um crescente domínio comportamental pelos membros das famílias, da vizinhança e da comunidade em todas as esferas da vida. Dado a essa característica, reconhecer a violência sofrida, falar a respeito dela e denunciar agressões representam atos de rupturas com os padrões sociais da localidade. Do mesmo modo, agir com violência para disciplinar ações é dar uma resposta ao papel social masculino, exigido pela comunidade, que direta ou indiretamente, cobra do homem um posicionamento viril a respeito de atos e condutas disciplinares, seja entre homens ou entre homens e mulheres. Entende-se aqui a virilidade sob a análise de Pierre Bourdieu [3] como aptidão ao combate e ao exercício da violência, além da capacidade reprodutiva, sexual e social. Ademais, em comunidades nas quais os laços sociais são mais intensos, como Carangola, o tipo de sociabilidade favorece a vigilância e o controle, sobretudo da mulher, que conforme a hierarquia patriarcal de gênero deve ser adestrada. A vigilância da comunidade pode representar fator de influência para o silenciamento da violência, atitude de passividade incorporada através da educação feminina voltada para a virtude, a honestidade e a discrição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os números apresentados pelo estudo permitem-nos afirmar que há, de fato, silenciamento com relação à violência conjugal e/ou familiar sofrida pelas mulheres de Carangola. Essa afirmação corrobora com a hipótese levantada na ocasião da elaboração do projeto de pesquisa, que afirma que o tipo de sociabilidade local é determinante para o silêncio das denúncias e para tolerância da comunidade com esse tipo de violência. A aplicação dos questionários foi relevante para obtermos dados suficientes para investirmos em pesquisas mais amplas.

BIBLIOGRAFIA: [1] WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil.** ONU Mulheres / Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres / Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Brasília, 2015; [2] ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994; [3] BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017, p. 76.

ÁREA DO CONHECIMENTO CNPq: 7.05.00.00-2 - História

EPG 028

AValiação DO CONSUMO DE ALIMENTOS *IN NATURA*, MINIMAMENTE PROCESSADOS, PROCESSADOS E ULTRAPROCESSADOS EM ADULTOS

NARUNA PEREIRA ROCHA¹ (PQ- narunarocha@hotmail.com)

SHIRLEI DE OLIVEIRA FERREIRA (IC- shirlei_o.ferreira@hotmail.com)²

1. Professora; 2. Aluna do Curso de Nutrição Centro Universitário - UNIFAMINAS - 36.880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar; Doenças Crônicas não transmissíveis; Epidemiologia Nutricional.

INTRODUÇÃO: A população brasileira vem modificando os hábitos alimentares considerados como tradicionais e saudáveis em detrimento do aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados que estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis como hipertensão arterial sistêmica, diabetes tipo II, câncer entre outras [1]. A literatura refere que o consumo dos alimentos processados e ultraprocessados devem ser evitados, uma vez que, no processamento perdem-se os nutrientes e mantêm-se apenas as calorias, portanto, não trazendo benefícios a saúde [2]. Ressalta-se que a análise do consumo alimentar de uma população é de grande importância, visto que, dentre os vários fatores de risco (genética, idade, sexo e hábitos de vida) para o desenvolvimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), a dieta é considerada um fator que pode ser modificável [3]. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi avaliar o consumo alimentar de adultos, segundo o tipo de processamento dos alimentos. **MATERIAL E MÉTODOS:**

Trata-se de um estudo transversal realizado com adultos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Programa de Saúde da Família, da cidade de Mirai-MG em 2018. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAMINAS, sob o número de parecer 88628418.0.0000.5105. Os participantes responderam a um questionário semiestruturado, codificado, contendo dados de idade, sexo, renda e conhecimento sobre o processamento dos alimentos e hábito de leitura dos rótulos alimentares. Os dados de consumo alimentar foram coletados por meio da aplicação de dois recordatórios de 24 horas (R24h), um referente a um dia da semana e um referente ao final de semana a fim de avaliar o consumo habitual dos alimentos consumidos pelos voluntários da pesquisa. Os alimentos avaliados pelo R24h foram mensurados e classificados de acordo com o tipo de processamento dos alimentos em *in natura*, minimamente processados e ultraprocessados, seguindo os critérios definidos pelo Guia Alimentar para a População Brasileira [2]. Os participantes também tiveram os dados antropométricos avaliados como peso (Kg) e estatura (cm), utilizados para o cálculo do índice de massa corporal (IMC-Kg/m²), que foi classificado de acordo com os pontos de corte definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) [4].

Para avaliação do peso do entrevistado, foi utilizada uma balança digital da marca OPTIMUS TS-2005[®], com capacidade máxima de 150kg e graduação de 100g. A estatura foi avaliada com um estadiômetro da marca SANNY[®]. As análises estatísticas foram realizadas no *software Stata*[®] (versão 13.0), sendo realizadas as análises de frequências simples, média, mediana e desvio padrão. A normalidade das variáveis do estudo foi avaliada pelo teste de *Shapiro-Wilk*. O teste de *Mann-Whitney* foi utilizado para avaliar a mediana do consumo de alimentos *in natura*, minimamente processado e ultraprocessados de acordo com a categorização do IMC. Para todas as análises adotou-se significância estatística de $p \leq 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A amostra contou com 50 participantes, sendo a maioria do sexo feminino (64,0%), com média de idade de 33,8 ± 11,33 anos. Sabe-se que as mulheres buscam mais o atendimento de atenção básica a saúde e se cuidam mais [5], o que pode justificar a maior prevalência do sexo feminino neste estudo. Os homens, em geral, padecem mais de condições severas e crônicas de saúde do que as mulheres e também morrem mais do que elas pelas principais causas de morte. Entretanto, apesar de as taxas masculinas assumirem um peso significativo nos perfis de morbimortalidade, observa-se que a presença de homens nos serviços de atenção primária à saúde é menor do que a das mulheres [5].

A média da renda dos participantes foi de R\$ 2.575,00 ± 708,16 reais. Em relação a escolaridade do público avaliado, pode-se perceber que 70,0% dos entrevistados tinham o ensino médio completo e apenas 2,0% relataram ter o ensino superior completo. A maioria dos participantes tinham mais de 30 anos (52,0%). Em relação ao estado nutricional, 34,0% dos entrevistados apresentaram sobrepeso e 4,0% obesidade. A média do IMC dos participantes foi de 24,71 ± 2,61 kg/m², sendo o menor valor de 19,2 kg/m² e o IMC máximo de 31,6 kg/m². O excesso de peso na população brasileira apresentou crescimento entre as décadas de 70 e 90, e isso se deve às mudanças no consumo alimentar, principalmente pelo aumento do fornecimento de energia pela dieta

e pela redução da atividade física [6]. É importante perceber que alguns fatores prejudiciais à saúde podem ser apontados para a ocorrência do excesso de peso tais como, não ter horários fixos para se alimentar e “beliscar” alimentos a toda hora. Comportamentos como estes fazem com que a pessoa perca a noção das quantidades consumidas durante o dia, também se destacam os longos períodos em jejum, pois a fome e o apetite aumentam e o consumo calórico acaba sendo maior [7].

Em relação ao conhecimento do processamento dos alimentos, observou-se que 86,0% dos entrevistados desconheciam e apenas 14,0% dos entrevistados sabiam o que era um alimento *in natura*. Nenhum dos entrevistados relatou conhecimento prévio quanto o conhecimento sobre alimentos minimamente processados, processado e ultraprocessado. Quanto ao hábito de leitura dos rótulos dos alimentos, apenas 6,0% dos participantes relataram possuir esse hábito ao comprar ou consumir um alimento. Uma das formas de se combater essa postura por parte dos consumidores é investir em ações de educação em saúde. Buscando desenvolver a autonomia dos indivíduos, suas habilidades pessoais, estimulando o diálogo entre saberes, fornecendo elementos para a análise crítica e o reconhecimento de fatores determinantes sobre seu estado de saúde, além de decidir sobre as ações mais apropriadas para promover a própria saúde e a de sua comunidade [8].

Ao avaliar a média do consumo dos alimentos segundo o tipo de processamento, observou-se que os indivíduos com excesso de peso, apresentaram menor consumo de alimentos minimamente processados ($p=0,027$), para os demais tipos de processamento não foram encontradas associações ($p>0,05$). Os alimentos minimamente processados são aqueles submetidos a operações de limpeza, lavagem, seleção, descascamento, corte, embalagem e armazenamento, mas que apresentam qualidade semelhante aos produtos frescos [9].

Nos últimos anos, tem sido observado mudanças intensas no comportamento dos consumidores de diversos países, especialmente no tocante ao aumento do consumo de alimentos industrializados e entre esses, os que são conhecidos como processados e ultraprocessados [10].

O desequilíbrio entre o consumo de calorias e o gasto calórico, decorrente da ingestão de dietas ricas em carboidratos refinados e gorduras, além do aumento do sedentarismo na população tem contribuído para a epidemia da obesidade [11].

CONCLUSÃO:

A maioria dos participantes deste estudo era do sexo feminino e desconheciam sobre o tipo de processamento dos alimentos. Prevaleceu os indivíduos eutróficos, no entanto, os participantes com excesso de peso, apresentaram menor consumo de alimentos minimamente processados. Nota-se a necessidade de maior conhecimento por parte dos consumidores quanto ao processamento dos alimentos e suas implicações nutricionais na saúde. É preciso intervir junto aos meios de comunicação e aos órgãos relacionados à nutrição e à saúde pública promovendo o amplo acesso às informações aos consumidores quanto ao consumo de alimentos com o objetivo de educar a população para que aprenda a fazer escolhas mais saudáveis na hora de se alimentar. Neste cenário o nutricionista tem uma importante contribuição como agente promovedor de saúde e reflexão.

AGRADECIMENTOS: Aos pacientes atendidos pelo Programa de Saúde da Família, da cidade de Miraf-MG por aceitarem voluntariamente a participar da pesquisa.

REFERÊNCIAS:

- [1] FREIRE, M.B.B et al. Padrão de consumo alimentar e fatores associados em adultos. **Revista Família**, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, vol. 6, núm. 4, 2018.
- [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira/ Ministério da Saúde, **Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- [3] LEERMAKERS, E. T. M. *et al.* A priori and a posteriori derived dietary patterns in infancy and cardiometabolic health in childhood: The role of body composition. **Clinical Nutrition**, 1-7, 2017.
- [4] WORD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva: Word Health Organization; 1995.
- [5] GOMES, R.; NASCIMENTO, E.F.; ARAÚJO, F.C. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 565-574, 2007.
- [6] MENDONÇA, Cristina Pinheiro; ANJOS, Luiz Antonio dos. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de

Janeiro, v. 20, n. 3, p. 698-709, 2004. **[7]** MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Obesidade e Desnutrição**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obesidade_desnutricao.pdf. > Acesso em 04 de novembro de 2018.

[8] GERMANO, M.I.S. **Promoção da saúde: desafio para os profissionais envolvidos no treinamento de manipuladores de alimentos**. 2002. Tese (Doutorado em prática de saúde pública) Faculdade de saúde pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[9] CHITARRA, M.I.F. **Processamento mínimo de frutas e hortaliças**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 113p. (Textos Acadêmicos).

[10] VICENTINI, M.S. Alimentos industrializados: abordagem da indústria, consumidores e governo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 22, n. 1, p. 671-682, 2015. **[11]** WANNMACHER, L. Obesidade como fator de risco para morbidade e mortalidade: evidências sobre o manejo com medidas não medicamentosas. **OPAS/OMS-Representação Brasil**, v. 1, n. 7, p. 1-10, 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

EPG 029

ANÁLISE SENSORIAL E INFLUÊNCIA DA MARCA NA ACEITAÇÃO DE IOGURTE

Mariana de Melo **CAZAL** (marianademelocazal@yahoo.com.br)¹,
Michele de Oliveira **MAGALHÃES** (michele.om@hotmail.com)²

Professora Doutora do Centro Universitário Unifaminas; 2. Nutricionista, Centro Universitário Redentor

RESUMO

O presente trabalho objetivou estudar a influência de características sensoriais e da marca, na aceitação de iogurte pelo consumidor. Os voluntários responderam um questionário contendo questões relacionadas ao consumo de iogurte e participaram de duas sessões de análise sensorial (teste cego e teste com informação) de duas marcas de iogurte sabor morango, sendo uma das marcas conhecida no mercado nacional (iogurte A) e a outra no regional (iogurte B). Os provadores avaliaram cor, aroma, sabor, textura e impressão global das amostras, utilizando uma escala hedônica de 9 pontos. As avaliações foram realizadas em cabines individuais, sob luz branca, sendo as amostras codificadas com três dígitos e servidas aleatoriamente. Todos os participantes eram consumidores de iogurte e 90,4% preferiram o iogurte sabor morango. Não houve diferença significativa entre os testes com os iogurtes da marca A e B em relação à textura e impressão global. Verificou-se que a marca A influenciou de maneira positiva na aceitação do iogurte, conforme a comparação dos resultados do teste cego e do teste com informação. Concluiu-se que os dois iogurtes avaliados foram bem aceitos e houve influência da marca A e não houve influência da marca B na aceitação dos iogurtes, o que revela a necessidade de investimento de marketing do iogurte da marca B.

Palavras-chave: avaliação sensorial; consumidor; qualidade; iogurte

INTRODUÇÃO

O iogurte é um alimento de excelente valor nutricional, rico em proteínas de alto valor biológico, ácido fólico, vitamina A, vitaminas do complexo B e sais minerais, cujo consumo traz diversos benefícios para a saúde (MATHIAS *et al.*, 2013; GUIMARÃES; SILVA; LÊNTHOLA, 2015). O consumo desse produto tem aumentado notadamente em decorrência da busca por um estilo de vida saudável e de suas características organolépticas agradáveis e propriedades nutricionais (PACHECO; SÍGOLO; OLIVEIRA, 2015).

As propriedades sensoriais dos alimentos como aroma, textura e sabor são os atributos mais importantes na avaliação do produto. Porém, pesquisas revelam que as características não sensoriais sobressaem na vida cotidiana do consumidor, suas escolhas alimentares são influenciadas por atributos como marca ou preço do produto (TORRES-MORENO *et al.*, 2012).

Sendo o consumidor o destino final de qualquer produto, torna-se necessário o estudo de características sensoriais e não sensoriais para mensurar o quanto as pessoas gostam ou desgostam de determinado produto. Dessa forma, o presente trabalho objetivou estudar a influência de características sensoriais e da marca, na aceitação de iogurte pelo consumidor.

MATERIAL E MÉTODOS

Antes da realização do presente trabalho, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 1.571.654 /2016).

Foram realizadas duas sessões de análise sensorial de duas marcas de iogurte sabor morango, uma das marcas consistiu em um produto conhecido no mercado nacional (iogurte A) e o outro era regional (iogurte B).

As amostras foram avaliadas por 52 provadores não-treinados e os dados foram colhidos mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os critérios de inclusão para que o voluntário participasse da pesquisa envolveu o hábito de consumir iogurte, ser maior de 18 anos e ter a disponibilidade para participar de todos os testes. Foram adotados os seguintes critérios de exclusão: alergia à proteína do leite de vaca, intolerância à lactose ou existência de infecções bucais ou nasais que poderiam mascarar os resultados.

Aos voluntários foi solicitado que preenchessem um questionário contendo questões sobre a frequência de consumo e sabores preferidos de iogurte e informações observadas nos rótulos dos produtos consumidos.

Os testes foram realizados em cabines individuais, sob luz branca, sendo as amostras codificadas com três dígitos e apresentadas de forma randomizada, em cada sessão.

No teste cego, os consumidores receberam os iogurtes A e B em embalagens iguais, sem qualquer informação sobre o produto. No teste com informação, foram servidas as amostras juntamente com as respectivas embalagens originais. Foi utilizada escala hedônica de nove pontos para avaliação dos atributos sabor, cor, textura, aroma e impressão global.

Os resultados da avaliação sensorial foram analisados por meio do *software* SAS versão 9.0. Foram aplicados análise de Variância (ANOVA) e teste de Tukey para verificar diferenças entre as médias, ou os testes equivalentes não-paramétricos para variáveis que não apresentaram no teste de normalidade. Valores de probabilidade abaixo de 0,05 foram considerados estatisticamente significativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil comportamental dos provadores participantes mostrou que todos são consumidores de iogurte (Tabela 1).

Tabela 1. Perfil comportamental dos provadores participantes da pesquisa

Questões	N (%)
Qual(is) o(s) sabor(es) de sua preferência?*	
Pêssego	6 (11,5%)
Morango	47 (90,4%)
Coco	11 (21,1%)
Ameixa	2 (3,8%)
Outros	7 (17,3%)
Frequência de consumo de iogurte?	
Todo dia	4 (7,7%)
1 vez/semana	12 (23,1%)
2 vezes/semana	12 (23,1%)
*O percentual ultrapassa 100%, porque havia mais de uma resposta para a questão	
Mensalmente	7 (13,5%)
Esporadicamente	5 (9,6%)
Você costuma ler o rótulo dos produtos que consome?	
Sempre	6 (30,8%)
Frequentemente	9 (17,3%)
Às vezes	9 (17,3%)

nenhum provador possuía qualquer tipo de intolerância ou alergia a algum ingrediente do iogurte sabor morango, garantindo assim o critério de exclusão adotado para a pesquisa e evitando transtornos para o provador tais como, distensão abdominal, vômitos e/ou diarreia ao consumir o iogurte.

Não houve diferença significativa entre os testes com os iogurtes da marca A e B em relação a textura e à impressão global (Tabela 2). Para cor, aroma e sabor, houve diferença significativa entre os testes das duas marcas.

Tabela 2. Médias \pm desvio padrão de aceitação dos atributos sensoriais das amostras de iogurte A e B, nos testes cego e com informação (n = 52)

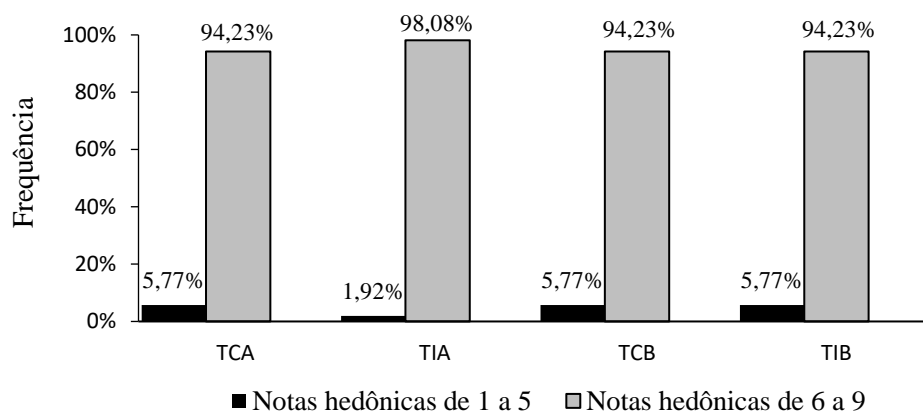
Atributos	TCA	TIA	TCB	TIB
Cor	7,29 \pm 1,16 ^{a,b}	7,10 \pm 1,30 ^b	7,90 \pm 1,62 ^{a,c}	8,13 \pm 1,25 ^c
Aroma	7,94 \pm 0,99 ^a	7,75 \pm 0,93 ^{a,b}	7,50 \pm 1,54 ^{a,b}	7,12 \pm 1,66 ^b
Sabor	8,31 \pm 0,92 ^a	8,02 \pm 0,90 ^{a,b}	7,35 \pm 1,90 ^{b,c}	7,13 \pm 2,02 ^c
Textura	7,75 \pm 1,19 ^a	7,54 \pm 1,16 ^a	7,56 \pm 1,47 ^a	7,73 \pm 1,50 ^a
Impressão global	7,83 \pm 1,17 ^a	7,90 \pm 0,93 ^a	7,62 \pm 1,48 ^a	7,48 \pm 1,61 ^a

Legenda: TCA = teste cego do iogurte A; TIA= teste com informação do iogurte A; TCB = teste cego do iogurte B; TIB= teste com informação do iogurte B.

Médias na mesma linha, seguidas por pelo menos uma letra igual, indica que as amostras não diferem entre si ($p > 0,05$).

Em relação a cor, houve diferença significativa entre o teste com informação do iogurte A (TIA) e teste com informação do iogurte B (TIB), sendo que a amostra B obteve maior nota. Em relação ao aroma, houve diferença significativa entre o teste cego do iogurte A (TCA) e o teste TIB. Quanto a análise do sabor, as notas hedônicas entre o TCA e teste cego do iogurte B (TCB) e entre os testes TIA e TIB tiveram diferenças significativas, com a amostra A obtendo as maiores notas.

As frequências nas duas faixas estipuladas de notas hedônicas (notas de 1 a 5 e notas de 6 a 9) para as marcas de iogurte A e B nas duas sessões de aceitação sensorial (teste cego e com informação) são apresentadas na Figura 1.



Verificou-se que a marca A influenciou de maneira positiva na aceitação do iogurte, conforme a comparação dos resultados do teste cego e do teste com informação, pois quando as amostras foram servidas com suas respectivas marcas ocorreu aumento da frequência de consumidores que gostaram do iogurte da marca A (notas entre 6 e 9) e redução da frequência dos que não gostaram (notas entre 1 e 5). Schouteten *et al.* (2017) realizaram um estudo semelhante para avaliar a influência da marca na preferência de cinco iogurtes, dos quais três pertenciam a marcas do mercado local (PL1, PL2 e PL3) e duas eram marcas Premium (P1 e P2). Os autores observaram que a marca PL2 foi a de maior preferência e P1 de menor preferência pelos provadores durante o teste cego. Porém, no teste com informação, o iogurte P1 foi o de maior preferência pelos participantes, demonstrando que o fornecimento de informações sobre a marca pode exercer influência positiva também na preferência de um produto (DELLA LUCIA *et al.*, 2010).

Já para a marca B, não houve diferença nos percentuais entre o teste cego e teste com informação, indicando que a marca B não influenciou na aceitação do iogurte.

Pôde-se notar que o estudo alcançou seus objetivos, pois foi possível verificar a influência da familiaridade com o produto na aceitação do consumidor, pois alguns modificaram sua aceitação de forma positiva quando fornecida a embalagem. O que evidencia que as características extrínsecas desempenham papel fundamental na escolha do produto, podendo sobrepor em alguns casos as características sensoriais. Pois na realidade as pessoas se baseiam nas informações sobre o produto que muitas vezes são veiculadas a marca (DELLA LUCIA *et al.*, 2010).

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos e apresentados de maneira descritiva permitiram concluir que os dois iogurtes foram bem aceitos, nas duas sessões, em todos os parâmetros sensoriais. Não obstante, houve influência positiva da marca A e não houve influência da marca B na aceitação dos iogurtes, segundo os resultados do teste cego e com informação, o que revela a necessidade de investimento de marketing do iogurte da marca B.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barboza, H. C.; Cazal, M. M. Avaliação da influência de características sensoriais e do conhecimento nutricional na aceitação do chá-mate. **Brazilian Journal of Food Technology**, vol.21. ISSN 1981-6723, 2018.

DELLA LUCIA, S. M.; MINIM, V. P. R.; SILVA, C. H. O.; MINIM, L. A.; CERESINO, E. B. Expectativas geradas pela marca sobre a aceitabilidade de cerveja: estudo da interação entre características não sensoriais e o comportamento do consumidor, **Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos**, v. 28, n.1, p. 11-24, jan/jun. 2010.

FRANCISCO, J. S.; SANTOS, A. C. F; BENASSI, M. T. Efeitos das informações e características da embalagem na expectativa e aceitação de café solúvel adicionado de café torrado micronizado. **Brazilian Journal of Food Technology**, v.17, n.3, p. 243-251, jul/set. 2014.

GUIMARÃES, H. P.; SILVA, F. R. S. R.; LÊNTHOLA, N.M. Iogurte elaborado à base de leite de búfala sabor queijo com geleia de goiaba. **Brazilian Journal of Food Technology**, v.18, n.1, p. 57-61, jan/mar. 2015.

MASSA, M, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Iogurtes. **Revista Leite e Derivados**. 2000.
MATHIAS, T. R. S.; ANDRADE, K. C. S.; ROSA, C. L. S.; SILVA, B. A., Avaliação do comportamento reológico de diferentes iogurtes comerciais. **Brazilian Journal of Food Technology**, v. 16, n. 1, p. 12-20, jan/mar. 2013.

PACHECO, H. F. B.; SÍGOLO, L. M. M.; OLIVEIRA, J. M. Composição centesimal de iogurtes tradicionais e iogurtes líquidos: incompatibilidade com as descrições da rotulagem. **Revista Instituto Adolfo Lutz**, v. 74, n. 4, p. 380-389, 2015.

SCHOUTETEN, J. J.; STEUR, H.; SAS, B.; BOURDEAUDHUIJ, I.; GELLYNCK, X. The effect of the research setting on the emotional and sensory profiling under blind, expected, and informed conditions: A study on premium and private label yogurt products. **Journal of Dairy Science**, v. 100, n. 1, jan. 2017.

TORRES-MORENO, M.; TARREGA, A.; TORRESCASANA, E.; BLANCH, C. Influence of label information on dark chocolate acceptability. **Appetite**, v. 58, p. 665-67, 2012.

EPG 030

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE ALIMENTOS *IN NATURA* E INDUSTRIALIZADOS ENTRE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE MURIAÉ-MG

Mayla Cardoso Fernandes **Toffolo**²,
Sarah Mairink de **Oliveira**¹,
Lamaira Condack **Gonçalves**¹,
Isabela de Souza **Fernandes**¹,
Anna Carolina Costa Passos **Zaiden**¹, (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2- Professora UNIFAMINAS-36888-233- Muriaé-MG

Palavras-chave: ingestão de alimentos, hábitos alimentares, ingestão de água.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde (2014), através do Guia Alimentar para a População Brasileira, aconselha que as pessoas utilizem como base da sua alimentação os alimentos *in natura* como frutas, legumes, folhosos, entre outros, além de água. Estes alimentos são obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem qualquer alteração após deixar a natureza, por isso são uma fonte de alimentação extremamente nutritiva (BRASIL, 2014).

Os benefícios dos alimentos *in natura* são decorrentes da presença de vários nutrientes como fibras, vitaminas e minerais que causam diversos efeitos metabólicos e fisiológicos que são capazes de contribuir para um melhor desempenho no organismo do indivíduo que os ingere, podendo ser também ótimos aliados na prevenção de algumas doenças cardiovasculares, hipertensão, câncer, entre outras (VIDAL et al, 2012).

Em contrapartida, o consumo de alimentos industrializados deve ser evitado uma vez que são formulações industriais prontas para consumo e feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e outros aditivos usados para alterar propriedades sensoriais) (LOUZADA et al, 2015).

A alimentação dos universitários atualmente é inadequada no que se refere aos hábitos alimentares, possuem baixo consumo dos grupos conhecidos como protetores à saúde: as frutas, legumes, verduras e leguminosas, graças a inclusão cada vez maior de alimentos ultraprocessados na dieta que leva à substituição de alimentos saudáveis por alimentos ricos em gordura, açúcar e sódio (AQUINO et al, 2015).

A adaptação ao contexto universitário e as novas redes sociais influenciam na modificação dos hábitos alimentares, bem como a jornada dupla de trabalho e estudo, vivenciado por muitos. Em função da distância ou do tempo limitado para o deslocamento entre o local de trabalho, domicílio e universidade, alguns acadêmicos optam por alimentar-se em lanchonetes ou restaurantes. Além disso, vários estudantes após ingressarem no curso universitário necessitam mudar do município, da residência dos pais, logo se tornando responsáveis pela própria alimentação. Tal fato contribui para o baixo consumo de frutas e hortaliças observados em pesquisas com universitários brasileiros (FRANÇA, COLARES, 2008; MARCONDELLI, COSTA, SCHMITZ, 2008).

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo avaliar o consumo de alimentos *in natura* e industrializados entre acadêmicos de uma instituição de ensino superior, na cidade de Muriaé, MG.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, quantitativo realizado em um evento comemorativo ao Dia da Alimentação e Nutrição no mês de março de 2019, em uma instituição de ensino superior de Muriaé, MG. Durante o evento, os acadêmicos receberam frutas para degustação e orientações sobre o consumo de alimentos "*in natura*" e sobre o consumo de alimentos industrializados com alerta do semáforo nutricional e entrega de folder instrutivo.

Foi aplicado um questionário semiestruturado aos participantes com perguntas sobre a frequência do consumo de frutas, legumes e folhosos, consumo de alimentos industrializados e ingestão de água.

O teste qui-quadrado foi utilizado para comparar a frequência de hábito de consumo (maior ou igual a cinco vezes na semana) entre os universitários para frutas, folhosos e legumes, alimentos industrializados, considerando o sexo. Considerou-se como diferença estatisticamente significativa quando a probabilidade foi menor do que 0,05 ($p < 0,05$)

Esta pesquisa foi autorizada pela instituição de ensino e todos os acadêmicos que responderam o questionário consentiram a participação no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contou-se com uma amostra de 42 entrevistados, sendo a maioria (57,1%) do sexo feminino, com idade entre 18 a 54 anos, com idade de $22 \pm 6,05$ anos. Dentre estes, 31% cursavam nutrição, 7% administração, 9,5% direito, 2,3% farmácia, 12% gastronomia, 5% arquitetura, 7% biomedicina, 5% psicologia, 14,2% ciências contábeis, 2% fisioterapia e 5% educação física.

Em relação ao consumo de frutas, folhosos e legumes, pelos participantes do sexo feminino, verificou-se que a maioria tinha o hábito de consumir cinco vezes ou mais na semana 60,90% e 65,20%, respectivamente. No que se refere ao consumo de alimentos industrializados, 69,60% declarou consumir cinco vezes ou mais na semana (Tabela 1).

Entre os acadêmicos do sexo masculino, 44,00% possuíam o hábito de consumir frutas, já para o consumo de folhosos e legumes e alimentos industrializados, 61,00 e 67,00% o relataram consumir, respectivamente (Tabela 1).

Não foram encontradas diferenças significativas entre o consumo de frutas, verduras e legumes entre os universitários do sexo masculino e feminino, $p > 0,005$ (Tabela 1).

Tabela 1: Frequência do consumo de alimentos *in natura* e industrializados de universitários de uma instituição de ensino superior do Estado de Minas Gerais, 2019.

Grupos de alimentos	Feminino (n=24)		Masculino (n=18)		P**
	Habito de consumo (%)	Consumo menor que 5 vezes na semana (%)	Habito de consumo (%)	Consumo menor que 5 vezes na semana (%)	
Frutas	60,90	39,10	44,40	55,60	0,245
Folhosos e legumes	65,20	34,80	61,10	38,90	0,710
Industrializados	69,60	30,40	66,70	33,30	0,773

*Consumo maior que cinco vezes na semana **Teste qui-quadrado

O panorama brasileiro, no conjunto da população adulta estudada pelo VIGITEL (2018), demonstra que a frequência de consumo regular de frutas e hortaliças foi de 33,9%, sendo menor entre homens (27,7%) do que entre mulheres (39,2%). Em ambos os sexos, esta frequência tendeu a aumentar com a idade, e com o nível de escolaridade em homens (BRASIL, 2019).

Estudos conduzidos com universitários de outras regiões encontraram dados distintos deste estudo. Ao avaliar o estado nutricional de universitários em Belo Horizonte- MG, Ramos (2005) verificou que 83,8% dos estudantes avaliados consumiam algum tipo de *fast-food* de duas a três vezes por semana, já em relação ao consumo de frutas, legumes e folhosos viu-se que a maioria dos participantes (62,1%) consumiam, em média, uma ou menos que uma vez na semana. O estudo que avaliou o padrão de alimentação entre universitários de uma universidade pública de Minas Gerais, identificou que o consumo de frutas, vegetais e leguminosas entre os estudantes era menor do que o mínimo recomendado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, enquanto que o consumo dos alimentos ricos em gordura e açúcar representavam mais que o dobro do recomendado (FERREIRA, 2016).

Considerando a ingestão de água, 21% das universitárias entrevistadas ingeriam menos que 1 litro ao dia, 54% entre 1 e 2 litros ao dia e 25% ingeriam mais que 2 litros. Em relação ao sexo masculino, 11% ingeriam menos que 1 litro ao dia, 72% ingeriam entre 1 e 2 litros ao dia e 17% ingeriam mais que 2 litros. O Institute of Medicine (IOM) conforme a recomendação "*Adequate Intake*" (AI) prediz que homens jovens adultos consomem 3,7 litros de água por dia e mulheres 2,7 litros, considerando adultos que vivem em clima temperado, para prevenir efeitos deletérios, principalmente agudos, da desidratação, que incluem anormalidades metabólicas e funcionais (IOM, 2005).

Vale ressaltar que a recomendação de água refere-se à água total, sendo esta a soma da água pura, da água contida nas bebidas e da água presente nos alimentos. A Ingestão Adequada (AI) do total de água foi

estabelecida, considerando-se as anormalidades funcionais da desidratação (VITOLLO,2008). Sugere-se que os universitários consumiam abaixo do preconizado pela AI, tendo vista que a minoria consumia mais de 2 litros de água por dia, entretanto outros líquidos não foram avaliados neste estudo, apenas o consumo livre de água.

A universidade é o espaço de cultivo e transferência de conhecimento, devendo ser compreendida como espaço de promoção da saúde, com possibilidades para o desenvolvimento de ações específicas de orientação nutricional para hábitos alimentares adequados entre os acadêmicos. É muito importante que ocorra a implementação de programas de promoção da saúde dentro da universidade, com abordagem nas práticas promotoras de estilo de vida mais saudável e em ações de educação alimentar e nutricional para os estudantes, com orientações de incentivo à alimentação saudável (MACIEL, et.al, 2012).

CONCLUSÃO

Verificou-se que a maioria dos acadêmicos apresentavam hábito de consumir frutas, verduras e folhosos. Todavia, o consumo de produtos industrializados também fazia parte da rotina alimentar da maioria, sem distinção entre os sexos. Torna-se necessário ações de intervenção nutricional com esse público, para melhoria do hábito alimentar e diminuição no consumo de industrializados.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, J. K.; PEREIRA, P.; R. S, PEREIRA V. M. C.. Hábito e consumo alimentar de estudantes do curso de Nutrição das faculdades de Montes Claros – Minas Gerais. **Revista Multitexto**, v. 3, n. 1, p. 82-88, jun. 2015.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigitel Brasil 2019: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
- FERREIRA, F.E.N. **Avaliação Longitudinal do Padrão Alimentar de Universitários em uma Instituição Pública de Ensino em Minas Gerais, Brasil**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Saúde coletiva) - Escola de Nutrição. UFOP. Programa de Pós-graduação em saúde e Nutrição, Ouro Preto.
- FRANÇA C, COLARES V. Estudo comparativo de condutas de saúde entre universitários no início e no final do curso. **Rev. Saúde Pública**, v. 42, p.420-7, 2008.
- LOUZADA, M.L.C et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v.49, n. 38, 2015.
- MACIEL, E. S. et al. Consumo alimentar, estado nutricional e nível de atividade física em comunidade universitária brasileira. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 6, p. 707-718, 2012.
- MARCONDELLI P, COSTA THM, SCHMITZ BAS. Nível de atividade física e hábitos alimentares de universitários do 3º ao 5º semestres da área da saúde. **Revista de Nutrição**, v.21, p. 39-47, 2008.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014.
- RAMOS, A.S. **Avaliação do Estado Nutricional de Universitários**. 2005 Dissertação. (Mestrado em Ciências de alimento) - Faculdade de farmácia, UFMG, Belo Horizonte
- VIDAL A.D et.al. A ingestão de alimentos funcionais e sua contribuição para a diminuição da incidência de doenças. **Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde**. Aracaju. v.1, n.15, p. 43-52,2012.
- VITOLLO, Márcia Regina. **Nutrição: da gestação ao envelhecimento**. Rio de Janeiro: Rubio, 2008. XXVI, 628 p.
- INSTITUTE OF MEDICINE. **Dietary Reference Intakes for Water, Potassium, Sodium, Chloride and Sulfate: Panel on Dietary Reference Intakes for Electrolytes and Water**. Washington (DC): The National Academis Press, 2005.

EPG 031

CADASTRO AMBIENTAL RURAL E RESERVA PARTICULAR DE PATRIMÔNIO NATURAL: A ALIANÇA ENTRE O DIREITO AO MEIO AMBIENTE E O SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO BRASILEIRO

Lays **CAMPOS** (IC – adv.layscampos@gmail.com)¹,
Maria Eduarda Ribeiro **NEVES**(PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG*

INTRODUÇÃO

O homem, desde os seus primórdios, está envolto de direitos fundamentais inerentes à sua dignidade, tendo sido os mesmos, com o transcorrer do tempo, preservados pelo jusnaturalismo e, posteriormente, consolidados, de forma gradativa, sob a égide do Estado, ente este que possui como objetivo criar uma sociedade digna, justa e solidária, além de ter como dever preservar seu caráter inclusivo e protetor.

Assim sendo, considerando que o direito ao meio ambiente, no Brasil, foi inserido no rol de direitos fundamentais de terceira geração, ou seja, é tratado como objeto, serão colocadas em xeque, neste artigo, as seguintes questões: por que não tratar o meio ambiente (fauna e flora) da mesma forma que o ser humano é visto pela sistemática constitucional? Quais as consequências da inferiorização deste direito em face da natureza capitalista humana? Estaria o ser humano preparado para conviver harmonicamente com o meio ambiente, pelo fato deste ser o provedor de todo e qualquer ato por nós praticado?

No intuito de enriquecer este artigo e conceder mais fundamentação, através da interdisciplinaridade e internacionalidade inerente ao Direito, serão tecidos breves comentários comparando nossa Constituição Federal com a Constituição do Equador – também chamada de Pacha Mama pelos equatorianos, que significa “Mãe de Todos” ou “Mãe Terra”.

O referido texto constitucional do Equador é de suma importância tendo em vista que o mesmo, além de possuir respaldo no âmbito científico e acadêmico e prestígio na seara do Direito Intenacional, a Pacha Mama possui como principal pilar a própria Constituição do Equador, tendo sido recepcionada pela população mediante referendo, com 64% dos votos, num total de cerca de 9 milhões de eleitores, em 28 de setembro de 2008.

Sua importância se dá pelo fato de ser uma recente constituição, de caráter vanguardista, que valoriza o meio ambiente, a ponto de enaltece-lo e inseri-lo na primeira geração de direitos fundamentais, tratando-o como sujeito de direito e não objeto.

Em que pese nosso ordenamento constitucional não confira o status de sujeito ao direito ao meio ambiente, não podemos deixar de destacar que, em nossa legislação infraconstitucional, existem métodos que coíbem práticas lesivas ao meio ambiente – devendo-se salientar que tem-se por meio ambiente os ecossistemas, fauna, flora, edificações e demais acessões que constituem o âmbito urbano, ou seja.

Assim sendo, será colocada em xeque a seguinte questão: por que não tratar o meio ambiente (fauna e flora) da mesma forma que o ser humano é visto pela sistemática constitucional? Quais as consequências da inferiorização deste direito em face da natureza capitalista humana? Quais são os impactos da legislação ambiental e de sua respectiva aplicação pelo operador do direito, no que se refere ao direito registral imobiliário brasileiro? Há maneiras de proteger o meio ambiente através dos registros públicos, tais como através do Cadastro Ambiental Rural e da Reserva Particular de Patrimônio Natural? Estas e outras indagações serão abordadas no decorrer desta artigo.

DESENVOLVIMENTO

Um dos fatores que contribuíram para a eclosão da 2ª Guerra Mundial foi o surgimento de regimes totalitários na Europa. O mais famoso deles é o nazismo, que além de ser composto por objetivos militaristas e expansionistas, pregava que a raça ariana era superior, perseguindo e exterminando, assim, judeus, homossexuais, ciganos, comunistas etc.

O que era tão atraente é que o terrorismo se havia tornado uma espécie de filosofia através da qual era possível exprimir frustração, ressentimento e ódio cego, uma espécie de expressionismo político que tinha bombas por linguagem, que observava com prazer a publicidade dada a seus feitos estrondosos e que estava absolutamente disposto a pagar com a vida [...]. (ARENDR, 1989, p. 381)

Contudo, após a 2ª Guerra Mundial, período no qual atrocidades imensuráveis foram cometidas, foi concebida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no intuito de, justamente, proteger os indivíduos dos abusos de poder.

Pode-se afirmar que, historicamente, principalmente após a Revolução Industrial, foi criado um dualismo entre ser humano e meio ambiente. Naime e Resende evidenciam tal dualidade ao pregarem que:

Num mundo capitalista, abarrotado de desejos e sonhos de consumo, com lojas físicas e on-line, oferecendo os melhores preços em meio a uma esmagadora concorrência, além de clientes loucos para realizarem uma boa compra e com ótimo custo-benefício, todos se esquecem de que o alicerce de toda essa vida confortável, tecnológica e, até mesmo, futurística [...] é o meio ambiente. (NAIME e RESENDE, 2015, p. 191)

É perceptível que, com a gênese da referida dicotomia, o meio ambiente tem sido encarado apenas como um personagem de apoio que provê ao protagonista – o ser humano – todos os recursos necessários à manutenção de sua vida cotidiana, logo, pode tal situação ser considerada contraditória, visto que não deveria existir hierarquia entre o ser humano e o fornecedor de nutrientes da sociedade, pelo fato de haver relação de dependência apenas por parte do ser humano, visto que a natureza nunca necessitou recorrer ao homem para se manter. Tal situação tem sido enfrentada há algumas décadas, pois, conforme dito por Ana Karina Ticianelli Möller e Tânia Lobo Muniz:

Uma das realidades do Século XX, trazida para o Século XXI, é a necessidade de proteção do meio ambiente, em razão dos problemas surgidos em função das intensas atividades industriais e de um consumismo humano exacerbado em nível mundial, com desenvolvimento a qualquer custo, resultando em um desequilíbrio entre o meio ambiente e a atividade econômica. (MÖLLER e MUNIZ, 2007, p. 264)

É sabido que, no Brasil, o Direito Ambiental é vanguardista e que, devido ao seu excepcional caráter modificativo – tendo como base resultados de incessantes pesquisas científicas e, conseqüentemente, a adaptação da lei ao fato social –, muitos operadores da lei desconhecem as minúcias do referido ramo do Direito brasileiro. Dessa forma, é possível afirmar que a referida desinformação está atrelada às constantes mudanças de pequenas especificidades do Direito Ambiental, entretanto, não serve como fundamento para embasar o não conhecimento dos princípios basilares e norteadores da disciplina em comento.

Em caráter introdutório, é importante que mencionemos o princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, destacando-se que a relevância do citado princípio é evidente no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.

Nesse sentido, é evidente que o meio ambiente, em que pese haja controvérsias sobre o tema em âmbito acadêmico, encontra-se na terceira dimensão – ou geração, conforme alguns autores preferem chamar – de direitos fundamentais, razão pela qual ele é tratado como objeto e não sujeito de direito.

Historicamente, principalmente após a Revolução Industrial, foi criado um dualismo entre ser humano e meio ambiente, no qual estão englobados o desenvolvimento de tecnologias impactando sobre a natureza, exploração de recursos naturais no intuito de atender as necessidades humanas, utilização de novas fontes de energia etc. É justamente nesse momento que entra em cena o licenciamento ambiental, que é uma espécie de instrumento legal concedido à Administração Pública para que ela possa exercer seus poderes de gestão e de polícia, através da concessão de uma licença para que uma pessoa, física ou jurídica, se utilize de recursos naturais e os empregue em sua atividade laboral e/ou empresária.

Deve-se mencionar, ainda, os benefícios e malefícios do licenciamento ambiental. Os malefícios claramente são os potenciais danos que, a longo prazo, serão causados ao meio ambiente, já os benefícios são os desenvolvimentos social, econômico e tecnológico que serão proporcionados à sociedade como um todo.

Diante dessa realidade, é necessário que o administrador público, munido dos instrumentos legais necessários à concessão do licenciamento ambiental, promova com responsabilidade o desenvolvimento socioeconômico respeitando as diretrizes normativas que possuem como escopo a preservação do meio ambiente. Apenas dessa forma conseguiremos colocar em prática um princípio basilar da propedêutica do Direito Ambiental: o do desenvolvimento sustentável.

No que tange ao tratamento recebido pelo meio ambiente na terceira geração de direitos, um novo viés constitucionalista pluralista latino-americano, baseado na Pacha Mama – termo este proveniente da cultura indígena do Equador, que, em tradução literal, significa “Mãe de Todos” ou “Mãe da Terra”, não enxerga o meio

ambiente como objeto, pois o coloca no patamar de sujeito, juntamente aos direitos de primeira geração, tendo em vista seu caráter jusnaturalista. Assim, reforça Marcilene Aparecida Ferreira que:

Entre as mudanças propostas pelo novo constitucionalismo na América Latina, são analisados [...], com mais ênfase, os direitos da natureza, Pacha Mama. Na Comissão Pastoral da Terra é frequente a utilização da expressão Pacha Mama, mãe terra, seja nos momentos de espiritualidade e nos depoimentos de denúncia dos conflitos ambientais, que violam os direitos humanos dos camponeses e do meio ambiente. (FERREIRA, 2013, p. 402)

Assim sendo, é possível afirmar que a forma pela qual nossa legislação inferioriza o meio ambiente é indubitável, tendo em vista, basicamente, que, a inovadora Constituição do Equador, recentemente aprovada, trouxe consigo um novo prisma ao mundo normativo, atribuindo ao meio ambiente relevante valor, igualando-o ao ser humano perante o manto legal do Estado.

Destaca-se, entretanto, que a ideia de inserir o meio ambiente na primeira geração de direitos fundamentais não visa a minimizar o ser humano, pois o ponto central é apenas tentar garantir equidade legal entre o homem e a natureza, conforme pontuado por Silva:

Não se trata de diminuir os seres humanos ou de achar que não há diferença alguma entre as espécies, apenas de reconhecer como detentores do direito a não serem submetidos a tratamento discriminatório quanto aos seus interesses, os membros de outras espécies, já que o princípio básico da igualdade deve ressaltar as semelhanças entre os homens e os demais animais e não suas diferenças. (SILVA, 2009, p. 53)

Verifica-se na realidade brasileira que apesar de o legislador constituinte originário ter se preocupado em mencionar o meio ambiente na Carta Magna, não lhe foi dada a devida importância. Ora, se o meio ambiente como direito integrante da primeira geração merece ser preservado por figurar como sujeito, por que tal preservação se dá apenas em virtude de os seres humanos possuírem direito ao meio ambiente e não o meio ambiente ter o direito à preservação?

É neste diapasão que se localiza a discrepância evolutiva entre a Pacha Mama e a Constituição Federal Brasileira, visto que, em nosso texto constitucional, o antropocentrismo, em termos ambientais, prevalece, fato este que se demonstra demasiadamente retrógrado e contraditório, pois a partir do momento que o homem necessita da natureza para qualquer atividade cotidiana, seria esta quem deveria receber total atenção da Constituição. Contudo, tendo em vista as considerações acima destacadas, no Brasil, o meio ambiente ainda é tido como objeto, ou seja, é considerado apenas um fator secundário no que tange ao andamento da sociedade e aos direitos a ela inerentes e indisponíveis.

Sabe-se que o sistema registral imobiliário brasileiro, além de conferir aos seus atos publicidade, autenticidade, segurança jurídica e eficácia, possui como escopo, em alguns casos, a proteção do meio ambiente, tendo em vista que, em que pese o mesmo se encontre na terceira geração de direitos fundamentais, é de suma importância a manutenção do meio ambiente e dos ecossistemas, propiciando, assim, o desenvolvimento sustentável

Nesse viés, a forma encontrada pela legislação ambiental foi obrigar o cidadão que pretendesse suprimir parte da vegetação de seu imóvel, devidamente registrado no fôlio real da Serventia de Registro de Imóveis competente, mediante a exigência da Reserva Legal, no intuito de salvaguardar parcela do patrimônio natural.. Assim sendo, é de suma importância que os cidadãos tenham consciência do papel da averbação da RPPN, a ser efetuada, após a anuência de órgão ambiental competente, na matrícula do imóvel, tendo em vista que a preservação e a conservação do meio ambiente, aliadas ao desenvolvimento sustentável, são a base para a construção de uma sociedade digna, justa, solidária e em harmonia com o meio ambiente.

METODOLOGIA

O presente trabalho pautou-se, notadamente, na pesquisa bibliográfica, tendo por base textos doutrinários, publicações em sítios jurídicos e análise de textos legais do ordenamento jurídico pátrio, que ao final resultou a construção do suporte teórico.

RESULTADOS

EPG 032

DE FILHO A ESTORVO: O DIREITO CONSTITUCIONAL DE NÃO SER ABANDONADO PELO PAI
ADOTIVO

Eduardo de Assis **PINHEIRO** (PQ - eduaspi@ig.com.br) 1

Fernando Gomes **SCHETTINI** (PQ)2

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36888-233 -
Muriaé-MG

Palavras-chave: Paternidade. Abandono. Criança. Direito. Constitucional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa demonstrar uma prática que tem se mostrado comum, embora, deplorável, na Comarca de Muriaé – MG, que é o abandono afetivo e material do pai adotivo, em relação ao filho adotado, logo após o divórcio/separação da mãe da criança. A experiência pelo período de aproximadamente quatro anos no Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ – do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS, no município de Muriaé - MG, demonstra que não raras vezes mulheres buscaram assistência jurídica no NPJ para terem solucionado o seguinte conflito: o abandono afetivo, e por vezes material, do pai adotivo do filho do casal. Em outras situações são os próprios pais que buscam assistência jurídica, no intuito de ingressarem com ação judicial de investigação de paternidade ou negatória de paternidade.

Geralmente, os casos possuem histórias semelhantes e, via de regra se desenvolvem, nas entrevistas realizadas pelos alunos do curso de direito da seguinte forma: o casal possui mais de um filho, entretanto, apenas o filho adotivo é desprezado, os filhos biológicos não. Este filho adotivo decorre de um relacionamento anterior da mulher, com outro homem, contudo, esta criança não possui em seu registro de nascimento um pai, em outros casos, sequer é registrada e, em novo relacionamento, o “novo companheiro/marido” aceita registrar ou reconhecer aquela criança como se sua fosse, formando um núcleo familiar. Todavia, passado algum tempo este casal decide se separar/divorciar, e após esta separação, seja por questões financeiras, seja por questões afetivas, o pai despreza a criança por ele adotada no início do relacionamento. Este desprezo, por vezes, desagua no Poder Judiciário, através de ação negatória ou de averiguação de paternidade, utilizada como arma para se livrar daquela criança que, doravante se torna um estorvo em sua vida, da qual precisa se desfazer, sem se preocupar com o sentimento desta criança, sem se ater ao direito constitucional dela de ter e permanecer com um pai e sem se ater ao seu dever constitucional de pai, à sua responsabilidade.

A pesquisa foca exatamente na investigação quanto à responsabilidade do pai adotivo em relação a seu filho adotado, após a separação/divórcio da mãe da criança e, mais profundamente, quanto ao direito constitucional desta criança adotada em ter e permanecer tendo um pai, mesmo que este pai a despreze. Pesquisar sobre o tema é busca para a descoberta de algo que não se compreendia exatamente: Mesmo desprezado, este filho adotado, tem o direito constitucional de permanecer sendo filho?

DESENVOLVIMENTO

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, prescreve no artigo 4º, como dever também da família a efetivação dos direitos da criança e do adolescente: “*Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária*”.

O artigo 229 da Constituição Federal de 1988 é claro ao declarar que “*Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade*”. Artigo também insculpido na Marga Carta Brasileira de 1988, o 226, parágrafo sétimo declara que a paternidade deve ser fundada nos “*princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável*”. Imperioso ressaltar que o artigo 229 fala no dever dos pais em assistir os filhos. Não há no texto constitucional qualquer distinção quanto a este filho.

Tendo em vista que o referido artigo e o referido parágrafo acima têm como premissas basilares da proteção à família, extrai-se que o dever dos pais de assistir seus filhos menores decorre da liberdade da livre decisão da paternidade que por sua vez decorrem dos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável. A dignidade da pessoa humana é um conceito extremamente abrangente, já dizia Andrade (2017), entretanto, a dignidade que se busca demonstrar no presente trabalho é a dignidade de uma criança ou um adolescente, em plena formação.

O homem, quando se separa da mulher, não se separa de seus filhos, assim como não deve desprezar um filho pelo fato de ter sido adotado. Para a Constituição Federal, em seu art. 226, §8º, o núcleo familiar é considerado a base da sociedade e tem a proteção dada pelo Estado e todos os integrantes deste núcleo familiar são protegidos contra qualquer violência, seja ela física ou moral, decorrentes das relações entre os entes deste núcleo.

A dignidade que para a criança decorre da proteção familiar, garantida pelo Estado, decorre do Estado democrático de direito e dos direitos fundamentais, calcados no artigo 1º, inciso III e nos artigos 5º e 6º da CRFB/1988, que lhe dá o direito de saber quem é o seu pai e também de ter um pai, seja ele biológico ou não. Essa garantia tem como objetivo proteger a própria pessoa humana como digna, conforme palavras de Valdirene Ribeiro de Souza Falcão *"Impede considerar que a Constituição reconhece os direitos fundamentais com o objetivo de proteger a dignidade essencial da pessoa humana, tanto que esses direitos realizam-se por meio da antevisão e proteção de ângulos específicos ou de esferas determinadas da existência e da atividade humana"*. Os casos que influenciaram a reflexão e pesquisa do tema sempre envolvem uma mulher, um homem e uma ou mais crianças. Geralmente a mulher, ao iniciar um relacionamento novo com um homem, traz consigo um filho ou uma filha, cuja paternidade desta criança trazida de um relacionamento anterior não foi reconhecida ou simplesmente não é conhecida. Por vezes se dá que a mulher, já casada ou em união estável, após período de separação de fato ou não, mantém relações sexuais com outro homem, vindo o fruto daí nascido ser "assumido" voluntariamente pelo marido ou companheiro. Nestes casos nota-se que a criança não teve a sua dignidade respeitada, seja porque foi rejeitada pelo pai biológico mesmo antes de seu nascimento, seja porque sua própria mãe não lhe deu a oportunidade de conhecer seu pai.

Destarte, é em um novo ou antigo relacionamento da mãe que a criança terá a oportunidade de ter um pai. E assim ocorre, o pai adotivo registra esta criança como se filho biológico fosse. Há, portanto, a formação de uma nova família ou a manutenção ou reestabelecimento de uma antiga: Um marido, uma esposa e filho ou filhos, conforme o modelo ortodoxo. Tempos depois, chegando ao fim este casamento/união este marido/companheiro, ou melhor, este pai, quer agora excluir esta paternidade, quer exonerar-se da responsabilidade deste filho, como se pudesse dele também se divorciar ou separar, assim como o fez de sua mãe.

Este filho tem direito constitucional de continuar tendo este pai? Para que esta pergunta tenha uma resposta, necessário se faz examinar e explanar alguns institutos, respondendo o que eles são, o principal deles é a adoção que segundo Caio Mário da Silva Pereira *"A adoção é o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afinidade"*.

Sendo a adoção um ato jurídico, pode ser ele um ato legal ou ilegal, sendo a adoção ilegal aquela que não segue o procedimento adotado pela Lei 12.010/2009. Não há como se falar em paternidade adotiva excluindo o contexto da socioafetividade, mesmo nos casos em que a adoção ocorreu mitigando o procedimento da citada lei. Ao contrário da paternidade biológica que se exclui com o resultado negativo de um exame de DNA, a paternidade socioafetiva não poderá ser excluída pelo mesmo exame técnico.

Quando a paternidade socioafetiva está presente, vige o que determina o artigo 1.596 do Código Civil que proíbi qualquer designações discriminatórias relativas à filiação. O direito de se negar à paternidade é dado ao pai, sendo este direito imprescritível, conforme preceitua o artigo 1.601 do Código Civil Brasileiro, todavia, no caso em estudo, o que se questiona é se poderia o pai, que já tem conhecimento prévio de que aquela criança não é seu filho biológico, questionar judicialmente esta paternidade? Não obstante tenha ele o direito de ação e que, neste caso específico, este direito é imprescritível, poderia ele ter julgado procedente um pedido de negatória ou de investigação da paternidade de um filho do qual ele já tem a certeza absoluta que biologicamente não é seu, exclusivamente para se furtar a suas obrigações materiais e morais? Como ficaria o direito desta criança de permanecer tendo um pai, e mais, permanecer tendo este pai que lhe criou e lhe educou como um filho? Este direito poderia ser todo mitigado? A resposta seria a aplicação dos dispositivos da Constituição Federal e do Código Civil acima indigitados.

A prática de registrar filho alheio como próprio, sem passar pelos procedimentos de adoção fixados na legislação civil, tem consequências penais: O pai que assume um filho que biologicamente não é seu, ao arrepio da lei, acaba por adotá-lo de forma irregular, pratica conhecida como adoção "à brasileira". Contudo, essa conduta é tipificada como crime no Código Penal Brasileiro, insculpidos nos artigos 242 e 297.

Mas como se resolve a questão quando o caso é denunciado pelo próprio pai (criminoso) que no ato do registro de filho alheio como seu, o fez com "as melhores das intenções" e depois pretende rejeitar este filho? O fato é

que a adoção à brasileira vem seguida da socioafetiva, esta, por sua vez, é defendida, ainda que tacitamente, pelo parágrafo sexto, do artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Para o autor do presente trabalho a resposta para todo o questionamento do presente trabalho exsurge deste ditame constitucional, uma vez que filho é sempre filho, independente do estado civil de seus pais e independentemente se a forma como a paternidade foi reconhecida é legal ou ilegal.

O Supremo Tribunal Federal - STF, posicionou-se, confirmando o posicionamento já consolidado do Superior Tribunal de Justiça – STJ, inclusive reproduzindo em seus acórdãos a jurisprudência do STJ, no sentido de que a criança deve ser protegida nas ações negatórias de paternidade, aludindo, que o exame de DNA não é o elemento decisivo para que uma criança perca seu pai, mas sim a falta de afeto entre eles, por um elo que realmente não exista.

O pai socioafetivo será, via de regra, o pai da criança, queira ele ou não, conforme o julgado que ora se transcreve à título ilustrativo, sobre o tema, onde, em notável decisão monocrática da Ministra Rosa Weber, no Recurso Extraordinário RE 1046721/MA, publicado no DJe-278 Diulg. 01/12/2017, demonstra a preocupação da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil Brasileiro em relação à paternidade de uma criança: “(...) *Decisão. Vistos, etc. (...) “DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. EXAME DE DNA NEGATIVO. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. APELO PROVIDO. 1. “O STJ sedimentou o entendimento de que, em conformidade com os princípios do Código Civil de 2002 e da Constituição Federal de 1988, o êxito em ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica e também de que não tenha sido constituído o estado de filiação, fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificado na convivência familiar. Vale dizer que a pretensão voltada à impugnação da paternidade não pode prosperar, quando fundada apenas na origem genética, mas em aberto conflito com a paternidade socioafetiva (STJ, REsp 1115428/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.09.2013). 2. Hipótese na qual o pai registral e a menor conviveram por quinze anos acreditando ser pai e filha, tratando-se como se efetivam ente assim o fossem, inclusive, com sustento material, moral e afetivo, o que caracteriza a paternidade socioafetiva. 3. Em processos que lidam com o direito de filiação, as diretrizes determinantes da validade de uma declaração de reconhecimento de paternidade devem ser fixadas com extremo zelo e cuidado, para que não haja possibilidade de uma criança ser prejudicada por um capricho de pessoa adulta que, conscientemente, reconhece paternidade, e que posteriormente se rebela contra a declaração autoproduzida, colocando a menor em limbo jurídico e psicológico (STJ, REsp 1244957/SC, Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, DJe 27/09/2012).*

O posicionamento do STF, corroborando a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil Brasileiro, torna claro o direito de uma criança em ter e permanecer com seu pai, mesmo que este queira rejeitá-la.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado levantamento de casos no Núcleo de Prática Jurídica do UNIFAMINAS, em Muriaé, que tratavam direta ou indiretamente de problemas relativos à adoção à brasileira na Comarca de Muriaé, sendo neles analisadas as alegações ofertadas pelas partes envolvidas. Para a realização deste trabalho, levantou-se, também, material bibliográfico em livros de doutrina, artigos publicados em revistas jurídicas, na legislação pátria e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF.

RESULTADOS

Em primeiro lugar como resultado desta pesquisa verificou-se que, no Brasil, adotar uma criança, sem se submeter ao processo de adoção é crime, previsto nos artigos 244 e 297 do Código Penal Brasileiro, entretanto, em se tratando de paternidade sócioafetiva, a pena poderá ser abrandada. Outro resultado é que quando um homem se une a uma mulher para formar uma família e assume o filho dela como seu, registrando-o, torna-se pai desta criança, criando com ela um vínculo. Deste vínculo nasce a responsabilidade decorrente do princípio constitucional da paternidade responsável, da qual não mais poderá se eximir, especialmente pelo fato de ter este “novo pai” conhecimento do que está assumindo e que isto decorre de sua livre manifestação de vontade. Por fim a criança perfilhada por pai que não seja o seu pai biológico, mesmo através de pedido judicial, ainda que com a comprovação de exame técnico de DNA demonstrando a negativa de paternidade, caso haja a comprovação de laços socioafetivos, esta criança, diante do princípio da dignidade da pessoa humana, possui o direito constitucional de permanecer tendo o seu pai.

DISCUSSÃO

O que se pretendeu questionar com o trabalho é o fato de pais adotivos não levarem em consideração a lei e a dignidade de seus filhos adotivos, quando da separação das mães destas crianças. Mesmo estas crianças

desprezadas por seus pais adotivos terem o direito constitucional de filiação, esse direito não é respeitado, frente aos interesses pessoais destes pais. Talvez não exista uma percepção, por parte deste homem quanto aos conceitos e sentimentos de moral, ética e justiça e legalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema proposto surgiu da experiência de aproximadamente quatro anos no Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito do UNIFAMINAS Muriaé, ao longo destes anos percebeu-se que diversos homens, da Comarca de Muriaé, buscaram assistência jurídica com o intuito de ingressarem com ação negatória de paternidade ou de investigação de paternidade. A pretensão do pai voltada à impugnação da paternidade não pode prosperar quando fundada apenas na origem genética, quicá quando a socioafetividade está presente na relação, o que garante o direito constitucional de uma criança permanecer tendo um pai, mesmo após a separação/divórcio de seus pais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. **VADE MECUM**. 21. ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Código Civil Brasileiro de 2002. **VADE MECUM**. 21. ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990. **VADE MECUM**. 21. ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2016.

ANDRADE, Vander Ferreira. **A Dignidade da Pessoa Humana**. 14ª ed. São Paulo: Editora Cautela, 2007.

FALCÃO, Valdirene Ribeiro de Souza. **Revista da SJRJ, Rio de Janeiro**: v. 20, n. 38, p. 230, 2013, disponível em: <<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/465-2049-2-pb.pdf>> Acesso: em 02/08/2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Volume V. Direito de Família**. São Paulo, 17ª edição, p. 213 e 214.

Lei Federal nº 12.010/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 08/08/2019.

Recurso Extraordinário RE 1046721/MA, publicado no DJe-278 Diulg. 01/12/2017, disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4255687&numeroProcesso=693456&classeProcesso=RE&numeroTema=531>>. Acesso em: 27/07/2019.

EPG 033

PROSPECÇÃO FITOQUÍMICA PRELIMINAR E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE BACTERIOSTÁTICA DE *Bauhinia forficata* LINK E *Equisetum arvense* L.

Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT²

Mariana Garcia da SILVA¹

Jaqueline Souza MACHADO¹

1- Acadêmicas do Curso de Farmácia UNIFAMINAS MURIAÉ, 2- Dr.em Ciências Naturais- Professor UNIFAMINAS MURIAÉ

1. INTRODUÇÃO

Os relatos sobre a prática da Fitoterapia são muito antigos e encontrados em todo o mundo. Durante muito tempo, as plantas medicinais foram utilizadas em rituais religiosos e na cura de doentes pelos curandeiros e feiticeiros. O pensamento hipocrático estabeleceu uma concepção holística do Universo e do homem, visando o tratamento do indivíduo e não apenas da doença. Já na Idade Média, a concepção de mundo máquina levou à difamação daqueles que detinham o conhecimento sobre as plantas medicinais, considerados como bruxos e condenados à fogueira (ALMASSY JÚNIOR et al. 2005; ALONSO, 1998; WAGNER e WISENAUER, 2006).

A Fitoterapia é a ciência que estuda as plantas medicinais e o uso das mesmas no tratamento de doenças. A palavra "fitoterapia" vem dos termos gregos *therapeia* = tratamento + *phyton* = vegetal e significa "terapia pelas plantas". É uma das mais antigas práticas terapêuticas usadas pelo Homem. No conhecimento popular tem como significado etnobotânica e na experiência científica etnofarmacologia. No Brasil, a terapêutica popular foi desenvolvida com as contribuições dos negros, indígenas e portugueses (BRASIL, 2006).

A utilização de plantas é uma prática exercida ao longo da história da humanidade no tratamento e cura de enfermidades, as plantas medicinais são utilizadas como remédios caseiros, principalmente sob a forma de chás, mediante o extrato homogêneo da planta. É uma prática que nasceu provavelmente na pré-história, quando, a partir da observação do comportamento dos animais na cura de suas feridas e doenças, os homens descobriram as propriedades curativas das plantas e começaram a utilizá-las, levando ao acúmulo de conhecimentos empíricos que foram passados de geração para geração.

As plantas medicinais são utilizadas em vários setores de pesquisa, tais como a área agrônômica, biológica, alimentar, farmacêutica, cosmética, entre outras. As plantas têm capacidade de produzir substâncias químicas que podem contribuir para sua sobrevivência ou desenvolvimento de mecanismos de defesa. Essas substâncias são metabólitos bioativos (aleloquímicos) oriundos de seu metabolismo secundário.

Esses componentes químicos permitem que as plantas produzam e estoquem compostos de natureza química de maneira que essas substâncias apresentem funções biológicas nas quais muitos desempenham um papel ecológico que se caracterizam por seus diversos usos e aplicações, tais como alimentos funcionais, medicamentos, inseticidas, herbicidas, perfumes, entre outros, podendo receber, também, a designação de produtos naturais. (CARVALHO, 2017)

Bauhinia forficata (pata-de-vaca) pertencente à família Leguminosae, é uma das cerca de 300 espécies do gênero *Bauhinia*, que apresenta-se como árvore de porte médio, que possui folhas uncinadas com formato semelhante a pata de vaca, flores brancas e frutos do tipo vagem linear. A infusão das folhas de *Bauhinia forficata* é utilizada na medicina popular brasileira como agente diurético, hipoglicemiante, tônico, depurativo, no combate à elefantíase e na redução da glicosúria. São amplamente utilizadas no Brasil e em outros países em forma de chás e outras preparações fitoterápicas para o tratamento de várias enfermidades, principalmente infecções, processos dolorosos e diabetes (MANOEL et al., 2009).

Ter informação sobre a utilidade de plantas medicinais pode significar o único recurso de tratamento para muitas pessoas e determinados grupos étnicos. O tratamento de doenças com a utilização de plantas é tão antigo quanto a linhagem humana. Na atualidade e em regiões desfavorecidas do país e até nos grandes centros brasileiros as plantas medicinais são mercantilizadas em feiras livres, hortas comunitárias, mercados populares e também são de livre acesso em quintais residenciais. Segundo a

Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% da população mundial utiliza ervas medicinais de qualquer tipo e para diferentes finalidades (OMS,1979).

A utilização dessas ervas é realizada em grande parte por adultos e idosos que pretendem minimizar os efeitos colaterais e reações adversas causadas, que são causa dos medicamentos sintéticos utilizados para tratamentos de doenças crônicas (PERREIRA, 2016).

O gênero *Equisetum*, referente ao filo Sphenophyta, é promovido do fim da era paleozoica, cerca de 300 milhões de anos atrás, é o único gênero da classe Equisetopsida que não está em extinção. São conhecidas em torno de 30 espécies, a maior parte constituída de plantas pequenas, que dificilmente alcançam um metro de altura. *Equisetum* são conhecidas ordinariamente como cavalinha, por seus caules gemários serem encurvados, onde seu gênero foi descrito por Lineu no ano de 1753 (MELLO, M., BUDEL, J., 2017)

Dentre muitas plantas existentes com potencial bactericida, se destaca-se a *Equisetum hiemale* L. (cavalinha), que dentre suas propriedades terapêuticas é considerada antibiótica e hipertensora, sendo usada contra enfermidades do sistema urinário e reprodutor; seus principais princípios ativos são sais minerais, silício, flavonoides, alcaloides, tanino e saponina

O objetivo do presente trabalho foi avaliar o potencial bactericida e bacteriostático de *Bauhinia forficata* (pata-de-vaca) e *Equisetum arvensis* e realizar a prospecção fitoquímica. (SILVEIRA, *etal*, 2009).

2- METODOLOGIA

2.1. Descrição botânica da planta

A espécie *Bauhinia forficata*, popularmente conhecida como pata-de-vaca, vem conquistando o interesse de vários pesquisadores, pelo fato de estudos fitoquímicos comprovarem a identificação de um marcador químico localizado nas folhas chamado “kaempferitrina” e que confere a espécie a atividade hipoglicemiante (SILVA,K,L, CHECHINEL 2002),

Além de apresentar funções diuréticas e ser utilizada para combater inflamações renais, o que lhe confere a classificação de planta medicinal, sendo seu uso conhecido popularmente (LORENZI, 2002).A pata-de-vaca é nativa do Sul do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, se desenvolve principalmente no entorno das matas, pode ser encontrada sob forma de arbusto ou árvore com aproximadamente seis metros de estatura. (CARVALHO,1994).

No Brasil várias espécies de *Bauhinia* são usadas pela população como hipoglicemiante. As folhas são consideradas antidiabéticas, diuréticas e hipocoles-teremiantes, sendo empregadas na medicina popular também contra cistites, parasitoses intestinais também atribuídas propriedades antifúngicas, e antidiabéticas.O gênero *Bauhinia* está incluído na família Fabaceae de acordo com a lista de espécies da Flora do Brasil incluindo cerca de 650 gêneros e aproximadamente 18000 espécies, representando uma das maiores famílias de Angiospermas. No Brasil ocorrem 200 gêneros e 1500 espécies apontam para o reconhecimento de três subfamílias, monofileticas em *Fabaceae* (Leguminosae), *Caesalpinoideae*, *Cercidae* e *Mimosoideae*.

O gênero *Bauhinia* esta incluído na *Cercidae*, Apresentam folhas bifoliadas, com folíolos geralmente, fundidos, flores dicamideas, corola com perfloração, estames geralmente em numero duplo geralmente livres entre si e não vistosos, unicarpelar, unilocular, ou dividido por falsos septos, as características gerais são arvore espinhenta, semidecídua, de copa aberta, com tronco pouco canelado e de cor clara, com 5 a 9 metros de altura, folhas simples, coriáceas, divididas ate acima do meio com aspecto de uma pata de vaca, de 8 a 12 centímetros de comprimento, flores brancas,dispostas em racemos axilares, o tronco e geralmente tortuoso, recoberto por súber castanho amarronzado, os frutos são do tipo legume, as vagens achatadas, medindo de 15 a 20 centímetros de comprimento, de coloração escura. (NOGUEIRA; SABINO, 2012).

As análises foram realizadas nos laboratórios da UNIFAMINAS, localizada na cidade de Muriaé-MG.

2.2. Preparo das soluções aquosa e alcoólica da Cavalinha (*Equisetum ar vense*)

A droga vegetal Cavalinha, adquirida nos laboratórios da instituição UNIFAMINAS, foi pesada em balança semi-analítica, onde 5g de folhas frescas foram colocados em um béquer com 50mL de álcool e 5g para um outro béquer com aproximadamente 70mL de água. Logo foi feito a vedação com papel filme de cada béquer, deixando em repouso por 24 horas.

A cavalinha apresenta em sua composição fitoquímica: ácido sílico, ácido gálico, resinas, sais de potássio, tiaminas, luteolina, saponinas, compostos inorgânicos (Ca, Mg, Na, F, Mn, Si, S, P, Cl e K), triglicerídios, óleos, flavonoides, triglicérides, alcalóides, vitamina C e taninos. Seu uso medicinal se dá para o tratamento de doenças reumáticas, cálculos renais e demais infecções do trato urinário. Possuindo também ação diurética, anti-hemorrágica e antianêmica (GUIMARÃES, 2016).

Segundo Daniel Maciel Carneiro (2012): No Brasil, a *E. arvense* tem sua comercialização regulamentada. Sob a forma de droga vegetal, para a preparação de infusões e decocções, é indicada para tratamento de edemas por retenção de líquidos. Medicamentos contendo seus extratos secos estão registrados no Ministério da Saúde, indicados como diuréticos e coadjuvantes no tratamento de infecções moderadas do trato urinário baixo (BRASIL, 2012.). Anteriormente, um levantamento sobre os medicamentos fitoterápicos registrados no Ministério da Saúde já havia revelado, por meio de pesquisas no site da ANVISA e VISALEGIS, que as espécies *E. arvense* e *Orthosiphon stamineus* são os principais na categoria terapêutica dos diuréticos.

2.2- Análise Antimicrobiana pelo Método de Ágar

Inicialmente utilizou cepas com *Staphylococcus aureus* e *Escherichia Coli* como cepas padrões. Logo fez-se a inoculação das bactérias em suas respectivas placas, sendo um processo feito em triplicatas, e tendo um controle para cada cepa. Pequenos discos de papel filtro foi umedecido com o auxílio de uma pinça metálica no extrato aquoso (20 mL) onde este estava em um tubo de ensaio. Três discos umedecidos foram colocados em cada placa contendo as bactérias, e na cepa controle de *Staphylococcus Aureus* e *Escherichia Coli*, colocou-se sobre os discos o antibiótico padrão, sendo a amoxicilina com clavulanato e eritromicina, e após o período de inoculação (aproximadamente 24 horas), realizou-se as análises.

2.3- Triagem fitoquímica

Evaporou-se os extratos, sendo o aquoso com o auxílio da chapa aquecedora e o alcoólico em banho maria, até a obtenção de uma raspa no fundo de ambos os extratos. Em seguida, iniciou-se os testes de triagem fotoquímica nos dois extratos seguindo um roteiro exposto.

Alcalóides: Adicionou-se raspas do extrato a 2,0 mL de ácido clorídrico (10%), aqueceu-se a mistura por 10 minutos, fez o resfriamento, fez-se em duplicata. Logo foi adicionado uma pequena quantidade de raa do extrato em dois tubos de ensaio, e logo adicionou-se em seus respectivos tubos, oito gotas dos seguintes reativos: Reativo de Mayer e de Dragendorff, observou-se o resultado.

Glicosídeos Cardiotônicos: Com o objetivo de identificar o fenantreno, no bequer onde continha as raspas dos extratos aquoso ou alcoólico, colocou-se 1 mL de anidrido acético, fez a diluição e transferiu para o tubo de ensaio, em seguida adicionou-se pelas paredes do tubo, 1 mL de ácido sulfúrico sem agitação e logo observou e anotou-se o resultado.

- Reação de Kedde: Inicialmente raspou uma pequena quantidade do extrato aquoso e ou/alcoólico de extrato dissolveu em 3 mL de álcool etílico, e adicionou-se 2 gotas do reativo de Kedde, onde foi observado o resultado.

Flavonoides

Solubilizou-se uma porcentagem de raspas do extrato em 2,0 mL de etanol, logo adicionou-se duas gotas de acetato de chumbo a 10%. Percebeu-se os resultados.

- Taninos Inicialmente utilizou-se as raspas do extrato aquoso e/ou alcoólico onde posteriormente se adicionou 5 mL de água destilada, com a pipeta de Pasteur gotou 2 gotas de cloreto férrico a 10% e anotou-se o resultado. Retirou-se 5 mL da solução anterior e nesta adicionou-se 2 mL de ácido acético a 10% e 2 mL da solução de acetato de chumbo a 10%, e foram anotados os resultados.

- **Saponinas:** Raspou-se o extrato de extrato onde o colocou ao tubo de ensaio, logo adicionou-se 5 mL de água destilada aquecida, fez a agitação vigorosa, deixou em repouso, e anotou o resultado.

3- RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 Bioensaio com bactérias

Ao observar as placas de petri com as soluções, concluiu-se que a planta *Bauhinia forficata* (pata-de-vaca) não apresentou efeitos antibacteriano. Ao pesquisar e analisar estudos prontos foi

possível concluir que a *Bauhinia forficata* (pata-de-vaca) possui efeitos hipoglicemiantes, sendo considerada anti diabética, diuréticas, antiparasitária, antifúngicas. Nogueira e Sabino (2012), foi relatado que foi avaliado atividade antibacteriana dos extratos da planta através do método de difusão radial em ágar observou se que uma fração da espécie inibiu o crescimento de *Escherichia Coli* e *Staphylococcus aureus* na concentração de 1000mg/ml. Para Pontes, Lima, Oliveira e Oliveira Filho (2017) foi relatado que através de pesquisas foi possível observar que a *Bauhinia forficata* (pata-de-vaca) possui efeitos antihipoglicemiantes.

O teste de difusão ágar foi utilizado para a análise da ação antimicrobiana da cavalinha, sobre as bactérias *Staphylococcus aureus* (Gram-positivas) e as *Escherichia coli* (Gram-negativas) inoculadas sobre o crescimento do microrganismo de forma radial. Para o teste negativo se utilizou o extrato aquoso de *E. arvense* a 10%, com isso obteve-se a presença de halos de sensibilidade de 4,1 mm sobre a bactéria *Staphylococcus aureus* devido sua ação antimicrobiana, já na utilização do extrato alcoólico o halo de sensibilidade a mesma bactéria foi de 2,2 mm. Somente sobre a bactéria *Escherichia coli* (Gram-positivas) não se obteve halos de sensibilidade.

Como dito, os teste com *E.coli*, não demonstrou resultados satisfatórios, segundo Mimica, et.al. 2008, esse tipo de teste não é recomendado para bactérias de características anaeróbicas, como o caso a *E.coli*, isso consequentemente pode ter alterado o resultado deste.

A bactéria *Staphylococcus aureus*, acordo com os resultados, o extrato de cavalinha aquosa, se teve uma atividade inibitória, indo em concordância com TEMOTEO, 2017, no qual também constatou sua efetividade antimicrobiana

Tabela 1: Halos de sensibilidade sobre os microrganismos

Antibiótico	Microrganismo	Halo de Inibição (mm)
Amoxicilina + Ácido Clavulônico	<i>Staphylococcus aureus</i>	2,5
Eritromicina	<i>Staphylococcus aureus</i>	2
Amoxicilina + Ácido Clavulônico	<i>Escherichia coli</i>	2,4
Eritromicina	<i>Escherichia coli</i>	1,8

3.2. Teste Fitoquímico

Com base das análises, os resultados obtidos pela triagem fitoquímica estão evidenciados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 2: Resultados obtidos na triagem fitoquímica

	<i>B.forficata</i>	<i>E.arvense</i>
Alcalóides	++	++
Glicosídeos	++	+++
Cardiotônicos	+++	+
Flavonoides	++	+++
Taninos	+++	+
Saponinas	+++	+

Legenda: Intensidade da reação colorimétrica classificada como; reação intensa(+++), moderada (++) fraca (+) e ausente (-).

De acordo com os resultados obtidos foi possível evidenciar a presença no extrato aquoso 10% por meio da reação de Lieberman-Buchard do núcleo esteroidal, a coloração verde. Já no extrato alcoólico notou-se a presença fenantreno, em que se contemplou uma coloração avermelhada, devido uma reação no núcleo terpênico.

- Flavonoides

A análise feita dos flavonoides indicou positividade na reação para o extrato aquoso, com precipitados e com uma aparência e coloração leitosa, já no alcóolico não apresentou nenhuma mudança.

- Taninos As análises aplicadas por meio da utilização dos extratos aquosos pela utilização do cloreto férrico, apresentaram-se resultados negativos para taninos condensados ou catéquicos e para taninos hidrossolúveis, obtendo nenhuma alteração visual. O uso acetato de chumbo se tem resultados negativos também, não tem a formação de um precipitado como o esperado.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a planta estudada cavalinha mediante a análise antimicrobiana foi demonstrada eficaz somente em bactérias *Staphylococcus Aurese*, sugerindo assim um maior aprofundamento nas pesquisas e estudos. Com base na triagem fitoquímica, se obteve-se a presença de alcaloides, flavonoides, glicosídeos cardiotônicos e onde estes são metabólitos secundários com várias ações farmacológicas, confirmando assim o poder curativo desta. No procedimento de bioensaio com as bactérias, obteve-se resultado negativo, *Bauhinia forficata* (pata de vaca) não evidenciou efeito antibactericida, embora em alguns estudos relatam que a pata de vaca possui efeitos antibactericida, já em outros relatam que não, analisando as hipóteses, concluiu-se que ao realizar o experimento pode ter ocorrido algum erro no processamento das bactérias.

A análise da triagem fitoquímica evidenciou a presença de alcalóide na triagem fitoquímica a *Bauhinia forficata* (pata de vaca), no extrato aquoso, apresentou formação de precipitado branco e formação de precipitado de coloração laranja a vermelha, no extrato alcoólico também foi apresentada formação de precipitado branco, não apresentou a formação de precipitado de coloração laranja a vermelha.

Apresentou o aparecimento de coloração púrpura a violeta, tendo como resultado núcleo terpênico para Glicosídeos Cardiotônicos, na Reação de Kedde não apresentou mudança de cor, para flavonóides, no extrato aquoso a solução apresentou a presença de um precipitado corado, já para o extrato alcoólico não apresentou presença de precipitado, para taninos no extrato aquoso ao adicionar cloreto férrico na solução apresentou uma coloração verde, tendo como resultado taninos condensados ou catéquico, ao adicionar acetato de chumbo a solução não apresentou presença de nenhum precipitado, no extrato alcoólico apresentou o mesmo resultado.

Para saponinas no extrato aquoso apresentou uma formação de espuma densa persistente, já no extrato alcoólico não apresentou formação de espuma densa persistente. Hoje, o consumo de plantas medicinais e fitoterápicos cresce o Farmacêutico deve acompanhar e avaliar o cultivo das plantas medicinais, observando o cumprimento das boas práticas de cultivo, a verificação da identidade das espécies medicinais e o controle farmacognóstico e microbiológico, visando assegurar a qualidade da matéria-prima vegetal a ser empregada na produção de medicamentos.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMASSY JÚNIOR, Alexandre; LOPES, Reginalda Célia; ARMOND, Cíntia; da SILVA, Francieli; CASALI, Vicente Wagner Dias. Folhas de Chá – plantas medicinais na Terapêutica Humana. UFV: Viçosa, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Plantas Medicinais e
CARVALHO, P.E.R. **Espécies florestais brasileiras**: recomendações silviculturais, potencialidades e uso da madeira. 1. ed. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994. 640p

CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. **Pata de vaca**: Características genéticas. 2003. Embrapa

CARVALHO, Marcos Schleiden Sousa. **TRIAGEM FITOQUÍMICA, ATIVIDADE ANTIOXIDANTE, ALELOPÁTICA E AÇÃO NO CICLO CELULAR DOS EXTRATOS DE HORTALIÇAS NÃO CONVENCIONAIS**: Plantas medicinais. 2017. Universidade Federal de Lavras

CASTEJON Fernanda Vieira, **taninos e saponinas**, Taninos Universidade Federal de Goiás 2011.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 2. ed. Nova Odessa: Plantarum, 2002, 368p

Maria Alana Neres de PONTES. Dijaci Santos de LIMA. Heloísa Mara Batista Fernandes de OLIVEIRA. Abrahão Alves de OLIVEIRA FILHO. **Bauhinia forficata L. e sua ação hipoglicemiante**. Resultado e discussão 2017. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

MANOEL, Daniel Donini et al. **Atividade alelopática dos extratos fresco e seco de folhas de barbatimão (*Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville) e pata-de-vaca (*Bauhinia forficata* link) sobre a**

- germinação e desenvolvimento inicial de plântulas de tomate:** *Bauhinia forficata* Link. 2009. Semina: Ciências Agrárias MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Drogas cardioativas**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Albina C. O.; SABINO, Cláudia V. S.. **Revisão do Gênero *Bauhinia* abordando aspectos científicos da espécie *Bauhinia forficata* de interesse para a indústria farmacêutica:** Caracterização botânica. 2012. Revista Fitos
- SILVA, K.L.; CECHINEL FILHO, V. Plantas do gênero *Bauhinia*: Composição química e potencial farmacológico. **Química Nova**, v. 25, p. 449-454, 2002.
- SIMÕES, Rangel Carvalho; ALMEIDA, Sheylla Susan Moreira da Silva de. **Estudo fitoquímico de *Bauhinia forficata* (Fabaceae):** Resultado e discussão. 2015. Biota Amazônia
- VELOSO Carlos Arthur Gouveia, **Triagem fitoquímica e avaliação do potencial antifúngico e citotóxico das folhas de *calotropis procera***, Flavonóides. Universidade Estadual da Paraíba 2015.
- MELLO, M., BUDEL, J.. Equisetum L. (Equisetaceae): Ama revisão. **Cadernos da Escola de Saúde**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 1, mar. 2017. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.uni-brasil.com.br/index.php/cadernossaude/article/view/2370>>. Acesso em: 8 Dez. 2018.
- GUIMARÃES, Sabrina Santos. **Potencial de preparados de cavalinha (*Equisetum* sp.) na síntese de metabólitos de defesa em cotilédones de soja (*Glycine max* L.) e o efeito sobre o crescimento de *Rhizoctonia solani*, in vitro.**
- SILVA, N.L.A. et al. **Triagem fitoquímica de Plantas do Cerrado da Área de Proteção Ambiental Municipal do Inhamum, Caxias**, Maranhão. Scientia Plena, v.6, n.2, p.1-17, 2010.
- VELOSO, C. A. G. **Triagem Fitoquímica e Avaliação do potencial antifúngico e citotóxico das folhas de *Calotropis procera***. UEPB: 2015. Disponível em:<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/8684/1/PDF%20-%20Carlos%20Arthur%20Gouveia%20Veloso.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

EPG 034

O USO DE MODELOS DIDÁTICOS NO ENSINO E APRENDIZAGEM EM BOTÂNICA

Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Braz Antônio Pereira Cosenza

A utilização de modelos didáticos é uma ótima ferramenta, uma vez que pode representar de forma lúdica uma determinada estrutura ou eventos biológicos, o que favorece o entendimento de fenômenos complexos e abstratos, estimula a curiosidade dos alunos pelo assunto, e assim, favorece o seu aprendizado. Dentre os diversos conteúdos de Biologia, os assuntos relacionados ao tema Botânica frequentemente não despertam grande interesse nos alunos, devido a sua complexidade e a falta de um relacionamento mais dinâmico com o tema. Neste contexto, o objetivo do trabalho foi avaliar o uso desses modelos e a sua validação para o ensino de Botânica, de modo a favorecer uma aproximação do aluno com o tema. O estudo foi realizado em três turmas do 2º ano do Ensino Médio de uma escola pública. Para a análise foram aplicados dois questionários. Um antes da utilização dos modelos e um após, para poder avaliar se houve a melhora nos resultados. Os modelos foram fabricados pelos próprios alunos com as devidas orientações. Ao todo foram feitos cinco modelos que representaram cada um dos órgãos da planta como raiz, caule, flor, fruto e a célula vegetal. Para a sua fabricação foram utilizados materiais de fácil acesso e de baixo custo. Ao final, após a obtenção dos resultados do pré-teste foi possível identificar as áreas em que os alunos mais apresentaram dificuldades como a sistemática e a fisiologia vegetal, porém com a construção dos modelos, observamos um maior interesse dos alunos pela Botânica e a frequência de acertos no pós- teste aumentou em todas as questões.

PALAVRAS-CHAVE: Modelos didáticos, Brinquedo Educacional, Botânica.

1. INTRODUÇÃO

Dentre os temas das ciências, a Botânica que vem do grego *botané*, que significa "planta", é o ramo das Ciências Biológicas que estuda os vegetais (MINHOTO, 2002).

Podemos então perceber quão importante se faz o aprendizado desta disciplina pois ela engloba temas como o estudo da Fisiologia vegetal, que estuda o funcionamento das plantas, a Morfologia e Anatomia vegetal que estudam respectivamente a forma e as estruturas internas das plantas, a Sistemática e Taxonomia Vegetal, que estudam os critérios e as características que envolvem a classificação dos Grupos Vegetais, entre outras.

A Botânica então acaba sendo descrita como uma disciplina difícil de ser trabalhada, por ser considerada complexa tanto pelos professores quanto pelos alunos. Isto ocorre devido ao fato de conter diversos nomes científicos, que são cheios de regras taxonômicas e palavras que nem sempre ouvimos no nosso cotidiano, mesmo tendo em vista o valor das plantas para os seres humanos, o interesse pelo estudo da Biologia vegetal se passa despercebido, sendo visto apenas componentes da paisagem ou decoração, não analisando seus reais valores (WANDERSEE et al., 2001).

Particularmente no Ensino de Botânica, que abrange uma considerável gama de conteúdo das Ciências Naturais, mais especificamente no Ensino de Ciências e Biologia, há uma consideração de que esta área é uma das mais difíceis de compreender (MELO et al., 2012).

Por conseguinte, a dificuldade e a falta de interesse pelos estudos das plantas fazem com que os professores apenas utilizem da forma tradicional para o ensino. Outras questões para a ocorrência dessas situações podem ser descritas pela falta de infraestrutura nas escolas, que diversas vezes deixa a desejar com a falta de laboratórios ou a falta de materiais didáticos, e aparelhos multimídias, diante dessas dificuldades torna se mais difícil o processo de estudo, se apresentando de forma bastante limitada e teórico, que resultará em aulas que não alcançarão a real compreensão do conteúdo pelos alunos.

Considerando estas questões, o presente trabalho teve como objetivo propor a construção, aplicação e avaliação do uso de modelos didáticos como estratégia para um melhor ensino de botânica. O estudo foi realizado na Escola Estadual Interventor Júlio de Carvalho na cidade Espera Feliz - MG. E para isso foram selecionadas três turmas do 2º ano do Ensino Médio.

Como metodologia, foi aplicado dois questionários, um antes da utilização dos modelos e um após, para poder avaliar se houve a melhora nos resultados. Os modelos foram fabricados pelos próprios alunos com as devidas orientações. Ao todo foram feitos cinco modelos que representaram cada um dos órgãos da planta como raiz, caule, flor, fruto e a célula vegetal. Para a sua fabricação foram utilizados materiais de fácil acesso e de baixo

custo. Ao final, após a obtenção dos resultados do pré-teste foi possível identificar as áreas em que os alunos mais apresentaram dificuldades.

1.1-A utilização dos Modelos Didáticos na Biologia

Segundo Matos et al. (2009, P.19) uma das maiores dificuldades encontradas pelos professores de Biologia é o planejamento e a organização do conteúdo a ser ensinado, de forma que esse seja melhor assimilado e aprendido pelos educandos.

Uma alternativa que visa amenizar esta preocupação é a criação e utilização dos modelos didáticos, que são brinquedos ou objetos que irão representar organismos ou eventos, estes materiais podem ser construídos pelo próprio professor e alunos.

Estudos na área da educação apontam a importância de se trazer novos métodos que estimulem a criatividade e tragam uma aproximação do corpo docente. Desta forma, faz-se necessária a discussão sobre estratégias que permitam melhorar a qualidade do ensino de Botânica (CAVASSAN, 2007, SALOMÃO, 2005).

À vista disso, com o intuito de facilitar o processo de conhecimento, alguns professores propõe a utilização de modelos didáticos (JUSTINA; FERLA, 2006).

É possível encontrar relatos da sua utilização na literatura, tanto para educação básica quanto para superior e em diferentes áreas como anatomia, embriologia, morfologia, entomologia, entre outras (ZIERER; ASSIS, 2010).

É importante ressaltar que no ensino de Botânica utilização destes modelos é extremamente relevante, pois o aluno tem a possibilidade de construir o conhecimento juntamente com a criação do objeto de estudo e não somente receber as informações teóricas sobre o assunto abordado.

[...] o ensino de Botânica caracteriza-se como muito teórico, desestimulante para os alunos e subvalorizado dentro do ensino de ciências e biologia [...] as aulas ocorrem dentro de uma estrutura do saber acabado, sem contextualização histórica. O ensino é centrado na aprendizagem de nomenclaturas, definições, regras etc. (KINOSHITA et al. 2006, p.162).

Desta forma os modelos didáticos biológicos são utilizados como uma ferramenta para facilitar o ensino, de forma a completar o conteúdo escrito e as figuras do livro didático, para que o professor possa estabelecer interações entre a abordagem teórica e a prática (ORLANDO et al., 2009; ZIERER; ASSIS, 2010).

Acima disso a diversificação de materiais pedagógicos facilita o entendimento dos educandos, transformando aulas teóricas em aulas mais práticas e dinâmicas e conseqüentemente se tornando mais produtivas (MOLINARI ET AL., 1999; MELO ET AL., 2002).

Segundo Cruz et al. (1996) uma disciplina não deve ser desenvolvida apenas de forma teórica mais sim apoiada em um conjunto de aulas práticas que irão contribuir para aprimorar os conhecimentos.

Krasilchik (2004), conclui que os modelos didáticos se tornaram um dos recursos mais usados nas aulas de Biologia, para visualizar objetos de três dimensões. Porém podendo ter limitações diversas, como exemplo, onde os alunos podem compreender estes modelos apenas como simplificações do objeto real.

Com isso torna se necessário envolver os alunos, na produção destes, para que ocorra o aprendizado, afirma ainda que, os avanços científicos no campo da biologia têm conduzido à necessidade de uma didatização dos conhecimentos nas salas de aula de ciências, ou seja, uma forma de facilitar os conhecimentos científicos biológicos no ensino.

2- METODOLOGIA

2.1 Área de estudo

Espera Feliz é um município do estado de Minas Gerais. Sua população estimada em 2013 foi de 24.098 habitantes segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Espera Feliz encontra-se a 23 km de Carangola, e a 378 km de Belo Horizonte, a capital do estado. O Município de Espera Feliz está situado na Mesorregião da Zona da Mata Mineira.

De acordo com a superintendência Regional de Ensino de Carangola, o município de Espera Feliz possui 19 escolas municipais, 07 estaduais, 02 particulares e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ), que oferece apoio e ensino as crianças portadoras de necessidades especiais.

O estudo foi realizado na Escola Estadual Interventor Júlio de Carvalho, que está localizada na Avenida Jaime Toledo, nº126 zona urbana de Espera Feliz - MG. A escola foi criada pelo Decreto nº 9292, de 08 de janeiro de 1930. Onde autoriza o funcionamento das modalidades do Ensino Fundamental e Médio. O projeto foi

desenvolvido entre maio a julho de 2018 com 69 alunos do 2º ano do ensino médio com idade entre 15 a 24 anos de idade.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Coleta de dados

A pesquisa teve início após a autorização da direção da escola (apêndice 1). Todos os procedimentos a seguir foram realizados a partir da assinatura dos participantes de um termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice 2) nas três turmas do 2º ano do ensino médio (turmas A B e C). Os dados obtidos nesse estudo foram analisados de forma quantitativa. E em cada turma foram registrados 4 encontros.

No primeiro encontro foram apresentadas as propostas do projeto, e foi aplicado um pré-teste com 10 questões (apêndice 3), abrangendo as várias áreas da Botânica (sistemática, fisiologia vegetal, morfologia e anatomia vegetal) para os 69 alunos. Antes de ser aplicado aos alunos esse pré-teste foi avaliado pelo coordenador do presente estudo Alexandre Bittencourt da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Carangola. Bastos e Faria (2011) também fizeram o uso de pré e pós-testes para determinar o uso de maquetes para a abordagem do ensino de células animal e vegetal em seu estudo.

As questões do pré-teste foram formuladas com diferentes níveis de dificuldade. Esse questionário tinha o intuito de avaliar o conhecimento já existente na área da Botânica e as maiores dificuldades. Após a aplicação dos questionários foi feita uma aula explicativa com a utilização do Datashow.

No segundo e terceiro encontro foi feita a construção dos modelos. Os alunos foram divididos em cinco grupos e o número de alunos por grupo foi determinado de acordo com o nível de dificuldade de cada modelo. Todos os modelos foram construídos pelos próprios alunos, que foram orientados e auxiliados quando necessário.

Os materiais utilizados na fabricação dos modelos foram: Folhas de E.V.A, placa de isopor, bola de isopor, canudos, palitos de churrasco, tinta, pincel, estilete, tesoura, régua, papel cartão, folha A4 branca, pistola e refil de cola quente, cola de isopor, caneta e lapiseira. Foram realizados quatro encontros com os alunos.

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para essa análise, foi calculado o teste com o objetivo de verificar se houve diferenças significativas entre as respostas dos alunos no pré e pós-teste, discutindo e interpretando os dados coletados com base nas observações feitas durante a intervenção pedagógica e a partir de outras pesquisas publicadas na área do estudo.

Assim por meio do presente estudo observou-se que a confecção e aplicação dos modelos didáticos no ensino de Botânica para os alunos do 2º ano da Escola Estadual Interventor Júlio de Carvalho teve uma ótima receptividade.

Desde o primeiro momento os alunos se mostraram interessados e bastantes curiosos para o desenvolvimento do trabalho, muitos ainda relataram nunca terem feito atividades como está e que estavam muito animados. Ao todo foram confeccionados cinco modelos didáticos, que representaram estruturas e organismos referentes a Botânica.

Os modelos possuem aspectos próprios, tais como a representação de algo que é microscópico em escala macroscópica, o fácil manuseio, peças grandes e as cores vivas. Essas características fazem com que ocorra maior participação e interação dos educandos (FREITAS et al., 2009). Estes modelos apresentados aqui foram feitos levando em consideração a sua morfologia e características reais.

Nos resultados do pré-teste obtivemos alguns dados que permitiram diagnosticar as principais dificuldades apresentadas pelos alunos. A partir da análise de dados (tabela 1) notamos que as questões que mais apresentaram respostas erradas foram as questões 6,7 e 8 que tem níveis de dificuldade entre médio a difícil, devido a isso a taxa de erros pode se mostrar justificável. As questões 1, 9 e 10 com níveis de dificuldade mais fáceis foram a que apresentaram mais respostas certas.

Vemos ainda que os alunos tiveram mais dificuldades nas questões relacionadas a sistemática vegetal e a fisiologia vegetal. Para Menezes et al. (2008), isto se deve à falta de interesse dos alunos pela Botânica, ocasionada pela falta de um relacionamento dos alunos com as plantas e pelo fato de estas não interagirem diretamente com os seres humanos, assim como os animais.

Segundo Baptista (2003), os professores não devem se restringir somente ao uso do livro didático, pois muita das vezes o conteúdo e o cotidiano dos alunos não estão bem relacionados, fazendo com que os alunos se tornem apenas copiadores de seus textos. Ainda nesse contexto, nos mostra a importância de se fazer a utilização de outros recursos, como modelos, jogos, brincadeiras, textos complementares, vídeos, paródias e pesquisas bibliográficas para diversificar as formas de ensino. Ou seja, o ensino pode ser facilitado com o uso e

fabricação dos modelos, onde estes são melhor entendido e assimilável pelos alunos, proporcionando assim um maior entendimento sobre Botânica (ROCHA; MELLO; BURITY, 2010).

Essa atividade tem baixo custo e uma adoção em diversas disciplinas (AVERSI-FERREIRA et al., 2008; SEPEL; LORETO, 2007; CECCANTINI, 2006). Alguns erros permaneceram e podem estar relacionados ao fato de que os modelos construídos não eram voltados especificadamente para os aspectos abordados nestas questões, entretanto, todos os assuntos foram estudados em sala.

Partindo das necessidades é possível considerar que os modelos didáticos são ferramentas, que podem ser muito úteis em assuntos de difícil compreensão, principalmente em matérias como a Botânica, e aos assuntos de Ciências e Biologia. Ademais, quando os modelos didáticos são escolhidos pelos professores como metodologia pedagógica, estes possuem a possibilidade de poder trabalhar o raciocínio e a interatividade entre os alunos de forma que exercitem a mente de uma forma lúdica e que assimile novos saberes (MENDONÇA; SANTOS, 2011).

De acordo com Krasilchik (2011), é de extrema importância que os professores entendam que é preciso inovar e adequar as práticas didáticas a situações ou temas que serão lecionados, de forma que a diversidade pode atrair e interessar aos alunos levando em consideração a suas individualidades.

O citoplasma foi representado pela cor verde do papel cartão e as organelas foram fixadas no citoplasma com cola quente. A legenda foi impressa em folha branca A4 e colada em cada estrutura representada na célula.



Figura 1- Modelo didático célula vegetal. Fonte: AUTORES

Grupo 2: responsáveis pela construção uma raiz (Figura 2), representando suas principais estruturas. Esse modelo foi construído em uma folha de E.V.A, onde os alunos desenharam e recortaram uma estrutura de raiz pivotante, onde foram representados a coifa, zona de crescimento, zona pilosa e zona de ramificação, a legenda foi impressa em folha branca A4 e colada nas estruturas.



Figura 2 - Modelo didático raiz pivotante. Fonte: fotos tiradas pela autora.

Grupo 3: ficou responsável pela construção de um caule (Figura 3), mostrando suas principais estruturas, as folhas e a representação dos vasos condutores o xilema e floema. Esse modelo foi construído em E.V.A onde os alunos desenharam e recortaram um caule e posteriormente cortaram duas tiras de cada cor para representarem o xilema e o floema. Todas as estruturas foram coladas com cola quente. A legenda com os nomes das estruturas foi impressa em folha branca A4, posteriormente cortados e colados próximos de cada estrutura

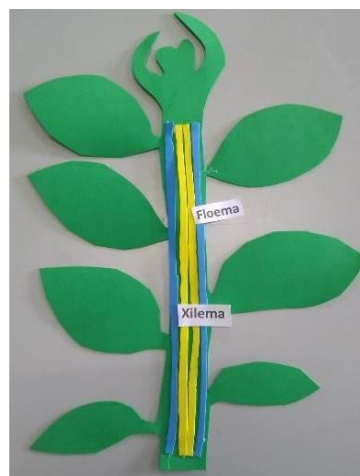


Figura 3 - Modelo didático caule xilema e floema. Fonte: autores

Grupo 4: responsáveis pela construção uma flor completa (Figura 4), foi utilizado folhas E.V.A de cores diferentes, onde os alunos desenharam as estruturas de cada parte e recortaram, foram representadas cada parte da flor, como o pedúnculo, cálice, corola, androceu e gineceu. Estes foram colados com cola quente. A legenda foi feita e os nomes das estruturas foram impressos em folha branca A4, posteriormente cortados e colados próximos de cada estrutura.

Grupo 5: responsáveis pela construção de um fruto (Figura 5), que foi feito de E.V.A, destacando as seguintes estruturas epicarpo, mesocarpo, endocarpo e sementes, estas foram coladas com cola quente e a legenda foi impressa em uma folha branca A4, e posteriormente cortados e colados próximos de cada estrutura.



Figura 5 - Modelo didático fruto. Fonte: fotos tiradas pela autora

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da realidade da maior parte das escolas públicas do Brasil, que não possuem estruturas ou equipamentos especializados entre outros recursos, a utilização dos modelos didáticos se torna uma ferramenta de grande importância e eficácia para despertar o interesse dos alunos e inovar as aulas que antes eram apenas teóricas, fugindo do modelo tradicional e ultrapassado de ensino, assim vale destacar a importância dos professores inovarem e atualizarem suas aulas.

As diferenças nos resultados nos mostraram que a utilização dos modelos se torna eficaz na forma de proporcionar um conhecimento mais dinâmico, havendo a melhora nos resultados de todas as questões.

É perceptível que este recurso didático ainda não é tão utilizado de fato no ensino nas escolas. Porém estes vêm sendo avaliados em diversos trabalhos sobre o ensino de Biologia e estão apresentando ótimos resultados, como a melhora da compreensão e do estímulo dos alunos dentro da sala de aula. Deste modo, torna-se válida a utilização desses modelos como uma ferramenta tão importante quanto o livro didático, pois esses permitem um contato muito maior entre o estudo e aluno.

Por isso a criação de novas propostas de Ensino, tais como utilização de modelos didáticos, devem ser estimuladas, criadas e aplicadas no ensino da Biologia em geral, mas principalmente no ensino da Botânica de modo à transformar o ensino mais fácil e divertido.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVERSI-FERREIRA, T.A. et al. Estudo de neurofisiologia associado com modelos tridimensionais construídos durante o aprendizado. *Biosci. J.*, v. 24, n. 1, p. 98-103, 2008.
- BAPTISTA, G. C. S. A Importância da Reflexão sobre a Prática de Ensino para a Formação Docente Inicial em Ciências Biológicas. *Ensaio*. V.5, n.2, p.4-12, outubro, 2003.
- BASTOS, K. M.; FARIA, J. C. N. M. Aplicação de modelos didáticos para a abordagem da célula animal e vegetal, um estudo de caso. *Enciclopédia Biosfera, Centro científico conhecer – Goiânia*, v.7, n.13, 2011.
- CAVASSAN, O. Biodiversidade do cerrado: uma proposta de trabalho prático de campo no ensino de botânica com professores e alunos do ensino fundamental. In: Barbosa L.M., Santos Junior, N.A. (org.) *A botânica no Brasil: pesquisa, ensino e políticas públicas ambientais*. Sociedade Botânica do Brasil, São Paulo, p.506-510, 2007.
- CECCANTINI, G. Os tecidos vegetais têm três dimensões. *Revista Brasileira de Botânica*, São Paulo, v.29, n.2. p. 335-337, 2006.
- CRUZ R, LEITE S, ORECCHIO LA. *Experimentos de ciências em microescala*. São Paulo: Scipione; 1996.
- FREITAS, M. E. M. et al. Desenvolvimento e aplicações de kits educativos tridimensionais de célula animal e vegetal. *Ciência em Foco*, v. 01, n. 02, p. 01-11, 2009. Disponível em: . Acessado em: 19 de setembro 2016.
- JUSTINA, L. A. D.; FERLA, M. R. A utilização de modelos didáticos no ensino de genética – exemplo de representação de compactação do DNA eucarioto. *Arquivos do MUDI - Portal de Periódicos da UEM*, v. 10, n. 2, 2006.
- KINOSHITA, L.S., TORRES, R.B., TAMASHIRO, J.Y., FORNI-MARTINS, E.R. *A Botânica no Ensino Básico: relatos de uma experiência transformadora*. São Carlos: RiMa, p. 162. 2006. KRASILCHIK, M. *Práticas do ensino de biologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- KRASILCHIK, M. *Práticas de Ensino de Biologia*. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 200 p. 2011.
- MATOS, C. H. C.; OLIVEIRA, C. R. F. de; SANTOS, M. P. de F.; FERRAZ, C. S. Utilização de

- Modelos Didáticos no Ensino de Entomologia. REVISTA DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS DA TERRA. Volume 9 - Número 1 - 1º Semestre 2009.
- MELO, E. A.; ABREU, F. F.; ANDRADE, A. B.; ARAÚJO, M. I. O. A aprendizagem de botânica no ensino fundamental: dificuldades e desafios. *Scientia plena*. v. 8, n. 10, 2012.
- MELO, S. R.; RIBEIRO, A. M.; ESQUARCINI, S. D. G.; CONEGERO, C. I.; STABILLE, S. R. Preparação de material biológico para aulas teórico-práticas de Biologia no Ensino Fundamental e Médio. *Arquivos da Apadec - Revistas en Latindex*, v. 6, n. 2, 2002.
- MENDONÇA, C. O.; SANTOS, M. W. O. Modelos didáticos para o ensino de ciências e biologia: aparelho reprodutor feminino da fecundação a nidação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. 2011.
- MINHOTO, M. J. 2002. Breve histórico sobre botânica. Disponível em: acesso em 11 /02/2012.
- MOLINARI S, L.; MONTEIRO, A, S.; MIRANDA-NETO M, H. Práticas para abordar o tema sistema esquelético. *Arquivos da Apadec - Revistas en Latindex*, v. 3, n. 2, 1999.
- ORLANDO, T. C. et al. Planejamento, montagem e aplicação de modelos didáticos para a abordagem de biologia celular e molecular no Ensino Médio por graduandos de Ciências Biológicas. *Revista Brasileira de Ensino de Bioquímica e Biologia Molecular*, v.7, n. 1, p. 1-17, 2009.
- RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. *Biologia Vegetal*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2007.
- ROCHA, A. R.; MELLO, W. N.; BURITY, C. H. F. A utilização de modelos didáticos no ensino médio: uma abordagem em artrópodes. *Saúde & Ambiente, Duque de Caxias*, v.5, n.1, p.15-20, 2010.
- SALOMÃO, S.R. Lições de Botânica: um ensaio para as aulas de Ciências. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 259, 2005.

EPG 035

AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DOS CARDÁPIOS E ACEITABILIDADE DA ALIMENTAÇÃO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO, RJ

Mariana de Melo Cazal (marianademelocazal@yahoo.com.br)¹, Laryssa Ataíde Bartolazze (laryssabtzze@gmail.com)²

1. Professora Doutora do Centro Universitário Unifaminas; 2. Nutricionista, Centro Universitário Redentor

RESUMO

O estudo objetivou avaliar a adequação da composição nutricional dos cardápios em relação ao PNAE e a aceitabilidade das preparações oferecidas em uma escola da rede Municipal de São José do Calçado – ES. Adotou-se a pesagem direta para obter o *per capita* das preparações oferecidas no período matutino, durante cinco dias consecutivos para alunos do 1º ao 5º ano. A avaliação da composição nutricional foi realizada de acordo com o estabelecido pelo programa, de modo a oferecer pelo menos 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos. Utilizou-se uma escala hedônica facial de cinco pontos para verificar a aceitação da refeição servida. As médias de proteínas, ferro e zinco do cardápio estavam muito acima do recomendado pelo programa, já as médias de vitamina A, vitamina C e cálcio estavam muito abaixo dos valores estabelecidos pelo PNAE. O índice de aceitabilidade das refeições foi de 75%. Conclui-se que a alimentação oferecida na escola avaliada não estava adequada para a maioria dos requerimentos nutricionais estabelecidos pelo PNAE e a aceitabilidade das refeições apresentou índice inferior ao parâmetro estabelecido pela legislação brasileira.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Escolares. Ingestão alimentar. Recomendação nutricional. Alimentação Escolar. Aceitabilidade

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) busca promover a saúde e construir novos conhecimentos para os escolares através da distribuição de refeições durante o intervalo das atividades escolares. Ele também visa suplementar a alimentação do aluno, para melhorar suas condições nutricionais e proporcionar benefícios para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, além de formar bons hábitos alimentares (BRASIL, 2013).

A alimentação escolar deve ser planejada de forma eficiente, sendo observada a combinação dos ingredientes, a forma de preparo e a maneira de servir os alimentos, para que a refeição tenha uma combinação de cores e consistência adequada, pois estes fatores influenciam na sua aceitação e características nutricionais (DIEZ-GARCIA; CASTRO, 2011).

A inadequação da alimentação escolar tem sido apontada por alguns estudos que avaliaram a composição nutricional do cardápio da rede de alguns municípios em relação ao que é preconizado pela legislação (SILVA; GREGORIO, 2012; DIAS, 2012; NEITZEKI; MOLINA; SALAROLI, 2012). No entanto, o conhecimento de outras realidades torna-se fundamental para estabelecer um panorama nacional e realizar diagnóstico e adequações locais, caso necessárias.

Diante do contexto, o objetivo do estudo foi avaliar a adequação da composição nutricional dos cardápios em relação ao PNAE e a aceitabilidade das preparações oferecidas em uma escola da rede Municipal de São José do Calçado - ES.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido em uma escola da rede municipal na cidade de São José do Calçado-ES, após aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 56652516.2.0000.5648).

Avaliou-se a alimentação escolar disponibilizada durante cinco dias consecutivos para alunos do 1º ao 5º ano. A quantidade de alimentos consumida no almoço pelos alunos foi obtida através do peso líquido dos alimentos oferecidos, descontando o peso dos recipientes utilizados, e após cada refeição, foi obtido o peso não consumido e o peso descartado pelas crianças (sobras e restos, respectivamente). O valor obtido foi dividido

pelo número de crianças que consumiram a alimentação em cada dia equivalente a análise de dados, o que correspondeu ao *per capita* de disponibilidade para o consumo.

Para análise da composição química das refeições, adotou-se a Tabela de Composição Nutricional dos Alimentos Consumidos no Brasil da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009) (IBGE, 2011), sendo analisados: energia, macronutrientes (carboidrato, proteína e lipídio), micronutrientes (vitamina A, vitamina C, cálcio, ferro, magnésio e zinco) e fibras. Os valores obtidos foram, em seguida, comparados aos valores de referência estabelecidos pelo PNAE (BRASIL, 2013).

A pesquisa de aceitabilidade da alimentação escolar foi realizada com os alunos cujos pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação do aluno no estudo.

Para avaliação da aceitabilidade do cardápio dos cinco dias de estudo, foi aplicada uma escala hedônica facial de cinco pontos, composta por expressões faciais e notas de 1 a 5, disponibilizada no Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade do PNAE (BRASIL, 2010).

Foi realizada análise descritiva dos dados da composição nutricional dos cardápios e os resultados foram expressos em quadros e tabelas. Na avaliação de aceitabilidade foram calculadas as frequências de cada nota e atribuído um termo hedônico apropriado para cada expressão facial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta as médias de energia e de nutrientes oferecidos aos escolares durante os cinco dias de observação da pesquisa e o percentual de adequação em relação ao PNAE.

TABELA 1. QUANTIDADE RECOMENDADA PELO PNAE, DISPONIBILIDADE MÉDIA, MÍNIMO, MÁXIMO E PORCENTAGEM DE ADEQUAÇÃO DE ENERGIA E DE NUTRIENTES OFERECIDOS AOS ESCOLARES DA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL. SÃO JOSÉ DO CALÇADO – ES, 2016.

Energia e Nutrientes	Recomendação PNAE	Média (mínimo – máximo)	Percentual de adequação
Energia (kcal)	300	388,1 (226,8 – 637,7)	129%
Carboidrato (g)	48,8	59,87 (33,07 – 104,92)	122%
Proteína (g)	9,4	24,39 (16,01 – 37,78)	259%
Lipídio (g)	7,5	4,94 (2,64 – 7,9)	66%
Fibras (g)	5,4	3,63 (1,64 – 6,12)	67%
Vitamina A (µg)	100	2,54 (0 – 8,26)	2%
Vitamina C (mg)	7	2,48 (0 – 10,3)	35%
Cálcio (mg)	210	22,2 (7,87 – 33,7)	10%
Ferro (mg)	1,8	2,77 (1,28 – 6,01)	154%
Magnésio (mg)	37	38,9 (17,19 – 74,2)	105%
Zinco (mg)	1,3	2,6 (0,82 – 4,01)	200%

O consumo de proteínas ultrapassou em 159% o valor estabelecido pelo PNAE, o que é atribuído a presença marcante de fontes protéicas, como as carnes e o feijão. Porém, o excesso de proteínas está relacionado à sobrecarga da função renal e hepática, e desenvolvimento de doenças crônicas, devido ao consumo concomitante de gorduras saturadas e colesterol encontrados nos alimentos fontes de proteínas de origem animal. Além disso, o consumo excessivo de proteínas pode estar relacionado ao aumento da excreção urinária de cálcio, mineral importante para o crescimento e desenvolvimento das crianças (ABRANCHES, 2009).

A quantidade de zinco ofertada na alimentação escolar também ultrapassou muito a quantidade recomendada pela legislação do PNAE. É importante destacar que esta não deve ser a única refeição feita pelos alunos no dia, sendo então importante a adequação do zinco nesta refeição para que o consumo não ultrapasse a ingestão máxima diária para a idade, evitando os riscos de efeitos adversos para a saúde. Segundo o estudo de King et al. (2016), o excesso de zinco pode causar efeitos agudos como náuseas, vômitos, perda de apetite, cólicas abdominais, diarreia e dores de cabeça, e também efeitos crônicos como problemas gástricos, redução

na função imunológicas e das concentrações séricas de cobre. No entanto, os sintomas de intoxicação só acontecem com o consumo de doses elevadas, entre 100-300 mg de zinco por dia.

Em relação à vitamina A, observou-se que foi o percentual de adequação mais baixo (2%) encontrado no presente estudo. De modo contrário, [Dias et al. \(2012\)](#) e [Silva e Gregóri \(2012\)](#) analisaram a adequação da vitamina A na alimentação escolar e observaram que o consumo estava superior ao recomendado pelo programa. É de extrema importância o ajuste da quantidade ofertada desta vitamina em relação à recomendação do PNAE, pois ela apresenta funções importantes no organismo, indispensáveis para as crianças na faixa etária estudada, como a diferenciação e proliferação celular, integridade do sistema imunológico, crescimento linear, além de favorecer a eritropoiese, juntamente com o ferro, dificultando o aparecimento de anemia que é muito comum entre as crianças ([VITOLLO; CAMPAGNOLO; GAMA, 2007](#)).

Quanto à vitamina C, o percentual de adequação foi abaixo (35%) do recomendado pelo PNAE, corroborando o resultado do estudo realizado por [Dias et al. \(2012\)](#). É importante ressaltar que esta vitamina apresenta diversas funções no organismo, como prevenir o escorbuto, participar dos processos celulares de oxirredução e biossíntese das catecolaminas, promover a defesa do organismo contra infecções e aumentar a absorção do ferro não-heme nas refeições, sendo então importante sua adequação para evitar o aparecimento de anemia ferropriva e para garantir o desenvolvimento adequado na fase da infância ([MANELA-AZULAY et al., 2003](#)).

A Figura 1 apresenta a média da porcentagem de aceitação dos cardápios pelos alunos. A análise de aceitação das refeições oferecidas foi realizada por meio da aplicação da escala hedônica de cinco pontos para 63 crianças. Pode-se observar que o índice de aceitabilidade foi de 75%, somando a porcentagem de alunos que gostaram e adoraram as refeições.

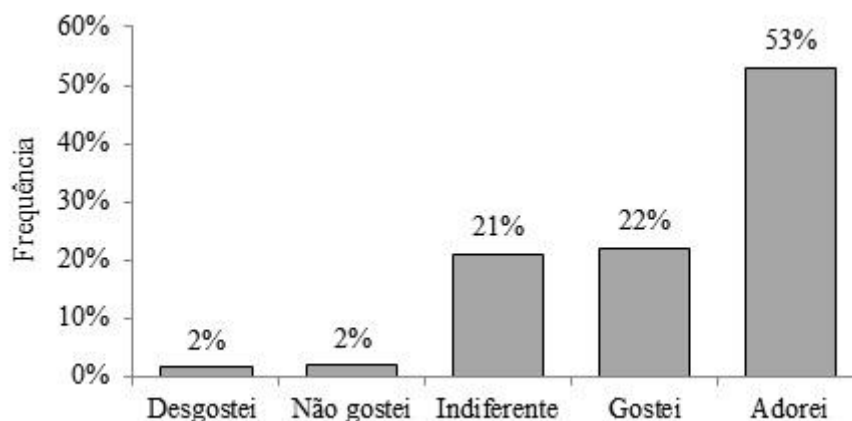


Figura 1. Porcentagem da média das respostas do teste da escala hedônica da alimentação escolar servida durante os cinco dias de avaliação.

Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa de [Nascimento \(2015\)](#), no qual o índice de aceitabilidade das refeições foi menor que 85%, não satisfazendo a legislação brasileira que preconiza com base em parâmetros técnicos, sensoriais e científicos do Programa Nacional de Alimentação, que o índice de aceitabilidade não deve ser inferior a 85% para ser considerado satisfatório ([BRASIL, 2013](#)). Este resultado pode ser consequência das preparações do cardápio oferecido, pois as mesmas não eram diversificadas, coloridas e atrativas, o que pode ter tornado a refeição menos aceita pelas crianças. Diante disso, há necessidade de melhoria do planejamento e execução dos cardápios para que os alunos adquiram hábitos alimentares saudáveis, estimulados por preparações nutritivas, saborosas e atrativas para a faixa etária escolar.

As constatações quanto à falta de adequação dos requerimentos nutricionais e aceitabilidade dos cardápios oferecidos na alimentação escolar da instituição estudada, poderiam ser corrigidas com efetivo monitoramento por profissionais da área de alimentação e nutrição, no tocante à execução dos cardápios que foram planejados, e com o comprometimento por parte dos gestores na administração dos recursos humanos e financeiros, incluindo a aquisição de alimentos da agricultura familiar para garantir a oferta de frutas e hortaliças na composição do cardápio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação oferecida na escola avaliada não estava adequada para a maioria dos requerimentos nutricionais estabelecidos pelo PNAE, destacando-se por valores muito abaixo do recomendado para as vitaminas A e C. Dessa forma, torna-se necessária maior atenção à qualidade nutricional da alimentação servida, pois os alunos requerem quantidades adequadas de nutrientes para o seu crescimento e desenvolvimento.

A aceitabilidade das refeições apresentou índice inferior ao parâmetro estabelecido pela legislação brasileira, evidenciando a necessidade de modificação das preparações servidas para que a refeição se torne mais atrativa e diversificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar Cecane – UNIFESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

DIAS, L. C. D.; CINTRA, R. M. G. de C.; SOUZA, J. T.; ARANHA, C. G. S. Valor nutricional da alimentação escolar oferecida em uma rede municipal de ensino. **Revista Ciências em Extensão, São Paulo**, v.8, n.2, p. 134-143, 2012.

DIEZ-GARCIA, R. W.; CASTRO, I. R. R. A. A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da Alimentação e Nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro v.16, n.1,p. 91-98, 2011.

IBGE. Pesquisade Orçamentos Familiares (POF): tabela de composição nutricional dos alimentos consumidos no Brasil. 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50002.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

KING, J. C.; BROWN, K. H.; GIBSON, R. S.; KREBS, N. F.; LOWE, N. M.; RAITEN, D. J. Biomarkers of nutrition for development (BOND) – zinc review. **The Journal of Nutrition**. Rockville, v. 146, n.4, p. 858S-885S, 2016.

MANELA-AZULAY, M.; LACERDA, C. A. M.; PEREZ, M. de A.; FILGUEIRA, A. L.; MAYA, T. C. Vitamina C. **Anais Brasileiros de Dermatologia**. Rio de Janeiro, v.78, n.3, p.265-274, 2003.

NASCIMENTO, M. C. P. S. Alimentação escolar em três escolas públicas no município de Itapetinga – BA: uma contribuição para educação ambiental. 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Ambientais) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

SILVA, M. M. D. C.; GREGÓRIO, E. L. Avaliação da composição nutricional dos cardápios da alimentação escolar das escolas da rede municipal de Taquaraçu de Minas – MG. **HU Revista**, Juiz de Fora, v.37, n.3, p.387-394, 2012.

VITOLLO, M. R.; CAMPAGNOLO, P. D. B.; GAMA, C. M. Fatores associados ao risco de consumo insuficiente de fibra alimentar entre adolescentes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v.83, n.1, p. 47-52, 2007.